



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3235

Terça-feira - 18 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Correia Pinto	386	Lacerdópolis.....	649
Agronômica	4	Corupá	390	Lages	655
Água Doce.....	5	Cunha Porã.....	391	Laguna	679
Águas de Chapecó.....	10	Curitibanos	394	Lauro Muller	694
Águas Frias.....	11	Descanso.....	404	Leoberto Leal.....	695
Águas Mornas	43	Dionísio Cerqueira	405	Lindóia do Sul	696
Alto Bela Vista.....	45	Doutor Pedrinho.....	406	Lontras	697
Anchieta	50	Entre Rios.....	410	Luiz Alves	702
Angelina	62	Flor do Sertão	411	Luzerna	710
Antônio Carlos	64	Formosa do Sul	414	Mafrá	748
Apiuna.....	67	Forquilha	416	Major Vieira	750
Arabutã	76	Fraiburgo.....	425	Maracajá	756
Arroio Trinta.....	91	Galvão.....	429	Maravilha.....	758
Arvoredo	92	Garopaba.....	434	Massaranduba.....	760
Balneário Arroio do Silva	98	Garuva	440	Matos Costa.....	776
Balneário Camboriú.....	100	Gaspar	447	Meleiro	782
Balneário Gaivota	107	Grão Pará	454	Modelo	783
Balneário Piçarras.....	111	Guaraciaba	455	Mondaí	792
Balneário Rincão	113	Guaramirim	461	Monte Carlo	794
Bandeirante	117	Guarujá do Sul	464	Monte Castelo.....	799
Barra Velha.....	119	Guatambú	466	Navegantes.....	800
Bela Vista do Toldo.....	120	Herval d'Oeste	477	Nova Erechim.....	809
Belmonte.....	121	Ibiam	484	Nova Itaberaba	810
Benedito Novo	124	Ibicaré.....	498	Nova Trento	816
Biguaçu	142	Ibirama	492	Nova Veneza	820
Blumenau	147	Ilhota	500	Novo Horizonte	846
Bom Jesus	162	Imarui	504	Ouro	847
Bom Jesus do Oeste.....	164	Imbituba	506	Ouro Verde	856
Bom Retiro	169	Indaial.....	526	Palhoça	878
Botuvera.....	171	Iporã do Oeste.....	529	Palmeira	897
Braço do Trombudo	172	Ipuacú.....	533	Palmitos	900
Brunópolis	206	Ipumirim	545	Papanduva.....	901
Brusque.....	208	Iraceminha	550	Paraíso	903
Caçador.....	248	Irani.....	568	Passo de Torres.....	904
Caibi	260	Iratí.....	572	Passos Maia	913
Camboriú.....	262	Irineópolis	576	Paulo Lopes	914
Campo Alegre	269	Itá	578	Penha.....	918
Campo Erê.....	276	Itaiópolis	579	Peritiba.....	925
Campos Novos.....	277	Itapema	580	Pescaria Brava	928
Canoinhas.....	298	Itapiranga.....	588	Petrolândia	931
Capinzal	320	Itapoá	591	Pinhalzinho	932
Catanduvas.....	329	Ituporanga	601	Pinheiro Preto	934
Caxambu do Sul.....	350	Jaborá	610	Piratuba.....	989
Cerro Negro.....	369	Jacinto Machado	612	Planalto Alegre.....	990
Chapadão do Lageado	370	Jaraguá do Sul	614	Pomerode	998
Cocal do Sul.....	375	Jardinópolis	642	Ponte Serrada	1001
Concórdia	377	Joaçaba	643	Porto Belo.....	1003
Cordilheira Alta	381	José Boiteux	647	Porto União.....	1034
Coronel Freitas.....	382	Jupia	648	Pouso Redondo	1039

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3235

Terça-feira - 18 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Praia Grande.....	1081	São Cristóvão do Sul.....	1189	Tigrinhos	1363
Presidente Castello Branco.....	1082	São Domingos.....	1190	Tijucas	1367
Presidente Getúlio	1083	São Francisco do Sul.....	1193	Timbó	1373
Presidente Nereu.....	1085	São João Batista.....	1248	Três Barras	1379
Princesa	1089	São João do Oeste	1268	Treviso	1380
Quilombo.....	1093	São João do Sul	1270	Treze Tilias	1387
Rio do Campo	1101	São Joaquim	1271	Trombudo Central.....	1388
Rio do Oeste.....	1103	São José.....	1274	Tunápolis	1390
Rio do Sul.....	1106	São José do Cedro.....	1284	Turvo	1392
Rio Negrinho.....	1119	São Lourenço do Oeste.....	1286	União do Oeste	1393
Romelândia.....	1120	São Miguel do Oeste.....	1288	Urubici	1394
Salto Veloso	1124	São Pedro de Alcântara.....	1289	Urussanga	1395
Santa Cecília	1125	Saudades.....	1292	Vargeão.....	1398
Santa Rosa de Lima.....	1127	Schroeder	1294	Vargem	1400
Santa Rosa do Sul	1131	Seara	1307	Videira.....	1401
Santa Terezinha do Progresso	1152	Serra Alta	1339	Vitor Meireles.....	1412
Santiago do Sul.....	1160	Siderópolis.....	1347	Xanxerê	1426
Santo Amaro da Imperatriz	1165	Sombrio.....	1349	Xavantina	1434
São Bento do Sul.....	1167	Sul Brasil	1351	Zortéa	1438
São Bernardino	1182	Tangará	1362		

Consórcios

AGIR	1439
ARIS	1440
CIDEMA.....	1440
CIGA	1445
CIMVI.....	1505
CINCATARINA	1511
CIS/AMFRI.....	1512
CIS/AMURES.....	1513
CIS/AMVI	1514
CISAM	1515
CISAMREC	1526
CISNORDESTE	1527
CIM-AMFRI	1528
CIM-AMUREL	1531



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 329 DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2608011

Portaria nº 329/2020

EXONERA PROFESSORA QUE MENCIONA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei 420/2001.

Considerando Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição através do NB 1916511080, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Resolve:

Art.1º - Exonerar VANIA MARTENDAL MOCELIN, nomeada no cargo em provimento efetivo de Professora, através da portaria nº 010/91 em 01 de fevereiro de 1991, do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 31 de julho de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 23 de julho de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 341 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608214

Portaria nº 341/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: BRUNO COELHO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 21.03.2019 a 20.03.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 03 a 22 de agosto de 2020, sendo que lhe foi concedido Abono Pecuniário de 10 (dez) dias previsto no art. 76 da referida Lei.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03.08.2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 05 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR 28/2020

Publicação N° 2608180

Prefeitura Municipal de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 34/2020

PREGAO PRESENCIAL N° PR 28/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA E MAQUINÁRIO DE VÁRIOS DEPARTAMENTOS

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 28/08/2020 às 08:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agronômica-Santa Catarina, 18 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito

Água Doce

PREFEITURA

219/2020

Publicação Nº 2608687

PORTARIA Nº 219/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereadora à servidora PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.339.279-41, ocupante do cargo efetivo de Psicopedagoga, matrícula 1433, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2458/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, a servidora deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

220/2020

Publicação Nº 2608688

PORTARIA Nº 220/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereadora à servidora CRISTIANE SOUZA PEREIRA DAL CORTIVO brasileira, inscrita no CPF sob nº 054.796.829-97, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 21283, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2468/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, a servidora deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

221/2020

Publicação Nº 2608689

PORTARIA Nº 221/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereador ao servidor JAMES FRANCISCO BEAL, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 560.163.959-00, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, matrícula 904, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2417/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

222/2020

Publicação Nº 2608690

PORTARIA Nº 222/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereador ao servidor EVANDRO CARLOS ZANATTO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 016.628.389-48, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, matrícula 910, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2462/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

223/2020

Publicação Nº 2608691

PORTARIA Nº 223/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do

Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereador ao servidor CLAUDEMIR DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 757.755.069-87, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula 366, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2464/2020, anexo. Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

224/2020

Publicação Nº 2608693

PORTARIA Nº 224/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer ao mandato eletivo de Vereador ao servidor LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 046.649.549-80, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula 1347, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2466/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

225/2020

Publicação Nº 2608694

PORTARIA Nº 225/2020 – DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Art. 59 da Lei Complementar nº. 015/99 e Lei Complementar Federal nº 64/1990

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de atividade política para concorrer a mandato eletivo ao servidor HELIOBERTO MARCEL RAMOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 046.649.549-80, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, matrícula 1245, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, conforme requerimento para desincompatibilização, protocolo nº 2469/2020, anexo.

Artigo 2º Como condição imprescindível à manutenção da licença, o servidor deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade até o dia 26/09/2020 o registro da candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral sob pena de devolução dos salários recebidos.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

226/2020

Publicação Nº 2608735

PORTARIA Nº 226/2020 – DE 17 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora CAMILA JOHANN SIMÃO, inscrita no CPF nº 077.365.959-50, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Vigilância Sanitária, no período de 17/08/2020 até 31/08/2020, referente ao período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 117/2020

Publicação Nº 2608645

DECRETO Nº 117/2020 DE 17 DE agosto DE 2020.

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NÍVEL 2, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, AFETADO POR EVENTO ADVERSO NATURAL, GRUPO METEOROLÓGICO, CAUSADO POR TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - TORNADO COBRADE 1.3.2.1.1, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e, ainda, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO

I - Que na data de 14 de agosto de 2020, ocorreu um evento adverso da força da natureza, do grupo meteorológico, causado por Tempestade Local/Convectiva - Tornado (COBRADE 1.3.2.1.1), de proporções severas, causando danos humanos, econômicos, materiais e ambientais, no município de Água Doce-SC;

II – Considerando os termos da Nota Meteorológica da Defesa Civil de Santa Catarina, em conjunto com o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), que enquadrrou a tempestade como severa, classificada como Tornado,

III – Considerando a grande proporção dos danos, como montantes ainda não estimáveis.

DECRETA:

Art.1º. Fica declarada situação anormal, caracterizada como situação de emergência – Nível 2, em todo o território do Município de Água Doce, em razão de desastre natural classificado e codificado como METEOROLÓGICO, Tempestade Local/Convectiva - Tornado COBRADE 1.3.2.1.1.

Art.2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art.3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação

de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art.4º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art.5º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento fiscal vigente.

Art.6º. Revoga-se integralmente o disposto no Decreto n. 116/2020 de 14 de agosto de 2020.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos desde do evento adverso de força da natureza, ocorrido em 14 de agosto, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito, Água Doce (SC), 17 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE 13º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Publicação Nº 2607983

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

EDITAL DE 13º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 13º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de: Motorista, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 19 de Agosto de 2020

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: MOTORISTA
HORÁRIO: 09:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1819215	Nilto Coproski	10º

Águas de Chapecó, 17 de Agosto de 2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16-2019 CIS AMOSC

Publicação Nº 2608850

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO DE SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL	
Contrato ADM Nº	16/2019 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada.:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Objeto :	CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020.
Valor :	R\$ 4.230,00 (Quatro mil duzentos e trinta reais)
Vigência :	Início: 13/08/2020 Término 31/12/2020
Processo Administração nº20/2019 Dispensa de licitação nº07/2019	
Águas de Chapecó-SC, 13 de agosto de 2020	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
Prefeito Municipal	

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 204/2020

Publicação Nº 2607955

DECRETO Nº 204/2020.

Regulamenta a modalidade de licitação pregão, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Nacional nº 10.520/02,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Do Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no Município de Águas Frias-SC.

§ 1º Subordinam-se ao regime deste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta e indireta, os fundos especiais, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

§ 2º É permitida a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais.

§ 3º Os contratos celebrados pela Administração Pública, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 4º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Seção II

Dos Princípios

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Seção III

Das Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Aviso do Edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico; e

d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - Bens e Serviços Comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - Bens e Serviços Especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - Lances Intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - Obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - Serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - Serviço Comum de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedores - registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com o Município de Águas Frias- SC;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

X - Sistema de Dispensa Eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;

XI - Órgão Solicitante - é o centro de competência instituído para o desempenho da função estatal que solicita, por intermédio de sua autoridade competente, realização de certame licitatório;

XII - Autoridade Competente - é a responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato;

XIII - Central Permanente de Licitação - órgão competente para disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios requeridos pelos órgãos solicitantes; e

XIV - Termo de Referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão.

Seção IV

Das Vedações

Art. 4º O pregão não se aplica a:

- I - Contratações de obras;
- II - Locações imobiliárias e alienações; e
- III - Bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Da Forma de Realização

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:

I - À distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pelo município de Águas Frias-SC, mediante sistema a ser designado e que deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame; e

II - De forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede do município de Águas Frias-SC.

Seção II

Das Etapas

Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:

- I - Planejamento da contratação;
- II - Publicação do aviso de edital;
- III - Apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - Abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - Julgamento;
- VI - Habilitação;
- VII - Recursal;
- VIII - Adjudicação; e
- IX - Homologação.

Seção III

Dos Critérios de Julgamento das Propostas

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Seção IV

Da Documentação

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - Termo de referência;
- II - Planilha estimativa de despesa, se necessário;
- III - Previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- IV - Autorização de abertura da licitação;
- V - Designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VI - Edital e respectivos anexos;
- VII - Minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- VIII - Parecer jurídico;
- IX - Os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- X - Documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI - Proposta de preços do licitante;
- XII - Ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:
 - a) os licitantes participantes;

- b) as propostas apresentadas;
- c) os lances ofertados, na ordem de classificação;
- d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
- e) a aceitabilidade da proposta de preço;
- f) a habilitação;
- g) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
- h) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
- i) o resultado da licitação;

XIII - Comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do extrato do contrato;
- c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - Ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

§ 3º Fica dispensado o inciso VIII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

CAPÍTULO III DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá ao responsável do Setor ou Departamento de Licitações solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

Art. 10. O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

CAPÍTULO IV DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Seção I

Dos Órgão ou Entidade Promotora da Licitação

Art. 11. O pregão será conduzido pelo Setor ou Departamento de Licitações.

Seção II

Da Autoridade Competente

Art. 12. A autoridade competente é o Chefe do Poder Executivo ou pessoa por ele designada para responder pelos atos de sua atribuição no presente Decreto, cabendo-lhe:

- I - Decidir a forma do pregão, eletrônico ou presencial;
- II- Indicar o provedor do sistema a ser utilizado;

- III - Designar acerca do sigilo do preço;
- IV - Designar o modo de disputa; e,
- V - Designar o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 13. Caberá ainda à autoridade competente do certame, de acordo com suas atribuições legais:

- I - Determinar a abertura do processo licitatório;
- II - Designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II - Decidir os recursos contra atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- III - Adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- IV - Homologar o resultado da licitação;
- V - Assinar a ata de registro de preços; e,
- VI - Celebrar o contrato.

Parágrafo único. A assinatura da ata de registro de preços é de competência do pregoeiro ou da autoridade competente do certame.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Seção I

Das Orientações Gerais

Art. 14. Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

- I - Aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
- II - Elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

III - Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

IV - Designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio, caso não designado por ato anterior a ser acostado ao processo.

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Seção II

Das Designações do Pregoeiro e da Equipe de Apoio

Art. 16. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem possuir a competência, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto de:

I - Pregoeiro;

II - Membros da equipe de apoio;

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 2º Os órgãos e as entidades de que trata o § 1º do art. 1º estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a

atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório.

Seção III

Do Pregoeiro

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - Conduzir a sessão pública;
- II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - Indicar o vencedor do certame;
- IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Seção IV

Da Equipe de Apoio

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Parágrafo único. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da Administração.

Seção V

Do Licitante

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I - Na forma eletrônica:

a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Central Permanente de Licitação;

b) remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

d) acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

II - Na forma presencial:

a) apresentar a documentação (credenciamento, proposta de preços e habilitação) na forma designada no Edital;

b) acompanhar as sessões presenciais durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus de perda de negócios, decorrente da ausência de manifestação verbal do licitante, quando da provocação do pregoeiro;

c) remeter, no prazo estabelecido, quando necessário, documentos complementares; e

d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Seção I

Da Publicação

Art. 20. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município - DOM e no sítio eletrônico oficial do município de Município de Águas Frias-SC.

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

Seção II

Do Edital

Art. 21. Os editais serão disponibilizados na íntegra no sítio eletrônico oficial do município de Águas Frias-SC.

Parágrafo único. Em se tratando de pregão eletrônico, os editais também deverão ser disponibilizados na íntegra no sistema eletrônico de licitação adotado pelo sítio eletrônico oficial do município de Águas Frias- SC.

Seção III

Da Modificação do Edital

Art. 22. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Seção IV

Dos Esclarecimentos

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Seção V

Da Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a

impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Seção I

Do Prazo

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

Seção II

Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação pelo Licitante

Art. 26. Quando se tratar de pregão na forma eletrônica, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do município de Águas Frias-SC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 50.

Art. 27. Quando se tratar de pregão na forma presencial, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes, no dia, hora e local designados, deverão comparecer à sessão pública para entrega dos envelopes na forma do Edital, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhada da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

CAPÍTULO VIII

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Seção I

Do Horário de Abertura

Art. 28. Em se tratando de pregão na forma eletrônica, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 29. Em se tratando de pregão na forma presencial, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta pelo comando do pregoeiro, procedendo-se à imediata abertura do envelope de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Seção II

Da Conformidade das Propostas

Art. 30. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 31. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

Art. 32. Em se tratando de pregão na forma presencial, a descrição do objeto, valor e eventuais documentos estarão disponíveis na sessão para os interessados ou qualquer cidadão que esteja presente, podendo posteriormente qualquer pessoa solicitar cópias do mesmo, na forma da Lei nº 12.527/2011.

Seção III

Da Ordenação e Classificação das Propostas

Art. 33. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

Art. 34. Em se tratando de pregão na forma presencial, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

§ 1º Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no caput, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

§ 2º Quando houverem propostas iniciais empatadas, o pregoeiro realizará sorteio na presença dos licitantes para definir a ordem de classificação.

Seção IV

Do Início da Fase Competitiva

Art. 35. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

Art. 36. Em se tratando de pregão presencial, classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances verbais em sessão pelos proponentes.

Seção V

Dos Modos de Disputa no Pregão Eletrônico

Art. 37. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - Aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - Aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital poderá prever intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Seção VI

Do Modo de Disputa Aberto no Pregão Eletrônico

Art. 38. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 37, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Seção VII

Do Modo de Disputa Aberto e Fechado

Art. 39. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 37, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Seção VIII

Da Desconexão do Sistema na Etapa de Lances no Pregão Eletrônico

Art. 40. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 41. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Seção IX

Do Modo de Disputa no Pregão Presencial

Art. 42. Em se tratando de pregão na forma presencial, os licitantes apresentarão lances de forma verbal pelos seus representantes credenciados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

§ 1º O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 2º A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 3º Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 43. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de

dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 44. Em se tratando de pregão eletrônico, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX
DO JULGAMENTO
Seção I
Da Negociação da Proposta

Art. 45. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou na sessão pública presencial, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema ou na sessão presencial e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, quando se tratar de pregão na forma eletrônica.

§ 3º Em se tratando de pregão na forma presencial, o instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro na sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, podendo ser enviada por meio designado no Edital.

Seção II
Do Julgamento da Proposta

Art. 46. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 43, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 26 e art. 27, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X
DA HABILITAÇÃO
Seção I
Da Documentação Obrigatória

Art. 47. Para habilitação dos licitantes será exigida, dentre outros que julgados convenientes para o objeto, a documentação relativa:

I - À habilitação jurídica;

II - À qualificação técnica;

III - À qualificação econômico-financeira;

IV - À regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

V - À regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais, Distrital e Municipais, conforme for o caso; e

VI - Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Águas Frias-SC.

Art. 48. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos

termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 49. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - A apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - A comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - A demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - A responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - A obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - A constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Seção II

Dos Procedimentos de Verificação

Art. 50. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Águas Frias-SC, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Águas Frias-SC serão enviados nos termos do disposto nos arts. 26 e 27.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato

digital, via sistema (pregão eletrônico) e por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no §§ 2º e 3º do art. 43.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema (pregão eletrônico) ou por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico do Município de Águas Frias-SC.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI DO RECURSO

Art. 51. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema (pregão eletrônico) ou de forma verbal (pregão presencial), manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Seção I

Da Autoridade Competente

Art. 52. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso III e IV do caput do art. 13.

Seção II

Do Pregoeiro

Art. 53. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII

DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Art. 54. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

§ 2º O procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ser realizado no pregão presencial, podendo ser reiniciada sessão pública mediante aviso prévio publicado no sítio eletrônico oficial do Município de Águas Frias- SC com, no mínimo, três dias de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV

DA CONTRATAÇÃO

Seção Única

Da Assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços

Art. 55. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o

contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 56.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de noventa dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV DAS SANÇÕES

Art. 56. Estará sujeito às penalidades da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- IX - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Águas Frias – SC e demais órgãos competentes quando a sanção possuir penalidade com abrangência nacional.

CAPÍTULO XVI REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 57. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII

DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 58. O município de Águas Frias poderá adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - Contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - Aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - Aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato da autoridade competente do Município de Águas Frias - SC regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 60. Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet (pregão eletrônico) ou participando da sessão presencial (pregão presencial).

Art. 61. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 62. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 63. Compete à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 45/2007 e o Decreto nº 06/2013.

Art. 65. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Frias-SC, 17 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2020

Publicação Nº 2608616

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 74/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2020

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULO E SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, PARA SUPRIR AS NECES-
SIDADES COM SEGURO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 28 de agosto de 2020.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 28 de agosto de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda
à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 17 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

DECRETO Nº205/2020

Publicação Nº 2608906

DECRETO Nº 205/2020**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº66/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitações deste Município, do Processo Licitatório nº 66/2020, na modalidade de “Tomada de Preços” nº 4/2020, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto **Execução de Nova Cobertura para a Unidade de Saúde** no valor global de R\$ 80.472,42 (oitenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), proposta apresentada em favor da empresa proponente: **Anderson Renato Suhre Baptista**, para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 17 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO Nº 078/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2609339

DECRETO Nº 078/2020
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei nº 955/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recurso 0.1.70.000220, 0.1.71.000052 e 0.1.70.000222 as seguintes dotações:

06. SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
06.01.15.451.0006.1042	Construção e Remodelação de Praças	95.378,80
4.4.90.00/0.1.71.000052	Investimentos	95.378,80
0601.15.451.0006.1043	Pavimentação de Ruas e Passeios	195.000,00
4.4.90.00/0.1.70.000222	Investimentos	195.000,00

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
12.01.27.812.0003.1018	Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos	200.000,00
4.4.90.00/0.1.70.000220	Investimentos	200.000,00
12.01.23.695.0007.2051	Apoio a Ações Voltadas para Turismo	54.621,20
4.4.90.00/0.1.71.000052	Investimentos	54.621,20

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 10 de agosto de 2020.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos dez dias no mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 151, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608227

PORTARIA nº. 151, de 14 de agosto de 2020.

Exonera o servidor Marcelo Kuhnen, da função de confiança de Diretor de Contabilidade e Orçamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor efetivo Marcelo Kuhnen, inscrito na matrícula funcional nº 397, detentor do cargo de Agente de Contabilidade e Orçamento, da função de confiança de Diretor de Contabilidade e Orçamento, criada nos termos da Lei Complementar nº 018/2015, a partir do dia 15.08.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 14 de agosto de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Luana Caroline da Silva
Responsável

PORTARIA Nº. 152, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608228

PORTARIA nº. 152, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia o servidor Cristiano Tomaz, para exercer a função de confiança de Diretor de Contabilidade e Orçamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o servidor efetivo Cristiano Tomaz, inscrito na matrícula funcional nº 772, detentor do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro I, para exercer a função de confiança de Diretor de Contabilidade e Orçamento, criada nos termos da Lei Complementar nº 018/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser aplicados a partir de 15/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Águas Mornas, 14 de agosto de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Luana Caroline da Silva
Responsável

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 3067 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608597

EXONERA AGENTE PÚBLICO NO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, ADRIANA CARVALHO DUARTE SIDRÁ, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE AMBIENTE URBANO matrícula 879, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme pedido de exoneração protocolado sob o nº 322 de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 14 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 818, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608848

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS MÁQUINAS E BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder Executivo Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, a alienar, mediante leilão, observando o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e demais disposições pertinentes à matéria, os seguintes lotes com veículos, máquinas e equipamentos que não mais atendem às necessidades do Município, sendo:

I. ITEM 01: Um implemento agrícola, ancinho enleirador e espalhador para feno, marca Agriculte, cor vermelha, patrimônio Nº 3257. LANCE INICIAL R\$ 500,00 (quinhentos reais).

II. ITEM 02: Um caminhão marca Ford, modelo Cargo 2630 traçado, cor branca, ano de fabricação 2002, modelo 2002, placas MDC 1592, capacidade 23 toneladas, combustível diesel, patrimônio Nº 1450. LANCE INICIAL R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

III. ITEM 03: Uma carreta agrícola, marca Triton, capacidade 3 toneladas, carroceria de madeira, Patrimônio Nº 2472. LANCE INICIAL R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

IV. ITEM 04: Uma carreta agrícola, marca Agronorte, modelo CMBH 12.000, cor vermelha, carroceria metálica, Patrimônio Nº 3169. LANCE INICIAL R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

V. ITEM 05: Uma colhedora de forragens marca Nogueira, modelo Pecus 9004 Super, cor vermelha, acoplável em trator agrícola, patrimônio Nº 2201. LANCE INICIAL R\$ 600,00 (seiscentos reais).

VI. ITEM 06: Uma concha acoplável em trator agrícola, marca Bandeirante, modelo BAND 850, patrimônio Nº 1449. LANCE INICIAL R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

VII. ITEM 07: Um distribuidor de adubo líquido, marca Fatritol, cor azul, capacidade de 4000 litros, patrimônio 1175. LANCE INICIAL R\$

500,00 (Quinhentos reais).

VIII. ITEM 08: Um distribuidor de adubo solido, marca Balottin Máquinas, cor azul, capacidade de carga 3000 Kg, patrimônio Nº 2328. LANCE INICIAL R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

IX. ITEM 09: Um veículo de Passeio, Gol, marca Volkswagen, modelo 1.0 MI, cor branca, ano de fabricação 2011 modelo 2012, placas MIY 2184, capacidade 5 passageiros, combustível Flex, patrimônio Nº 2693. LANCE INICIAL R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

X. ITEM 10: Um implemento perfurador de solo acoplável em trator agrícola, marca Lavrale, cor vermelha, Patrimônio Nº 2542. LANCE INICIAL R\$ 200,00 (Duzentos reais).

XI. ITEM 11: Uma retroescavadeira, marca Case, cor amarela, modelo 580L 4x2, ano de fabricação 2001, número de série não identificado, patrimônio 1165. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

XII. ITEM 12: Um veículo utilitário Saveiro, marca Volkswagen, modelo 1.6 MI, cor branca, ano de fabricação 2002 modelo 2002, placas MDB-0486, capacidade 2 passageiros, combustível Flex, patrimônio Nº 1193. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

XIII. ITEM 13: Um implemento agrícola, segadora articulada com 4 discos de corte e duas navalhas por disco, marca Agriculte, cor vermelha, patrimônio Nº 3259. LANCE INICIAL R\$ 600,00 (seiscentos reais).

XIV. ITEM 14: Um trator, marca Massey Ferguson, modelo MF 275/4L, ano de fabricação 2001, patrimônio Nº 1177. LANCE INICIAL R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

XV. ITEM 15: Um veículo de Passeio, Gol, marca Volkswagen, modelo 1.0 Total Flex MI, cor branca, ano de fabricação 2011 modelo 2012, placas MIL 5764, capacidade 5 passageiros, combustível flex, patrimônio Nº 3076. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

XVI. ITEM 16: Um veículo de Passeio, Gol, marca Volkswagen, modelo 1.0 Total Flex MI, cor branca, ano de fabricação 2011 modelo 2012, placas MIL 5774, capacidade 5 passageiros, combustível flex, patrimônio Nº 3108. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

XVII. ITEM 17: Um veículo de transporte de passageiros, Master, marca Renault, modelo BUS 16 DCI 120, combustível Diesel, capacidade 16 passageiros, cor branca, ano de fabricação 2011 modelo 2012, placas MJX 8228, patrimônio Nº 2873. LANCE INICIAL R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

XVIII. ITEM 18: Um veículo Master, marca Renault, modelo Ambulância, combustível Diesel, cor branca, ano de fabricação 2010 modelo 2011, placas MHC 6697, patrimônio Nº 2536. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

XIX. ITEM 19: Um distribuidor de adubo líquido, marca MEPEL, cor amarela, capacidade de 3000 litros, patrimônio Nº 3064. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

XX. ITEM 20: Um distribuidor de adubo líquido, cor azul, capacidade de 2000 litros. Patrimônio Nº 1503. Lance inicial R\$ 500,00 (quinhentos reais).

XXI. ITEM 21: Um distribuidor de adubo líquido, marca MEPEL, cor amarela, capacidade de 4000 litros. Patrimônio Nº 1563. Lance inicial R\$ 800,00 (Oitocentos reais).

XXII. ITEM 22: Um distribuidor de adubo sólido, marca Ipacol, cor laranja, capacidade de carga 6000 Kg, Patrimônio Nº 1570. Lance inicial R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

XXIII. ITEM 23: Sucatas de peças e ferro velho. LANCE INICIAL R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

XXIV. ITEM 24: Sucatas de materiais eletrônicos. LANCE INICIAL R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

XXV. ITEM 25: Uma caçamba marca Hidrotec, com capacidade de 12m3, ano de fabricação 2010, em razoáveis condições de uso. Acompanha os pistões hidráulicos danificados e chassi marca Libremac, modelo CMCB, nº de chassi SCLFE102490K00378, ano de fabricação e modelo 2019. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

XXVI. ITEM 26: Um barco de fibra sem condições de uso. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).

XXVII. ITEM 27: Aparelho de ar condicionado de janela, marca Consul, de 7500BTUs, patrimônio Nº 3801. LANCE INICIAL R\$ 300,00 (Trezentos reais).

XXVIII. ITEM 28: Autoclave marca Stermax, registro no Patrimônio sob nº 3582. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).

XXIX. ITEM 29: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 2279. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

XXX. ITEM 30: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 2280. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

XXXI. ITEM 31: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 2281. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

- XXXII. ITEM 32: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 2282. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).
- XXXIII. ITEM 33: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 0005. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).
- XXXIV. ITEM 34: Arquivos de aço de quatro gavetas, registrado no patrimônio sob nº 0194. LANCE INICIAL R\$ 40,00 (Quarenta reais).
- XXXV. ITEM 35: Armário duas portas fechado branco, registrado no patrimônio sob número 086. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XXXVI. ITEM 36: Armário duas portas fechado branco, registrado no patrimônio sob número 116. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XXXVII. ITEM 37: Armário duas portas fechado branco, registrado no patrimônio sob número 087. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XXXVIII. ITEM 38: Armário duas portas fechado branco, registrado no patrimônio sob número 3721. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XXXIX. ITEM 39: Armário duas portas fechado branco, registrado no patrimônio sob número 0994. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XL. ITEM 40: Armário duas portas fechado branco, sem registro no patrimônio. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XLI. ITEM 41: Cadeira fixa Cavaletti C 2008, registrada no patrimônio sob nº 678. LANCE INICIAL R\$ 10,00 (Dez reais).
- XLII. ITEM 42: Cadeira em corvino, registro no patrimônio sob nº 186. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XLIII. ITEM 43: Mesa/Rack para computador, com suporte para teclado, branca 1,40x0,60x1,60, registro no patrimônio sob nº 3713. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).
- XLIV. ITEM 44: Estante de madeira, 2,10x1,20, 2 nichos longos e 4 nichos quadrado, registro no patrimônio sob nº 3742. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XLV. ITEM 45: Mesa/rach/computador com suporte para teclado 1,33x1,64x0,48, registro no patrimônio sob nº 3710. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).
- XLVI. ITEM 46: Cadeira Giratória Preta com apoio braço, registro no patrimônio sob nº 3821. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- XLVII. ITEM 47: Fogão quatro bocas com forno - pre400f PROGAS, registro no patrimônio sob nº 2593. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).
- XLVIII. ITEM 48: Fogão quatro bocas simples com forno pre400f PROGAS, registro no patrimônio sob nº 2594. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).
- XLIX. ITEM 49: Compressor de ar Schultz, registro no patrimônio sob nº 57. LANCE INICIAL R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais).
- L. ITEM 50: Autoclave Stermax, registro no patrimônio sob nº 3726. LANCE INICIAL R\$ 30,00 (Trinta reais).
- LI. ITEM 51: Fogão a gás 4 queimadores, modelo Bravo, marca Atlas, registro no patrimônio sob nº 240. LANCE INICIAL R\$ 50,00 (Cinquenta reais).
- LII. ITEM 52: Aparelho de ultrasonografia mod. SA600 com 2 sondas, vídeo printer e carro suporte, registro no patrimônio sob nº 2314. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
- LIII. ITEM 53: Arquivo de aço 4 gavetas, registro no patrimônio sob nº 617. LANCE INICIAL R\$ 15,00 (Quinze reais).
- LIV. ITEM 54: Estante de aço bege, registro no patrimônio sob nº 3740. LANCE INICIAL R\$ 15,00 (Quinze reais).
- LV. ITEM 55: Estante de aço bege, registro no patrimônio sob nº 3739. LANCE INICIAL R\$ 15,00 (Quinze reais).
- LVI. ITEM 56: Estante aço 40cm, 6 prateleiras, registro no patrimônio sob nº 101. LANCE INICIAL R\$ 7,00 (Sete reais).
- LVII. ITEM 57: Lavadora de alta pressão Electrolux aqua home, registro no patrimônio sob nº 2053. LANCE INICIAL R\$ 20,00 (Vinte reais).
- LVIII. ITEM 58: Poltrona gir. 4001 tecido, registro no patrimônio sob nº 176. LANCE INICIAL R\$ 10,00 (Dez reais).
- LIX. ITEM 59: Cadeira giratória tecido preto, registro no patrimônio sob nº 838. LANCE INICIAL R\$ 10,00 (Dez reais).
- LX. ITEM 60: Cadeira giratória em tecido preto, com apoio de braço, registro no patrimônio sob nº 3675. LANCE INICIAL R\$ 10,00 (Dez reais).
- LXI. ITEM 61: Cadeiras giratórias sem registro no patrimônio. LANCE INICIAL R\$ 10,00 (Dez reais).

Art. 2º - A venda de que trata o artigo 1º desta Lei, será exclusivamente à vista, mediante recolhimento dos valores através do documento de arrecadação emitido pelo Município.

Art. 3º - O preço dos bens constantes da relação do artigo 1º desta Lei será aquele estipulado através da avaliação mínima de venda realizada, em Laudos de avaliação por Engenheiro Mecânico devidamente credenciado ao órgão competente a função exercida e ratificada pela comissão de avaliação, anexo ao Projeto de Lei, onde foi observado, tanto quanto possível o valor de mercado dos veículos, máquinas e equipamentos.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à alienação dos bens constantes do artigo 1º desta Lei, pelo maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. Assim como suspender a venda, se assim julgar conveniente.

Art. 5º - A alienação prevista no artigo 1º desta Lei está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita e Alto Bela Vista (SC), em 14 de Agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

ANEXO I

ITEM 24- Sucatas de materiais eletrônicos.	
Patrimônio	Equipamento/Móvel
2826	Estabilizador ADF Tronik preto
3373	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASER JET PRO 400 COLOR MFP M475DN
3819	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL MENNO
3481	Televisor Philco CRT 21"
2223	CAMERA DIGITAL FOTOGRAFICA NIKON D40
2418	RELOGIO PONTO HENRY SUPER FÁCIL BIOMÉTRICO
3602	Impressora HP Laser Jet
222	MICROCOMPUTADOR P42.66
065	DETECTOR FETAL DE MESA
3692	Monitor CRT marca Infoway TF 30H 17"
2289	TELEVISOR CCE 21 POLEGADAS
3718	Computador AMD Sempron
3482	DVD Tectoy mod DVT C 101
3211	Impressora HP Laser Pro M 125ª
2586	MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 780

PORTARIA 114 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608595

CONCEDE AFASTAMENTO, PARA FINS ELEITORAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE IDENTIFICA.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;
Considerando: art. 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
Considerando: os requerimentos protocolados sob os números 311,314,310,315,312 e 313 respectivamente pelos servidores públicos municipais candidatos às eleições municipais de 15 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento das funções do cargo aos servidores públicos efetivos municipais, abaixo relacionados, pelo período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020;

Mat.	Servidores	Cargos
131	Edson Gonçalves	Operador de Balsa
492	Marloiva Maria Baivatti	Técnica em Enfermagem

222	Elton Rech	Auxiliar de Serviços Gerais
506	Elmar Hoffmann	Operador de Balsa
737	Marcio Vendruscolo	Motorista
740	Vanderlei Edmundo Pallas	Operador de Retroescavadeira

Art. 2º Aos servidores identificados no inciso anterior é garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 14 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

TOMADA DE PREÇO 07/2020

Publicação Nº 2605118

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço TP7/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de adequações de acessibilidade em prédios públicos municipais, em Alto Bela Vista - SC, conforme projeto.

Data de entrega dos envelopes: 04/09/2020 às 08:40 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 04/09/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 14 de agosto de 2020

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação N° 2608852

Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

Ilma. Senhora
Dalila Aparecida Izoton

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/2019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para tratar da contratação para o cargo de Professora de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 003/2019. A convocação se dá em virtude da substituição da licença maternidade da titular Arieli Pulga Dal Castel.

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação pra a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2019, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - Fotocópia do RG;
 - Fotocópia do CPF;
 - Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - Fotocópia do Título de Eleitor;
 - Comprovante de residência;
 - Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - Uma fotografia 3x4 atual;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Declaração de bens;
 - Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>;
 - Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Dalila Aparecida Izoton

DECRETO N. 143/2020

Publicação Nº 2608786

DECRETO Nº. 143/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 578.619,52 (quinhentos e setenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 578.619,52 (quinhentos e setenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 578.619,52 (quinhentos e setenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101-ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

(110) 3.3.90.00.00.00.00.00.0165 -Aplicações Diretas R\$ 379.102,50

(109) 3.1.90.00.00.00.00.00.0165 -Aplicações Diretas R\$ 179.102,49

(107) 3.1.90.00.00.00.00.00.0162 -Aplicações Diretas R\$ 14.290,17

10– SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0026.2.201 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(32) 3.1.90.00.00.00.00.00.0162 -Aplicações Diretas R\$ 6.124,36

Total R\$ 578.619,52

Art. 3º Para o atendimento da abertura dos Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, permitindo a utilizar o produto do Excesso de Arrecadação no valor de até R\$ 20.414,53 (vinte mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos), dos recursos provenientes do Auxílio Financeiro - LC 173/2020 COVID-19 - FMS E FMAS sob o código 0162 (00.01.0162) e no valor de R\$ 558.204,99 (quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quatro reais e noventa e nove centavos) dos recursos provenientes do MINISTÉRIO DA SAÚDE - COVID 19 - PORTARIA 1.666/2020, sob o código 0165 (00.01.0165), conforme disposto no inciso II do § 4º do art.43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito introduzido no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 144/2020

Publicação Nº 2608820

DECRETO Nº. 144/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – CDM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal n. 1.885/2011, que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Considerando o Decreto n. 172/2019, que nomeia conselho de desenvolvimento municipal – CDM.

Considerando os requerimentos solicitando alteração de membros do Conselho.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas “c” do inciso I, do Art. 1º e “d” do Inciso II do Decreto nº 172/2019, com a substituição de membros, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

I – Órgãos do Poder Executivo Municipal:

c) Secretaria Municipal de Educação: Josemir Forgiarini (Titular) e Selma Giongo (suplente).

II – Sociedade Civil:

d) Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar: Marcieli Aline Guth (Titular) e Ventura Wolff (suplente).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 145/2020

Publicação Nº 2608838

DECRETO Nº. 145/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerimento expedido pela membro Claudete Teresinha Junges pedido o afastamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, nomeada pelo Decreto n. 126/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea “d” do inciso I, Art. 1º do Decreto nº 126/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

I – Órgãos Municipais:

d) representantes da Secretaria Municipal de Educação: Josemir Forgiarini (titular) e Selma Giongo (suplente).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 146/2020

Publicação Nº 2608981

DECRETO Nº. 146/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n. 101/2019, que nomeia Coordenadoria Municipal da Defesa Civil do município de Anchieta e dá outras providências.

Considerando o Requerimento do Sr. Valdecir Luis Cella e de Vilmar Paulo Piovezani, solicitando a substituição de membro da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III, do Art. 1º do Decreto nº 101/2019, com a substituição de membro, com a nomeação de Marcieli Aline Guth, como membro titular, representante do Sindicato dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar.

Art. 2º Fica alterada a alínea “e” do inciso II, do Art. 1º do Decreto nº 101/2019, com a substituição de membro, com a nomeação de Vanira Moresco, como membro titular, representante da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 147/2020

Publicação Nº 2609088

DECRETO Nº. 147/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n. 127/2019, que nomeia membros do conselho Municipal de Trânsito de Anchieta, e dá outras providências;

Considerando os Requerimentos solicitando a substituição de membro do conselho;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas “a”, “g” e “i” do Art. 1º do Decreto nº 127/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

- a) um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura: Itamar Cavasin (titular) e Othar Rostirolla (suplente).
- g) um representante da Associação Comercial e Industrial de Anchieta: Eduardo Scholtze (titular) e Bruna Cristina Ott (suplente);
- i) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar: Ventura Wolff (titular) e Marcieli Aline Guth (suplente);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 148/2020

Publicação Nº 2609186

DECRETO Nº 148/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 1.500/06;

Considerando o Decreto nº 080/2019, que nomeou os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Considerando o requerimento do Vice Prefeito Vilmar Paulo Piovezani, solicitando o desligamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento;

DECRETA:

Art. 1º Fica suprimido o inciso III, do Art. 1º do Decreto n. 080/2020, de 29 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 149/2020

Publicação Nº 2609192

DECRETO Nº. 149/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando os requerimentos expedidos pelos membros Vilmar Paulo Piovezani, Valdecir Cella e Douglas Luiz Vidori;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, V, VI e IX do Art. 1º do Decreto n. 168/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

I – Representante do Poder Executivo Municipal: Camila Baronio (titular) e Artur Chenet (suplente);

V – Representante da Associação Comercial Industrial e Serviços de Anchieta – ACISA: Fabio Kohls do Amaral (titular) e Josiane Stobbe Baronio (suplente).

VI – Representante da Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Anchieta – SINTRAF: Marcieli Aline Guth (titular) e Ventura Wolff (suplente);

IX – Representes dos agentes comunitários de saúde: Inês Carpeggiani (titular) e Sirlei Tabaldi (suplente).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 150/2020

Publicação Nº 2609201

DECRETO Nº. 150/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n. 076/2020, que nomeia membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do município de Anchieta/SC, e dá outras providências.

Considerando os Requerimentos solicitando a substituição de membros do conselho;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alíneas "c" do inciso I, do Art. 1º do Decreto nº 076/2020, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

I -

c) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo: Selma Giongo (titular) e Aline de Giacometti (suplente);

Art. 2º Fica alterada as alíneas "c" e "e" do inciso II, do Art. 1º do Decreto nº 076/2020, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

II -

c) Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF: Marcieli Aline Guth (titular) e Ventura Wolff (suplente)

e) Coordenadoria da Defesa Civil: Rafael Ferreira da Silva (titular) e Marcelo Kunrath (suplente);

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 151/2020

Publicação Nº 2609240

DECRETO Nº. 151/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n. 163/2018, que nomeia membros do Conselho Municipal de Educação município de Anchieta/SC, e dá outras providências.

Considerando os Requerimentos solicitando a substituição de membros do conselho;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os Incisos I e V do Art. 1º do Decreto nº 163/2018, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

I - dois representantes do Poder Executivo Municipal: Josemir Forgiarini (titular) e Neli da Costa Thums (suplente); Claudio Santa Catarina (titular) e Luiz Bortolotto Baggio (suplente);

V – dois representantes dos diretores das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino: Sheila Dornelles (titular) e Andreia de Souza (suplente);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI /
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 152/2020

Publicação Nº 2609258

DECRETO Nº. 152/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto n. 021/2020, que nomeia membros do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB, e contém outras providências.

Considerando o Requerimento da Membro Claudete Terezinha Junges solicitando a substituição de membro do conselho;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III, do Art. 1º, do Decreto nº 021/2020, com a substituição da membro titular, Claudete Terezinha Junges, pelo servidor Josemir Forgiarini.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PP 042/2020-PM

Publicação Nº 2608125

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 077/2020 – Pregão Presencial nº 042/2020.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 077/2020, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preço visando aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para serem utilizados na elaboração da merenda escolar pelas Escolas Municipais do Ensino Infantil/Fundamental e Creche, e nos diversos Setores e Secretarias da Administração Pública, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM.DE ALIMENTOS LTDA-EPP.

V ALOR R\$: 5.265,00

NSC COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME.

VALOR R\$: 12.700,00

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP.

VALOR R\$: 9.360,00

SCS COMÉRCIO LTDA – EPP.

VALOR R\$: 13.118,00

BUGRE COMERCIAL EIRELI - ME.

VALOR R\$: 8.805,00

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$: 49.248,00 (Quarenta e Nove Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais).

Anchieta, 17 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

PORTARIA N. 291/2020

Publicação Nº 2608897

PORTARIA Nº 291/2020.
De, 17 de agosto de 2020

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Portaria nº 427/2019, que nomeou o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Anchieta/SC;

Considerando o requerimento do Membro Valdeci Luis Cella, solicitando a substituição de membro

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada o inciso IX, do Art. 1º da Portaria nº 427/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

IX. representante da Associação Rural: Marieli Aline Guth (titular) e Ventura Wolff (suplente).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 290/2020

Publicação Nº 2609027

PORTARIA nº. 290/2020
De, 17 de agosto de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para a servidora Pública Municipal senhora Marlene Carteri, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 1991, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao quinquênio 04/06/2012 à 04/06/2017, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 17/08/2020 à 15/09/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 17 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PREGÃO PRESENCIAL 003/2020-FMAS

Publicação Nº 2608661

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2020

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento a pessoa portadora de deficiência física (cadeirante), Adriano Ferreira Nunes do município de Anchieta /SC, para o período de 12 meses. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 28/08/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 17 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO ANEXO III DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RUA BUENOS AIRES (02.2020)

Publicação Nº 2608866



Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº
002/2020.

O Prefeito de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. Ivan José Canci, no uso de suas atribuições legais e diante do edital de Contribuição de Melhoria nº 002/2020 da Rua Buenos Aires retifica a relação dos proprietários apresentados no Anexo III, passando a ser da seguinte forma:

ANEXO III – RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS:

LADO B – Rua Buenos Aires (Sentido: Rua Olinda para Rua Vereador Geraldo Garlet)

PROPRIETÁRIO	LOTE	RUA
Sueli Antonelli Schwaab	Lote urbano 79-A, matrícula CRI Anchieta 1.121	Buenos Aires
Carolise Scalco	Lote urbano 78-B, matrícula CRI Anchieta 1.677	Buenos Aires
Everaldo Martins De Lima E Nelci Clarice Schieferdecker De Lima	Lote urbano 78-A, matrícula CRI Anchieta 3.438	Buenos Aires
Anedi Prior	Lote urbano 77-B, matrícula CRI Anchieta 1.930	Buenos Aires
Aneri Lago	Lote urbano 76-A, matrícula CRI Campo Erê 2.963	Buenos Aires
Aneri Lago	Lote urbano 77-A, matrícula CRI Campo Erê 2.963	Buenos Aires
Alcione Lago	Lote urbano 75-B, matrícula CRI Anchieta 3.206	Buenos Aires
Adacir Luiz Canalle E Solange De Abreu Canalle	Parte do lote urbano 75-A, matrícula CRI Anchieta 5.314	Buenos Aires
Sandro Langer	Parte do lote urbano 75-A, matrícula CRI Anchieta 5.315	Buenos Aires
Edite De Souza	Lote urbano 74-B, matrícula CRI Anchieta 3.468	Buenos Aires
Vitelvino Francisco Bassoto E Juraci Cilde Bassoto	Lote urbano 74-A, matrícula CRI Anchieta 1.376	Buenos Aires
Nilso João Uliana	Lote urbano 72-B, transcrição 14.956 CRI São Miguel do Oeste	Buenos Aires
Edenir Lazari	Lote urbano 73-A, matrícula 1.299 CRI Anchieta/SC	Buenos Aires
Veronica Graczk	Lote urbano 72-A, matrícula CRI Anchieta 2.405	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Meotti Parpinelli Ltda	Parte do lote urbano 70, matrícula CRI Anchieta 3.466	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Meotti Parpinelli Ltda	Lote urbano 69, matrícula CRI Anchieta 3.465	Buenos Aires



Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta

Andrei José Cavasin	Lote urbano 68-A, matrícula CRI Anchieta 484	Buenos Aires
Lúcio Leonir Milan E Analzira Gubert Milan	Lote urbano 67 e parte do lote urbano 68, matrícula CRI Anchieta 2.693	Buenos Aires
Joacir Luiz Garlet Faccin	Lote urbano 66A, matrícula CRI Campo Erê 3.713	Buenos Aires
Vilson Luiz Rossato E Cleusa Fátima Benetti Rossato	Parte do lote urbano 66, matrícula CRI Anchieta 5.414	Buenos Aires
Vilson Luiz Rossato E Cleusa Fátima Benetti Rossato	Parte dos lotes urbanos 65 e 66, matrícula CRI Anchieta 5.414	Buenos Aires
Jean Piere Grosbelli	Parte do lote urbano 65, matrícula CRI Anchieta 5.928	Buenos Aires
Bruna Rossato	Parte do lote urbano 65, matrícula CRI Anchieta 6.160	Buenos Aires
Débora Ângela Rossato	Parte dos lotes urbanos 64 e 65, matrícula CRI Anchieta 6.159	Buenos Aires
Vilson Luiz Rossato E Cleusa Fátima Benetti Rossato	Parte dos lotes urbanos 64, 65 e 66, matrícula CRI Anchieta 5.414	Buenos Aires
Vilson Luiz Rossato E Cleusa Fátima Benetti Rossato	Lote urbano 64-A, matrícula CRI Anchieta 5.946	Buenos Aires

LADO B – Rua Buenos Aires (Sentido: Rua Olinda para Rua Vereador Geraldo Garlet)

PROPRIETÁRIO	LOTE	RUA
Clecir Salete Antunes E João Lair Antunes	Lote urbano 89, matrícula CRI Anchieta 1.640	Buenos Aires
Deoclides Dal Castel	Parte do lote urbano 90, matrícula CRI 4.776	Buenos Aires
Dalila Aparecida Izoton	Parte do lote urbano 90, matrícula CRI 4.777	Buenos Aires
Gilmar Biluca	Parte do lote urbano 93, matrícula CRI Anchieta 2.038	Buenos Aires
Valmor Odécio Schmidt	Parte do lote urbano 93, matrícula CRI Anchieta 2.038	Buenos Aires
Renato Rossato	Lote urbano 94, matrícula CRI Anchieta 4.756	Buenos Aires
Marlene Inês De Oliveira	Parte do lote urbano 97, matrícula CRI 5.452	Buenos Aires
Adriano Mezzaroba	Parte do lote urbano 97, matrícula CRI Anchieta 5.492	Buenos Aires
Alberto Luciano Zamin	Lote urbano 98-A, matrícula CRI Anchieta 6.574	Buenos Aires
Marcos Aurélio Casali e Nilse de Souza Casali, Marciele	Lote urbano 98-B, matrícula CRI Anchieta 6.571	Buenos Aires



Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta

Casali Fontaniva e Sérgio Fontaniva, Giovane Casali Schmidt e Valmor Odécio Schmidt, Jaqueline Casali Rossato e Aquiles Rossato, Daiane Cassali da Silva.		
Oli Somavilla E Zeni Wibrantz Somavilla	Parte do lote urbano 103, matrícula CRI 4.063	Buenos Aires
Clecir Salete Antunes E João Lair Antunes	Parte do lote urbano 103, matrícula CRI Anchieta 888	Buenos Aires
Evaldo Antonio Garlet	Parte do lote urbano 104, matrícula CRI Anchieta 723	Buenos Aires
Paulo Renê Mapelli E Claci Maria Mapelli	Parte do lote urbano 104, matrícula CRI Anchieta 5.402	Buenos Aires
Volmar Izoton	Parte do lote urbano 109, matrícula CRI Anchieta 4.277	Buenos Aires
Odete Machado de Souza e Edson Luiz Schwaab	Parte do lote urbano 109, matrícula CRI Anchieta 4.732	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Parpinelli Meotti Parpinelli Ltda	Lote urbano 110, matrícula CRI Anchieta 1.203	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Parpinelli Meotti Parpinelli Ltda	Lote urbano 113, matrícula CRI Anchieta 1.203	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Parpinelli Meotti Parpinelli Ltda	Lote urbano 114, matrícula CRI Anchieta 1.203	Buenos Aires
Indústria E Comércio De Móveis Parpinelli Meotti Parpinelli Ltda	Parte do lote urbano 117, matrícula CRI Anchieta 1.203	Buenos Aires
Valdir Daniel Parpinelli	Parte dos lotes 117 e 118, matrícula 4.830 CRI Campo Erê/SC	Buenos Aires
Paulo Cesar Fioreze	Parte do lote urbano 118, matrícula CRI Anchieta 1.377	Buenos Aires
Renato Rossato E Jovani Rossato	Parte do lote 123, matrícula CRI Anchieta 4.557	Buenos Aires
Roaldo E Lenita Passarin	Parte do lote urbano 123, matrícula CRI Anchieta 1.220	Buenos Aires

Anchieta-SC, 17 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 012020-AS-CH

Publicação Nº 2608317

CONTRATO DE HONORÁRIOS Nº 01/2020-AS-CH

Contrato de honorários que fazem as partes abaixo qualificadas e nas condições a seguir especificadas:

1- Advogados – DR. LUIZ GONZAGA GARCIA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob no 11.459, portador do CPF no 781.406.509-78, com endereço profissional na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5960, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP 88140-000, Tel. (48) 3245-2566, sócio representante da sociedade GARCIA & GARCIA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 21.993809/0001-31, OAB/SC nº 2.390, sociedade a quem pertence os honorários contratados e de sucumbência.

2- Cliente(s) – ANGEPREV – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANGELINA, autarquia municipal inscrita no CNPJ n. 03.863.650/0001-59, com sede na Rua Manoel Lino Koerich, 80, Centro, Angelina/SC.

3- Objeto do Contrato – REPRESENTAR NA DEFESA DO PROCESSO Nº 5001146-73.2020.8.24.0057 EM TRAMITE PERANTE A 2ª VARA DA COMARCA DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC E MOVIDO POR NELSI MARIA COLEHO RUBICK até decisão DE final DE SEGUNDO GRAU.

4- Dos Honorários Advocatícios: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de honorários para a defesa do referido processo, que serão pagos no prazo de 10 dias após a assinatura do presente termo, mediante depósito bancário na conta da sociedade de advogados abaixo indicada e da apresentação de nota fiscal competente. Conta Corrente 14.389-8, Banco Sicoob (756) agência 3236.

5- Despesas - As despesas forenses (custas processuais) são de responsabilidade da cliente.

6 - Foro - O foro desde contrato é o de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

Santo Amaro da Imperatriz, 17 de agosto de 2020.

LUIZ GONZAGA GARCIA JÚNIOR

ANGEPREV – INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANGELINA

DECRETO Nº 078/2020

Publicação Nº 2608207

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 78/20

“DISPOE SOBREABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 205.562,78 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos) na dotação orçamentárias abaixo discriminada:	
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS		
06.02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
15451101.003 - Urbanização, Pavimentação de Vias Públicas		
(172) 4.4.90.00.00.00.00.0.1.64.0395 – Aplicação Direta	R\$	205.562,78
Art. 2º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são oriundos do excesso de arrecadação do exercício corrente até a importância de R\$ 205.562,78 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), apurado na fonte de recurso abaixo discriminada:	
0.1.64.0395 – Convênio CASAN nº 824/2019 - (Pav.de Rua)		R\$ 205.562,78

Total	R\$ 205.562,78
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelina, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2020

Publicação Nº 2607807

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA Nº 116/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 215 da Lei Municipal nº 021/2013 de 23/12/2013, considerando o afastamento concedido pelo órgão oficial de perícia e o parecer da assistência social;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Gizele Maria Schmitt Hames, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina, sem prejuízo de sua remuneração no período de 02/08/2020 à 31/11/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/08/2020.

Art. 3º - Registre-se, publica-se, cumpra-se.

Angelina, 13 de agosto de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 120/2020**

Publicação Nº 2608316

DECRETO Nº 000120/20 de 17 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.200,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.200,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 121/2020

Publicação Nº 2608329

DECRETO Nº 000121/20 de 17 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.160,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.032-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 6.160,00

11.01.10.301.0012.2.030-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 8.160,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 477/2020

Publicação N° 2608194

PORTARIA N° 477/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 45 dias ao servidor PEDRO NAZARENO JUNKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 29 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/07/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de agosto de 2020.

PORTARIA N 478/2020

Publicação N° 2608197

PORTARIA N° 478/2020

Concede licença maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 180 dias a servidora MARIANA APARECIDA CYPRIANO DE CASTRO HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO 40H, a partir de 11 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/08/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 17 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 18 de agosto de 2020.

PORTARIA N 479/2020

Publicação N° 2609361

PORTARIA N° 479/2020

Admite servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Chamamento Público nº 010/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário LUCIANA SCHMITT, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 18 de agosto de 2020 a 30 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de agosto de 2020.

PORTARIA N 480/2020

Publicação N° 2609369

PORTARIA N° 480/2020
Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade a servidora LUCIANA SCHMITT, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 18 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de agosto de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO QUINTO COLOCADO - ITEM 65 PREGÃO 16/2019 FMS

Publicação Nº 2609397

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO QUINTO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2019

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2019

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

item 65- FRONHA DESCARTÁVEL, 50X70CM NA COR BRANCA, EM TNT, PACOTE COM 10 UNIDADES

O município de Apiúna, informa que em face do parecer emitido e da decisão administrativa que deferiu o pedido de desistência do primeiro colocado em fornecer o item 65-FRONHA DESCARTAVEL, 50X70CM NA COR BRANCA, EM TNT, PACOTE COM 10 UNIDADES da referida licitação,

CONVOCAMOS o licitante remanescente, na ordem de classificação, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA classificada em 5º lugar do Item 65 no certame, para MANIFESTAR interesse em fornecer o referido item . A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Contratos e Licitações. Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto PELA PRIMEIRA COLOCADA (VALOR UNITÁRIO R\$ 5,66) à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado os remanescentes.

Solicito que manifeste imediatamente o interesse em fornecer o item 65- FRONHA DESCARTAVEL, 50X70CM NA COR BRANCA, EM TNT, PACOTE COM 10 UNIDADES

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO

Publicação Nº 2609365

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2019

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 100/2019

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAFÉ, ÁGUA E DIVERSOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE .

item 36- LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES

O município de Apiúna, informa que em face do parecer emitido e da decisão administrativa que deferiu o pedido de desistência do primeiro colocado em fornecer o item 36-LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES da referida licitação, CONVOCAMOS o licitante remanescente, na ordem de classificação, TIAGO DANIEL VEDAN-ME, classificada em 3º lugar do Item 36 no certame, para MANIFESTAR interesse em fornecer o referido item . A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Contratos e Licitações. Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto PELA PRIMEIRA COLOCADA (VALOR UNITÁRIO Reajustado -R\$ 37,80) .

Caso não aceite, será convocado os remanescentes.

SERÃO SOLICITADAS APROXIMADAMENTE 50 caixas no total, em todos os tamanhos.

Solicito que manifeste em 2 dias o interesse em fornecer o item 36- LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES

DECRETO Nº 3565/2020

Publicação Nº 2608339

DECRETO Nº 3565/2020

De 13 de Agosto de 2020.

REGULAMENTA E DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE PEDIDO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando a ausência de procedimento para instruir, conduzir e sanear os procedimentos administrativos tendo por objeto a aplicação da Regularização Fundiária Urbana prevista na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que impôs a obrigatoriedade do Município de Apiúna em receber tais feitos e com o objetivo de adotar uma rotina administrativa que objetive maior eficiência e efetividade na análise

destas demandas, o Senhor Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
CAPÍTULO I

DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA

Subseção I - Dos Procedimentos Administrativos

Art. 1º. Os Requerimentos iniciais para aplicação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, tendo por objeto a Legitimação Fundiária, serão apresentados ao setor de protocolos, inaugurando um procedimento administrativo encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 3º. O Requerimento inicial indicará:

I – o endereçamento a quem é dirigida, no caso à Presidência da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, se houver, ou ao Responsável pela instrução do procedimento administrativo;

II – os nomes e os prenomes completos;

III - o estado civil, incluindo o regime de bens e a existência de união estável, quando houver;

IV - a profissão;

V - a filiação;

VI - o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e do Registro Geral e o Órgão Emissor;

VII - o e-mail, o telefone fixo e o celular com DDD;

VIII - o endereço do domicílio e a residência dos Requerentes, devendo constar o logradouro, o número, o complemento, o bairro, o Cep., o Município e o Estado;

IX - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

X - a qualificação disponível dos confrontantes e de seus cônjuges, se casados forem, devendo constar, no mínimo, nome completo e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

XI - o pedido com as suas especificações e o apontamento da modalidade de Reurb-E indicará, ainda, o valor da unidade objeto da Regularização, por meio de carta de avaliação particular, com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as benfeitorias realizadas pelo ocupante, cujo prazo de validade da avaliação será de, no máximo, 12 (doze) meses, firmada por corretor de imóveis inscrito no respectivo órgão de classe.

§ 1º. Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E indicará, ainda, o valor da unidade objeto da Regularização, por meio de carta de avaliação particular, com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as benfeitorias realizadas pelo ocupante, cujo prazo de validade da avaliação será de, no máximo, 12 (doze) meses, firmada por corretor de imóveis inscrito no respectivo órgão de classe.

§ 2º. O Município poderá indicar o valor da unidade objeto da Regularização.

Art. 4º. O Requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

I – documentos pessoais com validade nacional com foto onde deve constar o número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;

II – comprovação do Estado Civil;

III – comprovação da Residência, considerando-se para tanto, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa;

IV – comprovação da Renda, observado o disposto no art. 10 desta norma.

V – comprovação da Posse;

VI – certidão ou Declaração emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro.

VII – declaração emitida pelo órgão municipal ambiental, ou correspondente, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em Área de Preservação Permanente – APP.

VIII – declaração emitida pela Defesa Civil, ou correspondente, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em Área de Risco.

IX – declaração emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, ou correspondente, informando se a área ou núcleo a ser regularizado possui características de área urbanizada.

§ 1º A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal, devidamente acompanhada da certidão de estado civil emitida pelo Cartório do Registro Civil;

§ 2º A comprovação a que se refere o inciso II deste artigo poderá ser aceita quando a certidão emitida pelo Cartório do Registro Civil ou Tabelionato estiver desatualizada, desde que, acompanhada de declaração assinada pelos requerentes, com firma reconhecida, confirmando o estado civil.

§ 3º Os solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente devem apresentar Declaração Negativa de União Estável, com firma reconhecida.

§ 4º A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, carnês de IPTU, histórico de contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.

§ 5º Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a) com a anuência dos eventuais herdeiros.

§ 6º Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos

demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.

§ 7º Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, será aceita declaração de desistência para o outro cônjuge.

§ 8º As declarações descritas nos incisos VII e VIII deste artigo, indicarão expressamente qual parte da área ou núcleo a ser regularizado foi, eventualmente, atingido pela limitação;

§ 9º Se em 30 dias após o protocolo do pedido no ente competente pelas declarações descritas nos incisos VII, VIII e IX deste artigo, não houver resposta, será considerada cumprida sua exigência.

Art. 5º. Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado dos seguintes documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017:

I – levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II – planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV – projeto urbanístico;

V – memoriais descritivos;

VI – proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII – estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

IX – proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X – minuta de termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

§ 1º O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar as unidades, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

§ 2º Quanto aos levantamentos topográficos, em se tratando de curva, deverão os trabalhos técnicos (planta e memorial descritivo) estabelecer a medida do raio, desenvolvimento e tangente da curva, devendo constar:

I – A direção da curva (se à esquerda ou à direita);

II – O formato da curva (se côncava ou convexa);

III – A coordenada do ponto PC (Ponto inicial da curva), do ponto PT (Ponto de tangência da curva), juntamente com o raio e desenvolvimento;

IV – O DATUM (Elipsóide) utilizado para a representação das coordenadas, bem como o HEMISFÉRIO, o MERIDIANO CENTRAL e o FUSO.

§ 3º Ao final do procedimento, quando notificado pelo Responsável pela instrução do procedimento administrativo, os Requerentes deverão apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), na via original, quitada e assinada pelas partes, para mencionar a área total levantada, os números de unidades, a área verde, se houver, o sistema viário, se houver, o número da(s) matrícula(s) mãe, se houver e a localização do imóvel, tudo de acordo com os trabalhos técnicos.

Art. 6º. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, segundo art. 36 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a indicação:

I – das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

II – das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III – quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em unidades ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

IV – dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V – de eventuais áreas já usucapidas;

VI – das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII – das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII – das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX – de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

Art. 7º. O Requerimento inicial será indeferido quando:

I – o Requerente for manifestamente ilegítimo;

II – o Requerente carecer de interesse;

III – constatar-se casos de especulação imobiliária;

IV – a modalidade escolhida pelo Requerente for inadequada, segundo art. 13 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

V – o Requerimento contrariar qualquer dispositivo desta norma.

Parágrafo único. Caso o Município entenda que não houve má-fé na escolha indicada no inciso IV, poderá fazer a revisão da modalidade solicitando a atualização do Requerimento, nos termos do § 3º do art. 30 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 8º. Recebido o Requerimento inicial, o Responsável pela instrução do procedimento administrativo poderá:

I – indeferir o pedido;

II – solicitar ao Requerente complementação na documentação ou nas informações prestadas.

§ 1º A solicitação indicada no inciso II deste artigo será enviada por meio de carta ou correspondência eletrônica dirigida ao endereço indicado no Requerimento Inicial, sendo que, a devolução desmotivada da correspondência, acarretará no imediato arquivamento do respectivo procedimento administrativo.

§ 2º A solicitação de complementação indicada no inciso II suspende o prazo indicado no § 2º do art. 30 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 9º. Deferido o processamento, o Responsável pela instrução do procedimento administrativo que tenha por objeto a aplicação do instrumento da Legitimação Fundiária deverá:

I – pesquisar no Cartório de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o Município ou outro que entenda pertinente, em nome dos Requerentes e seus Cônjuges, para averiguar se são concessionários, foreiros ou proprietários de imóvel urbano ou rural;

II – classificar caso a caso, as modalidades da Reurb;

III – proceder às buscas necessárias para determinar ou confirmar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado;

IV – notificar os confinantes, terceiros eventualmente interessados, titulares de domínio e os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação;

§1º Quando a notificação dos indicados no inciso IV deste artigo não ocorrer pessoalmente, pela ciência na planta geral do levantamento topográfico ou qualquer documento demonstrando a anuência prévia, será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula, da transcrição ou outro que o Município definir, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 2º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

Art. 10. Presume-se de baixa renda, não dispondo norma federal ou estadual de forma diversa, a pessoa natural integrante de entidade familiar que aufera renda familiar mensal líquida não superior a três salários mínimos federais;

§ 1º Para os fins dispostos neste Decreto, entidade familiar é toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§ 2º Renda familiar é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de dezoito anos, excluindo-se:

I - rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais;

II - valor comprovadamente pago a título de contribuição previdenciária oficial;

III - gastos mensais comprovados com tratamento médico por doença grave ou aquisição de medicamento de uso contínuo;

IV - plano de Saúde.

§ 3º O valor do imóvel não interfere na avaliação econômico-financeira do interessado.

§ 4º Os critérios estabelecidos neste artigo não excluem a aferição da hipossuficiência no caso concreto, através de manifestação devidamente fundamentada.

§ 5º Para auferir a renda líquida, não serão descontados do valor bruto, quantias relativas a empréstimos e financiamentos ou outros que o Município entender pertinentes.

§ 6º Será Reurb-S, quando as custas e emolumentos do Registro de Imóveis ultrapassar 30 % do valor da renda líquida mensal familiar, limitada ao quádruplo do salário mínimo vigente no País, sob pena de comprometer o sustento do Requerente.

Art. 11. O Responsável pela instrução do procedimento administrativo, decidirá em 15 (quinze) dias, contados do prazo final para a apresentação de impugnação, pelo andamento do procedimento administrativo, por diligências para esclarecer fatos narrados na impugnação ou pelo seu indeferimento;

Art. 12. Quando despachado pelo andamento do procedimento administrativo que determinou a modalidade Reurb-S, se for o caso, o Responsável pela instrução do procedimento administrativo encaminhará o requerimento para os órgãos municipais competentes para elaborarem os documentos elencados no artigo 5º, excluídos os que foram apresentados voluntariamente pelo Requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias ou outro que defina fundamentadamente, retornando os autos conclusos após esse prazo.

Art. 13. Havendo Comissão, reunir-se-á sempre que convocada por seu Presidente para deliberar sobre os Requerimentos, competindo a cada membro, dentro de sua respectiva competência, emitir parecer referente a sua área de atuação, indicando medidas a serem adotadas, com vistas à reformulação e à reavaliação do requerimento, quando for o caso, segundo o parágrafo único do art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

§ 1º O membro da Comissão Municipal de Regularização Fundiária poderá requerer vista do procedimento administrativo durante a reunião, sendo que, a carga não ultrapassará a data da próxima ou outro prazo definido pelo Presidente e o silêncio quanto ao pedido analisado será entendido como ato de concordância.

§ 2º Mesmo sem manifestação, o membro deverá devolver a carga do processo ao Presidente no prazo estipulado no parágrafo anterior, sob pena de sua exclusão da Comissão.

Art. 14. Entendendo pelo deferimento do requerimento o Responsável pela instrução do procedimento administrativo indicará as intervenções a serem executadas, aprovará o projeto de regularização fundiária, identificará e declarará os ocupantes de cada unidade imobiliária;

Art. 15. Todas as providências e manifestações, seja pelo deferimento, indeferimento, diligências ou outras medidas, estarão sujeitas à aprovação e encaminhamento ao Responsável pela instrução do procedimento administrativo.

Parágrafo único. Havendo Comissão, das manifestações divergentes proferidas pelos membros, caberá ao Responsável pela instrução do procedimento administrativo decidir, fundamentadamente, qual será acatada.

Art. 16. Saneado o procedimento, conforme art. 28, IV da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Responsável pela instrução do procedimento administrativo, proferirá sua decisão, devidamente motivada e fundamentada, acompanhada da minuta da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, constando:

I - o nome do núcleo urbano regularizado e sua localização;

II - a modalidade da regularização;

III - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma, se houver;

IV - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;

V - a listagem com nomes dos ocupantes e respectivas unidades, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade, além da filiação.

Parágrafo único. Acompanhará a CRF a indicação do número da designação cadastral (inscrição imobiliária) de cada unidade regularizada.

Art. 17. A decisão final do Responsável pela instrução do procedimento administrativo poderá ser encaminhada para o Chefe do Executivo Municipal, para aprovação da Minuta e posterior devolução à Secretaria de origem, devidamente assinada em via original.

Art. 18. O Responsável pela instrução do procedimento administrativo dará publicidade ao ato por meio da publicação no Diário Oficial de um Decreto e posteriormente encaminhará a CRF ao Cartório de Registro de Imóveis competente para abertura das matrículas imobiliárias.

Art. 19. Findados os trabalhos, o procedimento administrativo será arquivado definitivamente sob responsabilidade do Município.

Subseção II - Dos Imóveis Públicos

Art. 20. Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública municipal, deve ter aprovada pela Câmara Municipal a desafetação da parcela atingida na definição do perímetro do núcleo como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

Art. 21. Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública estadual, deve ter aprovada pela Assembleia Legislativa a desafetação da parcela atingida na definição do perímetro do núcleo, nos termos do inciso IX, art. 39 da Constituição do Estado de Santa Catarina, como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

Art. 22. Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública federal, deve ter a aprovação do Órgão Federal com circunscrição sobre a parcela atingida na definição do perímetro do núcleo, como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. A presente norma será implementada em consonância com o Programa Nacional de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e demais legislações Federais e Estaduais que tratem da matéria.

Parágrafo único. Em caso de lacuna ou obscuridade da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no julgamento dos procedimentos administrativos, caberá aplicar as normas legais; não as havendo, recorrer-se-á à analogia, aos costumes, aos entendimentos jurisprudenciais, e aos princípios gerais de direito.

Art. 24. Sendo o procedimento administrativo que tenha por objeto a aplicação do instrumento da Legitimação Fundiária a sequência de atividades em um conjunto de atos administrativos, sucessivos e concatenados, praticados pela Administração Pública Municipal com o objetivo de satisfazer determinadas finalidades de interesse público interligadas entre si, deverá permanecer durante sua tramitação até o arquivamento definitivo dentro das dependências, física ou virtual, municipais, nos termos do art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, órgão ou entidade terá acesso ao procedimento administrativo, vedada sua carga, sendo permitida a cópia dos documentos produzidos em seu bojo, quando não forem sigilosos.

Art. 25. As áreas públicas inseridas em glebas partícipes da Política Municipal de Regularização Fundiária e indicadas no respectivo levantamento topográfico como vias, servidões e áreas verdes, passarão ao domínio do Município.

Art. 26. Nos termos do art. 5º, § 4º do Decreto Federal nº 9.310/2018, no mesmo núcleo urbano informal, poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.

Art. 27. A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente será aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, nos termos do art. 9º, § 2º da Lei Federal nº 13.465/2017, até 22 de dezembro de 2016, independentemente do tempo de posse individual.

Art. 28. Os ocupantes inseridos em um núcleo urbano informal objeto de Legitimação Fundiária e que adquiriram suas unidades depois do marco temporal do dia 22 de dezembro de 2016, poderão participar da regularização fundiária considerando que seus antecessores já haviam os possuído antes da data limite imposta pela lei, com a devida comprovação da posse antecessora.

Art. 29. São dispensadas as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho das unidades regularizadas, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edificações.

Art. 30. Por se tratar de núcleo urbano informal consolidado, não será exigido o preenchimento de requisitos presentes para abertura de loteamentos regulares, tais como licenças ambientais e parâmetros urbanísticos, exceto se o núcleo urbano informal estiver situado, total ou parcialmente em área de preservação permanente, ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais, ocasião em que se aplica a regra do §2º do art. 11 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 31. O pedido de Legitimação Fundiária poderá ser individual, desde que, o imóvel esteja inserido em núcleo urbano informal consolidado, nos termos do art. 14, II da Lei Federal nº 13.465/2017.

Parágrafo único. Os trabalhos técnicos referir-se-ão sempre ao núcleo urbano informal consolidado.

Art. 32. Podem ser titulares do pedido de Legitimação Fundiária os menores absolutamente e relativamente incapazes, desde que, representados ou assistidos por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei, precipuamente, nos termos do art. 71 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Art. 33. O Município poderá, independente da modalidade, providenciar junto à Cartórios, Tabelionatos e quaisquer outros Órgãos, Entes ou Instituições as certidões, transcrições, matrículas, escrituras e outros documentos que entender pertinentes, observada a isenção disposta no inciso VIII, § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 755/2019.

Art. 34. Por força do disposto nos incisos I e II do art. 35 da Lei Federal nº 13.465/2017, serão indeferidos os Requerimentos que tenham por objeto projetos ou levantamentos topográficos de unidades imobiliárias individuais.

Art. 35. Quando houver dúvida quanto ao limite do território municipal referente aos núcleos em processo de regularização, no intuito de evitar o conflito de competência definido no art. 43 da Lei Federal nº 13.465/2017, solicitar-se-á certidão de Jurisdição Municipal à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina para definir a circunscrição municipal para julgamento do pedido de Legitimação Fundiária.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Apiúna/SC, 13 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 73/2020

Publicação Nº 2608731

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 73/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONTINUAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA MANAUS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Contratada: COMERCIO DE PEDRAS OGLIARI LTDA ME, CNPJ n.º 05.139.017/0001-48,. Valor Total: R\$16.974,00. Fundamento:

Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Data: 17/08/2020

RESOLUÇÃO Nº 21/2020

Publicação Nº 2607796

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 08 DE JULHO DE 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião ordinária realizada no dia 08 de julho de 2020, identificada pela Ata nº 98/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID-19.

CONSIDERANDO

- A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;
- Considerando as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;
- Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;
- Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo

coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;

- Considerando o Decreto Municipal 12.588, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19);
- Considerando o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Conforme deliberação fica proposta de mudança de aplicação do Cofinanciamento Estadual que seria utilizado para Proteção Social Básica (CRAS), para ser aplicada no setor do Benefício Eventual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inalva Ramos
Presidente do Conselho de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 22/2020

Publicação Nº 2607799

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 21 DE JULHO DE 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 21 de julho de 2020, identificada pela Ata nº 99/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19.

CONSIDERANDO

- A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;
- Considerando as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;
- Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;
- Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- Considerando o Decreto Municipal 12.588, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19);
- Considerando o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o recurso federal da segunda parcela no valor de R\$ 4.200,00 para compra da EPI aos trabalhadores do SUAS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inalva Ramos
Presidente do Conselho de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 23/2020

Publicação Nº 2607800

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 21 DE JULHO DE 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 21 de julho de 2020, identificada pela Ata nº 99/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19.

CONSIDERANDO

- A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;
- Considerando as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;
- Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;
- Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- Considerando o Decreto Municipal 12.588, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19);
- Considerando o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o recurso Estadual do cofinanciamento da quarta parcela no valor de R\$ 19.132,65 para utilizar 100% no benefício eventual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inalva Ramos
Presidente do Conselho de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 24/2020

Publicação Nº 2607802

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 21 DE JULHO DE 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 21 de julho de 2020, identificada pela Ata nº 99/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19.

CONSIDERANDO

- A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;
- NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;
- Considerando as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

- Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;
- Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- Considerando o Decreto Municipal 12.588, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19);
- Considerando o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Plano de Ação da Execução de Ações Socioassistenciais no valor de R\$ 36.000,00, segue em anexo os itens que vão ser adquiridos com esse recurso federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inalva Ramos

Presidente do Conselho de Assistência Social

Arabutã

PREFEITURA

422

Publicação Nº 2608790

PORTARIA Nº 422/2020, de 17 de AGOSTO de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Sindicância instaurado através da Portaria nº 311/2020.

Art. 2º. Os efeitos deste decreto retroagem a data de 11 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 17 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

CONTRATO 07/2020 ADM

Publicação Nº 2608959

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Julho/2020

Contratado: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.

CNPJ: 01.844.555/0005-06

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 5/2020 Número do Processo: 50/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 040/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de um ônibus escolar rural, advindo com o recurso do PAR.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 30/06/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 214.000,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma de pagamentos

Contratado: PROJEPAV ENGENHARIA E OBRAS EIRELI

CNPJ: 30.286.218/0001-15

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.

Número da Licitação: 1/2020 Número do Processo: 43/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 042/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação em parte das ruas Adalberto Lamb, Gertrudes Schrammel Petry e Hugo Horst.

Data da Assinatura: 02/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2020

Vigência: 02/07/2020 Término: 28/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 614.140,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

CNPJ: 09.053.748/0001-27

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 043/2020

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020

Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.825,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MV ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 27.895.281/0001-44

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 044/2020

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020

Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.490,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: R.S. COMERCIO DE ELETROMESTICOS LTDA

CNPJ: 34.887.479/0001-41

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 045/2020

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020

Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.355,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DANFESSI MOVEIS CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA

CNPJ: 24.419.569/0001-54

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 046/2020

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020

Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 640,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SORAIA CRISTINA TURQUINO MACKERT - EQUIPAMENTOS DE
CNPJ: 12.654.502/0001-15
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 047/2020
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020
Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.046,47 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD
CNPJ: 07.555.459/0001-09
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 11/2020 Número do Processo: 45/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 048/2020
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA, conforme Normas do FNDE pelo programa PAR, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Data da Assinatura: 06/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/07/2020
Vigência: 06/07/2020 Término: 02/01/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 7.378,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ALMITA ANITA DRIEMEIER
CPF: 014.924.479-78
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 6/2020 Número do Processo: 53/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 049/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Locação de imóvel, situado na Rua Albino Loeblein Sobrinho, 51, centro, Arabutã/SC, inscrito na matrícula nº. 618, do Livro nº. 2ºB", 1º Ofício de Registro de Imóveis de Concórdia, com suas benfeitorias e instalações para Locação do Centro de Assistência Social - CRAS.

Data da Assinatura: 07/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/07/2020
Vigência: 07/07/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 12.859,20 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME
CNPJ: 14.292.313/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 41/2019 Número do Processo: 60/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 097/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Acréscimo quantitativo no Item 22 - Confecção de capas para Notas Fiscais de Produtor Rural, papel duplex plastificado, gramatura 250, colorida com fotos, c/ plastificação e c/ 02 dobras, passando a quantidade de 500 (quinhentas) unidades para 625 (seiscentas e vinte e cinco) unidades.

Data da Assinatura: 07/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/07/2020
Vigência: 07/07/2020 Término: 05/09/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 117,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PISO CLIMA CLIMATIZACAO LTDA - EPP
CNPJ: 22.410.193/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2020 Número do Processo: 12/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 035/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: . Ficam acrescidas 45 unidades no Item 02 (Argamassa), 04 unidades no item 04 (Espaçador) e 10 pacotes no item 05 (Rejunte) nos seguintes termos:

Data da Assinatura: 10/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/07/2020
Vigência: 10/07/2020 Término: 16/02/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 862,80 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ENIO DELAZERI EIRELI
CNPJ: 07.383.088/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2020 Número do Processo: 16/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 044/20 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CONSIDERANDO que o valor a ser corrigido no Item 02 (Açúcar Cristal 5Kg) corresponde a 12,0892% (Doze inteiros e oitocentos e noventa e dois centésimos por cento), no Item 05 (Arroz Parbolizado) corresponde a 27,9527% (Vinte e sete inteiros e nove mil quinhentos e vinte e sete milésimos por cento), no Item 31 (Farinha de Trigo 5Kg) corresponde a 10,6666% (Dez inteiros e seis mil, seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento), no Item 32 (Feijão Preto 1Kg) corresponde a 59,0106% (Cinquenta e

Data da Assinatura: 09/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/07/2020
Vigência: 09/07/2020 Término: 05/03/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,01 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
CNPJ: 20.897.131/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 2ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CONSIDERANDO que o valor a ser corrigido no Item 02 Diesel Comum 5,1188% (Cinco inteiros e mil cento e oitenta e oito milésimos por cento) e no Item 3 Diesel Comum 3,2404% (três inteiros e dois mil quatrocentos e quatro milésimos por cento).

Data da Assinatura: 09/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/07/2020
Vigência: 09/07/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,01 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
CNPJ: 20.897.131/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 3ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CONSIDERANDO que o valor a ser corrigido no Item 01 Gasolina Comum 2,0585% (Dois inteiros e quinhentos e cinco centésimos cento).

a)Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - Gasolina Comum, passando o preço unitário de R\$ 4,032 (Quatro reais e trinta e dois milésimos de centavos) por litro para R\$ 4,115 (Quatro reais e cento e quinze centavos) por litro.

Data da Assinatura: 14/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/07/2020

Vigência: 14/07/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 13.923.607/0001-95

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.

Número da Licitação: 5/2019 Número do Processo: 95/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 017/2020 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: A vigência do contrato fica prorrogado por 30 dias, a contar do dia 12 de Julho de 2020.

Data da Assinatura: 02/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2020

Vigência: 12/07/2020 Término: 11/08/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA C

CNPJ: 07.043.322/0001-67

Modalidade: OUTRAS MODALIDADES

Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 008/2020 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL

CNPJ: 08.995.084/0001-52

Modalidade: OUTRAS MODALIDADES

Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 009/2020 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE
CNPJ: 05.813.465/0001-85

Modalidade: OUTRAS MODALIDADES

Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 010/2020 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

CNPJ: 12.720.068/0001-24

Modalidade: OUTRAS MODALIDADES

Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 011/2020 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRO FAMILIAR DE ARABUTÃ

CNPJ: 08.628.615/0001-79

Modalidade: OUTRAS MODALIDADES

Número da Licitação: 3/2019 Número do Processo: 91/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 007/2020 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: 1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual do fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: BALBINOT CONSTRUCOES EIRELI

CNPJ: 13.923.607/0001-95

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.

Número da Licitação: 4/2019 Número do Processo: 89/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 001/2020 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE MUNICIPAL.

Data da Assinatura: 01/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 29/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
CNPJ: 20.897.131/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 4ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 22/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/07/2020
Vigência: 22/07/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.554.960/0001-21
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 070/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.920,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BUSINESS INFORMATICA LTDA - EPP
CNPJ: 05.352.631/0001-93
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 071/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.816,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PC FORT INFORMATICA LTDA
CNPJ: 34.502.653/0001-90
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 072/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:
Valor: 36.408,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: LUCIANO PILATTI
CNPJ: 34.180.582/0001-57
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 073/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 6.261,30 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: RODA BRASIL PNEUS LTDA
CNPJ: 06.889.977/0001-98
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 29/2020 Número do Processo: 51/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 074/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Pneus

Data da Assinatura: 23/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2020
Vigência: 23/07/2020 Término: 22/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 310.443,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: GREEN HILL COMERCIO DE PNEUS LTDA
CNPJ: 34.147.979/0001-47
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 29/2020 Número do Processo: 51/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 075/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de 30 Câmaras de ar 12 - 16.5 marca FLEXEN.

Data da Assinatura: 23/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2020
Vigência: 23/07/2020 Término: 22/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.950,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
CNPJ: 26.723.181/0001-78
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 29/2020 Número do Processo: 51/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Pneus

Data da Assinatura: 23/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2020
Vigência: 23/07/2020 Término: 22/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:

Valor: 56.871,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA - FILIAL

CNPJ: 00.456.865/0009-14

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 103/2017 Número do Processo: 120/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 011/2020 8ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.

Data da Assinatura: 28/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/07/2020

Vigência: 28/07/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 640,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 13.923.607/0001-95

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.

Número da Licitação: 4/2019 Número do Processo: 89/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 001/2020 3ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE MUNICIPAL.

Data da Assinatura: 29/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/07/2020

Vigência: 30/07/2020 Término: 29/08/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

CONTRATO 07/2020 SAUDE

Publicação Nº 2608967

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Junho/2020

Contratado: CLÍNICA VITAL FISIOTERAPIA S/S LTDA

CNPJ: 07.207.637/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2020 Número do Processo: 17/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 067/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Fisioterapias domiciliares area 01 (centro)

Data da Assinatura: 09/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/06/2020

Vigência: 09/06/2020 Término: 08/06/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 73.750,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 24/2019 Número do Processo: 36/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 034/2019 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de seguro para veículos da frota e seguro empresarial destinada ao Município de Arabutã, SC

Data da Assinatura: 05/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/06/2020

Vigência: 05/06/2020 Término: 17/06/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 14.590,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma mensal

Contratado: INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO - EIRELI

CNPJ: 00.867.301/0002-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 20/2020 Número do Processo: 32/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 037/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde incluindo o fundo municipal da saúde, e todas as unidades de atendimento, mobilidade para ACS e agentes de endemias com execução de serviços técnicos em manutenção.

Data da Assinatura: 17/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/06/2020

Vigência: 17/06/2020 Término: 16/06/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 48.600,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 09/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/06/2020

Vigência: 09/06/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 132.117,50 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: PROESTE DRACENA COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA

CNPJ: 11.476.465/0001-30

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 10/2020 Número do Processo: 44/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 038/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 02 Veículo novo, zero km, com as seguintes características mínimas: ano/modelo 2019/2020, com capacidade para 7 (sete) ocupantes, com motor de potência mínima de 105cv (cento e cinco cavalos), bicom bustível, com direção elétrica progressiva, volante com regulagem de altura, Ar condicionado, cambio manual ou automatico de 6 (seis) velocidades, com sistema de freios ABS e EBD, com pneus novos e com estepe na mesma dimensão compatíveis ao veículo de acordo com prospecto.

Data da Assinatura: 18/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2020

Vigência: 18/06/2020 Término: 17/12/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 174.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 05.531.725/0001-20

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/19 3ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: valor a ser corrigido no Item 20 (Amoxicilina 500mg cp) corresponde a 35,1884% reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 20 - (Amoxicilina 500mg cp), passando o preço unitário de R\$ 0,14 por unidade para R\$ 0,18 por unidade.

Data da Assinatura: 23/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 23/06/2020

Vigência: 23/06/2020 Término: 15/07/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,04 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: CLAUDIA MARIA PAGANINI 02863125907

CNPJ: 26.554.677/0001-65

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 1/2020 Número do Processo: 1/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 018/20 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Acréscimo quantitativo no Item 20 - Jaleco profissional manga longa, passando a quantidade de 42 unidades para 52 unidades.

Data da Assinatura: 18/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2020

Vigência: 18/06/2020 Término: 26/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 886,80 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA

CNPJ: 28.040.796/0001-25

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2020 Número do Processo: 12/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 37/20 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Acréscimo quantitativo no Item 10 - (Tinta Esmalte Sintetico, preto fosco, galão de 3,6 litros), passando a quantidade de 20 unidades para 25 unidades.

Data da Assinatura: 25/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/06/2020

Vigência: 25/06/2020 Término: 16/02/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 245,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma mensalmente

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 26/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/06/2020

Vigência: 26/06/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,18 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: CONECT TURBO TELECOM EIRELI

CNPJ: 28.702.480/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 27/2020 Número do Processo: 47/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 039/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Prestação de serviços de acesso à internet banda larga com garantia de 99% de velocidade, tanto para download como para upload.

Data da Assinatura: 29/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/06/2020

Vigência: 01/07/2020 Término: 30/06/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.684,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONCORD

CNPJ: 83.076.232/0001-50

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: TC 04-2020 Adt01

Fundamento Legal:

Objeto: O valor de R\$ 9.095,02 será pago em única parcela, no dia 06 de Julho de 2020. Sendo o valor de R\$ 2.996,32 oriunda do empenho nº 342/2020 da Secretaria Municipal de Saúde e o valor de R\$ 6.098,70 oriundo do empenho nº 1132/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 30/06/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/06/2020

Vigência: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

EDITAL NOTIFICAÇÃO 07/2020

Publicação Nº 2608799

**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Arabutã**Página: 1/2
Data: 17/08/2020**Edital de Notificação nº 07-2020**

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.527/2014, de 30 de Maio de 2.014 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/07/2020 à 31/07/2020

Rúbrica	Descrição	Valor
417180311000001	PAB Fixo	12.886,00
417180311000002	Estratégias de Saúde da Família - ESF	57.040,00
417180311000003	Agentes Comunitários da Saúde - ACS	32.000,00
417180311000004	Assistencia Farmaceutica - União	2.097,94
417180311000005	Vigilância em Saude/Epidemiologica	1.400,00
417180311000006	Vigilância Sanitária	13.759,56
417180311000008	MAC - Média e Alta Complexidade	3.912,32
417180311000009	PMAQ - Programa Melhora Acesso e Qualidade	71.984,08
417180311000010	NASF - Nucleo de Apoio a Saúde da Família	32.000,00
417180311000011	PAB Variável Saúde Bucal	8.920,00
417180311000015	Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde.	16.000,00
417180311000016	Covid 19	300.000,00
417180311000017	Emendas Parlamentares de Bancada - PAB Custeio	0,00
417180411000002	Transf. FNAS - IGDBF	1.430,00
417180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	15.375,32
417180541000002	PNATE - Ensino Fundamental	6.349,07
417289911000001	Transf. Estado FMASB - Custeio	5.816,33
424181091000004	Transferência Convênio MAPA - Escavadeira Hidraulica	400.000,00
424280511010000	Ampliação Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela (Emen	150.000,00
424281011010000	Aquisição Autoclave (Emenda 26/2020)	150.000,00

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Arabutã

Página: 2/2
Data: 17/08/2020

Edital de Notificação n° 07-2020

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2° da Lei Federal n° 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto n° 1.527/2014, de 30 de Maio de 2.014 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/07/2020 à 31/07/2020		
Rúbrica	Descrição	Valor
424281091000002	FEAS - Bas. Investimentos	13.571,42
Total dos Recursos Recebidos no Período		1.133.966,98

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã (SC), em 17/08/2020

Leani Kapp Schmitt
Prefeita de Arabutã

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609280

A Câmara Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2020, de 18/08/2020.

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO REFERENTE AO ANO DE 2018, ORIGEM: DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeita Municipal Leani Kapp Schmitt, referente ao ano de 2018, com origem na Prefeitura Municipal de Arabutã, atendendo indicação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de número @PCP 19/00196708.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam Revogadas as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã - SC, 18 de Agosto de 2020.

Isolde Dulce Schuch Ruppenthal
Presidente

Registrado e Publicado em 18/08/2020, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling
Secretário Geral - Responsável pelas publicações.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0027/2020

Publicação Nº 2608628

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0027/2020 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Lote.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a aquisição de Tubos de Concreto para utilização na canalização de águas pluviais e aquisição de materiais necessários para manutenção da rede coletora de esgoto, com julgamento por lotes, seguindo as exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 31/08/2020.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 31/08/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 17 de agosto de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285 - AUTORIZAR A AVERBAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS CRISLAINE SCOPEL

Publicação Nº 2609333

PORTARIA Nº 285, DE 17 DE AGOSTO 2020.

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 23001240.1.05694/20-9, nos assentamentos funcionais da servidora CRISLAINE SCOPEL, detentora da matrícula nº 770 e do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – 40 horas, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Crislaine Scopel, detentora da matrícula nº 770 e do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – 40 horas, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 23001240.1.05694/20-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Parágrafo único. Ficam averbados os intervalos de 01/03/2010 a 31/08/2010, 15/02/2011 a 15/08/2012, 01/10/2012 a 30/11/2012, 01/12/2012 a 08/12/2014, 01/07/2015 a 20/04/2016 e 01/08/2016 a 18/01/2019, que totalizam 2.712 dias, correspondentes a 07 anos e 5 meses e 07 dias, conforme registrado pela CTC expedida pelo INSS.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de agosto de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.484

Publicação Nº 2608029

Decreto nº 2.484, de 12 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 63.718,78 (sessenta e três mil setecentos e dezoito reais e setenta e oito centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Gestão Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais Diversas
28.846.0000.0.002	Gestão das Obrigações Tributárias, Contributivas e Outras
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 690,37
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 40.236,79
4.123	Administração Financeira
4.123.0004	Gestão Financeira, Tributária e Fiscal
4.123.0004.2.005	Atividades de Adm. Financeira e Tributaria
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0787	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.00	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02	Fundo Municipal De Assistência Social – FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.052	Proteção Social Básica
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0786	Aplicações Diretas
	R\$ 1.216,62
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0782	Aplicações Diretas
	R\$ 1.575,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, nos vínculos;

I - (01.0787) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União sem destinação específica (LC173/2020 - Art. 5º, II-b, no valor de R\$ 60.927,16 (sessenta mil novecentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos);

II - (01.0786) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União Ações Saúde e Social (LC173/2020 - Art. 5º, I-b, no valor de R\$ 1.216,62 (um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos);

III - (01.0782) Ações Covid no SUAS – EPI – Port. 639, no valor de R\$ 1.575,00 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 12 de agosto de 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.485

Publicação Nº 2608031

Decreto nº 2.485, de 12 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 51.084,16 (cinquenta e um mil e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades dos Programas SF/SB/NASF/PMAQ
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0790	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
3.1.90.00.00.01.0786	Aplicações Diretas
	R\$ 6.894,16
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0792	Aplicações Diretas
	R\$ 14.190,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, nos vínculos;

I - (01.0790) - Recursos CORONAVIRUS (COVID-19) Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional Portaria 430, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

II - (01.0792) - Recursos CORONAVIRUS (COVID-19) Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional Portaria 1857, no valor de R\$ 14.190,00 (quatorze mil cento e noventa reais);

III – (01.0786) Covid - 19 - Recursos Transferidos da União Ações Saúde e Social LC173/2020 - Art. 5º, I-b, no valor de R\$ 6.894,16 (seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 12 de agosto de 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.486

Publicação Nº 2608032

Decreto nº 2.486, de 13 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias.

10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.02	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
16	Habitação
16.481	Habitação Rural
16.481.0027	Habitação Adequada aos Arvoredoenses
16.481.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 31.000,00
16.481.0027.2.060	Projetos Habitacionais Urbanos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 39.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo (01.0000) Recursos não Vinculados - Orçamentos Municipais, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 12 de agosto de 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.487

Publicação Nº 2608033

Decreto nº 2.487, de 13 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2019, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.205,12 (dezoito mil duzentos e cinco reais e doze centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

12.00	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
12.02	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.082	Manutenção e Reforma da Unidade Predial do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0710	Aplicações Diretas
	R\$ 11.758,12
8.244.0023.2.055	Manutenção Veículos/ Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0710	Aplicações Diretas
	R\$ 6.447,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior tem origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019, no vínculo - Recursos Vinculados Estado – FMAS SST FEAS Custeio (01.0710), no valor de R\$ 18.205,12 (dezoito mil duzentos e cinco reais e doze centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 13 de agosto de 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

DECRETO 2.488

Publicação Nº 2608035

DECRETO Nº 2.488, de 13 de agosto de 2020.

INSTITUI E REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, NO MUNICÍPIO DE ARVOREDO – SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal em exercício de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO a situação epidemiológica mundial e brasileira e a declaração de situação de PANDEMIA pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)”;

CONSIDERANDO a necessidade de ações de prevenção para evitar a ocorrência de transmissão e óbitos por Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde

pública”;

CONSIDERANDO, que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública relativamente à União para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a Medida Cautelar 6357 do STF, que CONCEDE A MEDIDA CAUTELAR na ação direta de inconstitucionalidade, para CONCEDER INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020 da União, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19.

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que “Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências”.

CONSIDERANDO que, no dia 30 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 535, que “Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências”.

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo 18.332 (DOESC nº 21.228, de 24 de março de 2020), que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação no âmbito municipal do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais nº 2.424, 2.426, 2.432, 2.435, 2.438, 2.439, 2.441, 2.440, 2.449, 2.473, 2.478 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento durante o exercício de 2020, da situação econômica do país e do Estado de Santa Catarina, que terá reflexo principalmente nas maiores receitas do Município, como as transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Imposto sobre circulação de Mercadorias – ICMS e demais receitas públicas do Município;

CONSIDERANDO o Art. 35 da Constituição Federal do Brasil, CFB, (...) que define prazos para encaminhamento e devolução das peças orçamentárias:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

CONSIDERANDO o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. § 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

(...)

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que

(...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de definição das providências a serem adotadas durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública, decorrentes do coronavírus, com objetivo de garantir a prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Arvoredo - SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Arvoredo - SC, a Audiência Pública na forma eletrônica, como instrumento de transparência da gestão

fiscal, para discussão e elaboração dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A ferramenta eletrônica utilizada para realização das audiências públicas deve oferecer amplo acesso público, como forma de incentivo à participação popular, ficando também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no site do município de Arvoredo - SC.

II – via Lei de Acesso a Informação – LAI - disponível no site do município de Arvoredo - SC.

III – por e-mail oficial do Município.

§ 2º As manifestações de que tratam os incisos I, II e III do parágrafo primeiro desse artigo, devem ser registradas até o dia imediatamente anterior a realização da audiência pública, para que seja possível, em tempo hábil, a análise e/ou inclusão das manifestações.

§ 3º A ata de realização da Audiência Pública, será elaborada e juntada a confirmação das participações dos usuários, na forma eletrônica escolhida pelos mesmos.

Art. 2º Fica assegurada a ampla divulgação do Edital de Convite Audiência Pública eletrônica, nas mídias em geral e nos meios eletrônicos oficiais do Município, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único - O Edital de convite de que trata o caput desse artigo, irá estabelecer no mínimo:

I - Data e horário da realização;

II - Objetivo;

III - Meios de coletas de dados e manifestações;

IV - Endereço eletrônico;

V - Outras informações relevantes.

Art. 3º Sem prejuízo de outras medidas legais passíveis de serem adotadas, em atenção aos esforços de contenção à propagação da infecção pela COVID-19, as audiências públicas, inclusive para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, ficará disponível no link oficial do Município, para acesso via internet, inclusive na Casa Legislativa Municipal, quando esta estiver em funcionamento presencial.

Art. 4º A Audiência Pública realizada, será divulgada, no sítio eletrônico oficial do Município, com link de acesso a partir da página inicial, e ficará disponível por um período mínimo de 5 anos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arvoredo - SC,
13 de agosto de 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA 2021

Publicação Nº 2607854

COMUNICADO

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, em cumprimento ao disposto no Art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município, COMUNICA as entidades representativas da sociedade, autoridades, cidadãos arroiosilvenses e a quem possa interessar que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA às 16 horas do dia 21 de agosto de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal, com o objetivo de definir as prioridades e metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e manutenção da administração, para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2021.

Município de Balneário Arroio do Silva, em 17 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1-12/2019

Publicação Nº 2608110

TERMO ADITIVO Nº 1-12/2019 A ATA DE REGISTRO Nº 12/2019

Oriundo do Processo Licitatório nº 77/2019

Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 29/2019

O Município de Balneário Arroio do Silva, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.605.479/0001-52, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, portador da Cédula de Identidade nº 8.734.305 e CPF sob o nº 571.763.106-53, residente à Rua Fortaleza, 469, Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC, e a Empresa NAZAMAK PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.687.804/0001-73, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Giovani Farias, inscrito no CPF sob o nº 642.411.069-23/2018, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo de Licitação nº 49/2018, Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 48/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/93 e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25 % aos lotes 02 ao 06, com base na solicitação do departamento de Compras do Município:

Fornecedor: 6273 – NAZAMAK PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME			
Lotes	Descrição do Lote	Porcentagem %	Valor Aditivado
02	CARREGADEIRA COWDIN- CW 336	25%	1.105,33
03	PATROLA HUBER CASE 130M	25%	3.566,31
04	MOTONIVELADORA HUBER 130M	25%	4.173,86
05	RETRO CATERPILLAR 416-E	25%	6.111,43
06	RETRO NEW HOLLAND LB-110	25%	5.417,10

- Valor Total Lotes: 20.374,03 (Vinte e oito mil e quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).
- Os lotes aditivados são referentes as autorizações de fornecimento emitidas no ano de 2020, sendo: AF 338, 339, 340, 341, 342, 453, 454, 462, 463, 464, 662 de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pelo presente Termo Aditivo 1-12/2019 da ata de Registro nº 12/2019, fica alterada a cláusula segunda da referida Ata, com fundamento no inciso I, do art. 65, letra d, da lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os pagamentos decorrente da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária do Município de Balneário Arroio do Silva, para o exercício de 2019, assim discriminadas: 3.3.90.39.99.00.00.00 (93)

CLAUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas Ata de Registro de Preço inicial nº 02/2018, firmado entre as partes.

E, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que surtam ou só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 12 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES Prefeito Municipal	NAZAMAK PECAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME Contratada	
Testemunhas	Visto	
1. _____ Nome: Lucas Borges Fernandes CPF: 091.925.379-28	Assessoria Jurídica Daniel Menezes de Carvalho Rodrigues OAB/SC 19.664	
2. _____ Nome: Altemir Daros Fontanela CPF: 538.838.539/68		

TERMO ADITIVO N° 1-94/2019

Publicação N° 2608082

TERMO ADITIVO N° 1-94/2019 AO CONTRATO N° 94/2019

Oriundo do Processo Licitatório n° 80/2019

Tomada de Preços n° 03/2019

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina n° 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 01.605.479/0001-52, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, portador da Carteira de identidade n° 8.734.305 e CPF n° 571.763.106-53, residente à Rua Fortaleza, 469, Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC, e a Empresa SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 31.088.105/0001-78, com sede na Rua João Ernesto Ramos, n° 259, sala 3, Capivari de Baixo/SC, neste ato representado por seu Representante Legal, Mirian Almeida dos Santos, portador da Carteira de Identidade n°.4638512 e inscrito no CPF/MF sob o n° 055.933.169-02, denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da TOMADA DE PREÇOS N° 03/2019 – Processo Licitatório n° 80/2019, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, sujeitando-se às normas da Lei n°. 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução de "Pavimentação asfáltica da Avenida Beira Mar Norte com extensão de 210,00 metros no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, com recursos de repasse da União Contrato n° 871061/2018/MTUR/CAIXA, operação 1058848-37 e contrapartida do Município, de acordo com especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Pelo presente Termo Aditivo 1-94/2019 do Contrato n° 94/2019, fica alterada a cláusula segunda do referido Contrato, prorrogando o prazo de vigência do contrato até 31 de dezembro de 2020, com fundamento no inciso II, do art. 57, da Lei n° 8666/93, bem como, parecer técnico do engenheiro fiscal da obra e parecer jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 30 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES Prefeito Municipal	SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI Contratada	
Testemunhas	Visto	
1. _____ Nome: Lucas Borges Fernandes CPF: 091.925.379-28	Daniel Menezes de Carvalho Rodrigues OAB/SC: 19.664 Assessoria Jurídica	
2. _____ Nome: Altemir Daros Fontanela CPF: 538.838.539/68		

Balneário Camboriú

PREFEITURA

2º ADT CT 027/2019 - FUMTUR

Publicação Nº 2609275

SEGUNDO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO Nº 027/2019 - FUMTUR

LOCADORA: ANDREA CRISTINA SCHUCKES BOMM.

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria destinado às instalações físicas da sede da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 12 (doze) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 24 (vinte e quatro) meses, alterando a cláusula oitava do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 116.160,00 (cento e dezesseis mil e cento e sessenta reais), alterando a cláusula sexta do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

2º ADT CT 149/2019 - PMBC

Publicação Nº 2609273

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO UNITÁRIO - TERMO Nº 149/2019 - PMBC

CONTRATADA: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: Execução de obra de construção da Avenida Panorâmica sobre leito natural existente, na morraria situada entre a Avenida Martin Luther, Avenida do Estado e Avenida das Flores, com implantação de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação, sinalização viária, paisagismo, obras de arte corrente e estruturas de contenção de solo.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada no ofício nº 001/2020/GSFA, fica acrescido ao valor global original a cifra de R\$ 972.987,95 (novecentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), alterando cláusula 7.1 do contrato originário.

II - DA ALTERAÇÃO SUPRESSÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante composição dos valores a suprimir, conforme acima ajustados e previstos no Anexo – “Planilhas de supressão”, ficará suprimido ao item 7.1, do contrato, a cifra de R\$ 267.403,67 (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e três reais e sessenta e sete centavos), alterando cláusula 7.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 07 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

3º ADT CT 172/2018 - PMBC

Publicação Nº 2609260

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ SECRETARIA DE COMPRAS
DIRETORIA DE CONTRATOS E ADITIVOS

TERCEIRO ADITIVO PRORROGAÇÃO AO CONTRATO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA, PARA ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO

DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL – PBA DAS OBRAS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA CENTRAL

- TERMO Nº 172/2018

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro de 2018 (dois mil e dezoito), o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CNPJ sob o nº. 83.102.285/0001-07, doravante e a BRASIL SUL AMBIENTAL, CONSULTORIA, PROJETOS E GESTÃO

LTDA- EPP, estabelecida à Avenida Perimentel Bruno Segalla, nº 8954, Floresta, na cidade de Caixas do Sul - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.351.538/0001-90, representada, neste ato, pelo seu sócio administrador Sr. JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO JUNIOR, CPF sob o nº 051.724.169-27, doravante denominada "CONTRATADA", celebram o termo de contrato acima epigrafado cujo objeto é serviços de consultoria técnica, para assessorar na Elaboração do Plano Básico Ambiental – PBA das obras de Alimentação Artificial da Praia Central.

E, por este Termo de Aditamento, conforme fundamentado e aprovado em despacho administrativo, nos autos, com base no artigo 57, § 1º, inciso II, combinado com o § 2º da lei Federal nº 8.666/93, as partes signatárias, através de seus representantes legais, assinam e fazem, ainda, alterar o prazo de vigência do contrato conforme abaixo se ajustam:

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – Fica prorrogado por mais 4 (quatro) meses o prazo de vigência do objeto contratual conforme ofício 736/2019 – SEMAM, alterando o prazo de vigência contratual para 25 (vinte e cinco) meses, alterando a cláusula 9.1 do contrato originário.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Balneário Camboriú, 14 de agosto de 2020.

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA Prefeito municipal Contratante JULIMAR ROGÉRIO DAGOSTIN Secretário De Gabinete Mat. 35501 Dec. Nº 8484 e 8530/2017	JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO JUNIOR GARDEN CONSULTORIA PROJETOS E GESTÃO LTDA Contratada
RUBENS SPERNAU Secretário de Planejamento e Acompanhamento e Gestão	SAMARONI BENEDET Secretario de Compras

Balneário Camboriú – Capital Catarinense do Turismo - CNPJ 83 . 102 . 285 / 0001 - 07
Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal - CEP 88338 - 900 – (47) 3267 - 7195

8º ADT CT 086/2019 - FMS

Publicação Nº 2609228

OITAVO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRO, MODELAGEM JURÍDICA PARA ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONFEÇÃO DE PROJETO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA GESTÃO E OPERAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO
TERMO Nº 086/2019 – FMS

CONTRATADA: FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP).

OBJETO: Realização de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeiro, modelagem jurídica para estruturação, desenvolvimento e confecção de projeto de concessão administrativa por meio de parceria público-privada para gestão e operação do Hospital Municipal Ruth Cardoso.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Fica acrescido 30 (trinta) dias, passando o prazo contratual para 11 (onze) meses, alterando a cláusula sexta do contrato originário.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 07 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDT

RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2609063

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - EMASA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 - RETIFICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA DRAGAGEM E READEQUAÇÃO DE CALHA DO RIO DAS OSTRAS CONFORME O PROJETO.

Onde se lê:

Entrega dos envelopes: até às 10:00 horas (Horário de Brasília) do dia 14 de setembro de 2020.

Data e horário de abertura: às 10:30 horas (Horário de Brasília) do dia 14 de setembro de 2020.

Leia-se:

Entrega dos envelopes: até às 10:30 horas (Horário de Brasília) do dia 14 de setembro de 2020.

Data e horário de abertura: às 10:40 horas (Horário de Brasília) do dia 14 de setembro de 2020.

Balneário Camboriú, 17 de agosto de 2020.

Douglas Costa Beber Rocha

Diretor Geral

EMASA - Quarta Avenida, 250, Centro - Balneário Camboriú/SC.

TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2020 – PMBC - COMPRASNET Nº 118/2020

Publicação Nº 2608821

TERMO DE ERRATA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2020 – PMBC****COMPRASNET Nº 118/2020****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS E CONTROLADORES SEMAFÓRICOS**

Provocado pelo Ofício nº 023/2020 – BC TRAN e amparado pelo art. 22 do Decreto Federal nº 10.024/2019, esta Administração Municipal, através da Secretaria de Compras, torna público que o Edital de licitação epigrafado, sofrerá alteração em seu conteúdo, conforme edital retificado publicado nos sites www.bc.sc.gov.br e www.comprasnet.com.br

A Data de abertura fica postergada para 02 de setembro de 2020, às 13h00min.

As demais condições do instrumento convocatório e seus anexos ficam mantidas.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE - PROTOCOLO 25.953/2020

Publicação Nº 2609371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

PROTOCOLO 25.953/2020

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, considerando os fatos narrados no relatório de instrução e instauração do processo autuado sob o protocolo em epígrafe, comunica a instauração de processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa VALDECI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.883.143/0001-04, e aplicar-lhe, em sendo o caso, as penalidades previstas no subitem 9.1.2 do edital.

A íntegra do processo pode ser acessada por meio de consulta ao Protocolo Eletrônico, disponível no sítio eletrônico do Município de Balneário Camboriú, informando o Código externo: 140.911.565.602.

Balneário Camboriú, SC, 14 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE - PROTOCOLO 26.203/2020

Publicação Nº 2609407

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

PROTOCOLO 26.203/2020

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, considerando os fatos narrados no relatório de instrução e instauração do processo autuado sob o protocolo em epígrafe, comunica a instauração de processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa LIMP SAFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.973.252/0001-09, e aplicar-lhe, em sendo o caso, as penalidades previstas no subitem 14.1 c/c subitem 14.3, alínea “b” e subitem 14.4, alínea “a”, do edital.

A íntegra do processo pode ser acessada por meio de consulta ao Protocolo Eletrônico, disponível no sítio eletrônico do Município de Balneário Camboriú, informando o Código externo: 913.226.663.470.

Balneário Camboriú, SC, 14 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE - PROTOCOLO 26.351/2020

Publicação Nº 2609383

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

PROTOCOLO 26.351/2020

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, considerando os fatos narrados no relatório de instrução e instauração do processo autuado sob o protocolo em epígrafe, comunica a instauração de processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 30.850.825/0001-66, e aplicar-lhe, em sendo o caso, as penalidades previstas no subitem 9.1.2 do edital.

A íntegra do processo pode ser acessada por meio de consulta ao Protocolo Eletrônico, disponível no sítio eletrônico do Município de Balneário Camboriú, informando o Código externo: 155.023.495.601.

Balneário Camboriú, SC, 18 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE - PROTOCOLO 26.354/2020

Publicação Nº 2609395

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

PROTOCOLO 26.354/2020

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, considerando os fatos narrados no relatório de instrução e instauração do processo autuado sob o protocolo em epígrafe, comunica a instauração de processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, e aplicar-lhe, em sendo o caso, as penalidades previstas no subitem 9.1.2 do edital.

A íntegra do processo pode ser acessada por meio de consulta ao Protocolo Eletrônico, disponível no sítio eletrônico do Município de Balneário Camboriú, informando o Código externo: 698.406.884.270.

Balneário Camboriú, SC, 18 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DECRETO 061/2020

Publicação Nº 2608273

DECRETO Nº 061, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 055, DE 23 DE JULHO DE 2020. QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA COMBATE A PROLIFERAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Balneário Gaivota/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, bem como o disposto na Lei Federal nº 13.979/20:

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o recente aumento no número de casos de pessoas infectadas pelo coronavírus (COVID 19) na região do Extremo Sul Catarinense;

CONSIDERANDO os dados fornecidos pela Secretária Estadual da Saúde do Estado de Santa Catarina, que demonstram a severa diminuição no número de leitos para tratamento dos pacientes infectados pelo COVID 19 em todo o Estado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 792, de 14 de agosto de 2020, que altera o Decreto Estadual nº 562/2020, que dispõe, dentre outras diretrizes, a suspensão das aulas presenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 001/2020 do Comitê Extraordinário Regional para o âmbito da AMESC – CER-AMESC que sugere aos municípios a adoção de várias medidas para o combate, a pandemia do COVID-19, cujo conteúdo recebeu aprovação da Comissão Inter-gestores Regional da Região da Saúde do Extremo Sul – CIR EXTREMO SUL CATARINENSE, através da Deliberação nº 008/CIR/2020, de 20 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a Região da AMESC onde encontra-se inserido o município de Balneário Gaivota, está nesse momento numa região de saúde classificada como de risco gravíssimo segundo a matriz epidemiológico-sanitário da SES – Secretaria de Estado e Saúde de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º - Altera o artigo 1º, do Decreto Municipal nº 055, de 23 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam suspensas, no município de Balneário Gaivota, até 21 de agosto de 2020:

I - A circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;

II – A concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, academias públicas, praças e praias.

Parágrafo único. Fica excetuada da suspensão de que trata o inciso II do caput deste artigo a prática de atividade física individual.”

Art. 2º - Permanecem vigorando todas as disposições estabelecidas em Decretos anteriores, desde que não colidam com as estipuladas no presente Decreto ou que tenham determinações mais restritivas às atividades mencionadas neste Decreto;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Balneário Gaivota, 17 de agosto de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp
Secretario de Administração e Finanças

EXTRATO JUNHO

Publicação Nº 2607946

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA
EXTRATO CONTRATUAL

"Aditivo Nº : 03-110/2018 - Contrato Nº: 110/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor : 12.627,46 (doze mil seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 46/2018

Objeto : A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Avenida Inter Praias Sul- (trecho sul) em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I deste Edital.

"Aditivo Nº : 03-111/2018 - Contrato Nº: 111/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor : 9.186,79 (nove mil cento e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos)

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 47/2018

Objeto : A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na Avenida Beira Mar, em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I deste Edital. "

"Contrato Nº.: 56/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: MERCADO ADRISAN LTDA - EPP

Valor : 25.980,00 (vinte e cinco mil novecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 03/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE POR VENTURA ENCONTRAREM-SE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL (ALIMENTOS) "

"Contrato Nº.: 57/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: VIEIRA E MELLO SOLUCOES GRAFICAS LTDA. - ME

Valor : 66.950,00 (sessenta e seis mil novecentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2020

Objeto : O presente PREGÃO PRESENCIAL tem como objeto a eventual e futura contratação de serviços gráficos, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais, para serem fornecidos de forma parcelada, conforme Especificações Técnicas."

"Contrato Nº.: 58/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: SERVIGRAF MATERIAIS GRAFICOS LTDA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2020

Objeto : O presente PREGÃO PRESENCIAL tem como objeto o Serviço de impressão de material gráfico - apostilas - para a rede municipal de ensino, conforme condições e especificações discriminadas, para a Secretaria Municipal da Educação."

"Contrato Nº.: 59/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: HP CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Valor : 35.783,25 (trinta e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2020

Objeto : Contratação de empresa do ramo pertinente para construção de cobertura arquibancadas do estádio Domingos da Silva, com área total de 181,00m², conforme projeto e memorial descritivo em anexo a este edital."

"Aditivo Nº : 02-94-2019 - Contrato Nº: 94/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI - EPP

Valor : 34.971,61 (trinta e quatro mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos)

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 38/2019

Objeto : O presente procedimento licitatório tem por finalidade selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para pavimentação com lajota sextavada de concreto e passeio nas ruas: LOTE 01 - Rodovia José Tiskoski - Passeio, Rua das Palmas, Rua das Figueiras e Rua das Arueiras, Rua das Laranjeiras, Rua Ataíde Cardoso Barbosa e Rua João Celino Borges, ambas no Bairro Lagoa de Fora; LOTE 02 - Rua Pelotas, Rua Joinville e Rua Lages, ambas no Bairro Santa Fé; no Município"

"Contrato Nº.: 60/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: JJ INSTALADORA E MANUTENCAO EIRELI

Valor : 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais)

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 24/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL"

"Aditivo Nº : 01-75-2019 - Contrato Nº.: 75/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: SETEP CONSTRUÇOES S.A

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 19/09/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 26/2019

Objeto : A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica na rua Quintino Manoel Domingos TRECHO 02 em Balneário Gaivota/SC, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I deste Edital."

"Aditivo Nº : 01-100/2019 - Contrato Nº.: 100/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO GAIVOTA

Contratada...: FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 46/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada para pavimentação com lajota sextavada de concreto e passeio nas ruas: LOTE 01 - Rua P, Alvim Manoel Cardoso (3ª Avenida) e Rua Vânio Aires Simão, Rua 16 - Dário Ascencio da Cunha, Rua José Delaudino dos Santos, Rua João Batista Ramos, Rua N - Octavio Fernandes Piva, Rua Onice Santos Cunha, Rua Danilo Carvalho Dos Santos - Trecho 01 e Rua Danilo Carvalho dos Santos - Trecho 02, ambas no Bairro Jardim Ultramar; LOTE 02 - Rua Valdomiro José Homem no Bairro Itap"

LEI Nº 1050-2020

Publicação Nº 2608279

LEI Nº 1050, DE 30 DE JULHO DE 2020

DA NOME A RUA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A rua de acesso a Comunidade Sítio dos Imigrantes, no município de Balneário Gaivota, passa a se chamar " RUA OLINDINA LE-OPOLDINA DA ROSA GONÇALVES".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 30 de julho de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

PORTARIA 174/2020

Publicação Nº 2609340

PORTARIA N. 174 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso V do art. 58 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o parágrafo único do art. 87, § único da Lei 045/1997 (Estatuto do Servidor Público).

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida licença para atividade política a servidora Elizângela Esther Leite Rabelo, matrícula 2469, ocupante do cargo de Professora, a partir de 14/08/2020 a 25/11/2020, sendo a mesma com vencimento integral.

Art. 2º Revoga-se na íntegra a Portaria Nº 047 de 09/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 14/08/2020.

Balneário Gaivota, 14 de Agosto de 2020.

RONALDO PEREIRA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PORTARIA 175/2020

Publicação Nº 2609342

PORTARIA Nº 175, DE 17 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIDOR MUNICIPAL, AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO PARA ESTUDO, SEM REMUNERAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 93 da Lei 045/1997 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO, que o artigo 93 do Estatuto dos Servidores Municipais, estabelece que o servidor estável poderá ausentar-se do Município para estudo, de forma voluntária, sem remuneração, desde que autorizado pela maior autoridade a que estiver subordinado.

CONSIDERANDO, que o Parágrafo Único, do supracitado artigo, prescreve que a ausência de que trata este artigo não excederá o período de duração do estudo, objeto da licença, cessando o motivo da licença, o servidor terá o prazo de até 30 (trinta) dias, para reassumir as funções de origem no Município, sob pena de serem consideradas injustificadas suas faltas a partir desta data.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO que em virtude da pandemia de COVID-19, as aulas foram suspensas, sendo prorrogado os cursos que estavam em andamento;

CONSIDERANDO, que o servidor requereu de forma voluntária, ausentar-se do município para estudo.

CONSIDERANDO, que o servidor juntou ao requerimento cópia do atestado de matrícula junto a Universidade Federal de Santa Catarina, para realização de Mestrado.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido, ao servidor Murilo dos Santos Garcia, matrícula nº 2581, ocupante do cargo de Professor, no Município de Balneário Gaivota, autorização ausentar-se do Município para estudo, sem remuneração, do dia 01/08/2020 até 01/12/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2020.

Balneário Gaivota, 17 de agosto de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Jeferson Raupp
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 233/2020

Publicação N° 2608825

PORTARIA N.º 233/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 88, inciso V, da Lei Complementar nº 079/2004, de 26 de dezembro de 2004, e considerando o requerimento,

RESOLVE:

Art. 1º 1º Conceder licença para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, ao servidor, Sr. VILMAR TOMAZONI, matrícula nº 310, brasileiro, maior, portador do RG sob o nº 2.685.621 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 786.415.439-53, ocupante do cargo efetivo de Motorista, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 14 de agosto de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 234/2020

Publicação N° 2609300

PORTARIA N.º 234/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 062/2017 de 02 de janeiro de 2017, a consequente EXONERAÇÃO a pedido, para o cargo em comissão de CHEFE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, o Sr. ARNO DA SILVA, brasileiro, maior, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 486.346.709-53, portador do RG sob o nº 14334631 SESP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 14 de agosto de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 235/2020

Publicação N° 2609301

PORTARIA N.º 235/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE SERVIÇOS BÁSICOS, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Sra. FERNANDA NASCIMENTO, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF nº 066.477.849-69, RG nº 5.671.062 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 14 de agosto de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 236/2020

Publicação Nº 2609302

PORTARIA N.º 236/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 171/2017 de 26 de abril de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO para o exercício da Função Gratificada de Diretora do Centro Integrado de Ensino Fundamental Profª Mirian Geny Friedrichsen, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. TEREZINHA ELIZETE PINTO, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 430.157.199-04, RG sob o nº 1.659.148-8 SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Professora III, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 14 de agosto de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2608608

PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de Trailer Odontológico para atender as necessidades dos pacientes referenciados no Programa de Saúde Bucal na Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais). Recebimento dos Envelopes até: 03/09/2020 às 14h. Data da Sessão Pública: 03/09/2020 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 17 de agosto de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 062/PMBR/2020

Publicação Nº 2608803

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 062/PMBR/2020

Considerando a imperiosa necessidade da contratação pelo Município dos serviços estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não houve Publicação Legal em todos os veículos de comunicação do certame em voga.

O Presidente da Comissão de Licitações, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 062/PMBR/2020, cujo objeto é: a contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de Construção Civil do Centro Multiuso do Zona Sul, com uma área de 244,65 m², localizado na Rua Evaristo Comim, Loteamento Consorcio Criciumense Mapa 4/75, no Município de Balneário Rincão/SC", com abertura programada para o dia 27/08/2020, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 02/09/2020 as 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 17 de Agosto de 2020.

ADROALDO FARACO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA 027/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N°. 056/PMBR/2020

Publicação N° 2609196

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 27/2020

Número do Registro de Preços: 27/2020			Data do Registro: 17/08/2020		Válido até: 17/08/2021		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DE FORMA TEMPORÁRIA CADASTRADAS, NOS CENTROS DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS/CREAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO MUN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	KIT MÉDIO ALIMENTOS (1012909)	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)		0	70,3000	1
			MJ DA ROSA (2319)		0	70,4000	2
			R&G REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA (2513)		0	73,9000	3
			ROSILÉIA RAUPP DE BEM MACHADO (1113)		0	76,2600	4
2	KIT MÉDIO PROD. LIMPEZA (1012910)	UN	COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (284)		0	11,8700	1
			R&G REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA (2513)		0	15,6900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 27/2020		Data do Registro: 17/08/2020		Válido até: 17/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DE FORMA TEMPORÁRIA CADASTRADAS, NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS/CREAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, NO MUN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROSILÉIA RAUPP DE BEM MACHADO (1113)		0	17,7400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2020

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 27/2020		Data do Registro: 17/08/2020		Válido até: 17/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DE FORMA TEMPORÁRIA CADASTRADAS, NOS CENTROS DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS/CREAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, NO MUN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020
PROCESSO Nº 56/2020

- (284) - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
- (1113) - ROSILÉIA RAUPP DE BEM MACHADO
- (2319) - M.J DA ROSA
- (2513) - R&G REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA

Balneário Rincão, 17 de Agosto de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

2ª RETIFICAÇÃO DE OBJETO PL 19/2020

Publicação Nº 2607966

RETIFICAÇÃO DE OBJETO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

O Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.528/0001-84, com sede na Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, neste Município e Estado, CEP nº 89.905-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Celso Biegelmeier, inscrito no CPF sob o nº 423.780.609-04, RETIFICA O OBJETO do Processo Licitatório nº 19/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 07/2020, com a Empresa Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, com Inscrição Estadual isenta, com sede na SC 401, Lote 02, Parque Tecnológico Alfa, João Paulo, Florianópolis, neste Estado, CEP nº 88.030-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo a retificação do objeto do processo licitatório nº 19/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 07/2020 e seu Contrato nº 18/2020, que passa a ser "EXECUÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO E EMPREENDEDORES NA ÁREA DE SUSTENTABILIDADE".

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1. Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Bandeirante/SC, 17 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO CÉSAR SABBATINI ROCHA UDO MARTIN TRENNEPOHL
Gerente da Unidade de Desenv. Regional Coordenador Regional do Extremo Oeste

CONTRATO Nº 06/2020 FMAS

Publicação Nº 2608064

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE
EXTRATO DO
CONTRATO Nº 06/2020 FMAS
1º TERMO ADITIVO AO CT Nº 14/2019 FMAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 19 de Agosto de 2020 até o dia 19 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 853,00 (Oitocentos e cinquenta e três reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 17 de Agosto de 2020.

MIRTES S. PAGLIARINI ZARPELON
Gestora do FMAS.

CONTRATO Nº 71/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2608662

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 71/2020

1º TERMO ADITIVO AO CT Nº 74/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, PARA VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 19 de Agosto de 2020 até o dia 19 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 3.887,00 (Três mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 17 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 72/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2608724

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 72/2020

3º TERMO ADITIVO AO CT Nº 73/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, PARA VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 21 de Agosto de 2020 até o dia 21 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 7.480,00 (Sete mil, quatrocentos e oitenta reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 17 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2607944

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2020

O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 31 de Agosto de 2020, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirante/SC, localizada na Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, município de Bandeirante/SC, o seguinte objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICOS, A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3626-0012), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <<https://www.bandeirante.sc.gov.br/>>.

Bandeirante/SC, 17 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

PREFEITO MUNICIPAL.

Barra Velha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 025/2020 PMBV

Publicação N° 2608955

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 047/2020 – Pregão Presencial nº 025/2020 PMBV

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de chapas de compensado Naval 100% Eucalipto, com cantos chanfrados, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 31/08/2020 às 14:00hs. Data da Sessão Pública: 31/08/2020 às 14h15min, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 14 de agosto de 2020. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIA 177 DE 2020

Publicação N° 2609129

PORTARIA nº. 177/2020. DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS”

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART.1.º - CONCEDER a (o) servidor (a) ARILDA MIELKE, investido (a) no cargo de ADVOGADA MUNICIPAL, do quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, Licença Para Atividades Políticas, a partir da data de 14 de Agosto de 2020.

ART.2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 14 de Agosto de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

IVANIR JOSE DREHER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

Belmonte**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA 02/2020**

Publicação Nº 2609183

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2020
CHAMADA PÚBLICA 02/2020

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei 11.947/09. Encontra-se aberto o edital de Chamada Pública conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e Projetos de Venda até às 08h00min do dia 26/08/2020, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 17 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

LEI Nº 2890/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607959

LEI Nº 2890/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 2.070 - Lei Orçamentária Anual – LOA, da Lei Municipal nº 2.068 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Municipal nº 2.069 – Plano Plurianual, ambas do dia 09 de novembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços.

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar, na importância de até R\$ 40.000,00, em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIAPAL TRANSP, OBRAS E SERV.
Unidade:	07.01	Transportes na Sede do Município e Interior
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.023	Manut e Func. Dpto Transportes e Obras
93 - 3.3.90.00.00.00.10000		Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Unidade:	07.02	Obras, Urbanismo, Infra-estrutura e Serviços Gerais
Proj./Ativ.	15.452.0009.2.024	Manut Depto Serviços Urbanos e Conserv Vias Publicas
101 - 3.3.90.00.00.00.10000		Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
T O T A L -		R\$ 40.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
Unidade:	06.01	Departamento de Cultura
Proj./Ativ.	13.392.0008.2.020	Coordenação das Atividades da Cultura e Tradição
82 - 3.3.90.00.00.00.10000		Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
T O T A L -		R\$ 40.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 17 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Prefeito de Belmonte

LEI Nº 2891/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607960

LEI Nº 2891/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A BAIXA NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E EM DESUSO PERTENCENTES AO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desconsagrar o uso público, bem como dar a destinação que for mais adequada aos bens relacionados no Anexo Único que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, passaram a ser considerados inservíveis para o Município.

Art. 2º Serão considerados inservíveis para a Administração Municipal, podendo ser objeto, inclusive, de descarte, os bens públicos móveis em desuso, irrecuperáveis, antieconômicos, obsoletos, além daqueles que, apesar de recuperáveis, onerem de maneira desproporcional o erário.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, a alienar os bens relacionados no Anexo Único que tiverem valor econômico.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte, SC, 17 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito de Belmonte

Código do Bem	DESCRIÇÃO DO BEM
2703	Ventilador Batiki
2694	Mimeógrafo Copiatec
440	Batedeira Britânia
2342	Impressora HP laseRjet M1522N
2221	Monitor Acer
3003	Monitor LG
2278	Monitor Samsung
2802	Nobreak TS Shara
2015	Estabilizador Enermax
1528	Estabilizador SMS
2724	Nobreak TS Shara
2244	Estabilizador Microsol
2610	Estabilizador APC
1845	Nobreak BST 1000
2247	Retroprojektor Epson
1192	CPU Itautec
2039	CPU Dr. Hank
2231	CPU Pauta Connect
2921	CPU Pauta Connect
3070	CPU Positivo
3062	CPU Positivo
2047	CPU Gigabyt
2565	CPU Kmec
1546	Arquivo em aço Lang
2217	Monitor LG
2940	Estabilizador NHS
2018	Impressora HP Laserjet 1012
2926	Nobreak TS Shara
1583	Purificador de Água Hoken

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE BENS PATRIMÔNIO MUNICIPAL

LEI Nº 2892/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607968

LEI Nº 2892/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A FUNÇÃO GRATIFICADA, BEM COMO SOBRE SEU EXERCÍCIO, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica estabelecida a função gratificada, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores, a ser exercida, exclusivamente, por servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, para contador habilitado e devidamente inscrito no CRC.

Art. 2º A função gratificada, mencionada no Art. 1º, fica estabelecida no valor de R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais) mensais, pagamento este de responsabilidade deste órgão.

§ 1º A função gratificada destina-se a atender eventual vacância temporária do cargo de provimento efetivo de contador, a partir de 15 de agosto de 2020, até 15 de novembro de 2020, podendo ser prorrogado, caso necessário, até 31 de dezembro de 2020.

§ 2º Não serão devidas horas extras em nenhuma hipótese ao servidor efetivo que exerça a função gratificada prevista nesta Lei. Havendo a necessidade de ampliação de jornada poderá ocorrer compensação durante o período normal, conforme escala organizada pela chefia imediata.

Art. 3º Ficam estabelecidas as mesmas atribuições previstas no Art.5º, §1º, III, 'a', e anexo VII da Lei Complementar nº 011/2015.

Art. 4º A designação do servidor para o exercício de função gratificada, tem caráter temporário e cabe ao Chefe do Poder Executivo, através de portaria.

§ 1º O ato de desligamento do servidor do exercício da função gratificada é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º A gratificação natalina e o acréscimo de férias no que se refere às funções gratificadas serão devidos, proporcionalmente, ao número de meses de exercício, sendo considerado para estas hipóteses, um mês completo, o exercício de 15 (quinze) ou mais dias.

§ 1º O servidor que tiver afastamento legal por qualquer licença prevista em lei, não perderá a gratificação, exceto para tratar de interesse particular.

§ 2º No caso do disposto no parágrafo anterior, poderá haver a indicação para substituição do servidor afastado devidamente justificada pelo titular do órgão.

§ 3º A função gratificada será identificada em folha de pagamento, só devida durante o exercício da função, observado o disposto nos parágrafos anteriores, não se incorporando ao vencimento ou aposentadoria para qualquer efeito, nem para o cálculo de licença prêmio.

Art. 6º É vedada a concessão de função gratificada, quando o servidor:

I - estiver ocupando ou for nomeado para cargo de provimento em comissão;

II - for ou estiver cedido para qualquer órgão municipal, estadual ou federal, ressalvadas as fundações municipais e convênios com o Poder Judiciário.

Parágrafo Único. O servidor não perde o valor correspondente à função gratificada, se for requisitado pela Justiça Eleitoral.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belmonte – SC, em 17 de agosto de 2020.º.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito de Belmonte

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 83/2020**

Publicação Nº 2608885

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 17/08/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 83/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 83/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E MANUTENÇÃO DE REDE FÍSICA E LÓGICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI e MAURICIO STEFFEN todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas TONI INSTALADORA EIRELI, LUCENA DO NASCIMENTO ME, ERCIO EVANDRO ZICKUHR, ELETRO TECNICA E REFRIGERAÇÃO FORMIGARI LTDA, JJ INSTALADORA E MANUTENÇÃO EIRELI e BROMBILLA INSTALAÇÕES LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
TONI INSTALADORA EIRELI	MARISTELA HINSCHING
LUCENA DO NASCIMENTO ME	ANTONIO CARLOS GOETTEN
ERCIO EVANDRO ZICKUHR	ERCIO EVANDRO ZICKUHR
ELETRO TECNICA E REFRIGERAÇÃO FORMIGARI LTDA	WALDEMAR TIECKER
JJ INSTALADORA E MANUTENÇÃO EIRELI	FRANCIELE DE MORAES
BROMBILLA INSTALAÇÕES LTDA	LUCAS SILVA BROMBILA

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as empresas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os lotes do certame as empresas vencedoras. O pregoeiro solicitou a empresa vencedora dos lotes 02 e 03 que apresente nova proposta de preços readequando o valor dos subitens ao valor global vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
------------------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

TONI INSTALADORA EIRELI LUCENA DO NASCIMENTO ME

ERCIO EVANDRO ZICKUHR ELETRO TECNICA E REFRIGERAÇÃO FORMIGARI LTDA

JJ INSTALADORA E MANUTENÇÃO EIRELI BROMBILLA INSTALAÇÕES LTDA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 93/2020

Publicação N° 2608179

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 93/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRUTAS, VERDURAS E OUTROS ALIMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS E DA POLICIA MILITAR. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 31 de agosto de 2020. ABERTURA: às 14:05h do dia 31 de agosto de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 18 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 94/2020

Publicação N° 2608181

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 94/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL HOSPITALAR LINHA TEXTIL E CURATIVOS ESPECIAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 01 de setembro de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 01 de setembro de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 18 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 95/2020

Publicação N° 2608182

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 95/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO NA LOCALIDADE DE RIBEIRÃO LIBERDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 03 de setembro de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 03 de setembro de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 96/2020

Publicação Nº 2608187

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 96/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA CELSO RAMOS TRECHO 3, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 03 de setembro de 2020. ABER-TURA: às 14:05h do dia 03 de setembro de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 18 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 12/2019

Publicação Nº 2607997

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.552.106/0001-21, com sede na Rua Irmgard Carl, nº01, Bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau – SC.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão do atraso da entrega de produtos solicitados através da ordem de compra 194/2020.

RELATÓRIO:

A empresa ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Presencial nº 43/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 27 de março de 2019 assinou a ata de registro de preços nº 12/2019, vigente até 27 de março de 2020.

Em 16 de janeiro de 2020 o Município de Benedito Novo expediu a ordem de compra nº 194/2020 requerendo a entrega de vários produtos. Consequentemente a empresa não entregou os produtos dentro do prazo de 20 dias após a solicitação dos mesmos.

O Município então fez diversos contatos para que a empresa entregasse o produto solicitado.

A empresa foi devidamente notificada e não apresentou defesa.

Com o ocorrido foi instaurado o processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades no qual foi oportunizado prazo para defesa nos termos da legislação vigente.

Após notificada da instauração do processo administrativo, a empresa em 16 de junho de 2020 entregou os produtos relativos, porém sem qualquer justificativa do atraso, não afastando sua responsabilidade.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, o atraso na entrega, pode ser interpretada como a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços ensejando em responsabilidade ao contratado:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[...]

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
 - b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
 - c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 43/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 12/2019.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 43/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 17/2020

Publicação Nº 2608034

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: KARLA VAQUES LARANJO 12910380947, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.342.001/0001-36, com sede na Avenida Falcão, nº 1499, Bairro Bombas, cidade de Bombinhas – SC.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES

DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão da mesma após convocada, não ter assinado a Ata de Registro de Preços nº 17/2020.

RELATÓRIO:

A empresa KARLA VAQUES LARANJO 12910380947 sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Presencial nº 160/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 28 de abril de 2020 o Município redigiu a Ata de Registro de Preços nº 17/2020.

Como depreende-se do caderno processual diversas foram as tentativas em notificar a licitante vencedora a assinar a ata.

Buscou-se notificar a licitante, pelo correio, via e-mail, todos os contatos disponibilizados pela licitante vencedora.

Foi notificada através do Diário Oficial do Municípios nº 3181 para assinar a Ata de Registro de Preços.

O Município ao promover a licitação busca atender suas necessidades e neste sentido há uma série de dispositivos legais que norteiam o ato administrativo que vai desde a fase interna da licitação até a fase externa, e posteriormente na execução do contrato.

Dentro deste arcabouço jurídico temos os princípios norteadores da administração pública, em especial os elencados no artigo 37 da Constituição Federal.

Dentre eles o princípio da legalidade e da publicidade nos quais a administração está vinculada a lei para a pratica de seus atos e que todos estes devem estar devidamente publicados.

A licitante não apresentou defesa e nem se manifestou.

Neste sentido tendo em vista que até o presente momento o Município não conseguiu por todos os meios disponibilizados pela licitante e que até o presente momento as tentativas restaram inócuas.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, a recusa em assinar a ata de registro de preços, pode ensejar em responsabilidade ao contratado:

Neste sentido a Lei nº10.520/2002 estabelece:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 160/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 17/2020.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 160/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 5/2020

Publicação Nº 2608003

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: SMART DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.003.959/0001-62, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1607, Bairro Jardim das Avenidas, Cidade de Araranguá/SC.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, MONITORAMENTO, VIGILÂNCIA, GRAVAÇÃO DE IMAGEM E VÍDEO PARA UTILIZAÇÃO NAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão da mesma após convocada, não ter assinado a Ata de Registro de Preços nº 5/2020.

RELATÓRIO:

A empresa SMART DISTRIBUIDORA LTDA sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Eletrônico nº 177/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 10 de março de 2020 o Município redigiu a Ata de Registro de Preços nº 5/2020.

Como depreende-se do caderno processual diversas foram as tentativas em notificar a licitante vencedora a assinar a ata.

Buscou-se notificar a licitante, pelo correio, via e-mail, todos os contatos disponibilizados pela licitante vencedora.

Foi notificada através do Diário Oficial do Municípios nº 3180 para assinar a Ata de Registro de Preços.

O Município ao promover a licitação busca atender suas necessidades e neste sentido há uma série de dispositivos legais que norteiam o ato administrativo que vai desde a fase interna da licitação até a fase externa, e posteriormente na execução do contrato.

Dentro deste arcabouço jurídico temos os princípios norteadores da administração pública, em especial os elencados no artigo 37 da Constituição Federal.

Dentre eles o princípio da legalidade e da publicidade nos quais a administração está vinculada a lei para a pratica de seus atos e que todos estes devem estar devidamente publicados.

A licitante apresentou defesa ao processo administrativo no qual alega problemas financeiros. A defesa apresentada não traz qualquer fato relevante. Todas as argumentações trazidas aos autos pela licitante fogem ao objeto da notificação e instauração do processo administrativo.

A instauração do processo administrativo em curso não faz qualquer menção a ordem de compra de produtos, mas sim que a licitante efetivamente assine a Ata de Registro de Preços.

Analisando os autos tenho que a licitante busca subterfúgios para se eximir da responsabilidade assumida perante este município e tendo em vista que foram diversas as tentativas de coleta de assinatura na Ata.

E, somente após a instauração de processo administrativo a licitante integra os autos, com teses completamente estranhas aos fatos que ensejaram o presente procedimento.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, a recusa em assinar a ata de registro de preços, pode ensejar em responsabilidade ao contratado:

Neste sentido a Lei nº10.520/2002 estabelece:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
 - b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
 - c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 177/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 5/2020.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 177/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 6/2019

Publicação Nº 2607987

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.850.825/0001-66, com sede na Rua Amsterdam, nº891, bairro Itoupavazinha, cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão do atraso da entrega do produto solicitado através da ordem de compra 2481/2019.

RELATÓRIO:

A empresa TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA sagrou-se vencedora de um item do Pregão Presencial nº 34/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 14 de março de 2019 assinou a ata de registro de preços nº 6/2019, vigente até 14 de março de 2020.

Em 06 de novembro de 2019 o Município de Benedito Novo expediu a ordem de compra nº 2841/2019 requerendo a entrega do produto. Consequentemente a empresa não entregou o produto dentro do prazo de 20 dias após a solicitação.

O Município então fez diversos contatos para que a empresa entregasse o produto solicitado.

A empresa foi devidamente notificada e não apresentou defesa.

Com o ocorrido foi instaurado o processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades no qual foi oportunizado prazo para defesa nos termos da legislação vigente.

Após notificada da instauração do processo administrativo, a empresa em 16 de junho de 2020 entregou o produto, porém sem qualquer justificativa do atraso, não afastando sua responsabilidade.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, o atraso na entrega, pode ser interpretada como a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços ensejando em responsabilidade ao contratado:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[...]

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo

da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 34/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 6/2019.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 34/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 9/2018

Publicação Nº 2607971

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.534.916/0001-36, com sede na Rua Amsterdam, nº 891, fundos, cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA OS DIVERSOS SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão do atraso da entrega de produtos solicitados através da ordem de compra 430/2019.

RELATÓRIO:

A empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI – ME sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Presencial nº 17/2018 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 26 de março de 2018 assinou a ata de registro de preços nº 9/2018, vigente até 26 de março de 2019.

Em 12 de fevereiro de 2019 o Município de Benedito Novo expediu a ordem de compra nº 430/2019 requerendo a entrega de vários produtos.

Consequentemente a empresa somente entregou parte dos produtos.

O Município então fez diversos contatos para que a empresa entregasse o produto solicitado.

A empresa foi devidamente notificada e não apresentou defesa.

Com o ocorrido foi instaurado o processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades no qual foi oportunizado prazo para defesa nos termos da legislação vigente.

A contratada não apresentou defesa, nem tampouco afastou sua responsabilidade.

Os itens faltantes constantes da ordem de compra acima não foram entregues após a notificação da instauração do Processo Administrativo. Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja em responsabilidade ao contratado:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[...]

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 17/2018, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 9/2018.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 17/2018

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 91/2019

Publicação Nº 2607978

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: JOELMA DA SILVA CRUZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.617.936/0001-12, com sede na Avenida Abrelino Baggia, nº 219, Bairro Centro Sul, cidade de Sorriso – MT.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão da mesma após convocada, não ter assinado a Ata de Registro de Preços nº 91/2019.

RELATÓRIO:

A empresa JOELMA DA SILVA CRUZ sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Eletrônico nº 116/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 19 de setembro de 2019 o Município redigiu a Ata de Registro de Preços nº 91/2019.

Como depreende-se do caderno processual diversas foram as tentativas em notificar a licitante vencedora a assinar a ata.

Buscou-se notificar a licitante, pelo correio, via e-mail, todos os contatos disponibilizados pela licitante vencedora.

Foi notificada através do Diário Oficial do Municípios nº 3105 para assinar a Ata de Registro de Preços.

O Município ao promover a licitação busca atender suas necessidades e neste sentido há uma série de dispositivos legais que norteiam o ato administrativo que vai desde a fase interna da licitação até a fase externa, e posteriormente na execução do contrato.

Dentro deste arcabouço jurídico temos os princípios norteadores da administração pública, em especial os elencados no artigo 37 da Constituição Federal.

Dentre eles o princípio da legalidade e da publicidade nos quais a administração está vinculada a lei para a prática de seus atos e que todos estes devem estar devidamente publicados.

A licitante apresentou defesa ao processo administrativo no qual alega problemas financeiros. A defesa apresentada não traz qualquer fato relevante. Todas as argumentações trazidas aos autos pela licitante fogem ao objeto da notificação e instauração do processo administrativo. A instauração do processo administrativo em curso não faz qualquer menção a ordem de compra de produtos, mas sim que a licitante efetivamente assine a Ata de Registro de Preços.

Analisando os autos tenho que a licitante busca subterfúgios para se eximir da responsabilidade assumida perante este município e tendo em vista que foram diversas as tentativas de coleta de assinatura na Ata.

E, somente após a instauração de processo administrativo a licitante integra os autos, com teses completamente estranhas aos fatos que ensejaram o presente procedimento.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, a recusa em assinar a ata de registro de preços, pode ensejar em responsabilidade ao contratado:

Neste sentido a Lei nº10.520/2002 estabelece:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 116/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 91/2019.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 116/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO RP 96/2019

Publicação Nº 2608002

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: CLAUDIO REMI SANTIAGO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.247.850/0001-48, com sede na Rua Vitor Hugo Raymundo, nº40, Bairro Medianeira, cidade de Taquara – RS.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, passa a expor e ao final exarar sua decisão, referente a empresa acima citada, em razão da não entrega do produto solicitado através da ordem de compra 2523/2019.

RELATÓRIO:

A empresa CLAUDIO REMI SANTIAGO sagrou-se vencedora de diversos itens no Pregão Eletrônico nº 116/2019 – Registro de Preços, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 19 de setembro de 2019 assinou a ata de registro de preços nº 96/2019, vigente até 17 de setembro de 2020.

Em 02 de outubro de 2020 o Município de Benedito Novo expediu a ordem de compra nº 2523/2019 requerendo a entrega de determinado produto.

Consequentemente a empresa não entregou o produto dentro do prazo de 20 dias após a solicitação.

Desde então o Município vem fazendo contato para que a empresa entregue o produto solicitado.

A empresa foi devidamente notificada e não apresentou defesa ou mesmo pedido de dilação de prazo.

Com o ocorrido foi instaurado o processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades no qual foi oportunizado prazo para defesa nos termos da legislação vigente.

A contratada não apresentou defesa, nem tampouco afastou sua responsabilidade, demonstrando está, o completo desinteresse com a coisa pública.

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, o atraso na entrega, pode ser interpretada como a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços ensejando em responsabilidade ao contratado:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[...]

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

O Edital e a Ata de Registro de Preços preveem a seguintes penalidades:

8. DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 116/2019, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 96/2019.

b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa desta decisão, com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como no Edital de licitação nº 116/2019.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

DECRETO Nº 111/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2608652

DECRETO Nº 111 de 13 de agosto de 2020

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03770000	50.000,00
04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03380105	20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03770000	50.000,00
Superávit			03380105	20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 111/2020 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 13 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe Divisão de Compras

EXTRATO DE CONTRATO 74/2020

Publicação Nº 2608199

PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 85/2020
EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2020

Contratada: ELAINE CRISTINA GITRONE ARAUJO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO INCLUINDO PROJETO ESTRUTURAL, LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE CUSTO, CRO-NOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E ART.

Valor: R\$ 20.000,00

Vigência: 11/08/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 11/08/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

PORTARIA Nº 169/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 151/2020

Publicação Nº 2608638

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 169/2020, 05 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 151/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 03 de setembro de 2020, o prazo da Portaria nº 151/2020, de 06/07/2020, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora IRENE LUZIA DA ROCHA ITNER, ocupante do cargo de Servente, símbolo SE, do Quadro dos Servidores Público Municipal de Benedito Novo, conforme a Comunicação de Decisão, Requerimento nº 199853989, Benefício nº 630.429.844-0, de 22-07-2020 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 170/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 036/2020

Publicação Nº 2608641

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 170/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 036/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; e de acordo com o Decreto nº 05/2020, onde Decreta Situação de Emergência na Rede Municipal de Saúde; e no aguardo da realização de Processo Seletivo/ou Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 04 de agosto de 2020, o prazo da Portaria 036/2020 de 03/02/2020, que contratou a Servidora PATRICIA FATIMA DE FARIA, CRM-SC nº 28544 de 16-01-2020, ocupante do cargo de Médico(a) I, com carga horária de vinte horas semanais, em atendimento a Lei Complementar nº 057/2007, através do Decreto nº 05/2020, onde Decreta Situação de Emergência na Rede Municipal de Saúde, e no aguardo da realização de Processo Seletivo/ou Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 171/2020 - CONTRATA MÉDICO

Publicação Nº 2608644

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 171/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.
CONTRATA MÉDICO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo Art. 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e com amparo na Lei Complementar nº 197/2020, que Dispõe sobre a contratação temporária dos cargos em excepcional interesse público para o enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, c/c com a Lei nº 642/1989, que Disciplina a Contratação de Servidores e Empregados por Tempo Determinado; e de acordo com o Decreto nº 21/2020, onde Decreta Situação de Emergência no Município de Benedito Novo; e ainda no aguardo da realização de Processo Seletivo/ou Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, nesta data, PATRICIA FATIMA DE FARIA, para ocupar o cargo de Médico, com carga horária de quarenta horas semanais, em atendimento a Lei Complementar nº 197/2020, pelo período de 05 de agosto de 2020 até 04 de fevereiro de 2021, podendo ser prorrogado em decorrência da situação de Pandemia ser maior que o término do contrato, no aguardo da realização de Processo Seletivo/ou Concurso Público, e conforme estabelece o Art. 8º, § 5º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 172/2020 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 2608646

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 172/2020, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SUSAN ADRIANO HELFENSTELLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, Sub anexo I, do Quadro dos Servidores Público Municipal, de 15 (quinze) dias, a contar de 10-06-2020 a 24-06-2020.

Art.2º - Fica igualmente prorrogado até 09 de julho de 2020, o prazo da licença para tratamento de saúde concedida a servidora SUSAN ADRIANO HELFENSTELLER pelo Art. 1º desta Portaria, conforme a Comunicação de Decisão, Benefício nº 7062725766, de 28-07-2020 do INSS.

Art.3º - Fica prorrogado o prazo para o retorno ao serviço para 11 de agosto de 2020, devido a Comunicação de Decisão do INSS ter sido proferida em 28-07-2020 e conforme atestado médico de saúde ocupacional com retorno ao trabalho em 11-08-2020.

Art.4º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 173/2020 - AFASTAMENTO PREVENTIVO

Publicação Nº 2608647

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 173/2020, 10 DE AGOSTO DE 2020.

AFASTAMENTO PREVENTIVO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município; e art. 227 a 231 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95; e Considerando ainda a edição dos Decreto nº 020/2020, de 17 de março de 2020; Decreto nº 028/2020, de 30 de março de 2020; e Decreto nº 038, de 15 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o afastamento preventivo das atividades laborativas presenciais, da servidora Thandriane Laisy Prestes Prochnow, na vigência do Decreto nº 038/2020, de 15 de abril de 2020, art. 3º, § 1º, III, ou qualquer outro fato relevante ou superveniente, com efeitos a contar de 19 de março de 2020, conforme estabelece o Decreto nº 20/2020, de 17 de março de 2020.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 174/2020 - DESIGNA SERVIDORES PARA ASSINATURA DE BORDERAUX DE PAGAMENTOS DE CONTA CORRENTE E MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Publicação Nº 2608648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
Rua Celso Ramos, 5070 – Centro – 89.124-000
BENEDITO NOVO – SC
FONE/FAX: (47) 3385-0487
CNPJ 83.102.780/0001-08

PORTARIA Nº 174/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA ASSINATURA DE BORDERAUX DE PAGAMENTOS DE EMPENHOS; ABERTURA DE CONTA CORRENTE E MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Servidores RONALF SCHMIDT, CPF 400.197.649-87 e ALAN RAFAEL KINDER, CPF 079.902.719-74 ocupantes do cargo de Chefe da Divisão de Tesouraria e Agente Administrativo B, respectivamente, para a partir desta data, assinarem em conjunto o borderaux de pagamento de empenhos e transferências entre contas, emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contra-ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques-conta corrente, efetuar saques-poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar pagamentos, efetuar transferências, consultar contas/aplic. programas repasse recursos, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, solicitar saldos/extratos, emitir comprovantes, efetuar transferências p/mesma titularidade, consultar obrigações de débito direto autorizado, encerrar contas de depósito; do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 20.203.644/0001-94; do Fundo Municipal da Saúde, CNPJ nº 10.624.466/0001-11; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ nº 26.256.718/0001-37; Fundo Municipal de Educação de Benedito Novo, CNPJ nº 31.002.688/0001-72 e Prefeitura Municipal de Benedito Novo, CNPJ nº 83.102.780/0001-08.

Art. 2º - Designar a Servidora MARLI KLITZKE SCHMIDT, CPF 453.937.109-68, ocupante do cargo de Secretária Executiva, para que, na ausência de um dos Servidores, assinarem em conjunto o borderaux de pagamento de empenhos com um dos Servidores mencionados no Art. 1º desta Portaria.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
Rua Celso Ramos, 5070 – Centro – 89.124-000
BENEDITO NOVO – SC
FONE/FAX: (47) 3385-0487
CNPJ 83.102.780/0001-08

Art. 3º - Designa também o Servidor RONALF SCHMIDT, para assinar conjuntamente com o Prefeito Municipal a abertura de contas correntes e movimentações bancárias.

Art. 4º - Fica revogada os efeitos da Portaria nº 206/2018, de 24 de julho de 2018, a partir de 13 de agosto de 2020.

Art. 5º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 11 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 175/2020 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 2608650

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 175/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS, ocupante do cargo de Professor I 40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, de 15 (quinze) dias, a contar de 15-06-2020 a 29-06-2020.

Art.2º - Fica igualmente prorrogado até 14 de julho de 2020, o prazo da licença para tratamento de saúde concedida a servidora SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS pelo Art. 1º desta Portaria, conforme a Comunicação de Decisão, Benefício nº 7064395518, de 04-08-2020 do INSS.

Art.3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 11 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO N° 212/2020

Publicação N° 2609198

DECRETO N° 212/2020 DE: 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA A ALINEA "C", DO INCISO XIX, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO N. 185, DE 27 DE JULHO DE 2020, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado a alínea "c", do Inciso XIX, do art. 1º, do Decreto n. 185/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ...

[...]

XIX - ...

[...]

c) permitir a entrada e permanência de promotores de vendas e repositores que não trabalhem de forma fixa em uma unidade;

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ratificando o Decreto N. 185/2020 no que não for conflitante.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO N° 213/2020

Publicação N° 2609266

DECRETO N° 213/2020 DE: 17 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 239.252,21 (Duzentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.00.000000, 0.1.82.000232 e 0.2.28.000277, nas dotações abaixo relacionadas:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0001.2006	Manutenção da Secretaria de Governo	382.000,00
3.1.90.00/0.1.53.000000	Pessoal E Encargos Sociais/ Aplicação Direta	382.000,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
--------	-----------------------	-------

0801.04.129.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Receita	500.000,00
3.1.90.00/0.1.53.000000	Pessoal E Encargos Sociais/ Aplicação Direta	500.000,00

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.365.0003.1003	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	9,00
4.4.90.00/0.1.82.000232	Investimentos/ Aplicação Direta	9,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.301.0004.2032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	22.515,24
4.4.90.00/0.1.85.000101	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	22.515,24

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	82.250,00
3.3.90.00/0.2.28.000277	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	82.250,00

15. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.27.122.0005.2050	Manutenção da Secretaria Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.	40.296,00
4.4.90.00/0.1.53.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	40.296,00

23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2302.08.244.0006.2061	Benefícios Eventuais	6.600,00
3.3.90.00/0.1.52.000000	Outras despesas correntes/ Aplicação Direta	6.600,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 214/2020

Publicação Nº 2609267

DECRETO Nº 214/2020 DE: 17 DE AGOSTO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SAÚDE

1001.10.301.0004.2032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	11.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	11.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.02000000	Investimentos/Aplicação Direta	11.000,00

24. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

2401.15.452.0009.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	667.032,74
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	667.032,74
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	667.032,74

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

PORTARIA Nº 1860/2020

Publicação Nº 2609272

PORTARIA nº 1860 de 14 de agosto de 2020

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ADAILTON MARTINS, detentor(a) do cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE OPERACIONAL – CC5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 14/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 14/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

RETIFICAÇÃO EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2609105

RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC torna pública a Retificação nº 001 ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2020 – SECRETARIA DE SAÚDE que passa assim a ser definido:

3. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ESCOLHA:

3.16 O sistema permitirá a inscrição do mesmo candidato em cargos diferentes, entretanto para a contratação o candidato deverá optar apenas para um cargo.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL:

4.1 O Resultado Final deste Processo Seletivo será aferido pelo somatório dos pontos obtidos na Avaliação de Títulos e/ou Experiência Profissional.

4.2 A classificação geral dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final de todos (as) os (as) candidatos (as).

4.3 Havendo empate na totalização dos pontos, serão aplicados os seguintes critérios:

- a) Maior pontuação no tempo de Experiência Profissional;
- b) Maior pontuação na Avaliação dos Títulos.
- c) Maior idade.

Biguaçu/SC, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

TP139/2020-PMB

Publicação Nº 2609030

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 139/2020- PMB

Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de material, para execução de pavimentação asfáltica, implantação de drenagem e passeio público da Rua Amaro de Faria, e da Estrada da Rússia, neste Município, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e termo de referência, anexos ao processo.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até 13:45 horas do dia 04/09/2020, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Dia 04/09/2020, às 14:00 horas no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: <https://biguacu.atende.net>, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020**

Publicação Nº 2608833

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020**

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentada pelo Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, venho ADJUDICAR E HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002, o resultado da licitação na modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO n. 006/2020 (REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE) de acordo com o resultado do certame, que aponta como vencedores as empresas:

* Fornecedor: DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA – VENCEDOR DO LOTE 1
* CNPJ: 07.245.458/0001-50
* Valor: R\$ 6.454,69

* Fornecedor: ARIADNER DA SILVA MESSIAS – VENCEDOR DO LOTE 2
* CNPJ: 27.204.689/0001-22
* Valor: R\$ 599,80

* Fornecedor: ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI – VENCEDOR DO LOTE 3
* CNPJ: 21.912.865/0001-02
* Valor: R\$ 12.606,36

* Fornecedor: FABRICIO RACHADEL COSTA – VENCEDOR DO LOTE 4
* CNPJ: 33.618.396/0001-94
* Valor: R\$ 1.757,37

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2020.

Biguaçu/SC, 18 de AGOSTO de 2020.

Nei Cláudio da Cunha

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.902/2020

Publicação Nº 2608991

LEI Nº 8.902, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Congregação de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 60.922.168/0052-26, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a custear partes das despesas para Enfrentamento da Emergência COVID19, conforme Plano de Trabalho e Termo de Convênio, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

II – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrito no CNPJ sob nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a custear partes das despesas para Enfrentamento da Emergência COVID19, conforme Plano de Trabalho e Termo de Convênio, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

III – Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrito no CNPJ sob nº 82.654.088/0001-20, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a custear partes das despesas para Enfrentamento da Emergência COVID19, conforme Plano de Trabalho e Termo de Convênio, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC.

Art. 2º As despesas previstas no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.122.0068.2550 – Enfrentamento da Emergência COVID19
Modalidade 3.3.50 (159) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.100.000,00
Fonte de Recurso 0238.00040

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação do recurso recebido, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.758/2020

Publicação Nº 2608995

DECRETO Nº12.758, DE 29 DE JULHO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A CONTEC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor do Município, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul parte do imóvel pertencente à CONTEC - Construtora e Incorporadora Ltda – a qual consiste em uma área de 90,58m² (noventa metros quadrados e cinquenta e oito décimos quadrados), em formato triangular situado nesta

cidade, no Bairro Garcia, Rua Gertrud Metzger, fazendo frente em quatro linhas, a partir do lado direito, a primeira em 24,16m, a segunda em curva com 41,22m, a terceira em 22,76m e a quarta em curva com 4,84m, todas com o lado par da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em três linhas, sendo a primeira a partir do lado direito em 16,05m, a segunda em curva com 51,99m e a terceira em 22,61m, todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,91m com a margem direita do Ribeirão Garcia, não constando benfeitorias. Imóvel transcrito sob o n. 57.547 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob n.4.4.7.0005.0112.

Art. 2º Declara-se a urgência da desapropriação do imóvel especificado no art. 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 29 DE JULHO DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.768/2020

Publicação Nº 2608999

DECRETO Nº 12.768, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo I a III deste Decreto, no valor de R\$ 1.917,54 (hum mil, novecentos e dezesseis reais, e cinqüenta e quatro centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0065.2016 – Manut. Ativ. do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Modalidade 3.3.90 (1030) Aplicações Diretas R\$ 57,04

Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2331 – Manutenção de Pensões Vitalícias

Modalidade 3.3.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 192,51

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0020.2021 – Manut. das Ativ. De Guarda e Conservação do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 1.372,49

Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3704 – Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade 37.04.18.122.0039.2513 – Manut. Ativ. Gestão Administr. Financ. Meio Ambiente

Modalidade 3.3.90 (875) Aplicações Diretas R\$ 126,89

Fonte de Recursos 0100.00080

3705 – Diretoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal

Atividade 37.05.18.541.0003.2514 – Manut. Ativ. Diret. De Educação Ambiental e Bem Estar Animal

Modalidade 3.3.90 (882) Aplicações Diretas R\$ 168,61

Fonte de Recursos 0100.00080

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.768/2020 - ANEXO I

Publicação Nº 2609003

ANEXO I

CREDOR:	Orcali Serviços de Limpeza Ltda.
DOCUMENTO:	Contrato 238/2017
DATA:	Novembro e dezembro de 2019
ORIGEM DA DESPESA:	Reajuste/repactuação nos serviços de limpeza predial período de novembro e dezembro de 2019.
DOTAÇÃO:	76
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$ 1.372,49
CREDOR:	Vilmar da Silva
DOCUMENTO:	Declaração Sindetranscol
DATA:	29/07/2020
ORIGEM DA DESPESA:	Pensão Vitalícia conforme decisão judicial, autos nº 008.97.35.0066-0/004, meses de novembro e dezembro de 2019.
DOTAÇÃO:	71
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$ 192,51
TOTAL A RECONHECER	R\$ 1.565,00 (hum mil, quinhentos e sessenta e cinco reais)

Reconheço as despesas desta relação.
Blumenau, 07 de agosto de 2020.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 12.768/2020 - ANEXO II

Publicação Nº 2609006

ANEXO II

CREDOR:	Orcali Serviços de Limpeza Ltda
DOCUMENTO	Contrato 238/2017
DATA:	12/11/2019 ate 31/12/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Referente ao reajuste/repactuação da Orcali Serviços de Limpeza, referente aos serviços de limpeza com fornecimento de materiais para a Semmas - no período de 11/2019 a 12/2019.
DOTAÇÃO:	875
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$ 126,89 (cento e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos).
CREDOR:	Orcali Serviços de Limpeza Ltda
DOCUMENTO	Contrato 238/2017
DATA:	12/11/2019 ate 31/12/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Referente ao reajuste/repactuação da Orcali Serviços de Limpeza, referente aos serviços de limpeza com fornecimento de materiais para a Semmas (CEPREAD) no período de 11/2019 a 12/2019.
DOTAÇÃO:	882
FONTE DE RECURSO:	0100.00080
VALOR:	R\$ 168,61 (cento e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos).
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 295,50 (duzentos e noventa e cinco reais e cinq-enta centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 07 de agosto de 2020.

Éder Antônio Boron
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

DECRETO Nº 12.768/2020 - ANEXO III

Publicação Nº 2609007

ANEXO III

CREDOR:	ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
DOCUMENTO:	13º aditivo do contrato 2017/238
DATA:	22 de junho de 2020
ORIGEM DA DESPESA:	SERVIÇO LIMPEZA/ REEQUILÍBRIO VALORES ,13º aditivo ao contrato 2017/238 referente período NOVEMBRO E DEZEMBRO de 2019.
DOTAÇÃO:	1030
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 57,04
TOTAL A RECONHECER	R\$ 57,04 (Cinquenta e sete reais e quatro centavos)

Reconheço as despesas desta relação.
Blumenau, 07 agosto de 2020.

André de Moura da Cunha
Coordenador Procon

DECRETO Nº 12.778/2020

Publicação Nº 2609009

DECRETO Nº 12.778, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, fontes de recursos 0279.00064 e 0279.00057, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.1196 – Constr./Ampl. Estrut. Rede Serv. Atenção Básica em Saúde

Modalidade 4.4.90 (177) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0279.00064

Atividade 31.01.10.302.0059.1197 – Constr./Ampl. Estrut. Rede Serv. Atenção Espec. em Saúde

Modalidade 4.4.90 (178) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0279.00057

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.779/2020

Publicação Nº 2609011

DECRETO Nº 12.779 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 18.211,00 (dezoito mil, duzentos e onze reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3503 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 35.03.13.122.0037.2499 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativo-Financeira da Cultura
Modalidade 4.4.90 (811) Aplicações Diretas R\$ 13.211,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3504 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Atividade 35.04.13.392.0084.2500 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Modalidade 3.3.90 (824) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
3503 – Diretoria Administrativo - Financeira
Atividade 35.03.13.122.0037.2499 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativo-Financeira da Cultura
Modalidade 3.3.90 (805) Aplicações Diretas R\$ 13.211,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3504 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Atividade 35.04.13.392.0084.2500 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Modalidade 4.4.90 (826) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.780/2020

Publicação Nº 2609012

DECRETO Nº 12.780, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0504 – Diretoria de Patrimônio
Projeto 05.04.04.122.0020.2021 – Man. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
Modalidade 3.3.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0504 – Diretoria de Patrimônio
Projeto 05.04.04.122.0020.2021 – Man. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
Modalidade 4.4.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.343/2020

Publicação Nº 2609014

PORTARIA Nº 24.343, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA EDUARDO HENRIQUE CUNHA DA COSTA,

DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e em virtude do pedido de aposentadoria da referida servidora, resolve:

DISPENSAR, no dia 28 de junho de 2020:

EDUARDO HENRIQUE CUNHA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Almoxarifado e Patrimonial da Diretoria de Iluminação Pública - FGC de 20%, designada pela Portaria nº 23.109/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

republica por incorreção

PORTARIA Nº 24.344/2020

Publicação Nº 2609017

PORTARIA Nº 24.344, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA EDUARDO HENRIQUE CUNHA DA COSTA PARA

O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE

CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660/2007, e da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR, a contar de 29 de junho de 2020:

EDUARDO HENRIQUE CUNHA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Administrativo da Diretoria de Iluminação Pública - FGC 40%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

republica por incorreção

PORTARIA Nº 24.356/2020

Publicação Nº 2609021

PORTARIA Nº 24.356, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SEMOB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo a solicitação datada de 17/08/2020, resolve:

EXONERAR, no dia 17 de agosto de 2020:

ANA KARINA SCHRAMM MATUCHAKI, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeada pela Portaria nº 23.101, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PROCESSO DISCIPLINAR Nº 039/2018 - 1ª CPASD

Publicação Nº 2609022

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PRIMEIRA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO DISCIPLINAR Nº 039/2018- 1ª CPASD

A Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar - CPASD, constituída por meio das Portarias nº 17.341/2013, nº 22.832/2019 e nº 23.459/2019, vem por sua Presidente, no uso de suas atribuições e com suporte no art. 222, da LC 660/07, NOTIFICAR, pelo presente edital, DARCI ALFREDO TOBIAS JÚNIOR, ex-servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, portador da Cédula de Identidade nº 3784869, inscrito no CPF nº 004.940.149-11, da decisão proferida pelo Exmo. Prefeito Municipal, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 039/2018, conforme relatório conclusivo, julgamento e Portaria nº 24.341, de 10/08/2020. Os autos do presente processo estão disponíveis na sede das Comissões, localizada à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32, (Prédio da PMB), Centro, Blumenau (SC), de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 9h às 11h e das 14h às 17h.

Blumenau, 10 de agosto de 2020.

DAGMAR MARLA ZIMMERMANN
Presidente da 1ª CPASD

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2020

Publicação Nº 2609037

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 136/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MISERICORDIA DE VILA ITROUPAVA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS TIPO HOSPITAL GERAL COM MAIS DE 40 LEITOS PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NOS NÍVEIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM CARÁTER DE ATENDIMENTO ELETIVO E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COM FINALIDADE DE PROMOVER O ATENDIMENTO NO SISTEMA DA LINHA DE CUIDADO DAS REDES DE ATENÇÃO, COM DIAGNÓSTICO, TRATAMENTOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS, TRANSPLANTES, MEDICAMENTOS, ÓRTESE/PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS, CUMPRINDO ASSIM COM OS TERMOS DE PACTUAÇÕES ESTRATÉGICAS EXISTENTES, COM CÓDIGOS/DESCRIÇÕES, INSTRUMENTO DE REGISTRO CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-029/2020.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 88.600,00 (oitenta e oito mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 29 de julho de 2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2018

Publicação Nº 2609039

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONserto DE 01 (UM) ELEVADOR, MARCA BRASLEV ELEVADORES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS, NO PRÉDIO DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS BLUMENAU, RUA 02 DE SETEMBRO, 1510.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 045/2018.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de agosto de 2020 até 15 de agosto de 2021.

VALOR: Renova o valor mensal do serviço que é R\$ 984,00 (novecentos e oitenta e quatro reais), totalizando no ano R\$ 11.808,00 (onze mil, oitocentos e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 16 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 225/2020

Publicação Nº 2609042

EXTRATO – CONTRATO Nº 225/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. CELESTE LORENZI.

OBJETO: Locação do andar térreo de um prédio de alvenaria, com área de 360 m², localizado na Rua Bahia, nº 5.353, Bairro Salto Weisbach, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Áurea Pfuetzenreiter - SEMUS.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº 08-124/2020.

PRAZO: O prazo de vigência da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 02 de agosto de 2020 até 01 de agosto de 2021.

VALOR TOTAL: O valor mensal pago o LOCADOR pela utilização do imóvel é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), totalizando ao ano R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 06 de agosto de 2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2019

Publicação Nº 2609044

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 231/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA CONDE DE MESQUITA, BAIRRO FORTALEZA, BLUMENAU/SC - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO - FINISA - CONTRATO Nº. 0498.699 - DVº: 69 (LOTE 04).

PROCESSO: Concorrência nº 03-010/2019.

VALOR: Suprime a quantia de R\$ 14.530,18 (quatorze mil, quinhentos e trinta reais e dezoito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10 de março de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2016

Publicação Nº 2609049

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 02 ELEVADORES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS, INSTALADOS NO CENTRO DE SAÚDE ROSÂNIA MACHADO E NO CEDAP.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 082/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de setembro de 2020 até 11 de setembro de 2021.

VALOR: renova-se o valor do contrato que se mantém estimado em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2019

Publicação Nº 2609051

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 273/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA

OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, TERRA-PLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA JORGE ROBERTO DOS PASSOS, BAIRRO ÁGUA VERDE.

PROCESSO: Concorrência nº 03-017/2019.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual em mais 41 (quarenta e um) dias, ou seja, de 25 de setembro de 2020 até 4 de novembro de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2020.

PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-118/20; 08-127/20; 08-128/20; 08-131/20; 08-133/20 E 08-134/20

Publicação Nº 2609057

Processo Dispensa 08-118/2020

Objeto: Serviço emergencial de roçada, limpeza de pátios e raspagem de sarjetas - SEMUS/FMS

Contratada: BETONSERV SERVIÇOS LTDA EPP

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$210.208,62

Processo Dispensa 08-127/2020

Objeto: Locação do imóvel para funcionamento do CEI - SEMED

Contratada - NEDJELJKA ZIBERT

Artigo 24, Inciso X da lei 8.666/93

Valor total: R\$42.000,00

Processo Dispensa 08-128/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos para Farmácia Básica - SEMUS/FMS

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$36.000,00

Processo Dispensa 08-131/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos para Farmácia Básica pelo CISAMVI - SEMUS/FMS

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CISAMVI

Artigo 24, Inciso XXVI da lei 8.666/93

Valor total: R\$286.646,98

Processo Dispensa 08-133/2020

Objeto: Aquisição de fraldas para os usuários do SUS - SEMUS/FMS

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CISAMVI

Artigo 24, Inciso IV da lei 8.666/93

Valor total: R\$46.308,00

Processo Dispensa 08-134/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos para uso no centro do COVID-19 através consórcio CISAMVI- SEMUS

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CISAMVI

Artigo 24, Inciso XXVI da lei 8.666/93

Valor total: R\$58.101,00

PORTARIA SEMUDES Nº 09/2020

Publicação Nº 2609067

PORTARIA SEMUDES Nº 09 DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 203/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A EMPRESA ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF

nº 24.022, de 07 de abril de 2020, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para exercerem a função de Fiscais do Contrato nº 203/2020, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e a empresa Antonholi & Garcia Máquinas e Equipamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 33.441.004/0001-64:

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Proteção Básica, lotada na Diretoria de Proteção Básica;

OCLIDES ORIDES NARDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria Administrativa Financeira;

TIAGO VIRGILIO KRUEGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado na Diretoria de Proteção Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 12 de agosto de 2020.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PORTARIA SEMUDES Nº 10/2020

Publicação Nº 2609072

PORTARIA SEMUDES Nº 10 DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 210/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A EMPRESA MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA.

PATRICIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 24.022, de 07 de abril de 2020, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros da Administração Pública, abaixo indicados, para exercerem a função de Fiscais do Contrato nº 210/2020, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e a empresa Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.440.065/0001-71:

ALZIRO JOSÉ LEITE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa Financeira;

OCLIDES ORIDES NARDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria Administrativa Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

Blumenau/SC, 12 de agosto de 2020.

PATRICIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PORTARIA Nº 7758/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2609076

PORTARIA Nº 7758/20

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

EDUARDO SCHMITT ROSTE, cadastro 2176-8, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, no dia 14 de agosto de 2020.

Samae, 14 de agosto de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7759/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2609078

PORTARIA Nº 7759/20
NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

NOMEAR

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

EDUARDO SCHMITT ROSTE, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, no dia 17 de agosto de 2020;

ELAINE SCHMITZ, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, no dia 17 de agosto de 2020.

Samae, 17 de agosto de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA SEMOB Nº 029/2020

Publicação Nº 2609081

PORTARIA SEMOB Nº 029, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR ANDERSON AUGUSTO SOARES, GERENTE AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS NSº 2020/216, 2020/217, 2020/218 E 2020/219, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA GREIDE ENGENHARIA LTDA.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Anderson Augusto Soares, Gerente Ambiental e Segurança do Trabalho, matrícula nº 92108-8, CREA/SC nº. 169.392-4, para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos nsº 2020/216, 2020/217, 2020/218 e 2020/219, firmados entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Greide Engenharia LTDA., CNPJ nº 00.894.553/0001-35, que tem por objetos a elaboração de Projetos Básicos e Executivos de terraplanagem, drenagem, sinalização viária, pavimentação e obras complementares para as ZEIS Vila Bromberg, Vila Jensen, Vila União e Vila Vitória, localizadas no Município de Blumenau/SC, conforme planilhas, cronogramas físicos financeiros e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 02-035/2019. Fonte de Recurso: Finisa – Contrato nº. 0498.699 – DVº. 69.

Blumenau, 11 de agosto de 2020.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD
Secretário Municipal de Obras

PORTARIA SEMOB Nº 030/2020

Publicação Nº 2609084

PORTARIA SEMOB Nº 030 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA OS SERVIDORES ANDERSON VICENTINI, ENGENHEIRO CIVIL E PATRÍCIA ESTER SCHWANKE, ARQUITETA, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2020/226, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Anderson Vicentini, Engenheiro Civil, matrícula nº 21598-8, CREA/SC nº. 078.598-9 e a servidora pública municipal Patrícia Ester Schwanke, Diretora de Projetos Urbanísticos, matrícula nº. 92090-9, CAU/SC nº. A26277-3, junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Contrato nº 2020/226, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Oramaster Construtora e Incorporadora Eireli, CNPJ nº 07.596.381/0001-62, que tem por objeto a execução da Revitalização da Prainha – Praça Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, bairro; Ponta Aguda, Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-007/2020. Fonte de Recurso: Contrato de Repasse nº. 874866/2018 - Ministério do Turismo/CEF/SEMOB.

Blumenau, 11 de Agosto de 2020.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD
Secretário Municipal de Obras

EXTRATO Nº 303/2020 - FURB

Publicação Nº 2609090

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 303/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
Karlan Muller Muniz

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas e Gestão Estratégica de Marketing promovidos pelo Instituto FURB .

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 183/2020 e Contrato nº 152/2020, firmado em 10 de agosto de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.678,62 (três mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 183/2020, especialmente quanto a Proposta de folha 05, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Comportamento do Consumidor Carga horária: 24h.	3.678,62
Preço Total (em R\$)				3.678,62	
Preço Total (em reais, por extenso)				três mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93
DATA: 10/08/2020

EXTRATO Nº 306/2020 - FURB

Publicação Nº 2609092

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 306/2020
Inexigibilidade de Licitação nº. 187/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Inexigibilidade de Licitação do procedimento em epígrafe

com fundamento no Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 279/2020/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ERICA FERNANDA MONTEIRO PARA ATUAR EM ENCONTROS DO PROESDE LICENCIATURA. Setor solicitante: CCEAL. Pedido de Compra: 1593/2020. Contratada: ERICA FERNANDA MONTEIRO (CPF: 047.245.999-60). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após a emissão da NF. Prazo de Entrega: Encontros dias 15 e 29/08 e 12/09/2020. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)/ 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção das Ativ. De Plano de Trabalho-Custeio)/3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais)

Blumenau/SC, 14 de agosto de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 293/2020 - FURB

Publicação Nº 2609093

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 293/2020

PARTES: **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**
e a empresa
ACAERT- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº. 209/2018**

OBJETO: pagamento de repasse (comissão) para a ACAERT relativo à veiculação pela FURB-TV e FURB-FM de mensagens institucionais da ALESC, conforme Termo de Adesão ao Convênio de Cooperação Técnica nº 004/2015, firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 008/2018 e Contrato nº. 209/2018, firmado em 07 de agosto de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 209/2018 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 09 de agosto de 2020 até 08 de agosto de 2021, o que totalizará 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

Mantem-se o valor de R\$ 13.026,12 (treze mil, vinte e seis reais e doze centavos), conforme Cláusula Primeira, item 1.1, para a vigência deste Aditivo:

Item	Código FURB	Qtde	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38754	12	Mês	Valor mensal com despesa por pagamento de repasse (comissão) de 5% por veiculação na FURB-TV de mensagens de utilidade pública relacionadas a objetivos institucionais da ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina	775,36	9.304,32
2	38755	12	Mês	Valor mensal com despesa por pagamento de repasse (comissão) de 15% por veiculação na FURB-FM de mensagens de utilidade pública relacionadas a objetivos institucionais da ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina	310,15	3.721,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 209/2018 e TA nº001, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Data: 17/08/2020.

EXTRATO Nº 302/2020 - FURB

Publicação Nº 2609097

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 302/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Fharida Kalinke

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas e Gestão Estratégica de Marketing promovidos pelo Instituto FURB .

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 183/2020 e Contrato nº 153/2020, firmado em 10 de agosto de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.126,83 (três mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos) conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 183/2020, especialmente quanto a Proposta de folha 04, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Plano Estratégico de Cargos, Carreira e Remuneração Carga horária: 24h	3.126,83
Preço Total (em R\$)				3.126,83	
Preço Total (em reais, por extenso)				três mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93

DATA: 10/08/2020

EXTRATO Nº 319/2020 - FURB

Publicação Nº 2609099

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 319/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 188/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Inexigibilidade de Licitação do procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 278/2020/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ANDRÉ LUIZ BAUML TESSER PARA ATUAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Setor solicitante: Instituto FURB. Pedido de Compra: 1570/2020. Contratada: ANDRÉ LUIZ BAUML TESSER (CPF: 021.299.689-45). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após a emissão da NF. Prazo de Entrega: Conforme cronograma do curso. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais)/ 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau/SC, 17 de agosto de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

Bom Jesus

PREFEITURA

RESCISÃO DO CONTRATO 31/2019

Publicação Nº 2608163

RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2019

Contrato Administrativo nº 31/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAXINAL ALTERNATIVA LTDA

CNPJ: 18.998.335/0001-06

Finalidade: Contratação de emissora de rádio FM com alcance em toda extensão territorial do Município de Bom Jesus-SC, para veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas e programas informativos para atender todas as secretarias municipais da prefeitura municipal de Bom Jesus

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 32/2019 - P.P nº 15/2019

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

1. Considerando que a contratação de emissora de rádio, por meio do Contrato nº 31/2019, tem como objeto a veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas e programas informativos;
2. Considerando que no ano de 2020 será realizada a eleição para escolha de representantes do Poder Executivo e Legislativo Municipal.
3. Considerando que a Lei 9.504/1997, em seu artigo 73, VI, "b", prevê a vedação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral;
4. Considerando que o prazo citado no item 3 se dá no dia 15 de agosto de 2020, prazo alterado por meio da Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19.
5. Considerando que ambas as partes concordam com os termos da presente rescisão contratual.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Rafael Calza, brasileiro, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado FAXINAL ALTERNATIVA LTDA, CNPJ nº 18.998.335/0001-06 sediada na Rua 20 de Janeiro, nº 52, bairro centro, no município Faxinal dos Guedes - SC, representado pela Senhora Salete Danielli Giordani portador do CPF nº 194.877.629-49, RG nº 1.698.112, domiciliado na Rua 21 de abril, nº 28, Bairro centro, no município de Faxinal dos Guedes - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada e Contrato Administrativo nº 31/2019, ficam as partes acordadas nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo de rescisão amigável tem por fundamento legal o artigo 79, inciso II da Lei n.º 8.666/1993, bem como Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 31/2019, Lei 9.504/1997, artigo 73, VI, "b" e Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Ficam as partes acordadas da rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 31/2019, assinado em 15 de maio de 2019, e seus aditivos, tendo como objeto a "Contratação de emissora de rádio FM com alcance em toda extensão territorial do Município de Bom Jesus-SC, para veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas e programas informativos para atender todas as secretarias municipais da prefeitura municipal de Bom Jesus".

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Considerando a rescisão amigável, as partes nada mais têm a reclamarem, a qualquer título relativamente às obrigações assumidas nos ajustes ora rescindidos, em especial quanto ao pagamento dos serviços contratados, os quais serão pagos até a data da rescisão.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 13 de agosto de 2020.

RAFAEL CALZA FAXINAL ALTERNATIVA LTDA
Prefeito Municipal CNPJ: 18.998.335/0001-06
Contratante Salete Danielli Giordani
CPF nº 194.877.629-49
Contratada

Valdemir de Mello Jorge Endrygo Brinker
CPF nº 006.059.119-67 CPF nº 045.685.129-13
Responsável Pela Fiscalização Responsável Pela Fiscalização
Titular Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Assessor Jurídico
OAB/SC 43.050
Minuta:

Rescisão Amigável ao Contrato Administrativo nº 31/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAXINAL ALTERNATIVA LTDA

CNPJ: 18.998.335/0001-06

Finalidade: Ficam as partes acordadas da rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 31/2019, a partir desta data.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 32/2019 - P.P nº 15/2019

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus/SC, 13 de agosto de 2020.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

01/2020 APAE

Publicação Nº 2608116

CONVÊNIO N.º 001/2020, DE 11 AGOSTO DE 2020.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC, E A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MODELO - SC.

O Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC n.º 01.594.009/0001-30, com sede administrativa na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Avenida Planalto nº 271, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Modelo - SC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC sob nº 80.625.411/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant, na cidade de Modelo - SC, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Valter Rubens Cesco, residente e domiciliado na cidade de Modelo, portadora do CIC sob. nº 525.755.359-72, doravante denominada de APAE, resolvem celebrar o presente convênio, de acordo com o dispositivo preconizado no artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.190/2020, de 08 de abril de 2020, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio a transferência de recursos financeiros a APAE, objetivando o repasse de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento das atividades da APAE. Os recursos destinam-se a construção de espaço físico correspondente a 103,37m² de área a ser construída para instalação de Piscina de Hidroterapia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSO FINANCEIROS

Para a execução do presente convênio, o Município, transferirá à APAE, a importância de R\$ 5.154,00 (cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais), para atendimento do objeto supra citado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata este convênio, serão transferidos pelo Município à APAE, no mês de agosto de 2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prazo de vigência do presente convênio é de 11 de agosto a 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - O Município obriga-se:

- Repassar os recursos de acordo com o estabelecido neste convênio;
- Exercer a fiscalização na observância da aplicação dos recursos repassados;
- Solicitar a prestação de contas dos recursos, quando não apresentada no prazo legal, suspendendo a transferência até a regularização.

II - A APAE obriga-se:

- Prestar contas dos recursos recebidos, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a aplicação dos referidos recursos de conformidade com as normas legais;
- Movimentar os recursos transferidos pelo Município de Bom Jesus do Oeste, em conta bancária específica;
- Aplicar os recursos recebidos de acordo com o objeto desse convênio;
- Executar integralmente as atividades de educação especial, dando acesso a todas as pessoa portadoras de deficiência;
- Informar, trimestralmente, anexo a prestação de contas, a relação de alunos atendidos na APAE, do Município de Modelo, bem como as atividades desenvolvidas;
- Permitir a fiscalização do Município, na aplicação dos recursos, bem como fornecer informações solicitadas pelo Município relativo ao convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os valores expressos na cláusula segunda do presente convênio, poderão ser reajustados através de Termo Aditivo e de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Município e APAE, poderão a qualquer momento mediante prévia notificação por escrito (20 dias), rescindir o presente convênio, se ocorrer inadimplência de qualquer de suas cláusulas, ou de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aplicação deste convênio estão consignadas no orçamento vigente - Projeto Atividade – 08.244.0024.2.050 - Apoio a Manutenção de APAES - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (2181) - Recursos Ordinários.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Fórum da Comarca de Modelo - SC, para dirimir dúvidas e/ou questões decorrentes da execução do presente convênio.

E, por estarem as partes de comum acordo, assinam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 11 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER VALTER RUBENS CESCO
Prefeito Municipal Presidente da APAE

TESTEMUNHAS:

LEONIR LAMB ROSELI SIMONE JANDT
CIC nº 036.471.959-10 CIC nº 779.783.909-34

CÉSAR LUIS MAJOLO
OAB/SC 32.022

PORTARIA Nº 188/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607948

PORTARIA Nº 188/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Ediane Francisco Da Silva Bruisma, inscrita na matrícula sob nº 164-3, portadora do CPF sob nº 023.716.799-92, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, até alta médica.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 14 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608340

PORTARIA Nº 189/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO PARA FINS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER afastamento temporário para fins de desincompatibilização, tendo em vista a necessidade para concorrer a eleição municipal do corrente ano ao servidor Sr. Jandreí Luiz Brutscher, inscrito na matrícula sob nº 571-1, portador do CPF nº 064.256.349-79 e com título eleitoral sob nº 48582660922, ocupante do cargo de Controle Interno, considerando o dia 14/08/2020 como seu último dia de trabalho, sendo o período de afastamento até o fim do pleito eleitoral ano 2020, conforme requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 14 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608685

PORTARIA Nº 190/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Nadir Machado De Souza Senger, inscrita na matrícula sob nº 356-5, portadora do CPF nº 015.023.129-64, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 17 de agosto de 2020 a 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608692

PORTARIA Nº 191/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Srº. Claudimir Senger, inscrito na matrícula sob nº 805-2, portador do CPF sob nº 761.015.509-82, ocupante do cargo de Supervisor Administrativo - 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, conforme Atestado Médico, no período de 17 de agosto de 2020 à 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2020**

Publicação Nº 2608592

DECRETO LEGISLATIVO Nº023/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sr. ADRIANA ESTEFANI, matrícula nº 22/1 portador do CIC sob. nº 692.878.649-34, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo de Contadora, período aquisitivo de 07 de abril de 2019 a 06 de abril de 2020, período de concessão de 18 de agosto de 2020 á 27 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 17 de agosto de 2020.

HARI SCHMIDT Presidente da Câmara Municipal

Antonio Nascimento

1º Secretário da Mesa Diretora

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2020

Publicação Nº 2608041

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 23/2020.

Objeto: Aquisição de 1 poste de 7 metros, com caixa monofásica embutida, para fornecimento a pessoa atingida pelo vendaval intenso ocorrido no dia 30/06/2020 no município de Bom Retiro, conforme especifica o Decreto Municipal nº 58/20. Valor Total: R\$ 1.329,97. Contratada: ADEMAR OSCAR ROSAR & CIA LTDA - CNPJ nº 75.378.422/0001-02. Base Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2020

Publicação Nº 2608043

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 24/2020.

Objeto: Aquisição de 1 poste de 7 metros, com caixa monofásica embutida, para fornecimento a pessoa economicamente vulnerável, conforme Estudo Social realizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação. Valor Total: R\$ 1.329,97. Contratada: ADEMAR OSCAR ROSAR & CIA LTDA - CNPJ nº 75.378.422/0001-02. Base Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 60/2020

Publicação Nº 2608045

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 31 de agosto de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 60/2020, objetivando Aquisição de bandeiras do Brasil, Estado de Santa Catarina e Município de Bom Retiro, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 61/2020

Publicação Nº 2608046

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 01 de setembro de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 61/2020, objetivando Aquisição de materiais de expediente, itens desertos ou fracassados do Pregão Eletrônico 45/2020, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 62/2020

Publicação Nº 2608047

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 10h30min do dia 01 de setembro de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 62/2020, para Aquisição de dieta oral/enteral, produto esgotado do Pregão Eletrônico 02/2020, para atender a demanda de fornecimento do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 63/2020

Publicação Nº 2608049

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 02 de setembro de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 63/2020, para Aquisição de pneus, lubrificantes e graxas, itens fracassados e em Processo Administrativo, dos Processos 01/2020 e 27/2020, para manutenção dos serviços prestados pelas Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 64/2020

Publicação Nº 2608050

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 08h30min do dia 03 de setembro de 2020, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 64/2020, para Aquisição de materiais médico-hospitalares e medicamentos, itens fracassados, cancelados e esgotados dos Processos de Licitação 50/2019 e 13/2020, para atender aos serviços prestados pelas Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/2020 CONSTRUMAQ

Publicação Nº 2608259

EXTRATO DA A.R.P.33/2020 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DEFENSA METÁLICA, TIPO GUARDA-CORPO.

CONTRATANTE: Município de Botuverá, CNPJ; 83.102.350/0001-96

CONTRATADA: CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 14.038.059/0001-83, Rua Joaquim Zucco nº 758, Bairro Nova Brasília, Brusque/SC, CEP: 88.352-195, fone: (47) 3350-9500.

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE CONTENÇÃO METÁLICO.

Valor Total = RS 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos reais)

QUANT: 300 metros.

VIGÊNCIA: Doze meses, 14/08/2020 à 13/08/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo Licitatório nº 43/2020, Pregão Presencial nº 37/2020 SRP.

PORTARIA Nº 122/2020

Publicação Nº 2608265

PORTARIA Nº 122/2020

“CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO, POR PEDIDO DE DEMISSÃO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o item X do Art. 73 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão formulado pelo servidor.

Resolve:

Art. 1º- Conceder afastamento à Sra. BRUNA LAIS BUSCHIROLLI BAMBINETTI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 17 de Agosto de 2020.

Art. 2º- O afastamento de que trata o artigo anterior é em consequência do pedido de demissão, formulado pelo servidor.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mun. Botuverá, 17 de Agosto de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2020

Publicação Nº 2608577

DECRETO Nº. 096/2020.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer
(94) – 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme segue:

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer
(95) – 4.4.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 07 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 097/2020

Publicação Nº 2608582

DECRETO Nº. 097/2020.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
(141) – 3.1.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
(144) – 4.4.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 07 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 34/2020

Publicação Nº 2609295

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020

O Município de Braço do Trombudo/SC, torna público para conhecimento dos interessados que às 09:00 Horas do dia 28/08/2020, estará selecionando melhor proposta para: Aquisição de veículo novo para transporte de alunos tipo van com capacidade mínima de 15 passageiros + motorista, através de recursos provenientes de Emenda Parlamentar especial e próprios do Município. Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, fone (47) 3547-0179 ou no e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo/SC, 17/08/2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal.

EXTRATO EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Publicação Nº 2608918

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO
CONTRATADA: SUPERMERCADO PORTO LTDA - CNPJ nº 05.282.990/0001-11
ENDEREÇO: Rua Bruno Blaese, 21, Bairro Centro, Trombudo Central/SC.
OBJETO: aquisição de Gêneros alimentícios (carne, creme de leite e ovos), para atender a demanda do refeitório dos servidores públicos municipais de Braço do Trombudo/SC.
VALOR TOTAL: de R\$ 3.454,76 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.
VIGÊNCIA: 30 dias.

Braço do Trombudo, em 18 de agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 101/2020

Publicação Nº 2608993

PORTARIA 101/2020

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, os professores a seguir relacionados, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino.

Nº	NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO	PERÍODO DA ADMISSÃO
01	Mareni Rosana Hasse do Prado	15	Professor de Matemática	12.08.2020 a 22.12.2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 12 de Agosto. de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2020

Publicação Nº 2608997

PORTARIA Nº 102/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, a servidora ROSE MERI KLABUNDE, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2020

Publicação Nº 2609002

PORTARIA Nº 103/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, a servidora GENICE POMMERENING ALVES DA SILVA, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2020

Publicação Nº 2609034

PORTARIA Nº 104/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, a servidora MARCIA VERMOEHLLEN FELIPE, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/2020

Publicação Nº 2609035

PORTARIA Nº 105/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, ao servidor DEIVID LOTTIN DA SILVA, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2020

Publicação Nº 2609038

PORTARIA Nº 106/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, ao servidor JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2020

Publicação Nº 2609041

PORTARIA Nº 107/2020
Concede Licença para Atividade Política

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, etc....

RESOLVE:

Art.1º- Conceder nos termos da legislação eleitoral vigente, e conforme Lei Complementar nº 09/99 de 17/11/1999, Licença para Atividade Política, ao servidor ALEF DA SILVA, no período compreendido entre 15/08/2020 a 20/11/2020.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2020

Publicação Nº 2609046

PORTARIA Nº 108/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, Art. 29, inciso III, etc...

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar por motivo de Aposentadoria, a servidora ROSELI MUELLER TIETJEN, nomeada pelas Portarias nº 022/97 e 011/2002 para o cargo de PROFESSORA, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 17.08.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de Agosto de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 023/2020

Publicação Nº 2608951

1ª via

TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

CPF: 533.069.029-34

Nome: EDOLINO LUCHTENBERG

Termo de INTIMAÇÃO Fiscal nº 023, de 17/08/2020

No exercício das funções de Fiscal de Tributos, nos termos do art. 7º do Decreto 093/2020, que dispõe sobre medidas sanitárias para controle do Sars-Cov2, fica o contribuinte, acima identificado, intimado a fazer uso, com atendimento imediato:

Máscara de proteção.

O não atendimento da presente notificação incorre em multa, de 1 UFM (R\$ 168,14) a 5 UFM municipais. Setor de fiscalização:

Local: Prefeitura de Braço do Trombudo;

Endereço: Praça da Independência, 25, Centro.

Prazo: 10 (dez) dias.

Horário: 8h00 às 17h00.

O uso de máscara de proteção e o distanciamento social são as formas mais eficazes de prevenção contra o COVID-19. Pratique!

RECEBI A 2ª VIA DESTE DOCUMENTO

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

Braço do Trombudo, ____ de _____ de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 06 2020

Publicação Nº 2589225

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	corrente 73161843 (25853)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.142,8225	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.234,9075	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	D.I.D.	0	1.422,0000	3
2	rolamento 26794670 (25854)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SKF	0	365,6920	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	308,7277	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	NTN	0	464,1100	3
3	junta 75257147 (25855)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	7,9482	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	8,7100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	11,4670	3
4	relentor 75326525 (25856)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	31,8337	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	41,3900	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	44,1040	3
5	anel 73155650 (25857)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	127,0659	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	174,3800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	arame de aço 70052519 (25866)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	4,8012	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	6,0700	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	6,1746	3
7	anel 75253782 (25869)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	102,3579	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	105,8495	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	125,6800	3
8	calço 75325418 (25860)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	27,5582	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	31,8500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	43,2219	3
9	calço 75325420 (25861)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	13,9827	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	18,9400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	22,0620	3
10	calço 75325419 (25862)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	9,8946	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PAVONI	0	8,5400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	12,3491	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	bucha 75246450 (25863)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	124,4680	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	147,1500	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	149,9534	3
12	vedante 87625368 (25864)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	49,1227	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	39,6936	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	55,8900	3
13	vedante 87625367 (25865)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	202,1018	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	158,7742	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	ARCA	0	291,9600	3
14	rolamento 87625366 (25866)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TIMKEN	0	340,5606	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	TIMKEN	0	424,3400	3
15	rolamento 87625365 (25867)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TIMKEN	0	375,2201	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	TIMKEN	0	467,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 4/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	anel 87625355 (25868)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	39,0001	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	35,2832	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	43,0800	3
17	anel 87625357 (25869)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	49,1553	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	39,6936	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	53,2600	3
18	disco 87625345 (25870)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	UNITEC	0	159,1683	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	172,4500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	176,4158	3
19	disco 87625346 (25871)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	UNITEC	0	185,3583	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	158,7742	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	200,8300	3
20	anel 87625356 (25872)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	44,0818	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	52,9247	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	54,1400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	cobertura 87625344 (25873)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.836,2455	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	2.362,4500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	2.846,2373	3
22	Engrenagem (20251)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	2.054,6347	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	2.562,1100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	2.734,4452	3
23	pino 87647423 (25874)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	PIM	0	128,2548	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	141,2800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	202,8782	3
24	bucha 87647431 (25875)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	67,4541	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	86,4900	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	106,7316	3
25	bucha 84167878 (25876)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	155,4873	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	193,7400	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	246,9821	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrola RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	pino 87647426 (25877)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	PIM	0	36,1742	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	51,6100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	57,3351	3
27	pino 87647422 (25878)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	208,8692	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	282,8800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	332,5438	3
28	porca 87668014 (25879)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FIBAM	0	56,7615	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	76,8800	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	86,2079	3
29	rotula 87663318 (25880)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	89,3362	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	111,3100	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	142,0147	3
30	anuela 87663319 (25881)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	17,9161	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	25,5600	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	26,4624	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrola RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	graxela 87648785 (25882)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	36,9235	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	52,6700	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	58,2172	3
32	rotula 87663317 (25883)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	121,4793	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	PIM	0	136,0100	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	185,2366	3
33	pino 87647425 (25885)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	132,8235	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	189,4800	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	202,8782	3
34	vedante 1960253 (25886)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	19,0888	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	17,6416	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	25,8500	3
35	pino 87647427 (25887)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	105,1757	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	121,4400	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	reparo cilhidraulico 87632361/R (25888)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	114,7363	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	161,6100	3
37	reparo cilhidraulico 87632371/R (25889)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	87,5772	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	105,8495	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	109,1300	3
38	reparo cilhidraulico 75270374/R (25890)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	118,8489	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	119,9500	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	132,3119	3
39	reparo cilhidraulico 75266899/R (25891)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	75,8910	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	104,1600	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	114,6703	3
40	reparo esquerdo 75267026/R (25892)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	139,0452	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	APC	0	178,2700	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	220,5198	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	reparo direito 75267020/R (25893)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	139,7293	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	APC	0	164,0100	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	220,5198	3
42	bomba principal 75323556 (25894)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	REXROTH	0	8.899,5622	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	13,2312	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	12.053,1400	3
43	junta esferica 1925104 (25895)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TANAKA	0	334,0538	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	264,6237	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	440,3700	3
44	lirante 84361155 (25896)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TANAKA	0	4.814,4959	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	8.820,7909	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	CNH	0	9.191,8200	3
45	vedante 70634037 (25898)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ARCA	0	27,9980	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	APC	0	33,3700	2
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	35,2832	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 6/2020		Data do Registro: 18/02/2020		Válido até: 18/02/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	engrenagem 73125501 (25887)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.842,9471	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.764,1582	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	PATROPECAS	0	1.955,0000	3
47	sem fim 75215793 (25899)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	1.083,2156	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	PATROPECAS	0	964,7000	2
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	1.146,7028	3
48	rolamento 731 24683 (25900)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	NTN	0	416,0118	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	441,0395	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	KOYO	0	548,4000	3
49	anel 70622212 (25901)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	10,7334	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	11,4670	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	14,9200	3
50	calço 75240817 (25902)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	4,8211	1
			TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT. (6611)	NH	0	5,2925	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA- (6675)	MTD	0	6,9600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 6/2020 Data do Registro: 18/02/2020 Válido até: 18/02/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrula RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	capo 75240818 (25903)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FXT PARTS	0	5,1305	1
			TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/ TRATORES LT. (6611)	NH	0	5,2925	2
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	7,3200	3
52	anel 70923590 (25904)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC	0	2,2802	1
			R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - (6675)	MTD	0	3,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 6/2020 Data do Registro: 18/02/2020 Válido até: 18/02/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

TRATOR PECAS-COMERC. PECAS P/TRATORES LT. (6611) NH 0 3,5283 3

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2020

Número do Registro de Preços: 6/2020 Data do Registro: 18/02/2020 Válido até: 18/02/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção da patrôla RG 140B da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020

PROCESSO Nº 6/2020

(6241) - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA.

(6611) - TRATOR PECAS-COMERC.PECAS P/TRATORES LT.

(8675) - R.T. TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA -

Braço do Trombudo, 18 de Fevereiro de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 1 2020 FMAS

Publicação Nº 2589375

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braco do Trombudo/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descb. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aroz parbolizado, pct com 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (1938)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	tb romão	0	13,2000	1
2	Farinha de trigo especial Tipo I, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (2008)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	gardenia	0	12,5000	1
3	Açúcar Refinado pct 5 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1940)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	guarani	0	12,5000	1
4	Fubá grosso pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1941)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	sinhã	0	2,5000	1
5	Farinha de mandioca branca pct 1 Kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1942)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	super 10	0	5,4900	1
6	Feijão preto tipo I, 1º qualidade, pct 1 kg, embalagem plástica transparente. Sem presença de sujidades, de grãos molhados, amantoados, torrados. (1943)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	rio belo	0	5,4800	1
7	Sal refinado pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1944)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	miramar	0	1,8000	1
8	Macarrão parafuso côvoo pct 1 kg, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1945)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	diana	0	4,8000	1
9	Biscoito doce sabor leite pct 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1946)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	diana	0	4,4000	1
10	Óleo de soja refinado 900 ml, embalagem não amassadas, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1947)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	coamo	0	4,6500	1
11	Café torrado e moído cx com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1948)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	ouro	0	9,9000	1
12	Leite Longa vida integral, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega (1949)	LT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	piracanjuba	0	3,1500	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descrb. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Doce de frutas cremoso pote 400 gr, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso fabricante, data de fabricação e validade. (1950)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	julimar	0	3,8500	1
14	Ovos de galinha, grandes, inteiros sem rachaduras e limpos (1951)	DZ	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	carminatti	0	6,5000	1
15	Coxa sobrecoxa de frango embalado com peso aproximado de 1 kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação produto, rótulo contendo a data do abate, peso, fabricante e data de validade. (1952)	KG	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	ave serra	0	7,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 1/2020 **Data do Registro:** 18/05/2020 **Válido até:** 18/05/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Fermento biológico seco embalagem com 125 gr, embalado vácuo, com identificação produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. (1953)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (6224)	flechmann	0	5,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 18/05/2020		Válido até: 18/05/2021			
Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020

PROCESSO Nº 3/2020

(6224) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Braço do Trombudo, 18 de Maio de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 32 2019

Publicação Nº 2589329

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Coebo de tecido c/ enchimento p (22961)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	24,2490	1
2	Coebo de tecido c/ enchimento p2 (22962)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	25,0990	1
3	Coebo de tecido c/ enchimento m (22963)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	42,1990	1
4	Coebo de tecido c/ enchimento sentado (22964)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	53,3615	1
5	Coebo de tecido c/ enchimento g (22965)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	74,6035	1
6	Coebo de tecido c/ enchimento 60cm (22966)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	92,4350	1
7	Coebo de tecido c/ enchimento 80cm (22967)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	190,7885	1
8	Coebo de tecido c/ enchimento 1,30mt (22968)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	379,6865	1
9	Coebo de tecido c/ enchimento na plataforma p/ foto de rosto 1,30mt (22969)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	632,0635	1
10	Ovos de pascoa de isopor liso pacote c/6 (22970)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	14,5350	1
11	Pk de cenoura, coelho e ovinhos de pascoa pq (22971)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	2,8500	1
12	Cenoura de tecido c/ enchimento 12cm (22972)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	7,8850	1
13	Ovinhos de isopor decorado pacote c/6 (22973)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,6975	1
14	Ovinhos de isopor decorado pacote c/4 (22974)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,6975	1

Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Ovínhos de isopor decorado pp pacote c/24 (22975)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,6900	1
16	Casquinha decorativa pacote c/3 (22976)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	5,4150	1
17	Casquinha decorativa pacote c/4 (22977)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,5740	1
18	Casquinha resistente lisa pacote c/4 (22978)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,0135	1
19	Casquinha resistente decorada pacote c/3 (22979)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,6785	1
20	Cenoura decorativa pacote c/3 (22980)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,3915	1
21	Mt fita TNT c/ lurex 4 cm (22981)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,1685	1
22	Mt fita lnt c/ lurex 6 cm (22982)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,2350	1
23	Mt fita lnt s/ lurex 4 cm (22983)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,9785	1
24	Mt fita lnt s/ lurex 6 cm (22984)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,9500	1
25	Mt fita creponada 4cm (22985)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,7125	1
26	Mt fita de tecido decorada ou lisa c/ 6cm (22986)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,8760	1
27	Mt fita de tecido decorada ou lisa c/ 4cm (22987)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	2,9450	1
28	Mt fita de tecido decorada ou lisa D2 c/ 4cm (22988)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	2,4510	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Mt fita de cetin, decorada, xadrez, lisa c/ 4cm (22989)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	2,9165	1
30	Mt fita de cetin (fita bebe) 2cm (22990)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,6835	1
31	Mt fita de cetin (fita bebe) 0,5mm (22991)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,5700	1
32	Mt de fita plástico lisa ou decorada c/ 4cm (22992)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,7885	1
33	Mt rafia sintética 0,5mm (22993)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,8550	1
34	Folhas de seda lisa und (22994)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	0,8360	1
35	Folhas de seda estampada und. (22995)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,2825	1
36	Folha de sujirho lisa ou estampada und. (22996)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,7880	1
37	Bastão de cola de silicone fino (22997)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,9760	1
38	Argila pedra 8x16cm und. (22998)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	2,2135	1
39	Espuma floral und. (22999)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	5,5385	1
40	Acabamento de renda pontil com 6cm mt (23000)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	1,7765	1
41	Acabamento de gripir ponta c/ 6cm (23002)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,8610	1
42	Acabamento de rendas diversas 6cm (23003)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	5,4435	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Tnt cores lisas rolo c/ 50 mts (23009)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,8400	1
44	Tnt estampado c/ 50 mts (23010)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	10,8965	1
45	Tecido algodão c/ 1,40 de altura o mt (23011)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	39,2635	1
46	Tecido algodão c/ 2,50 de altura o mt (23012)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	39,4060	1
47	Festão Natalino verde e nevado 16cm c/ 2m (23038)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	16,6250	1
48	Festão natalino 9cm 2mt (23039)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	7,5335	1
49	Festão natalino verde e nevado 2,70 mts c/ 80 galhos aramado (23040)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	37,3540	1
50	Festão natalino aramado 2mts c/ 60 galhos americano (23041)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	25,6215	1
51	Festão natalino aramado 4,80mts c/ 130 galhos (23042)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	82,8685	1
52	Capim de plástico verde e dourado natal 96 cm (23043)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,8135	1
53	Flor de natal unitário de plástico colorido 34cm (23044)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,5150	1
54	Flor de natal unitário de plástico 28cm (23045)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,7735	1
55	Galho de flor de natal c/ 37cm (23046)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	10,5165	1
56	Galho de flor de natal c/ 4 42cm (23047)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	18,9335	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 ped (23048)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	4,9400	1
58	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 md (23049)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,9465	1
59	Galho de flor de natal branco vermelho dourado c/ 5 g (23050)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	20,2635	1
60	Bola de natal decorada 10 cm (23051)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	18,5440	1
61	Bola de natal decorada 12cm (23052)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	22,9615	1
62	Bola de natal decorada 7cm (23053)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	6,4600	1
63	Tubo de bolas de natal c/ 12 5cm (23054)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,3290	1
64	Tubo de bolas de natal c/ 12 6cm (23055)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	14,7250	1
65	Tubo de enfeite de natal (sino bengala estrela boneco) c/ 6 (23056)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	15,7415	1
66	Tubo de bola de natal c/ 6 8cm (23057)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	15,3900	1
67	Tubo de bola de natal c/ 4 10cm (23058)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	16,3400	1
68	Bola de natal dourada e vermelha 25 cm (23059)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	55,6415	1
69	Estrela de natal dourada e vermelha 25cm (23060)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	54,3685	1
70	Bola de natal dourada e vermelha 15cm (23061)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	20,4535	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário
71	Bolas, sírios estrela aramadas douradas 35cm (23062)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	68,5615
72	Papai noel e boneco de neve de tecido 13cm (23063)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	18,2400
73	Papai noel e boneco de neve de tecido 17cm (23064)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	25,6215
74	Papai noel e boneco de neve e rena de tecido 30cm (23065)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	36,3850
75	Papai noel e boneco de neve e rena de tecido 37cm (23066)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	46,8065
76	Papai noel de tecido na plataforma 70cm (23067)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	235,6000
77	Papai noel de tecido na plataforma 1,30cm (23068)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	372,7135
78	Árvore de natal artificial 1,50 mt 110 galhos flocada ou verde (23069)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	80,4365
79	Árvore de natal artificial 1,20 mt 75 galhos flocada e verde (23070)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	64,8185
80	Árvore de natal artificial 1,80 mt 480 galhos flocada e verde (23071)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	135,8215
81	Árvore de natal artificial 0,60cm 80 galhos verde (23072)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	24,0635
82	Árvore natalina de led 1,50mt c/160 lampadas flocada (23073)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	469,3000
83	Árvore de natal artificial 1,00mt 100 galhos (23074)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	265,0500
84	Guirlanda elétrica 100 led 8 funções 9 mts (23075)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	16,0550

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Guirlanda elétrica 50 led 8 funções 4 mts (23076)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	11,8750	1
86	Guirlanda elétrica 300 led 8 funções 25 mts (23077)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	43,9850	1
87	Guirlanda elétrica 200 led 8 funções 17 mts (23078)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	29,5925	1
88	Guirlanda elétrica cascata 400 led 4,80 mts (23079)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	53,1715	1
89	Guirlanda elétrica cascata 288 led 4 m (23080)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	83,8375	1
90	Cerca verde c/ folhagem 1,20x2,00 mts (23081)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	77,1115	1
91	Cerca verde c/ folhagem 0,70x2,00 mts (23082)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	54,0550	1
92	Mt fita de tecido natalino 6cm (23083)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,9615	1
93	Mt fita de tecido natalino 4cm (23084)	MT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,0590	1
94	Rafia de palha (pacote) (23085)	PCT	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,9900	1
95	Galho de flor artificial misto c/5 (23086)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,9900	1
96	Galho de flor artificial misto c/6 (23087)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	13,8985	1
97	Galho de flor artificial misto c/7 (23088)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	16,8625	1
98	Galho de verdes artificial c/ 5 p (23089)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,7335	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Galho de verdes artificial c/ 5 m (23090)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	7,1915	1
100	Galho de verdes artificial c/ 5 g (23091)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	14,7535	1
101	Galho de flores artificiais maiores entre 7 e 14 galhos (23092)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	40,4035	1
102	Guirlandas decorativas temáticas 35cm (23093)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	86,7635	1
103	Guirlandas decorativas temáticas 45cm (23094)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	95,6365	1
104	Guirlandas decorativas temáticas 55cm (23095)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	186,6750	1
105	Planta artificial 1,30 mt (23096)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	255,0750	1
106	Planta artificial 1,50 mt (23097)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	286,2635	1
107	Planta artificial 1,80 mt (23098)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	355,9365	1
108	Arranjo de flores de crisântemo para mesa (23099)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	85,5000	1
109	Arranjo de flores de crisântemo c/ rosas para mesa (23100)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	109,8885	1
110	Arranjo de flores mistas p (23101)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	49,4000	1
111	Arranjo de flores mistas m (23102)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	58,9000	1
112	Arranjo de flores mistas g (23103)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	63,0135	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	Arranjo de flores mistas gg (23104)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	87,7135	1
114	Arranjo de flores (rosa gerberas cravos e campo) (23105)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	97,5365	1
115	Cesta de flores mistas (23106)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	82,9065	1
116	Cesta de flores mistas gg (23107)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	179,8635	1
117	Bolão de rosa vermelho cabo 40 (23108)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	4,6740	1
118	Bolão de rosa vermelho cabo 50 (23109)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	5,0635	1
119	Bolão de rosa colorido cabo 40 (23110)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	3,7240	1
120	Hora de serviço (23111)	HORA	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	40,5365	1
121	Violélias pote 11 (25562)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	15,1715	1
122	Calendária pote 11 (25563)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	8,1700	1
123	Orsantemo pote 11 (25564)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	8,3315	1
124	Orsantemo pote 15 (25565)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	23,5885	1
125	Orsantemo Beiga pote 21 (25566)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	39,5865	1
126	Guirlanda Ponto de Luz de Led c/20 lampadas de p/ta (25567)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	7,0685	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Girlanda de LED c/20 lâmpadas de pilha (25568)	UND	SICRET RISTOW TESKE (7452)	GLAMOUR	0	9,4715	1

Página: 11/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2019

Número do Registro de Preços: 32/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de itens e serviço de decoração para as Secretarias do Município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2019

PROCESSO Nº 46/2019

(7452) - SICRET RISTOW TESKE

Braço do Trombudo, 18 de Novembro de 2019.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 19/2020

Publicação Nº 2608714

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 19/2020 – Edital de Pregão Presencial nº 10/2020

Objeto: Registro de Preços para aquisição de peças elétricas para veículos leves e pesados. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 01/09/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 20/2020

Publicação Nº 2608783

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 20/2020 – Edital de Tomada de Preços nº 05/2020

Objeto: Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para pavimentação em lajota sextavada de concreto, e drenagem pluvial.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h15min do dia 08/09/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será a partir das 09h30min do mesmo dia.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 16h30min.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

DECRETO 044/2020

Publicação Nº 2608977

DECRETO MUNICIPAL Nº 044, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO 66/2019- COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município de Brunópolis-SC;

Considerando que alguns servidores afastaram de seus cargos para concorrer a cargos eletivos; e
Considerando que destes servidores, alguns faziam parte da Comissão de Licitações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do Decreto 066/2019 o qual passa a ter a seguinte redação.

Ana Maria dos Passos Girardi – Presidente;

Adejaime José Kern – Secretário.

Dayse Juliana Conte Tormem- Vogal

Art. 2º. Demais artigos e incisos do Decreto 066/2019 permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis, em 17 de agosto de 2020.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM.

DECRETO 44/2020

Publicação N° 2608200

DECRETO MUNICIPAL N° 044, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO 66/2019- COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica do Município de Brunópolis-SC;

Considerando que alguns servidores afastaram de seus cargos para concorrer a cargos eletivos; e

Considerando que destes servidores, alguns faziam parte da Comissão de Licitações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º do Decreto 066/2019 o qual passa a ter a seguinte redação.

Ana Maria dos Passos Girardi – Presidente;

Adejaime José Kern – Secretário.

Dayse Juliana Conte Tormem- Vogal

Art. 2º. Demais artigos e incisos do Decreto 066/2019 permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis, em 17 de agosto de 2020.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8694-2020

Publicação Nº 2609197

DECRETO Nº 8694, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 41.522,31 (quarenta e um mil quinhentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0846.0180.2048 Pasep e Outras Obrigações Tributárias
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.52.00 Outras Trans. da União - Covid Saúde/Assistência
VALOR R\$ 4.878,16
0.1.53.00 Outras Trans. da União – Aux. Covid Geral
VALOR R\$ 36.644,15

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.52.00	Outras Transf. da União - Covid Saúde/Assistência
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 12/08/2020	R\$ 1.463.448,24
Excesso de arrecadação até a data de 12/08/2020	R\$ 1.463.448,24
Valor Utilizado Decreto nº 8638/2020	R\$ 4.878,16
Valor Utilizado Decreto nº 8645/2020	R\$ 462.050,00
Valor Utilizado Decreto nº 8664/2020	R\$ 4.878,16
Valor Utilizado Decreto nº 8675/2020	R\$ 503.825,84
Valor a Utilizar	R\$ 487.816,08
0.1.53.00	Outras Transf. da União - Aux. Covid Geral
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 12/08/2020	R\$ 10.993.245,75
Excesso de arrecadação até a data de 12/08/2020	R\$ 10.993.245,75
Valor Utilizado Decreto nº 8638/2020	R\$ 36.644,15
Valor Utilizado Decreto nº 8642/2020	R\$ 1.154.977,17
Valor Utilizado Decreto nº 8645/2020	R\$ 2.300.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8664/2020	R\$ 36.644,15
Valor Utilizado Decreto nº 8675/2020	R\$ 1.385.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8676/2020	R\$ 110.247,25
Valor Utilizado Decreto nº 8677/2020	R\$ 1.311.534,85

Valor a Utilizar	R\$ 4.658.198,18
------------------	------------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8695-2020

Publicação Nº 2609107

DECRETO Nº. 8695, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.275 de 17.12.2019, a Lei nº 4.242 de 09.09.19, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 66.800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
0.1.38.08.00 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR R\$ 66.800,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Provável excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.08	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União – PAB
Valor Orçado	3.026.597,00
Arrecadação até 13/06/2020	4.212.359,93
Provável Arrecadação até 31/08/20	4.279.159,93
Provável Excesso de Arrecadação até 31/08/20	1.252.562,93
Utilizado no Decreto 8644/2020	469.451,62
Utilizado no Decreto 8644/2020	715.493,98
Utilizado neste ato	66.800,00
Valor a utilizar	817,33

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 13 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete
---	--

DECRETO Nº 8696-2020

Publicação Nº 2609109

DECRETO nº 8.696, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 8.285, de 12 de dezembro de 2018, que nomeou equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos de que trata o edital do procedimento de manifestação de interesse nº 001/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 8.285, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica nomeada a Equipe Técnica responsável pela condução dos trabalhos de que trata o Edital do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 001/2018:

I – Representantes da Prefeitura Municipal de Brusque: Andrea Patrícia Volkmann, Renato de Borba, Roberto Battisti Rockenbach e Danielle Mariel Heil;

II – Representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE: Juliano Montibeller, Ana Júlia Feuzer Matos, Armando Alberto Walendowsky e Ernani Bolognini;

III – Representantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB: Cristiano Olinger e Valter Floriani.

IV – Representante do Observatório Social de Brusque – Samuel Patissi” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 8697-2020

Publicação Nº 2609313

DECRETO nº 8.697, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Altera e acrescenta dispositivos do Decreto nº 8.671, 20 de julho de 2020, que consolidou e estabeleceu novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humano pelo Novo Coronavírus (SARS-COV-2).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º-A do Decreto nº 8.671, de 20 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A Fica estabelecido, em todo o território municipal, pelo período de 7 (sete) dias, contados de 18 de agosto de 2020:

I – A suspensão da circulação de veículos de fretamento para transporte de pessoas, excetuados os casos expressamente autorizados pela Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, e pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – Suspensão das atividades do Tiro de Guerra 05-005;

III – As atividades do comércio em geral poderão funcionar, todos os dias, das 8 h às 20 h, de acordo com as Diretrizes Sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina;

IV – O funcionamento das academias privadas, inclusive as que estão localizadas em clubes sociais e afins, será das 5 h às 23 h, desde que atendam as Diretrizes Sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina;

V – Missas e cultos em igrejas ou templos de qualquer culto poderão funcionar das 7 h às 23 h, de acordo com as Diretrizes Sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina, conforme Portaria SES nº 254, de 20 de abril de 2020;

VI – Restaurantes, inclusive os situados no interior de clubes sociais e afins, lanchonetes, pizzarias, bares, food parks, adegas, cafeterias, padarias e confeitarias, e similares, poderão funcionar, todos os dias, das 6 h às 23 h, podendo depois deste horário funcionar apenas pelo sistema de teleentrega ou entrega no balcão, sendo nestes últimos casos proibido o consumo no local;

VII – Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercearias, mercados e supermercados) poderão funcionar, todos os dias, até as 22 h, ficando estabelecida a limitação de entrada em 30% (trinta por cento) da capacidade de público, recomendando-se o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes.

§ 1º As tabacarias deverão funcionar nos horários estabelecidos no inciso VI deste artigo, apenas pelo sistema de teleentrega ou entrega no balcão, sendo neste caso proibido o consumo no local;

§ 2º Fica vedado o sistema de rodízio de serviço (rodízio de carne, rodízio de pizza ou similar) nos estabelecimentos referidos no inciso VI deste decreto.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescentados §§ 1º e 2º ao art. 2º do Decreto nº 8.671, de 20 de julho de 2020, com a seguinte redação:

Art. 2º

I -

II -

III -

§ 1º O disposto na alínea c do inciso III deste artigo, não se aplica para as atividades e treinamentos esportivos coletivos amadores, em espaços privados, com bola ou sem bola, desde que respeitando o limite máximo de 4 (quatro) praticantes simultaneamente, os devidos distanciamentos de 4 (quatro) metros entre eles, e as Diretrizes Sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina.

§ 2º No caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, será aplicada ao administrador do estabelecimento privado, as penalidades sanitárias previstas no art. 15 deste decreto.”(AC)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8698-2020

Publicação Nº 2609193

DECRETO Nº 8698, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 78.291,75 (setenta e oito mil duzentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 60.291,75

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
21.744-1	B.b. Comp. Finan. Export.	0.1.00.00 0.3.00.00	407,51 21.050,63
60.837-8	B.b. Pmb/Defesa Civil Reconstrução	0.1.00.00	11.332,82
16.902-1	Banco do Brasil Diversos	0.1.00.00	317.166,33
283.141-4	B.b. Desoneração ICMS	0.1.00.00	27,60
73.071-8	B.b. FPM	0.1.00.00	2.023.118,17
26.051-7	B.b. Previ	0.1.00.00 0.3.00.00	36,44 1.892,44
42.403-x	B.b. Sna/Simples Nacional	0.1.00.00	431.893,94
49.416-x	B.b Pmb/ICMS	0.1.00.00	3.263.606,19
49.329-5	B.b Pmb/IPVA	0.1.00.00	145.389,42
48627-2	B brasil – Pmb Multas	0.1.00.00	83.961,95
15972	B.b Pmb/IPI Exportação	0.1.00.00	3.701,67
48.812-7	B.b Pmb/IRRF Dep. Judiciais	0.1.00.00	116.587,58
170.002-6	Besc C/C	0.1.00.00	36.784,76
75.142-1	B.b. Conv. Rua P. Antônio Eising	0.1.00.00	1.156.006,66
78.456-7	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita – Sta Terrezinha	0.1.00.00	45,90
79.815-0	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita - Convênio	0.1.00.00	34.797,10
79.235-7	B.b Pmb/ISSQN (Cartões)	0.1.00.00 0.3.00.00	1.361,04 44.471,19
81169-6	B.b Plano de Mobilidade Urbana BRDE	0.1.00.00	113.225,83
143-0	Pmb – Fundo M. Procuradoria Geral	0.1.00.00	12.480,44
113-8	Cef – Pmb/Fundo Procon	0.1.00.00 0.3.00.00	2.407,18 204.244,70
6223-1	Cef - PMB/FIA	0.1.00.00 0.3.00.00	4.000,00 80.744,84
4-2	Cef - C/C	0.1.00.00	4.960.456,02
65-4	Cef Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	6.974.410,48 722.873,21
153-7	Cef Rua 24hs	0.3.00.00	32.284,12
6-9	Cef Pmb - Previ	0.1.00.00	0,37
188-0	Cef Pmb Serv. Funeral	0.1.00.00 0.3.00.00	460,90 47.006,33
0124980-2	Cef Pmb – Conta Poupança	0.1.00.00 0.3.00.00	51.102,23 8.653,48
72-7	Cef – F. Turismo	0.1.00.00 0.3.00.00	12.331,26 24.408,32
246-0	Cef Pmb – Convênio Folha Pgto.	0.1.00.00	104.219,63
647.039-	Cef Pmb/Const. 3º Etapa Vila Germânica	0.1.00.00	31,66
253-3	Cef Pmb/Outorga Onerosa	0.1.00.00 0.3.00.00	350.759,38 81.370,11
71013-9	Cef – Pmb/Fundo Municipal do Idoso 71.013-9	0.1.00.00	5.017,11
153941-0	Bombeiros C.e.f Fumrebom Poupança 153.941-0	0.1.00.00	11.812,99
71016-3	C.e.f Pmb Nakopa Ams Bra 217 Fotovoltaica 71.016-3	0.1.00.00	2.225,40
71024-4	C.e.fPmb Honorários de Sucumbência 20% 71.024-	0.3.00.00	28.722,46
71026-0	C.e.f Pmb Brusque REMAD	0.1.00.00	711,50
647047-4	C.e.f Pmb Praga do Centro	0.1.00.00	4.598,88
71.038-4	C.e.f Fundo de Proteção a defesa civil	0.1.00.00	12,50

647048-2	C.e.f Pmb Construção Quadra de Esportes 647.048-2	0.1.00.00	1.218,00
34.140-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	23,09
105.005-2	Pmb Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	1,32 4.728,76
29409-8	Pmb Tributos	0.1.00.00	9.918,28
TOTAL GERAL			21.550.100,12

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	1.983.183,55
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	49.749,54
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	43.564,04
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	2.076.497,13

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	19.473.602,99
Utilizado pelo Decreto 8.528	0.3.00.00	5.000.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.649	0.3.00.00	5.412,00
Utilizado pelo Decreto 8.672	0.3.00.00	5.700.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.686	0.3.00.00	205.610,87
Utilizado pelo Decreto 8.692	0.3.00.00	149.209,84
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	8.413.370,28

:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO 3º DE REALINHAMENTO À ATA Nº002-2019-FEZB

Publicação Nº 2609101

EXTRATO 3º DE REALINHAMENTO À ATA 002-2019-FEZB

Espécie: 3º termo de realinhamento à Ata nº 002/2019, entre o Município de Brusque e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 00.802.002/0001-02 em 17/08/2020. Objeto aquisição de material médico veterinário, para atender a demanda dos animais que vivem no Parque Zoológico item 63 R\$ 44,39 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 002/2020 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ademir José Jorge e Cleiton André Wagner

EXTRATO CONTRATO Nº 036-2020-FMS

Publicação Nº 2609106

EXTRATO CONTRATO Nº 036-2020-FMS

ESPÉCIE: Contrato nº 036/2020, entre o Município de Brusque e a empresa DISPEL – COMÉRCIO DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIOS LTDA CNPJ: 27.141.743/0001-38 Objeto AQUISIÇÃO MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA Valor 9.195,00 dispensa de licitação nº012/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Claudinei José Eccel.

EXTRATO DE DISPENSA Nº 012-2020 -FMS

Publicação Nº 2609115

EXTRATO DE DISPENSA Nº 012-2020 -FMS

ESPÉCIE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA. VALOR: R\$ 9.195,00. FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 4º, DA LEI 13.979/2020 C/C ARTIGO 24, INCISOS IV, DA LEI 8666/93. EMPRESA CONTRATADA: DISPEL – COMÉRCIO DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIOS LTDA - CNPJ SOB Nº 27.141.743/0001-38

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05-2020-FCB

Publicação Nº 2609113

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 05/2020/FCB

Disciplina, no âmbito da Fundação Cultural de Brusque, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar o funcionamento do Museu Casa de Brusque, para o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

O DIRETOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, no uso de sua competência, e CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”; CONSIDERANDO a suspensão das aulas presenciais na rede pública municipal de ensino, bem como reuniões, eventos públicos e privados que gerem aglomerações no estado de Santa Catarina, conforme determinação do Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 554, de 11 de abril de 2020 e posteriores atualizações; CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação das medidas de distanciamento social visto a escalada de casos de coronavírus no Estado de Santa Catarina e em Brusque, além da necessidade de resguardar o máximo do número de servidores e alunos, que neste momento podem continuar a realizar as suas atividades de forma virtual, conforme recomendações das autoridades sanitárias.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer as medidas transitórias para o trabalho remoto/home office para servidores do Museu Casa de Brusque, entidade mantida pela Fundação Cultural de Brusque, inclusive com servidores cedidos a esta, conforme relacionado no Art. 4º deste documento.

Art. 2º Caberá aos servidores municipais relacionados neste documento durante a realização do trabalho remoto/home office:

I – Durante seu horário de expediente dar suporte educacional virtual aos interessados.

II – Durante o horário de expediente criar um cronograma de trabalho e realizar tarefas relacionadas ao cargo/fundação que ocupa, bem como indicar no Relatório de Produtividade todos os trabalhos realizados durante o período.

III – Informar a chefia imediata sobre o andamento das atividades, sempre que necessário ou quando for solicitado.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II deste artigo deverá ser enviado por meio de Relatório de Produtividade, de forma semanal, para o endereço eletrônico dos setores administrativo e de recursos humanos da Fundação Cultural de Brusque, conforme as datas do cronograma fixados pela FCB.

Art. 3º Os servidores em regime de trabalho remoto/home office deverão permanecer à disposição da Fundação Cultural de Brusque durante o horário de expediente, mantendo os dados para contato atualizados, podendo serem convocados para a realização de atividades presenciais, conforme necessidade de serviço ou a critério da Chefia Imediata.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de comparecimento na Fundação Cultural de Brusque, os servidores convocados deverão, obrigatoriamente, evitar aglomeração de pessoas, manter o distanciamento recomendado, reforçar as medidas de higiene, uso de álcool gel 70% e máscaras.

Art. 4º O não atendimento às disposições desta Instrução Normativa, será considerado como falta ao trabalho.

Parágrafo Primeiro: Servidores em trabalho remoto/home office com início à partir de 17 de Agosto de 2020, com duração até 31 de Agosto de 2020, ou até novas determinações das autoridades competentes;

Lista de Servidores:

Luciana Paza Tomasi

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de agosto de 2020.

IGOR ALVES BALBINOT

Diretor – Designado Responsável pela Fundação Cultural de Brusque

PORTARIA N. 13.460 - 2020

Publicação N° 2609314

PORTARIA N. 13.460, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidora, a pedido.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Anelede Feuzer do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, lotada na Fundação Municipal de Esportes, a partir de 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

EDSON GARCIA
Superintende da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA N. 13.461 - 2020

Publicação N° 2609315

PORTARIA N. 13.461, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 145/2009 e alterações, anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pela servidora Anelede Feuzer, de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Fundação Municipal de Esportes, fica nomeado Edio Sewald para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

EDSON GARCIA
Superintende da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA N. 13.462 - 2020

Publicação Nº 2609316

PORTARIA N. 13.462, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Thomas Jeferson Haag do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA N. 13.463 - 2020

Publicação Nº 2609317

PORTARIA N. 13.463, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Leonardo Luiz Zanella do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico de Gestão de Projetos e Planejamento de Governo, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA N. 13.464 - 2020

Publicação Nº 2609318

PORTARIA N. 13.464, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Julio Louzada Santos do cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Apoio de Obras, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA N. 13.465 - 2020

Publicação Nº 2609319

PORTARIA N. 13.465, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Otavio Augusto Thomaz do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA N. 13.466 - 2020

Publicação Nº 2609320

PORTARIA N. 13.466, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor André Vechi, de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fica nomeado Thomaz Jeferson Haag para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA N. 13.467 - 2020

Publicação Nº 2609321

PORTARIA N. 13.467, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Thomas Jeferson Haag, de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fica nomeado Leonardo Luiz Zanella para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA N. 13.468 - 2020

Publicação Nº 2609322

PORTARIA N. 13.468, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Leonardo Luiz Zanella, de Assessor Técnico de Gestão de Projetos e Planejamento de Governo, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fica nomeado Mauro Schoening para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário de Governo e Gestão Estratégica

PORTARIA N. 13.470 - 2020

Publicação Nº 2609323

PORTARIA N. 13.470, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Julio Louzada Santos, de Assessor Operacional de Apoio de Obras, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, fica nomeada Daiana Maiara Daltroso para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA N. 13.471 - 2020

Publicação Nº 2609324

PORTARIA N. 13.471, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Nik Angelo Imhof, de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, fica nomeado Otavio Augusto Thomaz para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA N. 13.472 - 2020

Publicação Nº 2609325

PORTARIA N. 13.472, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Célio de Souza, de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SINE, fica nomeada Fernanda Casola para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SINE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

PORTARIA N. 13.473 - 2020

Publicação Nº 2609326

PORTARIA N. 13.473, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Vilson Afonso Moresco, de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Horto Florestal, fica nomeado Robson Pulzato para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Horto Florestal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ADEMIR JOSÉ JORGE
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

PORTARIA Nº 1452-2020

Publicação Nº 2609153

PORTARIA Nº 1452/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor CELSO PFLEGER, matrícula nº 9580-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 03/07/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de julho de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Thais Furlin de Figueredo dos Santos
Coordenadora Designada Responsável

Ricardo José de Souza
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 1837-2020

Publicação Nº 2609151

PORTARIA Nº 1837/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor SHIRLEINE DA CRUZ, matrícula nº 819140-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 14/08/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1838-2020

Publicação Nº 2609154

PORTARIA Nº 1838/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art.5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora, JANAINÉ BUSCHIROLLI, matrícula nº 4166230-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em decorrência do atestado médico a contar do dia 13/08/2020, sendo seu afastamento no dia 28/08/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º, da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/08/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Odair Bózio
Secretário de Assistência Social

PORTARIA N° 1839-2020

Publicação N° 2609156

Portaria nº 1839/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ARTUR FURBRINGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 19/08/2020 a 17/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1840-2020

Publicação N° 2609159

Portaria nº 1840/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ALEXANDRE MELZZI WITKOWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 17/08/2020 a 14/11/2020, referente aos períodos aquisitivos iniciados em 01/02/2007 (60 dias) e 01/02/2012 (30 dias).

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1841-2020

Publicação N° 2609165

Portaria nº 1841/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
636100	1	CLOVIS HUMBERTO DE SOUZA	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	18/08/2020	27/08/2020	10
1029290	1	VALDIR WORTMEYER	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	18/08/2020	21/09/2020	35

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1843-2020

Publicação Nº 2609168

Portaria nº 1843/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LUIS HENRIQUE BLUMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Planejamento, lotado(a) na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 14/08/2020 a 12/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/1995.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 14/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1844-2020

Publicação Nº 2609173

Portaria nº 1844/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
743917	0	EDER CARLOS BECKER	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	21/08/2020	09/09/2020	20

Obs.: Servidor trabalhar em escala 12x36.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1845-2020

Publicação Nº 2609176

Portaria nº 1845/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
447544	2	CRISTIANO BITTENCOURT	Secretaria de Orçamento e Gestão	17/08/2020	26/08/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1846-2020

Publicação Nº 2609179

PORTARIA Nº 1846/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora EDNILVIA VICENTE DA SILVA, matrícula Nº 4326385-04, exercendo as funções de MONITORA ESCOLAR II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 13/08/2020 e 11/12/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de agosto de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 202-2020

Publicação Nº 2609189

PORTARIA Nº 202/2020

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º e Anexo V-E da Lei Complementar no 143, de 31 de agosto de 2009;

RESOLVE

Art. 1º Nomear JONE JOÃO PIAZZA para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 14 de agosto de 2020.

DEJAIR MACHADO
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 203-2020

Publicação Nº 2609190



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br

**PORTARIA Nº 203/2020**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder **Férias** ao servidor:

Pedro Hoffmann, matrícula 7943-05, ocupante do cargo de Chefe;

Pelo período de 27/08/2020 até 25/09/2020

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 27/08/2020

Brusque, 17 de agosto de 2020.

Dejair Machado
Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO N° 001-2020

Publicação N° 2609119

PREGÃO n° 001/2020
Processo Licitatório n° 001/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE AUDITORIO**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **24/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR
IBPREV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001-2020- PREGAO ELETRONICO 001-2020

Publicação Nº 2609118

PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2020
Processo Licitatório nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO**.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 17/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 17/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

EDSON GARCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003-2020- PREGAO ELETRONICO 003-2020

Publicação N° 2609120

PREGÃO ELETRÔNICO n° 003/2020
Processo Licitatório n° 003/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS VETERINÁRIOS.**

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 10/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 10/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

ADEMIR JOSÉ JORGE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 020-2020

Publicação N° 2609121

PREGÃO n° 008/2020
Processo Licitatório n° 020/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA 06 (SEIS) CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **04/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretaria de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N° 031-2020 -PREGAO ELETRONICO N° 022-2020

Publicação N° 2609146

PREGÃO ELETRÔNICO n° 022/2020
Processo Licitatório n° 031/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **PROVIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT HOME AND BUSINESS**

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 02/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 02/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

PROCESSO LICITATÓRIO N° 050-2020

Publicação N° 2609123

PREGÃO n° 038/2020
Processo Licitatório n° 050/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE CÂMERAS E SENSORES DE ALARME**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **03/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR
IBPREV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053-2020 -PREGAO ELETRONICO 041-2020

Publicação Nº 2609125

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2020
Processo Licitatório nº 053/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 25/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 25/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

WILIAM FERNANDES MOLINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067 2020-PREGAO ELETRONICO 050-2020

Publicação Nº 2609126

PREGÃO ELETRÔNICO nº 071/2020
Processo Licitatório nº 067/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 16/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 16/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

WILLIAN FERNANDES MOLINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067-2020- PREGAO ELETRONICO 071-2020

Publicação Nº 2609127

PREGÃO ELETRÔNICO nº 071/2020
Processo Licitatório nº 067/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 16/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 16/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

WILLIAN FERNANDES MOLINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 086-2020- PREGAO ELETRONICO 064-2020

Publicação N° 2609128

PREGÃO ELETRÔNICO n° 064/2020
Processo Licitatório n° 086/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO E MADEIRA PARA CAIXARIA.**

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 11/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 11/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087-2020- PREGAO ELETRONICO 065-2020

Publicação Nº 2609130

PREGÃO ELETRÔNICO nº 065/2020
Processo Licitatório nº 087/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE VIDROS TEMPERADOS, ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO**

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:00h do dia 20/08/2020, às 13:15h do dia 14/09/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13:30h do dia 14/09/2020, no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN

PROCESSO LICITATÓRIO N° 091-2020

Publicação N° 2609132

PREGÃO n° 069/2020
Processo Licitatório n° 091/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO (PADRÃO CELESC) – KIT POSTINHO**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **15/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Diretora Geral de Infraestrutura - DGI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092-2020

Publicação Nº 2609133

PREGÃO nº 070/2020
Processo Licitatório nº 092/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS E LÂMPADAS**.
Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **08/09/2020, às 13h30min**
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Diretora Geral de Infraestrutura - DGI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 094-2020

Publicação N° 2609137

PREGÃO n° 068/2020
Processo Licitatório n° 094/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA QUADRAS, ALAMBRADOS, PORTAS, PORTÕES E GRADES**

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **23/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Diretora Geral de Infraestrutura - DGI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 094-2020 -PREGÃO 072

Publicação N° 2609136

PREGÃO n° 072/2020
Processo Licitatório n° 094/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE CALHAS, RUFOS, CUMEEIRAS E DESCIDAS DE ALUMÍNIO, COM INSTALAÇÃO.**

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **18/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Diretora Geral de Infraestrutura - DGI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 094-2020-PREGAO 074

Publicação N° 2609138

PREGÃO n° 074/2020
Processo Licitatório n° 094/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CORREÇÃO E REPARO DE PINTURA E COBERTURAS (MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS)**.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **22/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.afende.net 18/08/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Diretora Geral de Infraestrutura - DGI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 095-2020

Publicação N° 2609140

PREGÃO n° 073/2020
Processo Licitatório n° 095/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL**. Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **02/09/2020, às 16h30min**. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net. 18/08/2020

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099-2020

Publicação Nº 2609141

PREGÃO nº 075/2020
Processo Licitatório nº 099/2020

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA E ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, PARA FROTA DE MOTOCICLETAS DA POLÍCIA MILITAR E SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE.**

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **01/09/2020, às 13h30min**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 18/08/2020

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade

PROCESSO LICITATÓRIO N° 103-2020

Publicação N° 2609142

CONCORRÊNCIA n° 004/2020**Processo Licitatório n° 103/2020**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, torna público que realizará licitação, por intermédio do Departamento Geral de Infraestrutura, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, destinada ao recebimento de propostas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM DA RUA JOAQUIM ZUCCO REFERENTE AS OBRAS DA BACIA NOVA BRASILIA, NA CIDADE DE BRUSQUE/SC.**

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **21/09/2020, às 13h30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 18/03/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN**Diretora Geral****Departamento Geral de Infraestrutura**

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PMI 001-2018

Publicação Nº 2609148

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****TERMO DE PRORROGAÇÃO – PMI 001/2018**

Ref: Prorrogação de prazo para Equipe Técnica proceder Avaliação e Seleção dos Estudos apresentados pela empresa RIO VIVO AMBIENTAL LTDA. no PMI 001/2018

Considerando que ocorreu alteração na Equipe Técnica, responsável pela condução dos trabalhos do PMI 001/2018, conforme Decreto 8.696/2020, para fins de inclusão de 03 (três) membros, com conhecimentos na área jurídica e contábil;

Considerando que, de acordo com o Termo de Referência do PMI 001/2018, os estudos deverão conter informações econômico-financeira, plano de investimento, descrição dos aspectos legais, minutas de edital e contrato;

Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no Comunicado publicado no dia 17/06/2020, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 3173, para que a Equipe Técnica, nomeada pelo Decreto nº 8.285/2019, proceda a avaliação e seleção dos estudos apresentados.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DEJAIR MACHADO
Diretor-Presidente do SAMAE/Brusque

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2020 - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICO – RDC Nº 11/2020

Publicação Nº 2609001

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 107/2020 – REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICO – 11/2020

EDITAL: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICO Nº 11/2020

TIPO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO REFERENTES AO PARQUE LINEAR EM CAÇADOR/SC.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 21/09/2020 AS 14H00MIN

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor. Caçador-SC, 17 de agosto de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.859

Publicação Nº 2609287

DECRETO Nº 8.859, de 10 de agosto de 2020.

Designa comitê gestor do Plano de Contingência da COVID – 19 no âmbito do Município de Caçador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, usando da competência que lhe confere o artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais para dar cumprimento às disposições Estaduais e Federais no que se refere ao enfrentamento do coronavírus (COVID-19), como também da adoção de medidas administrativas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população,

DECRETA:

Art. 1º Designar comitê gestor do Plano de Contingência da COVID – 19 destinado à deliberação coletiva sobre situações peculiares ou excepcionais e para auxiliar na implementação de ações e programas de enfrentamento à pandemia no Município de Caçador.

Art. 2º O comitê será formado por 13 (treze) membros da Secretaria Municipal da Saúde e observará a seguinte composição:

I – Secretário de Saúde:

a) Ademir Schmitz;

II – Diretor-Geral de Saúde:

b) Yana Kutcher;

III – Diretor de Serviços de Saúde:

c) César Augusto Moraes Júnior;

IV – Diretor de Serviços de Vigilância em Saúde:

d) Célio Marcos Moreira Becker;

V – Coordenador da Vigilância Sanitária:

e) Fátima Aparecida de Castro Michielin;

VI – Responsável pela Atenção Básica:

f) Adriana Bento Grobe;

VII – Responsável pelo Ambulatório de Especialidades Médicas:

g) Aires Roberta da Rosa Brandalise;

VIII – Responsável pela Enfermagem na Unidade de Pronto Atendimento:

h) Adriane Marlene Vezaro;

IX – Responsável pelo Laboratório Municipal:

i) Dayana Holz;

X – Responsável pela Saúde Bucal:

j) Maricelda Rita Tonieto;

XI – Médico responsável pela Unidade do Pronto Atendimento:

k) Rafael Balbisan;

XII – Médico Infectologista:

l) Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo;

XIII – Enfermeiro:

m) Paula Brustolin Xavier;

§ 1º A coordenação do comitê ficará sob responsabilidade do Secretário de Saúde.

§ 2º As reuniões e deliberações poderão ocorrer por meio remoto (videoconferência).

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo comitê desde a declaração de situação de emergência no Município – através do Decreto Municipal nº 8.630/2020 – até a publicação do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua vigência ao Decreto Legislativo Federal nº 06/2020 e Decreto Estadual nº 562/2020 e suas alterações, que declararam, respectivamente, estado de calamidade pública no âmbito da União e do Estado de Santa Catarina.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.860

Publicação Nº 2609286

DECRETO Nº 8.860, de 11 de agosto de 2020.

Nomeia o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 2.114, de 19 de agosto de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes das entidades governamentais e da sociedade civil para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, conforme segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

a) titular: Oristalina Ferreira dos Santos;

b) suplente: Dayane de Fátima Machado;

II – Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: Janaína Menegazzo;

b) suplente: Ana Cristina Hagemann;

III – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio

Ambiente:

- a) titular: Tatiane Barzotto Dove;
- b) suplente: Amanda de Almeida Kirschner;

IV – Secretaria Municipal de Educação:

- a) titular: Karina do Nascimento Zardo;
- b) suplente: Fabiana Binotto Cracco;

V – Secretaria Municipal da Administração:

- a) titular: Edimar Scambara;
- b) suplente: Ercília Sita Bender;

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**VI – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Caçador e Região - SINTRAFCAR:**

- a) titular: Jucinei Aparecida Scapinelli Parizotto;
- b) suplente: Adão Jaskiu;

VII – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador:

- a) titular: Orli Ribeiro Tibes;
- b) suplente: Luciane do Carmo Padilha;

VIII – Associação dos Psicólogos de Caçador e Região - APSIC:

- a) titular: Victor Czerniak;
- b) suplente: Débora Cunha de Almeida;

IX – Associação dos Assistentes Sociais de Caçador e Região - AASC:

- a) titular: Ana Célia Caetano;
- b) suplente: Eliane Aparecida França Zonta;

X – Mitra Diocesana de Caçador/ Paróquia Cristo Redentor/ Pastoral da Saúde:

- a) titular: Ruth Inês Dotta Godoy Goulart;
- b) suplente: Silvana Aparecida Roberto;

XI – Igreja do Evangelho Quadrangular de Caçador:

- a) titular: Ivanor Geraldo Henrique;
- b) suplente: Ademar de Bairros;

XII – Cooperativa Mãos que Lutam de Caçador - COOPERMALUCA:

- a) Titular: Orlei Torres Garcia;
- b) Suplente: Maria de Lurdes da Silva;

XIII – Cáritas Solidariedade de Caçador - CSC:

- a) titular: Noemi Klaus Varela;
- b) suplente: Rosângela Aparecida Bachak;

XIV – Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS:

- a) titular: Gilmar Prestes de Oliveira;
- b) suplente: Miriam Romeiro Flores;

XV – Cáritas Diocesana de Caçador:

- a) titular: Valmir Alves da Cruz;
- b) suplente: Juliana Felícia Kades.

Parágrafo único. O mandato dos membros será para o biênio 2019/2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 8.514, de 17 de dezembro de 2019 e suas alterações. Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.861

Publicação Nº 2609285

DECRETO Nº 8.861, de 11 de agosto de 2020.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de cinco áreas de terrenos urbanos de propriedade de Zucco Pneus Ltda., devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 13006, 0065, 0077, 0080 e 18181, com as seguintes medidas e confrontações firmadas em mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 1.334,12m² (mil, trezentos e trinta e quatro metros e doze decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com a rua Miguel Couto; segue confrontando com a rua Miguel Couto, com o azimute de 265°43'33" e a distância de 26.77m até o ponto 'P02'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 7763, com o azimute de 355°40'09" e a distância de 50.19m até o ponto 'P03'; segue confrontando com o imóvel constante da Transcrição nº 15.727, com o azimute de 85°15'08" e a distância de 13.77m até o ponto 'P04'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0874, com o azimute de 87°28'40" e a distância de 9.0m até o ponto 'P05'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0080, com o azimute de 170°08'56" e a distância de 6.00m até o ponto 'P06'; segue com o azimute de 86°33'35" e a distância de 4.00 m até o ponto 'P07'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0077, com o azimute de 176°22'32" e a distância de 26.00m até o ponto 'P08'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0065, com o azimute de 176°27'45" e a distância de 18.00m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.334,12 m²;

II – área com 648,00m² (seiscentos e quarenta e oito metros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 0077; segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 0077 com o azimute de 86°33'36" e a distância de 36.00m até o ponto 'P02'; segue confrontando com a rua Altamiro Guimarães, com o azimute de 176°27'44" e a distância de 18.00m até o ponto 'P03'; segue confrontando com a rua Miguel Couto, com o azimute de 266°33'36" e a distância de 36.00m até o ponto 'P04'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13006, com o azimute de 356°27'45" e a distância de 18.00m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 648,00 m²;

III – área com 936,00m² (novecentos e trinta e seis metros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da matrícula nº 0080; segue confrontando com imóvel constante da matrícula nº 0080 com o azimute de 86°33'35" e a distância de 36.00 m até o ponto 'P02'; segue confrontando com a rua Altamiro Guimarães, com o azimute de 176°22'32" e a distância de 26.00m até o ponto 'P03'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0065, com o azimute de 266°33'36" e a distância de 36.00m até o ponto 'P04'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13006, com o azimute de 356°22'32" e a distância de 26.00m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 936,00 m²;

IV – área com 1.091,99m² (mil e noventa e um metros e noventa e nove decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com o imóvel constante da transcrição nº 8.746; segue confrontando com imóvel constante da transcrição nº 8.746 com o azimute de 86°29'30" e a distância de 20.00m até o ponto 'P02'; segue com o azimute de 356°17'02" e a distância de 2.22m até o ponto 'P03'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 18181, com o azimute de 86°29'26" e a distância de 20.00m até o ponto 'P04'; segue confrontando com a rua Altamiro Guimarães, com o azimute de 176°28'13" e a distância de 28.22m até o ponto 'P05'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0077, com o azimute de 266°33'35" e a distância de 36.00m até o ponto 'P06'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 13006, com o azimute de 266°33'35" e a distância de 4.00m até o ponto 'P07'; segue com o azimute de 350°08'56" e a distância de 6.00m até o ponto 'P08'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0874, com o azimute de 358°23'01" e a distância de 20.00m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.091,99 m²;

V – área com 300,00m² (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com a rua Reinaldo Mafessoni; segue confrontando com a rua Reinaldo Mafessoni com o azimute de 86°29'24" e a distância de 20.00m até o ponto 'P02'; segue confrontando com a rua Altamiro Guimarães, com o azimute de 176°16'39" e a distância de 15.00m até o ponto 'P04'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0080, com o azimute de 266°29'26" e a distância de 20.00m até o ponto 'P03'; segue confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 8.746, com o azimute de 356°17'02" e a distância de 15.00m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 300,00 m².

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 4.310,11m² (quatro mil, trezentos e dez metros e onze decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando no ponto denominado 'P01', dividindo-o com a rua Reinaldo Mafessoni; segue confrontando com a rua Reinaldo Mafessoni, com o azimute de 86°29'24" e a distância de 20.00m até o ponto 'P02'; segue confrontando com a rua Altamiro Guimarães, com o azimute de 176°16'39" e a distância de 15.00m até o ponto 'P03'; segue com o azimute de 176°28'13" e a distância de 28.22m até o ponto 'P04'; segue com o azimute de 176°22'32" e a distância de 26.00m até o ponto 'P05'; segue com o azimute de 176°27'44" e a distância de 18.00m até o ponto 'P06'; segue confrontando com a rua Miguel Couto, com o azimute de 266°33'36" e a distância de 36.00m até o ponto 'P07'; segue com o azimute de 265°43'33" e a distância de 26.77m até o ponto 'P08'; segue confrontando com o

imóvel constante da matrícula nº 7763, com o azimute de 355°40'09" e a distância de 50.19m até o ponto 'P09'; segue confrontando com o imóvel constante da Transcrição nº 15.727, com o azimute de 85°15'08" e a distância de 13.77m até o ponto 'P10'; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0874, com o azimute de 87°28'40" e a distância de 9.00m até o ponto 'P11'; segue com o azimute de 358°23'01" e a distância de 20.00m até o ponto 'P12'; segue confrontando com o imóvel constante da Transcrição nº 8746, com o azimute de 86°29'30" e a distância de 20.00m até o ponto 'P13'; segue com o azimute de 356°17'02" e a distância de 17.22m até o ponto 'P01'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 4.310,11 m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128/08.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.862

Publicação Nº 2609288

DECRETO Nº 8.862, de 12 de agosto de 2020.

Retifica o Decreto nº 8.834/2020, que aprova unificação de áreas de terrenos urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o art. 2º do Decreto nº 8.834, de 21 de julho de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 847,35m² (oitocentos e quarenta e sete metros e trinta e cinco decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: frente com a rua Juruá Coelho de Souza medindo 28,00 metros; fundos com os lotes nº 109 e nº 111 da quadra "H" do Loteamento do Contestado medindo 28,00 metros; lado esquerdo com o lote nº 112 da quadra "H" do Loteamento do Contestado medindo 30,65 metros; lado direito com o lote nº 106 da quadra "H" do Loteamento do Contestado medindo 30,00 metros." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.864

Publicação Nº 2609290

DECRETO Nº 8.864, de 13 de agosto de 2020.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 16.147,06m² (dezesseis mil, cento e quarenta e sete metros e seis decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 35.455 do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Jorge Manoel Duarte e outros, ficando após o desmembramento constituído de 05 (cinco) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, conforme

mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com 385,95m² (trezentos e oitenta e cinco metros e noventa e cinco decímetros quadrados), iniciando junto ao marco OPP, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 502.065,03 e Norte (Y) 7.038.423,02; do vértice OPP segue em direção até o vértice 1 no azimute 177°08'31", em uma distância de 12,17m, confrontando com MATRÍCULA-17.396, do vértice 1 segue em direção até o vértice 1A no azimute 83°42'40", em uma distância de 30,81m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 1A segue em direção até o vértice 22A no azimute 357°12'51", em uma distância de 12,92m, confrontando com Gleba B, finalmente do vértice 22A segue até o vértice OPP, (início da descrição), no azimute de 262°19'59", na extensão de 30,88m, confrontando com Rodovia Victório Poletto, fechando assim uma área de 385,95m²;

II – gleba B com 1.993,65 m² (mil, novecentos e noventa e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), iniciando junto ao marco 1A, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 502.096,27 e Norte (Y) 7.038.414,24; do vértice 1A segue em direção até o vértice 2 no azimute 83°42'40", em uma distância de 6,67m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 no azimute 89°55'56", em uma distância de 43,31m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 no azimute 86°46'37", em uma distância de 48,75m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 4 segue em direção até o vértice 15A no azimute 86°46'37", em uma distância de 33,39m, confrontando com Gleba C, do vértice 15A segue em direção até o vértice 16 no azimute 296°44'43", em uma distância de 9,13m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 16 segue em direção até o vértice 17 no azimute 289°00'20", em uma distância de 21,16m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 17 segue em direção até o vértice 18 no azimute 281°08'52", em uma distância de 14,63m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 18 segue em direção até o vértice 19 no azimute 277°09'44", em uma distância de 20,80m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 19 segue em direção até o vértice 20 no azimute 267°23'17", em uma distância de 24,69m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 20 segue em direção até o vértice 21 no azimute 261°33'11", em uma distância de 20,44m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 21 segue em direção até o vértice 22 no azimute 258°49'42", em uma distância de 24,06m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO Poletto, do vértice 22 segue em direção até o vértice 22A no azimute 262°19'38", em uma distância de 0,96m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, finalmente do vértice 22A segue até o vértice 1A, (início da descrição), no azimute de 177°12'51", na extensão de 12,92m, confrontando com Gleba A, fechando assim uma área de 1.993,65 m²;

III – gleba C com 520,59 m² (quinhentos e vinte metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), iniciando junto ao marco 4, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 502.194,88 e Norte (Y) 7.038.417,76; do vértice 4 segue em direção até o vértice 5 no azimute 176°46'37", em uma distância de 12,00m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 5 segue em direção até o vértice 14A no azimute 86°46'37", em uma distância de 51,90m, confrontando com Gleba D, do vértice 14A segue em direção até o vértice 15 no azimute 306°19'16", em uma distância de 6,92m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, do vértice 15 segue em direção até o vértice 15A no azimute 296°44'43", em uma distância de 24,33m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, finalmente, do vértice 15A segue em direção até o vértice 4 (início da descrição), no azimute 266°46'37", na extensão de 33,39m, confrontando com Gleba B, fechando assim uma área de 520,59 m²;

IV – gleba D com 11.322,27 m² (onze mil, trezentos e vinte e dois metros e vinte e sete decímetros quadrados), iniciando junto ao marco 5, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 502.195,55 e Norte (Y) 7.038.405,78; do vértice 5 segue em direção até o vértice 6 no azimute 266°46'37", em uma distância de 49,08m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 6 segue em direção até o vértice 7 no azimute 269°55'56", em uma distância de 42,99m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 7 segue em direção até o vértice 7A no azimute 263°39'46", em uma distância de 6,73m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 7A segue em direção até o vértice 9A no azimute 177°08'10", em uma distância de 63,52m, confrontando com Gleba E, do vértice 9A segue em direção até o vértice 10 no azimute 87°16'45", em uma distância de 202,20m, confrontando com Matrículas: 17.426, 15.793, 17.981, 15.775, 16.074, 16.099, 29.775, 17.256, 27.862, 29.776, 29.777, 28.914, 15.550, do vértice 10 segue em direção até o vértice 11 no azimute 332°23'22", em uma distância de 5,54m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, do vértice 11 segue em direção até o vértice 12 no azimute 325°17'41", em uma distância de 19,88m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, do vértice 12 segue em direção até o vértice 13 no azimute 321°34'45", em uma distância de 15,71m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, do vértice 13 segue em direção até o vértice 14 no azimute 318°02'15", em uma distância de 15,75m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, do vértice 14 segue em direção até o vértice 14A no azimute 306°19'16", em uma distância de 25,40m, confrontando com RODOVIA VICTÓRIO POLETTTO, finalmente do vértice 14A segue até o vértice 5, (início da descrição), no azimute de 266°46'37", na extensão de 51,90m, confrontando com Gleba C, fechando assim uma área de 11.322,27 m²;

V – gleba E com 1.924,60m² (mil, novecentos e vinte e quatro metros e sessenta decímetros quadrados), iniciando junto ao marco 7A, descrito em planta anexa, com coordenadas U T M Este (X) 502.096,87 e Norte (Y) 7.038.402,23; do vértice 7A segue em direção até o vértice 8 no azimute 263°39'46", em uma distância de 30,82m, confrontando com Prolongamento da rua João Pirolli, do vértice 8 segue em direção até o vértice 9 no azimute 177°08'32", em uma distância de 61,58m, confrontando com MATRÍCULAS: 29.810 E 17.398, do vértice 9 segue em direção até o vértice 9A no azimute 87°16'45", em uma distância de 30,77m, confrontando com MATRÍCULAS: 29.773, 29.774 E 17.426, finalmente do vértice 9A segue até o vértice 7A, (início da descrição), no azimute de 357°08'10", na extensão de 63,52m, confrontando com Gleba D, fechando assim uma área de 1.924,60 m².

Art. 2º Fica doada para a Prefeitura Municipal de Caçador a área descrita no inciso III do art. anterior, com superfície de 520,59 m² (quinhentos e vinte metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 128/2008.

§ 1º A área descrita no caput refere-se ao remanescente da porcentagem a ser doada e calculada sobre a totalidade do imóvel de 70.107,99m² (setenta mil, cento e sete metros e noventa e nove decímetros quadrados).

§ 2º A área de 10.152,96m² (dez mil, cento e cinquenta e dois metros e noventa e seis decímetros quadrados) foi afetada ao domínio público em razão de desmembramento anterior, nos termos da averbação AV-9/15193, e absorvida pela Rodovia Victório Poletto e pelo

prolongamento da rua João Piroli.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 4º O cumprimento da disposição contida no art. 2º é pré-requisito para a transcrição do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, ambos devendo ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

INFORMATIVO DE CONTRATOS Nº 28º

Publicação Nº 2609274

INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS Nº 28/2020

Informamos o envio por e-mail do CONTRATOS: CONTRATO 53-2020, CONTRATO 55-2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, EDSON DE SOUZA CARNEIRO JÚNIOR.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, (a proposta readequada quando exigir no edital) as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 17 de agosto de 2020.

LEI Nº 3.624

Publicação Nº 2609291

LEI Nº 3.624, de 13 de agosto de 2020.

Denomina via pública Rua Vereador Epaminondas Lima.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Vereador Epaminondas Lima, a atual Rua “D”, do Loteamento Cidade Nova, no Bairro Martello.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal tomará as providências necessárias para a instalação de placa indicativa e atualização do mapa e registros oficiais do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33.255

Publicação Nº 2609223

PORTARIA Nº 33.255, de 31 de julho de 2020.

Dispõe sobre posse de Servidora nomeada por Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o arts. 21, § 1º, 23 e 25 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.622, de 12 de março de 2020, que nomeia Marluci Dalpiaz em virtude de aprovação em concurso público, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 19 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. DAR POSSE E ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora MARLUCI DALPIAZ no cargo de Professora de Ensino Fundamental I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, referência 1/A e lotada na EMEB Padre José Chamot.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.258

Publicação Nº 2609225

PORTARIA Nº 33.258, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR TATIANA APARECIDA FRIGERI para exercer a função de Farmacêutica, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 03 de agosto a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.259

Publicação Nº 2609226

PORTARIA Nº 33.259, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter

temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR RAFAEL DA ROSA TIBES para exercer a função de Enfermeiro, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 02 de agosto a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.337

Publicação Nº 2609220

PORTARIA Nº 33.337, de 12 de agosto de 2020.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora abaixo especificada, lotada na Procuradoria Geral do Município, licença para ausentar-se do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
15276	Gilvana Aparecida Gonçalves	Assistente Administrativo	08 dias	04/08/2020 a 11/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 12 de agosto de 2020.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 33.338

Publicação Nº 2609000

PORTARIA Nº 33.338, 13 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2018 a 01/04/2019	03/08/2020 a 17/08/2020
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2019 a 01/04/2020	18/08/2020 a 01/09/2020
1771	Aurelio Luis Arrabar	19/04/2019 a 18/04/2020	20/07/2020 a 22/07/2020

1771	Aurelio Luis Arrabar	19/04/2020 a 18/04/2021	23/07/2020 a 29/07/2020
7784	Mara Rubia Cordeiro	15/08/2019 a 14/08/2020	15/08/2020 a 13/09/2020
11954	Maria Bernardete Piacentini	18/06/2019 a 17/06/2020	10/08/2020 a 08/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.338

Publicação Nº 2609230

PORTARIA Nº 33.338, 13 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2018 a 01/04/2019	03/08/2020 a 17/08/2020
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2019 a 01/04/2020	18/08/2020 a 01/09/2020
1771	Aurelio Luis Arrabar	19/04/2019 a 18/04/2020	20/07/2020 a 22/07/2020
1771	Aurelio Luis Arrabar	19/04/2020 a 18/04/2021	23/07/2020 a 29/07/2020
7784	Mara Rubia Cordeiro	15/08/2019 a 14/08/2020	15/08/2020 a 13/09/2020
11954	Maria Bernardete Piacentini	18/06/2019 a 17/06/2020	10/08/2020 a 08/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.339

Publicação Nº 2609217

PORTARIA Nº 33.339, de 13 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
609	Valsir Gribinski	01/03/2019 a 29/02/2020	11/08/2020 a 09/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 33.341

Publicação Nº 2609215

PORTARIA Nº 33.341, de 13 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
672	Sueli Terezinha de Souza Prestes Leite	20/12/2019 a 19/12/2020	04/08/2020 a 18/08/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.344

Publicação Nº 2609004

PORTARIA Nº 33.344, de 13 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	05 dias	11/08/2020 a 15/08/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.344

Publicação Nº 2609227

PORTARIA Nº 33.344, de 13 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	05 dias	11/08/2020 a 15/08/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 33.351

Publicação Nº 2609213

PORTARIA Nº 33.351, de 13 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de atuação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
676	Mariluci Lopes Stanke	Servente	09/09/2008 a 08/09/2013	10/08/2020 a 08/09/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 33.354

Publicação Nº 2609209

PORTARIA Nº 33.354, de 14 de agosto de 2020.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Saúde o Servidor JOÃO ALEXANDRE MORAES DOS SANTOS, matrícula 16171, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 14 de agosto de 2020.

Valdir Medeiros de Oliveira – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

Caibi**PREFEITURA****164/2020**

Publicação Nº 2608458

DECRETO Nº. 164/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.023,00 (um mil e vinte e três reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS****041230004.1.026 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - FINANÇAS****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1335) Fonte: 3000 Recursos Ordinários R\$ 1.023,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2019 da fonte de recursos 3000 Superávit Recursos Ordinários no valor de R\$ 1.023,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 17 de agosto de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN

Diretor de Administração e Planejamento

165/2020

Publicação Nº 2608677

DECRETO Nº. 165/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I**ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****123610011.1.029 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO IVO CAMPOS****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1343) Fonte: 1023 Emenda Impositiva Estadual – Ampliação da Escola Pedro Ivo Campos R\$ 150.000,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte de recursos 1023 Emenda Impositiva Estadual – Ampliação da Escola Municipal Pedro Ivo Campos no valor de R\$ 150.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 17 de agosto de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDUARDO GASPARIN
Diretor de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 13/2020

Publicação Nº 2609257

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVENIDA PROGRESSO, 555, CAIBI, SC

PORTARIA Nº 013/2020

GILMAR PEDRO CARLESSO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor MAICON RODIRGO GASPARIN, cargo de assessor jurídico, cujo afastamento terá início no dia 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
E para que produza seus efeitos reais e legais, registre-se e publique-se.
Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, em 15 de agosto de 2020.

GILMAR PEDRO CARLESSO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado nesta repartição em 15 de agosto de 2020.

EDER PICOLI
Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO CC 002/2020 - PMC

Publicação Nº 2608726

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2020– PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 067/2020 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NAS PLACAS DE INDICAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, EM TROCA DE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO".
RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES.

Camboriú SC, 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.727/2020

Publicação Nº 2608242

DECRETO Nº. 3.727/2020

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei Municipal nº. 1.275/1998, que "Cria o Conselho Municipal de Turismo", estabelece que a nomeação dos membros do COMTUR será feita por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, que passa a vigorar com a seguinte composição:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo:

- a) titular: Mario Bianchet;
- b) suplente: Karla Juliane dos Santos Camargo.

II - Representantes do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares de Camboriú:

- a) titular: Paulo Ricardo da Silva;
- b) suplente: Paulo Reinaldo Canhoto.

III - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de Camboriú:

- a) titular: Tércio Pereira;
- b) suplente: Aline Vogt.

IV - Representantes das Associações de Bairros:

- a) titular: Neusa Maria Jungles;
- b) suplente: Afrânio Austregésilo Thiel.

V - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura de Camboriú:

- a) titular: Sirleia Cristina Lopes Sebold;
- b) suplente: Samara Stella Soares.

VI - Representantes dos proprietários de equipamentos cadastrados e legalizados junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- a) titular: Sabrina da Rosa;
- b) suplente: Sandro Fiamoncini Garcia.

VII - Representantes do SINE, SENAI, SENAC E SENAR:

- a) titular: Fabiano Battisti Archer;
- b) suplente: Geórgia José Rodrigues Durães;
- c) suplente: Adiomir Costa.

VIII - Representantes dos bancos oficiais instalados no Município, parceiros no PNMT:

- a) titular: Carlos José Gevaerd Fernandes;
- b) suplente: Marcia Cristina Garcia Hidalgo.

IX – Representantes da Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI:

- a) titular: Celia Denise Uller;
- b) suplente: Athos Henrique Teixeira.

X – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Fundação Cultura e de Esporte:

- a) titular: Aline da Silva Nunes;
- b) suplente: Thiago Vechi.

XI – Representantes do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú :

- a) titular: Ivanna Schenkel Fornari Grechi;
- b) suplente: Larissa Regis Fernandes.

Parágrafo Único - Os integrantes deste Conselho exercerão suas funções pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 2º Os membros do COMTUR exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal nº. 1.275/1998.

Art. 3º Os membros do COMTUR não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal nº. 3.354/2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.730/2020

Publicação N° 2608275

DECRETO N.º 3.730/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar de recursos de Operações de Crédito conforme Lei 3.209/2019 e Processo nº 17944.102171/2020-77 com a Caixa Econômica Federal através do programa FINISA - Financiamento à Infra estrutura e ao Saneamento autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração

Função: 004 – Administração

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0002 – Nova Gestão Pública

Atividade: 1.019 – Investimento em Estrutura Física e Aquisição de Bens Móveis

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5083 – Operações de Crédito Internas - Outros Programas

Código Reduzido: 32

VALOR: R\$ 33.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos 0.1.05083 - Operações de Crédito Internas conforme Lei 3.209/2019 de acordo com o processo nº 17944.102171/2020-77 com a Caixa Econômica Federal através do programa FINISA - Financiamento à Infra estrutura e ao Saneamento no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.731/2020

Publicação Nº 2608278

DECRETO N.º 3.731/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 015 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.022 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.5000 – Superávit de Recursos Ordinários

Código Reduzido: 339

VALOR: R\$ 400.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o superávit financeiro de recursos de Superávit de Recursos Ordinários de exercícios anteriores no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.732/2020

Publicação N° 2608280

DECRETO N.º 3.732/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 – Educação

Sub-função: 365 – Educação Infantil

Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos

Atividade: 1.012 – Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5079 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado

Código Reduzido: 340

VALOR: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.733/2020

Publicação N° 2608283

DECRETO N.º 3.733/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 012 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos
Atividade: 1.013 – Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.3.5036 – Superávit Salário-Educação
Código Reduzido: 315
VALOR: R\$ 850.000,00

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos
Atividade: 1.012 – Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.3.5036 – Superávit Salário-Educação
Código Reduzido: 341
VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o superávit financeiro de exercícios anteriores de Recursos do Salário-Educação no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DL 59/2020 - FMS

Publicação Nº 2608414

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 59/2020 – FMS
Data: 17/08/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID-19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3636/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADENº 1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRALIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PORTARIA Nº 356/2020 - ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA - LEI 13.979/2020 - Art 4º - PORTARIA Nº 188/2020 - DECLARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA - DECRETO 3645/2020 - ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA - DECRETO 3641/2020 - DECLARAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM RAZÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) - DECRETO Nº 525/2020 - MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS - . O MUNICÍPIO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Valor total: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PR 039/2020 - PMC

Publicação Nº 2608679

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2020 - PMC - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA O USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 3 (três) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 38/2020 - PMC

Publicação Nº 2608780

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020 - PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS LOTES 01, 02, 05, 07, 08, 09, 11 E 12

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, DEPARTAMENTOS E PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 02 (Dois) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 40/2020 - PMC

Publicação Nº 2608681

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2020 - PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA E MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, BEM COMO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 4 (quatro) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 036/2020 - PMC

Publicação N° 2608466

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 036/2020-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO TP 003/2020 - FME

Publicação N° 2608704

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS N°. 003/2020-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA ".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 146/2020

Publicação Nº 2608202

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019
CONVOCAÇÃO Nº 146/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GABRIELI STIEGLER, inscrita no CPF/MF sob nº 049.692.629-26 aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para o Cargo Público de ENFERMEIRO para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 20 de agosto de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 13.011 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608204

DECRETO Nº 13.011 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 50.000,00
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339046.00.0519 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 10.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 60.000,00
319013.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 35.000,00
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339046.00.0519 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 11.000,00
	Total	R\$ 166.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.0519 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 60.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.0519 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 106.000,00
	Total	R\$ 166.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13.012 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608719

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 13.012 DE 17 DE AGOSTO DE 2020****ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
POR CONTA DE EXCESSO DE
ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO
VIGENTE.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 974.133,39 (novecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e trinta e nove centavos), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito	
01.02 - Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 - Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.1043 - Despesas Correntes	
310000.00.1043 - Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.1043 - Aplicações Diretas	
319011.00.1043 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 216.000,00
330000.00.1043 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1043 - Aplicações Diretas	
339046.00.1043 - Auxílio - Alimentação	R\$ 3.000,00
03.00 - Secretaria Municipal de Administração	
03.01 - Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 - Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.1043 - Despesas Correntes	
310000.00.1043 - Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.1043 - Aplicações Diretas	
319004.00.1043 - Contratação por Tempo Determinado	R\$ 4.800,00
319011.00.1043 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 236.989,12
319016.00.1043 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 167,88
330000.00.1043 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1043 - Aplicações Diretas	
339046.00.1043 - Auxílio Alimentação	R\$ 12.000,00
04.00 - Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 - Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.011 - Contribuição para a formação PASEP.	
300000.00.1043 - Despesas Correntes	
330000.00.1043 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1043 - Aplicações Diretas	
339047.00.1043 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 6.515,94
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 - Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
300000.00.1043 - Despesas Correntes	

GABINETE DO PREFEITO

310000.00.1043 - Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.1043 - Aplicações Diretas	
319004.00.1043 - Contratação por Tempo Determinado	R\$12.000,00
319011.00.1043 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 460.000,00
319016.00.1043 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 660,45
330000.00.1043 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.1043 - Aplicações Diretas	
339046.00.1043 - Auxílio Alimentação	R\$ 27.000,00
Total	R\$ 974.133,39

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2020.

4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico:
www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **18/08/2020**.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13.013 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608732

DECRETO Nº 13.013 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.0766 -	Despesas Correntes	
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes	
309000.00.0766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0766 -	Material de Consumo	R\$ 9.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental		
300000.00.0766 -	Despesas Correntes		
330000.00.0766 -	Outras Despesas Correntes		
309000.00.0766 -	Aplicações Diretas		
339014.00.0766 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00	
339035.00.0766 -	Serviços de Consultoria	R\$ 2.000,00	
339039.00.0766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	R\$ 6.000,00	
	TOTAL	R\$ 9.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13.014 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608861

DECRETO Nº 13.014 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso III do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo.	
15.451.0083.1.050 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Equipamentos Esportivos.	

400000.00.0996 -	Despesas de Capital		
440000.00.0996 -	Investimentos		
449000.00.0996 -	Aplicações Diretas		
449051.00.0996 -	Obras e Instalações	R\$ 42.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso 0996 = Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.217 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608209

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.217 DE 17 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando que por lapso causal, o ato não foi emitido á época;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 168 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Remunerada ao Servidor Público Municipal ARI UBALDO CALISTRO, matrícula funcional nº 000679, registro no sistema sob nº 955110, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, a partir de 15 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida no período de 15 de agosto de 2020 á 15 de novembro de 2020, para exercício de atividade política, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 14 de agosto 2020 sob o nº 003519.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 3º revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020 - FMS

Publicação Nº 2608777

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 - FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto a aquisição de 21.000 (vinte e um mil) litros de óleo diesel S10 e 9.000 (nove mil) litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde. Convênio 2020TR000222. De acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	9.000	Litro	Óleo diesel S500	3,17	28.530,00
02	21.000	Litro	Óleo diesel S10	3,20	67.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 95.730,00

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ ÀS 08 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 02/09/2020, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO.

DIA: 02/09/2020

HORA: 09 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação.

Dotação	75	
Órgão	91.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade	01	Manutenção das Atividades Administrativas
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Atividades Administrativas - Fundo Municipal Saúde
Portaria do Elemento	2020	Número da Portaria dos Elementos de Despesa
Elemento de Despesa	3.3.90.30.	Material de Consumo
Recurso	1041	Convênio Estado (combustível /medicamentos)
Projeto Atividade	2114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão Presencial 22/2020 - FMS".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 17 de agosto de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campo Erê

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 009/2020 EXONERAÇÃO SERVIDOR

Publicação N° 2607995

PORTARIA N° 009/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1º - Fica EXONERADO, o Senhor JOSÉ LUIZ FIDELIS, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral da Câmara Municipal, 40 horas semanais.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Campo Erê-SC, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê/SC

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA 010/2020 NOMEAÇÃO SERVIDOR

Publicação N° 2608023

PORTARIA N° 010, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA O CARGO DE DIRETOR GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, pela Lei Orgânica do Município de Campo Erê/SC e pela Constituição Federal

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear ROZENILDA DE MEDEIROS para desempenhar a função de DIRETORA GERAL, da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê/SC com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, como cargo de provimento de comissão (CPC).

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 17 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê/SC

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Campos Novos

PREFEITURA

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2020/FNDE

Publicação Nº 2608399

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA Nº 87/2018

O Município de Campos Novos, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, torna público a ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº11/2019 FNDE – PROCESSO 23.034.000096/2020-76 do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE para aquisição de 01 (um) ônibus rural escolar. Termo de Compromisso PAR nº 202000797-4.

Fornecedor: CNH Industrial do Brasil Ltda

Objeto: ONIBUS RURAL ESCOLAR - ORE 2: Ônibus com comprimento total máximo de 9.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor. Equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência ou com mobilidade reduzida que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.

Valor da Contratação: 214.000,00

Dotação	Valor	Fonte de Recurso
36	R\$ 24.100,00	Recursos Próprios - Contrapartida
175	R\$ 189.900,00	Recurso FNDE

Campos Novos, 13 de agosto de 2020.

Evanilda Corrêa
Secretaria de Educação e Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO PP 12/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2609270

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 - SAÚDE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, torna público que fará realizar no dia 31 de agosto de 2020 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LUZERNA, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 17 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 1390/2020

Publicação Nº 2609254

PORTARIA Nº 1390/2020 de 22/05/2020

DISPENSA MAICOL MICHEL MOREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa o servidor MAICOL MICHEL MOREIRA do cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

22 de maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1543/2020

Publicação Nº 2609245

PORTARIA Nº 1543/2020 de 30/06/2020

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO (A) SERVIDOR (A) ROSANGELA FÁTIMA ALVES DE SÁ BALDIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao (a) servidor (a) ROSANGELA FÁTIMA ALVES DE SÁ BALDIN, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Epidemiologia, gratificação por titulação referente à conclusão do curso de Pós-Graduação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1579/2020

Publicação Nº 2608362

PORTARIA Nº 1579/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) ADRIANA HELENA ROSSA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) ADRIANA HELENA ROSSA, para o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE, junto a SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1580/2020

Publicação Nº 2608370

PORTARIA Nº 1580/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) EDEMILSON DE LIMA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) EDEMILSON DE LIMA, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1581/2020

Publicação Nº 2608376

PORTARIA Nº 1581/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) ANTONIO WALDEMAR OLIVEIRA DOS ANJOS, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DA SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1582/2020

Publicação Nº 2608378

PORTARIA Nº 1582/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) GESIEL RIBEIRO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) GESIEL RIBEIRO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DA SAÚDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1583/2020

Publicação Nº 2608381

PORTARIA Nº 1583/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) JANAYNA BUGANCA CORDEIRO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) JANAYNA BUGANCA CORDEIRO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1584/2020

Publicação Nº 2608383

PORTARIA Nº 1584/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) KERLLY JUCIANE WALTER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) KERLLY JUCIANE WALTER, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1585/2020

Publicação Nº 2608385

PORTARIA Nº 1585/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) LETICIA PICCOLI CAIPER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) LETICIA PICCOLI CAIPER, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1586/2020

Publicação Nº 2608386

PORTARIA Nº 1586/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) MARIA CRISTINA AVILA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) MARIA CRISTINA AVILA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DA SAUDE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1587/2020

Publicação Nº 2608388

PORTARIA Nº 1587/2020 de 07/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) CLAUDIOMIR DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) CLAUDIOMIR DA SILVA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos á 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1589/2020

Publicação Nº 2608389

PORTARIA Nº 1589/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1590/2020

Publicação Nº 2608390

PORTARIA Nº 1590/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ANTONIO JESUS VIATER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) ANTONIO JESUS VIATER, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1591/2020

Publicação Nº 2608391

PORTARIA Nº 1591/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) DANIELA BELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) DANIELA BELLI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1592/2020

Publicação Nº 2608392

PORTARIA Nº 1592/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) DANIELA GUZATTI MARTENDAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) DANIELA GUZATTI MARTENDAL, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1593/2020

Publicação Nº 2608393

PORTARIA Nº 1593/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1594/2020

Publicação Nº 2608394

PORTARIA Nº 1594/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) LURDES CLAUDETE SURDI BERTELLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) LURDES CLAUDETE SURDI BERTELLI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1595/2020

Publicação Nº 2608395

PORTARIA Nº 1595/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) MARCIA GONÇALVES DE MATTOS MACEDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) MARCIA GONÇALVES DE MATTOS MACEDO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1596/2020

Publicação Nº 2608493

PORTARIA Nº 1596/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) MARISTELA APARECIDA CARMINATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – I – ao(a) servidor(a) MARISTELA APARECIDA CARMINATTI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1597/2020

Publicação Nº 2608497

PORTARIA Nº 1597/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ADENILSO TONHOLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) ADENILSO TONHOLI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1598/2020

Publicação Nº 2608496

PORTARIA Nº 1598/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1599/2020

Publicação Nº 2608499

PORTARIA Nº 1599/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1600/2020

Publicação Nº 2608501

PORTARIA Nº 1600/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) CLARICE RODRIGUES ARRUDA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1601/2020

Publicação Nº 2609202

PORTARIA Nº 1601/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) JOCEANE GONÇALVES WALTER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) JOCEANE GONÇALVES WALTER, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1602/2020

Publicação Nº 2609203

PORTARIA Nº 1602/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) MARCIA RITA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) MARCIA RITA SILVA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1603/2020

Publicação Nº 2609204

PORTARIA Nº 1603/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) MARIA DAS VITORIAS NERI MANTOVANI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) MARIA DAS VITORIAS NERI MANTOVANI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1604/2020

Publicação Nº 2609205

PORTARIA Nº 1604/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) NILVA MARIA FABRO SARMENTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) NILVA MARIA FABRO SARMENTO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1605/2020

Publicação Nº 2609206

PORTARIA Nº 1605/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) RENATO COLLET METZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) RENATO COLLET METZ, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1606/2020

Publicação Nº 2609207

PORTARIA Nº 1606/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) SANDRA PELENTIR DISSEGNA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1607/2020

Publicação Nº 2609208

PORTARIA Nº 1607/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) SOLANGE APARECIDA NOHATTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) SOLANGE APARECIDA NOHATTO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1608/2020

Publicação Nº 2609210

PORTARIA Nº 1608/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) SUSANE DIAS DE DEUS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) SUSANE DIAS DE DEUS, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1609/2020

Publicação Nº 2608365

PORTARIA Nº 1609/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) VANESSA APARECIDA TORRES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – II – ao(a) servidor(a) VANESSA APARECIDA TORRES, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1610/2020

Publicação Nº 2609212

PORTARIA Nº 1610/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) ANA PAULA DA SILVA ROVEDA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1611/2020

Publicação Nº 2609214

PORTARIA Nº 1611/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) DILSE BORTOLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) DILSE BORTOLI, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1612/2020

Publicação Nº 2609216

PORTARIA Nº 1612/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE SOUZA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1613/2020

Publicação Nº 2609218

PORTARIA Nº 1613/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ELIANE TORRI FURTADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) ELIANE TORRI FURTADO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1614/2020

Publicação Nº 2609219

PORTARIA Nº 1614/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) LUCIMAR MARIA BALDISSERA WALTER DE DEUS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) LUCIMAR MARIA BALDISSERA WALTER DE DEUS, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1615/2020

Publicação Nº 2609221

PORTARIA Nº 1615/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) PAULO DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) PAULO DE SOUZA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1616/2020

Publicação Nº 2609222

PORTARIA Nº 1616/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) VIVIANE CRISTINA JUNHO DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – III – ao(a) servidor(a) VIVIANE CRISTINA JUNHO DE OLIVEIRA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1617/2020

Publicação Nº 2609232

PORTARIA Nº 1617/2020 de 07/07/2020
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ANA PAULA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - LICITAÇÃO – ao(a) servidor(a) ANA PAULA DOS SANTOS, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1618/2020

Publicação Nº 2609233

PORTARIA Nº 1618/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) CLARICE APARECIDA FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - LICITAÇÃO – ao(a) servidor(a) CLARICE APARECIDA FAGUNDES, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1619/2020

Publicação Nº 2609234

PORTARIA Nº 1619/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) EDSON RICARDO ARMILIATO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - LICITAÇÃO – ao(a) servidor(a) EDSON RICARDO ARMILIATO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1620/2020

Publicação Nº 2609235

PORTARIA Nº 1620/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) LAÍS DA SILVA LESSE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - LICITAÇÃO – ao(a) servidor(a) LAÍS DA SILVA LESSE, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1621/2020

Publicação Nº 2609236

PORTARIA Nº 1621/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) RENATO SUTIL DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - LICITAÇÃO – ao(a) servidor(a) RENATO SUTIL DE OLIVEIRA, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1622/2020

Publicação Nº 2609237

PORTARIA Nº 1622/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - PREGÃO – ao(a) servidor(a) DAYANA TAIZE DOS SANTOS RIBEIRO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1623/2020

Publicação Nº 2609238

PORTARIA Nº 1623/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - PREGÃO – ao(a) servidor(a) HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1624/2020

Publicação Nº 2609239

PORTARIA Nº 1624/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) MAURO CESAR GONÇALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - PREGÃO – ao(a) servidor(a) MAURO CESAR GONÇALVES, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1625/2020

Publicação Nº 2609231

PORTARIA Nº 1625/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) ELENITA APARECIDA GRANZOTTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - TESOURARIA – ao(a) servidor(a) ELENITA APARECIDA GRANZOTTO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1626/2020

Publicação Nº 2609241

PORTARIA Nº 1626/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) EDENILSON PATRICK MORESCO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - CI – ao(a) servidor(a) EDENILSON PATRICK MORESCO, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1627/2020

Publicação Nº 2609242

PORTARIA Nº 1627/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) JOAO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - CI – ao(a) servidor(a) JOAO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1628/2020

Publicação Nº 2609243

PORTARIA Nº 1628/2020 de 07/07/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO(A) SERVIDOR(A) BRUNA ZANDONA MARCON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – GFDE - OUVIDORIA – ao(a) servidor(a) BRUNA ZANDONA MARCON, junto a Secretaria de Administração e Fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1658/2020

Publicação Nº 2609251

PORTARIA Nº 1658/2020 DE 21/07/2020

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CATIA REGINA ALVES XAVIER FESTUGATTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao(a) servidor(a) CATIA REGINA ALVES XAVIER FESTUGATTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1659/2020

Publicação Nº 2609246

PORTARIA Nº 1659/2020 de 22/07/2020

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO (A) SERVIDOR (A) EDSON MARTINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao (a) servidor (a) EDSON MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, gratificação por titulação referente à conclusão do curso de Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1662/2020

Publicação Nº 2609255

PORTARIA Nº 1662/2020 DE 23/07/2020

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1496/2020 DE 21/06/2020, DO SERVIDOR ANDERSON LUIZ SOARES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos/SC, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica do Município de conformidade com o disposto no §3 do Art.18 da Lei Complementar 01/1998 de 15/12/1998, retifica a portaria nº 1496/2020 de 21 de junho de 2020.

ONDE SE LÊ:

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANDERSON LUIZ SOARES referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 à 19/01/2016 a serem gozadas no período de 21/06/2020 à 20/07/2020.

LEIA-SE

Conceder Férias Regulamentares de 30 dias ao (a) servidor (a) ANDERSON LUIZ SOARES referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 à 19/01/2016 a serem gozadas no período de 21/05/2020 à 19/06/2020.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2020.

Campos Novos, 23 de julho de 2019.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1668/2020

Publicação Nº 2609244

PORTARIA Nº 1668/2020 de 23/07/2020

NOMEIA O(A) SERVIDOR(A) RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear o(a) servidor(a) RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO, para o cargo em comissão de SECRETARIO, junto a SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 01 de julho de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1670/2020

Publicação Nº 2609247

PORTARIA Nº 1670/2020 DE 24/07/2020
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARILUCI RAMOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARILUCI RAMOS no período de 16/07/2020 a 12/11/2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1671/2020

Publicação Nº 2609249

PORTARIA Nº 1671/2020 DE 24/07/2020
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ELAINE CRISTINA DA CRUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ELAINE CRISTINA DA CRUZ no período de 24/07/2020 a 20/11/2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1672/2020

Publicação Nº 2609250

PORTARIA Nº 1672/2020 DE 24/07/2020
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR AVELINO SILVESTRE JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao(a) servidor(a) AVELINO SILVESTRE JUNIOR pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 16 de julho de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1673/2020

Publicação Nº 2609252

PORTARIA Nº 1673/2020 DE 28/07/2020

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR ANTONIO ADAIR CORDEIRO DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao(a) servidor(a) ANTONIO ADAIR CORDEIRO DOS SANTOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 187/2020

Publicação Nº 2608937

DECRETO Nº. 187/2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 1.647.900,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil e novecentos reais), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.267.900,00

Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

II)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 380.000,00

Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a crescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 1.647.900,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil e novecentos reais), observando a arrecadação prevista e a arrecadação efetivada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23813	2.916.180,84	4.564.080,84	1.647.900,00	1.647.900,00
TOTAL				1.647.900,00

Fonte: SMAFO 2020

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 1.606.308,13 (um milhão, seiscentos e seis mil e trezentos e oito reais e treze centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.606.308,13

Recurso 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 1.606.308,13 (um milhão, seiscentos e seis mil e trezentos e oito reais e treze centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.267.900,00

Recurso 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

II)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 338.408,13

Recurso 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 13 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 188/2020

Publicação Nº 2608965

DECRETO Nº. 188/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.535 de 14/08/2020, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 23001: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para Todos

Ação 2.10 – Manutenção da Sec Mun de Habitação

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.000,000

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 232.442,34 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.760,00

Recurso 23588 – Transf. FNAS Ações do COVID no SUAS para Alimentos

II)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.39 – Ações de Média Complexidade – PETI/CREAS/APAE

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 75.182,34

Recurso 23509 – Transf. FNAS Inc. Temp. Prot.Social Especial Covid-19

III)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.110 – Ações de Proteção Social Básica – SCFV/CRAS

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 154.500,00

Recurso 23549 – Transf. FNAS Inc. Temp. Prot.Social Básica Covid-19

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 232.442,34 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23588	2.760,00	5.520,00	2.760,00	2.760,00
23509	75.182,34	150.364,68	75.182,34	75.182,34
23549	154.500,00	309.000,00	154.500,00	154.500,00
TOTAL				232.442,34

Fonte: SMAFO 2020

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 189/2020

Publicação Nº 2608968

DECRETO Nº. 189/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.536 de 14/08/2020, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 2.268.019,94 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e dezenove reais e noventa e quatro centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000.000,00

Recurso 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 48.332,79

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

III)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 105.000,00
 Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

IV)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 237.710,35
 Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

V)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00
 Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VI)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Função 04: Administração
 Subfunção 122: Administração Geral
 Programa 03: Modernização Administrativa
 Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 47.703,72
 Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VII)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 179.273,08
 Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VIII)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00
 Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

IX)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

X)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 2.268.019,94 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e dezenove reais e noventa e quatro centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000.000,00

Recurso 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 48.332,79

Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 105.000,00

Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

IV)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 1.2 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 237.710,35

Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

V)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VI)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 1.1 – Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.732,10

Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VII)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 11001: Secretaria Munic. de Planej. e Orçamento

Função 04: Administração

Subfunção 121: Planejamento e Orçamento

Programa 07: Planejamento Eficaz

Ação 2.21 – Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.715,00

Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VIII)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 28.256,62

Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

IX)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 429.273,08

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

X)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 1.479.686,87 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 200.000,00

Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 04: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 03: Modernização Administrativa

Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 450.000,00

Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 04: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 03: Modernização Administrativa

Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 79.686,87

Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

IV)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 750.000,00

Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, o valor de R\$ 1.479.686,87 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Provável Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
15300	2.640.507,42	4.439.060,61	1.798.553,19	1.479.686,87
TOTAL				1.479.686,87

Fonte: SMAFO 2020

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 190/2020

Publicação Nº 2608971

DECRETO Nº. 190/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 152.100,00

Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

II)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 342.900,00

Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), observando a arrecadação prevista e a arrecadação efetivada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23813	4.564.080,84	5.059.080,84	495.000,00	495.000,00
TOTAL				495.000,00

Fonte: SMAFO 2020

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 15.438,07 (quinze mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452; Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.25 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas15.438,07

Recursos 31200 – Conv. Trânsito – Pref. - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no

Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 15.438,07 (quinze mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

11200	Conv. Trâns. SSP/SC - Prefeitura	13.051,05*
31200	Conv. Trânsito – Pref. – Superávit	2.387,02*
TOTAL		15.438,07

Fonte: SMAFO/2020

*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fontes de recursos (11200 e 31200).

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 193/2020

Publicação Nº 2608974

DECRETO Nº. 193/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 100.667,48 (cem mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.6 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 55.931,00
Recurso 34300 – Progr. Nac. Alim. – Ens. Fund. - Superávit

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Ação 2.6 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 995,00
Recurso 34330 – Progr. Nac. Alim. – Mais Educação – Superávit

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.6 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.221,02
 Recurso 34340 – Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE – Superávit

IV)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.50 – Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 17.710,93
 Recurso 34310 – Progr. Nac. Alim. Pré-Escola – PNAP - Superávit

V)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.50 – Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 23.590,37
 Recurso 34320 – Progr. Nac. Alim. Creche – PNAC – Superávit

VI)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.28 – Manutenção da Alimentação do EJA
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 219,16
 Recurso 34350 – Progr. Nac. Alim. Jovens e Adultos – EJA - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R \$ 100.667,48 (cem mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

13710	Progr. Nac. Alim. – Ens. Fund.	21.837,57
13720	Progr. Nac. Alim. Pré-Escola – PNAP	2.816,20
13730	Progr. Nac. Alim. Creche – PNAC	10.579,53
13740	Progr. Nac. Alim. – Mais Educação	362,21
13750	Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE	1.296,29
13760	Progr. Nac. Alim. Jovens e Adultos – EJA	185,79
33710	Progr. Nac. Alim. – Ens. Fund. – Superávit	56,97
33720	Progr. Nac. Alim. Pré-Escola – PNAP – Superávit	161,88
33730	Progr. Nac. Alim. Creche – PNAC – Superávit	19,35
33740	Progr. Nac. Alim. – Mais Educação – Superávit	44,82
33750	Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE – Superávit	22,45
33760	Progr. Nac. Alim. Jovens e Adultos – EJA – Superávit	33,37
13710	Progr. Nac. Alim. – Ens. Fund.	33.837,80*
13720	Progr. Nac. Alim. Pré-Escola – PNAP	13.172,73*
13730	Progr. Nac. Alim. Creche – PNAC	12.991,49*
13740	Progr. Nac. Alim. – Mais Educação	587,97*
13750	Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE	464,00*

33710	Progr. Nac. Alim. – Ens. Fund. – Superávit	198,66*
33720	Progr. Nac. Alim. Pré-Escola – PNAP – Superávit	1.560,12*
33750	Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. – AEE – Superávit	438,28*
TOTAL		100.667,48

Fonte: SMAFO/2020

*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fontes de recursos (13710, 13720, 13730, 13740, 13750, 33710, 33720, 33750).

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.535 DE 14/08/2020

Publicação Nº 2607825

LEI Nº. 6.535 DE 14/08/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 23001: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para Todos
Ação 2.10 – Manutenção da Sec Mun de Habitação
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 110.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 232.442,34 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.760,00

Recurso 23588 – Transf. FNAS Ações do COVID no SUAS para Alimentos

II)
Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.39 – Ações de Média Complexidade – PETI/CREAS/APAE

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 75.182,34

Recurso 23509 – Transf. FNAS Inc. Temp. Prot.Social Especial Covid-19

III)
Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.110 – Ações de Proteção Social Básica – SCFV/CRAS

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 154.500,00

Recurso 23549 – Transf. FNAS Inc. Temp. Prot.Social Básica Covid-19

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação, o valor de até R\$ 232.442,34 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação efetivada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23588	2.760,00	5.520,00	2.760,00	2.760,00
23509	75.182,34	150.364,68	75.182,34	75.182,34
23549	154.500,00	309.000,00	154.500,00	154.500,00
TOTAL				232.442,34

Fonte: SMAFO 2020

Art. 5º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

LEI Nº 6.536 DE 14/08/2020

Publicação Nº 2607823

LEI Nº. 6.536 DE 14/08/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 2.268.019,94 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e dezenove reais e noventa e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000.000,00

Recurso 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 48.332,79

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 105.000,00

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

IV)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 237.710,35

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

V)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VI)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 04: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 03: Modernização Administrativa

Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 47.703,72

Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VII)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 179.273,08

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VIII)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

IX)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

X)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de até R\$ 2.268.019,94 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e dezenove reais e noventa e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000.000,00
 Recurso 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras

II)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 48.332,79
 Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

III)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 105.000,00
 Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

IV)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 1.2 – Construções, ampliações e reformas de CEI's
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 237.710,35
 Recurso 10100 –Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

V)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00
 Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

VI)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 1.1 – Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 16.732,10
 Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VII)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 11001: Secretaria Munic. de Planej. e Orçamento
 Função 04: Administração
 Subfunção 121: Planejamento e Orçamento
 Programa 07: Planejamento Eficaz
 Ação 2.21 – Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.715,00
 Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

VIII)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
 Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 28.256,62
 Recurso 35000 – Recursos da Cessão Onerosa do Leilão do Petróleo - Superávit

IX)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.5 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 429.273,08
 Recurso 13600 – Salário Educação - FNDE

X)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.8 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00
 Recurso 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 1.479.686,87 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 5001: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 05: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Ação 2.7 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 200.000,00
 Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

II)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Função 04: Administração
 Subfunção 122: Administração Geral
 Programa 03: Modernização Administrativa
 Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 450.000,00
 Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

III)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Função 04: Administração
 Subfunção 122: Administração Geral
 Programa 03: Modernização Administrativa
 Ação 2.3 – Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 79.686,87
 Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

IV)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
 Ação 2.22 – Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 750.000,00
Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art. 5º, II- B) Sem destinação Específica

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, o valor de até R\$ 1.479.686,87 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Provável Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
15300	2.640.507,42	4.439.060,61	1.798.553,19	1.479.686,87
TOTAL				1.479.686,87

Fonte: SMAFO 2020

Art. 5º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1080/2020

Publicação Nº 2608983

PORTARIA Nº. 1080/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a desfrutar no período de 01/09/2020 a 30/09/2020, conforme Memorando nº 10.745/SMS/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1086/2020

Publicação Nº 2607864

PORTARIA Nº. 1086/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora LUANA SCHIMASKI DE FARIAS, que exerce o cargo de Coordenador de Gabinete, junto ao Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 17/08/2020 a 31/08/2020, conforme Memorando nº 13.995/GAB/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 02/2020

Publicação Nº 2608622

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº FMAS 02/2020, QUE TEM POR EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS AO FECHAMENTO DO CRAS I (LURDES BERNADETE F. HAAG), SITUADO NA RUA FREDERICO KOHLER, Nº 1098, CAMPO D'ÁGUA VERDE (CAV) E DO CRAS III (MIGUEL GOGOLA), SITUADO NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, Nº620, PIEDADE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de maio do ano de 2020, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Roberto Ivan Ludka, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 1025/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, representada pelo Sr. Antonio Claudio Tascheck. Primeiramente foi verificado todo o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A empresa WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em análise à documentação apresentada, a comissão de licitação identificou que a empresa deixou de apresentar comprovação do item 6.2.6 do edital, motivo que inabilita a empresa no certame. Considerando que a empresa foi a única interessada e a previsão do artigo 48, §3º da lei 8.666/93, a comissão concedeu o prazo de 08 dias previsto no artigo supracitado. Como a empresa regularizou o fato que a tornou inabilitada ainda durante a sessão, conforme protocolo 4.806/2020, levando ainda em conta o princípio constitucional da eficiência, a Comissão de Licitação declarou a empresa WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI HABILITADA no certame. Aberta a palavra ao participante, o mesmo declinou de usá-la. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja a empresa WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o valor para execução da totalidade do serviço previsto no edital ficou assim distribuído: em 1º lugar a empresa WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, com o valor GLOBAL de R\$ 41.247,71. A comissão DECLAROU vencedora a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA EIRELI do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 41.247,71. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro Roberto Ivan Ludka
Presidente Secretário

José Carlos Herbst
Membro

Andreia Fontana Kauva
Membro

WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE RDC Nº FMS 01/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2608594

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
EDITAL DE RDC Nº. FMS 01/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/09/2020, às 10h00min, licitação para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA FARMÁCIA MUNICIPAL DO CAMPO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Recebimento de propostas até às 09h00min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 09/09/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 14/2020

Publicação Nº 2608532

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 14/2020

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TELHAS PARA COBERTURA COM 500,00 M² EM TELHA TRAPÉZIO AT NATURAL 40X0,43 MM, FIXADAS COM HASTE PARA TELHA 14X300 MM, NO GALPÃO DE RECICLAGEM.

Contratada: COBERTURA NACIONAL LTDA (CNPJ: 80.359.250/0001-51).

Valor do contrato: R\$ 16.626,13 (dezesseis mil e seiscentos e vinte e seis reais e treze centavos).

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 09/2020

Publicação Nº 2608526

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 09/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: BASSANI & SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ: 17.399.704/0001-81).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR EXAMES DE ULTRASSOM ABDÔMEN TOTAL, ULTRASSOM VIAS URINÁRIAS, ULTRASSOM ARTICULAÇÃO, ULTRASSOM COM DOPLER TRÊS OU MAIS VASOS E DOPLER DE CARÓTIDAS E DENSITOMETRIA, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 01/2020.

Valor: R\$ 44.821,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos e vinte e um reais).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 10/2020

Publicação Nº 2608530

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 10/2020

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Caput do art. 25, da Lei 8.666/93.

Contratado: ZANOLLA SCHNAIDER S/S LTDA (CNPJ: 04.769.513/0001-12).


Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR EXAMES DE ECOCARDIOGRAFIA E TESTE DE ESFORÇO, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 01/2020.

Valor: R\$ 47.101,43 (quarenta e sete mil e cento e um reais e quarenta e três centavos).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N PMC 17.2020

Publicação Nº 2608436

 <p>Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br</p>	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1613-0339-182	Página 1 / 1
---	--------------------------	--	-----------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO


Licitação: TP17/2020		Modalidade: Tomada de Preço		Registro de preço: Não		Controla quantidade: Sim	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DO LETREIRO DE CANOINHAS-SC, NA PRAÇA LAURO MULLER E EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DE REFORMA DE UM BANHEIRO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO BANDEIRACOM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.							
Fornecedor: 12309 - JKAMALLE COMUNICACAO VISUAL EIRELI							
CPF/CNPJ: 12.447.451/0001-50		Valor total (R\$):		Quantidade		Valor unitário (R\$)	
Data 14/08/2020		Material/Serviço/Denominação 1 65031 - CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DO LETREIRO DE CANOINHAS-SC, NA PRAÇA LAURO SERVIÇO MULLER		1,00000		24.375,00	
		Un. Medida		Valor total (R\$):		Valor total (R\$)	
		24.375,00		24.375,00		24.375,00	
Total de licitações adjudicadas: 1				Total Geral Adjudicado (R\$):			
				24.375,00			
Total de licitações adjudicadas: 1				Total Geral Adjudicado (R\$):			
				24.375,00			

Winston Beyersdorff Lucchiar
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO FMS 27.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2608406

 Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1302-5934-215	Página 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE27/2020 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DA COVID-19 DESTINADOS A INVESTIGAÇÃO, TESSATAGEM E ISOLAMENTO DE CASOS, A FIM DE AVALIAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA CONTER O AVANÇO DA DOENÇA E A REDUÇÃO DO RISCO DE DISSEMINAÇÃO DO COVID-19 NO MUNICÍPIO.

Fornecedor: 12384 - TECMEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. **CPF/CNPJ:** 05.638.301/0001-69 **Valor total (R\$):** 48.750,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/08/2020	1	65269 - TESTE RAPIDO PARA DETECÇÃO DE COVID-19. Marca: SHENZHEN WAITMIND	UNIDADE	2.500,00000	19,50000	48.750,00
Total Adjudicado (R\$):						48.750,00

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 48.750,00**

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 125, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - DESMEMBRAMENTO

Publicação Nº 2608743

DECRETO Nº 125 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova desmembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que Institui a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que é requerente Rosseti Industrial e Comercio Ltda Me inscrita no CNPJ sob nº 11.490.625/0001-03 referente ao imóvel com área de 75.247,56m² (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e sete vírgula cinquenta e seis metros quadrados), matriculada na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº sob 27.340, 2 BC, Pg.177, de propriedade do requerente.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total Matrícula nº 27.340	75.247,56 m ²
a) Área Desmembrada - lote nº 05, quadra 549	9.769,04 m ²
b) Área Remanescente	65.478,52 m ²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 14 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PMC TA 001/202 C241

Publicação N° 2608682

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA 001/2020 C241 - Contrato N°: 0241/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: REC-LOG RESIDUOS EIRELI - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/09/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 81/2017

Processo_Licitatório....: 000108 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente TERMO ADITIVO é a PRORROGAÇÃO DO PRAZO da vigência do contrato até a data de 31/12/2020, conforme solicitação, autorização da Secretaria competente, Parecer Jurídico nº 162/2020 e demais documentos anexados ao Processo Licitatório.

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0137/2020

Publicação N° 2607827

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0137/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: ODETE DAMBROS KUNZ

Valor.: 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência.: Início: 14/08/2020 Término: 16/08/2021

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 43/2020 Processo_Licitatório.: 00091 / 2020

Recursos.: Dotação:

Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior no Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0138/2020

Publicação Nº 2607834

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0138/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: JAIRO POLO

Valor.....: 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência.....: Início: 14/08/2020 Término: 16/08/2021

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2020 Processo_Licitatório.....: 00091 / 2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior no Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0139/2020

Publicação N° 2607836

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0139/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: PEDRO FRANCISCO CUSO

Valor.: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência.: Início: 14/08/2020 Término: 16/08/2021

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 43/2020 Processo_Licitatório.:
00091 / 2020

Recursos.: Dotação:

Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para
manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior no
Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0140/2020

Publicação N° 2607843

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0140/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: IVANOR DE SOUZA

Valor.: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência.: Início: 14/08/2020 Término: 16/08/2021

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 43/2020 Processo_Licitatório.:
00091 / 2020

Recursos.: Dotação:

Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para
manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior no
Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0141/2020

Publicação Nº 2608655

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0141/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: LUBRE MAIS COMERCIO E SERVICOS DE LUBRIFICANTES E

Valor.: 29.229,80 (vinte e nove mil duzentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)

Vigência.: Início: 17/08/2020 Término: 17/08/2021

Licitação.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 39/2020 Processo_Licitatório.: 00080 / 2020

Recursos.: Dotação:

Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Óleos

Lubrificantes destinados a manutenção da Frota da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0142/2020

Publicação N° 2608657

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0142/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI

Valor.: 37.859,10 (trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos)

Vigência.: Início: 17/08/2020 Término: 17/08/2021

Licitação.: PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 39/2020 Processo_Licitatório.: 00080 / 2020

Recursos.: Dotação:

Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção da Frota da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

PMC CONTRATO 0143/2020

Publicação N° 2608664

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0143/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI

Valor.....: 5.198,00 (cinco mil cento e noventa e oito reais)

Vigência.....: Início: 17/08/2020 Término: 17/08/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 39/2020 Processo_Licitatório.....: 00080 / 2020

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção da Frota da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Agosto de 2020

Catanduvas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020

Publicação Nº 2609282

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, inscrito no CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0031/2020, para Registro de Preços nº 0026/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BATERIAS CHAPECÓ LTDA**, com sede na Rua Francisco Alves, 71 "D", Bairro Passo dos Fortes, município de Chapecó – SC, CEP 89.805-096, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.038.316/0001-09, representada neste ato pelo Sr. Kleiton Silvani, portador do CPF/MF nº 007.770.189-50, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de mão de obra em manutenção elétrica de veículos pertencentes à frota oficial do município de Catanduvas - SC e entidades participantes, bem como a aquisição de baterias automotivas**, no atendimento ao Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos produtos será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
6	14	UN	PREMIUM	Bateria automotiva 180 Amperes, com peso aproximado 44 kg; RC mínimo de 330; CCA mínimo 1000; 12 volts; selada; livre de	580,00	8.120,00

				manutenção; com troca do casco; produto conforme portaria INMETRO nº 299 de 14 de junho de 2012; garantia mínima de 12 meses.		
8	8	UN	PREMIUM	Bateria automotiva de 90 Amperes, com peso aproximado de 21 kg; RC mínimo de 160; CCA mínimo de 550; 12 volts; com troca do casco; selada; livre de manutenção; (lado direito ou lado esquerdo); produto conforme portaria INMETRO nº 299 de 14 de junho de 2012; garantia mínima de 12 meses da data da entrega.	320,00	2.560,00
TOTAL						R\$ 10.680,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme

disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - -SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2.** Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3.** Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4.** Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5.** Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais

cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.** Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0031/2020** e a proposta da Detentora da Ata.
- 2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
- 4.** E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas (SC), 14 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

KLEITON SALVANI
Baterias Chapecó Ltda
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0072/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020

Publicação Nº 2609283

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0072/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020**

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, inscrito no CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0031/2020, para Registro de Preços nº 0026/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES AUTO ELÉTRICA**, com sede Rua Valentin Bittencourt, 2.341, Bairro Cidade Jardim, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.979.817/0001-60, resenteda neste ato pelo Sr. Claudemir Messias Rodrigues, portador do CPF/MF nº 044.226.709-64, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de mão de obra em manutenção elétrica de veículos pertencentes à frota oficial do município de Catanduvas - SC e entidades participantes, bem como a aquisição de baterias automotivas**, no atendimento ao Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos produtos será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	950	HR	CLAUDEMIR	Serviço de mão de obra, com instalação e manutenção da partes elétrica de veículos	30,00	28.500,00

Fl. 1/6

				leves e médios, incluindo deslocamento (socorro).		
2	875	HR	CLAUDEMIR	Serviço de mão-de-obra, com instalação e manutenção da parte elétrica de micro ônibus, ônibus, caminhões e máquinas pesadas, incluindo deslocamento (socorro).	20,00	17.500,00
3	40	SRV	CLAUDEMIR	Serviço de scanner em veículos leves, médios e pesados.	20,00	800,00
5	19	UN	MAXION	Bateria automotiva 110 Amperes, peso aproximado de 25 kg; RC mínimo de 150; CCA mínimo 670; 12 volts; selada, livre de manutenção; com troca do casco; produto conforme portaria INMETRO n° 299 de 14 de junho de 2012; garantia mínima de 12 meses da data da entrega.	280,00	5.320,00
TOTAL						R\$ 52.120,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - -SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período,

sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.** Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0031/2020** e a proposta da Detentora da Ata.
- 2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
- 4.** E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas (SC), 14 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES
Claudemir Messias Rodrigues Auto Elétrica
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020

Publicação Nº 2609284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0073/2020

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2020**

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, inscrito no CPF/MF sob nº 195.397.549-68, nos termos, da Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 1.649/2010 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 0031/2020, para Registro de Preços nº 0026/2020**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **COMÉRCIO DE BATERIAS ATÔMICA EIRELI**, com sede na Rua Sergipe, 212 “D”, Bairro Santo Antônio, município de Chapecó – SC, CEP 89.815-115, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.338.282/0001-53, representada neste ato pela Sra. Claudete Terezinha Perosso, portadora do CPF/MF nº 642.660.529-87, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de mão de obra em manutenção elétrica de veículos pertencentes à frota oficial do município de Catanduvas - SC e entidades participantes, bem como a aquisição de baterias automotivas**, no atendimento ao Município de Catanduvas - SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos produtos será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
4	30	UN	PROTONS	Bateria automotiva 60 Amperes, com peso aproximado de 14 kg; RC mínimo de 90; CCA mínimo 400; 12 Volts, selada, livre de	145,00	4.350,00

Fl. 1/6

				manutenção, com troca do casco; (lado esquerdo ou lado direito); produto em conformidade com a portaria INMETRO nº 299 de 14 de junho de 2012, garantia mínima de 12 meses da data de entrega.		
7	6	UN	PROTONS	Bateria automotiva 45 amperes. com peso aproximado de 11 kg; RC mínimo de 60; CCA mínimo de 300; 12 volts; com troca do casco; selada; livre de manutenção; (lado esquerdo ou lado direito); produto conforme portaria INMETRO nº 299 de 14 de junho de 2012; garantia mínima de 12 meses da data de entrega.	135,00	810,00
					TOTAL	R\$ 5.160,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - -SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período,

sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.** Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0031/2020** e a proposta da Detentora da Ata.
- 2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
- 4.** E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas (SC), 14 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

CLAUDETE TEREZINHA PEROSSO
Comércio de Baterias Atômica Eireli
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

CONTRATO FMS Nº 0012/2020

Publicação Nº 2609289

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0012/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020 PMC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020 PMC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERIAS S.A.

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Catanduvas – SC.
Vigência do Contrato: 14/08/2020 a 14/08/2021

Valor Contratual: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
08.001.10.301.0015.2033.3.3.90	363	09/2020	Cofinanciamento

Catanduvas – SC, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CONTRATO FMS Nº 0013/2020

Publicação Nº 2609292

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0013/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020 PMC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020 PMC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERIAS S.A.

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Catanduvas – SC.
Vigência do Contrato: 14/08/2020 a 14/08/2021

Valor Contratual: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
08.001.10.301.0015.2033.3.3.90	363	09/2020	Cofinanciamento

Catanduvas – SC, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CONTRATO PMC Nº 0044/2020

Publicação Nº 2609293

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0044/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERIAS S.A.

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Catanduvas – SC.
Vigência do Contrato: 14/08/2020 a 14/08/2021

Valor Contratual: R\$ 10.480,00 (dez mil quatrocentos e oitenta reais)

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
03.001.04.122.0003.2004.3.3.90	100	09/2020	Recursos Ordinários
04.001.12.361.0004.2011.3.3.90	136	35/2020	Salário Educação

Catanduvas – SC, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

EDITAL DE REVISÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2019 EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DE 16/09/2019

Publicação Nº 2607994

EDITAL DE REVISÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Edital de Contribuição de Melhoria nº 01/2019

Edital de Lançamento de Contribuição de Melhoria de 16/09/2019

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei Federal nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 17/2001, e da Lei Municipal nº 2.654/2018 e nos termos do Edital de Contribuição de Melhoria 01/2019,

Considerando que à Administração é facultado rever ou anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

Considerando que no Edital de lançamento ora revisto constou equivocadamente como custo da obra o valor de R\$ 369.579,98 (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos);

Considerando que o valor real da obra acabou sendo reduzido, após licitação e termo aditivo contratual, para o valor de R\$ 328.322,72, reduzindo-se, portanto, o valor a ser financiado pela contribuição de melhoria instituída;

Considerando que a Administração não pode cobrar do contribuinte valor superior ao custo da obra e, no caso em apreço, valor superior a 50% do custo efetivo da obra, nos termos do §5º do art. 4º da Lei Municipal nº 2.654/2018;

Considerando o que prescreve os artigos 145, 146 e 149 do Código Tributário Nacional, que tratam da revisão do lançamento tributário:

Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: a) impugnação do sujeito passivo; b) recurso de ofício; c) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I – quando a lei assim o determine;

II – quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV – quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII – quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII – quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX – quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, da REVISÃO DO LANÇAMENTO da Contribuição de Melhoria das obras executadas Rua Severiano Guerreiro, entre a Rua Júlio de Castilhos e a Rua João Anísio Borges Guerreiro, efetivada através do Edital 01/2019 de 16 de setembro de 2019, nos seguintes termos:

01. CUSTO DA OBRA:

Revisa-se o custo das obras descrito no item 5 do Edital de Contribuição de Melhoria nº 01/2019 para o valor de R\$ 328.322,72 (trezentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), conforme descrito no item 5 do Edital de Contribuição de Melhoria nº 01/2019.

02. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO:

Revisa-se o valor que caberá aos contribuintes beneficiados com a obra pagarem através da Contribuição de Melhoria, para o valor de R\$ 164.161,36 (cento e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e trinta e seis centavos).

03. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

O lançamento fiscal (e a notificação do contribuinte) ocorrerá após 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital.

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante. A decisão proferida sobre a impugnação deverá manter ou anular os valores lançados.

Sendo mantido o valor do lançamento, retoma-se, da notificação do contribuinte, a contagem do prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

04. DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga nas seguintes condições:

I. No prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação de lançamento, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do lançamento; ou

II. Em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, atualizadas pela UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, em valor mínimo de 25 (vinte e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal;

III. Ao contribuinte que não efetuar o pagamento da contribuição de melhoria no prazo do inciso I deste artigo, será concedido automaticamente o parcelamento em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais;

IV. Os contribuintes que já tenham pago alguma parcela do tributo com base no lançamento anterior, ora revisado, terá direito à compensação ou restituição, conforme o caso.

05. DO ANEXO:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I – PLANILHA DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CUSTO DA OBRA E VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

06. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalterados os demais elementos do Edital de lançamento de 16 de setembro de 2019.

Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Catanduvas, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DO SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 9091/2020

Publicação Nº 2607870

PORTARIA P/9091/2020, de 14.08.2020,

“Altera período de contratação de,
LILIANE APARECIDA CHESTER LINS”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 001/2019 e Homologação de resultado final do Concurso Público, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

ALTERA, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LILIANE APARECIDA CHESTER LINS, ocupante do Cargo de Assistente Social, Nível CE-81-A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020. (em substituição a Servidora Janete Couto de Oliveira que está em licença para concorrer a cargo eletivo).

Essa portaria tem seus efeitos a partir da presente data, revogando as disposições em contrário da portaria nº 8046/2020 de 02.01.2020.

Catanduvas, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: 8046/2020

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 130/2020

Publicação N° 2609071

*Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL*****DECRETO N°. 130, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.**

Cria o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Caxambu do Sul, para o Ano Eleitoral de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 71 da Lei Orgânica do Município de Caxambu do Sul e,

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais de 2020 serão realizadas em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores (Lei das Eleições);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional n. 107/2020, que dispõe sobre o novo calendário eleitoral de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução n.º 0601270-06.2020.6.00.0000/DF do TSE, a qual regulamenta as datas do novo calendário eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE n.º 23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral,

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme dispõe o caput do art. 37 da Constituição Federal;



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

CONSIDERANDO a necessidade de se prevenir eventuais responsabilidades dando ampla divulgação aos servidores públicos municipais, e demais agentes públicos ligados ao Poder Executivo Municipal, das vedações estabelecidas pela legislação eleitoral,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caxambu do Sul, o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Caxambu do Sul, para o Ano Eleitoral de 2020, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Ao Manual de que trata este Decreto será dada ampla divulgação, podendo ser disponibilizado seu inteiro teor na página eletrônica oficial do Município.

Art. 3º. Aplica-se aos representantes do Município nos conselhos municipais o Manual instituído neste Decreto, cujas orientações deverão ser observadas no decorrer do período eleitoral.

Art. 4º. Caberá a cada titular de Órgão da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sob pena de responsabilização, exercer permanentemente a fiscalização e o cumprimento das disposições previstas no Manual, bem como das demais normas legais aplicáveis no âmbito de suas respectivas áreas, que fixam as condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral.

Parágrafo único. Cabe aos ocupantes de cargos de direção e chefias orientarem e advertirem os servidores e agentes públicos vinculados às suas respectivas áreas quanto às proibições, condutas e cuidados a serem adotados no desempenho de suas funções, devendo ainda, comunicar aos seus superiores hierárquicos a ocorrência de quaisquer condutas vedadas, sob pena de caracterização de corresponsabilidade.

Art. 5º. Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação eleitoral pertinente à matéria e o contido na Lei Complementar Municipal nº 001/2001.

Parágrafo único. O agente público municipal que tomar conhecimento de que outro agente público, de qualquer nível hierárquico, órgão ou entidade, praticou ato contrário ao

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

disposto no Manual ou à Legislação Eleitoral, deverá comunicar de imediato, a autoridade superior, a fim de que tome as providências cabíveis.

Art. 6º. Fica determinado a todos os agentes públicos municipais, servidores ou não da administração direta ou indireta, que se abstenham de realizar os atos vedados na legislação eleitoral

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 17 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.

*Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL*****ANEXO ÚNICO****MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, PARA O ANO ELEITORAL DE
2020****1. APRESENTAÇÃO**

O ano de 2020 reserva no campo do direito eleitoral o sufrágio para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, exigindo assim, de todos os agentes públicos especial conduta prevista na Lei Federal nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores (Lei das Eleições).

Também, é obrigatório, a todos os agentes públicos do Município de Caxambu do Sul, o conhecimento do contido na Lei Complementar nº. 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades), na Lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que regem o pleito de 2020: Emenda Constitucional n. 107/2020, e Instrução nº 0601270-06.2020.6.00.0000/DF do TSE, que dispõe sobre o calendário eleitoral das eleições municipais de 2020 e Resolução TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral.

Diante deste cenário e comprometido com a lisura que o pleito merece, o Poder Executivo Municipal de Caxambu do Sul, a exemplo de outros municípios catarinenses edita e apresenta este Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Caxambu do Sul, para o Ano Eleitoral de 2020, visando disciplinar e reger a forma de atuação dos agentes públicos municipais, bem como estabelecer critérios na disponibilização dos recursos públicos.

2. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO

Para fins de aplicação da legislação eleitoral, o conceito de agente público é em sentido amplo e abrangente, inclusive, aqueles que não são servidores públicos, nas diferentes esferas

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

estatais (federal, estadual ou municipal). Para enquadramento nesta definição, adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997:

Art. 73. [...]

§ 1º *Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.*

Portanto, será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

- a) mandato: eleito (Presidente da República, Governador, Senador, Deputado, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador) ou escolhido, a exemplo dos juízes temporários da Justiça Eleitoral;
- b) cargo: nomeado por concurso público ou em comissão;
- c) emprego: contratado pelo regime celetista, por concurso público, processo seletivo ou temporariamente; e
- d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o juiz leigo e o conciliador no Juizado Especial Cível ou Criminal, o componente de comissão de concurso público, os terceirizados e entre outros.

3. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é impedir que seus atos venham “a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais” e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, consequentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo e abster-se da prática do ato.

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

4. CONDUTAS VEDADAS

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral que serão analisadas neste Manual, sem prejuízo das demais proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo.

4.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Art. 73. [...]

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária.

Em síntese, são vedados a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política.

Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE – REspe 24865 e EDAI 5135).

É igualmente vedada à propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) veiculada nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, standartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

O Tribunal Superior Eleitoral entendeu, através do R-Rp nº 425109-DF, que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada.

4.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS**Art. 73. [...]**

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos três Poderes.

Além disso, é proibido o uso dos equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, aparelhos de fax e conta de e-mail institucional.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político.

4.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS**Art. 73. [...]**

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei Federal nº 9.504/97).

O servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar de campanha eleitoral.

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

4.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS**Art. 73. [...]**

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº 9.504/97).

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Essa restrição deve ser observada, em conjunto com o § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97.

4.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR**Art. 73. [...]**

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: (Lei Federal nº 9.504/97).

Segundo a lei, a limitação ocorre apenas na circunscrição do pleito, ou seja, na esfera municipal.

A regra destina-se a evitar contratações de cunho eleitoreiro e perseguições por motivos eleitorais.

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

O Tribunal Superior Eleitoral entendeu, através do REspEI nº 27.563, que nem a área da educação enquadra-se em exceção, sendo vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

4.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei Federal nº 9.504/97).

Conforme a Resolução-TSE nº 23.606/2019, de 17 de dezembro de 2019, para estas eleições, nos três meses que antecedem o pleito, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

a) Convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que preveem o repasse de verbas, somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;

b) Convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciada e com cronograma pré-fixado; e

c) Convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais.

Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

4.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...]

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei Federal nº 9.504/97).

O sítio oficial da Prefeitura (<https://caxambudosul.atende.net/#!/tipo/inicial>)

) não poderá divulgar qualquer propaganda de ações. Ficam mantidas a disponibilização, no sítio oficial da Prefeitura, das leis, dos atos de procedimento licitatórios e outros em conformidade com a Lei Federal nº. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011.

Evita-se, com as vedações, o uso indevido da máquina pública por meio de abuso de poder, proibido pela legislação.

4.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**Art. 73. [...]**

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

A norma veda a Administração investir em publicidade, entre janeiro e junho do ano do pleito, o valor correspondente à média do que empregou licitamente no primeiro semestre dos três anos anteriores ao ano da eleição. Para o ano de 2020, por exemplo, considera-se a média de gastos dos primeiros semestres (janeiro à junho) dos anos de 2019, 2018 e 2017, levando-se em conta as despesas destes períodos oficialmente aprovadas.

4.8.1 – FLEXIBILIZAÇÃO DE GASTOS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

No segundo semestre de 2020, o município poderá realizar publicidade institucional de atos e campanhas destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia. Nesse sentido, não haveria nenhum impedimento do município propor a alteração do contrato de prestação de serviços mantida com rádios, reduzindo o tempo e o valor, a fim de manter a orientação da população sobre assuntos relacionados à pandemia.

4.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS**Art. 73. [...]**

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Portanto, 180 dias antes da eleição, até a posse dos eleitos é vedado revisão geral da remuneração dos servidores públicos na forma do inciso e artigo anterior (Resolução do TSE nº 22.252/2006).

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL**4.10. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS****Art. 73. [...]**

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

Esta norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos, sendo vedada a disponibilização gratuita, por meio de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação.

De acordo com esse parágrafo, a vedação se estende pelo “ano em que se realizar eleição”, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

- a) distribuição gratuita de bens;
- b) distribuição gratuita de valores; e
- c) concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

- a) estado de calamidade pública;
- b) estado de emergência; e
- c) programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações:

- a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 4.4, “Uso promocional de programas sociais”.

O Tribunal Superior Eleitoral entende que a doação de bens perecíveis está abrangida pela vedação (TSE, Petição nº 100080-DF).

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), entende que “para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito”.

4.11. ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73.

§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97).

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções.

Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria.

A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

4.12. INAUGURAÇÕES: CONTRATAÇÃO DE SHOWS

Art. 75. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97).

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

É proibida, nos três meses que antecederem as eleições, a contratação de *shows* artísticos para inauguração de obras. A inobservância desta vedação caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

4.13. INAUGURAÇÕES: COMPARECIMENTO NAS SOLENIDADES

Art. 77. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009) (Lei Federal nº 9.504/97).

Nos três meses que precedem o pleito é vedada a qualquer candidato a participação de inaugurações de obras públicas.

É importante salientar que o dispositivo veda a participação de candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade (lembrando o que dispõe o **item 4.12** acima), mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas.

Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, alerta-se para o disposto no o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que define que a violação das condutas enumeradas no art. 73 caracterizam atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos.

Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a *Internet* e a *Intranet*.

Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

- a) a utilização de computador, notebook/netbook ou *tablet* profissional para atos voltados à eleição;
- b) o uso do *e-mail* funcional para questões de campanha ou propaganda eleitoral;
- c) a divulgação ou aproveitamento de catálogo de *e-mails* formados ou obtidos na atividade pública; e
- d) a alimentação de páginas eletrônicas, *Twitter* ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual.

7. PROIBIÇÃO DE VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA POLÍTICA EM BENS PÚBLICOS OU QUE DEPENDAM DA CESSÃO OU PERMISSÃO DO PODER PÚBLICO

Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no caput deste artigo sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006) (Lei Federal nº 9.504/97).

Importante que os agentes públicos e principalmente as autoridades municipais atenham-se às regras de vedação, eis que, quando autorizadas e coniventes à veiculação irregular, tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, vale observar, o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

eleitorais e pelos juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei n. 9.504/97.

8. PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO EM PROPAGANDA ELEITORAL DE SÍMBOLOS, FRASES OU IMAGENS ASSOCIADAS OU SEMELHANTES ÀS UTILIZADAS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS.

Art. 40. O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR. (Lei Federal nº 9.504/97).

Veda-se a tentativa de demonstrar vinculação do partido, coligação ou candidato à Administração Municipal, captando benefícios com a utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou assemelhadas com as utilizadas oficialmente pelo Governo.

9. VEDAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Não obstante isso, ainda que para além do disposto na Lei Eleitoral, há que se mencionar que, de acordo com o estatuído no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, “*é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito*”.

Desta forma, faz-se necessário observar que as despesas que decorrerão das avenças/contratos efetivados deverão ser integralmente cumpridas no presente exercício financeiro ou, na hipótese de parcelas a serem pagas a posteriori, como ocorre com os projetos incluídos no Plano Plurianual, deverá ser garantida disponibilidade de caixa suficiente, caso não seja possível cumpri-las até tal prazo.

Note-se, conclusivamente, que o que se pretende impedir é a contratação referente às despesas que não possuam cobertura em orçamento. O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal não impede, contudo, a realização de contratações nos últimos oito meses do mandato eletivo, de objetos atrelados a projetos incluídos no Plano Plurianual, mesmo porque a

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

liquidação da dívida proveniente de tais projetos não se realizará mediante disponibilidade de caixa, e sim com verba prevista no orçamento correspondente.

Da mesma forma, deve-se observar o parágrafo único do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que ***“é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei”***.

Enquanto que alínea “b” do inciso IV, do artigo 38, da lei em comento, ***“proíbe no ultimo ano de mandato, as operações de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício”***.

10. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS. OBSERVAÇÕES FINAIS

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos e não desobriga ao atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual.

Nas demais situações não previstas expressamente pela legislação ou neste Manual, em que o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral, recomendam-se, sem prejuízo da elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância às normas cabíveis, que as condutas sejam pautadas por princípios dos Direitos Administrativo e Eleitoral, especialmente:

a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepor aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;

b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;

c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e

d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.

*Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL***

superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.

DECRETO Nº 0129/2020

Publicação Nº 2608753

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**
Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1444
Ano da Lei: 2019
Data da Lei: 28/11/2019

DECRETO Nº 129, de 17 de agosto de 2020

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2020, proveniente do Provável excesso de arrecadação no município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Saúde	05.001.0010.0301.0011.2026.33390000000000000000.01630023	180.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		41728101100000000000 - 01630023	180.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 17 de agosto de 2020

GLAUBER BURTET
PREFEITO

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 030-2020 - PMCN - SISTEMAS DE GESTÃO

Publicação Nº 2608593

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2020 - PMCN

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 28/08/2020.

Abertura: às 10h00 do dia 28/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 17 de agosto de 2020.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

AVISO TP 011-2020 - PASSEIOS RUA TIBÚRCIO

Publicação Nº 2608736

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação de passeios em paver em parte da Rua Tibúrcio Xavier de Oliveira, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar 202029250015.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Recebimento das propostas: até às 13h45 do dia 08/09/2020.

Abertura: dia 08/09/2020, às 14h00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Rua Orides Delfes Furtado, 739, Centro, SC, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 17 de agosto de 2020.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito

AVISO TP 012-2020 - PAVIMENTAÇÃO RUA ERADI FERNANDES

Publicação Nº 2608737

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2020

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação em lajotas sextavadas de parte da Rua Eradi Vaz Fernandes com recursos provenientes da Emenda Parlamentar 202022100018.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 08/09/2020.

Abertura: dia 08/09/2020, às 10h00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Rua Orides Delfes Furtado, 739, Centro, SC, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 17 de agosto de 2020.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 097, DE 14.08.2020

Publicação Nº 2608169

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 097, DE 14.08.2020

Homologa Resoluções nº 007/2020 e 008/2020, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado /SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções abaixo mencionadas, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Chapadão do Lageado-SC:

I – Resolução nº 007/2020, de 20.07.2020, que Aprova o Termo de Aceite referente a 2º parcela dos recursos Federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido a situação de emergência COVID-19, recursos destinados para compra de Equipamentos de Proteção Individual EPI, no Município de Chapadão do Lageado.

II - Resolução nº 008/2020, de 20.07.2020, que Aprova o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos referente a Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social e (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 20.07.2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº007/2020
Dispõe sobre Termo de Aceite – Emergência COVID-19, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 249/2019 de 08.08.2019, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº005/2020, RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Termo de Aceite referente a 2º parcela dos recursos Federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede devido a situação de emergência COVID-19, recursos destinados para compra de Equipamentos de Proteção Individual EPI, no Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Chapadão do Lageado, 20 de julho de 2020.

Vera Lucia Graci Demétrio
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº008/2020
Dispõe sobre o Cofinanciamento para Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 249/2019 de 08.08.2019, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº005/2020, RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos referente a Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social e (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Chapadão do Lageado, 20 de julho de 2020.

Vera Lucia Graci Demétrio
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2020

Publicação N° 2608305

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 85/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 53/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de agosto de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Esquadrias para execução de melhorias no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, localizado à Rua Erinete de Souza Machado, nº 172, Centro, Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

P O R T A R I A N° 294/2020

Publicação N° 2608013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIAN° 294/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2019/2020, para a servidora TATIANE DE SOUZA WALTRICK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 17.08.2020 à 15.09.2020, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA 293/2020

Publicação N° 2608073

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 293/2020

Nomeia Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 01/2020, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 9º, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 01/2020, designada para planejar, coordenar e acompanhar os procedimentos atinentes à realização do Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I - Isolete Sebold Pereira;
- II - Vera Lucia Graci Demétrio;
- III – Meirelein Grah Machado;
- IV - Nerci Ramos;
- V – Maiara Klettenberg Rode.

Art.3º Fica designada a Senhora Isolete Sebold Pereira, para presidir a comissão ora constituída.

Art.4º A organização, execução e julgamento do Concurso Público ficarão sob responsabilidade de empresa contratada, especializada na área, de acordo com o parágrafo único do art. 9º da LC nº 008/99, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA 295/2020

Publicação Nº 2608071

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 295/2020

Constitui Comissão Coordenadora do Processo Seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 040 de 15.05.2009, Decreto nº 075 de 15.12.2009 c/c o art. 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, designada para acompanhar e supervisionar o Processo, destinado a admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o "caput" do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I – Vanderlene Sotele Sebold;
- II – Meirelein Grach Machado;
- III – Adriana Martins;
- IV – Neusa Francisco Luckmann;
- V – Vera Lúcia Graci Demétrio.

Art.3º Para presidir a Comissão ora designada, fica nomeada a Senhora Vera Lúcia Graci Demétrio.

Art. 4º A elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo, ficarão por conta da Empresa Especializada, contrata pelo Município, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 296/2020

Publicação Nº 2608078

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 296/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença para tratamento de saúde, no período de 17.08.2020 à 23.08.2020, em favor da servidora pública, JOSIANE MACHADO DE PINHO matriculada sob o nº 1706/22, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - Nível III - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O período de afastamento será remunerado pelo Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 297/2020

Publicação N° 2608144

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 297/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença para tratamento de saúde, no período de 17.08.2020 à 23.08.2020, em favor do servidor público, JOSIR JACÓ KALBUSCH, matriculado sob o nº 223/02, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Atenção Básica a Saúde na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O período de afastamento será remunerado pelo Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 298/2020

Publicação N° 2608256

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 298/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 07 (sete) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença para tratamento de saúde, no período de 10.08.2020 à 16.08.2020, a servidora pública, ADENIZIA CLEONICE FARIAS SCHNEIDER, matriculada sob o nº 2292/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O período de afastamento será remunerado pelo Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 10.08.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de agosto de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.018/2020**

Publicação Nº 2607887

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº018/2020 de 10/08/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Sr. Claudio José Eduardo, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 39. Inciso VIII do Regimento.

Considerando o requerimento (PEDIDO) apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, ADRIANO VELHO, com registro CRC/SC n.24091/O, inscrito no CPF n.0613.340.739-53, ocupante do cargo de CONTADOR, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, nomeado pela Portaria n.015/2020 de 08.07.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/08/2020.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2020.

CLAUDIO JOSÉ EDUARDO
Presidente

EDSON HOFFMANN
Vice Presidente

JUARES SCHNEIDER
1º Secretário

MAURÍCIO DE ANDRADE
2º Secretario

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 455/20

Publicação N° 2608697

DECRETO SAF/Nº. 455/2020, de 07 de agosto de 2020.

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUÍREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º. Rafael Uggioni Colombo – Advogado; Leonardo de Fáveri Souza – Procurador Geral do Município; Domingos Gilnei Kossmann Soares – Assistente Administrativo; Laércio de Costa – Técnico em Contabilidade e Jucinei Scarpato – Assessor Executivo, para sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação das Emendas Parlamentares Impositivas, conforme Artigos 60-A, 60-B, 60-C, 60-D, 60-E, 60-F, 60-G, 60-H e 60-I da Lei Orgânica Municipal e da Emenda Constitucional nº. 86, de 17 de março de 2015.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 462/20

Publicação N° 2608705

DECRETO SAF/Nº. 462/2020, de 07 de agosto de 2020.

Designa Servidores para compor Comissão Especial de Patrimônio para Coordenar o Inventário de Regularização e Atualização Patrimonial necessária à adoção das novas normas contábeis.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições especialmente aquelas contidas no art. 45, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a adoção e o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

CONSIDERNADO a necessidade em realizar os procedimentos de ajustes para que o Balanço Patrimonial demonstre a sua realidade conforme as disposições contidas no MPCASP;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade em manter atualizado o Patrimônio Público conforme a Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 e;

CONSIDERANDO os prazos estabelecidos no anexo da Portaria 548/2015 – PIPCP, de 24 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Senhores LAERCIO DE COSTA e ANTONIO CARLOS FELTRIN, representantes da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento; SANDRA MARIA DE SOUZA e SILENE PERUCHI BONADEO, representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDAC; PAULA APARECIDA THOMAZ ZAVARIZE e PATRÍCIA DE LUCCA BASCHIROTO, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social; NAZARENO DA SILVA BORGES e LUIZ FELIPE DA SILVA GARCIA, representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural; DEISE CITTADIN e GIANE CARVALHO CARNIATO, representantes da Secretaria Municipal de Saúde; LAIR GREGÓRIO e MARENIR SANTA HELENA, representantes da Secretaria Municipal de Educação; NATANAEL CANDIOTTO e RITA ROMAGNA QUAREZEMIN, representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e LUIZ CARLOS GONÇALVES, representante da Câmara Municipal de Vereadores de Cocal do Sul, para comporem a Comissão Especial de Patrimônio para coordenar o Inventário de Regularização e Atualização Patrimonial necessária à adoção das novas normas de contabilidade, no âmbito do Poder Executivo.

Art. 2º Caberá ao Senhor LAÉRCIO DE COSTA presidir a Comissão, e a Senhora SANDRA MARIA DE SOUZA, secretária-la.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Patrimônio, além das atribuições de coordenação do Inventário de regularização e atualização patrimonial, terão poderes para identificação, contagem e conferência dos bens móveis do ativo permanente, bem como pelos ajustes

iniciais e demais procedimentos necessários a adequação às novas políticas contábeis relacionadas ao controle de bens patrimoniais.

Parágrafo único. Para a atuação e cumprimento das atribuições de que trata este artigo, a Comissão poderá contar com serviços terceirizados, devendo neste caso, acompanhar e ratificar os serviços realizados.

Art. 4º Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas ou relatórios e deverão integrar no processo de ajuste inicial ao término dos trabalhos de regularização patrimonial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 614/19, de 09 de dezembro de 2019 e as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Adm., Fazenda e
Planejamento

DECRETO SAF/N. 463/20

Publicação Nº 2608713

DECRETO SAF/Nº. 463/2020, de 07 de agosto de 2020.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS E BENS IMÓVEIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEIA:

Art. 1º LAÉRCIO DE COSTA, HOMERO DE BONA FILHO, LEONARDO DE BONNA, LUIZ CARLOS GONÇALVES, NATANAEL CANDIOTTO, RAFAEL UGGIONI COLOMBO, SOÊNIA MARIA ZACCARON BASTOS PINTO, MANOEL MARQUES DA SILVA, JHONYS PONCIANO e PEDRINHO CAUDURO, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Declarados Inservíveis e de Bens Imóveis de interesse do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se os efeitos do Decreto SAF/Nº. 238/20, de 17 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de agosto de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazenda e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 – FMS

Publicação Nº 2608798

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº16/2020 – FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA por intermédio de seu gestor, torna público a correção do edital de Pregão Eletrônico nº 16/2020 – FMS, cujo objeto é a contratação de empresa por preço máximo unitário (material e mão de obra) com recurso proveniente do Fundo Municipal de Saúde, para fabricação e montagem de mobiliário sob medida, a fim de atender as necessidades da Unidade de Estratégia da Família do Bairro Nazaré, Secretaria Municipal de Saúde, e Policlínica, localizadas neste Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "D" do edital, fica alterado para até dia 03 de setembro de 2020, às 08h15min, sendo que a abertura da licitação ocorrerá no dia 03 de setembro de 2020, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Concórdia, SC, 17 de agosto de 2020.

GEOVANI BEDIN
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2020 – FMAS

Publicação Nº 2608106

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2020 – FMAS

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, climatizadores, eletrodomésticos, mobiliário e equipamentos diversos, para atendimento das necessidades das unidades do Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos próprios, federais (IGD/PBF e IGD/SUAS) e estaduais (Básica Investimento e CREAS Investimento), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h do dia 17/08/2020.

Início da Sessão: dia 31/08/2020 as 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 17 de agosto de 2020.

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Gestora do FMAS

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 1/2020

Publicação Nº 2608979

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 1/2020

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna pública, pelo presente Edital, a disponibilidade de vagas, para fins de remoção, no Magistério Público Municipal, conforme Anexo I, considerando o disposto no Título VIII, Capítulo I, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

1. DO PEDIDO

1.1. Os interessados, ocupantes de cargos do magistério, deverão requerer a remoção, por escrito, através de documento direcionado à Secretaria Municipal de Educação – SEMED e protocolizado no Protocolo Geral localizado no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na forma do Anexo II deste Edital, até o dia 17 de setembro de 2020.

1.2. Somente serão analisados requerimentos cuja vaga conste no Anexo I deste Edital.

1.3. O tempo de serviço deverá constar no requerimento, Anexo II deste Edital, e o documento expedido pela Diretoria de Recursos Humanos – DRH, disponível no site www.concordia.sc.gov.br, Portal do Cidadão – Banner DRH – Serviços – Declaração Remoção, deverá ser juntado ao pedido, com a cópia da titulação, do comprovante de residência e da Carteira de Identidade.

1.4. Havendo mais de um interessado na vaga, a preferência na ocupação dar-se-á ao servidor que, pela ordem, obedecer aos seguintes critérios:

1.4.1. Maior tempo de serviço como servidor efetivo na área/disciplina na matrícula pretendida (efetivo ou estável, na forma do art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT) no Magistério Público do Município de Concórdia, SC;

0.3.0.1. O Atestado de Tempo de Serviço deverá ser emitido pelo candidato no site www.concordia.sc.gov.br, no Portal Cidadão – Banner DRH – Serviços – Declaração Remoção, considerando a data limite 30 de junho de 2020;

1.4.2. Maior titulação profissional, comprovada por diplomas emitidos por órgão reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC;

1.4.3. Local de residência mais próximo da Unidade Escolar pretendida, cuja distância deverá ser aferida por, no mínimo, dois servidores públicos municipais, nos moldes praticados pelo Setor de Transporte Escolar da SEMED;

1.4.4. Maior idade.

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A lista com as inscrições homologadas será publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal e no site www.concordia.sc.gov.br, no dia 7 de outubro de 2020.

2.2. A Listagem Classificatória será publicada nos locais indicados no item 2.1 deste Edital, no dia 14 de outubro de 2020.

2.3. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de publicação da Listagem Classificatória, para solicitar revisão do ato, mediante requerimento fundamentado, protocolizado no Setor de Protocolo Geral, localizado no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, devendo conter o nome do candidato e a vaga que está concorrendo.

2.4. A homologação do resultado final será publicada nos locais indicados no item 2.1 deste Edital, até 20 de outubro de 2020.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1. Não havendo candidatos para as vagas disponíveis, estas poderão ser preenchidas, de ofício, por interesse da Municipalidade, ou por classificação em concurso público.

3.2. O Processo de Remoção de que trata este Edital será realizado pela Comissão designada pelo Decreto nº 687/2020, de 7 de agosto de 2020.

3.3. Os candidatos interessados em solicitar vaga de remoção deverão ter ciência e concordar com o previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 602, de 2011 e alterações.

3.4. As remoções deferidas neste Edital terão vigência a partir do início das atividades do calendário escolar de 2021.

3.5. Os candidatos que possuírem mais do que uma matrícula, poderão optar por uma vaga por matrícula.

3.6. O candidato que tiver seu pedido de remoção deferido, se assim desejar, poderá ainda aplicar o que prevê os §§ 2º e 3º do art. 61 da Lei Complementar nº 602, de 2011 e alterações.

3.7. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação.

3.8. Os casos não previstos neste Edital, serão resolvidos pela Comissão de Remoção.

3.9. O quadro de remoção está sujeito ao disposto no art. 63, da Lei Complementar nº 602, de 2011 e alterações.

Concórdia, SC, 17 de agosto de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I QUADRO DE VAGAS REMOÇÃO 2020, COM ATUAÇÃO EM 2021

Unidade Escolar	Disciplina/Área	Turno	Carga Horária	Nº de vagas
EBM Ângelo Ary Biezu	Anos Iniciais	Matutino	20h	2
		Matutino	20h	
EBM Anna Zamarchi Coldebella	Geografia	Matutino	20h	1

EBM Concórdia	Anos Iniciais	Matutino	20h	1
	Arte	Mat/Vesp	20h	1
	Matemática	Matutino	20h	2
		Vespertino	20h	
	Ciências	Matutino	20h	2
		Vespertino	20h	
EBM Eugênio Pozzo	Matemática	Matutino	20h	2
		Vespertino	20h	
EBM Giuseppe Sette	Ciências	Vespertino	20h	1
EBM Imigrantes	Anos Iniciais	Vespertino	20h	2
		Vespertino	20h	
EBM Irmão Miguel	Anos Iniciais	Matutino	20h	2
		Vespertino	20h	
EBM João Theobaldo Magarinos	Anos Iniciais	Matutino	20h	2
		Vespertino	20h	
EBM Maria Petrolí	Anos Iniciais	Matutino	20h	3
		Matutino	20h	
		Vespertino	20h	
	Arte	Mat/Vesp	20h	1
	Matemática	Vespertino	20h	1
EBM Melvin Jones	Geografia	Mat/Vesp	20h	1
	Anos Iniciais	Vespertino	20h	1
EBM das Nações	Anos Iniciais	Vespertino	20h	4
		Matutino	20h	
		Vespertino	20h	
		Vespertino	20h	
EBM Natureza	Anos Iniciais	Vespertino	20h	1
EBM Romeu de Sisti	História	Matutino	20h	1
EBM Santa Cruz	Matemática	Matutino	20h	1
		Vespertino	20h	1
	Inglês	Mat/Vesp	20h	1
EBM Waldemar Pfeiffer	Anos Iniciais	Vespertino	20h	1
GEM Maria Melânia Siqueira	Educação Infantil	Vespertino	20h	1
	Anos Iniciais	Vespertino	20h	1
GEM Nova Brasília	Anos Iniciais	Matutino	20h	1
CMEI Acalanto	Educação Infantil	Matutino	20h	1
CMEI Frei Lency	Educação Infantil	Matutino	20h	1
CMEI Itália Chiuchetta	Educação Infantil	Vespertino	20h	1
CMEI Mundo da Criança	Educação Infantil	Matutino	20h	1
CMEI Pequeno Príncipe	Educação Infantil	Matutino	20h	1
CMEI Primeiros Passos	Educação Infantil	Matutino	20h	2
		Matutino	20h	
CMEI Zilda Silveira Neves	Educação Infantil	Matutino	20h	1

CMEI: Centro Municipal de Educação Infantil;

EBM: Escola Básica Municipal;

GEM: Grupo Escolar Municipal.

ANEXO II

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REQUERIMENTO

, servidor(a) público(a) municipal, matrícula nº ocupante do cargo de , efetivo(a) na Rede Municipal de Ensino, horas semanais, lotado _____. Contando com de tempo de serviço, cópia do documento anexo, certificado pela DRH, atuando na (o) , venho através deste requerer minha remoção para:

() 1ª opção na Escola/CMEI ;

() 2ª opção na Escola/CMEI .

Turno: () matutino () vespertino. Conforme consta no Edital de Remoção nº 1/2020.

Atuo na:

() Educação Infantil

() Anos Iniciais do Ensino Fundamental



() Anos Finais do Ensino Fundamental.
Qual disciplina?

Nestes termos, Aguarda deferimento.
Concórdia, SC, de de 2020.

Assinatura do requerente/telefone de contato

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

Publicação N° 2608604

PROCESSO N° 3/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 3/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para realizar serviço de vigilância humana nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO:
INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/09/2020
HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA:
ATÉ 11/09/2020
HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h00min.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES PROPOSTA:
INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/09/2020
HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 10h00min.

INICIO DA SESSÃO: dia 11.09.2020, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 14 de agosto de 2020.

MAURO ACIR FRETTE
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO DE ANULAÇÃO PROC. 84/2020

Publicação N° 2608245

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO 40/2020

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa que consta nos autos, determinou a ANULAÇÃO do Processo nº 84/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de limpeza, lavagem e desinfecção sanitária em dois reservatórios de água, incluso fornecimento de materiais e serviços de mão de obra.

Cordilheira Alta – SC, 17 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 8791/2020

Publicação Nº 2608701

DECRETO Nº. 8.791, 11 De Agosto De 2020.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º. Autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento vigente do município de Coronel Freitas, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, obras e serviços urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança pública.

Subfunção: 181 – Policiamento.

Programa: 0017- Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 21.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, conforme decreto nº. 8.621/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8792/2020

Publicação Nº 2608702

DECRETO Nº. 8.792, 11 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub - função: 244 – Assistência comunitária.

Programa: 0026 – Gestão Social.

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

De: Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Para: Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8793/2020

Publicação Nº 2608703

DECRETO Nº. 8.793, 12 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Neudi José Petter, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas II, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8794/2020

Publicação Nº 2608706

DECRETO Nº. 8.794, 12 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor João Deoclesio Neckel, ocupante do cargo efetivo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8795/2020

Publicação Nº 2608708

DECRETO Nº. 8.795, 13 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei complementar Eleitoral Nº. 64/1990 e o disposto no art. Nº 88, inciso II e art. Nº 90 da Lei Municipal Nº. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política a servidora Enólia Terezinha De Lucca, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 15 de Agosto de 2020, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 15/08/2020 à 15/11/2020.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8796/2020

Publicação Nº 2608709

DECRETO Nº. 8.796, 14 de Agosto de 2020.

ALTERA O ART. 7º DO DECRETO Nº 8.667/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. O art.7º inciso II, do Decreto Nº 8.667/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º. Ficam suspensos, em todo o território do Município de Coronel Freitas – SC, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art.2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

II – Até 24 de agosto de 2020 o funcionamento das atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos após as 19h00min de cada dia, com tolerância de 30 minutos (até 19h30min) para completa saída dos clientes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8797/2020

Publicação Nº 2608710

DECRETO Nº. 8.797, 14 de Agosto de 2020.

ALTERA O ART. 1º DO DECRETO Nº 8.759/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. O art.1º inciso II, do Decreto Nº 8.759/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam suspensas no território do município:

II - Até o dia 24 de agosto de 2020:

- a) a prática de esportes coletivos, inclusive futebol, carreados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos, como parques, praças e afins;
- c) a realização de shows, espetáculos, festas e eventos que acarretem reunião de público.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Agosto de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

Correia Pinto**PREFEITURA****APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE ITENS 1,2,3 E 4 - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 20/2020 PMCP**

Publicação Nº 2607883

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 001/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 PMCP ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA POLI IPIRANGA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa a Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, adiante denominada "CONTRATANTE", resolve modificar unilateralmente os a Ata de Registro de Preços nº 09/2020 PMCP, conforme Processo nº 20/2020 PMCP, que se regerá pela legislação pertinente, Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral das Atas registradas e publicados, por parte da Administração, visando o reequilíbrio econômico financeiro dos itens a seguir:

Item	Descrição	Valor máx. com ajuste
1	Gasolina comum	3,93
2	Gasolina aditivada	3,93
3	Óleo Diesel S500	3,09
4	Óleo Diesel S10	3,13

Fica reajustado o valor em decorrência de repactuação concedida por parecer jurídico nº 240/2020 PROGEM e despacho do Prefeito, passando a vigorar a partir de 14 de agosto de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas nos contratos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Correia Pinto providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Diário Oficial dos Municípios.

Correia Pinto/SC, 14 de agosto de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

DECRETO Nº 1630/2020

Publicação Nº 2608167

DECRETO Nº 1630/2020
DE 17 DE AGOSTO DE 2020

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal e Lei Municipal nº 1690/2011 de 19 de agosto de 2011, Decreto nº 541/2011 de 21 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes, integrantes do Conselho Municipal da Saúde - CMS do Município de Correia Pinto - SC, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- a) Associação dos Moradores de Correia Pinto
1. Edelucio Vicente Faé – Titular

- 2. Izolde Eger – Suplente
- b) Entidades de Serviços da Comunidade - APAE
 - 1. Rozangela Wolff de Córdova - Titular
 - 2. Gilvane Aparecida Arruda – Suplente
- c) Entidades da Comunidade
 - 1. Lenita Duarte Beppler (Ema Sevei) -Titular
 - 2. Tais Schumaker – Suplente
- d) Sindicatos
 - 1. Angela Maria Goulart (SEMCOP) - Titular
 - 2. Vilma das Graças da Silva Wolinger Costa (SEMCOP) – Suplente
- e) Entidades Religiosas
 - 1. Padre Davi Bruno Goedert - Titular
 - 2. Pastor Antonio M. Melo – Suplente
- f) Associação dos Aposentados e Pensionistas de Correia Pinto
 - 1. Darci Zampieri – Titular
 - 2. Ari Alves Bueno – Suplente
- g) Ong/ Rotary
 - 1. Luzia Alice Duarte – Titular
 - 2. Neuza Tibes – Suplente
- h) Pastoral Saúde
 - 1. Léia Vieira Gallas – Vice-Presidente
 - 2. Zilma Bitencourt – Suplente

II - REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DE SAÚDE:

- a) Profissionais de Odontologia
 - 1. Mariana Volpato – Secretária
 - 2. Fabiane Carneiro - Suplente
- b) Profissionais de Enfermagem
 - 1. Caroliny Edithe Gardelin Batista- Titular
 - 2. Gerusa Aparecida Furtado Madruga do Amaral Duarte - Suplente
- c) Profissionais da Estratégia de Saúde da Família - ESF
 - 1. Marisete Pereira Muniz Junges - Titular
 - 2. Léia Cristina Pereira - Suplente
- d) Outros Profissionais da Saúde
 - 1. Aline Carolina Medeiros - Titular
 - 2. Tatiana Berns Correa - Suplente

III - REPRESENTANTES DO GOVERNO E DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DA SAÚDE:

- a) Secretaria Municipal de Saúde
 - 1. Paulo Cesar Rausch – Titular
 - 2. Edenise Fatima Rocha Nascimento - Suplente
- b) Secretaria Municipal de Finanças, Desenvolvimento Econômico e Tributário
 - 1. Joelma Neto de Liz - Titular
 - 2. Wolnei Alves do Nascimento - Suplente
- c) Prestador de Serviços
 - 1. Ricardo Antonow Júnior - Presidente
 - 2. Adriana Martins - Suplente
- d) Fundação Hospitalar Municipal Faustino Riscarolli
 - 1. Cristieli Muniz Ribeiro Rabello - Titular
 - 2. Gracielly Moraes dos Santos Lourenço - Suplente

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados pelo presente Decreto encerrar-se-á em 16 de agosto de 2022.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se o disposto no Decreto nº 1062, de 03 de junho de 2016, e posteriores alterações.
Gabinete do Prefeito, em 17 de agosto de 2020.

Assinatura Digital
CELSONO ROGERIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

DECRETO Nº 1631/2020

Publicação Nº 2608223

DECRETO Nº 1631/2020
DE 17 DE AGOSTO DE 2020

"PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 1615, DE 17 DE JULHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FECHAMENTO DO COMÉRCIO, PROIBIÇÃO DE AGLOMERAÇÃO EM PRAÇAS PÚBLICAS E USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARA, COM APLICAÇÃO DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO, ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2020, EM FACE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO, as normas e dispositivos legais mencionados no preâmbulo do Decreto Municipal nº 1615/2020;
CONSIDERANDO, as decisões tomadas pelo Comitê de Gerenciamento de Crise, em discussão realizada via grupo de whatsapp, neste dia 17 de agosto de 2020, DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado os efeitos do Decreto Municipal nº 1615, de 17 de julho de 2020, com as alterações dadas pelos Decretos nºs 1616/2020, 1620/2020 e 1626/2020, passando o caput do artigo 1º a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica determinado até 24 de agosto de 2020, os seguintes horários de funcionamento dos estabelecimentos a seguir descritos, no âmbito do município:"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de agosto de 2020.

Assinatura Digital
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO Nº 0379/2020 FHMCP AO CONTRATO 0286/2018 FHMCP – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 02/2018 FHMCP

Publicação Nº 2608550

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 FHMCP
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO

Instrumentos: Contrato nº 0379/2020 FHMCP – Aditivo ao Contrato nº 0286/2018.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA ME.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de exames laboratoriais para a Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto.

Fica acrescido, no objeto do contrato, o quantitativo dos Exames Laboratoriais, em 25% do preço unitário já estabelecido do Pregão Presencial 02/2018 FHMCP, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

Valor Inicial: R\$ R\$ 357.499,72 (Trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos).

Valor Aditivado: R\$ 446.874,65 (Quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO Nº 0380/2020 PMCP À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020 PMCP – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 06/2020 PMCP

Publicação Nº 2608791

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Estado de Santa Catarina
Av. Duque de Caxias, 3601 - Correia Pinto/SC - CEP 88535-000 - Fone: (49) 3243-1150.
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0380/2020 - PMCP,

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020 PMCP, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A EMPRESA CHRYSTIANM AUTO CENTER E TRANSPORTES LTDA ME

Pelo presente Instrumento Administrativo, o MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob N° 75.438.655/0001-45, com sede administrativa na Av. Duque de Caxias, 3601, na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Celso Rogério Alves Ribeiro, inscrito no CPF sob n° 217.068.839-00, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa, CHRYSTIANM AUTO CENTER E TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 02.705.164/0001-40, com sede na Rua Duque de Caxias, n. 1239, Centro, município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a Ata de Registro de Preços nº 06/2020 PMCP, referente ao Processo licitatório 06/2020 PMCP, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças, acessórios e peças elétricas genuínas, originais e outras para veículos linha máquinas pesadas integrantes da frota municipal e prestação de serviços de conserto para a linha citada neste objeto para o exercício de 2020/2021.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Fica acrescido, ao objeto do contrato, a quantidade do item nº 1, Serviços de Mão de obra, peças mecânicas e acessórios, em 25% do preço unitário já estabelecido do Pregão Presencial 06/2020 PMCP, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, conforme detalhamento:

Item	Descrição	Valor do Quant Inicial	Unid.	Aditivo	Valor Total aditivado
1	Serviços de Mão de obra, peças mecânicas e acessórios.	R\$ 248.875,00	UN.	25%	R\$ 311.093,75

As demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços ora aditados permanecem em vigor.

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios na forma de extrato.

Correia Pinto (SC), 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC
CONTRATANTE

CHRYSTIANM AUTO CENTER E TRANSPORTES LTDA ME
CONTRATADO

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5765/2020

Publicação Nº 2607876

PORTARIA Nº 5765/2020

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ELISANGELA DE FÁTIMA JANOSKI TIBURSKI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude da necessidade temporária extraordinária do serviço.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Odontóloga ESF, a SRA. ELISANGELA DE FÁTIMA JANOSKI TIBURSKI, estipulado na Portaria nº 5350/19 de 03 de setembro de 2019, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 04 de agosto de 2021.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar da data de 04 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5766/2020

Publicação Nº 2607942

PORTARIA Nº 5766/2020

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, O SR. JORGE AUGUSTO BENONI BATISTA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO, que em virtude do aumento da demanda de atendimento e ausência do profissional médico para compor a equipe mínima da atenção básica, verificamos a necessidade de contratação desse profissional para que a população não fique desassistida nesse momento que é de grande importância o atendimento básico de saúde;

CONSIDERANDO, Os editais de chamamento foram publicados no site da Prefeitura Municipal de Corupá e no Diário Oficial dos Municípios e ainda foi tentado contato telefônico com todos os inscritos, não sendo possível ao Município efetuar a contratação de médicos por processo seletivo e não há concurso público vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. JORGE AUGUSTO BENONI BATISTA, a partir de 13 de agosto de 2020, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de agosto de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Médico Estratégia Saúde da Família - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 108, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608171

DECRETO MUNICIPAL Nº 108, de 17 de agosto de 2020.

"PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas, até o dia 19 de agosto de 2020, as medidas definidas nos Decretos Municipais nº 095 de 31 de julho e 098 de 4 de agosto de 2020, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2020

Publicação Nº 2608205

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 765/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 46/2020, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO, POR MEIO DE PESSOA JURÍDICA, DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE OBSTETRÍCIA, COM FORNECIMENTO DE EXAMES DE ULTRASSOM OBSTÉTRICO E PROCEDIMENTO CIRÚRGICO EM OBSTETRÍCIA (PARTO, CESÁREA E CURETAGEM), E AQUISIÇÃO, POR MEIO DE PESSOA JURÍDICA, DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h00min. até às 08h30min do dia 31 de agosto de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 31 de agosto de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 17 de agosto de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

Publicação Nº 2608642

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 766/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 47/2020 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE SOM DE RUA (DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E COMUNICADOS DE INTERESSE DO

MUNICÍPIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ – SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h00min. até às 08h30min do dia 01 de setembro de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 01 de setembro de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 17 de agosto de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.26-2020**

Publicação Nº 2609296

PORTARIA Nº. 26/2020

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS BEM COMO REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FORMA PRESENCIAL NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON COLISELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei e o Regimento Interno desta casa e,

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;

CONSIDERANDO, as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO, a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual n. 554 de 11 de abril de 2020 que dispõe sobre novas regras para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus.

CONSIDERANDO, o Decreto n. 630 de 01 de junho de 2020 que estabelece regras para o combate do COVID-19.

CONSIDERANDO, O Decreto n. 740 de 24 de julho de 2020 que altera o Decreto n. 562 que determina o Estado de Calamidade Pública por parte do Governador do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO, O Decreto Municipal n. 98 04 de Agosto de 2020 emitido pelo Prefeito Municipal de Cunha Porã – SC.

CONSIDERANDO, O Decreto Municipal n. 108 de 17 de Agosto de 2020 emitido pelo Prefeito Municipal de Cunha Porã – SC.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender a realização presencial das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, a contar da presente data até dia 31 de Agosto 2020.

Art. 2º. Ficam também suspensas às reuniões presenciais das Comissões Permanentes desta casa de Leis a contar da presente data até dia 31 de Agosto 2020.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria n. 25/2020.

Cunha Porã, SC, 17 de Agosto de 2020.

MILTON COLISELLI

Presidente

Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã - SC

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 122/2020

Publicação Nº 2609195

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 122/2020

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regime de execução é empreitada por preço global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO PISO SUPERIOR E REFORMA/READEQUAÇÃO DO PISO TERREO DA BASE PRÓPRIA DO QUARTEL DO 2ºBBM/SEDE. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 04/09/2020, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 04/09/2020, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

PORTARIA 543/2020 – DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA

Publicação Nº 2608516

EXMO. SR. AMAURY SILVA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

DISTRIBUIDORA PARANHOS ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA., CNPJ 06.867.357/0001-PORTARIA 543/2020 – Descumprimento Contratual quanto ao prazo de entrega.

O pedido aportou a esta comissão especial, designada pela portaria 543/2020, para competente análise e relatório acerca do descumprimento contratual quanto a não entrega dos itens no prazo de vigência do termo nº 74/2020, o que é feito pelos fundamentos abaixo indicados: Relatório

O procedimento Administrativo foi instaurado para apuração e responsabilização da empresa ante ao descumprimento de cláusula contratual conforme termo nº 74/2020, referente à dispensa de licitação nº 23/2020.

Constituída comissão especial, restou publicada a portaria de instauração de procedimento administrativo, bem como houve citação da empresa para acompanhamento do Procedimento e, querendo, para apresentar defesa no prazo de 10 dias.

A citação foi recebida em 29/07/2020, conforme consta do aviso de recebimento acostado aos autos. A empresa apresentou defesa no dia 30/07/2020, protocolo nº 5010/2020.

Alega a demandada que os atrasos na entrega ocorreram por motivos alheios à vontade da empresa, alegando dificuldades no recebimento dos itens por parte do laboratório fornecedor, ABBOTT.

Justifica ainda que em contato com o pregoeiro, a empresa procurou substituir a marca do item para adiantar a entrega e cumprir o prazo estipulado contratualmente, pedido que fora recusado e rescindido o contrato posteriormente.

Pugna ainda pela reversão da rescisão contratual e permissão do envio imediato do material objeto do contrato 74/2020, firmado com a municipalidade.

Considerando que as provas coligidas ao procedimento são suficientes para emissão de parecer, passa-se a análise:

É o relato

Em primeira análise, necessário evidenciar que, o Município publicou o pregão nº 20/2020, com abertura em 18/05/2020, porém a presente licitação restou deserta, não acudindo interessados no fornecimento dos testes.

Por tratar-se de item de extrema urgência a ser adquirido pelo Município em virtude da Pandemia, a medida tomada pela Secretaria de Saúde fora a aquisição de testes pela modalidade de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93, contratando a empresa demandada até que fosse aberta nova licitação para aquisição dos testes, garantindo assim o interesse público como medida de saúde.

Apesar da demandada, pleitear a troca da marca do item cotado, a Secretaria de Saúde recusou o pedido, tendo em vista que a marca oferecida posteriormente não atendia os requisitos estabelecidos pelo laboratório municipal para o procedimento do teste, conforme laudo técnico acostado aos autos, motivo pelo qual, o contrato restou rescindido em 05/06/2020, pois, a empresa não cumpriu as cláusulas estabelecidas no termo de contrato nº 74/2020, quanto ao prazo de entrega do item, apesar de assinar regularmente, concordando com os termos do contrato.

Dispõe a lei 8.666/93: Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Segundo o princípio da Legalidade e vinculação ao termo contratual, o disposto e firmado entre as partes devem ser respeitados. Havendo previsão, a sua observância é inafastável, sob pena de ofensa ao interesse público e a efetividade do fornecimento do objeto.

É notória a urgência na entrega, por se tratar de material emergencial a ser utilizado no combate à Pandemia, não podendo ser flexibilizado o prazo de entrega, como solicitado pela contratada.

O princípio geral da boa-fé atua, não só no âmbito do exercício de direitos e poderes, mas também na constituição das relações e no cumprimento dos deveres, implicando, na necessidade de uma conduta leal, honesta, estimada e que se pode esperar de uma pessoa, protegendo a confiança que fundamentadamente, pode-se depositar no comportamento de outrem.

A capacidade de firmar contrato com a Administração deve ser avaliada pelo próprio concorrente antes mesmo da apresentação da proposta, sob pena de inexecução contratual e incidência das sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Quanto ao pedido de reversão da rescisão contratual, não há como permitir a entrega dos testes, tendo em vista que em 22/05/2020, o Município firmou contrato de fornecimento com licitante vencedor do pregão 27/2020, que já forneceu todos os testes e inclusive devidamente pagos, conforme documentos juntados aos autos.

Pelo exposto, opinam os membros da comissão especial, em atenção ao o princípio da indisponibilidade do interesse público, pela aplicabilidade da sanção prevista no artigo 87, inciso II, da lei 8.666/1993, suspendendo a participação em licitação com a administração pública municipal pelo período de dois anos, bem como, aplicar a multa de 10% sobre o valor do contrato não cumprido.

Este é o relatório s.m.j.

Curitiba/SC, 16 de agosto de 2020.

Membros:

Cristiane Jaqueline Pereira Sandri	Josué Mocelin
------------------------------------	---------------

Ricardo Brocardo

DECISÃO - Processo Administrativo instaurado pela Portaria 543/2020 – DISTRIBUIDORA PARANHOS ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA

Acolho os fundamentos postos pela Comissão especial, nomeada pela portaria 543/2020, como razões para decidir, em atenção ao princípio da indisponibilidade do interesse público e, portanto:

a) aplico a sanção prevista no artigo 87, inciso II, da lei 8.666/1993, igualmente prevista no termo contratual, suspendendo a participação em licitação com a administração pública municipal, pelo período de dois anos, bem como aplicar a multa de 10% sobre o valor do contrato não cumprido.

Para os devidos efeitos legais, cientifique-se a empresa da presente decisão e comunique-se o setor de licitações.

Curitiba/SC, 16 de agosto de 2020.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e finanças

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

Publicação Nº 2609134

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

O Fundo de Educação do município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 13.979/20, 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA E ASPIRADOR/SOPRADOR PARA USO NA MANUTENÇÃO DE GRAMAS E JARDINS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 31/08/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 31/08/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba/SC, 17 de Agosto de 2020.

Joelma Aparecida Vargas

Presidente do Fundo

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 72/2020

Publicação Nº 2608855

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 89/2020 - CC Processo Administrativo: 89/2020 Processo de Licitação: 89/2020 Data do Processo: 26/06/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

seleção de empresas para outorga de compra e venda de lote de terra de propriedade desta municipalidade, localizado na Área Industrial do Município, com utilização estritamente para fins industriais, comerciais e distribuição. A presente licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 72/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 426/2020, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 89/2020, Licitação nº. 89/2020 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A EMPRESA GP INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PROTOCOLOU SEUS ENVELOPES ÀS 13:33 HORAS DO DIA 17/08/2020, APÓS O APRAZADO EM EDITAL, O QUAL EXIGE O PROTOCOLO ATÉ ÀS 13:30 HORAS DO DIA 17/08/2020, NÃO SENDO CONSIDERADA PARTICIPANTE DO PROCESSO. A EMPRESA ELIZANDRA ALVES DE SOUZA ME PROTOCOLOU SEUS ENVELOPES ÀS 13:32 HORAS DO DIA 17/08/2020, APÓS O APRAZADO EM EDITAL, O QUAL EXIGE O PROTOCOLO ATÉ ÀS 13:30 HORAS DO DIA 17/08/2020, NÃO SENDO CONSIDERADA PARTICIPANTE DO PROCESSO. TODAS AS DEMAIS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO, SENDO ASSIM, CONSIDERADAS PARTICIPANTES. APÓS VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA GEO FOREST FLORESTAL LTDA ME NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DE FALENCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL EMITIDA PELO SISTEMA EPROC, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.1 ALÍNEA J DO EDITAL, NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DE PROTESTOS DOS SÓCIOS JUNTO AO CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DO DOMICÍLIO DOS SÓCIOS, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.1 ALÍNEA M DO EDITAL, APRESENTOU A CERTIDÃO MUNICIPAL POSITIVA, DESCUMPRINDO O EXIGIDO NO ITEM 5.1 ALÍNEA G DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA GABOARDI LAMINADOS LTDA NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE VISITA/DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.1 ALÍNEA K DO EDITAL, E APRESENTOU CERTIDÃO POSITIVA DE PROTESTO DA SÓCIA LUCIENE DE ALMEIDA DACOL, DESCUMPRINDO O ITEM 5.1 ALÍNEA M DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA SERVIÇO DE MECÂNICA INDUSTRIAL MV NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE VISITA/DECLARAÇÃO DE QUE POSSUI PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 5.1 ALÍNEA K DO EDITAL, SENDO CONSIDERADA INABILITADA; AS EMPRESAS "AMADEU RIBEIRO CARNEIRO", "INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES IRMAOS DA SERRA LTDA", "LEANDRO ANTONIO ARIOTTI", "BAMBOO AGRONEGOCIOS EIRELI", "FERRO VELHO CEDRINHO LTDA", "S & V INSTALADORA ELETRICA INDUSTRIAL LTDA", "COMERCIO DE RESIDUOS DE PAPEL DALMAS LTDA" E "ARTE MOVEIS CURITIBANOS LTDA ME" APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO CONSIDERADAS HABILITADAS. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA PROTOCOLO DE RECURSO DEVENDO SER DEVIDAMENTE PROTOCOLADO, CONFORME PREVÊ O ITEM 16 DO EDITAL, SE ASSIM, A EMPRESA DESEJAR.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P: 89520-000 - Curitiba - SC**CONCORRÊNCIA**
Nr.: 89/2020 - CC**Processo Administrativo:** 89/2020
Processo de Licitação: 89/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETARIA
CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI	- - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA	- - 2º MEMBRO
MERY HELLEN B. DACOL RIBEIRO	- - 3º MEMBRO
PAULO AUGUSTO COSTA GRANEMANN	- - 4º MEMBRO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 16/2020

Publicação Nº 2609020

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2020 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 15/2020 Processo de Licitação: 15/2020 Data do Processo: 17/03/2020
	Folha: 1/6

OBJETO DA LICITAÇÃO:

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA USO DOS FUNCIONARIOS QUE ATUAM NA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 16/2020 (Sequência: 4)

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 247/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2020, Licitação nº 15/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME LAUDO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA SEGUE: EMPRESA "FRAI VEST IND E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA" APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AO ITEM 08. PORÉM EM DESCONFORMIDADE COM O EXIGIDO, SENDO CONSIDERADO DESCLASSIFICADO. DESTE MODO, FICA CONSIDERADO FRACASSADO O ITEM Nº 08.

Participante: 8282 - FACINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	Bolsa estilo carteiro confeccionada em lona de algodão fio 10 impermeabilizada na cor azul marinho, costuras com reforço, toda debruada, alça de algodão largura 50 mm da mesma cor do tecido com acessórios de regulagem em metal, com ombreira; 1 divisão interna; 01 bolso com zíper na mesma cor do tecido na parte posterior da bolsa; 02 bolsos laterais sem lapela. Aba de fechamento formada por prolongamento medindo 64 cm de altura X 37 cm de largura, na parte superior da bolsa, com acabamento arredondado nos cantos, onde será aplicada a arte em serigrafia conforme imagem em anexo. Dimensões do produto: 32 cm de altura X 37 cm de largura X 20 cm de profundidade.	UN	60,00	FD UNIFORMES	0,0000	64,00	3.840,00

Total do Participante -----> 3.840,00

Participante: 11681 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMISETA GOLA REDONDA - manga curta, 100% algodão, de diferentes cores, fio 30/1.165 gr/m², com aplicação de estampa e ou logomarca na região frontal, traseira e lateral das mangas. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.	UN	3.000,00	FIBRA TOP	0,0000	9,50	28.500,00
2	CAMISSETAS GOLA POLO - gola pólo, malha Piquet P.A, com cortes especiais, manga curta. Com recorte no ombro, manga e costas, vista da mesma cor da gola. Bordada na frente em 3 cores. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente	UN	300,00	FIBRA TOP	0,0000	27,90	8.370,00

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 15/2020 Processo de Licitação: 15/2020 Data do Processo: 17/03/2020</p>
	Folha: 2/6

Participante: 11681 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Blusa Moleton peluciado, com bolsos laterais. Composição do tecido 20% poliéster e 80% algodão. Punho e barra de ribana com composição (98% algodão e 2% elastano). Com bordado aplicado ao lado esquerdo do peito, medidas de 8,5cm X 5,0 cm, com a escrita em preto " Sec. Municipal de Saúde CURITIBANOS, Brasão em preto, branco, vermelho, verde e cinza. Com capuz tendo forro e cordas, abertura frontal com zíper, modelo raglã pespontado, assim como punho e barras pespontada com agulha dupla. Cor a combinar.	UN	350,00	FIBRA TOP	0,0000	29,50	10.325,00

Total do Participante -----> 47.195,00

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR 15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	159,60

APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:

Costas:

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.
o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.

Bolso esquerdo do tórax:

o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.

Bolso direito do tórax:

o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm.

o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento (devidamente centralizado).

TAMANHOS ESPECIAIS/ SOB MEDIDA

As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fator que possam prejudicar sua utilização ou aspecto deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
RUA MAXIMINO DE MORAES, 386
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 15/2020 - PR

Processo Administrativo: 15/2020
Processo de Licitação: 15/2020
Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 3/6

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un. Med	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm. o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm. Bolso direito do tórax: o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm. o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento</p>	UN	50,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	1.995,00
6	<p>COLETE CAPS sem gola, em tecido GRAFIL, cor grafite, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 01 bolso chapado no peito do lado esquerdo, medindo 11 X 09cm (AxL); com dois bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, na mesma cor do colete. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS: Costas: bordado na cor branco, o texto arqueado: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I, maiúscula (conforme anexo IV). Dimensão: 28 X 12 cm. Bolso lado esquerdo do tórax: bordado em quatro cores o brasão da prefeitura de Curitiba, com o seguinte texto abaixo do logo: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CAPS I</p>	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	52,00	208,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
RUA MAXIMINO DE MORAES, 386
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2020 - PR

Processo Administrativo: 15/2020
Processo de Licitação: 15/2020
Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 4/6

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	<p>COLETE - SMS sem gola, em tecido GRAFIL, cor verde militar, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 2 (dois) bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, abertura frontal, na mesma cor do colete. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente. Tamanhos: P, M, G, GG.</p> <p>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. com o seguinte texto abaixo do logo: Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: POSSO AJUDAR? fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>Frente:</p> <p>LADO ESQUERDO DO TÓRAX: Aplicação em silkscreen do brasão da Prefeitura de Curitiba nas cores do brasão, com o seguinte texto abaixo do logo: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - SAÚDE.</p>	UN	15,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	54,77	821,55
9	<p>COLETE ACE Colete sem gola, em tecido grafil, cor caqui, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos com zíper na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo anexo. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas abaixo.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.</p> <p>Bolso esquerdo do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen do brasão da prefeitura e abaixo do brasão escrita em branco: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>Bolso direito do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco) do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, fonte arial maiúscula. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.</p>	UN	4,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	54,77	219,08

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 RUA MAXIMINO DE MORAES, 386
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 15/2020 - PR**

Processo Administrativo: 15/2020
 Processo de Licitação: 15/2020
 Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 5/6

Participante: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	JALECO TIPO GUARDA -PÓ Jaleco em tecido grãfil, cor chumbo, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; manga curta; com gola social entretelada, com acabamento interno que permita o perfeito ajuste e posicionamento da gola, impedindo o aparecimento do acabamento no lado externo do jaleco; com 2 bolsos inferiores frontais, chapados e com cantos chanfrados e 1 bolso no lado superior esquerdo; costura pespontada, abertura frontal para vestir e desvestir em toda extensão, fechada por 5 botões cristal transparente na tonalidade do tecido, de no máximo 2,5cm de diâmetro, cinto traseiro preso. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido. Padrão de aviamento de primeira qualidade. O fabricante deverá fixar etiqueta identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem.	UN	10,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	44,77	447,70
APLICAÇÃO: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: ALMOXARIFADO, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.							
Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, nas cores do brasão do município e escrita: Secretaria Municipal de Saúde. Dimensões: 10x8cm.							
11	COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grãfil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.	UN	50,00	TOP BRAZIL/TONO	0,0000	39,90	1.995,00
APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm. o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm. Bolso direito do tórax: o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm. o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento							

Total do Participante -----> 5.845,93

Total Geral -----> 56.880,93

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
RUA MAXIMINO DE MORAES, 386
C.E.P: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 15/2020 - PR****Processo Administrativo:** 15/2020
Processo de Licitação: 15/2020
Data do Processo: 17/03/2020

Folha: 6/6

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitiba, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 - FMS

Publicação Nº 2608574

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL

O MUNICIPIO DE DESCANSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, através do Secretário de Saúde, Sr. Cleber Luiz Rech, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público para conhecimento dos interessados que o edital do processo licitatório nº 27/2020, Pregão Eletrônico nº 01/2020, que objetiva o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos de uso básico para distribuição nas Unidades de Saúde do Município de Descanso/SC, considerando as orientações do Portal de Compras Públicas, site que gerencia os Pregões Eletrônicos deste Município, considerando a omissão do edital em dispor expressamente sobre o assunto e que tal fato pode gerar dúvidas na sua interpretação, e considerando o princípio da competitividade, o edital acima referenciado sofreu alterações, a saber:

No cabeçalho do edital:

ONDE SE LIA:

As Propostas de Preços serão recebidas no período das 07h30 do dia 07 de agosto até às 07h30min do dia 20 de agosto de 2020, no site supramencionado, observando-se o horário oficial de Brasília.

O início da Sessão de Disputa de Preços (Sessão de Lances) será no dia 20 de agosto de 2020 às 07h45min no endereço eletrônico já mencionado.

LEIA-SE:

As Propostas de Preços serão recebidas no período das 07h30 do dia 19 de agosto até às 07h30min do dia 31 de agosto de 2020, no site supramencionado, observando-se o horário oficial de Brasília.

O início da Sessão de Disputa de Preços (Sessão de Lances) será no dia 31 de agosto de 2020 às 07h45min no endereço eletrônico já mencionado.

No item 7.3.6:

ONDE SE LIA:

7.3.6. Prova de regularidade fiscal com o órgão licitador, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais de Descanso/SC, podendo tal certidão ser emitida através do site: https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-137/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces

LEIA-SE:

7.3.6. Prova de regularidade fiscal com o órgão licitador, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais de Descanso/SC, podendo tal certidão ser emitida através do site: https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-137/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces

7.3.6.1. Para fins de atendimento ao disposto no item 7.3.6 do edital, os licitantes interessados em participar do presente Pregão Eletrônico e que não sejam sediados no Município de Descanso/SC ou não possuam cadastro nesta Municipalidade, caso encontrem dificuldades para a emissão do documento comprobatório da regularidade fiscal, deverão contatar o Departamento de Tributos do Município, através dos telefones (49) 3623-0161 e (49) 3623-0240.

No item 8.1.:

ONDE SE LIA:

8.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no "VALOR UNITÁRIO DO ITEM", exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, no período de 07 de agosto de 2020 a 20 de agosto de 2020, até as 07h30min.

LEIA-SE:

8.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no "VALOR UNITÁRIO DO ITEM", exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, no período de 19 de agosto de 2020 a 31 de agosto de 2020, até as 07h30min.

No item 8 – da proposta de preços:

LEIA-SE:

8.6. Para fins de elaboração da proposta, o valor informado no certame corresponde ao preço máximo de referência e, caso a licitante apresente proposta com valor maior, caberá ao (à) pregoeiro (a) e equipe de apoio a aceitação para o licitante possa participar da fase de lances.

8.6.1. Em atenção à forma de julgamento estabelecida pelo edital, diga-se, menor preço por item, a proposta final, em consonância com o Anexo I do Edital – Termo de referência, deverá apresentar preço inferior àquele estabelecido como máximo aceitável, para fins de contratação.

Considerando que a alteração informada poderá implicar na formulação das propostas, o edital será republicado, com a reabertura dos prazos, devendo os licitantes se atentarem ao fato de que os documentos de habilitação eventualmente já constantes do sistema deverão possuir validade na nova data designada para a abertura da sessão pública.

A íntegra do edital encontra-se no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 17 de agosto de 2020.

Cleber Luiz Rech
Gestor do FMS
Matrícula 3088

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 33/2020 - FMS

Publicação N° 2608105

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2020
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 33/2020, Edital de Pregão N° 33/2020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERFUMARIA EM GERAL, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE 'A' a 'Z' (ETICOS E GENERICOS), EM FARMACIA LOCAL, CONSTANTES NA CMED – ANVISA VIGENTE, PARA O SETOR DA SAUDE, DEMANDAS JUDICIAIS, ATRAVES DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA VIGENTE CMED/ANVISA, PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 31/08/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO - 62/2020

Publicação Nº 2609008

DECRETO nº 062, de 17 de agosto de 2020

Estabelece medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, no uso da competência privativa que confere o art.52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal, combinando com a Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos decretos anteriores que versam sobre o mesmo tema, no âmbito do Município de Doutor Pedrinho, para dar cumprimento ao disposto no Decretos estaduais referentes às medidas de combate ao COVID 19,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial relacionada à região do Médio Vale do Itajaí, incluindo a região como risco potencial grave da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Médio Vale do Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562/2020, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu Art. 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto estabelece, sem prejuízo daquelas já estabelecidas e em vigor, novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Doutor Pedrinho.

Art. 2º. Fica determinado aos Mercados e Congêneres pelo período de 14 (catorze) dias;

I – a redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do limite permitido, recomendando aos seus clientes que apenas uma pessoa por família adentre no local, sem prejuízo da liberação com menores de idade ou dependentes;

II – a obrigatoriedade do uso de dispositivo que proteja olhos, nariz e boca (protetor facial de acrílico ou similar) que atenda à proteção aos trabalhadores de supermercados que atendem diretamente ao público, tais como caixa, padaria, açougue, balança e outros;

III – a fiel observância das diretrizes sanitárias do Estado, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

Art. 3º. O transporte coletivo fica suspenso pelo período de 14 (catorze) dias, permitido exclusivamente o serviço de transporte de trabalhadores para empresas.

Art. 4º. Fica proibido por 14 (catorze) dias aos Mercados e Comércio em Geral vinculação de campanhas de marketing/publicidade voltadas para a atração de clientes em ocasiões especiais, sob qualquer pretexto, como sábado fácil, dia da verdura/carne, etc.

Art. 5º. Permanecem proibidas por 14 (catorze) dias quaisquer atividades em casas noturnas e parques, bem como a realização de eventos, shows, execução de música ao vivo e espetáculos - públicos e privados, em qualquer modalidade.

Art. 6º. Ficam proibidos os acessos aos espaços de parques, praças, clubes sociais, atrativos turísticos públicos e academias ao ar livre pelo prazo de 14 (catorze) dias.

Parágrafo único – Fica autorizada a prática desportiva individual no campo de futebol e na pista de atletismo, observada a obrigatoriedade de uso de máscara e o distanciamento social.

Art. 7º. Fica autorizada a realização de celebração de uma única Missa, Culto ou semelhante em templos religiosos de qualquer credo, uma vez por semana, limitada à 30% (trinta por cento) da capacidade do local, ficando os templos autorizados funcionar nos outros dias somente com atendimento presencial individualizado, através de horário agendado.

Parágrafo único. Os templos deverão disponibilizar álcool gel para uso das pessoas, através de dispensadores localizados na porta de acesso da igreja ou templo religioso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos religiosos e recepção;

Art. 8º. A realização de velórios deverá observar as seguintes regras pelo prazo de 14 (catorze) dias:

I - Os velórios terão a duração máxima de 6 (seis) horas;

II – limite da entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, todas utilizando máscara;

III - As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara;

IV - A fiel observância das diretrizes sanitárias do Estado.

Parágrafo único - As capelas mortuárias permanecerão fechadas das 18:00 às 6:00 horas.

Art. 9º. Ficam proibidas quaisquer atividades esportivas coletivas profissionais e amadoras (incluindo futebol, vôlei, bocha, sinuca, baralho, downhill, passeios de bicicleta coletiva, etc.) em qualquer ambiente, pelo prazo de 14 (catorze) dias.

Art. 10. Fica determinado aos Serviços de Alimentação (bares, lanchonetes, restaurantes, panificadoras, lojas de conveniências e afins) as seguintes restrições pelo prazo de 14 (catorze) dias:

I - restaurantes deverão funcionar de segunda à sábado até as 14 horas, podendo depois desse horário e nos domingos funcionar apenas pelo sistema de tele entrega ou entrega no balcão, proibido o consumo no local;

II – lanchonetes, lojas de conveniência, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares, permitido funcionamento até as 19:00 horas, sendo que após às 19:00 horas o atendimento fica restrito para tele entrega e retirada no balcão, vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local, e aos finais de semana deverão funcionar somente pelo sistema de tele entrega ou entrega no balcão, proibido consumo no local;

Art. 11. Fica autorizado o funcionamento de empreendimentos turísticos privados que recebam público, pousadas, hotéis, campings e afins, limitados ao 30% da capacidade pública do local;

Art. 12. Fica autorizada a realização de atividades dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Hidroginástica, Hidroterapia, Academias de Lutas e áreas afins, observados as restrições dispostas no Decreto 058, de 03 de agosto de 2020:

Art. 13. Fica autorizado o funcionamento de salões de beleza, barbearias e congêneres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 14. Mantém-se a obrigatoriedade em todo o território do Município de Doutor Pedrinho do uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados, nos termos do Decreto 45, de 30 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Ficam dispensadas do cumprimento ao disposto no caput, as crianças menores de 2 (dois) anos e as pessoas com problemas respiratórios comprovados que sejam incapazes de remover a máscara sem assistência.

Art. 15. Permanecem suspensos por prazo indeterminado:

I - a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza, ressalvadas as atividades essenciais e as admitidas na forma regulamentada pelas normas sanitárias em vigor;

II - a realização de reuniões e festas em residência com pessoas que não as residentes do domicílio;

III - a permanência de pessoas e as práticas esportivas e culturais coletivas, amadoras ou profissionais, em espaços privados, parques, praças, espaços públicos ou comunitários de lazer, quadras poliesportivas, playgrounds, clubes de caça e tiro, centros de tradições e similares;

IV - o consumo de bebidas alcoólicas no interior e arredores das lojas de conveniências situadas nos postos de combustíveis;

V - a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;

Art. 16. O comércio em geral, exceto os estabelecimentos considerados essenciais, poderá funcionar de segunda à sexta, das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 12h, devendo-se respeitar as seguintes exigências:

- a) observar a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- b) garantir a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- c) organizar as filas externas, com a permanência de 1 (uma) pessoa a cada 1,5m (um metro e meio);
- d) assegurar que todos os clientes, antes de adentrarem no estabelecimento, higienizem suas mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) e utilizem máscaras;
- e) Proibir a experimentação de roupas;

Art. 17. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I – distanciamento social:

- a) a organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e diminuir o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo, orientando para que se evitem abraços, beijos, apertos de mão e conversações desnecessárias;
- b) deve ser mantida distância mínima de um metro e meio entre os trabalhadores e entre estes e o público;
- c) a organização deve priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;
- d) a organização deve priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;
- e) a organização deve promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;
- f) devem ser evitadas reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de um metro e meio entre os trabalhadores.

II – trabalhadores idosos ou do grupo de risco:

- a) devem receber atenção especial, priorizando-se sua permanência na residência em teletrabalho ou trabalho remoto ou, ainda, em atividade ou local que reduza o contato com outros trabalhadores e o público, quando possível;
- b) não sendo possível a permanência na residência ou trabalho remoto, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

III – nos refeitórios:

- a) é vedado o compartilhamento de copos, pratos e talheres, sem higienização;
- b) deve ser evitado o autosserviço ou, quando este não puder ser evitado, devem ser implementadas medidas de controle, tais como:
 - 1. higienização das mãos antes e depois de se servir;
 - 2. higienização ou troca frequentes de utensílios de cozinha de uso compartilhado, como conchas, pegadores e colheres;
 - 3. instalação de protetor salivar sobre as estruturas de autosserviço;
 - 4. utilização de máscaras e orientações para evitar conversas durante o serviço.
- c) a organização deve realizar limpeza e desinfecção frequentes das superfícies das mesas, bancadas e cadeiras;
- d) a organização deve promover nos refeitórios espaçamento mínimo de um metro entre as pessoas na fila e nas mesas, orientando para o cumprimento das recomendações de etiqueta respiratória e que sejam evitadas conversas, ou, quando o distanciamento frontal ou transversal não for observado, deve ser utilizada barreira física sobre as mesas com altura de, no mínimo, um metro e cinquenta centímetros em relação ao solo.
- e) a organização deve distribuir os trabalhadores em diferentes horários nos locais de refeição;
- f) devem ser retirados os recipientes de temperos (azeite, vinagre, molhos), saleiros e farinhas, bem como os porta-guardanapos, de uso compartilhado, entre outros;
- g) deve ser entregue jogo de utensílios higienizados (talheres e guardanapo de papel, embalados individualmente);
- h) monitorar temperatura corporal de colaboradores e clientes evitando a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5 graus celsius, as quais deverão ser encaminhadas à Unidade Básica de Saúde.

Art. 18. Permanece em vigor, no âmbito do Município de Doutor Pedrinho, o isolamento social de toda pessoa sintomática ou assintomática que se encontre em investigação ou tenha confirmada a contaminação pelo novo coronavírus.

§ 1º Considera-se em investigação de contaminação pelo novo coronavírus, para os fins do disposto neste Decreto, toda a pessoa que, por prescrição médica, recomendação do agente de vigilância epidemiológica ou autossugestão, seja submetida a exame para detecção do novo coronavírus, em estabelecimentos de saúde, farmácias ou laboratórios, da rede pública ou privada.

§ 2º Previamente à realização da coleta da amostra para o exame, o serviço de saúde, a farmácia ou o laboratório responsável deverá solicitar a pessoa examinada a assinatura de termo de esclarecimento e consentimento quanto à obrigatoriedade, a partir da data da coleta ou realização do exame, do isolamento social e de uso do sistema de monitoramento previstos neste Decreto, quando for o caso.

§ 3º Constarão do termo de esclarecimento e consentimento previsto no §2º deste artigo informações sobre a COVID-19, seus sintomas, possíveis agravamentos do quadro de saúde, locais de assistência disponíveis na rede pública, cuidados a serem adotados durante o período de isolamento, forma de acesso e uso do aplicativo de monitoramento, quando for o caso, e possíveis sanções ou consequências quanto ao não uso do mesmo.

§ 4º Salvo recomendação médica para cumprimento em estabelecimento de saúde, público ou particular, baseada no estado clínico do paciente, a medida de isolamento social deverá ocorrer em domicílio.

Art. 19. O disposto neste Decreto não impede a recomendação médica de isolamento social baseada exclusivamente no exame clínico do paciente, sem a realização de exame específico, hipótese em que o profissional de saúde deverá notificar o caso à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 20. A fiscalização das medidas de enfrentamento previstas neste Decreto será realizada de forma conjunta pelas diversas Secretarias Municipais.

Parágrafo único. Os órgãos municipais previstos no caput poderão solicitar apoio em suas ações à Polícia Militar e ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 21. O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 22. No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção à COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do artigo 56 da Lei n 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pelos fiscais do PROCON atuante no Município.

Parágrafo único. A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 23. As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 24. Permanecem em vigor as medidas de prevenção e combate à Pandemia de Covid-19 previstas nos Decretos anteriores que não contrariem o disposto neste Decreto.

Art. 25. Deverão ser observadas as regras mais restritivas impostas por normas e atos expedidos pelas esferas estadual e federal.

Art. 26. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de agosto de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 17 de agosto de 2020.

TARCISIO LENZI
Chefe de Gabinete

Entre Rios

PREFEITURA

LICITAÇÃO 048-2020 PMER

Publicação N° 2608069

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 048/2020- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 030/2020 – PMER

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PAR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LEI 123/2006
REGIONALIZADA

1 - PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR A SER DESTIBUIDA AOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto nº. 061/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h15min (horário oficial de Brasília) do dia 31 de agosto de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h:20min (horário oficial de Brasília) 31 de agosto de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO N° 59/2020

Publicação N° 2609406

	DECRETO N.º 059/2020
SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 709/2019.	

DECRETA:

ART. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar nas Secretarias de infraestrutura transportes e Des. Urbano a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

09.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.01 – Departamento de Infraestrutura	
15.451 – Infraestrutura Urbana	
15.451.0018 – Cidade de Qualidade	
15.451.0018.1.015 – Pavimentação de Vias Urbanas e Rurais	
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	9,000.00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	9.000,00

ART. 2º - O recurso para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, é proveniente do Superávit Financeiro, da fonte de recurso 100 verificado no balanço de 2019.

ART. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar nas Secretarias de Saúde a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE	
06.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301 – Atenção Básica	
10.301.0013 – Saúde Nota 1000	
10.301.0013.2.023 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	300.000,00
Fonte: 0138 – Transf. do SUS/União	
TOTAL DA FONTE	300.000,00

ART. 4º - O recurso para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 3º é proveniente de um provável excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso 138, até a presente data.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 189/2020

Publicação Nº 2608580

PORTARIA Nº 189/2020

CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADO o servidor Municipal JEFERSON LUDKE por tempo determinado, aprovado pelo Processo Seletivo nº 001/2019, no cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, conforme classificação, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 190/2020

Publicação Nº 2608585

PORTARIA Nº 190/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal JOVIR ALCEU ZANUZZO, ocupante do Cargo de Diretor, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 17/08/2020 a 31/08/2020, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 03/19 a 03/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 191/2020

Publicação Nº 2608588

PORTARIA Nº 191/2020

CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária SALETE SARGENTA SAATH BIANCHET por tempo determinado, aprovada pelo Processo Seletivo nº 001/2019, no cargo de PROFESSORA EM CURSO NORMAL, com carga horária de 20 horas semanais, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - A devida contratação será para substituir a professora titular Dediane Falkoski de Ben a qual solicitou licença para concorrer a cargo eletivo. A contratação perdurará enquanto a titular estiver afastada.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 005 DO CONTRATO Nº. 49/2017

Publicação Nº 2608869

TERM O ADITIVO Nº 005
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 049/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.311.157/0001-99, com sede na Avenida Pernambuco, nº. 1328, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre - RS, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem realizar o Quinto Aditivo do contrato supramencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a implantação/treinamento e locação mensal do software de Gestão de Pregão Eletrônico para atender o Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, de acordo o Processo Licitatório nº. 1350/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº. 27/2017, conforme itens abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	1,00	SVÇS	SERVIÇO PARA IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DO SOFTWARE DE GESTÃO DE PREGÃO ELETRONICO	R\$ 1.800,00
2	5,00	MÊS	SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE PREGÃO ELETRONICO	R\$ 300,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 18 de agosto de 2020.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER		Rafael Mario Sebben
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

MARIA LOIVA DE ANDRADE
ASSESSORA JURIDICA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5041/2020

Publicação N° 2607903

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5041, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE MENON DE MATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 35 da Lei Complementar N.º 017 de 22 de dezembro de 2006 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica REMOVIDA, de ofício, a servidora pública municipal SIMONE MENON DE MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 17 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 5042/2020

Publicação N° 2608844

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5042, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO TESTE SELETIVO N.º 006/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a conclusão de todas as fases decorrentes da execução do Teste Seletivo n.º 006/2020;

Considerando exauridas as possibilidades de interposição de recursos administrativos em face de decisões e de resultados, que receberam ampla publicidade;

Considerando que todos os atos, inclusive resultado e procedimento do Teste Seletivo n.º 006/2020, receberam ampla divulgação, com prazos para a manifestação dos interessados, consoante consta no Edital, disciplinador do Teste Seletivo;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Teste Seletivo n.º 006/2020, nos cargos contemplados no Edital do Teste Seletivo n.º 006/2020, conforme consta do quadro seguinte:

INSCRIÇÃO	NOME	Total de pontos	POSIÇÃO	RESULTADO
1.1. AGENTE DE COMBATE A ENDEMAIS				
004	Samara Regina Assolini Milan	0,50	1.º	CLASSIFICADA
INSCRIÇÃO	NOME	Total de pontos	POSIÇÃO	RESULTADO
1.2. ENFERMEIRO				
009	Jaci Almeida Rios	3,00	1º	CLASSIFICADA
006	Jaquelyne Dalpont	2,50	2º	CLASSIFICADA
003	Taina Bandiera	2,25	3º	CLASSIFICADA

005	Leonardo Ribeiro Salvatori	2,25	4º	CLASSIFICADO
007	Ana Raquel Brites de Oliveira	1,50	5º	CLASSIFICADA
008	Gessica Cristina Buttner	0,50	6º	CLASSIFICADA

INSCRIÇÃO	NOME	Total de pontos	POSIÇÃO	RESULTADO
1.3. TÉCNICO EM ENFERMAGEM				
002	Jaqueline Aparecida Girardi	2,50	1.º	CLASSIFICADA

INSCRIÇÃO	NOME	Total de pontos	POSIÇÃO	RESULTADO
1.4. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40h – MICROÁREA 01				
	Não houve candidato Classificado			

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul/SC,
em 17 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/FMS/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMS/2020

Publicação Nº 2607861

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 02/2020 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 03/2020 – FMS:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de material médico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/02/2021
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/FMS/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMS/2020

Publicação Nº 2607867

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 04/2020 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 04/2020 – FMS:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/02/2021
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMF/2020

Publicação Nº 2607860

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 16/PMF/2020 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 06/PMF/2020;

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/02/2021
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/PMF/2020

Publicação Nº 2608257

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 98/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1- MADERONCHI MATERIAIS DE CONTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº. 04.094.667/0001-51 estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, em Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Fernando Ronchi, brasileiro, CI 3.361.402, CPF 023.227.929-26;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 98/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais de construção para o Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 02 (dois) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não manter a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

- C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
- E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Renan Trombim, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Pedro Antonio Vieira Ronchi, Secretário de Infraestrutura será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 98/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 14 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
MADERONCHI MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Fernando Ronchi
Renan Trombim
Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/PMF/2020

Publicação Nº 2608118

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.50/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 99/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1- COMERCIO DE CARNES DELLA GIUSTINA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 15.547.699/0001-81 estabelecida na Estrada Geral, KM 92, em Orleans/SC, neste ato representada pelo Sr. Diorgines Frasson Della Gustina, brasileiro, CI 4.8746538-3, CPF 042.381.169-09;

2- ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO ME, inscrita no CNPJ nº.07.434.505/0001-03 estabelecida na Rua João Manenti,92, Rio Maina em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. José Luiz Machado, brasileiro, CI 17.724.573, CPF 072.678.488-20;

3- COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 03.976.253/0001-93 estabelecida na Rua Francisco Severo Pizetti,101, Vila Francesa em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. João Rodrigues Junior, brasileiro, CI 4010518, CPF 029.794.729-05;

4- BARRA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS EIRELI LTDA ME, inscrita no CNPJ nº. 27.238.756/0001-20 estabelecida na Rodovia Luiz Rosso,7830, Bairro Dagostim em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Rafael Bortoloto Dagostim, brasileiro, CI 326689-4, CPF 005.534.729-09.

5- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAL OURO NEGRO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 32.147.268/0001-47 estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 3156, Ouro Negro em Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Clemilson Silva Crescencio, brasileiro, CI 3587424, CPF 024.434.439-65;

6- ARX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº. 23.595.412/0001-17 estabelecida na Avenida Metropolitana,1676, Cidade Mineira Nova em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Teo Alexandre Paz Arend, brasileiro, CI 6057827881, CPF 030.470.109-27;

7- EDEMILSON MICHELS PADARIA E CONFEITARIA ME, inscrita no CNPJ nº. 24.382.164/0001-99 estabelecida na Rua Dos Cravos,78, Bairro Saturno em Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Edemilson Michels, brasileiro, CI 3735799, CPF 040.224.289-02;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 99/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.3. Os produtos deverão ser entregues conforme necessidade do município de Forquilha, segundo agendamento previsto no edital de chamamento, e/ou num prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante na Avenida 25 de julho, no depósito da merenda escolar, fundos da garagem da prefeitura, Centro, Forquilha/SC, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através da Nutricionista.

1.4. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.5. Os produtos fornecidos/entregues deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, pelo prazo indicado na proposta e nas condições estabelecidas nesta ata, devendo a DETENTORA DA ATA substituir, por sua conta e nos prazos fixados pelo Setor competente do órgão gerenciador, caso os produtos forem considerados inadequados às especificações, bem como se for recusado por defeitos

ou apresentar avarias.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da Secretaria de Educação do Município de FORQUILHINHA, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da DETENTORA DA ATA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, todos os produtos deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela DETENTORA DA ATA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o órgão gerenciador, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. Os pedidos de reajustes/reequilíbrio deverão ser formalizados e protocolados no setor de protocolo do Município, em hipóteses comprovadas de fatos imprevisíveis ou com consequências incalculáveis, retardando ou impedindo a execução do objeto, ou ainda, em casos extracontratuais e extraordinárias econômica.

4. O prazo de validade da ata de registro de preços será até 31/12/2020, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não manter a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.
3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
 - 3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Daniela Hobold, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.
2. A Sra. Sonia Silveira, Secretária de Educação será a Gestora deste Contrato, sendo dela a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 99/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 17 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
COMÉRCIO DE CARNES DELLA GUSTINA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Diorgines Frasson Della Gustina
ROSOLEIA RAUPP DE BEM MACHADO
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: José Luiz Machado
COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: João Rodrigues Junior
BARRA COMÉRCIO E DISTRIB. DE ALIMENTOS
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rafael Bortolotto Dagostim
COM. DE FRUTAS E VERDURAS OURO NEGRO
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Clemilson Silva Crescencio
ARX COM. DE ALIMENTOS LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Teo Alexandre Paz Arend
EDEMILSON MICHELS PAD. E CONFEITARIA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Edemilson Michels
Daniela Hobold
Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/PMF/2019

Publicação Nº 2607868

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 159/PMF/2019 - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 76/PMF/2019;

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO PREÇO para aquisição de equipamentos, móveis e eletrodomésticos para as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/11/2020
4ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 104/PMF/2020

Publicação Nº 2608263

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 104/PMF/2020;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de gás de cozinha, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de agosto de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 17 de agosto de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 183 - 2020

Publicação Nº 2608249

DECRETO Nº 183, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE COMBATE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o posicionamento da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde sobre o uso de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19;

Considerando o Decreto nº 792, de 14 de agosto de 2020, que altera o Decreto nº 562 de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento da pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Municipal nº 99, de 24 de abril de 2020, que declara situação de calamidade pública no Município de Fraiburgo;

Considerando a Portaria nº 251 de 16 de abril de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que determina o uso de máscara e álcool gel em todos os estabelecimentos públicos, privados e filantrópicos em funcionamento no Estado de Santa Catarina;

Considerando a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras caseiras;

Considerando deliberação dos Prefeitos dos Municípios membros da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, tomada em reunião virtual realizada no dia 06 de agosto de 2020;

Considerando o aumento de casos nos Municípios que compreendem a região da AMARP, bem como a proximidade do possível colapso no setor de saúde no que diz respeito aos leitos de Unidade de Terapia Intensiva;

Considerando a avaliação do risco potencial para COVID-19, que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia na região da AMARP, já classificada como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO, conforme matriz de risco regional da SES.

DECRETA:

Art. 1º. Fica obrigatório o uso de máscaras, como forma de evitar a transmissão comunitária do COVID-19, em todo o território do Município de Fraiburgo.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, poderão ser utilizadas máscaras de pano confeccionadas de forma artesanal, desde que estejam devidamente fixadas e ajustadas ao rosto do usuário, encobrindo totalmente a boca e nariz.

§ 2º. É responsabilidade de cada estabelecimento garantir o cumprimento das medidas impostas neste artigo, ficando sujeito a fiscalização dos órgãos públicos, sendo que o descumprimento do regramento disposto neste Decreto constituirá infração sanitária, nos termos dos artigos 36 e 37 da Lei Municipal nº 1.607, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 2º. O disposto no presente Decreto não se aplica às instituições e aos estabelecimentos que prestem serviços de saúde, os quais deverão seguir normas de EPI's específicas para sua área, bem como ao atendimento dos pacientes, conforme recomendação da ANVISA.

Art. 3º. Fica estabelecido o horário de funcionamento do comércio em geral, exceto supermercados, da seguinte forma:

I - de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 19:00 horas.

II - aos sábados, respeitados os acordos coletivos, os estabelecimentos poderão funcionar até as 19:00 horas, fechando aos domingos e feriados.

§ 1º. Os supermercados poderão funcionar de segunda a sábado até as 22 horas e aos domingos até as 13 horas.

§ 2º. A limitação de horário imposta no parágrafo anterior perdurará enquanto a região da AMARP permanecer no nível de potencial de risco gravíssimo na matriz de risco do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Fica restringido o horário de funcionamento ao público de bares, tabacarias e similares:

I – de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 19:00 horas

II – sábados até as 12 horas.

III - domingos e feriados fechados.

§ 1º. Estes estabelecimentos poderão prestar serviços de delivery.

§ 2º. Não será permitido nenhum tipo de jogos, como baralho, sinuca e similares.

Art. 5º. Fica estabelecido o horário de restaurantes, lanchonetes e food trucks/ambulantes para todos os dias da semana, das 8:00 às 22:00 horas, após este horário, somente serviço de delivery;

Art. 6º. Quanto as lojas de conveniências e similares, fica estabelecido que não poderá haver consumo no local, sendo que as aquisições de lanches, guloseimas, bebidas e etc somente na modalidade delivery ou retirada no balcão.

Parágrafo único. O horário de funcionamento seguirá conforme a abertura e fechamento dos Postos de Combustíveis.

Art. 7º. Quanto ao funcionamento de salões de beleza e barbearias, os mesmos deverão trabalhar apenas com agendamento de horários, realizando atendimento individual, seguindo o regramento sanitário, respeitado o horário estabelecido no alvará de funcionamento.

Parágrafo Único. Fica expressamente proibido o consumo de alimentos e chimarrão nestes locais.

Art. 8º. Fica autorizado a realização de 1 (uma) missa ou culto somente aos domingos, obedecendo os protocolos de segurança, enquanto a região da AMARP se mantiver na posição de potencial de risco gravíssimo no mapa da matriz de risco, ressalvadas as modalidades "on-line" e "drive-in", bem como a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a qual poderá realizar seu culto aos sábados.

Parágrafo Único. Os líderes das respectivas religiões poderão realizar atendimento de forma individualizada e ficarão responsáveis pelo cumprimento das normas de segurança fixadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 9º. Fica mantida a proibição de eventos esportivos, funcionamento em qualquer modalidade de cinema, teatro, casa noturna, baile, show e espetáculo que acarreta reunião de público, execução de música ao vivo em qualquer local, ressalvadas na modalidade de "live" e "drive-in".

Parágrafo único. A permissão de eventos do artigo supra está vinculada ao retorno das aulas do calendário do ensino fundamental.

Art. 10. Fica mantida a proibição de práticas esportivas coletivas de contato, profissionais e amadoras, bem como treinamentos (vôlei, futebol de campo, futsal, handebol, basquete, entre outros)

Art. 11. Fica vedada a utilização das academias ao ar livre e parques públicos infantis.

Art. 12. Fica proibido, conforme Decreto Estadual, a utilização dos espaços de praças, parques, clubes sociais e afins.

Art. 13. Quanto as aulas especiais de ensino superior, o Decreto n. 630 do Governo do Estado de 1º de junho de 2020, permitiu a partir de 08 de junho de 2020, aulas presenciais de estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores, contudo, os municípios da AMARP não farão o transporte escolar desses acadêmicos.

Art. 14. Considerando o aumento de casos na região da AMARP, fica proibido o retorno das aulas presenciais de nível superior e técnico, como forma de preservar a saúde e vida dos estudantes, até o dia 07 de setembro de 2020.

Art. 15. O Decreto 724 do Governo do Estado de 1º de junho de 2020, estabelece como início das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico e ensino superior, a partir de 08 de setembro de 2020, sendo que os municípios da AMARP obedecerão ao calendário da Secretaria de Estado da Educação, desde que a Secretaria de Estado de Saúde indique condições favoráveis para tal decisão.

Art. 16. Fica mantida a proibição do transporte coletivo intermunicipal entre os municípios da AMARP.

Art. 17. Fica suspensa até o dia 22 de agosto a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, em atenção ao Decreto nº 785 do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 18. As pessoas físicas que descumprirem as determinações constantes na legislação e neste Decreto ficam submetidas a multa de 200 UFM's (duzentas Unidades Fiscais do Município).

Parágrafo Único. A sanção prevista no caput será aplicada às pessoas físicas que estiverem enquadradas no grupo de monitorados, suspeitos e confirmados da COVID-19, conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde, e que forem flagradas em locais públicos, em descumprimento ao período de quarentena.

Art. 19. As pessoas jurídicas que descumprirem as determinações constantes na legislação e neste Decreto ficam submetidas às seguintes penalidades:

- I – multa de 200 UFM's a 1000 UFM's;
- II – suspensão do alvará de funcionamento e multa;
- III – cassação do alvará de funcionamento e multa.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 17 DE AGOSTO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3235 e 18/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 10032020

Publicação Nº 2608250

PORTARIA Nº 1003, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JULIANE DIAS DE OLIVEIRA MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 023.727.149-45, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 10042020

Publicação Nº 2608252

PORTARIA Nº 1004, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ANTONIA VITÓRIA DE CASTRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 099.217.514-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 10052020

Publicação N° 2608253

PORTARIA N° 1005, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora ELISANGELA LORENCINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 999.217.749-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 10062020

Publicação N° 2608255

PORTARIA N° 1006, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 036/2020 da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUAN HENRIQUE DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 078.875.419-05, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PROJETO DE VENDA DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2020

Publicação N° 2608293

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PROJETO DE VENDA
DA CHAMADA PÚBLICA N° 0002/2020 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do projeto de venda do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a A aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural de hortifrutigranjeiros, pães, cuca e bolacha caseira e outros para alimentação escolar dos alunos que frequentam os CEM – Centros de Educação Municipais e CEI – Centros de Educação Infantil da rede pública Municipal de Fraiburgo – SC. Atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, restando vencedora as empresas: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – COOPERCONTESTADO no valor de R\$ 635.717,00 (seiscentos e trinta e cinco mil setecentos e dezessete reais) e COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL com valor de R\$ 45.760,00 (quarenta e cinco mil setecentos e sessenta reais). Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Informamos que a ata de abertura e julgamento do projeto de venda encontra-se disponível no site do Município: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2020 - 941

Publicação Nº 2608712

LEI DA LDO Nº 941/2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO - LDO, PARA O EXERCÍCIO 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2021, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria

econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);
- Fundo Agropecuário Municipal (centralizado);
- Fundo Municipal de Defesa Civil (Centralizado);
- Fundo Municipal do Idoso (centralizado)

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2017 a 2019, fixada para 2020 e projetada para 2021 a 2023;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2019 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2021 a 2023;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2017 a 2019;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2021;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2017 a 2019, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2021 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2021, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11º - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2021 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2021.

Art. 12º - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do

superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13º - O Orçamento para o exercício de 2021, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14º - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15º - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:
I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16º - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17º - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2021, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19º - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2019/2020 e funcionamento regular exercício de 2021, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20º - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21º - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22º - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2021, a preços correntes.

Art. 24º - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25º - Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26º - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27º - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2021, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28º - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29º - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30º - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31º - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33º - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34º - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35º - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36º - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, ou incremento na receita se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39º - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40º - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41º - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42º - Até o dia 30 de Outubro de 2020, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2021.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2020, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43º - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44º - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, em 17 de agosto de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

PROCESSO LICITATÓRIO 063/2020

Publicação Nº 2607961

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 063/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 032/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 03 de setembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 17 de agosto de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609096

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos quatro dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte (04/08/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior e a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a trigésima primeira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270094202019 (8299/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOSÉ P. FERREIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270094222019 (8321/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ROBERTO DE SOUZA MARTINS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270032882017 (1599/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: GIESTA INTERNACIONAL INCORPORADORA LTDA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270033982019 (2367/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ARACI JOB DE AZEVEDO BORGES DE SOUZA (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da trigésima primeira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e vinte. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609085

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos treze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte (13/08/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior e a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a trigésima quarta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270081472019 (3858/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: DARIO MA-NOEL RODRIGUES (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093992019 (3734/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOAQUIM DE AMORIM - ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270080762019 (3856/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: DOMINGOS OTILIA DE CAMPOS (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da trigésima quarta sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e vinte. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609080

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte (06/08/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior e a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a trigésima segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270094192019 (8313/2019) –Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIO FRANCISCO DE FREITAS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093832019 (4067/2017)–Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: AUXÍLIO ANTONIO BATISTELLA ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270077252019 (8470/2018) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: SILVIA STEIN MAIRESSE (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da trigésima segunda sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e vinte. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609077

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (28/07/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior, a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira e o Senhor Julgador Guilherme da Silva Crispim, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a trigésima sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270094472019 (8282/2019) –Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: NADIR FERMIANO SCOPEL (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270094382019 (8414/2019)–Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIA ARAÚJO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093972019 (8391/2019) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: SEVERINO MANOEL DE ABILIO SILVEIRA (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10260042552020 (1671/2020) –Recurso Ordinário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: EMANUEL ANTONIO QUARESMA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da trigésima sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezenove. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609075

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (30/07/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior, a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira e o Senhor Julgador Guilherme da Silva Crispim, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a vigésima nona sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270093882019 (8390/2019) –Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ABNÍCIO BOTELHO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093872019 (8337/2019)–Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MANOEL RIBEIRO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270094502019 (8418/2019) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ESP. DE MANOEL VITORINO BORGES (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da vigésima nona sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezenove. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609073

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (23/07/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior, a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira e o Senhor Julgador Guilherme da Silva Crispim, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a vigésima sétima sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270093912019 (8326/2019) –Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: LUCIO PEREIRA DA CONCEIÇÃO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093862019 (8428/2019)–Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: PORFIRO ZEFERINO CARDOSO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270093852019 (8335/2019) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIA MACHADO (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da vigésima sétima sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezenove. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO DO ANO DE 2020 DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS - JARF

Publicação Nº 2609068

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (21/07/2020), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior, a Senhora Julgadora Suelen Baricalla de Oliveira e o Senhor Julgador Guilherme da Silva Crispim, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a vigésima sexta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270094472019 (8421/2019) –Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ALCIONI DA ROSA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Interessada).

Relator: GUILHERME DA SILVA CRISPIM.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270094242019 (8311/2019)–Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CRISTIANO GUIOMAR DA SILVA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

10270094252019 (8305/2019) – Reexame Necessário– Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOÃO JOSÉ DE AMARAL (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto do relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da vigésima sexta sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezenove. E para constar, eu, Marcelo da Fonte Albuquerque, Secretário Geral da JARF, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

PORTARIA Nº. 1036/2020

Publicação Nº 2608742

PORTARIA Nº. 1036, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº. 926/2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 926/2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 926/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 926/2020, que concluiu pelo arquivamento da Sindicância Administrativa de acordo com o Artigo 173 inciso I da Lei Municipal 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito do Município de Garopaba

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1037/2020

Publicação Nº 2608772

PORTARIA Nº. 1037, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 816/2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 816/2020
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão de Processo Administrativo, Portaria nº. 816/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 816/2020, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo de acordo com o Artigo 173 inciso I da Lei Municipal 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito do Município de Garopaba

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1038/2020

Publicação Nº 2609276

PORTARIA Nº. 1038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 256/2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 256/2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 256/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 256/2020, que concluiu pela abertura de Processo Administrativo de acordo com o Artigo 173 inciso III da Lei Municipal 1000/2005 para apurar as circunstâncias dos óbitos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito do Município de Garopaba

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1039/2020

Publicação Nº 2609277

PORTARIA Nº. 1039, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO a Portaria nº 1038/2020 de 17 de Agosto de 2020 que em sua conclusão solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através da Sindicância nº 009/2020 e Portaria nº 1038/2020.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores, CENIR GRUNTHAL RAMOS, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA E ALICE VERE-CHUKI RIBEIRO DA SILVA para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 17 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE FASE DE LANCES FMS Nº 006/2020

Publicação Nº 2607998

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE FASE DE LANCES

Processo Licitatório FMS nº 006/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais médico-hospitalar, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do Município na prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A fase de lances verbais será dia 25/08/2020 às 08:30h.

O relatório de classificação está disponível no site garuva.atende.net.

GARUVA, 14 de agosto de 2020

Ivandro Sergio Lopes
Pregoeiro

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PMG Nº 032/2020

Publicação Nº 2608126

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 032/2020
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem para veículos leves, médios, pesados e máquinas, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Garuva, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Civil.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 31/08/2020 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 17 de agosto de 2020.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 93/2020

Publicação Nº 2608456

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019
CONTRATO 93 / 2020**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) PAMELA GRASIELE MARTINS, Brasileiro(a), União Estável, RG nº 5.951.489, CPF nº 082.181.009-03, residente e domiciliada no (a) ESTRADA MINA VELHA, nº sn, , MINA VELHA, Garuva, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber

:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de TECNICO ENFERMAGEM do Município de Garuva, junto à Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 320 (trezentos e vinte) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 14/08/2020, terminando no dia 28/02/2021, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.073,28 (dois mil, setenta e três reais e vinte e oito centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Fundo Municipal de Saúde, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Fundo Municipal de Saúde. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.



PREFEITURA DE
GARUVA
SANTA CATARINA COMEÇA **AQUI**

Garuva, 14/08/2020

Município de Garuva
Rodrigo Adriany David - Prefeito

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

PAMELA GRASIELE MARTINS

CPF 082.181.009-03

Testemunha 1

Testemunha 2

EXTRATO DE CONTRATO PMG 015/2020

Publicação Nº 2608567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 015/2020 - Processo PMG nº 025/2020
Modalidade: PREGÃO
Contratado: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA
Contratante: Município de Garuva

Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto simples de 60 cm e 40 cm de diâmetro para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$2.495,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)
Dotação: 07.001.2033.3390.13600
Data Assinatura: 24/07/2020
Prazo: 27/07/2020 até 26/10/2020

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2020

Publicação Nº 2608453

PORTARIA Nº 099 de 14 de agosto de 2020.

“DISPÕE SOBRE LICENÇA POLITICA PARA OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1o. – Conceder licença política para os servidores públicos abaixo relacionados conforme artigo 104, §2º, da Lei Complementar 001/98 de 02 março de 1998 e Portaria 98 de 12 de agosto de 2020.

ANNE CAROLINE SCHLOGL
CRISTIANO CHAVES
EDSON JAIR BACK
JAQUELINE PABST
LEANDRO TODT
MARCELO EDUARDO PERSON
MARLI TEREZINHA LEANDRO SIMMERMAN
ROGERIO CATARINA DE OLIVEIRA
SILMARA DE FARIAS

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar na data de 15 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2020

Publicação Nº 2608459

PORTARIA Nº. 100 de 17 de agosto de 2020.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar IOLANDO DE ASSIS – RG n° 4695613, CPF n° 618.330.889-72, Engenheiro Civil, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato PMG n° 017/2020, firmado com a empresa HOEFT E HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELI EPP.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD 07/2020**

Publicação Nº 2608555

Resolução MD 0007/2020

Dispõe sobre as regras a serem observadas pelo agente público da Câmara Municipal de Garuva, diante das eleições municipais de 2020, especialmente quanto às condutas proibidas.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 39, VII, do Regimento Interno, CONSIDERANDO orientação do Controle Interno do Poder Legislativo Municipal;
CONSIDERANDO a competência que lhe confere o § 3º do art. 37 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, bem como a sua condição de órgão diretivo do Poder Legislativo Municipal;
CONSIDERANDO o dever de atender os princípios que regem a administração pública na condução das ações institucionais do Poder Legislativo Municipal;
CONSIDERANDO as eleições municipais que acontecerão em 2020;
CONSIDERANDO o dever republicado de o Poder Legislativo Municipal manter-se imparcial diante dos pleitos, evitando favorecimentos que possam comprometer a igualdade de disputa dentre as candidaturas;
CONSIDERANDO a legislação eleitoral, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina a jurisprudência eleitoral, bem como a necessidade de regulamentação das condutas vedadas da instituição e de seus agentes públicos, RESOLVE:

Art. 1º As regras a serem observadas pelo agente público da Câmara Municipal, durante o período eleitoral, compreendido entre 15 de agosto e 15 de novembro de 2020, especialmente quanto às proibições de conduta, definidas nesta Resolução de Mesa.

§ 1º A base de leis para a definição das regras descritas nesta Resolução de Mesa é o Código Eleitoral, a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e as resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

§ 2º Considera-se, para fins desta Resolução de Mesa, como agente público da Câmara

Municipal:

I - vereador;

II - diretor;

III - chefe;

IV - assessor;

V - servidor titular de cargo efetivo;

VI - empregado público.

Art. 2º A divulgação de ação institucional da Câmara Municipal e da atuação de seus agentes públicos somente será admitida se tiver caráter educativo, informativo ou de orientação social e não resultar em promoção pessoal ou em propaganda eleitoral.

§ 1º A publicidade institucional deve ter como referência uma das seguintes caracterizações:

I - publicidade institucional: destinada a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados do Poder Legislativo, com o objetivo produzir sua valorização, estimular a participação da sociedade no debate parlamentar, no controle e na formulação de políticas públicas;

II - publicidade de utilidade pública: destinada a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos, conhecimento da atuação parlamentar e do processo legislativo; e

III - publicidade legal: destinada à divulgação de projetos de lei, justificativas, pareceres, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações do Poder Legislativo, com o objetivo de atender a prescrições legais.

§ 2º É proibida a menção de nome de agente público precedido dos símbolos gráficos hashtag ou arroba ou de qualquer outra forma de transferência de audiência, por meios eletrônicos, salvo no caso de justificado interesse público.

§ 3º O impulsionamento de matérias em redes sociais é admitido apenas em situações de justificado interesse público, visando alcançar maior efetividade na comunicação institucional.

Art. 3º São proibidas ao agente público, no âmbito da Câmara Municipal, as seguintes condutas:

I - fixar, colocar ou distribuir material de campanha eleitoral de qualquer candidatura nos ambientes internos e externos, inclusive janelas, fachadas e estacionamento;

II - realizar reuniões ou receber para tratar de assuntos relacionados com campanha eleitoral de qualquer candidatura, partido político ou coligação, inclusive no Gabinete de Vereador;

III - ceder ou usar, em benefício de qualquer candidatura, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Câmara Municipal, ressalvada a realização de convenção partidária;

IV - usar no ambiente de trabalho, em reuniões, inclusive de comissão, audiências públicas ou sessões plenárias qualquer espécie de vestimenta, adesivo, botton ou outra forma de identificação de candidatura, partido político ou coligação;

V - transportar em veículo oficial da Câmara Municipal material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VI - usar informações constantes em banco de dados da Câmara Municipal para realização de propaganda eleitoral;

VII - usar as redes sociais, o site, o blog ou qualquer outro meio de divulgação institucional, inclusive jornais, rádios e demais espaços contratados pela Câmara Municipal, para veicular propaganda eleitoral de qualquer candidatura, partido político ou coligação;

VIII - utilizar o conteúdo jornalístico produzido pelos profissionais de comunicação da Câmara Municipal disponibilizado nas redes sociais, no site, no blog ou qualquer outro meio de divulgação institucional, inclusive jornais, rádios e demais espaços contratados, na veiculação de propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

IX - realizar promoção pessoal ou propaganda eleitoral em pronunciamentos, inclusive em sessão plenária, reunião de comissão ou audiência

pública;
X - ceder servidor para partido político ou coligação;
XI - realizar, durante o horário de expediente, campanha eleitoral para qualquer candidatura, partido político ou coligação, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal;
XII - colocar propaganda eleitoral em árvores ou jardins da Câmara Municipal, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause dano;
XIII - usar materiais ou serviços custeados pela Câmara Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas em regulamento;
XIV - fazer ou permitir o uso promocional, em favor de qualquer candidatura, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pela Câmara Municipal;
XV - guardar, estocar ou acumular material referente à campanha eleitoral de qualquer candidatura, partido político ou coligação na Câmara Municipal, mesmo em gabinete de vereador;
XVI - utilizar os recursos provenientes da quota básica mensal para outro fim que não o de custear materiais e serviços pertinentes à atividade parlamentar institucional do Vereador.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal, ao constatar o desatendimento de qualquer dispositivo desta Resolução de Mesa, por qualquer agente público, determinará a imediata cessação da conduta vedada, com a consequente apuração de responsabilidade.

Art. 4º As linhas de telefonia móvel e fixa, computadores, demais equipamentos de comunicação e os veículos da Câmara Municipal, veículo Voyage, placa MFZ-0265, deverão ser usados, exclusivamente, para o exercício do mandato, conforme a legislação aplicável.

Art. 5º É vedada a veiculação de matéria que tenha como característica:

- I - transmissão, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, de resultados ou imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral;
- II - propaganda política;
- III - tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;
- IV - divulgação de filmes ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato, partido político ou coligação, mesmo que dissimuladamente;
- V - divulgação do nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção partidária, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com variação nominal por ele adotada;
- VI - a transmissão de programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção partidária.

§ 1º As restrições deste artigo deverão ser observadas também nas transmissões das sessões plenárias, audiências públicas e reuniões de comissão.

§ 2º A observância das restrições estabelecidas neste artigo será controlada pelo profissional de comunicação responsável pela divulgação de matéria escrita ou de imagem, em qualquer mídia, inclusive em meios eletrônicos.

Art. 6º Fica suspensa a transmissão ao vivo do Grande Expediente, das Explicações Pessoais e da Comunicação de Bancada.

§1º As Sessões Plenárias continuarão sendo gravadas na íntegra em áudio e vídeo e poderão ser fornecidas em áudio, para qualquer cidadão, mediante solicitação, por meio da ouvidoria da Câmara.

§2º No uso da palavra, os Vereadores respondem por todo e qualquer infração à legislação eleitoral.

Art. 7º Subsidiariamente ao disposto nesta Resolução de Mesa, serão aplicadas as demais normas previstas na legislação eleitoral, inclusive quanto ao conceito de propaganda eleitoral e aos prazos de proibições de conduta previstos no calendário eleitoral de 2020, definido pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.606, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 8º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 17 de agosto de 2020.

Helena Aparecida Costa Chaves
Presidente da Câmara

Valdemar Dierschnabel
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Luiz Moises Stocco
Secretário da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2020

Publicação Nº 2608889

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2020

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Locação (taxa fixa + impressões) de Equipamentos de Primeiro uso e lacrados de fábrica (em linha de produção), para impressão e reprodução de documentos, com fornecimento de software de bilhetagem para gestão operacional das impressões/reproduções, inclusive com as manutenções preventivas e corretivas e o fornecimento das peças e dos componentes necessários ao conserto. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 28/08/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 17/08/2020.

SIMARA MARASCHI

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.501, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607937

DECRETO Nº 9.501, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em substituição o membro abaixo identificado, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Educação	Adalci Terezinha Estevão Vasques Titular	Luciane Silvia Martins Bailer Titular

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 9.502, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607926

DECRETO Nº 9.502, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

RECONDUZ O SERVIDOR CRISTIANO MORAES MEDEIROS AO MANDATO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Municipal n.º 1.432/1993, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e permite a recondução ao mandato de conselheiro,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconduzido CRISTIANO MORAES MEDEIROS ao mandato de conselheiro, como membro suplente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a partir de 26 de junho de 2019, nomeado através do Decreto n.º 7.522, de 26 de junho de 2017.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 26 de junho de 2019.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 9.503, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607924

DECRETO Nº 9.503, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

RECONDUZ A SERVIDORA LURDES CARESIA DA SILVA AO MANDATO DE CONSELHEIRA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,
Considerando a Lei Municipal n.º 1.432/1993, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e permite a recondução ao mandato de conselheiro,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconduzida LURDES CARESIA DA SILVA ao mandato de conselheira, como membro suplente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a partir de 20 de março de 2019, nomeada através do Decreto n.º 7.400, de 20 de março de 2017.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de março de 2019.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 9.504, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607917

DECRETO Nº 9.504, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar a Comissão Especial organizadora da eleição dos representantes não governamentais para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Renato da Costa Brambilla Marquetti	Elaine Cristina da Silva Guimarães

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados através do Decreto nº 9.183, de 16 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.505, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607920

DECRETO Nº 9.505, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 9.428, DE 24 DE JUNHO DE 2020, QUE PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, O MANDATO DOS MEMBROS CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS E DO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, QUE ESPECÍFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VI, do artigo 1º do Decreto nº 9.428, de 24 de junho de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)

VI. JOCENIRA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA WALTRICK – Presidente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.401, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608024

PORTARIA Nº 6.401, de 03 de AGOSTO de 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, SEM REMUNERAÇÃO, À SERVIDORA CONSTANCIA DOS SANTOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 92, inciso VII, e artigo 109, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CONSTANCIA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 506.541.449-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de agosto de 2020.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.403, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608020

PORTARIA Nº 6.403, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 3.839, de 19 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

I. Processo Seletivo nº 010/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
LILIAN REGINA DINIZ PLOTGHER	13/07/2020	PROFESSOR DOC-III-8
LUZIANE MARIA GONÇALVES GUIMARAES	02/07/2020	PROFESSOR DOC-III-8

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

I. Processo Seletivo nº 004/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
AMANDA CRISTINA ZIMMERMANN	06/07/2020	MÉDICO GERAL COM.PSF

II. Processo Seletivo nº 003/2020:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
MARESSA RAQUEL DE MENDONCA MOURA	24/07/2020	MÉDICO GERAL COM.PSF

III. Processo Seletivo nº 006/2020:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
BENEDITO WENCESLAU DE SOUSA FILHO	15/07/2020	MÉDICO GERAL COM.PSF

IV. Processo Seletivo nº 013/2018:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ADILSON JOSE FURTADO MADRUGA	22/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
EUNICE AVELINA DA SILVA	13/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
JUSSARA APARECIDA DOS SANTOS DE JESUS	16/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
LILIAN CRUZ RIBEIRO	20/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
LUIS FERNANDO DE MENEZES MARTINS	06/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
MARIA MARTA OLIVEIRA FLORES	27/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
OSVANILDA BORGES DE SOUSA	29/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
SALETE MARIA RIBEIRO	14/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
SAMARA MICHELLE BIZATTO	02/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
SIMONE APARECIDA LIEGEL CAVALVANTE	24/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
SOLANGE REGINA NUNES	15/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM
LEANDRO JOÃO PEIXER	24/07/2020	TÉCNICO ENFERMAGEM

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de julho de 2020.

Gaspar, 03 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.410, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608016

PORTARIA Nº 6.410, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA ALLAN BELLAFRONTE BETONI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1054/2020.

VANDERLEI FISTAROL, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 20 de julho de 2020, o servidor ALLAN BELLAFRONTE BETONI, inscrito no CPF sob o nº 064.798.729-59, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1054/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa PACOPEDEIRA PAVIMENTADORA E COM. DE PEDRAS LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de julho de 2020.

Gaspar, 10 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL
Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 6.411, 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608017

PORTARIA Nº 6.411, 10 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA RICARDO MELATO PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10164/2019.

VANDERLEI FISTAROL, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 30 de outubro de 2019, o servidor RICARDO MELATO, inscrito no CPF sob o nº 051.450.289-46, ocupante do cargo de Operador de Sistemas, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10164/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Unifique Telecomunicações S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 30 de outubro de 2019.

Gaspar, 10 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL
Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 6.424, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608014

PORTARIA Nº 6.424, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA TATIANA CUNHAGO LIRA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 2065/2020.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 10 de agosto de 2020, a servidora TATIANA CUNHAGO LIRA, inscrita no CPF sob o nº 052.918.299-82, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, para atuar como Fiscal do contrato nº 2065/2020, firmado entre o Município de Gaspar e a Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - ABADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para de 10 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 6.425, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608009

PORTARIA Nº 6.425, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA RAMIRES DOS SANTOS PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 20139/2019.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 10 de agosto de 2020, o servidor RAMIRES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Diretor-Geral de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, inscrito no CPF sob o nº 041.095.839-50, para atuar como Fiscal do Contrato nº 20139/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a CLINICA CARDIOLOGICA CARDIOBLU LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 6.426, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608022

PORTARIA Nº 6.426, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR JANEIO CORREA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor JANEIO CORREA, inscrito no CPF sob o nº 891.161.869-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal, lotado com 40 horas semanais no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, fica à disposição na Secretaria Municipal de Planejamento Territorial a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2608773

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2020

OBJETO: Locação de imóvel situado em Gaspar/ SC, no bairro: Santa Terezinha, na Rua João Vieira, s/nº, área de 1.000m2, para alocação e depósito de materiais do SAMAE.

CONTRATADO: ROGÉRIO VENTURI (153.856.559-53) e TERESINHA CONCEIÇÃO VENTURI (015.155.529-00).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 3.984,67 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

DATA VIGÊNCIA: 13/08/2020

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 13 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 72 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608801

PORTARIA Nº 72 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR DANIEL FERNANDO CARDOSO, PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE POLÍTICA.

VANDERLEI FISTAROL, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença remunerada a partir de 15 de agosto de 2020, ao servidor DANIEL FERNANDO CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº 041.566.359-88, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Saneamento, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 15 de novembro de 2020, pelo período previsto na legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de agosto de 2020.

Gaspar, 17 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 73 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608802

PORTARIA Nº 73 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR CÍCERO GIOVANE AMARO, PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE POLÍTICA.

VANDERLEI FISTAROL, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença remunerada a partir de 15 de agosto de 2020, ao servidor CÍCERO GIOVANE AMARO, inscrito no CPF sob o nº 612.030.179-87, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Saneamento, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 15 de novembro de 2020, pelo período previsto na legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de agosto de 2020.

Gaspar, 17 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL
Diretor-Presidente

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N 02-2020 (RESUMO JORNAL) DUAS VANS

Publicação Nº 2608312

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 33/2020

Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n. 02/2020-PE

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS MODELO VAN ZERO QUILOMETRO PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 28/08/2020, às 14:00h. Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 14 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº111.2020 PROCESSO LICITATÓRIO 87.2020 PMGBA

Publicação Nº 2607938

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2020 - CC
CNPJ: 82.821.216/0001-82 RUA ADEMAR DE BARROS, 85 C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC	Processo Administrativo: 87/2020 Processo de Licitação: 87/2020 Data do Processo: 14/07/2020
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 111/2020 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, SENDO LOTES URBANOS AUTORIZADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 3275/2020, CONFORME COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, SOB A PORTARIA Nº 370/2020.

Às 09:00 (nove) horas do dia 17 (dezessete) de agosto de dois mil e vinte, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 87/2020, Concorrência 03/2020 para (ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, SENDO LOTES URBANOS AUTORIZADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 3275/2020, CONFORME COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, SOB A PORTARIA Nº 370/2020) do Município de Guaraciaba

/SC a Comissão de Licitação reuniu-se para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso a Comissão de Licitação resolve RECOMENDAR a autoridade superior Prefeito Municipal que REVOGUE o Presente Processo haja visto que a mesma não acudiu interessados. Publique-se

Guaraciaba, 17 de Agosto de 2020
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI ANDRIO DALL AGNOL

- .. - Presidente da Comissão de Licitação

- .. - Membro

MAURO ROBERTO SPOHR
.. - Membro/Suplente

EXTRATO AD04.20CONT39.16 FMS

Publicação Nº 2607821

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad04/20Cont39/16 - Contrato Nº: 39/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 5.150,00 (cinco mil cento e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 25/08/2020 Término: 25/08/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2016
Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA VEICULO DA FROTA
DO MUNICÍPIO: VEICULO PRISMA 1.4 MT LT 2014/2015 PLACA
QHA7495, CHASSI 9BGKS69L0FG150151 A SERVIÇO DA SAÚDE,
SEGURO TOTAL PARA VEÍCULO NOVO, DUCATO MULT JAEDI
AMBULÂNCIA, PLACA QIF 4665, ANO 2016, CHASSI

93W245G3RG2154782, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, COM VIGENCIA DE 365 DIAS.

EXTRATOS AD04.20 CONTRATO 105.16 PMGBA

Publicação Nº 2607809

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad04/20Con105/16 - Contrato Nº: 105/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 25/08/2020 Término: 25/08/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULO(ÔNIBUS AGRAL/MAXIBUS ASTOR) PLACA MJM 8304 CHASSI 9BYC52A1ACC000468, ANO FABRICAÇÃO 2011 MODELO 2012, UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO; SEGURO DO VEICULO FORD ECOSPORT XLT 2.0 16V 4P, PLACA MID2194, 2009/2010 CHASSI9BFZE55H5A8578558, UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, COM VIGENCIA DE 365 DIAS.

EXTRATOS CONTRATOS 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, E 37.2020 FMS

Publicação Nº 2608068

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 28/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Valor : 810,00 (oitocentos e dez reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 29/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 9.584,37 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 30/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
Valor : 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS
DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO
ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E
Contrato Nº.: 31/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
Valor : 1.609,00 (um mil seiscentos e nove reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS
DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO
ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E
NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 32/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: GESUL COMERCIAL EIRELI
Valor : 6.586,00 (seis mil quinhentos e oitenta e seis reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS
DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO
ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E
NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 33/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: ELETRO CENTRO COMERCIO DE PECAS E
ELETROELETRONICO
Valor : 6.602,70 (seis mil seiscentos e dois reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS
DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO
ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E
NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 34/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: INOVART - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Valor : 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS
DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 35/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI
Valor : 2.727,33 (dois mil setecentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 36/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: LUIS CESAR REIS
Valor : 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 37/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: MARCOS JEFFERSON BORGES SANTOS
Valor : 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 23.2020 FMS

Publicação Nº 2608659

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2020
PROCESSO Nº 23/2020 HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS / EQUIPAMENTOS DESTINADOS A ACADEMIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA LOCALIZADA NA RUA 1º DE MAIO ANEXO AO ESTADIO OLIMPIO DAL MAGRO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA-SC, A SER UTILIZADO NA SECRETARIA E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR
LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.584,37 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos)

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.609,00 (um mil seiscentos e nove reais)

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.586,00 (seis mil quinhentos e oitenta e seis reais)

CONTRATADO: ELETRO CENTRO COMERCIO DE PECAS E
ELETROELETRONICO
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.602,70 (seis mil seiscentos e dois reais e setenta centavos)

CONTRATADO: INOVART - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS
EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove reais)

CONTRATADO: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.727,33 (dois mil setecentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos)

CONTRATADO: LUIS CESAR REIS
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta reais)

CONTRATADO: MARCOS JEFFERSON BORGES SANTOS
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais)
=====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 66.20 REMOÇÃO, DESLOCAMENTO E EXECUÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Publicação Nº 2609010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº66/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 96/20, Edital de Pregão Presencial Nº 66/20. Tipo: Menor preço; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELETRICA NA RUA ANUNCIA VALENTINA ZATT e EXECUÇÃO DE PROJETO ELETRICO, PARA EMPRESA CLAUDIR MAZZOCHIO ME; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 28/08/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 28/08/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30 as 17:30 horas e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 17 de agosto de 2020.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**4º T.A CT 05/2017 RÁDIO RAI0 LUZ**

Publicação Nº 2608626

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2017

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2017 celebrado entre a Câmara Municipal de Vereadores de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, com sede Rua 13 de Maio, 60, na cidade de Guaraciaba, CNPJ nº 02.606.335/0001-83, neste ato representado pelo Presidente Sr. GERSON FERRONATTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 000.445.309-35, residente e domiciliado na estrada geral, interior, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado CONTRATANTE e por outro lado a empresa RAI0 DE LUZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 76.812.627/0001-09, estabelecida na Rua 7 de Setembro, centro, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO HUBNER, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 831.892.709-53, residente e domiciliado na Rua Guilherme José Missen, nº 310, no Município de São Miguel do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais n.º 8.666/93 e nº 10.520/02, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes e Processo Licitatório Nº 01/2017, resolvem aditar o presente contrato nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a suspensão temporária e excepcional da vigência do Contrato nº 05/2017, que visa a divulgação e veiculação pelo CONTRATADO dos atos e atividades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUSPENSÃO DO CONTRATO: Fica suspensa a execução do Contrato 05/2017 pelo período de 3 (três) meses, a partir de 15/08/2020 a 15/11/2020, retomando de forma normal a partir desta última data.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Pelo mesmo período de 15/08/2020 a 15/11/2020, fica suspenso o pagamento dos valores mensais devidos ao Contratado, ficando o Contratante obrigado ao pagamento do valor parcial devido no mês de agosto de 2020, no importe de R\$ 700,00 (setecentos reais), e do valor parcial devido no mês de novembro de 2020, no importe de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Todas e demais Cláusulas do Contrato originário e termos aditivos anteriores, que não conflitarem com as presentes disposições, permanecem em pleno vigor e inalteradas. E, para que este Termo passe a produzir seus efeitos Jurídicos e legais efeitos a chancela das partes, na presença das testemunhas que também o firmam.

Guaraciaba– SC, em 12 de agosto de 2020.

GERSON FERRONATTO
PRESIDENTE
CONTRATANTE

FERNANDO HUBNER
CONTRATADO

Testemunhas:

LIZETE GRIMM

LUCIANE DILLY

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 60/2020-FMS - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2609211

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico nº 60/2020 – FMS

Processo Licitatório: 60/2020 – FMS

Tipo: Menor preço/lance por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DO COVID-19 PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC)

Entrega dos Envelopes: até 31/08/2020 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 31/08/2020 às 09h01min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim (SC), 17 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

PARECER Nº. 05/2020/CME

Publicação Nº 2608127

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DOCUMENTO

DOCUMENTO (S) ANALISADO (S):	PARECER:
Solicitação SEMED Calendário Escolar Ano Letivo 2020	Número: 005/2020
NOME DA INSTITUIÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
ENDEREÇO: Rua Irineu Vilela Veiga	Nº 222
TELEFONE: 3373-4433	
CONSELHEIRO (S) RESPONSÁVEL (IS) PELA ANÁLISE: Presidente do Conselho Maria Helena C. de Lima Hobus, Valciria Lana De Souza, Marja Prusse Rebelato, Marcia Do Prado Gutz, Marizete Machado, Claudia Aparecida Da Costa Fernandes, Vanesa Aparecida Vitol Marcellino, Dirce Cardoso Borges, Alexandre Medeiros, Eliane Maciel, Ana Teresinha Reinert Bosse, Eliane Marques Nitz, Caroline Maria Da Silva De Oliveira, Mara Cleonice Brayer, Cristiane Maria Engel Dalcastagne.	

HISTÓRICO:

Os Conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Guaramirim - CME reuniram-se por meio de reunião virtual em Sessão Extraordinária dia 10/08/2020 às 9h para análise do Calendário Escolar do ano 2020, reorganização da carga horária diária para validação do ano letivo e recesso escolar para professores e alunos.

EMBASAMENTO LEGAL:

De acordo com a Lei Complementar nº 10/2010 Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Guaramirim é órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino - SISMEN, com funções consultiva, normativa, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, regulamentadas em Regime Interno Próprio, de forma a assegurar a participação da sociedade na Gestão da Educação Municipal.

Considerando Resolução CME/GM 001/2020 que estabelece Normas de Orientações sobre o Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica Pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Guaramirim, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, em consonância com a prevenção da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Considerando o Decreto Nº 1.234/2020 Homologou o Plano de Ação: orientações técnicas administrativas às unidades escolares do sistema municipal de educação para continuidade do regime especial de atividades escolares não presenciais.

Considerando Parecer CNE/CP Nº005/2020 que dispõe da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

Considerando o Parecer CNE/CP Nº: 11/2020 que dispõe Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas

Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

Considerando Portaria N/1433 de 22/07/2020.

Considerando O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

VOTO RELATOR:

A relatora, após análise e estudo das legislações correlatas ao Calendário Escolar Letivo de 2020, considera favoráveis as ações.

ANÁLISE DOS CONSELHEIROS

O Conselho Municipal de Educação – CME/Guaramirim, juntamente com a Diretora Pedagógica Valcirla Lana de Souza e a Secretária Municipal de Educação Marja Prusse Rebelato, realizaram discussões acerca do Calendário Escolar do ano de 2020, reorganização da carga horária diária para validação do ano letivo e recesso escolar para professores e alunos.

Considerando que O Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica está pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Art. 32, §4º; na Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Arts. 1º, 2º e 3º.

Considerar-se-á o cumprimento previsto do calendário escolar, substituindo, excepcionalmente, a prática presencial por Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais para as Etapas I e II da Educação Básica, sem prejuízo aos estudantes enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao contágio da COVID- 19, proteção à comunidade escolar e à sociedade em geral.

A garantia do padrão de qualidade da aprendizagem na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 3º e inciso IX, e seguir o Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Guaramirim.

Manutenção da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem com intencionalidades pedagógicas orientadas pelos professores, mediadas ou não por tecnologia a distância, que garantam, ao final do ano letivo, a carga horária de 800 (oitocentas) horas, com frequência mínima de 60% (sessenta por cento) para a Educação Infantil pré-escolar e a carga horária de 800 (oitocentas) horas, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para o Ensino Fundamental.

Com a flexibilização evidenciada pela MP nº 934, que dispensa, em caráter excepcional as escolas da educação básica da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, mas determina o cumprimento da oferta de 800h mínimas anuais.

Nos termos definidos pelo Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, recomenda-se que os sistemas e organizações educacionais desenvolvam planos para a continuidade da implementação do calendário escolar de 2020-2021, de forma a retomar gradualmente as atividades presenciais, de acordo com as medidas estabelecidas pelos protocolos e autoridades locais.

Diante dos desafios da pandemia, é preciso definir diretrizes e medidas sensatas que possam apoiar respostas educacionais eficazes para proteger os direitos de aprendizagem e mitiguem os impactos da pandemia, de forma a garantir a continuidade do processo de aprendizagem e a implementação do calendário escolar de 2020-2021.

Portanto revoga-se, no Decreto Nº 1.234/2020 o texto: a partir do dia 14/04/2020, todas as atividades escolares não presenciais serão contabilizadas como carga horária letiva de 3h diária, e serão consideradas na reprogramação do calendário escolar em cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB. Passando a ler-se: a partir do dia 14/04/2020, todas as atividades escolares não presenciais serão contabilizadas como carga horária letiva de 4h diária, e serão consideradas na reprogramação do calendário escolar em cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB.

Esta alteração faz-se necessária mediante acompanhamento e desenvolvimento das atividades de aprendizagem não presenciais, ficando evidente que os esforços e comprometimento apontam que são necessárias 4h diárias para a realização e estudo das mesmas. Os professores elaboraram, semanalmente, roteiros de estudos e atividades on-line e/ou impressas para os alunos, considerando sua carga horária de trabalho diária das atividades presenciais de origem com cada uma de suas turmas, ou seja, se o professor de uma determinada disciplina tem 4 aulas semanais por turma, as atividades escolares não presenciais e as avaliações deverão ser organizadas, considerando essa carga horária.

Ressalta-se que quando retornar as aulas presenciais, mediante as avaliações diagnósticas, será necessário elaborar um plano de ação que mitiguem os efeitos da defasagem da aprendizagem, ofertando aos alunos aulas de apoio/reforço escolar.

Considerando que os professores e funcionários da rede municipal vem superando desafios ao longo de todo o processo de atividades de aprendizagem não presenciais, superando as adversidades, demonstrando empenho e compromisso com o alcance de resultados de aprendizagem e permanência dos estudantes no percurso escolar. Visando à saúde física e emocional do grupo de professores, profissionais de educação e alunos, este conselho é favorável a dar recesso escolar no período de 25 a 27 de agosto de 2020.

À vista do exposto, os Conselheiros Municipais de Educação após análise, são de parecer favorável ao Calendário Escolar 2020 com as seguintes datas:

- 06/02: início do ano letivo de 2020;
- 19/03: início do período de suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares municipais;
- 23/03 a 06/04: recesso escolar para professores e estudantes;
- 07/04 a 22/04: formação on-line direcionada aos gestores, técnicos e professores, com orientações para uso da plataforma Educarweb e implementação das atividades escolares não presenciais;
- 14/04 a 24/08: desenvolvimento das atividades escolares não presenciais;
- 25/08 a 27/08: recesso escolar para alunos, professores, profissionais ocupantes de cargos nas unidades escolares;
- 31/08 a 22/12: desenvolvimento das atividades escolares não presenciais e atividades presenciais, quando estas forem liberadas por meio de decreto governamental;
- 22/12 Divulgação dos resultados
- Pré conselho de classe nas aulas atividades e Conselho de Classe on-line participativo com agendamento de horário.

Sessão extraordinária virtual: os Conselheiros Municipais de Educação acompanham o voto da relatora, sendo favorável, ao Calendário Escolar 2020, considerando que o mesmo cumpre com as 800h mínimas anuais, conforme legislação vigente.

DECISÃO DA PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME/GUARAMIRIM

O Conselho Municipal de Educação – CME/Guaramirim, em Sessão extraordinária virtual no dia 10 de agosto de 2020, aprova o parecer da relatora.

Guaramirim, 10 de agosto de 2020.

Maria Helena Conceição de Lima Hobus
Presidente do CME

Conselheiros Municipais de Educação
VALCIRIA LANA DE SOUZA
MARJA PRUSSE REBELATO
MARCIA DO PRADO GUTZ
MARIZETE MACHADO
CLAUDIA APARECIDA DA COSTA FERNANDES
VANESA APARECIDA VITOL MARCELLINO
DIRCE CARDOSO BORGES
ALEXANDRE MEDEIROS
ELIANE MACIEL
ANA TERESINHA REINERT BOSSE
ELIANE MARQUES NITZ
CAROLINE MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA
MARA CLEONICE BRAYER
CRISTIANE MARIA ENGEL DALCASTAGNE

Guarujá do Sul

PREFEITURA

124/2020

Publicação Nº 2607945

DECRETO Nº 124/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.143,66 (setenta e cinco mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.2.093

63 - 4.4.90.00-00.00.382 Aplicações Diretas R\$ 75.143,66

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.2.093

59 - 3.1.90.00-00.00.382 Aplicações Diretas R\$ 75.143,66

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA:

Unidade 01- Gabinete do Secretário:

Atividade: 0501.12.361.2.090

66 - 3.3.90.00-00.00.3096- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 4º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o Art. 3º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA:

Unidade 01- Gabinete do Secretário:

Atividade: 0501.12.361.2.090

67 - 4.4.90.00-00.00.3096- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
17 de agosto de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 44/2020

Publicação N° 2607925

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 44/2020 - Pregão Presencial N°. 25/2020

Objeto: Contratação de seguro para veículos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e no Transporte Escolar do município de Guarujá do Sul .

Propostas e Habilitação: 31/08/2020 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 17 de agosto de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 34-2020 - 7º TERMO ADITIVO AO CT 27-2016

Publicação Nº 2607850

CONTRATO/ADITIVO Nº. 34/2020
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.311.157/0001-99, com sede na AV Pernambuco, sala 202 e 206, centro, na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Senhor, RAFAEL MARIO SEBBEM, inscrito no CPF/MF sob o n. 641.074.180-49, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n. 229/2016 – Pregão Presencial n. 14/2016, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n. 27/2016, visando o reajuste de valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

0.1. Através deste instrumento as partes resolvem alterar o valor do referido contrato reajustando conforme o IGPM dos últimos 12 meses ficando em (9,27%) passando o valor de R\$ 9.643,86 (nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos) para R\$ 10.537,84 (dez mil, quinhentos e trinta e sete reais com oitenta e quatro centavos) a partir do mês de agosto de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original e termos aditivos já firmados anteriormente, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu – SC, 06 de agosto de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal
Contratante

DUETO TECNOLOGIA LTDA
Contratada

Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:
CPF- CPF-

ADITIVO 35-2020 - 3º TERMO ADITIVO AO CT 36-2018

Publicação Nº 2607852

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 36/2018

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a empresa RADIODIFUSÃO INDIO CONDÁ LTDA, estabelecida na Rua Benjamin Constant, nº 286, Bairro Centro, no Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.943.275/0001-23, neste ato representada por seu representante legal Senhora, CLARA MIRIAM LANG, inscrita no CPF – 864.300.509-63, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Administrativo nº. 36/2018, Pregão Presencial nº 14/2018 que se regerá nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

0.1. Suspende durante o período eleitoral de 2020 o contrato original nº 36/2018 e seus termos aditivos vigentes, que tem por objeto a prestação de serviços de Radiodifusão padrão AM, para gravação em estúdio e veiculação de programa semanal de rádio, visando a divulgação dos atos oficiais, informações, avisos e recados de utilidade pública, ações, programas e projetos, obras e serviços prestados pelo município de Guatambu/SC

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUSPENSÃO:

2.1. Fica suspenso a partir do dia 14 de agosto de 2020 o contrato original nº 36/2018, e Termos Aditivos vigentes, conforme Decreto nº 202/2020 de 13 de agosto de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

3.1. As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas. E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu/SC, 13 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

RADIODIFUSÃO INDIO CONDÁ LTDA
Contratada

Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 36-2020 - 3º TERMO ADITIVO AO CT 51-2018

Publicação Nº 2607856

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 51/2018

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a empresa RÁDIO SÃO CARLOS LTDA, estabelecida na AV Santa Catarina, nº 790, Bairro Centro, no Município de São Carlos/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.845.735/0001-43, neste ato representada por seu representante legal Senhora, GLAUCIA SARTORI GANDOLFI, inscrita no CPF – 014.778.740-89, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Administrativo nº. 68/2018, Pregão Presencial nº 30/2018 que se regerá nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

0.1. Suspender durante o período eleitoral de 2020 o contrato original nº 51/2018 e seus termos aditivos vigentes, que tem por objeto a prestação de serviços de Radiodifusão padrão FM, visando a divulgação de atos oficiais e administrativos através de programa informativo semanal de até 10 (dez) minutos e 4 (quatro) inserções diárias de até 30 (trinta) segundos em atendimento a todos os setores da administração municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUSPENSÃO:

2.1. Fica suspenso a partir do dia 14 de agosto de 2020 o contrato original nº 51/2018, e Termos Aditivos vigentes, conforme Decreto nº 202/2020 de 13 de agosto de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

3.1. As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas. E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu/SC, 13 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

RADIO SÃO CARLOS LTDA
Contratada

Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

EXTRATO DE CONTRATO 46/2020

Publicação Nº 2608051

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	46/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	ROBSON DOS SANTOS – EPP
CNPJ :	27.993.580/0001-11

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CAPTAÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE GUATAMBU SC, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DO EDITAL E PROPOSTA COMERCIAL DA CONTRATADA.
Valor	R\$ 90.685,79 (noventa mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos).
Vigência..... Licitação....	Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020. TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020.
Guatambu/SC, 18/08/2020. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

LEI COMPLEMENTAR 134 / 2020

Publicação Nº 2607902

LEI COMPLEMENTAR N. 134/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2018, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Guatambu votou e aprovou, e ele sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica extinto o Cargo de Secretário da Junta Militar, Nível CC-1, Dedicção Integral, do Quadro de Provimento em Comissão, da Lei Complementar nº 119/18.

Art. 2º Ficam substituídos os ANEXOS IV, V e XI, da Lei Complementar 119/18, pelos novos anexos integrantes da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 14 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

ANEXO IV

QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	NÍVEL	DEDICAÇÃO	N. DE CARGOS
Secretário da Junta Militar**	CC-1	Dedicação integral	01
Chefe de Setor	CC-2	Dedicação integral	09
Assessor de divulgação de informações	CC-3	Semi-integral	01
Diretor de Departamento	CC-3	Dedicação integral	09
Tesoureiro*	CC-4	Dedicação integral	01
Chefe de Gabinete	CC-4	Dedicação integral	01
Superintendente Distrital **	CC-4	Dedicação integral	01
Controlador Geral Interno *	CC-5	Dedicação integral	01
Coordenador de Compras e Licitações	CC-5	Dedicação Integral	01
Assessor Administrativo	CC-6	Dedicação integral	01
Assessor de Planejamento e Coordenação	CC-6	Dedicação integral	01
Consultor Jurídico *	CC-6	Dedicação semi-integral	01
Contador Geral do Município	CC-7	Dedicação integral	01
Assessor Jurídico do Município	CC-8	Dedicação semi-integral	01
Secretários Municipais (agentes políticos)		Dedicação integral	05

*Cargos em extinção.

** Cargos Extintos.

ANEXO V**QUADRO DE VENCIMENTOS/ SUBSÍDIOS DOS CARGOS EM COMISSÃO**

CARGOS	NÍVEL	REMUNERAÇÃO
Secretário da Junta Militar**	CC-1	R\$ 1.316,75
Chefe de Setor	CC-2	R\$ 1.688,54



Diretor de Departamento	CC-3	R\$ 2.377,92
Assessor de divulgação de informações	CC-3	R\$ 2.377,92
Tesoureiro*	CC-4	R\$ 3.312,00
Chefe de Gabinete	CC-4	R\$ 3.312,00
Superintendente distrital**	CC-4	R\$ 3.312,00
Controlador Interno*	CC-5	R\$ 4.322,05
Gerente de Saúde	CC-5	R\$ 4.322,05
Coordenador de Compras e Licitações	CC-5	R\$ 4.322,05
Consultor Jurídico*	CC-6	R\$ 4.322,05
Assessor Administrativo	CC-6	R\$ 4.322,05
Assessor de Planejamento e Coordenação	CC-6	R\$ 4.322,05
Contador Geral do Município	CC-7	R\$ 6.506,34
Assessor Jurídico do Município	CC-8	R\$ 8.520,21
Secretários Municipais	Agentes políticos	Subsídio conforme Lei Municipal que fixa os subsídios dos Agentes Políticos

*Cargos em extinção.

** Cargos Extintos.

ANEXO XI

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA ATRIBUIÇÕES E QUALIFICAÇÃO

Os servidores compreendidos este grupo, dirigem e coordenam órgãos ou entidades específicas da administração superior, processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos do poder público municipal, assessorarem na relação das políticas governamentais a nível municipal e institucional, além da participação de grupo e/ou comissões de nível estratégica.

REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/dedicação integral ou semi-integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO - Livre nomeação e exoneração

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

SECRETÁRIO DA JUNTA MILITAR **

ATRIBUIÇÕES:

- Cooperar no preparo e execução da mobilização de pessoal, de acordo com as normas baixadas pela Região Militar;
- Efetuar o alistamento militar dos brasileiros, procedendo de acordo com as normas vigentes;
- Informar ao cidadão alistado sobre as providências a serem tomadas quando de sua mudança de domicílio;
- Providenciar a atualização dos dados cadastrais do cidadão, relativas à mudança de domicílio, no portal do Serviço Militar, Sermil, na internet;
- Orientar os brasileiros que não possuam registro civil a comparecerem a um cartório de registro civil a fim de possibilitar o seu alistamento;
- Realizar o carregamento dos arquivos de alistamento no portal do Sermil, na internet;
- Gerar o relatório contendo as datas e números dos arquivos de alistamento carregados no portal do Sermil, na internet;
- Realizar as consultas de cidadão no portal do Sermil, sempre que julgar necessário;
- Providenciar a retificação dos dados cadastrais dos alistados, reservistas, dispensados e isentos do serviço militar no portal do Sermil;
- Validar os dados cadastrais dos cidadãos que realizarem o pré-alistamento pela internet, conferindo-os com a documentação apresentada;
- Restituir, aos interessados, os documentos apresentados para fins de alistamento militar, depois de extraídos os dados necessários;
- Providenciar a averbação dos dados de exercícios de apresentação da reserva no portal do Sermil;
- Fornecer os documentos militares requeridos, após o pagamento da taxa e/ou da multa correspondente ou da comprovação de isenção da(s) mesma(s) por meio de ficha socioeconômica;
- Fazer a entrega dos certificados militares mediante recibo passado nos respectivos relatórios;
- 15 - organizar os processos de retificação de dados cadastrais, arrimo de família, notoriamente incapaz, adiamento de incorporação, preferência de força armada, transferência de força armada, reabilitação, 2ª via de certificado de reservista, serviço alternativo, anulação de eximção e reciprocidade do serviço militar, encaminhando-os à CSM através da Del SM;
- Reavaliar o certificado de alistamento militar;
- Averbar, no Sermil, as anotações referentes à situação militar do alistado, no que lhe couber;
- Determinar o pagamento de taxas e multas militares, quando for o caso;
- Informar ao cidadão, por ocasião do alistamento, os seus direitos e deveres com relação do Serviço Militar;
- Participar, à CMS, por intermédio da DelSM, às infrações à lei do serviço militar e ao seu regulamento;
- Organizar e:
 - a) realizar as cerimônias para entrega de certificado de dispensa de incorporação;
 - b) executar os trabalhos de relações públicas e publicidade do serviço militar no município;
- Recolher, à Del SM, os certificados militares inutilizados até o dia 5 de cada mês;
- Afixar, em local visível, o valor das multas, os documentos necessários para o alistamento e aviso de que os documentos não retirados em noventa dias serão eliminados;
- Receber, dos cartórios existentes na jurisdição de sua área de atuação, as relações de óbito dos cidadãos falecidos na faixa etária de 18 anos a 45 anos, encaminhando-os à CSM;
- Confeccionar, mensalmente, em duas vias, o mapa de arrecadação de taxas e multas e o mapa de situação estatística, encaminhando-os

à DelSM;

- Preencher os certificados de dispensa de incorporação e certificados de isenção, encaminhando-os à Del SM, para fins de assinatura;
- Assinar o termo de manutenção de sigilo do Sermil.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível médio completo

CHEFE DE SETOR

ATRIBUIÇÕES:

- Chefiar e coordenar a parte administrativa e operacional do Setor em que estiver lotado;
- Instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem;
- Assessorar a organização dos serviços;
- Levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior;
- Dar conhecimento ao superior hierárquico de todos fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria;
- Promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço;
- Coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpra-lhe fiscalizar;
- Representar o superior hierárquico, quando designado;
- Assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral;
- Organizar eventos em geral; atender o público em geral.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

ASSESSOR DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

ATRIBUIÇÕES:

- Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração públicas;
- Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;
- Atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos da administração, tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, a partir daí com a opinião pública, visando a promoção do município;
- Promover entrevistas ou encontros do interesse da administração municipal;
- Manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;
- Elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa;
- Atuar e prestar apoio e colaboração aos demais órgãos da administração, por ocasião de atos e solenidades públicas;
- Planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito da administração municipal;
- Preparar minuta de pronunciamentos oficiais, na forma solicitada pelo prefeito municipal;
- Manter-se atualizada sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessem à administração municipal;
- Desincumbir-se de missões de representação e de outras atividades, quando delegadas pelo prefeito municipal.
- Registrar, fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;
- Planejar e conduzir pesquisas de opinião pública;
- Editar o boletim oficial do município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse da administração municipal;
- Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da administração municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada;
- Administrar a publicidade legal, bem como, a publicação de atos públicos do município, em todos os veículos de comunicação, oficiais e não oficiais;
- Coordenar a criação e aprovar as peças publicitárias para campanhas institucionais e de interesse público, com prévia e expressa autorização do prefeito municipal;
- Realizar o relacionamento com a mídia local, regional, nacional e internacional, visando a divulgação das ações do poder executivo municipal;
- Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da administração municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada;
- Promover entrevistas ou encontros do interesse da administração municipal.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: dedicação Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível médio completo

DIRETOR DE DEPARTAMENTO

ATRIBUIÇÕES:

- Administrar o Departamento, pelo qual é responsável, em estreita observância às disposições legais e normativas da Administração Pública Municipal, e, quando aplicáveis, as da legislação federal e estadual;
- Exercer a liderança institucional da área de competência do Departamento, promovendo contatos, relações e articulação com autoridade, órgãos e entidades nos diferentes níveis e âmbitos governamentais;
- Assessorar o Prefeito e outros Departamentos em assuntos de competência;
- Despachar diretamente com o Prefeito;
- Participar das reuniões dos Conselhos e Comissões a que pertencem, presidindo-as quando lhes competir;
- Exercer a supervisão das unidades administrativas subordinadas ao Departamento, através de orientação, coordenação, controle e

avaliação;

- Atender às solicitações e convocações da Câmara Municipal, na forma da Lei;
- Emitir, despachar ou dar parecer de caráter conclusivo sobre assuntos submetidos à sua decisão ou apreciação;
- Expedir atos administrativos de sua competência;
- Determinar às unidades administrativas outras medidas que se fizerem necessárias para eficiência dos trabalhos e consecução dos objetivos;
- Apresentar ao Prefeito Municipal, anualmente e em caráter eventual, quando solicitado, relatório analítico e crítico da atuação do Departamento;
- Assinar juntamente com o Prefeito, convênios, contratos, acordos, ou ajustes em que o Departamento sob sua responsabilidade seja parte, observada a sua competência e a legislação aplicável;
- Participar da elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do orçamento Anual, outros Planos, Programas e Projetos com a Coordenadoria de Planejamento;
- Promover reuniões periódicas de orientação entre os diferentes níveis hierárquicos do Departamento;
- Desempenhar outras providências correlatas compatíveis com o seu cargo e cumprir determinação do Prefeito;
- Referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito Municipal, pertinente a sua área de competência.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível médio completo

TESOUREIRO *

ATRIBUIÇÕES:

- Controlar receitas e efetuar pagamento de despesas do Município e suas entidades, registrando a entrada e saída de valores, para assegurar a regularidade das transações financeiras e comerciais da organização;
- Manter sob sua responsabilidade cofre forte, as senhas, numerário, talões de cheques e outros valores pertencentes ao Município e suas entidades, examinando os documentos que lhe são apresentados, para atender aos interesses da Administração Municipal;
- Receber, em dinheiro ou cheque, taxas, impostos, serviços de pavimentação e outros prestados pela prefeitura, efetuando a quitação dos mesmos;
- Recolher aos bancos, em conta corrente, em nome do órgão público, todo o numerário recebido, mantendo em caixa apenas o necessário ao atendimento do expediente normal;
- Verificar periodicamente o numerário e os valores existentes nas contas bancárias do órgão público, supervisionando os serviços de conciliação bancária, depósitos efetuados, cheques emitidos e outros lançamentos, para assegurar a regularidade das transações financeiras;
- Executar cálculos das transações efetuadas, comparando-os com as cifras anotadas em registro, para verificar e conferir o saldo do caixa;
- Preparar um demonstrativo do movimento diário de caixa, relacionando os pagamentos e recebimentos efetuados com os respectivos valores em dinheiro ou em cheques, para apresentar posição da situação financeira existente;
- Outras atribuições afins e correlatas ao exercício do cargo que lhe forem solicitadas.

REGIME JURÍDICO - Estatutário

CARGA HORÁRIA - Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO - Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - Nível médio completo

CHEFE DE GABINETE

ATRIBUIÇÕES:

- Elaborar informações, pareceres e outros documentos de natureza técnico-administrativa e política;
- Monitorar a execução de tarefas e missões que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal;
- Prestar assistência ao Prefeito Municipal naquilo que diz respeito às relações institucionais entre o Poder Executivo e Legislativo Municipal;
- Chefiar o cumprimento de outras atribuições que lhe forem cometidas por ato expresso do Prefeito Municipal, especialmente de tarefas relacionadas ao acompanhamento do processo legislativo;
- Efetuar, o atendimento de munícipes e visitantes nas dependências do Gabinete do Prefeito;
- Redigir a correspondência oficial do Gabinete do Prefeito;
- Elaborar, analisar e supervisionar o conteúdo e a técnica de redação dos atos submetidos à deliberação governamental;
- Providenciar a publicação de leis, decretos e demais atos legislativos e administrativos de sua responsabilidade;
- Coordenar, orientar e executar as ações pertinentes ao Sistema Administrativo de Atos do Processo Legislativo;
- Efetuar a integração entre o Gabinete do Prefeito, Câmara de Vereadores e a sociedade, por meio de coordenação, acompanhamento e execução do processo legislativo no Poder Executivo;
- Examinar e analisar o conteúdo e a técnica legislativa de anteprojeto de lei, mensagens e demais documentos relativos ao processo legislativo que serão submetidos à apreciação da Câmara de Vereadores;
- Elaborar, consultando os órgãos da administração pública municipal envolvida no processo, as razões de veto do Prefeito Municipal, quando da sanção de leis;
- Ordenar, controlar e encaminhar as respostas do Poder Executivo a pedidos de informações, requerimentos, moções e indicações oriundas do Poder Legislativo;
- Orientar os órgãos da administração pública municipal relativamente ao conteúdo, à produção formal e à técnica de atos legislativos oriundos do Poder Executivo;
- Desenvolver outras atividades pertinentes à área legislativa ou a outros assuntos que lhe forem conferidos;
- Desincumbir-se de outras funções ou atividades necessárias para o desempenho de suas atribuições.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior**SUPERINTENDENTE DISTRITAL ******ATRIBUIÇÕES**

- Têm especial atribuição de superintender a execução dos serviços e o conjunto de operações da administração municipal, para o desempenho de atribuições específicas no Distrito de Fazenda Zandavalli, no que tange:
- a) a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas;
- b) manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse da Superintendência
- c) fiscalizar os serviços a seu encargo;
- d) solicitar e autorizar compras de materiais e equipamentos;
- e) atender ao público em geral;
- f) realizar outras tarefas afins.

REGIME JURÍDICO: Estatutário**CARGA HORÁRIA:** Dedicção Integral**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Livre nomeação e exoneração**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL -** Nível médio completo**CONTROLADOR GERAL INTERNO *****ATRIBUIÇÕES:**

- Monitorar e fiscalizar os órgãos pertencentes ao Município, observando se as diretrizes adotadas estão em consonância com as normas estabelecidas;
- Administrar a Controladoria Interna, pelo qual é responsável, em estreita observância às disposições legais e normativas da Administração Municipal;
- Exercer liderança institucional da área de competência da Controladoria Interna, promovendo contatos e articulação com autoridades, órgãos e entidades nos diferentes níveis e âmbitos governamentais;
- Assessorar o Prefeito e Diretores de Departamentos Municipais em assuntos de competência da Controladoria Interna;
- Exercer supervisão das unidades administrativas subordinadas a Controladoria Interna, através de orientação, coordenação, controle e avaliação;
- Emitir, despachar ou dar parecer de caráter conclusivo sobre assuntos submetidos à sua decisão ou apreciação;
- Apresentar Prefeito, mensalmente, relatório analítico e crítico da atuação da Controladoria Interna do Município;
- Participar da elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, outros Planos, Programas e Projetos;
- Desempenhar outras atividades correlatas compatíveis com o seu cargo e cumprir determinações do Prefeito;
- Elaborar trabalhos de inspeções, examinando in loco, a correta execução, bem como os elementos que deram origem às prestações de contas da Administração Municipal;
- Fiscalizar, avaliar e assinar documentação de gestão financeira e patrimonial dos órgãos da Administração com vistas à implantação e utilização racional dos recursos e bens públicos;
- Desempenhar atividades afins.

REGIME JURÍDICO: Estatutário**CARGA HORÁRIA:** Dedicção Integral**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Livre nomeação e exoneração**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Curso Superior em Contabilidade com inscrição no Órgão regulador**COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES****ATRIBUIÇÕES:**

- Coordenar, supervisionar e dirigir o setor de compras e licitações observando o estrito cumprimento da Lei 8.666/93 e 10.520/02 entre outras que disciplinam a matéria;
- Planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com o levantamento de orçamentos, sejam eles prévios, por estimativa ou compra direta;
- Emitir e manter o controle de emissão de passagens para deslocamento de membros e servidores;
- Organizar e manter atualizados os cadastros de fornecedores e material;
- Manter o controle de assinaturas;
- Dar continuidade aos processos licitatórios instaurados, acompanhando toda sua execução;
- Negociar preços, condições e prazos de pagamentos nos processos de compra e serviços;
- Acompanhar e manter o controle dos prazos de entrega dos processos de compra direta;
- Realizar pesquisas legislativas, procurando atualizar os processos licitatórios e contratos;
- Organizar e manter atualizado arquivo de legislação pertinente ao serviço;
- Realizar pesquisas de preços;
- Fazer observar, nos pedidos de aquisição de materiais, as especificações necessárias a sua perfeita identificação;
- Acompanhar o desempenho das empresas inscritas no cadastro de fornecedores, no que concerne ao cumprimento das obrigações assumidas;
- Elaborar as autorizações de despesa, a qual contém todos os detalhes das solicitações de compras e serviços (objeto, fornecedor, item orçamentário, valor, dotação, entre outros), para posterior autorização do órgão responsável;
- Exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

REGIME JURÍDICO: Estatutário**CARGA HORÁRIA:** Dedicção Integral**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Livre nomeação e exoneração**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Curso superior em Direito, Administração ou Contabilidade.

GERENTE DE SAÚDE**ATRIBUIÇÕES:**

- Orientar e supervisionar as atividades de saúde em conformidade com as diretrizes da Política Municipal de Saúde, no nível regional;
- Coordenar e acompanhar as atividades administrativas relacionadas com convênios, acordos, contratos e outras, de acordo com as diretrizes preconizadas pela área de saúde;
- Planejar, programar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com a Política Municipal de saúde;
- Assessorar na formulação e execução das ações e serviços de saúde, desenvolvidos no âmbito municipal;
- Aplicar instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações e dos serviços desenvolvidos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
- Acompanhar regularmente os bancos de dados nacionais conforme preconizado pelas normas do SUS;
- Acompanhar e avaliar os instrumentos de gestão municipal tais como: Relatório de Gestão,
- Plano Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Sistemas de Informações e o Pacto dos Indicadores;
- Assessorar na formação e elaboração dos instrumentos de gestão em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde;
- Manter intercâmbio com órgãos do governo Federal, dos Estados, Municípios e outros, objetivando a troca de informações que viabilizem as ações específicas de vigilância sanitária;
- Articular-se com órgãos de segurança pública, objetivando atuação conjunta para a execução de ações de fiscalização;
- Processar e julgar em 1º instância, os autos de procedimentos administrativos instaurados, para apuração de infrações sanitárias, na forma da legislação, lavrados pelos servidores lotados ou em
- Exercício na Vigilância Sanitária Municipal;
- Coordenar a organização e o desenvolvimento das ações e dos serviços de Assistência Farmacêutica, de acordo com as diretrizes da Diretoria competente da Secretaria Municipal de Saúde;
- Desenvolver outras atividades inerentes a sua área de atuação.
- Elaborar relatórios semestrais das atividades da Gerência de Saúde.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior

ASSESSOR ADMINISTRATIVO**ATRIBUIÇÕES:**

- Assessorar e auxiliar o Prefeito Municipal no planejamento e execução dos projetos, programas e metas de seu plano de governo. Em sintonia com os titulares de cada secretaria municipal;
- Promover estudos visando o aperfeiçoamento e simplificação das técnicas e rotinas de trabalho, o cumprimento da legislação e a melhoria do atendimento aos usuários do serviço público e da população em geral;
- Auxiliar a Administração superior na formação de projetos visando a busca e captação de recursos junto aos diversos órgãos dos governos do estado e da união, providenciar a documentação necessária, encaminhar e acompanhar a sua apreciação;
- Elaborar minutas de convênios, acompanhar sua assinatura, publicação, liberação de recursos e prazo de vigência, enviando cópia para conhecimento da Câmara Municipal de Vereadores, nos termos da Lei Orgânica do Município;
- Fazer o chamamento de fornecedores, preencher e manter atualizados os cadastros, redigir e lançar os editais de licitações e de acordo com a legislação em vigor;
- Disponibilizar espaço físico e as condições materiais para a Comissão Permanente de Licitações acompanhando-a e auxiliando-a em todas as suas tarefas;
- Lavrar as minutas de contrato, obedecendo a legislação em vigor, a vinculação ao ato convocatório, a dotação orçamentária e a orientação do Prefeito e/ou secretário de Administração e Fazenda, quanto ao prazo de vigência, a forma e as condições de pagamento;
- Elaborar termos aditivos aos contratos e convênios celebrados;
- Publicar os contratos e convênios e seus termos aditivos no átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores, em jornal de circulação local, regional e estadual, onde mais e conforme dispuser a legislação em vigor para cada caso;
- Manter sob a sua guarda, responsabilidade e boa ordem, toda a documentação do setor de licitações;
- Auxiliar a administração superior na elaboração e apresentação do PPA, LDO e LOA, bem assim, nas audiências públicas e nas relações institucionais com as demais esferas de governo;
- Auxiliar a procuradoria geral do Município com o fornecimento de informações necessárias ou úteis para elaboração das leis e regulamentos municipais, bem assim, as demais missões que forem confiadas à área jurídica;
- Auxiliar o secretário municipal de administração e fazenda em todas as suas atividades e, por solicitação ou determinação deste, atuar na fiscalização do cumprimento das metas pré-estabelecidas e no funcionamento dos serviços internos;
- Realizar estudos e pesquisas sobre as atribuições de cargos, funções e empregos a fim de possibilitar sua classificação e retribuição;
- Acompanhar a organização de novos quadros de servidores; estudar e acompanhar novos sistemas de ascensão, progressão, avaliação de cargos, bem como, a elaboração de anteprojetos de decretos;
- Realizar estudos sobre a criação, alteração, extinção, supressão, lotação e relocação de cargos, funções e empregos;
- Estudar o aperfeiçoamento do sistema de cadastro; participar de estudos e pesquisas sobre programas de recrutamento, seleção, treinamento a aperfeiçoamento pessoal;
- Estabelecer estatísticas de custos para realização de cursos, concursos e seminários;
- Estudar e acompanhar projetos de estruturação e reorganização dos serviços;
- Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico;
- Colaborar na análise de fluxos, estudos sobre a divisão do trabalho e avaliação de tempo e operação;
- Estudar e acompanhar trabalhos de natureza técnica para elaboração de normas pertinentes ao processo orçamentário; acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- Estudar e acompanhar o exame crítico da conjuntura econômico-financeiro a fim de adequar a ela a produtividade das fontes de receitas;
- Estudar e acompanhar o desenvolvimento dos programas a fim de estimar os seus efeitos;
- Estudar e acompanhar o orçamento-programa, sua execução físico-financeiro;

- Analisar o acompanhamento da receita; estudar e propor normas para a administração de materiais;
- Realizar pesquisa sobre tendências, evolução e objetivo da administração de materiais;
- Participar de estudos para elaboração de normas à padronização, simplificação, especificação, compra, recebimento, guarda, estocagem, suprimento, alienação, e inventários de materiais.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso superior em Administração, Direito, Economia ou Contabilidade.

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

ATRIBUIÇÕES:

- Auxiliar e acompanhar a elaboração, execução e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Município de Guatambu, bem como seu plano de ação;
- Elaborar minutas de projetos especiais a serem implantados pelo Governo Municipal e acompanhar a sua execução, após aprovação;
- Elaborar projetos para captação de recursos junto a outros entes da Federação, entidades internacionais, instituições financeiras e outros afins, com a finalidade de financiar projetos e divulgações das ações de relevância para o Município;
- Participar na elaboração nas minutas dos projetos de leis orçamentárias, a saber: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual juntamente com a contadoria do Município e após suas aprovações, controlar junto com os demais órgãos competentes, a efetivação das metas fiscais e o equilíbrio econômico financeiro, conforme o planejamento.
- Coordenar a ação governamental visando articular e ordenar as diversas iniciativas dos demais órgãos da administração, garantindo transversalidade e imunidade nos projetos e programas a serem implantados pelo Governo Municipal.
- Desenvolver os trabalhos para elaboração da Minuta do Plano Diretor do Município.
- Coordenar os trabalhos dos departamentos de projetos e captação de recursos e de desenvolvimento econômico e orçamentos, bem como a assessoria de comunicação e imprensa.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Contabilidade ou Administração, com registro no órgão competente e experiência no serviço público.

CONSULTOR JURÍDICO *

ATRIBUIÇÕES:

- Examinar minutas de peças processuais,
- Orientar análises, estudos, exames, pesquisas, relatórios e trabalhos de natureza jurídica atinentes a feitos judiciais ou procedimentos administrativos de competência da procuradoria municipal;
- Auxiliar na realização de audiências, reuniões e sessões, referentes à execução de atividades processuais ou extraprocessuais do procurador municipal;
- Acompanhar o andamento de processos judiciais, inquéritos policiais ou civis ou procedimentos administrativos;
- Verificar termos de contratos, aditivos a contratos, bem como termos de convênios e aditivos;
- Comparecer quando convocado pelo assessor jurídico do município às reuniões, prestando-lhe assistência.
- Analisar processos administrativos e emitir pareceres, com a aprovação do assessor jurídico do município do município;
- Responder consultas dos setores da administração pública, com a aprovação do assessor jurídico do município do município;
- Acompanhar o departamento de licitações em seus trabalhos, quando solicitado;
- Executar outras atividades referentes a área jurídica, boas e necessárias para o andamento dos trabalhos da procuradoria.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Semi-integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior em Direito, com comprovada experiência na área pública e inscrição na OAB

CONTADOR GERAL DO MUNICIPIO

ATRIBUIÇÕES:

- Responsabilidade contábil por toda a contabilidade pública do município, cancelando a mesma;
- Ser apontado perante o Tribunal de Contas como o contador responsável pela contabilidade pública do município;
- Coordenar e orientar todas as ações e atos administrativos da Contadoria Geral do Município;
- Orientar e participar com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda sobre reuniões nas Controladorias Gerais do Estado e da União, dos Tribunais de Contas do Estado e da União, e do Ministério Público;
- Prestar informações ao Secretário Municipal de Fazenda e a Procuradoria Geral do Município, para instruir processos administrativos e judiciais;
- Participar das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE;
- Zelar pela pontualidade e cumprimento dos prazos das prestações de contas bimestrais e balanços do Município;
- Solicitar por meio de expediente oficial a Câmara Municipal para encaminhar suas contas para consolidação e envio para o Tribunal de Contas do Estado;
- Participar das audiências públicas referente ao plexo orçamentário;
- Prestar as informações e comparecer à Câmara Municipal, quando requerido;
- Controlar os limites de despesa de pessoal conforme previsto em lei.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior em Contabilidade com inscrição no Órgão regulador

ASSESSOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO**ATRIBUIÇÕES:**

- Chefiar e coordenar a Procuradoria Geral do Município;
- Apoiar juridicamente a Comissão Permanente de Licitação orientando nos processos e procedimentos administrativos relacionados com licitações e contratos;
- Instaurar processo administrativo disciplinar, Sindicância Administrativa e Tomada de Contas Especial, sempre que lhe for dada ciência de irregularidade no serviço público no âmbito do Executivo Municipal;
- Encaminhar defesa em Juízo ou fora dele, dos processos de natureza trabalhista, administrativa, fiscal e, patrimonial;
- Supervisionar o cumprimento da Política de Governo relacionada com a ordem Jurídica dos assuntos relacionados com cidadania e direitos humanos;
- Promover a defesa do Município em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção semi-integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Curso Superior em Direito, com comprovada experiência na área pública e inscrição na OAB

SECRETÁRIO MUNICIPAL**ATRIBUIÇÕES:**

- Chefiar, dirigir, planejar, orientar e coordenar a Secretaria para a qual foi designado pelo Prefeito Municipal;
- Apresentar ao Gabinete do Prefeito propostas referentes à legislação, orçamento e aperfeiçoamento dos servidores subordinados, bem como dos programas, projetos e ações a serem desenvolvidos;
- Chefiar a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas;
- Manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse da Secretaria de que titular;
- Receber toda a documentação oriunda de seus subordinados e encaminhá-la à unidade administrativa competente, decidindo as que forem de sua competência e opinando nas que dependem de decisões superiores;
- Fiscalizar os serviços a seu encargo; solicitar e autorizar compras de materiais e equipamentos;
- Observar e cumprir leis, decretos e regulamentos;
- Elaborar a efetividade e planilhas de horas extras dos servidores da Secretaria de que for o titular;
- Determinar a escala de férias; responsabilizar-se pelo patrimônio da Secretaria;
- Realizar a avaliação do estágio probatório dos servidores da Secretaria;
- Coordenar projetos;
- Representar a Secretaria nas solenidades e comemorações oficiais do Município;
- Procurar, com o máximo critério, conhecer seus subordinados, promovendo o clima de cooperação e respeito mútuo entre todos;
- Estabelecer as normas internas, respeitando os princípios administrativos;
- Promover atualização das normas internas;
- Atender às ponderações justas de todos os seus subordinados, quando feitas a termo e desde que sejam de sua competência;
- Zelar pelo aproveitamento integral do efetivo lotado em sua respectiva Secretaria;
- Imprimir em todos os seus atos, como exemplo, à máxima correção, pontualidade e justiça; promover e presidir as reuniões periódicas, de cunho educativo e informativo com o pessoal diretamente subordinado, no intuito de debater questões relativas à melhoria do desempenho das tarefas atribuídas à respectiva Secretaria, participando ao Prefeito Municipal os assuntos para apreciação superior;
- Manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos públicos de atendimento à população, respeitando as limitações e atribuições da mesma;
- Atender ao público em geral; realizar outras tarefas afins.

REGIME JURÍDICO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: Dedicção Integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Livre nomeação e exoneração

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – alfabetizado

*Cargos em extinção.

** Cargos Extintos.

LEI ORDINÁRIA 1154 / 2020

Publicação Nº 2607934

LEI N. 1154/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"REVOGA LEI QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica revogada a Lei Ordinária Municipal nº 1.127/2019, de 28 de novembro de 2019, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal desafetar e alterar traçado da estrada municipal EMG 115.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 14 de agosto de 2020.

Luiz Clóvis Dal Piva
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 1155 / 2020

Publicação Nº 2607939

LEI N. 1155/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“ESTABELECE NOMENCLATURA DAS LINHAS QUE COMPÕEM O DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC. ”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Ficam estabelecidas as nomenclaturas das Linhas que compõem a divisão territorial do interior do município de Guatambu/SC.

Art. 2º Para efeitos desta Lei adota-se a seguinte definição:

I. Linha: Cada uma das partes principais em que se divide o interior de um município.

Art. 3º As Linhas receberão os seguintes nomes:

- I. Linha Annes;
- II. Linha Bettu;
- III. Linha Bolsoni;
- IV. Linha Divisora;
- V. Linha Elesbão;
- VI. Linha Feliz;
- VII. Linha Flor;
- VIII. Linha Gramado dos Rosas;
- IX. Linha Lajeado Peão;
- X. Linha Kilian;
- XI. Linha Matte;
- XII. Linha Nova União;
- XIII. Linha Porto Chalaná;
- XIV. Linha Schneider;
- XV. Linha Siqueira;
- XVI. Linha Vila Nova.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 14 de agosto de 2020.

Luiz Clóvis Dal Piva
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.253/2020

Publicação Nº 2609150

DECRETO Nº 4.253/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus.

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município;

Considerando o Manual de Diretrizes Sanitárias emanadas do Estado de Santa Catarina, o qual orienta e norteia as atividades escolares/educacionais para a Educação de jovens e adultos, ensino médio, profissionalizante e superior de forma a prevenir e mitigar a disseminação do SARS Cov2 (COVID – 19) no retorno das atividades presenciais, Considerando a Recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Processo Administrativo n. 09.2020.00001923-0, o qual orienta pela implantação imediata de Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia nos termos da Diretrizes Sanitárias Estaduais.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, nos termos do item 1 das Diretrizes Sanitárias no âmbito da rede de Educação Municipal, tanto para escolas públicas ou privadas, no Município de Herval d'Oeste – SC.

Art. 2º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 tem por finalidade mobilizar e coordenar as atividades dos Órgãos Públicos Municipais e entidades quanto às medidas a serem adotadas para minimizar os impactos em Saúde Pública de Importância Municipal, decorrente do Coronavírus, especialmente no que tange a utilização dos recursos financeiros disponibilizados pela Portaria nº 1857, de 28 de julho de 2020, do Ministério da Saúde, na forma da lei e exclusivamente para o fim da compra de materiais necessários à garantia da segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação das escolas públicas da rede básica de ensino e para ações de promoção da saúde e prevenção à COVID-19 na educação, tais como materiais de higienização, materiais de limpeza, álcool em gel e líquido 70%, máscaras, termômetros infravermelho, adesivos de marcação para distanciamento social, materiais educativos para a realização das ações de promoção de saúde e prevenção à COVID-19 no âmbito da educação.

Art. 3º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 exercerá atividade voluntária de relevante interesse público pelo período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, por tantos dias, que forem necessários para a contenção da pandemia na área da Educação e será composto pelos seguintes representantes:

- I – Silvana Lazzarini Bulla (Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes);
- II – Wilian Cesar Gavasso (Secretaria Municipal de Saúde);
- III – Ivone Esquina (Secretaria de Assistência Social);
- IV – Lourivan Xavier de Almeida (Secretaria de Administração e Finanças);
- V- Daize Terezinha Borsoi (Representante dos profissionais e trabalhadores da educação);
- VI – Fabiane Raissa Quinhones (Representante dos estudantes da educação básica);
- VII – Lúcia Angela Klein de Campos (Representante do Conselho Municipal de Educação)
- VIII – Gilese Bulh (Representante das Comissões escolares);
- IX – Leandra Strada (Representante da rede das escolas estaduais);
- X - Rosane Martins (Representante das escolas da rede privada);
- XI – Fernanda Marqueze Mott da Silva (Representante do Conselho municipal de merenda escolar);
- XII – Simone Aparecida Radavelli (Presidente do FUNDEB e representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB).

Parágrafo Único: O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 será coordenado pela Secretária Municipal de Educação, e será sediado à Rua Nereu Ramos, 389, prédio da Prefeitura Municipal, centro, Herval d'Oeste/SC, 89610-000.

Art. 4º A coordenação do O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, de acordo com a necessidade, poderá convocar representantes, demandando medidas específicas de acordo com a competência de cada um dos órgãos ou entidades.

Art. 5º A participação no O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a contar da sua publicação e tem seu prazo de vigência limitado ao período de pandemia do Coronavírus

(COVID-19).

Herval do Oeste (SC), 17 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito
HERVAL D'OESTE - SC

DECRETO Nº 4.254/2020

Publicação Nº 2609149

DECRETO Nº 4.254/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÕES ESCOLARES MUNICIPAIS DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM CADA UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DE ACORDO COM O ITEM 1 DAS DIRETRIZES SANITÁRIAS ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados em cada unidade escolar Comissão Escolar Municipal para Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, em conjunto com o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, nos termos do item 1 das Diretrizes Sanitárias no âmbito da rede de Educação Municipal, tanto para escolas públicas ou privadas, no Município de Herval d'Oeste – SC.

Art. 2º As Comissões Escolares para Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 exercerão atividade voluntária de relevante interesse público pelo período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, por tantos dias, que forem necessários para a contenção da pandemia na área da Educação e será composto da forma que segue:

I- ESCOLA BASICA MUNICIPAL CRUZ E SOUZA:

- a) ANGELA CRISTINA BILIBIO (Representante do Gestor);
- b) NILCE BORTOLUZI (Representante do quadro de Professores);
- c) FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND (Representante do quadro de professores);
- d) ANA JULIA FINK (Representante dos alunos);
- e) GUSTAVO LUIZ DOS REIS (Representante dos alunos);
- f) MARISTTELA ALVES (Representante das famílias dos alunos);
- g) VIVIANE DE SOUZA DE OLIVEIRA (Representante das famílias dos alunos);
- h) JULIANA BISATTO MAIER (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) VIVIANE BRANDALISE DA SILVA (Representante das entidades colegiadas – APP)
- j) ADRIANE BERNARDO (Representante de outros trabalhadores);
- k) MARLOVA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS (Representante de outros trabalhadores);

II – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA TÂNIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ:

- a) FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS (Representante do Gestor);
- b) ANDRÉIA APARECIDA SCALABRIN (Representante do Gestor)
- c) VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO (Representante do quadro de Professores);
- d) VANESSA PEREIRA DA COSTA (Representante do quadro de professores);
- e) GISLAINE BISHOFF SABRITO (Representante das famílias dos alunos);
- f) BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENSI (Representante das famílias dos alunos);
- g) EDENILCE HERICKS (Representante das entidades colegiadas – APP);
- h) CRISLAINE ALVES (Representante das entidades colegiadas – APP)
- i) DEILY CRISTIANE PRUDÊNCIO LUVISON (Representante de outros trabalhadores);
- j) LINDAMIRA ZARPELON (Representante de outros trabalhadores);

III – GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSOR ADOLFO BECKER:

- a) VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI (Representante do Gestor);
- b) MARIZETE COMARETTO PEZENATTO (Representante do quadro de Professores);
- c) CARLA CRISTINA PEDRON (Representante do quadro de professores);
- d) LYEVE THAUÃ RECALCATTI (Representante dos alunos);
- e) TACIANE DA SILVA OLIVEIRAS (Representante dos alunos);
- f) ADÉLIO CRUZ DE OLIVEIRA (Representante das famílias dos alunos);
- g) MARLI TEREZINHA PAGANINI RECALCATTI (Representante das famílias dos alunos);
- h) DAIANA FACHIN (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA (Representante das entidades colegiadas – APP)

- j) ROSA MARIA SIQUEIRA CARVALHO POLO (Representante de outros trabalhadores);
- k) GISELI CRISTINA DOS SANTOS (Representante de outros trabalhadores);

IV – GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA:

- a) LUCILA BRINKMANN (Representante do Gestor);
- b) JULIO PASQUAL RIGO (Representante do quadro de Professores);
- c) ALINI ALVES CABRAL (Representante do quadro de professores);
- d) MARIA EDUARDA RONSSEN (Representante dos alunos);
- e) LAURA PIVETTA PARIZE (Representante dos alunos);
- f) FABIANO CAVALHEIRO DE JESUS (Representante das famílias dos alunos);
- g) ROBERTO DA SILVA (Representante das famílias dos alunos);
- h) EDENOR ANDRÉ LAMPERTI (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) LUIZ VANOS BORDIN (Representante das entidades colegiadas – APP)
- j) SALETE ZANCHETTA (Representante de outros trabalhadores);
- k) GISELE GALDINO (Representante de outros trabalhadores);

V- ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSOR ALCINO FERNANDES:

- a) DAIANA FACHIN (Representante do Gestor);
- b) CLAUDIMARA ANDRIONI (Representante do quadro de Professores);
- c) ROSALI SILVA SANTOS (Representante do quadro de professores);
- d) HENRIQUE GEMELLI (Representante dos alunos);
- e) PABLO RUAN ALVES (Representante dos alunos);
- f) ADALGISA MARTINI (Representante das famílias dos alunos);
- g) SONIA DEFREYN (Representante das famílias dos alunos);
- h) DAIANA RAMELLA (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) SILVIA GARVIN GEMELLI (Representante das entidades colegiadas – APP)
- j) POLIANA THAIS VARELA (Representante de outros trabalhadores);

VI – CENTRO DE EDUCAÇÃO PEQUENO PRÍNCIPE:

- a) SABRINA ROVER (Representante do Gestor);
- b) ROSEMILDA HERICKS RAMPON (Representante do quadro de Professores);
- c) SAIONARA APARECIDA TESSER MIGNONI (Representante do quadro de professores);
- d) BERNARDO MATANA ALVES (Representante dos alunos);
- e) JOÃO PEDRO CERLETTI MUNDINS (Representante dos alunos);
- f) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA (Representante das famílias dos alunos);
- g) ROZANE ZARPELON BOLSONI (Representante das famílias dos alunos);
- h) ALEXANDRE CRISTIAN DAVID (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI (Representante das entidades colegiadas – APP)
- j) MARGARETE VOLPATO PRONER (Representante de outros trabalhadores);
- k) ELIANE VICENTE (Representante de outros trabalhadores);

VII – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VALDETE SOUZA NODARI:

- a) SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA (Representante do Gestor);
- b) ROZEMARY APARECIDA DANIELI HACH (Representante do quadro de Professores);
- c) LUCIANA SORAIA COSTENARRO CARRER (Representante do quadro de professores);
- d) CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS (Representante das famílias dos alunos);
- e) DIANA CARLA BIOLCHI RATTI (Representante das famílias dos alunos);
- f) MICHEL SARTORI (Representante das entidades colegiadas – APP);
- g) ADELIA ALVES DA CRUZ (Representante das entidades colegiadas – APP)
- h) PATRICIA DA COSTA (Representante de outros trabalhadores);
- i) MARIVANE ANTONIAZZI DA SILVA (Representante de outros trabalhadores);

VIII – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIO ZEZINHO:

- a) CLAUDETE BERTOTTI (Representante do Gestor);
- b) SIMONE APARECIDA RADAVELLI (Representante Gestor)
- c) SIMONE ROSELI MARTINS (Representante do quadro de Professores);
- d) SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Representante do quadro de professores);
- e) MONICA COSTA FELL (Representante das famílias dos alunos);
- f) CINTIA TONET MOREIRA (Representante das famílias dos alunos);
- g) ELIZETE FORTUNATI (Representante das entidades colegiadas – APP);
- h) SONIAMAR SEBEN WASEN (Representante das entidades colegiadas – APP)
- i) MARÍLIA MORGANA ZACCARON (Representante de outros trabalhadores);
- j) MARILÚ GONÇALVES (Representante de outros trabalhadores);

IX – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ:

- a) CLAUDIA ANDREA DAHMER ROSSI (Representante do Gestor);
- b) MICHELE DA SILVA COELHO (Representante do Gestor);
- c) ROSI MARIA HILLA (Representante do quadro de Professores);
- d) SANDRA MARA PILATTI SERENA (Representante do quadro de professores);
- e) LORENZO KANGERSKI (Representante dos alunos);
- f) LUIZ RICARDO MARTINS DE JESUS (Representante dos alunos);
- g) KATIA CRISTIANE HUTHER BOF KANGERSKI (Representante das famílias dos alunos);
- h) DJWILLY KANAÃ ROSA DA SILVA (Representante das famílias dos alunos);
- i) KARINE SARTORI (Representante das entidades colegiadas – APP);
- j) ALDO EURICO DE SOUZA (Representante das entidades colegiadas – APP)
- k) MIRIAN BASSO (Representante de outros trabalhadores);
- l) AUGUSTA POLO BERTUSSO (Representante de outros trabalhadores);

X – ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ESTAÇÃO LUZERNA:

- a) GISELE BULH (Representante do Gestor);
- b) AIRTON JOSÉ BRANDALISE (Representante do quadro de Professores);
- c) SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Representante do quadro de professores);
- d) ANDRÉ JAROSZEWSKI (Representante dos alunos);
- e) ERIKA VITORIA POSSERA (Representante dos alunos);
- f) JANETE NIEDZELSKI (Representante das famílias dos alunos);
- g) JOCIVANIA APARECIDA DA SILVA (Representante das famílias dos alunos);
- h) GESSANDRA ALVES DE CASTILHO BERGAMASCHI (Representante das entidades colegiadas – APP);
- i) GLAUCIMÉRI CADORE PIRES DE LIMA CASTANHA (Representante das entidades colegiadas – APP)
- j) EDNA ALVES CASSIANO CANUTO (Representante de outros trabalhadores);

Parágrafo Único: As Comissões acima formadas serão coordenadas cada uma pelo seu Gestor, e serão sediadas em cada unidade escolar que lhe deu origem.

Art. 4º Cada Comissão coordenará as ações dentro de sua escola, sempre de acordo com o plano de contingência Municipal, respeitando o posicionamento do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia no âmbito da Educação e de acordo com a necessidade, poderá convocar representantes, demandando medidas específicas de acordo com a competência de cada um dos órgãos ou entidades.

Art. 5º A participação nas Comissões Municipais de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a contar da sua publicação e tem seu prazo de vigência limitado ao período de pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Herval do Oeste (SC), 17 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

HERVAL D'OESTE - SC

PORTARIA Nº 979/2020

Publicação Nº 2609094

PORTARIA Nº 979/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor JOSÉ BERTUSSO NETO (MATRÍCULA 129), ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO D EDIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO, Nível - 5, Referência - P, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103, da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a partir de 17 de agosto de 2020 a 09 de setembro de 2020. E, Retificar a Portaria Nº 961/2020 do servidor supracitado, onde se lê: "Conceder 04 (TRINTA) dias de Licença Prêmio"; leia-se: "Conceder 04 (QUATRO) dias de Licença Prêmio."

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 980/2020

Publicação Nº 2609098

PORTARIA Nº 980/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por término de contrato, a contar de 17 de agosto de 2020, a Servidora NADIELI DA SILVA (MATRÍCULA 5157), a qual exercia a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Valdete Sousa Nodari, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 981/2020

Publicação Nº 2609100

PORTARIA Nº 981/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora EMANUELLI CRISTINA NARDI (MATRÍCULA 4842), a qual exerce a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de junho de 2019 e 09 de junho de 2020, para serem usufruídas a partir de 17 de agosto de 2020 a 15 de setembro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 982/2020

Publicação Nº 2609102

PORTARIA Nº 982/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, MANOEL ANTUNES DA SILVA (MATRÍCULA 5312), para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível – DAS-3, Anexo I da LC Nº 374/2018, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 17 de agosto de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 374/2018. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 983/2020

Publicação Nº 2609103

PORTARIA Nº 983/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, MAURO ANTONIO DADALT (MATRÍCULA 5313), para ocupar o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE DISTRIBUIÇÃO E MANUTENÇÃO, Nível – DAS-4, Anexo I da LC Nº 374/2018, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 18 de agosto de 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 374/2018. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 984/2020

Publicação Nº 2609122

PORTARIA Nº 984/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 18 de agosto de 2020, à servidora MICHELLE BENEDETTI (MATRÍCULA 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "D", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 985/2020

Publicação Nº 2609144

PORTARIA Nº 985/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI (MATRÍCULA 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de março de 2019 e 25 de junho de 2020, para serem usufruídas a partir de 18 de agosto de 2020 a 16 de setembro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

SUSPENSÃO DE REALIZAÇÃO DE PROVAS CONCURSO 001/2020

Publicação Nº 2608448

ATO 003: Suspensão de Realização de Provas

Considerando que a data prevista para a prova escrita objetiva e prova prática, dia 30/08/2020, é diretamente afetada em virtude da publicação do Decreto Estadual n.º 562/2020, e considerando todas as suas alterações posteriores, onde suspende-se a realização de eventos que acarretem reunião de público, como medida preventiva para tentar conter a disseminação da pandemia da COVID-19, decorrente dos aumentos expressivos nos últimos dias.

Considerando que o número de candidatos inscritos habilitados para prestarem a prova escrita objetiva do Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Herval d'Oeste/SC superou a expectativa inicial de candidatos inscritos, que, por consequência, resulta em uma aglomeração ainda maior de candidatos nos locais de prova necessários à aplicação.

Tendo por objetivo garantir a ampla participação de candidatos e a segurança da saúde de todos os participantes, promove-se a SUSPENSÃO da Prova Escrita Objetiva, Prova Prática e demais atos relacionados com as provas do Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Herval d'Oeste/SC, por tempo indeterminado.

Seguem o cronograma original apenas as publicações e prazos recursais relacionados com a Relação de Candidatos Inscritos, Relação de Candidatos Inscritos em Vagas Especiais e Relação de Candidatos com Condição Especial de Prova, com a publicação da listagem provisória, abertura de prazo recursal e publicação da listagem definitiva.

Após a normalização da situação em nível regional e municipal, será realizada a convocação da Prova Escrita Objetiva e da Prova Prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, bem como, serão confirmados os locais e horários de prova, que serão realizados em instituições de ensino localizadas na região de Herval d'Oeste/SC, e também a publicação do novo cronograma para finalização do evento.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito do Município de Herval d'Oeste

IPREVI/HO**RESOLUÇÃO Nº 024/2020**

Publicação Nº 2609066

RESOLUÇÃO Nº 024/2020

"CONCEDE O GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES DA SERVIDORA CEDIDA CHARLENE RAMPAZZO, DIRETORA DE GESTÃO FINANCEIRA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE (SC) – IPREVI -HO."

ANDRÉA PALUDO, Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei Complementar nº 281/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos de Herval D'Oeste e Lei Complementar nº 179/2005 e suas alterações posteriores;

Considerando o período aquisitivo entre 03.02.2019 a 02.02.2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares à Servidora Charlene Rampazzo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível 9, Classe "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, cedida ao IPREVI-HO pela portaria nº 1385/2017 de 17 de Novembro de 2017 para exercer as funções de Diretora de Gestão Financeira; referente ao período aquisitivo supracitado, com gozo no período de 17 de agosto a 15 de setembro de 2020;

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

ANDRÉA PALUDO

Presidente do Conselho
de Administração

Ibiam**PREFEITURA****PORTARIA Nº 208/2020**

Publicação Nº 2608461

PORTARIA Nº 208, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO AO SERVIDOR LUIS FERNANDO TRAGANCIN RINALDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos seguintes dispositivos legais da Lei Complementar Federal n. 64/1990: art. 1º, VII, "a" c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I", tudo combinado com o artigo 95, da Lei Municipal n 255, de 07 de janeiro de 2004, e considerando o requerimento apresentado na data de 16 de julho de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento para concorrer ao mandato eletivo de Vereador, ao servidor LUIS FERNANDO TRAGANCIN RINALDI, pelo período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, garantido o direito aos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder à juntada dos seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II – comprovação do registro da candidatura, inclusive se impugnado.

Art. 3º. O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III– ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – ao das eleições.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE AGOSTO DE 2020

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 209/2020

Publicação Nº 2608462

PORTARIA Nº 209, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO AO SERVIDOR CÉLIO LUCAS RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos seguintes dispositivos legais da Lei Complementar Federal n. 64/1990: art. 1º, VII, "a" c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I", tudo combinado com o artigo 95, da Lei Municipal n 255, de 07 de janeiro de 2004, e considerando o requerimento apresentado na data de 11 de agosto de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento para concorrer ao mandato eletivo de Vereador, ao servidor CÉLIO LUCAS RAMOS, pelo período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, garantido o direito aos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder à juntada dos seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II – comprovação do registro da candidatura, inclusive se impugnado.

Art. 3º. O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III– ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – ao das eleições.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE AGOSTO DE 2020

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 210/2020

Publicação Nº 2608463

PORTARIA Nº 210, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO AO SERVIDOR MIGUEL ERNESTO HETZLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos seguintes dispositivos legais da Lei Complementar Federal n. 64/1990: art. 1º, VII, "a" c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I", tudo combinado com o artigo 95, da Lei Municipal n 255, de 07 de janeiro de 2004, e considerando o requerimento apresentado na data de 11 de agosto de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento para concorrer ao mandato eletivo de Vereador, ao servidor MIGUEL ERNESTO HETZLER, pelo período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, garantido o direito aos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder à juntada dos seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II – comprovação do registro da candidatura, inclusive se impugnado.

Art. 3º. O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – ao das eleições.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE AGOSTO DE 2020

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 211/2020

Publicação Nº 2608468

PORTARIA Nº 211, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO A SERVIDORA FRANCIELI APARECIDA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos seguintes dispositivos legais da Lei Complementar Federal n. 64/1990: art. 1º, VII, “a” c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”, tudo combinado com o artigo 95, da Lei Municipal n 255, de 07 de janeiro de 2004, e considerando o requerimento apresentado na data de 11 de agosto de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento para concorrer ao mandato eletivo de Vereador, a servidora FRANCIELI APARECIDA DE SOUZA, pelo período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, garantido o direito aos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder à juntada dos seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II – comprovação do registro da candidatura, inclusive se impugnado.

Art. 3º. A servidora deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III– ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – ao das eleições.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE AGOSTO DE 2020

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 212/2020

Publicação Nº 2608470

PORTARIA Nº 212, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

“CONCEDE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO AO SERVIDOR WILMAR SCUCIATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos seguintes dispositivos legais da Lei Complementar Federal n. 64/1990: art. 1º, VII, “a” c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “I”, tudo combinado com o artigo 95, da Lei Municipal n 255, de 07 de janeiro de 2004, e considerando o requerimento apresentado na data de 14 de agosto de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido afastamento para concorrer ao mandato eletivo de Vereador, ao servidor WILMAR SCUCIATO, pelo período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, garantido o direito aos seus vencimentos integrais.

Art. 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder à juntada dos seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II – comprovação do registro da candidatura, inclusive se impugnado.

Art. 3º. O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III– ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – ao das eleições.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE AGOSTO DE 2020

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Sec. de Adm. e Finanças

TERMO ADITIVO N. 042 - MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Publicação Nº 2609162

TERMO ADITIVO 042/2020
CONTRATO ADITADO N.º 026/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020

Quinto Termo Aditivo do Contrato de Nº 026/2020, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 024/2020, Licitação n. 024/2020, modalidade Pregão Eletrônico.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Centro, 20, Ibiã - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ n.º. 83.675.413/0001-01
Endereço: Rodovia BR 101, s/n, km 210 – Bairro Picadas do Sul, São José.
Representada por: Fabio Hoffmann Pegoraro

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, na data de 31 de março de 2020, firmaram contrato, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO DE PRAZO

2.1 Considerando a lei federal de licitações nº 8666/1993;
2.2 Considerando algumas questões técnicas e procedimentais, houve a necessidade de prorrogação do contrato para a posterior autorização para fornecimento do bem, fica aditado até a data de 31/08/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 026/2020 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 13 de agosto de 2020.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Testemunhas

Matheus Ethierry Ceron Zanin
CPF: 076.699.959-98

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 043 - MIDIA LED PAINÉIS LTDA ME

Publicação Nº 2609177

TERMO ADITIVO N. 043/2020
CONTRATO ADITADO N. 036/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2018

Terceiro Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, e MIDIA LED PAINÉIS LTDA ME, contrato administrativo 036/2018, Pregão Presencial 021/2018 que visa a contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços técnicos de Assessoria de Imprensa, monitoramento de redes sociais. Produção de textos, fotografias, envio de textos e fotos para a imprensa local, regional e estadual, gerenciamento de website da Prefeitura, gerenciamento de mídias sociais, produção de programas de rádio da Prefeitura, bem como spots para veiculação em emissoras de rádio.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ - 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Centro, Ibiã - SC.
CEP: 89652-000
Representado por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MIDIA LED PAINÉIS LTDA ME
CNPJ: 13.548.050/0001-50
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 495, sobre sala, Centro – Campos Novos –
CEP 89620-000

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

0.1 Levando em conta enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus;
0.2 Em constituindo dever constitucional do Município a adoção de todas as medidas de alcance para combate da pandemia, tais quais produção de conteúdo informativo, instrutivo e de conscientização aos munícipes em geral;
0.3 Fica suspensa, toda e qualquer produção de conteúdo, seja por qualquer meio, que não trate ou verse sobre medidas de enfrentamento à pandemia de COVID - 19. parcialmente o contrato 036/2018, em razão de legislação eleitoral vigente referente ao período eleitoral, compreendido o período de 01/01/2020 a 31/12/2020. Podendo, à critério da Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

CLAUSULA SEGUNDA: DA SUPRESSÃO

2.1 A partir do dia 15/08/2020, o valor mensal a ser pago pelo Município de Ibiã, sofre supressão, passando a ser de R\$ 1.200,00 mensal, até a data de 15/11/2020, podendo ser prorrogada tal supressão.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSITIVO LEGAL

3.1 Conforme emenda constitucional nº 107/2020:

Art. 1º As eleições municipais previstas para outubro de 2020 realizar-se-ão no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e no dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno, onde houver, observado o disposto no § 4º deste artigo.

[...]

§ 3º Nas eleições de que trata este artigo serão observadas as seguintes disposições:

[...]

VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas do Contrato 036/2018 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes;

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65) e emenda constitucional nº 107/2020;

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 13 de agosto de 2020.

IVANIR ZANIN
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

MIDIA LED PAINÉIS LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 044 - RADIO CAÇANJURE LTDA

Publicação Nº 2609181

TERMO ADITIVO 044/2019
CONTRATO ADITADO N.º 033/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2017

Quarto Termo Aditivo de Contrato Administrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RADIO CAÇANJURE LTDA, Contrato Administrativo 033/2017, Pregão Presencial 022/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: AV 20 de Julho, 649, Bairro: CENTRO CEP: 89652-000

Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: RADIO CAÇANJURE LTDA

CNPJ n.º. 83.057.794/0001-57

Endereço: Rua Francisco Nardi, 335, 1º andar, Centro – Tangará – SC

CEP: 89.642-000

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA SUSPENSÃO

1.1 Fica suspenso o contrato nº 033/2017, em razão de legislação eleitoral vigente referente ao período eleitoral, compreendido o período de 15/08/2020 a 15/11/2020, podendo tal suspensão ser prorrogada;

1.2 O valor, do contrato suspenso, será de R\$ 5.400,00;

1.3 A contratada somente receberá a importância devida, pela prestação de serviço, até a data de suspensão.

CLAUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 As cláusulas do Contrato 033/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes, suspensas até a data supramencionada.

2.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Centro Administrativo de Ibiã – SC, 14 de agosto de 2020.

IVANIR ZANIN
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

RADIO CAÇANJURE LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 033-20

Publicação Nº 2608598

PORTARIA Nº 033, de 14 de agosto de 2020

“CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 64, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c com o artigo 47, inciso V, do Regimento Interno e com fundamento na Lei Complementar Federal n. 64/1990 e nos artigos 82, inciso VI, e 95, ambos da Lei Municipal n. 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Remunerada ao Servidor Público DANIEL VINICIUS RAMOS, ocupante do Cargo de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam, a partir de 15 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida no período de 15 de agosto de 2020 a 20 de novembro de 2020, para exercício de atividade política, opção do Servidor Público Municipal, conforme requerimento devidamente assinado, protocolizado junto a Secretaria Executiva do Poder Legislativo de Ibiam, em data de 14 de agosto 2020.

Art. 2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Ibiam.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Ibiam, 14 de agosto de 2020

MIGUEL FELICETTI
Presidente da Câmara Municipal de Ibiam

Ibirama**PREFEITURA****CONTRATO Nº: 11/2017 ADITIVO Nº: 03/2020 - FMS**

Publicação Nº 2608025

MUNICIPIO DE IBIRAMA.
Fundo da Saúde

Contrato Nº: 11/2017

Aditivo Nº: 03/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CENTRAL MED LTDA – número inscrição 01.147.588/0001-73

Licitação: Inexigibilidade 13/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E TERAPIAS E EXAMES E PROCEDIMENTOS, DE FORMA COMPLEMENTAR, NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E OUTROS, DOS SERVIÇOS NA REDE BÁSICA DE SAÚDE E NA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA.

Vigência: Início: 11/08/2020 Término: 11/08/2021

Assinatura: 11/08/2020

Valor R\$:

Pelos serviços realizados pelo credenciado, o credenciante pagará a importância estimada conforme planilha de escala devidamente atestada, conforme Edital de Chamada Pública nº 12/2017:

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário
1	CONSULTA MÉDICA BÁSICA (GINECOLOGIA)	Unidades	3.600	R\$70,00
2	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	Unidades	240	R\$70,00
3	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES) COM DOPPLER	Unidades	24	R\$120,00
4	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL (SUPE-RIOR + Pelve)	Unidades	600	R\$70,00
5	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL (SUPE-RIOR + Pelve) COM DOPPLER	Unidades	60	R\$120,00
6	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO	Unidades	240	R\$70,00
7	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	Unidades	600	R\$70,00
8	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COL, PULSADO	Unidades	120	R\$170,00
9	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA FEMININA	Unidades	240	R\$70,00
10	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	Unidades	120	R\$70,00
11	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	Unidades	240	R\$70,00
12	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRE-TAL) DOPPLER	Unidades	60	R\$120,00
13	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	Unidades	240	R\$70,00
14	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL COM DO-PPLER	Unidades	60	R\$120,00
15	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	Unidades	360	R\$70,00
16	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	Unidades	120	R\$170,00
17	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	Unidades	120	R\$70,00
18	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE COM DOPPLER	Unidades	60	R\$120,00
19	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	Unidades	240	R\$70,00
20	CONSULTA MÉDICA BÁSICA (CLÍNICOS)	Unidades	3.600	R\$30,00

Dotação: 259 - 09.001.2057.33390395000000000000.01020000

Dotação: 260 - 09.001.2057.33390395000000000000.01380900

Dotação: 296 - 09.001.2057.33390395000000000000.03380900

FISCAL: IZABEL PETERSEN

CONTRATO Nº: 13/2017 ADITIVO Nº: 03/2020 - FMS

Publicação Nº 2608038

MUNICIPIO DE IBIRAMA.
Fundo da Saúde

Contrato Nº: 13/2017

Aditivo Nº: 03/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama – número inscrição 83.783.340/0001-63

Licitação: Inexigibilidade 15/2017

Objeto: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E TERAPIAS E EXAMES E PROCEDIMENTOS, DE FORMA COMPLEMENTAR, NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO E OUTROS, DOS SERVIÇOS NA REDE BÁSICA DE SAÚDE E NA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA.

Vigência: Início: 28/08/2020 Término: 28/08/2021

Assinatura: 13/08/2020

Valor R\$:

Pelos serviços realizados pelo credenciado, o credenciante pagará a importância estimada conforme planilha de escala devidamente atestada, conforme Edital de Chamada Pública nº 12/2017:

Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário
1	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL DE SALVAMENTO E RESGATE	SERVIÇO	2.040	R\$19,81

Dotação: 259 - 09.001.2057.33390395000000000000.01020000

Dotação: 260 - 09.001.2057.33390395000000000000.01380900

Dotação: 296 - 09.001.2057.33390395000000000000.03380900

FISCAL: IZABEL PETERSEN

CONTRATO Nº: 86/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2607984

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 86/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: ANALÚ PORCELANAS E PRESENTES LTDA número inscrição CNPJ 81.579.377/0002-20. Licitação: Dispensa de Licitação: 107/2020

Objeto: Aquisição de Mochilas Saco, para subsidiar as ações da Secretaria de Assistência Social do Município de Ibirama. Vigência: Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020.

Assinatura: 17/08/2020

Valor R\$: 417,00 (Quatrocentos e dezessete reais). Dotação: 10.001.2055.3339000.344.01350001 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

FISCAL: Fabiani Tenfen Soberanski

CONTRATO Nº: 87/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2608269

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 87/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: JULLY KIDS CONFECÇÕES LTDA ME número inscrição CNPJ 21.618.193/0001-19. Licitação: Dispensa de Licitação: 108/2020

Objeto: Aquisição de Uniformes em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Vigência: Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020.

Assinatura: 17/08/2020

Valor R\$: 5.630,00 (Cinco mil seiscentos e trinta reais). Dotação: 05.001.2017.33390000000000000000.62.01000000 – Manutenção do Departamento de Obras

FISCAL: Rubens Fusinato

DECRETO N° 4.545, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS – COMAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2608146

DECRETO n° 4.545, de 14 de agosto de 2020.

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS – COMAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros de entidades não governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal n° 2.581, de 12 de agosto de 2008, com alterações pela Lei Municipal n° 3.366, de 11 de dezembro de 2018, para comporem o Conselho Municipal sobre Drogas – COMAD, a saber:

b) Representantes não Governamentais:

[...]

I – 01 (um) da Associação de Moradores:

Titular: Leila Maria Maçaneiro

Suplente: Valdolino Schiestel

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Item I da alínea “b”, do Art. 1º do Decreto n° 4.337, de 12 de abril de 2019.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto n° 4.337, de 12 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N° 4.546, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA MEMBROS GOVERNAMENTAIS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2608151

DECRETO n° 4.546, de 14 de agosto de 2020.

“ALTERA MEMBROS GOVERNAMENTAIS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os representantes governamentais, em conformidade com o § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 65, de 11 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar n. 114, de 24 de julho de 2012, para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT – de Ibirama, a saber:

I – Entidades Governamentais:

[...]

D) Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Poder Executivo Municipal):

Titular: Maurélio Tobias de Andrade

Suplente: Daniele Girardi

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o item I, alínea "d", do Art. 1º do Decreto n. 4.243, de 10 de agosto de 2018 e o Decreto n. 4.309, de 17 de dezembro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.547, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2608157

DECRETO nº 4.547, de 14 de agosto de 2020.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os representantes governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.697, de 22 de dezembro de 2009, com alterações pela Lei Municipal nº 3.106, de 21 de outubro de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDMCA, a saber:

[...]

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Manoela dos Santos Gonçalves
Suplente: Sinara Simone Lamin

[...]

Art. 2º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto nº 4.471, de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea "c", do inciso I, do Art. 1º, do Decreto 4.471, de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.548, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2608159

DECRETO nº 4.548, de 14 de agosto de 2020.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os cidadãos para representarem as entidades governamentais, conforme Lei Municipal nº 3.207, de 15 de outubro de 2015, para compor como membros no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, a saber:

[...]

B) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Vivina Koepsel Bambinetti

Suplente: Andréia Voigt Duwe

C) 01 (um) um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Claudete Zwang

Suplente: Maira Jennrich da Costa

[...]

Art. 2º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto nº 4.419, de 01 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, as alíneas “b” e “c”, do item I, do Art 1º do o Decreto Municipal nº 4.419, 01 de novembro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.549, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2608164

DECRETO nº 4.549, de 14 de agosto de 2020.

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os cidadãos para representarem as entidades governamentais e indicados pelas entidades não governamentais, conforme Lei Municipal nº 2.030, de 18 de dezembro de 1998, para comporem como membros no Conselho Municipal de Educação, com mandato de 04 (quatro) anos, a saber:

I – Representantes Governamentais:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Susane Raphaela Fernandes

Suplente: Maira Jennrich da Costa

[...]

II – Representantes Não Governamentais:

a) 01 (um) representante da Rede Particular de Ensino:

Titular: Grégory Pater Kietzer

Suplente: Lorenita Jacinto Koepsel

b) 02 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores da Rede Municipal:

Titular: Pablo Schoeffel

Suplente: Nilto Andreon Neto

Titular: Valkyrie Fabre
Suplente: Vilmar Schmitz

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea "a" do item I, e as alíneas "a" e "b" do item II, do artigo 1º, do Decreto n. 4.116, de 31 de julho de 2017.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto n. 4.116, de 31 de julho de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 107/2020

Publicação N° 2607982

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 107/2020.

Base legal: Lei Federal nº 13.979/20, Art. 4º.

Objeto: Aquisição de Mochilas Saco, para subsidiar as ações da Secretaria de Assistência Social do Município de Ibirama. Contratada: ANALÚ PORCELANAS E PRESENTES LTDA número inscrição CNPJ 81.579.377/0002-20. Ibirama, 17 de agosto de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 108/2020

Publicação N° 2608267

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 108/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II.

Objeto: Aquisição de Uniformes em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Contratada: JULY KIDS CONFECÇÕES LTDA ME número inscrição CNPJ 21.618.193/0001-19. Ibirama, 17 de agosto de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/2020 - FMS

Publicação N° 2607949

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para adaptação de Rampa Hidráulica em veículo tipo Spin da Secretaria de Saúde do Município de Ibirama, na forma da Lei 10.520/2002. Abertura: 01 de setembro de 2020, as 09:00 h – Local: Portal de Compras Públicas na Internet – www.portaldecompraspublicas.com.br. Recebimento propostas: Até 08:59h. do mesmo dia 01/09/2020, no portal supra citado. Informações: (47) 3357 8523 - www.portaldecompraspublicas.com.br, email - compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 14 de agosto de 2020.

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO Nº 060-2020

Publicação Nº 2609191

DECRETO Nº 060, de 14 de agosto de 2020.

ALTERA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a Lei Orgânica em seu Art. 96, Inciso IX e Lei nº 1.465 de 08 de março de 2005 alterada pela Lei nº 1.842 de 20 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Altera membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do município de Ibicaré.

Coordenador:

- Ronaldo Bello das Chagas

Conselho Municipal:

- Erickson Butzen - representante da Câmara de Vereadores;

- Romildo Chiesa - representante da CASAN;

Conselho Técnico:

- Eduardo Briesse Neujahr- representante da EPAGRI;

Agente de Defesa Civil

- Dirceu Paulo Pereira – servidor municipal

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando parte integrante e complementar do DECRETO Nº 007, de 01 de fevereiro de 2019, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 14 de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

DECRETO Nº 061-2020

Publicação Nº 2608210

DECRETO No 61, de 14 de Agosto de 2020.

Declara Situação de Emergência Nível I nas áreas do Município afetadas por Vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5), conforme IN/MI nº 01/2012.

O Senhor Gianfranco Volpato, Prefeito do município de Ibicaré, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que na data de 14/08/2020 às 16:00h, ocorreu a passagem de vendaval com forte chuva de granizo, com duração aproximada de 30 minutos, atingindo as comunidades de Linha São José, Linha Santo Antônio, Linha Duque de Caxias, Linha Gramado dos Leite, Linha São Salvador, Linha Lageado Grande e a parte Central do Município.

II- Que em decorrência dos seguintes danos, aproximadamente 70 famílias atingidas, sendo dessas, 09 famílias desalojadas.

III – Que o parecer da Coordenadoria municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência Nível I.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência Nível I nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5), conforme

IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Coordenadoria municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 14 dias de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL - 036 - 2020 - FMS - VEÍCULO AUTOMOTOR

Publicação Nº 2608353

PROCESSO Nº 316/2020 PREGÃO PRESENCIAL – Nº 036/2020 – FMS	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO – AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO MINI-VAN OU SUV PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 28/08/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 28/08/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 17 de agosto de 2020.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL - 037 - 2020 - FMS - VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO VAN

Publicação Nº 2608826

PROCESSO Nº 317/2020 PREGÃO PRESENCIAL – Nº 037/2020 – FMS	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO – AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO NOVO, ANO 2020, ZERO KM, TIPO VAN COM CAPACIDADE DE 16 LLUGARES (15+1) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 03/09/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/09/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 17 de agosto de 2020.

DECRETO 626

Publicação Nº 2609264

DECRETO Nº 626 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 002 – Departamento de Ensino Infantil
Funcional-programática: 12.365.0040
Atividade: 2.044 – Manutenção da Merenda Escolar – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/382
Fonte de Recurso: 104303 – PNAE – Pré-Escolar
Valor: R\$ 3.990,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação verificado no corrente exercício, na mesma importância, advindo de repasse do Governo do Estado, observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 17 de agosto de 2020.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 628

Publicação Nº 2609265

DECRETO Nº 628 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento Municipal de Assistência Social
Funcional-programática: 08.243.0016
Atividade: 2.066 – Manutenção e Funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.90.00.00/19475
Fonte de Recurso: 303507 – SF SUAS União – AEPETI
Valor: R\$ 24.600,00
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.91.00.00/19476
Fonte de Recurso: 303507 – SF SUAS União – AEPETI
Valor: R\$ 10.400,00
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/18414
Fonte de Recurso: 303507 – SF SUAS União – AEPETI
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na mesma importância, observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 17 de agosto de 2020.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1/2020

Publicação Nº 2608201

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S

O Município de Ilhota - SC, por intermédio da Secretaria de Planejamento Urbano, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.301/0001-53, localizada no endereço Rua Leoberto Leal, nº 160 - Centro, Ilhota/SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Erico de Oliveira, vem através deste NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, e, especialmente, aos confrontantes Espólio de Vandelin Ferretti e Espólio de José Koehler, que uma parcela do núcleo urbano informal consolidado denominado de Jardim das Árábias, encontra-se em processo de Regularização Fundiária, na modalidade Interesse Específico, conforme Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018. O núcleo urbano denominado Jardim das Árábias está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como outros elementos necessários, afim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse das unidades imobiliárias no referido núcleo urbano, a ser registrada no respectivo Ofício de Registro de Imóveis de Gaspar/SC.

O perímetro abrangido pelo procedimento de regularização, que corresponde ao Núcleo Urbano Informal Jardim das Árábias apresenta a seguinte descrição: o denominado Núcleo Urbano Informal Jardim das Árábias, código de identificação NUI_02, é situado no Bairro Missões, Zona Urbana do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, área com característica residencial, contém 40.371,70 m² (quarenta mil trezentos e setenta e um metros quadrados e setenta decímetros quadrados) e perímetro de 959,49 m (novecentos e cinquenta e nove metros e quarenta e nove centímetros), assim descrito: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P0, de coordenadas N 7021010.71505 m e E 715578.22672 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, CPF 102.453.599-15, com os seguintes azimute plano e distância: 171°00'46.28" e 36.51; até o vértice P1, de coordenadas N 7020974.65478 m e E 715583.92982 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 167°09'43.69" e 10.82; até o vértice P2, de coordenadas N 7020964.10500 m e E 715586.33400 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 175°33'13.50" e 9.18; até o vértice P3, de coordenadas N 7020954.95425 m e E 715587.04554 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 171°00'46.28" e 40.53; até o vértice P4, de coordenadas N 7020914.92294 m e E 715593.37667 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 191°57'45.81" e 79.21; até o vértice P5, de coordenadas N 7020837.43317 m e E 715576.95840 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 196°30'0.20" e 67.91; até o vértice P6, de coordenadas N 7020772.31974 m e E 715557.67085 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 144°01'42.15" e 86.97; até o vértice P7, de coordenadas N 7020701.93422 m e E 715608.75568 m; deste, segue confrontando com Rua João Domingos Pereira, com os seguintes azimute plano e distância: 220°52'43.52" e 6.10; até o vértice P8, de coordenadas N 7020697.32204 m e E 715604.76347 m; deste, segue confrontando com Rua João Domingos Pereira, com os seguintes azimute plano e distância: 208°43'13.79" e 25.22; até o vértice P9, de coordenadas N 7020675.20474 m e E 715592.64433 m; deste, segue confrontando com Rua João Domingos Pereira, com os seguintes azimute plano e distância: 202°45'41.06" e 42.50; até o vértice P10, de coordenadas N 7020636.01448 m e E 715576.20131 m; deste, segue confrontando com Propriedade de Vandelin Ferretti, com os seguintes azimute plano e distância: 323°50'25.66" e 255.34; até o vértice P11, de coordenadas N 7020842.17104 m e E 715425.54096 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 339°47'6.33" e 97.13; até o vértice P12, de coordenadas N 7020933.31447 m e E 715391.97978 m; deste, segue confrontando com Propriedade de José Koehler, com os seguintes azimute plano e distância: 67°25'59.47" e 201.69; até o vértice P0, de coordenadas N 7021010.71505 m e E 715578.22672 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titulariem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, §1º, §5º e §6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §1º, §5º e §6º, do Decreto Federal nº 9.310/2018. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, sendo protocoladas na Secretaria de Planejamento Urbano, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, priorizando o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, conforme art. 31, §3º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §7º, do Decreto Federal nº 9.310/2018. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial e outra no jornal de circulação local.

Município de Ilhota

Estado de Santa Catarina

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA 866803/2018

Publicação Nº 2607964

DECLARAÇÃO

Ilhota, 17 de agosto de 2020.

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA

Notificamos a V.Exa. o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 13/08/2020, no valor de R\$ 89.142,86 (oitenta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 866803/2018 - Operação 1053048-14, firmado com Município de Ilhota, assinado em 17/05/2018, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto "Pavimentação de via urbana no município de Ilhota - SC".

Diante o exposto, tornamos público o conhecimento do Convênio em questão, estando disponíveis para consulta os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 105/2020

Publicação Nº 2608086

PORTARIA Nº 105/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder Licença de dois anos sem remuneração para tratar de assuntos particulares a Servidora Pública Municipal FERNANDA SCHMITZ PEREIRA, ocupante do cargo de Psicóloga, a partir de 17 de agosto de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 17 de agosto de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO N.º 086, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609303

DECRETO Nº. 086, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, DIANTE DA NOVA CLASSIFICAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO COMO GRAVÍSSIMA PARA A REGIÃO DE LAGUNA E POR ESTAR O ESTADO OBRIGADO JUDICIALMENTE A ORGANIZAR E INDICAR AS MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA ESSE MOMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e ainda:

Considerando a Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCoV);

Considerando a informação contida na matriz do risco potencial para COVID-19, publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 11 de agosto próximo passado, para nossa Região de Saúde, pela qual foi reclassificada como GRAVÍSSIMA;

Considerando, a decisão judicial proferida na Ação Civil Pública movida Pelo Ministério Público de Santa Catarina contra o Estado de Santa Catarina, autos nº 5057977-49.2020.8.24.0023, em trâmite no Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis;

Considerando que referida decisão determina ao "Estado de Santa Catarina as obrigações de: (i) alterar os instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, definindo expressamente quais são as ações de saúde que devem ser adotadas pelos entes políticos em cada um dos graus de risco que integram a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional prevista no art. 1º, § 1º, II, da Portaria SES n. 464/2020; (ii) implementar diretamente as medidas sanitárias previstas na Lei n. 13.979/2020 no âmbito regional, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, e em conformidade com as recomendações dos órgãos técnicos estaduais e do COES, quando a região de saúde atingir o grau de risco potencial gravíssimo, independente da atuação dos Municípios.";

Considerando despacho proferido no processo judicial acima identificado, publicado no dia 13/08/2020, às 18:35:27 horas, através do qual o Juiz de Direito competente, fundamentadamente, assinala que o prazo para o Estado de Santa Catarina cumprir as decisões mencionadas ainda não se esgotou;

Considerando informações e orientações técnicas recebidas do Comitê Extraordinário Regional da Associação de Municípios da Região de Laguna – CER REGIÃO DE LAGUNA – COVID-19, face reunião havida nesta data;

Considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal contida na STP nº 486/SC, de onde se extrai "Outrossim, no atual cenário, decorrente da pandemia do novo coronavírus, entendo que sobressai a importância de uma atuação colaborativa e coordenada dos entes políticos, uma vez que a má gestão de recursos, que são escassos frente à infinidade de demandas do setor, podem induzir à desassistência, implicando risco à saúde pública. No ponto, destaco que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigação de garantir a saúde como competência comum a todos entes da Federação (CF/88, art. 23, II), com um sistema correspondente único, integrado por ações e serviços organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada (CF/88, art. 198, caput).";

Considerando que medidas propostas por decreto municipal neste momento, quando está judicialmente incumbido o Estado de Santa Catarina de indicar aos Municípios, especificamente, quais as ações de saúde devem ser implementadas diante da matriz de risco potencial gravíssima do dia 11/08/2020, poderiam gerar ações não coordenadas, com falha de planejamento e baseadas em informações e dados científicos inseguros, pois que o próprio ente estatal, autor da matriz, indica a espera de 14 dias como prazo necessário para a consolidação das ações de enfrentamento implementadas;

Considerando os dizeres do Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, ao decidir a STP nº 503 em 14.08.2020, "[...] decisões isoladas que atendem apenas a uma parcela da população, e de uma localidade, têm o potencial de ocasionar desorganização na administração pública, com efeitos contrários aos pretendidos.", é prudente manter o regramento vigente e aguardar orientação técnica do COES/SC, como já é de sua incumbência face última classificação na matriz de risco potencial por ele apresentada;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência das medidas previstas no Decreto nº 076, de 24 de julho de 2020, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 083, de 07 de agosto de 2020, até às 23h59min do dia 24 de agosto de 2020.

Art. 2º As medidas para enfrentamento à COVID-19 neste território poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário e orientações do Estado se fizerem presentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 17 de agosto de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 084, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608067

DECRETO Nº. 084, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente Exercício, na importância de R\$ 111.070,00 (cento e onze mil e setenta reais).

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	90	1.064	Aplicações Diretas	73.070,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTO			
PROJ/ATIV. – 1.103	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00		1.066	Aplicações Diretas	38.000,00
Total				111.070,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do enfrentamento da emergência de saúde Nacional – Coronavírus (COVID19) – Portaria nº 1666/2020 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Portaria nº 2027/2020 no valor de R\$ 43.070,00 (quarenta e três mil e setenta reais), e Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância de Saúde – Portaria nº 3211/2020 no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), sendo o total do decreto no valor de R\$ 111.070,00 (cento e onze mil, setenta reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de agosto de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 007/2020

Publicação Nº 2607873

EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 007/2020

Pregão Presencial PMI Nº. 011/2019. Processo Licitatório PMI Nº 016/2019. Contratante: Município de Imaruí. Contratado: Auto Posto Marreco, inscrita no CNPJ sob nº. 03.634.560/0001-96. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum, diesel comum e diesel S-10) e ARLA 32 para veículos, máquinas e equipamentos do município de Imaruí. Vigência: Até 31/12/2020. Valor R\$ 375.500,00 (trezentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais). Data de assinatura: 16 de junho de 2020. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior - Prefeito, pela contratada: Hamilton Claudino Junior

EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 008/2020

Publicação Nº 2607879

EXTRATO DE CONTRATO PMI Nº 008/2020

Pregão Presencial PMI Nº. 011/2019. Processo Licitatório PMI Nº 016/2019. Contratante: Município de Imaruí. Contratado: Auto Posto Imaruí, inscrita no CNPJ sob nº. 78.527.595/0001-25. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum, diesel comum e diesel S-10) e ARLA 32 para veículos, máquinas e equipamentos do município de Imaruí. Vigência: Até 31/12/2020. Valor R\$ 86.550,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Data de assinatura: 16 de junho de 2020. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior - Prefeito, pela contratada: Lilianne Roussenq.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 179, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608923

DECRETO PMI Nº 179, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca – SEDAP e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca compete:

- I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal agrícola e da pesca;
- II – orientar a recuperação e o uso adequado do solo agrícola e dos recursos naturais, como um todo, para a sustentação da atividade agropecuária;
- III – prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- IV – estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- V – estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- VI – motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;
- VII – desenvolver projetos em conjunto com as organizações representativas do meio rural e pesqueiro, objetivando a expansão das atividades, na busca de alternativas que visem aperfeiçoar as potencialidades locais, permitindo a auto sustentação, o aumento da renda e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do pescador;
- VIII – desenvolver estudos e diretrizes objetivando planejar e gerenciar as ações de desenvolvimento de programas e projetos do setor agrícola e aquícola no Município;
- IX – orientar e fiscalizar os processos e procedimentos dos estabelecimentos que se destinem ao abate, produção, transformação e industrialização de produtos de origem animal, no âmbito municipal;
- X – promover constantemente a modernização técnica através de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;
- XI – prestar assessoria e assistência técnica aos programas desenvolvidos junto aos produtores rurais e pescadores, objetivando o desenvolvimento dos programas atendidos pela Secretaria ou em parceria com outros órgãos;
- XII – promover seminários, eventos, palestras, fóruns, cursos de treinamentos e capacitação para o produtor rural e o pescador, visando à melhoria da qualidade de vida e agregando valores em suas propriedades e atividades;
- XIII – difundir o conhecimento técnico referente à eficiência tecnológica, econômica e administrativa das cadeias produtivas e a qualidade de produção;
- XIV – incentivar o produtor rural e o pescador a diversificar suas atividades em culturas ou atividades alternativas, através de programas implementados pelo Município;
- XV – coordenar e executar em conjunto com a SEFAZ a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;
- XVI – coordenar e atualizar os dados das propriedades rurais do Município através do Cadastro Técnico Rural;
- XVII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XVIII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XX – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da Secretaria;
- XXI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca, constituída pelos seguintes órgãos:

- I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):
 - a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional
2. Gerência de Desenvolvimento Agrário
3. Gerência de Operações Agrícolas

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	2	Gratificação	800,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI N° 071, de 30 de abril de 2020, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI N° 182, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2609182

DECRETO PMI N° 182, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções

de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais da Administração Municipal e em articulação com os demais órgãos municipais;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
 1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
 4. da pessoa idosa e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
- d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- f) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- g) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;
- h) realizar o planejamento operacional e o desenvolvimento de ações na área de assistência social;
- i) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- j) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais;
- k) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária;
- l) planejar e organizar serviços de amparo e proteção à infância e adolescência, idosos, à pessoa portadora de necessidades especiais, famílias, grupos e indivíduos em risco de vulnerabilidade social;
- m) prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades do indivíduo, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- n) acompanhar e monitorar o serviço de habilitação e reabilitação na comunidade da pessoa com deficiência;
- o) promover e participar de cursos, seminários, campanhas, pesquisas, fóruns e conferências na área de assistência social;
- p) prestar o atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras;
- q) promover atividades destinadas à melhoria da renda familiar;
- r) garantir a oferta de serviços de proteção social especial, nas modalidades de média complexidade, garantindo a proteção e o atendimento das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, e que tenham os seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos;
- s) oferecer os serviços de alta complexidade, garantindo a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para as famílias e indivíduos sem referência, e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário;
- t) desenvolver e executar programas e políticas públicas de atendimento ao idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- u) desenvolver diretamente e/ou estabelecer parceria com o governo federal, os programas de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, visando erradicar o trabalho infantil;
- v) cadastrar as famílias e pessoas carentes;
- x) desenvolver e executar programas de atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, nos regimes de orientação e apoio sóciofamiliar, apoio sócioeducativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida e semiassistida, em consonância com a legislação vigente;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
- c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;
- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador;
- f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação de interesse social, especialmente:

- a) Planejamento operacional, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas públicas municipais relativas à habitação de interesse social e regularização fundiária;
- b) Atualização do Plano Habitacional do Município, em consonância com as políticas de uso e ocupação do solo;
- c) Proposição e coordenação de projetos de construção, de ampliação e de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda do Município;

- d) Realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e habitacional do Município;
- e) Estímulo à constituição de cooperativas habitacionais e similares;
- f) Monitoramento, junto com a Defesa Civil, de áreas de risco para reassentamento de famílias;
- g) Coordenação e execução do processo de regularização fundiária no Município;
- h) Fiscalização de obras e serviços públicos contratados pelo Município, na área da habitação e regularização fundiária;
- i) Planejamento, coordenação, execução e fiscalização de programas, serviços e obras de saneamento básico específico das unidades habitacionais de interesse social, em conjunto com o órgão municipal responsável pelo saneamento;
- IV – promover em conjunto com os conselhos as Conferências Municipais;
- V – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- VI – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- IX – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
- X – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

b) Diretoria de Administração, Planejamento e Gestão

1. Diretoria Financeira e de Suplementos

1.1. Departamento de Planejamento e Gestão

2. Coordenação de Transferência e Complementação de Renda

3. Coordenação de Captação para Emprego e Geração de Renda

4. Gerência de Carteira de Trabalho e Economia Solidária

c) Gerência das Proteções Sociais (Média e Alta Complexidade)

1. Coordenadoria do Centro de Atenção à Pessoa Idosa

2. Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social - Sul

2.1. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS Sul

2.2. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projetos musicais.

3. Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social - Norte

3.1 Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS Norte

4. Coordenadoria do Programa Acalento

d) Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária

1. Gerência de Habitação e Regularização Fundiária

e) Diretoria de Direitos Humanos

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Assistência Social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

d) Conselho Municipal do Idoso;

e) Conselho Municipal Antidrogas;

f) Conselho Municipal da Juventude;

g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

h) Conselho Municipal de Habitação;

i) Conselho Municipal do Trabalho e Emprego;

j) Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil;

k) Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência Infanto Juvenil.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gerente	3	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	6	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº Decreto PMI nº 158, de 30 de julho de 2020, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 183, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609256

DECRETO PMI Nº 183, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
- c) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- d) formular, planejar e implementar a política de fomento econômico e tecnológico dos setores industrial, comercial e de serviços do Município, compreendendo a atração de novos investimentos, contribuindo para a geração de emprego e renda;
- e) promover e incentivar a criação, preservação e ampliação de empresas e pólos econômicos, industriais e turísticos;
- f) buscar viabilizar junto aos organismos de fomento, linhas de crédito para compra de máquinas e equipamento aos empresários empreendedores, formais e informais, auxiliando na geração de empregos, renda e surgimento de novas empresas no Município;
- g) apoiar empresas no processo de difusão de seus produtos e serviços, com vistas à ampliação dos negócios no mercado nacional e internacional;
- h) promover a educação empreendedora, através de convênios e parcerias com instituições de ensino e entidades vinculadas à profissionalização empresarial;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
 - c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
 - d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
 - e) realização de eventos de cunho turístico;
 - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
 - g) promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações no âmbito turístico;
 - h) incentivar o desenvolvimento do turismo de eventos no Município, incluindo a realização de encontros de negócios, congressos e outras atividades congêneres;
 - i) promoção, criação, desenvolvimento e administração de espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores turísticos e para o fomento de atividades turísticas;
 - j) formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos turísticos, na área de competência do Município;
 - k) planejamento e organização do calendário turístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
 - l) promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade turística no Município e a participação da comunidade local no fomento ao turismo;
 - m) formulação de políticas, planos e programas turísticos, em articulação com os demais órgãos municipais competentes e em consonância com os princípios de integração social e promoção da cidadania;
 - n) promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades turísticas no Município;
- III – celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades econômicas e turísticas;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VIII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- IX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- X – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- 1. Diretoria de Projetos e Infraestrutura Turística
- 2. Unidade Gestora Organizacional Administrativa
- 3. Chefe de Departamento de Promoção Turística
- 4. Chefe de Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico.

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Desenvolvimento;
b) Conselho Municipal de Turismo.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

Art. 6º Revoga-se o Decreto nº 151, de 27 de julho de 2020, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 180, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608957

DECRETO PMI Nº 180, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – elaborar o planejamento operacional e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação do sistema municipal da saúde e do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;
- II – coordenar, controlar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;
- III – formular a política de saúde ambiental e ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- IV – definir a política de regulação da Secretaria em relação ao Sistema Municipal de Saúde;
- V – elaborar boletins sobre informações da saúde;
- VI – as vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador;
- VII – realizar ações preventivas em geral, de vigilância e controle sanitário;
- VIII – a vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;
- IX – estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção nas áreas de abrangência da Secretaria;
- X – elaborar e realizar pesquisa científica e tecnológica na área de saúde;
- XI – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral às urgências no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XII – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar do SUS;
- XIII – promover campanhas de esclarecimento, visando a preservação da saúde da população;
- XIV – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde bucal no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e federais;
- XV – implantar e fiscalizar posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública;
- XVI – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de assistência farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos, observando os princípios do Plano Municipal de Saúde;
- XVII – articular com outros órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos;
- XVIII – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde mental no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XIX – estimular e apoiar o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, criando mecanismos para sua avaliação de forma permanente;
- XX – subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;
- XXI – intermediar convênios, consórcios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXIII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXIV – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXV – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXVI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXVII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXVIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Unidade Gestora Organizacional de Saúde Pública

1. Diretoria Financeira

1.1. Tesouraria

2. Diretoria de Patrimônio

3. Diretoria de Suprimentos da Saúde

3.1. Departamento de Controle de Suprimentos

3.2. Departamento de Almoxarifado

4. Superintendência de Logística

4.1. Gerência de Programas – NASF/ ESF

4.2. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

4.3. Gerência da Policlínica

4.3.1. Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas

- 4.4. Unidade Gestora Institucional do Programa PMAQ
5. Gerência do Centro de Especialidades Odontológicas
6. Gerência de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 6.1. Gerência de Imunização
 - 6.2. Gerência de Vigilância Epidemiológica
 - 6.3. Gerência de Assistência à Pessoa Ostomizada
7. Sistema Municipal de Auditoria do SUS
8. Coordenadoria de Farmácia Pública
9. Coordenadoria de Atenção Especializada
10. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial
11. Diretoria de Tratamento Fora de Domicílio - TFD
 - 11.1. Coordenadoria do Remume
 - 11.2. Coordenadoria de Controle e Agendamento de Transportes
 - 11.3. Gerência de Manutenção
12. Coordenadoria Executiva de Autorização de Exames
 - 12.1. Coordenação de Autorização de Internação Hospitalar
13. Coordenadoria do SISREG Municipal
14. Unidade Gestora Organizacional de Transporte de Urgência.
15. Coordenadoria de Acolhimento ao Paciente/COVID-19
15. Diretoria de Promoção da Saúde

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde
- b) Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Saúde deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a) Financeiro da SEMUSA	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Diretor(a)	Diretoria	5	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Gestor(a) Institucional	Programa – PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a) Financeiro(a) da SEMUSA	Gratificação	950,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	2	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)	1	Gratificação	800,00
Gerente	9	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	10	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 174, de 12 de agosto de 2020, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 181, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608961

DECRETO PMI Nº 181, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino;
- instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento;
- gerenciar a documentação escolar e estatística, a estrutura e funcionamento do programa federal vinculado à frequência do aluno à escola, bem como o registro escolar;
- manter e assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino;
- ampliar gradativamente a jornada de tempo escolar;
- prover o atendimento educacional especializado com recursos tecnológicos, equipamentos adaptados, acessibilidade arquitetônica, entre outros, conforme a necessidade do aluno com deficiência;
- articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação;
- incentivar a pesquisa didático-pedagógica no intuito de implementar uma prática contínua de divulgação e publicação por meio de eventos na área da educação;
- implementar o Sistema Municipal de Ensino;
- instituir gradativamente conselhos escolares;
- proporcionar acesso qualitativo aos recursos tecnológicos para alunos, professores e funcionários;
- implementar programas de alimentação e nutrição nos estabelecimentos públicos municipais de ensino;

- m) participar efetivamente nos conselhos municipais;
 - n) prover de transporte escolar, sempre que possível em regime de colaboração com os governos estadual e federal, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos, de forma a garantir o acesso dos alunos à escola;
 - o) estabelecer plano de ação orçamentário anual que contemple: a criação de mecanismos de controle e avaliação do sistema de ensino, formação continuada, adequação do espaço físico, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:
- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
 - b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
 - c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
 - d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
 - e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
 - f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
 - g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
 - h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
 - i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
 - j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
 - k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
 - l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
 - m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:
- a) formular e executar a política esportiva e de lazer municipal;
 - b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
 - c) promover ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
 - d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
 - e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
 - f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
 - g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
 - h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
 - i) promover a representatividade do Município em eventos desportivos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
 - j) realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
 - k) sediar eventos esportivos;
 - l) promover o lazer a toda sociedade;
 - m) realizar atividades de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
 - n) proporcionar a integração e o congraçamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
 - o) incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
 - p) implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela Secretaria;
 - q) conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
 - r) manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da Secretaria;
- IV – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- IX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- X – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) 1. Coordenadoria de Articulação Pedagógica do Ensino Fundamental:

1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva;

1.2. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos;

1.3. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer;

1.4. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa;

1.5. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires;

- 1.6. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira;
- 1.7. Escola Municipal Herminia de Souza Marques;
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza;
- 1.9. Escola Municipal Ugero Pittigliani;
2. Coordenadoria de Educação Inclusiva do Ensino Fundamental;
3. Coordenadoria de Articulação Pedagógica da Educação Infantil:
 - 3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel;
 - 3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Altona;
 - 3.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes;
 - 3.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares;
 - 3.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe;
 - 3.6. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson;
 - 3.7. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos;
 - 3.8. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito;
 - 3.9. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes (Dona Pequena);
 - 3.10. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares;
 - 3.11. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini;
 - 3.12. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige;
 - 3.13. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus;
 - 3.14. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere;
 - 3.15. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol;
4. Coordenadoria de Acompanhamentos e Fiscalização da Proposta Curricular
5. Coordenadoria de Educação Inclusiva Infantil;
 - 5.1. Supervisão de Atividades Complementares da Educação Infantil
6. Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação;
7. Coordenadoria de Contratos Temporários da Educação;
8. Coordenadoria de Material Didático e Bibliotecas;
9. Coordenadoria de Educação Física;
10. Coordenadoria de Apoio Multiprofissional;
 - 10.1. Supervisão de Gestão Democrática Escolar
11. Coordenadoria de Estatísticas e Censo Escolar.

c) Unidade Gestora Organizacional de Orçamento e Finanças;

1. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
2. Coordenadoria de Orçamento e Finanças
 - 2.1 Supervisão de Convênios e Licitações
3. Coordenadoria de Controle de Matrículas;
4. Coordenadoria do Passe Escolar
5. Gerência de Articulação da Educação
 - 5.1. Coordenadoria de Logística, Almoxarifado e Suprimentos
 - 5.1.1. Supervisão de Logística de Suprimentos e Serviços Gerais.
 - 5.2. Coordenadoria de Segurança Patrimonial da Educação
 - 5.2.1. Supervisora de Patrimônio
 - 5.2.2. Supervisão de Segurança Patrimonial
6. Coordenadoria de Projetos
 - 6.1. Supervisão de Projetos

d) Gerência de Mobilidade Escolar:

1. Supervisão de Transporte Escolar da Educação

e) Diretoria de Cultura:

1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;
2. Coordenadoria de Articulação de Projetos da Educação, Cultura e Turismo.
 - 2.1. Coordenação de Educação e Cultura
 - 2.2. Supervisão de Articulação de Projetos da Educação

f) Gerência Socioesportiva;

2. Diretor de Patrimônio e Infraestrutura Esportivas
3. Gerência de Esportes
4. Coordenação do Programa Comunidade Ativa

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- d) Conselho Municipal de Política Cultural;
- e) Conselho Municipal de Esporte
- f) Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	950,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	4	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	22	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	9	Gratificação	250,00

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Diretor(a) de CEI		Gratificação	450,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	Acima de 300 alunos	Gratificação	200,00
	Até 300 alunos	Gratificação	150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 157, de 30 de julho de 2020., ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 184, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609261

DECRETO PMI Nº 184, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – o planejamento operacional e a execução da política administrativa no que compreende prover os órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, organização e métodos, informática, tecnologia da informação, manutenção e suprimentos para o desenvolvimento das atividades;
- II – manter as atividades da Secretaria objetivando o apoio e a orientação às demais áreas;
- III – realizar ações de inspeção e orientações nos locais de trabalho sobre medidas preventivas e uso de equipamentos de proteção individual visando à prevenção de acidentes de trabalho;
- IV – implantar a medicina preventiva com vistas à prevenção de doenças ocupacionais;
- V – realizar concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado de acordo com as necessidades administrativas e condições legais;
- VI – operacionalizar as atividades relativas à folha de pagamento, registro e cadastro dos servidores;
- VII – proporcionar condições de desenvolvimento do corpo funcional com vistas à melhoria da qualidade do serviço público;
- VIII – planejar e executar programas de treinamento, evolução funcional, produtividade e gerenciamento do quadro de vagas;
- IX – gerir os planos de cargos, carreiras e salários dos servidores;
- X – administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário pertencentes ao Município;
- XI – administrar e controlar os processos de compras, em conformidade com a legislação vigente;
- XII – manter os serviços de recepção e informações ao público em geral no Paço Municipal;
- XIII – administrar os serviços de telefonia, monitorando as ligações telefônicas, visando o aperfeiçoamento do serviço e a redução de custos;
- XIV – efetuar estudos e análises técnicas para redesenhos de processos, com normatização de procedimentos e elaboração dos regimentos internos dos órgãos municipais, em colaboração com os mesmos;
- XV – desenvolver estudos e análises técnicas voltadas à racionalização e celeridade das atividades, visando obter eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos;
- XVI – efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;
- XVII – licenciar e manter contratos de softwares e de sistemas de informação no âmbito da administração municipal;
- XVIII – manter os equipamentos de informática e solicitar a aquisição de suprimentos no âmbito da administração municipal;
- XIX – coordenar as atividades da Defesa Civil;
- XX – apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil nas ações de segurança, desenvolvidas no Município;
- XXI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XXII – avaliar as contas de energia das unidades consumidoras municipais, cadastrar as unidades e encaminhar faturas para pagamento, a partir do controle realizado pela SEINFRA;
- XXIII – avaliar as faturas de água e esgoto das unidades consumidoras municipais, a partir do controle do órgão de saneamento;
- XXIV – gerenciar e manter os serviços de zeladoria, de reprografia, de protocolo, de vigilância, bem como a guarda e conservação de processos e documentos encaminhados ao Arquivo Público Municipal;
- XXV – gerir os serviços de segurança patrimonial da municipalidade, em cooperação com os demais órgãos municipais;
- XXVI – realizar a manutenção preventiva e de conservação das instalações do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, bem como adequar às instalações de acordo com as normas de acessibilidade, segurança e de medicina do trabalho;
- XXVII – dar suporte à Junta de Serviço Militar;
- XXVIII – desenvolver ações integradas com outros órgãos municipais;
- XXIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXX – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXXI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXXII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXXIII – integração do Plano de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- XXXIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Gerência de Pessoal

1.1. Coordenação de Gestão e Controle de Folha de Pagamento

1.2. Departamento de Controle de Estágio

1.3. Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional

1.4. Gerência de Atos de Pessoal

2. Diretoria de Relações Institucionais

2.1. Departamento de Apoio Administrativo ao Gabinete

2.2. Coordenadoria do Sistema de Telefonia

2.3. Gerência de Defesa Civil

2.4. Coordenadoria Executiva do Sistema de Protocolo-Central

2.5. Supervisão de Segurança Patrimonial do Paço Municipal

2.6. Supervisão de Vigilância do Paço Municipal

2.7. Supervisão de Limpeza do Paço Municipal

3. Diretoria de Licitação e Atos Contratuais

3.1. Unidade Gestora Organizacional de Análise Procedimental

3.2. Departamento de Editais e Publicações

4. Gerência de Patrimônio e Arquivo Público Municipal

4.1. Coordenadoria de Organização e Manutenção do Arquivo

4.2. Coordenadoria de Manutenção Predial

4.3. Coordenadoria de Controle e Fiscalização de Frota

5. Diretoria de Suprimentos

5.1. Coordenadoria de Organização e Serviços de Almoxxarifado

5.2. Departamento de Expedição de Materiais

5.3. Departamento de Cotações

5.4. Gerência de Controle de Materiais

6. Departamento de Tecnologia da Informação

6.1. Gerência de Tecnologia da Informação

7. Departamento Espaço Cidadão

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba;

b) Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal;

c) Comissão de Avaliação Especial de Desempenho; e

d) Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho.

e) Conselho Diretor do FUNREBOM;

f) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria Municipal de Administração deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	7	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
-------------------------------------	------------	---	-------------	----------

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	7	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	7	Gratificação	550,00
Supervisor (a)	4	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 128, de 30 de junho de 2020, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 185, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609262

DECRETO PMI Nº 185, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

I – desenvolver o planejamento operacional e a execução da política financeira, tributária e econômica do Município;

II – assessorar as secretarias municipais em assuntos financeiros;

III – desenvolver estudos e coordenar o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como orientar, coordenar, acompanhar e controlar a execução do orçamento de acordo com as disposições legais, respeitando os princípios e limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar Federal

nº 101/2000;

IV – realizar o planejamento econômico e a proposta orçamentária;

V – definir e executar as diretrizes das políticas orçamentárias, econômicas, tributárias e financeiras do município, atendendo a legislação em vigor e otimizando os recursos públicos;

VI – acompanhar os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e a dívida pública, proporcionando a contabilização e a liquidação da despesa pública;

VII – realizar as prestações de contas do Município;

VIII – elaborar demonstrativos e relatórios do comportamento das despesas orçamentárias;

IX – programar o desembolso financeiro, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas;

X – elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, disponibilizar as informações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações vigentes;

XI – supervisionar os investimentos públicos e controlar a capacidade de endividamento do Município;

XII – inscrever e cadastrar os contribuintes, bem como prestar orientação aos mesmos;

XIII – realizar o lançamento, a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município;

XIV – realizar a inserção e baixa em dívida ativa dos contribuintes;

XV – implementar campanhas visando à arrecadação;

XVI – executar o registro e controles contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;

XVII – fiscalizar e autuar as infrações cometidas contra a legislação vigente relacionada à sua área de competência;

XVIII – orientar as unidades administrativas sobre os possíveis remanejamentos e abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, sobre as necessidades de correção de eventuais desvios na execução do orçamento e nas diretrizes propostas;

XIX – efetuar o remanejamento orçamentário e abertura de crédito adicional ao orçamento quando solicitado pelas unidades administrativas, de acordo com as disposições legais;

XX – gerir e cumprir a legislação tributária e financeira do Município;

XXI – manter, revisar e atualizar o cadastro econômico do Município;

XXII – controlar e acompanhar a execução de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

XXIII – manter, revisar e atualizar os valores da Planta de Valores Genéricos;

XXIV – executar em conjunto com a SEDAP a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;

XXV – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

XXVI – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

XXVII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

XXVIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;

XXIX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XXX – orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do orçamento municipal;

XXXI – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;

XXXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;

XXXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata a(o) Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria-Executiva Financeira

1.1. Departamento Administrativo-Financeiro

1.2. Departamento de Contabilidade Pública

1.3. Tesoureira-Geral

1.3.1. Supervisão de Conciliação Bancária

1.4. Coordenadoria de Organização e Manutenção do Arquivo Geral.

2. Departamento de Convênios

2.1. Departamento de Tramitação e Processos

3. Unidade Gestora Organizacional Fazendária

3.1. Coordenadoria de Econômico Fiscal

3.2. Departamento de Arrecadação

4. Diretoria de Dívida Ativa

4.1. Gerência de Dívida Ativa

5. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

6. Coordenadoria de Protestos

6.1. Supervisão de Cobrança

7. Gerência Administrativa de Processos Contábeis e Fiscais

7.1. Supervisão de Organização Administrativa

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal da Fazenda deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro	Diretoria	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro(a)	Gratificação	1.650,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)-Geral	1	Gratificação	1.200,00
Gerência	2	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	4	Gratificação	550,00
Supervisão	3	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI Nº 166, de 03 de agosto de 2020, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 71/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2609248

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
MULTIENTIDADE

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

COMUNICADO: A Prefeitura Municipal de Imbituba por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias, comunica aos interessados a Retificação do Edital de Licitação Processo Licitatório nº 71/2020 Pregão Presencial nº 31/2020.

Em razão dessa retificação, fica transferida a data de abertura do certame para o dia 31/08/2020 às 14:00 horas.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/SEAD Nº 765/2020

Publicação Nº 2609187

PORTARIA PMI/SEAD Nº 765, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidor de carreira, de função gratificada do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 14 de agosto de 2020, o servidor de carreira abaixo descrito, da referida função gratificada do órgão superior correspondente, de acordo com o quadro abaixo.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
1710	JESIEL OLIVEIRA ANTULINO	SEMUSA	Gestor da Unidade Gestora Organizacional de Transporte de Urgência

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 766/2020

Publicação Nº 2609188

PORTARIA PMI/SEAD Nº 766, de 17 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 388, de 20 de junho de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, de 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 13.537/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 388, de 20 de junho de 2018, da servidora, Sra. ROSIANE DA SILVA COSTA, Psicóloga, inscrita no CPF sob o nº 806.483.129-68, admitida em 05 de agosto de 2011, matrícula nº 5929, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	01.04.2021 a 30.04.2021 01.09.2021 a 30.09.2021

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de junho de 2018, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 388, de 20 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 126/2020

Publicação Nº 2608678

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 126/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 748, de 14 de agosto de 2020, para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS junto Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
DULÇA BORGES COELHO LAURENTINO	SUPERINTENDENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS	043.027.988-40

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 18/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2415/2020

Publicação Nº 2607954

. DECRETO Nº 2415/20
. De 17 de agosto de 2020

Revoga o Decreto nº 2310 de 2020 / Suspende temporariamente os Prazos dos Processos de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, e da outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO, o encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória nº 928/2020, retirando do ordenamento jurídico o artigo 6-C da Lei Federal nº 13.979/2020 e a Recomendação da Procuradoria-Geral do Município através da C.I nº 129/2020/PROGEM,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 2310 de 2020 que suspende os processos de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 2416/2020

Publicação Nº 2608128

. DECRETO Nº 2416/20
. De 17 de agosto de 2020

Nomeia Supervisor de Controle dos Executivos Fiscais / Rosimeri Estevão

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 17 de agosto de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisora de Controle dos Executivos Fiscais (CC-4), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Rosimeri Estevão inscrita no CPF sob o nº 023.394.729-97.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2417/2020

Publicação Nº 2608104

. DECRETO Nº 2417/20
. De 17 de agosto de 2020

Altera Decreto nº 2411 de 2020
Exonera Celine Poltronieri / Diretora Porte IV

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Nº 3990//2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 2411 de 2020 que exonera em 14 de agosto de 2020, da função de Diretora Porte IV, na E.B.M. Professora Úrsula Kroeger, Celine Poltronieri, nomeada nos termos do Decreto nº 1891 de 2019, voltando ao seu cargo de origem Professora efetiva 40 hrs.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 17 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 067/2020

Publicação Nº 2608224

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 067/2020

CNPJ: 08.160.936/0001-91

CONTRATADA: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO DO ADITIVO: Resta temporariamente suspenso, no período compreendido entre o dia 24 de junho de 2020 a 23 de agosto de 2020 (60 dias) o prazo de execução dos serviços descritos no item 5 (AGENTE DE COZINHA: cozinheira/merendeiras, em jornada de trabalho de escala de 44 horas semanais) e no item 7 (AGENTE DE COZINHA: cozinheira/merendeiras, em jornada de trabalho de escala de 22 horas semanais), do Contrato nº 067/2020, com fundamento no art. 57, § 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, em virtude da pandemia do Covid-19..

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 143/2019

Publicação Nº 2608158

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 143/2019

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 03.620.927/0001-12

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por 12 (doze) meses.

PRAZO: 12 de julho de 2020 até 12 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 151/2019

Publicação Nº 2608212

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 151/2019

CONTRATADA: ANTONIO DA CUNHA.

CPF: 194.440.879-72

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por 12 (doze) meses.

PRAZO: 20 de julho de 2020 até 20 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 168/2019

Publicação Nº 2608178

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 168/2019
CONTRATADA: MAPA IMOBILIÁRIA LTDA.
CNPJ: 76.598.838/0001-90
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por 12 (doze) meses.
PRAZO: 08 de agosto de 2020 até 08 de agosto de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 24/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 185/2018

Publicação Nº 2607999

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 185/2018
CNPJ: 10.671.681/0001-73
CONTRATADA: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa o acréscimo de quantidades do item 1.8, 1.9, 2.4 e 2.5, da planilha constante no Contrato.
VALOR: R\$ 1.286.616,10
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2020.

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 118/2019

Publicação Nº 2607922

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 118/2019
CONTRATADA: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 02 (dois) meses.
PRAZO: 18 de junho de 2020 até 17 de agosto de 2020.
DATA DA ASSINATURA: 12/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 118/2019

Publicação Nº 2607928

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 118/2019
CONTRATADA: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA.
OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 02 (dois) meses.
PRAZO: 18 de agosto de 2020 até 17 de outubro de 2020.
DATA DA ASSINATURA: 14/08/2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 42/2020**

Publicação Nº 2609281

Portaria Nº 42/20

Exoneração / William Alberto Bertoldi.

Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50 da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21 do Regimento Interno, Lei Complementar 217/2018, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 15 de agosto de 2020, o servidor WILLIAM ALBERTO BERTOLDI, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, símbolo AG, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Indaial, 17 de agosto de 2020.

Flávio Augusto Ferri Molinari	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	Altair Brassiani
1º Secretário	2º Secretário

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA REG PREÇOS PREGAO PRES. 016/2020

Publicação Nº 2608562

Ata de Registro de Preços nº 15/2020

Processo Administrativo nº 060/2020

Pregão Presencial nº 016/2020

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 060/2020, homologadas no dia dezoito de agosto de 2020, RESOLVE registrar os preços da empresa, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, INSTALAÇÃO HIDRO SANITÁRIA, PARA MANUTENÇÃO PREDIAL E A OPERAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E AMPLIAÇÕES EM EDIFICAÇÕES, CALÇADAS, MUROS, RETOQUE EM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNOS, DE PISOS E PAREDES, REFORMA DE TELHADOS, TROCA DE PAREDES, ABERTURAS, FORROS, CAIBROS, REBOCO E SERVIÇOS EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: MARCOS BOESING 47701021949

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4.000	Horas	SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, INSTALAÇÃO HIDRO SANITÁRIA, PARA MANUTENÇÃO PREDIAL E A OPERAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E AMPLIAÇÕES EM EDIFICAÇÕES, CALÇADAS, MUROS, RETOQUE EM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNOS, DE PISOS E PAREDES, REFORMA DE TELHADOS, TROCA DE PAREDES, ABERTURAS, FORROS, CAIBROS, REBOCO E SERVIÇOS EM GERAL.	R\$ 19,00	R\$ 76.000,00
TOTAL: R\$ 76.000,00					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Processo Administrativo nº 060/2020 - Pregão Presencial nº 016/2020 e seus anexos;

b) Proposta da(s) Licitante(s);

c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As quantidades constantes acima são meras estimativas de consumo, não ficando obrigada a Administração à aquisição total dos itens, tendo até 12 (doze) meses para adquirir a prestação dos serviços.

4.2. A empresa vencedora deverá prestar os serviços de acordo com as necessidades das Secretarias municipais.

4.3. . A empresa vencedora deverá iniciar os serviços em até 02 (dois) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.

4.4. . A empresa vencedora deverá elaborar uma planilha de atividades com assinatura do operador, especificando as horas trabalhadas e assinatura do gestor que vai fiscalizar os serviços.

4.5. A empresa deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessárias para execução do objeto, tais como: betoneira, etc.

4.6. A Secretaria solicitante fornecerá e arcará com os custos dos materiais de consumo, tais como: materiais de construção, produtos de limpeza, dentre outros.

4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

4.8. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

4.9. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

4.10. A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5 – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura e uma planilha de atividades com assinatura do operador, especificando as horas trabalhadas e assinatura do gestor que vai fiscalizar os serviços, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda os serviços não prestados ao município e realize a cobrança financeira dos serviços que não tenham sido autorizada pelo responsável pela Secretaria.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela prestação dos serviços, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

8.1. Constituem obrigações da empresa fornecedora:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 17 de agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

MARCOS BOESING 47701021949

Ipuacú

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 02.2020

Publicação N° 2608168

DATA DE ADITAMENTO: 10/08/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. ° 02 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. ° 02 /2020 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS E IMPRESSOS GRÁFICOS, PARA USO EM ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- AUMENTO DE QUANTIDADE.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: EUKALIPTUS GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob N° 17.716.351/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei n° 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.91/2019, Pregão Presencial Pref n.º 46/2019 e Ata de Registro de Preços n.º 01/2020- A, datada de 02/01/2020.

DO AUMENTO DE QUANTIDADE: O Contrato Fms n. ° 02 de 02 de janeiro de 2020, conforme previa no parágrafo único da cláusula sexta do referido contrato que poderia haver adição de quantitativos até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial licitada, dessa maneira faz –se o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item 2.

Valor total do aditivo é de até o montante de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N°. 03.2020

Publicação N° 2608192

DATA DE ADITAMENTO: 10/08/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 03 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 03/2020 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS E IMPRESSOS GRÁFICOS, PARA USO EM ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA- AUMENTO DE QUANTIDADE.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: EUKALIPTUS GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob N° 17.716.351/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei n° 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.91/2019, Pregão Presencial Pref n.º 46/2019 e Ata de Registro de Preços n.º 01/2020- A, datada de 02/01/2020.

DO AUMENTO DE QUANTIDADE: O Contrato Pref. n.º 03 de 02 de janeiro de 2020, conforme previa no parágrafo único da cláusula sexta do referido contrato que poderia haver adição de quantitativos até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial licitada, dessa maneira faz –se o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item 2.

Valor total do aditivo é de até o montante de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).

DECRETO N° 147 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. REGULAMENTA A CRIAÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2608541

DECRETO N° 147

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

REGULAMENTA A CRIAÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 91, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor; e

Considerando a necessidade de criação e regulamentação do funcionamento da Sala do Empreendedor;

Considerando a necessidade de assegurar a simplificação e desburocratização e tornar mais racional, eficiente e ágil os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município;

DECRETA:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SALA DO EMPREENDEDOR**

Art. 1º Para assegurar ao contribuinte a entrada única de dados e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município de Ipuçu, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes finalidades:

I - De forma geral terá as seguintes funcionalidades:

- a) disponibilizar aos interessados as informações necessárias à inscrição municipal no cadastro mobiliário e Alvará de Funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;
- b) emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
- c) orientação sobre procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;
- d) analisar os expedientes necessários para viabilizar a implantação de empreendimentos;
- e) proceder a inscrição no cadastro de Mobiliário;
- f) emissão do alvará de licença;
- g) emissão de Nota Fiscal de Serviço;
- h) outros serviços criados por ato próprio do Comitê Gestor Municipal, que tenha o objetivo de prestar serviços de orientação para implantação de empreendimentos no Município.

II - De forma preferencial ao Microempreendedor Individual, as seguintes funcionalidades:

- a) atendimento ao Microempreendedor Individual;
- b) disponibilizar as informações necessárias à inscrição municipal no Cadastro Geral de Rendas Mobiliárias e emissão de Alvará de Licença Provisório ou definitivo;
- c) encaminhamento via sistema, da consulta prévia locacional de instalação ao Microempreendedor Individual, microempresa e empresa de pequeno porte;
- d) emissão das guias de pagamento DAS;
- e) emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
- f) orientação sobre procedimentos de baixa de cadastro;
- g) emissão de alvará de funcionamento provisório ou definitivo;
- h) orientação para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;

§ 1º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§ 2º A Sala do Empreendedor poderá funcionar como:

I - Agente Operacional junto à Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de efetuar inscrição, baixa e alteração de Microempreendedor Individual no cadastro único daquela Secretaria;

II - Agente Operacional e facilitador, junto a JUCESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, nos processos de formalização e legalização das atividades junto a esse órgão, notadamente em relação ao Microempreendedor Individual.

Art. 2º A Sala do Empreendedor:

I - Será instalada em local a ser determinado pela Administração Municipal;

II - estará subordinada formalmente à Secretaria de Indústria, Comércio, Urbanismo e Turismo, cabendo a responsabilidade operacional ao Agente de Desenvolvimento Municipal;

III - poderá ter representantes de todas as Secretarias e órgãos municipais na medida dos serviços prestados, bem como de pessoal técnico oriundo de parceria com outras entidades e instituições públicas ou privadas, na conformidade de Convênios realizados pela municipalidade.

CAPÍTULO II**DO ATENDIMENTO NA SALA DO EMPREENDEDOR****SEÇÃO I****DO ATENDIMENTO**

Art. 3º A Sala do Empreendedor será dotada de infraestrutura física e técnica mínima para atendimento:

I - do Microempreendedor Individual - MEI, visando ao oferecimento de orientação e serviços, inclusive com acesso ao Portal do Empreendedor para seu registro e legalização;

II - das Microempresas e Empresas de Pequeno porte.

§ 1º A Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a atender todos os serviços colocados à disposição dos empreendedores que a procuram, seja por meio de funcionários permanentes ou por agentes das instituições parceiras, devendo conhecer, no mínimo:

I - a legislação municipal relativo a concessão de alvarás, inscrição e baixa no cadastro municipal, e a documentação exigida pelas diversas Secretarias ou órgãos municipais, relacionados com a abertura e fechamento das empresas;

II - a atuação dos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento das empresas das demais esferas de governo, seus órgão e entidades;

III - a legislação municipal aplicável às microempresas, empresas de pequeno porte e empresas normais;

IV - a legislação Federal aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte e resoluções emanadas pelo Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN);

V - orientações referentes a licitações exclusivas as Micro e pequenas empresas.

VI - a legislação Federal aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte e resoluções emanadas pela Lei 11.598/2007 (REDE-SIMPLES);

§ 2º Em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, a Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a orientar e ou realizar:

I - orientação de quem pode ser, como se registrar e se legalizar, as obrigações, custos e periodicidade, qual a documentação exigida, e quais os requisitos que devem atender perante cada órgão e entidade para seu funcionamento;

II - orientação, e se for o caso encaminhamento, da necessidade de pesquisa prévia ao ato de formalização, para fins de verificar sua condição perante a legislação municipal no que se refere à descrição oficial do endereço de sua atividade e da possibilidade do exercício dessa atividade no local desejado;

III - orientação e encaminhamento aos parceiros em microcréditos e entidades parceiras da Sala do Empreendedor.

SEÇÃO II DA PESQUISA PRÉVIA

Art. 4º Preliminarmente ao processo de inscrição do Microempreendedor Individual, obrigatoriamente deverá ser realizada pesquisa prévia locacional (viabilidade) pela Sala do Empreendedor.

§ 1º Para fins da pesquisa, o empreendedor deverá ter em mãos, no mínimo, o RG e CPF (originais); o endereço completo onde deseja instalar seu empreendimento;

§ 2º Havendo irregularidade no endereço apresentado ou sendo proibida a atividade no endereço indicado não será realizada a formalização e o empreendedor será orientado quanto ao fato e quanto ao procedimento que deverá adotar.

§ 3º Sendo atividade do MEI considerada de alto risco, a formalização pelo portal do empreendedor será realizada, porém o alvará de funcionamento só será emitido após a realização da vistoria prévia com o deferimento dos órgãos competentes.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DO MEI NA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 5º Se o resultado da pesquisa prévia apontar para a possibilidade de o empreendedor obter o Alvará Provisório ou Definitivo segundo a legislação municipal, a Sala do Empreendedor deverá acessar o Portal do Empreendedor, no endereço <http://portaldoempreendedor.gov.br> e preencher o formulário eletrônico com os dados requeridos para a inscrição de Microempreendedor Individual – MEI e transmiti-lo eletronicamente.

§ 1º No caso de haver inconsistência na base de dados da Receita Federal, em relação a algum impedimento na opção de MEI, de acordo com informações do sistema eletrônico, o empreendedor deverá ser orientado quanto ao procedimento que deverá ser seguido para a regularização cabível, conforme segue:

I - tratando-se de irregularidade no CPF, dirigir-se aos Correios, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil e promover a sua regularização;

II - tratando-se de impedimento para ser MEI, dirigir-se à Secretaria da Receita Federal do Brasil para obtenção de informações complementares e de orientações quanto ao tratamento em questão.

§ 2º Não havendo irregularidade, a formalização será confirmada no final do processo eletrônico, com o fornecimento, para o Microempreendedor Individual - MEI, respectivamente, do Número de Identificação do Registro da Empresa - NIRE e do número de Inscrição no CNPJ, que estarão incorporados no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) que será impresso nesse momento.

§ 3º Havendo manifestação contrária ao exercício das atividades no local do registro, o MEI será notificado, e será fixado prazo para a transferência da sede da atividade, sob pena de cancelamento do Termo de Ciência e responsabilidade com Efeito no Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

§ 4º A Sala do Empreendedor providenciará cópia do CCMEI para, juntamente com os dados disponibilizados ao município dar início ao trâmite interno entre os órgãos municipais para a devida inscrição fiscal e emissão do Alvará de Funcionamento e Licenciamento requeridos em função da atividade a ser desenvolvida.

Art. 6º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor poderá gerar o documento de arrecadação do mês ou de todos os meses do exercício (DAS-MEI).

Parágrafo único. O MEI será orientado de que o pagamento deverá ser feito na rede bancária e casas lotéricas, até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor deverá entregar o relatório de receitas brutas e orientar para preenchimento mensal, para entrega da Declaração Anual do MEI.

Art. 8º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor deverá orientar o empreendedor a retornar após 15 dias para realizar a inscrição estadual pelo site <http://www.sef.sc.gov.br/>.

CAPÍTULO IV DO ATENDIMENTO RELATIVO AO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS, MICRO EMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 9º A Sala do Empreendedor dará as informações necessárias à inscrição municipal no cadastro de rendas mobiliárias e Alvará de Funcionamento.

§ 1º A Sala do empreendedor fornecerá às Empresas interessadas:

I - emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

- II - orientação sobre procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas;
- III - Lista de contadores aptos a realizar o registro e regularização da empresa;
- IV - Providenciar a inscrição no cadastro de Rendas Mobiliárias;
- V - Emissão do alvará de licença.

§ 2º É vedada aos Atendentes da Sala do Empreendedor induzir o empresário a escolha de escritório de contabilidade ou contador constante da lista que se refere o art. 7º, § 1º, inciso III.

CAPÍTULO V DOS PARCEIROS COM A SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 10º A Sala do Empreendedor, através de convênio de cooperação técnica poderá apoiar a criação e o funcionamento de linhas de microcréditos operacionalizados através de instituições dedicadas ao microcrédito com atuação no Município e Região.

Art. 11º A Sala do Empreendedor, através de convênio de cooperação técnica poderá firmar parcerias com Entidades e Instituições no intuito de orientar e implementar ações às microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º Aplicam-se as demais normas concernentes aos Alvarás de Licença Provisório e Definitivo previstos na legislação do município, no resguardo do interesse público.

Art. 13º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 145 DE 12 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608079

PORTARIA Nº 145
DE 12 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal LEONARDO PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR SEM TITULAÇÃO, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, sem o recebimento dos vencimentos, tendo por base o artigo 99, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 12 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 146 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 2608080

PORTARIA Nº 146
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;
Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política a servidora pública municipal TAISE BIELESKI, ocupante do cargo de provimento temporário de MONITORA EDUCACIONAL, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, sem o recebimento dos vencimentos, tendo por base o artigo 99, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso a servidora não seja escolhida na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 147 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. SUSPENDE LICENÇA-PRÊMIO CONCEDIDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 130/2020

Publicação Nº 2608081

PORTARIA Nº 147
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SUSPENDE LICENÇA-PRÊMIO CONCEDIDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 130/2020.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando o requerimento de desincompatibilização exarado pelo servidor abaixo relacionado, em decorrência da iminência do gozo de licença para atividade política;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender, a partir desta data, a Licença-Prêmio concedida ao servidor PAULO RENATO DALLMANN, ocupante do cargo em provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, concedida através da Portaria do Executivo Municipal nº 130, de 06 de julho de 2020, ficando

assegurado o direito de concluí-la oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 148 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608083

PORTARIA Nº 148

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal VILSON ADEMIR PALIANO, em estágio probatório no cargo de MOTORISTA, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 149 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608085

PORTARIA Nº 149

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal CÉZAR DE PAULA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 150 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608087

PORTARIA Nº 150

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal LADAIR COLPO, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 151 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608090

PORTARIA Nº 151

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal LEONIR TEDESCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 152 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608092

PORTARIA Nº 152

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política a servidora pública municipal SILVANA INÊS GIROTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso a servidora não seja escolhida na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 153 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608096

PORTARIA Nº 153

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid – 19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal REGINALDO KOTU MENDES, ocupante do cargo de provimento temporário de MONITOR SOCIAL, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, sem o recebimento dos vencimentos, tendo por base o artigo 99, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 154 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 2608097

PORTARIA Nº 154
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente Art. 99 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Considerando a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores (as) e empregados (as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

Considerando a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

Considerando que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para a atividade política ao servidor público municipal PAULO RENATO DALLMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, no período compreendido entre 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, preliminarmente sem prejuízo na percepção de seus vencimentos, tendo por base o artigo 99 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipuacu (Lei Complementar Municipal n. 11, de 14 de junho de 2005).

Art. 2º No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos do Município o comprovante de registro acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo único. Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções, promovendo a devolução integral da remuneração auferida no período que ficou afastado, a qual, se não devolvida espontaneamente, será retida pela municipalidade na folha mensal de pagamento do servidor de conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido de valores.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 155 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS

Publicação Nº 2608099

PORTARIA Nº 155
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS.

A Prefeita Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal

nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente artigo 78 e seguintes; e
Considerando Portaria nº 144, de 10 de agosto de 2020, concedendo férias a Servidora abaixo relacionada;

RESOLVE:

Art. 1º REQUISITAR a partir do dia 17 de agosto de 2020, o retorno ao serviço público da Servidora ANGELITA A. SCHUCK D'AGOSTINI, ocupante do cargo em provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, tendo em vista a necessidade urgente de continuidade de suas atividades atinentes.

Parágrafo Único. Anote-se em sua ficha funcional o saldo de férias em haver, as quais poderão ser usufruídas em período posterior.

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 156 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Publicação Nº 2608100

PORTARIA Nº 156
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
CAROLINE VALGOI	Enfermeira	03/11/2018 à 02/11/2019	17/08/2020 à 15/09/2020
RENATA LIDIA BORTONCELLO	Diretora de Compras e Licitações	12/03/2018 à 11/03/2019	17/08/2020 à 15/09/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 157 DE 14 DE AGOSTO DE 2020. DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 2608544

PORTARIA Nº 157
DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 91, da Lei Orgânica do Município; Lei Complementar Federal nº 123/2006, no seu Art. 85-A, e demais dispositivos legais em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. ALEXANDRE HENRIQUE CERON, ocupante do cargo em provimento comissionado de ASSESSOR DE GABINETE, como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município.

Art. 2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município da IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, que tem por objetivo a promoção, coordenação e desenvolvimento de ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual – Lei Complementar Federal Nº123/2006 e Nº128/2008, resultado da parceria entre as prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC.

Art. 3º Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 14 de agosto de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.525 DE 14 DE AGOSTO DE 2.020

Publicação Nº 2608123

DECRETO Nº 2.525 de 14 de agosto de 2.020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 569.318,79.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.848 de 11 de outubro de 2.019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.020 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.852 de 13 de dezembro de 2.019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.020 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 145, Projeto/Atividade 26.782.0026.1.033 - Infra-Estrutura para o Trânsito de Pessoas e Mercadorias, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 215.209,04.

II. Código reduzido 146, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0029 - EMENDA ESPECIAL ESTADO, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 147.109,75.

III. Código reduzido 49, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 7.000,00.

IV. Código reduzido 45, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0072 - RECURSOS PORTARIA 1666, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 200.000,00.

TOTAL GERALR\$ 569.318,79

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0029 - EMENDA ESPECIAL ESTADO, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 147.109,75.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0072 - RECURSOS PORTARIA 1666, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 200.000,00.

III. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 215.209,04

IV. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 7.000,00

TOTAL GERALR\$ 569.318,79

Art. 3º Fica cancelado, em virtude da reclassificação da receita e da fonte de recursos da receita executada, o crédito suplementar aberto através do inciso VI do art. 1º do Decreto 2.494 de 22 de abril de 2.020.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor em 14 de agosto de 2.020.

Ipumirim-SC, 14 de agosto de 2.020

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

EDITAL Nº.021/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608542

ABRE VAGAS PARA ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, torna público, pelo presente Edital as normas, procedimentos e vagas para alteração temporária de jornada de trabalho aos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º Os professores efetivos municipais interessados na alteração temporária de jornada de trabalho deverão requerer sua inscrição até dia 20 de agosto de 2020, através de requerimento específico de acordo com a disciplina de concurso ou enquadramento do candidato.

Art. 2º Para o professor alterar, temporariamente, a carga horária, deverá preferencialmente:

- I. Estar atuando na mesma Unidade Escolar da vaga;
- II. Estar atuando na mesma área de atuação que apresentar a vaga; e
- III. Estar legalmente habilitado para o exercício do Magistério.

Art. 3º Não existindo pessoas interessadas na Unidade da vaga, a mesma poderá ser preenchida por professor de outra escola.

Art. 4º Se dois ou mais candidatos pleitearem a mesma vaga, a autoridade competente dará preferência:

- I. Ao habilitado em maior nível de formação;
- II. Ao maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal; e
- III. Ao maior tempo de serviço no magistério.

Art. 5º As vagas em horas-aula, por disciplina, encontram-se discriminadas no anexo que integra o presente Edital.

Art. 6º As informações prestadas no requerimento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato que assumirá, ao entregá-lo, as consequências de eventuais erros de preenchimento.

Art. 7º O ato de inscrição implica na concordância tácita do candidato com os critérios estabelecidos no presente Edital.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação fará análise das inscrições e encaminhará ao departamento de pessoal a relação dos inscritos que atenderam aos critérios do presente Edital para efetivar a alteração da jornada de trabalho a partir de 24 de agosto de 2020.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 17 de agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.105.7774 SAFRA DIESEL-ÓLEO DIESEL

Publicação Nº 2608188

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO 105/2019

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019, do PROCESSO Nº 105/2019, homologado no dia 23 de dezembro de 2019, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2019 á 2020, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.105.7774
SAFRA DIESEL-ÓLEO DIESEL

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, município de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado pelo Senhor RENI PERIZZOLO, CPF: 097.840.980-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Conforme solicitação recebida da empresa acima menciona e protocolada sob o nº 558/2020, às 15:hs16min, de 13 de agosto de 2020 e parecer Jurídico anexo, solicitando o aumento do preço do óleo diesel, visando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço passando o valor de R\$ 3,21 (três reais e vinte e um centavos) para R\$ 3,24 (três reais e vinte e quatro centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL S 10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST. S/A	3,24	648.000,00
Valor Total Registrado					R\$ 648.000,00	

O presente extrato da Ata de Registro de Preços acima citado, passa a ter vigência, na data de sua assinatura até 23 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO 8º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 105, PP 47- BIFFI & BIFFI-GASOLINA

Publicação Nº 2608191

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO 105/2019

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019, do PROCESSO Nº 105/2019, homologado aos 23 de dezembro de 2019, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2020, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019.105.6007
BIFFI & BIFFI LTDA-GASOLINA

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor HELIO BIFFI, CPF: 347.953.089-34.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Conforme solicitação recebido da empresa acima mencionada e protocolado sob o protocolo da Prefeitura Municipal sob o número 554/2020 de 13 de agosto de 2020, às 09:hs36min, e parecer Jurídico anexo, referente ao aumento do referido item da gasolina comum, que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, visando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço passando o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	L	25.000,00	SHELL	4,05	101,250,00
Valor Total Registrado					R\$ 101.250,00	

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº. 432/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607882

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL EFETIVA, PARA ATIVIDADE POLITICA COMO CANDIDATA A VEREADORA.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do § 1º do artigo 113 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A DILVIANA CASON, matrícula nº. 1051, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade e Município de Ipumirim – SC, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 3.781.981 e CPF sob o nº. 036.991.419-85, Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo efetivo de Professora, admitida por concurso público, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe C, da Lei Complementar nº 002/2002, e nos termos da Lei, artigo e parágrafo supramencionados, licença no período eleitoral para concorrer ao cargo de Vereadora nas Eleições de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 14 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 14 de Agosto de 2020.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 433/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608812

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado da chamada publica 019 /2020

CONTRATA

ELIANE FATIMA STUMPF, sob a Matrícula 3190, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.180.631 e do CPF 844.848.969-15, para ocupar o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 80, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 17/08/2020 A 28/12/2020

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/08/2020.

Ipumirim - SC, 17 de Agosto de 2020.

VOLNEI Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 434/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608823

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ENFERMEIRO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Através de chamada publica 017/2020

CONTRATA

ANILDE EISENHARDT, sob a Matrícula 3191, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.695.805-8 e do CPF 806.493.009-04, para ocupar o cargo em caráter temporário de Enfermeira (o), constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 180, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 17/08/2020 até a volta da titular Adriana de Pinho Tiepo que esta em licença para mandato político de Vereadora.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 17 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 17 de Agosto de 2020.

Volnei antonio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 435/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608830

NOMEIA NO CARGO COMISSONADO DE DIRETORA TECNICA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

LUCIANE RAUBER, sob a Matrícula 3192, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.3.189.174-8 e do CPF 028.650.949-01, nomeado no cargo comissionada de DIRETORA TECNICA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – DIRE – NIVEL – 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 17 de Agosto de 2020.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito

PORTARIA Nº. 436/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608835

EXONERA SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE FISCAL DE OBRAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 69/2009, que Altera vagas, carga horária e cria cargos do quadro de pessoal de provimento efetivo do município de Ipumirim - SC. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

E X O N E R A

FRANCISCO SACHETT COLLA, sob a matrícula 3187, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.100.983 e do CPF 065.297.749-98, para o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 50, com carga horária de 35 horas semanais, lotação: Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Revogadas as disposições em contrario e especial a portaria 399/2020, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17/08/2020.

Ipumirim - SC, 17 de Agosto de 2020.

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO RETIFICAÇÃO PL 014/2020 PP 009/2020 - FMS

Publicação N° 2608640

MUNICIPIO DE IRACEMINHA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 014/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 009/2020
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: O objeto desta licitação é a aquisição de equipamentos permanentes compreendendo: computadores e móveis sob medida para adequação dos ambientes da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Sede, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 28/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 18 de agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

DECRETO 070 2020

Publicação N° 2609343

DECRETO N.º 070/2020, de 14 de Agosto de 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jean Carlos Nyland, Prefeito Municipal em exercício de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho de Alimentação Escolar CAE, do Município de Iraceminha (SC), para o mandato de 2019/2020, conforme segue;

I – REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

- EVANDRO JOÃO RAUBER – TITULAR
- DEBORA SPENAZZATTO – SUPLENTE

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO

- PATRICIA ANDREA RAUBER – TITULAR
- VANESSA DAIANE RAUBER – SUPLENTE
- CARLA BEGNINI – TITULAR ...
- ADRIANA SEIFFERT – SUPLENTE

III – REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

- SOLANGE BERTOLDO – TITULAR
- SOLANGE DE MARCO – SUPLENTE
- MARIA SILVANA CHAGAS - TITULAR
- MARIA LISIANE KNORST – SUPLENTE

IV – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- MARGARIDA BOHN – TITULAR
- ELAINE MARIA LORENZINI RAUBER – SUPLENTE
- ROSINEI BRANDÃO - TITULAR

· TATIANE PARCIANELLO - SUPLENTE

Art. 2º - O exercício dos membros nomeados no Artigo 1º é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e se encerra no dia 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), de 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

DECRETO 071 2020

Publicação N° 2609344

Decreto no 071/2020, de 14 de Agosto de 2020.

Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que dispõe a Lei municipal n° 164 de 05 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Iraceminha para a gestão 2019/2020, que fica assim constituído:

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Secretário Interino de Agricultura e Meio Ambiente

1º Secretário: Terezinha Franzon

2º Secretário: Jair Galon

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES:

Prefeitura Municipal:

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Cooperativa Regional Auriverde

Renato Shoting

Cooperagir

Marcelo Valer

Epagri:

Jair Luis Gallon

Banco Sicoob Credial:

Nilson Rauber

Banco do Brasil

Edegar Luis Severgnini

Banco Sul Credi

Cleber Simionato

Banco Cresol

Viviane Scheneider

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Adair Filipin

Câmara Municipal de Vereadores:

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RURAIS

LINHA AVANTE:

Cleomar Binotto
Lenir Both

LINHA ALTO BIGUÁ:

Sidinei Londero
Cenirio Slavatti

LINHA BIGUÁ:

Valdecir Pasqualotto
Valter Anhalt

LINHA BIGUAZINHO:

Cleucir Sebben
Hilário Giacomelli

LINHA BONITA:

Eldo Drescher
Evandro Pelegrini

LINHA CAMPINAS:

Eduardo Henrique Demarco
Germano Trombetta

LINHA ESPLENDOR:

Renato Wagner
Juliano Naiz

LINHA GAÚCHA:

Gerson Rasera
Rosani Althaus

LINHA LAMBARI:

Ivanir Pasqualotto
Luiz vedelago

LINHA LORO:

Alberto da Silva
Lotario Loesch

LINHA MOROÉ:

Divanir Sebben
Nestor Zanluchi

LINHA NOVA IBARAMA:

Valdecir Gastaldo
Luiz Carlos Zanella

LINHA PAVÃO:

Jandir Paulo Fiorezi
Nelson Olcieski

LINHA QUARAI:

Nilson Haggemann
Oswaldo Wasen

LINHA SABIÁ:

Claudiomir Herbert

LINHA SANTA FÉ:

Leônidas Zanella
Ronan Gomes

LINHA SÃO JOSÉ DO LARANJAL:

Domingos Bianchin
Vicente Ghisleri

LINHA TRÊS IRMÃOS:

Celestino Defaveri
Rogerio Canal

LINHA VILA NOVA:

Nadir Seben
Ademar Rossatto

LINHA MULLER:

Ivanor Bertoldo
Edson Jair Vogt

Art. 2º - O exercício dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e se encerra no dia 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, (SC), de 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

DECRETO 072 2020

Publicação N° 2609347

Decreto nº 072/2020, de 14 de Agosto de 2020.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 566/97 de 30 de Junho de 1997:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Iraceminha (SC), conforme segue:

I – Professores que possuem Habilitação no Magistério e atuam no Magistério Público:

Vanessa Daiane Rauber– Titular

Patricia Andrea Rauber Knorst– Suplente

Adriana Paula Seifer t– Titular...

Clair Tumelero – Suplente

Solange Bertoldo – Titular

Carla Begnini– Suplente

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Silvane Elenir Shubert Pasqualotto– Titular

Elaine Maria Lorenzini Rauber – Suplente

III – Representantes da Associação de Pais e Professores:

Fernanda Brandão – Titular

Maria Silvana Chagas– Suplente

IV – Representantes dos alunos:

Micheli Simionato – Titular

Gabrieli Pasqualotto– Suplente

V- Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

Valdecir Piton – Titular

Alda De Marco– Suplente

Art. 2º - O exercício dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e que se encerra no dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Evandro João Rauber
Secretário Interino de Administração e Fazenda

DECRETO 073 2020

Publicação N° 2609345

DECRETO N° 073/2020, de 14 de Agosto de 2020..

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal n.º 951/2007 de 04 de Outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha (SC), para a gestão 2019/2020, conforme segue:

I) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Silvane Shubert Pasqualotto
Suplente: Claudedir Parisoto

Titular: Valdecir Gastaldo
Suplente: Rosinei Brandão

II) Representantes das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Sandra Zanella
Suplente: Adriana Paula Seifert

III) Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Patricia Andrea Rauber
Suplente: Clair Bolfe Tumelero

IV) Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Titular: Elaine Lorenzini Rauber
Suplente: Gelci Balbinot

V) Representantes das Associações de Pais de Alunos das escolas públicas municipais:

Titular: Luciane Gentilini Filipin
Suplente: Cleide Tumelero

Titula: Carla Begnini
Suplente: Tatiane Parciannelo

VI) Representantes dos estudantes da educação básica pública;

Titular: Bianca Althaus
Suplente: Gabrieli Pasqualotto

Titular: Michele Simionato
Suplente: Kauê Michel Rauber

VII) Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Vanesa Daiane Rauber
Suplente: Carla Beginini

VIII) Representantes do Conselho Tutelar.

Titular: Marilita Mezzomo Marli Horn
Suplente: Marli Horn

Art. 2º - O exercício do mandato dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

DECRETO 074 2020

Publicação N° 2609348

DECRETO N.º 074/2020, de 14 de Agosto de 2020.

Nomeia os membros do Conselho Municipal Do Idoso do município de Iraceminha e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 1256/14 de 29/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Idoso do Município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, com os seguintes representantes:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Lucélia Costa Curta

Suplente: Micheli Carla Bortolotti

b) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Eliane Provensi

Suplente: Patrícia Zen lunkes

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Silvane Shubert Pasqualotto

Suplente: Elaine Lorenzini Rauber

d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Joacir Carlos Bertoldo

Suplente: Margarida Bohn

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Representante dos Grupos de Idosos Sempre Avante

Titular: Soeli Leda Perondi Bernanrdi

Suplente: Ivonia Alice Muller

b) Representante dos Grupos de Idosos São José

Titular: Antonio Jacomini

Suplente: Iracema Jacomini

c) Representante dos Grupos de Idosos Nova Esperança

Titular: Terezinha Serafini

Suplente: Maria Marques

d) Representante dos Grupos de Idosos São Pedro

Titular: Nilson Pimel

Suplente: David Valdemar Palaver

Art. 2º - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Art. 3º - O presente conselho terá um mandato de dois anos válidos para o biênio 2019/2020.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

DECRETO 075 2020

Publicação Nº 2609349

Decreto nº 075/2020, de 14 de Agosto de 2020.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Iraceminha e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 880/2006 de 04 de Outubro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, com os seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

- Titular: Jair Ferreira Da Silva
- Suplente: Nelsi Strapazzon

- Titular: Micheli Carla Bortolotti
- Suplente: Lucelia Costa Curta

- Titular: Silvane Shubert Pasqualotto
- Suplente: Patricia Andrea Rauber

- Titular: Eliane Provensi Largo
- Suplente: Patricia Zen Lunkes

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GRUPO DE APOIO À SOCIEDADE IRACEMINHENSE

- Titular: Yasmin Raquel Tumeleiro
- Suplente: Ires Provensi

GRUPO DE IDOSOS:

- Titular: Carmem Martins
- Suplente: Maria Vivian

APAE:

- Titular: Haissa Simara Kunz
- Suplente: Salete Defaveri Boll

APPs:

- Titular: Julieti Fink
- Suplente: Elizangela Dal Magro

Art. 2º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, nos termos da Lei Municipal Nº 880/2006 de 04 de Outubro de 2006.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de Agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

DECRETO 076 2020

Publicação N° 2609350

DECRETO N° 076/2020, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA - do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal n.º 1282/2015 de 11 de maio de 2015:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA do município de Iraceminha (SC), para a gestão 2019/2020, conforme segue:

I) Representantes das Secretarias Municipais:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Joacir Carlos Bertoldo

Suplente: Margarida Bohn

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Patricia Zen Lunkes

Suplente: Eliane Provensi Largo

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Lovani Linke

Suplente: Jair Ferreira Da Silva

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Silvane Shubert Pasqualotto

Suplente: Vanessa Daiane Rauber

II) Representantes da Sociedade Civil Organizada

Representantes dos Grupos Idosos:

Titular: Carmem de Marco

Suplente: Maria Vivian

Representantes dos Clubes de Mães:

Titular: Marlene Sebben

Suplente: Dione Pasqualotto

Representantes das Pastorais de Saúde e Criança:

Titular: Odila de Nadal

Suplente: Clair Trevisan

Representantes das Associações de Pais e Professores:

Titular: Marilde Provenzi

Suplente: Patricia Andreia Knosrt

Representantes do Sindicato Comercial:

Titular: Gilmar Pasqualotto

Suplente: Ketling Janke

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores:

Titular: Adair Filippin

Suplente: Antonio Kunz

Representantes do Conselho das Igrejas:

Titular: Ornelio Frank

Suplente: Edson Vogt

Representantes dos Clubes de Serviços:

Titular: Diana Rubini Zanella

Suplente: Gustavo Luiz Drescher

Art. 2º - O exercício do mandato dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 077 2020

Publicação N° 2609351

DECRETO N.º 077/2020, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia os membros do Conselho Municipal De Assistência Social e Controle Social, do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 1347/2017 de 06 de Junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social e Controle Social do Município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, com os seguintes representantes:

I - Cinco representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

Titular: Lovani Linke

Suplente: Nelsi Strapazzon

Titular : Jair Ferreira Da Silva

Suplente: Alice Gotems

b) Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Eliane Provensi

Suplente: Patricia Zen Lunkes

c) Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

Titular: Joacir Carlos Bertoldo

Suplente: Margarida Bohn

d) Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Silvane Schubert Pasqualotto

Suplente: Elaine Lorenzini Rauber

II - Cinco representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

e) Representantes dos usuários ou organizações de usuários da assistência social;

Titular : Liziane Werner Cord

Suplente: Adriana Chaves Ferreira

Titular: Loadira da Rosa

Suplente: Valmiria Solidário

f) Representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

Titular: Maria Margarete Marschall

Suplente: Caroline Comin

Titular: Vanessa Daiane Rauber

Suplente: Ana Carolina Henchen de Marco

g) Representante de trabalhadores do setor.

Titular: Lucélia Costacurta

Suplente: Micheli Carla Bortolotti

Art. 2º - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Art. 3º - O presente conselho terá um mandato de dois anos válidos para o biênio 2019/2020.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 078 2020

Publicação N° 2609352

DECRETO N.º 078/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRACEMINHA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jean Carlos Nyland, Prefeito Municipal em exercício de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 474/95 de 22 de Setembro de 1995 combinada com a Lei Municipal nº 477/95 de 02 de Outubro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde de Iraceminha (SC), para o Biênio 2019/2021, com o objetivo geral de oferecer assistência integral à saúde da população, conhecer a situação da saúde e identificar e priorizar os problemas na área da saúde existentes no município.

Art. 2º - Este conselho será composto por membros titulares e suplentes, representantes do Governo Municipal, Profissionais da Área de Saúde, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, professores, Mulheres Agricultoras, Agentes de Saúde e demais representantes, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Patricia Zen Lunkes

Suplente: Eliane P. Largo

Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes

Titular: Jair Valcarenghui

Suplente: Silvane Shubert Pasqualotto

II-REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Representante dos Profissionais de laboratório de análises clínicas prestadores de serviço para o município

Titular: Jaine Bonadeo

Suplente: Cláudio B. Júnior

Representante dos demais Profissionais que prestam serviço para o município

Titular: Aldoir de M. Moraes

Suplente: Vanderlei P. Klein

III-REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE VINCULADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(SUS)

Representante dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família

Titular: Saulo B. Buzetto

Suplente: Roberta F. Provenzi

Representante dos Profissionais da Unidade Básica de Saúde

Titular: Luan F. De Marco

Suplente: Adriana G. Elibio

IV-REPRESENTANTES DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representante da Assistência Social

Titular: Lucélia Costacurta

Suplente: Micheli C. Bortolotti

Representante da Associação de Pais e amigos dos excepcionais

Titular: Haissa Simara Kunz

Suplente: Catiane Santin

V-REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS

Representante de Associações Comunitárias e/ou moradores de Bairros

Titular: Rosa Rodrigues

Suplente: Marli Sulidario

Representante das comunidades do interior onde existem Unidades de Saúde em funcionamento

Titular: Enio Luiz Kunz

Suplente: Benjamin Benvindo Marini

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Rosani M. Althaus

Suplente: Valdecir Gastaldo

Representante do comércio local (ACIPA)

Titular: Camile Trevisan

Suplente: Gilmar Pasqualotto

Representante da Associação de Pais e Professores

Titular: Ana Laura Sturmer

Suplente: Tatiane Parcianello

Representantes da Pastoral da Saúde

Titular: Clair Trevisan

Suplente: Jandira Ferrari

Representante Grupos de Idosos

Titular: Amalia F. Foresti

Suplente: Zelia Seifert

Representante do LIONS e/ou LEO Clube e/ou grupo GASI

Titular: Vera Piton

Suplente: Teresinha M. G. do Couto

Art. 3º - O Conselho Municipal da Saúde contará com a infraestrutura da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social e os recursos orçamentários disponíveis no orçamento municipal vigente.

Art. 4º - O exercício dos membros nomeados no Artigo 2º é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Iraceminha (SC), 14 de Agosto de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECRETO 079 2020

Publicação Nº 2609353

Decreto n.º 079/2020, de 14 de Agosto de 2020.

Nomeia os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Iraceminha e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei complementar Municipal nº 066/2013 de 23 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica através do presente Decreto, nomeados os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) com os seguintes membros:

Coordenador Executivo:
DELVINO BALDISSERA
Conselho Municipal:
Iraci Pasqualotto – Vereador do Município;
Miguel Defaveri – Vereador do Município;
Jair Luiz Galon – Técnico em Atividade Agropecuária da EPAGRI SC;
Patricia Zen Lunkes – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Ademar Jahnke – Comerciante;
Luciane Gentilini – Professora da rede Municipal de Ensino;
Marlon Alchieri – Comandante do Destacamento da Polícia Militar;
Gilmar pasqualotto – Representante da ACIPA-CDL;
Dionir Zanella – Representante do LÉO Clube E LIONS Clube de Iraceminha;
José Antônio Kunz – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iraceminha.
Fernando Frank: Professor da rede Estadual de ensino;
Secretaria/ Apoio Administrativo:
Eliane Provensi – Auxiliar Administrativo;
Deise Manica Alberti- Fiscal de Tributos;
Margarida Bohn: Diretora de Agricultura;
Setor Técnico:
Joacir Carlos Bertoldo – Secretário Municipal de Agricultura;
Daniela Assoni Bolfe: Diretora de Recursos Humanos
Setor Operacional:
Joacir Di Domencio – Operador de Máquina;
Neimar Pasinato - Operador de Máquina;
Josemar da Rosa- Operador de Máquina;
Adelar Debortolli - Auxiliar de Serviços Gerais;

Art. 2º - Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil não serão remunerados pela função.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 080 2020

Publicação Nº 2609355

DECRETO Nº 080/2020, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal n.º 951/2007 de 04 de Outubro de 2007:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha (SC), para a gestão 2020/2022, conforme segue:

I) Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Patricia Andrea Rauber Knorst
Suplente: Solange Maria Bertoldo Bulegon

II) Representantes do Conselho Tutelar.
Titular: Marilde Madalena Orso Vivian
Suplente: Marilita Lucia De Marco Mezzomo

III) Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:
Titular: Slvane Schubert Pasqualotto
Suplente: Patricia Rauber Knorst

IV) Representantes dos estudantes da educação básica pública;
Titular: Gabrieli Pasqualotto
Suplente: Kaue Michel Rauber

V) Representantes da educação básica Pública indicada pela entidade de estudantes secundaristas.
Titular: Julia Yasmim Menegott

Suplente: Gustavo Assoni Bolfe

VI) Representantes das Associações de Pais de Alunos das escolas públicas municipais:

Titular: Margarete Wojinski

Suplente: Daniela Tedesco Tecchio

Titula: Haissa Samira Kunz

Suplente: Tatiane Parcianello

VII) Representantes do Poder Executivo.

Titular: Gustavo Luiz Drescher

Suplente: Milena Strapazzon

VIII) Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente:

Titular: Elaine Maria Lorenzini Rauber

Suplente: Gelci de Costa Balbinot

IX) Representantes das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Luciane Inês Gentilini Filippin

Suplente: Ana Carolina Henchen De Marco

X) Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Fabricio Farias

Suplente: Tiones Ediel Franzen

Art. 2º - O exercício do mandato dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 081 2020

Publicação Nº 2609356

DECRETO N.º 081/2020, de 14 de Agosto de 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jean Carlos Nyland, Prefeito Municipal em exercício de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Escolar, do Município de Iraceminha (SC), para o mandato 2020/2022, conforme segue;

I – REPRESENTANTES DOS PAIS

· TATIANE PARCIANELLO – TITULAR

· LUCIANE INES GENTILINI FILIPIN – SUPLENTE

II – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES

· LYARA WOJINSKI FORESTI – TITULAR

· CAIO BEGNINI REICHERT – SUPLENTE

III – REPRESENTANTES DOS FUNCIONARIOS DA UNIDADE ESCOLAR

· ROSEMERI ORLANDI – TITULAR

· GELCI BALBINOT– SUPLENTE

IV – REPRESENTANTES DA DIREÇÃO DA ESCOLA

· PATRICIA RAUBER KNORST – TITULAR

· SILVANE SCHUBERT PASQUALOTTO– SUPLENTE

V – REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL

- MARIA SILVANA CHAGAS – TITULAR
- DIRLEI FILIPPIN – SUPLENTE

Art. 2º - O exercício dos membros nomeados no Artigo 1º é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e se encerra em dois anos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

DECRETO 082 2020

Publicação N° 2609357

Decreto nº 082/2020, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia Pregoeiro Oficial do Município de Iraceminha e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990, e o que determina o inciso II do Art. 1º da lei Municipal nº 316 de 09 de Setembro de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto, nomeada a pregoeira oficial Município de Iraceminha:

PREGOEIRA OFICIAL: DÉBORA SPENAZZATTO
PREGOEIRO SUBSTITUTO: EVANDRO JOÃO RAUBER
MEMBRO: GUSTAVO LUIZ DRESCHER
MEMBRO: JOACIR CARLOS BERTOLDO
MEMBRO: DANIELA ASSONI BOLFE

Art. 2º - O mandato do Pregoeiro terá vigência até o dia 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

DECRETO 083 2020

Publicação N° 2609360

.Decreto nº 083/2020, de 14 de agosto de 2020.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações do Município de Iraceminha e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990, e o que determina o inciso II do Art. 1º da lei Municipal nº 316 de 09 de Setembro de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto, nomeada na nova Comissão Permanente de Licitações do Município de Iraceminha, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: DANIELA ASSONI BOLFE
SECRETÁRIO: DÉBORA SPENAZZATTO
MEMBRO: GUSTAVO LUIZ DRESCHER
MEMBRO: JOACIR CARLOS BERTOLDO
MEMBRO: EVANDRO JOÃO RAUBER

Art. 2º - O mandato da Comissão Permanente de Licitações terá vigência até o dia 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 3 ADT 015/2020 - FMS

Publicação N° 2608669

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Aditivo N° : 3 ADT 015/2020 - Contrato N°: 015/2020 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA Contratada...: CLINICA DR VALDIR EIRELI ME Valor : 10.000,00 (dez mil reais) Vigência : Início: 18/08/2020 Término: 18/09/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 6/2020 Recursos : Dotação: Objeto : 1.1 Tendo em vista as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19, o prazo de vigência do Contrato nº 015/2019, com vencimento em 18/08/2020, de comum acordo entre as partes ficam prorrogados, mediante ao presente aditamento, a contar de 18/08/2020, até 18/09/2020.</p>		
Iraceminha, 17 de Agosto de 2020		

PORTARIA N° 174/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608670

PORTARIA N° 174/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER Licença por motivo de doença em pessoa da família – PAI, conforme Art. 118 da Lei Complementar Municipal nº 086/2018, por 15 (QUINZE) dias a Sra. ADRIANA GRANDO ELIBIO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal da Saúde. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 17 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 175/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608673

PORTARIA N° 175/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art. 1º - MANTER Licença Tratamento de Saúde por 07 (SETE) dias, a Sra. SILVANE ELENIR SCHUBERT PASQUALOTTO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR PRÉ ESCOLAR, atualmente responde pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 17 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 176/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608675

PORTARIA N° 176/2020, 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONSIDERAR o retorno ao Serviço Público Municipal, da funcionária efetiva Sra. DANIELLI CRISTINA TURATTI KAISER, em Licença Tratamento de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de ODONTÓLOGO, 40 horas semanais, A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 17 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER CONTROLE INTERNO 3º BIMESTRE 2020**

Publicação Nº 2608749

**CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DE
IRACEMINHA**

Ao Controle Interno Central do Município de Iraceminha Estado de Santa Catarina

PARECER

3º Bimestre Mês de MAIO/JUNHO de 2020

O Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Iraceminha, no uso de suas atribuições da seu parecer das atividades do 3º Bimestre referente ao mês de maio e junho de 2020.

Considerando a justificativa das despesas realizadas;

Considerando que todas as despesas estão acompanhadas com cópia em anexo e as autorizações e documentos fiscais respectivos, (salvo apontamento a baixo*);

Considerando a necessidade e a viabilidade dos gastos financeiros e tendo em vista a sobra de caixa no bimestre, sendo de: R\$ 47.565,70 (quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos) no mês de maio, e, R\$ 62.181,76 (sessenta e dois mil cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavo) no mês de junho, sendo este o valor em caixa no dia 30/06/2020. O CONTROLE INTERNO CONCLUIU POR ENTENDER ADEQUADAS AS DESPESAS E ATOS DO 3º BIMESTRE DE 2020 REFERENTSE AOS MÊSES DE MAIO E JUNHO, EXPRESSAS NOS BALANCETES MENCIAIS, E SEGURO OS CONTROLES INTERNOS PRATICADOS COM VISTAS A PREVENIR ERROS, FALHAS, ILEGALIDADES, FRAUDES E DESPERDÍCIOS. Exceto o descrito a baixo.

*Ordem de Pagamento nº 79/20 – Cancelada nº 2/20 o fornecedor fez à devolução do valor pago pelo item “PEN DRIVE MULTILASER TWIS USB 2.0 32GB PRETO-PD e o item PEN DRIVE KINSTON DATA TRAVELER USB 3.0 16GB – DT1” pela pratica de valor acima do preço praticado no mercado. Foi solicitado ao setor de Contabilidade que se toma as providências contábeis necessárias.

Alertamos o gestor das contas da Câmara Municipal de necessidade de nomear um funcionário para receber as compras, principalmente materiais de consumo e dar o recebido na nota fiscal após a conferência dos produtos, ou seja, todas as notas fiscais de compra e de serviço devem ser recebidas e assinadas por um funcionário da Câmara Municipal, na entrega da mercadoria ou no final da prestação de serviço.

O quadro de funcionários da Câmara de Vereadores teve alteração, sendo o retorno da funcionária no Cargo de Contadora, e a exoneração do Contador contratado. Sendo efetuada a devolução de valores da rescisão contratual, registros na contabilidade. Ainda, sugerido ao Presidente do legislativo para acionar a Assessoria Jurídica a fim de obrigar (notificar) o funcionário exonerado a devolver o valor pago ao INSS referente ao valor da exoneração devolvido aos cofres públicos da Câmara de Vereadores.

Este parecer se ateu às exigências da INSTRUÇÃO NORMATIVA N. TC-0020/2015 – SEÇÃO IV – Relatório de Controle Interno – Art. 16 – Anexo VII. Em que coube aplicar nas atividades da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Iraceminha, estando em arquivo apropriado os documentos administrativos e fiscais disponíveis para consulta dos Órgãos Externos.

Os atos administrativos da Câmara de Vereadores de Iraceminha foram executados de forma a respeitar os princípios constitucionais que norteia as ações dos órgãos públicos. Desta forma, o Controle Interno se manifesta favorável às contas e os atos do 3º bimestre/mês de MAIO e JUNHO de 2020. Salvo melhor juízo e futuras análises.

Iraceminha, SC, 01 de Agosto de 2020.

Emerson Bof

Controlador Interno da Câmara de Vereadores

Visto do Presidente:

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 159.2020

Publicação Nº 2609377

DECRETO 0159/2020, de 13 de agosto de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.426,56 (três mil quatrocentos e vinte e seis e cinquenta e seis centavos) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.16	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
02.16.06	Segurança Pública			
02.16.06.181	Policiamento			
02.16.06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			
02.16.06.181.0601.2.024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
4.4.90.00.00.00.00.3083	Aplicações Diretas		3.426,56	3.426,56
TOTAL			3.426,56	3.426,56

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de Arrecadação verificado na fonte de recursos 3083 – CONVÊNIO BOMBEIROS MILITARES, no valor de R\$ 3.588,56 (três mil quatrocentos e vinte e seis e cinquenta e seis centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 13 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 13/08/2020.

TERMO DE ACORDO DE PAVIMENTAÇÃO RUA OTTO AUGUSTO LOHMANN

Publicação Nº 2607880

Termo de Acordo para Pavimentação de Vias Públicas, em regime de Mutirão, que entre si fazem o Município de Irani-SC e os Proprietários Lindeiros da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro, Irani-SC.

Aos 21 dia do mês de julho do ano de 2020, O MUNICÍPIO DE IRANI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.939.455/0001-31, com sede na Eilírio de Gregori, nº 207 Centro, Irani, SC, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, inscrito no CPF/MF sob n.º 665.448.239-53, residente e domiciliado na Rua da Caixa D'Água, s/n, Centro, Irani/SC doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e os proprietários lindeiros da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro doravante denominados simplesmente PROPRIETÁRIOS, ao final subscritos ou relacionados, celebram o presente Termo de Acordo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Acordo consiste na adesão ao regime de mutirão disciplinado na Lei nº 1908, de 27 de maio de 2019, para pavimentação da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Competirá ao MUNICÍPIO:

1. Efetuar os projetos de pavimentação para execução do mutirão, ou seja: planialtimétrico, perfil longitudinal, seções transversais e alargamento da rua;
2. Executar a colocação de tubos, os quais serão adquiridos pelo Município, bem como executar das caixas coletoras de águas pluviais (bocas-de-lobo), ficando o Município responsável pelo material e mão de obra das bocas de lobos;
3. Executar o preparo do leito da rua;
4. Exercer fiscalização, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Projetos e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sobre os serviços de pavimentação, se executados pelos próprios proprietários ou por empresas contratadas por estes;
5. Arcar com o custo da pavimentação defronte aos próprios municipais, áreas verdes, áreas de preservação permanente, entroncamento de ruas, área excedente de virador e áreas de ribeirões onde não existem confrontantes, pelos mesmos preços unitários contratados pelos proprietários, conforme Clausula Terceira deste instrumento;
6. Cadastrar as empresas prestadoras de serviços de pavimentação e/ou venda de materiais para pavimentação na forma da Lei de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão;
7. Liberar a via pública para pavimentação pela empresa cadastrada que for escolhida e contratada pelos proprietários, sendo que esta somente iniciará a cobrança pelo serviço quando houver o início da obra;
8. No caso de a empresa contratada não honrar integralmente o compromisso de pavimentação, caberá ao Município executá-lo ou concluí-lo, deduzindo-se os valores eventualmente pagos pelos proprietários e assumindo direitos e obrigações;
9. Lançar contribuição de melhoria contra os proprietários que não aderirem ao Mutirão, conforme estabelecido no contrato;
10. Responsabilizar-se pelo pagamento das cotas partes dos proprietários de que trata o item anterior, diretamente à empresa contratada, até o limite estabelecido para dispensa de licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS LINDEIROS**Competirá aos PROPRIETÁRIOS:**

1. Eleger Comissão de Gestão do Mutirão, composta de no mínimo três integrantes, encarregada de organizar a administração dos serviços de pavimentação, de contratar a empresa credenciada que apresentar as melhores condições técnicas-financeiras;
 2. Executar, em regime de mutirão, os serviços de pavimentação da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro, pagando regularmente sua cota parte;
 3. Construir o passeio público correspondente da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro, conforme a área de responsabilidade de cada integrante do Mutirão, conforme Plano Diretor Vigente;
 4. Pagar o valor correspondente à sua quota parte diretamente à empresa contratada para a realização do serviço, autorizando, desde já, o município a lançar a título de contribuição de melhoria o valor de eventual saldo devedor.
- § 1º – A empresa será contratada às expensas dos proprietários, conforme seja pavimentação por asfalto, lajotas ou paralelepípedos, obedidas as condições técnicas e todas as cláusulas de responsabilidade e garantia, previstas neste Termo de Acordo.
- § 2º – Os materiais necessários para a execução dos serviços mencionados no parágrafo anterior poderão ser comprados pela própria Comissão de Gestão do Mutirão junto ao comércio regional ou fornecidos pela empresa credenciada contratada, devendo ser submetidos à fiscalização da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Projeto e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, que determinará teste de resistência e qualidade do material.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Competirá à empresa contratada para execução da pavimentação ou aos proprietários que assumirem este encargo, cumprir as seguintes obrigações adicionais:

1. Oferecer a título de caução, antes do início da obra, um seguro garantia de execução de serviços ou fiança bancária, emitidos em favor do Município por Companhia Seguradora ou Banco, respectivamente, de idoneidade reconhecida, no valor de 50% (cinquenta por cento) do preço orçado para execução dos serviços, com prazo de validade não inferior ao prazo de execução dos serviços;
2. Refazer a pavimentação considerada defeituosa ou de baixa qualidade pela fiscalização do Município, sem ônus adicional aos proprietários ou ao Município;
3. Prestar garantia da obra pelo prazo de (05) anos, contados de sua conclusão;
4. Responder exclusivamente pelos encargos fiscais, sociais e trabalhistas de sua atividade, inclusive aqueles decorrentes da execução dos serviços de pavimentação previstas neste Termo, desonerando o Município ou aos Proprietários deste encargo.

Parágrafo Único – No caso de execução total dos serviços pela empresa contratada, dentro do prazo previsto contratualmente, a caução de que trata o item 1 desta cláusula será devolvida logo após a conclusão da pavimentação.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência deste Termo de Acordo terá início na data da assinatura, atendidas condições da cláusula seguinte, e vigorará até seis meses após a conclusão das obras de pavimentação.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O regime de mutirão será reconhecido pelo Município após a adesão de, no mínimo 80 % (oitenta por cento) dos proprietários ou 80 (oitenta por cento) dos metros lineares.

Parágrafo Único – Observada a condição desta cláusula, será viabilizado o mutirão, cabendo ao Município proceder aos atos necessários a fim de que venha a ser executada a obra, mediante cobrança da contribuição de melhoria dos Proprietários não aderentes ao regime de

mutirão.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

O Município poderá, a qualquer tempo, rescindir o presente Termo de Acordo, se entender conveniente para Administração ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO CONTRATUAL

As partes elegem o foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Acordo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de certas e ajustadas, as partes assinam este Termo de Acordo, na presença das testemunhas adiantes nomeadas. Irani, 21 de julho mês de 2020.

Sivio Antonio Lemos das Neves
Prefeito Municipal
Carine Mineiro
CPF: 099.642.689-20
Testemunha

Rosiméri Fátima Spazini
CPF: 037.764.129-41
Testemunha

Proprietários lindeiros da Rua Otto Augusto Lohmann, Centro:

Antonio Valdecir Petini
CPF: 521.937.219-04

Zamachi Materiais de Construção LTDA
CNPJ: 11.259.838/0001-10;

Leoni Degenhart
CPF: 026.127.759-60

Gilmar Antonio de Souza
CPF: 811.760.909-68

Ademir Casara
CPF: 251.005.569-00

Noacir Barp
CPF: 446.818.010-20

Itamar José de Bastiani
CPF: 693.128.429-00

Olimar Luiz Valandro
CPF: 521.932.769-00

Gilvani Paulo Ricci
CPF: 790.071.719-68

Camila Maria Kades
CPF: 060.099.379-57

Armando Bragherolli
CPF: 181.980.239-68

Egide Savi
CPF: 023.627.859-20

Neri Ferreira Velho
CPF: 076.076.109-44

Guiomar Kades
CPF: 423.836.929-72

Neuza Terezinha Bottega
CPF: 833.679.269-49

Darci da Rocha
CPF: 075.790.479-34

Audelino Secco
CPF: 479.860.189-68;

Genoir Zamarchi
CPF: 436.566.929-04;

Industria e Comércio de Móveis Zamarchi LTDA
CNPJ: 79.940.490/0001-66;

Fabiano Calza
CPF: 821.736.480-04;

José Lemos das Neves
CPF: 196.389.229-15;

Ivone da Rosa
CPF: 927.604.579-15

Ari Berndt
CPF: 220.677.449-68

Fabiano Calza
CPF: 821.736.480-04

Eliane da Rose Deitos
CPF: 040.325.569-46

Mauri Trombetta
CPF: 594.571.399-68

Imobiliária Irani LTDA
CNPJ: 81.549.073/0001-39

Lauri Vicenzi
811.759.099-34

Larissa Sganzerla
CPF: 098.088.869-73

Valdir Zanini
CPF: 065.762.309-15

Iratí**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 003-2020-EDUCAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Publicação Nº 2609016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020

O Prefeito do Município Iratí, Santa Catarina, Senhor NEURI MEURER, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

CONSIDERANDO que o Servidor MAICON RODRIGO THEBALDI, protocolou no dia 14/08/2020, para fins de candidatar-se a cargo eletivo neste Município;

CONSIDERANDO que o pedido de afastamento se deu sem prévio conhecimento da Secretaria de Educação, motivo pelo qual não tínhamos como prever de forma antecipada a substituição desta vaga de Educação Física.

CONSIDERANDO a urgência que o caso requer, uma vez que estamos em pleno exercício das atividades escolares, as quais não podem sofrer paralização e ou suspensão das aulas;

CONSIDERANDO que não temos professor no quadro tanto nos efetivos bem como nos temporários para substituir o Professor licenciado;

CONSIDERANDO a opção de lançar um processo seletivo público de provas e títulos, teríamos que primeiro contratar uma empresa via processo de licitação, para posterior publicação de edital de concurso via processo seletivo. O processo de licitação para contratação de empresa demandaria um prazo médio de 20 a 30 dias. O processo seletivo propriamente dito demandaria mais uns 60 (sessenta) dias aproximadamente, perfazendo um total de 80 a 90 dias em média.

CONSIDERANDO que durante este tempo todos os alunos ficariam sem atividades escolares, o que por certo retardaria toda a programação do ano letivo.

CONSIDERANDO que as aulas não podem sofrer paralização, e a urgência que o caso requer;

CONSIDERANDO que quando lançamos o último processo seletivo (01/2019) para esta área somente 07 candidatos se inscreveram para o dito cargo.

CONSIDERANDO que dos 07 inscritos apenas um dos candidatos objete êxito e a devida classificação;

CONSIDERANDO o curtíssimo tempo a que dispomos para solucionar o caso, e se optarmos pelo processo seletivo completo com todas as suas fases em especial a obediência dos prazos, e realização de prova objetiva, por certo o processo terminaria quando o candidato licenciado já estivesse retornando as suas atividades normais;

CONSIDERANDO os precedentes utilizados pelo Estado que costumeiramente lança processos seletivos somente por títulos, cujo conhecimento é público e notório pelos órgãos de controle, como Tribunal de Contas e Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Municipal de Educação, devidamente registrada em Ata;

TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a Chamada Pública de Professores de Educação Física, destinada ao provimento de vagas temporárias para o período eleitoral na rede municipal de ensino.

RESOLVE PUBLICAR O PRESENTE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE TÍTULOS PARA PROVIMENTO AO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. DA DATA E DAS VAGAS

0.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 20 de Agosto de 2020 (quinta-feira) e ocorrerá da seguinte forma:

0.0.1. Os documentos constantes do inciso 2.1 deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 13:30 horas, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, no prédio da Administração Municipal, onde será feita a Chamada Pública dos candidatos.

0.0.2. A vaga disponível é a seguinte: 01 (uma) vaga para professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- RG e CPF;
- Diploma de licenciatura e Bacharel em Educação Física;
- Apresentação da carteira ou número do CREF;
- Certificado de Pós – Graduação na área de atuação;
- Comprovante de tempo de serviço no magistério.
- Certificados de curso de aperfeiçoamento na área de atuação;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos.

3. DA PONTUAÇÃO

3.1. DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	PONTUAÇÃO
Pós-Graduação na área de atuação	3 pontos
Diploma de conclusão de Graduação na área de atuação	2 pontos
Apresentação da carteira ou número do CREF	2 pontos
Atestado de tempo de serviço. 0,2 pontos para cada ano de tempo de serviço, considerando o Máximo de 10 anos	Máximo de 2,0 pontos

Certificado de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação: 0,2 cada 40 horas, sendo o Máximo de 200 horas de cursos feitos no período de 2017 à 2019.	1,0 ponto
---	-----------

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- Professores com Pós-Graduação na área de atuação;
- Professores com Licenciatura e Bacharel em Educação Física;
- Maior tempo de serviço no magistério;
- Maior carga horária de cursos de aperfeiçoamento na área;

4.2. Havendo dois ou mais candidatos habilitados, serão observados os seguintes critérios para desempate:

- Maior habilitação na área de atuação;
- Maior tempo de serviço no magistério;
- Candidato com maior idade
- Candidato com maior número de dependentes (menores de 18 anos)
- Sorteio público.

5. DA CONTRATAÇÃO

5.1 São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

- Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Ter nível de escolaridade, habilitação legal exigida para o exercício do emprego;
- Idade mínima de 18 anos;
- Atestado de aptidão física e mental para o exercício do emprego, expedido por médico legalmente habilitado, podendo ser ratificado pelo médico do Município a critério da Administração Pública;
- Declaração de não acumulação de cargos públicos;
- Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no emprego público.
- Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo/função.
- O candidato deverá manter seus dados atualizados no Município de Irati (SC).

6 . DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

- O servidor contratado será submetido a Regime Geral de Previdência Social;
- O servidor será submetido aos direitos e deveres do Estatuto dos servidores públicos Lei Complementar nº 403/2001 e Lei Complementar nº. 984/2017
- O tempo de contratação será de no máximo até o final do presente ano letivo(3 meses), podendo ter seu contrato de prestação de serviço rescindido a qualquer momento, se assim a administração pública entender conveniente e necessário, especialmente se durante este período houver provimento dos presentes cargos por concurso público ou por teste seletivo público.

Irati – SC, 16 de Agosto de 2020.

NEURI MEURER
Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO CHAMADA PÚBLICA

Número de Inscrição:

Nome:			
Nome Pai:			
Nome Mãe:			
RG:	CPF:	Data Nasc.:	
Estado Civil:	Número de Filhos:	Sexo:	
Título Eleitoral:	Zona:	Seção:	Nº:
Endereço:			
Bairro:	Cidade:		
Fone Resid.:	Celular:		
Fone Recado:	E-mail:		
Deficiente:	Tipo de Deficiência:		
Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamento estabelecidos no Edital de Chamada Pública Nº 03/2020 e todas as disposições nele contidas.			

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO	
HABILITAÇÃO:	PONTUAÇÃO:
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICOS NA REFERIDA ÁREA	PONTUAÇÃO:
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2017 a 2019)	PONTUAÇÃO:
TOTAL GERAL (habilitação + tempo de serviço + horas de curso)	-

Irati SC, ____/____/____.

Assinatura do(a) Candidato(a)	Assinatura do Recebedor Responsável
-------------------------------	-------------------------------------

ANEXO IV
TERMO DE DESISTÊNCIA DE NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA
(PEDIDO DE FIM DE FILA)

Eu _____, portador (a) do R.G. nº _____, residente à Rua: _____, nº _____, bairro _____, na cidade de Irati, Estado de Santa Catarina, declaro a desistência do cargo de _____ da Chamada Pública nº 003/2020.

Declaro para os devidos fins, que fui convocado pela Secretaria Municipal de _____, do Município de Irati, a tomar posse do cargo de Professor, sob classificação nº _____ da listagem final homologada da Chamada Pública nº 003/2020, vem manifestar de livre e espontânea vontade a desistência de assumi-lo neste momento, e solicito reposicionamento ao final da fila de aprovados, observando-se a ordem classificatória do certame. Estou ciente de que minha nomeação poderá ou não se efetivar no período de vigência da referida Chamada Pública.

Irati/SC, ____ de _____ de _____

Assinatura

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020-FMS - RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DO CIS-AMOSC – 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2609359

Estado de Santa Catarina
 Fundo Municipal de Saúde de Irati
 Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2020-FMS
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020
 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2020

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DO CIS-AMOSC – 4º TERMO ADITIVO

Contratado : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, CNPJ/MF 01.336.261/0001-40., com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 4.558,75 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

Irati-SC, 18 de agosto de 2020.

SÉRGIO PACHECO
 Comissão de Licitação
 Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2020-PMI - AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS (20 ROLAMENTO 6204, 03 SULCADOR DE ADUBO COMPLETO, 03 SUPORTE DISCO CORTE REFORÇADO, ...), NÃO APRESENTADO EM LICITAÇÃO ANTERIOR, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO PLANTADEIRAS KF-5030 E VENCE TUDO, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE IRATI/SC

Publicação Nº 2608775

Estado de Santa Catarina
Município de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2020-PMI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2020

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS (20 ROLAMENTO 6204, 03 SULCADOR DE ADUBO COMPLETO, 03 SUPORTE DISCO CORTE REFORÇADO, ...), NÃO APRESENTADO EM LICITAÇÃO ANTERIOR, PARA REPAROS E MANUTENÇÃO EMERGENCIAIS NAS PLANTADEIRAS KF-5030 E VENCE TUDO, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE DE IRATI/SC.

Contratado : RODRIGO ELY & CIA LTDA, CNPJ nº 06.023.227/0001-39, com endereço na Rua João Beux Sobrinho, nº 305, Centro, CEP 89.856-000, Município de Irati, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 7.998,00 (sete mil, novecentos e noventa e oito reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI/SC, 18 de agosto de 2020

SERGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.834/2020

Publicação Nº 2608671

DECRETO No 3834, de 17 de Agosto de 2020.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Tempestade local convectiva/Tornados- COBRADE: 1.3.2.1.1 conforme IN/MI 02/2016.

O Senhor(a) Juliano Pozzi Pereira Prefeito(a) do município de Irineópolis, localizado no estado de (o) Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal nº 01/1990 de 05 de abril de 1990 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que em 14 de agosto de 2020, por volta das 17:30 horas, ocorreu a passagem de um Tornado pelo município, com ventos acima dos 100 km/hora.

II- Que em decorrência da passagem do Tornado, houve danos humanos e materiais, na área rural do município, nas localidades de Rio Vermelho, Rio Branco e Boa Vista. 19 pessoas estão desalojadas. Sendo 06 casas destruídas pela força do vento, 05 em Rio Vermelho e 01 em Rio Branco. 21 casas parcialmente destruídas, 11 em Rio Vermelho, 08 em Rio Branco e 02 em Boa Vista. Várias estufas de fumo, barracões, paióis e garagens, destruídos e parcialmente destruídos, sendo que em torno de 80 propriedades tiveram algum tipo de prejuízo decorrente deste evento.

III- Que houveram prejuízos públicos até o momento em torno de R\$ 18.365,16, classificados em fornecimento de lona, telhas de fibrocimento, cestas básicas, kits de limpeza. Máquinas, equipamentos e pessoal, para limpeza e desobstrução de vias e propriedades.

IV- Que a passagem do Tornado ocasionou prejuízos privados, no valor de R\$ 1.333.650,00 entre casas, estufas de tabacos, paióis, salas de ordenha, chiqueiros, galinheiros, barracões. Valor este calculado pela equipe da Epagri/SC.

V – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade local convectiva/Tornados – COBRADE 1.3.2.1.1, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação

de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 17 dias do mês de agosto de 2020.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito(a) Municipal.

PORTARIA Nº 315/2020

Publicação Nº 2608473

PORTARIA Nº. 315/2020.
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica e amparado no que dispõe o artigo 2º, inciso V, parágrafo único do artigo 3º, e artigo 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR KELI CRISTINA PORTELLA CARVALHO, nascida em 28/01/1991, portadora do CPF nº. 084.498.909-69 RG nº 5.701.108 SESP/SC, inscrito no COREN sob o nº 000.817.942/SC, para no período de 15/08/2020 à 16/11/2020, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 01/2018/PMI, homologado em 23/08/2018, e Contrato de Trabalho Temporário nº 020/2020, visando o atendimento temporário e excepcional na área da saúde, para atuar em substituição ao servidor efetivo Nelson Bendlin Júnior, em licença para concorrer a cargo político.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020 - PM

Publicação Nº 2608349

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 04 de Setembro de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE NA PRAÇA CENTRAL COM ÁREA DE 36,81 M² E REFORMA DE QUIOSQUE EXISTENTE INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 17 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020 FMS, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2020

Publicação Nº 2608119

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2020 – FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2020

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC torna público que fará realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento de estabelecimento de saúde para realização de pequenas cirurgias. Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510. Itá SC, 17 de agosto de 2020.

DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Publicação Nº 2608218

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, demais interessados o crédito de recursos financeiros, em 14/08/2020, no valor de R\$ 13.995,41 (treze mil reais, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), destinados a esse Município, referentes à 1ª parcela do Contrato de Financiamento nº 0507.160-08/2019, assinado em 21/05/2020, no âmbito do Programa FINISA- Modalidade FINISA- Despesa de Capital.

Itá-SC, 17 de Agosto de 2020
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PE 13/2020

Publicação N° 2608441

Pregão Eletrônico nº 13/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição de 03 (Três) cadeiras Odontológicas completas (com todos os acessórios, conforme descrição no Termo de Referência e 03 (Três) Compressores Odontológicos de 40 (quarenta) litros. Equipamentos a serem utilizados na Atenção primária à Saúde do Município de Itaiópolis/SC. Data para recebimento das propostas até às 10:00horas do dia 31 de agosto de 2020. Exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br . Data e hora para sessão dos lances: dia 31 de agosto de 2020 às 13:15horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaioplis.sc.gov.br. Maiores informações no fone 047 3652 2211. Itaiopolis, 17/08/2020. Kelly Evellyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 05/2020

Publicação N° 2608894

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Pregão Presencial nº 05/2020; Objeto: Registro de preços para Aquisição de carga de oxigênio, oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e locação de cilindros (de modo parcelado) para utilização na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiopolis/SC. Entrega dos Envelopes: Até às 13:30 horas do dia 01 de setembro de 2020; Abertura dos Envelopes: as 13:50 horas do dia 01 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º andar de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone 047 3652 2211 ou no site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiopolis, 17/08/2020. Claudia Sabatke Machowski – Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO 04.067.2020

Publicação Nº 2608793

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.067.2020

Objeto: Registro de Preços – Aquisição, com entrega parcelada, de materiais de higiene e limpeza (papel higiênico, sabão em pó e sacos para lixo) para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.067.2020.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 01 (primeiro) de setembro de 2020.

Abertura do Pregão: 01 (primeiro) de setembro de 2020, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão – pasta 04.067.2020” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 17 de agosto de 2020.

Marines Kepler Nunes
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 04.068.2020 - TESTES RÁPIDOS II

Publicação Nº 2609055

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.068.2020

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de testes rápidos para detecção do vírus causador da Covid-19, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.068.2020.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas do dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 2020.

Abertura do Pregão: 25 (vinte e cinco) de agosto de 2020, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão – pasta 04.068.2020” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 17 de agosto de 2020.

Alexandre F. Kons dos Santos
Secretário de Saúde

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.055.2020 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS ANATÔMICAS PARA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DO “COVID 19” AOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Publicação Nº 2609171

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:
Pregão Presencial nº. 04.055.2020

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de máscaras anatômicas para proteção e prevenção do “Covid 19” aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.055.2020

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 02 (dois) de setembro de 2020.

Abertura do Pregão: 02 (dois) de setembro de 2020, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.055.2020" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 17 de agosto de 2020.

Alessandra Simas Ghiotto
Secretária Municipal de Educação

FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA**PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS CONCEDIDAS PELA FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 03 A 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2608751



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **B3 Empreendimentos Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **9727/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 410, Lote 1199, Quadra 64 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Alexandro Locatelli Incorporadora Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **10418/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 434, Lote 311, 313 e 315 do Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora WFF Ltda**, conforme processo FAACI nº **614/2019**, Retificação a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **54 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar de Interesse Social e Comercial**, localizada na **Rua 414 e Rua 416, Lotes 80, 81, 85 e 86 do Loteamento Jardim Santa Catarina, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Pasqualotto Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **172/2019**, Retificação a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **46 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 306 e Rua 308, Lotes 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53 e 55 do Loteamento Jardim Lagoinha, Bairro Meia Praia**.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Nova Reis e Mafra Incorporadora Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **12848/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Av. Nereu Ramos, esquina com as Ruas 280 e 282, Lotes 01, 02, 05 e 07 do Loteamento Jardim Margarida, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Excelência Construtora e Incorporadora SPE Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **9193/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar para Atividade de Hotelaria**, localizada na **Rua 123 B, Lotes 07, 09, 11, 13 e 15 do Loteamento Jardim Brasil II, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **297/2015**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **24 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 248 com 250, esquina 2ª Avenida, S/N, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora AGV Eireli**, conforme processo FAACI nº **807/2016**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **28 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 318, Lotes 63, 65 e 67, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Santana Construtora e Incorporadora Ltda EPP**, conforme processo FAACI nº **095/2017**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 321, com rua 323, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **JC Bauer Empreendimentos Ltda**, conforme processo SINFAT Municípios nº **13035/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 420, Lotes 987, 989 e 991 do Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes**.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Município de Itapema**, conforme processo FAACI nº **125/2016**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Pública - CMEI**, localizada na **Rua 402 C, nº 110, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **F. Vieira Construtora e Incorporadora Eireli**, conforme processo SINFAT Municípios nº **10678/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Ocupação de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Rua 292, nº 433, Bairro Meia Praia**.

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Sun City Residence**, conforme processo FAACI nº **379/2008**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **12 meses** para atividade de **Alporquia de Vegetação**, localizada na **Av. Nereu Ramos, nº 1649, Bairro Morretes**.

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO - AuC

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Barra Bonita Empreendimentos S/A**, conforme processo FAACI nº **256/2020**, a Autorização para Corte de Vegetação - AuC, com validade de **06 meses**, empreendimento localizado na **Rodovia BR 101, Km 144, Bairro Ilhota**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Laelio Trindade**, conforme processo FAACI nº **275/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 716 D1, Lote nº 07, Bairro Várzea**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **AFIP Administradora de Bens Próprios Ltda**, conforme processo FAACI nº **269/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Av. Santa Catarina, Lote nº 371, Bairro Leopoldo Zarling**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Rafael Manzetto da Silva - EIRELI**, conforme processo FAACI nº **266/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 464, Lote nº 657, Bairro Leopoldo Zarling**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **José Domingos de Andrade**, conforme processo FAACI nº **259/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 438, Lote nº 233, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ornaldo de Oliveira Galdino**, conforme processo FAACI nº **187/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar Coletivo**, localizada na **Rua 436, Lotes 315, 317 e 319, Loteamento Jardim Agulhas Negras, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Rede Xizito e Lanchonete Ltda**, conforme processo FAACI nº **258/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Av. Governador Celso Ramos, nº 574, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Batersul Distribuidora de Baterias e Serviços Especializados Ltda**, conforme processo FAACI nº **081/2010**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Manutenção e Repração de Material Elétrico**, localizada na **Rua 434, nº 195, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Silvane Palavro**, conforme processo FAACI nº **260/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 406 B esquina com Rua 406 B2, Lote 994 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **AFEMAR Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **213/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 800 C, Lote 02 do Loteamento Jardim Ramos, Bairro Casa Branca**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Sergio Nazareno Cabral Junior**, conforme processo FAACI nº **279/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 810 B, Lote 28 do Loteamento Jardim Yara, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Lidio Zalasik**, conforme processo FAACI nº **166/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar Coletiva**, localizada na **Rua 406 A, Lote 764 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Behling Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **300/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 440, Lote 376 do Loteamento Jardim Floresta Negra, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Adilson Andrioni**, conforme processo FAACI nº **304/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua 410, Lote 1292 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Ana Carolina Costa Curta**, conforme processo FAACI nº **212/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 432, Lote 471 do Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Souza Costa Chocolateria Ltda**, conforme processo FAACI nº **281/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Rua 250, nº 100, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Renoir Luiz Baccon Marquet**, conforme processo FAACI nº **193/2020**, a Retificação da Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **47 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 410, Lote 1346, Quadra 71 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Leonardo Pascoal Mayer**, conforme processo FAACI nº **201/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Oficina Mecânica**, localizada na **Rua 412 A, nº 401, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Marcenaria Casa Eireli**, conforme processo FAACI nº **255/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Marcenaria**, localizada na **Rua 426, nº 229, Bairro Morretes**.

PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS REQUERIDAS À FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 03 A 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608750



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Artcon Empreendimentos Eireli**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **11166/2020**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 613 esquina com a Rua 615 A, nº XX, Bairro Tabuleiro dos Oliveiras**. terminar

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Zanella Construtora e Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **12220/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 426, S/N, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Nova Reis e Mafra Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **12848/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Av. Nereu Ramos esquina com as Ruas 280 e 282, S/N, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **JC Bauer Empreendimentos Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **13035/2020**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 420, Lotes 987, 989 e 991 do Loteamento Jardim Beija Flor, Bairro Morretes**.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Nadir Comércio de Combustíveis Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **11291/2020**, a Renovação da Licença Ambiental de Operação - LAO, para atividade de **Comércio de Combustíveis Líquidos e Gasosos em Postos Revendedores**, localizada na **Br 101, Km 149, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Pasqualotto Construtora e Incorporadora Ltda**, requereu conforme processo SINFAT Municípios nº **12850/2020**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, para atividade de **Ocupação de Edificação Residencial Multifamiliar**, localizada na **Av. Nereu Ramos, nº 2898, Bairro Morretes**.

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO - AuC

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Valdir Luiz Zanella Junior** requereu conforme processo FAACI nº **310/2020**, a Autorização para Corte de Vegetação - AuC, para o empreendimento localizado na **Rua Av. Governador Celso Ramos, nº 600, Bairro Centro**.

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Engkoch Engenharia e Empreendimentos Ltda**, requereu conforme processo FAACI nº **297/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Casas Geminadas**, localizada na **Rua 432, lote 393, Bairro Morretes**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Behling Inc. Ltda**, requereu conforme processo FAACI nº **300/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Casas Geminadas**, localizada na **Rua 440, lote 376, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Vera Lucia Folle**, requereu conforme processo FAACI nº **299/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua 462 A, lote 244, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Adilson Andrioni**, requereu conforme processo FAACI nº **304/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Casas Geminadas**, localizada na **Rua 410, lote 1292, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Rambo e Inacio Terraplanagem Ltda**, requereu conforme processo FAACI nº **303/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Serviços de Coleta de Resíduos Construção civil**, localizada na **Rua 301, nº 243, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Neoprime Empreendimentos e Incorporações Ltda**, requereu conforme processo FAACI nº **305/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar**, localizada na **Rua Av. Novo Horizonte , s/n, Bairro Tabuleiro dos Oliveiras**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Itapex Industria e Comercio de Resinas Termoplastica**, requereu conforme processo FAACI nº **306/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Fabricação de Material Plástico**, localizada na **Rua Av. Santa Catarina , nº173, Bairro Jardim Praiamar..**

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Albimael Santos Silva**, requereu conforme processo FAACI nº **309/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua 462 A esq. 460 , lote 237, Bairro Jardim Praiamar**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que **Joel Medeiros**, requereu conforme processo FAACI nº **311/2020**, a Certidão de Conformidade Ambiental, para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua Av. Nereu Ramos, nº 670, Bairro Centro**.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 143, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608914

DECRETO Nº 143, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.702, de 15 de julho de 2011 c/c o § 3º do art. 34 do Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os membros titulares e suplentes do Poder Executivo e da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico, para o mandato de dois anos:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos - Departamento de Saneamento:

Titular: Maciel Welter Suplente: Dinei Victor Lazarotto

Titular: Doraldino Walker Suplente: Mateus Engesser

b) Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento:

Titular: Ademir Rohden Suplente: Gustavo Frederico Scholz

c) Secretaria Municipal de Saúde - Setor de Vigilância Sanitária:

Titular: Alcenir Benachio Suplente: Luisandro Marcos Lermen

d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Edgar Hickmann Suplente: Eusébio Anuar Tavares Filho

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da área do ensino Básico ou Superior:

Titular: Ivanice Clades Back M-Iller Suplente: Sirlei Shauren Becker

b) Representante da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço:

Titular: Claudir Werlang Suplente: Pedro José Kunrath

c) Representantes de usuários/consumidores de serviços de saneamento básico:

Titular: Gilberto Altíssimo Suplente: Roque Pauli

d) Representantes da classe das entidades de defesa do meio ambiente (entidades técnicas, organização da sociedade civil e defesa do consumidor):

Titular: Celiomar Crestani Suplente: Valdemir Land

e) Representante dos Engenheiros/Arquitetos:

Titular: Adalto Weis Suplente: Neilon Stuelp

Art. 2º Dentre os membros efetivos será eleito o Presidente do Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento prestarão serviços de caráter relevante, não se atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 153, de 17 de agosto de 2018.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 17 de agosto de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretario de Administração.

DECRETO Nº 144, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608928

DECRETO Nº 144, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:
Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

06.009 – Fundo Munic. de Incentivo ao Esporte - Fundesporte
0027.0812.0033.2036 – Manutenção das Atividades do Fundo de Esporte - Fundesporte 31.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo, 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

06.009 – Fundo Munic. de Incentivo ao Esporte - Fundesporte
0027.0812.0033.2036 – Manutenção das Atividades do Fundo de Esporte - Fundesporte
33.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2020.

Itapiranga, 17 de agosto de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2018

Publicação Nº 2608603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 060/2018
Aditivo Nº: 3 T.A 060/2018
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: TRANSPORTES SERNI LTDA - ME.
Licitação: Pregão Presencial 129/2018
Objeto: REAJUSTE DE VALOR PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS E COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COMPACTÁVEIS, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Vigência: Início: 10/08/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 10/08/2020
Valor R\$: 244.259,51 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Cinquenta e Um Centavos)
Dotação: 5 - 05.003.2018.3339039280000000000.01001000
Itapiranga, 17 de agosto de 2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2020 - FMS

Publicação Nº 2608346

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 012/2020
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
Contratada: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
Licitação: Pregão Eletrônico 15/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 2020TR000409, PARA INSTALAÇÃO NO SUBSOLO DA UBS FRONTEIRA DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO ANEXO AO EDITAL.
Vigência: Início: 13/08/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 13/08/2020
Valor R\$: 77.395,00 (Setenta e Sete Mil e Trezentos e Noventa e Cinco Reais)
Dotação: 300 - 90.001.1081.3449051990000000000.01021002
Dotação: 300 - 90.001.1081.3449052420000000000.01021002
Dotação: 400 - 90.001.1081.3449052420000000000.01636304
Itapiranga, 17 de agosto de 2020

PORTARIA Nº 171/2020

Publicação Nº 2608129

Portaria nº 171, de 17 de agosto de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Marlei Joana Thiel, matrícula nº 14314/01, pelo período de 3 (três) meses iniciando-se em data de 17/08/2020 até 16/11/2020, referente ao período aquisitivo de 08/02/2012 até 07/02/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 17 de agosto de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 172/2020

Publicação Nº 2608131

Portaria nº 172, de 17 de agosto de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Municipal nº 3.339/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Paulo Beckenkamp, matrícula nº 10351/01, pelo período de trinta dias iniciando-se em data de 17/08/2020 até 16/09/2020, referente ao período aquisitivo de 22/01/2001 até 21/01/2006.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 17 de agosto de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ERRATA LEI MUNICIPAL Nº 1025/2020

Publicação Nº 2608141



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Prefeitura Municipal de Itapoá
Rua Mariana Michels Borges, nº 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

ERRATA LEI MUNICIPAL N.º 1025/2020

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

LEI MUNICIPAL N.º 1025/2020

Considerando erro de digitação na publicação na Lei Municipal nº 1025/2020 na Edição nº3231, de 14 de agosto de 2020, p. 753, retifica-se a referida Lei nos seguintes Termos:

Onde se lê:

Lei Municipal nº1025, de 11 de agosto de 2020

Leia-se:

Lei Complementar nº 96, de 11 de agosto de 2020

Jadiel Miotti do Nascimento
Chefe de Gabinete

ERRATA LEI MUNICIPAL Nº 1025/2020

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2020

Publicação Nº 2608248

**Prefeitura Municipal de Itapoá****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2020****Contratante:** Município de Itapoá/SC.**Contratada:** DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, com sede á Rua Arnaldo Zuqui, nº 70, Bairro: Dom Joaquim, na cidade de Brusque/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.404.978/0001-75 e Inscrição Estadual nº 258.287.578, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. **SERGIO ZANCANARO**, portador do CNPF/MF nº 003.655.259-36 e do CI.RG nº 3.447.231.**Licitação:** TOMADA DE PREÇO Nº 32/2019 - PROCESSO Nº 147/2019.**Objeto:** Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais para a urbanização e pavimentação da Avenida das Margaridas, TRECHO I, com extensão de 800metros, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.**VALOR R\$:** 999.999,97 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)**DATA DA ASSINATURA:** 17/08/2020**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 17/02/2021**BASE LEGAL:** Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 17 de agosto de 2020.

**STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608160

**Prefeitura de Itapoá – SC**
Chefia de Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei Municipal nº 71/1994, de 03 de novembro de 1994, que institui o Código Tributário municipal de Itapoá-SC.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 279 da Lei Municipal nº 71, de 03 de novembro de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

~~Art. 279. Sem prejuízo do disposto na legalização criminal, e verdade a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica e financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros sobre a natureza e o estados dos seus negócios ou atividades.~~

~~Parágrafo Único – Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente, os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da Justiça.~~

...

Art. 279. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício acerca da situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 280, os seguintes:

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III – parcelamento ou moratória. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 11 de agosto de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 90/2020

Publicação Nº 2608220

**Prefeitura Municipal de Itapoá / SC****Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**

Rua Mariana Michels Borges, nº 201 - Itapema do Norte - 89249-000 - Itapoá (SC) - CNPJ n. 81.140.303/0001-01

**TERMO ADITIVO Nº 90/2020 QUE VISA
PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 48/2020. (2º Aditivo).**

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor de Agricultura, Sr. **VALÉRIO PACHECO**, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 739684559-91 e CI.RG nº 2605139-7-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Estrada do Saí, s/n, Bairro Saí Mirim, neste Município, e, de outro lado a Empresa **ZAGONEL & BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ENGENHARIA LTDA**, com sede à Av. André Rodrigues de Freitas, nº 1.173, Sala 1, Itapema do Norte, CEP: 89.249-000, Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.978.614/0001-03, Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato por sócia, a Sra. **ANA PAULA ZAGONEL**, portadora do CNPF/MF nº 004.386.689-10 e do CI.RG nº 3.155.257 SSP/SC, aqui denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a **Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de galpão de manutenção de embarcações na comunidade Pontal do Norte, com área total de 102,66m², localizado a Rua 2690, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital**, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 18/2019 - PROCESSO Nº 87/2019**, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 48/2020, em 60 (sessenta) dias contados a partir do dia 18/08/2020, conforme justificativa e parecer técnico, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 48/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de **Contrato Administrativo nº 48/2020**, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de agosto de 2020.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
VALÉRIO PACHECO
DIRETOR DE AGRICULTURA
PORTARIA DE Nº 6300/2020

CONTRATADA
ZAGONEL & BALSANELLI EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS E ENGENHARIA LTDA
ANA PAULA ZAGONEL

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
THIAGO LICHESKI DOS SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

NOME:
CNPJ/MF:

NOME:
CNPJ/MF:

1/1

TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 015/2020 - EDITAL 035/2019 - MOTORISTA CATEGORIA D

Publicação N° 2608117

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 015/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 035/2019
MOTORISTA CATEGORIA D**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** o candidato **MOACIR LUIZ COSTACURTA** para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Carteira de Habilitação profissional Categoria D;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do ensino fundamental;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá. (RH emite em declaração para abertura da conta corrente).

Itapoá, 17 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva

RUA 960 N° 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020 - EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2608053

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019
TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** a candidata **LIDIANE SILVA CORDEIRO** para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Comprovante de residência;
- Certificado do Curso Técnico;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 17 de Agosto de 2020

Sandra Regina Medeiros da Silva

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2608056

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 022/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA**, o candidato relacionado abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
28/05 – 09:43	João Paulo Linhar	Técnico de Enfermagem
15/07 – 11:14	Sônia Braga Pereira	Técnico de Enfermagem

O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Certificado do Curso Técnico de Enfermagem;
- Registro no Coren;
- Comprovante de residência;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria Municipal da Saúde

- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 17 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

RUA 960 N° 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2608324

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA**, o candidato relacionado abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
16/07 – 13:16	Lisliane Karin de Oliveira Avanzi	Técnico de Enfermagem

O convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Certificado do Curso Técnico de Enfermagem;
- Registro no Coren;
- Comprovante de residência;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria Municipal da Saúde

- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 17 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

RUA 960 N° 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

Ituporanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2020/FMS JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Publicação N° 2608208

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2020	
		Processo Administrativo: 6/2020 Processo de Licitação: 3/2020 Data do Processo: 23/07/2020	1 / 5

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA, JUVENIL E INFANTIL PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA.

Ao(s) 5 de agosto de 2020, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria N° 1.737/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório N° 6 / 2020, Licitação N° 3 / 2020 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO:

Iniciamos a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que estão devidamente credenciadas, conforme Edital de Pregão n° 03/2020/FMS e Ata de credenciamento. Após, foram abertos os envelopes de propostas de Pregão, em seguida foram lançados no sistema. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão ao analisar a documentação de habilitação das empresas vencedoras constatou que estão devidamente habilitadas conforme Edital de Pregão n° 03/2020/FMS. Ficou convencionado que os vencedores dos itens 06, 07 e 08, 09, 10 e 11 fornecerão amostras, no prazo 04 (quatro) dias úteis, ficando os demais itens dispensados de apresentação de amostras por serem marcas conhecidas. Ao final a Pregoeira indagou os representantes das Empresas participantes se manifestam a intenção de interpor recurso, onde não manifestaram.

933813 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	50091 - Fralda Geriátrica Tamanho: P - PEQUENA (Pacote com no mínimo 10 e no máximo 18 Fraldas); Cintura de 40 até 80 centímetros, Capacidade de peso de 20 até 40 KG. Com as seguintes características: barreiras altas proporcionando segurança contra vazamentos laterais; possuir formato anatômico; Cobertura interior de não tecido, com Aloe Vera; produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; Possuir indicador de umidade sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testados. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, incontinência severa, capacidade mínima de absorção de 1.000 ml. Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção. Apresentar na proposta AFE (Autorização de Funcionamento p/empresas da Anvisa) de Cosméticos.	4000	UNIDADE	1,1500	4.600,0000

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2020	
		Processo Administrativo: 6/2020 Processo de Licitação: 3/2020 Data do Processo: 23/07/2020	2 / 5

3	50093 - Fralda Geriátrica Tamanho: G - GRANDE (Pacote com no mínimo 08 e no máximo 13 Fraldas); Cintura de 80 até 150 centímetros, capacidade de peso de 70 até 90 KG. Com as seguintes características: barreiras altas proporcionando mais segurança contra vazamentos laterais; possuir formato anatômico; Cobertura interior de não tecido, com Aloe Vera; produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; Possuir Indicador de umidade sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testados. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, incontinência severa, capacidade mínima de absorção de 1.400 ml. Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção. Apresentar na proposta AFE (Autorização de Funcionamento p/empresas da Anvisa) de Cosméticos.	26000	UNIDADE	1,5800	41.080,0000
4	50094 - Fralda Geriátrica Tamanho: EG - EXTRAGRANDE (Pacote com no mínimo 07 e máximo 13 Fraldas); Cintura de 110 até 165 centímetros, capacidade de peso acima de 90 KG. Com as seguintes características: barreiras altas proporcionando mais segurança contra vazamentos laterais; possuir formato anatômico; Cobertura interior de não tecido, com Aloe Vera; produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; Possuir Indicador de umidade sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testados. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, incontinência severa, capacidade mínima de absorção de 1.500 ml. Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção. Apresentar na proposta AFE (Autorização de Funcionamento p/empresas da Anvisa) de Cosméticos	14000	UNIDADE	1,6900	23.660,0000
Total Fornecedor:					69.340,0000

942103 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
2	50092 - Fralda Geriátrica Tamanho: M - MÉDIA (Pacote com no mínimo 09 e no máximo 17 Fraldas); Cintura de 70 até 120 centímetros, capacidade de peso de 40 até 70 KG. Com as seguintes características: barreiras altas proporcionando mais segurança contra vazamentos laterais; possuir formato anatômico; Cobertura interior de não tecido, com Aloe Vera; produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico. Possuir Indicador de umidade sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testados. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, incontinência severa, capacidade mínima de absorção de 1.200 ml. Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção. Apresentar na proposta AFE (Autorização de Funcionamento p/empresas da Anvisa) de Cosméticos.	11000	UNIDADE	1,2400	13.640,0000
11	50101 - FRALDA INFANTIL RECEM NASCIDO -	2000	UNIDADE	0,8200	1.640,0000

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2020	
		Processo Administrativo: 6/2020 Processo de Licitação: 3/2020 Data do Processo: 23/07/2020	3 / 5

	INCONTINÊNCIA SEVERA, COM ATÉ 10H DE ABSORÇÃO, CAMADA EXTRA-ABSORVENTE, TECNOLOGIA ANTIODOR, COBERTURA EXTERNA MACIA E CONFORTÁVEL, GEL SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE E ALOE VERA, HIPOALERGÊNICO DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, COM FITAS ADESIVAS, NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos				
Total Fornecedor:					15.280,0000
943169 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
6	50097 - FRALDA INFANTIL TAMANHO PEQUENO - INCONTINÊNCIA SEVERA, COM ATÉ 10H DE ABSORÇÃO, CAMADA EXTRA-ABSORVENTE, TECNOLOGIA ANTIODOR, COBERTURA EXTERNA MACIA E CONFORTÁVEL, GEL SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE E ALOE VERA, HIPOALERGÊNICO DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, COM FITAS ADESIVAS, NO PACOTE DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos	2000	UNIDADE	0,6500	1.300,0000
7	50098 - FRALDA INFANTIL TAMANHO MÉDIA - INCONTINÊNCIA SEVERA, COM ATÉ 10H DE ABSORÇÃO, CAMADA EXTRA-ABSORVENTE, TECNOLOGIA ANTIODOR, COBERTURA EXTERNA MACIA E CONFORTÁVEL, GEL SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE E ALOE VERA, HIPOALERGÊNICO DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, COM FITAS ADESIVAS, NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos	2000	UNIDADE	0,7000	1.400,0000
8	50099 - FRALDA INFANTIL TAMANHO GRANDE - INCONTINÊNCIA SEVERA, COM ATÉ 10H DE ABSORÇÃO, CAMADA EXTRA-ABSORVENTE, TECNOLOGIA ANTIODOR, COBERTURA EXTERNA MACIA E CONFORTÁVEL, GEL SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE E ALOE VERA, HIPOALERGÊNICO DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, COM FITAS ADESIVAS, NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos	2000	UNIDADE	0,7500	1.500,0000
9	50100 - FRALDA INFANTIL TAMANHO EXTRA GRANDE - INCONTINÊNCIA SEVERA, COM ATÉ 10H DE ABSORÇÃO, CAMADA EXTRA-ABSORVENTE, TECNOLOGIA ANTIODOR, COBERTURA EXTERNA MACIA E CONFORTÁVEL, GEL SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE E ALOE VERA, HIPOALERGÊNICO DERMATOLOGICAMENTE TESTADA,	2000	UNIDADE	0,8000	1.600,0000

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2020	
	CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	Processo Administrativo:	6/2020
		Processo de Licitação:	3/2020
		Data do Processo:	23/07/2020
		4	/ 5

	COM FITAS ADESIVAS, NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos				
10	50102 - FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO SUPER EXTRA GRANDE OU XXG - Indicada para crianças com peso acima de 15 kg; com até 10 horas de absorção; possuir formato anatômico; fechos elásticos reajustáveis, permitindo abrir e fechar a fralda quantas vezes for necessário, até o ajuste perfeito ao corpo do bebê; superabsorção com flocos compactos que retém o líquido e deixa o bebê seco; polpa levemente cavada entre as pernas para facilitar os movimentos; fitas laterais elásticas; barreiras laterais protetoras contra vazamento e extrato de Aloe Vera. Dermatologicamente testada. NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS TODOS OS DADOS DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos	3500	UNIDADE	1,1000	3.850,0000
				Total Fornecedor:	9.650,0000

1139878 - MAYCON WILL EIRELI EPP

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
5	50095 - FRALDA TAMANHO JUVENIL (INDICADO DE 20 A 33 KG), POSSUINDO ANTIODOR, GEL SUPER ABSORVENTE, DIFUSOR DE LÍQUIDOS, BARREIRA ANTI VAZAMENTO, E FORMATO ANATÔMICO, INDICADOR DE UMIDADE, E ALOE VERA, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O AJUSTE IDEAL AO CORPO, DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ORIGINAL CONTENDO NO MÍNIMO DE 07 E MÁXIMO 14 UNIDADES. (Anexar à proposta Laudo Microbiológico e Laudo de Capacidade de Absorção). Apresentar AFE (Autorização de Funcionamento da Anvisa) de Cosméticos .	2000	UNIDADE	2,5400	5.080,0000
				Total Fornecedor:	5.080,0000
				Total Geral:	99.350,0000

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 5 de agosto de 2020

COMISSÃO

GEOVANI BIZARRI SCHLEMPER	- _____	- Secretário Suplente
CARLA FABIANA SCHWARZ MEURER	- _____	- Pregoeiro
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER	- _____	- Membro

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA**

CNPJ: 11.407.443/0001-18 Telefone: (047) 35331878
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING -
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2020**

Processo Administrativo: 6/2020
Processo de Licitação: 3/2020
Data do Processo: 23/07/2020

5 / 5

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOSE CARLOS MALKOWSKI - _____ - Representante

FABIANO AUGUSTO FERRARI - _____ - Representante

LUIZ CARLOS DOS SANTOS - _____ - Representante

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA - _____ - Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020/PMI JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Publicação Nº 2607967

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2020	
		Processo Administrativo: 62/2020 Processo de Licitação: 35/2020 Data do Processo: 22/07/2020	1 / 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA USO DAS SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE URBANISMO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2020 - PREGÃO 32/2020 RESTOU DESERTO PARA OS ITENS

Ao(s) 4 de agosto de 2020, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria Nº 1.737/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 62 / 2020, Licitação Nº 35 / 2020 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO:

Iniciamos a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que estão devidamente credenciadas, conforme Edital de Pregão nº 35/2020/PMI e Ata de credenciamento. Após, foram abertos os envelopes de propostas de Pregão, em seguida foram lançados no sistema. A empresa Britagem Santa Tereza Ltda apresentou proposta para os itens 02, 03, 04 e 05 com valores acima do estabelecido no Termo de Referência. A sessão foi suspensa para consultar o jurídico sobre como proceder. Após a orientação a comissão decidiu por classificar as propostas já que a referida empresa manifestou interesse em participar da fase de lances. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão ao analisar a documentação de habilitação das empresas vencedoras constatou que a empresa Britagem Santa Tereza Ltda não apresentou a certidão negativa de falência do sistema eproc, porém em consulta realizada no site <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>, verificou-se a regularidade da empresa, estando devidamente habilitadas conforme Edital de Pregão nº 35/2020/PMI. Ao final a Pregoeira indagou os representantes das Empresas participantes se manifestam a intenção de interpor recurso, onde não manifestaram. Presente o servidor Diego Benjamin Stupp, representando a Secretaria de Infraestrutura.

179493 - MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	45938 - BRITA CA4 SEM FRETE	20000	TONELADA	19,9400	398.800,0000
2	11842 - BRITA N.01 SEM FRETE	10000	TONELADA	23,7400	237.400,0000
3	12305 - BRITA N. 02 SEM FRETE	10000	TONELADA	24,1200	241.200,0000
4	11985 - PÓ DE BRITA SEM FRETE	10000	TONELADA	24,1600	241.600,0000
5	40355 - RACHÃO 4 POLEGADAS SEM FRETE	10000	TONELADA	23,5000	235.000,0000
Total Fornecedor:					1.354.000,0000
180173 - BRITAGEM SANTA TEREZA EIRELI - ME					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
6	40706 - MATAÇOS SEM FRETE	10000	TONELADA	14,0000	140.000,0000
Total Fornecedor:					140.000,0000
Total Geral:					1.494.000,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 35/2020**

Processo Administrativo: 62/2020
Processo de Licitação: 35/2020
Data do Processo: 22/07/2020

2 / 2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 4 de agosto de 2020

COMISSÃO

CARLA FABIANA SCHWARZ MEURER

- _____ - Pregoeiro

GILSON BROERING

- _____ - Membro

MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER

- _____ - Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOAO CARLOS DE ANDRADE

- _____ - Representante

INDIANARA REGINA BAGIO WERNKE

- _____ - Representante

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, FUNDOS E FUNDAÇÕES

Publicação Nº 2608851

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL RP nº 42/2020

Processo: 40/2020/PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, FUNDOS E FUNDAÇÕES. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 28 de agosto de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 28 de agosto de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 18 de agosto de 2020 – Osni Francisco de Fragas – Prefeito.

PORTARIA N. 1.841/2020

Publicação Nº 2608230

PORTARIA Nº 1.841, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as Leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008, bem como suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a SILVÉRIO DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, no período de 06/08/2020 a 17/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de agosto de 2020.

Ituporanga, 17 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária de Saúde

PORTARIA N. 1.842/2020

Publicação Nº 2608231

PORTARIA Nº 1.842, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, de acordo com o edital de chamada pública n. 016/2020 e o parecer de controle interno nº 66/2020,

RESOLVE;

Art. 1º. Admitir em caráter temporário KAMIL DE SOUZA BARDINI no cargo de ENGENHEIRO AGRIMENSOR na Secretaria de Planejamento, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no período de 18/08/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 17 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

VILMAR SCHWAMBACH

Secretário de Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 521, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609117

PORTARIA Nº 521, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia Fernanda Hillesheim para cargo em comissão de Assessora Parlamentar e dá outras providências.

Almir Schafer, Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 14 e 35 da Lei Municipal nº 2.680/2017, alterada pela Lei Municipal nº 2.748/2019, e artigo 23, inciso III, alínea “c” do Regimento Interno, e ainda:

CONSIDERANDO a natureza jurídica do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, de livre nomeação pela autoridade competente; e

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento da referida vaga nos quadros funcionais da Câmara Municipal de Ituporanga, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear FERNANDA HILLESHEIM para ocupar o cargo em comissão de Assessora Parlamentar, código CC/DAI-2, nível IX, referência 1, a partir de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 17 de agosto de 2020.

Almir Schafer
Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2020

Publicação Nº 2608602

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 26/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 50/2020.

Registro de Preço Nº: 15/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TANQUE MATÁLICO COM FORMATO CILÍNDRICO PARA ADUBO LÍQUIDO, COM CAPACIDADE TOTAL DE 12M³, A SER INSTALADO NO CAMINHÃO FORD CARGO 2628, ANO/MODELO 2009/2009, PLACAS MGH 9065, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020.

Valor: R\$ 72.230,00 (setenta e dois mil e duzentos e trinta reais)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 17 de agosto de 2021.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: ROBERTO CESAR SCHMITZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.141.260/0001-97.

Jaborá (SC), 17 de agosto de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO/REAJUSTE DO CONTRATO Nº 3/2020

Publicação Nº 2608356

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO/REAJUSTE DE VALOR

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 48/2019

Fundamento Legal: Artigo 65, Inciso II, Alínea D, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 92/2019

Contrato Administrativo nº: 3/2020.

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E REAGENTES UTILIZADOS JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Valor: Fica alterado o valor do Combustível Óleo Diesel Comum de R\$ 3,4974 para R\$ 3,5261 ao litro.

Vigência: 18 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE JABORÁ

Contratada: CLEUSA MASCARELLO CORADI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.441.190/0001-04.

Jaborá-SC, 17 de agosto de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

P 115 AGOSTO DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2607841

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 115, de 17 de agosto de 2020.

DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR VALDOMIRO BAPTISTA RIBEIRO, Servidor Cargo Comissionado - Matrícula 1397, ocupante do Cargo de Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para a Função de Tesoureiro, sem alteração de seus vencimentos.

Parágrafo Único – O Servidor desempenhará as Funções previstas no Item V, cargo XXIV, da Lei Complementar Municipal 132, de 30 de abril de 2014, especialmente operações bancárias, tais como: Emitir cheques, abrir contas bancárias, autorizar cobranças, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, requisitar talonário eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar saques – conta corrente, efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico, efetuar transferências para mesma titularidade e encerrar contas de depósito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ – SANTA CATARINA.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17/agosto/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/agosto/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 116/2020

Publicação Nº 2608575

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 116, de 14 de agosto de 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 114 DE 14 DE AGOSTO DE 2020, QUE CONTRATA SERVIDORA LUCILEIDE DE CARVALHO SILVA.

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado a Portaria nº 114, de 14 de agosto de 2020.

Onde se lê: "Coordenadora de Cultura, do Idoso e Juventude."

Leia-se: "Coordenadora de Cultura"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17/08/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/agosto/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2608382

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresarias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

Contrato de Repasse nº 893428/2019 – Operação 1069154-32

Programa: Agropecuária Sustentável

Objeto do Convênio: Pavimentação asfáltica da Serra da Pedra – 3ª Etapa em Jacinto Machado

Origem do Recurso: MAPA

Data do Repasse: 10/08/2020

Valor da Parcela: R\$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais)

Jacinto Machado/SC, 12 de agosto de 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2020

Publicação Nº 2608387

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2020

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresarias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

Contrato de Repasse nº 892903/2019 – Operação 1067227-74

Programa: Agropecuária Sustentável

Objeto do Convênio: Pavimentação asfáltica da Barra do Pinheirinho em Jacinto Machado

Origem do Recurso: MAPA

Data do Repasse: 12/08/2020

Valor da Parcela: R\$ 611.200,00 (Seiscentos e onze mil e duzentos reais)

Jacinto Machado/SC, 12 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 30 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2609294

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 30 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a realização de reuniões das comissões permanentes e as sessões plenárias ordinárias e/ou extraordinárias, por videoconferência, em decorrência das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), no âmbito da Câmara de Vereadores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas regimentais atribuições, com base no que dispõe o art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 38, incs. IV e V, do Regimento Interno da Câmara e, considerando a grave situação de exceção provocada pela pandemia do coronavírus (Covid-19), bem como o disposto no art. 2º, inc. III, do Decreto Municipal nº 082, de 2020, resolve:

Art. 1º Fica determinado que a partir de 3 de agosto de 2020, conforme disposto no art. 2º, inc. III, do Decreto Municipal nº 082, de 16 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), em 21 de julho de 2020, a realização de reuniões das comissões permanentes e as sessões plenárias ordinárias e/ou extraordinárias será por videoconferência, para discussão e votação digital das proposições por meio de soluções tecnológicas que dispensa a presença física dos Vereadores em Plenário.

Parágrafo único. A transmissão da sessão plenária ordinária e/ou extraordinária será pela internet e, após será disponibilizado o vídeo no site da Câmara, bem como a Ata será publicada, para fins de publicidade.

Art. 2º Deverá ser mantido à disposição dos Vereadores, dos cidadãos e das entidades da sociedade civil organizada, os canais eletrônicos disponíveis para o atendimento das demandas e solicitações encaminhadas aos membros do Poder Legislativo, que recebidas por meio



eletrônico na vigência deste Decreto Legislativo, serão protocoladas e, de acordo com os prazos regimentais, receberá a devida tramitação para posterior atendimento, observadas as restrições técnicas, quando for o caso.

Parágrafo único. O atendimento presencial do público externo será priorizado para aqueles solicitados mediante agendamento prévio, a fim de evitar aglomeração de pessoas nas dependências da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Cabe a Secretaria Geral da Câmara organizar e controlar os turnos de trabalho presencial, bem como a realização de trabalho remoto por alguns e/ou todos os servidores, diante dos casos ou situações que surgirem na vigência deste Decreto Legislativo, sendo disponibilizando a infraestrutura e os equipamentos necessários, inclusive os de proteção individual, bem como garantias de acesso aos sistemas, em suas respectivas áreas funcionais, além de prestar orientações para execução dos trabalhos, seja de forma presencial ou remota.

Art. 4º Por solicitação do prefeito e/ou por iniciativa do presidente da Câmara, com no mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, poderá ocorrer a convocação de sessão plenária extraordinária, que será realizada por videoconferência para deliberação, por meio digital, de forma excepcional e temporária, de proposições de interesse institucional e aquelas consideradas de caráter urgente.

Art. 5º Para realização da sessão plenária extraordinária será adotado algumas medidas, observado as normas regimentais:

I – a convocação será expedida pelo presidente da Câmara, que deverá encaminhar aos Vereadores por meio eletrônico, preferencialmente por mensagem de WhatsApp, com a indicação do horário e das proposições a serem deliberadas naquela convocação;

II – a pauta da sessão constará da abertura das sessões, o registro de presença dos Vereadores, o uso da palavra livre e discussão e votação da ordem do dia, cabendo ao presidente a proclamação do resultado da votação;

Art. 6º A realização da sessão plenária ordinária e/ou extraordinária será conduzida, exclusivamente, pelo Vereador-presidente, presente no Plenário da Câmara, observada as medidas adotadas no âmbito do Poder Legislativo para o enfrentamento da emergência em saúde pública, causadas pelo coronavírus (Covid19).

Art. 7º Fica o presidente da Câmara autorizado a adotar outras medidas não previstas neste Decreto Legislativo, diante de qualquer eventual necessidade funcional, administrativa ou operacional, na vigência deste Decreto Legislativo.

Art. 8º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 3 de agosto de 2020.

Jacinto Machado, 30 de julho de 2020; 61º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador ENISON JOSÉ RECCO (MDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VALDIR TROMBIM (PODEMOS)
Primeiro Secretário

.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 135/2020/PMJS/SECEL

Publicação Nº 2608091

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 135/2020/PMJS/SECEL

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, inscrito no CNPJ 83.102.459/0001-23 com sede na Rua Walter Marquardt 1111, por intermédio da Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, pelo Decreto 12.302/2018 – Delega Poderes, de 6 de setembro de 2018 e, com fulcro no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, torna pública a convocação de pareceristas técnicos para avaliação de mérito artístico e cultural mediante emissão de parecer técnico de projetos culturais inscritos através do Edital de Concurso 134/2020/PMJS/SECEL, e outros que vierem a ser publicados.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o Credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

DO OBJETO: Esta Chamada Pública tem por objeto a seleção de profissionais do setor cultural e artístico, residentes ou não em Santa Catarina, para compor o Banco de Pareceristas para prestação de serviços especializados de avaliação de mérito artístico e cultural, mediante emissão de parecer técnico descritivo dos projetos inscritos no edital nº 134/2020/PMJS/SECEL e em outros editais que vierem a ser publicados, dentro do prazo de 12 meses podendo ser prorrogável por igual período.

PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO: o período para o credenciamento será de 19 de agosto a 18 de setembro de 2020. A ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada acompanhada dos documentos informados no item 6 do edital, para a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, Rua Gustavo Hagedorn, 636 (Arena Jaraguá) Bairro Nova Brasileira, Jaraguá do Sul/SC, CEP 89252-265, a documentação deverá ser encaminhada por via postal, preferencialmente por AR.

DAS INFORMAÇÕES: as informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidas na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, pelo telefone (47) 3270 4300 / 3270 4309, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30min ou através do e-mail conselhos.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br, com a servidora Vera de Tofol.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço supracitado, ou no site <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/>.

Jaraguá do Sul, 7 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer/PMJS

CONTRATO DE DOAÇÃO Nº 360/2020

Publicação Nº 2608189

CONTRATO DE DOAÇÃO Nº 360/2020, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de DOADOR, e, de outro lado, o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada PMSC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 83.931.550/0001-51, situada à Rua Visconde de Ouro Preto, Nº 549, Centro, na cidade de Florianópolis - SC, representada por seu Comandante Geral, Coronel PM DIONEI TONET, inscrito no CPF sob o Nº 566.453.689-68 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.899.054-SC, de ora em diante denominado simplesmente de DONATÁRIO, pactuam o presente Contrato de Doação Nº 360/2020, autorizado pela alínea "a", do inciso II, do artigo 100, da Lei Orgânica do Município; pelo artigo 22, alínea "a", da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; pelo artigo 17, da Lei Federal Nº 8.666/93; bem como pelo Decreto Municipal Nº 14.074/2020, de 24 de julho de 2020, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem como objeto a doação, ao ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PMSC), CNPJ/MF sob Nº 83.931.550/0001-51, dos bens que especifica:

- 20 (vinte) Balanças de Precisão Portátil Quanta, graduação: 0,1g., capacidade: 100g, pesagem: G, OZ, OZT, DWT, CT e GN;
- 01 (um) Varal Individual de Alumínio com 50 varetas de 2,00m cada, sistema descida individual, pintura epóxi;
- 01 (um) Aparelho de Ar Condicionado Split 22.000 BTUs - Philco - para sala de armas;
- 01 (um) Pedestal para Microfone, altura ajustável 90cm até 1,45m, tipo: girafa, pés de borracha, pé retrátil;
- 01 (uma) Cadeira Giratória Modelo Secretária Executiva com Apoio de Braços;
- 01 (um) Quadro Branco de Planejamento Anual - med. 90 x 120, moldura alumínio;
- 01 (uma) Torneira Elétrica BR Easy 5.500WTS Lorenzetti;
- 06 (seis) Câmeras de Segurança Hikvision Dome 4x1 2.8 20M instaladas;
- 01 (um) HD 3 TB (Purple) WD - para instalação câmeras internas;
- 01 (uma) Parafusadeira / Furadeira, bateria 12V - DWT;
- 02 (duas) Cadeiras para Sala da "Rede Catarina";
- 01 (uma) Câmera Fotográfica Gopro 7 Silver Gravação 4K 10MP WFL;
- 02 (dois) Rastreadores Portáteis PT-50K (Plataforma Profissional de Rastreamento com Acesso Ilimitado e Sem Mensalidades);
- 01 (uma) Câmera Digital Nikon Coolpix P1000;
- 01 (um) Suporte para TV 32" até 60";
- 01 (um) Quadro em Perfil de Madeira, med. 1200 x 800, para Sala "Programa Rede Catarina";
- 01 (um) Quadro Branco de Planejamento Anual - med. 90 x 120 - Moldura em Alumínio;
- 01 (um) Aparelho TV 23,6" - Smart / HDMI / Vídeo Componente / USB / Saída Áudio Digital;
- 27m² (vinte e sete metros quadrados) de Divisórias Eucatex (Novas) - 02 (duas) Un. Portas de Eucatex com Acessórios;
- 01 (um) Aspirador de Pó Electrolux 21 LT 1400W;
- 01 (um) DVR Hikvision 5x1 16CH 720P para Câmeras de Segurança;
- 01 (uma) Bancada Mármore - Cuba Esculpida - Cinza Absoluto, Acabamento 45º, Caixinha 20cm - 04 Peças Soleiras Cor Cinza Absoluto;
- 03,55m² (três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados) de Divisória Eucatex - 01 (uma) Un. Porta Eucatex de Giro, med. 0,82 x 2,10m.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os bens foram adquiridos com os recursos do Convênio PMSC Nº 091/2014 e seus Aditivos, e do Convênio Nº PMSC 5135/2019, e serão utilizados, exclusivamente, pelo 14º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Jaraguá do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os bens estão sendo doados, espontaneamente, sem coação ou vício de consentimento, a título gratuito, por livre e espontânea vontade.

CLÁUSULA QUARTA - O DONATÁRIO, por intermédio deste instrumento, atesta, plena e irrestritamente, o recebimento dos bens doados.

CLÁUSULA QUINTA - O presente Contrato de Doação passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato de Doação, fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul - SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 07 (sete) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito.

Jaraguá do Sul, 24 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
DOADOR

DIONEI TONET
Cel PM Comandante-Geral da PMSC
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DONATÁRIO

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome: Marcio Leandro Reisdorfer	Nome: João Antônio Berti
Função: Ten Cel PM Cmt do 14º BPM	Função: Diretor de Decisões Administrativas
CPF: 910.131.519-68	CPF: 058.537.269-19

CONTRATO Nº 318/2020

Publicação Nº 2608875

EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2020

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 65/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços complementares na Rua: 1074 – Eurico Duwe – Bairro Rio da Luz, com extensão total de 2.668,50m (dois mil, seiscentos e sessenta e oito metros e cinquenta centímetros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 417.950,66 (quatrocentos e dezesseis mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) referentes à mão de obra e R\$ 2.368.387,06 (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e oitenta e sete reais e seis centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 2.786.337,72 (dois milhões setecentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2020, previsto no item 4.1 deste contrato.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 06/07/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Katiuscia de Brida de Sant'Anna.

Otoniel da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019 SEMAD

Publicação Nº 2608098

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 19 de Agosto de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: GERMANA HELLER BAEUMLE
Cargo: Engenheiro Civil - 40hs
Secretaria: SEMED
Classificação: 18º lugar

Nome: DAIANI FRANCIELY ANDREANI WILHELM
Cargo: Engenheiro Civil - 40hs
Secretaria: SEMED
Classificação: 19º lugar

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2020

Publicação Nº 2599025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 1030 - Artur Aldrovandi, no bairro Barra do Rio Molha, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, I, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4938.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 679.619,23 (seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4938.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23129>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2020

Publicação Nº 2599029

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 11/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 872 - João Pedro Vieira, no bairro Santo Antônio, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, I, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de

11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme **RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS** e **MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS** constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4939.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 250.725,03 (duzentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4939.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23132>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 12/2020

Publicação Nº 2599034

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 12/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a Rua 968 - Américo Costa, no bairro Estrada Nova, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, II, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS e MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS constantes dos ANEXOS 01 e 03 do PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4940.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 146.042,90 (cento e quarenta e seis mil, quarenta e dois reais e noventa centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4940.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23135>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 13/2020

Publicação Nº 2599038

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 13/2020**

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a **Rua 873 – José Lazzaris, no bairro Santo Antônio**, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, III, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme **RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS** e **MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS** constantes dos ANEXOS 01 e 03 do **PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA** AV.4941.2020-CM, ANEXO A deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC - CNPJ: 83.102.459/0001-23 - Rua Walter Marquardt, 1111
Barra do Rio Molha - 89259-565 - Caixa Postal 421 - Fone: (047) 2106-8000

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



(boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 293.686,47 (duzentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.862/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4941.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23136>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO
MERCADOLÓGICA;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 9/2020

Publicação Nº 2599044

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 9/2020**

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do seu Prefeito Exmo. Sr. Antídio Aleixo Lunelli, e do Sr. Antenor Galvan, Secretário Municipal da Fazenda, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019; **TORNA PÚBLICO** a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para a **Rua 807 - Expedicionário Afonso Kath, no bairro Rio Cerro II**, onde serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE BENEFICIADA E OS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho descrito no Art. 1º, II, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019, in verbis, que sofrerem valorização, conforme **RELAÇÃO DE IMÓVEIS AFETADOS** e **MAPA DE DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS** constantes dos ANEXOS 01 e 03 do **PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4937.2020-CM, ANEXO A** deste edital.

3. MEMORIAL DESCRITIVO:

O MEMORIAL DESCRITIVO integra o presente edital na forma de ANEXO B e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC - CNPJ: 83.102.459/0001-23 - Rua Walter Marquardt, 1111
Barra do Rio Molha - 89259-565 - Caixa Postal 421 - Fone: (047) 2106-8000

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



(boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

4. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente edital (ANEXO C), está orçado em R\$ 329.203,73 (trezentos e vinte e nove mil, duzentos e três reais e setenta e três centavos), tendo como fonte próprios.

5. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido, conforme Art. 8º, V, da Lei Municipal Nº 7.861/2019, de 11 de março de 2019.

O valor venal dos imóveis diretamente afetados pela obra foi determinado pela Comissão de Avaliação, especialmente designada para este fim, conforme Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019. A relação dos imóveis e os respectivos valores imobiliários previamente fixados estão disponíveis no ANEXO 04 DO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA AV.4937.2020-CM, ANEXO A deste edital, e servirá para determinação do limite de valorização individual de cada imóvel a ser apurado por esta mesma Comissão em ato posterior à conclusão da obra.

Os valores apurados por esta Comissão Especial não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no Art. 255, da LC Nº 1/93, alterado pela LC Nº 179/2016 - Código Tributário Municipal.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC - CNPJ: 83.102.459/0001-23 - Rua Walter Marquardt, 1111
Barra do Rio Molha - 89259-565 - Caixa Postal 421 - Fone: (047) 2106-8000

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da última publicação no Diário Oficial dos Municípios, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição simples, que servirá para início do processo administrativo.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

8. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a devida notificação do sujeito passivo, concluídas todas as etapas anteriores, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para reclamação.

A reclamação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

9. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, estando disponíveis para download no endereço <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=23116>, os seguintes anexos:

ANEXO A - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO
MERCADOLÓGICA E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS;

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA;

ANEXO C - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC - CNPJ: 83.102.459/0001-23 - Rua Walter Marquardt, 1111
Barra do Rio Molha - 89259-565 - Caixa Postal 421 - Fone: (047) 2106-8000

ESTADO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 28 de julho de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Antenor Galvan
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020

Publicação Nº 2608891

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2020**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC**CONTRATADA:** CLAUDIONEI JOSÉ ROMANO

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para realizações de inseminação artificial bovina no Município de Jaraguá do Sul, em dias úteis, sábados, domingos e feriados para o atendimento do programa de melhoramento genéticos animal, amparado pela Lei Municipal nº4860/2007 e Decreto Municipal nº 6760/2009 e Decreto Municipal nº 11.678/2017, ao longo dos 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento/Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a prestação de serviços deverá acontecer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após recebimento da Autorização de fornecimento, que será encaminhado via e-mail;

CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Para a execução dos serviços a empresa vencedora deverá atender as seguintes exigências:

a) Atender as Ordens de Serviços de acordo com as necessidades da SEMDRA dentro do prazo de vigência de 12 meses a partir da efetivação do contrato.

b) Possuir profissional com certificado de conclusão de curso na área de inseminação artificial bovina.

c) Fornecer todo material para a execução do serviço: sêmens, botijão com nitrogênio, pipetas, bainhas e luvas, bem como o deslocamento até a propriedade do solicitante ficarão a cargo da contratada.

d) Possuir telefone celular e disponibilizar o número para que os servidores da Semdra possam repassar as solicitações de serviço;

e) Possuir veículo que atenda as normas nacionais legais de trânsito para locomoção e habilitação compatível,

f) Possuir material de EPI – Equipamentos de Proteção Individual, botijão com nitrogênio, luvas, bainhas e pipetas,

g) Fazer as devidas anotações no formulário (bloco de serviços) que lhe será entregue para comprovação dos efetivos atendimentos. Este material deverá ser devolvido na 1ª sexta-feira subsequente ao serviço na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Abastecimento para comprovação e computação das quantidades dos serviços realizados.

h) Ser responsável pelos possíveis prejuízos ou danos físicos ou morais durante a vigência da Ata de Registro.

i) Possuir em estoque no banco de sêmen as seguintes raças: Hereford, Holandesa, Gir Leiteiro, Nelore, Jersey, Brahman, Simental, Red Angus, Limousim., Senepol.

j) Prestar os serviços sempre que solicitado, podendo ser em dias úteis, sábados, domingos e feriados, ficando a cargo da contratada o deslocamento até a propriedade e o fornecimento do sêmen, botijão com nitrogênio, luvas, bainhas e pipetas.

k) Prestar o atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após cada solicitação do município;

l) Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, formalizada através de contato telefônico, devendo a contratada realizar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, respeitando sempre o horário de cio do animal, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

m) A empresa vencedora só será remunerada quando a inseminação for realizada.

LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: As inseminações serão realizadas diretamente nas propriedades rurais do município, e os locais serão informados a cada solicitação de serviço.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Claudionei José Romano

Daniel Peach

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2020

Publicação Nº 2608884

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2020**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020-FMS**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**CONTRATADA:** ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal

de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Maicon Córdova Pereira

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2020

Publicação Nº 2608887

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DANIELE DAGIOS EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Luiz Carlos da Rosa

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2020

Publicação Nº 2608888

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de caminhão caçamba, trator de esteira, escavadeira hidráulica e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, ao longo de 12(doze) meses, para prestação de serviços, em atendimento a LM nº 7.844/2019 e Decreto nº 3.030/2019, destinados aos produtores rurais cadastrados na SEMDRA, conforme especificações no ANEXO I e Termo de Referência no ANEXO IX do Pregão presencial 107/2020, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada serviço solicitado e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Prazo de execução: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Leandro Simon

Daniel Peach

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS DOS ALUNOS BOLSISTAS DO PROJETO INCENTIVANDO TALENTOS/SECEL

Publicação Nº 2608094

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS DOS ALUNOS BOLSISTAS DO PROJETO INCENTIVANDO TALENTOS/SECEL

DA ORIGEM: Edital de Chamamento nº 01/2019-Secel – Versão II – Seleção de Alunos – Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos e Edital de Credenciamento nº 04/2019-Secel – Programa Bolsa Cultural – Incentivando Talentos – Entidades Culturais

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 7.616/2017 de 17 de abril de 2017 e Decreto Municipal nº 12.152/2018 de 18 de junho de 2018.

DO CONCEDENTE: Município de Jaraguá do Sul por meio da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

DO OBJETO: Bolsas de estímulo à cultura nas áreas artísticas culturais de acordo com as normas e regras dos Editais supracitados e seus anexos.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.108	Incentivar Talentos	3.3.90 Aplicações Diretas	573	0.3.00.0080 SF Recursos Próprios PMJS

DOS ALUNOS BOLSISTAS: efetivamente matriculados na entidade Centro Cultural Neue Heimat e Sociedade Cultura Artística – SCAR, nas áreas artísticas culturais conforme abaixo:

ADITIVO Nº	NOME DO CANDIDATO	ÁREA/MODALIDADE	ENTIDADE
290	Agatha Rebelatto da Silva	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
291	Thasila Tenorio Kanzler	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
292	Maria Eduarda Micheluzzi	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
293	Izabela Moro	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
294	Joana Fagundes Alves	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
295	Cristian Eduardo Ponstein	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
296	Cibele de Paulo Ponstein	Música	Centro Cultural Neue Heimat
297	Diovane de Andrade Luckow	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
298	Edmar Antonio Luckow	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
299	Gustavo Muller Keiser	Música	Centro Cultural Neue Heimat
300	Juliana Muller Keiser	Música	Centro Cultural Neue Heimat
301	Guilherme Muller Keiser	Música	Centro Cultural Neue Heimat
302	Luciane Muller Keiser	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
303	Manuelli Lais Tomazi	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
304	Yanne Cecília de Jesus Gomes	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
305	David Guilherme de Jesus Gomes	Música	Centro Cultural Neue Heimat
306	Mariana Vauruk	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
307	Manoel Antonio Abt Minnemann	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
308	Marina Maier	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
309	Katharine Victória Gomes da Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
310	Emily Suzana Parno Suckow	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
311	Débora Parno Suckow	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
312	Letícia Baumgärtel	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
313	Luiza Braga Dutra	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR

314	Gabriel Kammer	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
315	Júlia Gianna Buzzi	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
316	Aline Eduarda Novaski	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
317	Julia de Araujo da Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
318	Heloisa Rosa	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
319	Josiane Milbratz	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
320	Zélia Kr-ger Iunckowski	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
321	Suzana Iunckowski	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
322	Almir Iunckowaki	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
323	Roselei José Sabel	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
324	Otaviano Alexandre dos Santos	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
325	Maria Julia Dellagustina Frare	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
326	Eduarda Cristina Benkendorf	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
327	Julia Mara Sadzinski	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
328	Anna Maria Sadzinski	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
329	Nícolas Marcos Grossl	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
330	Melissa Nascimento Wachsmann	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
331	Heloisa Nascimento Wachsmann	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
332	Julia Carollina Zaffari Rathunde	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
333	Gabriela Helena Zaffari Rathunde	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
334	Cibele Fernanda Lafin	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
335	Beatriz Eduarda Lafin	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
336	Pedro H. da Silva Schneider	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
337	Rafael da Silva Schneider	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
338	Andrieli Caetano da Silva	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
339	Gustavo Ploszai	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
340	Maria Helena Kekes	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
341	Ana Laura Kekes	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
342	Ana Luísa Kammer Raulino	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
343	Laís Amanda Kammer Raulino	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
344	Isadora Schiessl Schmidt	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
345	Maria Luiza Schelbauer	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
348	Nicole Sthotka	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
349	Amanda Deorasclci Pontalti Lima	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
350	Inês de Souza Simm	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
351	Nilo Simm	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
352	Isadora Joly	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
353	João Victor D. Frare	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
354	Vandelir Frare	Música	Centro Cultural Neue Heimat

355	Isabela Tomaselli Bopré Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
356	Yhasmin Beatriz B. F. De Maria	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
357	Iuryck Emanuel B. F. de Maria	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
358	Laura Yuna B. F. de Maria	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
359	William Bonaçoli Fogaça de Maria	Música	Centro Cultural Neue Heimat
360	Vinicius Henrique B. F. De Maria	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
361	Sophia Rijo Gonçalves	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
362	Marcus Taylor da Silva Laraz	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
364	Clarice Vieira Graciano	Música	Centro Cultural Neue Heimat
365	Rogério Graciano	Música	Centro Cultural Neue Heimat
366	João Victor Kloss	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
367	Júlia Kiatkowski de Souza	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
368	Isabela de Andrade Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
369	Isis Caroline A. Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
370	Emily Hefter de Souza	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
371	Isadora Andrade Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
372	Sandra Helena Brandenburg	Música	Centro Cultural Neue Heimat
373	Maynara S. Brandenburg	Música	Centro Cultural Neue Heimat
374	Nathália Bonatti Benner	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
375	Vinícius Bonatti Benner	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
376	Fernanda Campestrini	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
377	Edson de Paula Pimentel	Música	Centro Cultural Neue Heimat
378	Arthur L. Silva Lopes	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
379	Leandro Onésio Saes	Música	Centro Cultural Neue Heimat
380	Poliana Telles da Silva	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
381	Djenifer Amorilla	Música	Centro Cultural Neue Heimat
382	Raquel Cristina Pereira	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
383	Ana Beatriz Pereira	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
384	Julia Marcarini Gularte	Música	Centro Cultural Neue Heimat
385	Laíse Fernanda Holovaty	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
386	Isabeli Sophie Holovaty	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
387	Gabriela Borchardt Ferreira	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
388	Manuela Borchardt Ferreira	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
389	Luís Fernando Dell'A. Micheluzzi	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
390	Beatriz C. Ludewig	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
391	Fernanda C. S. Alessia	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
392	Meline Beatriz Germer	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
393	Sabrina Vieira M-Iler	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
394	Gabrielle W. Reinert	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
395	Vitória D. Matias dos Santos	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR

396	Bruna Luiza Wolff	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
397	Rodrigo Gustavo Scheller	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
398	Gabriela Eduarda Scheller	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
399	Cristine Marcos Franzner	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
400	Catherine Marcos Franzner	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
402	Kaynan de Lima	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
403	Geovana Laura Tribess	Música	Centro Cultural Neue Heimat
404	Djenifer Gabriela de Melo	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
405	Maria Eduarda Menel Wiese	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
406	Amanda Luiza Dieckmann	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
407	Heloisa Fleitux Damaceno	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
408	Amanda Martins Vieira	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
409	Emily Depa Lúcio	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
410	Caroline Dal Santo	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
411	Celso Itamar Feldhaus	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
412	Isabelle Branco Ozório	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
413	Nathaly Emanuela Bueno da Silva	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
414	Rafaela Fietz Demarcki	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
415	Sarah Maria dos Santos	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
416	William Leonardo Werner	Música	Centro Cultural Neue Heimat
417	Bruna dos Santos Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
418	Paulo Francisco R. Claudio	Música	Centro Cultural Neue Heimat
419	Isabel Eicke	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
420	Larissa Eicke	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
421	Arthur Schneider Perna	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
422	Daniel Schneider Perna	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
423	Maria Helena Beatriz S. Forte	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
424	Melissa Eichstaedt	Dança	Centro Cultural Neue Heimat
425	Gustavo Thierry Maia da Silva	Música	Centro Cultural Neue Heimat
426	Maria Julia Langaro Wille	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
427	Lara Kienen Padilha	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
428	Tamara Ceresa de Oliveira	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
429	Henrique Lincoln Ferraz	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
430	Victor Hugo Mendes Gonçalves	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
431	Pietro Mendes Gonçalves	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
432	Yasmin Wilbert de Souza	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR
433	Ricky Schneider	Música	Centro Cultural Neue Heimat
434	Sophia Helena Honório	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
435	Ana Laura Friedrich	Artes Visuais	Sociedade Cultura Artística – SCAR
436	Emily Mendes Gonçalves	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
437	Ana Beatriz Borges Senise	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR
438	Luana Caroline Cristino	Dança	Sociedade Cultura Artística – SCAR

441	Murilo Henrique Borges Senise	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
442	Danilo Augusto Borges Senise	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
443	Heloísa Nogueira Costa	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
444	Tatiele Furlin	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
445	Genésio Ferreira do Nascimento Neto	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
446	Fabio Junior Borges Costa	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
447	Felipe Bonifácio Tonete da Silva	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
448	Karina Tonete da Silva	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
449	Jenifer Mayara Fietz Demarchi	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
450	Vanessa Diel	Teatro	Sociedade Cultura Artística – SCAR
452	Ricardo Gerhardt M-Iler	Música	Sociedade Cultura Artística – SCAR

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA BOLSA CULTURAL: As bolsas serão concedidas mensalmente, até 12 meses, a contar da data da assinatura do Termo Aditivo. A vigência da Bolsa Cultural – Incentivando Talentos será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA ASSINATURA: julho e agosto de 2020.

DO FORO: Jaraguá do Sul – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e alunos bolsistas listados acima.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 204/2020 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 387/2019

Publicação Nº 2608554

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 204/2020

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 387/2019

Processo: Pregão nº 142/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: QGS Química do Brasil Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS; Acréscimo: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo quantitativo de 4.950 (quatro mil, novecentos e cinquenta) quilos ao item 19 (Polímero Catiônico Granular) do contrato nº 387/2019, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do item, totalizando o valor de R\$ 63.607,50 (sessenta e três mil, seiscentos e sete reais e cinquenta centavos). O presente termo aditivo também objetiva o acréscimo quantitativo de 1.485 (hum mil, quatrocentos e oitenta e cinco) quilos ao item 21 (Polímero Granular Não-Iônico) do contrato nº 387/2019, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do item, totalizando o valor de R\$ 20.938,50 (vinte mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Em consequência dos acréscimos, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 422.730,00 (quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e trinta reais); Fundamento Legal: O acréscimo é firmado com base na justificativa do Gestor do contrato, constante do Memorando 946/2020/Samae/DT-CTE, e encontra amparo legal no art. 65, inciso I, alínea "b", c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 8.3 da Cláusula Oitava do contrato original; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recursos
25.003.17.512.1400.4406.3.3.90	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais	3.3.90 - Aplicações Diretas	57	Próprios

Data da assinatura: 24/07/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Inácio Pedro Hamester.

Ana Carolina B. S. Figur

Diretora Presidente

Samae de Jaraguá do Sul

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 04/2020 CONTRATO Nº 286/2019

Publicação Nº 2608880

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 04/2020

Contrato nº 286/2019

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, a paralisação dos serviços referentes à prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária nas Ruas Emma Schade Marquardt, Henrique Reichow, Arthur C.G. Erdmann e Manoel Vieira, no bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 1.216,21 m (um mil duzentos e dezesseis virgula vinte e um metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Concorrência



nº 44/2019, e formalizada pelo Contrato nº 286/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, devido à pandemia do Covid-19, que conforme Ofício de 11 de maio de 2020 (em anexo), encaminhado pela empresa contratada, onde justifica que após a liberação do isolamento social para algumas atividades, manteve-se a necessidade de permanecerem isolados os indivíduos de grupo de risco, atingindo assim os funcionários da empresa, ocasionando uma redução de mão de obra no quadro de efetivo, ocasionando um comprometimento no cronograma da obra.

Jaraguá do Sul, 11 de maio de 2020.

MARCUS ALESSI
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 11 de maio de 2020.

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras
e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 006/2020/SEMOP

Publicação Nº 2608856

PORTARIANº 006/2020/Semop

OTONIEL DA SILVA, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Semop, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, e MARIANA CONCEIÇÃO VASCONCELOS, matrícula 8958-3, Sindicância Administrativa Nº 001/2020, Portaria inicial Nº 001/2020/Semop, datada de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 089/2020/SCPSA, datado de 10 de agosto de 2020, e subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância, por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 001/2020/Semop, de 06 de fevereiro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2020.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 186/2020/SEMSA

Publicação Nº 2608859

PORTARIANº 186/2020/Semsa

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, e SINARA ADRIANA LEMOS, matrícula 7897-2, a Sindicância Administrativa nº 005/2020, Portaria inicial nº 133/2020/Semsa, datada de 22 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 073/2020/SCPSA, datado de 15 de julho de 2020, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 60 (sessenta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 24/06/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria nº 133/2020/Semsa, de 22/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/06/2020.

Jaraguá do Sul, 21 de julho de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA SAMAESJU Nº 514/2020

Publicação Nº 2608865

PORTARIA SAMAESJU Nº 514/2020

Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 23 de julho e 2 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor EURIPES DE SOUZA PORTO, matrícula 753, ocupante do Cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 23 de julho a 08 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 515/2020

Publicação Nº 2608867

PORTARIA SAMAESJSU Nº 515/2020
Concede licença a servidor

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença para atividade política, protocolado no dia 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO os termos constantes no Artigo 137 da Lei Complementar Municipal 154/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal ALESSANDRO ROSÁ, matrícula 552, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE, no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020 para concorrer a cargo Eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 516/2020

Publicação Nº 2608868

PORTARIA SAMAESJSU Nº 516/2020
Concede licença a servidor

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença para atividade política, protocolado no dia 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO os termos constantes no Artigo 137 da Lei Complementar Municipal 154/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal ELEANDRO SANTANA, matrícula 551, ocupante do cargo efetivo de Agente de Operações Hidráulicas, no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020 para concorrer a cargo Eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 517/2020

Publicação Nº 2608870

PORTARIA SAMAESJSU Nº 517/2020
Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores, solicito Portaria de férias conforme

abaixo relacionado:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Antônio Oriel da Rocha Junior – Diretoria Administrativa	548	19/12/2018 a 18/12/2019	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X
Derli Silva Santos – Diretoria de Obras	353	24/02/2019 a 23/02/2020	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X
Iverson Vicenzi – Diretoria de Obras	579	01/04/2018 a 31/03/2019	24/08/2020 a 12/09/2020	20	X
Juliano Correia Silva Santos – Diretoria Técnica	750	19/08/2019 a 18/08/2020	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X
Mariane Sueli Correa Schalinski – Diretoria Administrativa	320	18/01/2018 a 17/01/2019	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X
Sergio Pacheco – Diretoria Técnica	543	15/10/2018 a 14/10/2019	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 518/2020

Publicação Nº 2608871

PORTARIA SAMAE JSU Nº 518/2020

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras para desempenhar a função de GESTOR, e, JURANDIR DE LUCA, matrícula 356, ocupante do Cargo de Coordenador de Redes e Ramais de Água, para desempenhar a função de FISCAL, para os materiais a serem utilizados para as redes de ÁGUA, dos Contratos abaixo relacionados.

Art. 2º Designar os servidores EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras para desempenhar a função de GESTOR, e, DERLI GONÇALVES RIBEIRO, matrícula 386, ocupante do Cargo de Coordenador de Redes e Ramais de Esgoto, para desempenhar a função de FISCAL, para os materiais a serem utilizados para as redes de ESGOTO, dos Contratos abaixo relacionados.

CONTRATO	CONTRATADA
Contrato nº 213/2020 de 5 de agosto de 2020, tem como origem o Pregão nº 073/2020, objetivando o fornecimento de macadame.	Suiça Transportes Ltda

Contrato nº 214/2020 de 5 de agosto de 2020, tem como origem o Pregão nº 074/2020, objetivando o Serviço de escavação mecânica com mini escavadeira hidráulica,

Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR
Diretora Presidente

TERMO ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO Nº 215/2020

Publicação Nº 2609312

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 215/2020

1º ADITIVO PARA RE-RATIFICAÇÃO

AO CONTRATO Nº 119/2020

Processo: Pregão 036/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Master Dedetizadora Eireli.; Objeto: O objeto do presente termo é a retificação da data de assinatura do contrato nº 119/2020 e ratificação de todas as cláusulas e condições do referido contrato, nos termos da justificativa constante no Memorando nº 896/2020 da Coordenadoria de Compras e Licitações, integrante do presente instrumento. Retificação: Fica retificada a data de assinatura do Contrato nº 119/2020, passando a constar a seguinte redação: "Jaraguá do Sul, 06 de maio de 2020." Ratificação: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as cláusulas e condições do Contrato nº 119/2020. Data da assinatura: 10/08/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. Silveira Figur e Edson Marcos dos Santos.

Ana Carolina B. Silveira Figur
Diretora Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 68-2020 SAÚDE

Publicação N° 2609366

AVISO DE LICITAÇÃO	Pregão - 27/2020
	Processo Administrativo: 68/2020
<p>AVISO DE LICITAÇÃO</p> <p>A comissão de Licitação da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDINÓPOLIS, nomeada pelo(a) Decreto – 5.499/2019, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 1 de setembro de 2020, às 14:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 27/2020, na modalidade de Pregão. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.</p> <p>Finalidade:</p> <p>Contratação de empresa para fornecimento de uma Câmara para conservação de vacinas, medicamentos, oncológicos termolábil, assim especificado, c/ gabinete externo e interno c/ 05 prateleira com chapa de aço, na cor branca, c/ iluminação interna em led, isolamento térmico, homogeneização e temperatura, porta de vidro triplo, refrigeração através de compressor hermético, painel de comando c/ chave geral, alarmes de temperatura abaixo de 2°C na alta 8°C, faixa de trabalho entre 2 e 8°C ponto fixo em 4°C, Registrador de temperatura, software de gerenciamento, sistema de segurança, discador, sistema de emergência para falta de energia elétrica 30 horas através de conversor 12 volts, phaselog, capacidade interna mínimo 420 lts, funcionamento bivolt, com REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA, com garantia de 12 meses.</p> <p>Jardinópolis - SC, 17 de agosto de 2020</p>	

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PP 13/2020/PMJ

Publicação Nº 2609279

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços hidrossanitários, elétricos, lógica e telefonia, de construção civil, vidraçaria, esquadrias e estruturas metálicas, instalação e manutenção de divisórias, incluindo o fornecimento de materiais, visando ao atendimento das demandas dos órgãos participantes. Forma de Julgamento: Maior Índice de Desconto por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 01/10/2020. Processamento do Pregão: às 14h do dia 01/10/2020, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 17 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
MICHEL CARLESSO ÁVILA - Secretário

HOMOLOG PL 46/2020/PMJ

Publicação Nº 2607855

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2020/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Sr. MARCELO MANTOVANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 46/2020/PMJ.

- Modalidade: PE 20/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio (CBUQ), embalada em saco de 25 (vinte e cinco) quilos, destinada a reparos da pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba.

-Empresa Vencedora:

SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI

VALOR GLOBAL: R\$ 115.430,00

FISCAL: MARCOS AURÉLIO DALLAPRIA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
MARCELO MANTOVANI - Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0040/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2604904

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0048/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2020
PROTOCOLO JHL 1325/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0040/2020 – Licitação 0048/2020, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA TIPO ANFÍBIA PARA ÁGUA TRATADA PARA SUBSTITUIÇÃO NA EAT-012 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 50min do dia 01/09/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 01/09/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 18/08/2020 a 01/09/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 14 de agosto de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2607865

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2020
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0012/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2020
PROTOCOLO Nº 0619/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual prestação de serviços horas máquinas para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e esgoto do Simae.

EMPRESA: AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA – EPP

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Escavação com concha: Serviço de escavadeira hidráulica, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Concha com capacidade para 0,83m³ - Capacidade operacional da máquina 14 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos; - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, canais/rios para escavação em solo com presença de matações, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	200	R\$ 242,00	R\$ 48.400,00
3	Serviço de escavadeira hidráulica acoplado com rompedor hidráulico, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - peso da escavadeira de no mínimo 19 ton Rompedor hidráulico - Com peso operacional do rompedor de no mínimo 1700 kg. - Energia de impacto de no mínimo 3.800 Joules. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Serviço de desmonte e remoção de rocha conforme necessidade nos serviços executados pelo simae, para romper rochas presentes em valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	200	R\$ 476,00	R\$ 95.200,00
4	Serviço de Retro Escavadeira, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Concha com capacidade para 0,80m³ - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Tração 4 x 4 - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. Para escavação em solo, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	600	R\$ 165,00	R\$ 99.000,00

6	Serviço de rolo compactador, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - peso operacional mínimo de 8 toneladas. - Rolo compactador gabinado - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes	HR	50	R\$ 278,00	R\$ 13.900,00
7	Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Caminhão toco. - Capacidade de carga mínima de 5 tonelada. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transportar asfalto da usina aonde o simae tem contrato até os três municípios aonde o Simae atende	HR	150	R\$ 118,00	R\$ 17.700,00

VIGÊNCIA: 04/05/2020 a 03/05/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 05 de agosto de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2020 - SIMAE

Publicação N° 2607866

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0009/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0012/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0016/2020

PROTOCOLO N° 0619/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual prestação de serviços horas máquinas para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e esgoto do Simae.

EMPRESA: TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Escavação com concha: - prestar serviços de abertura de valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação, etc, conforme demanda do simae: Descrição mínima do equipamento: - Ano de fabricação não inferior a oito anos; - Capacidade operacional da máquina 07 toneladas - Concha com capacidade para 0,40m³ Capacidade operacional da máquina 7 toneladas - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador. - para prestar serviços conforme demanda do simae, valas, terraplanagens, desassoreamento de pontos de captação canais/rios para escavação em solo com presença de matações, impossível de ser removidos com escavadeira normal, nas valas onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes.	HR	300	R\$ 159,00	R\$ 47.700,00
8	Serviço de caminhão basculante caçamba, cujo equipamento deverá ter as seguintes características mínimas: - Caminhão trucado. - Capacidade de carga mínima de 12 tonelada. - Ano de fabricação não superior a oito anos, - Incluindo manutenção do equipamento, combustível e operador Equipamento será utilizado na melhoria de estradas, onde o Simae efetuará implantação e melhoria de redes. Se necessário transporte de asfalto ou terra para aterro e destinação final.	HR	250	R\$ 110,00	R\$ 27.500,00

VIGÊNCIA: 04/05/2020 a 03/05/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam

mantidos os preços registrado na presente Ata.
Joaçaba/SC, 05 de agosto de 2020.
Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0010/2020 - SIMAE

Publicação N° 2607869

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0010/2020
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0017/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2020
PROTOCOLO N° 0788/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de serviços de mecânica geral, especializada, eletricidade, funilaria e pintura para as motocicletas do Simae, incluindo o fornecimento de peças; desmontagem e montagem de pneu e conserto de rodas e pneus para motos.

EMPRESA: PÁTRIA MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA, ELETRICIDADE, FUNILARIA E PINTURA PARA MOTOCICLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS.	HR	150	R\$ 30,00	R\$ 4.500,00
2	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU DE MOTO	SV	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
3	CONCERTO DE RODA PARA MOTOS	SV	100	R\$ 72,50	R\$ 7.250,00
4	CONCERTO DE PNEU DE MOTO	SV	100	R\$ 27,50	R\$ 2.750,00

VIGÊNCIA: 06/05/2020 a 05/05/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 06 de agosto de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

José Boiteux**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 19/2020 TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA 3ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA**

Publicação N° 2608109

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
EXTRATO DE CONTRATO N.º 19/2020

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA 3ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, bem como a conversão de dados existentes, conforme especificações dos Anexos, que integram o presente Edital.

CONTRATADO: WEIDMANN CONSTRUTORA EIRELI ME R\$ 103.761,96 (CENTO E TRÊS MIL SETECENTOS E SESENTA E UM REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX/SC.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 103.761,96 (CENTO E TRÊS MIL SETECENTOS E SESENTA E UM REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2020

VALIDADE: 31/12/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: 10/2020.

TOMADA DE PREÇOS: 01/2020.

EXTRATO DE CONTRATO 20/2020 TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA 4ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA

Publicação N° 2608122

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
EXTRATO DE CONTRATO N.º 20/2020

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA 4ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, bem como a conversão de dados existentes, conforme especificações dos Anexos, que integram o presente Edital.

CONTRATADO: WEIDMANN CONSTRUTORA EIRELI ME R\$ 66.425,98 (SESENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX/SC.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 66.425,98 (SESENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2020

VALIDADE: 31/12/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: 11/2020.

TOMADA DE PREÇOS: 02/2020.

Jupia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2020

Publicação N° 2607806

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO n° 18/2020
PREGÃO PRESENCIAL n° 11/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a Contratação de Empresa, quando no fornecimento de material granular homogêneo, composto com: pedrisco; pedra brita n° 01; e pó de pedra, sendo que as propostas serão abertas no dia 02 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico gabinete@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES - Pregão.

Jupia SC, em 17 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO 20/2020

Publicação Nº 2608040

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSTRUÇÃO DE PONTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 020/2020

Processo Administrativo nº 25/2020

Tomada de Preço nº 10/2020

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DECA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.581.992/0001-01, com sede à rua Pascoal Cortellini, 181-D Bairro Quedas do palmital, na cidade de Chapecó-SC, representada neste ato pelo seu sócio administrador Sr. Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Lacerdópolis, de empresa especializada para prestação de serviços e o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a realização de obra de construção e reforma de trechos da galeria de drenagem pluvial subterrânea e pavimentação em concreto na via que dá acesso à "Casa da Cidadania" e ao Posto Municipal de Saúde (UBS central) pelos fundos, localizada no Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, conforme documentos que fazem parte integrante do edital.

1.2 – VALOR: R\$ 467.477,46 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de transportes e Obras e pelo Fiscal de Obras do Município.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis pagará à CONTRATADA a importância total de : R\$ 467.477,46 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos). sendo R\$ 97.235,31 (noventa e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos) pela mão de obra e R\$ 370.242,15 (trezentos e setenta mil, duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos) pelo material.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

4.4 - Uma parcela correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da obra referente aos pagamentos somente será liberada quando a empresa contratada apresentar ao Município de Lacerdópolis a Certidão Negativa desta Obra emitida pela Previdência Social.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

7.2. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- a) Certidão Federal;
- b) Certidão Estadual;
- c) Certidão Municipal;

- d) Certificado de Regularidade do FGTS
- e) Certidão Trabalhista
- f) Laudo de Medição da Etapa;
- g) ART de Fiscalização;
- h) ART de Execução;
- i) Guia quitada do INSS;
- j) Guia quitada do FGTS;
- k) Guia SEFIP;
- l) CEI dos Funcionários;
- m) Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- n) Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- o) Livro de registro "Diário de Obra" (cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do Município de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente, a mesma deverá conter os dados bancários para recebimento dos recursos.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E URBANISMO
UNIDADE 02 - SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS
Proj/At. 15.451.1006.1.046 – CONSTR. E REFOR. DA GALERIA PLUVIAL LAJEADO NAIR
Compl. Elem.: 4490.00.00.0000 – Aplicações diretas
Recursos: 0000 - Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O contrato terá sua vigência e eficácia iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, conforme art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93.

9.2 – O prazo de vigência do contrato é 03 (três) meses.

9.3 - O prazo de execução é até 02 (dois) meses, podendo incidir multa para o caso de atraso por parte do contratado, conforme tópico 13 do edital.

9.4 - A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução.

9.5 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades

previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da multa, conforme segue:

11.1 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.2 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.3 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.4 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.5 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.6 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 - Compete a contratante:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;
- c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,
- d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU.

3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 - A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e outros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua

condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 - A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 - A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 - A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto

do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseq-entes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;

b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);

c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);

e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme tópico 1.7 da NR 1;

f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no tópico 18.28 da NR 18;

g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e

h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 04 e NR 05), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- a) Número de funcionários na obra;
- b) Número de acidentes pessoais e materiais;
- c) Número de homens/horas trabalhadas;
- d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;
- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados; e
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 14 de agosto de 2020.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CONSTRUTORA DECA LTDA Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso Sócio Administrador CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO ARP 6/2020 - SAFRA - SEMASA

Publicação Nº 2608475

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020
PROCESSO Nº 4/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de óleo Diesel S-10, com fornecimento e instalação de 02 (dois) tanques aéreos em regime de comodato, para instalação da ETA e na ERAB 3.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de óleo Diesel S-10, com fornecimento e instalação de 02 (dois) tanques aéreos em regime de comodato, para instalação da ETA e na ERAB 3.

SAFRA DIESEL LTDA – CNPJ 76.578.202/0001-87 – Rodovia SC 480, 941E, Bairro Quedas do Palmital, Chapecó-SC, CEP 89.801-970. Telefone: (49)2049.6000.

Em atenção ao pedido de reequilíbrio econômico financeiro interposto pela empresa REGISTRADA, acima já qualificada; com anuência e ratificação da SEMASA, ofício nº 124/2020/SEMASA; submetido a análise técnica no setor de contábil, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 112/2020; e com parecer jurídico referencial nº 02/2018, ADITA-SE, da seguinte forma:

- Item 01 Óleo Diesel S10 passando de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) para R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos).
- Retroagindo a data do requerimento administrativo, qual seja, 24/06/2020.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 14 de julho de 2020
Jurandi Domingos Agostini
Secretário SEMASA

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 01/2020 - SERVIÇOS DUARTE - FMASH

Publicação Nº 2608510

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2020 – FMASH
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERVIÇOS DUARTE & FERREIRA LTDA – CNPJ nº 23.599.784/0001-11 – Rua Marechal Candido Rondon, nº 124, Conta Dinheiro, CEP 88520-190, Lages/SC. Contato: (49) 99919-1145, E-mail luizduarte.dasilva@gmail.com
resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 01/2020, em decorrência do Processo Licitatório nº 22/2019, correlato à Tomada de Preços nº 02/2019, aberta em 20/01/2020 e homologada em 18/02/2020, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Execução, com fornecimento de material, de Reforma Geral dos CRÁS I, III, IV e VI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];
2.2 Da Execução: fica prorrogado em mais em até 45 (quarenta e cinco) dias;
[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado em mais 03 (três) meses até 27/10/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Consoante ao ofício nº 306/2020 – SMASH, qual solicita prorrogação dos prazos de vigência contratual, e também, aditivo de acréscimo de quantitativos ao contrato 01/2020 - SMASH; expediente este, submetido à apreciação pelo órgão contábil, afim de averiguar o percentual a ser aditado, bem como a disponibilidade de dotação orçamentária, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 119/2020; com análise jurídica nos termos do parecer nº 0588/2020, favorável ao pedido, ADITA-SE, da seguinte forma:

- Acréscimo de R\$ 15.970,22 (quinze mil novecentos e setenta reais e vinte e dois centavos), planilhas com os respectivos itens juntadas ao processo, que passam a fazer parte integrante do respectivo contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas
Lages, 16 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 112/2019 - CONST. BRANGER - SPO

Publicação Nº 2608483

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 112/2019 – PML
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2019
PROCESSO 94/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRANGER LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.146.893/0001-52, situada à Rua Jorge Neves Vieira, Nº 125, Bairro São Luiz, CEP 88512-310, Lages/SC. Telefone: (49) 3222-6553. E-mail: construtorabranger@construtotrabranger.com

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 112/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 94/2019, correlato à Concorrência Pública nº 04/2019, conforme parecer jurídico nº 551/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 23/09/2019 e homologada em 05/11/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação, Urbanísticos e Obras Complementares e Sinalização para a Av. 1º de Maio e Rua Marcílio Dias, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.4 Do Contrato: - Lote 03: fica prorrogado por mais 3 (três) meses, a contar da data de sua assinatura, até 07/10/2020 podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 123/2019 - BALMAR - SMEL

Publicação Nº 2608396

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 123/2019 – PML
TOMADA DE PREÇO 07/2019
PROCESSO 119/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137/99983-0685.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 123/2019, de Tomada de Preços, decorrente do Processo Administrativo nº 119/2019, correlato à Tomada de Preços nº 07/2019, nos termos do parecer jurídico 518/2020, homologada em 09/12/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para execução, com fornecimento de material, de piso em grama sintética e fechamento com tela metálica na EMEB Santa Helena.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 De Execução: Lote 02 – fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias;

[...];

2.4 Do Contrato: Lote 02 – fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, até 04/12/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 01 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 23/2020 - SALVO - FMASH

Publicação Nº 2608418

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 23/2020 – PML/FMASH

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE HABITAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SALVO SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob n.º 27.355.847/0001-45, sediada na Rua Heitor Villa Lobos, 525 – 2º andar sala 208 – São Francisco – Lages/SC CEP. 88.506-400.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 23/2020, em decorrência do Processo Licitatório nº 16/2020, correlato ao Pregão Presencial nº 10/2020, aberto em 12/03/2020 e homologado em 12/03/2020, com base no parecer jurídico nº 541/2020, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Serviços de Locação Mensal, Manutenção, Atualizações Legais e Corretivas, Suporte Técnico e Backup de Sistema de Gestão de Atendimentos e Gerenciamento Eletrônico de Documentos da Secretaria de Habitação.

Considerando o pedido da Secretaria consultante, ofício nº 094/H/2020, revisão de valores do item 03 do respectivo contrato; com anuência da empresa CONTRATADA, documento datado de 15/06/2020; procedimento submetido análise técnica no setor de contabilidade, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF.113/2020; e com parecer jurídico nº 541/2020, favorável, ADITA-SE, da seguinte forma:

Item 03 passando de R\$ 9.977,77 (nove mil novecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), para R\$ 6.425,42, (seis mil quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos)

Sua aplicação será da data de sua protocolização, 16/06/2020.

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 07/2018 - LABB - SEMASA

Publicação Nº 2608508

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 07/2018 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.322.141/0001-22, situada à Rua Pará, nº 50, bairro Itoupava Seca, CEP 89030-300, Blumenau/SC.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 07/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2018, correlato à Tomada de Preços nº 01/2018, conforme parecer jurídico nº 587/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 26/06/2018 e homologada em 19/07/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Coleta e Análise em Captação Superficial, Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), no Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 [...];

2.2 Da Execução: fica prorrogada por mais 12 (doze) meses;

2.3 [...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 19/07/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 16 de julho 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 111/2019 - CONST. BRANGER - SPO

Publicação Nº 2608472

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 111/2019 – PML
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2019
PROCESSO 94/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRANGER LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.146.893/0001-52, situada à Rua Jorge Neves Vieira, Nº 125, Bairro São Luiz, CEP 88512-310, Lages/SC. Telefone: (49) 3222-6553. E-mail: construtorabranger@construtotrabranger.com
resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 111/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 94/2019, correlato à Concorrência Pública nº 04/2019, conforme parecer jurídico nº 550/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 23/09/2019 e homologada em 05/11/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação, Urbanísticos e Obras Complementares e Sinalização para a Rua: Vera Cruz, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: - Lote 02: fica prorrogada por mais 01 (um) mês;

[...]

2.4 Do Contrato: - Lote 02: fica prorrogada por mais 04 (quatro) meses, até 07/11/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO CONTRATO 02/2017 - MARLI ARAULDI - LAGESPREVI

Publicação Nº 2608477

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 3º ADT. AO CONTRATO N.º 02/2017 LAGESPREVI

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES - LAGESPREVI, inscrito no CNPJ sob n.º 78.499.936/0001-4, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 Centro Lages/SC CEP 88.502-185.

LOCADOR: MARLI ARAULDI SOMMARIVA, portadora do CPF: 844.803.439-20 residente a rua João de Castro, nº 450, apt. 101 Centro Lages/SC CEP 88.501-160.

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 02/2017, conforme parecer jurídico nº 0633/2019, decorrente do Pregão Presencial nº 01/2017, correlato ao processo administrativo nº 03/2017, aberto em 01/08/2017 e homologado em 02/08/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à instalação da Sede Administrativa do Instituto de Previdência do Município de Lages – LAGESPREVI. O imóvel está situado à Rua Coronel Serafim de Moura, nº 46, bairro Centro, em Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 02/08/2021.

2.3 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 02/08/2021, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 14 de julho de 2019

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 213/2018 - TERRA ENGENHARIA - PML

Publicação Nº 2608522

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 213/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.082.450/0001-94, situada à Rua Santa Cruz, nº 155, sala 01 e 02, bairro Centro, CEP 88501-030, Lages/SC. Contato: (49) 3226-2327.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 213/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 143/2018, correlato à Concorrência Pública nº 07/2018, conforme parecer jurídico nº 0619/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 10/09/2018 e homologada em 09/10/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Modernização, Reforma e Revitalização do Centro de Lages/SC, compreendendo as Ruas Nereu Ramos, Coronel Córdova e Correia Pinto, juntamente com o Calçadão Túlio Fiúza de Carvalho, Praça João

Costa e Praça João Ribeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 9 (nove) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 27/07/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 21 de julho de 2020.

AntonioCeron

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 143/2017 - SOC. ISLAMICA - SMEL

Publicação Nº 2608432

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 143/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNIPAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: SOCIEDADE BENEFICENTE ISLÂMICA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob nº 83.509.901/0001-30, estabelecida na Av. Castelo Branco, nº 415, Bairro Universitário, em Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 143/2017, conforme parecer jurídico nº 578/2020, decorrente do Processo Licitatório nº 123/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 51/2017, aberto em 18/07/2017 e homologado em 19/07/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à Instalação do CEIM Vila da Criança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 19/07/2021.

2.3 Do Contrato, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 19/07/2021, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais Cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 13 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 155/2018 - AS CONSTRUTORA - SPO

Publicação Nº 2608401

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 155/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.434.177/0001-04, situada à Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 155/2018, conforme parecer jurídico nº 1303/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 113/2018, correlato à Tomada de Preços nº 13/2018, conforme parecer jurídico nº 552/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 21/06/2018 e homologada em 21/06/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica com Passeios em Paver, Sinalização Viária Vertical e Horizontal das Ruas Sebastião Coelho e Aristóteles, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: [...];

2.2 Da Execução: - Item 01: fica prorrogado por mais 1 (um) meses;

2.4 Do Contrato: - Item 01: fica prorrogado por mais 4 (quatro) meses, até 07/11/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 07 de julho de 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º ADITIVO CONTRATO 219/2017 - INFRACEA - TURISMO

Publicação Nº 2608403

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 219/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 17.469.843/0001-34, sediada em Quadra EQS 114/115, Conjunto Bloco A, Bloco 1, sala 9, Edifício Casablanca, Asa Sul, Brasília-DF. CEP 70.377-400 – Telefone (61) 3081-8484 e (61) 99990-8484 – E-mail infracea@infracea.com.br.

resolvem celebrar este 5º termo aditivo ao Contrato, conforme parecer jurídico nº 529/2020, decorrente Processo Licitatório nº 119/2017, correlato a Concorrência Pública nº 03/2017, do tipo Menor Preço Mensal, aberto em 05/09/2017 e homologado em 15/09/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada de Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo, para a Prestação de Serviços de Administração, Operação, Manutenção e Exploração Comercial do Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, no Município de Lages, SC, conjugada com a operação e manutenção da estação prestadora de serviços de telecomunicações e de tráfego aéreo – EPTA, Categoria “A”;

1.2 - Nome: Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo;

- Código: ICAO SBLJ;

- Altitude: 3065 pés;

- Cabeceiras: 35/17

- Pista: 1530 m

- Pavimento: Asfalto;

- Coordenadas: Latitude: 27º46'54 s, Longitude: 50º16'52 w

Conforme solicitação de REVISÃO de valores ao contrato, interposto pela secretaria consultante, ofício nº 046/2020; com anuência da empresa CONTRATADA, documento datado de 15/06/2020; submetido a análise técnica no setor contabilidade, ofício, PARECER CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 111/2020; ADITA-SE da seguinte forma:

- Passando de R\$ de 93.949,52 (noventa e três mil novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), mês, para R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), mês;
- Aplicação deste termo a partir da data da protocolização do pedido, 18/06/2020.

As demais cláusulas e condições permanecem inalterados

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 6º ADITIVO CONTRATO 151/2017 - Mº GRAÇA LEAL - PML

Publicação Nº 2608524

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2017

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MARIA DA GRAÇA LEAL VIEIRA, inscrito no CPF nº 347.849.009-00, residente a Rua Dilnei Vieira Velho, nº 777 Chalé Azul/Branco – Bairro Chapada – Lages-SC CEP 88.500-000.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Educação a Sr. Ivana Elena Michaltchuck, doravante denominado LOCATÁRIO, de outro lado os Sr.(A). MARIA DA GRAÇA LEAL VIEIRA, inscrita no CPF nº 347.849.009-00, que assina ao final, de ora em diante denominado LOCADOR, resolvem celebrar este 6º Termo aditivo ao Contrato 151/2017, em conformidade com parecer jurídico nº 0618/2020, decorrente da Dispensa de Licitação nº 55/2017, correlato ao processo administrativo nº 173/2017, datada de homologação 03/07/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aluguel do imóvel situado à rua Baependi, 300, bairro centro, onde está instalado o CEIM CHAPEUZINHO VERMELHO com área territorial de 549.82,6m² e área construída de 285,47 m², contando com 05 salas de aula individuais, 01 cozinha, 04 banheiros, 01 área de serviço, 01 sala de direção, 01 sala para professores, 01 secretaria, área coberta de 40 m².

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 21/07/2021;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 21/07/2021, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições, ora contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de julho de 2020.

Ivana Elena Michaltchuck
Secretária Municipal de Educação LOCADOR

Maria da Graça Leal Vieira.
CPF nº 347.849.009-00

Gestor/Contrato

EXTRATO ARP 10/2020 - PR COM. MAT. - FMASH

Publicação Nº 2608375

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
PROCESSO Nº 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 365,75 (trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, nº 30, bairro Centro, CEP 88502-180, Lages/SC.

Lages, 07 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 11/2020 - R.S VAREJO - FMASH

Publicação Nº 2608379

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
PROCESSO Nº 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.928,84 (sete mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos), sendo:

R. S. VAREJO EIRELI – CNPJ nº 31.322.368/0001-08 – Rua Manoel Lino de Jesus, nº 687, bairro São Luiz, CEP 88512-330, Lages/SC.

Lages, 07 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12/2020 - VICENTE DEP. - FMASH

Publicação Nº 2608384

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
PROCESSO Nº 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.625,28 (nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos), sendo:
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI – ME – CNPJ nº 27.286.283/0001-36 – Rua Águas Frias, nº 280, bairro Águas Frias, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 07 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 31/2020 - DEDETIZADORA PLANALTO - SMS

Publicação Nº 2608434

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020
PROCESSO Nº 22/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Dedetização, Desratização, Limpeza de Reservatórios de Água e Limpeza de Fossas Sépticas, Caixas de Passagens dos Complexos e outros das Unidades e Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início, contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) por ela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 14/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 33/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 91.020,00 (noventa e um mil, vinte reais), sendo:
DEDETIZADORA PLANALTO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 15.583.923/0001-90 – Av. Luiz de Camões, nº 408, bairro Coral, CEP 88523-000, Lages/SC.

Lages, 14 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 32/2020 - R2 LOCAÇÕES - SMS

Publicação Nº 2608438

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020
PROCESSO Nº 22/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços destinado à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Dedetização, Desratização, Limpeza de Reservatórios de Água e Limpeza de Fossas Sépticas, Caixas de Passagens dos Complexos e outros das Unidades e Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início, contar-se-á da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Local: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) por ela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 14/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 33/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 55.275,00 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais), sendo:

R2 LOCAÇÕES DE CAMINHÕES LTDA – CNPJ nº 19.535.979/0001-20 – Av. Marechal Castelo Branco, nº 170, sala 03, Midilages, bairro Universitário, CEP 88.509-300, Lages/SC.

Lages, 14 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 33/2020 - BANXAP - SMS

Publicação Nº 2608514

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2020
PROCESSO Nº 28/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para a Locação e Fornecimento de Banheiros Químicos para utilização no Hospital de Triagem da COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): montagem em até 05 (cinco) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), na Praça Leoberto Leal - nº 20 – Bairro: Centro – CEP: 88501-310 - Lages SC, com desmontagem em até 05(cinco) dias conforme orientações repassadas pela solicitante;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 17/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 54/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 156.600,00 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos reais), sendo:

BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS EIRELI – CNPJ nº 07.341.479/0001-79 – Av. Porto Alegre, nº 427 D, bairro Centro, CEP 89802-131, Chapecó/SC.

Lages, 17 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 7/2020 - BAGATOLI - FMASH

Publicação N° 2608366

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 7/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 45/2020
PROCESSO N° 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.979,95 (um mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos), sendo:

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP – CNPJ nº 09.053.748/0001-27 – Rua Marcos Hosang, n 18, sala 01, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 77/2020 - FACCINA DALTORA - FMASH

Publicação N° 2608337

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2020
PROCESSO N° 45/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Material de Cama, Mesa, Banho, Vestuário e Calçados e EPI's para utilização nas Unidades da SMASH (CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, CCI, Vida Ativa, CREAS I, II e III, Centro POP, CDI, SAICAS I e II, Acolhimento POP, Diretoria de Segurança Alimentar (Cozinha Comunitária, Padaria e Banco De Alimentos), Almoxarifado e Setor Da Habitação).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (cinco) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da SMASH, sito: Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-310, Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 35/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.699,83 (dezenove mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos), sendo:

FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA – CNPJ nº 04.584.756/0001-86 – Rua Humberto de Campos, nº 836, bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88508-190, Lages/SC.

Lages, 01 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 78/2020 - ORTHOVIDA - FMASH

Publicação Nº 2608342

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020
PROCESSO Nº 45/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Material de Cama, Mesa, Banho, Vestuário e Calçados e EPI's para utilização nas Unidades da SMASH (CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, CCI, Vida Ativa, CREAS I, II e III, Centro POP, CDI, SAICAS I e II, Acolhimento POP, Diretoria de Segurança Alimentar (Cozinha Comunitária, Padaria e Banco De Alimentos), Almoxarifado e Setor Da Habitação).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (cinco) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da SMASH, sito: Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-310, Lages/SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 35/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.952,00 (três mil, novecentos e cinquenta e dois reais), sendo:

INDÚSTRIA E COMÉRCIO COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA – CNPJ nº 07.628.070/0001-38 – Av. Bias Fortes, nº 405, bairro Vila de Lourdes, CEP 35.796-489, Curvelo/MG.

Lages, 01 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 79/2020 - REAL RC - FMASH

Publicação Nº 2608345

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020
PROCESSO Nº 45/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Material de Cama, Mesa, Banho, Vestuário e Calçados e EPI's para utilização nas Unidades da SMASH (CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, CCI, Vida Ativa, CREAS I, II e III, Centro POP, CDI, SAICAS I e II, Acolhimento POP, Diretoria de Segurança Alimentar (Cozinha Comunitária, Padaria e Banco De Alimentos), Almoxarifado e Setor Da Habitação).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (cinco) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da SMASH, sito: Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-310, Lages/SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 35/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 76.066,50 (setenta e seis mil, sessenta e seis reais e cinquenta centavos), sendo:

REAL RC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 27.236.708/0001-00 – Rua Gustavo Salinger, nº 702, Loja 04, bairro Itoupava Seca, CEP 89030-310, Blumenau/SC.

Lages, 01 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 8/2020 - J. CARLOS - FMASH

Publicação Nº 2608369

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
PROCESSO Nº 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 134.920,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e vinte reais), sendo:

J. CARLOS PEIXER DA COSTA – CNPJ nº 30.222.015/0001-65 - Rua Josaphat Lenzi, nº 522, bairro Brusque, CEP 88503-030, Lages/SC.

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 80/2020 - VIANTEX - FMASH

Publicação Nº 2608347

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020
PROCESSO Nº 45/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Material de Cama, Mesa, Banho, Vestuário e Calçados e EPI's para utilização nas Unidades da SMASH (CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, CCI, Vida Ativa, CREAS I, II e III, Centro POP, CDI, SAICAS I e II, Acolhimento POP, Diretoria de Segurança Alimentar (Cozinha Comunitária, Padaria e Banco De Alimentos), Almoxarifado e Setor Da Habitação).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (cinco) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da SMASH, sito: Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-310, Lages/SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 35/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 37.400,40 (trinta e sete mil, quatrocentos reais e quarenta centavos), sendo:

VIANTEX INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ nº 32.275.325/0001-73 – Rua Jorge Ruckl, nº 230, sala 01, bairro Vista Alegre, CEP 89.295-000, Rio Negrinho/SC.

Lages, 01 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 81/2020 - VITTAFFLEX - FMASH

Publicação Nº 2608348

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020
PROCESSO Nº 45/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Material de Cama, Mesa, Banho, Vestuário e Calçados e EPI's para utilização nas Unidades da SMASH (CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, CCI, Vida Ativa, CREAS I, II e III, Centro POP, CDI, SAICAS I e II, Acolhimento POP, Diretoria de Segurança Alimentar (Cozinha Comunitária, Padaria e Banco De Alimentos), Almoxarifado e Setor Da Habitação).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega/Do Local: em até 05 (cinco) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da SMASH, sito: Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-310, Lages/SC;
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 35/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil, setecentos reais), sendo:

VITTAFFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA – CNPJ nº 09.174.668/0001-20 – Rua Tangará, nº 1075, bairro Parque das Oficinas, CEP 86.709-000, Arapongas/PR.

Lages, 01 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 82/2020 - BRITAGEM GASPAR - SPO

Publicação Nº 2608439

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020
PROCESSO Nº 70/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Material Pétreo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria de Planejamento e Obras, sendo que os produtos serão retirados diretamente da empresa vencedora ou local definido por ela, numa distância máxima de 10 (dez) quilômetros do centro do Município;
2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 14/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 50/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.463.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil reais), sendo:

BRITAGEM GASPAR LTDA – CNPJ nº 01.924.996/0002-75 – Rua Padre Diogo Feijó, s/nº, bairro Bom Jesus, CEP 88503-620, Lages/SC.

Lages, 14 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 83/2020 - BAGATOLI - SMEL

Publicação Nº 2608492

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2020
PROCESSO Nº 81/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Hardware, Acessórios e Ferramentas para o Setor de Tecnologia da Informação da Secretaria da Educação e, Notebook's para as Unidades Escolares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: Itens 01 a 85: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages; Item 86: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 59/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 16.030,00 (dezesesseis mil, trinta reais), sendo:

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP – CNPJ nº 09.053.748/0001-27 – Rua Marcos Hosang, n 18, sala 01, bairro Seminário, CEP 89190-000, Taió/SC.

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 84/2020 - MICROCABLE - SMEL

Publicação Nº 2608495

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2020
PROCESSO Nº 81/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Hardware, Acessórios e Ferramentas para o Setor de Tecnologia da Informação da Secretaria da Educação e, Notebook's para as Unidades Escolares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: Itens 01 a 85: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages; Item 86: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 59/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 80.824,84 (oitenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos), sendo:

MICROCABLE SERVIÇOS, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA – CNPJ nº 17.101.531/0001-73 – Rua Manoel Thiago de Castro, nº 57, bairro Centro, CEP 88501-020, Lages/SC.

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 85/2020 - R.S. VAREJO - SMEL

Publicação Nº 2608500

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2020
PROCESSO Nº 81/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Hardware, Acessórios e Ferramentas para o Setor de Tecnologia da Informação da Secretaria da Educação e, Notebook's para as Unidades Escolares.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega/Do Local: Itens 01 a 85: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages; Item 86: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria da Educação de Lages, à Av. Papa João XXIII nº 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 59/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 68.666,65 (sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

R. S. VAREJO EIRELI – CNPJ nº 31.322.368/0001-08 – Rua Manoel Lino de Jesus, nº 687, bairro São Luiz, CEP 88512-330, Lages/SC.

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 86/2020 - LEAO - SPO

Publicação Nº 2608502

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2020
PROCESSO Nº 72/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Artefatos de Cimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em te 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 52/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 2.963.035,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, trinta e cinco reais), sendo:

LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 07.302.396/0001-70 – Rua Valdomiro Koeche, nº 320, bairro Gethal, CEP 88520-450, Lages/SC.

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 87/2020 - MARCIA DA CUNHA - SPO

Publicação Nº 2608505

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2020
PROCESSO Nº 72/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços destinado à Aquisição de Artefatos de Cimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em te 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 15/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 52/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 143.800,00 (cento e quarenta e três mil, oitocentos reais), sendo:

MARCIA DA CUNHA VENTURA - EPP – CNPJ nº 04.498.706/0001-86 – Av. Juscelino Kubischek, nº 2510, bairro Maria Luiza, CEP 88.519-400, Lages/SC.

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 88/2020 - ELOI DARTORA - MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 2608517

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020
PROCESSO Nº 83/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);
2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 17/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 64/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 63.185,00 (sessenta e três mil, cento e oitenta e cinco reais), sendo:

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR – CNPJ nº 07.025-399/0001-04 – Rua Valdomiro Koeche, nº 50, bairro Gethal, CEP 88520-450, Lages/SC.

Lages, 17 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 89/2020 - MADEIREIRA FONTANA - MEIO AMBIENTE

Publicação Nº 2608519

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2020
PROCESSO Nº 83/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.3 Da Entrega/Do Local: em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 17/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 64/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 39.865,00 (trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), sendo:

MADEIREIRA FONTANA LTDA – CNPJ nº 83.216.598/0001-88 – Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, nº 505, bairro Bela Vista, CEP 88514-010, Lages/SC.

Lages, 17 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 9/2020 - LETTECH - FMASH

Publicação Nº 2608373

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020

PROCESSO Nº 8/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Eletrodomésticos e Móveis para utilização nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – SMASH, conforme resolução CMAS nº 012/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 15 (quinze) dias, a contar da data da(s) solicitação(ões), a ser(em) entregue(s) no Almoxarifado SMASH - Av. Brasil, nº 777, bairro São Cristóvão, CEP 88509-517, Lages SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 07/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 45/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.504,00 (cinco mil, quinhentos e quatro reais), sendo:

LETTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ nº 13.258.144/0001-94 - Rua Munhoz da Rocha, nº 72, bairro Centro, CEP 86.430-000, Santo Antônio da Platina/PR.

Lages, 07 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 101/2020 - SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - SMS

Publicação Nº 2608540

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 101/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546.0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE ME. – CNPJ nº 01.494.267/0001-45 – Av. Santa Catarina, nº 825, Sala, Bairro Conte – Lages/SC. CEP.: 88.512-103 – Fone (49) 3222-6276.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 11/2020, fundamentada no art. 24, IV, da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Municipal nº 18.053/2020 e com Parecer Jurídico nº 565/2020, aberta e homologada em 15/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para prestação de serviço de mão de obra e fornecimento de materiais para reparos em Telhados, Forros, Rufos

e Estruturas Metálicas na SMS, danos causados decorrente do Ciclone que acometeu avarias em vários pontos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato;

2.3 De Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato, até 11/01/2021

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 15 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO 102/2020 - FRANCINE CUNHA - SMS

Publicação Nº 2608531

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 102/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546.0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: FRANCINE CUNHA DOS SANTOS - ME. – CNPJ nº 24.878.666/0001-05 – Av. Marechal Floriano, nº 994 Centro Lages/SC. CEP.: 88.501-512 Fone: (49) 3222-2592 E-mail mmdecoracoeslages@gmail.com ..

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 11/2020, fundamentada no art. 24, IV, da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Municipal nº 18.053/2020 e com Parecer Jurídico nº 565/2020, aberta e homologada em 15/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para prestação de serviço de mão de obra e fornecimento de materiais para reparos em Telhados, Forros, Rufos e Estruturas Metálicas na SMS, danos causados decorrente do Ciclone que acometeu avarias em vários pontos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato;

2.3 De Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato, até 11/01/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 36.080,00 (trinta e seis mil e oitenta reais),

Antonio Ceron

Lages, ---- de ----- de 2020.

EXTRATO CONTRATO 103/2020 - PR COMERCIO - SMS

Publicação Nº 2608537

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO Nº 103/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546.0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, Nº 30 – Bairro Centro. Lages/SC.

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 11/2020, fundamentada no art. 24, IV, da Lei Federal 8.666/93, e Decreto Municipal nº 18.053/2020 e com Parecer Jurídico nº 565/2020, aberta e homologada em 15/11/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para o fornecimento de materiais para reparos em Telhados, Forros, Rufos e Estruturas Metálicas na SMS, decorrente do Ciclone que acometeu avarias em vários pontos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato;

2.3 De Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização

do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato, até 11/01/2021

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 15 de julho de 2020.

EXTRATO CONTRATO 83/2020 - SAN MARINO - FMASH

Publicação Nº 2608488

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 83/2020 – FMASH

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SAN MARINO ÔNIBUS LTDA – CNPJ nº 93.785.822/0001-06 – Rua Irmão Gildo Schiavo, nº 110, Ana Rech, CEP 95058-510, Caxias do Sul/RS. Contato: (54) 2101-4188, E-mail silvana.schinatto@marcopolo.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 14/2020, correlato ao Pregão Eletrônico nº 63/2020, aberto em 10/07/2020 e homologado em 13/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Veículo Micro-ônibus para utilização no Centro de Convivência do Idoso (CCI).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: da data da assinatura do Contrato, decorrente, até 31/12/2020;

2.3 Da Entrega/Local: em até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da solicitação, na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMASH), sito praça João Ribeiro, nº 37, Centro, Lages – SC, CEP: 88.502-167;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais).

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 84/2020 - SUPERMERCADO BOM GOSTO - FMASH

Publicação Nº 2608520

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 84/2020 – FMASH

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SUPERMERCADO BOM GOSTO LTDA. – CNPJ nº 06.931.431/0001-58 – Rua Anrwnor Moreira, nº 160, Universitário, CEP 88.511-130, Lages/SC. Contato: (49) 3222-2037, E-mail super.bomgosto@hotmail.com

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 19/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 12/2020, fundamentada no art. 24, IV da Lei Federal 8.666/93, e com Parecer Jurídico nº 600/2020, aberta e homologada em -16/07/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de farinha de trigo especial Tipo 1 C/ 25Kg e reforçador para produção de pães e atender as unidades da SMASH.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato;

2.3 Do Contrato: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura desse contrato, até 13/01/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 6.625,00 (seis mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Lages, 16 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 85/2020 - DECORLUX CORTINAS - FMASH

Publicação Nº 2608551

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 85/2020 - SMASH

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DECORLUX CORTINAS E PERSIANAS ESPECIAIS - LTDA. – CNPJ nº 29.701.482/0001-99 – Rua Santa Cruz, nº 30. Bairro Centro. Cep.: 88.501-030. Lages/SC. E-mail tomelincecora@hotmail.com. Fone: (49) 3222-8303

O MUNICÍPIO DE LAGES /SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, Sr. Valdir Maurício Gobbi, CPF 020.980.249-91, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DECORLUX CORTINAS E PERSIANAS ESPECIAIS - LTDA, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. Juliano Andre Reinhold Tomelin, portador do CPF nº 062.093.249-08, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 21/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 14/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual nº. 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 616/2020, aberta e homologada em 20/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para aquisição para reforma do acolhimento temporário de inverno, destinados a pessoas em situação de rua, em vulnerabilidade social decorrentes das baixas temperaturas e da pandemia Covid-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura desse contrato, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

2.3 Do Contrato: sua vigência será em até 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 20/01/2021, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 11.223,28 (onze mil duzentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos)

Lages, 20 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 90/2020 - CISAMA - AGRICULTURA

Publicação Nº 2608422

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 90/2020 – PML

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 13 - Centro, Lages/SC, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Fazenda, o Exmo. Sr. Antonio-Cesar Alves de Arruda e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, inscrito no CPF nº 018.811.849-78, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 89/2020, correlato Dispensa de Licitação nº 16/2020, com parecer jurídico nº 500/2020, homologado em 28/01/2020, consoante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato de rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as despesas de manutenção e operação na perfuração de poços tubulares profundos para captação de água visando o bem-estar social de comunidades urbanas e rurais.

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em parcela única a ser paga após concretização do objeto deste contrato

Cláusula décima primeira – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2020

Lages, 09 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 91/2020 - ENGEPEÇAS - SPO

Publicação Nº 2608351

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 91/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.063.653/0010-24, estabelecida na Rua José Semes, nº 17680, bairro Itália, CEP 83.020-442, São José dos Pinhais/PR. Contato: (41) 3386-8152, e-mail: vendasjcb@engepecas.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2020, correlato ao Pregão Eletrônico nº 49/2020, aberto em 25/05/2020 e homologado em 30/06/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Caçambas e Maquinários para Manutenção e Melhoramento de Vias Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2020;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 60 (sessenta) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s), dentro do perímetro urbano do Município;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.206.000,00 (um milhão, duzentos e seis mil reais).

Lages, 02 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 92/2020 - M.CORNELLI - SPO

Publicação Nº 2608354

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 92/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: M. CORNELLI BERTINATTO, inscrita no CNPJ sob nº 04.166.333/0001-46, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 1015, bairro Floresta, CEP 90.230-011, Porto Alegre/RS. Contato: (51) 3061-2221, e-mail: admcomercial@priorigrupo.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2020, correlato ao Pregão Eletrônico nº 49/2020, aberto em 25/05/2020 e homologado em 30/06/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Caçambas e Maquinários para Manutenção e Melhoramento de Vias Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2020;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 60 (sessenta) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s), dentro do perímetro urbano do Município;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.116.000,00 (um milhão, cento e dezesseis mil reais).

Lages, 02 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 93/2020 - BREITKOPF - SPO

Publicação Nº 2608357

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 93/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BREITKOPF CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.713.843/0005-23, estabelecida na Rodovia BR 116, KM 247, nº 5.663, Área Industrial, CEP 88.514-680, Lages/SC. Contato: (49) 3226-0066, e-mail: matheus@breitkopf.com.br

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2020, correlato ao Pregão Eletrônico nº 49/2020, aberto em 25/05/2020 e homologado em 30/06/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Caçambas e Maquinários para Manutenção e Melhoramento de Vias Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2020;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 60 (sessenta) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s), dentro do perímetro urbano do Município;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.995.700,00 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos reais).

Lages, 02 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 94/2020 - M.CORNELLI - SPO

Publicação Nº 2608359

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 94/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: M. CORNELLI BERTINATTO, inscrita no CNPJ sob nº 04.166.333/0001-46, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 1015, bairro Floresta, CEP 90.230-011, Porto Alegre/RS. Contato: (51) 3061-2221, e-mail: admcomercial@priorigrupo.com.br

O Município de Lages/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário Sr. João Alberto Duarte, portador do CPF nº 346.815.909-91, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa M. CORNELLI BERTINATTO, neste ato representado pelo Sr. Neuri Bertinato, portador do CPF nº 589.382.490-34, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2020, correlato ao Pregão Eletrônico nº 49/2020, aberto em 25/05/2020 e homologado em 30/06/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de Caçambas e Maquinários para Manutenção e Melhoramento de Vias Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do contrato, até 31/12/2020;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 60 (sessenta) dias a contar da data da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s), dentro do perímetro urbano do Município;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 792.900,00 (setecentos e noventa e dois mil, novecentos

reais).

Lages, 03 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 95/2020 - SOMAP - ADM

Publicação N° 2608464

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 95/2020 – PML/ADM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOMAP ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA – ME inscrita no CNPJ sob n.º 07.182.988/0001-04, com endereço a Rua Alagoas, 97 – São Cristóvão – CEP 88.509-110 – Lages/Sr

resolvem celebrar este Contrato, conforme art. 24, IV, da Lei 8.666/93, nos termos do parecer jurídico nº 525/2020, em decorrência do Processo Licitatório nº 87/2020, correlato a Dispensa de Licitação nº 15/2020, aberto e homologado em 14/07/2020 consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria na Revisão do Valor adicionado das Empresas do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, de imediato, a contar da assinatura do contrato;

2.2 De Execução, em até 6 (seis) meses a contar da data da assinatura do Contrato, decorrente.

2.3 Do Contrato, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura do presente contrato, até 10/01/2021/2020, podendo chegar a seu termo em prazo inferior ao descrito acima, com o advento da homologação e efetiva contratação, de empresa, decorrente de processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais) sendo 6 (seis) parcelas de 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

Lages, 14 de julho de 2020

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 96/2020 - BASE PRE-FABRICADOS - SPO

Publicação N° 2608490

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 96/2020 – PML/SPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BASE PRE-FABRICADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.859.913/0001-47, estabelecida na Rua do Comércio, nº 1179, Barracão, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC. Contato: (48) 99613-2343, e-mail: valdir.poliedro@gmail.com

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 51/2020, correlato à Concorrência Pública nº 05/2020, aberta em 02/06/2020 e homologada em 13/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para Execução de Ponte na Rua Glorocindo Alves Paim.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 04 (quatro) meses a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.3 Do Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: sua vigência será de 07 (sete) meses, a contar da data de sua assinatura, até 15/02/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 243.695,44 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Lages, 15 de julho de 2020

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO N° 2 PE 76/2020 SMS

Publicação N° 2608606

RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/2020 – SMS;

OBJETOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL(EPI) PARA USO EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

O Município de Lages, representado neste ato pelo seu Pregoeiro, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Em face do extensivo prazo que se fez necessário para correção do certame pela Equipe responsável pelo Portal de Compras Caixa, faz-se necessário a alteração da data de abertura do certame. Em consequência, adia-se os prazos para:

Credenciamento, até as 23:59 horas do dia 08/09/2020;

Recebimento das Propostas Comerciais e Documentos de Habilitação, até as 09:00 horas do dia 09/09/2020;

Sessão Pública, às 09:00 horas do dia 09/09/2020;

Recebimento dos Lances, do 01 ao 12 será aberta às 10:30 horas do dia 09/09/2020;

Recebimento dos Lances, do 13 ao 24 será aberta às 10:50 horas do dia 09/09/2020;

Recebimento dos Lances, do 25 ao 37 será aberta às 11:10 horas do dia 09/09/2020;

Impugnação, até as 23:59 horas do dia 02/09/2020;

Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 02/09/2020;

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CMDI – LAGUNA-2020

Publicação N° 2609311

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DO CMDI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CMDI – LAGUNA

ESTABELECE A ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO E CONVOCA AS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS – BIENIO 2021/2022

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.842 de 4 de julho de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso, pela Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso e pelo Decreto Municipal nº 3.113, de 28 de julho de 2011, que regulamenta o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, pelo presente edital, aprovado conforme Resolução nº 06/2018. Convoca todas as entidades não-governamentais, que direta ou indiretamente visem a defesa, proteção e promoção dos direitos do idoso com atuação no município, tais como fundações, associações, sindicatos, organizações religiosas e outras, para a Assembleia de escolha dos representantes da Sociedade Civil, a ser realizada no dia 17 de Setembro do ano de 2019, com início às 14hs e término às 18 hs no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMASH.

Da Plenária

Art.1º A Plenária estará aberta a todos os interessados, participando as organizações civis devidamente organizadas.

Art. 2º A Plenária será presidida por um dos membros da Comissão Eleitoral – CMDI, que procederá a abertura do evento explicitando os procedimentos que serão adotados e, após o encerramento dos trabalhos da eleição, receberá o resultado da apuração dos votos e proclamará o resultado, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Das Habilitações

Art.3º As habilitações das entidades não-governamentais para participação de escolha dos representantes da Sociedade Civil para a composição do CMDI deverão ser realizada no dia 17 de Setembro de 2019, perante a Comissão Eleitoral do Conselho do Idoso, em formulário próprio, na Secretaria Municipal de Assistência Social – SMASH.

Da Votação

Por conta da situação atual de pandemia e seguindo o decreto 067/2020 que regula as ações a serem tomadas por conta do Covid19, a votação da eleição ocorrerá por video conferencia e terá seus votos de forma aberta, verbal e será redigida a termo em ata.

Cumprindo todas as medidas de quarentena para que não haja aglomerações.

Das Vagas

Art. 15º As vagas para os representantes das Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, serão em número de 6 (seis), cabendo a cada titular, um suplente, todos os escolhidos dentre a sociedade civil organizada conforme a Lei Municipal nº. 3.113, de 28 de julho de 2011.

Da Posse

Art. 16º Os representantes das organizações da Sociedade Civil eleitos no Processo de Escolha, serão nomeados e empossados na primeira reunião ordinária do CMDI. Das Disposições Finais

Art.17º A inscrição no Processo de Escolha de Representantes de Organizações da Sociedade Civil implicará na aceitação por parte das organizações da Sociedade Civil, por meio de seus representantes, do pleno conhecimento desta regulamentação.

Art. 18º A competência da Comissão Eleitoral do Processo de Escolha cessará com a nomeação dos eleitos.

Art. 19º os casos omissos serão julgados e deliberados pela Comissão eleitoral deste processo

LEI COMPLEMENTAR N.º 421/2020 - INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA - SANTA CATARINA

Publicação Nº 2608740

LEI COMPLEMENTAR N.º421, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.**INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA - SANTA CATARINA**

O Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Júlio César Willemann, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica estabelecido no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, atendidos os requisitos da Lei Municipal nº 2.128/2019, e Lei Complementar Federal nº 101/2000, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais previstas.

§ 1º A participação no REFIS importa na apuração dos créditos da Administração Direta ou Indireta, que serão atualizados monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que incidirá mês a mês, e a partir da segunda parcela, independentemente da quantidade do número de prestações escolhidas pelo contribuinte, nos termos da decisão do Recurso Especial nº. 1523555 do Superior Tribunal de Justiça. Em caso de sua impossibilidade, o crédito será atualizado pela Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

§ 2º O contribuinte que tiver interesse em aderir ao REFIS, poderá realizar sua adesão pela via administrativa por simples solicitação junto a Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, ou pela via judicial, via mutirão da conciliação, na forma regulamento.

§ 3º A Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos fica autorizada a promover o protesto de crédito constituído, representado pela Certidão de Dívida Ativa, judicializado ou não, junto ao Tabelionato de Notas e Protestos, ou ainda, promover a inscrição do nome do devedor junto ao SPC – Serviço de Proteção ao Crédito.

Art. 2º Os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, que optarem pelo Programa REFIS/2020, poderão realizar o pagamento de suas dívidas na seguinte forma:

I – Em parcela única, com remissão de 99% (noventa e nove por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal;

II – Em até 18 (dezoito) parcelas, com remissão de 90% (noventa por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigido o pagamento da primeira parcela como entrada, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais), somente para pessoas físicas;

III – Em até 18 (dezoito) parcelas, com remissão de 90% (noventa por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigido o pagamento da primeira parcela como entrada, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para pessoas jurídicas;

IV – Em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com remissão de 80% (oitenta por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigida uma entrada equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da dívida, já considerando os descontos concedidos por esta lei, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

V – Em até 48 (quarenta e oito) parcelas, com remissão de 75% (setenta e cinco por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigida uma entrada equivalente a 7% (sete por cento) do valor global da dívida, já considerando os descontos concedidos por esta lei, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

VI – Em até 60 (sessenta) parcelas, com remissão de 70% (setenta por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigida uma entrada equivalente a 10% (dez por cento) do valor global da dívida, já considerando os descontos concedidos por esta lei, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

VII – Em até 72 (setenta e duas) parcelas, com remissão de 65% (sessenta e cinco por cento) no valor dos juros e multas de mora, que incidirem sobre o valor do principal, sendo exigida uma entrada equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global da dívida, já considerando os descontos concedidos por esta lei, e com parcelas mensais mínimas na quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Parágrafo único. As parcelas serão mensais e sucessivas, em iguais valores, vencendo a primeira parcela ou a entrada em percentual, no primeiro dia útil após a assinatura do termo de confissão e parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias.

Art. 3º O REFIS alcança todos créditos decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuições de Melhoria, todos os tipos de Taxas, Multas provenientes de Auto de Infrações (pelo não cumprimento da legislação municipal), Notas de Lançamento, e demais débitos existentes, de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, constituídos até 31 de dezembro de 2019, ou em fase de lançamento, débitos tributários e não tributários, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, incluindo-se no Programa de Recuperação, os créditos fiscais em que são credores as Autarquias e Fundações Públicas Municipais, inclusive:

I – ajuizado ou não;

II – não constituído, desde que confessado espontaneamente;

III – decorrente de aplicação de multa ou pena pecuniária; e

IV – constituído por meio de ação fiscal.

Parágrafo único. Não haverá aplicação de multa por infração sobre débitos ainda não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 4º A inclusão no REFIS importa na renúncia do direito do contribuinte em contestar os créditos constituídos em favor da Fazenda Municipal, ajuizados ou não, inscritos ou não inscritos em dívida ativa, em que se alicerça a ação judicial ou o pleito administrativo, reputando-se como corretos os lançamentos realizados pela Fazenda Municipal e objeto do parcelamento.

Art. 5º A opção pelo REFIS considera-se formalizada com a assinatura do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito e seus efeitos operar-se-ão com o pagamento da entrada, na forma dos valores percentuais exigidos nesta lei ou da primeira parcela do crédito consolidado.

Art. 6º A adesão ao REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável, irretratável e irrenunciável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, obrigando herdeiros ou sucessores e importa em desistência expressa e irrevogável de quaisquer ações judiciais, embargos à execução e recursos relativos aos débitos incluídos neste Programa.

Art. 7º A adesão ao REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I – ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – ao pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data da opção;

III – a regularização das obrigações tributárias referentes ao exercício de 2020, e

IV – ao fornecimento obrigatório, dentro do prazo regulamentar do comprovante de entrega de Declaração de Informações Econômicas e Financeiras – DIEF, junto à Fazenda Estadual, quando solicitado pela Fiscalização Municipal.

V – ao pagamento dos ônus e sucumbências legais, inclusive despesas de baixa de protesto.

Art. 8º O crédito confessado e parcelado somente é liquidado:

- I – por pagamento em moeda corrente;
- II – por meio de cheque, após a regular compensação bancária; e
- III – por compensação, a critério da Administração Pública, na forma estabelecida pelo art. 91 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. É permitida a utilização dos créditos da Fazenda Pública do sujeito passivo optante do REFIS, como forma de pagamento parcial ou integral da verba indenizatória proveniente de eventual desapropriação que ocorrer em imóvel pertencente ao contribuinte devedor.

Art. 9º Em se tratando de crédito confessado e parcelamento objeto de ação judicial, o pagamento da primeira parcela acarretará na suspensão da ação, a qual somente será extinta com o pagamento integral do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento de Crédito.

Art. 10 O contribuinte será excluído do REFIS diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

- I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- II – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;
- III – inadimplência, por mais de 90 (noventa) dias consecutivos relativamente a qualquer espécie de débito abrangido pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a data de opção, e
- IV – inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas.

§ 1º O inadimplemento do contribuinte ao REFIS implicará a exigibilidade imediata da totalidade do débito tributário, confessado e não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial ou prosseguimento de ação suspensa;

§ 2º Em caso de inadimplemento, o Município poderá optar pela cobrança bancária do débito, valendo o respectivo boleto de cobrança como instrumento de protesto a ser providenciado pela instituição bancária responsável ou pelo próprio Município, junto ao Tabelionato de Notas e Protestos.

Art. 11 Fica o Município de Laguna, com base no art. 92 do Código Tributário Municipal, por sua administração direta e indireta, autorizado, com base nas condições e procedimentos estabelecidos na presente Lei, a realizar a transação de créditos municipais de natureza fiscal, visando por meio de concessões mútuas, à efetividade e à agilidade da cobrança, à economicidade da operação, à composição de conflitos e consequentemente o término de demandas judiciais e a extinção de créditos tributários e não tributários, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, artigos 156, III e 171 do Código Tributário Nacional e artigos 76 e 92 do Código Tributário Municipal.

Art. 12 As composições dos litígios por meio da transação fiscal serão realizadas pelos representantes judiciais da administração municipal (direta e indireta), que deverão agir com imparcialidade, diligência, sigilo funcional e observar todos os fundamentos, princípios e critérios desta Lei.

Art. 13 Caberá aos representantes judiciais da administração municipal em conjunto com o Poder Judiciário da Comarca, planejar e organizar o mutirão de conciliação, cabendo ao Município sempre que possível e necessário disponibilizar instalações físicas, pessoal e

equipamentos para a realização do mutirão fiscal

Art. 14 Na transação do crédito municipal poderão ser ofertadas aos contribuintes as mesmas condições estabelecidas no Programa de Recuperação de Crédito Fiscal – REFIS e, se for o caso, aumentar em cada caso o número de parcelas em mais três e alterar a data de vencimento da primeira parcela, observando obrigatoriamente:

I – a situação econômica do sujeito passivo e a existência de bens do devedor capazes de garantir o adimplemento da dívida;

II – o tempo de duração da ação judicial;

III – a economicidade da operação de cobrança;

IV – as concessões mútuas ofertadas pelas partes;

V – a probabilidade de êxito do Município na demanda judicial; e

VI – os precedentes dos Tribunais Superiores firmados em súmulas, recursos repetitivos e repercussão geral sobre a matéria em discussão;

§ 1º Em caso de alteração da data de vencimento, poderá ser estabelecido o prazo de recolhimento em até 30 (trinta) dias.

§ 2º Por concessões mútuas entende-se a renúncia pelo contribuinte de questionamentos de seus eventuais direitos relativos ao crédito e pelo Poder Público a aplicação dos descontos previstos nesta Lei.

Art. 15 A transação judicial poderá envolver o reconhecimento de matéria de decadência ou prescrição de crédito fiscal, cuja eficácia fica condicionada a homologação judicial.

Parágrafo único. A presente lei autoriza a extinção de crédito fiscal em Juízo, nos moldes do *caput* deste artigo, nas hipóteses previstas no art. 173 e 174 do Código Tributário Nacional.

Art. 16 O contribuinte que aderir ao REFIS poderá quitar os honorários advocatícios no mesmo número de parcelas do crédito parcelado junto à municipalidade ou optar por quitá-los diretamente no processo judicial, na forma do regulamento.

Art. 17 As situações pretéritas relacionadas com parcelamentos de créditos em geral que careçam de decisão para suas definições, serão resolvidas sob a égide desta Lei no que couber.

Art. 18 Os benefícios e incentivos fiscais de que trata esta Lei ficam demonstrados no Anexo Único.

Art. 19 Esta Lei Complementar ,entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até a data de 15/11/2020, revogando as disposições em contrário.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá por ato próprio, prorrogar os efeitos da presente Lei, pelo período de até noventa dias.

Júlio César Willemann
Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO 24/2020-PML

Publicação N° 2608739

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA-SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 24/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para o fornecimento de impressoras, multifuncionais, scanners e outros itens de informática, no dia 01 DE SETEMBRO de 2020, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 14 de agosto de 2020.
Júlio César Willemann – Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 08 - PML REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2609095

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC**AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS 08/2020 – PML - REPUBLICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa para a execução da pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária do trecho 01 da Estrada Laguna 50, Bairro Ponta da Barra, Laguna-SC no dia 08 de setembro de 2020, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail licitacoeslaguna@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 17 de agosto de 2020.

Diolcenir Domingos Milanez / Presidente da COPELI

DECRETO N. 6.299/2020 - DISPÕE SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DE LAGUNA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2609402

**DECRETO Nº 6.299, de 17 de agosto de 2020.**

Dispõe sobre o retorno das atividades de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, na cidade de Laguna, e dá outras providências.

O Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Júlio César Willemann, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

Considerando os termos do Decreto nº. 630, de 01 de junho de 2020, do Estado de Santa Catarina;

Considerando os termos da Portaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE nº. 321, de 03 junho de 2020, do Estado de Santa Catarina;

Considerando as deliberações do Comitê Extraordinário Regional – CER AMUREL - COVID-19, no sentido de solicitar ao Centro de Operações e Emergências em Saúde – COES, esclarecimentos acerca do teor do Decreto publicado no dia 14/08/2020 em relação às regiões excepcionadas, classificadas como risco potencial gravíssimo;

Considerando que em razão de se aguardar pelos esclarecimentos supramencionados, o Decreto 6.280/2020 restou prorrogado até que se obtenha novas instruções sanitárias.

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas o retorno das atividades de Transporte Coletivo Urbano de passageiros, na cidade de Laguna, suspendendo a vigência do art. 22, do Decreto 6.280/2020, pelo período em que vigor o presente decreto.

Parágrafo único. É obrigatório o cumprimento das ações de prevenção em saúde, contidas em protocolos específicos, determinadas pelas autoridades públicas e validadas por meio de Portaria da Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam aprovados os protocolos de prevenção e combate à Covid-19 contidos no anexo único, deste decreto, como condição para autorização do retorno das atividades indicadas no *caput* do artigo 1º.

Art. 3º Fica atribuída ao órgão de Vigilância Sanitária Municipal, competência para fiscalizar e fazer cumprir as normas de saúde e combate à Covid-19, previstas nos protocolos anexos a este decreto e em outros atos editados pelo Governo do Estado ou Governo Federal.



Parágrafo Único. Em caso de descumprimento das normas previstas nos protocolos anexos a este decreto, o órgão fiscalizador deverá lavrar termo próprio e determinar a suspensão imediata das atividades pela infratora, até a regularização das medidas de prevenção.

Art. 4º Fica igualmente autorizado, o embarque e desembarque de passageiros oriundos do transporte rodoviário intermunicipal e que possuam características rodoviárias e os de transporte por fretamento que possua característica laboral, na Estação Rodoviária Pública Municipal de Laguna.

§1º A autorização prevista no *caput* está condicionada ao cumprimento das regras de higiene, saúde e biossegurança estabelecidas pelas autoridades de saúde pública, nos termos da Portaria SIE N°. 321, de 03 junho de 2020, do Estado de Santa Catarina.

§2º A autorização prevista no *caput* não abrange o embarque e desembarque de passageiros oriundos do transporte turístico.

Art. 5º Este decreto entre em vigor no dia 18 de agosto de 2020, ressalvadas disposições em contrário.

Júlio César Willemann
Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Valéria Olivier Alves
Secretária de Saúde

Antonio Luiz dos Reis
Procurador Geral

**ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 6.299, de 17 de agosto de 2020.**

PROTOCOLO VISA Nº. 01/2020

Dispõe sobre o cumprimento de normas sanitárias para o funcionamento do transporte coletivo urbano no município de Laguna/SC.

1. DO CENÁRIO

I. Considerando o Decreto de nº 630/2020, que altera o Decreto nº 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense e a Portaria SIE nº 321/2020 do Governo Estadual de Santa Catarina, que trata do retorno das atividades das empresas de transporte rodoviário intermunicipal, repassando as associações de municípios as referidas deliberações.

II. Considerando que o Ministério da Saúde conceitua a COVID-19 como doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2 e que a mesma apresenta quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

III. Considerando que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

IV. Considerando que o Ministério da Saúde informa que o Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias e que o novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China.

V. Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que o coronavírus é um vírus respiratório e seu contágio é pela proliferação, principalmente pelo contato com uma pessoa infectada através de gotículas respiratórias geradas pela tosse ou espirro, que podem ser inaladas ou por contaminar mãos e superfícies, a recomendação proteger-se e intensificar o autocuidado(lavar bem as mãos com água e sabão e/ou álcool em gel 70%) e o autoisolamento, quando possível respeitando os regramentos sanitários.



VI. Considerando as orientações do Ministério da Saúde/SAPS em seu protocolo de manejo clínico do coronavírus (COVID-19), onde discorre que os múltiplos agentes virais são responsáveis por essas duas síndromes, Síndrome Gripal e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), e que o vírus da Influenza, estava sendo o de maior magnitude nos últimos anos. Entretanto, há evidências e dados internacionais indicando que a transcendência da COVID-19 pode superar a da Influenza.

VII. Considerando a existência da fase de transmissão comunitária da COVID-19, torna-se imprescindível que os serviços, ao retomarem suas atividades, trabalhem com abordagem sindrômica do problema.

2. DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO

I. Realizar teste rápido nos colaboradores que retornarão ao trabalho e encaminhá-los para avaliação médica se positivo.

II. Afastar imediatamente de suas funções, sem prejuízo de salários, os profissionais que apresentarem sintomas gripais conforme descrição do Ministério da Saúde.

III. Proibir a circulação de pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, cardiopatas, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas, nos veículos de transporte público coletivo municipal e intermunicipal com característica de urbano;

IV. Garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os usuários do transporte coletivo, limitando o número de passageiros em 50% do total da capacidade do veículo, na forma zig-zag, sentados, e realizar a demarcação nos pontos em que os passageiros poderão permanecer de pé no interior do veículo;

V. Garantir/disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades por seus colaboradores, no enfrentamento da pandemia;

VI. Determinar para que todas as pessoas envolvidas com a operação de transporte de passageiros, utilizem, obrigatoriamente, máscaras de tecido como barreira, sendo facultativa a utilização de *faceshield* durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;

V. Disponibilizar álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no interior do veículo, e nos guichês de atendimento ao público, exigindo que antes de ingressar no veículo todas as pessoas efetuem a higienização das mãos;



- VI. Garantir a limpeza e higienização dos banheiros dos terminais e dos ônibus, quando existir, com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- VII. Disponibilizar sabão líquido e álcool 70% nos banheiros dos terminais e dos ônibus, quando existir;
- VIII. Recomendar a verificação da temperatura com termômetro Infravermelho no guichê e no embarque. Temperaturas superiores 37.8°C não deverá proceder o embarque;
- IX. Proibir a utilização de geladeiras no interior dos veículos;
- X. Circular, preferencialmente, evitando-se o uso do ar-condicionado, sendo que, quando necessário, recomenda-se a utilização do sistema de ar-condicionado com ventilação aberta, viabilizando a renovação do ar-condicionado e tendo filtro hepa com manutenção da limpeza regular e troca dos filtros conforme recomendações técnicas, principalmente nos veículos que possuem janelas travadas;
- XI. Manter o interior do veículo bem ventilado, preferencialmente com ventilação natural por meio de janelas e escotilhas de ventilação abertas;
- XII. Manter os ônibus limpos, higienizando, a cada itinerário, os pega-mãos, corrimãos, catracas, equipamentos de bilhetagem ou congênere e demais superfícies onde há o constante contato das mãos dos passageiros, do motorista e do cobrador;
- XIII. Realizar a limpeza e desinfecção completa dos veículos, especialmente, a porta de acesso ao salão, as poltronas, os apoios de braço, os encostos de cabeça e perna, o maleiro (porta pacotes), as maçanetas e corrimões (Interno e externo), espaldar da poltrona e os sanitários (incluindo paredes), utilizando produtos regularizados;
- XIV. Higienizar os guichês de atendimento e, após cada cliente atendido, determinar para que os atendentes efetuem a higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões, canetas e outros materiais que se configurem como vetor do vírus;
- XV. Disponibilizar álcool em gel 70% para os motoristas, cobradores e passageiros, evitando a possível circulação do vírus que pode se dar pelo toque de mãos e, apesar de não ser muito conhecido, por meio de objetos contaminados (cartões, moedas etc.);
- XVI. Priorizar a comercialização de bilhetes de passagem eletrônica;
- XVII. Reorganizar as escalas e itinerários, reduzindo/limitando a circulação dos coletivos;



XVIII. Recomendar a suspensão do uso de cédulas e/ou moedas para a compra de passagens no interior dos ônibus;

XIX. Instruir/treinar seus colaboradores sobre os meios de transmissão do coronavírus, de forma a evitar o contágio, transformando-os em multiplicadores/disseminadores dessas informações aos demais colegas de trabalho e aos passageiros;

XX. Ampliar a emissão de mensagens sonoras de alerta e prevenção nos terminais e ônibus;

XXI. Recomendar para que os trabalhadores não retornem as suas casas diariamente com as roupas utilizadas no trabalho, quando estes utilizarem uniforme;

XXII. Buscar sempre consultar as fontes confiáveis e oficiais, evitando a propagação/compartilhamento de notícias falsas (*fake news*).

3. DAS MEDIDAS PARA O TREINAMENTO DOS COLABORADORES

I. Como parte fundamental no processo emergencial da pandemia pelo coronavírus, torna-se imprescindível o treinamento dos colaboradores por técnicos/empresa de medicina do trabalho, devendo seguir as normas preconizadas nas diretrizes do Ministério da Saúde, OMS e ANVISA.

II. Caberá a empresa manter o registro deste treinamento com a assinatura dos participantes de forma a comprovar a sua execução e garantia a segurança.

III. Este protocolo considera de extrema importância que coordenadores, gestores e líderes das equipes envolvidas nos processos de limpeza orientem constantemente todos os colaboradores que atuarão nos procedimentos de prevenção da transmissão do coronavírus.

IV. A utilização de EPI's no combate a pandemia, é obrigatória para a realização dos processos e todos os colaboradores devem ser treinados para utilizá-los corretamente.

V. Considera-se que, em tempos de apreensão mundial, o autocuidado e a higienização ferramentas de extrema importância para conter o avanço exponencial do coronavírus, onde a valoração do profissional e humanização dos processos é ponto crucial, dentro do atual contexto.

4. DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELOS PASSAGEIROS



- I. Cobrir a boca e o nariz com o cotovelo/antebraço ao tossir ou espirrar – quando se usa a mão, há uma maior possibilidade de transmitir o vírus pelo toque ou depositá-lo em alguma superfície do veículo, como, por exemplo, pega-mãos, corrimãos, barras de apoio, catracas, leitores de bilhetes/cartões e dinheiro.
- II. Evitar o toque nos olhos, no nariz e na boca sem antes higienizar as mãos com água e sabão ou utiliza o álcool em gel 70%.
- III. Manter a janela do veículo aberta, deixando-o bem ventilado durante toda a viagem.
- IV. Manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre um passageiro e outro;
- V. Buscar sempre consultar as fontes confiáveis e oficiais, evitando a propagação/compartilhamento de notícias falsas (fake news).

Laguna/SC, 13 de junho de 2020.

ALEX DA SILVA DE BEM
Coordenador de Vigilância Sanitária
Matrícula 107404

REFERÊNCIAS:

Ministério da Saúde. ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PRECOCE DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DA COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/manejo-clinico-e-tratamento>

Estado de Santa Catarina. NOTA TÉCNICA Nº. 016/2020 –DIVS/SUV/SES/SC - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) EM EMPRESAS TRANSPORTE COLETIVO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/notas-tecnicas/docs/16_Nota%2016%20Tranporte%20P%C3%BAblico.pdf

Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU e Associação Internacional do Transporte Público – UITP. GESTÃO COVID-19 ORIENTAÇÕES PARA OPERADORES DE TRANSPORTE PÚBLICO. Disponível em: <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637189972740689969.PDF>

Brasil. LEI Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/FHHL/2020

Publicação N° 2608845

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/FHHL/2020

Data e horário da sessão de abertura: 31/08/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição cestas básicas de gêneros alimentícios, higiene e limpeza conforme doação recebida pela Fundação Banco do Brasil as famílias do município atingido pelo ciclone bomba ocorrido em 01 de Julho de 2020.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 17 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020 - FMS

Publicação Nº 2608596

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Aquisição de Monitor Multiparâmetro 10,4", tela colorida Vita 600e, para atender os pacientes do Centro de Triagem de Coronavírus, do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I. CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, com sede a Estrada Boa Esperança, nº 2320, CEP: 89.163-554, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul/SC. No valor de R\$ 20.095,00 (vinte mil e noventa e cinco reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Em 17/08/2020. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2020

Publicação Nº 2608611

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 07/2020

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 286.500,00 (Duzentos e Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), que tem por objeto a aquisição de Patrulha Agrícola para o Município de Lindóia do Sul.

Lindóia do Sul SC, 17 de Agosto de 2020

Genir Loli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608976

PORTARIA Nº 199, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Concede férias regulares a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Diego Frare, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrista, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2018 a 05 de fevereiro de 2019, para gozo no período de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 17 de Agosto de 2020.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608978

PORTARIA Nº 200, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Interrompe Férias Concedidas a Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora,

RESOLVE

Art. 1º. Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 191, de 03 de Agosto de 2020, a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora Rural, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 16 (dezesseis) dias, compreendidos entre os dias 17 de Agosto de 2020 a 01 de Setembro de 2020, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 17 de Agosto de 2020.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 119/2020

Publicação Nº 2608089

DECRETO Nº 119/2020
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 54/2020 em 17 de agosto de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 54/2020, para AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO DE AÇÃO FUNGICIDA E INSETICIDA INDICADO EXCLUSIVAMENTE AO TRATAMENTO INDUSTRIAL DE MADEIRAS EM AUTOCLAVE A VÁCUO/PRESSÃO, EM EMBALAGEM IBC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 17 de agosto de 2020.
RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITO EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO 54/2020

Publicação Nº 2608112

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 54/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 54/2020

OBJETO: Aquisição de produto químico de ação fungicida e inseticida indicado exclusivamente ao tratamento industrial de madeiras em autoclave a vácuo/pressão, em embalagem ibc conforme especificações contidas no anexo i. Contratado: Bidden Comercial LTDA, inscrito no CNPJ 36.181.473/0001-80. Valor: R\$50.540,00 (cinquenta mil quinhentos e quarenta reais). Prazo: 12 meses.
Lontras, 17 de agosto de 2020. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

PORTARIA Nº 457/2020

Publicação Nº 2607820

PORTARIA Nº 457/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 44 dias de férias para o (a) servidor (a) GILMAR BATISTA COUTO, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir do dia 10/08/2020 à 22/09/2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, com retorno 23/09/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 20 de julho de 2020.
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 458/2020

Publicação Nº 2607822

PORTARIA Nº 458/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o (a) servidor (a) SIDNEY MOURA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir do dia 29/07/2020 à 12/08/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com retorno 13/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 20 de julho de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 472/2020

Publicação Nº 2607828

PORTARIA Nº 472/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o (a) servidor (a) LUCIANE APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo MOTORISTA, a partir do dia 17/08/2020 á 31/08/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com retorno 01/09/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de agosto de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473/2020

Publicação Nº 2607829

PORTARIA Nº 473/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o (a) servidor (a) VANESSA CRISTIANE MARCILIO LOPES, ocupante do cargo GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO, a partir do dia 03/08/2020 á 17/08/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020, com retorno 18/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de agosto de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 474/2020

Publicação Nº 2607832

PORTARIA Nº 474/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o (a) servidor (a) VANILDE WACHHOLZ, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir do dia 03/08/2020 á 01/09/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020, com retorno 02/09/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de agosto de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 475/2020

Publicação Nº 2607833

PORTARIA Nº 475/2020
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 dias de férias para o (a) servidor (a) ADEMAR SCHEIDT, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir do dia 03/08/2020 á 09/08/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020, com retorno 10/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de agosto de 2020.

marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 477/2020

Publicação Nº 2607835

PORTARIA Nº 477/2020
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) JULIANA BUZZI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, na data de 06/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de agosto de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480/2020

Publicação Nº 2607837

PORTARIA Nº 480/2020
CONCEDE FÉRIAS

rubens roberto dos santos, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o (a) servidor (a) FERNANDO WESTPHAL, ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, a partir do dia 10/08/2020 á 29/08/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com retorno 31/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de agosto de 2020.

rubens roberto dos santos
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 486/2020

Publicação Nº 2607839

PORTARIA Nº 486/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

Rubens roberto dos santos, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) LUIS FERNANDO BASSI DE ARAUJO, ocupante do cargo de ODONTÓLOGO, do dia 16/08/2020 á 13/11/2020, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 11 de agosto de 2020.

rubens roberto dos santos
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 487/2020

Publicação Nº 2607844

**PORTARIA Nº 487/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO**

Rubens roberto dos santos, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) SALETE DA SILVA MELLO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do dia 10/08/2020 á 29/08/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2018, com efeitos retroativos a data 10/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 11 de agosto de 2020.

rubens roberto dos santos
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 488/2020

Publicação Nº 2607848

**PORTARIA Nº 488/2020
EXONERA SERVIDOR**

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) MARICÉLIA UMBILINO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, na data de 13/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 13 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 490/2020

Publicação Nº 2607849

**PORTARIA Nº 490/2020
CONCEDE FÉRIAS**

rubens roberto dos santos, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 dias de férias para o (a) servidor (a) MARY MILENA KNOP GUCKERT, ocupante do cargo de PSICOLOGA, a partir do dia 17/08/2020 á 23/08/2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018, com retorno 24/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 14 de agosto de 2020.

rubens roberto dos santos
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N° 493/2020

Publicação N° 2607953

PORTARIA N° 493/2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lontras em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 97 da Lei Complementar nº 662/90 de 07 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao (a) servidor (a) ROBERTO FERRARI, ocupante do cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, lotado (a) na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente, LICENÇA SEM VENCIMENTOS para tratar de interesses particulares, pelo período de 730 dias, a partir de 14/08/2020 até 13/08/2022, com retorno no dia 15/08/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 14 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Luiz Alves**PREFEITURA****AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2021**

Publicação Nº 2608601

Estado de Santa Catarina
Município de Luiz Alves
Convite

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves, através da Secretaria Municipal de Finanças, vem pelo presente, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2021, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência será realizada no dia 09 de Setembro de 2020, quarta-feira, no Auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, com início às 15:30 horas.

Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Luiz Alves, 17 de Agosto de 2020.
Adriana Teresinha Schmitz Zimmermann
Secretária Municipal de Finanças

DECRETO 177/2020

Publicação Nº 2608630

DECRETO N.º 177/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, autorizado pela Lei Municipal nº 1.813/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e Lei Municipal n.º 1.813, de 14 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor 1.783.073,92 (um milhão e setecentos e oitenta e três mil e setenta e três reais e noventa e dois centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0013

Atividade: 2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 17

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 247.078,68

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 9.410,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 20.000,00

Funcional Programática: 10.304.0013

Atividade: 2.037 – Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 26

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Funcional Programática: 10.305.0013

Atividade: 2.038 – Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 29

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 15.050,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.243.0017

Atividade: 2.041 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 12.000,00
Órgão: 18 – Fundo Municipal de Defesa Civil
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil
Funcional Programática: 06.182.0009
Atividade: 2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 2
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 43.000,00
Órgão: 04 – Secretaria de Administração
Unidade: 01 – Secretaria de Administração
Funcional Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.006 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 6
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 290.000,00
Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Funcional Programática: 20.606.0007
Atividade: 2.017 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 38
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 22.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 40
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 75.000,00
Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento
Funcional Programática: 15.452.0004
Atividade: 2.072 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 78
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 9.535,24
Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 12.361.0020
Atividade: 2.054 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 12
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 210.000,00
Funcional Programática: 12.365.0024
Atividade: 2.091 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil para as Creches
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 27
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 150.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 30
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos: 0.3.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 26.000,00
Funcional Programática: 12.365.0024
Atividade: 2.092 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil para as Pré-Escolas
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 31
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 140.000,00
Funcional Programática: 12.361.0020
Atividade: 2.053 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 8
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 10.000,00

Funcional Programática: 12.365.0024

Projeto: 1.018 – Construção de Unidades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 24

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 30.000,00

Funcional Programática: 12.361.0020

Projeto: 1.019 – Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 7

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 113.000,00

Funcional Programática: 12.365.0024

Projeto: 1.020 – Ampliação e Reforma das Unidades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 25

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação

Valor: R\$ 181.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.40.0488 – Royalties do Petróleo - Educação

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0013

Projeto: 1.010 – Construção de Unidades de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 1

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 19.000,00

Projeto: 1.012 – Aquisição de Imóvel para Construção de Unidades de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 3

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.000,00

Projeto: 1.013 – Instalação de Academias ao Ar Livre

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 4

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 50,00

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 410,00

Atividade: 2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 6

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 170.000,00

Atividade: 2.032 – Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 14

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 15.000,00

Atividade: 2.033 – Apoio ao Conselho Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 16

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.000,00

Funcional Programática: 10.302.0013

Atividade: 2.035 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 21

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 95.078,68

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0014

Atividade: 2.040 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 1
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 40.000,00
Funcional Programática: 08.244.0015
Atividade: 2.043 – Manutenção das Atividades de Proteção Social Básica
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 5
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00
Órgão: 26 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura
Funcional Programática: 27.812.0010
Atividade: 2.074 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 104
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 260.000,00
Funcional Programática: 13.392.0005
Atividade: 2.014 – Manutenção Dos Serviços de Promoções Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 25
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 35.000,00
Funcional Programática: 27.812.0010
Atividade: 2.025 – Apoio e Realização de Eventos Esportivos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 103
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 55.000,00
Órgão: 21 – Procuradoria – Geral do Município
Unidade: 01 – Procuradoria – Geral do Município
Funcional Programática: 02.062.0002
Atividade: 2.069 – Manutenção das Atividades da Procuradoria – Geral do Município
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 66
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 58.000,00
Atividade: 2.004 – Pagamentos de Precatórios e Sentenças Judiciais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 4
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 109
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 12.361.0020
Atividade: 2.086 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 17
Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação
Valor: R\$ 99.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 83.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.40.0488 – Royalties de Petróleo - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Funcional Programática: 12.306.0019
Atividade: 2.081 – Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 1
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00
Funcional Programática: 12.306.0019
Atividade: 2.082 – Manutenção da Merenda Escolar da educação Infantil para as Creches
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.000,00
Funcional Programática: 12.306.0019
Atividade: 2.083 – Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 3
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 30.000,00
Funcional Programática: 12.365.0020
Atividade: 2.087 – Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil para as Creches
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 19
Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação
Valor: R\$ 16.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 45.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.40.0488 – Royalties de Petróleo - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Funcional Programática: 12.365.0020
Atividade: 2.088 – Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 20
Fonte de Recursos: 0.1.40.0488 – Royalties do Petróleo – Educação
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação
Valor: R\$ 66.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 45.000,00
Funcional Programática: 12.361.0098
Atividade: 2.058 – Ações em Situações de Emergência e Calamidade Pública no Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 42
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 43
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Funcional Programática: 12.365.0098
Atividade: 2.065 – Ações em Situações de Emergência e Calamidade Pública na Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 44
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 45
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Funcional Programática: 12.361.0020
Atividade: 2.056 – Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 16
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 6.000,00
Funcional Programática: 12.365.0024
Atividade: 2.064 – Capacitação dos Servidores Públicos da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 26
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 7.000,00
Funcional Programática: 12.364.0023
Atividade: 2.090 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 23
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 147.000,00
Funcional Programática: 12.363.0022
Atividade: 2.060 – Apoio ao Ensino Profissionalizante
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 22
Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 26.000,00
Funcional Programática: 12.366.0025
Atividade: 2.066 – Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 35
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 3.000,00
Funcional Programática: 12.367.0026
Atividade: 2.067 – Manutenção das Atividades da Educação Especial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 38
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 7.000,00
Funcional Programática: 12.361.0097
Atividade: 2.055 – Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 40
Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 5.000,00
Órgão: 23 – Secretaria Municipal de Finanças
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Finanças
Funcional Programática: 4.123.0003
Projeto: 1.001 – Programa de Modernização da Administração Tributária
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 16
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 17
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Funcional Programática: 4.123.0003
Operação Especial: 0.001 – Amortização e Encargos da Dívida
Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 14
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 120.000,00
Funcional Programática: 4.123.0003
Atividade: 2.071 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 73
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 85.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 74
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 25.000,00
Órgão: 04 – Secretaria de Administração
Unidade: 01 – Secretaria de Administração
Funcional Programática: 9.272.0003
Atividade: 2.007 – Pagamento de Benefícios aos Inativos e Pensionistas
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 12
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 8.000,00
Funcional Programática: 4.122.0003
Atividade: 2.008 – Capacitação dos Servidores Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 13
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 3.000,00
Funcional Programática: 4.122.0003
Atividade: 2.005 – Transferências de Recursos à Associações de Municípios
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 5
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 535,24

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Habilitação
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Habilitação
Funcional Programática: 16.482.0011
Atividade: 2.028 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 59
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Código Reduzido: 60
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 61
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 62
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Órgão: 12 – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo
Funcional Programática: 23.695.0008
Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 53
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.5.90.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Código Reduzido: 54
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 55
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 56
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Órgão: 25 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Funcional Programática: 23.695.0008
Projeto: 1.007 – Obras de Infraestrutura Turística
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 50
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00
Funcional Programática: 23.695.0008
Atividade: 2.073 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 96
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Código Reduzido: 97
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos
Código Reduzido: 98
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 14.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00 – Aplicações Direta decorrente de Op. entre Órgãos
Código Reduzido: 100
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos
Código Reduzido: 101
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00
Funcional Programática: 23.695.0008
Atividade: 2.093 – Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos Turísticos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 51
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00
Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Funcional Programática: 18.541.0006
Atividade: 2.016 – Manutenção das Atividades de Preservação, Conservação e Gestão Ambiental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 32
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 15.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 34
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 30.000,00
Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento
Funcional Programática: 15.452.0004
Projeto: 1.004 – Aquisição e Desapropriação de Imóveis
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 20
Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 9.000,00
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 17 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD 21/2020

Publicação Nº 2608757

RESOLUÇÃO MD 21/2020

Altera a redação do caput art. 5º da Resolução MD nº 11/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Luiz Alves/SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 36, §2º do Regimento Interno, CONSIDERANDO que até 16/08/2020 há 149 casos confirmados de COVID-19, 43 casos ativos em nosso Município e há 172 casos monitorados; que o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Avaliação do Risco Potencial para COVID19, classificou nossa região como de risco potencial gravíssimo e tem como orientação desestimular e usar de meios para diminuir qualquer atividade que acarrete em aglomeração de pessoas; RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput art. 5º da Resolução MD nº 11/2020, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º Fica suspensa a realização das sessões ordinárias, extraordinárias, itinerantes e solenes, de forma presencial, até o dia 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Alves/SC, 17 de agosto de 2020.

SAULO BRÁS WILL
Presidente da Câmara Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 19/20 REDA - JORGE J. A. JUNIOR

Publicação Nº 2608948

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO
1º Termo Aditivo - Contrato Nº 019/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e JORGE JAIR ALVES JUNIOR, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 7.234.755 e inscrito no CPF/MF sob nº 111.739.689-46, residente e domiciliado na Linha Limeira, sn, Interior, na cidade de LUZERNA/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ANDRE PEREIRA MECKING, passando, a partir de 12 de Março de 2020 até 18 de Dezembro de 2020, a vigorar da seguinte forma:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO exercerá as funções de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais (Habilitado) em substituição da Professora TAYLA REGINA DE BAIRO, que encontra-se em licença maternidade desde 10/10/2020 com término previsto para 07/12/2020, não justificando o provimento do cargo. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 23.297,90 (três mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DO CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 10 de Agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	JORGE JAIR ALVES JUNIOR CONTRATADO
-------------------------------------	------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 099/2020

Publicação Nº 2608217

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 099/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2019
VALIDADE: 12 (doze) MESES
[2º colocado – LOTE 2]

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

09 - TECNICAR MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.239.633/0001-69, com endereço na Rua Rui Barbosa, nº 34, Centro, Luzerna/SC, representada por seu sócio administrador, ERIVELTON FUSSIGER, brasileiro, solteiro, mecânico automotivo, portador da cédula de identidade nº 3.676.990 e inscrito no CPF/MF sob nº 030.978.199-08, denominado FORNECEDOR 09 ;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 100/2019, Pregão Presencial nº 073/2019, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS destinado à contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal de Luzerna/SC e entes conveniados.

LOTE 1					
Item	Especificação	UNID	QTDE		PERCENTUAL DE DESCONTO*
1	Serviços de mecânica geral para veículos leves.	H/T	Saldo remanescente		20%
2	Peças e acessórios originais do fabricante do veículo ou revendedora autorizada de peças originais, conforme lista-catálogo.	PÇ	01		30%

1.2. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos e as máquinas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada, nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas/modelos pertencentes à frota oficial da Administração Municipal de Luzerna e órgãos/ entes conveniados.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Para esta contratação, a manutenção preventiva e corretiva consistirá nos serviços de mecânica, hidráulica, elétrica, funilaria, pintura, estofaria, tapeçaria, suspensão, geometria/alinhamento, balanceamento e cambagem, lanternagem em geral, capotaria, solda e torno para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal de Luzerna.

3.1.1. Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

3.1.2. Os serviços de suspensão, balanceamento, cambagem, alinhamento e/ou geometria, compreendidos nos serviços de mecânica geral, basicamente consistirão de:

- Realizar a cambagem dos pneus (qualquer aro) utilizando ferramentas e processos adequados.
- Realizar o alinhamento através de ajuste dos ângulos das rodas, mantendo-a perpendiculares ao solo e paralelas entre si.
- Efetuar o balanceamento através de equipamentos, calculando com precisão o peso necessário com vistas a equilibrar o conjunto de pneus e rodas.
- Realizar o ajuste da posição das rodas na suspensão em determinados ângulos, para garantir conforto, segurança e estabilidade ao dirigir, evitando que os veículos puxem a direção para um dos lados e que haja desgastes irregulares ou prematuros dos pneus.

3.1.3. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeita a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;

- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

3.2. A manutenção prevista consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

- a) Manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.
- b) Manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

3.3.1. A CONTRATADA deverá oferecer desconto mínimo de: o percentual proposto para os serviços; e o percentual proposto para as peças e acessórios originais/genuínos e/ou paralelos de 1ª linha, sobre o valor da lista catálogo de peças e acessórios originais do fabricante do veículo ou revendedora autorizada de peças originais, compatível com a tabela tempária de referência, sob pena de desclassificação.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá atender às especificações do Termo de Referência, Edital, Proposta, e na presente Ata, sendo que os serviços, objeto desta licitação, deverão ser realizados em sua oficina, de acordo com as necessidades da Administração Municipal e/ou entes conveniados.

4.2. A máquina e/ou veículo que serão submetidos à manutenção serão deslocados do Município de Luzerna até a oficina da CONTRATADA, apenas com a Ordem de Serviço emitida pelo responsável do Sistema de Gestão de Frotas, sendo que a retirada pela CONTRATADA deverá ser no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

4.2.1. Todas as despesas de transportes, carga e descarga do deslocamento correrão por conta da empresa vencedora.

4.3. Para emissão da Ordem de serviço, a CONTRATADA apresentará orçamento, o qual deverá ser entregue em até 24 (vinte e quatro) horas, especificando a quantidade estimada de horas para execução dos serviços.

4.4. As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo ou do maquinário devidamente consertados dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 10 (dez) dias corridos, salvo anuência por escrito do SOLICITANTE.

4.5. Caso os serviços e/ou as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

5. DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos e máquinas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada, nos veículos, máquinas e equipamentos de diversas marcas/modelos pertencentes à frota da Administração Municipal de Luzerna/SC e entes conveniados.

5.2. O tempo da mão-de-obra na execução dos serviços, a serem empregados nas manutenções preventivas e corretivas, deverá ser compatível com as tabelas tempária das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior (tabela de tempo de execução dos serviços).

5.3. O prazo para devolução da máquina/veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, devendo ser informado um prazo aproximado para o conserto, todavia, não poderá ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias corridos.

5.3.1. Se tratando de serviços que exijam um período maior que 10 (dez) dias para sua completa execução, a Contratada deverá apresentar justificativa para o aumento de prazo de conserto da máquina ou veículo.

5.4. A CONTRATADA deverá, antes da execução dos serviços, emitir check-list dos serviços a serem executados, com cópia ao responsável pelo Setor de Frotas, informando os serviços a serem realizados, bem como o número aproximado de horas/colaborador. Os serviços somente poderão ser iniciados após a aprovação da Contratante.

5.5. Os veículos e/ou máquinas que forem entregues para execução dos serviços ficarão sob total responsabilidade da contratada, a fim de garantir a contratante o ressarcimento de despesas causadas por qualquer sinistro ocorrido, independente de causa que lhe der origem.

5.6. Quando da execução dos serviços em que envolvam o reparo de peças, as que não puderem ser recuperadas e necessitarem de substituição terão em seu preço o desconto percentual concedido pela empresa em cada item, baseando-se para tanto no valor referenciado na tabela das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior.

6. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS:

6.1. Para atendimento ao objeto desta licitação, as peças consistirão em:

- a) Peças genuínas: Aquela peça nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora da máquina, com garantia dessa;
- b) Peças originais: Aquela peça nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este.
- c) Peças paralelas: Aquelas peças conhecidas também como genéricas. São peças de reposição, desenvolvidas por fabricantes diferentes dos que produzem as peças originais. Elas funcionam com a mesma qualidade que as originais ou genuínas.

6.2. Na contratação a CONTRATADA deverá conceder o percentual de desconto por lote que aplicará nas peças de reposição. O percentual será fixo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.1. O desconto será concedido a cada emissão de Nota Fiscal de peças referentes à manutenção dos veículos e máquinas pesadas, objeto deste processo licitatório. O preço base para efetivação do cálculo refere-se ao preço praticado ao consumidor final da marca do veículo ou da máquina, para venda de peças genuínas/originais em conformidade com as tabelas das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior.

6.3. A CONTRATADA deverá dispor de tabela das montadoras com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior, para identificação imediata da peça a ser fornecida e do tempo dos serviços a serem realizados, e verificação do preço sugerido pela montadora.

6.4. No caso em que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante, aplicando o percentual de desconto adjudicado.

6.4.1. Ainda, caso seja detectado a existência de peças paralelas (de 1ª linha) às originais/genuínas, cujo valor é evidentemente mais vantajoso à Administração Pública Municipal, a Contratante poderá optar pela aplicação de peças paralelas nas máquinas pesadas e nos veículos, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína, desde que a CONTRATADA aplique o mesmo período de garantia de peças originais/genuínas, ou seja, 06 (seis) meses, e ainda aplique o percentual de desconto adjudicado para fornecimento de peças.

6.4.1.1. Caso a Administração Pública opte pela aplicação de peças paralelas (de 1ª linha) nos veículos e/ou nas máquinas pesadas, a Contratada deverá se sujeitar aos valores de mercado e às condições estabelecidas no subitem anterior.

6.5. Nos casos de peças para as máquinas pesadas, a CONTRATADA deverá dispor da tabela de preços da concessionária da marca das máquinas que estão licitadas os preços.

6.5.1. Em hipótese nenhuma a Administração aceitará preços apresentados de tabela de preços que não seja a da concessionária da marca das máquinas que estão licitados os preços.

6.6. A CONTRATADA deverá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína, bem como deverão atender a todas as características estabelecidas pelo fabricante do veículo ou do maquinário.

6.7. O prazo de entrega das peças e/ou acessórios será de, no máximo, 03 (três) dias corridos, a contar da data do recebimento da autorização.

6.8. As peças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, mediante prévia autorização do orçamento pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

6.9. No ato da prestação de serviços a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura das peças correspondente às quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

6.9.1. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peça e o valor final individualizado de cada peça.

6.10. As peças a serem utilizadas poderão ser examinadas antes e após sua entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações da Prefeitura Municipal de Luzerna e do fabricante do veículo.

6.11. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do encarregado do setor de frotas, na Nota Fiscal.

7. GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. Todos os serviços executados deverão ter garantia pelo período mínimo de 06 (seis) meses ou 10.000 km, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da nota fiscal, e para peças aplicadas a garantia deverá corresponder ao período mínimo de 06 (seis) meses; no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, a periodicidade que deverá ser respeitada é aquela determinada pelo fabricante.

7.2. A CONTRATADA deverá:

- a) Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;
- b) Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- c) Atender prontamente às requisições do Município para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças e acessórios nos veículos e máquinas discriminadas neste Termo de Referência, bem como naqueles que poderão ser adquiridos futuramente pelo Município;
- d) Fornecer orçamento contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça, identificação do veículo ou máquina, data, carimbo e assinatura;
- e) Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização do Município, através do recebimento da Ordem de Serviço;

- f) Cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- g) Entregar os veículos e as máquinas submetidas aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, entre outros.
- h) Entregar os veículos e as máquinas ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- i) Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- j) Devolver, no ato da saída da máquina ou do veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- k) Disponibilizar serviço de "socorro" nos limites do Município de Luzerna - SC, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a solicitação, para o transporte das máquinas avariadas sem condições de locomoção;
- l) Transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina (independente do endereço), os veículos e máquinas do Município que necessitarem de reparos;
- m) Aceitar a fiscalização do Município e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- n) Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- o) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;
- p) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação de serviço que trata este instrumento, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- q) Executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- r) Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;
- s) Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- t) Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- u) Manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto a regularidade fiscal e qualificação;
- v) Entregar peças originais/genuínas ou paralelas de primeira linha e novos. Não serão aceitos materiais usados;
- w) Substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais;
- x) Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- y) Responsabilizar-se pela segurança das máquinas no transporte das mesmas, garantindo que qualquer dano causado à máquina ou a terceiros será reparado pela empresa vencedora sem ônus ao município.

7.3. O Município deverá:

- a) Enviar Autorização de Fornecimento após aprovação do orçamento;
- b) Por ocasião do orçamento, deverá ser encaminhado ao Fornecedor a Ordem de Serviço eletrônica.

7.4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

8. SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. A CONTRATADA somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação, com expresso consentimento do Município.

8.2. Se autorizado a efetuar a subcontratação dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. LOCAL DE EXECUÇÃO:

9.1. É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar o conserto no local onde a máquina ou o veículo estiver, na sua oficina ou ainda retirar o veículo ou a máquina de dentro do território municipal, independentemente de sua localização, observando-se as seguintes disposições:

9.1.1. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a CONTRATADA deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária igual ou inferior a:

a) 25 (vinte e cinco) quilômetros da Prefeitura Municipal de Luzerna, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, para a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos constantes dos lotes de 1 a 22 do Anexo II – Modelo de Proposta, e relacionados no item 11 deste Termo de Referência.

9.1.1.1. Caso a oficina esteja localizada a uma distância superior a 10 (dez) quilômetros do local de que trata o subitem 9.1.1 acima, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Luzerna, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

10. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS:

10.1. Por ocasião do aceite dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua execução, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado a execução dos serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

10.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela troca da peça ou por novo serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

10.3. O aceite dos serviços e peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

10.4. Caso os serviços e as peças sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

10.5. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do Contrato.

10.6. Responsável pela fiscalização

10.6.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo do servidor abaixo mencionado:

Responsável pelo Setor de Frotas do Município

Cheila Pegoraro

Fone: (49)3551-4700

E-mail: estoque@luzerna.sc.gov.br

10.6.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos a CONTRATADA e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

10.6.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

11. RELAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LUZERNA E ENTES CONVENIADOS

11.1. A relação de veículos e máquinas pesadas serve apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa de máquinas ou de veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

11.2. Caso a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal, adquirir novo veículo ou equipamento rodoviário durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços que será firmada com a CONTRATADA, os serviços e peças ora licitados contemplará este novo componente da frota municipal, obedecendo aos mesmos critérios estabelecidos neste Edital.

11.3. A atual frota de veículos, equipamentos e máquinas pesadas do Município de Luzerna e dos entes conveniados é composta por:

GRUPO 1 - VEÍCULOS LEVES		
Placa	Marca/Modelo	Órgão
MBO6383	GM / CELTA MPFI 1.0	INFRAESTRUTURA
MBS8045	PALIO 1.6 16V FIAT	POLÍCIA CIVIL
MDX0656	UNO MILLE FIRE FLEX FIAT	INFRAESTRUTURA
MEF3335	GOL 1.0 GIV VW	AGROPECUÁRIA
MFJ2982	GOL 1.0 VW	SAÚDE
MFN6445	SANDERO EXP 16 RENAULT	POLÍCIA CIVIL
MFW9306	UNO MILLE ECONOMY FIAT	EDUCAÇÃO
MGB6255	GOL CITY (TREND) 1.0 G4 4P	GABINETE DO PREFEITO
MGJ9985	VW / NOVO GOL 1.0 FLEX	ASSISTÊNCIA SOCIAL
MHA9540	SANTANA 1.8 4P VW	INFRAESTRUTURA
MXH6015	VECTRA SEDAN ELEG. 2.0 8V FLEX	GOVERNO E GESTÃO
MIA9055	GOL (NOVO) 1.0 8V T. FLEX	AGROPECUÁRIA
MJN7367	SANDERO AUT1016V RENAULT	SAÚDE
MKM7251	FIESTA 1.6 FLEX FORD	POLÍCIA CIVIL
MLQ5795	LOGAN EXP 16 HP RENAULT	POLÍCIA MILITAR

MLU5744	PALIO WK ATTRAC 1.4 FIAT	CONSELHO TUTELAR
MMK9934	PALIO FIRE 1.0 FLEX FIAT	EDUCAÇÃO
QHR5165	VERSA 16 SV NISSAN	SAÚDE
QHR5185	VERSA 16 SV NISSAN	SAÚDE
QIA0323	RENAULT CLIO EXP1016VH I	SAÚDE
QIK1886	CLIO EXP 10 16VH RENAULT	EDUCAÇÃO
QIV5153	FORD FOCUS SE AT 2.0SC I	GABINETE DO PREFEITO
QJX3572	HB20 1.0M UNIQUE HYUNDAI	SAÚDE

GRUPO 2 – VANS, AMBULÂNCIAS, CAMINHONETES E CAMIONETAS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
QJZ7041	MASTER TCA AMB RENAULT	SAÚDE
QIN5406	MASTER FUR L3H2 RENAULT	SAÚDE
MLN9059	MASTER EUROLAF P RENAULT	EDUCAÇÃO
MKU8736	DOBLO ESSENCE 1.8 FIAT	SAÚDE
MJX1565	MASTER ADAPTA A RENAULT	SAÚDE
MIF5626	BOXER HDI TCA MC PEUGEOT	EDUCAÇÃO
QJX2285	FORD RANGER XLSCD4A22C I	POLÍCIA CIVIL
MHB8891	STRADA FIRE FLEX FIAT	INFRAESTRUTURA
MEX2186	KOMBI ESCOLAR VW	INFRAESTRUTURA
AVB0190	MONTANA CONQUEST GM	INFRAESTRUTURA
CSQ3722	KOMBI VW	INFRAESTRUTURA
DPA0789	MONTANA CONQUEST GM	INFRAESTRUTURA
QJK98391	CHEV EQUINOX LT I	POLÍCIA MILITAR
QJO9806	DUSTER 16 D CVT RENAULT	POLÍCIA MILITAR

GRUPO 4 – MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
MHQ1048	VOLARE V8L ESC MARCOPOLO	EDUCAÇÃO
MLS9734	VOLARE V8L 4X4 EO MPOLO	EDUCAÇÃO
QHE4795	CITYCLASS 70C17 IVECO	EDUCAÇÃO

GRUPO 4 – CAMINHÕES

Placa	Marca/Modelo	Órgão
AAM9343	NL10 340 VOLVO	INFRAESTRUTURA
AID5305	TRIVELLATO SEMI REBOQUE	INFRAESTRUTURA
LZC7393	CAMINHÃO F-13000 4X2	INFRAESTRUTURA
LZU5438	SCANIA-VABIS 75 SCANIA	INFRAESTRUTURA
MAU5034	CAMINHÃO BASCULANTE F-12000 L 4X2	INFRAESTRUTURA
MJA9191	CARGO 2428 E FORD	INFRAESTRUTURA
MJC5847	CARGO 2428 E FORD	INFRAESTRUTURA
OKG3099	TECTOR 260E28 IVECO	INFRAESTRUTURA
QHA9304	ATRON 2729 K 6X4 M.BENZ	INFRAESTRUTURA

GRUPO 5 – EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
AAA0002	160 JCB	INFRAESTRUTURA
AAA0005	3 C JCB	INFRAESTRUTURA
AAA0007	XS133BR XCMG	INFRAESTRUTURA
AAA0008	TT 4030 NEW HOLLAND	INFRAESTRUTURA
LZC8763	CATERPILLAR M.A	INFRAESTRUTURA
MHP2177	CASE 580H M.A.	INFRAESTRUTURA
MKK8401	M.A. JCB 214 IMP	INFRAESTRUTURA
MHZ5593	NEW HOLLAND M.A.	INFRAESTRUTURA
MLZ6029	CAT 120K MR	INFRAESTRUTURA
PAC0845	845 CASE	INFRAESTRUTURA

11.3.1. O Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil poderão usufruir do objeto desta licitação caso assim for necessário, de acordo com os convênios firmados com cada ente.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ALTERAÇÕES NA ATA

2.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

2.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de

situação prevista na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.2.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inc. II, do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

2.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Município deverá:

2.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

2.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

2.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

2.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

2.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

2.5. A alteração da Ata dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 16 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

2.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivas Atas obedecidas ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA DOS PAGAMENTOS

4.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

4.2. Após a prestação de serviços a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e Edital.

4.2.1. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços prestados, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do encarregado do setor de serviços externos, na Nota Fiscal.

4.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.4. O fornecedor deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

4.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Cabe ao Município:

a) A definição do objeto desta Licitação;

b) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

c) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

d) Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;

e) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

f) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

g) Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

5.2. Cabe à CONTRATADA:

a) Executar o objeto do presente Ata e do edital de acordo com o estipulado no Termo de Referência;

- b) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas nesta Ata e Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação;
- d) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- e) Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços e/ou materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- f) Entregar os serviços e/ou materiais nas condições estabelecidas na Ata e no Edital e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município da Ata;
- g) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- h) Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Substituir os serviços e/ou produtos recusados pelo Setor competente, sem qualquer ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- j) Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda d esta Ata;
- k) Atender a demanda do Município, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- l) Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração resultante do ato de revisão;
- m) Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- n) Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas para a contratação;

CLÁUSULA SEXTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei 10.520/2002, no Decreto 5.450/05, na Lei 8.666/93 e na Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. O Município observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Ata por dia de mora na assinatura da Ata ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor da Ata no caso de inexecução parcial da contratação;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor da Ata no caso de inexecução total da contratação.

6.6. O caso de necessidade realização de novo serviço, troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Ata por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30

(trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

6.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DA ATA

7.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pelo Município, quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no edital ou na Ata;

b) A CONTRATADA, injustificadamente, deixar de firmar Ata decorrente do registro de preços;

c) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;

d) Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inc. XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pela CONTRATADA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso da CONTRATADA não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna/SC, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Ata e no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

a) Pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que a CONTRATADA esteja temporariamente impossibilitada de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b) Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. A CONTRATADA da Ata estará obrigada, em função de solicitação do Município, fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

8.2. A supressão dos serviços e/ou produtos registrados na Ata poderá ser total ou parcial, a critério do Município, considerando-se o disposto no § 4.º do art. 15 da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos

do Município de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.001.04.122.0200.2202 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
02.009.08.243.0203.2290 – Conselho Tutelar
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo de Gestão
04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do convênio rádio-patrolha
04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros
04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito
07.001.12.365.0701.2708 – Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão/Administração)
07.001.12.361.0701.2712 – Manutenção do Transporte Escolar - educação básica
04.006.15.451.0400.2406 – Manutenção dos serviços na área urbana
04.007.15.782.0400.2407 – Manutenção dos serviços da área rural
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
05.001.10.304.0500.2505 – Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
05.001.10.302.0500.2503 – Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade
02.004.04.122.0200.2240 – Consultoria Técnica
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários
001 – Receitas e Transferências de Impostos – Educação
002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
010 – Convênio de Trânsito – Militar
011 – Convênio de Trânsito – Civil
020 – Corpo de Bombeiros
021 – Rádio Patrulha
036 – Salário Educação
101 – Transporte Escolar do Estado
112 – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um Fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de agosto de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ERIVELTON FUSSIGER
TECNICAR MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 100/2020

Publicação N° 2608219

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 100/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 100/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES

[2º colocado – LOTE 18]

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 - MECÂNICA FACIN LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.081.014/0001-40, com endereço na Rua Frei João, nº 161, Centro em Luzerna/SC, representada por seu sócio administrador, ITAMAR JULIO FACIN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3849524 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 004.225.289-00, doravante denominado FORNECEDOR 02;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 100/2019, Pregão Presencial nº 073/2019, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS destinado à contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal de Luzerna/SC e entes conveniados.

LOTE 18					
Item	Especificação	UNID	QTDE		PERCENTUAL DE DESCONTO*
34	Serviços de mecânica especializada (retífica e montagem de motores) para veículos leves.	H/T	Saldo remanescente		17,20
35	Peças e acessórios originais do fabricante do veículo ou revendedora autorizada de peças originais, conforme lista-catálogo.	PÇ	01		14,40

1.2. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos e as máquinas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada, nos veículos e máquinas pesadas de diversas marcas/modelos pertencentes à frota oficial da Administração Municipal de Luzerna e órgãos/ entes conveniados.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Para esta contratação, a manutenção preventiva e corretiva consistirá nos serviços de mecânica, hidráulica, elétrica, funilaria, pintura, estofaria, tapeçaria, suspensão, geometria/alinhamento, balanceamento e cambagem, lanternagem em geral, capotaria, solda e torno para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal de Luzerna.

3.1.1. Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

3.1.2. Os serviços de suspensão, balanceamento, cambagem, alinhamento e/ou geometria, compreendidos nos serviços de mecânica geral, basicamente consistirão de:

- a) Realizar a cambagem dos pneus (qualquer aro) utilizando ferramentas e processos adequados.
- b) Realizar o alinhamento através de ajuste dos ângulos das rodas, mantendo-a perpendiculares ao solo e paralelas entre si.
- c) Efetuar o balanceamento através de equipamentos, calculando com precisão o peso necessário com vistas a equilibrar o conjunto de pneus e rodas.
- d) Realizar o ajuste da posição das rodas na suspensão em determinados ângulos, para garantir conforto, segurança e estabilidade ao dirigir, evitando que os veículos puxem a direção para um dos lados e que haja desgastes irregulares ou prematuros dos pneus.

3.1.3. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeita a oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

3.2. A manutenção prevista consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

- a) Manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.
- b) Manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

3.3.1. A CONTRATADA deverá oferecer desconto mínimo de: o percentual proposto para os serviços; e o percentual proposto para as peças e acessórios originais/genuínos e/ou paralelos de 1ª linha, sobre o valor da lista catálogo de peças e acessórios originais do fabricante do veículo ou revendedora autorizada de peças originais, compatível com a tabela tempária de referência, sob pena de desclassificação.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá atender às especificações do Termo de Referência, Edital, Proposta, e na presente Ata, sendo que os serviços, objeto desta licitação, deverão ser realizados em sua oficina, de acordo com as necessidades da Administração Municipal e/ou entes conveniados.

4.2. A máquina e/ou veículo que serão submetidos à manutenção serão deslocados do Município de Luzerna até a oficina da CONTRATADA, apenas com a Ordem de Serviço emitida pelo responsável do Sistema de Gestão de Frotas, sendo que a retirada pela CONTRATADA deverá ser no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

4.2.1. Todas as despesas de transportes, carga e descarga do deslocamento correrão por conta da empresa vencedora.

4.3. Para emissão da Ordem de serviço, a CONTRATADA apresentará orçamento, o qual deverá ser entregue em até 24 (vinte e quatro) horas, especificando a quantidade estimada de horas para execução dos serviços.

4.4. As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo ou do maquinário devidamente consertados dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 10 (dez) dias corridos, salvo anuência por escrito do SOLICITANTE.

4.5. Caso os serviços e/ou as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

5. DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos e máquinas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada, nos veículos, máquinas e equipamentos de diversas marcas/modelos pertencentes à frota da Administração Municipal de Luzerna/SC e entes conveniados.

5.2. O tempo da mão-de-obra na execução dos serviços, a serem empregados nas manutenções preventivas e corretivas, deverá ser compatível com as tabelas tempária das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior (tabela de tempo de execução dos serviços).

5.3. O prazo para devolução da máquina/veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, devendo ser informado um prazo aproximado para o conserto, todavia, não poderá ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias corridos.

5.3.1. Se tratando de serviços que exijam um período maior que 10 (dez) dias para sua completa execução, a Contratada deverá apresentar justificativa para o aumento de prazo de conserto da máquina ou veículo.

5.4. A CONTRATADA deverá, antes da execução dos serviços, emitir check-list dos serviços a serem executados, com cópia ao responsável pelo Setor de Frotas, informando os serviços a serem realizados, bem como o número aproximado de horas/colaborador. Os serviços somente poderão ser iniciados após a aprovação da Contratante.

5.5. Os veículos e/ou máquinas que forem entregues para execução dos serviços ficarão sob total responsabilidade da contratada, a fim de garantir a contratante o ressarcimento de despesas causadas por qualquer sinistro ocorrido, independente de causa que lhe der origem.

5.6. Quando da execução dos serviços em que envolvam o reparo de peças, as que não puderem ser recuperadas e necessitem de substituição terão em seu preço o desconto percentual concedido pela empresa em cada item, baseando-se para tanto no valor referenciado na tabela das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior.

6. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS:

6.1. Para atendimento ao objeto desta licitação, as peças consistirão em:

- a) Peças genuínas: Aquela peça nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora da máquina, com garantia dessa;
- b) Peças originais: Aquela peça nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este.
- c) Peças paralelas: Aquelas peças conhecidas também como genéricas. São peças de reposição, desenvolvidas por fabricantes diferentes dos que produzem as peças originais. Elas funcionam com a mesma qualidade que as originais ou genuínas.

6.2. Na contratação a CONTRATADA deverá conceder o percentual de desconto por lote que aplicará nas peças de reposição. O percentual será fixo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.1. O desconto será concedido a cada emissão de Nota Fiscal de peças referentes à manutenção dos veículos e máquinas pesadas, objeto deste processo licitatório. O preço base para efetivação do cálculo refere-se ao preço praticado ao consumidor final da marca do veículo ou da máquina, para venda de peças genuínas/originais em conformidade com as tabelas das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior.

6.3. A CONTRATADA deverá dispor de tabela das montadoras com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior, para identificação imediata da peça a ser fornecida e do tempo dos serviços a serem realizados, e verificação do preço sugerido pela montadora.

6.4. No caso em que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico Audatex, outro similar ou superior, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante, aplicando o percentual de desconto adjudicado.

6.4.1. Ainda, caso seja detectado a existência de peças paralelas (de 1ª linha) às originais/genuínas, cujo valor é evidentemente mais vantajoso à Administração Pública Municipal, a Contratante poderá optar pela aplicação de peças paralelas nas máquinas pesadas e nos veículos, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína, desde que a CONTRATADA aplique o mesmo período de garantia de peças originais/genuínas, ou seja, 06 (seis) meses, e ainda aplique o percentual de desconto adjudicado para fornecimento de peças.

6.4.1.1. Caso a Administração Pública opte pela aplicação de peças paralelas (de 1ª linha) nos veículos e/ou nas máquinas pesadas, a Contratada deverá se sujeitar aos valores de mercado e às condições estabelecidas no subitem anterior.

6.5. Nos casos de peças para as máquinas pesadas, a CONTRATADA deverá dispor da tabela de preços da concessionária da marca das máquinas que estão licitadas os preços.

6.5.1. Em hipótese nenhuma a Administração aceitará preços apresentados de tabela de preços que não seja a da concessionária da marca das máquinas que estão licitados os preços.

6.6. A CONTRATADA deverá fornecer peças que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína, bem como deverão atender a todas as características estabelecidas pelo fabricante do veículo ou do maquinário.

6.7. O prazo de entrega das peças e/ou acessórios será de, no máximo, 03 (três) dias corridos, a contar da data do recebimento da autorização.

6.8. As peças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, mediante prévia autorização do orçamento pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

6.9. No ato da prestação de serviços a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura das peças correspondente às quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

6.9.1. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pelas montadoras, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peça e o valor final individualizado de cada peça.

6.10. As peças a serem utilizadas poderão ser examinadas antes e após sua entrega, para verificação de sua conformidade com as especificações da Prefeitura Municipal de Luzerna e do fabricante do veículo.

6.11. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do encarregado do setor de frotas, na Nota Fiscal.

7. GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. Todos os serviços executados deverão ter garantia pelo período mínimo de 06 (seis) meses ou 10.000 km, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da nota fiscal, e para peças aplicadas a garantia deverá corresponder ao período mínimo de 06 (seis) meses; no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, a periodicidade que deverá ser respeitada é aquela determinada pelo fabricante.

7.2. A CONTRATADA deverá:

- a) Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;
- b) Utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- c) Atender prontamente às requisições do Município para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças e acessórios nos veículos e máquinas discriminadas neste Termo de Referência, bem como naqueles que poderão ser adquiridos futuramente pelo Município;
- d) Fornecer orçamento contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça, identificação do veículo ou máquina, data, carimbo e assinatura;
- e) Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização do Município, através do recebimento da Ordem de Serviço;
- f) Cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- g) Entregar os veículos e as máquinas submetidas aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, entre outros.
- h) Entregar os veículos e as máquinas ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- i) Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- j) Devolver, no ato da saída da máquina ou do veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- k) Disponibilizar serviço de "socorro" nos limites do Município de Luzerna - SC, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a solicitação, para o transporte das máquinas avariadas sem condições de locomoção;
- l) Transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina (independente do endereço), os veículos e máquinas do Município que necessitarem de reparos;
- m) Aceitar a fiscalização do Município e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- n) Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- o) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;
- p) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação de serviço que trata este instrumento, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- q) Executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- r) Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;
- s) Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- t) Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- u) Manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto a regularidade fiscal e qualificação;
- v) Entregar peças originais/genuínas ou paralelas de primeira linha e novos. Não serão aceitos materiais usados;
- w) Substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais;
- x) Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- y) Responsabilizar-se pela segurança das máquinas no transporte das mesmas, garantindo que qualquer dano causado à máquina ou a terceiros será reparado pela empresa vencedora sem ônus ao município.

7.3. O Município deverá:

- a) Enviar Autorização de Fornecimento após aprovação do orçamento;
- b) Por ocasião do orçamento, deverá ser encaminhado ao Fornecedor a Ordem de Serviço eletrônica.

7.4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

8. SUBCONTRATAÇÃO:

8.1. A CONTRATADA somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação, com expresse consentimento do Município.

8.2. Se autorizado a efetuar a subcontratação dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. LOCAL DE EXECUÇÃO:

9.1. É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar o conserto no local onde a máquina ou o veículo estiver, na sua oficina ou ainda retirar o veículo ou a máquina de dentro do território municipal, independentemente de sua localização, observando-se as seguintes disposições:

9.1.1. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a CONTRATADA deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária igual ou inferior a:

a) 25 (vinte e cinco) quilômetros da Prefeitura Municipal de Luzerna, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, para a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos constantes dos lotes de 1 a 22 do Anexo II – Modelo de Proposta, e relacionados no item 11 deste Termo de Referência.

9.1.1.1. Caso a oficina esteja localizada a uma distância superior a 10 (dez) quilômetros do local de que trata o subitem 9.1.1 acima, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Luzerna, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

10. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS:

10.1. Por ocasião do aceite dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua execução, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado a execução dos serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

10.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela troca da peça ou por novo serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

10.3. O aceite dos serviços e peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

10.4. Caso os serviços e as peças sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

10.5. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do Contrato.

10.6. Responsável pela fiscalização

10.6.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo do servidor abaixo mencionado:

Responsável pelo Setor de Frotas do Município

Cheila Pegoraro

Fone: (49)3551-4700

E-mail: estoque@luzerna.sc.gov.br

10.6.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos a CONTRATADA e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplimento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

10.6.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

11. RELAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LUZERNA E ENTES CONVENIADOS

11.1. A relação de veículos e máquinas pesadas serve apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa de máquinas ou de veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

11.2. Caso a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal, adquirir novo veículo ou equipamento rodoviário durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços que será firmada com a CONTRATADA, os serviços e peças ora licitados contemplará este novo componente da frota municipal, obedecendo aos mesmos critérios estabelecidos neste Edital.

11.3. A atual frota de veículos, equipamentos e máquinas pesadas do Município de Luzerna e dos entes conveniados é composta por:

GRUPO 1 - VEÍCULOS LEVES		
Placa	Marca/Modelo	Órgão
MBO6383	GM / CELTA MPFI 1.0	INFRAESTRUTURA

MBS8045	PALIO 1.6 16V FIAT	POLÍCIA CIVIL
MDX0656	UNO MILLE FIRE FLEX FIAT	INFRAESTRUTURA
MEF3335	GOL 1.0 GIV VW	AGROPECUÁRIA
MFJ2982	GOL 1.0 VW	SAÚDE
MFN6445	SANDERO EXP 16 RENAULT	POLÍCIA CIVIL
MFW9306	UNO MILLE ECONOMY FIAT	EDUCAÇÃO
MGB6255	GOL CITY (TREND) 1.0 G4 4P	GABINETE DO PREFEITO
MGJ9985	VW / NOVO GOL 1.0 FLEX	ASSISTÊNCIA SOCIAL
MHA9540	SANTANA 1.8 4P VW	INFRAESTRUTURA
MHX6015	VECTRA SEDAN ELEG. 2.0 8V FLEX	GOVERNO E GESTÃO
MIA9055	GOL (NOVO) 1.0 8V T. FLEX	AGROPECUÁRIA
MJN7367	SANDERO AUT1016V RENAULT	SAÚDE
MKM7251	FIESTA 1.6 FLEX FORD	POLÍCIA CIVIL
MLQ5795	LOGAN EXP 16 HP RENAULT	POLÍCIA MILITAR
MLU5744	PALIO WK ATTRAC 1.4 FIAT	CONSELHO TUTELAR
MMK9934	PALIO FIRE 1.0 FLEX FIAT	EDUCAÇÃO
QHR5165	VERSA 16 SV NISSAN	SAÚDE
QHR5185	VERSA 16 SV NISSAN	SAÚDE
QIA0323	RENAULT CLIO EXP1016VH I	SAÚDE
QIK1886	CLIO EXP 10 16VH RENAULT	EDUCAÇÃO
QIV5153	FORD FOCUS SE AT 2.0SC I	GABINETE DO PREFEITO
QJX3572	HB20 1.0M UNIQUE HYUNDAI	SAÚDE

GRUPO 2 – VANS, AMBULÂNCIAS, CAMINHONETES E CAMIONETAS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
QJZ7041	MASTER TCA AMB RENAULT	SAÚDE
QIN5406	MASTER FUR L3H2 RENAULT	SAÚDE
MLN9059	MASTER EUROLAF P RENAULT	EDUCAÇÃO
MKU8736	DOBLO ESSENCE 1.8 FIAT	SAÚDE
MJX1565	MASTER ADAPTA A RENAULT	SAÚDE
MIF5626	BOXER HDI TCA MC PEUGEOT	EDUCAÇÃO
QJX2285	FORD RANGER XLSCD4A22C I	POLÍCIA CIVIL
MHB8891	STRADA FIRE FLEX FIAT	INFRAESTRUTURA
MEX2186	KOMBI ESCOLAR VW	INFRAESTRUTURA
AVB0190	MONTANA CONQUEST GM	INFRAESTRUTURA
CSQ3722	KOMBI VW	INFRAESTRUTURA
DPA0789	MONTANA CONQUEST GM	INFRAESTRUTURA
QJK98391	CHEV EQUINOX LT I	POLÍCIA MILITAR
QJO9806	DUSTER 16 D CVT RENAULT	POLÍCIA MILITAR

GRUPO 4 – MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
MHQ1048	VOLARE V8L ESC MARCOPOLO	EDUCAÇÃO
MLS9734	VOLARE V8L 4X4 EO MPOLO	EDUCAÇÃO
QHE4795	CITYCLASS 70C17 IVECO	EDUCAÇÃO

GRUPO 4 – CAMINHÕES

Placa	Marca/Modelo	Órgão
AAM9343	NL10 340 VOLVO	INFRAESTRUTURA
AID5305	TRIVELLATO SEMI REBOQUE	INFRAESTRUTURA
LZC7393	CAMINHÃO F-13000 4X2	INFRAESTRUTURA
LZU5438	SCANIA-VABIS 75 SCANIA	INFRAESTRUTURA
MAU5034	CAMINHÃO BASCULANTE F-12000 L 4X2	INFRAESTRUTURA
MJA9191	CARGO 2428 E FORD	INFRAESTRUTURA
MJC5847	CARGO 2428 E FORD	INFRAESTRUTURA
OKG3099	TECTOR 260E28 IVECO	INFRAESTRUTURA
QHA9304	ATRON 2729 K 6X4 M.BENZ	INFRAESTRUTURA

GRUPO 5 – EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

Placa	Marca/Modelo	Órgão
AAA0002	160 JCB	INFRAESTRUTURA
AAA0005	3 C JCB	INFRAESTRUTURA
AAA0007	XS133BR XCMG	INFRAESTRUTURA

AAA0008	TT 4030 NEW HOLLAND	INFRAESTRUTURA
LZC8763	CATERPILLAR M.A	INFRAESTRUTURA
MHP2177	CASE 580H M.A.	INFRAESTRUTURA
MKK8401	M.A. JCB 214 IMP	INFRAESTRUTURA
MHZ5593	NEW HOLLAND M.A.	INFRAESTRUTURA
MLZ6029	CAT 120K MR	INFRAESTRUTURA
PAC0845	845 CASE	INFRAESTRUTURA

11.3.1. O Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil poderão usufruir do objeto desta licitação caso assim for necessário, de acordo com os convênios firmados com cada ente.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ALTERAÇÕES NA ATA

2.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

2.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inc. II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.2.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inc. II, do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro ou definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o proponente registrado será convocado pela Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

2.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Município deverá:

2.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

2.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

2.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

2.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

2.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

2.5. A alteração da Ata dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 16 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

2.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivas Atas obedecidas ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA

DOS PAGAMENTOS

4.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

4.2. Após a prestação de serviços a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e Edital.

4.2.1. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os serviços prestados, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do encarregado do setor de serviços externos, na Nota Fiscal.

4.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.4. O fornecedor deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

4.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento

de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Cabe ao Município:

- a) A definição do objeto desta Licitação;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- c) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- d) Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;
- e) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- f) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- g) Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

5.2. Cabe à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto do presente Ata e do edital de acordo com o estipulado no Termo de Referência;
- b) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas nesta Ata e Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação;
- d) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- e) Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços e/ou materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- f) Entregar os serviços e/ou materiais nas condições estabelecidas na Ata e no Edital e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Município da Ata;
- g) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- h) Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Substituir os serviços e/ou produtos recusados pelo Setor competente, sem qualquer ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- j) Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda d esta Ata;
- k) Atender a demanda do Município, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- l) Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração resultante do ato de revisão;
- m) Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- n) Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas para a contratação;

CLÁUSULA SEXTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei 10.520/2002, no Decreto 5.450/05, na Lei 8.666/93 e na Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. O Município observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução

parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Ata por dia de mora na assinatura da Ata ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor da Ata no caso de inexecução parcial da contratação;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor da Ata no caso de inexecução total da contratação.

6.6. O caso de necessidade realização de novo serviço, troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Ata por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

6.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DA ATA

7.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pelo Município, quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no edital ou na Ata;

b) A CONTRATADA, injustificadamente, deixar de firmar Ata decorrente do registro de preços;

c) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;

d) Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inc. XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pela CONTRATADA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso da CONTRATADA não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna/SC, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Ata e no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

a) Pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que a CONTRATADA esteja temporariamente impossibilitada de cumprir

as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b) Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. A CONTRATADA da Ata estará obrigada, em função de solicitação do Município, fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

8.2. A supressão dos serviços e/ou produtos registrados na Ata poderá ser total ou parcial, a critério do Município, considerando-se o disposto no § 4.º do art. 15 da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Município de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.001.04.122.0200.2202 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
02.009.08.243.0203.2290 – Conselho Tutelar
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo de Gestão
04.010.06.181.0010.2450 – Manutenção do convênio rádio-patrolha
04.010.06.181.0010.2451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros
04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito
07.001.12.365.0701.2708 – Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão/Administração)
07.001.12.361.0701.2712 – Manutenção do Transporte Escolar - educação básica
04.006.15.451.0400.2406 – Manutenção dos serviços na área urbana
04.007.15.782.0400.2407 – Manutenção dos serviços da área rural
06.001.08.244.0601.2606 – Manutenção da Assistência Social
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
05.001.10.304.0500.2505 – Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
05.001.10.302.0500.2503 – Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade
02.004.04.122.0200.2240 – Consultoria Técnica
04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários
001 – Receitas e Transferências de Impostos – Educação
002 – Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
010 – Convênio de Trânsito – Militar
011 – Convênio de Trânsito – Civil
020 – Corpo de Bombeiros
021 – Rádio Patrulha
036 – Salário Educação
101 – Transporte Escolar do Estado
112 – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um Fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 16 de agosto de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ITAMAR JULIO FACIN
MECÂNICA FACIN LTDA - ME
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 102/2020

Publicação Nº 2608266


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA
Setor de Licitações

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 102/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020

Aos 17 (dezesete) dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado, o **MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da **SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA**, representada neste ato pelo Sr. **VALDECIR RICHARDI**, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 89.522.965.0001-58, com endereço a Avenida Viena, nº 274, Bairro São Geraldo, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.240-020, representada por **ÉVERSON DA SILVA NUNES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 9003846483 e inscrito no CPF/MF sob nº 222.033.460-00, doravante denominado **FORNECEDOR 1**;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de **Processo Licitatório PML nº 060/2020, Pregão Eletrônico nº 037/2020**, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de doses de sêmen bovino para manutenção do Programa de Melhoramento Genético do Rebanho Bovino da Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente de Luzerna, em conformidade com a Lei Municipal nº 970 de 05 de abril de 2011 e as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	350,00	DOS	Sêmen Bovino Convencional de touro da raça Holandês, Preto e Branco, com prova não anterior a Abril de 2020, pelo CDCB ou equivalente ao INTERBULL, que tenha as seguintes características mínimas: - TPI maior ou igual a 2500 libras; - Confiabilidade de produção maior ou igual 80%; - PTA leite maior ou igual que 1400 libras; - Facilidade de parto do touro menor ou igual a 7,5; - Escore de célula Somática menor ou igual a 3; - Índice de fertilidade maior ou igual a 0; - STA Altura de úbere posterior maior ou igual a 1,5; - STA Estatura menor ou igual a 1,5; - STA Força maior ou igual a 1; - Vida produtiva maior ou igual a 2,5; - STA Úbere anterior maior ou igual a 1.	R\$ 26,00	R\$ 9.100,00
2	450,00	DOS	Sêmen Bovino Convencional de touro da raça Jersey, com prova não anterior a Abril de 2020, pelo CDCB ou equivalente ao INTERBULL, que tenha as seguintes características mínimas: - Confiabilidade de Produção maior ou igual a 90%; - PTA leite maior ou igual a 800 libras; - PTA Proteína % maior ou igual a 0; - STA Força maior ou igual a 1;	R\$ 25,00	R\$ 11.250,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

			- STA Estatura maior ou igual a 0; - Escore de Células Somáticas menor ou igual a 3; - STA Úbere anterior maior ou igual a 0.		
3	100,00	DOS	Sêmen Convencional da raça Gir Leiteiro , inscrito no teste da progênie da PNMGL- ABCGIL EMBRAPA. - Sendo filho de pai provado positivo, no PNMGL - ABCGIL EMBRAPA - SUMARIO 2020, com PTA leite igual ou superior a 299 kg e com acurácia mínima de 97% e no ABCZ - sumario 2020, com PTA igual ou superior a 529 kg e acurácia mínima de 97%. - Avô materno provado positivo para leite no sumario PNMGL- ABCGIL EMBRAPA - sumario 2020, com PTA leite igual ou superior a 581 kg e acurácia mínima de 97% e no ABCZ - sumario 2020, com PTA leite igual ou superior a 838 kg e acurácia mínima de 97%. - Mãe com lactação mínima igual ou superior a 7,000 kg de leite por lactação.	R\$ 17,40	R\$ 1.740,00
4	300,00	DOS	Sêmen Bovino convencional, de touro da Raça Braford , inscrito no Programa de Melhoramento Genético da Conexão Delta G que atenda às seguintes características mínimas: - Ganho de peso do nascimento a desmama igual ou maior que 3; - Conformação à desmama igual ou maior que 0,15; - Precocidade à desmama igual ou maior que 0,15; - Musculatura à desmama igual ou maior que 0,15; - Tamanho à desmama igual ou maior que 0,15; - Índice final à desmama igual ou maior que 14,00.	R\$ 15,30	R\$ 4.590,00

1.2. O **FORNECEDOR 01**, responsável pelo fornecimento dos **itens descritos na tabela acima**, receberá o valor global total de **R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)**.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O **FORNECEDOR** deverá atender às especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, entregando-os em até **15 (quinze) dias** contados da data da solicitação, **sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais**.

2.2. Os insumos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.2.1. O **FORNECEDOR** deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o fornecimento seja feito em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

2.2.2. Para os itens que se fizerem necessário deverá conter registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.3. **O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos materiais, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.**

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

3.1.1. **Provisoriamente:** Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

3.1.2. **Definitivamente:** até **10 (dez) dias úteis** da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

3.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos.

3.2. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.2.1. Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de notificação apresentada à licitante vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

3.2.2. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas neste edital e na Lei.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

3.4. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.5. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.6. As quantidades a serem fornecidas constantes deste Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA**DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A fiscalização do presente Pregão Eletrônico ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s):

Thais Caroline Ferronato

Fone: (49)3551-4700

E-mail: veterinaria@luzerna.sc.gov.br

4.2. Caberá a fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA**DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

5.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações***Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000*

- 5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 5.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 5.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 5.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 5.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 5.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 5.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA SEXTA
DOS PAGAMENTOS**

- 6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.
- 6.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:
- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.
- 6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 6.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES****7.1. Cabe ao MUNICÍPIO:**

- 7.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 7.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 7.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;
- 7.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 7.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações***Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000*

7.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

7.2. Cabe ao FORNECEDOR:

7.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

7.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLAÚSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

8.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

8.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

8.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

8.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações***Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000*

8.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

8.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

8.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

8.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA
DAS ALTERAÇÕES**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 10.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações***Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000*

10.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

10.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

10.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

11.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA**

12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 8.666/93.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE LUZERNA****Setor de Licitações***Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de agosto de 2020.

VALDECIR RICHARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária
CONTRATANTE

ÉVERSON DA SILVA NUNES
SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

CONTRATO 30/2020 (REDA) - KIRENIA LOPEZ LOBAÍNA

Publicação Nº 2609271

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO – Nº 030/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e KIRENIA LOPEZ LOBAÍNA, estrangeira, divorciada, médica, portadora da cédula de identidade nº 8.147.989 e inscrita no CPF/MF sob nº 066.973.101-38, residente e domiciliada na Avenida Antônio Carlos Altenburger, nº 193, centro na cidade de Treze Tílias/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de MÉDICA GENERALISTA, em virtude do aumento de síndromes respiratórias, devido ao inverno e o crescimento dos casos de positivados para COVID/19, necessita- se da contratação de médico em caráter de urgência. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 17/08/2020 até que o candidato do processo Seletivo 02/2020 possa assumir a vaga de médico generalista, limitado a um ano, (o que ocorrer primeiro) podendo ser prorrogado uma única vez, por idêntico período, nos termos do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 17.111,67 (dezesete mil cento e onze reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art. 20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ela causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA SÉTIMA - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019.

E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 17 de Agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	KIRENIA LOPEZ LOBAÍNA CONTRATADA
-------------------------------------	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Anexo I
Atribuições

DENOMINAÇÃO DO EMPREGO: MÉDICO GENERALISTA

- Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- Cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo município;
- Integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos;
- Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;
- Participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- Preencher e assinar declarações de óbito;
- Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- Realizar pequenos procedimentos cirúrgicos;
- Efetuar a notificação compulsória de doenças;
- Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- Participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;

- Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;
- Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos;
- Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população;
- Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe;
- Atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia saúde da família;
- Atuar de acordo com código de ética de sua classe;
- Dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados;
- Prestar atendimento em urgências e emergências;
- Encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário;
- Acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade;
- Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário;
- Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- Participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado;
- Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- Proceder a perícias médico-administrativas, examinando servidores municipais, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos;
- Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões e reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- Conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;
- Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
- Realizar anamneses, exames físicos, levantar hipóteses diagnósticas, solicitar exames complementares, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;
- Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou afastar o diagnóstico;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- Realizar visitas domiciliares, atendimento ambulatorial e visitas a pacientes internados;
- Prestar atendimento em urgências clínicas;
- Diagnosticar, precocemente, enfermidades e deficiências;
- Modificar condutas que coloquem a saúde em risco;
- Realizar atendimento prioritário à criança através de puericultura e pré-natal;
- Estimular e respeitar a troca de informações e saberes de forma a propiciar a mudança no quadro sanitário da população;
- Incentivar a participação da população na conquista de seus direitos plenos de cidadania;
- Propugnar pela quebra de tabus e estigmas de forma a ensinar o diagnóstico precoce e o tratamento de enfermidades estigmatizadas;
- Conscientizar a população sobre a importância da saúde ambiental;
- Promover práticas de educação em saúde, visando, inclusive, garantir a democratização do saber técnico;
- Implementar programas de saúde da mulher;
- Executar, através de sistema de referência e contrareferência procedimentos de média e alta complexidade;
- Participar do controle de agravos endêmicos, através de diagnósticos precoces e referenciamento;
- Participar de tratamentos de habilitação ou reabilitação, quando couber;
- Promover o tratamento médico de crianças, adolescentes, adultos e idosos, incluindo-se as ações de natureza psicossocial e os programas de hipertensão arterial, diabetes melitus e epilepsia;
- Determinar terapêutica familiar;
- Identificar e sanar agravos da infância, desde procedimentos pré-natais, pós-nascimentos, bem como o acompanhamento de seu desenvolvimento através das ações de puericultura;
- Realizar, em conjunto com a equipe básica de saúde da família, o cadastramento de sua área de atuação;
- Identificar estruturas de acesso ao público como escolas ou igrejas que possam servir de local para palestras;
- Identificar os setores mais críticos onde a atuação da equipe se faz mais necessária;
- Estudar e discutir com outros segmentos do órgão de saúde, a necessidade da padronização da farmácia básica municipal de forma a fornecer a cota mensal de medicamentos de uso contínuo, necessários ao controle de pacientes crônicos, integrantes dos diversos programas e prioritariamente aos programas de atendimento a gestantes e pacientes portadores de hipertensão, diabetes e epilepsia;
- Estabelecer planos de ação de saúde;
- Prescrever medidas higiênico dietéticas; prescrever imunizações;
- Ministrando tratamentos preventivos;
- Rastrear doenças prevalentes;
- Implementar medidas de biossegurança;
- Implementar medidas de saúde ambiental;
- Promover campanhas de saúde;
- Promover atividades educativas;
- Promover ações de controle de vetores e zoonoses;
- Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando for o caso;
- Assessorar a elaboração de campanhas educativas no campo da saúde pública e medicina preventiva;
- Participar do desenvolvimento e execução de planos de fiscalização sanitária;
- Proceder a perícias médicas-administrativas, examinando servidores municipais, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos;
- Participar, juntamente com os profissionais das áreas de saúde, segurança, justiça e psicologia, dos programas federais, estaduais e municipais instituídos a partir da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- Planejar e apoiar ações destinadas ao suporte de crianças e adolescentes infratores que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Atender crianças e adolescentes em situação de risco ou em conflito com a lei;
- Planejar, em articulação com demais organismos, governamentais ou não, envolvidos, ações destinadas à proteção de crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos e ao atendimento daqueles que ameaçam ou violam o direito de terceiros;
- Identificar fontes de recursos destinadas ao financiamento de programas e projetos em sua área de atuação e propor medidas para a captação destes recursos bem como acompanhar e/ou participar da execução dos programas e projetos, supervisionando e controlando a aplicação dos recursos;
- Orientar servidores em sua área de atuação para apuração de todos os procedimentos executados, apurando seus resultados e efetuando o lançamento para efeito de registro e cobrança do SUS ou de outros órgãos conveniados;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município;
- Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões e reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- Conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;
- Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.-

CONTRATO PML Nº 101/2020

Publicação Nº 2608235

CONTRATO PML Nº 101/2020
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2020
 TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Sr. Sr. ITAMAR TONETTO, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Santa Catarina, nº 651, Bairro Centro, na cidade de Herval D'Oeste, CEP: 89.610-000, neste ato representado por sua sócia administradora, representada por sua CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade nº 479.912.759-49 e inscrita no CPF/MF sob nº 479.912.759-49, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 058/2020, Tomada de Preços nº 003/2020, é a contratação de empresa especializada para execução de: a) rede de esgotamento sanitário do Distrito Industrial; b) rede de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário do Loteamento Serenata, Bairro Empresarial; tudo em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, orçamentos máximos e cronogramas em anexo, constituindo-se em:

LOTE 1		
Item	Descrição	Valor total da contratação
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à execução de rede de esgotamento sanitário do Distrito Industrial de Luzerna, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma físico-financeiro.	R\$ 181.833,80
LOTE 2		
Item	Descrição	Valor total da contratação
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à execução da rede de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário do Loteamento Serenata, Bairro Empresarial, loteamento de interesse social do Município de Luzerna, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma físico-financeiro.	R\$ 152.220,52

0.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos e demais informações constantes do Anexo I do Edital.

0.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da mesma data.



0.1.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

0.1.2.1. Pela CONTRATADA:

- a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a CONTRATADA seja sediada em outro Estado.
- b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;
- c) Matrícula do INSS da obra;

0.1.2.2. Pelo Município:

- a) Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

0.1.3. Da execução dos serviços:

- a) Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas em Edital e nos seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- b) Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's e CAU, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- c) Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer os serviços que não apresentem a qualidade exigida, sem ônus para o município.
- d) A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva aos funcionários que executarão as obras descritas no Edital e nos seus Anexos, devendo ainda, serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.
- e) A CONTRATADA levará em consideração, ainda, as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.
- f) As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- g) Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- h) Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- i) Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.
- j) A CONTRATADA, durante a execução da obra, deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.

0.1.4. Da medição dos serviços:

- a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.
- b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.
- c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

0.1.5. Ao encerrar a obra a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

- a) "As built" da obra;
- b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

0.1.6. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

0.1.7. Da Garantia da obra e dos serviços:

0.1.7.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e no presente Contrato;

0.1.7.2. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

0.1.7.3. O CONTRATADO responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

0.1.7.3.1. Desta forma, cabe ao CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.

0.1.7.4. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender disposto nesse item (da garantia dos serviços) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 334.084,32 (trezentos e trinta e quatro mil e oitenta e quatro reais e trinta

e três centavos)

2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Consultoria Técnica da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s):

04.006.15.451.0400.2.406 – Manutenção dos serviços na área urbana

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte (s):

089 – Alienações não vinculadas a Saúde e Educação

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório e à fiscalização do contrato;

4.1.3. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo pelo servidor designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as disposições do presente Edital;

4.1.5. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.6. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços, para início da execução dos objetos, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

4.2. Cabe ao Proponente Vencedor:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, Orçamento Máximo e demais informações constantes do Edital e seus anexos.

4.2.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.2.3. Entregar a(s) obra(s), completamente executada(s), em até 60 (sessenta) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro, tanto para o lote 1 quanto para o lote 2;

4.2.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.2.5. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.2.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.2.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.2.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelos funcionários;

4.2.10. Atender as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514/77, Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e Lei Municipal nº 1504/2017.

4.2.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem

ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e no presente Contrato;

4.2.11.1. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

4.2.11.2. O CONTRATADO responderá, nos termos do Código Civil, pelos materiais e a execução, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

4.2.11.2.1. Desta forma, cabe ao CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução da obra para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.

4.2.11.3. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender disposto nesse item (da garantia dos serviços) do Contrato, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

4.2.12. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.2.13. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.2.14. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.2.15. Fornecer à Secretaria Municipal de Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

4.2.16. Facilitar todas as atividades de fiscalização pelos servidores do Município;

4.2.17. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;

4.2.18. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

5.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

5.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

5.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

5.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

5.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

5.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.3.1 e 5.3.2 será o valor inicial do Contrato.

5.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Luzerna.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

7.2. A incoerência da CONTRATADA, nas hipóteses previstas no artigo 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do contrato, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

7.3. A rescisão contratual poderá ser:

7.3.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

7.3.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

7.4. A aplicação das penalidades previstas no Item 16 não eximirá o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA OITAVA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

8.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá prazo de vigência correspondente a 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

8.1.1. O prazo de execução das obras (lotes 1 e 2) correspondem a 60 (sessenta) dias, sendo necessária prorrogação, esta deverá ser direcionada a Consultoria Técnica, devidamente justificada, para seu deferimento ou indeferimento, prorrogação e publicação no Diário Oficial dos Municípios, devendo ser respeitado o limite de 12 (doze) meses, correspondente ao prazo de vigência contratual.

8.2. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato devendo ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

8.3. Caso a CONTRATADA declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

8.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. ANDRÉ LUIZ SAUER, engenheiro sanitário e ambiental da SIMAE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.5.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o Município, ainda exercerá a fiscalização e acompanhamento através do Setor de Consultoria Técnica, representado pela engenheira Srta. JULIANA CORBANI e o Consultor Técnico Sr. ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL, ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercendo a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA NONA

DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de agosto de 2020.

ITAMAR TONETTO

MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATANTE

CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 062/2020 - PP 038/2020 - EXTINTORES, RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS - PML

Publicação Nº 2609229

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 062/2020 – PML

Pregão Presencial nº 038/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, representado neste ato pelo Sr. ITAMAR TONETTO, conforme Portaria nº 097/20, no uso de suas atribuições, resolve:

Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 062/2020 - PML, Pregão Presencial nº 038/2020, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição nº 3217 do dia 31 de julho de 2020 e no site do Município a partir do dia 30 de julho de 2020, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame.

Luzerna (SC), 17 de agosto de 2020.

ITAMAR TONETTO

PORTARIA 145/20

Publicação Nº 2608707

PORTARIA Nº 145/20 de 17 de agosto de 2020.

“PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício, em conformidade com os arts.89 e 95 da Lei Complementar nº 164 de 27/04/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora EDINA MOTTA DEBUS, Assistente Administrativa - 40 horas semanais, Nível V, Classe “A”, do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 17 de Agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 146/20

Publicação N° 2608944

PORTARIA N° 146/20 de 17 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 92 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora TAYLA REGINA DE BAIRO, Professora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, 20 horas semanais, contratada através do Regime Especial de Direito Administrativo, com base na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 10 de agosto de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 17 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 4346 DE 14 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608941

DECRETO Nº. 4346

DE 14 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 68 item XVII da Lei Orgânica do Município de Mafra e com fundamento no art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, LRF e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro:

DECRETA

Art. 1º Para fins de limitação de empenhos e movimentação financeira, para os próximos 30 (trinta) dias, fica bloqueado o valor de R\$ 5.715.100,00 (Cinco milhões setecentos e quinze mil e cem reais) do saldo atualizado das dotações correspondentes às despesas de custos e investimentos.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, despesas com pessoal, encargos sociais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, compreendendo ainda os recursos oriundos de convênios e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º O valor definido poderá ser revisto a critério da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Art. 3º Fica determinado que os Ordenadores de Despesas de todos os Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão ajustar suas contas visando o equilíbrio entre despesas e receitas públicas.

Art. 4º Para atender ao disposto neste decreto poderão ser cancelados os empenhos relativos a despesas ainda não realizadas.

Art. 5º Ao Órgão de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste decreto, responsabilizando os Secretários Municipais responsáveis por cada unidade orçamentária, dirigentes e demais servidores que praticarem em desacordo com o mesmo, podendo adotar medidas complementares para a correta aplicação do estabelecido neste decreto.

Art. 6º Poderá a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 14 de julho de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4359 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608936

DECRETO Nº 4359

DE 12 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS NO VALOR DE R\$ 2.851,16 (DOIS MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).

O Prefeito do Município de Mafra WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar com recursos do excesso de arrecadação por fonte de recursos, conforme segue:

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 17002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE

Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 34 - CULTURA E ESPORTE
Ação: 2.228 - Ações de Incentivo a Cultura
Despesa: (438) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 134 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social
R\$ 2.851,16 (Dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 12 de agosto de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM

PORTARIA Nº 74, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608552

PORTARIA N.º 74, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora MARILENE KUNDLATSCH.

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, CARLOS OTÁVIO SENFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, item VII, da Lei 2.571/01, com fundamento na Regra de Transição do art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 c/c art. 36, II, da Emenda Constitucional 103/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, a partir de 13 de agosto de 2020, o benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, em caráter integral, à servidora MARILENE KUNDLATSCH, servidora pública do Município de Mafra/SC, portadora do RG nº 2.244.123, CPF nº 714.728.519-00, NIT nº 170.06001.54.2 e matrícula funcional nº 63901, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVA.

Art. 2º - Os proventos iniciais de aposentadoria equivalem à integralidade (100%) da remuneração da servidora no cargo efetivo ocupado no momento da aposentadoria e correspondem a R\$ 5.894,32 (cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos).

Parágrafo único. A base de cálculo a que se refere o caput deste artigo é composta pelo vencimento básico do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa mais trênsios equivalentes a 60% (sessenta por cento).

Art. 3º - O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Mafra, na forma do art. 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2020.

Mafra, 14 de agosto de 2020.

CARLOS OTÁVIO SENFF
Presidente do Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

Major Vieira

PREFEITURA

DECRETO COMPLEMENTAR Nº 1.908, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608665

DECRETO COMPLEMENTAR Nº 1.908, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

REGULAMENTA AS NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PROPAGAÇÃO DO COVID-19 DETERMINADAS NO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.907/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO JURACZEKY, Prefeito do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020, Portaria SES n. 464 de 03.07.2020 e;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.907 que determinou as novas medidas de Enfrentamento à Propagação do COVID-1 e dá outras providências, regulamenta as medidas a seguir descritas:

DECRETA: DA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES

Art. 1º. Ficam suspensas até o dia 15 de setembro de 2020:

I – competições esportivas e atividades coletivas da iniciativa pública e privada tais como: futebol, vôlei, bocha, sinuca, baralho, basquete, pesca e outras.

II - a realização de festas particulares, tais como: aniversários, festas de casamento que impliquem em reunião de pessoas e violação das normas de distanciamento social com risco de contaminação;

III - o serviço de transporte coletivo urbano (VAI E VEM).

IV - qualquer espécie de reunião presencial, que ocasionará aglomeração.

Parágrafo único. Excepcionalmente, as Igrejas, templos religiosos e afins tem autorização para permanecerem abertos durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19 seguindo as orientações: lotação máxima de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja); os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados; deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 2º. Ficam suspensas por prazo indeterminado;

I – o funcionamento de casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que impliquem em reunião de público.

II – as aulas presenciais do ensino público e privado.

DA ADOÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS QUE ESPECIFICA

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais em funcionamento do Município de Major Vieira devem observar, até o dia 15 de setembro de 2020, as seguintes restrições e adequações:

I – Supermercados, Mercados, Mercearias, Conveniências e afins:

a) limitação de entrada e circulação interna a, no máximo, 10 (dez) pessoas – devendo ser respeitada uma distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre elas. Considerando os padrões de distanciamento mínimo (1,5 metros), nem todo estabelecimento comportará a quantidade máxima pré-estabelecida;

b) limitação de acesso e entrada de clientes correspondente a 01 (uma) pessoa por entidade familiar,

c) realizar desinfecção de carrinhos, cestas e máquinas de cartão após o uso de cada cliente.

d) aferir temperatura dos cidadãos que adentrarem o estabelecimento e constatada temperatura acima de 37,5º proceder ao encaminhamento da pessoa aferida à unidade de saúde.

e) poderão funcionar todos os dias, sem restrições de horários, desde que respeitadas as normas de prevenção a COVID-19;

II – Restaurantes, lanchonetes, bares, pizzarias, padarias, food trucks, trailers, conveniências e afins, poderão funcionar em dias úteis e fins de semanas – sem restrições de horários -, com atendimento presencial e balcão, desde que respeitadas as normas de prevenção a COVID-19;

III – academias poderão manter o seu horário de funcionamento normal, condicionada, no entanto, a sua ocupação, máxima, a 05 (cinco) pessoas, por horário, cumprindo ao estabelecimento a fiscalização na entrada.

IV – farmácias, horário de funcionamento normal, condicionada a aferição de temperatura de seus clientes e acaso constatada temperatura acima de 37,5º proceder, o encaminhamento da pessoa à unidade de saúde.

VI – postos de combustíveis, borracharias e afins, não mais terão restrição de horário de funcionamento, desde que respeitadas as normas de prevenção a COVID-19;

VII - empresas que possuam em seu quadro mais de 10 (dez) funcionários ficam obrigadas a realizar a aferição da temperatura dos mesmos, tanto na entrada, quanto na saída e acaso constatada temperatura acima de 37,5º proceder, o imediato encaminhamento da pessoa à unidade de saúde.

Art. 4º. Fica ao encargo do proprietário dos estabelecimentos comerciais a observância das normas de distanciamento, capacidade e de permanência no local apenas e no estrito período necessário à compra.

Art. 5º É proibida a realização de rodas ou consumo de chimarrão pelo público nos estabelecimentos comerciais, ainda que os utensílios

fiquem restritos ao uso exclusivo de cada usuário.

Art. 6º. Concomitantemente as medidas acima, todas as atividades deverão observar as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina: COVID-19, para cada atividade específica, bem como orientar os clientes de que deverão permanecer de máscara, guardar distanciamento, higienização, disponibilização de álcool gel 70%.

RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

Art. 7º. A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

DAS PENALIZAÇÕES

Art. 8º. A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais, sem prejuízo daquelas já previstas no Decreto Municipal 1.884, de 13 abril de 2020:

I – Orientação, advertência emitida por notificação;

II – Estabelecimentos comerciais que possuem até 05 (cinco) funcionários:

a) Multa de 05 UFM's, na primeira infração;

b) Multa de 15 UFM's em caso de reincidência;

II – Estabelecimentos comerciais que possuem mais de 05 (cinco) funcionários:

a) Multa equivalente a 10 (dez) UFM's na primeira infração;

b) Multa de 30 UFM's, em caso de reincidência;

III – Interdição do local pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

IV – Cassação da licença de funcionamento.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo a seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art.9º. Todo cidadão tem o dever de cumprir e fiscalizar as restrições e condições do presente Decreto, conscientizando-se da necessidade da higienização necessária, do distanciamento social, da utilização das máscaras de proteção, além de outras medidas que forem necessárias para a contenção/erradicação do novo coronavírus, podendo fazer denúncia diretamente à ouvidoria do Município.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Recomenda-se o isolamento social de pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos e grupos de risco.

Art. 11. É obrigatório o uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados.

Art. 12. Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas no âmbito do Município de Major Vieira e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com a presente determinação.

Art. 13. As medidas estabelecidas neste Decreto podem ser revistas a qualquer tempo, observadas as razões e justificativas apresentadas pelas Autoridades Sanitárias.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Major Vieira, SC, 17 de agosto de 2020.

FRANCISCO JURACZEKY
PREFEITO

Este Decreto foi publicado no DOM.
Cristiane Siems
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº. 2.507 DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2608784

LEI MUNICIPAL Nº. 2.507 DE 25 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA CESSÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLA PARA A ENTIDADE QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO JURACZEKY, Prefeito de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a ceder o uso de bem público móvel de propriedade do Município de Major Vieira à ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIDA PARA O SUCESSO, inscrita no CNPJ sob o 33.834.660/0001-27, com sede na Localidade de Pulador, de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – O bem público móvel de que trata o caput deste artigo, possui a seguinte característica:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01 (um)	Distribuidor de Calcário com capacidade de 3000 kg marca Budny, cor amarelo, numero de série 16700

Art. 2º - A presente cessão de uso do bem público municipal de que trata o artigo 1º, destinar-se-á ao uso da Associação de Agricultores Unidos para o Sucesso- Pulador Major Vieira.

Art. 3º - A cessão de uso do bem público municipal nos termos terá vigência de até 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Cessão, podendo ser prorrogada, no interesse das partes, mediante aditivo.

Art. 4º - As condições em que se operará a Cessão de Uso do bem público municipal são as constantes da minuta do Termo de Cessão anexo, a qual passa a fazer parte integrante e inseparável da presente Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Major Vieira, SC, 12 de agosto de 2020.

Francisco Juraczeky
Prefeito

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA E ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIDOS PARA O SUCESSO.

Pelo presente Termo de Cessão de Uso de Bens Públicos, nesta e na melhor forma de direito, as partes adiante declaradas, de um lado o MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.392/0001-27, com sede na Travessa Otacílio Florentino de Souza, n.º 210, centro, Major Vieira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 768.353, inscrito no CPF sob o n.º 445.512.079-34, residente e domiciliado na Rua Luiz Davet, 279, Bairro Centro, nesta cidade e Comarca, doravante denominada simplesmente de CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIDOS PARA O SUCESSO, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.834.660/0001-27, como sede na Localidade de Pulador, zona rural, Major Vieira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu presidente Senhor SILMAR GERALDO OSTROVSKI, inscrito no CPF sob número: 946.808.259-87, residente e domiciliado neste município, de agora em diante chamada de CESSIONÁRIA tem entre si, justo e convencionado as condições que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por força do presente Termo, o CEDENTE declara à CESSIONÁRIA, que é senhor e legítimo proprietário do seguinte bem:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01 (um)	Distribuidor de Calcário com capacidade de 3000kg, marca budny, cor amarelo, número de série 16700

CLÁUSULA SEGUNDA – Assim, o CEDENTE, pelo presente Termo, cede a CESSIONÁRIA, o uso do bem móvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento, que destinar-se-á ao uso da ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIDOS PARA O SUCESSO.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Termo de Cessão de Uso, reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, bem como pelas demais legislações aplicáveis à espécie, especialmente a de Direito Administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – A vigência da Cessão de Uso pactuado vigorará pelo prazo 05 (cinco) anos a contar da ratificação do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – As despesas decorrentes de manutenção e/ou eventuais reparos dos bens públicos objeto da presente cessão de uso, serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA, durante a vigência do respectivo Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – A CESSIONÁRIA compromete-se a usar o bem cedido como se seu fosse, para que no término deste Instrumento, seja devolvido à CEDENTE quando finda ou rescindida a presente cessão, devidamente conservado, nas condições em que o recebeu por força deste Termo, exceto pelo desgaste natural do tempo de uso.

CLÁUSULA SÉTIMA – A CESSIONÁRIA, amparada neste Instrumento, fica autorizada a imitar-se na posse do bem público descrito na Cláusula Primeira, para o cumprimento do objeto deste Termo de Cessão de Uso de Bem Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - A CESSIONÁRIA em qualquer hipótese, não poderá transferir, emprestar, ceder ou utilizar os bens públicos em desacordo com o objeto do presente Termo de Cessão de Uso, sob pena de considerar-se rescindido, de plano, este Instrumento.

CLÁUSULA NONA – A CESSIONÁRIA não poderá, sem prévia e expressa autorização da CEDENTE, realizar quaisquer adaptações e/ou aplicação de acessórios nos equipamentos objeto da presente cessão, que possam alterar suas características originais de funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do

presente Instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por haverem acordados, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Termo de Cessão de Uso, bem como a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, impresso em 03 (três) laudas de um só lado, que vai assinado por ambas as partes e na presença das testemunhas abaixo relacionados, para que produza o legal fim de direito.

Major Vieira, 25 de JUNHO de 2020.

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA
CEDENTE

Francisco Juraczeky
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIDOS PARA O SUCESSO
CESSIONÁRIA
Silmar Geraldo ostrovski

LEI MUNICIPAL Nº 2.508 DE 13 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608787

LEI MUNICIPAL Nº 2.508 DE 13 DE JULHO DE 2020.

“Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Major Vieira SC, no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências”.

FRANCISCO JURACZEKY, Prefeito do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores de Major Vieira aprovou e ele sancionou a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Major Vieira, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização ficam instituídas as taxas abaixo indicadas previstas no Protocolo de Intenções:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRES = NH x R\$ 0,0600, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRVL = NH x R\$ 0,0200, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRCR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

TRTR = NH x R\$ 0,0100, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira SC, 13 de julho de 2020.

FRANCISCO JURACZEKY
PREFEITO

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de agosto de 2020 e site www.majorieveira.sc.gov.br em 17/08/2020

Cristiane Rodrigues Siems
Sec. Administração e Gestão

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA N° 101/2020

Publicação N° 2608975

Portaria n° 101 de 17 de Agosto de 2020.

NOMEIA EVERALDO JOÃO PEREIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EVERALDO JOÃO PEREIRA, brasileiro, maior, nascido em 2 de maio de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 812.051.639-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio, Nível CC-2, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 17 de Agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 17 de Agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA N° 094/2020

Publicação N° 2608970

Portaria n° 094 de 31 de julho de 2020.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO (AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO) DE PROFESSOR.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, os artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 06 de 22 de dezembro de 2003 e a Lei Complementar n° 074 de 23 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por mérito (Avaliação de Desempenho) a Professora, conforme quadros abaixo:

Professor (a)	Matrícula	Do nível Ref.	Para nível Ref.
Ediane Pavei Fontana da Silva	477	P.G./E 5E	P.G./E 6A

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de maio de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 31 de julho de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 31 de julho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA Nº. 102/2020

Publicação Nº 2609043

PORTARIA Nº. 102 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

ARLINDO ROCHA, ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Grasiela Becker, matrícula nº 660, referente ao período aquisitivo de 30/12/2014 à 29/12/2015, com gozo em 17/08/2020 e término em 26/08/2020.

Art. 2º Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 17 de Agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de Agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 679/2020

Publicação Nº 2608115

DECRETO Nº 679, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Aprova unificação de lotes urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote Urbano nº (1), com área de (480,00 m²), sem edificação; e Lote Urbano nº (2), com área de (420,00 m²), sem edificação, ambos da Quadra nº (9), situados no Loteamento Esplendor III, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nºs 25.377 e 25.378 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Daniel Augusto Battisti, nascido aos 23.11.1983, médico veterinário, CNH nº 02130477261-DETRAN/SC, inscrito no CPF sob nº 986.593.919-34, convivente em regime de união estável com Kély Patricia Clen, nascida aos 20.06.1987, servidora pública municipal, C.I. nº 4.949.272-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 058.392.229-50, ambos brasileiros, solteiros, maiores, residentes e domiciliados na Rua 1º de Maio, nº 645, Apto 301, Bairro Padre Antonio, nesta cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG.NAC./CAU.: A50862-2, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

Lotes Urbanos nºs (1 e 2), da Quadra nº (9), situados no Loteamento Esplendor III, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, localizados no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, esquina com a Rua Goiânia, com as áreas de (480,00 m² e 420,00 m²), perfazendo a área total de (900,00 m²), sem edificação; Confrontando em conjunto:- ao Noroeste, com o lote urbano nº (3), de Oliveira Imóveis S.A. - M. 25.379, na extensão de 30,00 metros;- ao Sudeste, com a Rua Goiânia, na extensão de 30,00 metros;- ao Nordeste, com o lote urbano nº (26), de Oliveira Imóveis S.A. - M. 25.402, na extensão de 30,00 metros;- ao Sudoeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 30,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 680/2020

Publicação Nº 2608804

DECRETO Nº 680, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Aprova unificação de lotes urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote Urbano nº (11), com área de (690,00 m²), sem edificação; e Lote Urbano nº (12), com área de (690,00 m²), sem edificação, ambos da Quadra nº (9), situados no Loteamento Bairro Padre Antonio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nºs 1.237 e 1.238 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Danieli Wachholz Schabarum, brasileira, casada, nascida aos 04.09.1983, comerciária, C.I. nº 13/R4.710.562-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 038.559.939-04, residente e domiciliada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 58, Bairro Padre Antonio, nesta cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG.NAC./CAU.: A50862-2, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

Lotes Urbanos nºs (11 e 12), da Quadra nº (9), situados no Loteamento Bairro Padre Antonio, nesta Cidade, Município e Comarca de

Maravilha/SC, localizados no lado par da Rua Marechal Floriano, distando 30,00 metros da esquina com a Rua Nossa Senhora Aparecida, com as áreas de (690,00 m²) cada, perfazendo a área total de (1.380,00 m²), sem edificação; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com os lotes "A" e "B", partes do lote urbano nº (9), de Scheila Machado - M. 15.627, e Rudinei Wilsmann e Clecir Gatto - M. 15.628, e com o lote "B", parte do lote urbano nº (10), de Leonice Ickert Silveira, Valdemiro Ickert e Marli Ickert - M. 16.105, na extensão de 46,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (13), de Joselino Bruscato - M. 9.485, na extensão de 46,00 metros;- ao Leste, com o lotes urbanos nºs (5 e 6), de Cleria Terezinha Staudt - M. 4.428, e Jucilei Passoni Giacomini - M. 3.133, respectivamente, na extensão de 30,00 metros;- ao Oeste, com a Rua Marechal Floriano, na extensão de 30,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

LEI Nº 2128 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607956

LEI Nº 2128 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Altera artigos da Lei Municipal nº 2104 de 08 de junho de 2020, a qual autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir área de terras destinadas a construção de uma Quadra Esportiva Coberta para uso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luiz Alves, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2104 de 08 de junho de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por compra, área de terras total de 1.600 m² (mil e seiscentos metros quadrados), matriculado sob nº 5.548 do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, sito no lugar Braço Direito, do Distrito de Luiz Alves, do município e comarca de Itajaí (atualmente do município de Massaranduba, desta Comarca), sem benfeitorias, conforme anexos desta lei, que destinar-se-á a construção de uma Quadra Esportiva Coberta para uso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luiz Alves. Parágrafo único ”

Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal nº 2104 de 08 de junho de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A área de terras de 1.600 m² (mil e seiscentos metros quadrados), descrita no art. 1º desta lei, a ser adquirida, foi objeto de duas avaliações imobiliárias prévias, com o fim de demonstrar que o preço proposto pelo alienante e aceito pelo adquirente é aquele praticado no mercado, em conformidade com o artigo 24, X da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de junho de 2020.

Massaranduba, 17 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 2129 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607958

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE****LEI Nº 2129 DE 17 DE AGOSTO DE 2020****Institui e autoriza a cobrança de
contribuição de melhoria e dá outras
providências**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Pe. Silvio Michelluzzi (trecho III) – Bairro Guarani-Mirim, com área total de 23.145,34m², conforme Anexos I e II.

Parágrafo Único O custo total/orçamento a licitar no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 2.693.627,75 (Anexo III), tendo como fonte recursos provenientes de financiamento com o Banco BRDE e contrapartida física do Município de Massaranduba.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos descritos neste artigo, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei, em especial, a publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento total ou parcial do custo das obras;

III - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

IV - delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o caput deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Massaranduba, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças, o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

§ 3º Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

§ 4º A comunicação ao interessado da decisão referida no parágrafo anterior, será feita:

I - pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

II - pelo correio, com Aviso de Recebimento Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica;

III - por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 5º - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

§ 6º No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 045/2011 (Código Tributário do Município de Massaranduba) e alterações.

§ 2º A apuração far-se-á levando em conta:

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo Único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os critérios de pagamento definidos na Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações).

Art. 15. As isenções ao pagamento da Contribuição de Melhoria obedecem ao estabelecido no art. 16 da Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 18. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Massaranduba é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 19. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Junta de Recursos.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 20. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão do efeito de fatos já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 21. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

diligência dos autos.

Art. 22. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

- I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II - pelo correio, com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, ou,
- III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 23. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

- I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 24. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 25. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 26. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Junta de Recursos, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 27. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 28. Para os fins da aplicação desta Lei poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

Art. 29. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n° 45/2011 e alterações) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 30. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Massaranduba.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Massaranduba, 17 de agosto de 2020.

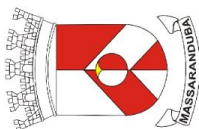
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

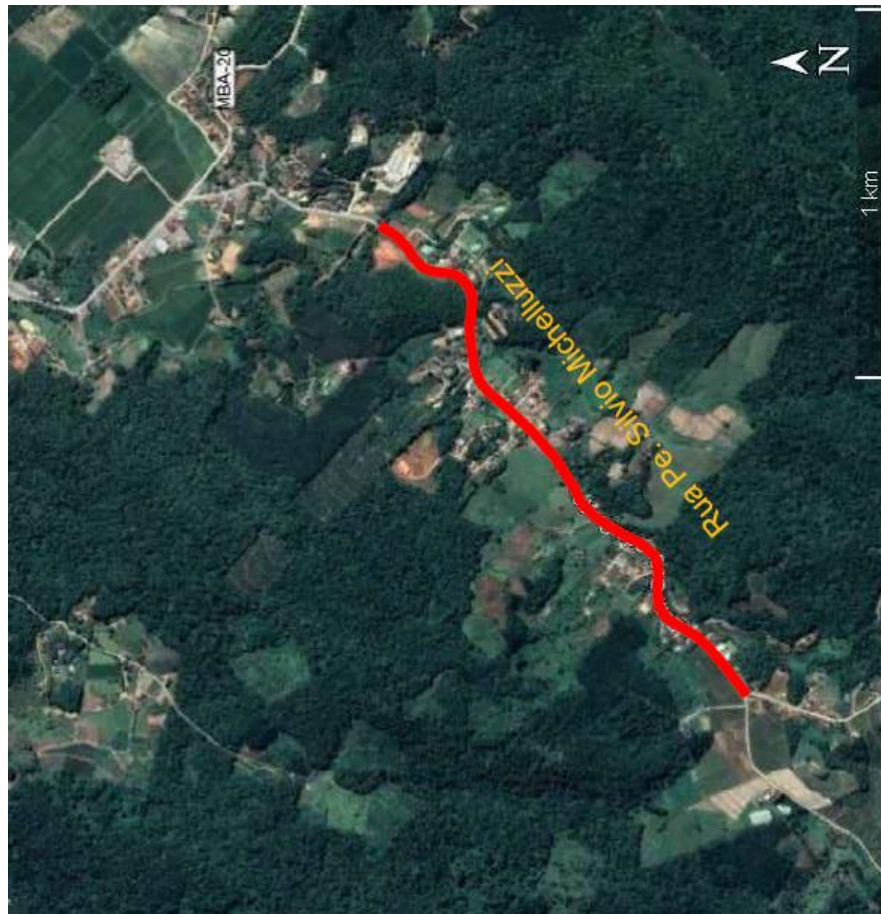
CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



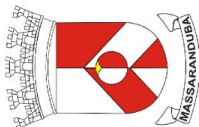
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE**

ANEXO I – Delimitação da obra



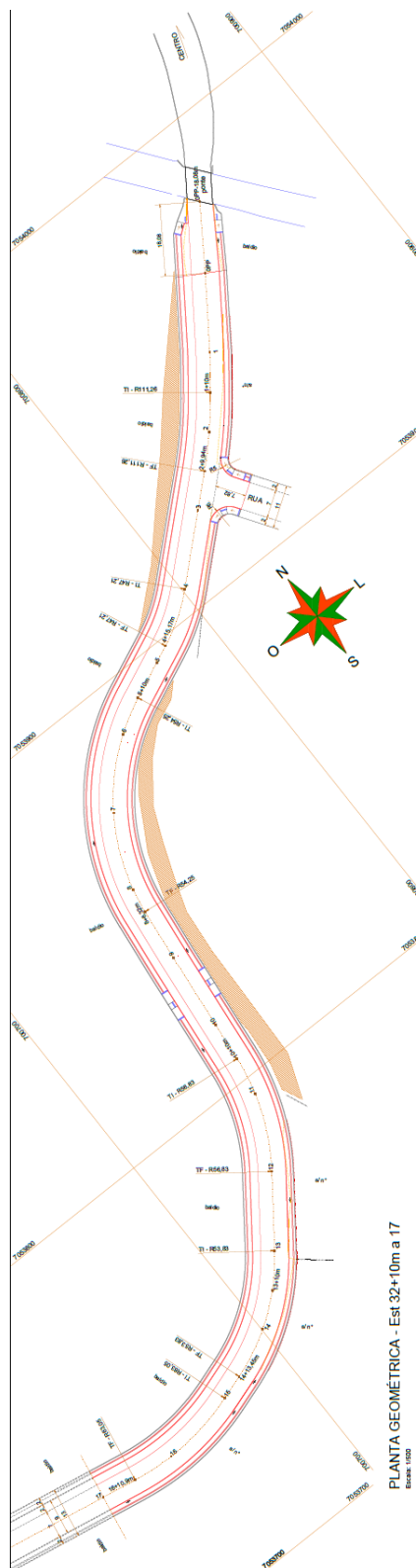
CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



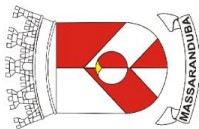
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

ANEXO II – Projeto geométrico da obra

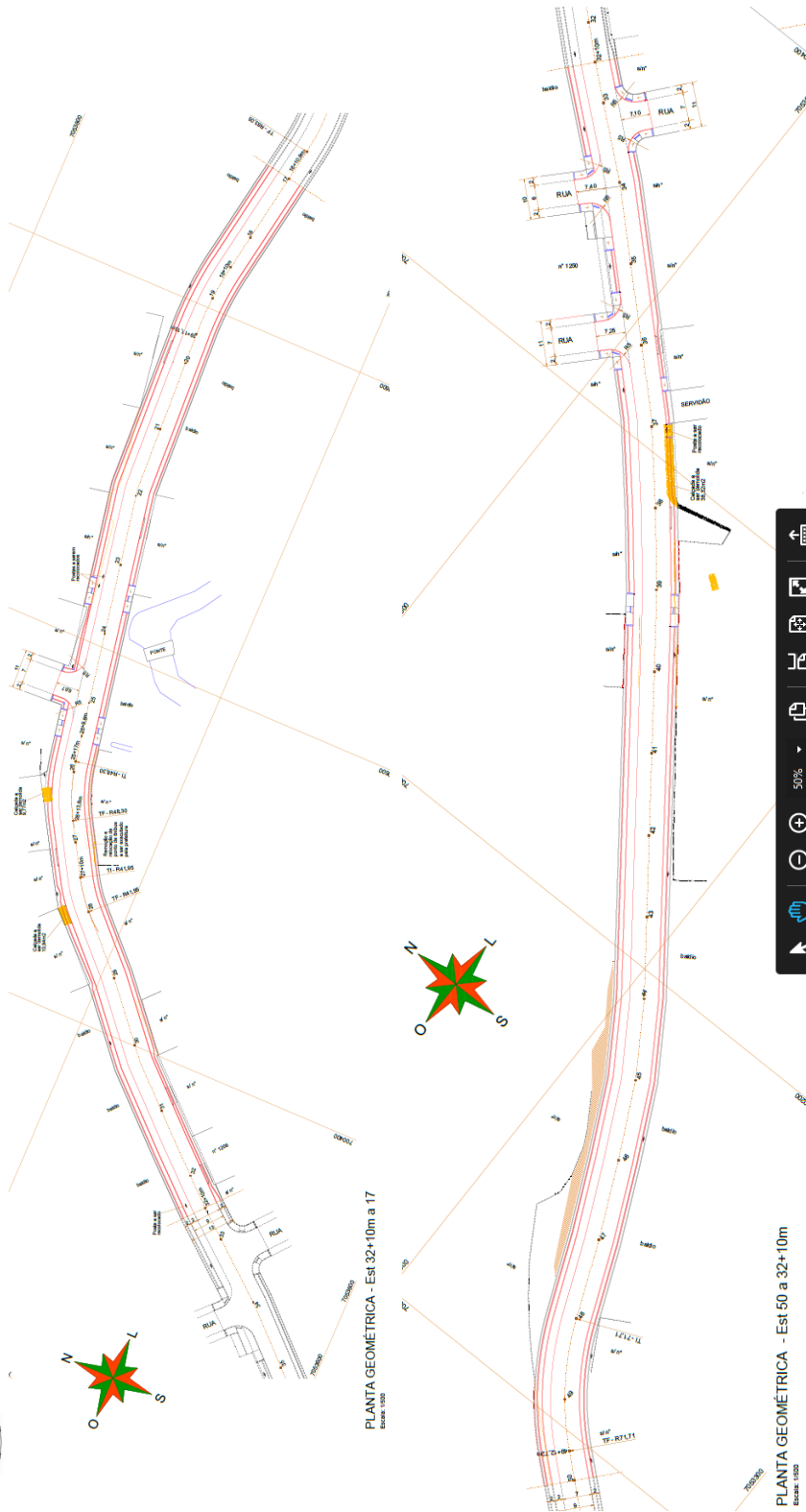


CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

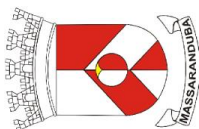


PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB - ASSESSORIA DE GABINETE

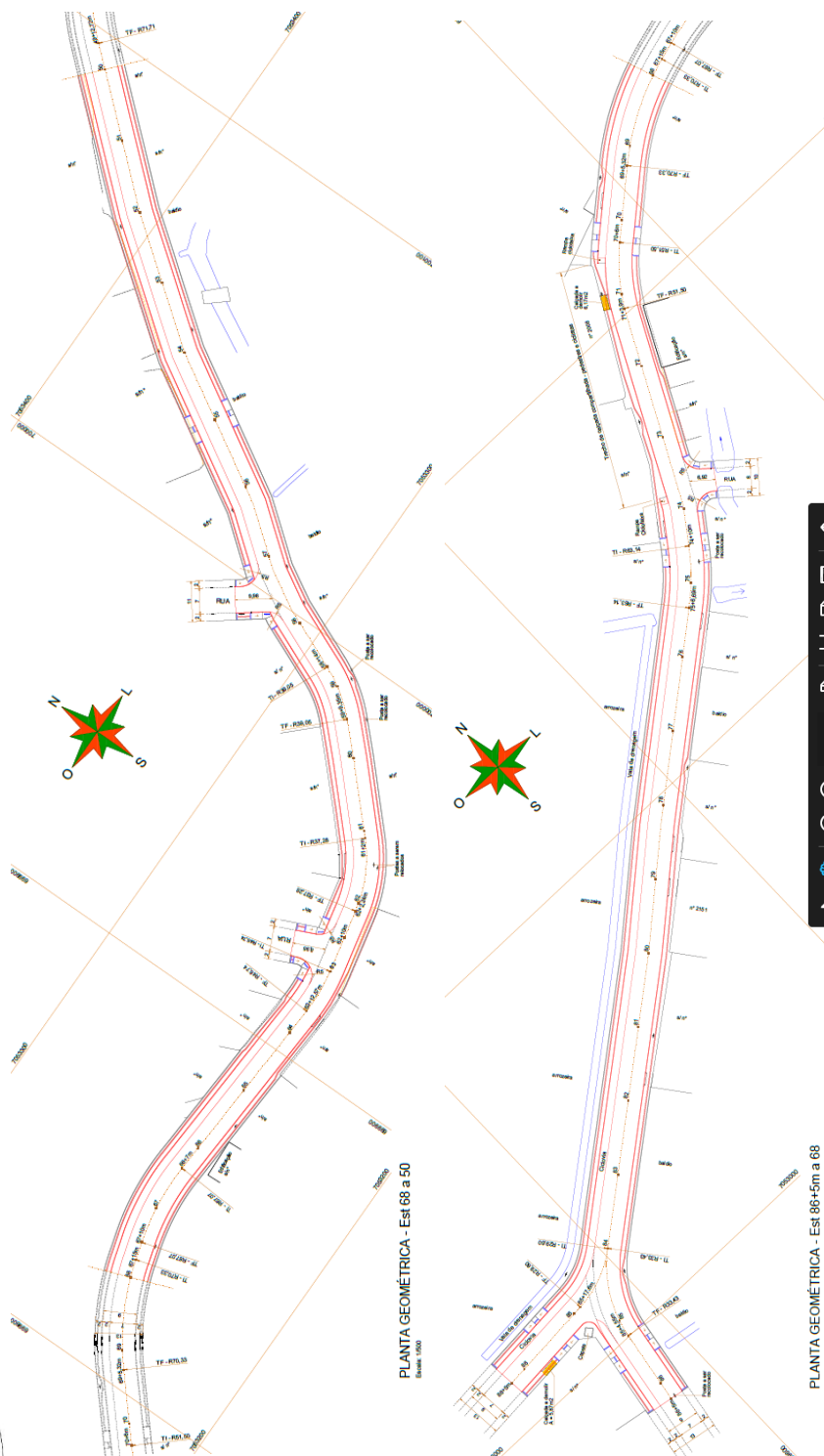


CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



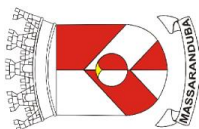
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB - ASSESSORIA DE GABINETE



Extensão total: 1.743,08m

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE**

Acesso ao projeto na íntegra:

<https://drive.google.com/drive/folders/1knaFkRWwb9TfsQyPFOFdxBM1eZiljwnO?usp=sharing>

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

ANEXO III – Planilha orçamentária

						NORDT SOLUÇÕES LTDA. - ME					
						CNPJ: 24.914.355/0001-54 / CAU 33469-3					
MUNICÍPIO						DATA REVISÃO			DATA EMISSÃO		
MASSARANDUBA						jun/20			mai/18		
PROJETO						REFERENCIAIS DE PREÇO SEM DESONERAÇÃO					
PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA PADRE SILVIO MICHELUZZI						SINAPI: maio-20			SICRO: outubro-19		
LOCALIZAÇÃO						MATERIAL E MÃO DE OBRA			MATERIAL		
RUA PADRE SILVIO MICHELUZZI - MASSARANDUBA - SC						BDI: 22,65%			BDI= 15,00%		
jun/20						ORÇAMENTO ESTIMATIVO DE REFERÊNCIA			Total do orç.: R\$ 2.693.627,75		
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO				UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES									5.550,03
1.1	SINAPI-mar/20	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO			m2	2,50	414,34	22,65%	508,19	1.270,48
1.2	SINAPI	99064	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO			m	3.181,00	0,35	22,65%	0,43	1.367,83
1.3	SICRO	160099	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES COM MARTELETE - CALÇADAS			m3	7,11	282,71	22,65%	346,74	2.465,48
1.4	COMPOSIÇÃO		RETRAIDA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO			m	36,30	8,49	22,65%	10,41	377,88
1.5	SINAPI	72898	CARGA E DESCARGA MECANIZADAS DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3			m3	8,74	3,36	22,65%	4,12	36,01
1.6	SINAPI	97918	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA, AF_01/18			m3km	34,96	0,76	22,65%	0,93	32,51
2		DRENAGEM PLUVIAL									568.044,86
2.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADORA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA, AF_01/2015			m3	374,40	6,17	22,65%	7,57	2.834,21
2.2	SINAPI	90106	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADORA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA, AF_01/2015			m3	1.582,30	5,24	22,65%	6,43	10.174,19
2.3	SINAPI	74010/001	CARGA E DESCARGA MECANICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3/16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG			m3	1.956,70	1,47	22,65%	1,80	3.522,06
2.4	SINAPI	97918	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA, AF_01/18			m3km	3.913,40	0,76	22,65%	0,93	3.639,46
2.5	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS, AF_11/2019 (EM BOTA FORA)			m3	1.956,70	0,89	22,65%	1,09	2.132,80
2.6	SINAPI	94112	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA, AF_06/2016			m3	91,00	175,33	22,65%	215,04	19.568,64
2.7	SINAPI	94107	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR QUE 1,5M ATÉ 2,5M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA, AF_06/2017			m3	0,90	194,87	22,65%	239,01	215,11
2.8	COMPOSIÇÃO		ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, SEM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).			m	520,00	28,40	22,65%	34,83	18.111,60
2.9	SINAPH	7790	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE-PS2, PB, DN 300 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)			m	520,00	25,92	22,65%	31,79	16.530,80
2.10	COMPOSIÇÃO		ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, SEM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).			m	1.115,00	35,99	22,65%	44,14	49.216,10
2.11	SINAPH	7761	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2, PB, DN 400 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)			m	1.115,00	63,45	22,65%	77,82	86.769,30
2.12	COMPOSIÇÃO		ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, SEM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).			m	323,00	62,04	22,65%	76,09	24.577,07
2.13	SINAPH	7762	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2, PB, DN 600 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)			m	323,00	100,56	22,65%	123,34	39.838,82
2.14	COMPOSIÇÃO		ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, SEM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO).			m	6,00	80,53	22,65%	98,77	592,62
2.15	SINAPH	7763	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2, PB, DN 800 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)			m	6,00	172,82	22,65%	211,06	1.271,76
2.16	COMPOSIÇÃO		ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015			m	6,00	99,08	22,65%	121,52	729,12
2.17	SINAPH	7765	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-2, PB, DN 1000 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)			m	6,00	252,86	22,65%	310,13	1.860,78
2.18	SINAPI-mar/20	83739	FORNECIMENTO / INSTALAÇÃO DE MANTA BDM RT-10 - LARG = 30CM			m2	1.165,30	4,83	22,65%	5,92	6.898,58
2.19	SINAPH	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)			m3	1.420,90	59,66	22,65%	73,17	103.967,25
2.20	SINAPI	72888	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE AREIA, BRITA, PEDRA DE MAO E SOLOS COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (DESCARGA LIVRE)			m3	1.420,90	0,80	22,65%	0,98	1.392,48
2.21	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE PO DE PEDRA			m3km	20.745,14	0,65	22,65%	0,80	16.596,11
2.22	SINAPI	93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADORA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA, AF_04/2016			m3	312,30	18,07	22,65%	22,16	6.920,57
2.23	SINAPI	93379	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADORA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA, AF_04/2016			m3	1.100,20	13,90	22,65%	17,05	18.758,41
2.24	SINAPI	93387	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADORA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA, AF_04/2016			m3	8,40	14,04	22,65%	17,22	144,65
2.25	COMPOSIÇÃO		POÇO DE VISITA Ø 40/60 CM - SIMPLES - SEM TAMPA			und	24,00	848,35	22,65%	1.040,50	24.972,00
2.26	COMPOSIÇÃO		POÇO DE VISITA Ø 80 CM - SIMPLES - SEM TAMPA			und	1,00	1.787,67	22,65%	2.192,58	2.192,58
2.27	COMPOSIÇÃO		TAMPA EM CONCRETO ARMADO PARA POÇO DE VISITA			und	25,00	201,38	22,65%	246,97	6.174,25
2.28	SINAPH	21090	TAMPAO POÇO ARTICULADO, CLASSE D400 CARGA MAX 40 T, REDONDO TAMPA 600 MM, REDE PLUVIALESGOTO			und	25,00	498,39	22,65%	611,28	15.282,00
2.29	SINAPI-mar/20	73607	ASSENTAMENTO DE TAMPAO DE FERRO FUNDIDO 600 MM			und	25,00	90,36	22,65%	110,83	2.770,75
2.30	COMPOSIÇÃO		CAIXA DE LIGAÇÃO Ø 40/60 CM - SIMPLES			und	27,00	836,37	22,65%	1.025,81	27.696,87
2.31	COMPOSIÇÃO		BOCA DE LOBO DE GAVETA			und	101,00	314,55	22,65%	385,80	38.965,80
2.32	SINAPI	73856/001	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 0,40M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.			und	2,00	720,45	22,65%	883,63	1.767,26
2.33	SINAPI	73856/002	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 0,60M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.			und	3,00	1.168,46	22,65%	1.433,12	4.299,36
2.34	SINAPI	73856/009	BOCA PARA BUEIRO DUPLA TUBULAR, DIÂMETRO = 1000M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.			und	2,00	3.123,32	22,65%	3.830,75	7.661,50

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

3			PAVIMENTAÇÃO DA PISTA E CICLOFAIXA							1.719.684,71
3.1	SINAPI	74205/001	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE MATERIAL 1A. CATEGORIA, PROVENIENTE DE CORTE DE SUBLEITO (C/ TRATOR ESTEIRAS 160HP)	m3	1.606,28	1,29	22,65%	1,58		2.537,92
3.2	SINAPI	74010/001	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3/16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	m3	1.606,28	1,47	22,65%	1,80		2.891,30
3.3	SINAPI	97918	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA. AF_01/18	m3xkm	3.212,56	0,76	22,65%	0,93		2.987,68
3.4	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_11/2019 (EM BOTA FORA)	m3	1.606,28	0,89	22,65%	1,09		1.750,85
3.5	SINAPI-1	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) (REFORÇO SUBLEITO)	m3	1.204,71	9,33	22,65%	11,44		13.781,88
3.6	SINAPI	74010/001	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3/16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	m3	1.204,71	1,47	22,65%	1,80		2.168,48
3.7	SINAPI	97918	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA. AF_01/18	m3xkm	6.023,55	0,76	22,65%	0,93		5.601,90
3.8	SINAPI	100576	COMPACTAÇÃO MECÂNICA A 100% DO PROCTOR NORMAL - PAVIMENTAÇÃO URBANA. AF_11/2019	m3	1.204,71	1,43	22,65%	1,75		2.108,24
3.9	SICRO	4011210	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO COM FRESAGEM, CORTE E CONTROLE AUTOMÁTICO DE GREIDE	m2	16.062,82	0,83	22,65%	1,02		16.384,08
3.10	COMPOSIÇÃO		EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE PEDRA RACHÃO, CARGA E TRANSPORTE	m3	3.212,56	8,78	22,65%	10,77		34.599,27
3.11	SINAPI	72888	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE PEDRA RACHÃO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m3 (DESCARGA LIVRE)	m3	3.212,56	0,80	22,65%	0,98		3.148,31
3.12	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE PEDRA RACHÃO	m3xkm	46.903,38	0,65	22,65%	0,80		37.522,70
3.13	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2017	m3	2.409,42	111,01	22,65%	136,15		328.042,53
3.14	SINAPI	72888	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE BRITA GRADUADA COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m3 (DESCARGA LIVRE)	m3	2.409,42	0,80	22,65%	0,98		2.361,23
3.15	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA GRADUADA	m3xkm	57.826,08	0,65	22,65%	0,80		46.260,86
3.16	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	3.564,54	36,17	22,65%	44,36		158.122,99
3.17	SINAPI	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_09/2017	m2	16.062,82	6,33	22,65%	7,76		124.647,48
3.18	SINAPI	96402	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-2C	m2	16.062,82	1,76	22,65%	2,16		34.695,69
3.19	SINAPI - SINAPI-I	95995 - 0,15329 DE 41899	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLOAMENTO, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - EXCLUSIVE CAP E TRANSPORTE	m3	803,14	465,94	22,65%	571,47		458.970,42
3.20	SINAPI-I	41899	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	T	123,11	2.893,75	15,00%	3.327,81		409.886,69
3.21	SINAPI	93176	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000L, EM RODOVIA PAVIMENTADA, DMT SUPERIOR A 100KM	Txkm	18.466,50	0,46	15,00%	0,53		9.787,25
3.22	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10M3 DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	m3xkm	21.202,90	0,83	22,65%	1,02		21.626,96
4			ATERRO DOS PASSEIOS ATÉ COTA DO MEIO FIO							25.256,29
4.1	SINAPI-I	6079	ARGILA, ARGILA VERMELHA OU ARGILA ARENOSA (RETIRADA NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	m3	543,14	9,33	22,65%	11,44		6.213,52
4.2	SINAPI	74010/001	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3/16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	m3	543,14	1,47	22,65%	1,80		977,65
4.3	SINAPI	97918	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA. AF_01/18	m3xkm	2.715,70	0,76	22,65%	0,93		2.525,60
4.4	SINAPI-I	4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m3	181,05	59,66	22,65%	73,17		13.247,43
4.5	SINAPI	72888	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE PO DE PEDRA COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m3 (DESCARGA LIVRE)	m3	181,05	0,80	22,65%	0,98		177,43
4.6	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE PO DE PEDRA	m3xkm	2.643,33	0,65	22,65%	0,80		2.114,66
5			SINALIZAÇÃO VIÁRIA							120.211,40
5.1	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES ZEBRADA - FTP-1 - COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	186,12	13,18	22,65%	16,17		3.009,56
5.2	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA DE RETENÇÃO - LRE - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	56,48	13,18	22,65%	16,17		913,28
5.3	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA DE BORDO - LBO - L=12CM - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	412,92	13,18	22,65%	16,17		6.676,92
5.4	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA SIMPLES CONTÍNUA - LFO-1 - L=12CM - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR AMARELA	m2	0,93	13,18	22,65%	16,17		15,04
5.5	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA SIMPLES SECCIONADA - LFO-2 - L=12CM - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR AMARELA	m2	20,08	13,18	22,65%	16,17		324,69
5.6	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA DUPLA CONTÍNUA - LFO-3 - L=12CM - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR AMARELA	m2	364,99	13,18	22,65%	16,17		5.901,89
5.7	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA MARCAÇÃO DE CRUZAMENTO RODOCICLOVIÁRIO - MCC - PARALELOGRAMOS 0,40 X 0,40M - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	30,40	13,18	22,65%	16,17		491,57
5.8	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA LINHA DE MARCAÇÃO DA CICLOFAIXA - MCI - L=20CM - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	307,14	13,18	22,65%	16,17		4.966,45
5.9	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO PISO DA CICLOFAIXA COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR VERMELHA	m2	2.892,93	13,18	22,65%	16,17		46.778,68

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600

E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – ASSESSORIA DE GABINETE

5.10	SINAPI	72947	PINTURA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO SÍMBOLO INDICATIVO DE VIA DE TRÂNSITO DE CICLISTA "BICICLETA" - SIC - R34 - COM TINTA RETRORREFLETIVA BASE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERA DE VIDRO - COR BRANCA	m2	11,20	13,18	22,65%	16,17	181,10
5.11	SICRO	5213362	TACHÃO BIDIRECIONAL COR AMARELA - 16X25X5CM - A CADA 2,5M	und	631,00	38,53	22,65%	47,26	29.821,06
5.12	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO - R-1 - "PARADA OBRIGATORIA" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	2,60	344,56	22,65%	422,60	1.098,76
5.13	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO - R-19 - "VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	3,00	344,56	22,65%	422,60	1.267,80
5.14	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ADVERTÊNCIA - A-32b - "PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRES" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	5,00	344,56	22,65%	422,60	2.113,00
5.15	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO - R-34 - "CIRCULAÇÃO EXCLUSIVA DE BICICLETAS" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	0,60	344,56	22,65%	422,60	253,56
5.16	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ADVERTÊNCIA - A-30b - "PASSAGEM SINALIZADA DE CICLISTAS" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	1,75	344,56	22,65%	422,60	739,55
5.17	SICRO	5213572	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ADVERTÊNCIA - A-30c - "PASSAGEM COMPARTILHADA POR CICLISTAS E PEDESTRES" - TOTALMENTE REFLETIVA	m2	1,00	344,56	22,65%	422,60	422,60
5.18	SICRO	5213424	PLACA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA - 45X25CM - REFLETIVA	m2	2,25	398,46	22,65%	488,71	1.099,60
5.19	SINAPI	7701	TUBO DE AÇO GALVANIZ C/COSTURA DIN 2440/NBR 5580 CLASSE MÉDIA DN 2 1/2" (65 mm) e=3,65 mm - 6,51 kg/m	m	209,20	51,15	22,65%	62,74	13.125,21
5.20	SINAPI	94964	SAPATA EM CONCRETO, VIRADO EM BETONEIRA, FCK=20 MPa, P / FIXAÇÃO PLACAS DE SINALIZAÇÃO - (30x30x40cm)	m3	2,59	318,29	22,65%	390,38	1.011,08
VALOR TOTAL SEM INSUMO DE PEDRA RACHÃO (R\$)									2.438.747,29
6			INSUMO PARA SUB BASE - PEDRA RACHÃO - FORNECIMENTO PREFEITURA						254.880,46
6.1	SINAPI	4730	PEDRA DE MÃO OU PEDRA RACHÃO PARA SUB BASE (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m3	3.180,44	65,34	22,65%	80,14	254.880,46
VALOR TOTAL COM INSUMO DE PEDRA RACHÃO (R\$)									2.693.627,75
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA				RESPONSÁVEL TÉCNICO					
				NORDT SOLUÇÕES LTDA - ME					
				CAU 33469-3					
				PAULA DO CARMO NORDT					
				ARQUITETA E URBANISTA - CAU A109955-8					

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone/Fax: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br - CNPJ: 83.102.483/0001-62

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO 33/2020

Publicação Nº 2608716

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020.

O Município de Matos Costa, através da Pregoeira Oficial nomeada pelo Decreto nº 104/2020, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando a CONSTRUÇÃO DE SALAS PARA ESTRUTURAR O SETOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E OFERECER MELHOR ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC, com fornecimento de mão de obra e material, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e de acordo com descrição detalhada no presente Edital e seus anexos, vinculado ao Convênio nº 2020TR000522, realizada em 14 de agosto de 2020, às 09:15 horas foi considerada DESERTA.

Matos Costa, 17 de agosto de 2020 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 130/2020

Publicação Nº 2608837

DECRETO N.º 130/2020 – de 14 de agosto de 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e, ainda;

Considerando o Decreto de nº 630 de 1.º de junho de 2020, o qual altera o Decreto nº 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo território catarinense;

Considerando que em 13 de agosto de 2020 foi deliberado em reunião virtual dos prefeitos dos Municípios membros da AMARP sobre as novas medidas a serem adotadas na região como estratégia no combate à Covid-19;

Considerando a avaliação do Risco Potencial para COVID-19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da Pandemia na Região da AMARP, já classificada como RISCO POTENCIAL GRAVE, conforme demonstra a matriz de Risco Regional disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>;

Considerando ainda o aumento no número de casos de coronavírus nos Municípios que compreendem a AMARP, bem como, a proximidade do possível colapso do setor de saúde no que diz respeito aos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas por prazo indeterminado as medidas e restrições, previstas neste Decreto, para o combate ao COVID- 19 em todo território do Município de Matos Costa.

Art. 2º. Ficam autorizadas as missas e cultos em todas as igrejas de abrangência do município de Matos Costa, somente nos sábados, seguindo todos os protocolos e regramentos sanitários de cada município.

Art. 3º. Os salões de beleza deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando atendimento de forma individual e seguindo o regimento sanitário estabelecido. É proibido o consumo de alimentos e chimarrão nesses locais.

Art. 4º. O comércio local terá o seu funcionamento de segunda-feira a sábado em horário habitual, devendo permanecer fechado aos domingos e feriados.

Art.5º . Os mercados, supermercados e mercearias terão seu funcionamento de segunda-feira a sábado em horário habitual e no domingo até as 12:00 horas.

Art. 6º. Os restaurantes funcionarão de segunda-feira a sábado nos horários habituais, não podendo ultrapassar às 22:00 horas.

Art. 7º. As lanchonetes terão seu funcionamento de segunda a sexta feira até as 19:00 horas, nos sábados até às 22:00 horas.

Art. 8º. Os bares permanecem com a mesma deliberação dos decretos anteriores do Município.

Art. 9º. As lojas de conveniências e similares poderão fazer a venda de lanches, guloseimas e bebidas, as quais não poderão ser consumidas

no local, somente poderá ser realizada a venda, e seguirá o horário de abertura e fechamento dos Postos de combustível.

Art. 10º Para os eventos públicos, privados e esportivos fica mantida a proibição total.

Art. 11º. Quanto as aulas, o Município se empenhará para que o calendário da Secretaria de Estado da Educação seja uniforme com o da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12. Fica suspensa a utilização dos espaços das praças, parques e academias ao ar livre.

Art. 13. Os velórios realizados no âmbito do Município deverão obedecer as normas sanitárias estabelecidas.

Art. 14. Continua sendo obrigatório o uso de mascaras pelos cidadãos em todos os ambientes, sejam eles públicos ou privados, ficando sob a responsabilidade de cada local fazer que seja cumprida essa determinação.

Art. 15. Todas as medidas acima descritas, devem obrigatoriamente seguir todos os protocolos de orientações e notas técnicas, bem como, os decretos e demais legislações vigentes.

Art. 16. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Matos Costa, 14 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 131/2020

Publicação Nº 2608841

DECRETO N.º 131/2020 – de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre alteração da nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº. 1560/2008, alterada pela Lei Municipal nº 2.042/2014;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam designados os membros a seguir nominados, para comporem o Conselho Municipal de Saúde – C.M.S:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
FRANCIELE DOS SANTOS JASKIU - Membro Titular
Fernanda aparecida bleixuehl- Membro Suplente

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
LUCIA SCHEFFER ROSA – Membro Titular
TACIANE KRAUCHK – Membro Suplente

III - Representante da Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento;
SEBASTIÃO EDILSON MARSCHALK – Membro Titular
DOUGLAS MIGUEL HOEPFNER – Membro Suplente

IV - Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;
JOELCY F. GRANEMANN – Membro Titular
MARIZA SMEK DE OLIVEIRA – Membro Suplente

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

I - Representante do SAMU Matos Costa;
GABRIEL DE FREITAS – Membro Titular
GUSTAVO EDUARDO BAUERMEISTE – Membro Suplente

II - Representante da Classe Médica
Drª KARINE PEREIRA DA SILVA – Membro Titular

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

I - Representantes da Associação dos Apicultores de Matos Costa.

AGILEU CARNEIRO ROSA – Membro Titular

ADAIR ANTONIO PEROZZO – Membro Suplente

II - Representante da Associação do Clube de Mães do Assentamento Treze de Outubro;

SEDINEIA PEROZZO– Membro Titular

MARLI BERTOTI – Membro Suplente

III - Representante da Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Ana Maria de Paula;

CLAUDINEI GIELINSKI – Membro Titular

ANASTASIA HOFLINGER – Membro Suplente

IV - Representante do Conselho Pastoral da Saúde;

VANDERLÉIA APARECIDA FARIAS FRANÇA – Membro Titular

NEUZA MARIA ISSOPO GRANEMANN– Membro Suplente

V - Representante do Clube da Amizade do Idoso;

CECILIA CASTILHO CAMARGO– Membro Titular

IZAURA MORAIS – Membro Suplente

VI - Representante do Lions Clube Matos Costa Região do Contestado.

ELAINE CRISTINA CASTILHO – Membro Titular

SONIA TEREZINHA RIBAS – Membro Suplente

Art. 2º . Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto nº 096/2018 de 12 de setembro de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contidas no Decreto 76/2020.

Matos Costa, 14 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 132/2020

Publicação Nº 2608842

DECRETO N.º 132/2020 – de 14 de agosto de 2020.

Altera nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - CMDET.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º. De acordo com o estabelecido na Lei Municipal Nº 2.166/2017 – 12 de abril de 2017, ficam nomeados os membros a seguir nominados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico -CMDET, de acordo com a representatividade estabelecida em Lei:

I -O Secretário de Indústria e Comércio do Município; Elaine Cristina Castilho

II -O Secretário de Finanças do Município; Gilberto Gomes

III –O Secretário de Governo do Município; Dalton Fagundes

IV -Um representante do Comércio local; Edina Carla Sczotka dos Santos

V- Um representante da Sociedade Civil: Sebastião Edilson Marschalk

Art. 2º. As atribuições do CMDET, são as estabelecidas na Lei Municipal 2.166/2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário contidas no DECRETO N.º 079/2020.

Matos Costa, 14 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	--

DECRETO 133/2020

Publicação Nº 2608843

DECRETO N.º 133/2020 – de 14 de agosto de 2020.

Altera nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal de Turismo - CONTUR.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 5º da Lei Municipal nº 1461/2007, de 30 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1o. Ficam designados os membros a seguir nominados para comporem o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, para um mandato de 02 (dois) anos a contar desta data, conforme abaixo segue:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESPORTO, CULTURA E TURISMO

LEONIR ALVES DOS SANTOS – Membro Titular

DIRCEU JOANIM DE FREITAS – Membro Suplente

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

DOUGLAS MIGUEL HOEPFNER– Membro Titular

CARLOS EVALDO MARSCHALK – Membro Suplente

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CAMILA CARNEIRO - Membro Titular

RAFAELA FRANÇA – Membro Suplente

IV – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

DANUZA RODRIGUES– Membro Titular

OLENI RODRIGUES MACHADO – Membro Suplente

V – REPRESENTANTES DO TRADE TURÍSTICO DA REGIÃO:

ELZA BAUERMEISTER HAS DE SOUZA DOBLER – Membro Titular

VERA BAUERMEISTER FREISLEBEM – Membro Suplente

VI – REPRESENTANTES DAS MICROBACIAS DE MATOS COSTA

JOÃO ROBERTO MARSCHALK – Membro Titular

ERVINO FREISLEBEN – Membro Suplente

VII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR

DAIANA DO NASCIMENTO MARTINS – Membro Titular

TAILANA APARECIDA RIBEIRO – Membro Suplente

VIII – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL PADRE THOMAZ PIETERS

CLEUSETTE DAMBROWSKI MARSCHALK – Membro Titular

AGUEDA RODE NESTOR– Membro Suplente

IX – REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICA DA VIGILANCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

ELIANE APARECIDA CASTILHO - Membro Titular

GISLAINE LEVANDOSKI - Membro Suplente

X – REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO LOCAL

MARINALDO SILVA – Membro Titular

ANCELMO BERTOTI – Membro Suplente

XI – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS – Membro Titular

ADAIR ANTONIO PEROZZO – Membro Suplente

XII – RESTAURANTES E MEIOS DE HOSPEDAGEM DE MATOS COSTA

GABRIELE ALINE SANTOS – Membro Titular

IVO CAMANA – Membro Suplente

XIII – REPRESENTANTES DA ÁREA TÉCNICA AGROPECUÁRIA

GUILHERME BRISCK – Membro Titular

SEBASTIÃO EDILSON MARSCHALK – Membro Suplente

XIV – REPRESENTANTES DOS ARTESÕES DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA:

ACACIO CESAR SMEKA – Membro Titular

NILSE GIELINSKI – Membro Suplente

Art. 2o. – Ficam revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto 092/2018.

Art. 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 14 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	--

DECRETO 134/2020

Publicação Nº 2608847

DECRETO N.º 134/2020 – de 17 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o controle de frequências dos servidores, empregados ou contratados através de registro do ponto eletrônico em função da pandemia por CORONAVÍRUS (Covid-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, inciso VII, c/c o art. 91, inciso I da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal Nº 34/2020 de 18 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo CORONAVÍRUS (Covid-19) no âmbito da Administração Pública".

CONSIDERANDO, as disposições constantes nos demais Decretos Municipais, referentes a situação de pandemia expedidos pelo Município de Matos Costa;

CONSIDERANDO, finalmente, que o ponto eletrônico, de controle de frequência pode se tornar um foco de disseminação do CORONAVÍRUS (Covid-19) entre os servidores e que é de responsabilidade da administração municipal resguardar a saúde desses:

DECRETA:

Art. 1º. 1º Fica prorrogado o prazo estabelecido no artigo primeiro do Decreto 109/2020, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 17 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	--

PORTARIA 401/2020

Publicação N° 2607940

PORTARIA N° 401/2020 – De 14 de Agosto de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JONATHAN FELIPE ROSA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional do SERVIÇOS GERAIS na categoria funciona de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 14 de Agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N°. 090/2020

Publicação N° 2608143

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 090/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: FLÁVIO LEONEL PEREIRA 88752887987

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E AUXILIAR, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS PÚBLICOS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência: Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 17 de agosto de 2020.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 053-2020

Publicação N° 2608980

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 01/09/2020 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2020, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, PARA COBERTURA DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 17 de agosto de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2020

Publicação Nº 2608336

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1357/2020
Modalidade: Pregão Nº 037/2020
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADAS

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de agosto de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 28 de agosto de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 17/08/20.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

CONTRATO 123-2018 - TERMO ADITIVO 05-2020 - PALOMA - PRAZO

Publicação Nº 2608154

TERMO ADITIVO Nº. 005/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2018

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2018, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Nereu Ramos, nº 237-E, Bairro Passo dos Fortes, na Cidade de Chapecó – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.656.330/0001-04, neste ato representada por sua titular, a Senhora JOELMA MORETO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 142/2018 – Concorrência nº 001/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 123/2018 de 17.04.2018, constante da Cláusula Segunda, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será prorrogado em 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do dia 17 de agosto de 2020 e terminando em 03 de outubro de 2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 17 de julho de 2019; e de acordo com o Termo Aditivo nº 002/2019, de 15 de julho de 2019, que prorrogou o prazo para execução por 03 (três) meses, terminando em 17 de outubro de 2019; com o Termo Aditivo nº 003/2019 de 17 de outubro de 2019, que prorrogou o prazo por 06 (seis) meses, o prazo terminaria em 17 de abril de 2020; Com o Termo Aditivo nº 004/2020 de 17 de abril de 2020, que prorrogou o prazo por 04 (quatro) meses, o prazo terminaria em 17 de agosto de 2020; e com este aditivo prorrogando por 45 (quarenta e cinco) dias o prazo terminará em 03 de outubro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa exarada através da Solicitação para Celebração de Aditivo Contratual, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 123/2018 de 17.04.2018.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 17 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI Joelma Moreto Titular – Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC N° 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 144-2019 - TERMO ADITIVO 01-2020 - EDIFICAR - JANGUTA - VALOR

Publicação N° 2608153

TERMO ADITIVO N°. 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 144/2019

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 144/2019, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA E QUINTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio n° 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua do Comércio, 1574, centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 12.278.825/0001-51, neste ato representada por seu sócio administrador, Senhor GILBERTO LUIS SIGNOR, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação N°. 1693/2019 – Tomada de Preços n° 006/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N° 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditado o objeto do contrato n° 144/2019 de 14.10.2019, Constante da Cláusula Primeira, com aumento e redução do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos do Justificativa do Setor de Engenharia, e das Solicitações de Supressão e Adição, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo os seguintes itens:

SUPRESSÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VlrUni	VlrTotal
2. REFORMA BWC MASC / BWC FEM / HALL / CASA DE CARNES					
2.1	Porta de ferro tipo veneziana 70x50 de giro	m²	0,35	332,00	116,20
4. REFORMA DA QUADRA					
4.1	Concreto usinado Fck de 25 Mpa, slump de 14,00cm (+-2,00cm) incluso serviços de bomba, a	m³	44,36	276,00	12.243,36
4.2	Tela de aço soldada CA-60, Q92, 4,2mm (malha 15x15cm)	m²	633,81	9,44	5.980,99
4.3	Espaçador em plástico para vergalhão 4,2mm	und	800,00	0,13	102,34
4.4	Lona plástica preta 150 micras	m²	633,81	0,80	505,17
4.5	Mão de obra para execução de piso em concreto polido, incluso serviços de nivelamento, lançamento e adensamento do concreto, polimento, cortes no piso e acabamentos finais	m	633,81	13,58	8.604,60

4.6	Tinta acrílica para pisos com acabamento fosco de alta resistência, para pintura de piso cimentado em ambientes externos e internos. Composto por resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico e pigmentos. Embalagens de 18L na cor azul escuro.	und	2,00	252,72	505,44
4.7	Tinta acrílica para pisos com acabamento fosco de alta resistência, para pintura de piso cimentado em ambientes externos e internos. Composto por resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico e pigmentos. Embalagens de 18L na cor laranja.	und	2,00	252,72	505,44
4.8	Tinta acrílica para pisos com acabamento fosco de alta resistência, para pintura de piso cimentado em ambientes externos e internos. Composto por resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico e pigmentos. Embalagens de 3,6L na cor preta	und	2,00	88,00	176,00
4.9	Fundo preparador de paredes e pisos à base de água, composta por resinas a base de dispersão aquosa de copolímero acrílico e aditivos. Embalagens de 18,0L	und	2,00	232,00	464,00
6. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS					
6.21	Sumidouro retangular em alvenaria com dimensões internas de 250x500x300 cm	und	1,00	3.468,98	3.468,98
7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
7.5	Eletrocalha perfurada 50x50mm	m	35,65	9,82	350,10
7.14	Dispositivo de proteção contra surto 275 V/40 KA	und	8,00	94,90	759,18
8. AMPLIAÇÃO					
8.37	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e=6mm	m²	189,28	29,46	5.576,37
10. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
10.3	Eletrocalha perfurada 50x50mm	m	36,35	9,82	356,97
10.4	Tampa de encaixe eletrocalha 50mm	m	12,00	5,32	63,88
10.5	Tê horizontal eletrocalha perfurada 50 mm	und	4,00	12,74	50,97

10.6	Cruzeta 100x50mm	und	9,35	1,00	9,35
10.7	Suporte vertical 50x50 mm	und	25,00	2,71	67,65
10.13	Lâmpada LED tubular 20 W	und	6,00	49,64	297,86

TOTAL DA SUPRESSÃO	- 40.203,73
--------------------	-------------

ADITIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VlrUni	VlrTotal
1. FACHADA FRONTAL, REBOCO E PINTURA					
1.1	Chapisco em alvenaria e estruturas de concreto aplicado com colher de pedreiro	m²	150,00	3,26	489,00
1.2	Revestimento massa única em argamassa para recebimento de pintura	m²	150,00	27,26	4.089,00
1.3	Aplicação manual de fundo selador acrílico	m²	150,00	2,02	303,00
1.4	Aplicação manual de pintura acrílica em paredes, duas demãos	m²	150,00	10,82	1.623,00
2. JANELAS, FACHADA FRONTAL E FUNDOS					
2.1	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento	m³	1,08	37,89	40,92
2.2	Janela de alumínio de correr, 4 folhas, fixação com argamassa, com vidros, padronizada	m²	7,20	465,67	3.352,82
2.3	Vergas e contravergas para portas e janela com vão superior a 1,50	m	15,60	34,46	537,58
2.4	Peitoril de marmore, largura de 15cm, assentado em argamassa traço 1:4	m	6,00	94,70	568,20
3. COZINHA					
3.1	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos na vertical 11,5x14x-24cm (e=11,5cm)	m²	4,68	51,62	241,58
3.2	Chapisco em alvenaria e estruturas de concreto aplicado com colher de pedreiro	m²	9,36	3,26	30,51
3.3	Revestimento massa única em argamassa para recebimento de pintura	m²	4,68	27,26	127,58
3.	Revestimento cerâmico para paredes internas com dimensão 33x45cm	m²	4,68	47,37	221,69
3.4	Porta de ferro tipo veneziana, de abrir	m²	1,20	332,00	398,40
3.5	Granito para bancada, polido, tipo andorinha/quartz/castelo/corumba ou equivalente	m²	2,40	146,08	350,59

3.6	Torneira cromada para lavatório, temporizada, pressão bica baixa	und	2,00	52,88	105,76
3.7	Torneira cromada de mesa para lavatório, temporizada, pressão, bica baixa - COD. 36796	und	2,00	166,74	333,48
3.8	Cuba de embutir em aço inoxidável média - fornecimento e instalação - COD. 86900	und	4,00	167,35	669,40
3.9	Torneira cromada para lavatório, temporizada, pressão bica baixa (tanque)	und	1,00	52,88	52,88
4. RAMPAS					
4.1	Concreto com classe de resistência Fck = 20 Mpa	m³	2,23	292,48	652,23
4.2	Mão de obra para execução de piso em concreto polido (esp. 7cm), incluso serviços de	m²	10,01	13,58	135,94
4.3	Guarda-corpo com corrimão em tubo de aço galvanizado 1.1/2" - COD. 99839	m	4,20	304,59	1.279,27
4.4	Corrimão simples, diâmetro externo 1. 1/2", em aço galvanizado - COD. 99855	m	12,00	62,11	745,32
5. CONTRAPISO CASA DE CARNES E BANHEIROS					
5.1	Contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo em betoneira, esp. 2cm - COD 87620	m²	49,79	24,34	1.212,10
6. ALTERAÇÃO DE PORTAS					
6.1	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento	m³	0,28	37,89	10,61
6.2	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos na vertical 11,5x14x-24cm (e=11,5cm)	m²	1,68	51,62	86,72
6.3	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto	m²	3,36	3,26	10,95
6.4	Massa única para recebimento de pintura, em argamassa, traço 1:2:8	m²	3,36	27,26	91,59
6.5	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	1,68	10,82	18,18
6.6	Revestimento cerâmico para paredes internas com dimensão 33x45cm	m²	1,68	47,37	79,58
6.7	Kit de porta de madeira semi-oca (0,80m X 2,10m), padrão médio, espessura de 3,5cm	und	1,00	708,17	708,17
7. FECHAMENTO EM MADEIRA DOS GUICHÊS					

7.1	Tábua de madeira aparelhada *2,5 x 15* cm, macaranduba, angelim ou equivalente - CÓD. 3993	m²	5,70	122,16	696,33
7.2	Dobradiça em aço/ferro, 3.1/2" x 3", E=1,9 a 2mm, com anel, cromado ou zincado - CÓD. 2432	und	9,00	27,51	247,61
8. INTERNO EXISTENTE, REBOCO					
8.1	Chapisco em alvenaria e estruturas de concreto aplicado com colher de pedreiro	m²	410,00	3,26	1.336,60
8.2	Revestimento massa única em argamassa para recebimento de pintura	m²	410,00	27,26	11.176,60
9. PIA NA CHURRASQUEIRA					
9.1	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos na vertical 11,5x14x-24cm (e=11,5cm)	m²	2,88	51,62	148,67
9.2	Chapisco em alvenaria e estruturas de concreto aplicado com colher de pedreiro	m²	5,76	3,26	18,78
9.3	Revestimento massa única em argamassa para recebimento de pintura	m²	2,88	27,26	78,51
9.4	Revestimento cerâmico para paredes internas com dimensão 33x45cm	m²	2,88	47,37	136,43
9.5	Porta de ferro tipo veneziana, de abrir	m²	0,40	332,00	132,80
9.6	Granito para bancada, polido, tipo andorinha/quartz/castelo/corumba ou equivalente	m²	1,20	146,08	175,30
9.7	Torneira cromada para lavatório, temporizada, pressão bica baixa	und	1,00	52,88	52,88
9.8	Cuba de embutir em aço inoxidável média - fornecimento e instalação - CÓD. 86900	und	1,00	167,35	167,35
10. PORTA DE ENTRADA					
10.1	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento - CÓD. 97644	m²	11,52	6,31	72,66
10.2	Porta de ferro de abrir, com requadro e guarnição	m²	11,52	332,00	3.824,64
10.3	Pintura esmalte acetinado sobre superfície metálica, duas demãos - CÓD. 73924/002	m²	11,52	23,47	270,36
11. PORTA DE ACESSO À CHURRASQUEIRA					
11.1	Porta de ferro de correr, com requadro e guarnição	m²	1,89	332,00	627,48

11.2	Pintura esmalte acetinado sobre superfície metálica, duas demãos - CÓD. 73924/002	m²	1,89	23,47	44,36
12. ACRÉSCIMO DE PAREDES, CANCHA DE 48					
12.1	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos na vertical 11,5x14x-24cm (e=11,5cm)	m²	14,00	51,62	722,68
12.2	Chapisco em alvenaria e estruturas de concreto aplicado com colher de pedreiro	m²	28,00	3,26	91,28
12.3	Revestimento massa única em argamassa para recebimento de pintura	m²	28,00	27,26	763,28
12.4	Aplicação manual de fundo selador acrílico	m²	28,00	2,02	56,56
12.5	Aplicação manual de pintura acrílica em paredes, duas demãos	m²	28,00	10,82	302,96
13. QUADRA					
13.1	Lixamento em piso de concreto -COMPOSIÇÃO 02	m²	630,83	29,92	18.876,60
13.2	Pintura epoxi, duas demãos - COMPOSIÇÃO 03	m²	630,83	18,82	11.874,69
13.3	Refletor de LED 125W - COMPOSIÇÃO 01	und	15,00	183,53	2.752,89
14. CASA DE GÁS					
14.1	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos na vertical 11,5x14x-24cm (e=11,5cm)	m²	5,04	51,62	260,16
14.2	Piso de concreto ou concreto moldado in loco, feito em obra, convencional, não armado - CÓD. 68325	m²	1,00	41,73	41,73
14.3	Execução de estruturas de concreto armado, FCK=25MPa - CÓD. 95956	m³	0,20	1.629,85	325,97
14.4	Impermeabilização de superfície com cimento impermeabilizante, E=0,5cm - CÓD. 83763	m²	2,00	51,47	102,95
14.5	Porta de ferro tipo veneziana, de abrir (60X100cm)	m²	0,60	332,00	199,20
14.6	Manta de polietileno expandido antichamas (4 aberturas de 15x10cm) - CÓD. 38544	m²	0,06	4,73	0,28
14.7	Tubo de aço galvanizado com costura, classe média, conexão rosqueada - CÓD. 92687	m	10,00	16,20	161,97
15. PINTURA DO PISO DA AMPLIAÇÃO					
15.1	Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos - CÓD. 74245/001	m²	148,50	12,57	1.866,00
16. ABAS DE MADEIRA, FACHADA FRONTAL					

16.1	Remoção de madeira para forro, de forma manual, sem reaproveitamento - CÓD. 97642	m²	24,50	2,14	52,31
16.2	Tabeira de madeira lei, 1ª qualidade, 2,5x30cm para beiral de telhado - CÓD. 84093	m	26,50	43,80	1.160,64
16.3	Forro em réguas de PVC, frisado, inclusive estrutura de fixação - CÓD. 96111	m²	24,50	32,55	797,49
17. TELHADO DA AMPLIAÇÃO					
17.1	Telhamento com telha metálica termoacustica E=30mm - CÓD. 94216	m²	189,28	137,76	26.075,21
18. SUMIDOURO					
18.1	Sumidouro em pedra - COMPOSIÇÃO 04	und	1,00	1.679,54	1.679,54
TOTAL DA ADIÇÃO			+105.937,80		
TOTAL DE ADIÇÃO DO ADITIVO			+65.734,07		

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 144/2019 de 14.10.2019, Constante da Cláusula Quinta, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da Justificativa do Setor de Engenharia, e das Solicitações de Supressão e Adição, que fazem parte integrante do presente aditivo, sendo que o valor aditivado do presente termo aditivo corresponde em R\$ +65.734,07 (sessenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais e sete centavos), correspondendo ao valor adicionado de R\$ +105.937,80 (cento e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) e o valor suprimido de R\$ -40.203,73 (quarenta mil, duzentos e três reais e setenta e três centavos);

Que, acrescido o presente aditivo ao valor original do contrato no valor de R\$ 222.838,54 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

Totaliza o valor do presente contrato em R\$ 288.572,61 (duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 144/2019 de 14.10.2019.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 31 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA Gilberto Luís Signor Sócio Administrador – Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

PORTARIA Nº 175/2020

Publicação Nº 2608617

PORTARIA Nº 175 /2020 DE 31 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, a partir de 03 de Agosto de 2020, nos Departamentos do Município de Modelo – SC, de segunda à sexta-feira, nos horários conforme abaixo especificado, de conformidade com a carga horária sendo:

1. Departamento de Administração, Social, Esporte,

Turno Matutino: 07:30h às 11:30h

Turno Vespertino: 13:00h às 17:00h

2. Departamento da Educação

Turno Matutino: 07:30h às 11:30h

Turno Vespertino: 13:15h às 17:15h

3. Departamento Obras, Agricultura, Estradas e Rodagens.

Turno Matutino: 07:30h às 11:30h

Turno Vespertino: 13:30h às 17:30h

Art. 2º Fica estabelecida a jornada de trabalho, a partir de 17 de Agosto de 2020, nos Departamentos do Município de Modelo – SC, de segunda à sexta-feira, nos horários conforme abaixo especificado, de conformidade com a carga horária sendo:

1. Departamento da Saúde

Turno Matutino: 07:30h às 11:30h

Turno Vespertino: 13:00h às 17:00h

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 31 de julho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL TP Nº 010/2020 - PMM

Publicação Nº 2608729

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2020 - TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 010/2020. O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preço nº 010/2020. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Preço Global. OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, necessários para execução de COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA GUARANI, no município de Mondaí, conforme planilha orçamentária, projetos e especificações, com recursos Próprios e do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - contrato FINISA 0531.279-56/2019, firmado entre a Caixa Econômica Federal (Caixa) e Município de Mondaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 17h00min do dia 02 de setembro de 2020, no seguinte endereço: Avenida Laju, nº 420, Centro, Caixa Postal 91, CEP: 89893-000 - Mondaí/SC. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS COMERCIAIS: Às 08h30 do dia 04 de setembro de 2020, no seguinte endereço: Casa da Cultura, Rua do Porto, nº 279, Bairro Uruguai, Mondaí/SC. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelos telefones (49) 3674-3100/3131/3137 ou pelos e-mails: compras@mondai.sc.gov.br; compras1@mondai.sc.gov.br; controleinterno@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 17 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda/ Ordenador de Despesa.

EXTRATO PREGÃO Nº 022.2020 PMM

Publicação Nº 2607980

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 064/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 022/2020. TIPO: Menor Preço Por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de máquinas (retroescavadeira traçada, caminhão basculante), destinados para recuperação de vias públicas, abertura de fontes de água, soltura de cascalho, acessos a propriedades, abertura de valas, aterros e demais serviços similares, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 01 de setembro de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 01 de setembro de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 14 de Agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador da Despesa

LAI 667-2020 - COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE MONDAI

Publicação Nº 2607871

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

PROTOCOLO Nº 667/2020.

O Município de Mondaí/SC, em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, Lei Complementar Municipal nº 69, de 17 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.264 e 5.265, de 30 de outubro de 2019, Resolução CONSEMA nº 155, de 06 de dezembro de 2019, com base no Protocolo nº 667/2020 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à: EMPREENDEDOR:

NOME: Cooperativa de Transporte de Mondaí		
ENDEREÇO: Rua Hubert Weiss, 322 Bairro: Centro.		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: Mondaí	ESTADO: SC
CNPJ: 09.233.159/0001-20		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.
EMPREENHIMENTO: Tanque Aéreo Autônomo para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.
CNPJ: 09.233.159/0001-20

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: Rua Hubert Weiss, 322 Bairro: Centro.

CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: Mondaí	ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: 27°06'07.5"S, Longitude: 53°24'11.3"W		

DA VIABILIDADE:**Condições gerais:**

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. **PRAZO DE VALIDADE:**

Seis (06) meses, a contar da presente data. **DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho 07, do Protocolo 667/2020. **LOCAL, DATA E ASSINATURA:** Mondaí/SC, 17 de Agosto de 2020. Paulo Rogério de Anhaia

Engenheiro Agrônomo/CREA/SC 092802-3

Município de Mondaí – SC.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 068/2020

Publicação Nº 2607986

DECRETO Nº 68/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“ALTERA MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO – ORTRAN E DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, bem como da Lei Complementar Municipal n.º 067, de 18 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído o integrante I – Diretor de trânsito do ORTRAN: Eduardo Scuzziato pelo novo integrante abaixo descrito, para compor o Órgão de Trânsito do Município de Monte Carlo - ORTRAN, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 067, de 18 de outubro de 2013, ficando constituído o referido ORTRAN pelos seguintes membros:

I – Diretor de trânsito do ORTRAN: Volnei Francisco de Oliveira.

II – Setor de engenharia e sinalização: Ruibamar Matos. Suplente: Elisa Bulla.

III – Setor de fiscalização, tráfego e administração: Alexandre Dementóvis. Suplente: Janieri Romanatto.

IV – Setor de educação de trânsito: Sandra Cordeiro. Suplente: Edir Salete de Souza

V – Setor de controle e análise de estatística de trânsito: João Carlos Flesch. Suplente: Hamilton Ribeiro

Art. 2º. Ficam substituídos os integrantes suplentes II – (...) Suplente: Carla Deni Viater e III – (...) Suplente: Osmar Marques pelos novos integrantes abaixo descritos, para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 067, de 18 de outubro de 2013, ficando constituída a referida Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) pelos seguintes membros:

I – Presidente: Ruibamar Matos. Suplente: Rita de Cássia Vicente Flesch.

II – Luis Augusto Pompeo da Silva. Suplente: Beatriz Amazonas Rezende.

III – Paulo F. de Souza. Suplente: Anildo Correa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 14 de agosto de 2020.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 70/2020

Publicação Nº 2608048

DECRETO Nº 70/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ESPECIAL PELO SUPERÁVIT NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, e a LEI Nº 1196 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito especial para o orçamento do município no valor de R\$250.000,00(duzentos e cinqenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Serviços Públicos
Projeto/Atividade 2.027 – Manutenção da Iluminação Pública
Elemento Despesa 00 – 3.3.93.00.00.00.03.0008

Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinq-enta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 17 de Agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2020

Publicação Nº 2608718

LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DOS PARÁGRAFOS 6º E 7º, AO ARTIGO 27, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 23, DE 15 DE OUTUBRO DE 2007, PARA NOVAS DIRETRIZES QUANTO À ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR EM ÉPOCA DE PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 27, da Seção II – Escolha dos Conselheiros, do Capítulo III, da Lei Complementar n.º 23, de 15 de outubro de 2007, com redação dada pela Lei Complementar n.º 104, de 08 de abril de 2019, passa a vigorar acrescido dos parágrafos §6º e §7º, com a seguinte redação:

§ 6º Com a impossibilidade de eleição suplementar direta do Conselho Tutelar nos moldes do caput deste artigo, em decorrência da pandemia mundial do Coronavírus (Covid-19), a escolha dos novos suplentes ficará a cargo de eleição indireta, com voto secreto e direto, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), após a elaboração de edital de inscrição para os candidatos interessados.

§ 7º A eleição suplementar indireta aludida no § 6º, terá validade até o fim do mandato dos demais Conselheiros Tutelares na eleição de 2024.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 17 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1196

Publicação Nº 2608065

LEI Nº 1196/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ESPECIAL PELO SUPERÁVIT NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito especial para o orçamento do município no valor de R\$250.000,00(duzentos e cinq-enta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Serviços Públicos
Projeto/Atividade 2.027 – Manutenção da Iluminação Pública
Elemento Despesa 00 – 3.3.93.00.00.00.03.0008
Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinq-enta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 17 de Agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1196/2020

Publicação Nº 2608063

LEI Nº 1196/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ESPECIAL PELO SUPERÁVIT NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito especial para o orçamento do município no valor de R\$250.000,00(duzentos e cinq-enta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Serviços Públicos
Projeto/Atividade 2.027 – Manutenção da Iluminação Pública
Elemento Despesa 00 – 3.3.93.00.00.00.03.0008
Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinq-enta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 17 de Agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PORTARIA 306/2020

Publicação Nº 2608924

PORTARIA Nº 306/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA COM VENCIMENTOS PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO nos termos do Art.107 Inc. IV da Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006, ao(a) servidor (a) MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido(a) no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; durante o período compreendido entre o dia 15/08/2020 até o 5º (Quinto)dia, após as eleições(20/11/2020), em consonância com a Lei Complementar 64/90 de 18/05/1990.

Parágrafo Único: em caso da não homologação da candidatura pelo Diretório Municipal do Partido competente, a Licença será cessada de imediato devendo o servidor retornar às suas atividades no primeiro dia útil subsequente à data da Convenção.

Art. 2º- Justifica-se a Concessão de Licença, o pedido Protocolado sob o nº 438/2020, devidamente acolhido pela Prefeita Municipal nos termos da Emenda Constitucional nº. 107, de 02 de julho de 2020, da Lei Complementar Federal 64/90 de 18/05/1990 e Parecer Jurídico 057/2020 de 06/07/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de agosto 2020, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 17 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 307/2020

Publicação Nº 2608934

PORTARIA 307/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE SUAS FUNÇÕES, ao (a) servidor (a) SANDRA REGINA DOS SANTOS investido(a) na função de ASSISTENTE SOCIAL do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º- O afastamento será tomando, como medidas de prevenção e combate a PANDEMIA, em virtude do servidor fazer parte do Grupo de Risco, conforme o Decreto Municipal nº 065/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 05 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 17 de agosto 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal

PORTARIA 308/2020

Publicação Nº 2608938

PORTARIA 308/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE SUAS FUNÇÕES, ao (a) servidor (a) JUCELIA SANT ANA CASTILHO investido(a) na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º- O afastamento será tomando, como medidas de prevenção e combate a PANDEMIA, em virtude do servidor fazer parte do Grupo de Risco, conforme o Decreto Municipal nº 065/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 12 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 17 de agosto 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal

PORTARIA 309/2020

Publicação N° 2608942

PORTARIA N° 309/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora LALESKA ANDRIELI DO PRADO RG 6.841.935/SESP SC, COORDENADORA DA CASA LAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 64/2013 de 18 de Setembro de 2013, com nível salarial "36 COORDENADORA DA CASA LAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 1 da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Cuidadora da Casa Lar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 14 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 17 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 019/2020

Publicação N° 2608666

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – PROCESSO 037/2020

Modalidade Pregão Presencial nº 019/2020

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição fracionada ao longo de 12 meses de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS com base na listagem da Tabela de Insumos SINAPI (atualizada) Tipo: Maior percentual de desconto, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 19/08/2020 às 09h00min horas do dia 31/08/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 31/08/2020.

TIPO: Maior percentual de desconto.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 17 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Navegantes

PREFEITURA

003 - NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO EM RECURSO

Publicação Nº 2607888

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / SC
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 588/2019

CONTRIBUINTE: ANA LUCIA COSTA REGIS

CÓDIGO CONTRIBUINTE: 5244

EXTRATO DECISÃO: "(...) Ante o exposto, conheço o recurso voluntário e dou parcial provimento, para que não incida IPTU referente ao ano de 2019, quanto ao ano de 2020, a Contribuinte deve cumprir fielmente o que determina o Decreto Municipal nº 21/2019." (Decisão em Recurso, Procuradoria Geral do Município).

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço informado pelo próprio contribuinte, comunicamos a decisão por edital publicado no Diário Oficial, nos termos do art. 201, III, Lei Complementar 6/2002.

A decisão de segunda instância é definitiva e irrecorrível, art. 204, da LC 6/2002.

O(s) contribuinte(s) poderá(ão) comparecer à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, localizada à Rua João Emílio, 100, Centro, Navegantes / SC, para retirar o documento de arrecadação ou cópias dos documentos ora mencionados.

Navegantes 17 de agosto de 2020.

2944/2020

Publicação Nº 2608121

PORTARIA N º 2944 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu Art. 60, III, e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – Lei Complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO a(o) servidor(a) EDILENE MARIA DA SILVA, matrícula nº. 1726310, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 30 horas semanais, a partir de 15/08/2020.

Art. 2º. O presente ato está amparado no Art.98, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 15 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA DA SESSÃO 45/2020 FMS

Publicação Nº 2608232

Ata 45/2020 FMS

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA DEZ DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 45/2020 FMS. CUJO OBJETO É PREGÃO ELETRÔNICO PARA PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI, ALTERMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR LTDA, G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA, DIMERIOS

COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI, PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, BMI PROSPER EIRELI EPP, JEFFERSON DUWE-ME, J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA E PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI. AS EMPRESAS PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI, G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA, PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, BMI PROSPER EIRELI EPP, JEFFERSON DUWE-ME E J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA E SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI SE ENQUADRA COMO ME/EPP. INICIANDO O PREGÃO ELETRONICO FOI ABERTO À PROPOSTA, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ALTERMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR LTDA COM O VALOR DE R\$ 160,00. NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ALTERMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR LTDA COM O VALOR DE R\$ 7.384,62, SENDO DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR FOLDER TECNICO NA PROPOSTA. NO LOTE 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 1.780,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR CND FGTS, SENDO CLASSIFICADO O SEGUNDO COLOCADO A EMPRESA J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 1.790,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR CND FGTS, SENDO CLASSIFICADO O TERCEIRO COLOCADO A EMPRESA ALTERMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR LTDA COM O VALOR DE R\$ 3.384,62, SENDO DESCLASSIFICADO POR COTAR O LOTE NO VALOR MAIOR QUE O ESTIMADO, RESTANDO O LOTE FRACASSADO. NO LOTE 04 FRACASSADO. NO LOTE 05 FRACASSADO. NO LOTE 06 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 20,99, HAVENDO MANIFESTAÇÃO DE RECURSO ATRAVÉS DAS EMPRESAS SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI E JEFFERSON DUWE-ME AGUARDANDO 24 HORAS PARA CONTRA RAZÃO. NO LOTE 07 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI COM O VALOR DE 37,98, PEDINDO DESCLASSIFICAÇÃO, RESTANDO FRACASSADO. NO LOTE 08 FRACASSADO. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA NÃO CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, SENDO DESCLASSIFICADA. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, AGATH GERALDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 45/2020 FMS -- RECURSO

Publicação Nº 2608241

ATA 45/2020 FMS – RECURSO

NO DIA TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS A DESIÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº: 45/2020 FMS. CUJO OBJETO É PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. EM REPOSTA A MANIFESTAÇÃO A PREGOEIRA INABILITOU A EMPRESA PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI POR APRESENTAR A CND FALENCIA E CONCORDATA VENCIDA. SENDO CLASSIFICADA A EMPRESA SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI NO LOTE 6 COM O VALOR DE R\$ 45,90.

ATA DA SESSÃO 93/2020 PMN

Publicação Nº 2608236

ATA 93/2020 PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA SETE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO ELETRONICO Nº: 93/2020 PMN. CUJO OBJETO É PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (ROÇADEIRA HIDRÁULICA AGRÍCOLA, GRADE ARADORA AGRÍCOLA, ARADOR REVERSÍVEL HIDRÁULICO AGRÍCOLA E ENXADA ROTATIVA AGRÍCOLA) PARA SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA - PROPAG, DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS TERRAVIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP, DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI, AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI – EPP, ALTAIR FABRO E CIA LTDA, MANJATO TRATORES LTDA EPP, KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI E APENAS A EMPRESA MANJATO TRATORES LTDA EPP NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. PRESENTE NO CERTAME PARA ANÁLISE DOS FOLDERS O FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA SR. JARDEL VALDIR DO AMARAL. INICIANDO O PREGÃO ELETRÔNICO FOI ABERTO À PROPOSTA, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI – EPP COM O VALOR DE R\$ 6.240,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O FOLDER, SENDO CLASSIFICADO O SEGUNDO COLOCADO A EMPRESA ALTAIR FABRO E CIA LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 6.250,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O FOLDER, VOLTANDO PARA ETAPA DE LANCES SENDO CLASSIFICADO O TERCEIRO COLOCADO A EMPRESA MANJATO TRATORES LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 7.800,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O FOLDER, VOLTANDO PARA ETAPA DE LANCES SENDO CLASSIFICADO O QUARTO COLOCADO, SAGRANDO-SE VENCEDORA A EMPRESA TERRAVIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP COM O VALOR DE R\$ 7.975,00. NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 17.040,00. NO LOTE 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI COM O VALOR DE R\$ 16.590,00. NO LOTE 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MANJATO TRATORES LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 16.899,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O FOLDER, VOLTANDO PARA ETAPA SENDO CLASSIFICADO O SEGUNDO COLOCADO, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA TERRAVIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP COM O VALOR DE R\$ 16.900,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 46/2020 FMS

Publicação Nº 2608270

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 46/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais ambulatoriais e equipamentos de proteção individual (epi) para atender todas as unidades de saúde atendidas pela Secretaria de Saúde de Navegantes, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/09/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 02/09/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 90/2020 PMN

Publicação Nº 2608272

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 90/2020 PMN

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia (com fornecimento de materiais) para construção do piso da quadra de esportes da Escola Municipal Izilda Reiser Mafra, através da Secretaria Municipal de Educação do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/09/2020 até às 07h50. Abertura/envelopes: 04/09/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CAMILA CAROLINA LENZ WELTER CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609375

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	---

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
CAMILA CAROLINA LENZ WELTER

Assunto: CONVOCAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA 001/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do CHAMADA PÚBLICA 001/2020, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga da CHAMADA PÚBLICA.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO 209-2020

Publicação Nº 2609199

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 209/2020

CONTRIBUINTE:	ADRIANO BELLINI FROMMING
DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO:	RUA EVALDO REISER FILHO, 919, GRAVATÁ, NAVEGANTES/SC
CÓDIGO CONTRIBUINTE:	86114
CADASTRO IMOBILIÁRIO:	11251
VALOR DA MULTA:	R\$225,00

Motivo

Por exigência de ofício da diferença do ITBI nº 106/2019 apurada no Processo Administrativo 070/2019.

Base legal

Artigos 254, I, Lei Complementar nº 6/2002 - Código Tributário Municipal (CTM).

Edital:

Considerando o retorno sem entrega da correspondência enviada ao endereço informado pelo próprio contribuinte, pelo presente edital, fica(m) o(s) contribuinte(s) relacionado(s) devidamente cientificado(s),do(s) lançamento(s) em seu desfavor de tributo(s) municipal / penalidade(s) nos termos do art. 45, LC 006/2002.

Prazo:

Conforme disposições do art. 163, LC 006/2002, é de 30 (trinta) dias, o prazo para pagamento do valor lançado, ou apresentação de defesa / contestação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial. O valor da penalidade aplicada será reduzido em 50% (cinquenta por cento) se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da autuação, nos termos do art. 131, LC 006/2002.

Lavratura:

Navegantes 18 de agosto de 2020.

Marcelo Nicolas Ayala Feres

AUDITOR FISCAL

Matrícula 633436

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO Nº 37/2020

Publicação Nº 2609194

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 37/2020

CONTRIBUINTE:	ADRIANO BELLINI FROMMING
DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO:	RUA EVALDO REISER FILHO, 919, GRAVATÁ, NAVEGANTES/SC
CÓDIGO CONTRIBUINTE:	86114
CADASTRO IMOBILIÁRIO:	11251
TRIBUTO	ITBI
BASE SUPRIMIDA:	R\$ 22.500,00
ALÍQUOTA:	2%
VALOR DO LANÇAMENTO:	R\$450,00

Motivo

Efetuuou-se o lançamento de ofício da diferença do ITBI, encontrada comparando-se, o valor de mercado declarado para a Prefeitura nº 106/2019, com o valor de mercado declarado para o Ofício de Registro de Imóveis na matrícula 11584. Fiscalização realizada no Processo Administrativo 070/2019.

Base legal

Artigos 247 c/c 253-E, I, Lei Complementar nº 6/2002 - Código Tributário Municipal (CTM).

Edital:

Considerando o retorno sem entrega da correspondência enviada ao endereço informado pelo próprio contribuinte, pelo presente edital, fica(m) o(s) contribuinte(s) relacionado(s) devidamente cientificado(s),do(s) lançamento(s) em seu desfavor de tributo(s) municipal / penalidade(s) nos termos do art. 45, LC 006/2002.

Prazo:

Conforme disposições do art. 163, LC 006/2002, é de 30 (trinta) dias, o prazo para pagamento do valor lançado, ou apresentação de defesa / contestação. Após o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Lavratura:

Navegantes 18 de agosto de 2020.

Marcelo Nicolas Ayala Feres

AUDITOR FISCAL

Matrícula 633436

EMANUELLE GREGOLIN CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609379

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
EMANUELLE GREGOLIN

Assunto: CONVOCAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA 001/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do CHAMADA PÚBLICA 001/2020, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga da CHAMADA PÚBLICA.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 100/2020

Publicação Nº 2609336

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020 PMN

PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADA EM RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS (NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DA PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC.

Onde se lê: 1.2 O valor total da contratação é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Leia-se: 1.2 O valor total da contratação é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Navegantes, 17 de agosto de 2020.

Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Navegantes

EXTRATO CONTRATUAL 01/186/2019 PMN

Publicação Nº 2608244

EXTRATO CONTRATUAL
Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº.: 01/186/2019 PMN
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada: INÊS DE BORBA
CNPJ ou CPF: 025.471.439-09
Proprietário...: INÊS DE BORBA
Vigência: Início: 14/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação: Dispensa Licitação nº 91/2019 - PMN
Valor Total: R\$ 8.000,00
Recursos: Dotações: 2.015.3390.00.00.00.00
Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE

NAVEGANTES DORAVANTE DENOMINADO LOCATÁRIO E INÊS DE BORBA, DORAVANTE DENOMINADO LOCADOR, ATRAVÉS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 91/2019 – PMN.

Navegantes, 14 de agosto de 2020.

JAQUELINE RONCONI PADILHA CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609378

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
JAQUELINE RONCONI PADILHA

Assunto: CONVOCAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA 001/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do CHAMADA PÚBLICA 001/2020, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga da CHAMADA PÚBLICA.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

JORGE FERNANDO SOARES CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609385

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sr.
JORGE FERNANDO SOARES

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de ENFERMEIRO 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

MARIANA KOMMER CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609382

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
MARIANA KOMMER

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de ENFERMEIRA ESF 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis Nathalia Zabel
Diretora de RH Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

MARINES BOEIRA DA SILVA CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609372

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 13 de agosto de 2020

Ilmo Sra.
MARINES BOEIRA DA SILVA

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis Nathalia Zabel
Diretora de RH Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

PAULO AUGUSTO GOELLNER ROEMMLER CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2609381

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 18 de agosto de 2020

Ilmo Sr.
PAULO AUGUSTO GOELLNER ROEMMLER

Assunto: CONVOCAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA 001/2020.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do CHAMADA PÚBLICA 001/2020, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga da CHAMADA PÚBLICA.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis	Nathalia Zabel
Diretora de RH	Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIAS Nº 012-2020 -EXONERA SERVIDOR

Publicação Nº 2608221

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 012/2020

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Paulo Rodrigo Melzi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor ELIEZER PEDROZO inscrito no CPF nº 009.278.319-88, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor a partir de 14/08/2020.

Câmara Municipal de Navegantes, em 14 de agosto de 2020.

PAULO RODRIGO MELZI
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIAS Nº 013-2020 - NOMEIA SERVIDOR

Publicação Nº 2608222

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 013/2020

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, PAULO RODRIGO MELZI no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, RÔMULO CÉSAR PEREIRA inscrito no CPF nº 066.409.629-85, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de Navegantes, em 17 de agosto de 2020.

PAULO RODRIGO MELZI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 206, DE 17 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2609116

DECRETO Nº 206, de 17 de Agosto de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$75.105,67 (setenta e cinco mil, cento e cinco reais e sessenta e sete centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Sub-função	451	Infraestrutura Urbana	
Programa	0012	URBANIZAÇÃO DE VIAS	
Projeto	1024	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSAGENS E ESTRADAS VICINAIS	
Elemento	4.4.93.00	Aplicações Diretas Dec. De Operação entre Órgãos D.R. 03.00	R\$75.105,67

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 17 de Agosto de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI

Secretária de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº.205, DE 17 DE AGOSTO 2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 2609112

DECRETO Nº.205, DE 17 DE AGOSTO 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126, de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. TACIANE IEVERLI ZILLOTTO, para ocupar o cargo de ENFERMEIRO, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 5.167,74 – Técnico Científico (TEC), do Anexo I da Lei Complementar nº 126, de 20 de março de 2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 17 de agosto de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 004 2020 - 001 2020

Publicação Nº 2609380

Nova Itaberaba - SC, 17 de Agosto de 2020.
CONVOCAÇÃO Nº 001/2020

O Município de Nova Itaberaba, Pessoa jurídica, de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70, através do presente faz saber a todos ou a quem interessa possa que está sendo convocada: MARCIO ALEXANDRE NICKNIG – Fiscal de Tributos e Obras, aprovado no Processo Seletivo do Edital nº 004/2020 de 20 de Julho de 2020 e em cumprimento ao disposto no referido Edital, devendo comparecer nas dependências da Prefeitura Municipal, Departamento de Pessoal, no prazo máximo de dez dias, a fim de receber orientações quanto a exames médicos, documentação necessária e data da Admissão, para preencher vagas previstas no referido Edital, desde que sejam julgados aptos para o trabalho, declarado pelo órgão médico oficial deste município. O não comparecimento no prazo determinado será considerado como desistência da vaga, sendo convocado o classificado seguinte.

Atenciosamente,

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 331/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609363

DECRETO Nº 331/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS NO 007 E NO 008 DE 2020 DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 79, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto no §1º do Art. 05 da Lei Complementar N.º 7/2003 de 22 de Dezembro de 2003, de acordo com a norma contida no Art. 30, I e II da Constituição Federal, recepcionada pela Lei Orgânica Municipal (Art. 10, I e II);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Instruções Normativas nº 007 e 008, de 14 de Agosto de 2020 do Sistema de Controle Interno, as quais estabelecem orientações para a atuação da unidade de ouvidoria do poder executivo do município de Nova Itaberaba para o exercício das competências definidas pelos capítulos III e IV da Lei Federal nº 13.460/2017 e pelos capítulos II e III da Lei Municipal nº 1.240/2019 e, medidas gerais de salvaguarda à identidade de denunciantes junto aos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Nova Itaberaba-SC.

Art. 2º - As Instruções Normativas aprovadas seguem anexas como parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 333/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609364

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO Nº 333/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019,, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que as atividades realizadas pelo servidor são consideradas insalubres e que lhe darão o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - FICA concedido o adicional de Insalubridade ao servidor municipal RICARDO SANTIN, Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTOS SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

ERRATA AO EDITAL 133/2020 PREGÃO 48

Publicação Nº 2609368

ERRATA AO EDITAL 133/2020
PREGÃO 48

A Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, 512, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal – Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada Errata ao EDITAL 133/2020, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO TIPO FURGÃO (AMBULÂNCIA UTI), assim como segue:

• OBJETO: Aquisição de Veículo Automotor Novo, Tipo Furgão (Ambulância UTI), ano e modelo mínimo 2020/2020, zero km, primeiro emplacamento em nome do Município de Nova Itaberaba/SC, de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens Anexa. As demais disposições deste edital permanecem em vigor e inalteradas.

Nova Itaberaba, 17 de agosto de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

ERRATA AO EDITAL 142/2020 PREGÃO 54

Publicação Nº 2609370

ERRATA AO EDITAL 142/2020
PREGÃO 54

A Prefeitura Municipal de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, 512, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal – Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada Errata ao EDITAL 152/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS MENSAIS E SEMESTRAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA (BRUTA E/OU TRATADA) DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE NOVA ITABERABA/SC, assim como segue:

• DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: SUSPENSA ATÉ REVISÃO DO EDITAL E NOVA PUBLICAÇÃO.

Nova Itaberaba, 17 de agosto de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 007/2020

Publicação Nº 2609384

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 007/2020

Versão nº 01

Aprovação em: 14 de agosto de 2020

Ato de Aprovação: Dec. nº 331/2020

Unidades Responsáveis: Secretaria de Administração e Fazenda

Estabelece orientações para a atuação da unidade de ouvidoria do poder executivo do município de Nova Itaberaba para o exercício das competências definidas pelos capítulos III e IV da Lei Federal nº 13.460/2017 e pelos capítulos II e III da Lei Municipal nº 1.240/2019.

A Administração Pública Municipal deve observar e manter processos e controles internos pré-estabelecidos para orientar a atuação da unidade de ouvidoria do poder executivo municipal relativo aos procedimentos de participação, proteção e defesa dos usuários de serviços públicos do município de Nova Itaberaba-SC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações para a atuação da unidade de ouvidoria do Poder Executivo Municipal no âmbito das atividades relativas aos procedimentos para a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração pública direta e indireta, de que trata a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e Lei Municipal nº 1.240, de 11 de junho de 2019.

Art. 2º A unidade de ouvidoria atuará de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Agir com presteza e imparcialidade;

II - Zelar pela autonomia da unidade de ouvidoria;

III - Promover a participação social como método de governo; e

IV - Contribuir para a efetividade das políticas e dos serviços públicos.

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Unidade de ouvidoria: unidade administrativa responsável pelo acompanhamento e tratamento das manifestações dos usuários de serviços públicos, relativas ao poder executivo municipal;

II - Reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público;

III - Denúncia: comunicação de prática de irregularidade ou ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

IV - Elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;

V - Sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública municipal;

VI - Solicitação de providências: pedido para adoção de providências por parte da Administração;

VII - Identificação: qualquer elemento de informação que permita a individualização de pessoa física ou jurídica;

VIII - Certificação de identidade: procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido;

IX - Decisão administrativa final: ato administrativo mediante o qual o órgão ou a entidade pública manifesta-se acerca da procedência ou improcedência do pedido, apresentando solução ou comunicando a impossibilidade de seu atendimento; e

X - Linguagem cidadã: linguagem simples, clara, concisa e objetiva, que considera o contexto sociocultural do usuário, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.

Art. 4º Compete à unidade de ouvidoria, dentre outras atribuições:

I - Propor ações e sugerir prioridades nas atividades de ouvidoria da respectiva área de atuação;

II - Acompanhar e avaliar os programas e projetos de atividades de ouvidoria;

III - Organizar e divulgar informações sobre atividades de ouvidoria e procedimentos operacionais;

IV - Promover a adoção de mediação e conciliação entre usuários de órgãos e entidades públicas, com a finalidade de ampliar e aperfeiçoar os espaços de relacionamento e participação da sociedade com a administração pública;

V - Processar as informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de avaliar os serviços prestados, em especial sobre o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Usuário, de que trata o art. 7º da Lei nº 13.460, de 2017;

VI - Produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria, para subsidiar recomendações e propostas de medidas para aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas;

VII - Promover articulação, em caráter permanente, com instâncias e mecanismos de participação social, em especial, conselhos e comissões de políticas públicas;

VIII - Exercer as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, quando assim designadas.

DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 5º. Em nenhuma hipótese, será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 6º. São gratuitos os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa, vedada a cobrança de quaisquer importâncias do usuário.

Art. 7º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos que determinaram a apresentação de manifestações perante a ouvidoria.

Art. 8º A solicitação de certificação da identidade do usuário somente poderá ser exigida quando a resposta à manifestação implicar o acesso à informação pessoal própria ou de terceiros.

Art. 9º As manifestações deverão ser apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do Sistema Informatizado de Ouvidoria aderido pelo Poder Executivo Municipal (Fala.Br).

§ 1º A unidade de ouvidoria deverá buscar meios para que o acesso ao sistema a que se refere o caput esteja disponível na página principal do portal do município.

§ 2º Sempre que a manifestação for recebida em meio físico, a unidade de ouvidoria deverá promover a sua digitalização e a sua inserção imediata no sistema a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º A unidade que receber manifestação sobre matéria alheia à sua competência, deverá encaminhá-la à unidade de ouvidoria responsável pelas providências requeridas.

Art. 10. A unidade de ouvidoria deverá responder às manifestações em linguagem clara, objetiva, simples e compreensível.

Art. 11. A unidade de ouvidoria deverá elaborar e apresentar resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de trinta dias contados do seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa.

§ 1º Recebida à manifestação, a unidade de ouvidoria deverá proceder à análise prévia e, caso necessário, encaminhá-la às áreas responsáveis pela adoção das providências necessárias.

§ 2º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário forem insuficientes para a análise da manifestação, a unidade de ouvidoria deverá solicitar ao usuário complementação de informações, que deverá ser atendido no prazo de trinta dias contados da data do seu recebimento.

§ 3º Não serão admitidos pedidos de complementação sucessivos, exceto se referentes à situação surgida com a nova documentação ou informações apresentadas.

§ 4º O pedido de complementação de informações interrompe o prazo previsto no caput deste artigo, que será retomado a partir da resposta do usuário.

§ 5º A falta da complementação da informação pelo usuário no prazo estabelecido no § 2º deste artigo acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

§ 6º A unidade de ouvidoria poderá solicitar informações às áreas responsáveis pela tomada de providências, as quais deverão responder no prazo de vinte dias contados do recebimento do pedido no setor competente, prorrogáveis de forma justificada uma única vez por igual período, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 13.460, de 2017.

§ 7º A manifestação poderá ser encerrada, sem produção de resposta conclusiva, quando o seu autor descumprir os deveres de:

I - Expor os fatos conforme a verdade;

II - Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - Não agir de modo temerário; ou

IV - Prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos.

Art. 12. O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público, e ao seu chefe imediato.

Parágrafo único. A resposta conclusiva do elogio conterá informação sobre o encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata.

Art. 13. A reclamação recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação objetiva acerca do fato apontado.

Art. 14. A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público, que se manifestará acerca da possibilidade de adoção da medida sugerida.

Art. 15. A denúncia recebida será conhecida caso contenha elementos mínimos descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à administração pública chegar a tais elementos.

§ 1º A resposta conclusiva da denúncia conterá informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento.

§ 2º A denúncia poderá ser encerrada quando:

I - Estiver dirigida a órgão não pertencente ao Poder Executivo Municipal; ou

II - Não contenha elementos mínimos indispensáveis à sua apuração.

Art. 16. A unidade de ouvidoria poderá receber e coletar informações junto aos usuários de serviços públicos com a finalidade de avaliar a prestação de tais serviços e de auxiliar na detecção e correção de irregularidades.

§ 1º As informações referidas no caput deste artigo, quando não sejam identificadas ou não configurem manifestações nos termos da Lei nº 13.460, de 2017, não acarretam obrigação de criação de resposta conclusiva.

§ 2º As informações que constituam comunicações de irregularidade, mesmo que de origem anônima, deverão ser enviadas ao órgão ou entidade competente para sua apuração, observada a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

§ 3º Recebida à comunicação de irregularidade, os órgãos apuratórios a arquivarão e, se houver elementos suficientes, procederão, por iniciativa própria, à instauração de procedimento investigatório preliminar.

§ 4º O procedimento investigatório preliminar mencionado no parágrafo anterior não poderá ter caráter punitivo.

Art. 17. A unidade de ouvidoria assegurará a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do usuário ou do autor da manifestação, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011, sujeitando-se o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

§ 1º Caso indispensável à apuração dos fatos, o nome do denunciante será encaminhado ao órgão apuratório, que ficará responsável a restringir acesso à identidade do manifestante à terceiros.

§ 2º A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo não se aplica caso se configure denúncia caluniosa, nos termos do art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ou flagrante má-fé por parte do manifestante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Caberá representação à Unidade de Controle Interno Municipal no caso de descumprimento dos prazos e procedimentos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba/SC, 14 de agosto de 2020

CLEDSON O. DA COSTA
Controlador Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 008/2020

Publicação Nº 2609387

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 008/2020

Versão nº 01

Aprovação em: 14 de agosto de 2020

Ato de Aprovação: Dec. nº 331/2020

Unidades Responsáveis: Secretaria de Administração e Fazenda

Estabelece medidas gerais de salvaguarda à identidade de denunciante junto aos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Nova Itaberaba-SC.

A Administração Pública Municipal deve observar e manter processos e controles internos pré-estabelecidos para adotar medidas de salvaguarda à identidade dos denunciantes, considerando a necessidade de salvaguardar a confiança do usuário de serviços públicos que oferece denúncia aos órgãos e entidades da Administração do Município de Nova Itaberaba. Em especial, considerando que as Leis nºs. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), 13.460/2017 (Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos) e 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) apresentam microssistemas jurídicos que confluem para a proteção de informações de titulares de dados, dentre eles os usuários que apresentam denúncia à Administração Pública.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta normativa estabelece salvaguardas de proteção à identidade do denunciante que comunique ilícito ou irregularidade praticada contra órgãos e entidades da Administração Pública, nos termos do art. 9º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e art. 17 da Lei Municipal nº 1.240, de 11 de junho de 2019.

Art. 2º Para fins desta norma, considera-se:

I - Denúncia: ato que indica a prática de ilícito ou irregularidade cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

II - Denunciante: toda pessoa física ou jurídica que denuncia às autoridades qualquer ilícito ou irregularidade;

III - Elemento de identificação: qualquer dado ou informação que permita a associação direta ou indireta do denunciante à denúncia por ele realizada;

IV - Pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado deixa de poder ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro, nos termos do §4º do art. 13 da Lei nº 13.709, de 2018; e

V - Salvaguardas de proteção à identidade: conjunto de medidas ou procedimentos adotados com a finalidade de proteger a identidade do denunciante e garantir o tratamento adequado aos elementos de identificação da denúncia.

Art. 3º A denúncia deverá ser dirigida à ouvidoria do Poder Executivo do Município de Nova Itaberaba-SC.

§ 1º O Poder Executivo Municipal adotará medidas que assegurem o recebimento de denúncia exclusivamente por meio de sua unidade de ouvidoria.

§ 2º Não será recusado o recebimento de denúncia formulada nos termos do disposto nesta normativa, sob pena de responsabilidade do agente público que a recusou.

§ 3º Os agentes públicos que não desempenhem funções na unidade de ouvidoria e recebam denúncia de irregularidades praticadas contra a administração pública municipal deverão encaminhá-las imediatamente à unidade do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal e não poderão dar publicidade ao conteúdo da denúncia ou a elemento de identificação do denunciante, sob pena de responsabilidade.

§ 4º Os agentes públicos a que se refere o § 3º orientarão o denunciante sobre a necessidade de a denúncia ser encaminhada por meio do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A unidade de ouvidoria deverá garantir ao denunciante a possibilidade de:

I - Formular a denúncia por qualquer meio existente, inclusive verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo e registrada em sistema de tratamento que atenda o disposto nesta norma;

II - Ter acesso desimpedido e gratuito aos meios e canais oficiais de recebimento de denúncias, vedada a cobrança de taxas ou emolumentos; e

III - Conhecer dos trâmites da denúncia, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A ouvidoria deverá garantir mecanismos adequados, no âmbito de suas competências, para o monitoramento e o recebimento de denúncias pelo descumprimento do disposto nesta norma.

DAS SALVAGUARDAS DE PROTEÇÃO À IDENTIDADE DO DENUNCIANTE

Art. 5º Nos termos do art. 10, §7º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, desde o recebimento da denúncia, todo denunciante terá sua

identidade preservada, que deverá ser mantida com restrição de acesso pelo prazo de que trata o art. 31, §1º, I, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§1º A preservação da identidade dar-se-á com a proteção do nome, endereço e quaisquer elementos de identificação do denunciante, que ficarão com acesso restrito e sob a guarda exclusiva da unidade de ouvidoria responsável pelo tratamento.

§2º Os sistemas informatizados que façam o tratamento de denúncias com elementos de identificação do denunciante deverão possuir controle de acesso e permitir a identificação precisa de todos os agentes públicos que as acessem e protocolos de internet (endereço IP), com as respectivas datas e horários de acesso.

§3º Observado o disposto no §1º, a unidade de ouvidoria responsável pelo tratamento deverá providenciar a pseudonimização da denúncia recebida para envio às unidades de apuração competentes para realizar a sua análise.

§4º Os elementos de identificação do denunciante poderão ser solicitados pelo agente público responsável pela apuração da denúncia, desde que demonstrada a necessidade de conhecê-la.

§5º O encaminhamento de denúncias com elementos de identificação entre unidades de ouvidoria deverá ser precedido do consentimento do denunciante.

§6º Na negativa ou ausência de consentimento, a unidade que tenha recebido originalmente a denúncia somente poderá encaminhá-la ou compartilhá-la após a sua pseudonimização.

Art. 6º O compartilhamento da informação com outros órgãos não implica a perda de sua natureza restrita, sobretudo com relação à identidade do denunciante, nos termos da legislação em vigor.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Caberá representação à Autoridade competente no caso de descumprimento das normas e procedimentos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba/SC, 14 de agosto de 2020

CLEDSON O. DA COSTA

Controlador Interno

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 676/2020 "E"

Publicação Nº 2607847

PORTARIA Nº 676/2020 "E"

Concede Licença Tratamento Saúde

Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal LINDOMIR BOSÓ, matrícula nº 923, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 11(onze) dias, com efeitos a contar de 12/08/2020 a 22/08/2021, conforme atestado médico, datado de 12 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2020.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 680/2020 "A"

Publicação Nº 2607957

PORTARIA Nº 680/2020 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença Tratamento Saúde, à Servidora Pública Municipal LEONOR IVETE CASAGRANDE, matrícula nº 938, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30(trinta)dias, a contar de 10 de agosto de 2020 até 08 de setembro de 2020, conforme resultado pericial datado de 14/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 680/2020 "B"

Publicação Nº 2608216

PORTARIA Nº 680/2020 "B"

Admissão em caráter temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria no 305/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 027/2020, LEILA MARIA GIACOMINI, matrícula nº 8328, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de agosto de 2020 a 08 de setembro de 2020, em substituição a titular Leonor Ivete Casagrande, afastada conforme Portaria nº 680/2020 "A". (Licença Tratamento Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e a Senhora LEILA MARIA GIACOMINI, brasileira, separada, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Baixo Salto, s/nº 268, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 416.588.339-53, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 10 de agosto de 2020 a 08 de setembro de 2020, em substituição a titular Leonor Ivete Casagrande, afastada conforme Portaria nº 680/2020 "A". (Licença Tratamento Saúde).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 14 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Leila Maria Giacomini
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 680/2020 "C"

Publicação Nº 2608095

PORTARIA Nº 680/2020 "C"

Prorroga Portaria Readaptação

Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017 e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 659/2019, que CONCEDEU Readaptação à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Biblioteca Pública Municipal - Centro, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 01(um) ano, a contar de 09 de agosto de 2020 até 08 de agosto de 2021, conforme resultado pericial datado de 14/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2020.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 688/2020

Publicação Nº 2607826

PORTARIA Nº 688/2020

Concessão de Férias

Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, ao Servidor Público Municipal, RAFAEL VISENTAINER ADAMI, matrícula nº 7050, concursado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Contabilidade, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 17/08/2020 a 05/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 18/02/2018 a 17/02/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2020.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 689/2020

Publicação Nº 2608246

PORTARIA Nº 689/2020

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, JAQUIEL VINOTTI, matrícula nº 8062, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11(once) dias, com efeitos a contar de 07 de agosto de 2020 a 17 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 07 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 690/2020

Publicação Nº 2608247

PORTARIA Nº 690/2020
Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, JULIAMAR STUANI, matrícula nº 6796, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05(cinco) dias, a contar de 17 de agosto de 2020 a 21 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 691/2020

Publicação Nº 2609394

PORTARIA Nº 691/2020

Rescisão de Contrato de Trabalho

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017 e de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 229/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho do Servidor Público Municipal Admitido em Caráter Temporário, ECLAIR MARQUES ACOSTA, matrícula nº 8151, ocupante do cargo de Motorista II, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto 2020.

Varley Orlando Dalbosco
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO GP N.º 001, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608796

DECRETO GP N.º 001, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 012/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 29 de julho, anexa a este Decreto, que aprova o cronograma de aulas não presenciais no período entre 03 de agosto à 07 de setembro.

Art. 2º - Fica homologada a Resolução n.º 013/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 29 de julho, anexa a este Decreto, que aprova as atribuições dos diretores de escolas, da rede municipal de ensino do Município de Nova Veneza/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO GP N.º 002, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608800

DECRETO GP N.º 002, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.109, de 10 de novembro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 014/CME/2020, do Conselho Municipal de Educação, datada de 29 de julho, anexa a este Decreto, que dispõe sobre o regime de atividade especial de atividades escolares não presenciais no Centro Educacional Sossego da Mamãe, de Nova Veneza/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 10 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 10 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 157, DE 04 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2608338

DECRETO N.º 157, DE 04 DE MAIO DE 2020.

Contrata em caráter temporário através de Processo Seletivo Público a servidora NICOLY BEATRIZ NUNES ALVES, ocupante do cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 003/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário através de Processo Seletivo Público, a servidora NICOLY BEATRIZ NUNES ALVES, ocupante do cargo em provimento temporário de Professor – ACT MAG ST 1-A, 20 (vinte) horas/aulas semanais, com regência de classe, na Educação Fundamental, na Escola Municipal Vitor Savi, em substituição a Sinara Rampinelli Dordet (Auxílio Maternidade).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 04 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de maio de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 158, DE 07 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2608341

DECRETO N.º 158, DE 07 DE MAIO DE 2020.

Contrata em caráter temporário a servidora LAURA BONGIOLO DE NEZ, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares n.º 005 de 09 de dezembro de 2015, n.º 007 de 10 de março de 2016, n.º 008 de 08 de junho de 2016, n.º 009 de 29 de junho de 2016, n.º 011 de 25 de abril de 2018, n.º 012 de 25 de julho de 2018, n.º 013 de 03 de maio de 2019, n.º 014 de 05 de julho de 2019 e n.º 020 de 20 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário, a servidora LAURA BONGIOLO DE NEZ, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 07 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 07 de maio de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 159, DE 08 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2608344

DECRETO N.º 159, DE 08 DE MAIO DE 2020.

Demite a pedido a servidora, ANNA CAROLINA SPILERE FURLAN, contratada em caráter temporário para atuar no cargo de provimento temporário de Médica Ginecologista – NASF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Lei 2.348 de 28 de março de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora ANNA CAROLINA SPILERE FURLAN, contratada em caráter temporário para atuar no cargo de provimento temporário de Médica Ginecologista - NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme Decreto n.º 358, de 03 de junho de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 08 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 08 de maio de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 175, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608352

DECRETO N.º 175, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Demite a pedido o servidor, MATHEUS MILANEZ ANDRAUS, contratado para atuar no cargo de provimento temporário de Médico - ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares n.º 005 de 09 de dezembro de 2015, n.º 007 de 10 de março de 2016, n.º 008 de 08 de junho de 2016, n.º 009 de 29 de junho de 2016 e Processo Seletivo Público 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido, o servidor MATHEUS MILANEZ ANDRAUS, contratado para atuar no cargo de provimento temporário de Médico – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 091, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 01 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 177, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608355

DECRETO N.º 177, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia o servidor JOSÉ LUÍS TOPANOTTI GHISLERI para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão– CC-5.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o servidor JOSÉ LUÍS TOPANOTTI GHISLERI, brasileiro, maior, para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão– CC-5, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 178, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608358

DECRETO N.º 178, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Contrata através de Processo Seletivo Público, a servidora CLARICE MASTELLA FELIPE, ocupante do cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 003/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada através de Processo Seletivo Público, a servidora CLARICE MASTELLA FELIPE, ocupante do cargo em provimento temporário de Professor – ACT MAG LP 1-A, 20 (vinte) horas/aulas semanais, com regência de classe, na Educação Fundamental, na Escola Básica Municipal Líbero Ugioni, em substituição a Patrícia Rocha (Licença Maternidade).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 179, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608364

DECRETO N.º 179, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia a servidora LOISE LAVEZZO GHISLERI para o cargo em comissão de Assistente de Apoio Técnico I – CC7.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a servidora LOISE LAVEZZO GHISLERI, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Apoio Técnico I – CC7, 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 180, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608367

DECRETO N.º 180, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora JUCENÉIA APARECIDA BARBOSA contratada no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora JUCENÉIA APARECIDA BARBOSA contratada no cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) semanais, conforme Decreto n.º 042, de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 08 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 08 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 185, DE 08 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608368

DECRETO N.º 185, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Contrata em caráter temporário a servidora ELISA MOREIRA DE SOUZA, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares n.º 005 de 09 de dezembro de 2015, n.º 007 de 10 de março de 2016, n.º 008 de 08 de junho de 2016, n.º 009 de 29 de junho de 2016, n.º 011 de 25 de abril de 2018, n.º 012 de 25 de julho de 2018, n.º 013 de 03 de maio de 2019, n.º 014 de 05 de julho de 2019 e n.º 020 de 20 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário, a servidora ELISA MOREIRA DE SOUZA, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 08 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 08 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 186, DE 16 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2608372

DECRETO N.º 186, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Contrata a servidora, MARIA FERNANDA SOUZA DE LUCA, para atuar no cargo de provimento temporário de Médica Ginecologista – NASF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2.348 de 28 de março de 2014 e Lei n.º 2.659, de 30 de novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica contratada, a servidora MARIA FERNANDA SOUZA DE LUCA, para atuar no cargo em provimento temporário de Médica Ginecologista - NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento do Programa Especial – NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 16 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 16 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 190, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2608374

DECRETO N.º 190, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora VALDIRENE GONÇALVES DOS SANTOS contratada no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora VALDIRENE GONÇALVES DOS SANTOS contratada no cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) semanais, conforme Decreto n.º 269, de 07 de abril de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 23 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 23 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 192, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2608377

DECRETO N.º 192, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

Exonera a pedido, a servidora CLEDINEI POLICARPI nomeada para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atenção Básica – CC-3.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 001 de 03 de abril de 2012 e Lei nº 2.575 de 16 de agosto de 2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora CLEDINEI POLICARPI, nomeada para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atenção Básica – CC-3, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 414 de 23 de agosto de 2017, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 23 de junho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 23 de junho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 195, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2608380

DECRETO N.º 195, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Contrata em caráter temporário a servidora, GLADIANA SAVIO BERTI VILLAIN para atuar no cargo em provimento temporário de Técnica de Enfermagem.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário a servidora GLADIANA SAVIO BERTI VILLAIN , para atuar no cargo em provimento temporário de Técnica de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 196, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2608397

DECRETO N.º 196, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido o servidor, IGOR PAULO DA SILVA ABREU contratado no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.830 de 26 de junho de 2007 e Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012 e Processo Seletivo Público 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor IGOR PAULO DA SILVA ABREU, contratado no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral, com 20 (vinte) horas aulas/semanais, na Secretaria Saúde, conforme Decreto nº 323, de 07 de maio de 2019, sendo o último dia trabalhado em 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 197, DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608400

DECRETO N.º 197, DE 02 DE JULHO DE 2020.

Exonera a pedido a servidora SIRLEI DE BITENCOURT CASTRO MARTIGNAGO nomeada através de Concurso Público, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, em decorrência de concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012 e Edital de Concurso Público 01/99.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora SIRLEI DE BITENCOURT CASTRO MARTIGNAGO nomeada para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, através do Edital de Concurso Público nº 01/99, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 078, de 01 de março de 2000, em decorrência de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 02 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 02 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 199, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608404

DECRETO N.º 199, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Demite por abandono de emprego a servidora ALEXANDRA MARTINS FERNANDES nomeada através de Chamada Pública, para atuar no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012 e Chamada Pública 001/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida por abandono de emprego a servidora ALEXANDRA MARTINS FERNANDES, nomeada através de Chamada Pública, no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 043, de 03 de fevereiro de 2020, com término em 12 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 07 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 07 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 200, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608408

DECRETO N.º 200, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Demite por abandono de emprego a servidora PATRÍCIA MARTINS VIANA nomeada através de Processo Seletivo Público, para atuar no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012 e Processo Seletivo Público 003/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida por abandono de emprego a servidora PATRÍCIA MARTINS VIANA, nomeada através de Processo Seletivo Público, no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 030, de 03 de fevereiro de 2020, com término em 12 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 07 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 07 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 201, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608411

DECRETO N.º 201, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Contrata em caráter temporário o servidor JORGE MARTIGNAGO CORAL, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares n.º 005 de 09 de dezembro de 2015, n.º 007 de 10 de março de 2016, n.º 008 de 08 de junho de 2016, n.º 009 de 29 de junho de 2016, n.º 011 de 25 de abril de 2018, n.º 012 de 25 de julho de 2018, n.º 013 de 03 de maio de 2019, n.º 014 de 05 de julho de 2019 e n.º 020 de 20 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário, o servidor JORGE MARTIGNAGO CORAL, no cargo em provimento temporário de Médico Clínico Geral - ESF, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 07 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 07 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 202, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608415

DECRETO N.º 202, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Contrata em caráter temporário o servidor, MARCO AURÉLIO ZANONI para atuar no cargo em provimento temporário de Enfermeiro.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário o servidor MARCO AURÉLIO ZANONI, para atuar no cargo em provimento temporário de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 07 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 07 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 220, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2608421

DECRETO N.º 220, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora ROSANE FIGUEREDO ROQUE contratada no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 003/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora ROSANE FIGUEREDO ROQUE contratada no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 099, de 12 de fevereiro de 2020, sendo o último dia trabalhado em 19 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 20 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 221, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2608423

DECRETO N.º 221, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido o servidor RAFAEL BACKES DA ROSA contratado no cargo em provimento temporário de Médico Psiquiatra - NASF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar nº 001 de 03 de abril de 2012, Lei nº 2.348, de 28 de março de 2014 e Lei nº 2.517 de 29 de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido, o servidor RAFAEL BACKES DA ROSA contratada no cargo em provimento temporário Médico Psiquiatra - NASF, 20 (vinte) horas semanais, conforme Decreto n.º 252, de 18 de março de 2019, com término em 22 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 20 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 222, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608425

DECRETO N.º 222, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora JAQUELINE DOS SANTOS MARQUES contratada no cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 001/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora JAQUELINE DOS SANTOS MARQUES contratada no cargo em provimento temporário de Professor - ACT, 20 (vinte) horas/aulas semanais, conforme Decreto n.º 093, de 10 de fevereiro de 2020, de 06 de agosto de 2018, sendo o último dia trabalhado em 26 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 20 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 227, DE 29 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608656

DECRETO N.º 227, DE 29 DE JULHO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 158.181,10, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 158.181,10 (cento e cinquenta e oito mil, cento e oitenta e um reais e dez centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade: 01 SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 1.027 Const. Ampli. Unid. Aquis. Veículos e Equipamentos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0743 (005) Aplicações Diretas R\$ 158,181,10

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, decorrente de emenda parlamentar creditada no Banco do Brasil, agência 2357-4, conta corrente n.º 25914-4, oriunda do orçamento do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes aos recursos do Convênio citado, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 29 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de julho de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 198, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608402

DECRETO Nº 198, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Nomeia a servidora, CLEDINEI POLICARI para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atenção Básica – CC-3.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 001 de 03 de abril de 2012 e Lei nº 2.575 de 16 de agosto de 2017.
DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a servidora CLEDINEI POLICARPI, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atenção Básica – CC-3, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 06 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 06 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 214, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608417

DECRETO Nº 214, DE 17 DE JULHO DE 2020.

Exonera a servidora, RAIMUNDA EDVÂNIA ALCANTARA CORREIA nomeada para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Programas Sociais de Proteção Social Especial – CC-4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.957 de 15 de junho de 2009 e Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.
DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RAIMUNDA EDVÂNIA ALCANTARA CORREIA, nomeada para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Programas Sociais de Proteção Social Especial – CC-4, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 590 de 23 de dezembro de 2019, a partir de 21 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 17 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 17 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 215, DE 17 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608419

DECRETO Nº 215, DE 17 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora, FERNANDA CORREA DE CARVALHO BORA contratada para atuar no cargo em provimento temporário de Médica Psiquiatra – NASF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 2.348 de 28 de março de 2014 e Lei nº 2.659, de 30 de novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido a servidora FERNANDA CORREA DE CARVALHO BORA, contratada para atuar no cargo em provimento temporário de Médica Psiquiatra - NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme Decreto n.º 233 de 01 de março de 2019, a partir de 27 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 17 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 17 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 223, DE 20 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608427

DECRETO Nº 223, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Nomeia a servidora RAIMUNDA EDVÂNIA ALCANTARA CORREIA para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Apoio Técnico I – CC7.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a servidora RAIMUNDA EDVÂNIA ALCANTARA CORREIA, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Apoio Técnico I – CC7, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 22 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 20 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 20 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 224, DE 21 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608430

DECRETO Nº 224, DE 21 DE JULHO DE 2020.

Extinção do contrato de trabalho do servidor NEREU ANTÔNIO BORTOLUZZI, nomeado para o cargo de provimento efetivo de Motorista II, através do Concurso Público 01/2007, em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o art. 37, III, art. 41, parágrafo único, art. 147 e 148, da Lei Complementar n.º 001 de 03 de abril de 2020.

CONSIDERANDO que o teor da Carta de Concessão de Aposentadoria n.º 193.918.731-9 (NB);

DECRETA

Art. 1º - Fica extinto o contrato de trabalho, com o Município de Nova Veneza, do servidor NEREU ANTÔNIO BORTOLUZZI, nomeado para o cargo de provimento efetivo de Motorista II, 40 (quarenta) horas semanais (Decreto n.º 146, de 01 de abril de 2008), em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de 27 de julho de 2020, nos termos do art. 148, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 21 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 21 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 225, DE 23 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608431

DECRETO Nº 225, DE 23 DE JULHO DE 2020.

Extinção do contrato de trabalho da servidora MARIA IVONETE DE SOUZA PACHECO, nomeada para o cargo de provimento efetivo de Professor, através do Concurso Público 001/92, em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o art. 37, III, art. 41, parágrafo único, art. 147 e 148, da Lei Complementar n.º 001 de 03 de abril de 2020.

CONSIDERANDO que o teor da Carta de Concessão de Aposentadoria n.º 183.799.084-8 (NB);

DECRETA

Art. 1º - Fica extinto o contrato de trabalho, com o Município de Nova Veneza, da servidora MARIA IVONETE DE SOUZA PACHECO, nomeada para o cargo de provimento efetivo de Professor, 40 (quarenta) horas/aulas semanais (Decreto n.º 165, de 03 de agosto de 1992), em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de 27 de julho de 2020, nos termos do art. 148, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 23 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 23 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 226, DE 24 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608433

DECRETO Nº 226, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Demite a pedido a servidora JÉSSICA CRISTINA LODOVICH MACHADO, contratada no cargo em provimento temporário de Agente Comunitária de Saúde.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais Complementares nº 005 de 09 de dezembro de 2015, nº 007 de 10 de março de 2016, nº 008 de 08 de junho de 2016, Lei nº 009 de 29 de junho de 2016 e Processo Seletivo Público 003/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora JÉSSICA CRISTINA LODOVICH MACHADO, contratada no cargo em provimento temporário de Agente Comunitária de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 238, de 02 de junho de 2016, a partir de 28 de julho de 2020.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 24 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 24 de julho de 2020.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 001, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608651

DECRETO SAF N.º 001, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 143.837,20, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 143.837,20 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade: 01 Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 1.040 Pavimentação de Vias, Rodovias e Logradouros

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0755 (114) Aplicações Diretas R\$ 143.837,20

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, creditado no Banco do Brasil, agência 2357-4, conta corrente n.º 114362-X.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 03 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ERRATA AO DECRETO N.º 358, DE 03 DE JUNHO DE 2019

Publicação N° 2608350

ERRATA AO DECRETO N.º 358, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições que lhe são conferidas através do Art. 53, inciso VII da Lei Orgânica do Município, torna pública a seguinte ERRATA ao Decreto n.º 358, de 03 de junho de 2019.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário a servidora ANNA CAROLINA SPILERE FURLAN, na atuar na categoria funcional de Médica Ginecologista - NASF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, para atendimento do Programa Especial - NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

LEIA-SE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário a servidora ANNA CAROLINA SPILERE FURLAN, na atuar na categoria funcional de Médica Ginecologista - NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, para atendimento do Programa Especial - NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Nova Veneza/SC, 10 de julho de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

I RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2020 - FMS

Publicação N° 2607891

I RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2020 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, informa a retificação no Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 24/2020 - FMS conforme segue:

ONDE SE LÊ:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2020 - FMS

DATA DA ABERTURA: 19/08/2020 ÀS 09:30 HORAS

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

FONE: (48) 3471-1759

LEIA-SE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2020 - FMS

DATA DA ABERTURA: 19/08/2020 ÀS 08:30 HORAS

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

FONE: (48) 3471-1759

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, a data para entrega e abertura dos envelopes, continuam a mesma do edital supracitado, ficando mantidos os demais termos do edital.

Esta errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no site oficial, bem como no Mural Público deste Município.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Osvaldo Búrigo, n.º 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 17 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

LEI N.º 2.806, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608836

LEI N.º 2.806, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS E INSTITUIÇÕES CONGÊNERES A NOTIFICAREM OCORRÊNCIAS DE USO DE BEBIDA ALCOÓLICA E/OU ENTORPECENTES POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os hospitais públicos e privados, bem como as Unidades Básicas de Saúde, estabelecidos no Município de Nova Veneza devem notificar os Conselhos Tutelares do Município e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os casos devidamente diagnosticados de uso de bebidas alcoólicas e/ou substâncias psicoativas por crianças e adolescentes, atendidos em suas dependências.

Art. 2º - A notificação será feita:

I - Ao Conselho Tutelar;

II - Ao Ministério Público na pessoa do titular, que tenha como atribuição atuar na área da Infância e Juventude;

Art. 3º - A notificação em que se constate a utilização de bebidas alcoólicas e/ou substâncias psicoativas, deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público na pessoa do titular, que tenha como atribuição atuar na área da Infância e Juventude, conforme previsto nos arts. 98 e 101 da Lei Federal no 8069, de 1990, fazendo constar:

I - Nome completo da criança ou adolescente, sua filiação, endereço residencial e telefone para contato;

II - Quando possível, constar o tipo de bebida alcoólica ou substâncias psicoativas utilizado, bem como a quantidade detectada;

III - Rubrica e número de registro em Conselho Regional de Medicina do médico responsável pelo atendimento, bem como matrícula funcional quando se tratar de instituição congênere;

IV - Demais informações pertinentes ao estado de saúde geral da criança e do adolescente, o diagnóstico e o procedimento clínico adotado.

Parágrafo único - Para efeitos desta lei, a notificação deverá ser encaminhada com o intuito de se promover os cuidados sócio-educacionais voltados para a proteção da criança e do adolescente.

Art. 4º - O processo de elaboração e remessa da notificação será restrito ao pessoal médico, técnico e administrativos diretamente envolvidos no atendimento, sendo responsabilidade dos hospitais públicos e privados, bem como instituições congêneres precaverem-se pela inviolabilidade das informações, preservação da identidade, imagem e dados pessoais, com o fim de proteger a privacidade da criança ou do adolescente e de sua família.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.807, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608832

LEI N.º 2.807, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA “RODOVIA EDVIRGES BRÍGIDO”, NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RODOVIA JOÃO CARRADORE”, aquela que inicia na Rodovia Silvino Morelli e termina na propriedade de Walmor Coral e outros, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.808, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608829

LEI N.º 2.808, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA "RODOVIA SEBASTIÃO HORÁCIO DA SILVA", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RODOVIA SEBASTIÃO HORÁCIO DA SILVA”, aquela que inicia na Rua Abílio Scarpari e termina na propriedade Sítio dos Manentti conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.809, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608827

LEI N.º 2.809, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA "RODOVIA VITAL ZANONI", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RODOVIA VITAL ZANONI", aquela que inicia na Rodovia Silvino Morelli e termina na propriedade Dalci Masieiro e outros, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.810, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608822

LEI N.º 2.810, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA "RODOVIA POUSO DAS ÁGUIAS", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RODOVIA POUSO DAS ÁGUIAS”, aquela que inicia na Rua Antônio Scarpari e termina na propriedade de Maria Joaquina da Silva, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.811, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608815

LEI N.º 2.811, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA "RODOVIA ATHILIO SCUSSEL", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RODOVIA ATHILIO SCUSSEL”, aquela que inicia na Rua Abílio Scarpari e termina na propriedade Genésio Moisés Spillere e outros, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.812, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608809

LEI N.º 2.812, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA “RODOVIA EDVIRGES BRÍGIDO”, NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RODOVIA EDVIRGES BRÍGIDO”, aquela que inicia na Rodovia Silvino Morelli e termina na propriedade dos Herdeiros do Brígidos, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 07 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 07 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.813, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608806

LEI N.º 2.813, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2021, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2018/2021, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2021 extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar n.º 101/2000, com base nos Anexos “Receita por Categoria Econômica” e “Natureza da Despesas por Categorias Econômicas” que integram a presente Lei, serão elaboradas e disponibilizadas por meio do sistema informatizado que registra os dados contábeis relacionados aos orçamentos do Município, na forma estabelecida pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas e demonstradas na “Relação de Despesas – Planejadas” de que trata o artigo 2º desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas

nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – receita vinculada: aquela que por força de legislação, normativa, convênio ou similares, deva ser aplicada em despesas específicas, ou ainda, que deve ter controle específico de fonte e destinação de recurso;

IX – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XII – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XIII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluída a referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundações Municipais e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único - Serão rejeitadas pela Comissão Permanente de que trata o art. 43, §º 3, da Lei Orgânica Municipal e perderão o direito a destaque em plenário, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que:

I - contrariarem disposições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os detalhamentos descritos no Plano Plurianual 2018/2021 e disposições desta lei;

II - no somatório das deduções, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 30%;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da Unidade Gestora, com o órgão de governo, com a funcional programática, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;

IV - anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;

b) recursos para o atendimento de serviços e amortização da dívida;

c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;

d) fonte de recursos vinculados;

e) recursos destinados à educação e à saúde, independentemente da fonte.

V - a emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto na Lei Orçamentária.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de

financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2021. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2021. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2021. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º - Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º - O Orçamento Geral do Município será apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo ou Fundação com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN n.º 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º - O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º - Os Fundos e Fundações Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “1.00” – Ordinários, do orçamento fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação de recurso, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, para atendimento dos dispositivos do Decreto Federal 7.257/2010 e legislação análoga.

Art. 11 - Os Fundos e Fundações Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações (Art. 9º da LRF):

I – contrapartida para execução de projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação dos recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º - Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21 - Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente nos limites de seus saldos, por ato próprio do Executivo, na forma estabelecida no art. 167, § 2º, da Constituição Federal

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2021, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regule. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal Nº 13.019/2014.

§ 2º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 15 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano

com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).
Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2021, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2021 poderá estimar receita e fixar despesas por conta de contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 36 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2021 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º - Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - redução da remuneração de servidores ocupantes de cargo em comissão e Agentes Políticos;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

VI - acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 39 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Veneza, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E RELATIVA A ARRECADAÇÃO

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes. (Art. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 43 - Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2020.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 45 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias e/ou a ampliação das já existentes, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 46 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos justificadamente considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 47 - Durante o exercício de 2021 o Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios, ou termos equivalentes, com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 48 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas a qualquer tempo, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e de gestão.

Art. 49 - No decorrer do exercício de 2021, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 50 - Ficam autorizados os ajustes que se fizerem necessários nos anexos de metas físicas e fiscais do Plano Plurianual 2018/2021, por conta das alterações constantes da presente Lei.

Art. 51 - No exercício de 2021 o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria nº 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 52 - O Sistema de Controle Interno do Município será aplicado de acordo com a Lei Municipal Nº 2.766/2020 e operacionalizado na forma da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e regulamentos pertinentes.

Art. 53 - O Município atenderá, no que couber, as resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN que tratam da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, denominadas "Matriz de Saldos Contábeis - MSC", a serem divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público, conforme disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016 e disposições previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, em meio magnético ou equivalente, até o dia 28 do mês subsequente as informações e dados contábeis da Unidade Câmara de Vereadores, para que o Poder Executivo encaminhe para a STN, mensalmente, a MSC gerada a partir do leiaute definido no Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

Art. 54 - Até que a STN ou órgão equivalente edite norma em sentido contrário, as informações ao Siconfi, relativas a Declaração de Contas Anuais - DCA, ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, serão assinadas da seguinte forma, eletrônica e documentalmente:

I - Declaração de Contas Anuais - DCA:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira obrigatória, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

II - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO:

- a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

III - Relatório de Gestão Fiscal - RGF:

- a) de maneira obrigatória, pelos titulares dos Poderes Executivo ou Legislativo, conforme o caso, ou seus delegatários;
- b) de maneira opcional, pelo profissional de contabilidade responsável;
- c) de maneira opcional, pelo Vice-prefeito, pelo responsável pelo Controle Interno e pelo responsável pela Administração Financeira.

Art. 55 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Nova Veneza, SC, 14 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 14 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.814, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608805

LEI N.º 2.814, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE TERRA, MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL POR UTILIDADE PÚBLICA, SEM ÔNUS AO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XVI, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a aquisição de duas áreas de terra de, respectivamente, 374,24 m² (trezentos e setenta e quatro metros quadrados e vinte e quatro centésimos de metro quadrados), e 343,03 m² (trezentos e quarenta e três metros quadrados e três centésimos de metro quadrados), totalizando uma área de 717,27 m² (setecentos e dezessete metros quadrados e vinte e sete centésimos de metro quadrados), propriedade de Roberto de Mattia Romagna, mediante desapropriação amigável por utilidade pública, sem ônus ao Município, nos termos do art. 17, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, conforme planta e memorial descritivo em anexo.

Parágrafo único – A área de terra de que trata o caput encontra-se inserida na matrícula n.º 11.385, registrada junto ao 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 14 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 14 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO HABILITAÇÃO PL PM Nº 026/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 I

Publicação Nº 2608984

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE PASSEIO AS MARGENS DA RODOVIA SC 157 COM RECURSOS ADVINDOS DA EMENDA IMPOSITIVA ESTADUAL Nº 1340 E EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS SÓTERIO CACCIATORI, ROBERT KENNEDY E SC 157 COM RECURSOS PRÓPRIOS, NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme projetos, memorial descritivo, orçamentos e cronograma global. Que no dia de sua realização 17.08.2020 às 14:00 horas, que houve a participação das empresas ELETTEL SUL- ELETRECIDADE E TELECOMUNICAÇÕES S/A - ELETRICA CAVALLI LTDA - L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, em análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que as empresas estão HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital. O Presidente da Comissão de Licitações solicitou ao representante presente a intenção de interpor recursos quanto a esta fase do certame de onde o representante presente não manifestou interesse em interpor recurso contra a decisão da CPL.

Novo Horizonte (SC), em 17 de agosto de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTAS – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 02).

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE PASSEIO AS MARGENS DA RODOVIA SC 157 COM RECURSOS ADVINDOS DA EMENDA IMPOSITIVA ESTADUAL Nº 1340 E EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS SÓTERIO CACCIATORI, ROBERT KENNEDY E SC 157 COM RECURSOS PRÓPRIOS, NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme projetos, memorial descritivo, orçamentos e cronograma global. Que no dia de sua realização 17.08.2020 às 14:00 horas. Segue transcrição da ata. □A CPL registra que dando seguimento ao certame foi aberto o envelope da proposta e a abertura do mesmo contendo a proposta de preços, da empresa Habilitada, da qual foi procedida a análise da Proposta de Preços, verificando-se que a proposta atende ao exigido, apresentando todas as características e informações necessárias. Assim esta Comissão decidiu pela Classificação da proposta apresentada pelas empresas habilitadas. Encerrada a fase de julgamento da proposta, a CPL declara como VENCEDOR, a empresa acima relacionada, conforme resultado apresentado abaixo discriminado. Como não houve credenciamento de representante por parte da empresa, ELETTEL-SUL - ELETRECIDADE E TELECOMUNICAÇÕES S/A, e a mesma também não apresentou a Declaração de não interposição de recursos da fase de julgamento de propostas de preços, o presidente da CPL e os membros da equipe de apoio decidem pela abertura do prazo para recurso que é de cinco (5) dias úteis, o prazo encerra-se no dia 24.08.2020 em horário de expediente da prefeitura municipal, que é das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. O recurso pode ser apresentado via e-mail, desde que o mesmo seja enviado e confirmado o recebimento pela empresa dentro do horário de atendimento desta prefeitura. Desde já ficam intimados os demais licitantes para apresentarem as contrarrazões, tendo estes os mesmos prazos legais para apresentação. Nada mais havendo a tratar, ressalvando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame, lavrei a presente ata.”

Novo Horizonte (SC), em 18 de agosto de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

Ouro

PREFEITURA

PORTARIA 2020/240

Publicação N° 2607890

PORTARIA N° 240/2020, DE 20 DE JULHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei n° 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Conceder período de gozo de licença prêmio a servidora Ondina Boldrini, matrícula n° 050-9, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM-01, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 1996 a 30 de novembro de 2001, período de gozo de 20 de Julho 18 de outubro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/241

Publicação N° 2607892

PORTARIA N° 241/2020, DE 20 DE JULHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei n° 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Conceder período de gozo de licença prêmio ao servidor Edson Luiz Biavati, matrícula n° 246-1, ocupante do cargo de Motorista, Nível SGM-03, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2006 a 05 de março de 2011, período de gozo de 21 de julho a 19 de outubro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/242

Publicação Nº 2607893

PORTARIA Nº 242/2019, DE 22 DE JULHO DE 2020

Contrata Profissional Médico que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO , Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a situação de emergência em saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) e o aumento na demanda de atendimento na Unidade Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Juliane Aparecida Ribeiro, matrícula nº 1189-7, RG nº 9.243.012-0, CPF nº 042.238.209-40, para exercer o cargo de Enfermeiro, Nível ATS-04, Grupo de Atividades Técnicas Superiores, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
22 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/243

Publicação Nº 2607894

PORTARIA Nº 243/2019, DE 23 DE JULHO DE 2020

Contrata Profissional Médico que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO , Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a situação de emergência em saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) e o aumento na demanda de atendimento na Unidade Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Maria Laura Salvin, matrícula nº 1190-9, RG nº 5.780.161, CPF nº 073.523.389-69, para exercer o cargo de Enfermeiro, Nível ATS-04, Grupo de Atividades Técnicas Superiores, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
23 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/244

Publicação Nº 2607895

PORTARIA Nº 244/2020, DE 23 DE JULHO DE 2020.
Concede Licença Prêmio a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Conceder período de gozo de licença prêmio ao servidor Marcos Antonio Baretta, matrícula nº 18-5, ocupante do cargo de Operário Geral, Nível SGM-01, lotado na Secretaria Municipal da administração e Fazenda, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2001 a 31 de julho de 2006, período de gozo de 22 de Julho 20 de outubro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
23 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/245

Publicação Nº 2607897

PORTARIA Nº 245/2020, DE 23 DE JULHO DE 2020.

Designa servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de pessoal para um melhor atendimento da Secretaria Municipal de Saúde que em função da Pandemia de COVID-19, houve ou aumento significativo de atendimentos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Maria Eunice Surdi, matrícula nº 124-8, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Pessoal, Nível PCM-04, para auxiliar nas questões administrativas e burocráticas, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
23 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/246

Publicação Nº 2607898

PORTARIA Nº 246/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX,

da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 66, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Luiz Antonio de Almeida Ribas, matrícula nº 445-0, ocupante do cargo de Operário Geral, SGM-02, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/247

Publicação Nº 2607899

PORTARIA Nº 247/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Ailton Lorega Duarte, matrícula nº 31-2, ocupante do cargo de Agente de Construção Civil, Nível SGM-04, lotado na Secretaria Municipal Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 1º de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/248

Publicação Nº 2607901

PORTARIA Nº 248/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Vilmar Ângelo Rebelatto, matrícula nº 586-1, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, nível ATM-06, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de aquisição de 13 de julho de 2019 a 12 de julho de 2020, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo de 11 a 30 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/249

Publicação N° 2607904

PORTARIA N° 249/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geraldo Spielmann, matrícula nº 239-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Escriturário, nível ATM-04, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao período de aquisição de 08 de fevereiro de 2018 a 07 de fevereiro de 2019, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/250

Publicação N° 2607907

PORTARIA N° 250/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Vilmar Debus, matrícula nº 682-4, ocupante do cargo de Agente de Construção Civil, Nível SGM-04, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 01 de dezembro de 2018 a 30 de novembro de 2019, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/251

Publicação Nº 2607909

PORTARIA Nº 251/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Elicker, matrícula nº 259-7, ocupante do cargo de Mecânico, nível SGM-05, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, referente ao período de aquisição de 05 de novembro de 2016 a 04 de novembro de 2017, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/252

Publicação Nº 2607910

PORTARIA Nº 252/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Dilso Dorigon, matrícula nº 776-1, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, nível SGM-05, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, período de aquisição de 15 de fevereiro de 2019 a 14 de fevereiro de 2020, período de gozo de 03 de agosto a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/253

Publicação Nº 2607912

PORTARIA Nº 253/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Constitui Comissão de reavaliação dos bens móveis e imóveis que compõe o patrimônio do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 53, incisos VI e XIII, c/c os arts. 131 a 133 da Lei Orgânica Municipal, tendo presente as disposições da Lei Municipal n. 2.460, de 23 de novembro de 2016, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal 2470/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial, composta pelos servidores a seguir relacionados para, sob a presidência do primeiro, proceder à reavaliação dos bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio do Município de Ouro, incluindo os poderes Executivo e Legislativo, objetivando a apuração do seu valor recuperável, quais sejam:

I – Vilmar Eujames Calliari

II – Jaison Brandini

III – Hermes Felis Pissolo

IV – Liliane Angélica de Lima Todeschini

V – Paula Gabrieli Antunes Pires Klein

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar parecer de profissionais habilitados, a fim de proporcionar uma apuração real dos bens aos seus valores recuperáveis, em especial no que se refere aos bens imóveis e aos veículos e equipamentos.

Art. 2º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e serão feitas por meio dos parâmetros e índices de estado físico do bem, conforme fixado na Lei Municipal n. 2.420, de 2016.

Art. 3º. Os integrantes da Comissão Especial desenvolverão seus trabalhos no horário normal de expediente e esta função não resultará em acréscimo remuneratório.

Art. 4º. A Comissão Especial terá o prazo de 120 dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º. Fica determinado que todos os servidores públicos municipais têm o dever de colaboração com os integrantes da Comissão Especial, naquilo que for solicitado para o bom cumprimento do objetivo.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro, SC,
em 03 de agosto de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito Municipal

PORTARIA 2020/254

Publicação Nº 2607913

PORTARIA Nº 254/2020, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Michael Ferreira da Silva, matrícula nº 970-9, ocupante do cargo de Motorista, nível SGM-03, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de aquisição de 03 de agosto de 2018 a 02 de agosto de 2019, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo de 10 de agosto a 09 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
03 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/255

Publicação Nº 2607914

PORTARIA Nº 255/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Diretor de Agricultura e Meio Ambiente que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade da Lei Municipal nº. 1007/92, de 20 de maio de 1992.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar apedido Ederson Savaris, matrícula nº 1055-0, RG nº 4.152.146, CPF nº 046.388.789-11, do cargo de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
14 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/256

Publicação Nº 2607918

PORTARIA Nº 256/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Concede licença a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, e atendendo a Lei Eleitoral vigente;

Considerando que a Servidora Andreléia Sandra Baretta da Silva requereu afastamento temporário remunerado com a finalidade de disputar cargo eletivo de vereador nas eleições de 15 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença a pedido, a servidora Andreléia Sandra Baretta da Silva, matrícula nº 569-7, RG nº 3.620.416, CPF nº 019.080.929-98, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fins eleitorais no período de 14 de agosto da 15 de novembro de 2020, sem prejuízos de seus vencimentos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
14 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/257

Publicação Nº 2607919

PORTARIA Nº 257/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Assessor de Indústria e Comércio que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX,

da Lei Orgânica do Município, em conformidade da Lei Municipal nº. 1007/92, de 20 de maio de 1992.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar apedido Rosemari Schmitt dos Anjos, matrícula nº 513-6, RG nº 2.637.940, CPF nº 423.430.899-49, do cargo de Assessor de Indústria e Comércio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
14 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/258

Publicação Nº 2607923

PORTARIA Nº 258/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Concede licença a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, e atendendo a Lei Eleitoral vigente;

Considerando que a Servidora Romilda Inácio de Jesus requereu afastamento temporário remunerado com a finalidade de disputar cargo eletivo de vereador nas eleições de 15 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença a pedido, a servidora Romilda Inácio de Jesus Duarte, matrícula nº 407-3, RG nº 2.145.411, CPF nº 025.356.369-05, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, lotada na Secretaria Municipal de saúde, para fins eleitorais no período de 14 de agosto a 15 de novembro de 2020, sem prejuízos de seus vencimentos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
14 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3448

Publicação Nº 2608437

DECRETO N.º 3448/2020

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada por motivo de aposentadoria por Idade a servidora pública Municipal Sra. Nilce Salete Somavila, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junta a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3449

Publicação Nº 2608440

DECRETO N.º 3449/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 1.099/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA COORD. DE INFRAESTRUTURA	
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	2601	Estradas Vicinais	
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 61	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de anulação parcial e/ou total das seguintes dotações.

Órgão Orçament.	1000	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Unidade Orçam.	1001	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Função	1	Legislativa	
Subfunção	31	Ação Legislativa	
Programa	101	Processo Legislativo	
Ação	2.1	Manutenção das Atividades Legislativas	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	

Valor	R\$	5.000,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 94	
Ação	2.98	Manutenção do Projeto Parlamento Jovem	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	5.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 147	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3450

Publicação Nº 2608442

DECRETO N.º 3450/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 1.100/2020.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 341.600,00 (Trezentos e quarenta e um mil e seiscentos reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana
Programa	1501	Urbanização de Vias Públicas
Ação	1.36	Construção de Obras de Infraestrutura Urbana
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	61.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 48
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	200.600,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 57
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	2601	Estradas Vicinais
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	80.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 61

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do remanejamento das dotações abaixo:

Órgão Orçament.	2000	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Unidade Orçam.	2001	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	401	Administração Superior

Ação	2.4	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	50.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 3
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	402	Administração Geral
Ação	1.75	Realiz. e Org. de Feiras, Páscoa, Natal e Demais Eventos
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	11.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 75
Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORDD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Unidade Orçam.	4002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	695	Turismo
Programa	2302	Desenvolvimento do Turismo
Ação	2.80	Desenvolvimento de Ações e Projetos Voltados ao Turismo
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 115
Subfunção	812	Desporto Comunitário
Programa	2701	Esporte é Vida
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	20.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 42
Ação	2.99	Manutenção, Ampliação e Reforma do Estádio Municipal
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 150
Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORDD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	1701	Saneamento Básico Rural
Ação	2.88	Manutenção da Água na Serra São José
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 131
Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	1502	Serviços de Utilidade Pública
Ação	2.37	Manutenção dos Serviços Urbanos
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 134
Função	22	Indústria
Subfunção	661	Promoção Industrial
Programa	2201	Desenvolvimento Industrial
Ação	2.39	Incentivo ao Desenvolvimento Econômico
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 58
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 59
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário

Programa	2601	Estradas Vicinais
Ação	1.79	Construção e Ampliação do Espaço Físico da Garagem
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	50.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 148
Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORDD. DE MEIO AMBIENTE
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Função	18	Gestão Ambiental
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1801	Preservação e Conservação Ambiental
Ação	2.45	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	30.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 65
Valor	R\$	3.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 66
Órgão Orçament.	9000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade Orçam.	9001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Função	28	Encargos Especiais
Subfunção	843	Serviço da Dívida Interna
Programa	2801	Serviços da Dívida Interna
Ação	2.46	Pagto da Dívida Contratada e Parcelamentos Tributários
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	3.900,00
Elemento	3290	Aplicações Diretas – Despesa 67
Valor	R\$	40.700,00
Elemento	4690	Aplicações Diretas – Despesa 68
Ação	2.48	Pagto de Precatórios, Acordos e Ações de Peq. Causas
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	32.000,00
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 70
Órgão Orçament.	15000	FUNDO DA CULTURA
Unidade Orçam.	15001	FUNDO DA CULTURA
Função	13	Cultura
Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	1301	Desenvolvimento Cultural
Ação	2.71	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 73
Valor	R\$	2.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 74
Órgão Orçament.	18000	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO
Unidade Orçam.	18001	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO
Função	8	Assistência Social
Subfunção	242	Assistência ao Portador de Deficiência
Programa	801	Atendimento ao Idoso
Ação	2.69	Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	15.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 81
Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA/COORD DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Unidade Orçam.	21001	SECRETARIA/COORD DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	402	Administração Geral
Ação	2.100	Reforma e Melhorias no Centro de Multiplouso
Fonte	0100	Recursos Ordinários

Valor	R\$	49.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 151
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 152

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº3451

Publicação Nº 2608445

DECRETO N.º 3451/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO PELO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 1.101/2020.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 111.000,00 (Cento e onze mil reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	3150	Cessão Onerosa - Lei 13885/2019 - Superávit
Valor	R\$	111.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do superávit do Exercício Anterior na Fonte de Recurso Cessão Onerosa - Lei 13885/2019 – Superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº3452

Publicação Nº 2608449

DECRETO N.º 3452/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 1.102/2020.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 98.400,00 (Noventa e oito mil e quatrocentos reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	0189	Alienações de Bens destinados Outros Programas
Valor	R\$	98.400,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do Excesso de arrecadação neste Exercício na Fonte de Recurso: Alienações de Bens destinados a Outros Programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº3453

Publicação Nº 2608451

DECRETO N.º 3453/2020

“DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.093/2019.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotação orçamentária no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	1701	Saneamento Básico Rural
Ação	2.88	Manutenção da Água na Serra São José
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 131

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do remanejamento/redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	1701	Saneamento Básico Rural
Ação	2.88	Manutenção da Água na Serra São José
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 130

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3454

Publicação Nº 2608454

DECRETO N.º 3454/2020

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido o servidor público Municipal Sr. LENOIR NICACIO CANDIDO COSTA, ocupante do Cargo em comissão de Assistente de Meio Ambiente, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

LEI Nº1099

Publicação Nº 2608457

Lei N.º 1099/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA COORD. DE INFRAESTRUTURA	
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	2601	Estradas Vicinais	
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 61	

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta de anulação parcial e/ou total das seguintes dotações.

Órgão Orçament.	1000	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Unidade Orçam.	1001	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Função	1	Legislativa	
Subfunção	31	Ação Legislativa	
Programa	101	Processo Legislativo	
Ação	2.1	Manutenção das Atividades Legislativas	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	

Valor	R\$	5.000,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 94	
Ação	2.98	Manutenção do Projeto Parlamento Jovem	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	5.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 147	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ouro Verde, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

LEI Nº1100

Publicação Nº 2608465

LEI Nº 1100/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 341.600,00 (Trezentos e quarenta e um mil e seiscentos reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana
Programa	1501	Urbanização de Vias Públicas
Ação	1.36	Construção de Obras de Infraestrutura Urbana
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	61.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 48
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	200.600,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 57
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	2601	Estradas Vicinais
Ação	2.43	Manutenção do Setor Rodoviário
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	80.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 61

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta do remanejamento das dotações abaixo:

Órgão Orçament.	2000	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Unidade Orçam.	2001	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	401	Administração Superior

Ação	2.4	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	50.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 3
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	402	Administração Geral
Ação	1.75	Realiz. e Org. de Feiras, Páscoa, Natal e Demais Eventos
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	11.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 75
Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORDD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Unidade Orçam.	4002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	695	Turismo
Programa	2302	Desenvolvimento do Turismo
Ação	2.80	Desenvolvimento de Ações e Projetos Voltados ao Turismo
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 115
Subfunção	812	Desporto Comunitário
Programa	2701	Esporte é Vida
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	20.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 42
Ação	2.99	Manutenção, Ampliação e Reforma do Estádio Municipal
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 150
Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORDD. DE AGRICULTURA
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	1701	Saneamento Básico Rural
Ação	2.88	Manutenção da Água na Serra São José
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 131
Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	1502	Serviços de Utilidade Pública
Ação	2.37	Manutenção dos Serviços Urbanos
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 134
Função	22	Indústria
Subfunção	661	Promoção Industrial
Programa	2201	Desenvolvimento Industrial
Ação	2.39	Incentivo ao Desenvolvimento Econômico
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 58
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 59
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário

Programa	2601	Estradas Vicinais
Ação	1.79	Construção e Ampliação do Espaço Físico da Garagem
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	50.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 148
Órgão Orçament.	6000	SECRETARIA/COORDD. DE MEIO AMBIENTE
Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Função	18	Gestão Ambiental
Subfunção	541	Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1801	Preservação e Conservação Ambiental
Ação	2.45	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	30.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 65
Valor	R\$	3.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 66
Órgão Orçament.	9000	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade Orçam.	9001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Função	28	Encargos Especiais
Subfunção	843	Serviço da Dívida Interna
Programa	2801	Serviços da Dívida Interna
Ação	2.46	Pagto da Dívida Contratada e Parcelamentos Tributários
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	3.900,00
Elemento	3290	Aplicações Diretas – Despesa 67
Valor	R\$	40.700,00
Elemento	4690	Aplicações Diretas – Despesa 68
Ação	2.48	Pagto de Precatórios, Acordos e Ações de Peq. Causas
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	32.000,00
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 70
Órgão Orçament.	15000	FUNDO DA CULTURA
Unidade Orçam.	15001	FUNDO DA CULTURA
Função	13	Cultura
Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	1301	Desenvolvimento Cultural
Ação	2.71	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	10.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 73
Valor	R\$	2.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 74
Órgão Orçament.	18000	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO
Unidade Orçam.	18001	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO
Função	8	Assistência Social
Subfunção	242	Assistência ao Portador de Deficiência
Programa	801	Atendimento ao Idoso
Ação	2.69	Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso
Fonte	0100	Recursos Ordinários
Valor	R\$	15.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 81
Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA/COORD DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Unidade Orçam.	21001	SECRETARIA/COORD DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	402	Administração Geral
Ação	2.100	Reforma e Melhorias no Centro de Multiplouso
Fonte	0100	Recursos Ordinários

Valor	R\$	49.000,00
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 151
Valor	R\$	1.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 152

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

LEI Nº1101

Publicação Nº 2608476

LEI Nº 1101/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO PELO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 111.000,00 (Cento e onze mil reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	3150	Cessão Onerosa - Lei 13885/2019 - Superávit
Valor	R\$	111.000,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta do superávit do Exercício Anterior na Fonte de Recurso Cessão Onerosa - Lei 13885/2019 – Superávit.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

LEI Nº1102

Publicação Nº 2608479

LEI Nº 1102/2020

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 98.400,00 (Noventa e oito mil e quatrocentos reais) para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	7000	SECRETARIA/COORDD. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçam.	7001	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	1702	Saneamento Básico Urbano
Ação	1.38	Construção de Obras de Saneamento Básico
Fonte	0189	Alienações de Bens destinados Outros Programas
Valor	R\$	98.400,00
Elemento	4490	Aplicações Diretas

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta do Excesso de arrecadação neste Exercício na Fonte de Recurso: Alienações de Bens destinados a Outros Programas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

LEI Nº1103

Publicação Nº 2608480

LEI Nº 1103/2020

“DENOMINA O NOVO NOME DA ESCOLA MUNICIPAL E DO PARQUE DE MÁQUINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMÉLIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica denominado o novo Nome da Escola Municipal, como “ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SONIA MENTA BARRETA”.

Art. 2º - Fica denominado o nome do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, situado na Avenida Pedro Biotto Sobrinho, n.º 508, Esquina com a Rua Letra B, de “PARQUE DE MÁQUINAS BENVENUTO TACCA”.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 209/99, de 13 de abril de 1999.

Ouro Verde – SC, em 10 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0109

Publicação Nº 2608485

PORTARIA N.º 109/2020

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a servidora pública municipal Sra. Ivonete Lazaroto Selig, Lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, correspondente ao período aquisitivo de 18/03/2018 a 17/03/2019, que serão gozadas no período de 01 de agosto de 2020 a 30 de Agosto de 2020, retornando aos seus trabalhos no dia 31/08/2020.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0110

Publicação Nº 2608487

PORTARIA N.º 110/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. EDSON LUIZ SANTOS, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0111

Publicação Nº 2608489

PORTARIA N.º 111/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. VALDUIR DE MELO, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0112

Publicação Nº 2608494

PORTARIA N.º 112/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. JOÃO CANTON, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0113

Publicação Nº 2608498

PORTARIA N.º 113/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. ROQUE ANCELMO KOSINSKI, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0114

Publicação Nº 2608504

PORTARIA N.º 114/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora Pública Municipal Sra. IZABEL FERREIRA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0115

Publicação N° 2608506

PORTARIA N.º 115/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora Pública Municipal Sra. DORALINA ALVES CHAVES, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0116

Publicação N° 2608507

PORTARIA N.º 116/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora Pública Municipal Sra. ALINE PAGLIOSA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0117

Publicação Nº 2608509

PORTARIA N.º 117/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora Pública Municipal Sra. EDISONE APARECIDA SELIG, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0118

Publicação Nº 2608512

PORTARIA N.º 118/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora Pública Municipal Sra. MARIZETE TEREZINHA DE ALMEIDA BALENA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0119

Publicação Nº 2608515

PORTARIA N.º 119/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. ISMAEL OLIVEIRA DA LUZ, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0120

Publicação N° 2608518

PORTARIA N.º 120/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor Público Municipal Sr. VILSON MIGUEL BIOTTO, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0121

Publicação N° 2608521

PORTARIA N.º 121/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora pública Municipal Sra. GENI DA SILVA BIOTO, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0122

Publicação Nº 2608523

PORTARIA N.º 122/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor público Municipal Sr. ARTUR BIOTO, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0123

Publicação Nº 2608525

PORTARIA N.º 123/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor público Municipal Sr. FRANCISCO CARLOS BASOTTI, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0124

Publicação Nº 2608527

PORTARIA N.º 124/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora pública Municipal Sra. ELIANE APARECIDA RAMOS, dos cargos de Professor II 20:00 hs. e Professor II 20:00 hs., a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0125

Publicação N° 2608536

PORTARIA N.º 125/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política o servidor público Municipal Sr. CLODOALDO JOSÉ BASOTTI, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N°0126

Publicação N° 2608538

PORTARIA N.º 126/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política o servidor público Municipal Sr. DOUGLAS COSTACURTA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0127

Publicação Nº 2608605

PORTARIA N.º 127/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política o servidor público Municipal Sr. VALMIR SIQUEIRA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0128

Publicação Nº 2608607

PORTARIA N.º 128/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora pública Municipal Sra. ADRIANE MARCHETO ALVES DE QUADRA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0129

Publicação Nº 2608609

PORTARIA N.º 129/2020

"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora pública Municipal Sra. SILVANA DA SILVA PEREIRA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0130

Publicação Nº 2608610

PORTARIA N.º 130/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política a servidora pública Municipal Sra. NEIVETE APARECIDA MICHELON BERLEZI, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0131

Publicação Nº 2608612

PORTARIA N.º 131/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor público Municipal Sr. LEODOMIR ALVES DE QUADRA, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0132

Publicação Nº 2608613

PORTARIA N.º 132/2020

“CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

1 – Cessar os Efeitos da Portaria n.º 025/2020, que Designou o Servidor Público Municipal Sr. Idimar Bioto, para responder como Dirigente de Atividades Operacionais, Junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº0133

Publicação Nº 2608614

PORTARIA N.º 133/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo paragrafo 1.º Art. 99 da lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Remunerada para atividade política ao servidor público Municipal Sr. IDIMAR BIOTO, a partir do dia 15 de agosto de 2020, pelo período que antecede o Pleito Eleitoral do Ano de 2020, conforme requerimento.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

TERMO DE CONVÊNIO Nº 019, DE 13 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608926

TERMO DE CONVÊNIO Nº 019, DE 13 DE JULHO DE 2020.

Que celebram entre si o Município de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Palhoça e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PALHOÇA, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC, representada por seu Secretário Municipal, Senhor ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, doravante denominados simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Polícia Militar de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 83.931.550/0001-51, estabelecida a Rua Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM), CNPJ 13.925.994/0001-07, representada por seu Comandante Geral, Senhor DIONEI TONET, doravante denominada PMSC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as Cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a PMSC, para recolhimento de equinos abandonados nas vias públicas do Município de Palhoça/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 741/2019, na IN 14/2012 do TCE/SC e no artigo 8º, inciso IX, da Constituição Estadual no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, e na Lei Municipal nº 4.842, de 13 de julho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

3.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Termo correrão à conta do orçamento do MUNICÍPIO, vigente em cada exercício financeiro, a saber:

Referência de dotação: 557

Órgão: 28 Secretaria Municipal de Seg. Pública

Unidade: 001 Secretaria Municipal de Seg Pública

Ação: 2147 Segurança e Operacionalização do Trânsito

Elemento: 3333000000000000 - Transferências a Estados e ao Dist.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PMSC

4.1 Compete à PMSC as seguintes obrigações:

4.1.1 Efetuar o transporte dos equinos apreendidos ao local de abrigo, após chamado que deverá ser feito através da SMDC-Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, Diretoria de Bem Estar animal;

4.1.2 Realizar a guarda dos animais recolhidos pelo prazo de 30 dias, ficando à disposição para posterior doação;

4.1.3 Liberar os animais aos proprietários ou responsáveis somente após a autorização por parte da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, Diretoria de Bem Estar Animal, que emitirá termo de liberação do animal após pagamento de multa por parte do autuado;

4.1.4 Realizar registro de saída nos casos de óbito ou doação realizadas pelo MUNICÍPIO;

4.1.5 Responsabilizar-se pelos gastos dos recursos financeiros recebidos, garantindo sua utilização para arcar com as despesas de serviços conforme objeto desse contrato;

4.1.6 Disponibilizar local adequado para suportar um total de até 20 (vinte) equinos em local adequado para cumprir os termos do presente convênio;

4.1.7 Providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Estado;

4.1.8 Informar conta bancária em instituição financeira, sob a denominação acerca dos dados bancários da conta para depósito;

4.1.9 Efetuar prestação de contas em relação ao presente convênio, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

5.1.1 Depositar a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o 5º (quinto) dia útil de cada mês em conta previamente informada especificamente para a gestão deste termo, em instituição financeira oficial.

5.1.2 Fornecer e implantar microchip de rastreabilidade nos equinos apreendidos pela PMSC através de serviço prestado pela Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, Diretoria de Bem Estar Animal;

5.1.3 Emitir guia de recolhimento aos proprietários ou responsáveis pelos equinos apreendidos pelo PMSC;

5.1.4 Providenciar a doação do equino apreendido em 30 (trinta) dias, depois de vencido o prazo de retirada do animal, podendo ser doado após o 1º exame de Anemia Infecciosa Equina e Mormo;

5.1.5 Efetuar o exame de Mormo, cuja coleta da amostra deve ser feita pelo médico veterinário disponibilizado pelo município;

5.1.6 Disponibilizar médico veterinário para atendimento dos animais recolhidos, através da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, Diretoria de Bem Estar Animal, atendendo prontamente as solicitações da PMSC;

5.1.7 Atender as requisições do Comandante do Regimento de Polícia Montada da PMSC no que tange as necessidades para cumprimento do objetivo do presente convênio;

PARÁGRAFO ÚNICO. Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando do Regimento de Polícia Montada, em nome da PMSC e de representante do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA – DA CAPACIDADE DE APREENSÃO

6.1 Alcançado o número previsto no item 4.1.9 da cláusula quarta, a PMSC fica isenta de atender novas chamadas de apreensão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES

7.1 O não cumprimento, por parte do Município, de qualquer umas das obrigações previstas na cláusula quinta deste instrumento, mesmo parcialmente, implicada na suspensão imediata do recolhimento de equinos no Município, sendo retomadas as atividades depois de sanadas as irregularidades, conforme análise do Comando do Regimento de Polícia Militar Montada.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

8.1 O MUNICÍPIO e a PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente convênio, se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral.

Deverá ser informado com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta dias) o desejo de paralisação dos serviços objeto deste Convênio.

8.2 Por ocasião da conclusão, denúncia ou rescisão do presente convênio os saldos financeiros remanescentes depositados em conta bancária, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO

10.1 O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

11.1 O valor definido na cláusula quinta, inciso I, será reajustado anualmente conforme deliberação das entidades conveniadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Palhoça/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste termo.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que adiante assinam.

Palhoça, 13 de julho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DIONEI TONET
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário Municipal de Segurança Pública de Palhoça

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº25/2017- QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA/ME**

Publicação Nº 2609052


**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**
**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 25/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E
SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA/ME,
VISANDO ESTABELECE O REAJUSTE -
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017.**

Pelo instrumento de Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2017, que entre si celebram, a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente, Senhor **JOEL FILIPE GASPAR**, Presidente do Poder Legislativo, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA/ME**, com endereço/sede na Rua Senador Raulino Horn, e CNPJ 24.092.271/0001-82, neste ato representado pelo Senhor (a) **Fabício de Souza**, brasileiro (a), portador (a) do CPF nº 005.160.539-22, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Fica alterada a Cláusula Segunda do contrato original para restabelecer o reajuste, com base no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, tendo em vista o índice INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses em 2,35% apurado no período de referência de julho de 2019 a julho de 2020, alterando o valor mensal do contrato referente aos itens abaixo, a partir de 1º de agosto de 2020.

PRODUTO	VALOR LICITADO	VALOR DIFERENÇA R\$	Valor Reajustado
Licença e Uso de Software Legislativo, Instalação Treinamento, Migração de Dados, Suporte Técnico	R\$ 3.367,60	79,14	R\$ 3.446,73
Serviços de Adequação, (customization) do Software Legislativo 20 hora/mês	R\$ 1.291,56	30,35	R\$ 1.321,91
Serviços Técnicos de Treinamentos Presenciais- hora mês	R\$ 260,97	6,14	R\$ 267,11

9
rafo Único: O crédito necessário ao atendimento das despesas do presente Termo Aditivo serão provenientes dos seguintes elementos de despesa:

3.3.3.90.39.08.00.00.00 (Manutenção de softwares).

3.3.3.90.39.11.00.00.00 (Locação de softwares)

**INTEGRANDO O PODER
LEGISLATIVO À COMUNIDADE**

Rua : Joci José Martins, Nº 101 –
Pagani – Palhoça - SC
CEP – 88132-282
Fone/Fax.: (48) 388-2500
www.cmp.sc.gov.br



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais Cláusulas do Contrato continuam íntegras e inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo nominadas.

Palhoça, 22 de julho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATANTE

SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA/ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF nº _____

2. _____
CPF nº _____

**INTEGRANDO O PODER
LEGISLATIVO À COMUNIDADE**

Rua : Joci José Martins, Nº 101 –
Pagani – Palhoça - SC
CEP – 88132-282
Fone/Fax.: (48) 388-2500
www.cmp.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2020**

Publicação Nº 2608566

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
122/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **CRISTÁLIA PRODUTOS
QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.** OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento judicializados e para
distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos
atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS				CNPJ: 44.734.671/0001-51	
LTDA					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Codeína, 30mg					
15	100000,00	COMP	CRISTÁLIA CODEIN - RMS 1029801990029 - CX C/30	R\$0,7880	R\$78.800,0000
Especificação: Etomidato, 2mg/mL, solução injetável, ampola 10mL					
22	300,00	AMP	CRISTÁLIA ETOMIDATO	R\$15,4900	R\$4.647,0000
Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml					
26	1600,00	AMP	CRISTÁLIA NEPRESOL	R\$4,6900	R\$7.504,0000
Valor Total (noventa mil e novecentos e cinquenta e um reais)					R\$90.951,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2020

Publicação Nº 2608568

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
123/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **L A DALLA PORTA JUNIOR**.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
judicializados e para distribuição nas Farmácias Básicas
Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede
Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: L A DALLA PORTA JUNIOR				CNPJ: 11.145.401/0001-56	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água destilada, estéril e apirrogênica, 10 ml injetável					
2	70000,00	AMP	SANTEC	R\$0,1767	R\$12.369,0000
Especificação: Complexo B, composição básica vitaminas B1+B6+B12, solução injetável, ampola com 2 ml.					
16	400,00	AMP	HYPOFARMA	R\$0,8400	R\$336,0000
Especificação: Fluconazol, 150mg, blister com 2 cápsula.					
23	150000,00	CPS	MEDQUIMICA	R\$0,3263	R\$48.945,0000
Valor Total (sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais)					R\$61.650,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2020

Publicação Nº 2608569

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 124/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **PROMEFARMA
 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**. OBJETO: Aquisição
 de medicamentos para atendimento judicializados e para
 distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos
 atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.
 DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA				CNPJ: 81.706.251/0001-98	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clindamicina, cloridrato 300 mg					
12	6000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,9600	R\$5.760,0000
Especificação: Cloreto de sódio 0,9%, solução nasal, frasco com 50ml					
13	7000,00	FRS	NATULAB	R\$2,6900	R\$18.830,0000
Especificação: Glicose 25% 10ml					
24	4000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2799	R\$1.119,6000
Especificação: Glicose 50% 10 ml					
25	600,00	AMP	FARMACE	R\$0,2848	R\$170,8800
Especificação: Lidocaína geléia 20mg/g tubo 30g					
30	10000,00	TB	BRAINFARMA	R\$2,4900	R\$24.900,0000
Especificação: Metformina 850mg					
33	100000,00	COMP	MERCK	R\$0,0810	R\$8.100,0000
Especificação: Metronidazol 250mg					
34	150000,00	COMP	BRAINFARMA	R\$0,1139	R\$17.085,0000
Especificação: Mononitrato de isossorbida 10mg/ml, ampolas de 1 ml					
38	500,00	AMP	BIOLAB	R\$2,0900	R\$1.045,0000
Especificação: Nifedipino 10mg					
39	50000,00	COMP	BRAINFARMA	R\$0,0850	R\$4.250,0000
Especificação: Permetrina 5% loção frasco com 60mL					
42	12000,00	FRS	NATIVITA	R\$2,4000	R\$28.800,0000
Especificação: Risperidona 2 mg					
46	100000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,1399	R\$13.990,0000
Especificação: Risperidona, 3mg					
47	100000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,1990	R\$19.900,0000
Especificação: Sulfadiazina de prata, creme 10 mg/g (1%), pote com 400 gramas					
48	500,00	POTE	SILVESTRE	R\$29,4000	R\$14.700,0000
Especificação: Timolol, maleato 0,5% solução oftálmica, 5ml.					
52	1000,00	FRS	UNIÃO QUIMICA	R\$2,3200	R\$2.320,0000
Especificação: Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg.					
69	1600,00	COMP	BRAINFARMA	R\$0,4500	R\$720,0000
Especificação: Vitamina C 1000mg c/10cp efervescentes					
102	100,00	CX	VITAMED	R\$9,5000	R\$950,0000
Valor Total (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos)					R\$162.640,48

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2020

Publicação Nº 2608570

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
125/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **CENTERMEDI COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento judicializados e para
distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos
atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 03.652.030/0001-70	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cetoconazol xampu 20mg/g frasco 100ml					
9	2500,00	FRS	NATIVITA	R\$4.6000	R\$11.500,0000
Especificação: Dexametasona 4mg + cianocobalamina 55mg + tiamina 100 mg + piridoxina 100, ampola I de vitaminas e ampola II com dexametasona					
17	60000,00	AMP	ARESE	R\$7,7990	R\$467.940,0000
Valor Total (quatrocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quarenta reais)					R\$479.440,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2020

Publicação Nº 2608571

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 126/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **ALTERMED MATERIAL MEDICO
 HOSPITALAR LTDA**. OBJETO: Aquisição de medicamentos
 para atendimento judicializados e para distribuição nas
 Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
 Unidades da rede Municipal de Saúde.
 DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ciprofloxacino cloridrato, 500 mg-acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
10	150000,00	COMP	PRATIDONADUZZI PRATI (GENÉRICO)	R\$0,2300	R\$34.500,0000
Especificação: Lidocaína 20mg + epinefrina 0,005mg ampola com 20ml					
29	2000,00	TB	HYPOFARMA Hypocaina	R\$2,5900	R\$5.180,0000
Especificação: Miconazol creme dermatológico (20mg/g) tubo com 28g					
37	10000,00	TB	HIPOLABOR HIPOLABOR (GENÉRICO)	R\$1,6753	R\$16.753,0000
Especificação: Sulfato de Polimixina + Sulfato de Neomicina + Fluocinolona, Acetonida + Cloridrato de Lidocaína (10.000 UI + 3,5mg/mL + 0,25mg/mL + 20mg/mL) - Frasco 5mL - Solução Otológica					
50	30000,00	FRS	ELOFAR ELOTIN	R\$3,1400	R\$94.200,0000
Especificação: Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.					
64	24,00	CX	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA (GENÉRICO)	R\$51,0300	R\$1.224,7200
Especificação: Fexofenadina, cloridrato 180mg					
72	600,00	COMP	CIMED CIMED (GENÉRICO)	R\$0,9665	R\$579,9000
Especificação: Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.					
90	80,00	CX	ACCORD ACCORD (GENÉRICO)	R\$289,9500	R\$23.196,0000
Especificação: Paroxetina 20mg					
95	2000,00	COMP	AUROBINDO AUROBINDO (GENÉRICO)	R\$0,2199	R\$439,8000
Valor Total (cento e setenta e seis mil, setenta e três reais e quarenta e dois centavos)					R\$176.073,42

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2020

Publicação Nº 2608572

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 127/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **SOMA/SC PRODUTOS
 HOSPITALARES LTDA.** OBJETO: Aquisição de medicamentos
 para atendimento judicializados e para distribuição nas
 Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
 Unidades da rede Municipal de Saúde.
 DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 5mg					
1	350000,00	COMP	HIPOLABOR HIPOFOL - 1134301590024 - CX C/500	R\$0,0338	R\$11.830,0000
Especificação: Alendronato de sódio 70 mg,					
3	30000,00	COMP	CELLERA ENDROSTAN - RMS 1044001570030 - CX C/4	R\$0,1785	R\$5.355,0000
Especificação: Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml					
5	1000,00	FRS	HIPOLABOR GENERICO - RMS 1134301620020 - CX C/200	R\$0,6300	R\$630,0000
Especificação: Carbamazepina xarope 20mg/ml, frasco 100ml					
6	3000,00	FRS	UNIÃO QUÍMICA UNI CARBAMAZ- RMS 1049701720040 - CX C/1	R\$8,9850	R\$26.955,0000
Especificação: Carbonato de Lítio 300mg					
7	800000,00	COMP	HIPOLABOR GENERICO - RMS 1134301670044 - CX C/500	R\$0,3838	R\$307.040,0000
Especificação: Ibuprofeno 300 mg					
27	500000,00	COMP	VITAMEDIC ALGY-FLANDERIL	R\$0,1200	R\$60.000,0000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingual.					
28	100000,00	COMP	EMS ISORDIL/NOVAMED - RMS 1356900150041 CX C/30	R\$0,2400	R\$24.000,0000
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, tubo com 80gr e com no mínimo 7 aplicadores.					
36	30000,00	TB	HIPOLABOR GENERICO - RMS 1134301790023 - CX C/50	R\$5,0400	R\$151.200,0000
Especificação: Óleo Mineral 100%, frasco com 100mL					
41	12000,00	FRS	AMARAL RMS: NOTIFICADO - CX C/24	R\$1,8900	R\$22.680,0000
Especificação: Propranolol 40mg.					
43	900000,00	COMP	SANVAL SANPRONOL - RMS 1071401080034 - CX C/500 -	R\$0,0395	R\$35.550,0000
Especificação: Sulfametaxozol, associado à trimetopina 40mg + 8mg/ml suspensão oral, frasco com 50 mL					
49	3000,00	FRS	TEUTO GENERICO - RMS 1037004100071 - CX C/50	R\$1,5233	R\$4.569,9000
Especificação: Latanoprost + maleato de timolol 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
86	50,00	FRS	EMS GENERICO - RMS 1058308730027 - CX C/1	R\$26,2500	R\$1.312,5000
Especificação: Latanoprost 50mcg sol. Oftálmica 2,5ml					
87	50,00	FRS	EMS GENERICO - RMS 1542301940013 - CX C/1	R\$21,0000	R\$1.050,0000
Valor Total (seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e setenta e dois reais e quarenta centavos)					R\$652.172,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2020

Publicação Nº 2608573

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
128/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **CIRURGICA SANTA CRUZ COM.
PROD. HOSPITALARES LTDA.** OBJETO: Aquisição de
medicamentos para atendimento judicializados e para
distribuição nas Farmácias Básicas Municipais e para uso nos
atendimentos das Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Nortriptilina 25mg					
40	300000,00	COMP	RANBAXY	R\$0,2500	R\$75.000,0000
Especificação: Pregabalina 75 mg, cápsulas					
97	1200,00	CPS	RANBAXY	R\$0,5000	R\$600,0000
Valor Total (setenta e cinco mil e seiscentos reais)					R\$75.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2020

Publicação Nº 2608576

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
129/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **ATONS DO BRASIL
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
judicializados e para distribuição nas Farmácias Básicas
Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede
Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 09.192.829/0001-08	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Lacosamida 150 mg, comprimidos					
84	1000,00	COMP	VIMPAT / UCB CAIXA COM 28 CPR	R\$8,4800	R\$8.480,0000
Valor Total (oito mil e quatrocentos e oitenta reais)					R\$8.480,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2020

Publicação Nº 2608578



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
130/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **NOVAMED COMÉRCIO DE
MEDICAMENTOS LTDA**. OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento judicializados e para distribuição nas
Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: NOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 12.889.035/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Manitol 20%, solução injetável, sistema fechado, bolsa com 250mL					
31	300,00	FRS	FRESENIUS GENERICO	R\$3,9550	R\$1.186,5000
Valor Total (um mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)					R\$1.186,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2020

Publicação Nº 2608579

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
131/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **F&F DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA**. OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento judicializados e para distribuição nas
Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 28.093.678/0001-85	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetilcisteína 600mg, pó para solução oral, cx com 16 envelopes					
56	40,00	CX	EMS	R\$14,9440	R\$597,7600
Especificação: Amilorida 5mg + Hidroclorotiazida 50mg, cx com 30cp					
58	24,00	CX	EMS	R\$9,8400	R\$236,1600
Especificação: Budesonida 32 mcg por dose, aerossol nasal, frasco com 120 doses					
60	60,00	FRS	EMS	R\$8,5000	R\$510,0000
Especificação: Glimepirida, 4 mg					
74	600,00	COMP	CIMED	R\$0,1600	R\$96,0000
Especificação: Losartana potássica + hidroclorotiazida (100+25mg), caixa com 30 comp.					
89	30,00	CX	GERMED	R\$11,4000	R\$342,0000
Valor Total (um mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos)					R\$1.781,92

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2020

Publicação Nº 2608581

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
132/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA**. OBJETO: Aquisição de medicamentos
para atendimento judicializados e para distribuição nas
Farmácias Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das
Unidades da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 05.782.733/0003-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 500mg+125mg					
4	180000,00	COMP	GLAXO	R\$0,8200	R\$147.600,0000
Especificação: Claritromicina, 500mg					
11	40000,00	FRS	ABBOTT	R\$2,8000	R\$112.000,0000
Especificação: Betaxolol, cloridrato, 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml (5mg/ml)					
59	30,00	FRS	NOVARTIS	R\$17,9150	R\$537,4500
Especificação: Onbrize 150mcg c/30capsulas + inalador					
77	15,00	CX	NOVARTIS	R\$84,4200	R\$1.266,3000
Valor Total (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos)					R\$261.403,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2020

Publicação Nº 2608583

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
133/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **A. G. KIENEN & CIA LTDA.**
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento
judicializados e para distribuição nas Farmácias Básicas
Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades da rede
Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: A. G. KIENEN & CIA LTDA				CNPJ: 82.225.947/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 3,125mg					
8	70000,00	COMP	GERMED 1058308410022	R\$0,0750	R\$5.250,0000
Especificação: Metronidazol 4% suspensão, frasco com 100 ml.					
35	2000,00	FRS	E.M.S 1023504920043	R\$4,9700	R\$9.940,0000
Valor Total(quinze mil e cento e noventa reais)					R\$15.190,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2020

Publicação Nº 2608584

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
134/2020. Pregão Presencial 144/2020 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA
EIRELI - EPP**. OBJETO: Aquisição de medicamentos para
atendimento judicializados e para distribuição nas Farmácias
Básicas Municipais e para uso nos atendimentos das Unidades
da rede Municipal de Saúde.
DATA: 13/08/2020 a 13/08/2021.

Nome da Empresa: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP				CNPJ: 24.586.988/0001-80	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Verapamil cloridrato, 80 mg					
53	120000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI 1256801930034	R\$0,1132	R\$13.584,0000
Especificação: Vitamina B1 300 mg (Tiamina)					
54	100000,00	COMP	HIPOLABOR 1134301700024	R\$0,2260	R\$22.600,0000
Valor Total (trinta e seis mil e cento e oitenta e quatro reais)					R\$36.184,00

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 106/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2020

Publicação N° 2609268

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 106/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2020– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ N° 05.531.725/0001-20. OBJETO: – Fica alterado o fornecedor do item 3 (ácido acetilsalicílico 100 mg) da Ata de Registro de Preços n° 25/2020 do pregão 6/2020. O valor unitário do item 3 permanece no valor de R\$0,033.

DATA: 14/08/2020.

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO N.º 105/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2020

Publicação N° 2609263

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N.º 105/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2020 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ nº67.729.178/0001-49. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 3 (ácido acetilsalicílico 100 mg), da Ata de Registro de Preços n° 25/2020 do Pregão Presencial n° 6/2020, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

DATA: 14/08/2020.

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA 196/2020

Publicação N° 2608560

PORTARIA N° 196/2020

“Dispõe sobre afastamento Eleitoral do Operador de Equipamentos CARLOS GEOVANE DO AMARAL.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do Artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Afastar a Pedido, conforme requerimento protocolizado em 07 de agosto de 2020, a partir de 14 a agosto de 2020, a Servidora Municipal, Srª. CARLOS GEOVANE DO AMARAL, portador da Cédula de identidade nº. 3.966.578 e do CPF nº 026.044.769-24, lotado no cargo efetivo de Operador de Equipamentos, para fins de Desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar nº 64/1990 e da Lei Complementar 5/99, para concorrer a cargo eletivo de vereador nas Eleições Municipais de 15/11/2020, garantida a percepção de seus vencimentos no valor integral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina,
aos 14 de agosto de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 14 de agosto de 2020.

PL_08_CR_04_CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS - EXAMES COVID

Publicação N° 2609147

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PREFEITURA DE PALMEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO N°. 08/2020_FMS
CREDENCIAMENTO N°. 04/2020**

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob n°. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, n°. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – SC**, inscrito no CNPJ sob n° 11.299.998/0001-93 e pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde Bruna Larissa de Jesus Muniz, tornam público aos interessados, no uso de suas prerrogativas legais, a realização de **CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS**, para prestação de serviços de saúde para realização de exames sorológico IGG/IGM para covid-19 quantitativo (quimioluminescência), exames RT PCR (molecular) para covid-19 e coleta RT PCR para covid-1+9, para subsidiar as ações do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e medidas de controle e prevenção do novo coronavírus (covid-19) aos usuários do sistema de saúde do município de palmeira/sc, nas condições estabelecidas em Edital. O Credenciamento deverá ser feito junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, sendo que a abertura dos envelopes da documentação será realizada na medida em que forem entregues. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente n° 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 17 de agosto de 2020. **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

PL_38_PE_03_REABERTURA DO PRAZO

Publicação N° 2609259

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCESSO LICITATÓRIO n° 38/2020
PREGÃO ELETRÔNICO n° 03/2020
Sistema de Registro de Preços

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob n°. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, n°. 200, centro, em Palmeira/SC, representada pela Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, **TORNAM PÚBLICA a ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO e a REABERTURA DO PRAZO do PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de Motoniveladora.** Abertura da sessão será dia 31 de agosto de 2020. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 20 de agosto de 2020, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 17 de agosto de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 89/2020

Publicação Nº 2608764

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 89/2020. Modalidade: Pregão Presencial 46/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE PEDRA DE BASALTO IRREGULAR PARA CONFECÇÃO DE CALÇAMENTO E PEDRA PARA MURO. Data da entrega dos envelopes: 31/08/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 31/08/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 17 de Agosto de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

PROCESSO 90/2020

Publicação Nº 2608767

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 90/2020. Modalidade: Tomada de Preço 15/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NA RUA JOSÉ ALÉCIO (TRECHOS I, II, III E IV), MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 03/09/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 03/09/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 17 de Agosto de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 008-2020

Publicação Nº 2608771

EXTRATO

CONTRATO Nº 008/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO, MURROS E DEMAIS NO PÁTIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC.

CONTRATADO: JK IMÓVEIS LTDA

VALOR: R\$ 96.793,51 (noventa e seis mil, setecentos e noventa e três reais com cinquenta e um centavos).

Processo: Licitatório nº 007/2020.

Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2020.

VIGÊNCIA: 90 dias.

Palmitos/SC, 17 de agosto de 2020.

Loreci Maria Orsolin Pfeifer

Presidente da Câmara Vereadores de Palmitos

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 007-2020

Publicação Nº 2608895

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 07/2020.

Modalidade: Tomada de Preços nº 01/2020.

Objeto: Contratação de empresa para construção de calçamento, murros e demais no pátio da Câmara de Vereadores de Palmitos – SC, conforme projetos.

Proposta Vencedora: JK IMÓVEIS LTDA com o valor de R\$ 96.793,51 (noventa e seis mil, setecentos e noventa e três reais com cinquenta e um centavos).

Data da Adjudicação: 17/08/2020.

Data da Homologação: 17/08/2020.

Palmitos/SC, 17 de agosto de 2020.

Loreci Maria Orsolin Pfeifer

Presidente da Câmara Vereadores de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA Nº 036-2020 - DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA

Publicação Nº 2608952

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 036/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA. Valor de R\$ 27.086,00 (vinte e sete mil e oitenta e seis reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 037-2020 - ELECTROINOX COM. DE EQ

Publicação Nº 2608956

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 037/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS. Valor de R\$ 5.472,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e dois reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 038-2020 - LF TECNOLOGIA

Publicação Nº 2608958

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 037/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: LF TECNOLOGIA LTDA. Valor de R\$ 20.250,00 (vinte mil e duzentos e cinquenta reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 039-2020 - MASTER ELETRODOMÉSTICOS

Publicação Nº 2608963

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 039/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI. Valor de R\$ 43.860,00 (quarenta e três mil reais e oitocentos e sessenta reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 040-2020 - PARALELAS COM. DE MATERIAIS

Publicação Nº 2608966

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 040/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS. Valor de R\$ 11.298,00 (onze mil e duzentos e noventa e oito reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 041-2020 - R. S. COMÉRCIO DE ELETROD. LTDA

Publicação Nº 2608969

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 041/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: R. S. COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. Valor de R\$ 52.812,70 (cinquenta e dois mil e oitocentos e doze reais e setenta centavos). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 12 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA Nº 045-2020 - MACROMAQ MOTONIVELADORA

Publicação Nº 2608973

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ATA Nº 045/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. Valor de R\$ 519.000,00 (quinhentos e dezenove mil reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 17 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

Paraíso

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL PR 31/2020

Publicação Nº 2608872

1ª RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 80.912.009/0001-08, através do Srº Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 563.501.399-68, residente e domiciliado a Lª Parque São Miguel, interior, Paraíso (SC), no uso de suas atribuições, COMUNICA aos interessados que o presente edital sofreu ALTERAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO ITEM 02, desta forma o prazo de entrega do item 01 permanece em 90 (noventa) dias e o prazo de entrega do item 02 passa a ser de 70 (setenta) dias, conforme Edital Retificado publicado juntamente com esta retificação, no site do município de Paraíso/SC.

As demais informações do referido edital permanecem inalteradas.

Paraíso – SC, 17 de agosto de 2020.

VALDECIR ANTÔNIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

2º TERMO ADITIVO AO CT Nº 55/2018

Publicação Nº 2608892

MUNICIPIO DE PARAISO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 55/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018
PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

DO VALOR TOTAL: R\$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será do dia 16 de agosto de 2020 até o dia 15 agosto de 2021.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 14 de agosto de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC.

PP 35/2020

Publicação Nº 2608879

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 01 de setembro de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, o processo licitatório referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, DESTINADOS AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 17 de agosto de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO - CV 024-2020

Publicação Nº 2609026

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 024/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 27/08/2020 às 18h00min, com entrega dos envelopes até às 17h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA IRREGULAR, TERRAPLENAGEM E DRENAGEM NAS SEGUINTE RUAS: MAR DE CRETA, COM EXTENSÃO DE 128,40m; RUA HARMONIA, COM EXTENSÃO DE 121,00m; RUA ESPERANÇA, COM EXTENSÃO DE 91,10m; RUA MANOEL BALDOÍNO ROLDÃO, COM EXTENSÃO DE 85,00m; RUA UNIÃO, COM EXTENSÃO DE 60m; RUA MAR ADRIÁTICO, COM EXTENSÃO DE 46,60m; RUA MAR MERIDIONAL, COM EXTENSÃO DE 52,40m; RUA BAÍA DE BISCAIA, COM EXTENSÃO DE 57,60m; RUA BOA VONTADE, COM EXTENSÃO DE 139,30m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS EM EDITAL.". Informações pelo Fone: (48) 3548-0035.

Passo de Torres - SC, 18 de agosto de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

Publicação Nº 2608738

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REGULARES DE COLETA, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INERTES.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Municipal nº 114/2018, demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14:45 horas do dia 31/08/2020 com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO 064/2020

Publicação Nº 2608778

DECRETO Nº 064, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Projeto: 1.052 – Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0095(157) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), objetivando o Calçamento da Rua Flor do Campo em

Rosa do Mar no município de Passo de Torres/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 03 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 066/2020

Publicação N° 2608779

DECRETO N° 066, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Projeto: 1.052 – Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0095(157) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), objetivando a Pavimentação da Rua Coronel João Fernandes, no município de Passo de Torres/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 11 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 067/2020

Publicação Nº 2608781

DECRETO Nº 067, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Projeto: 2050 – Manutenção da Infraestrutura Operacional de Serviços Públicos

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0095(164) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), objetivando a Aquisição de material britado para obras de manutenção e conservação de Ruas do município de Passo de Torres/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 11 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 068/2020

Publicação Nº 2608782

DECRETO Nº 068, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I, Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação de recursos de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Projeto: 2050 – Manutenção da Infraestrutura Operacional de Serviços Públicos

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0095(164) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de Emenda Impositiva do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), objetivando a Aquisição de material para as estradas do município de Passo de Torres/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 11 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1116/2020

Publicação N° 2608785

LEI N.º 1116 DE 14 AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE BENS IMÓVEIS EM DOAÇÃO”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Passo de Torres/SC autorizado a receber bens imóveis em doação não onerosa de C.M. Informática LTDA, abaixo especificado:

I. A área de 387,20 m² (trezentos e oitenta e sete metros e vinte decímetros quadrados) constante na matrícula 62.165 do Ofício de Registro de Imóveis de Sombrio, constituído de parte desmembrada do lote 14 da quadra A3, sendo frente a nordeste, na extensão de 11,00 metros, confrontando com a Rua das Anchovas, fundos a sudoeste, na extensão de 11,00 metros confrontando com a Rua do Jasmim, lateral noroeste, na extensão de 35,20 metros confrontando com área dividida da matrícula 62.165, e lateral sudeste, na extensão de 35,20 metros confrontando com o lote 13 da quadra A3 do loteamento Bellatorres II. Perfez o perímetro de 92,40 (noventa e dois metros e quarenta centímetros).

II. A área de 528,00 m² (quinhentos e vinte oito metros quadrados) constantes na matrícula 62.151 do Ofício de Registro de Imóveis de Sombrio, constituído do lote sendo frente a nordeste, na extensão de 15,00 metros confrontando com a Rua das Anchovas, fundos a sudoeste, na extensão de 15,00 metros, confrontando com a Rua das Hortênsias e com o lote 10 da quadra A5 do loteamento Bellatorres I, lateral noroeste, na extensão de 35,20 metros confrontando com o lote 12 da quadra A1 do loteamento Bellatorres II, e lateral sudeste, na extensão de 35,20 metros confrontando com o lote 10 da quadra A1 do loteamento Bellatorres II.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres/SC, 14 de agosto de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1117/2020

Publicação N° 2608788

LEI N.º 1117 DE 14 AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUAS ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os logradouros do Loteamento Ventura, localizados no bairro Paraíso, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Norte-Sul, com referência paralela a partir do mar (leste) para serra (oeste):

I. Rua das Anêmonas (denominado anteriormente Rua da Tainha) – início na Rua da Corvina, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Marlene Maria Daudt, a nordeste;

II. Rua das Orcas (denominado anteriormente Rua da Tainha) – início no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Aristides Martinísio Silveira, a sudoeste; término Rua da Corvina, a nordeste;

III. Rua das Lontras (denominado anteriormente Rua da Anchova) – início na Rua da Corvina, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Marlene Maria Daudt, a nordeste;

IV. Rua do Robalo – início no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Aristides Martinísio Silveira, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Marlene Maria Daudt, a nordeste;

V. Travessa Garoupa (denominado anteriormente Rua da Garoupa) – início Rua da Papa-terra, a sudoeste; término Rua do Bagre, a nordeste;

VI. Rua das Arraías (denominado anteriormente Rua da Garoupa) – início Rua do Bagre, a sudoeste; término Rua do Peixe-rei, a nordeste;

VII. Rua do Linguado – início Avenida Paulo da Silva Batista, a sudoeste; término Rua San Marino, a nordeste.

VIII. Rua da Baleia Franca (denominado anteriormente Rua da Sardinha) – início Rua do Bagre, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Marlene Maria Daudt, a nordeste;

Art. 2º Os logradouros do Loteamento Ventura, localizados no bairro Paraíso, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a

seguir descrita, com direção Leste-Oeste, com referência paralela a partir do rio (sul) para o norte:

I. Rua da Papa-terra – início Rua das Orcas, a sudeste; término Travessa Garoupa, a noroeste;

II. Rua do Bagre – início Rua das Orcas, a sudeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Weibo e Bonafide, a noroeste;

III. Avenida Paulo da Silva Batista (denominado anteriormente Avenida do Leão Marinho) – início Rua das Orcas, a sudeste; término Rodovia Prefeito João Luiz da Silva, a noroeste;

IV. Rua da Corvina – início no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de Weibo e Bonafide, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

V. Rua do Peixe-rei – início Quadra I do loteamento, a sudeste; término Rua do Linguado.

Art. 3º Os logradouros do Loteamento Machado, localizados no bairro Paraíso, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Norte-Sul, com referência paralela a partir do mar (leste) para serra (oeste):

I. Rua São Pedro – início Rodovia Prefeito João Luiz da Silva, a sudoeste; término loteamento Ventura, a nordeste.

II. Rua São Paulo – início Rodovia Prefeito João Luiz da Silva, a sudoeste; término loteamento Ventura, a nordeste.

III. Rua Lurdes Cardoso de Melo – início Rodovia Prefeito João Luiz da Silva, a sudoeste; término loteamento Ventura, a nordeste.

Art. 4º Os logradouros localizados no bairro Paraíso, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Leste-Oeste, com referência paralela a partir do rio (sul) para o norte:

I. Rua Bruxelas (SD 29) – início Rua do Linguado, a sudeste; término terras não loteadas, a noroeste;

II. Rua Paris (SD 02) – início Rua do Linguado, a sudeste; término terras não loteadas, a noroeste;

III. Rua Mônaco (SD 03) – início Rua do Linguado, a sudeste; término terras não loteadas, a noroeste;

IV. Rua Berlim (SD 04) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

V. Rua Madri (SD 05) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

VI. Rua Lisboa (SD 06) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

VII. Rua Roma (SD 08) – início Rua do Linguado, a sudeste; término terras não loteadas, a noroeste;

VIII. Rua Moscou (SD 07) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

IX. Rua Atenas (SD 09) – início Travessa Milão, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

X. Rua Londres (SD 10) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua do Linguado, a noroeste;

XI. Rua San Marino (SD 28) – início terras não loteadas, a sudeste; término Rua Egídio Manoel Albino Rodrigues, a noroeste;

Art. 1º Os logradouros localizados no bairro Paraíso, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Norte-Sul, com referência paralela a partir do mar (leste) para serra (oeste):

I. Travessa Milão – início terras não loteadas, a sudoeste; término Rua Londres, a nordeste.

Art. 5º Os logradouros do Loteamento Bosque das Figueiras, localizados no bairro Bela Vista, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Norte-Sul, com referência paralela a partir do mar (leste), para a serra (oeste):

I. Rua das Aroeiras – início Rua da Primavera, a sudoeste; término Rua dos Jerivás, a nordeste;

II. Rua das Laranjeiras – início Rua da Primavera, a sudoeste; término Rua das Paineiras, a nordeste;

III. Avenida das Figueiras – início acesso a Estadual AE-101, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de José Solon Batista; a nordeste;

IV. Rua dos Eucaliptos – início Rua das Bromélias, a sudoeste; término Rua das Paineiras, a nordeste;

V. Rua das Pitangas – início Rua das Bromélias, a sudoeste; término no perímetro do loteamento, onde confronta com terras que são ou foram de José Solon Batista; a nordeste;

VI. Rua dos Araçás – início Rua das Bromélias, a sudoeste; término Rua das Paineiras, a nordeste;

VII. Rua dos Butiás – início Rua dos Araçás, a sul; término Rua das Paineiras, a nordeste.

Art. 6º Os logradouros do Loteamento Bosque das Figueiras, localizados no bairro Bela Vista, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Leste-Oeste, com referência paralela a partir do rio (sul) para o norte:

I. Rua da Primavera – início Rua das Aroeiras, a sudeste, término lado par da Avenida das Figueiras, a noroeste;

II. Travessa das Figueiras – início lado par da Avenida das Figueiras, a sudeste; término lado ímpar da Avenida das Figueiras, a noroeste;

III. Rua das Bromélias – início lado ímpar da Avenida das Figueiras, a sudeste; término Rua dos Araçás, a noroeste;

IV. Rua das Paineiras – início Rua das Aroeiras, a sudeste; término Rua dos Butiás, a noroeste;

V. Rua dos Jerivás – início Rua das Aroeiras, a sudeste; término Rua das Paineiras, a sudoeste.

Art. 7º Os logradouros localizados no bairro Bela Vista, entre o Cemitério e o Loteamento Bosque das Figueiras, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Norte-Sul, com referência paralela a partir do mar (leste), para a serra (oeste):

I. Rua Oscar Santos Rodrigues – início Rua Ciro Gomes, a sudoeste; término Rua Salvador Faria de Borba, a nordeste;

II. Rua Egídio Manoel Albino Rodrigues (Usualmente "Rua do Cemitério") – início Rodovia Prefeito João Luiz da Silva, a sudoeste; término no entroncamento Curralinhos-Bellatorres, a nordeste.

Art. 8º Os logradouros localizados no bairro Bela Vista, entre o Cemitério e o Loteamento Bosque das Figueiras, distrito Sede, neste Município, passam a ter a denominação a seguir descrita, com direção Leste-Oeste, com referência paralela a partir do rio (sul) para o norte:

I. Rua Ciro Gomes – início Rua Oscar Santos Rodrigues, a sudeste; término Rua Egídio Manoel Albino Rodrigues, a noroeste;

II. Rua Salvador Faria de Borba – início Rua Oscar Santos Rodrigues, a sudeste; término Rua Egídio Manoel Albino Rodrigues, a noroeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei revoga qualquer disposição em contrário, em especial a Lei 1.090 de 26 de dezembro de 2018.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres/SC, 14 de agosto de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 133/2020

Publicação Nº 2609157

PORTARIA Nº 133 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, MARCELO BALTAZAR CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, MARCELO BALTAZAR CARDOSO, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 134/2020

Publicação Nº 2609161

PORTARIA Nº 134 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, EMERSON CARDOSO KJILLIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, EMERSON CARDOSO KJILLIM, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 135/2020

Publicação N° 2609164

PORTARIA N° 135 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ROGERIO SANTOS DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, ROGERIO SANTOS DE SOUZA, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 136/2020

Publicação N° 2609167

PORTARIA N° 136 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LUCIANA DE SOUZA LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, LUCIANA DE SOUZA LOPES, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 137/2020

Publicação N° 2609170

PORTARIA N° 137 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ELIANE PACHECO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, ELIANE PACHECO, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 138/2020

Publicação N° 2609174

PORTARIA N° 138 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SIMARA PEREIRA LUMMERTZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal, SIMARA PEREIRA LUMMERTZ, Licença para concorrer a cargo eletivo, de acordo com o que dispõe o art 110 da Lei Municipal nº 119/1994, de 13 de outubro de 1994, Regime Único dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - A Licença que se refere o Art. 1º, será remunerada com início em 14 de agosto de 2020 e com término em 16 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 139/2020

Publicação N° 2609178

PORTARIA N° 139, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“EXONERA À PEDIDO JOSE EDSON DA SILVA, DO CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar à pedido o servidor JOSE EDSON DA SILVA, do Cargo de ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAS 2.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0031/2020

Publicação Nº 2607985

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2020
TOMADA DE PREÇO N. 0004/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0004/2020. Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando construção de um Campo de Futebol sete com vestiários, conforme projeto executivo de engenharia anexo ao edital. Recurso proveniente de transferência especial do Estado de Santa Catarina. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 09:00 horas do dia 03 de setembro de 2020, no centro administrativo do município, abertura dos envelopes no mesmo dia e local as 09:15. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00 as 17:00 horas. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 17 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes**PREFEITURA****385/2020**

Publicação Nº 2609388

PORTARIA Nº 385/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - FINALIZAR, a partir de 17/08/2020, os efeitos da Portaria nº 377/2020, de 14 de agosto de 2020 que designou Nadir Carlos Rodrigues, matrícula nº 11284, para responder pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de agosto de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 18 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

386/2020

Publicação Nº 2609390

PORTARIA Nº 386/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 17/08/2020, Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, ocupante do Cargo Efetivo de Médico de Urgência e Emergência, matrícula nº 11777, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - O servidor supracitado receberá a remuneração do cargo efetivo acrescido de 50% da remuneração do cargo em comissão a título de gratificação, conforme § 2º do Art. 119 da Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de agosto de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 18 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

387/2020

Publicação Nº 2609391

PORTARIA Nº 387/2020

“Determina a abertura de Chamada Pública Emergencial, designa comissão examinadora, e dá outras providências”.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando os dispostos no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 1473, de 16 de novembro de 2011, que ampara a contratação temporária por excepcional interesse público;

Considerando a inexistência de lista de vagas em Processo Seletivo Público para o cargo de Médico de Urgência e Emergência,

RESOLVE:

Art. 1º. – DETERMINAR A ABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL para preenchimento de 1 (uma) vaga na função temporária de Médico de Urgência e Emergência.

Art. 2º. – Criar a Comissão para realização da Chamada Pública Emergencial, que ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo, sem ônus para a municipalidade.

Art. 3º. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Juliana Cristina Derner de Oliveira, Cleusa Antônio Vieira e Marcelo Martins, sendo presidida pela primeira.

Art. 4º - Competirá a comissão:

I - Elaborar os editais;

II - Receber e homologar inscrições;

III - Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV - Homologar a seleção;

V - Apreciar e julgar recursos;

VI - Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII - Avaliar títulos;

VIII - Exercer demais atos necessários a execução completa da Chamada Pública Emergencial.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de agosto de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 18 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

388/2020

Publicação Nº 2609392

PORTARIA Nº 388/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a imperiosa necessidade do retorno da servidora ao serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER, a partir de 17/08/2020, a Licença Prêmio, concedida pela Portaria nº 369/2020, da servidora Ana Maria Lopes Demétrio, matrícula nº 728, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 18 de agosto de 2020.

389/2020

Publicação Nº 2609393

PORTARIA Nº 389/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Alessandra Rodrigues Sebastião, matrícula nº 10257, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 17/08/2020 a 15/10/2020, referente ao quinquênio 20/05/2013 a 19/05/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 17 de agosto de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretária de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 18 de agosto de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 23/2020 - PE Nº 06/2020

Publicação Nº 2609400

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2020

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica.. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br até as 08h25min do dia 31/08/2020. A sessão pública será realizada a partir das 08h30min do dia 31/08/2020, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 18 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 61/2020

Publicação Nº 2608066

DECRETO Nº 61/2020
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 240.631,63 (duzentos e quarenta mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0901 – SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 240.631,63

26.782.0009.1.046 – Pavimentação de Ruas R\$ 240.631,63

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.002519 – Aplicações Diretas R\$ 240.631,63

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 01.0024.002519 – Transferência de Convênios - Outros – no valor de R\$ 240.631,63 (duzentos e quarenta mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos), respectivamente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 18 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

DECRETO 62/2020

Publicação Nº 2608120

DECRETO Nº 62/2020

Atendendo ao disposto no Decreto nº 792 editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina de 14 de Agosto do corrente ano de 2020, o Município de Paulo Lopes apresenta novas medidas para enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19); no âmbito do Município de Paulo Lopes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes; bem como em decorrência da classificação como de risco gravíssimo na matriz de risco epidemiológico-sanitário da SES em 17 de Julho de 2020, sob regime de quarentena, de acordo com a Lei Federal nº 13.979 de 6 de Fevereiro de 2020, e, em conformidade com o Decreto nº 792 de 14 de Agosto do corrente ano de 2020 editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas no Município de Paulo Lopes-SC, nos termos do Decreto nº 792 de 14 de Agosto do corrente ano de 2020 editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina:

I – pelo período de 06(seis dias), contados a partir de 17 de Agosto de 2020, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano intermunicipal de passageiros;

II - pelo período de 06(seis dias), contados a partir de 17 de Agosto de 2020, a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 18 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA 030/2020 PMP

Publicação Nº 2608443

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVAS E ASSENTAMENTO DE GUIA DE MEIO FIO COM FORNECIMENTO DO MAQUINÁRIO E MATERIAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP, estabelecida à Rodovia Ingo Hering nº 5.311, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.567.076/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº 721.627.759-72, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2020-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços visando futura contratação de empresa especializada na prestação do serviço de pavimentação em lajota sextavada e assentamento de guias de meio fio pré-moldados em concreto (com fornecimento de maquinário e material: pó de brita, lajotas e meio fio) ao final limpeza da obra, para pavimentação de vias públicas através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Penha/SC, conforme solicitação 524/2020, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com o estabelecido no Termo de Referência em anexo, que passa a fazer parte desta Ata, como se nela transcrito estivesse sendo que, por ocasião não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral.

LOTE ÚNICO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVAS E ASSENTAMENTO DE GUIA MEIO FIO.				PREÇO TOTAL DO LOTE: R\$ 464.335,00		
Item	Especificação	Referência	Unidade de Medida	Quantidade	Valor R\$ unitário Estimado	Valor R\$ total Estimado
01	Execução de pavimentação intertravado em lajota sextavada 25x25x25 x 8cm, com material (Pó de brita e=15cm; lajota retangular e=8cm, resistência de 35MPa), e mão de obra. Compreendendo o fornecimento de maquinário, compactação da lajota com placa vibratória ou rolo compactador, levantamento e acabamento das bocas de lobo no nível da Rua.	SINAPI	M²	6.500	R\$ 53,05	R\$ 344.825,00
02	Assentamento de guia meio fio pré-moldado em concreto (espessura de 12cm), com material, mão de obra, ferramentas e Epi. Compreendendo o travamento, limpeza e compactação dos meios feios, inclusive por trás da calçada.	SINAPI	M²	2.000	R\$ 19,04	R\$ 38.080,00
03	Limpeza da obra.	SINAPI	M²	6.500	R\$ 0,23	R\$ 1.495,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 384.400,00						



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. É de responsabilidade da proponente contratada executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

.2. No caso de a empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data de execução, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X -Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos

de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser realizados os serviços;

II - Permitir ao(s) profissional(is) do fornecedor, acesso ao pátio para execução dos serviços, desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de servidor designado pela Secretaria/Fundo requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, de acordo com as condições deste edital e as constantes da proposta vencedora, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:**

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS/EXECUTADOS.

- 13.1 - A empresa vencedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos serviços porventura prestados/executados incompatíveis com as especificações do edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 13.2 - Não serão aceitos serviços, incompatíveis com as especificações do Edital;
- 13.3 - A Licitante Vencedora Deverá oferecer prazo de Garantia no período de 12 (doze) meses a partir da data da execução do serviço, estando dentro do prazo de garantia os serviços serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 13.4 - Os serviços deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes PERTINENTES A CADA ITEM, em conformidade com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicáveis, e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90);
- 13.5 - Os serviços, considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral;
- 13.6 - Entende-se por serviços inadequado (s), aqueles que apresentarem: inferior qualidade, fora das especificações exigidas neste edital, contendo informações ilegíveis, rasgados, danificados e marca diferente do ofertado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

14. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

14.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

14.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

14.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

14.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

14.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

14.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

14.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

14.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

15. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 13 de Agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante
ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP
Gian Carlos Alves
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo:	Nome Completo:
CPF nº.:	CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle interno
Portaria nº 739/2019

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - PMP

Publicação Nº 2608333

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de veículo tipo camioneta pick-up média ou superior, cabine dupla, 4x4, montada sobre estrutura de chassi e combustível diesel, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento - Polícia Civil nº 630/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 18/08/2020 às 16:00h.
Término do Recebimento das Propostas: 31/08/2020 às 13:00h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 31/08/2020 às 14:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

Sistema Eletrônico utilizado: <http://bll.org.br/>. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 17 de agosto de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 - PMP

Publicação Nº 2608343

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 - PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de madeiras para construção e manutenção de decks, calçadas, escadarias e lixeiras do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 631/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 01/09/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: André Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18h.

Penha/SC, 17 de agosto de 2020.
Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretario da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 3191, DE 15 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2608410

Lei Nº 3191/2020

ESTABELECE NORMAS ESPECÍFICAS SOBRE A SUBCONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E NA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA/SC

ISAC HAMILTON DA COSTA, Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em obediência ao disposto nos artigos 33, inciso V, e 49 § 7º da Lei Orgânica Municipal, e artigo 50, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa Legislativa, diante da sanção tácita do Chefe do Poder Executivo Municipal, e a fim de dar cumprimento as normas referidas, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu promulgo e público a seguinte lei:

Art. 1º As licitações e os contratos administrativos, no âmbito no Município de Penha e Câmara de Vereadores, sujeitar-se-ão à Legislação Federal e às normas específicas desta Lei.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta lei os órgãos da administração municipal direta, as autarquias, as fundações e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 2º As obras e serviços contratados com Município de Penha, por pessoa jurídica ou física, em decorrência de adjudicação face à realização certame licitatório ou não, devem ser executados exclusivamente pelo contratante, vedada a delegação a terceiros mediante subempreitada, ainda que parcial.

§ 1º O contrato firmado terá, obrigatoriamente, uma cláusula alusiva à vedação contida no caput deste artigo.

§ 2º Comprovada a delegação o contrato respectivo será rescindido unilateralmente pelo Município que procederá à nova licitação na modalidade compatível com o valor remanescente da obra ou serviço.

Art. 3º Deverá constar nos editais de licitação, cujo o objeto seja a contratação de obra ou serviços que envolvam o fornecimento de mão-de-obra, bem como nos correspondentes contratos administrativos, cláusulas com exigência de capacitação em saúde e segurança do trabalho de todos os trabalhadores envolvidos.

§ 1º A capacitação em segurança do trabalho será exigida junto com os demais documentos necessários ao pagamento da obra ou serviço, e não poderá onerar o contrato.

§ 2º A fiscalização do contrato deverá denunciar, por escrito, a exigência de qualquer trabalhador sem a mencionada capacitação, ou com a capacitação com o prazo de validade vencido, para o fim de suspender o respectivo pagamento da obra ou serviço, até a regularização.

Art. 4º Admite-se, por exceção, a subcontratação de até 30% (trinta por cento) das obras e serviços, apenas quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais e nem ofenda outros princípios relacionados as licitações e que sejam previstos Edital.

§1º Os licitantes que pretenderem sublocar as obras e/ou serviços, no ato da habilitação, deverá apresentar os atestados e todas as documentações inerentes e exigidas no Edital, àquelas empresas que subcontratará.

§2º O instrumento convocatório deve trazer regras claras e objetivas quanto à possibilidade de subcontratar das obras e/ou serviços, estabelecendo, obrigatoriamente:

- a) Motivação e presença do interesse público;
b) Necessidade de prévia autorização da Administração;
c) Especificação das razões do serviço a ser subcontratado e do prazo desejado;
d) Especificação do percentual máximo que poderá ser subcontratado, sendo usualmente adotado o limite máximo de até 30% do objeto.
§3º Que a subcontratação deve ser adotada apenas quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais e nem ofenda outros princípios relacionados as licitações.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Penha, 15 e julho de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA

Presidente

Registrada e Publicada a presente lei na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte.

JOQUIM ANTÔNIO COSTA JUNIOR

1º Secretário

LEI Nº 3192, DE 15 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608426

LEI Nº 3192/2020

FICA VEDADA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OU FUNÇÕES GRATIFICADAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PENHA DE PESSOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ISAC HAMILTON DA COSTA, Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em obediência ao disposto nos artigos 33, inciso V, e 49 § 7º da Lei Orgânica Municipal, e artigo 50, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa Legislativa, diante da sanção tácita do Chefe do Poder Executivo Municipal, e a fim de dar cumprimento as normas referidas, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu promulgo e público a seguinte lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação os cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Penha, que:

I - sejam membros representantes da sociedade civil em conselhos municipais;

II - exerçam cargos na diretoria, no conselho fiscal ou no conselho administrativo de entidades sem fins lucrativos e que sejam declaradas de utilidade pública.

Art. 2º Ao aceitar a nomeação a algum cargo comissionado ou função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta do Município de Penha, a pessoa deverá renunciar, no prazo máximo de dois dias úteis contado da publicação do ato de nomeação, ao cargo que ocupa nas situações descritas no artigo 1º desta Lei.

Paragrafo unico. A pessoa que não renunciar, no prazo máximo de dois dias úteis contado da publicação do ato de nomeação, terá sua portaria revogada e sera multada em 03 (três) UFM.

Art. 3º Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Penha terão 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta Lei, para regularizar eventuais situações que estiverem em discordância com o disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 15 e julho de 2020.

ISAC HAMILTON DA COSTA

Presidente

Registrada e Publicada a presente lei na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte.

JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JUNIOR

1º Secretário

Peritiba**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 136/2020 - 1º ADITIVO A ATA 30/2020**

Publicação N° 2607989

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 136/2020
PRIMEIRO ADITIVO À ATA N° 30/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 139/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 69/2019

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 69/2019, RESOLVE, registrar o preço da empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua José Gall, nº 1115, Galpão 09, Bairro Carvalho, Itajaí, Santa Catarina, CEP 88.307-102, inscrita no CNPJ nº 26.723.181/0001-78, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor RAFAEL DIAS DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 45.430.333-6 e CPF nº 336.093.568-39, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. Aditar à ata de registro de preços original o valor dos itens nº 5, 7, 10 e 15 e 34 considerando o aumento dos preços dos referidos itens conforme comprovantes apresentados pela contratada (143372 de 21/11/2019 e 13842 de 07/02/2020 (para os itens nº 5, 7 e 10), 39868 de 12/12/2020 e 14140 de 15/04/2020 (para o item nº 15) e 2527814 de 11/02/2020 e 2569572 de 30/06/2020 (para o item nº 34), aceitos pelo Município de Peritiba.

0.2. A partir desta data, o preço passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Quant. / Saldo	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt. Antes do reajuste	R\$ Unt. Após o reajuste	% de aumento	R\$ Total após o reajuste
5	10	UN	16846 - Câmara de ar 1300-24 nova, de primeira linha Câmara de ar 1300-24 nova, de primeira linha	JABUTI	168,00	189,91	13,04%	1.899,10
7	12	UN	16847 - Câmara de ar 1400-24, nova, de primeira linha Câmara de ar 1400-24, nova, de primeira linha	JABUTI	178,00	201,22	13,04%	2.414,64
10	2	UN	16850 - Câmara de ar 19,5 l24, nova, de primeira linha Câmara de ar 19,5 l24, nova, de primeira linha	JABUTI	210,00	248,22	18,20%	496,44
15	14	UN	16841 - Câmara de ar 750X16, bico de borracha, nova, de primeira linha. Câmara de ar 750X16, bico de borracha, nova, de primeira linha.	JABUTI	45,00	50,37	52,87%	705,18

34	8	UN	7862 - PNEU NOVO 175/65 R 14 RADIAL, de 1ª Linha PNEU NOVO 175/65 R 14 RADIAL, de 1ª Linha, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 82 e velocidade máxima com no mínimo o índice T, símbolo do INMETRO, índice de tração (traction) A, índice de temperatura (temperature) A ou B e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 240, data de fabricação não superior a 1 ano.	Goodyear/ KELLY Edge Touring	199,00	210,94	6%	1.687,52
Total								7.202,88

1.4. O valor total estimado para o saldo total desta ata é de: R\$ 7.202,88 (Sete mil, duzentos e dois reais e oitenta e dois centavos). Sendo que o valor aditado a ata original ficou em R\$ 744,88 (Setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 30/2020 permanecem inalteradas.

Município de Peritiba – SC., 14 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
Contratada

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL Testemunha	REGINA INÊS BRAND LAZZARIN Testemunha
---	--

DÂNDARA LUISA BAZZEI Fiscal do Contrato	DARLAN SORDI Fiscal do Contrato
--	------------------------------------

FABIANO LUIZ RIFFEL Fiscal do Contrato	IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT Fiscal do Contrato
---	---

JOÃO CARLOS BRUHMULLER Fiscal do Contrato	LUANA CAROLINA SCHARDONG Fiscal do Contrato
--	--

EXTRATO DE CONTRATO 100/2020

Publicação Nº 2609086

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 115/2019, modalidade Pregão Presencial nº 51/2019.

Objeto: Prorrogar de 01/05/2020 até 31/12/2020 o prazo de vigência do contrato Original nº 151/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos e estudos visando a obtenção de licenciamento ambiental para atividade de canalização de curso d'água de acordo com a resolução do CONSEMA 33.13.08 e IN-70 do Instituto do Meio Ambiente – IMA.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2020 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2019.

Contratado: OPUSBIO ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

CNPJ nº: 27.415.463/0001-70.

Data de Vigência: 17/08/2020 a 31/12/2020.



Município de Peritiba – SC., em 17 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 101/2020

Publicação N° 2609091

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 48/2020, modalidade Pregão Presencial nº 28/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto elétrico completo de iluminação pública na Rua Padre Afonso Hoff, Bairro Progresso, no município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 101/2020.

Contratado: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº: 13.443.623/0001-80.

Valor: R\$ 1.399,00 (Um mil, trezentos e noventa e nove reais)

Data de Vigência: 17/08/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 17 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 557, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609401

DECRETO Nº 557, de 18 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	29	

Valor R\$: 10.000,00 (Dez mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	30	

Valor R\$: 10.000,00 (Dez mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 18 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159/2020

Publicação Nº 2609398

PORTARIA Nº 159/2020

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos art. 13, do Decreto Municipal nº 262/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Seleção e de Julgamento para os Chamamentos Públicos referentes à Secretaria Municipal de Educação, bem como seus respectivos Fundos Municipais, que tenha por objeto a seleção de projetos de entidades sem fins lucrativas que atendam os interesses dos munícipes braveses, especialmente nas faixas etárias correspondentes aos Conselhos supramencionados. São eles:

- a) RAQUEL FERNANDES COSTA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 020.332.969-46, Professora, registrada na matrícula sob nº 308, que a presidirá a Comissão;
- b) RENATO JUSTINO BORGES, inscrito no CPF sob nº 031.576.779-00, Professor, registrado na matrícula sob nº 337;
- c) DANIELA BALZ HARA, inscrita no CPF sob nº 869.534.910-91, Assessora Pedagógica, registrada na matrícula sob nº 2068;

Art. 2º São atribuições da Comissão de Seleção, no tocante aos Chamamentos Públicos nomeados no artigo 1º desta Portaria, efetuar avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 262/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade sua publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios – DOM SC até o último dia útil do mês subseq-ente da assinatura.

Município de Pescaria Brava/SC, 17 de agosto 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PAUTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC**

Publicação Nº 2609070

PAUTA LEGISLATIVA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA 2020
DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC

DATA DA SESSÃO:
18/08/2020
Terça-feira

HORÁRIO DA SESSÃO:
18h00

LOCAL DA SESSÃO:
Plenário do Poder Legislativo Municipal, endereço:
Rodovia BR-101, Km 320, Bairro KM 37 - CEP:
88798 – 000, Pescaria Brava/SC

TÍTULO	AUTORIA	EMENTA	TIPO DE VOTAÇÃO
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 023, DE 28 DE JUNHO 2020	Poder Executivo	I nclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.	Primeira Votação
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 024, DE 31 DE JULHO 2020	Poder Executivo	Inclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.	Primeira Votação
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 05 DE MAIO 2020	Poder Executivo	Altera o inciso III do § 1º do Artigo 2º da Lei Complementar n. 61/2017, de 22 de dezembro de 2017, que define os perímetros das zonas urbanas do Município de Pescaria Brava e dá outras providências.	Primeira Votação
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 025, DE 04 DE AGOSTO 2020	Poder Executivo	Inclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.	Leitura
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 026, DE 07 DE AGOSTO 2020	Poder Executivo	Inclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.	Leitura
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 027, DE 07 DE AGOSTO 2020	Poder Executivo	Inclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.	Leitura

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 028, DE 10 DE AGOSTO 2020	Poder Legislativo	Denomina Rua no Bairro Km 37, Neste Município de Pescaria Brava e dá outras providências.	Leitura
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 029, DE 11 DE AGOSTO 2020	Poder Legislativo	Denomina Rua no Bairro Km 37, Neste Município de Pescaria Brava e dá outras providências.	Leitura
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 028, DE 11 DE AGOSTO 2020	Poder Legislativo	Denomina Rua no Bairro Estiva, Neste Município de Pescaria Brava e dá outras providências.	Leitura

Pescaria Brava, 17 de agosto de 2020

GILBERTO NEVES E SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Pescaria Brava

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 069/2020

Publicação Nº 2608114

DECRETO Nº. 069, de 14 de Agosto de 2020.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (11) Aplicações Diretas

Recursos - 0.3.0000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 0.3.0000 – Recursos Ordinários - Exercício Anterior, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 14 de Agosto de 2020.

JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

03-2020

Publicação Nº 2608960

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2020

O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO vem através deste edital NOTIFICAR a todos os lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar, que a localidade denominada de LOTEAMENTO RUMO CERTO, encontra-se em processo de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, conforme Artigo 23 da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto nº 9.310/2018 e Decreto Municipal nº 044/2019 de 25/02/2019. O denominado Loteamento Rumo Certo está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georeferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de matrículas individualizadas dos lotes no referido Loteamento, necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto de parte do Lote Rural nº 108 da Linha Anta Gorda, da Matrícula nº 23.417/2018 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho Sc.

Artigo 1º. Descrição sucinta da área: O Loteamento RUMO CERTO com a área de 22.226,51, m², conforme matrícula nº23.417 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho/SC, de propriedade do Município de Pinhalzinho, com as seguintes configurações:

QUADRO DE ÁREAS

ÁREA MATRÍCULA: 22.226,51 m²
ÁREA REMANESCENTE: m²
ÁREA LOTEADA: 22.009,05 m²
ÁREA DE LOTES 17.508,96 m²
ÁREA INSTITUCIONAL: m²
ÁREA VERDE: 3.117,37 m²
SISTEMA VIÁRIO: 1.382,71 m²
QUANTIDADE DE LOTES: 04

A totalidade de área dos lotes a regularizar é de 22.009,05 m², tendo essa área uma concentração de 04 Lotes Urbanos, sistema viário, situado no Loteamento Rumo Certo, Município de Pinhalzinho/SC, que são atendidos pela Paralela da BR 282 e pela Avenida Theobaldo Schmatz.

Artigo 2º. Dos equipamentos urbanos comunitários presentes na referida área: A área de intervenção possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos:

- Pavimentação com asfalto ;
- Energia Elétrica atendida pela CELESC;
- Água potável fornecida pela CASAN;
- Coleta de resíduos sólidos sendo realizada semanalmente pelo Município;
- Rede de esgoto individualizadas;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel Claro/Tim;
- Área a ser regularizada totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Área a ser regularizada destinada a implantação de empresas/geração emprego e renda.

Artigo 3º. Os confinantes internos e externos são notificados por este edital, sendo que a ausência de manifestação dos mesmos será tido como aceite conforme Artigo 13 § 1º do Decreto nº 9.310/2018, Artigo 20 §1º da Lei Federal nº 13.465/2017 e Artigo 9º, §3º do Decreto Municipal nº 044/2019.

Artigo 4º. As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Departamento de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, endereçada ao Prefeito Municipal e a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como, pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei nº 13.465/2017.

Artigo 5º. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento, conforme prevê a Lei Federal nº 13.465/2017 artigo 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31 §5º e §6º da Lei nº 13.465/2017.

Artigo 6º. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho,SC, 17 de Agosto de 2020.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito Municipal

AVISO LEILÃO 001-2020 PMP

Publicação Nº 2608446

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE LEILÃO PÚBLICO

ON-LINE E PRESENCIAL Nº. 001/2020- PMP

Objeto: Venda de ativos inservíveis.

Forma de Leilão: On-line (www.superbid.net) e Presencial (Administração Municipal – Prefeitura Municipal de Pinhalzinho).

Tipo: Maior Lance.

Credenciamento: das 08:30 às 09:45 do dia 11/09/20120.

Abertura: dia 11/09/2020, às 10:00.

Período visitação: 17 de agosto à 10 de setembro de 2020, Loteamento Boa Vista, Rua das Primavera, 179, bairro Bela Vista, município de Pinhalzinho/SC; e Complexo Esportivo Arthur Lenhardt, situado na Avenida Rio Branco esq. Rua Florianópolis, S/N, Bairro Santo Antônio, Pinhalzinho/SC.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.pinhaltinho.atende.net e www.superbid.net

Fotos disponíveis no site www.superbid.net e telefone (11) 4950-9400

Pinhalzinho, SC, 14 de agosto de 2020.

Wanderlei Borba

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 042-2020 - PMP - VEÍCULO NOVO AUTOMOTIVO TIPO SUV, ZERO QUILOMETRO ANO MODELO 2020-2020

Publicação Nº 2608103

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2020 - PMP

Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo Novo Automotivo (TIPO SUV), Zero quilômetro Ano/Modelo 2020/2020, para a implantação do programa "Rede Catarina de Proteção a Mulher no Município de Pinhalzinho" Conforme decisão protocolada nos autos do processo administrativo N. 0000204-87.2020.8.24.0049 de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

VALQUIRIA ASTRIGI, pregoeira designada pelo Decreto n. 182/2019, TORNA PÚBLICO:

No Anexo "A" do Edital;

I – No Anexo "A" Onde se lê:

"AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTIVO (TIPO SUV), ANO/MODELO 2020/2020, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 LUGARES, (PASSAGEIRO MAIS MOTORISTA), COM CINTOS DE SEGURANÇA, MOTOR FLEX. COM POTÊNCIA ACIMA DE 100 CV (G), CAIXA DE CÂMBIO DE NO MÍNIMO 05 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA E OU/ ELÉTRICA, VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS E TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS. AIRBAGS FRONTAIS, FREIOS ABS, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, TOMADA 12V, TANQUE DE COMBUSTÍVEIS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS E PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 450 LITROS, MACACO, CHAVE DE RODAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS POR LEI, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA CIDADE DE PINHALZINHO/SC E NO MÍNIMO EM MAIS UM MUNICÍPIO DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO.TODAS AS DESPESAS COM EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA."

Deve se ler:

"AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTIVO (TIPO SUV), NA COR BRANCA ANO/MODELO 2020/2020, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 LUGARES, (PASSAGEIRO MAIS MOTORISTA), COM CINTOS DE SEGURANÇA, MOTOR FLEX. COM POTÊNCIA ACIMA DE 100 CV (G), CAIXA DE CÂMBIO DE NO MÍNIMO 05 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA E OU/ ELÉTRICA, VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS E TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS. AIRBAGS FRONTAIS, FREIOS ABS, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 03 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, TOMADA 12V, TANQUE DE COMBUSTÍVEIS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 41 LITROS E PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 450 LITROS, MACACO, CHAVE DE RODAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS POR LEI, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA CIDADE DE PINHALZINHO/SC E NO MÍNIMO EM MAIS UM MUNICÍPIO DO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EMPLACADO E LICENCIADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO.TODAS AS DESPESAS COM EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA."

II- Fica PRORROGADA a abertura do dia 21/08/2020 as 08:30h. Para o dia 01/09/2020 as 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 17 de agosto de 2020.

Valquiria Astrigi

Pregoeira

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41/2020

Publicação Nº 2609334

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: CONSTRUAGRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AGROPÉCUARIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.155.799/0001-32, com sede na AV MARECHAL CASTELO BRANCO, nº 474, SALA 2, na cidade de PINHEIRO PRETO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pela Senhora Keli Fernanda Bottega Perosa, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1- A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário
3	Unidade	Cal Hidratada 20kg	Cibracal	R\$ 10,84
4	Unidade	Cimento 50kg	Supremo	R\$ 28,20
5	Unidade	Tijolo 6 Furos 11.5x14x24	Princesa	R\$ 0,88

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.3.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 10.642.703/0001-77.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 37 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferencia do SUS/União

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com

a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin, Carlos Marcelo Baroni e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2020.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	CONSTRUAGRO MADE CON E AGRO LTDA
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____

Nome: CPF:

2- _____

Nome: CPF

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50/2020

Publicação Nº 2609332

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: SIDNEI LUIZ VALTER 03049435925 pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.660.315/0001-26, com sede na Rua Ema Schmidt Machienavie, nº 256, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Sidnei Luiz Valter, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 046/2020 – Registro de Preços, homologado em data de 30 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1– A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL, E DE FORMA PARCELADA, NAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO, conforme tabela e preços abaixo:

ITEM	QTDE ESTIMADA	UND	ESPECIFICAÇÃO	SECRETARIA	VALOR POR HORA
06	30	Horas	Roçadeira Garthen cg 430 hw	Desenvolvimento urbano	R\$ 70,00
08	30	Horas	Moto poda stihl ka 85 R	Desenvolvimento urbano	R\$ 70,00
09	30	Horas	Motosserra stihl ht 75	Desenvolvimento urbano	R\$ 65,00

1.2 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 170 km (cento e setenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção da máquina até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.3– A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte das máquinas (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.4– O local de execução dos serviços e assistência técnica deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.5– Em casos de emergência, no local onde se encontra a máquina impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 5 (cinco) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.6– Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.7– A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo IX) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.8– As máquinas deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina. Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) devem assinar o responsável pela máquina (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.9– A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da máquina e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) para serviço, constatando o problema e os serviços/repares a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de

Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo IX), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.10– Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.9, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção das referidas máquinas.
1.10.1 – O prazo de entrega da máquina a ser reparada, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.8 e da entrega da mesma.

1.11– O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.12 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.13 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.14– Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.15– Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.16– O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.17– Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após a(s) máquina(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.18– Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar a máquina no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.19– Nas máquinas em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.20– A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados às máquinas/equipamentos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.20.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda da máquina para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.21– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.22– A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preços unitários descritos na cláusula 1ª.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 - Os prazos para execução dos reparos necessários na(s) máquina(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 - Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo IX) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da máquina com a Solicitação de Atendimento - SAT (Anexo VIII), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 - Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 - Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 - Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispor de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 - Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar a máquina nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com a máquina trafegando, retornando automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular da máquina.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento

da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar as máquinas.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado das máquinas que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de máquinas com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

CLÁUSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII) e o Plano de Serviços (Anexo IX) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021.

CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 087/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) indicados pelas seguintes secretarias: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Agricultura, Secretária de desenvolvimento Urbano e Secretária de Educação Cultura e Esporte e atuará como gestor, o Secretário de cada pasta.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) Ideraldo Luiz Beal e Rodrigo Marcelo da Silva, bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2020 abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2021:

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2003 SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 Educação

Subfunção: 361 Ensino Fundamental

Programa: 12 Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de recurso: 62 Transferência de convênios- Estado/Educação

Despesa LOA: 120

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2006 SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 Transporte

Subfunção: 782

Transporte Rodoviário

Programa: 23 Estradas Vicinais

Ação: 2.42 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinarios

Despesa LOA: 150

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2006 SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 Transporte

Subfunção: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 23 Estradas Vicinais

Ação: 2.42 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Fonte de recurso: 139 FEP e Transf. Dec. Comp.financ expl. de Rec Naturais

Despesa LOA: 149

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 Agricultura

Subfunção: 606 Extensão Rural

Programa: 20 Assistência ao produtor rural

Ação: 2.40 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinarios

Despesa LOA: 144

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Função: 15- Urbanismo

Subfunção: 452- Serviços Urbanos

Programa: 29- Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69- Manutenção da Secretaria de desenvolvimento Urbano

Cód. Red. 203

Fonte do Recurso: 100 Recurso Ordinário

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 267

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (TRES) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 30 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	SIDNEI LUIZ VALTER ME FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____
Nome: CPF:

2- _____
Nome: CPF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2020

Publicação Nº 2609327

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.276.119/54, com sede na Rua CORONEL FARRAPO, nº 1331, SALA B2 na cidade de CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhora ANNA JUÇARA KRUTZMANN, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1- A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário
1	Unidade	Tubo Soldável 6m de 60mm	Multilit	R\$ 91,00
2	Unidade	Tubo Soldável 6m de 32mm	Plastilit	R\$ 27,90
8	Unidade	TE PVC D=100MM - FORNECIMENTO	Plastilit	R\$ 9,40
9	Unidade	CAP PVC ESGOTO 100MM (TAMPÃO) - FORNECIMENTO	Plastilit	R\$ 5,00
10	Metros	Fio quadrado de 3mm para roçadeira	Ekilon	R\$ 0,86
13	Unidade	Joelho 45° esgoto ocre 100mm	Tigre	R\$ 18,99
18	Unidade	Joelho 45° de esgoto ocre 150mm	Tigre	R\$ 70,90
19	Unidade	Joelho 90° de esgoto ocre 150mm	Tigre	R\$ 70,95
20	Unidade	TE esgoto ocre 150mm	Tigre	R\$ 101,00
21	Unidade	Barra 6m de aço CA – 50 12,5mm	Gerdau	R\$ 54,00
22	Unidade	Barra 6m e aço CA – 50 10,0mm	Gerdau	R\$ 34,70
24	Unidade	Pá ajuntadeira bico	Nove 54	R\$ 32,90
25	Unidade	Caixa de água 1,000L	Isso	R\$ 296,00
26	Unidade	Exaustor ind coml 30 cm 220v	Ventisol	R\$ 143,00
28	Unidade	Lampada tubular led 18w 120 cm	Lumanti	R\$ 59,80

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á

após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.3.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 10.642.703/0001-77.

3.4 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 - A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª - DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 - A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 - Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª - DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 - O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª - DA VIGÊNCIA

7.1 - A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 37 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferencia do SUS/União

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição

ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin, Carlos Marcelo Baroni e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre

as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2020.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	JV COM DE MAT EL E DECOR LTDA ME
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF:

2- _____

Nome:

CPF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2020

Publicação N° 2609337

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: QUIMICASOL EIRELI- EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.943.501/0001-98, com sede na Rua FELIX PIASESKI, nº 240, na cidade de DESCANSO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhora FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO MUSTAFA, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1– A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário
29	Unidade	THINNER EMBALAGENS DE 18 LITROS	Colorwan	R\$ 109,00

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.3.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 10.642.703/0001-77.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplimento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano
Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 37 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferencia do SUS/União

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin, Carlos Marcelo Baroni e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2020.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	QUIMICASOL EIRELI- EPP
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____
Nome: _____
CPF: _____

2- _____
Nome: _____
CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/2020

Publicação Nº 2609328

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.870.611/0002-50, com sede na Rua Rod SC135, nº 76, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Luiz Carlos Gueller, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 046/2020 – Registro de Preços, homologado em data de 30 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1– A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL, E DE FORMA PARCELADA, NAS MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO, conforme tabela e preços abaixo:

ITEM	QTDE ESTIMADA	UND	ESPECIFICAÇÃO	SECRETARIA	VALOR POR HORA
02	700	Horas	Serviços de usinagem (torno) pequeno	Transportes e Obras 350 horas Agricultura 350 horas	R\$ 99,00
03	700	Horas	Serviços de usinagem (torno) médio	Transportes e Obras 350 horas Agricultura 350 horas	R\$ 105,00
04	700	Horas	Serviços de usinagem (torno) grande	Transportes e Obras 350 horas Agricultura 350 horas	R\$ 125,00

1.2 – A FORNECEDORA deverá possuir oficina mecânica num raio de distância de, no máximo, 170 km (cento e setenta quilômetros) do perímetro urbano do Município de Pinheiro Preto para todos os itens, sendo de responsabilidade da FORNECEDORA, quando necessário, a remoção da máquina até sua oficina e a devolução na sede da contratante, sem qualquer ônus para o Município durante a validade da ata e garantia.

1.3– A FORNECEDORA, se necessário, deverá realizar o transporte das máquinas (ida e volta), até a sua sede, impreterivelmente, com caminhão guincho plataforma, arcando com todas as despesas necessárias.

Obs.: O transporte acima citado deverá ser realizado por guincho devidamente segurado.

1.4– O local de execução dos serviços e assistência técnica deverá ser a oficina da FORNECEDORA, inclusive no período de garantia, vedada subcontratação não autorizada previamente.

1.5– Em casos de emergência, no local onde se encontra a máquina impossibilitado de deslocamento, a FORNECEDORA, sem ônus adicional para o Município, deverá obedecer a um limite máximo para atendimento de até 5 (cinco) horas depois de acionada pelo requisitante, bem como deverá realizar a remoção para execução dos serviços nos prazos regulares. O prazo também se aplica para situações de assistência técnica ou serviço de auto socorro, a contar do recebimento da solicitação.

1.6– Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados mediante o pagamento da hora técnica prevista nesta ata e seus anexos, obedecidas às formalidades e ocorrência da liquidação da despesa.

1.7– A quantidade de horas necessárias para cada serviço será dimensionada de acordo com a necessidade e orçamento (Plano de Serviços – Anexo IX) a ser apresentado ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente atestado pelo mesmo.

1.8– As máquinas deverão passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao entrar na oficina. Nesta vistoria, formalizada pela SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) devem assinar o responsável pela máquina (Fiscal da Ata de Registro de Preços) e o representante da FORNECEDORA.

1.9– A FORNECEDORA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da máquina e respectiva SAT- Solicitação de Atendimento (Anexo VIII) para serviço, constatando o problema e os serviços/repares a serem executados, apresentará ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços a serem prestados e relação das peças, se for o caso, a serem adquiridas pelo Município para a execução da futura contratação, bem como a quantidade de horas correspondentes aos serviços (Plano de Serviços – Anexo IX), nos termos previstos na presente ata para efeito de eventual aprovação e expedição da Autorização de Fornecimento.

1.10– Deverá constar do orçamento prévio de que trata o item 1.9, além das horas e do preço dos serviços conforme registrado em ata, relação das peças e suas respectivas especificações a serem adquiridas pelo Município, para utilização na manutenção das referidas máquinas.

1.10.1 – O prazo de entrega da máquina a ser reparada, será contado a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento e deverá respeitar os prazos máximos estabelecidos nesta ata e seus anexos, sendo que quando necessária a substituição de peças, o prazo de execução será contado a partir das providências previstas no item 1.8 e da entrega da mesma.

1.11– O Município analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial do orçamento apresentado, levando em conta a sua economicidade. Após essa análise, se conveniente, o Município expedirá Autorização de Fornecimento à FORNECEDORA para executar os serviços, sem a qual não deverá ser executado, sob pena de não ser efetuado o respectivo pagamento, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.

1.12 – O Município, não concordando com a relação de serviços/peças/materiais apresentados pela FORNECEDORA, solicitará uma nova relação suprimindo o que entender necessário (novo orçamento), sem que caiba qualquer recurso por parte desta, inclusive quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a SAT – Solicitação de Serviços que tenha recebido.

1.13 – Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços/peças/materiais, a FORNECEDORA deverá informar o fato ao Município, por escrito e de forma discriminada e justificada em forma de orçamento complementar, ficando a sua execução condicionada à prévia aprovação desse orçamento pelo Município, por meio do Fiscal da Ata de Registro de Preços, mediante procedimento prévio para a execução dos serviços.

1.14– Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação e recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.15– Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da FORNECEDORA, já inclusos no valor da mão de obra.

1.16– O Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município terá livre acesso a qualquer tempo, à oficina da FORNECEDORA para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

1.17– Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos (recebimento definitivo) após a(s) máquina(s) ser(em) examinado(s) pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços designado pelo Município.

1.18– Após a prestação dos serviços, a FORNECEDORA deverá entregar a máquina no local informado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, de acordo com o indicado na Autorização de Fornecimento.

1.19– Nas máquinas em garantia de fábrica, enquanto perdurar a garantia, seus serviços serão executados na respectiva concessionária. Findo o prazo de garantia, os mesmos passarão a integrar o item correspondente desta ata, para efeito de contratações.

1.20– A FORNECEDORA responderá por eventuais danos causados às máquinas/equipamentos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.20.1 – Será de total e exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto que por ventura venham a ocorrer durante o período em que a mesma estiver com a guarda da máquina para a prestação dos serviços ou quando seus empregados ou prepostos estiverem conduzindo-os, arcando com todos os custos envolvidos no infortúnio.

1.21– A FORNECEDORA deverá zelar pelo patrimônio público, responsabilizando-se por ele e por tudo o que estiver em seu interior no momento do serviço e até que o mesmo seja devolvido ao órgão requisitante.

1.22– A FORNECEDORA deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, serão adquiridos pelo preços unitários descritos na clausula 1ª.

2.2 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços e recebimento definitivo, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade e solicitação

da área requisitante.

5.2 – Os prazos para execução dos reparos necessários na(s) máquina(s) devem ser estabelecidos de comum acordo com a FORNECEDORA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que para a manutenção corretiva o prazo máximo é de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 – Para apresentar o Plano de Serviços (Anexo IX) com orçamento ao Município, o prazo é de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da máquina com a Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII), diretamente ao Fiscal da Ata de Registro de Preços.

5.4 – Para iniciar a execução do serviço, a FORNECEDORA terá o prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.1 - Esse prazo poderá ser diminuído por imperiosa necessidade dos serviços por parte do Município.

5.5 – Para executar qualquer serviço, os prazos máximos admitidos para efeito de remuneração, independentemente do tempo dispendido para execução dos serviços serão os constantes da Autorização de Fornecimento emitida anteriormente, não sendo considerados em duplicidade quando o caso permitir. (Ex: retirado o motor para realizar a substituição de uma determinada peça, este tempo não pode ser considerado concomitantemente para substituição de outra peça ou serviço, cabendo somente a cobrança do tempo para realização deste)

5.6 – Para a FORNECEDORA enviar resposta a qualquer comunicação do Município, contados do momento do recebimento, o prazo será:

- Imediatamente se demandada por telefone, salvo não dispondo de imediato da informação demandada;
- 24 (vinte e quatro) horas, para resposta por e-mail, para o endereço de e-mail do servidor do Município que lhe for indicado. É obrigação da empresa vencedora, a apresentação do endereço eletrônico válido para fins de recebimento de notificações, comunicados, intimações, bem como empenhos e Autorizações de Fornecimento, podendo fazê-lo desde logo em sua proposta de preços na licitação;
- 02 (dois) dias úteis quando exigida resposta formal, devidamente protocolado.

5.7 – Após a prestação de serviços, deverá a FORNECEDORA entregar a máquina nas mesmas ou melhores condições de limpeza em que o recebeu.

5.8 – Após a realização de cada serviço, a FORNECEDORA deverá disponibilizar profissional competente para acompanhar o servidor designado pelo Município na realização de prova de rua, quando os serviços serão testados com a máquina trafegando, retornando automaticamente à FORNECEDORA, caso o resultado no teste não se mostre satisfatório.

5.8.1 – A FORNECEDORA arcará com os custos e a responsabilidade técnica dos testes referidos no item acima.

5.9 – A FORNECEDORA deverá reparar, inclusive substituindo peças, tudo às suas expensas, quando o defeito for decorrente de falha na execução de serviço anteriormente executado.

5.10 – A FORNECEDORA deverá refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços a partir dos devidos testes.

5.11 – A FORNECEDORA deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (As peças substituídas serão fotografadas e arquivadas no processo de despesa dos serviços)

5.12 – A FORNECEDORA deverá preencher e, quando for o caso, carimbar/rubricar o manual, ficha e/ou outro documento de controle de inspeção e manutenção regular da máquina.

5.13 – A FORNECEDORA deverá preencher adesivo ou outro meio de registro informando a quilometragem ou a data da próxima troca de lubrificantes ou outro material ou manutenção preventiva de alguma parte, peça ou acessório, para os casos necessários.

5.14 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da FORNECEDORA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

5.15 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos acima, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.16 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

5.17 – O Objeto será recebido PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

5.17.1 - O recebimento provisório será feito mediante certificação.

5.18 - O Objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.19 - Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

5.20 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela solidez e segurança. Também não

exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.21 - A FORNECEDORA é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 – A contar do recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA garante a continuidade e qualidade do resultado de cada serviço de manutenção prestado, pelo prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, não se aplicando a garantia a falhas por causas alheias ao serviço executado, devendo o prazo da garantia vir escrito na Nota Fiscal ou fatura.

6.1.1 – Referido prazo não corre se a falha, defeito ou vício for ocultado pela FORNECEDORA ao tempo da prestação de serviços.

6.2 – Em caso de não aceitação, fica a FORNECEDORA obrigada a refazer os serviços e a substituí-lo, sem custos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo Município, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas nesta ata.

6.3 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta ata, na própria Ata de Registro de Preços, bem como dos contratos dela decorrentes.

6.4 – A execução dos serviços pela FORNECEDORA implica no reconhecimento de serem as peças fornecidas pelo Município de primeira qualidade, salvo no caso de recusa tempestiva e justificada formalmente.

CLÁUSULA 7ª – DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

7.1 – A FORNECEDORA deverá possuir, até a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, instalações físicas suficientes para atendimento da frota descrita nesta ata quanto ao lote que sagrar-se vencedora, com equipamentos, ferramentas e demais componentes para execução dos serviços contratados.

7.2 – Pátio de estacionamento: o pátio deve ter espaço físico próprio no local de atendimento da prestação de serviços ou logisticamente adequado, suficiente PARA abrigar as máquinas.

7.3 – A oficina da FORNECEDORA deverá contar com sistemas eficientes de segurança que permitam salvaguardar o estado das máquinas que estejam em suas instalações para manutenção.

7.4 – A FORNECEDORA deverá manter na oficina equipamentos atuais e necessários para execução dos serviços, tais como:

- Elevadores e/ou rampa para todos os itens;
- Aparelho de análise de diagnóstico de máquinas com sistema elétrico e eletrônico;
- Macaco para remoção e instalação de câmbio;
- Suporte ou guincho para retirar e instalar motores;
- Demais ferramentas e equipamentos para a execução completa e eficiente dos serviços abrangidos pela presente ata.

CLAÚSULA 8ª – DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

8.1 – Será necessária a apresentação da Solicitação de Atendimento – SAT (Anexo VIII) e o Plano de Serviços (Anexo IX) apresentado pela FORNECEDORA.

8.2 – Após a regular apresentação dos documentos citados no item 8.1, fica o Fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pela aprovação do Plano de Serviço.

8.3 – Aprovado o Plano de Serviço, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, será dado prosseguimento ao procedimento de formalização de contratação, obedecidas as fases de processamento da despesa.

8.4 – Em conformidade, deverá ser utilizada Tabela para Conversão da Hora Sexagesimal em Hora Centesimal (Anexo VII), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente aceitas, que admitem que "algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (Norma da ABNT NBR 5891).

CLÁUSULA 9ª – DA CONVERSÃO

9.1 – Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas (sexagesimal) para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

9.2 – O uso da Tabela de Conversão de Hora Sexagesimal para Centesimal (Anexo VII) é indispensável para a realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

CLÁUSULA 10ª - DA VIGÊNCIA

10.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 11ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021.

CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 13ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 14ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

14.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 15ª - DAS PENALIDADES

15.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo

cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 16ª - DA RESCISÃO

16.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 17ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

17.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 087/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

17.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) indicados pelas seguintes secretarias: Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria de Agricultura, Secretária de desenvolvimento Urbano e Secretária de Educação Cultura e Esporte e atuará como gestor, o Secretário de cada pasta.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) Ideraldo Luiz Beal e Rodrigo Marcelo da Silva, bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da

respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto lícito.

CLÁUSULA 19ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 20ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

20.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

20.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 21ª - DO FORO

21.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 22ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento do exercício de 2020 abaixo transcritas, e àquelas a serem consignadas no orçamento de 2021:

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2003 SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 Educação

Subfunção: 361 Ensino Fundamental

Programa: 12 Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de recurso: 62 Transferência de convênios- Estado/Educação

Despesa LOA: 120

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2006 SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 Transporte

Subfunção: 782

Transporte Rodoviário

Programa: 23 Estradas Vicinais

Ação: 2.42 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinarios

Despesa LOA: 150

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2006 SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 Transporte

Subfunção: 782Transporte Rodoviário

Programa: 23 Estradas Vicinais

Ação: 2.42 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Fonte de recurso: 139 FEP e Transf. Dec. Comp.financ expl. de Rec Naturais

Despesa LOA: 149

Órgão: 2000 PODER EXECUTIVO

Unidade: 2005 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 Agricultura

Subfunção: 606 Extensão Rural

Programa: 20 Assistência ao produtor rural

Ação: 2.40 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Fonte de recurso: 100 Recursos Ordinarios

Despesa LOA: 144

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Função: 15- Urbanismo
Subfunção: 452- Serviços Urbanos
Programa: 29- Desenvolvimento Urbano
Ação: 2.69- Manutenção da Secretaria de desenvolvimento Urbano
Cód. Red. 203
Fonte do Recurso: 100 Recurso Ordinário

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 267

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (TRES) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 30 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA FORNECEDORA
PEDRO RABUSKE	
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____

Nome: CPF:

2- _____

Nome: CPF

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 062/2020 - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2608229

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica www.bll.org.br (Bolsa de Licitações do Brasil-BLL) certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 062/2020, Processo n. 107/2020, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, CARGA DE GAS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO E DELEGACIA DE POLÍCIA MILITAR EM PINHEIRO PRETO, conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos.

Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 08:15h do dia 31/08/2020, início da sessão na mesma data a partir das 08:30h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa Licitações do Brasil (BLL), ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

PINHEIRO PRETO-SC, 17 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE

PREFEITO

CONTRATO ADMINISTRATIVO 179/2020

Publicação Nº 2608152

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179

Termo de Contrato sendo AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) ROÇADEIRAS LATERAL A GASOLINA, PARA A SECRETARIA DE URBANISMO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, autorizado através do Processo n. 084/2020, Licitação n. 050/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRATADA: Empresa: BIDDEN COMERCIAL LTDA ME
CNPJ-MF n.º. 36.181.473/0001-80
Endereço: Rua Capitão João Zaleski, 1763
Bairro Lindoia – Curitiba PR
Representada por: Mabel Andrusievicz

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 050/2020, datado de 17 de julho de 2020 e homologado em data de 14 de agosto de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 050/2020, Processo Licitatório n. 092/2020, modalidade Pregão Eletrônico e pelo Convênio nº 2020TR0670.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) ROÇADEIRAS LATERAL A GASOLINA, PARA A SECRETARIA DE URBANISMO, NO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, autorizado através do Processo n. 084/2020, Licitação n. 050/2020, modalidade PREGÃO ELETRONICO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES:

Item/ Lote	Qtde	Und	Especificação	MARCA	PREÇO UNITARIO	VALOR TOTAL
1	2	UN	Roçadeira lateral à gasolina, óleo 2 tempos, com cabo para duas mãos, sistema anti-vibratório, cinto duplo de suporte, potência mínima de 1,8 HP, rotação mínima em marcha lenta de 2.800 rpm e cilindrada mínima de 40 cm ³ , com carretel para nylon e lâmina 3 pontas. O equipamento deve vir acompanhado de ferramenta para montagem e desmontagem.	GARTHEN CG-550	R\$ 1.450,00	R\$ 2.900,00

Parágrafo primeiro. O objeto ofertado deverá ter garantia mínima, por defeito de fabricação, de 02 anos.

Parágrafo segundo. O objeto ofertado deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

O PREÇO A SER PAGO É DE R\$2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

1.1 DA GARANTIA

1.1.1 – O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação, não poderá ser inferior a 24 (meses) meses, sem limite de quilometragem, contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo do objeto.

1.1.2 – Durante o prazo de vigência da garantia, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para o Secretaria de Saúde, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa apresentada, desde que devidamente aceita.

1.1.3 – A assistência técnica deverá ser realizada no Município de Pinheiro Preto, preferivelmente, ou nas cidades limítrofes.

1.1.4 – As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

1.1.5 – O objeto que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 30º (trinta) dia após o recebimento definitivo do objeto, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2020:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 204 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato terá início com a sua assinatura e término com o fim da garantia, que dar-se-á em 02 (dois) anos após o Termo e Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 O objeto ofertado deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

5.2 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

5.2.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;

5.2.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.2.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.2.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2.5. A empresa contratada deverá ter em um raio de 50 km de distância do Município de Pinheiro Preto uma central de assistência técnica.

5.3 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 050/2020 – Modalidade Pregão Eletrônico, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

0.1. 10.2 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Urbanismo, representada pela Secretária Francielle Wordell, respectivamente o servidor Rodrigo Marcelo da Silva como fiscal de contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	BIDDEN COMERCIAL LTDA ME
PEDRO RABUSKE	FORNECEDORA
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 180/2020

Publicação Nº 2608155

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180

Termo de Contrato sendo AQUISIÇÃO DE 01(UM) ATOMIZADOR COSTAL A GASOLINA, PARA A SECRETARIA DE SAUDE VISANDO O COMBATE AO COVID-19 E A DENGUE, NO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, autorizado através do Processo n. 084/2020, Licitação n. 050/2020, modalidade PREGÃO ELETRONICO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: BIDDEN COMERCIAL LTDA ME

CNPJ-MF n.º. 36.181.473/0001-80

Endereço: Rua Capitão João Zaleski, 1763

Bairro Landoia – Curitiba PR

Representada por: Mabel Andrusievicz

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 050/2020, datado de 17 de julho de 2020 e homologado em data de 14 de agosto de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 050/2020, Processo Licitatório n. 092/2020, modalidade Pregão Eletrônico e pelo Convênio nº 2020TR0670.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE 01(UM) ATOMIZADOR COSTAL A GASOLINA, PARA A SECRETARIA DE SAUDE VISANDO O COMBATE AO COVID-19 E A DENGUE, NO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, autorizado através do Processo n. 084/2020, Licitação n. 050/2020, modalidade PREGÃO ELETRONICO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES:

Item/ Lote	Qtde	Und	Especificação	MARCA	PREÇO UNITARIO
2	1	UN	Atomizador costal à gasolina, motor 2 tempos, refrigerado a ar, monocilíndrico, capacidade do tanque químico mínimo de 20 litros, mínimo de 60 cilindradas e potência mínima de 3,5 HP.	KAWASHIMA AT 8020	R\$ 1.900,00

Parágrafo primeiro. O objeto ofertado deverá ter garantia mínima, por defeito de fabricação, de 02 anos.

Parágrafo segundo. O objeto ofertado deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento.

O PREÇO A SER PAGO É DE R\$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais).

1.1 DA GARANTIA

1.1.1 – O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação, não poderá ser inferior a 24 (meses) meses, sem limite de quilometragem, contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo do objeto.

1.1.2 – Durante o prazo de vigência da garantia, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para o Secretaria de Saúde, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa apresentada, desde que devidamente aceita.

1.1.3 – A assistência técnica deverá ser realizada no Município de Pinheiro Preto, preferivelmente, ou nas cidades limítrofes.

1.1.4 – As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

1.1.5 – O objeto que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 30º (trinta) dia após o recebimento definitivo do objeto, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias, exercício 2020:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 245 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato terá início com a sua assinatura e término com o fim da garantia, que dar-se-á em 02 (dois) anos após o Termo e Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 O objeto ofertado deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento.
- 5.2 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:
 - 5.2.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;
 - 5.2.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
 - 5.2.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
 - 5.2.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
 - 5.2.5. A empresa contratada deverá ter em um raio de 50 km de distância do Município de Pinheiro Preto uma central de assistência técnica.
- 5.3 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 050/2020 – Modalidade Pregão Eletrônico, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.
- 7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.
- 8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 8.3 A rescisão do contrato poderá ser:
 - 8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Zildete Maria Denardi, respectivamente, e o servidor Carlos Marcelo Baroni como fiscal de contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de agosto de 2020.

FUNDO MUNC DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO	BIDDEN COMERCIAL LTDA ME
PEDRO RABUSKE	FORNECEDORA
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS 147/2020

Publicação N° 2609329

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 147/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.642.703/0001-77, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.276.119/54, com sede na Rua CORONEL FARRAPO, nº 1331, SALA B2 na cidade de CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhora ANNA JUÇARA KRUTZMANN, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtdade Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	10	Unidade	CAP PVC ESGOTO 100MM (TAMPÃO) - FORNECIMENTO	Ekilon	R\$ 5,00	R\$ 50,00

Valor total estimado: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 10.642.703/0001-77.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 37 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferencia do SUS/União

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) Carlos Marcelo Baroni bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	JV COM MAT ELÉT DECOR LTDA ME
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF:

2- _____

Nome:

CPF

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS 154/2020

Publicação Nº 2609335

CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: JOSE THIAGO DE SOUZA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12,532,054/0001-87, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 332, na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor José Thiago de Souza, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Qtde Estimada	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
32	15	Unidade	Tinta acrílica na cor branca, em embalagens de 18 litros.	Tinsul	R\$ 109,00	R\$ 1.635,00
33	5	Unidade	Tinta acrílica fosca na cor verde bandeira, em embalagens de 18 L.	Tinsul	R\$ 118,00	R\$ 590,00

Valor total estimado: R\$ 2.225,00 (dois mil duzentos e vinte e cinco reais).

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª do contrato de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto deste contrato de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – O contrato de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 3 - Administração Geral
Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O contrato de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O contrato de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

a) Descumprir as condições do contrato de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com

a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretária de Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2021.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	JOSE THIAGO DE SOUZA ME
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF:

2- _____

Nome:

CPF

PORTARIA 486/2020

Publicação Nº 2609331

PORTARIA Nº 486, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 044/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 044/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a aquisição de veículo para a Secretaria de Educação, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 33.441.004/0001-64, o lote e respectivo valor: Lote 01 R\$ 168.900,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 487/2020

Publicação Nº 2609330

PORTARIA Nº 487, DE 11 DE AGOSTO DE 2020
DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Rodrigo Almeida Dresch, ocupante do cargo de Diretor departamento de Ensino para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 044/2020

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 502/2020

Publicação Nº 2608145

PORTARIA Nº 502, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 050/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 050/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a aquisição de ROÇADEIRAS E ATOMIZADOR para as Secretarias de Agricultura e Saúde, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. BIDDEN COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 36.181.473/0001-80, os lotes e respectivos valores: Lote 01 R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais), Lote 02 R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 14 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 503/2020

Publicação Nº 2608148

PORTARIA Nº 503, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Rodrigo Marcelo da Silva, ocupante do cargo de Operário Braçal para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 050/2020.

Designar o funcionário Carlos Marcelo Baroni, ocupante do cargo de Agente de Combate a endemias para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 050/2020.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 14 DE AGOSTO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 497, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607927

PORTARIA Nº 497, DE 14 de agosto DE 2020.
CONCEDE GOZO DE licença para atividade política ao servidor Mauro neis osmarin ocupante do cargo efetivo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal e Lei Complementar Municipal 016/92 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Mauro neis osmarin, portador do RG nº 2.660.640, inscrito no CPF sob o nº 817.043.139-53, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Licença para atividade Política, com início em 15 de agosto de 2020, conforme dispõe a Legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 14 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 498, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607930

PORTARIA Nº 498, DE 14 de agosto DE 2020.
CONCEDE GOZO DE licença para atividade política ao servidor Dejair Rodrigues ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal e Lei Complementar Municipal 016/92 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Dejair Rodrigues, portador do RG nº 3.347.454, inscrito no CPF sob o nº 927.922.789-00, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Licença para atividade Política, com início em 15 de agosto de 2020, conforme dispõe a Legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 14 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 499, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607931

PORTARIA Nº 499, DE 14 de agosto DE 2020.
CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidora Roseli Baldissera Mazutti, ocupante do cargo de Professora.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidor Roseli Baldissera Mazutti, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "H", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referência "I".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 14 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 500, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607932

PORTARIA Nº 500, DE 14 de agosto DE 2020.

CONCEDE GOZO DE licença para atividade política ao servidor Jacinto Friebe ocupante do cargo efetivo de Motorista.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal e Lei Complementar Municipal 016/92 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Jacinto Friebe, portador do RG nº 1.511.151, inscrito no CPF sob o nº 521.807.869-72, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Licença para atividade Política, com início em 15 de agosto de 2020, conforme dispõe a Legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 14 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 501, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607933

PORTARIA Nº 501, DE 14 de agosto DE 2020.

CONCEDE GOZO DE licença para atividade política ao servidor Mauricio Chelest ocupante do cargo efetivo de Operador de Motoniveladora.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal e Lei Complementar Municipal 016/92 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Mauricio Chelest, portador do RG nº 4.182.602, inscrito no CPF sob o nº 005.372.439-92, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, Licença para atividade Política, com início em 15 de agosto de 2020, conforme dispõe a Legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 14 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 504, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608072

PORTARIA Nº 504, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE BOLSA DE ESTUDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.200/2006 e edital de bolsa de estudos,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão de análise e seleção das inscrições para concessão da Bolsa de Estudos, edital 01/2020:

I – Rosania Inês Rossatto Zago, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de educação;

II – Rodrigo Almeida Dresch, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Ensino;

III – Jussara Boesing, ocupante do cargo em comissão de Diretora da Creche Municipal;

IV – Veronice Fritzen, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Ensino Fundamental;

V – Thais Mariani Bee, ocupante do cargo de nutricionista.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 17 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 505, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608233

PORTARIA Nº 505, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA PORTARIA 274, DE 01 DE ABRIL DE 2020

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que Eloina Pelliciolli não faz mais parte do quadro de funcionários da prefeitura,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada como representante da Secretaria Municipal de Administração, a servidora Geslaine Rodrigues da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 17 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2019

Publicação Nº 2608198

PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2019.

Primeiro Termo Aditivo de Convênio, autorizado através da Lei Municipal nº 2.083, de 09 de julho de 2019.

MUNICÍPIO CONVENIENTE

Município de Tangará/SC
CNPJ/MF sob nº 82.827.999/0001-01
Endereço: Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, centro,
Representado por Sr. Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal

MUNICÍPIO CONVENIADO

Município de Pinheiro Preto/SC
CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69,
Endereço: Av. Mal. Costa e Silva, n. 111,
Representado por Sr. Pedro Rabuske, Prefeito Municipal

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem como objeto a prestação de serviços de interesse público pelo Município de Tangará ao município de Pinheiro Preto/SC, nas atividades desenvolvidas pelo SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Corpo de Bombeiros, Abrigo Institucional "Casa Lar" e PROCON, órgãos estes existentes e instalados no Município de Tangará/SC.

Parágrafo único. O presente convênio abarca também a transferência de responsabilidade ao Município de Tangará nos eventuais auxílios financeiro ou de cessão de pessoal de responsabilidade do Município de Pinheiro Preto para o Corpo de Bombeiros Militar de Tangará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1 Em razão de a existência de interesse público na continuidade as atividades previstas no convênio assinado, as partes resolvem prorrogar o prazo até 09 de julho de 2021, conforme art. 5º da Lei Municipal nº 2.083/2019 e Cláusula Quinta do Convênio nº 02/2019

2.2 As despesas decorrentes do presente termo de aditamento de convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:

2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS
Função:4 - Administração
Subfunção:122 - Administração Geral
Programa:3 - Administração Geral
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.3.42.00.00 Execução Orçamentária Delegada a Municípios

2.3 Na execução do convênio o município pagará a quantia mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do Convênio nº 002/2019 permanecem inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei Municipal nº 2.083, de 09 de julho de 2019.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 09 de julho de 2020

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Piratuba

PREFEITURA

HAB TP 005/2020

Publicação N° 2608698

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
TOMADA DE PREÇO N° 005/2020

Objeto: "contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obras de pavimentação asfáltica CAUQ, em Ruas Urbanas do Município, conforme projetos em anexo."

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, alínea "a" inciso 1º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Foram julgadas habilitadas as licitantes: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME, KOPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA e TRIANGULO ENGENHARIA LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, ficam as proponentes habilitadas desde já convocadas a comparecer neste mesmo local às 14 horas do próximo dia 26 de agosto de 2020, para participar da sessão de abertura e julgamento das propostas de preço.

Piratuba, SC, 17 de agosto de 2020.
DÉBORA CRISTINA CARMO DE OLIVEIRA
Presidente da C.P.L.

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 5030/2020

Publicação N° 2608810

DECRETO N° 5030/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR GILVÂNIO PUSCHMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor GILVÂNIO PUSCHMANN, Operador de Maquinas, lotado Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5031/2020

Publicação N° 2608811

DECRETO N° 5031/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ANDRÉ PAULO CAMATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor ANDRÉ PAULO CAMATTI, Operador de Maquinas, lotado Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5032/2020

Publicação Nº 2608813

DECRETO Nº 5032/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JORGE LUIZ AGNE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor JORGE LUIZ AGNE, Motorista, lotado Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5033/2020

Publicação Nº 2608814

DECRETO Nº 5033/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ROGÉRIO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor ROGÉRIO DOS SANTOS, Operador de Maquinas, lotado Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5034/2020

Publicação Nº 2608816

DECRETO Nº 5034/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR DANIEL RIBEIRO DE MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º- Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor DANIEL RIBEIRO DE MELLO, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5035/2020

Publicação Nº 2608817

DECRETO Nº 5035/2020, DE 14 de agosto de 2020.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARINA FERREIRA DE MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para atividade política ao Servidor Público Municipal Senhor MARINA FERREIRA DE MELLO, Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020, de conformidade com a Legislação em vigor e requerimento em anexo.

Art.2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 14 de agosto de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 84/2020

Publicação Nº 2608808

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 084/2020

DISPOE SOBRE A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DO SERVIDOR DANIEL RIBEIRO DE MELLO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o pagamento de Função de Confiança na ordem de 80% ao Servidor Público Daniel Ribeiro de Mello, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos por atividades em fundos, órgãos, programas com habilitação profissional.

Art. 2º Suspender o pagamento de Adicional de Periculosidade.

Paragrafo Único. A suspensão de que trata o artigo 1º e artigo 2º esta de acordo com o período de licença concedida para atividade politica, pelo decreto 5034/2020.

Art. 3º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario, especialmente o disposto no decreto 215/2018.

Planalto Alegre – SC, em 17 de Agosto de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5036.2020

Publicação Nº 2607814



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO Nº 5036, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 855/2020, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 1.040.000,00 (um milhão, quarenta mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1 serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 14 de agosto de 2020

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Entidade: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Lei: 855/2020

Data Lei: 22/07/2020

Decreto: 5036/2020

Data Decreto: 14/08/2020

Data Lançamento: 22/07/2020

Código da Suplementação: 19

Crédito Adicional		Origem de Recursos	
Lote	Ref.	Vinculo	Valor
1	Suplemen131	03.001.0004.0122.0002.2003.null	50.000,00
1	Suplemen136	07.003.0020.0606.0003.2018.null	30.000,00
1	Suplemen98	07.003.0020.0606.0003.2018.null	3.500,00
1	Suplemen85	08.001.0026.0782.0004.2020.null	5.000,00
2	Suplemen46	05.001.0012.0361.0006.2008.null	1.400,00
Total do Lote		545.000,00	649,00
Total do Lote		300.000,00	12.582,50
Total		845.000,00	405,29
Anulação		03.001.0028.0846.0002.1.null	7.749,11
Anulação		03.001.0028.0846.0002.2.null	5.000,00
Anulação		04.001.0022.0661.0003.1003.null	20.000,00
Anulação		04.001.0023.0691.0003.2005.null	16.000,00
Anulação		04.001.0023.0691.0003.2005.null	6.714,10
Anulação		04.001.0023.0691.0003.2005.null	25.000,00
Anulação		04.002.0023.0695.0007.1002.null	100.000,00
Anulação		04.002.0023.0695.0007.2006.null	1.000,00
Anulação		04.002.0023.0695.0007.2006.null	10.000,00
Anulação		04.002.0023.0695.0007.2006.null	1.000,00
Anulação		05.001.0012.0361.0006.2010.null	20.000,00
Anulação		05.001.0012.0361.0006.2011.null	10.000,00
Anulação		06.004.0008.0244.0009.2015.null	200.000,00
Anulação		06.005.0008.0243.0009.2016.null	12.000,00
Anulação		08.002.0015.0452.0005.1004.null	7.000,00
Anulação		05.001.0012.0122.0006.2031.null	40.000,00
Anulação		05.001.0012.0361.0006.2009.null	130.000,00
Anulação		05.001.0012.0365.0006.1009.null	30.000,00
Anulação		05.001.0012.0365.0006.2007.null	100.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Total Geral
Anulação:
Superávit:
Superávit:

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

845.000,00
0,00
0,00
0,00

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 5037.2020

Publicação Nº 2607975



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO Nº 5037, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2019, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 14 de agosto de 2020

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Entidade: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Lei: 842/2019

Decreto: 5037/2020

Data Lançamento: 14/08/2020

Data Lei: 03/12/2019

Data Decreto: 14/08/2020

Código da Suplementação: 20

		Crédito Adicional		Origem de Recursos			
Lote	Ref.	Valor	Valor	Valor	Valor	Vínculo	Valor
1	Suplemen214	08.001.0026.0782.0004.2020.null	0,00	0,00	0,00	01791000	195.000,00
						01791001	90.000,00
						Total	285.000,00
2	Suplemen215	05.001.0012.0361.0006.1006.null	0,00	0,00	0,00	01791000	195.000,00
						01791001	90.000,00
						Total	285.000,00
Total Geral							
Anulação:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Superávit:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Excesso:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Op. de Crédito:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Transposição:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Incremento:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Decremento:		0,00	0,00	0,00	0,00		
Resumo por Vínculos							
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
01791000	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01791001	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUARES BET
 PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 073 / 2020

Publicação Nº 2608947

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 073 / 2020

Processo Administrativo n.º 068 / 2020. Inexigibilidade de Licitação n.º 013 / 2020 - Credenciamento. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 1.139,67M² (UM MIL, CENTO E TRINTA E NOVE METROS E SESENTA E SETE DECÍMETROS QUADRADOS) DA RUA PAULO MASKE - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, ATRAVÉS DO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2.504/2012 E CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO N.º 022 / 2019. Valor total Contratado a ser pago pelo Município de Pomerode referente à Área de Preservação Permanente (APP): R\$26.758,55 (vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 411,67m² (quatrocentos e onze metros e sessenta e sete decímetros quadrados). Prazo de execução e vigência contratual: 60 (sessenta) dias consecutivos, iniciando em 13/08/2020 e com término em 11/10/2020. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Luciano Thiesen, FREEDOM Engenharia e Construção Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Agosto de 2020.

ERCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA Nº 26.876

Publicação Nº 2608491

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.876

DESIGNA EDUARDO JOSE PANDOLFO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 073 / 2020

O Secretário de Obras, Wilhelm Zilz, Gestor de Contrato – Processo Administrativo n° 068 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto n° 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 13 de Agosto de 2020, servidor Eduardo José Pandolfo, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 258156, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo n° 073 / 2020, firmado entre a Empresa Freedom Engenharia e Construção Ltda e o Município de Pomerode.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Agosto de 2020.

Pomerode / SC, em 12 de Agosto de 2020.

WILHELM ZILZ
Secretário de Obras

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Engenheiro Civil

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS - CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2608794

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 032 / 2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 016 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

CONVOCAÇÃO

O Pregoeiro Oficial do MUNICÍPIO DE POMERODE, nomeado pela Portaria n.º 26.005 / 2020, em cumprimento a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo instaurado para apuração de possível conluio entre as Empresas ELOI TEIXEIRA 03090890933, HM COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS EIRELI e INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA, resultando na DESCLASSIFICAÇÃO das propostas e a Suspensão Temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos das citadas participantes, conforme decisão anexa, CONVOCA as Empresas SELL MADEIRAS E GUINDASTES EIRELI, MADEIRAS BLUMENAU LTDA, ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA, 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI e SERRARIA ARTUR PANINI EIRELI, para a sessão de continuidade do certame a ser realizada no dia 26/08/2020, às 14h00min, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode, com sede na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC – CEP 89.107-000, Telefone (47) 3387-7229.

Caso as licitantes necessitem substituir o representante da empresa já credenciado, devem cumprir o disposto na Observação constante no final do item 6.5.3 do edital. Para os documentos de Habilitação vencidos será concedido prazo para a sua regularização, uma vez que o certame teve início em 06/05/2020 e todos os participantes estão beneficiados pela Lei Complementar n.º 123/2006, pois estão enquadrados como Microempresa - ME e/ou Empresa de Pequeno Porte – EPP. Porém, não será aceito a juntada de novos documentos e não serão aceitos novos participantes, apenas será dada continuidade ao certame iniciado em 06/05/2020.

Pomerode / SC, 17 de Agosto de 2020.

MOACIR BAUMANN
Pregoeiro Oficial

RESOLUÇÃO Nº 3.541/2020

Publicação Nº 2605874

MUNICÍPIO DE POMERODE
Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – FAP

RESOLUÇÃO Nº 3.541/2020

CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS CALCULADOS PELA MÉDIA E SEM DIREITO À PARIDADE REMUNERATÓRIA PARA A SERVIDORA LAIDE BATISTA RODRIGUES MOREIRA.

O Conselho Administrativo do FAP – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentadas no Inciso III do Art. 68 da Lei Complementar nº 122/2005, e conforme deliberado na 199ª reunião ordinária, realizada em 23 de julho de 2020.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o benefício de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, fundamentado no artigo 12, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Municipal nº 122/2005, combinado com o artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, com proventos calculados pela média e sem direito à paridade, em favor de Laide Batista Rodrigues Moreira, servidora pública efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem – Nível I, matrícula nº 160675-01, nomeada em 27/02/2008, com 40 horas semanais lotadas na Secretaria de Saúde, com vencimentos Referência 218, Classe B, Grupo 009, Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 291, de 09 de março de 2016, em conformidade com o Processo Administrativo nº FAP 2.248/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 14 de agosto de 2020.

Edson Tafner
Presidente do Conselho Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 3.542

Publicação Nº 2605881

MUNICÍPIO DE POMERODE
Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – FAP

RESOLUÇÃO Nº 3.542

CONCEDE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS PARA A SERVIDORA MARIANA BLANK STORTZ.

O Conselho Administrativo do FAP – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Inciso III do no Art. 68, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122/2005, conforme deliberado na 199ª reunião ordinária, realizada em 23 de julho de 2020,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o benefício APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com fundamento no Art. 79 da Lei Complementar Municipal nº 122/2005, combinado com o Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos integrais calculados sobre a última folha de vencimentos e com direito a paridade, em favor de Mariana Blank Stortz, servidora pública, nomeada por concurso público, em 10/05/2000, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos I – Nível I, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária e com vencimentos de Referência 232, Classe B, Grupo 13, Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 291, 09 de março de 2016, em conformidade com o Processo Administrativo FAP nº 2.240/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 14 de agosto de 2020.

Edson Tafner
Presidente do Conselho Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 3.543

Publicação Nº 2605889

MUNICÍPIO DE POMERODE
Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – FAP

RESOLUÇÃO Nº 3.543

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS CALCULADOS SOBRE A MÉDIA DAS REMUNERAÇÕES CONTRIBUTIVAS E SEM DIREITO A PARIDADE PARA A SERVIDORA ROSELI CRISTINA DOPONA.

O Conselho Administrativo do FAP – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamentado no Art. 68, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122/2005, conforme deliberado na 199ª reunião ordinária, realizada em 23 de julho de 2020.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, com fundamento na Alínea “b” do Inciso III do Art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 122/2005, combinado com a Alínea “b” do Inciso III do § 1º do Art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com proventos proporcionais calculados sobre a média das remunerações contributivas e sem direito a paridade, em favor de Roseli Cristina Dopona, servidora pública efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, nomeada em 01/02/2010, matrícula nº 270644-01, com 40 horas semanais lotada na Escola Básica Municipal Almirante Barroso, com vencimentos de Referência 201, Classe B, Grupo 1, Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 09 de março de 2016, em conformidade com o Processo Administrativo nº FAP 2.244/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 14 de agosto de 2020.

Edson Tafner
Presidente do Conselho Administrativo

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 491/2020

Publicação Nº 2608854

DECRETO Nº 491/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE DEVEM SER ADOTADAS NO PERÍODO ELEITORAL NO MUNICÍPIO PONTE SERRADA EM CONSONÂNCIA COM A LEI 9.504/97.

CONSIDERANDO que a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos durante o período eleitoral;

CONSIDERANDO que os agentes públicos durante o período eleitoral não podem praticar medidas tendentes a afetar o equilíbrio da disputa;

CONSIDERANDO que o Poder Público possui como obrigação fundamental a observância da legislação vigente, especialmente da Constituição Federal e legislação eleitoral;

DECRETA:

Art. 1º - As normas deste Decreto se aplicam para qualquer pessoa que ocupe emprego, cargo, mandato, função, transitória ou permanente, com ou sem remuneração, investido através de concurso, contrato, nomeação ou designação na Administração Municipal.

Art. 2º - Fica determinado a todos os setores da Administração Pública que não permitam a cessão ou cedência de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município de Ponte Serrada em favor de candidato, partido ou coligação, salvo para a realização de convenção partidária.

Art. 3º Fica proibido a todos os servidores públicos a participação ou auxílio a partidos, candidatos ou coligações durante o período de expediente da prefeitura municipal, bem como a utilização de bens e serviços públicos (telefones, veículos, materiais de escritório, computadores, impressoras, etc.), para fins de campanha eleitoral.

Art. 4º Fica proibida toda e qualquer publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, inclusive no site do Município de Ponte Serrada na internet, de sorte que também restam suspensos os contratos de publicidade celebrados com veículos de comunicação para divulgação de informativos da prefeitura municipal, exceto informações e assuntos referente a covid19 e outros assuntos que haja previsão legal .

Art. 5º Fica determinada a adoção de medidas com vistas a intensificar o controle de frequência dos servidores, alertando-os acerca da necessidade de autorização por escrita do superior hierárquico para ausentar-se de suas atividades, bem como do controle de uso dos veículos públicos, impedindo que permaneçam na posse de servidores ou secretários em horário diverso daquele do expediente, salvo casos excepcionais devidamente autorizados por ato normativo prévio ou que haja previsão legal devido a pandemia do covid19.

Art. 6º - É proibido o acesso e uso de redes sociais (facebook, twitter, instagram, etc.) durante a jornada de trabalho dos servidores públicos, e vedado o acesso e uso em qualquer momento quando o mesmo for realizado através de recursos da administração pública, excetuando-se casos que haja necessidade para a resolução administrativa.

Art. 7º Eventuais dúvidas a respeito do procedimento a ser adotado deverão ser esclarecidas, necessariamente, junto aos Setores Jurídico e de Controle Interno, sendo que se porventura houver afronta à legislação eleitoral os fatos serão objeto de investigação (sindicância interna) e comunicação ao Ministério Público para responsabilização dos infratores.

Art. 8º Dê-se ampla divulgação à presente determinação, inclusive com entrega de cópia a todos os Secretários Municipais e servidores em exercício de cargo comissionado para controle e fiscalização.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020 - ACRÉSCIMO - TANIA

Publicação Nº 2608760

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020 - REEQUILIBRIO
PROCESSO LICITATÓRIO 108/2019
PREGÃO Nº 81/2019

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.306.106 e inscrito no CPF/MF sob o nº 469.966.309.59 doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e empresa TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES EIRELI, inscrita no CNPJ-MF sob o n. 79.515.896/0001-00, com sede às margens da Rodovia BR 282, Km 462, Centro, Sala n. 323, Ponte Serrada/SC, representada neste ato pela Sra. TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES, inscrito no CPF-MF sob o n. 384.91.289-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo reequilíbrio econômico financeiro/aumento do item DIESEL COMUM, objeto do processo licitatório, conforme solicitação e parecer jurídico.

II – DOS VALORES

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento DIESEL COMUM os seguintes valores:
DIESEL COMUM

VALOR ANTIGO	DIFERENÇA A SER ACRESCIDADA	VALOR ATUAL
R\$ 3,27	R\$ 0,04	R\$ 3,31

III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

IV – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.
Ponte Serrada/SC, 17 de agosto 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal CONTRATANTE	TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES Responsável Legal TANIA CIRLEI SGARBOSSA ALVES EIRELI CONTRATADA
---	--

Testemunhas:

01. _____ 02. _____

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Examinado e aprovado:

ANDRÉ LUIZ PANIZZI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 23051

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2020 - FMS

Publicação Nº 2608254

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 021/2020 - FMS - Pregão Eletrônico - Nº 006/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra especializada em manutenção, conserto, limpeza e reparo, em equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, para manutenção dos equipamentos odontológicos das Unidades de Saúde do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Data e local da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 28/08/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Agosto de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2505 DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608734

DECRETO Nº 2.505, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 398.551,14 (Trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 23 – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Previdenciário Capitalizado

Funcional Programática: 0009.0272.0026

Atividade: 2.118 – Manutenção do Fundo Previdenciário Capitalizado

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06030003 - SF: Contribuição RPPS - Fundo Previdenciário

Valor: R\$ 150.000,00

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo Previdenciário Financeiro

Funcional Programática: 0009.0272.000266

Atividade: 2.117 – Manutenção do Fundo Previdenciário Financeiro

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06040004 - SF: Contribuição RPPS - Fundo Financeiro

Valor: R\$ 248.551,14

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos Recursos Contribuição RPPS - Fundo Previdenciário na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) e Contribuição RPPS - Fundo Financeiro na importância de R\$ 248.551,14 (Duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), totalizando a importância de R\$ 398.551,14 (Trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 13 de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2507, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608883

DECRETO Nº 2507, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Estipula rito e procedimento para fiscalização das infrações ambientais ocorridas na esfera do Município de Porto Belo, geridas pelo órgão Ambiental Municipal.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município, e, Considerando a necessidade de adequar os procedimentos de fiscalização das infrações ambientais e respectivas sanções administrativas ambientais no âmbito do órgão ambiental do Município de Porto Belo, ou seja, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP, conforme disposto na Lei Municipal nº 1947, de 17 de outubro de 2011, e demais legislações ambientais, DECRETA:

Art. 1º Ficam regulados pelo presente Decreto os procedimentos para apuração de infrações administrativas ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, instrumentalizados mediante o devido processo legal, através do qual serão apuradas as responsabilidades por infrações ambientais, com imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a execução administrativa de multas no âmbito do órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****SEÇÃO I
Dos Conceitos**

Art. 2º Para fins desta norma considera-se:

I - Agente Fiscal: servidor efetivo do Município lotado no órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente, devidamente qualificado e capacitado, assim reconhecido por meio de Portaria Municipal, possuidor do poder de polícia, responsável por lavrar o Auto de Infração Ambiental e tomar as medidas preventivas que visem cessar o dano ambiental;

II - Autoridade Ambiental: servidor ou empregado público investido em função pública, na qualidade de Presidente da FAMAP, com poderes para, depois de transcorrido o prazo para Alegações Finais, julgar o processo administrativo infracional ambiental, autoridade esta que, em razão de suas competências, resta designada como Autoridade Ambiental Fiscalizadora primária;

III - Conversão de multa: procedimento especial de quitação da multa, que visa, nos termos de regulamentação específica, converter o valor pecuniário correspondente através de Termo de Compromisso;

IV - Decisão de primeira instância: o ato de julgamento, proferido pela Autoridade Ambiental, Presidente da FAMAP, passível de recurso pelo (autuado) interessado;

V - Decisão de Recurso Administrativo: decisão prolatada pelo órgão hierárquico superior, ou seja, pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA;

VI - Reincidência: cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de Auto de Infração Ambiental anterior devidamente confirmado em decisão transitada e julgada;

VII - Termo de Compromisso: constitui título executivo extrajudicial, sendo o instrumento legal próprio, firmado, individual ou coletivamente, entre o infrator ambiental e a autoridade ambiental competente, visando à execução de medidas com condicionantes técnicas específicas de modo a cessar, adaptar, recompor, compensar ou corrigir a atividade degradadora ou potencialmente poluidora e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, observados os prazos e metas acordados.

VIII - Trânsito em julgado administrativo: momento processual administrativo no qual a decisão torna-se definitiva, não havendo possibilidade de modificação, em virtude do esgotamento do prazo para interposição de recurso ou da Decisão de Recurso Administrativo.

**Seção II
Da Legitimidade**

Art. 3º O administrado, ou seu procurador constituído, terá legitimidade para se manifestar no processo administrativo de fiscalização ambiental e nos recursos decorrentes das decisões proferidas pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora de primeira instância.

**Seção III
Da Intervenção de Terceiros**

Art. 4º É admissível a manifestação de terceiro interessado na apuração de infrações administrativas ambientais. Caso seja admitido, o terceiro passará a figurar na condição de assistente e poderá subsidiar a Autoridade Ambiental com informações essenciais à elucidação da infração.

Parágrafo Único. Da decisão que inadmitir o ingresso do terceiro no processo, não caberá recurso.

Art. 5º A Autoridade Ambiental analisará a pertinência do pedido do assistente e, ao deferi-lo, mandará notificar o administrado para conhecimento.

Art. 6º Deferido o pedido do assistente, este passará a integrar o processo e suportará as despesas relativas às provas a serem produzidas no curso do processo, as quais serão indispensáveis e irrepetíveis.

**Seção IV
Das Competências**

Art. 7º Compete ao Presidente da FAMAP, a função de autoridade ambiental.

Art. 8º A competência é irrenunciável e se exerce pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente, a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 9º A Autoridade Ambiental de primeira instância pode delegar a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, a fim de instruir os processos administrativos de fiscalização ambiental, instaurados sob sua responsabilidade.

Art. 10. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

IV - atos de competência exclusiva do Agente Fiscal.

Art. 11. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados em veículo oficial do Município.

Parágrafo único. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art. 12. Em caso de afastamento/ausência da Presidente da FAMAP, responde com Autoridade Ambiental de primeira instância o seu substituto legalmente inserido na legislação municipal.

Seção V

Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 13. É impedido de atuar em processo administrativo o agente ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;

IV - quando for administrado no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

V - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica administrado no processo;

VI - quando for herdeiro presumido, donatário ou empregador de quaisquer dos administrados;

VII - em que figure como administrado cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

VIII - quando promover ação contra o administrado ou seu advogado.

Art.14. É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento da Autoridade Ambiental Fiscalizadora.

Art. 15. Há suspeição da Autoridade Ambiental ou da agente fiscal:

I - quando for amigo íntimo ou inimigo do autuado ou de seus advogados;

II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar o autuado acerca do objeto da causa;

III - quando o autuado for seu credor ou devedor, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;

IV - quando tiver interesse no julgamento do processo em favor do autuado.

§ 1º Poderá a Autoridade Ambiental Fiscalizadora declarar-se suspeita por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

§ 2º Será ilegítima a alegação de suspeição quando:

I - houver sido provocada por quem a alega;

II - o autuado que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

Art. 16. A Autoridade Ambiental ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Seção VI

Das Nulidades

Art. 17. Nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a defesa do autuado ou para a instrução do processo.

§ 1º A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

I - por incompetência, suspeição, impedimento ou suborno da Autoridade Ambiental ou Agente Fiscal;

II - por ausência dos termos seguintes:

a) do Auto de Infração Ambiental;

b) do Relatório de Fiscalização;

c) da intimação somente dos atos decisórios;

d) da decisão da Autoridade Ambiental Fiscalizadora competente em primeira instância e da decisão sobre o recurso apresentado tempestivamente;

§ 2º Não será declarada a nulidade de ato processual ou circunstância que não houver influído na decisão administrativa ou que possa ser arguida por ocasião do recurso e nele analisada sem prejuízo à parte interessada.

§ 3º A incompetência da Autoridade Ambiental anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido à Autoridade Ambiental competente.

§ 4º As omissões verificadas no Auto de Infração Ambiental ou em quaisquer dos Termos Próprios poderão ser supridas a todo o tempo, antes da decisão final, salvo se a correção implicar modificação do fato descrito na autuação.

§ 5º A falta ou a nulidade da notificação ou intimação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes do julgamento, ainda que declare que o faz para o único fim de arguí-la. A Autoridade Ambiental ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito à ampla defesa e contraditório do autuado.

Seção VII

Da extinção das penalidades

Art. 18. Extingue-se a sanção de multa simples ou diária:

- I - pela morte do administrado;
- II - pela anistia, nos termos da lei;
- III - pela prescrição.

Art. 19. Ocorrendo a morte do autuado antes do trânsito em julgado da decisão administrativa, deve o procedimento apuratório ser declarado extinto e arquivado, sem que a obrigação de pagar a multa seja transmitida aos herdeiros.

Parágrafo único. Ocorrendo o óbito do autuado depois de transitado e julgado a decisão, estará constituído o crédito da Fazenda Municipal, podendo ser lançado em dívida ativa e cobrado dos herdeiros ou do espólio, observado o prazo legal.

Art. 20. No caso das demais penalidades impostas, e em decorrência das hipóteses do art. 18 não implicar em revogação automática da restrição decidida pela Autoridade Ambiental, mormente em se tratando de medida acautelatória, caberá à Autoridade Ambiental Fiscalizadora decidir pela manutenção ou não dos termos, em face do passivo existente.

Art. 21. Em qualquer caso dos art. 18 e 19, devem ser adotadas medidas em face dos herdeiros objetivando a reparação do dano ambiental.

SEÇÃO VIII

Da Prescrição

Art. 22. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

Parágrafo Único. Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

Art. 23. Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação e da reparação dos danos ambientais.

Art. 24. Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Parágrafo Único. A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

Art. 25. Interrompe-se a prescrição:

- I - pelo recebimento do auto de infração ou pela identificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;
- II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e
- III - pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo Único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

SEÇÃO IX

Das Contagens De Prazo

Art. 26. Os atos administrativos do processo administrativo infracional serão realizados nos prazos estabelecidos prescritos pelo presente.

Art. 27. Na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.

Art. 28. Suspende-se o curso do prazo processual nos finais de semana, feriados e pontos facultativos decretados pelo município.

Art. 29. Os prazos começam a correr a partir da data da identificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE

Art. 30. Considera-se infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme o disposto neste Decreto, com base na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pela Seção III do Capítulo I, Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, sem prejuízo de outras infrações tipificadas na legislação vigente municipal.

Parágrafo Único. Aplica-se a legislação federal e estadual desde que não seja conflitante com a municipal.

Art. 31. Responderá pela infração quem de qualquer forma concorrer para a prática das infrações administrativas ou delas se beneficiar, conforme o disposto neste Decreto e nos termos dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, incidindo nas penas cominadas na referida Lei, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que sabendo da conduta ilícita de outrem, deixar de impedir sua prática quando devia agir para evitá-la.

Art. 32. As infrações administrativas ambientais serão punidas com as sanções administrativas elencadas no art. 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e art. 58 da Lei Estadual 14.675, de 13 de abril de 2009, que são:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - obrigação de promover a recuperação ambiental;

XI - suspensão ou cassação da licença ou autorização ambiental; e

XII - participação em programa de educação ambiental.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º As penalidades descritas neste artigo não serão aplicadas na sequência em que estão descritas, uma vez que entre elas não há qualquer hierarquia ou precedência de aplicação.

§ 3º As penalidades indicadas nos incisos V, VI, VIII, X, XI e XII deste artigo serão aplicadas somente pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares, independentemente das demais penalidades.

§ 4º As penalidades descritas nos incisos IV, VII e IX são medidas preventivas adotadas pelo Agente Fiscal nos casos de risco de dano ao meio ambiente, a saúde pública ou de infração continuada, por ocasião da lavratura do Auto de Infração Ambiental, cujos efeitos se prolongam até a Decisão Administrativa de Penalidade exarado pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora.

§ 5º A apreciação do pedido de revisão de medida preventiva aplicada pelo Agente Fiscal necessariamente deve ser motivada e fazer parte do procedimento administrativo infracional.

§ 6º Os custos resultantes do embargo ou suspensão, temporário ou definitivo, de obra ou atividade, serão ressarcidos pelo infrator, após encerrado o processo administrativo, quando comprovada a prática da infração;

§ 7º A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I - até três anos para a sanção de proibição de contratar com a administração pública.

II - até um ano para as seguintes sanções:

a) Suspensão de registro, licença ou autorização;

b) Cancelamento de registro, licença ou autorização;

c) Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

d) Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 9º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 33. A aplicação das sanções administrativas deverá observar os seguintes critérios:

I - O grau de lesividade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

II - Os antecedentes do infrator, pessoa física ou jurídica, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - A situação econômica do infrator;

IV - A avaliação de agravantes e atenuantes.

Seção I

Do Grau de Lesividade, dos Antecedentes do Infrator,
da Situação Econômica do Infrator e das Agravantes e Atenuantes

Art. 34. As infrações administrativas ambientais terão grau de lesividade estabelecidos em:

I - leve I;

II - leve II;

III - médio I;

IV - médio II;

V - grave I;

VI - grave II;

VII - gravíssimo.

Parágrafo Único. O grau de lesividade será estabelecido através do cálculo estabelecido no Anexo deste Decreto.

Art. 35. Para fins de julgamento dos processos administrativos ambientais entende-se como:

I - reincidência específica: prática de nova infração que contempla os mesmos enquadramentos legais daquela anteriormente cometida e que transitou em julgado.

II - reincidência genérica: prática de nova infração que contempla enquadramentos legais distintos daquela anteriormente cometida e que transitou em julgado.

Art. 36. São circunstâncias agravantes e atenuantes de penalidade:

I - agravantes:

- a) ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- b) ter o agente cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;
- c) ter o agente cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;
- d) ter ocorrido dano atingindo Unidade de Conservação, zona de amortecimento ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
- e) ter o agente cometido a infração à noite, em domingos ou feriados;
- f) infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
- g) infração cometida em período de defeso da fauna e ou da flora;
- h) infração cometida em épocas de seca ou inundações;

II - atenuantes:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e/ou imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, na forma da lei;
- c) comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental, à autoridade competente;
- d) colaboração com a fiscalização, explicitada por não oferecimento de resistência, permanência ou livre acesso a dependências, instalações e locais de ocorrência da possível infração e pronta apresentação de documentos solicitados.

Art. 37. A Autoridade Ambiental verificando a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes poderá readequar o valor da multa indicada pelo agente autuante em Auto de Infração Ambiental, minorando-a ou majorando-a de forma a atingir os princípios básicos do processo administrativo ambiental, estabelecidos pelo art. 66 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Seção II

Da Aplicação da Penalidade de Advertência

Art. 38. A penalidade de advertência poderá ser imposta ao infrator pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 2º A Autoridade Ambiental deverá consignar prazo máximo de 30 (trinta) dias àquele que houver cometido infração de advertência, para a regularização e reparação do dano ambiental, sempre que cabível, cujo descumprimento implicará na conversão da penalidade de advertência em multa simples.

§ 3º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de 03 (três) anos, contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Seção III

Da Aplicação de Penalidade de Multa Simples

Art. 39. A multa simples será aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

Art. 40. A multa simples fechada é decorrente da constatação de infração administrativa e terá por base o ato em si, bem como a unidade de medida aplicável, como: hectare, fração, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estérco, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, animais, ou outra unidade de medida coerente ao objeto jurídico lesado.

Parágrafo Único. O Agente Fiscal Autuante especificará a unidade de medida aplicável à realidade da vistoria, dependendo das condições específicas aplicáveis a cada procedimento fiscalizatório, para cada espécie de recurso natural objeto da infração.

Art. 41. Nos casos em que a legislação ambiental estabelece a denominada multa simples aberta, o Agente Fiscal Autuante e a Autoridade Ambiental deverão observar os seguintes parâmetros para o estabelecimento da sanção pecuniária:

I - identificação da capacidade econômica do infrator;

II - a gravidade da infração, considerando motivação para a infração e os efeitos para o meio ambiente e para a saúde pública, verificando o nível de gravidade da infração, conforme Quadro I do Anexo do presente Decreto;

III - circunstâncias agravantes, de acordo com o art. 36;

IV - circunstâncias atenuantes, de acordo com o art. 36.

Parágrafo Único. O valor da multa aberta das infrações tipificadas no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, será estabelecido com dosimetria baseada nos Quadros do respectivo artigo vulnerado, conforme o Anexo ao presente Decreto.

Art. 42. Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, a situação econômica do infrator será determinada pelos critérios que seguem:

I - micro infrator: pessoa jurídica ou outro ente a ela equiparada, que aufera em cada ano calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Serão considerados como inseridos no presente critério as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), as entidades religiosas, os partidos políticos, as associações, as fundações privadas, e as cooperativas, salvo se demonstrado terem receita bruta superior a R\$ 360.000,00, em cada ano calendário;

II - pequeno infrator: a pessoa jurídica ou outro ente a ela equiparada que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Serão considerados como inseridos no presente critério a empresa limitada que esteja na forma de Empresa de Pequeno Porte (EPP). Serão também pequenos infratores, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso anterior, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 360.000,00

(trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

III - médio infrator: pessoa jurídica ou outro ente a ela equiparada que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). Serão considerados como inseridos no presente critério a empresa limitada (LTDA). Serão também médios infratores, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I e II, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

IV - grande infrator I: pessoa jurídica ou outro ente a ela equiparada que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão considerados como inseridos no presente critério as Sociedades Anônimas, salvo se demonstrado terem produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores I, quaisquer dos sujeitos referidos nos incisos I, II, e III, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais)

V - grande infrator II: pessoa jurídica ou outro ente a ela equiparada que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores II, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I, II, III e IV, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

§ 1º A alteração de norma que revise os parâmetros estabelecidos nos incisos I a V deste dispositivo para caracterização do porte econômico das pessoas jurídicas terá incidência automática nos limites ali estabelecidos.

§ 2º No caso de entidades privadas sem fins lucrativos, a verificação da situação econômica do infrator será aferida tendo-se em conta o seu patrimônio líquido constante da última declaração de rendimentos apresentada perante a Secretaria da Receita Federal, ou conforme o seu volume de receita bruta anual.

Art. 43. Para o cálculo da multa no caso do § 2º do artigo anterior serão aplicadas as constantes no Quadro do Anexo, do artigo valorado por analogia.

Art. 44. Em se tratando de pessoa natural/física adotar-se-ão os mesmos critérios estabelecidos no artigo 42, considerando, neste caso, o patrimônio bruto do autuado ou os rendimentos anuais constantes da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física.

§ 1º No caso de o infrator ser o Município, serão adotados os seguintes critérios, tendo em conta a quantidade de habitantes do Município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

I - micro infrator: quando o Município com população de até 20.000 habitantes;

II - pequeno infrator: quando o Município com população de 20.001 até 50.000 habitantes;

III - médio infrator: quando o Município com população de 50.001 até 100.000 habitantes;

IV - grande infrator I: quando o Município com população de 100.001 até 900.000 habitantes;

V - grande infrator II: quando o Município com população superior a 900.000 habitantes.

§ 2º No caso de órgãos e entidades municipais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração os seguintes critérios:

I - quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - localização do município nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

§ 3º Serão considerados como de baixa situação econômica, os órgãos e entidades municipais em que o Município tenha até 50.000 (cinquenta mil) habitantes e esteja localizado nas áreas definidas no inciso II do § 2º.

§ 4º No caso de órgãos e entidades estaduais e federais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração a sua receita corrente líquida.

Art. 45. Não tendo o Agente Autuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no Relatório de Fiscalização/Constatação.

Parágrafo Único. O autuado poderá, por ocasião da defesa, requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art. 46. Os parâmetros iniciais para indicação da multa aberta nos autos de infração ambiental seguirão a aplicação constante nos Quadros do Anexo deste Decreto, observando-se que a adoção da regra não poderá implicar em indicação de multa para determinada infração ambiental com valor inferior ao mínimo ou superior ao máximo estabelecido no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 47. A Autoridade Ambiental verificando que a indicação do valor da multa constante do Auto de Infração Ambiental, após a aplicação da regra prevista no art. 41 e 42, resta desproporcional com a capacidade econômica do autuado, poderá readequar o valor da multa, justificando minuciosamente essa alteração.

Art. 48. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de Auto de Infração Ambiental anterior devidamente confirmado em julgamento, implica:

I - aplicação da multa em triplo, no caso de reincidência específica; ou

II - aplicação da multa em dobro, no caso de reincidência genérica.

§ 1º O agravamento será apurado no procedimento da nova infração, do qual se fará constar, por cópia, o Auto de Infração Ambiental anterior e o julgamento que o confirmou.

§ 2º Antes do julgamento da nova infração, a Autoridade Ambiental deverá verificar a existência de Auto de Infração Ambiental anterior confirmado em julgamento, para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade.

§ 3º Após o julgamento da nova infração, não será efetuado o agravamento da penalidade.

§ 4º Constatada a existência de Auto de Infração Ambiental anteriormente confirmado em julgamento, a Autoridade Ambiental deverá:

I - agravar a pena conforme disposto no caput;

II - notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo das Alegações Finais; e

III - julgar a nova infração considerando o agravamento da penalidade.

Art. 49. O Agente Fiscal Autuante ou a Autoridade Ambiental Fiscalizadora verificando a existência de circunstâncias agravantes deverá adequar o valor da sanção multa aberta, majorando-a, justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I - em 10% (dez por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "b", "c", "e", do inciso I do art. 36;

II - em 20% (vinte por cento), para as hipóteses previstas da alínea "g" do inciso I do art. 36;

III - em 35% (trinta e cinco por cento), para as hipóteses previstas da alínea "h" do inciso I do art. 36;

IV - em 50% (cinquenta por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "a", "d" e "f" do inciso I do art. 36.

§ 1º O reconhecimento das agravantes não poderá implicar na aplicação da multa além do limite máximo cominado para a infração.

§ 2º Constatada mais de uma circunstância agravante, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora deverá aplicar aquela de maior percentual.

Art. 50. O Agente Fiscal Autuante ou a Autoridade Ambiental verificando a existência de circunstâncias atenuantes deverá adequar o valor da sanção multa aberta, minorando-a, justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I - em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese das alíneas "a" do inciso II do art. 36;

II - em 50% (cinquenta por cento), na hipótese da alínea "b" do inciso II do art. 36;

III - em 10% (dez por cento), nas hipóteses das alíneas "c" e "d" do inciso II do art. 36.

§ 1º Constatada mais de uma circunstância atenuante, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora deverá aplicar aquela de maior percentual.

§ 2º Quando o valor da multa for determinado por uma unidade de medida, sem o estabelecimento de um valor máximo, e a multa aplicada se mostrar desproporcional em relação à gravidade da infração e capacidade econômica do infrator, comprovada nos autos, o reconhecimento das atenuantes poderá implicar na redução da multa para valores aquém do valor unitário multiplicado pelo quantitativo total, mediante decisão fundamentada, não podendo resultar, porém, em valor inferior ao valor mínimo cominado para a infração.

§ 3º Nos casos do § 2º, a multa resultante não poderá ser inferior ao valor fixado na norma sem a multiplicação pela unidade de medida estipulada.

§ 4º Quando a multa for aberta, o reconhecimento das atenuantes não poderá implicar na sua redução para valores aquém do mínimo cominado para a infração.

Seção IV

Da aplicação da Penalidade de Multa Diária

Art. 51. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e ainda nos casos de descumprimento de embargo, suspensão ou termos de compromisso.

§ 1º Constatada a situação prevista no caput, o Agente Fiscal lavrará Auto de Infração Ambiental indicando a incidência e o valor da multa diária.

§ 2º Cessada a infração ambiental que gerou a multa diária, seu valor de multa estipulado não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) e nem superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

§ 3º O valor da multa diária deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 nem superior a dez por cento do valor da multa simples cominada para a infração.

§ 4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental detentor do processo administrativo, documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do Auto de Infração Ambiental, sendo facultada a confirmação da informação por relatório de Agente Fiscal, considerando as situações que demandam de prova documental.

§ 5º Por ocasião do julgamento do Auto de Infração Ambiental, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora, em caso de procedência da autuação, poderá confirmar ou modificar o valor da multa diária, justificadamente, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6º O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º A celebração de termo de compromisso para reparação condicionada à cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Seção V

Da apreensão e destinação dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e da apreensão, destinação, destruição ou inutilização de demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

Art. 52. Os animais, produtos, subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos ou veículos de qualquer natureza serão apreendidos, salvo em impossibilidade justificada.

Parágrafo único. Não será lavrado Auto de Infração Ambiental em desfavor de pessoa que realizar a entrega voluntária de animais silvestres ao órgão ambiental competente.

Art. 53. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I - forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II - forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§ 2º Não será adotado o procedimento previsto no § 1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

Art. 54. A Autoridade Ambiental Fiscalizadora, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva

ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado, para promover a recomposição do dano ambiental ou outro fim que vise à proteção ou recuperação do meio ambiente enquanto o bem permanecer apreendido.

Art. 55. Nos casos em que a administração não dispor de local adequado para a guarda ou depósito dos bens apreendidos, a critério da Autoridade Ambiental Fiscalizadora, o depósito poderá ser confiado:

I - a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficentes, científicos, culturais, educacionais, hospitalares, penal e militar; ou

II - ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser doado.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

§ 4º Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão restituirá o bem no Município em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão.

Art. 56. A Autoridade Ambiental, durante a instrução do processo administrativo, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - os animais da fauna silvestre serão apreendidos obrigatoriamente no momento da constatação da infração e, após avaliação de risco de contaminação e avaliação biológica de risco de causar desequilíbrio ecológico por técnico habilitado, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinadas a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins;

II - os animais silvestres apreendidos somente poderão ser deixados depositados com o infrator em caso de impossibilidade de remoção devido a situações excepcionais como grande tamanho, ferocidade, perigo de envenenamento ou outras circunstâncias justificáveis, até que a Autoridade Ambiental possa tomar as providências para removê-los e destiná-los corretamente;

III - os animais domésticos ou exóticos mencionados no art. 53 poderão ser vendidos;

IV - os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

§ 1º Os animais de que trata o inciso III após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da Autoridade Ambiental, sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§ 2º A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 55.

§ 3º O órgão ou entidade ambiental deverá estabelecer mecanismos que assegurem a indenização ao proprietário dos animais vendidos ou doados, pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, caso a decisão do processo administrativo seja favorável ao autuado.

§ 4º Os animais exóticos ou silvestres relacionados nas listas de espécies ameaçadas de extinção ou anexos da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES não poderão ser vendidos, devendo ser destinados a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinados a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 5º Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios, sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e guarda até os Municípios pelo Agente Fiscal no documento de apreensão.

§ 6º A liberação dos animais da fauna silvestre em seu habitat natural deverá ser precedida de laudo técnico emitido por profissional habilitado.

Art. 57. Após decisão que confirme o Auto de Infração Ambiental, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 56, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I - os produtos perecíveis serão doados, exceto animais oriundos da caça;

II - as madeiras poderão ser doadas, vendidas ou utilizadas pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;

III - os produtos e subprodutos da fauna, perecíveis e não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

V - os demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações poderão ser utilizados pela administração quando houver necessidade, ou ainda vendidos, doados ou destruídos, conforme decisão motivada da Autoridade Ambiental Fiscalizadora.

Art. 58. Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para os órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar, bem como para outras entidades com fins beneficentes.

Art. 59. Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art. 60. O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações doados.

Parágrafo único. A Autoridade Ambiental Fiscalizadora poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art. 61. Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, nos termos do § 5º do art. 22 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do adquirente.

Seção VI

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art. 62. A penalidade de suspensão de venda e fabricação de produto será aplicada somente pela Autoridade Ambiental, quando o produto não estiver obedecendo às determinações legais e regulamentares, após o devido processo legal garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Seção VII

Da Aplicação da Penalidade de Embargo de Obra ou Atividade e suas Respectivas Áreas

Art. 63. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas é uma medida preventiva que visa impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada e será aplicada pelo Agente Fiscal, devendo ser restrita aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades ou obras realizadas legalmente pelo administrado.

§ 1º O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - multa simples;

II - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local do embargo infringido;

III - suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§ 2º O Agente Fiscal, verificando o descumprimento de embargo, deverá autuar o infrator, conforme o art. 79 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 64. A cessação das penalidades de embargo dependerá de decisão da Autoridade Ambiental/Agente Fiscal, de acordo com as suas atribuições, após a apresentação, pelo autuado, de documentação que comprove a regularização da obra ou atividade.

§ 1º A solicitação para cessação das penalidades de embargo anterior à etapa de julgamento deverá ser feita diretamente a unidade do órgão ambiental e respectiva unidade responsável pela lavratura do termo de embargo.

§ 2º As decisões de suspensão de termos de embargo pela Autoridade Ambiental/Agente Fiscal, de acordo com as suas atribuições, deverão estar embasadas técnica ou juridicamente.

Seção VIII

Da Aplicação da penalidade de demolição

Art. 65. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela Autoridade Ambiental, garantido o contraditório e ampla defesa, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental, ou

II - quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do Auto de Infração Ambiental.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração, apurados no curso do Auto de Infração Ambiental.

§ 3º A demolição de obra, edificação ou construção não habitada poderá ser feita pelo agente autuante, por quem este autorizar ou pelo próprio infrator no ato da fiscalização nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde.

§ 4º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a Autoridade Ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

Seção IX

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão Parcial ou Total das Atividades

Art. 66. A penalidade de suspensão parcial ou total da atividade será aplicada, pelo Agente Fiscal como medida preventiva, quando os processos produtivos estejam operando em desacordo com a legislação ambiental ou normas técnicas específicas, promovendo danos ao meio ambiente.

§ 1º A aplicação da penalidade de suspensão parcial ou total das atividades deixará de ser aplicada a partir de decisão da Autoridade Ambiental, com base em documentos que comprovem a regularização da atividade.

§ 2º O descumprimento total ou parcial da penalidade de suspensão, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - multa simples;

II - suspensão da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos durante o período de suspensão parcial ou total da atividade

infringida;

III - suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

Seção X

Da Suspensão ou Cassação da Licença ou Autorização Ambiental

Art. 67. A penalidade administrativa de suspensão ou cassação de licença ou autorização ambiental será imposta em face da infração ambiental, aplicado pela Autoridade Ambiental em caso de reincidência específica ou em caso de utilização da licença e autorização ambiental com inobservância das condicionantes impostas ou mediante abuso ou fraude.

§ 1º O ato de suspensão ou cassação de licenças ou autorizações ambientais deverá ser realizado no órgão ambiental que emitiu a licença ou autorização.

§ 2º Nos processos administrativos instruídos e decididos por órgão ambiental diverso ao órgão que emitiu a licença ou autorização, deverá a autoridade administrativa fiscalizadora comunicar o órgão ambiental que emitiu a licença ou autorização da existência de infração administrativa fazendo sugestão da aplicação da penalidade de cassação ou suspensão da penalidade da licença ou autorização, devendo comunicar através de ofício.

Seção XI

Da Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental

Art. 68. A penalidade de obrigação de promover a recuperação ambiental será sempre imposta quando restar dano ao meio ambiente, podendo ser aplicada cumulativamente com outras sanções.

§ 1º Em se tratando de supressão de vegetação nativa sem a devida autorização, a recuperação deverá ocorrer na área onde efetivamente ocorreu o dano, sendo vedada a compensação, salvo em casos que o dano seja irreversível e a compensação proposta seja mais vantajosa ao meio ambiente, comprovada em projeto apresentado pelo administrado e reconhecida pelos órgãos executores da Política Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º Em situações em que a recuperação do dano ambiental mostrar-se impossível, deverá a Autoridade Ambiental Fiscalizadora determinar, com base em parecer técnico, a sua compensação ainda que financeira, cujo montante determinado deverá ser creditado junto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Seção XII

Da Participação em Programa de Educação Ambiental.

Art. 69. A penalidade de participação em programa de educação ambiental será aplicada sempre que a Autoridade Ambiental julgar conveniente, ante as condições pessoais do infrator e a infração cometida, podendo ser aplicada cumulativamente com outras sanções.

§ 1º O programa de educação ambiental será executado pelos órgãos executores da Política Municipal do Meio Ambiente ou por pessoa credenciada por estes órgãos, voltado à prevenção de conduta reincidente.

§ 2º A participação nos cursos de educação ambiental deve ser custeada pelo próprio infrator, que demonstrará sua frequência por meio de apresentação de certificado no órgão autuante.

§ 3º O programa de educação ambiental consistirá de palestras educativas de no mínimo 10 (dez) horas aulas, regulamentada pelo órgão executor da política municipal de meio ambiente.

§ 4º A comprovação da participação do infrator no curso de educação ambiental poderá reduzir do valor de multa em 30% (trinta por cento).

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Seção I

Das disposições gerais

Art. 70. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório. Parágrafo único. O processo administrativo inicia-se pelos Agentes Fiscais, em razão do conhecimento da ocorrência de infração às regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 71. Constituem princípios básicos do processo administrativo infracional a legalidade, a finalidade, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a moralidade, o formalismo moderado, a publicidade, o contraditório, a ampla defesa, a segurança jurídica, o interesse público, a impessoalidade, a boa-fé e a eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos ambientais serão observados, entre outros, os critérios de:

I – atuação, conforme a lei e o direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação vigente;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de Alegações Finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos

processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados; e

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 72. Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a segunda via do Auto de Infração Ambiental.

Art. 73. O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

I - Auto de Infração Ambiental;

II - Relatório de Fiscalização/Constatação;

III - Defesa Prévia;

IV - Manifestação sobre Defesa Prévia ou Contradita;

V - Alegações Finais,

VI - Decisão administrativa;

§ 1º A Autoridade Ambiental ou Agente Fiscal deverão designar a realização de audiência de conciliação, concernentes aos processos administrativos onde houve a aplicação da sanção prevista no artigo 32, inciso II.

§ 2º Todos os documentos apresentados pelo autuado ou por seu procurador legitimado deverão ser protocolizados e juntados, cronologicamente, ao protocolo base do processo.

§ 3º Quando da existência da demanda de fiscalização e da notificação, estes deverão fazer parte do processo administrativo de infração ambiental.

§ 4º A Autoridade Ambiental poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§ 5º Os processos administrativos devem ser instaurados e mantidos na unidade operativa do agente autuante, ou na sede Municipal do órgão autuante.

Art. 74. Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração gerada.

§ 1º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente pelo servidor público do órgão ambiental.

§ 2º Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade do processo administrativo, cabendo à Autoridade Ambiental Fiscalizadora mandar supri-las.

§ 3º A autuação do processo será formalizada em sua capa, contendo obrigatoriamente os dados na ordem que segue:

I - Número de processo;

II - Número da notificação quando couber;

III - Número do Auto de Infração Ambiental;

IV - Número do Termo de Embargo e Suspensão quando couber;

V - Número do Termo de Apreensão e Depósito quando couber;

VI - Nome do agente autuante.

Seção III

Da Intimação/Notificação

Art. 75. Havendo incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade da infração, o Agente Fiscal poderá intimar/notificar o administrado para que apresente informações ou documentos ou ainda para que adote providências pertinentes à proteção do meio ambiente.

§ 1º A lavratura da Intimação/Notificação será procedida em 03(três) vias, destinando-se a primeira ao intimado/notificado, a segunda a ser juntada no processo formalizado e a última permanecerá no bloco de intimação/notificação.

§ 2º A Notificação, como instrumento que visa dar início à apuração de infrações contra o meio ambiente, será utilizada quando necessária à elucidação de fatos que visem esclarecer possível situação de ocorrência de infração.

§ 3º Caberá notificação para o administrado quando constatado infração administrativa ambiental, exceto quando comprovada reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização, risco a segurança coletiva ou a vida, perigo iminente, dano ambiental irreversível ou não atendimento a condição descrita em autorização/licença ambiental.

Art. 76. A intimação/notificação bem como todos os documentos apresentados pelo administrado deverá ser juntada nos processos de Infrações Ambientais.

§ 1º Caso não exista infração ambiental deve ser arquivado o procedimento.

§ 2º No caso de existência de infração ambiental deverá ser procedida à lavratura de Auto de Infração Ambiental pelo agente autuante/ agente fiscal, salvo quando aplicado § 3º do art. 75.

Art. 77. Quando não houver atendimento à Notificação deverá ser procedida à lavratura de Auto de Infração Ambiental.

Seção IV

Do Auto de Infração Ambiental

Art. 78. Verificada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado Auto de Infração Ambiental pelo Agente Fiscal, preferencialmente de maneira imediata:

I - Em 03 (três) vias, destinando-se a primeira ao infrator, a segunda a formalização do processo administrativo e, permanecendo a terceira no bloco de autuação.

§ 1º Nos casos em que o Auto de Infração Ambiental não seja lavrado no ato da constatação da infração ambiental, o autuado será notificado, pessoalmente ou interposta pessoa, por via postal com aviso de recebimento, ou após duas tentativas, por publicação no meio oficial

do Município.

§ 2º Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a correspondência seja entregue no endereço por ele indicado ou no local da constatação da infração ambiental.

Art. 79. No Auto de Infração Ambiental deverá constar:

I - identificação do órgão fiscal;

II - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;

III - endereço da infração administrativa ambiental, bem como à hora, dia, mês e ano da constatação da mesma;

IV - descrição sumária da infração administrativa ambiental;

V - grau de lesividade da infração administrativa ambiental;

VI - fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;

VII - Indicação da sanção ou sanções aplicadas, e o valor no caso de indicação de sanção de multa

VIII - identificação e assinatura do autuado ou de seu preposto, quando possível;

IX - identificação e assinatura das testemunhas, quando possível e necessário;

X - identificação e assinatura do Agente autuante; e

XI - informação de que o autuado possui prazo de até 20 (vinte) dias contados a partir da ciência da infração ou da audiência de conciliação ambiental (quando couber), para apresentação da Defesa Prévia, bem como que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido no presente decreto.

Parágrafo Único. O Auto de Infração Ambiental deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

Art. 80. O Auto de Infração Ambiental poderá ser gerado por sistema informatizado adotado pelo Município.

Parágrafo único. Os documentos poderão ser assinados digitalmente.

Art. 81. O Auto de Infração Ambiental não deve conter rasuras, sendo obrigatória a inserção de todos os dados descritos no art. 79 do presente Decreto.

Parágrafo Único. No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao Agente Fiscal a substituição, a qualquer tempo, durante a instrução do processo do Auto de Infração Ambiental.

Art. 82. Ao ser entregue o Auto de Infração Ambiental, o autuado ou preposto deverá acusar o seu recebimento, comprovando-se a notificação da lavratura do Auto de Infração Ambiental.

§ 1º No caso de recusa do autuado em assinar o Auto de Infração Ambiental, e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de 01 (uma) testemunha, certificando o ocorrido em campo próprio do formulário e entregando a via correspondente ao autuado.

§ 2º No caso da ausência do autuado ou da recusa do mesmo em receber a via correspondente do Auto de Infração Ambiental e demais termos inerentes à autuação, o agente de fiscalização certificará o ocorrido em campo próprio do formulário, remetendo-o por via postal, com o Aviso de Recebimento – AR, ou outro meio válido que possibilite a ciência do interessado, inclusive, por meio eletrônico que possibilite a comprovação do recebimento.

§ 3º Na hipótese de evasão do infrator, o Agente Fiscal deverá lavrar o Auto de Infração Ambiental e demais termos inerentes à autuação, certificando o ocorrido em campo próprio do formulário e remetendo-o posteriormente por via postal, com o Aviso de Recebimento – AR, ou outro meio válido que possibilite a ciência do interessado, inclusive, por meio eletrônico que possibilite a comprovação do recebimento.

Art. 83. O Auto de Infração Ambiental que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela Autoridade Ambiental, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, corrigindo-se os vícios sanáveis e reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 84. O Auto de Infração Ambiental que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela Autoridade Ambiental ou pelo Núcleo de Conciliação Ambiental, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no Auto de Infração Ambiental.

§ 2º Nos casos em que o Auto de Infração Ambiental for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo Auto de Infração Ambiental.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela Autoridade Ambiental, mediante decisão fundamentada que retifique o Auto de Infração Ambiental.

Art. 85. São nulos os autos nos casos de:

I - incompetência;

II - vício de forma;

III - ilegalidade do objeto;

IV - inexistência dos motivos; e

V - desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas:

I - a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

II - o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;

III - a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

IV - a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e

V - o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 86. No caso de devolução do Auto de Infração Ambiental, termos próprios ou demais intimações pelos Correios, com a informação de que não foi possível efetuar sua entrega, a unidade responsável pela autuação processual promoverá, nesta ordem:

I - a busca de endereço atualizado e nova intimação, se constatada alteração de endereço, uma única vez; e

II - a intimação por edital, publicado no diário oficial ou site do Município.

Art. 87. Quando o comunicado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT indicar a recusa do recebimento, o autuado será considerado intimado e ciente.

Art. 88. Cada Auto de Infração Ambiental lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um Auto de Infração Ambiental para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

Seção V

Do Relatório de Fiscalização

Art. 89. Após a fiscalização no local, a lavratura da Intimação/notificação ou do Auto de Infração Ambiental, os Agentes Fiscais que participaram do ato fiscalizatório deverão elaborar o Relatório de Fiscalização que deverá conter obrigatoriamente:

I - identificação do órgão autuante;

II - data em que foi elaborado Relatório de Fiscalização/Constatação;

III - identificação e endereço do infrator;

IV - Identificação do Agente Fiscal e testemunhas, quando couber;

V - motivo pelo qual foi realizada a fiscalização;

VI - data da constatação da infração ambiental pelo Agente Fiscal;

VII - descrição das infrações administrativas ambientais constatadas;

VIII - medidas adotadas;

IX - o grau de lesividade da infração ou infrações ambientais de acordo com este Decreto;

X - Indicação da sanção ou sanções aplicadas, e o valor no caso de indicação de sanção de multa;

XI - descrição da condição financeira do infrator, quando possível;

XII - identificação das circunstâncias agravantes e atenuantes;

XIII - verificação de reincidência em infrações ambientais;

XIV - assinatura do Agente Fiscal ou dos Agentes Fiscais que participaram do ato fiscalizatório;

XV - registros fotográficos, croquis de localização, imagens digitalizadas, imagens de satélites e outras informações quando cabíveis;

XVI - número da Licença ambiental, certidão e/ou autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, quando cabíveis.

§ 1º Havendo a impossibilidade de qualquer um dos incisos descritos anteriormente o Agente Fiscal deverá justificar no relatório.

§ 2º O administrado poderá solicitar cópia do laudo de constatação quando exigido pela infração, assim como, outros documentos pertinentes.

Seção VI

Da Defesa Prévia/Audiência de Conciliação

Art. 90. Durante o prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência do administrado, poderá ser designada a audiência de conciliação, formada pelos integrantes do Núcleo de Conciliação Ambiental.

§ 1º A intimação para participação na audiência de conciliação será encaminhada ao autuado, através de ofício, por via postal registrada, com aviso de recebimento - AR, intimação pessoal ou eletrônica que possam ser comprovado o recebimento, como whatsapp ou e-mail.

§ 2º Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, após 02 (duas) tentativas devidamente certificadas nos autos de entrega via postal, deverá à ciência ser realizada mediante edital, por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 91. Havendo a celebração de acordo, será lavrado termo da audiência indicando os termos do acordo celebrado.

§ 1º Quando houver a celebração de acordo, serão dispensados as fases subsequentes do processo, devendo o Presidente do Núcleo de Conciliação Ambiental homologar todos os acordos celebrados.

§ 2º O termo de audiência deverá conter as questões aventadas quanto à possível nulidade, descrição minuciosa do reconhecimento da reincidência, aceitação das determinações propostas, bem como outros requisitos elencados pelo Presidente do Núcleo de Conciliação Ambiental.

§ 3º Poderá ser criada instrução normativa, homologada pela Presidência da FAMAP, estabelecendo o procedimento da audiência de conciliação ambiental.

Art. 92. Não havendo interesse do administrado na audiência de conciliação, não existirá o prejuízo na ritualística processual, podendo apresentar sua defesa prévia.

Art. 93. A conciliação terá como objetivo a mediação da conduta lesiva do meio ambiente, objetivando a cessação do dano ambiental ou sua reparação, possibilitando a autoridade administrativa ofertar os benefícios legais estabelecido na legislação ambiental.

Art. 94. A autoridade administrativa pode rever os termos da conciliação a qualquer tempo, caso não cessado os danos ao meio ambiente.

Art. 95. O administrado não poderá solicitar revisão dos termos pactuados na conciliação.

Art. 96. A audiência de conciliação ambiental será realizada pelo Núcleo de Conciliação Ambiental Municipal - NUCAM, formada na sua maioria por servidores efetivos, podendo anular o auto de infração diante da verificação de nulidades processuais irreparáveis, constantes no artigo 85 desde Decreto.

Art. 97. A Defesa Prévia referente ao Auto de Infração Ambiental lavrado poderá ser protocolizada na sede do órgão municipal de meio ambiente, no prazo de vinte dias a contar da ciência do Auto de Infração Ambiental.

§ 1º Nos casos em que não houver conciliação ambiental, o prazo para Defesa Prévia inicia-se após a data da audiência de conciliação.

§ 2º A Defesa Prévia deve ser juntada no processo administrativo e encaminhada ao Agente Fiscal responsável pela lavratura do Auto de Infração Ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art. 98. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no Auto de Infração Ambiental e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas e alegações de fato e de direito, indicando outros meios de prova que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas.

Art. 99. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Art. 100. Pode o infrator após ser notificado da lavratura do Auto de Infração Ambiental ou até 5 (cinco) dias após ter conhecimento da decisão final, transitada em julgado, requerer o pagamento da multa com 30% (trinta por cento) de desconto, podendo o valor ser parcelado em 10 (dez) vezes.

§ 1º Deve a Autoridade Ambiental definir o valor de multa para a infração administrativa e reduzir o valor em 30% (trinta por cento), devendo proceder a análise posteriormente das demais penalidades administrativas a serem aplicadas se for o caso.

§ 2º A administrado deverá retirar a guia bancária para pagamento da multa nas dependências do órgão ambiental.

§ 3º O pagamento da multa anterior ao julgamento acarreta o reconhecimento de culpa.

Art. 101. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - perante órgão ou entidade incompetente.

§ 1º Requerimentos formulados em desacordo com o previsto no caput não serão conhecidos, prosseguindo o rito processual.

§ 2º As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da Autoridade Ambiental.

Art. 102. Nos casos de não apresentação de Defesa Prévia ou apresentação intempestiva devem ser certificado, pelo agente autuante, dando prosseguimento ao processo administrativo.

Seção VII

Da Manifestação Acerca da Defesa Prévia

Art. 103. Compete ao Agente Fiscal que lavrou o Auto de Infração Ambiental, desde que oferecida a Defesa Prévia, a elaboração de manifestação acerca da Defesa Prévia.

Art. 104. Na manifestação acerca da Defesa Prévia deverão constar:

I - identificação do órgão autuante;

II - data em que foi elaborada a manifestação acerca da Defesa Prévia;

III - nome, qualificação ou razão social do autuado;

IV - informações quanto ao reconhecimento ou não da Defesa Prévia pelo órgão ambiental;

V - informações quanto à proposição de termo de compromisso pelo autuado;

VI - considerações do Agente Fiscal em relação à consistência e coerência das provas e alegações propostas na Defesa Prévia;

VII - conclusão, através de manifestação, favorável ou não à manutenção do Auto de Infração Ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental vigente;

VIII - assinatura do Agente autuante ou dos Agentes autuantes que participaram da elaboração da mesma.

§ 1º Sempre que oportuno, pode ser requerido pelo agente fiscal ou autoridade ambiental, em qualquer momento do processo, a fim de sanar eventuais dúvidas, elaboração de laudo técnico, parecer jurídico, emitidos pelos integrantes da Fundação Municipal Ambiental.

§ 2º Não sendo apresentada defesa prévia, dispensa-se apresentação da contradita.

Art. 105. Após a elaboração e juntada, pelo Agente autuante, da manifestação acerca da Defesa Prévia ao processo administrativo de fiscalização ambiental, se esta for necessária, o mesmo deverá ser encaminhado à Autoridade Ambiental.

Seção IX

Das Alegações Finais

Art. 106. O autuado será intimado sobre a apresentação de Alegações Finais através de ofício, por via postal registrada, com aviso de recebimento – AR, mediante intimação pessoal ou por meio eletrônico que possam ser devidamente comprovados, como whatsapp ou e-mail. Parágrafo Único. Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, após 02 (duas) tentativas devidamente certificadas nos autos de entrega via postal, deverá a ciência ser realizada mediante edital, por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 107. O autuado terá o direito de manifestar-se em Alegações Finais no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 108. Poderão ser apresentadas Alegações Finais nos processos administrativos nos quais não houve apresentação de Defesa Prévia ou produção de provas, após Relatório de Fiscalização e de intimação.

§ 1º Aberto prazo para alegações finais, não poderá haver qualquer manifestação dos Agentes Fiscais ou a elaboração de provas, devendo o processo ser concluso para decisão da Autoridade Ambiental.

§ 2º Aberto o prazo das alegações finais, a Autoridade Ambiental poderá solicitar diligências, informações e pareceres jurídicos, a fim de delinear dúvidas procedimentais ou fáticas.

Art.109. Não apresentadas as Alegações Finais, deverá ser certificado no processo.

Seção X

Da Decisão Administrativa de Penalidade

Art. 110. Ao receber o processo administrativo a Autoridade Ambiental deverá proceder à Decisão Administrativa de Penalidade.

§ 1º A Decisão Administrativa de Penalidade deve ser sempre proferida, independentemente da proposição e celebração de termo de compromisso com o autuado ou pagamento da multa de forma antecipada.

§ 2º Na ocorrência de dano ambiental, a pena de reparação ou recuperação ambiental deve sempre ser aplicada, desde que possível, independentemente da aplicação de sanções administrativas.

Art. 111. A Autoridade Ambiental, no ato do julgamento, mediante decisão fundamentada, poderá discordar das proposições apresentadas pelos Agentes Fiscais na manifestação acerca da Defesa Prévia, podendo, para tanto, embasar sua decisão em parecer técnico ou jurídico, e na legislação aplicável.

Art. 112. A Autoridade Ambiental deverá proceder o julgamento do Auto de Infração Ambiental, elaborando ao final Decisão Administrativa de Penalidade.

§ 1º O prazo para fins de decisão é de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação de defesa ou do decurso do prazo respectivo.

§ 2º A constatação de fatos que constituem, em tese, crimes ambientais, enseja a remessa obrigatória de fotocópias de peças e informações ao Ministério Público, conforme art. 86 da Lei Estadual 14.675, de 13 de abril de 2009.

§ 3º A inobservância do prazo para julgamento não torna nula a decisão da autoridade julgadora e o processo.

Art. 113. A Decisão Administrativa de Penalidade deverá conter:

I - o número e a data em que foi elaborada;

II - número e série do Auto de Infração Ambiental, do termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito, número do processo administrativo de infração ambiental e do processo de licenciamento, se houver relevância;

III - a data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;

IV - nome, qualificação ou razão social do autuado;

V - o endereço do local e data em que ocorreu a infração;

VI - a descrição sucinta do fato que a motivou;

VII - a indicação do dispositivo legal e regulamentar em que se fundamenta;

VIII - a decisão de manutenção, majoração ou minoração das penalidades impostas;

IX - a fixação do valor definitivo da multa imposta;

X - a fundamentação legal que alicerça a decisão;

XI - as medidas a serem adotadas; e

XII - a assinatura da Autoridade Ambiental.

Art. 114. Dentre as medidas a serem adotadas, citadas no inciso XI do art. 112, deverão estar incluídas:

I - a concessão do direito a redução do valor de multa, através de termo de compromisso, quando cabível;

II - a expedição da guia oficial de recolhimento da multa - DARE;

III - a determinação para providenciar o licenciamento ambiental, certidão ambiental ou autorização ambiental, quando aplicáveis; e

IV - a determinação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para a recuperação da área degradada.

Parágrafo Único. Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada ou contaminada, a mesma deve ser licenciada, conforme estabelecido nas legislações vigentes.

Art. 115. No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA vigentes.

Art. 116. A decisão da Autoridade Ambiental será encaminhada ao autuado, através de ofício, por via postal registrada, com aviso de recebimento - AR, mediante intimação pessoal ou eletrônica, desde que devidamente comprovada.

§ 1º Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, após 02 (duas) tentativas devidamente certificadas nos autos de entrega via postal, deverá a ciência ser realizada mediante edital, por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

§ 2º A Autoridade Ambiental emitirá guia oficial de recolhimento da multa - DARE de cobrança do Auto de Infração Ambiental após o autuado tomar ciência da Decisão Administrativa de Penalidade, no prazo de 5(cinco) dias, a qual estará disponível para retirada na sede do órgão ambiental municipal.

§ 3º A emissão da guia oficial de recolhimento da multa – DARE, parcelada ou mediante pagamento a vista, receberá prazo de 5 (cinco) dias, para o primeiro ou único recolhimento.

Art. 117. Caso sejam constatadas que não foram cumpridas no prazo estipulado as determinações estabelecidas nas decisões expedidas pela Autoridade Ambiental, referentes às obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Procuradoria Ambiental para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados

no processo administrativo ambiental.

Seção XI

Do procedimento de Compromisso de suspensão da exigibilidade da multa

Subseção I

Do Termo de Compromisso para adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental

Art. 118. A sanção de multa poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obriga-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º Juntamente com o requerimento para firmar Termo de Compromisso, até a decisão final de primeira instância, deverá ser apresentado pré-projeto estabelecendo as medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 2º O benefício da suspensão da exigibilidade da multa só terá efeito nos casos em que for possível a recuperação total do ambiente degradado, exceto as situações previstas no art. 120, e, desde que, a recuperação seja realizada em ato irreversível, mediante a destinação do meio ambiente degradado a recuperação completa, com perpetuidade.

§ 3º Poderá ser realizada audiência de conciliação específica, considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, podendo a Autoridade Ambiental Fiscalizadora reconhecer de ofício e ofertar o benefício da suspensão da exigibilidade de multa prevista nesta seção, estabelecendo o prazo de 30(trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

§ 4º O projeto técnico deverá ser protocolado no órgão ambiental mediante o pagamento de taxa de análise, conforme Lei Municipal nº 2146/2014.

§ 5º A Autoridade Ambiental Fiscalizadora pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 6º É considerada reparação ambiental que não exige apresentação de projeto técnico, a regeneração de área desflorestada, excetuando-se Área de Proteção Permanente - APP e área contígua a floresta exótica homogênea, inferior a 02 (dois) hectares, que possa ser reparada por regeneração natural, onde não houve remoção de solo e serrapilheira, com inclinação inferior a 30% (trinta por cento) e inexistência de curso d'água.

§ 7º Cumpridas integralmente às obrigações de fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em 90% (noventa por cento), sendo que, o pagamento dos valores concernentes aos 10% será realizado no ato da assinatura do Termo de Compromisso.

§ 8º Sem prejuízo do previsto no parágrafo anterior, serão destinados/acrescentados 10% (dez por cento) do valor da multa consolidada no Termo de Compromisso ao Órgão Ambiental Autuante como forma de compensação pelos prejuízos causados ao meio ambiente, com fulcro no art. 27 do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942.

§ 9º O valor destinado no parágrafo anterior ao órgão ambiental deverá ser quitado via boleto emitido pela Fundação Ambiental, pago juntamente com a assinatura do Termo de Compromisso, podendo ser destinado, parte do mesmo, através de resolução ou portaria específica para projetos do órgão ambiental municipal.

§ 10. Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da Autoridade Ambiental Fiscalizadora ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente, não descontando os valores da compensação, contidos no parágrafo 8º, tampouco os valores do § 7º.

§ 11. A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita pelo autuado através de relatório técnico assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Anotação de Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§ 12. Deverá ser elaborado relatório técnico, por profissional da FAMAP, responsável por analisar e aprovar Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, quanto ao cumprimento e respectiva quitação do Termo de Compromisso.

§ 13. A audiência de conciliação constante no § 2, não se confunde com a audiência de conciliação ministrada pelo Núcleo de Conciliação Ambiental.

§ 14. O Núcleo de Conciliação Ambiental não tem competência para aplicar a presente subseção.

Art. 119. No termo de compromisso devem constar:

I - número do processo administrativo de autuação e de licenciamento, se houver;

II - histórico sucinto;

III - considerandos;

IV - modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;

V - fixação de multa diária pelo descumprimento;

VI - suspensão das penalidades impostas na decisão final;

VII - prazo de vigência;

VIII - data, local e assinatura do infrator; e

IX - previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no Diário Oficial do Município, às expensas do infrator, sob pena de ineficácia, sendo que nos casos de infrações de pequeno potencial ofensivo e de infratores de poucas condições econômicas, será admissível a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

Art. 120. Os danos ambientais irreversíveis devem ser compensados em forma a ser regulamentada pelo órgão ambiental fiscalizador.

Parágrafo único. São considerados danos ambientais irreversíveis àqueles decorrentes de infrações ambientais indicadas no processo administrativo como de efeito permanente e insanável ao meio ambiente, seja de maneira concreta, seja de maneira potencial, neste último caso sendo devidamente fundamentada a dificuldade de determinação ou medição.

Art. 121. Os recursos financeiros de medidas compensatórias por danos irreversíveis, decorrentes de termos de compromisso firmados em processos administrativos infracionais, devem ser depositados no Fundo de Multa do órgão Ambiental.

Subseção II

Do Termo de Compromisso para conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente

Art. 122. Poderá o Núcleo de Conciliação Ambiental, Autoridade Ambiental e o COMDEMA converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 123. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos com, no mínimo, um dos seguintes objetivos:

I - recuperação:

- a) de áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
- b) de processos ecológicos essenciais;
- c) de vegetação nativa para proteção;
- d) de áreas de recarga de aquíferos;

II - proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre;

III - monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais;

IV - mitigação ou adaptação às mudanças do clima;

V - manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos;

VI - educação ambiental;

VII - promoção da regularização fundiária de unidades de conservação;

VIII - saneamento básico;

IX - garantia da sobrevivência de espécies da flora nativa e da fauna silvestre mantidos pelo órgão ou pela entidade federal emissora da multa; ou

X - implantação, gestão, monitoramento e proteção de unidades de conservação.

§ 1º Na hipótese de os serviços a serem executados demandarem recuperação da vegetação nativa em imóvel rural, as áreas beneficiadas com a prestação de serviço objeto da conversão deverão estar inscritas no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica aos assentamentos de reforma agrária, aos territórios indígenas e quilombolas e às unidades de conservação, ressalvadas as Áreas de Proteção Ambiental.

Art. 124. Os órgãos executores da Política Municipal do Meio Ambiente poderão realizar procedimentos administrativos de competição para selecionar projetos apresentados por órgãos e por entidades públicas ou privadas, para execução dos serviços de que trata o artigo anterior, em áreas públicas ou privadas.

Art. 125. O autuado, ao pleitear a conversão da multa, deverá optar:

I - pela implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, no âmbito de, no mínimo, um dos objetivos previstos nos incisos do art. 119; ou

II - pela adesão a projeto previamente selecionado pelo órgão executor da política Municipal do meio ambiente e emissor da multa;

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o autuado respeitará as diretrizes definidas pelo órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente emissor da multa, o qual poderá admitir a participação de mais de um autuado na elaboração e na execução do projeto, que deverá ser executado prioritariamente o bairro em que ocorreu a infração.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do caput, o autuado outorgará poderes ao órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente emissor da multa para escolha do projeto a ser contemplado.

Art. 126. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Subseção:

I - ao Núcleo de Conciliação Ambiental, por ocasião da audiência de conciliação ambiental;

II - à autoridade julgadora, até a decisão de primeira instância; ou

III - à autoridade superior, até a decisão de segunda instância.

§ 1º O Núcleo de Conciliação Ambiental, a autoridade julgadora ou a autoridade superior, ao deferirem o pedido de conversão, aplicarão sobre o valor da multa consolidada o desconto de:

I - 60% (sessenta por cento), quando o requerimento for apresentado por ocasião da audiência de conciliação ambiental;

II - 50% (cinquenta por cento), quando o requerimento for apresentado até a decisão de primeira instância; e

III - 40% (quarenta por cento), quando o requerimento for apresentado até a decisão de segunda instância.

§ 2º O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

§ 3º Independente do valor da multa aplicada, o autuado fica obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 4º Não caberá conversão de multa para reparação de danos decorrentes das próprias infrações.

§ 5º O valor resultante do desconto não poderá ser inferior ao valor mínimo legal aplicável a infração, constante no dispositivo legal.

§ 6º Poderá a autoridade administrativa fiscalizadora determinar que os valores decorrentes dos serviços ambientais sejam depositados em fundos específicos para fazer executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 127. Os infratores ambientais que provocarem os seguintes fatos, não poderão fazer uso do benefício, imputado pelo art. 122, parágrafo único, inciso I, tampouco participarem da audiência de conciliação:

I - Morte de seres humanos decorrente da infração ambiental;

II - Que tenham sido duas vezes condenados, com trânsito em julgado, pela prática de infrações ambientais, no período de cinco anos;

III - Que tenham sido uma vez condenado, com trânsito em julgado, pela prática da mesma infração ambiental, no período de cinco anos;

IV - Quando houver descumprimento de medida administrativa determinada pela autoridade competente.

§ 1º Caberá ao Agente fiscal analisar tais circunstâncias antes de encaminhar o processo para o Núcleo de Conciliação Ambiental.

§ 2º Constatado o impedimento para participação na audiência de conciliação, o autuado será comunicado pela FAMAP.

Art.128. O requerimento de conversão de multa na modalidade proposta pelo infrator será instruída com o projeto, conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão executor da Política Municipal do Meio Ambiente emissor da multa.

§ 1º Na hipótese de o autuado não dispor de projeto na data do requerimento, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora, se provocada, poderá conceder prazo de até trinta dias para que o autuado apresente o documento referido.

§ 2º Antes de decidir sobre o pedido de conversão de multa, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora poderá determinar ao autuado que proceda, em prazo pré definido, a emendas, revisões e ajustes no projeto, inclusive com o objetivo de adequá-lo ao valor consolidado da multa a ser convertida.

§ 3º O não atendimento por parte do autuado das situações previstas neste artigo implicará o indeferimento do pedido de conversão de multa.

§ 4º Serão considerados as peculiaridades do caso concreto, os antecedentes do infrator e os efeitos dissuasórios da multa ambiental, e, em decisão motivada do órgão executor da Política Estadual do Meio Ambiente, haverá o deferimento ou não o pedido de conversão da multa formulada pelo autuado.

§ 5º Caberá, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do indeferimento do pedido de conversão da multa, recurso/reconsideração à Autoridade Ambiental, não suspendendo o processo ou o prazo da defesa prévia.

Art. 129. Na hipótese de decisão favorável ao pedido, as partes celebrarão termo de compromisso, que estabelecerá os termos da vinculação do autuado ao objeto da suspensão da exigibilidade da multa pelo prazo de execução do projeto aprovado ou de sua cota-parte no projeto escolhido pelo órgão executor da política Municipal do meio ambiente emissor da multa.

§ 1º O termo de compromisso conterá as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;

II - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

III - histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras, serviços exigidos ou produtos adquiridos, com metas a serem atingidas;

IV - considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 60 (sessenta) dias e o máximo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

V - modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;

VI - data, local e assinatura do infrator;

VII - o foro competente para dirimir litígios entre as partes;

VIII - previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no Diário Oficial do Município, às expensas do infrator, sob pena de ineficácia, sendo que nos casos de infrações de pequeno potencial ofensivo e de infratores de poucas condições econômicas, será admissível a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

§ 2º Na hipótese da conversão prevista no inciso I do caput do art. 121, o termo de compromisso conterá:

I - a descrição detalhada do objeto;

II - o valor do investimento previsto para sua execução;

III - as metas a serem atingidas; e

IV - o anexo com plano de trabalho, do qual constarão os cronogramas físico e financeiro de implementação do projeto aprovado.

§ 3º Na hipótese da conversão prevista no inciso II do caput do art. 121, o termo de compromisso deverá:

I - ser instruído com comprovante de depósito integral ou de parcela, referente ao valor do projeto selecionado ou à respectiva cota-parte de projeto, nos termos definidos pelo órgão executor da política estadual do meio ambiente emissor da multa;

II - conter a outorga de poderes do autuado ao órgão executor da política municipal do meio ambiente emissor da multa para a escolha do projeto a ser apoiado;

III - contemplar a autorização do infrator ao banco público, detentor do depósito do valor da multa a ser convertida, para custear as despesas do projeto selecionado;

IV - prever a inclusão da entidade selecionada como signatária e suas obrigações para a execução do projeto contemplado; e

V - estabelecer a vedação do levantamento, a qualquer tempo, pelo autuado ou pelo órgão municipal emissor da multa, na forma estabelecida no inciso I.

§ 4º A assinatura do termo de compromisso suspende a exigibilidade da multa aplicada e implica renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§5º A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo e o órgão ambiental monitorará e auditará, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações pactuadas.

§ 6º A efetiva suspensão da exigibilidade da multa se concretizará somente após a conclusão do objeto, parte integrante do projeto, a sua comprovação pelo executor e a aprovação pelo órgão executor da política Municipal do meio ambiente emissor da multa.

Art.130. O inadimplemento do termo de compromisso implica:

I - na esfera administrativa, a inscrição imediata do débito em dívida ativa para cobrança da multa resultante do Auto de Infração Ambiental em seu valor integral; e

II - na esfera civil, a execução judicial imediata das obrigações pactuadas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

Art. 131. Da data da assinatura do termo de compromisso, e enquanto perdurar a vigência do correspondente Termo de Compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanção administrativa de multa simples contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Parágrafo único. A assinatura do termo de compromisso acarretará automaticamente reconhecimento de culpa pela infração ambiental praticada, servindo tal instrumento para finalidades da reincidência.

Seção XII

Dos Recursos

Art. 132. Da decisão proferida pela Autoridade Ambiental caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias ao órgão superior recursal.

§ 1º Os recursos de que trata o caput devem ser protocolados na sede do órgão executor da política municipal de meio ambiente, devendo

ser encaminhado obrigatoriamente à Autoridade Ambiental que proferiu a decisão administrativa, para que o recurso seja juntado ao processo administrativo.

§ 2º A Autoridade Ambiental deverá realizar o reexame dos pedidos podendo reconsiderar sua decisão, caso não reconsidere, realizará exame de admissibilidade do recurso, bem como, os efeitos das penalidades em conformidade do art. 81 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

§ 3º O pagamento de penalidade de multa somente será devido após esgotado o trânsito do recurso administrativo, resguardando-se, entretanto, a devida correção monetária referente ao período em que perdurar o processo, nos casos em que a decisão reconhecer a exigibilidade de valores, nos termos do art. 82 da Lei Estadual 14.675, de 13 de abril de 2009.

§ 4º O Recorrente poderá desistir do recurso até a publicação da decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente, desde que haja prévio pagamento da multa atualizada, ou proposta de ajustamento de conduta que seja mais benéfica para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, sirva de prevenção geral para futuros danos ambientais.

Art. 133. Os Recorrentes serão notificados pela Autoridade Ambiental dos recursos não conhecidos que, conseqüentemente, não terão seguimento ao órgão superior recursal.

Art. 134. Os recursos conhecidos serão encaminhados ao órgão superior recursal.

Art. 135. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão ambiental incompetente; ou

III - por quem não seja legitimado.

Parágrafo Único. Após o julgamento, o CONDEMA restituirá os processos ao órgão ambiental municipal, para que efetue a notificação do interessado, dando ciência da decisão proferida.

CAPÍTULO V

DO RECOLHIMENTO DA MULTA

Art. 136. Os valores correspondentes às sanções aplicadas deverão ser recolhidos em qualquer agência bancária credenciada em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente, mediante guia oficial a ser emitida pela Autoridade Ambiental.

Art. 137. As multas estarão sujeitas à atualização monetária transcorrido o prazo de seu vencimento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art. 138. Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pela Fundação Ambiental Municipal.

Art. 139. Quando as medidas administrativas forem esgotadas e não restarem atendidas no processo de fiscalização, o órgão executor deve ingressar com a competente ação judicial visando garantir o cumprimento das disposições legais.

Art. 140. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ANEXO

QUADRO I

Fórmula do cálculo do valor da multa:

Situação	Indicador de gravidade da conduta	Valor do indicador (1)	Nível de gravidade (somatório dos valores) (2)
Motivação para a conduta	Não intencional = 10		Leve I = 20
	Intencional = 20		Leve II = 30
Efeitos para o meio ambiente	Potencial = 10		Médio I = 40
	Reversível em curto prazo = 20		Médio II = 50 a 60
	Reversível em médio prazo = 30		
	Reversível em longo prazo = 50		
	Irreversível = 60		Grave I = 70 a 80
Efeitos para a saúde pública	Não há = 0		Grave II = 90 a 100
	Potencial = 10		
	Efetiva e reversível = 20		Gravíssimo = 110
	Efetiva e irreversível = 30		
Total			

1) Deve-se conferir ao administrado, justificadamente, uma nota em cada um dos três Indicadores de gravidade da conduta (Motivação da

conduta; Efeitos para o meio ambiente; e Efeitos para a saúde pública).

2) Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o Nível de gravidade (Leve I; Leve II; Médio I; Médio II; Grave I; Grave II; Gravíssimo)

3) Conforme o Nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao Quadro de Valoração por Artigo (conforme tabelas a seguir no anexo), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator, nos termos dos arts. 43 a 47 da presente Lei.

4) O valor encontrado no campo da tabela do artigo respectivo serve de valor base, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes previstas nos arts. 37, 38, 50 e 51 da presente Lei.

QUADROS DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

Tabela de valoração do artigo 29 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.000,00	1.500,00	2.600,00	2.700,00
Leve II	550,00	1.100,00	1.600,00	2.650,00	2.750,00
Médio I	600,00	1.200,00	1.700,00	2.700,00	2.800,00
Médio II	650,00	1.300,00	1.800,00	2.750,00	2.850,00
Grave I	700,00	1.400,00	1.900,00	2.800,00	2.900,00
Grave II	750,00	1.500,00	2.000,00	2.850,00	2.950,00
Gravíssimo	800,00	1.600,00	2.100,00	2.900,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 31 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	3.000,00	4.600,00	4.700,00
Leve II	550,00	1.600,00	3.250,00	4.650,00	4.750,00
Médio I	600,00	1.700,00	3.500,00	4.700,00	4.800,00
Médio II	650,00	1.800,00	3.750,00	4.750,00	4.850,00
Grave I	700,00	1.900,00	4.000,00	4.800,00	4.900,00
Grave II	750,00	2.000,00	4.250,00	4.850,00	4.950,00
Gravíssimo	800,00	2.100,00	4.500,00	4.900,00	5.000,00

Tabela de valoração do artigo 33 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 34 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 35 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	2.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	750,00	3.000,00	9.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	800,00	4.000,00	11.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	7.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.500,00	35.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	60.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 36 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	800,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	700,00	1.000,00	10.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	700,00	2.000,00	15.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	3.000,00	20.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	5.000,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.000,00	30.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 37 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	300,00	1.000,00	3.000,00	5.000,00	8.000,00
Leve II	350,00	1.250,00	3.500,00	6.000,00	9.000,00
Médio I	400,00	1.500,00	4.000,00	7.000,00	10.000,00
Médio II	450,00	2.000,00	4.500,00	8.750,00	10.000,00
Grave I	500,00	2.500,00	6.800,00	9.000,00	10.000,00
Grave II	550,00	3.000,00	7.000,00	9.250,00	10.000,00
Gravíssimo	600,00	3.600,00	7.200,00	9.500,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 38 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	3.050,00	10.500,00	31.000,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	3.100,00	11.000,00	32.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	3.150,00	11.500,00	33.000,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	3.200,00	12.000,00	34.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	3.250,00	12.500,00	35.000,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	3.300,00	13.000,00	36.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 39 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00

Leve II	550,00	5.500,00	16.500,00	33.000,00	46.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	18.000,00	36.000,00	47.000,00
Médio II	650,00	6.500,00	19.500,00	39.000,00	48.000,00
Grave I	700,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	49.000,00
Grave II	750,00	7.500,00	22.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	800,00	8.000,00	24.000,00	48.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 43 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 44 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	10.000,00	13.000,00	17.000,00
Leve II	5.050,00	6.500,00	11.000,00	14.000,00	18.000,00
Médio I	5.100,00	7.000,00	12.000,00	15.000,00	19.000,00
Médio II	5.150,00	8.000,00	13.000,00	16.000,00	19.000,00
Grave I	5.200,00	10.000,00	14.000,00	17.000,00	20.000,00
Grave II	5.250,00	12.000,00	15.000,00	18.000,00	20.000,00
Gravíssimo	5.300,00	15.000,00	16.000,00	19.500,00	20.000,00

Tabela de valoração do artigo 45 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 55 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	50,00	220,00	320,00	420,00	470,00
Leve II	55,00	225,00	325,00	425,00	475,00
Médio I	60,00	230,00	330,00	430,00	480,00
Médio II	65,00	235,00	335,00	435,00	485,00
Grave I	70,00	240,00	340,00	440,00	490,00
Grave II	75,00	245,00	345,00	445,00	495,00

Gravíssimo	80,00	250,00	350,00	450,00	500,00

Tabela de valoração do artigo 56 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	300,00	450,00	750,00	850,00
Leve II	110,00	350,00	500,00	775,00	875,00
Médio I	200,00	400,00	550,00	800,00	900,00
Médio II	250,00	450,00	600,00	825,00	925,00
Grave I	300,00	500,00	650,00	850,00	950,00
Grave II	350,00	550,00	700,00	875,00	975,00
Gravíssimo	400,00	600,00	750,00	900,00	1.000,00

Tabela de valoração do artigo 59 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	3.000,00	6.000,00	9.300,00	9.700,00
Leve II	1.050,00	3.100,00	6.250,00	9.400,00	9.750,00
Médio I	1.100,00	3.200,00	6.500,00	9.500,00	9.800,00
Médio II	1.150,00	3.300,00	6.750,00	9.600,00	9.850,00
Grave I	1.200,00	3.400,00	7.000,00	9.700,00	9.900,00
Grave II	1.250,00	3.500,00	7.250,00	9.800,00	9.950,00
Gravíssimo	1.300,00	3.600,00	7.500,00	9.900,00	10.000,00

Tabela de valoração dos artigos 61 e 62 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	7.500,00	12.000,00	18.000,00	25.000,00
Leve II	7.500,00	20.000,00	40.000,00	50.000,00	150.000,00
Médio I	10.000,00	70.000,00	230.000,00	450.000,00	900.000,00
Médio II	30.000,00	200.000,00	700.000,00	1.400.000,00	2.900.000,00
Grave I	50.000,00	500.000,00	1.600.000,00	3.200.000,00	6.700.000,00
Grave II	65.000,00	800.000,00	2.700.000,00	5.400.000,00	15.000.000,00
Gravíssimo	80.000,00	1.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	50.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 63 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	2.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00
Leve II	1.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00
Médio I	1.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00
Médio II	1.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00
Grave I	1.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00
Grave II	1.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00
Gravíssimo	1.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 64 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II

Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Leve II	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00
Médio I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	190.000,00
Médio II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	250.000,00
Grave I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	500.000,00
Grave II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	3.250,00	32.500,00	100.000,00	400.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 65 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100.000,00	300.000,00	600.000,00	800.000,00	940.000,00
Leve II	101.000,00	330.000,00	630.000,00	830.000,00	950.000,00
Médio I	102.000,00	360.000,00	660.000,00	860.000,00	960.000,00
Médio II	103.000,00	390.000,00	690.000,00	890.000,00	970.000,00
Grave I	104.000,00	420.000,00	720.000,00	920.000,00	980.000,00
Grave II	105.000,00	450.000,00	750.000,00	950.000,00	990.000,00
Gravíssimo	106.000,00	480.000,00	780.000,00	980.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 66 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 67 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	50.000,00	150.000,00	300.000,00	600.000,00
Leve II	10.000,00	100.000,00	300.000,00	600.000,00	1.200.000,00
Médio I	15.000,00	150.000,00	450.000,00	900.000,00	1.800.000,00
Médio II	20.000,00	200.000,00	600.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00
Grave I	30.000,00	250.000,00	750.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Grave II	40.000,00	300.000,00	900.000,00	1.800.000,00	3.600.000,00
Gravíssimo	50.000,00	350.000,00	1.050.000,00	2.100.000,00	5.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 68 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00

Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 69 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	100.000,00	600.000,00	1.700.000,00	2.500.000,00
Leve II	10.000,00	130.000,00	650.000,00	1.750.000,00	3.000.000,00
Médio I	30.000,00	160.000,00	700.000,00	1.800.000,00	3.500.000,00
Médio II	40.000,00	190.000,00	750.000,00	1.850.000,00	4.000.000,00
Grave I	50.000,00	220.000,00	800.000,00	1.900.000,00	4.500.000,00
Grave II	60.000,00	250.000,00	850.000,00	1.950.000,00	6.000.000,00
Gravíssimo	70.000,00	280.000,00	900.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 71 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	2.500,00	6.000,00	8.000,00	9.400,00
Leve II	550,00	2.550,00	6.100,00	8.200,00	9.500,00
Médio I	600,00	2.600,00	6.200,00	8.400,00	9.600,00
Médio II	650,00	2.650,00	6.300,00	8.600,00	9.700,00
Grave I	700,00	2.700,00	6.400,00	8.800,00	9.800,00
Grave II	750,00	2.750,00	6.500,00	9.000,00	9.900,00
Gravíssimo	800,00	2.800,00	6.600,00	9.200,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 71-A do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 72 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	50.000,00	200.000,00	400.000,00	470.000,00
Leve II	10.500,00	55.000,00	220.000,00	410.000,00	475.000,00
Médio I	11.000,00	60.000,00	240.000,00	420.000,00	480.000,00
Médio II	11.500,00	65.000,00	260.000,00	430.000,00	485.000,00
Grave I	12.000,00	70.000,00	280.000,00	440.000,00	490.000,00
Grave II	12.500,00	75.000,00	300.000,00	450.000,00	495.000,00
Gravíssimo	13.000,00	80.000,00	320.000,00	460.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 73 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	80.000,00	150.000,00	194.000,00
Leve II	10.500,00	31.000,00	85.000,00	155.000,00	195.000,00
Médio I	11.000,00	32.000,00	90.000,00	160.000,00	196.000,00
Médio II	11.500,00	33.000,00	95.000,00	165.000,00	197.000,00
Grave I	12.000,00	34.000,00	100.000,00	170.000,00	198.000,00
Grave II	12.500,00	35.000,00	105.000,00	175.000,00	199.000,00
Gravíssimo	13.000,00	36.000,00	110.000,00	180.000,00	200.000,00

Tabela de valoração do artigo 74 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	12.000,00	24.000,00	36.000,00	54.000,00
Leve II	10.250,00	13.000,00	26.000,00	39.000,00	58.500,00
Médio I	10.500,00	14.000,00	28.000,00	42.000,00	63.000,00
Médio II	10.750,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00	67.500,00
Grave I	11.000,00	16.000,00	32.000,00	48.000,00	72.000,00
Grave II	11.250,00	17.000,00	34.000,00	60.000,00	90.000,00
Gravíssimo	11.500,00	18.000,00	45.000,00	66.500,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 75 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	1.050,00	10.100,00	30.500,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	1.100,00	10.200,00	31.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	1.150,00	10.300,00	31.500,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	1.200,00	10.400,00	32.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	1.250,00	10.500,00	32.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	1.300,00	10.600,00	33.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 77 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.500,00	10.500,00	21.000,00	42.000,00
Leve II	600,00	4.200,00	12.600,00	25.200,00	50.400,00
Médio I	700,00	4.900,00	14.700,00	29.400,00	58.800,00
Médio II	800,00	5.600,00	16.800,00	33.600,00	67.200,00
Grave I	900,00	6.300,00	18.900,00	37.800,00	75.600,00
Grave II	1.000,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	84.000,00
Gravíssimo	1.100,00	7.700,00	23.100,00	46.200,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 78 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	150,00	200,00	250,00	270,00
Leve II	110,00	160,00	210,00	255,00	275,00
Médio I	120,00	170,00	220,00	260,00	280,00

Médio II	130,00	180,00	230,00	265,00	285,00
Grave I	140,00	190,00	240,00	270,00	290,00
Grave II	150,00	200,00	250,00	275,00	295,00
Gravíssimo	160,00	210,00	260,00	280,00	300,00

Tabela de valoração do artigo 79 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 80 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00
Leve II	2.000,00	5.000,00	10.000,00	40.000,00	70.000,00
Médio I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	80.000,00	190.000,00
Médio II	4.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00	400.000,00
Grave I	5.000,00	40.000,00	70.000,00	160.000,00	600.000,00
Grave II	6.000,00	50.000,00	80.000,00	200.000,00	800.000,00
Gravíssimo	7.000,00	60.000,00	90.000,00	400.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 81 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00
Leve II	1.250,00	6.250,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00
Médio I	1.500,00	7.500,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Médio II	1.750,00	8.750,00	17.500,00	35.000,00	70.000,00
Grave I	2.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00	80.000,00
Grave II	2.250,00	11.250,00	22.500,00	45.000,00	90.000,00
Gravíssimo	2.500,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 82 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 83 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 84 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	2.000,00	4.000,00	35.000,00	60.000,00	85.000,00
Leve II	2.500,00	6.000,00	37.500,00	65.000,00	87.500,00
Médio I	3.000,00	8.000,00	40.000,00	70.000,00	90.000,00
Médio II	3.500,00	10.000,00	42.500,00	75.000,00	92.500,00
Grave I	4.000,00	14.000,00	45.000,00	80.000,00	95.000,00
Grave II	4.500,00	15.000,00	47.500,00	85.000,00	97.500,00
Gravíssimo	5.000,00	16.000,00	50.000,00	90.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 85 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 86 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 87 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	5.000,00	35.000,00	70.000,00	94.000,00
Leve II	1.600,00	10.000,00	40.000,00	75.000,00	95.000,00

Médio I	1.700,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	96.000,00
Médio II	1.800,00	17.500,00	50.000,00	85.000,00	97.000,00
Grave I	1.900,00	20.000,00	55.000,00	90.000,00	98.000,00
Grave II	2.000,00	22.500,00	60.000,00	95.000,00	99.000,00
Gravíssimo	2.100,00	25.000,00	65.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 88 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	45.000,00	150.000,00	300.000,00	420.000,00
Leve II	5.500,00	50.000,00	160.000,00	320.000,00	425.000,00
Médio I	6.000,00	55.000,00	170.000,00	340.000,00	430.000,00
Médio II	6.500,00	60.000,00	180.000,00	360.000,00	435.000,00
Grave I	7.000,00	65.000,00	190.000,00	380.000,00	500.000,00
Grave II	7.500,00	70.000,00	200.000,00	600.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	8.000,00	75.000,00	210.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 89 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 90 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 91 do Decreto 6.514/08.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	200,00	2.000,00	7.000,00	15.000,00	25.000,00
Leve II	400,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00	35.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	15.000,00	25.000,00	45.000,00
Médio II	800,00	8.000,00	20.000,00	35.000,00	60.000,00
Grave I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	70.000,00
Grave II	1.200,00	12.000,00	40.000,00	70.000,00	80.000,00
Gravíssimo	1.500,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 92 do Decreto 6.514/08.					
Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator conforme art. 13 da portaria				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.012/2020

Publicação Nº 2608545

DECRETO Nº 1.012, de 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 231.300,11 (Duzentos e trinta e um mil, trezentos reais e onze centavos):

ORGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2060 – Proteção Social Básica		
MODALIDADE	3390 – 245 – Aplicações Diretas	09	231.300,11
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		231.300,11

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de recebimento de auxílio na fonte 245.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.014/2020

Publicação Nº 2608193

DECRETO Nº 1.014, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA RAFAEL FLÁVIO BARTH, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Informática da Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 033/2020

Publicação Nº 2608042

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033/2020

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 18/08/2020 a 24/08/2020, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos

exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso;
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
LEANDRO ANTONIO DE MIRANDA	7º		
ALINE NAYARA REIS DA CRUZ	8º		

Porto União (SC), 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2608635

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 026/2020 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2020 – Exclusivo ME – EPP – MEI – Âmbito Local – Decreto 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 02 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 067/2020

Publicação Nº 2608636

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 156/2020.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 067/2020 – Exclusivo ME – EPP – MEI – Âmbito Local – Decreto 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL NA FACHADA DA GARAGEM DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PORTO UNIÃO. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 01 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 068/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2608637

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 157/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 068/2020 – Exclusivo ME – EPP – MEI – Âmbito Local – Decreto 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO EM OBRAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 03 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 2608174

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.541/0001/58, com sede administrativa na Rua Padre Anchieta, n.º 126, Porto União-SC, neste ato representada pelo prefeito Municipal, Eliseu Mibach.

NOTIFICADA: ROSEANE SALETE MAFRA, inscrita no CPF n.º 937.897.189-04, residindo na rua Jerusalem 795/1279 Nº 830, Bairro Santa regina, Camboriu-SC, CEP 88.345-560, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADO: MARCOS ANTONIO MAFRA, inscrito no CPF n.º 906.915.209-68, residindo na rua Frei Tarcisio, Nº 350, Bairro São Bernardo, Porto União-SC, CEP 89.400-000, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADA: ROSEMARI APARECIDA BORGES, inscrita no CPF n.º 966.526.839-20, residindo na rua Bagda 1/817, Nº 771, Bairro Areias, Camboriu-SC, CEP 88.345-113, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADO: EDSON LUIZ MAFRA, inscrito CPF n.º 729.185.139-34, residindo na rua Albano Drumond dos Reis 1/610, Nº 311, União da Vitória-PR, CEP 84.603-146, Estado do Paraná

NOTIFICADO: JORGE AROLDO MAFRA, inscrito no CPF n.º 899.242.829-49, residindo na rua Frei Tarcisio, Nº 364, Porto União-SC, CEP 89.400-000, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADA: ROSANGELA FATIMA MAFRA, inscrita no CPF n.º 028.082.929-96, residindo na Estrada Geral dos Macacos, S/N, Área Rural, Camboriu-SC, CEP 88.349-899, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADO: SERGIO ALMIR MAFRA, inscrito no CPF n.º 817.957.509-87, residindo na rua Bagda 1081/99999, Nº 771, Bairro Santa regina, Camboriu-SC, CEP 88.345-500, Estado de Santa Catarina

NOTIFICADO: CLOVIS DALBERTO MAFRA, inscrito no CPF n.º 392.476.199-04, residindo na rua Ia Primeira Nº 220, Bairro Itanhanga, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22.641-736, Estado do Rio de Janeiro

NOTIFICADO: CARLOS ALBERTO MAFRA, inscrito no CPF n.º 420.436.469-15, residindo na rua Rui Barbosa, Nº 495, Centro, Herval D` oeste, CEP 89.610-00, Estado de Santa Catarina

CONSIDERANDO que os Notificados são filhos de Aroldo Marcelino Mafra, este que teve o seu terreno desapropriado, situado a Rua Frei Tarciso Tompel, Nº 364 (lote 27 – quadra 07), constante da matrícula 10.885, com área total de 273M² de propriedade.

CONSIDERANDO que em anexo segue cópia da do ato de declaração de utilidade pública e a descrição do imóvel com suas confrontações.

CONSIDERANDO o que preleciona o Decreto-Lei Nº 3.365/41, em seu artigo 10-A, neste ato a proposta é formalizada no valor de R\$30.333,33 (trinta mil, trezentos e trinta e três reais).

Assim, fica Vossa Senhoria NOTIFICADA para que no prazo IMPRETERIVEL DE 15 (QUINZE) DIAS, APRESENTE O ACEITE da proposta formalizada neste momento para posterior documentação da transcrição, sendo que caso seja a proposta rejeitada ou no silencio, será interposta a competente ação judicial para formalização da transcrição do imóvel.

Outrossim, desde já, fica Vossa Senhoria cientificada que o não atendimento desta notificação, implicara em

Firma a notificante, para que dela surtam os jurídicos e legais efeitos, a fim de que sejam cumpridas as solicitações acima descritas, visando à resolução amigável e imediata do impasse.

Porto União – SC, 11 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2020

Publicação Nº 2608912

PORTARIA Nº 057, de 14 de agosto de 2020.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, referente ao Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 034, de 12 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 034, de 12 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020**

Publicação Nº 2608060

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa BRADESCO AUTO RE COPANHIA DE SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00, sito na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, bairro Rio Comprido, Município de Rio de Janeiro – RJ, CEP 92.682.038/0001-00, para aquisição de seguro do veículo oficial da Câmara de Vereadores de Porto União, no valor total de R\$ 3.303,51 (três mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos).

Porto União (SC), 15 de Junho de 2020.

Maira Teresinha Lusa

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2020- PROCESSO Nº 021/2020

Publicação Nº 2608058

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 018/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORS (CNPJ SOB n º 83.529.933/0001-06).

Contratada: BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ sob nº 92.682.038/0001-00).

Objeto: Contratação de empresa para prestação do seguro para o veículo oficial da Câmara de Vereadores.

Valores: R\$ 3.303,51 (três mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.69.00.00.00 – Seguros em Geral

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

11 2020 FMS

Publicação Nº 2608101

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº11/2020
CHAMENTO PUBLICO Nº 06/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, PARA ATENDIMENTO MÉDICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E PARA OUTRAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, a partir das 08:00 horas do dia 24.08.2020. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br Pouso Redondo, em 17 de agosto de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

89 2020 PINTURA PREDIAL

Publicação Nº 2608102

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº89/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do pregão presencial com julgamento as 14:00 horas do dia 28.08.2020, para o Registro de preço para futura e eventual prestação de serviço de mão de obra de pintura predial. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br Pouso Redondo, em 17 de agosto de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

90 2020 MATERIAL COVID

Publicação Nº 2608108

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº90/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do pregão presencial com julgamento as 09:00 horas do dia 25.08.2020, para o Registro de preço para aquisição de material para combate e enfrentamento a COVID-19, para todas as secretarias no município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br Pouso Redondo, em 17 de agosto de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 009/2020 - PAVIMENTAÇÃO RUAS EUGÊNIO E JENNY SCHNEIDER

Publicação Nº 2608529

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 009/2020

O Município de Pouso Redondo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195 de 24/2/1967 e Lei Complementar Municipal nº 010/2020, leva ao conhecimento dos interessados que serão executadas as obras de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo e avaliação dos imóveis para fins de possível cobrança da contribuição de melhoria, conforme descrições que seguem.

1. Do fato gerador do tributo:

A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. Da natureza e dos locais da obra:

Pavimentação asfáltica nas Ruas Eugênio Schneider (trecho entre as ruas Itajaí e Jenny Schneider) e Rua Jenny Schneider (trecho entre as ruas Castelo Branco e Eugênio Schneider), numa extensão de 588,80 metros de extensão, sendo que a pavimentação asfáltica ocorrerá em 5.963,02 m² de pista e a pavimentação dos passeios em 2.303,94 m² de paver, no Bairro Progresso.

3. Delimitação da zona de influência:

A contribuição será exigida dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua que forem valorizados.

4. Memorial descritivo do projeto:

A pavimentação das Ruas Jenny Schneider e Eugênio Schneider, nos trechos citados, compreende as seguintes etapas: terraplenagem, drenagem pluvial com tubos de 30, 40 e 60 cm de diâmetro, caixa de captação, ligação e bueiros em alvenaria, regularização da cancha da via, colocação de brita graduada em camada de 15 cm sobre uma base, imprimação, pintura de ligação, capa asfáltica com espessura de 5 centímetros, meio fio pré-moldado, reaterro dos passeios com colocação de camada de pó de brita, pavimentação dos passeios, inclusive com piso podotátil e sinalização viária, conforme exposto no memorial descritivo constante do Anexo I.

5. Orçamento de custo:

O custo, nele compreendido todos os materiais e serviços necessários, é de R\$ 964.657,12 (novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e doze centavos) - Anexo II.

6. Determinação da parcela do custo da obra:

Caberá aos contribuintes definidos no item 3 deste edital (proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis lindeiros dos trechos citados das Ruas Jenny Schneider e Eugênio Schneider) o custeio do montante de R\$ 369.618,44 (trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a pavimentação asfáltica e parte dos passeios em paver (itens 4.2.1 à 4.2.6 – 100% do valor e contribuição de 50% do valor dos itens 6.1.3 e 6.1.4 da planilha de orçamento em anexo), conforme definido art. 1º, §1º da Lei Complementar nº 010, de 13/05/2020.

7. Determinação da parcela abrangida pelo tributo:

A base de cálculo da contribuição será estabelecida pelo quantum de valorização obtida pelos imóveis, cujo valor será obtido pelo comparativo das duas avaliações, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos, e constantes do Anexo III e o segundo, ao seu término da obra. As avaliações foram elaboradas pela Comissão do município nomeada pelo Decreto nº 045, 23/04/2019, em reunião datada de 10/07/2020 e gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário, não sendo utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, o valor do tributo terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, respeitado o percentual do custo da obra a ser recuperado pela cobrança do tributo.

8. Fórmula do cálculo de rateio:

O fator de rateio será obtido pelo percentual de valorização de cada imóvel, dentro do contexto dos imóveis beneficiados (definidos no item 3 deste edital). Obtendo-se o percentual de valorização individual, este será aplicado ao custo total da obra a ser financiado pelos contribuintes (definidos no item 6 deste edital), limitando-se a contribuição de cada imóvel a sua própria valorização.

9. Da impugnação dos elementos deste edital:

Os beneficiados com a obra nomeados no item 03 do presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, para apresentar impugnação de quaisquer dos elementos constantes do Edital.

A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração, através de petição protocolada e fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

A impugnação não suspende o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários ao lançamento, arrecadação ou cobrança do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

10. Disposições finais:

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura, em especial, todos os elementos que serviram de base para avaliação dos imóveis.

Pouso Redondo, 14 de agosto de 2020.

Oscar Gutz Prefeito Municipal	Maurício Isidoro Correa Auditor Fiscal
----------------------------------	---

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 009/2020 - PAVIMENTAÇÃO RUAS EUGÊNIO E JENNY SCHNEIDER - ANEXO I - MEMORIAL

Publicação Nº 2608539



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

ANEXO I**MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****OBRA:**

PAVIMENTAÇÃO DA RUA JENNY SCHNEIDER

EXTENSÃO: **Estaca 0 a Estaca 12+0,80m = 240,80m**

PAVIMENTAÇÃO DA RUA EUGENIO SCHNEIDER

EXTENSÃO: **Estaca 0 a Estaca 17+8m = 348,00m****CONTRATANTE:**

POUSO REDONDO / SC

LOCAL:RUA JENNY SCHNEIDER E RUA EUGENIO
SCHNEIDER, POUSO REDONDO/SC.

DATA: 19/10/2018

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

1 / 38



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	6
1.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS	6
1.3	LOCAÇÃO DE OBRA COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS (INCLUSIVE TOPÓGRAFO E NIVELADOR).....	7
1.4	RELOCAÇÃO DE POSTES DA REDE DA CELESC	7
2	TERRAPLANAGEM.....	8
2.1	CORTES	8
2.1.1	Generalidades	8
2.1.2	Equipamentos	8
2.1.3	Execução.....	8
2.1.4	Controle	9
2.2	ATERROS	9
2.2.1	Generalidades	9
2.2.2	Materiais	9
2.2.3	Equipamentos	10
2.2.4	Execução.....	10
3	DRENAGEM PLUVIAL	10
3.1	ASPECTOS GERAIS.....	10
3.2	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	10
3.3	DIMENSIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE DRENAGEM COM TUBOS DE CONCRETO.....	11
3.4	FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM REATERRO DE BRITA	12



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

3.5	TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO	12
3.6	CAIXAS DE CAPTAÇÃO	13
3.7	CAIXAS DE INSPEÇÃO	13
3.8	CAIXAS DE JUNÇÃO	14
4	PROJETO GEOMÉTRICO.....	14
5	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	15
5.1	TRÁFEGO.....	15
5.2	MEMÓRIA DE CÁLCULO.....	15
5.3	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO	16
5.3.1	REGULARIZAÇÃO E PREPARO DA CANCHA COMPACTADA	17
5.3.2	CAMADA DE MACADAME SECO	18
5.3.3	CAMADA DE BRITA GRADUADA	21
5.3.4	IMPRIMAÇÃO	24
5.3.5	PINTURA DE LIGAÇÃO	27
5.3.6	APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE.....	28
6	MEIO FIO DE CONCRETO	31
7	PASSEIOS.....	32
7.1	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	32
7.2	COMPACTAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS PASSEIOS	32
7.3	PAVER	33
7.4	PROCESSO DE EXECUÇÃO	33
8	CANTEIROS	33
8.1	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	33
9	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	34
9.1	PINTURA DE FAIXAS HORIZONTAIS	34



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

9.2	PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO.....	36
10	FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE	36
11	FAIXA ELEVADA	37



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

1 APRESENTAÇÃO

Observações Gerais:

O presente memorial descritivo de procedimentos tem por objetivo estabelecer as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução da obra, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos.

Todas as obras e serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos com as prescrições contidas no presente memorial e com as normas técnicas da **ABNT**, ou suas sucessoras e Legislações Federal, Estadual, Municipal, vigentes e pertinentes.

Será de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** o fornecimento de placa de obra, Engenheiro responsável pela execução, alojamento dos funcionários, encargos dos funcionários, abastecimento de água e energia bem como o fornecimento de alimentação para estes.

Todos os materiais e serviços a serem empregados deverão satisfazer as exigências da ABNT e da Prefeitura Municipal. Junto à obra deverá ficar uma via deste Memorial Descritivo, e dos projetos devidamente aprovados pelas autoridades competentes, acompanhados pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e ou (RRT) do responsável pelo projeto e pela execução da obra

Obrigações da Fiscalização:

- Todos os serviços citados neste memorial e especificados em projeto deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITEIRA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- A fiscalização deverá ter conhecimento pleno do projeto e quaisquer divergências ou dúvida entre projeto e execução deverá entrar em contato com o responsável técnico antes de geradas as alterações.
- A fiscalização não desobriga a EMPREITEIRA de sua total responsabilidade pelos atrasos, construção, mão-de-obra, equipamentos e materiais nos termos da legislação vigente e na forma deste documento.

Obrigações da Empreiteira:

- Ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados em todos os seus detalhes, submetendo-se inteiramente às normas de execução, obrigando-se pelo perfeito funcionamento e acabamento final dos serviços, sendo imprescindível visitar o local onde será edificada a obra.
- Coordenar os serviços para que seja concluído dentro do prazo estabelecido, conforme cronograma físico-financeiro a apresentar.
- Todos os serviços deste memorial deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITEIRA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. As dúvidas ou omissões dos

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

serviços e/ou materiais que por ventura venham ocorrer, são de responsabilidade da EMPREITERA, que deverá consultar a FISCALIZAÇÃO e executá-lo às suas despesas para perfeita conclusão dos serviços.

- Se a EMPREITERA encontrar dúvida nos serviços ou se lhe parecer conveniente introduzir modificações de qualquer natureza, deve apresentar o assunto à FISCALIZAÇÃO por escrito.
- Todos os preços especificados no orçamento compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, como material, mão de obra, despesas com administração, equipamentos de segurança, de sinalização, tributos e outros.
- Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.

1.1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO

As Placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual que pode ser encontrado no site da CAIXA na área download no item Gestão Urbana

Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Da-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade.

As placas deverão ser fixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento. Seu tamanho não deve ser menor que as demais placas do empreendimento.

Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão de cores, durante todo o período da obra.

Dimensões mínimas:

2,40m x 1,20m

1.2 PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS

Enquanto durar a execução das obras, instalações e serviços, a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis serão obrigatórias.

A placa deverá ser colocada em local visível, preferencialmente a 100m do início das obras nos dois sentidos voltada para a via que favoreça a melhor visualização e as especificações desta será conforme detalhe abaixo.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum



A placa deverá ser em chapa de aço galvanizado para que possua resistência a intempéries.

1.3 LOCAÇÃO DE OBRA COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS (INCLUSIVE TOPÓGRAFO E NIVELADOR)

A metodologia adotada para locação da obra será com o uso de aparelho topográfico, sendo marcados os pontos notáveis e demais pontos. O nivelamento do eixo deverá seguir as cotas de projeto locadas no perfil longitudinal e seções transversais. Para o nivelamento da drenagem pluvial deverá ser seguido o projeto de fundo de vala.

Para a locação da obra a contratada deverá solicitar os arquivos digitais de projeto ao autor de projeto e os arquivos digitais do levantamento ao agrimensor contratado pela Prefeitura Municipal.

1.4 RELOCAÇÃO DE POSTES DA REDE DA CELESC

A relocação de postes deverá ser solicitada pela prefeitura junto a CELESC com antecedência para não prejudicar o cronograma físico financeiro da obra. Por definição da prefeitura o pagamento da relocação será com recursos da COSIP não cabendo a inclusão de tais serviços na planilha orçamentária.

Os postes deverão ser relocados para atender a passagem livre de 1,20m definida nos projetos dos passeios para atender o que solicita a NBR 9050.

Nota: Seguir orientação do detalhe dos passeios para a relocação dos postes.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

2 TERRAPLANAGEM

O Projeto de Terraplenagem tem por objetivo a definição das seções transversais em corte e aterro, a determinação, localização e distribuição dos volumes dos materiais.

Em função das características próprias do Projeto (pavimentação da rua), o greide lançado no Projeto Geométrico procurou adequá-lo à situação existente. Desta forma será realizada a escavação ou aterro para a execução das camadas constituintes do pavimento seguida da regularização e compactação.

Nota : A apresentação do licenciamento ambiental das áreas de bota-fora e jazida de empréstimo será de responsabilidade da empresa executora da obra.

Para definição do DMT utilizou-se como bota fora e jazida de empréstimo os terrenos localizados no mapa de localização segundo orientação da prefeitura.

2.1 CORTES

2.1.1 Generalidades

Cortes são segmentos cuja implantação requer escavação do material constituinte do terreno natural ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto.

As operações de cortes compreendem:

a1) escavação e carga dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto;

a2) transporte e descarga dos materiais escavados para aterros ou bota-foras; para o orçamento determinou-se DMT de 1,4km e o empolamento considerado foi de 25%.

Nota: Com a realização do serviço de terraplenagem poderá haver aparecimento de solo considerado inservível. Havendo aparecimento de tal solo a empresa executora da obra deverá comunicar o Engenheiro Fiscal e Autor do Projeto para readequação dos serviços a serem realizados.

2.1.2 Equipamentos

A escavação de cortes será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

2.1.3 Execução

O desenvolvimento da escavação se processará mediante a previsão da utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas utilizados para constituição dos aterros, os materiais que pela classificação e caracterização efetuada nos cortes sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de materiais escavados nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será procedido o depósito dos referidos materiais, para sua oportuna utilização.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada a ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou solos orgânicos, a empresa executora da obra deverá comunicar o Engenheiro Fiscal e Autor do Projeto para readequação dos serviços a serem realizados.

Os taludes dos cortes deverão apresentar, após a operação de terraplenagem, a inclinação indicada no projeto.

2.1.4 Controle

O acabamento da plataforma de corte será procedido mecanicamente, de forma a alcançar-se a conformação da seção transversal do projeto, admitido as seguintes tolerâncias:

- a) variação de altura máxima de mais ou menos 3cm;
- b) variação de largura da plataforma de mais ou menos 10cm.

2.2 ATERROS

2.2.1 Generalidades

As operações de aterro compreendem descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecido ou aeração, e compactação dos materiais destinados a:

- a) Construção da camada final do aterro até a cota correspondente ao greide da terraplenagem;
- b) Substituição eventual dos materiais de qualidade inferior previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros e/ou cortes.

2.2.2 Materiais

Os materiais para os aterros provirão de cortes existentes, desde que estes apresentem boa qualidade. A substituição desses materiais selecionados por outros, por necessidade de serviço ou por interesse da construtora, somente poderá ser processada após prévia autorização da fiscalização. Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micácea e diatomácea. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Caso os materiais provenientes dos cortes não forem suficientes ou não forem de boa qualidade para os aterros, deverá ser adquirido material e jazidas de solo de boa qualidade devidamente licenciadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte ($ISC < 2\%$), quando compactados com energia do método DNER-ME 47/64.

A camada final dos aterros deverá ser constituída de solos selecionados, dentre os melhores disponíveis, não sendo permitido o uso de solos com expansão maior que 2%.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

2.2.3 Equipamentos

Os aterros serão executados mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

2.2.4 Execução

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal e em extensões tais que permitam seu umedecimento e compactação a 100% do proctor normal. Para o corpo dos aterros, a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,30m e, para as camadas finais, essa espessura não deverá ultrapassar 0,20m.

Ensaaios

Na camada final do aterro deverão ser realizados os seguintes ensaios:

Ensaio de granulometria por peneiramento – solos

- Ensaio de limite de liquidez – solos
- Ensaio de limite de plasticidade – solos
- Ensaio de compactação - amostras não trabalhadas - energia normal – solos
- Ensaio de massa específica - in situ - emprego do óleo – solos
- Ensaio de índice de suporte Califórnia - amostras não trabalhadas - energia normal - solos

3 DRENAGEM PLUVIAL

3.1 ASPECTOS GERAIS

Na Rua Eugenio Schineider entre as estacas 8+10 e 15+19m será executada apenas drenagem do lado esquerdo da via, o lado direito é existente.

Na Rua Jenny Schineider será executada drenagem apenas do lado direito da via, a do lado esquerdo é existente.

As redes de drenagem existente estão atendendo a demanda e estão em pleno funcionamento conforme Declaração do Eng. Responsável da prefeitura.

3.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto de drenagem consiste na definição e dimensionamento das estruturas, e tem por objetivo permitir que as águas provenientes de chuvas sejam escoadas do pavimento e que as águas que se encontrem no interior do pavimento não venham a prejudicá-lo.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Sob este aspecto, o Projeto de Drenagem teve o objetivo da definição dos tipos de dispositivos a serem utilizados assim como a localização de implantação dos mesmos.

Através de critérios usuais de drenagem, foi projetado e dimensionado o traçado da rede de drenagem, considerando-se os dados topográficos existentes e o pré-dimensionamento hidrológico e hidráulico, assim como estruturas de drenagem existente quando existirem.

3.3 DIMENSIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE DRENAGEM COM TUBOS DE CONCRETO

Para o cálculo da rede nova de drenagem considerou-se apenas a contribuição do lado esquerdo.

Após, é calculado o coeficiente de permeabilidade do solo de acordo com o uso do solo. Para determinação do tempo de concentração é utilizado a equação de Kirpich $t_c = 3,989 * \frac{L^{0,77}}{S^{0,385}}$

Para a determinação da intensidade de precipitação foi utilizada a equação de chuvas intensas obtida através da equação de Back.

$$I = \frac{k * T^m}{(t + b)^n}$$

Para a determinação da Vazão de projeto foi o utilizado o Método Racional

Os diâmetros adotados foram observados para atender a relação altura pelo diâmetro devendo-se ser menor que 0,85.

Segue planilha de dimensionamento, as bacias de contribuição estão no arquivo de projeto:

Rua Jenny Schineider

Trecho	L	Área (há)		C	tc	TR	i	Q	Igaleria	D alc	Dadot	Qn/D8/3i1/2	y/D
	(m)	Trec	Acum	Méd	min	anos	mm/h	L/s	%	cm	cm		
Rua Jenny													
Trecho 01 - Est. 6 a 12													
Montante		0,00	2,80	0,50	5,0	5	125	486,11		-	-	-	
CJØ60 Existente até CCØ60-04	40,00	0,45	3,25	0,50	5,0	5	125	562,83	6,60%	43	60	0,1283	0,4470
CCJØ60-04 até CJØ200	40,00	0,70	3,95	0,50	5,1	5	124	679,07	5,06%	49	60	0,1768	0,5393
Trecho 02 - Est. 1 a 6													
Montante Rua Afonso Pensa + Trecho 01 Est		0,00	5,95	0,50	5,0	5	134	1107,36					
CJØ200 Existente até Rua Castelo Branco	90,00	0,60	6,55	0,50	5,0	5	125	1134,32	1,83%	72	200	0,0198	0,1709
Desague Existente Ø200													
Rua Jenny Trecho 01 + Trecho 02		3,95	6,55	0,50	5,0	5	125	1134,32					
Rua Castelo Branco (projeto)		5,73	12,28	0,50	5,0	5	125	2126,64					
Rua Castelo Branco (existente)		2,10	14,38	0,50	5,0	5	125	2490,31	1,83%	96	200	0,0435	0,2523

Rua Eugenio Schineider

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Trecho	L	Área (há)		C	tc	TR	i	Q	Igaleria	D alc	Dadot	Qn/D8/311/2	y/D
	(m)	Trec	Acum	Méd	min	anos	mm/h	L/s	%	cm	cm		
Rua Eugenio													
Trecho 01 - Est. 0 a 8													
Montante		0,00	0,00	0,50	5,0	5	125	0,00		-	-	-	
CCJ060-01 até CCJ060-02	40,00	0,60	0,60	0,50	5,0	5	125	103,91	1,13%	32	60	0,0573	0,2903
CCJ060-02 até CCJ060-02	40,00	0,60	1,20	0,50	5,4	5	122	203,33	0,59%	47	60	0,1550	0,4985
CCJ060-03 até CJ080 existente	80,00	0,90	2,10	0,50	5,9	5	119	347,98	0,56%	58	60	0,2724	0,7239
Trecho 01 - Est. 8 a 16													
Montante		0,00	0,16	0,50	5,0	5	134	29,78					
CCJ040-11 até CC040-02	60,00	0,45	0,61	0,50	5,0	5	125	105,64	7,43%	23	40	0,0669	0,3146
CC040-02 até CJ060 Existente	40,00	0,60	1,21	0,50	5,0	5	125	209,55	3,39%	34	60	0,0667	0,3140
CJ060 Existente até CC060-02	40,00	0,60	1,81	0,50	5,0	5	125	313,45	1,27%	47	60	0,1629	0,5133
CC060-02 até CJ080 Existente	42,00	0,60	2,41	0,50	5,0	5	125	417,36	0,80%	58	60	0,2733	0,7259
Desague Existente													
Rua Catarina Reif		0,00	4,51	0,50	5,0	5	125	781,04	0,60%	77	80	0,2742	0,7279

3.4 FORMA DE ASSENTAMENTO DOS TUBOS COM REATERRO DE BRITA

Após a locação da drenagem deverá ser executada a escavação e carga mecanizada da vala de acordo com a largura dimensionada em projeto para cada tipo de tubo. Deverá ser observada a profundidade da vala de acordo com a declividade e cotas do fundo de vala com rigoroso acompanhamento técnico e nivelamento topográfico para garantir o escoamento calculado em projeto.

As operações de escavação da vala compreendem:

- escavação e carga dos materiais constituintes até a cota de fundo de vala indicado no projeto;
- transporte e descarga dos materiais escavados para aterros ou bota-foras; para o orçamento determinou-se DMT de 1,4km e o empolamento considerado foi de 25%.

Após nivelamento deverá ser colocada uma camada de brita n.2.

Somente após conferência quanto à declividade e profundidade da vala deverão ser assentados os tubos e posteriormente serem rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, garantido estanqueidade entre os tubos. Após rejuntamento deve-se aguardar o tempo de cura da argamassa e proceder ao preenchimento da vala com brita nº 2 até altura final do greide de regularização.

3.5 TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO

Os tubos de concreto de seção circular para águas pluviais deverão atender o que preconiza a NBR 8890 e terão encaixe tipo macho e fêmea.

As classes utilizadas seguem lista abaixo:

Ø40cm em terço classe PS-2 e PA-1.

Ø60cm em terço classe PS-2

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br

Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Não serão aceitos tubos que apresentarem defeitos de fabricação ou rachaduras, nem tampouco tubos que apresentarem problemas no sistema de encaixe ou desigualdade na espessura da parede.

3.6 CAIXAS DE CAPTAÇÃO

As caixas de captação com grelha de concreto (bocas de lobo) destinam-se à captação das águas que escoam pelos meios-fios e calçadas e são projetadas de tal forma que a areia fique depositada em um compartimento facilitando a limpeza das mesmas, conforme projeto.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

Para execução das caixas deverá ser realizada escavação no local da vala e realizado o reaterro com o mesmo material escavado.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em alvenaria de bloquetes de concreto, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento e areia média com traço em volume de 1:3 respectivamente. Os elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro e garantir estanqueidade no reservatório de água do sifão.

O local de implantação destas caixas não possui sistema de tratamento de esgoto coletivo e por este motivo a ligação dos sistemas de tratamento de esgoto individuais é realizada na rede projetada para águas pluviais. Por este motivo o sistema executivo das caixas de captação é realizado com sifão para evitar o retorno de odores. Sendo assim o local onde ficará depositado água no sifão deverá oferecer plena estanqueidade.

3.7 CAIXAS DE INSPEÇÃO

As caixas de inspeção são colocadas para possibilitar a manutenção e permitir o acesso ao pessoal da limpeza da rede pluvial. É utilizada também com o objetivo de mudança de direção, declividade e ou mudança de diâmetro dos tubos.

São projetadas de tal forma que a areia fique depositada em um compartimento facilitando a limpeza das mesmas, conforme projeto.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

A execução das caixas deverá ser realizada durante a colocação dos tubos aproveitando a abertura da vala para assentamento dos mesmos.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em alvenaria de bloquetes de concreto e bloco de concreto, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento cal e areia respectivamente. Os elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro. Para o orçamento foi considerado fundo das caixas em concreto magro fck 15Mpa e tampas em concreto armado fck 25Mpa. Nas caixas para tubos com diâmetro superior ou igual a Ø60cm a viga e laje em concreto armado possuem fck 25Mpa. Para as paredes do corpo da caixa considerou-se o uso de blocos de concreto 14x19x39



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

assentados com argamassa de cimento cal de areia e o preenchimento dos blocos em concreto magro fck 15Mpa. Para as paredes da chaminé considerou-se o uso de bloquetes de concreto rejuntados.

Será instalado tampão fofo articulado, classe d400 carga max 40t, redondo tampa de 600mm embutido na tampa de concreto da caixa.

3.8 CAIXAS DE JUNÇÃO

As caixas de junção são colocadas para possibilitar a mudança de direção, declividade e ou mudança de diâmetro dos tubos.

As caixas deverão ser executadas de acordo com os projetos no que se refere às dimensões internas e locação das mesmas na plataforma.

A execução das caixas deverá ser realizada durante a colocação dos tubos aproveitando a abertura da vala para assentamento dos mesmos.

Os materiais empregados na sua execução deverão ser em bloco de, assentados e rejuntados entre si com argamassa de cimento cal e areia respectivamente. Os elementos devem ser bem rejuntados para evitar infiltração entre os elementos de ligação provocando erosão e recalques no reaterro. Para o orçamento foi considerado fundo das caixas em concreto magro fck 15Mpa e tampas em concreto armado fck 25Mpa. Para as paredes considerou-se o uso de blocos de concreto 14x19x39 assentados com argamassa de cimento cal de areia e o preenchimento dos blocos em concreto magro fck 15Mpa.

4 PROJETO GEOMÉTRICO

A elaboração do Projeto Geométrico desenvolveu-se com apoio nos elementos levantados na fase de estudos topográficos e nas normas para Projetos Geométricos de Estradas de Rodagem, e demais estudos e projetos inter-relacionados.

Com base no levantamento topográfico, foi lançado o eixo da rua tentando usar ao máximo o eixo da rua existente observando também o alinhamento dos postes de transmissão de energia da rede pública.

Nas seções tipo demonstrativas do projeto é possível visualizar os elementos a serem implantados como largura de cada pista e outros elementos.

O gabarito proposto no projeto segue o estabelecido em levantamento no que diz respeito aos alinhamentos frontais das testadas de cada lote, cabendo a prefeitura municipal aprovar os projetos de acordo com o que determina a legislação municipal vigente.

A inclinação da pista na seção transversal é de 2,5% em sentidos opostos.

Foi projetado conforme pode ser visualizado em projeto, passeios, canteiros, estacionamento e pista de rolamento em 2 sentidos opostos.

Obs.: Para a locação da obra a empresa executora deverá solicitar o arquivo digital e o arquivo com as cotas e referências topográficas para a locação.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

5 PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

O Projeto de Pavimentação tem por objetivo definir os materiais que serão utilizados na confecção das camadas constituintes do pavimento, indicando suas características e fontes de obtenção, determinando as espessuras das camadas e obter os quantitativos de serviços e materiais referentes à pavimentação.

Nota: É obrigatório a realização de controle tecnológico, corpo estradal, terraplanagem e revestimento asfáltico.

5.1 TRÁFEGO

Como não se dispõe de uma contagem de tráfego efetiva na rua em questão por se tratar de uma via local considerou-se tráfego leve com $N=8 \times 10^5$

5.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO

A elaboração do projeto de pavimentação tem como objetivo definição das espessuras das camadas do pavimento fixando o tipo do pavimento e as diferentes camadas constituintes.

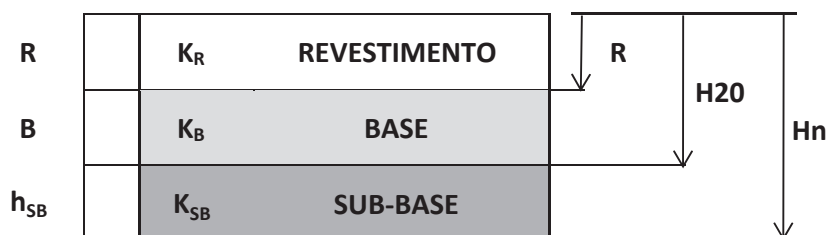
Dimensionamento do pavimento

Número N

$N=8 \times 10^5$

O cálculo das espessuras totais do pavimento baseia-se no método de projeto de pavimentos flexíveis do Engº. Murilo Lopes de Souza, de 1979, adotado pelo DNER e nos Métodos MD-1/92 da P.M. São Paulo, porém com o uso do ábaco de dimensionamento proposto originalmente pelo Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE).

A espessura do pavimento da rua em questão foi determinada em termos dos materiais um coeficiente de equivalência estrutural, mediante a utilização do número “N”, do índice de suporte representativo e do ábaco projetado do Método adotado.



AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Dados:

Camada	Material	CBR
Base	Brita Graduada	60
SubBase	macad.seco	40
SubLeito	Solo	6

R =	5,0 cm	Tabelado
-----	--------	----------

$K_R =$	2,00	Tabelado
$K_B =$	1,00	Tabelado
$K_{SB} =$	1,00	Tabelado
$c =$	1,00	
$H_{20} =$	22	Ábaco
$H_n =$	50	Ábaco

olhar especificações abaixo

Pelo CBR da SubBase

Pelo CBR do sub leito

$R \cdot K_R + B \cdot K_B \geq H_{20} \cdot c$
$B \geq 12$
$B_{Adotado} = 15 \text{ cm}$

$R \cdot K_R + B \cdot K_B + h_{SB} \cdot K_{SB} \geq H_n$
$h_{sb} \geq 25$
$h_{SB_Adotado} = 25 \text{ cm}$

Onde:

R é a espessura mínima do pavimento betuminoso

B é a espessura mínima da base,

h_{SB} é a espessura mínima da sub-base,

K_R é o coeficiente estrutural do revestimento betuminoso

K_B é o coeficiente estrutural da base

K_{SB} é o coeficiente estrutural da Sub-base

h_{ref} é a espessura mínima do reforço,

K_{ref} é o coeficiente estrutural do reforço do Sub-leito

c é um fator de correção,

adota-se:

$c = 1,2$ para $N > 10^7$,

$c = 0,8$ quando $N \leq 10^6$ e o CBR da sub-base for ≥ 40 , e

$c = 1$ para os demais casos.

RESUMO

Capa C.A.U.Q. = 5 cm

Base brita graduada = 15 cm

Macadame seco = 25 cm

5.3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

Os serviços de pavimentação serão executados obedecendo-se as seguintes fases de serviços.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br

Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

5.3.1 REGULARIZAÇÃO E PREPARO DA CANCHA COMPACTADA

Consiste no preparo da camada de regularização do subleito que compreendem cortes e/ou aterros e a compactação da mesma, de modo a conferir condições adequadas em termos geométricos e tecnológicos.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados através da topografia com aparelho de precisão, como por exemplo, locação, nivelamento e outros.

Deverá ser realizada a regularização do subleito, com energia de compactação normal ou intermediária conforme especificações do (DNER-ME 129/94).

Com a realização do serviço de regularização poderá haver aparecimento de solo considerado inservível. Havendo aparecimento de tal solo a empresa executora da obra deverá comunicar o Engenheiro Fiscal e Autor do Projeto para readequação dos serviços a serem realizados.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito desde que comprovado o $\text{CBR} \geq 6\%$ através do (MÉTODO DNER – ME 49/94). No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender basicamente as seguintes unidades:

Motoniveladora pesada, equipada com escarificador; Caminhão-tanque irrigador; Trator agrícola; Grade de disco; Rolos compactadores compatíveis com o tipo de material empregado e as condições de densificação especificadas, devendo incluir obrigatoriamente rolo liso pneumático autopropulsor com pressão variável.

EXECUÇÃO

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de até 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Não será permitida a execução dos serviços desta especificação em dias de chuva.

O teor de umidade dos materiais utilizados na regularização do subleito, para efeito de compactação, deverá estar situado no intervalo que garanta um ISC mínimo igual ao obtido no ensaio do MÉTODO DNER ME 49/94. Caso o teor de umidade se apresente fora dos limites estabelecidos, proceder-se-á ao umedecimento da camada, se demasiada seca, ou a escarificação e



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

aeração, se excessivamente úmida. Concluída a correção da umidade, a camada será conformada pela ação da motoniveladora e, em seguida, liberada para compactação.

Dever-se-á evitar a liberação da regularização do subleito ao tráfego usuário, em face da possibilidade do mesmo causar danos ao serviço executado, em especial sob condições climáticas adversas. Para tal deverá ser procedido o lançamento da nova camada superior do pavimento.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de compactação com a energia especificada, com amostras coletadas a cada 100 m de pista, podendo o espaçamento ser aumentado, desde que se verifique a homogeneidade do material.

Ensaios de granulometria, com espaçamento máximo de 500 m, de pista. Este ensaio não servirá para aceitação ou rejeição, porém é de utilidade no controle da homogeneidade dos solos de jazidas e para futuras comprovações e pesquisas.

Um ensaio para a determinação do Índice de Suporte Califórnia (método DNER ME 49/94), na energia de compactação adotada como referência para o trecho, para cada grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea "a", respeitando-se o espaçamento máximo de 500 m de pista.

Um ensaio para determinação da massa específica aparente seca "in-situ" (MÉTODO DNER ME 092/94), pelo método do Frasco de Areia, com espaçamento máximo de 100 m e com, no mínimo, três determinações por segmento.

5.3.2 CAMADA DE MACADAME SECO

É uma camada de granular, estabilizada, composta por agregados graúdos, naturais ou britados, preenchidos a seco por agregados miúdos pela ação enérgica de compactação.

Será feita uma de sub-base, com material macadame seco, com espessura final acabada de **25cm**. Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 03/15, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros. A jazida de macadame deverá atender perfeitamente no tocante à qualidade e quantidade deste material.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo, locação, nivelamento e outros.

MATERIAIS

Os agregados utilizados nas camadas de Macadame Seco deverão ser constituídos de fragmentos duros, limpos e duráveis, livre de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração, e de outras substâncias prejudiciais.

Deverão apresentar ainda:

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Agregado Graúdo

O agregado graúdo deverá ser constituído por produto resultante de britagem primária (pedra pulmão) de rocha sã. Opcionalmente, poderão ser utilizados materiais pétreos naturais, desmontados pela ação de lâmina e escarificador de trator de esteira ou por simples detonações, obedecidas, ainda, as seguintes indicações:

O diâmetro máximo do agregado graúdo será definido em função de sua utilização e da espessura final da camada executada e deverá estar compreendido entre $\frac{1}{2}$ e $\frac{2}{3}$ dessa espessura.

O diâmetro máximo do agregado isolado deverá estar compreendido entre 127 mm (5") e 76,2 mm (3").

O agregado graúdo deverá ter graduação uniforme. Para tanto deverá ser feita a separação, das frações, através de peneiras classificatórias, de acordo com o diâmetro máximo permitido, admitindo-se, o emprego de agregado graúdo, passante na peneira de diâmetro máximo e retido na peneira de 50,8 mm (2").

Agregados para bloqueio e fechamento

Os agregados para bloqueio e fechamento serão constituídos por produtos totais de britagem de rocha sã, com as mesmas características especificadas para o agregado graúdo, atendendo, ainda, as seguintes indicações:

O agregado de bloqueio deverá apresentar granulometria entre 19,0 mm (3/4") e 9,5mm (3/8")

O agregado para o fechamento da camada, deverá apresentar granulometria que permita uma adequada penetração de forma a possibilitar uma íntima incorporação ao agregado graúdo, formando uma estrutura estabilizada, e atender as faixas granulométricas do quadro a seguir:

PENEIRAS		FAIXAS GRANULOMÉTRICAS			
ASTM	Mm	I	II	III	IV
1"	25,4	100	-	-	-
3/4"	19,1	-	100	100	-
3/8"	9,5	50 - 85	69 - 100	-	100
n.4	4,8	-	-	55 - 100	60 - 80
n. 10	2,0	25 - 50	40 - 70	-	-
n. 40	0,42	-	-	20 - 50	15 - 25
n. 200	0,074	5 - 15	5 - 20	6 - 20	0 - 12

EQUIPAMENTO

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender basicamente, Carregador frontal, Motoniveladora pesada, Caminhão-tanque irrigador, Rolo vibratório liso autopropelido e Rolo pneumático autopropelido com pressão variável.

Além disso, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela fiscalização.

EXECUÇÃO

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

A execução da camada de Macadame Seco será efetuada na pista, na largura total desejada, com a utilização de material de bloqueio, agregado graúdo e material de enchimento, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Inicialmente é espalhado o material de bloqueio através de motoniveladora, numa espessura entre 0,03 m a 0,05 m. Este material não deverá sofrer qualquer espécie de compactação. No entanto, deverá ser feita uma acomodação da camada, por compressão, sem vibração, em no máximo duas passadas, com emprego de rolo liso.

Para a execução da camada de agregado graúdo deverá ser realizada a operação de carga de forma criteriosa, dos materiais que atendam ao especificado, evitando-se a utilização de agregados lamelares ou com excesso de finos. O espalhamento deverá ser feito de maneira a minimizar a segregação entre as frações constituintes, diretamente dos caminhões basculantes, em espessura mais uniforme possível e que possibilite, após a compactação, a obtenção da espessura desejada, seguido da conformação com motoniveladora pesada ou trator de esteiras. Deverão ainda ser removidos os fragmentos alongados, lamelares ou de tamanho excessivo, visíveis na superfície.

Previamente, ao lançamento do material de enchimento, deverá ser obtida uma melhor acomodação do agregado graúdo, através de uma única passada do rolo liso, sem vibração.

O material de enchimento, será espalhado o mais seco possível, através de motoniveladora, em quantidade suficiente apenas para preencher os vazios do agregado graúdo.

A aplicação do material de enchimento deverá ser feita, em uma ou mais vezes, até um bom preenchimento, evitando-se o excesso superficial. Normalmente, essas aplicações se processam em ocasiões diferentes.

A compactação da camada será realizada, inicialmente, com rolo liso vibratório, devendo prosseguir até se obter um bom entrosamento dos agregados componentes da camada de Macadame Seco. O rolo deverá recobrir ao menos a metade da faixa compactada na passada anterior. Nos trechos em tangente, a compactação deverá sempre partir dos bordos para o eixo e, nas curvas, do bordo interno para o externo.

A compactação deverá ser complementada com rolo de pneus, devidamente lastreado, até a verificação da completa estabilização da camada.

Anteriormente à execução da camada sobrejacente, a camada deverá ser corrigida nos pontos que apresentarem problemas. No caso de deficiência de finos, processa-se o espalhamento de uma outra camada de material de enchimento. No caso de excesso de finos, processa-se a sua necessária remoção por meios manuais ou mecânicos. A camada, após as correções, será novamente compactada até aceitação. Depois disso deverá ser levemente umidecida.

Para a obtenção da espessura desejada, não será admitida a complementação da camada pela adição superficial de agregados graúdos ou miúdos, devendo esta espessura ser compatível com o diâmetro máximo do agregado graúdo.

A camada não poderá ser aberta ao tráfego.

CONTROLE TECNOLÓGICO

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Um ensaio de granulometria de agregado graúdo, a cada 300 m de pista, e, no mínimo, um ensaio por dia de trabalho. O material deverá ter o diâmetro máximo previsto em projeto, não sendo admitidos materiais passantes na peneira de 50,8 mm (2").

Um ensaio de granulometria (Método DNER ME 083/98) do material de bloqueio e de enchimento para verificação do atendimento da granulometria especificada, a cada 300 m de pista.

Com o material coletado, para o ensaio de granulometria, um ensaio do equivalente de areia (MÉTODO DNER 054/97), que deverá apresentar valor superior à 50%.

Verificação visual da condição de acabamento da superfície pela ausência de regiões com excesso de finos à superfície ou com falta de entrosamento dos agregados.

5.3.3 CAMADA DE BRITA GRADUADA

Será executada camada de base graduada com espessura de **15cm**. Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 11/16, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, e outros.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados através de topografia com aparelho de precisão.

MATERIAIS

Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem de rocha sã, devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração e isentos de material vegetal e impurezas, não apresentando filito, argelito e areni

to na composição da rocha e apresentando ainda as seguintes condições:

a) Quando submetidos à avaliação da durabilidade com solução de sulfato de sódio, **MÉTODO DNER-ME 89/94**, devem apresentar perdas inferiores aos seguintes limites:

- agregados graúdos 12%
- agregados miúdos 15%

b) O índice de suporte Califórnia, **MÉTODO DNER-ME 49/94**, com a energia modificada, não deve ser inferior a 100%.

c) Granulometria, **MÉTODO DNER – ME 83/98**, por via lavada, enquadrada na faixa I.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Peneira		Porcentagem Passando, em Peso			
Série ASTM	Abertura (mm)	I	II	III	IV
2"	50,8	100	100		
1½"	38,1	90 - 100	90 - 100		
1"	25,4	70 - 95	75 - 90	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	2 - 8	5 - 15	5 - 15	5 - 20

EQUIPAMENTOS

O equipamento deverá ser aquele capaz de executar os serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida e poderá compreender as seguintes unidades: Carregador frontal; Caminhões basculantes; Motoniveladora pesada; Grade de discos e/ou pulvimisturador; Trator Agrícola; Caminhão tanque irrigador; Rolos compactadores liso vibratório e pneumático autopropulsor com pressão variável. Central de mistura dotada de unidade dosadora com 3 (três) silos, dispositivo de adição de água com controle de vazão e misturador do tipo "pugmill"; Distribuidor de agregados (solos) autopropulsor.

EXECUÇÃO

O produto da mistura deverá sair da "Usina de Solos" perfeitamente homogeneizado, com teor de umidade ligeiramente acima do ótimo, de forma a fazer frente às perdas no decorrer das operações construtivas subseqüentes. No transporte, deverão ser tomadas as precauções para que não haja perda ou adição excessiva de umidade.

Não se recomenda a estocagem do material usinado, pelos riscos de segregação inerentes a tal operação.

A mistura usinada deverá ser espalhada com "distribuidor de agregados", capaz de distribuir a brita graduada em espessura uniforme, sem produzir segregação. Opcionalmente, mediante autorização da Fiscalização, a distribuição poderá ser procedida pela ação de motoniveladora, sendo que, neste caso, deverão ser estabelecidos critérios de trabalho que não causem a segregação do material e assegurem a qualidade do serviço.

Não se recomenda o espalhamento parcial ou por etapas, quanto à espessura e largura de camada individual. O espalhamento deverá ser feito de modo a se evitar conformação adicional da camada. Caso, no entanto, isto seja necessário, admite-se conformação pela atuação da motoniveladora, exclusivamente por ação de corte, previamente ao início da compactação.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Quando se desejar camadas de bases ou sub-bases superiores a 0,20 m, os serviços podem ser executados em mais de uma camada e estas deverão se situar no intervalo de 0,10 a 0,20 m.

O teor da umidade da mistura, por ocasião da compactação, deve estar compreendido no intervalo de - 2%, a + 1% em relação à umidade ótima. Preferencialmente, deve ser iniciada, no ramo seco, com umidade de, no máximo, 1% abaixo da umidade ótima.

Caso o teor de umidade se apresente fora dos limites estabelecidos, proceder-se-á ao umedecimento da camada, se demasiadamente seca, ou a escarificação e aeração se estiver excessivamente úmida. Nesse caso o material deverá ser conformado, pela ação da motoniveladora e, em seguida, liberado para compactação.

A compactação da camada será executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos, e de rolos pneumáticos de pressão regulável.

A compactação deve evoluir longitudinalmente, iniciando nos bordos mais baixos e progredindo no sentido do ponto mais alto da seção transversal, exigindo-se que, em cada passada do equipamento, seja recoberta, no mínimo, a metade da largura da faixa densificada pela passagem anterior.

Eventuais manobras do equipamento de compactação deverão se proceder fora da área de densificação.

Em lugares inacessíveis ao equipamento convencional de compactação, ou onde seu emprego não for recomendável, a compactação requerida será obtida através de compactadores portáteis, manuais ou mecânicos.

A operação de acabamento se dará mediante o emprego de motoniveladora atuando exclusivamente em operação de corte. Complementarmente, a camada receberá um número adequado de coberturas através dos rolos compactadores.

Após a verificação e aceitação do segmento, deverá ser lançada a camada posterior. Quando prevista, deverá ser executada a imprimação do segmento, tão logo se constate a evaporação de umidade superficial.

Não se recomenda a abertura do segmento ao tráfego. No entanto, à critério da Fiscalização, e em caráter excepcional, o segmento poderá ser liberado pelo menor espaço de tempo possível, sem prejuízo à qualidade do serviço.

CONTROLE TECNOLÓGICO

a) Anteriormente ao início da primeira execução na obra, ou no caso de se constatar alteração mineralógica (visual) na jazida ou na bancada da pedreira em exploração, ou de ocorrer mudança na fonte de materiais, deverão ser executados os seguintes ensaios:

- Abrasão "Los Angeles" (MÉTODO DNER-ME 35/98);
- Durabilidade (MÉTODO DNER-ME 89/94);
- Equivalente de Areia (MÉTODO DNER-ME 54/94).

b) Deve-se determinar a energia de compactação necessária para obtenção da máxima "MASSA ESPECÍFICA APARENTE SECA".

c) Um ensaio de equivalente de areia, MÉTODO DNER - ME 54/97, a cada 500 m de pista.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

d) Um ensaio de granulometria, **MÉTODO DNER ME 83/98**, por via lavada, a cada 250 m de pista devendo a composição granulométrica da amostra enquadrar-se na "faixa de trabalho". Os serviços serão aceitos se os valores obtidos através estiverem em relação à curva de projeto, dentro dos limites estabelecidos abaixo:

PENEIRA		% PASSANDO, EM PESO
ASTM	mm	
3/8" a 1 1/2"	9,5 a 38,1	± 7
Nº 10 a Nº 4	2,0 a 4,8	± 5
Nº 200 a Nº 40	0,074 a 0,42	± 2

e) Um ensaio para a determinação da massa específica aparente seca, "in-situ", pelo método do Frasco de Areia, **MÉTODO DNER 092/94**, com espaçamento máximo de 100 m e com no mínimo três determinações por segmento. O serviço será aceito se o teor de umidade para a compactação se situar na faixa fixada através da curva **ISC x umidade**, de forma a se obter valor para o ISC no mínimo igual ao obtido no ensaio do **MÉTODO DNER ME 49/94** e, o grau de compactação, apresente valor de no mínimo 100% em relação a massa específica aparente seca máxima obtida conforme alínea "b".

Notas:

- 1) No caso de paralisação, ou de demora acentuada na execução dos serviços de uma camada de brita graduada, o ensaio de granulometria deverá ser refeito de forma a garantir que, no momento da compactação, o material ainda atenda ao especificado. No caso de não atendimento, a providência a adotar será retirar o material colocado e refazer o serviço com novo material atendendo às exigências da especificação. A remoção do material e o acerto da camada inferior, para reinício do serviço, será com ônus total da Construtora, excetuando-se quando o serviço tiver sido aceito, anteriormente à paralisação.
- 2) Em caso de não atendimento aos itens "c" e/ou "d", a providência a adotar é retirar o material colocado e refazer o serviço com material que satisfaça as exigências desta especificação. A remoção do material e o acerto da camada inferior, para reinício dos serviços será com ônus exclusivo da Construtora.
- 3) Em caso de não atendimento aos itens "e" e/ou "f", a camada deverá ser escarificada e o serviço refeito, com ônus exclusivo da Construtora.

5.3.4 IMPRIMAÇÃO

Sobre a Base acabada será executada uma imprimação que tem por objetivo, aumentar a coesão da superfície da camada pela penetração do material asfáltico empregado, conferir um



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

certo grau de impermeabilidade à camada, promover condições de aderência entre a base e a camada asfáltica a ser sobreposta. Para esta pintura asfáltica será usado asfalto diluído de petróleo tipo CM-30, com uma taxa de aplicação de **1,0 l/m²**.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, e outros.

MATERIAIS

Emulsão Asfáltica do tipo EAI - asfalto diluído de petróleo tipo CM-30

A taxa de aplicação do ligante deverá ser de no mínimo 1,0l/m². Porém taxa ideal é a máxima que pode ser absorvida em 24 horas sem deixar excesso na superfície e, que apresente uma penetração de, no mínimo, 3 mm, de acordo com a permeabilidade da camada granular. Se esta taxa for superior a 1,0l/m² a empresa deverá contatar o engenheiro fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.

Em nenhuma hipótese será permitida a diluição da Emulsão Asfáltica do tipo EAI.

EQUIPAMENTOS

Vassouras mecânicas rotativas, e/ou compressor de ar; equipamento espargidor de material asfáltico; depósitos de materiais asfálticos; ferramentas manuais e equipamentos acessórios.

EXECUÇÃO

Depois da perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura asfáltica, proceder-se-á a varredura da sua superfície de modo a eliminar-se o pó e o material solto existente.

Recomenda-se um leve umedecimento da superfície da camada, para diminuir a influência do ar quente nos vazios, facilitando a penetração do ligante.

A distribuição do material asfáltico deverá ser feita utilizando-se um caminhão espargidor limpo e sem resíduos de outros produtos, mesmo emulsões asfálticas. Os leques de espargimento devem permitir uma distribuição uniforme, sob pressão.

Não poderá ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, no material existente dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária à obtenção da viscosidade adequada à distribuição.

Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e da maneira mais uniforme possível. O ligante asfáltico não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10° C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver eminente. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser aquela que proporcione a melhor viscosidade para o espalhamento.

Deve-se executar imprimação na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho, e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, deve-se trabalhar em uma meia-pista,



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

completando-a na adjacente, logo que a primeira permitir sua abertura ao tráfego. O tráfego sobre pintura asfáltica de imprimação só deverá ser permitido após decorridos, no mínimo, 24 horas da aplicação do ligante e quando este estiver convenientemente curado. O tempo de exposição ao tráfego será condicionado pelo seu comportamento, não devendo ultrapassar 30 dias. Pode-se permitir o tráfego imediato em locais de cruzamento com outras estradas, desde que seja aumentada a taxa de aplicação e coberta com espessa camada de pedrisco ou areia, capaz de evitar a remoção do material ligante. Nesse caso medidas de redução da velocidade do tráfego, usuário, deverão ser tomadas, como prevenção as freiadas e manobras bruscas.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial ou final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel, transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material asfáltico situem-se sobre essas faixas, as quais serão a seguir retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida com um distribuidor manual.

Na eventualidade de ocorrerem defeitos ("panelas") na camada com pintura asfáltica de imprimação, em áreas abertas ao tráfego, as correções serão procedidas fazendo-se uma pintura de ligação de retoque e usando-se somente material da camada sobrejacente.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de sedimentação (NBR 6570:2010), no caso da Emulsão Asfáltica ficar depositada por cinco dias ou mais.

Um ensaio para o controle de taxa de aplicação do ligante, pelo método da bandeja, a cada 100 m, na faixa de aplicação. Deve-se alternar a posição da bandeja, entre o eixo longitudinal do caminhão e os seus lados direito e esquerdo objetivando a verificação de homogeneidade da vazão dos bicos e da taxa de aplicação.

A taxa do ligante asfáltico será calculada em função do teor de água, para Emulsão Asfáltica.

A Fiscalização fará uma apreciação, em bases visuais que deverá ser julgada satisfatória:

- Da homogeneidade de aplicação da pintura asfáltica executada;
- Da penetração do ligante na camada, no caso de pintura asfáltica de imprimação;
- Da efetiva cura do ligante aplicado.

No caso de não atendimento dos itens a cima descritos, a Fiscalização determinará, com ônus exclusivo da Construtora, as seguintes providências:

Se ocorrer variação superior ao limite máximo, a solução poderá, a critério da Fiscalização, abranger desde o lançamento de areia ou pedrisco e a passagem de rolos nas horas mais quentes do dia, até à completa remoção e à restauração da base com a execução de nova pintura asfáltica.

Se ocorrer variação superior ao limite mínimo, a solução deverá ser a complementação da pintura asfáltica com nova aplicação de ligante.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

5.3.5 PINTURA DE LIGAÇÃO

Setenta e duas horas após a imprimação, será executada uma pintura de ligação, que a pintura asfáltica aplicada com o objetivo de promover a aderência de uma camada asfáltica com a subjacente, e, conferir um certo grau de impermeabilidade à camada.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC-ES-P-04/15, no tocante a especificações de materiais, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros

MATERIAIS

Na obra em questão será utilizada emulsão asfáltica tipo RR-2C, com uma taxa de aplicação de **0,8 l/m²**.

EQUIPAMENTO

Vassouras mecânicas rotativas, e/ou compressor de ar; equipamento espargidor de material asfáltico; depósitos de materiais asfálticos; ferramentas manuais e equipamentos acessórios.

EXECUÇÃO

Depois da perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura asfáltica, proceder-se-á a varredura da sua superfície de modo a eliminar-se o pó e o material solto existente.

A distribuição do material asfáltico deverá ser feita utilizando-se um caminhão espargidor limpo e sem resíduos de outros produtos, mesmo emulsões asfálticas. Os leques de espargimento devem permitir uma distribuição uniforme, sob pressão.

Não poderá ser iniciada enquanto não for atingida e mantida, no material existente dentro do veículo distribuidor, a temperatura necessária à obtenção da viscosidade adequada à distribuição.

Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e da maneira mais uniforme possível. O ligante asfáltico não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10° C, ou em dias de chuva, ou quando esta estiver eminente. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser aquela que proporcione a melhor viscosidade para o espalhamento.

Deve-se executar pintura de ligação na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho, e deixá-la fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, deve-se trabalhar em uma meia-pista, completando-a na adjacente, logo que a primeira permitir sua abertura ao tráfego. O tráfego sobre pintura asfáltica de ligação só deverá ser permitido após decorridos, no mínimo, 24 horas da aplicação do ligante e quando este estiver convenientemente curado. O tempo de exposição ao tráfego será condicionado pelo seu comportamento, não devendo ultrapassar 30 dias. Pode-se permitir o tráfego imediato em locais de cruzamento com outras estradas, desde que seja aumentada a taxa de aplicação e coberta com espessa camada de pedrisco ou areia, capaz de evitar a remoção



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

do material ligante. Nesse caso medidas de redução da velocidade do tráfego, usuário, deverão ser tomadas, como prevenção as freiadas e manobras bruscas.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial ou final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel, transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material asfáltico situem-se sobre essas faixas, as quais serão a seguir retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida com um distribuidor manual.

CONTROLE TECNOLÓGICO

Um ensaio de sedimentação (NBR 6570:2010), no caso da Emulsão Asfáltica ficar depositada por cinco dias ou mais.

Um ensaio para o controle de taxa de aplicação do ligante, pelo método da bandeja, a cada 100 m, na faixa de aplicação. Deve-se alternar a posição da bandeja, entre o eixo longitudinal do caminhão e os seus lados direito e esquerdo objetivando a verificação de homogeneidade da vazão dos bicos e da taxa de aplicação.

A taxa do ligante asfáltico será calculada em função do teor de água, para Emulsão Asfáltica.

A Fiscalização fará uma apreciação, em bases visuais que deverá ser julgada satisfatória:

- Da homogeneidade de aplicação da pintura asfáltica executada;
- Da efetiva cura do ligante aplicado.

No caso de não atendimento dos itens a cima descritos, a Fiscalização determinará, com ônus exclusivo da Construtora, as seguintes providências:

Se ocorrer variação superior ao limite máximo, a solução poderá, a critério da Fiscalização, abranger desde o lançamento de areia ou pedrisco e a passagem de rolos nas horas mais quentes do dia, até à completa remoção e à restauração da base com a execução de nova pintura asfáltica.

Se ocorrer variação superior ao limite mínimo, a solução deverá ser a complementação da pintura asfáltica com nova aplicação de ligante.

5.3.6 APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE

Será executada a capa em concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ (CAP 50/70), na faixa “C” do DEINFRA-SC ES-P 05/16, com espessura final compactada de **5,0 cm**. Tal material será espalhado na pista através do uso de vibroacabadora autopropulsora, e compactado com rolo de pneus autopropulsor. O acabamento da capa se fará com uso de rolo tandem metálico.

Para os serviços deverão ser seguidas as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16, no tocante a especificações de materiais, compactação, execução dos serviços, controle tecnológico, controle geométrico e outros.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

MATERIAIS

MATERIAL BETUMINOSO

Será utilizado o Cimento Asfáltico CAP 50/70 como material betuminoso. Só poderá ser descarregado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade.

AGREGADOS

Antes da utilização dos agregados minerais, estes deverão ser analisados de forma que não ocorram variações de traço de granulometrias, densidades e demais características díspares com o projeto de mistura.

Quando do seu recebimento, só poderá ser utilizado após analisado e aprovado, após a realização dos ensaios de controle de qualidade.

Os agregados minerais deverão ser estocados separadamente, de modo a evitar a mistura de dois ou mais tipos de agregados.

Deverão ser previamente cobertos, a fim de que estes não sejam contaminados por carga de material particulado em suspensão ou que recebam precipitações pluviométricas, o que tende a carrear para os pontos mais baixos os grãos de menores dimensões.

Composição da Mistura

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

A densidade utilizada em projeto é de 2,5548t/m³ e o teor do CAP utilizado em projeto é de 5,66%.

Nesta etapa deverão ser feitos o controle tecnológico com as verificações de modo a garantir-se que os materiais utilizados na produção, bem como o traço da mistura são compatíveis com o projeto e as normas técnicas. A empresa executora deverá fornecer a composição da mistura a fiscalização.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

- Depósito para Ligante Betuminoso
- Depósito para Agregados
- Usina para Misturas Betuminosas
- Caminhões para Transporte da Mistura: caminhões tipo basculante.
- Equipamento para Espalhamento: O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos.
- Equipamento para a Compressão: O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

EXECUÇÃO

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico, no momento da misturação deverá ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação da **temperatura x viscosidade**.

A temperatura conveniente será aquela na qual o cimento asfáltico apresentar valor para a viscosidade situado dentro da faixa de 85 a 150 segundos Saybolt-Furol, indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 105 ± 10 segundos Saybolt-Furol. Os agregados deverão ser aquecidos à temperatura de até 10°C acima da temperatura do cimento asfáltico e, a temperatura deste não deverá ser superior a 157°C . A mistura não poderá ter temperatura inferior a 110°C e superior a 167°C . A produção do concreto asfáltico e a frota de veículos de transporte devem assegurar a operação contínua da vibroacabadora.

Produção do Concreto Betuminoso

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

A mistura final deverá ser homogênea, isenta de partículas recobertas ou segregadas. Durante a misturação, não deverão ser evidentes vazamentos de agregados ou ligantes pelo batente da comporta. Os bicos de injeção de asfalto deverão estar desobstruídos, com vazão equalizada entre si.

Transporte do Concreto Betuminoso

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina mais próxima ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

Distribuição e Compressão da Mistura

O lançamento de concreto asfáltico só deverá ser consumado se a pista apresentar com imprimação devidamente aceita, se a pista estiver seca, limpa e a temperatura ambiente acima de 10°C .

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Em ficha apropriada, deverão ser anotados todos os dados relativos a descarga e lançamento do usinado.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontas - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

Sobre o revestimento recém-executado deverá ser vetado o tráfego de veículos, bem como parada de máquinas e equipamentos, por um período mínimo de 48 horas após a sua execução.

Todos os serviços a serem realizados devem ser acompanhados de serviços através de topografia com aparelho de precisão, como por exemplo locação, nivelamento e outros.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico deverá ser feito de acordo com as especificações do DEINFRA-SC ES-P 05/16

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Como critério de medição em relação ao CAP será utilizado à média aritmética dos resultados dos ensaios de controle tecnológico da massa asfáltica, até o limite do orçamento.

6 MEIO FIO DE CONCRETO

Será utilizado dois tipos de meio fio no projeto:

Meio fio tipo 01 – Serão pré moldados fck min. de 25Mpa com as seguintes dimensões: 30cm de altura e espessura de 10cm na base inferior e na base superior com acabamento arredondado finalizando com espessura de 6cm. Deverão apresentar as superfícies planas e com arestas retilíneas. As dimensões estabelecidas deve-se ao padrão atual encontrado no mercado local.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Serão posicionados ao longo do pavimento e mais elevado que este, com duplo objetivo, limitar a área destinada ao trânsito de veículos e conduzir as águas precipitadas sobre o pavimento para outros dispositivos de drenagem.

Meio fio tipo 02 – Serão pré moldados fck min. de 25Mpa com as seguintes dimensões: 30cm de altura e espessura de 6cm com acabamento reto. Deverão apresentar as superfícies planas e com arestas retilíneas. As dimensões estabelecidas deve-se ao padrão atual encontrado no mercado local.

Serão posicionados nos trechos de término de pavimentação, a fim de evitar deformações no final da pavimentação. Quando houver pavimentação dos passeios com material intertravado o meio fio tipo 02 também terá o objetivo de servir de travamento para tal pavimento, sendo utilizado na testada dos lotes que não possuem elementos de travamentos existentes.

Nota: Nos locais não indicados em projeto considerou-se a estrutura existente da extrema (muros e outros) como elementos que servirão para o travamento do pavimento

EXECUÇÃO

Deverá ser escavada vala compatível com a dimensão do meio fio e os mesmos serem assentados sobre uma camada de areia média no nível estabelecido em projeto, após deverão ser travados com reaterro de solo reaproveitado da escavação e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:3.

7 PASSEIOS

7.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto dos passeios consiste na definição do seu traçado, posicionamento da sinalização tátil, rebaixos de garagem, travessias de pedestres com rebaixo nestes trechos para garantir a acessibilidade. O traçado prevê uma faixa livre mínima de 1,20m de acordo com a NBR 9050, restando uma largura variável para adaptações de rampas de acesso de veículos e obstáculos verticais como postes e placas de trânsito, entre outros.

Nota: 1 - Observar ainda assim a necessidade de relocação de postes na via de acordo com o mencionado em projeto.

2- É obrigatório a realização de controle tecnológico dos poliedros de concreto.

7.2 COMPACTAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DOS PASSEIOS

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

A área dos passeios deverá ser compactada mecanicamente em sua camada final de 20cm com placa vibratória 400kg para garantir um grau de compactação adequado antes da aplicação do pó de pedra para assentamento do pavimento intertravado de concreto.

7.3 PAVER

As peças de paver destinado a pavimentação dos passeios terão a espessura de 6 cm e confeccionadas com fck mínimo de concreto de 35 Mpa. O paver das calçadas será na cor natural.

Será feita uma sinalização tátil no piso para deficientes visuais, com largura mínima de 40cm para tátil direcional, e largura mínima de 40cm para tátil de alerta na cor vermelha, sendo que as medidas para as lajotas direcional e de alerta e formato do relevo deverão estar de acordo com a NBR 9050.

No recebimento das peças deverão ser verificadas se as dimensões atendem as exigências previstas, bem como a ausência de trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o seu assentamento ou afetar a resistência e durabilidade do pavimento.

7.4 PROCESSO DE EXECUÇÃO

A pavimentação dos passeios será construída obedecendo os alinhamentos, dimensões, seções transversais e locação estabelecidos pelo projeto.

Os meio-fios onde indicados em projeto serão colocados.

Deverão ser observados os rebaixos necessários, como por exemplo nas entradas de garagens e estacionamentos, faixas de pedestres por exemplo..

Após serviço de compactação deverá ser lançada a camada de pó de pedra $e=$ (6cm) para assentamento do paver.

O pó de pedra para assentamento do paver deverá ser constituído de partículas limpas, duras, isentas de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais.

Após a colocação do paver será feito o rejuntamento utilizando-se uma camada de areia média com espessura de 0,50 cm sobre as mesmas. Com auxílio de vassouras se forçará a areia penetrar nas juntas.

Após a conclusão do serviço de rejuntamento, o pavimento será devidamente compactado com compactação mecânica.

8 CANTEIROS

8.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

Os canteiros terão largura de 1,50m e no cruzamento será realizado o alargamento do mesmo conforme demonstrado em projeto. No lado que o canteiro confronta com o estacionamento o meio fio utilizado será o tipo 1 e sua implantação se fará elevada em 12cm em relação o nível do estacionamento. No lado que o canteiro confronta com o passeio o meio fio utilizado será o tipo 2 e sua implantação se fará no mesmo nível do passeio. Haverá interrupções nos pontos de acesso de veículos já demarcadas em projeto e para o acabamento no termino de cada trecho de canteiro será moldado no local o arredondamento do canteiro preenchendo o mesmo com lastro de concreto.

Após execução da implantação dos meio fios será realizado reaterro com solo de 1º categoria e posteriormente o plantio de grama em leiva tipo esmeralda incluindo fertilizantes.

9 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

9.1 PINTURA DE FAIXAS HORIZONTAIS

Na sinalização horizontal deverão ser usadas os materiais (tinta e micro esfera de vidro), especificadas de acordo com as Normas Técnicas.

A largura de faixas deve ser de 10cm para o eixo e 10cm para as bordas.

A espessura é de 0,6mm úmida.

A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade as micro esfera de vidro e ao pavimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

Os termos técnicos utilizados na Tinta de Sinalização Rodoviária estão definidos na NBR 11862.

1 Tintas.

Material: tinta a base de resina acrílica para sinalização viária.

1.1 Requisitos quantitativos.

1.1.1 Consistência (U.K) de 80 a 95.

1.1.2 Estabilidade na armazenagem alteração do consistência (U.K)5 Maximo.

1.1.3 Matéria não volátil % em massa: 62,8 – mínimo.

1.1.4 Pigmento % em massa 40 – mínimo e 50 Maximo.

1.1.5 Para tinta Branca- dióxido de titânio (TI 02), %em massa no pigmento 25-mínima

1.1.6 Para tinta Amarela- Cromato de chumbo (Pb Cr,04)% em massa no pigmento 22- mínimo.

1.1.7 Veiculo não volátil, % em massa no veiculo 38 – mínimo.

1.1.8 Veiculo total % em massa na tinta: 50- mínimo e 60 Maximo.

1.1.9 Tempo de secagem “No Pick-Up Time”:20 minutos – Maximo.

1.1.10 Resistência a abrasão 80 litros mínimo.

1.1.11 Massa especifica 1,30 g/cm3- mínimo e 1,45 g/cm3 Maximo.

1.1.12 Brilho a 60° 20 unidades Maximo.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br

Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

1.1.13 A tinta deve ser fornecida para uso e superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

1.2.14 A tinta, logo após abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e grumos.

1.2.15 A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicações de nova camada.

1.2.16 A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: temperatura do ar entre 15° e 35° C / temperatura do pavimento não superior a 40° e umidade relativa do ar até 90%;

1.2.17 tinta deve ter condições para se aplicada por máquinas apropriadas e ter a consistência especificada, sem se necessária a adição de outro aditivo qualquer. Pode ser adicionado no Máximo 5% de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma para acerto de viscosidade.

1.2.18 A tinta pode ser aplicada em espessuras, quando úmida, de 0,6mm.

1.2.19 A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período Máximo de tempo de 30 minutos.

1.2.20 A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor após aplicação no pavimento.

1.2.21 A tinta aplicada após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de retrorefletividade com o seu desgaste natural, pois a tinta possui micro esferas de vidro incorporadas em sua formulação, e ainda, produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

1.2.22 A tinta, quando aplicada sobre a superfície betuminosa, não deve apresentar sangria nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

1.2.23 A tinta não deve modificar as suas características (não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo)ou deteriorar-se, quando estocada, por um período mínimo de 06 meses após a data de fabricação do material, quando estocada em local protegido de luz solar direta e a temperatura máxima de 30° c, livre de umidade e nunca diretamente no solo.

1.2.24 unidade de compra é o balde com capacidade de 18 (dezoito) litros.

1.2.25 A tinta pode ser fornecida na cor Branca N9,5 e/ou Amarela 10YR7,5/14, respeitando os padrões e tolerâncias do código de cores "MUNSELL".

1.2.26 A tinta deve ser fornecida e embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem. Estes recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível as seguintes informações:

Nome do Produto: TINTA REFLETIVA PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL.

Nome Comercial:

Cor da Tinta:

Referência quanto a natureza química da resina:

Data de Fabricação e Prazo de Validade:

Identificação da partida de Fabricação:

Nome e endereço do Fabricante:

Quantidade contida no recipiente em litros:

Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos.

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

MICRO ESFERA DE VIDRO: Deverão ser usadas na sinalização horizontal viária micro esferas de vidro tipo I-B E II-A da NBR-6831.

9.2 PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO

As placas de regulamentação e advertência deverão ter os padrões definidos pela Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras, no que diz respeito a especificação, cores e letreiros.

As chapas destinadas à confecção das placas de aço devem ser planas, do tipo NB 1010/1020, com espessura de 1,25 mm, bitola #18, ou espessura de 1,50 mm, bitola #16. Devem conter pintura totalmente refletiva. As placas de regulamentação circulares deverão ter diâmetro de 50cm, octagonal tipo R1 com lado mínimo de 0,25m e tipo R-2 com lado mínimo de 0,75m. As placas de advertência quadradas terão lado mínimo de 0,45m.

Devem atender integralmente a NBR 11904(1) - Placas de aço para sinalização viária.

As colunas de sustentação deverão ser de aço galvanizado diâmetro de 2.1/2", espessura da parede de 3mm e com 3 metros de comprimento. As colunas de sustentação deverão ser fixadas em bases de concreto.

A posição e distâncias de fixação das placas deverão seguir as normas da Legislação de Trânsito Vigente e Normas Brasileiras.

NOTA: não será admitido adesivamento nas placas de sinalização.

10 FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE

As faixas de travessia de pedestres indicam a área da pista onde os pedestres devem executar a travessia estabelecendo para aquele local a prioridade de passagem dos pedestres em relação aos veículos, exceto nos locais com sinalização semafórica de controle de passagem.

Características

Cor: branca

Constitui-se de linhas paralelas com largura de 0,30m espaçadas de 0,30m com largura da faixa de travessia com 3,00m, conforme detalhe técnico anexo no projeto.

A pintura deverá seguir as especificações técnicas da sinalização viária "pintura de faixas horizontais" deste memorial.



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Salete - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

11 FAIXA ELEVADA

A faixa elevada para travessia de pedestres é aquela implantada no trecho da pista onde o pavimento é elevado com o intuito de disponibilizar ao pedestre acessibilidade e reduzir a velocidade dos veículos neste trecho onde a mesma será implantada.

CARACTERÍSTICAS

I – Comprimento: igual à largura da pista, garantindo as condições de drenagem superficial.

II – Largura da superfície plana (plataforma): no mínimo 4,00m.

III – Rampas de acesso a faixa devem atender a inclinação entre 5% e 10%, sendo que a altura da faixa deve ser igual a altura da calçada, desde que não ultrapasse 15cm.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL

I – Deverá ser instalada placas de Advertência “passagem sinalizada de pedestres”, uma placa localizada a 50m e outra localizada no local da faixa.

II – Na rampa a demarcação da sinalização viária horizontal será em forma de triângulo na cor amarela conforme dimensões em projeto.

III – Na região da plataforma a demarcação da sinalização viária horizontal será em forma de faixa de pedestre na cor branca conforme dimensões em projeto.

ARIEL ANDRE MASSON

Engenheiro Civil - CREA/SC 126637-3

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22



Agrolândia - Agronômica - Atalanta - Aurora - Braço do Trombudo - Chapadão do Lageado - Dona Emma - Ibirama - Imbuia
Ituporanga - José Boiteux - Laurentino - Lontras - Mirim Doce - Petrolândia - Pouso Redondo - Presidente Getúlio
Presidente Nereu - Rio do Campo - Rio do Oeste - Rio do Sul - Saleté - Santa Terezinha - Taió
Trombudo Central - Vidal Ramos - Vitor Meireles - Witmarsum

DECLARAÇÃO

Eu, Ariel André Masson, Engenheiro Civil – CREA/SC 126637-3, autor do projeto da **RUA JENNY SCHNEIDER E RUA EUGENIO SCHNEIDER**, declaro que o projeto de sinalização viária foi elaborado de acordo com os manuais de Sinalização Vertical de Regulamentação – Volume I, CONTRAN/DENATRAM, publicado por meio da Resolução n. 180, de 26/08/2005, e de Sinalização Horizontal – volume IV, CONTRAN/DENATRAM, publicado por meio da Resolução n. 236, de 11/05/2007.

Por ser verdade firmo o presente.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2018.

ARIEL ANDRE MASSON

Engenheiro Civil - CREA/SC 126637-3

AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
Fone: (47)3531-4242 - Email: amavi@amavi.org.br - Site: www.amavi.org.br
Fundada em 07/11/64 - Rua XV de Novembro, 737 - Cep: 89160-000 - Rio do Sul/SC - CNPJ 82.762.469/0001-22

38 / 38

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 009/2020 - PAVIMENTAÇÃO RUAS EUGÊNIO E JENNY SCHNEIDER - ANEXO III - AVALIAÇÃO

Publicação Nº 2608565

ANEXO III

Avaliação dos Imóveis antes do início das obras:

Avaliação dos Imóveis de parte das Ruas Eugênio Schneider e Jenny Schneider – Reunião 10/07/2020

Proprietário	CPF/CNPJ	Matrícula	Cadastro Imobiliário	Valor Venal do Imóvel antes da obra
Valdenir Koerich	821.627.279-00	20907	2128	R\$ 126.000,00
Arno Nunes	311.207.769-53	5.203	2.126	R\$ 245.463,00
Jair Matheussi	022.815.249-65	16.699	2.125	R\$ 371.385,00
Fernando Verdi	057.507.679-81	16.939	2.124	R\$ 72.225,00
Valdir Erbs	806.964.819-87	15.300	2.123	R\$ 72.225,00
Diego Moraes	056.022.099-56	16.676	2.122	R\$ 72.225,00
Antonio Carlos Amorim	022.371.199-37	16.857	2.121	R\$ 72.225,00
Eliane Jensen Cechinel, Mar- lise Jensen Pesch, Rosimarie Jensen E Carlos Arno Jensen	CPF 304.470.119-87, CPF 037.739.779-21, CPF 166.838.808-16 e CPF 547.745.869-00	15.996	2.120	R\$ 61.200,00
Agnaldo Verdi	645.464.629-72	4.079	2.104	R\$ 115.680,00
Agnaldo Verdi	645.464.629-72	4.080	2.103	R\$ 50.400,00
Jair Da Silva	380.451.259-34	4.235	2.102	R\$ 278.955,00
Benito De Quadra	687.818.819-91	4.020	2.101	R\$ 174.091,00
Leonir Masselai Fronza	517.168.529-00	4.019	2.100	R\$ 127.395,00
Alcario Vicente Chiqueth	292.969.789-04	4.239	2.098	R\$ 62.595,00
Alcario Vicente Chiqueth	292.969.789-04	4.240	2.099	R\$ 62.595,00
Alcario Vicente Chiqueth	292.969.789-04	4.021	2.097	R\$ 100.659,00
Renaldo Cachoeira	848.585.249-49	4.412	2.096	R\$ 160.595,00
Lauro Pires De Moraes	471.697.459-68	5.193	2.095	R\$ 150.575,00
Maria Emilia Magneski	902.625.579-91	4.380	2.094	R\$ 79.308,00
Maria Helena Bettoni e Udo Ziele	CPF 828.302.589-91 e CPF 620.606.439-53	4.208	2.093	R\$ 96.400,00
Vilson Moik/Nerli Paterno Moik	CPF 659.044.949-04 e CPF 576.521.049-04	4.131	2.092	R\$ 74.952,00
Margarette Vieira	032.666.839-00	15.139		R\$ 97.740,00
Gilmar Menestrina e Valdinei- de Alexandre	CPF 041.553.179-90 e CPF 008.876.979-84	14.367	2.114	R\$ 132.500,00
Vilmar do Nascimento	539.656.719-87	8.504	2.115	R\$ 204.158,00
Lauri Ribeiro Garcia	085.196.378-17	3.703	3.201	R\$ 114.300,00
José Pereira	247.557.459-34	3.704	2.066	R\$ 142.170,00
Katia Floriano Bianchet	056.834.849-44	3.930	2.065	R\$ 102.600,00
Gioney Josier Tomio	058.258.319-59	4.368	2.091	R\$ 82.300,00
Anair Venturi	828.298.709-30	4.352	1.934	R\$ 95.780,16
Ivo Meriz	379.456.459-68	4.323	1.935	R\$ 161.235,20
Ivo Meriz	379.456.459-68	3.432	4.052	R\$ 125.913,75
Ivo Meriz	379.456.459-68	1.137	4.265	R\$ 180.929,25
Vergilio Souza De Oliveira	133.708.049-72	5.725	1.938	R\$ 96.724,20
Vilson Garbari	497.076.559-68	5.724	1.939	R\$ 238.696,77
Avelino Custodio Da Luz	066.776.309-00	21.124	1.940	R\$ 62.901,15
Familia Aldemiro Albino Holding Ltda	17.724.969/0001-08	4.086	1.941	R\$ 97.766,19
Familia Aldemiro Albino Holding Ltda	17.724.969/0001-08		1.942	R\$ 88.032,00
Familia Aldemiro Albino Holding Ltda	17.724.969/0001-08	4.015	1.944	R\$ 81.744,00
Município de Pouso Redondo	83.102.681/0001-26	19.555		R\$ 251.958,72
Município de Pouso Redondo	83.102.681/0001-26	19.556		R\$ 119.710,80
Marcia Aparecida Dos Santos	763.428.759-87	19.554	10.322	R\$ 42.167,50
Ademar Da Rosa	383.242.299-49	19.553	8.154	R\$ 39.164,60
Analzira Machado	983.896.459-04	19.552	10.309	R\$ 19.997,00
Valdemar Lourenço Suartz	419.492.429-00	19.551	1.948	R\$ 60.549,00
Cacilda Lourdes De Oliveira	382.765.009-78		1.567	R\$ 54.180,00

Udo Ziele	620.606.439-53		1.568	R\$ 59.742,00
Elidia Machado	030.305.069-16		1.569	R\$ 99.580,00
Antonio Moura	345.643.739-00	5.549	1.570	R\$ 104.322,20
Anelize Damaris Bauchspiess	686.580.369-87	5.849	1.572	R\$ 50.400,00
Rui Carlos Esser	033.824.269-43		2.394	R\$ 276.900,00
Cigor do Carmo	019.848.379-15	13.629	1.575	R\$ 90.211,20
Incebal Indústria Cerâmica Baade Ltda	85.641.116/0001-62		1.576	R\$ 224.250,00
Valor total dos imóveis da rua anterior as obras objeto da contribuição de melhoria				R\$ 6.225.771,69

PROCESSO 088 - DL 04 2020 ALTERNATIVA COMERCIO DE LIVROS

Publicação N° 2608018

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº88/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

Contratada: Alternativa Comércio de Livros Eireli Me - CNPJ 06.103.843/0001-08

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de materiais didáticos (livros, jogos e afins) da Empresa Alternativa Comercio de Livros Ltda pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para realização de atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e reestruturação da brinquedoteca utilizada durante os atendimentos no CRAS.

Valor estimado: R\$8.095,50 (Oito mil, noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

Pouso Redondo, 17 de Agosto 2020.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 101/2017 - PREFEITURA - 03º ADITIVO

Publicação Nº 2608165

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017

CONTRATO Nº. 101/2017 – 3º ADITIVO

CONTRATADA: HELIO VITOR DE COSTA ME (REBOCAR)

DO OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É REAJUSTAR, ACRESCENDO EM 2,13% COM BASE NA VARIAÇÃO ACUMULADA DO IPCA, CONFORME ESTA DESCRITO NA CLAUSULA QUINTA, PARÁGRAFO SEGUNDO DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 101/2017. COM BASE NESSE REAJUSTE OS VALORES PASSAM PARA:

A).- PELA REMOÇÃO (GUINCHO) DOS VEÍCULOS LEVES, INCLUSIVE MOTOCICLETAS, CORRESPONDERÁ AO VALOR DE R\$ 111,23(CENTO E ONZE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS);

B).- PELA ESTADA (DIÁRIA) DOS VEÍCULOS LEVES, INCLUSIVE MOTOCICLETAS, CORRESPONDERÁ AO VALOR DE R\$ 11,14 (ONZE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

C).- PELA REMOÇÃO (GUINCHO) DOS VEÍCULOS PESADOS CORRESPONDERÁ AO VALOR DE R\$ 164,47 (CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS)

D).- PELA ESTADA (DIÁRIA) DOS VEÍCULOS PESADOS CORRESPONDERÁ AO VALOR DE R\$ 11,14 (ONZE REAIS E QUATORZE CENTAVOS) DA VIGENCIA: 08/07/2020 À 21/06/2022.

PRAIA GRANDE - SC, 08 DE JULHO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 19/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2608172

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2020

CONTRATO N.º 19/2020

CONTRATADA: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOFONAMENTO POR EMPRESA DO RAMO PARA O SAMAE AGUA DOS CANYONS

DO VALOR: R\$ 30.283,64

DA VIGENCIA: 22/07/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE, 22 DE JULHO DE 2020.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 51/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2608044

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

COMPRA DIRETA N.º 206/2020

CONTRATO Nº 51/2020

CONTRATADA: EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO

DO OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTE À ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA AMBIENTAL, EM ESPECIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS DE REQUERIMENTOS, PROJETOS E PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL, COM VISTAS À CONCESSÃO OU NÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS POR PARTE DO MUNICÍPIO, EMITINDO PARECERES TÉCNICOS RECOMENDANDO OU NÃO O LICENCIAMENTO, ALÉM DE ESTABELECEER AS CONDIÇÕES E/OU RESTRIÇÕES AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LICENCIÁVEIS, ATENDENDO A DEMANDA DE ANÁLISE DE PROCESSOS E PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL, ENCAMINHADOS AO MUNICÍPIO E, TAMBÉM, À ANÁLISE DA DEMANDA DO PRÓPRIO MUNICÍPIO.

DO VALOR: R\$ 14.400,00

DA VIGENCIA: 03/08/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE - SC, 03 DE AGOSTO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2020 TOMADA DE PREÇOS N° 11/2020

Publicação N° 2608759

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 11/2020

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 04 (quatro) de setembro de 2020, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS N° 11/2020, com objeto de contratação de pessoa física ou jurídica para elaboração de Projeto Estrutural - Ampliação do espaço da Unidade Escolar Municipal, situada no Prolongamento da Av. 17 de Fevereiro, Loteamento Floresta, Município de Presidente Castello Branco/SC, contemplando Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), memorial descritivo e/ou de cálculo (baseado na tabela SINAPI), planilha orçamentária (baseado na tabela SINAPI) e cronograma físico-financeiro. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE AGOSTO DE 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 167/2020

Publicação Nº 2608949

DECRETO Nº. 167/2020

ALTERA PROVISORIAMENTE O PONTO DE TAXI SITUADO NA RUA CURT HERING DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº. 2997 e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, V da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o evento danoso causado pelo incêndio no imóvel situado na Rua Curt Hering nº. 815, esquina, Centro, Presidente Getúlio-SC, CEP 89.150-000, de propriedade de Aldo Barth;

CONSIDERANDO o Auto de Interdição Parcial de Imóvel sob o nº 151210001/20, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina em 31/07/2020, sob a alegação de possibilidade iminente de colapso estrutural da área localizada na fachada da edificação, frente a Rua Curt Hering e esquina com rua Getúlio Vargas;

CONSIDERANDO que neste local havia um ponto de táxi cadastrado como serviço público no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas aptas a evitar maiores riscos a população;

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido provisoriamente um espaço de 2,50m x 5,00m como ponto de táxi junto ao estacionamento frontal do Cruzeiro Esporte Clube, na Rua Cruzeiro, n. 121, Centro, Presidente Getúlio, defronte à Cooperativa de Crédito Viacredi Alto Vale.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com prazo de vigência limitado até o dia 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 11 DE AGOSTO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 851/2020

Publicação Nº 2608982

PORTARIA Nº 851/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 011/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de agosto de 2020, SANDRO LUIZ GONÇALVES, para o cargo de Assistente Social, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 17 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 852/2020

Publicação Nº 2608985

PORTARIA Nº 852/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 011/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 18 de agosto de 2020, JOSILENE LOPES, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 17 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 17 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2020 FMS

Publicação Nº 2607921

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2020

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE PÚBLICA

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 17 de agosto de 2020
Iara Possamai – Secretária Municipal de Saúde de Presidente Getúlio

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 78/2020

Publicação Nº 2608558

DECRETO 78/2020 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA ENTIDADE MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal 1604/2019, de 29/11/2019, baixa o seguinte

DECRETO:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados abaixo:

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor R\$
Suplementar	Depto de Administracao e Finanças	03.001.0028.0845.1301.0003.333200000000 0000000.01520000	82,80
Suplementar	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0026.0782.1801.2016.333900000000 0000000.01530000	61.583,50
Suplementar	Depto de Administracao e Finanças	03.001.0028.0845.1301.0003.333200000000 0000000.01530000	622,05

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso de arrecadação no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor R\$
Excesso de arrecadação	-	4171899110000000000 - 01530000	62.205,55
		4171899110000000000 - 01520000	82,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 17 de agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 79/2020

Publicação Nº 2608559

Decreto nº 79/2020, de 17 de AGOSTO de 2020.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, O Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas através da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, LRF e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro

DECRETA:

Art. 1º. – Para fins de limitação de empenhos e movimentação financeira, para os próximos 120 (cento e vinte) dias, fica bloqueado o valor de R\$ 61.583,50 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e tres reais e cinquenta e cinco centavos) do saldo atualizado das dotações correspondentes às despesas de custeios no Departamento de Transportes e Obras, como segue:

08.001.0026.0782.1801.2016 R\$ 61.583,50

§ 1º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, despesas com pessoal, encargos sociais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, compreendendo ainda os recursos oriundos de convênios e as ressalvas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º. – O valor definido poderá ser revisto a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Art. 3º. – Poderá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 17 de AGOSTO de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 80/2020

Publicação Nº 2608561

Número da Lei: 1604 Ano da Lei: 2019
Data da Lei: 29/11/2019
DECRETO Nº 80, de 17 de agosto de 2020
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.500,00(sete mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.1101.2001.33350 00000000000000.0100	7.500,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Camara de Vereadores	01.001.0001.0031.1101.2001.33390 00000000000000.0100	7.500,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 17 de agosto de 2020

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal CPF: 767.132.029-34

LEI 1622/2020

Publicação Nº 2608807

LEI 1622/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CREDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares no orçamento do Município de Presidente Nereu:

05.01 – Depto de Educação

05.001.0012.0361.1501. 1001 – Construção, Ampliação, Melhoria unidades escolares

3.4490.00.00.00.00.00.01.790100 - (Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado – EDUCAÇÃO R\$. 150.00,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal Agropecuário de Presidente Nereu:

11.01 – Fundo Municipal Agropecuário

11.001.0020.0606.1401. 1015 – Aquisição de equipamentos, tratores, maquinas e veículos

3.4490.00.00.00.00.00.01.790200 – (Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado - AGRICULTURA R\$.

100.000,00

Art. 3º. Os recursos necessários à execução do disposto nos Art. 1º e 2º decorrerão do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurados nas fontes 01790100 e 01790200, no mesmo valor do crédito adicional suplementar.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 17 de agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 352/2020

Publicação N° 2607838

PORTARIA N°. 352 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a SILVIA APARECIDA KRIGER GILI, Agente Sanitário, pelo período de 17 de Agosto de 2020 a 31 de Agosto de 2020, relativo ao período aquisitivo de 19/06/2019 a 18/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 17 de Agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 353/2020

Publicação N° 2607840

PORTARIA N°. 353, de 17 DE AGOSTO DE 2020.
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. – Fica assim constituída a Comissão Municipal de Licitações, a partir desta data:
IZALENE THEISS DA ROSA – PRESIDENTE
CARLOS BRAND – SECRETÁRIO
LEONARDO JOSÉ DE MELO – MEMBRO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando-se a portaria nº 113/2020 de 07/01/2020.

Presidente Nereu, 17 de Agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 354/2020

Publicação N° 2607842

PORTARIA N°. 354, de 17 DE AGOSTO DE 2020.
NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA EFETUAÇÃO DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1.º - Reconduzir o servidor VALDEMAR PETRI para função de Pregoeiro das Licitações na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL da Administração Pública de Presidente Nereu.

Art. 2º - Fica renomeada a Equipe de Apoio, ficando composta pelos servidores IZALENE THEISS DA ROSA, CARLOS BRAND E LEONARDO JOSÉ DE MELO.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios –DOM, revogando-se a Portaria nº 114/2020 de 07/01/2020.

Presidente Nereu, 17 de Agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 658 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607793

DECRETO Nº. 658, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO, POR TÉRMINO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, demais legislações vigentes;

DECRETA

Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE CONTRATO, a servidora pública municipal temporária Andressa Graff, portadora do CPF nº 102.426.159-02, RG nº 6.432.272 e da matrícula funcional nº 1670, ocupante do cargo e função de Professor de Ensino Fundamental, a partir de 11 de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 11 de agosto de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 17 de agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2607793

Data da Publicação: 18 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

DECRETO Nº 659, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607824

DECRETO Nº. 659, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043- Manutenção do Dpto de Infraestrutura de Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(259) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	12.500,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	12.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 17 de Agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 92.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 40.2020 - PLATAFORMAS COLHEDORAS

Publicação N° 2608450

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 92/2020-PM
Pregão Presencial 40/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é "Aquisição de plataformas de área total para acoplar em colhedora de forragens de uma linha, (colhedoras da marca Nogueira New Pecos), utilizadas na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 01 de setembro de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 17 de agosto de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 93.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 41.2020 - PLAYGROUND CRAS

Publicação N° 2608898

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 93/2020-PM
Pregão Presencial 41/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "Aquisição de um brinquedo playground infantil em fibra para o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 08 de setembro de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 17 de agosto de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 86.2020 PR 38.2020 - RELÓGIO PONTO CRAS

Publicação Nº 2608001

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2020 - PR Processo Administrativo: 73/2020 Processo de Licitação: 86/2020 Data do Processo: 03/08/2020
Folha: 2/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 86/2020 b) Licitação Nr.:
38 /2020-PR c) Modalidade: PREGÃO
PRESENCIAL
d) Data Homologação: 17/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Aquisição de Relógio de ponto eletrônico para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do
município de Princesa/SC.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Unid. Qtdade Descto (%) Preço Unitário Total do Item**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESS O LICITATÓRIO****SMART POINT LTDA (10542)**

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

1 Relógio de ponto eletrônico - homologado pelo MTE (portaria 1.510/2009) e regulamento pelo INMETRO; deverá possuir leitor biométrico de digital de alta qualidade (mínimo de 500 DPI) com Módulo para capacidade de até 500 digitais, leitor de cartão de proximidade (crachá) e/ou leitor de cartão de barras (código de barras); comunicação TCP/IP, USB e módulo de conexão wi-fi opcional; corte automático ticket; capacidade para bobinas de no mínimo 300m de comprimento x 57mm de largura; display LCD sensível ao toque de no mínimo 2,4 e teclado com no mínimo 18 teclas; Alimentação 220V/60Hz; com bateria interna (no-break) para alimentar o equipamento na ausência de energia elétrica, com autonomia mínima de 04 horas. O equipamento, bem como todos os seus acessórios, devem possuir garantia do fabricante por um período mínimo de 12 (doze) meses, para reposição de peças danificadas, mão de obra de assistência técnica. - VALOR INCLUSO: Fixação, instalação do REP, configuração do sistema e demonstração de funcionamento. - REQUISITOS MÍNIMOS: Licença de software do sistema de tratamento de manutenção de ponto compatível com o Sistema Betha, válida por um ano. - Marca: HENRY	Un	1,00	0,0000	2.950,00	2.950,00
---	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 2.950,00

Total Geral: 2.950,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.071.4.4.90.00.00.00.00 (188)

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO TP 66/2020

Publicação Nº 2608619

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 66/2020
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 66/2020.
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta Empreitada por Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE OBRA DE EMPREITADA GLOBAL PARA FECHAMENTO DO PÁTIO COBERTO DA CRECHE MUNICIPAL DO BAIRRO SANTA INÊS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04/09/2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 04/09/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: http://www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 17 de agosto de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 219/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607863

DECRETO Nº. 219/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DE MARISTELA DI DOMENICO AO FINAL DA LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Artigo 71 da Lei Complementar nº.32, de 05 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Municipais e demais disposições legais vigentes,

Considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2020, através do Decreto nº 191/2020, de 23 de julho de 2020;

Considerando que o concurso público nº 001/2020 dispôs acerca da formação de cadastro reserva para os cargos nele mencionados;

Considerando que não obstante a referência aos atos normativos que abordam o tema e com base na Constituição Federal, os Tribunais Pátrios têm entendido que, nos casos em que o candidato nomeado/aprovado prefere aguardar outro momento para tomar posse no cargo, é admissível que se faça pedido administrativo solicitando a sua reclassificação para final da lista dos candidatos aprovados no concurso, caso este contemple a existência de cadastro de reserva;

Considerando o posicionamento de julgados sobre casos de reclassificação como o do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no Mandado de Segurança número 01565.2005.000.14.00-0: "MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO. PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO PARA O ÚLTIMO LUGAR DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO - É juridicamente possível o atendimento, pela Administração Pública, de pedido expresso de reclassificação de candidato aprovado em concurso público para que passe a figurar no último lugar da lista dos classificados, uma vez que a pretensão não colide com qualquer interesse público, tampouco causa prejuízo ao erário, além do edital ser omisso a esse respeito, não representando qualquer transtorno ou ataque à credibilidade do certame, antes resultando em efetividade do princípio da eficiência administrativa, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal."

Considerando o requerimento de recondução ao final da ordem de classificação, protocolado sob o nº 7691/2020, de 13 de agosto de 2020, pela candidata Maristela Di Domenico, classificada para o cargo de Técnica de Enfermagem,

DECRETA:

Art. 1º Fica reclassificada ao final da lista de candidatos classificados, a candidata Maristela Di Domenico, aprovada no concurso público 001/2020 destinado ao provimento do cargo de Técnico em Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2020
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

LEI N° 2844/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608107

LEI N° 2.844/2020 – DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

RECONHECER E AUTORIZAR O EMPENHAMENTO E PAGAMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – DEA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO-FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVANO DE PARIZ, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 37, da Lei nº 4.320/1964,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e proceder o empenhamento e respectivo pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA, na forma do Art. 37, da Lei Federal nº 4.320/1964, em favor do credor ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.314.481/0001-35, a ser realizado no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO-FMS, referente a diferença apurada nos serviços de transportes de pacientes prestados durante os exercícios 2018 e 2019, sendo que no exercício de 2018, o saldo apurado para pagamento é de R\$ 1.262,54 (um mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e no exercício de 2019, o saldo apurado para pagamento é de R\$ 2.345,20 (dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos), cujo o valor total é de R\$ 3.607,74 (três mil, seiscentos e sete reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente, na classificação: Ação 2.074 – Transporte de Pacientes - modalidade: 3.3.90 - Elemento 3.3.90.92.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Recurso 10.38.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ___/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI N° 2845/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608113

LEI N° 2.845/2020 – DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016
Ação	SAÚDE DA FAMÍLIA/SF/FMS	2.077
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta-3.3.90	01.79-Emendas Parlamentares Impositivas-Transf.do Estado
Valor Total R\$:		400.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do excesso e/ou provável excesso de arrecadação de recurso vinculado.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/08/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0583/2020 - DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607857

PORTARIA Nº. 0583/2020 - DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

AFASTA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE JUNTO AO INSS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERÔNICA COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; Considerando o § 3º Art. 276, da Instrução normativa da Previdência Social nº 45/2010, de 06 de agosto de 2010;

Considerando o Art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 0550/2020, de 30 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Verônica Comin, pelo período de 15 dias,

RESOLVE:

Art. 1º DAR CIÊNCIA QUE, a Servidora Pública Municipal, Verônica Comin (19770), ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, encontra-se em afastamento das atividades pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias (14 de agosto à 27 de setembro de 2020), devendo a servidora em consonância com o § 4º do Art. 60 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pleitear auxílio doença junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0587/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607858

PORTARIA Nº. 0587/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAYARA PATRICIA FARESIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Nayara Patricia Faresin (19823/20181), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, por determinação médica e conforme atestado, por 10 (dez) dias, de 12 à 21 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0588/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607859

PORTARIA Nº. 0588/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

AFASTA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE JUNTO AO INSS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE MARIA DAL SASSO MORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; Considerando o § 3º Art. 276, da Instrução normativa da Previdência Social nº 45/2010, de 06 de agosto de 2010;

Considerando o Art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 0484/2020, de 08 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 07 dias,

Considerando a Portaria nº 0498/2020, de 14 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 07 dias,

Considerando a Portaria nº 0575/2020, de 10 de agosto de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Verônica Comin, pelo período de 02 dias,

RESOLVE:

Art. 1º DAR CIÊNCIA QUE, a Servidora Pública Municipal, Janete Maria Dal Sasso Moro (20074), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, encontra-se em afastamento das atividades pelo período de 02 (dois) dias (13 à 14 de agosto de 2020), devendo a servidora em consonância com o § 4º do Art. 60 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pleitear auxílio doença junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0589/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608156

PORTARIA Nº. 0589/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIA PRIOR ALBERTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Ivania Prior Alberti (20147), ocupante do cargo de Assistente de Promoção Social, por determinação médica e conforme atestado, por 11 (onze) dias, de 14 à 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0590/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608161

PORTARIA Nº. 0590/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTON CARLOS ALBERTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Nilton Carlos Alberti (369), ocupante do cargo de Operador de Máquinas, por determinação médica e conforme atestado, por 11 (onze) dias, de 14 à 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0591/2020 - DE 14 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2608176

PORTARIA Nº. 0591/2020 - DE 14 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA CONSTANZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Constanzi (1709), ocupante do cargo Odontóloga, no dia 14 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7698, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 19 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0592/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608196

PORTARIA Nº. 0592/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA AUGUSTA GANDINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ana Augusta Gandini (20256), ocupante do cargo de Psicólogo, nos dias 19, 20, 21, 26, 27 e 28 de agosto de 2020, todos no período matutino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7699, de 14 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 17h58min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0593/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608306

PORTARIA Nº. 0593/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOELSON DE QUADROS MOREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Joelson de Quadros Moreira (1704), ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no dia 14 de agosto de 2020, para realizar tratamento médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7694, de 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 19 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0595/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608313

PORTARIA Nº. 0595/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILES DALLA RIVA DEVISÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Diles Dalla Riva Devisê (1702), ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 18 de agosto de 2020, no período matutino, para realizar exame médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7705, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0596/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608361

PORTARIA Nº. 0596/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRMA SALVI BARP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Irma Salvi Barp (1697), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 18 de julho de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7710, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de julho de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rio do Campo

PREFEITURA

383 PORTARIA Nº 383 CONCEDE FÉRIAS EM GOZO AO SERVIDOR SIDNEI NAZARIO

Publicação Nº 2608074

Portaria nº. 383, de 17 de agosto de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor SIDNEI NAZARIO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor SIDNEI NAZARIO matrícula 34156, 15 (quinze) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 05 de agosto de 2018 à 04 de agosto de 2019, tendo como período de gozo 18 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 17 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

384 PORTARIA Nº 384 CONCEDE LICENÇA NÃO REMUNERADA A SERVIDORA ELENA SCHMIDT CORDEIRO EM VIRTUDE DE DESCOMPATIBILIZAÇÃO

Publicação Nº 2609341

Portaria nº. 384, de 18 de agosto de 2020.

“Concede licença não remunerada a servidora elena schmidt cordeiro, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 15 de novembro de 2020”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994, e considerando o requerimento recebido dia 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER afastamento não remunerado à servidora ELENA SCHMIDT CORDEIRO, matrícula 34345, portadora do CPF: 031.758.699-80, para possibilitar a sua participação no pleito eletivo do ano de 2020, pelo período de 15 de agosto de 2020 à 15 de novembro de 2020.

Art. 2º O servidor deverá oportunamente comprovar o registro de sua candidatura junto ao Departamento Pessoal, sob pena de revogação deste benefício, além de se sujeitar ao ressarcimento de eventuais danos ao erário público municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2020.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

385 PORTARIA Nº 385 ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 372-2019

Publicação Nº 2609367

Portaria nº. 385, 18 de agosto de 2020.

"ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA LEILÃO, DESIGNADOS PELA PORTARIA 372/2019."

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera membros da Comissão de avaliação de bens inservíveis para leilão, passando a ser composta pelos seguintes membros:

- ENIVELTON MENEGAZZI - PRESIDENTE
- NILTON CESAR MANIESKI - SECRETÁRIO
- MARCO ANTONIO TAMBOSI - MEMBRO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2589_SUPLEMENTA_EXCESSO_FMAS

Publicação Nº 2608057

DECRETO Nº 2589 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para FMAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere a Lei Municipal nº 2301 de 14/08/2020 DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constante do Anexo I do presente Decreto no valor total de R\$ 98.341,51 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação proveniente dos recursos transferidos da União em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 173/2020 demonstrado no valor total de R\$ 98.341,51 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16/07/2020.

Rio do Oeste – SC, 14 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO 2589/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2021
FONTE DOS RECURSOS		
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manutenção	18.341,51
1760001	Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019)	80.000,00
	SOMA	98.341,51
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	98.341,51
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	98.341,51
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	98.341,51
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manutenção (Ref. 404)	18.341,51
1760001	Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019) (Ref. 405)	80.000,00
TOTAL		98.341,51

ANEXO II Excesso de Arrecadação por Fonte Decreto 2589/2020				
ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Julho/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
417280711020000 FMAS Estado Benefícios Eventuais – 1650011 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manu- tenção	2.000,00	39.297,51	18.956,00	18.341,51

4171812110600000000 FMAS Emenda Parlamentar Individual – 1760001 Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019)	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
--	------	-----------	------	-----------

LEI_2301_SUPLEMENTA_FMAS

Publicação Nº 2608059

LEI Nº 2301 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a suplementar dotações do orçamento vigente.

O Prefeito do Município de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constante do Anexo I da presente Lei no valor total de R\$ 98.341,51 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação demonstrado no Anexo II da presente, no valor de R\$ 98.341,51 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 14 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial do Município em 17/08/2020

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO LEI 2301/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2021
FONTE DOS RECURSOS		
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manutenção	18.341,51
1760001	Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019)	80.000,00
	SOMA	98.341,51
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	98.341,51
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	98.341,51
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	98.341,51
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manutenção (Ref. 404)	18.341,51
1760001	Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019) (Ref. 405)	80.000,00
TOTAL		98.341,51

ANEXO II
Excesso de Arrecadação por Fonte
Lei 2301/2020

ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Julho/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
417280711020000 FMAS Estado Benefícios Eventuais – 1650011 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Manutenção	2.000,00	39.297,51	18.956,00	18.341,51

4171812110600000000 FMS Emenda Parlamentar Individual – 1760001 Emendas Parlamentares Individuais (EC nº 105/2019)	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
---	------	-----------	------	-----------

PROCESSO 070/2020 - CONCERTO CATERPILLAR 120G

Publicação Nº 2608953

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 070/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2020. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GLOBAL. OBJETO: Contratação dos serviços com fornecimento de peças, visando o conserto do equipamento da Moto-niveladora CATERPILLAR 120G. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 28/08/2020. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooste.atende.net>, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 17 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO 9238, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607916

DECRETO Nº 9238, de 11 de agosto de 2020.

"NOMEIA SILVIO ANDRADE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 401 de 22/08/2018 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado, a partir de 03/08/2020 SILVIO ANDRADE, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22/08/2018 e Artigo 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N. 9259, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608251

DECRETO Nº 9.259, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 9.235, DE 10 DE AGOSTO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 9.235, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica suspensa a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal, pelo prazo de 7 (sete) dias, a partir de 17 de agosto de 2020."

Art. 2º Fica incluído o parágrafo único ao art. 6º do Decreto nº 9.235, de 10 de agosto de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 6º (...)

Parágrafo único. As lojas de conveniência de postos de gasolina que funcionem como restaurante, lanchonete ou similares, ainda que tais atividades não constem em seus alvarás, devem respeitar as medidas sanitárias em vigor, relativas a esses estabelecimentos, em especial as contidas na Portaria SES nº 256, de 21 de abril de 2020."

Art. 3º Este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PREFEITO

17 de agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9242, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607941

DECRETO Nº 9242, de 12 de agosto de 2020.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC, no uso de suas atribuições prevista no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, Leis Complementares nº 287 de 16/09/2014, nº 361 de 22/06/2017, nº 418 de 05/04/2019 e Decreto nº 8.686 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam substituídos os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA devidamente indicados por sua entidade:

I – Representante da Sociedade Civil, sendo:

a) Obra Kolping Estadual de Santa Catarina – OKE/SC:

Titular: Valmira Rohling Ledra substitui Marilene Fuchter;

Suplente: Nanci Alexandra Prochnow substitui Valmira Rohling Ledra.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

12 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9243, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607947

DECRETO Nº 9243, de 12 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034.2020.FMS, DE 30.07.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 034.2020.FMS, de 30.07.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CURT SCHROEDER SA IND. E COMÉRCIO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

12 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9243/2020

Pregão Presencial: Nº 034.2020.FMS, de 30.07.2020

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, TIPO FURGÃO, COM A FINALIDADE DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

CURT SCHROEDER SA IND. E COMÉRCIO

DECRETO Nº 9252, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608166

DECRETO Nº 9252, de 13 de agosto de 2020.

"ALTERA O DECRETO Nº 6835, DE 09 DE JANEIRO DE 2018, QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO - CMPN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Complementar nº 364, Artigo 12, de 26 de julho de 2017.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica alterado o artigo 1º, inciso I, e VI, do Decreto nº 6835, de 09 de janeiro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º - (...)"
	I – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL; Rafael Hafemann Moser – Titular VI – Representantes do Poder Executivo; Hélcio Laurindo Junior – Titular Dayse de Oliveira - Suplente
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
13 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 2608321

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 007/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DOS RESPECTIVOS AUTOS DE INFRAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 374, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS ÚTEIS), PARA EFETUAR O RECOLHIMENTO DA MULTA APLICADA ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO, FINDO O QUAL FAR-SE-Á COBRANÇA JUDICIAL.

FICAM TAMBÉM CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 705, VI, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA APRESENTAR DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO, SOB PENA DE REVELIA.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
101/2020	04/08/20	179672/2019	SELMO SCHVAMBACH	468.500.079-04

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 012/2020

Publicação Nº 2608318

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 012/2020**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
9007	08/06/20		JHT EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA	31.488.636/0001-58
9020	10/06/20	170653/2018	ELISABETE ROHDEN	003.433.989-23
9171	29/07/20	183333/2019	JOSIANE FRANCO	053.394.669-73
			Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e FazendaJosé Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda**PORTARIA N. 0791/DGP DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2607896

PORTARIA N. 0791/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 023 a 027, dos autos da Sindicância Administrativa n. 018/2016, instaurada pela Portaria n. 1289/RH de 28 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 07 de dezembro de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 030 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 018/2016, seja arquivada em razão de não restar comprovada a autoria do arrombamento ocorrido no Centro Pop entre 30 e 31 de outubro de 2016.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020/FMS**

Publicação Nº 2608360

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020/FMS**

OBJETO: LOCAÇÃO DE TENDAS PROFISSIONAIS E GRADES, A SEREM ALOCADAS NA UPA E DEMAIS LOCAIS, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 18/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 10h30min do dia 25/08/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h31min do dia 25/08/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal Nº 13.979/2020, Lei Federal Nº. 10.520/2002, Lei Complementar Federal Nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 8955/2020, Decreto Municipal Nº 6760/2017 e, subsidiariamente, com a Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações, pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretária de Saúde

RESUMO DO ADITIVO Nº 009/2020/FMS

Publicação Nº 2607943

1º TERMO ADITIVO Nº 009/2020 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 018/2019, REFERENTE À LOCAÇÃO DE GALPÃO QUE SERVIRÁ COMO ESPAÇO PARA GUARDA DE BENS INSERVÍVEIS, NO BAIRRO CANTA GALO, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A M. M. A. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS.

Aos seis (06) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Roberta Hochleitner, ora denominado LOCATÁRIO, e a M.M.A. Administração de Bens LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 13.225.35/0001-91, com sede nesta cidade, no BC Saturnino Claudino dos Santos nº35, CEP 89.160-204, Jardim América, Rio do Sul – SC, ora denominada LOCADOR, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 032/2019/FMS, e no Contrato original de Locação de Imóvel nº 018/2019/FMS, datado de oito (08) de julho (07) de dois mil e dezenove (2019), celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 06 de julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, a contar de 08 de julho de 2020 e se encerrando em 07 de julho de 2021, conforme memorando nº 837/2020/GAB/SEC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor contratual assumido do contrato original celebrado entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, conforme demonstrativo anexo, passando ao valor mensal de R\$2.146,27 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos);

O reajustamento ora definido está em plena consonância com o parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira do contrato original, que prevê a correção pelo IGP-M, que variou positivamente na ordem de 7,313320% entre julho de 2019 e junho de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal e INSS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretária Municipal de Saúde
Locatário

M.M.ADMINISTRAÇÃO DE BENS
Locador

RESUMO DO ADITIVO Nº 057/2020

Publicação Nº 2608469

3º TERMO ADITIVO Nº 057/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 198/2019, REFERENTE À FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL ALBERTINA – TRECHO I, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, estabelecida à Rua Dr. Getúlio Vargas, 200 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.145.928/0001-40, representada neste ato pelo Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital de Tomada de Preços nº 136/2019, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 198/2019, datado de 16 de agosto de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso I, III e V, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de julho de 2020, e se encerrando em 09 de setembro de 2020. Conforme Memorando 070/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA
Gilberto Grabowski
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:
:

RESUMO DO ADITIVO Nº 059/2020

Publicação Nº 2608535

1º TERMO ADITIVO Nº 059/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 033/2020, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL ALBERTINA – TRECHO 2, EM RIO DO SUL/SC QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME.

Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME, estabelecida na Rua Julio Schneider, 1501, Serra São Miguel, no município de Ibirama/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.361.704/0001-79, ora denominada CONTRATADA, representada pelo, Sr. Gilberto Grabowski, inscrito no CPF nº 704.699.389-00, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 007/2020, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Material nº 033/2020, datado de 04 de março de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Inciso I, alínea “b” e §1º, do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Justificada pela solicitação da Secretaria de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de R\$ 14.616,90 (quatorze mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos), conforme memorando nº 071/2020 da Secretaria de Infraestrutura, recebido em 08 de julho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME

Gilberto Grabowski

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 060/2020

Publicação Nº 2608237

2º TERMO ADITIVO Nº 060/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 001/2020, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUSTAV HASSE, BAIRRO BELA ALIANÇA, EM RIO DO SUL/SC QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME.

Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME, estabelecida na Rua Julio Schneider, 1501, Serra São Miguel, no município de Ibirama/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.361.704/0001-79, ora denominada CONTRATADA, representada pelo, Sr. Gilberto Grabowski, inscrito no CPF nº 704.699.389-00,

resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 188/2019, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Material nº 001/2020, datado de 06 de janeiro de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Inciso I, alínea “b” e §1º, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, datada de 08 de julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de R\$ 76.421,78 (setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), conforme Memorando Nº 072/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um decréscimo de R\$ 52.986,27 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme Memorando Nº 072/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME
Gilberto Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO Nº 062/2020

Publicação Nº 2608484

2º TERMO ADITIVO Nº 062/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 192/2019, REFERENTE À FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BAIRRO VALADA SÃO PAULO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Aos dezesseis (16) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, estabelecida à Rua Dr. Getúlio Vargas, 200 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.145.928/0001-40, representada neste ato pelo Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital de Tomada de Preços nº 117/2019, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 192/2019, datado de 26 de julho de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso V, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do Memorando nº 074/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 40 (quarenta) dias, a contar de 21 de julho de 2020, e se encerrando em 29 de agosto de 2020. Conforme Memorando 074/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Gilberto Grabowski

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 067/2020

Publicação Nº 2608061

4º TERMO ADITIVO Nº 067/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 107/2016, REFERENTE À EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO TRECHO LIGANDO RIO DO SUL A PRESIDENTE GETÚLIO, NA RODOVIA LAURO PAMPLONA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos três (03) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, n. 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, n. 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu procurador, Sr. Gilberto Grabowski, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência Pública nº 046/2016, o Contrato original de Serviços e Fornecimento de Material nº 107/2016, datado de 26 de julho de 2016, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 57, Inciso II e V, §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 03 de agosto de 2020 e encerrando em 02 de agosto de 2021, conforme Memorando Nº 081/2020/SEINFRA, datado de 28 de julho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito,

na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Gilberto Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 069/2020

Publicação Nº 2608409

3º TERMO ADITIVO Nº 069/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 146/2019, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (DIVERSAS FUNÇÕES), QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EXCELÊNCIA SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS LTDA – ME.

Aos quatro (04) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa a Excelência Seleções e Concursos Públicos Ltda-Me com sede na Rua Arapongas, 60, Zona 08, na cidade de Maringá/PR, CEP 87.050-420, inscrita no CNPJ/MF sob n. 21.963.926/0001-52, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Pedro Gustavo de Andrade Fernandes, portador do RG n. 958.725, CPF n. 921.634.671-04, doravante designada Contratada, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial n. 101/2019, o Contrato de Prestação de Serviços nº 146/2019, datado de 27 de junho de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 04 (quatro) meses, a contar de 01 de setembro de 2020 e se encerrando em 31 de dezembro de 2020, conforme Memorando Nº 178/2020/SEDAF/DGP e sua ratificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

EXCELÊNCIA SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS LTDA ME
Sr. Pedro Gustavo de Andrade Fernandes
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 070/2020

Publicação Nº 2608371

3º TERMO ADITIVO Nº 070/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL), QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EXCELÊNCIA SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS LTDA – ME.

Aos quatro (04) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa a Excelência Seleções e Concursos Públicos Ltda-Me com sede na Rua Arapongas, 60, Zona 08, na cidade de Maringá/PR, CEP 87.050-420, inscrita no CNPJ/MF sob n. 21.963.926/0001-52, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Pedro Gustavo de Andrade Fernandes, portador do RG n. 958.725, CPF n. 921.634.671-04, doravante designada Contratada, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial n. 102/2019, o Contrato de Prestação de Serviços nº 146/2019, datado de 27 de junho de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 04 (quatro) meses, a contar de 01 de setembro de 2020 e se encerrando em 31 de dezembro de 2020, conforme Memorando Nº 178/2020/SEDAF/DGP e sua ratificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

EXCELÊNCIA SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS LTDA - ME

Sr. Pedro Gustavo de Andrade Fernandes

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 071/2020

Publicação Nº 2608258

2º TERMO ADITIVO Nº 071/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 197/2019, REFERENTE A FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PATRÍCIO NOVELETTO - TRECHO II, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Aos sete (07) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, estabelecida à Rua Dr. Getúlio Vargas, 200 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital da Concorrência Pública nº 118/2019, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 197/2019, datado de 16 de agosto de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso II, III e V, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 04 de agosto de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Segunda do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, a contar de 11 de agosto de 2020, e se encerrando em 08 de novembro de 2020. Conforme Memorando 084/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA
Gilberto Grabowski
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA

Publicação N° 2608334

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA, nomeado (a) pela Portaria n. 0765/DGP, de 27/07/2020, publicada no DOM na data de 31/07/2020, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2019.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 17/08/2020.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2020.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
phb

Rio Negrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 002/2020

Publicação Nº 2609403

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 002/2020. Partícipes: O Município de Rio Negrinho, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Fundação Hospitalar Rio Negrinho. Objeto: O presente Convênio tem por objeto efetuar o repasse no valor de R\$ 188.600,00 (Cento e oitenta e oito mil e seiscentos reais) conforme emenda parlamentar nº 71260005 de autoria da Bancada Catarinense e habilitado pela Portaria nº 952 de 24 de abril de 2020, bem como definir a aplicação dos recursos, sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme os requisitos previamente definidos entre as partes e constantes nesse convênio. O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será até 20 de julho de 2021, tendo por termo inicial a data de sua assinatura. Data da Assinatura: 23 de julho de 2020. Signatários: Julio Cesar Ronconi pelo Município de Rio Negrinho, Maria de Fátima Mendes Afonso pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde - FMS e Antonio Oliveira Gomes Filho pela Fundação Hospitalar Rio Negrinho.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2020

Publicação Nº 2607778

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2020
PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Federal nº 10024 de 20/09/2019 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09:00 horas do dia 31 de agosto de 2020, Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA MARCIAL AURORA SIQUEIRA JABLONSKI E REESTRUTURAR MAIS 04 BANCAS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO – SC, COM RECURSO ORIUNDO DA SECRETARIA ESTADUAL, ATRAVÉS DE EMENDA REGULAMENTADA PELA PORTARIA Nº 179/2020/SEF. As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 09:30 horas do mesmo dia. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC, através dos telefones (47) 3646-3636/3646-3648. O edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e <http://rionegrinho.atende.net>.

Rio Negrinho, 12 de agosto de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

SAMAE - RIO NEGRINHO

EXTRATO DE PORTARIAS 2020

Publicação Nº 2608831

EXTRATO DE PORTARIA 2020

Portaria nº 1936 de 04 de agosto de 2020 - DESIGNA comissão permanente de avaliação de bens móveis para o exercício de 2020.

Portaria nº 1937 de 17 de agosto de 2020 - CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, nos termos da Lei Complementar 016/2000, e consoante ao Processo nº 4473/2020 de 14/08/2020, ao servidor EDSON EHMKE, ocupante do cargo de Leiturista, lotado no Departamento Administrativo do SAMAE, assegurado os vencimentos do cargo efetivo, no período de 14 de agosto a 15 de novembro de 2020.

As portarias em inteiro teor estão publicadas no site samaerne.com.br/publicacoes/portarias

Rio Negrinho, 17 de agosto de 2020.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL

Diretor Geral

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 54/2020

Publicação Nº 2607950

EXTRATO DO CONTRATO 54/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), CNPJ nº. 11.456.420/0001-01 comunica AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS NOVOS, ANO 2020, ZERO KM, TIPO MINIVAN COM CAPACIDADE DE 07 LUGARES, através Processo de Licitação Nº 472/2020, na modalidade Pregão nº 12/2020. Contratado: BREGOMAR VEÍCULOS LTDA. Valor: R\$ 187.980,00. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 17/08/2020. LORENA F. DE ASSIS BIONDO - Gestora Municipal de Saúde

PORTARIA 10048/2020

Publicação Nº 2608857

PORTARIA Nº 10048/2020

REVOGA PORTARIA 9876/2020, QUE DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO o ofício n 31/CEJA – MH/2020 de 06 de agosto de 2020 sobre decisão do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, em paralisar por tempo indeterminado as atividades da Educação de Jovens e Adultos – EJA, na UD do município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR portaria 9876/2020, que designou a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANIA FATIMA LANG TESSARO, para desempenhar a função de chefe da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos do município, percebendo FG – Função Gratificada, na ordem de 30% (trinta por cento), calculada sobre o vencimento base.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de agosto de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 10049/2020

Publicação Nº 2608863

PORTARIA Nº 10049/2020

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO a decisão do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Maravilha/SC, em paralisar por tempo indeterminado as atividades da Educação de Jovens e Adultos – EJA, na UD do município, através do ofício n 31/CEJA – MH/2020 de 06 de agosto de 2020; CONSIDERANDO que a Sra. Andresa havia sido contratada em substituição a professora SILVANIA FATIMA LANG TESSARO que havia sido designada para desempenhar a função de chefe da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos do município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora publica municipal Sra. ANDRESA CARLA BAGNARA, do cargo de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA, 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 17 de agosto de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2020

Publicação Nº 2607884

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2020

Termo de rescisão unilateral de contrato administrativo n. 36/2020, que tem como objeto aquisição de 02 veículos novos, ano 2020, zero km, tipo minivan com capacidade de 07 lugares para o Fundo Municipal de Saúde de Romelândia -SC, com as especificações constante no Edital do processo licitatório n. 472/2020, modalidade Pregão Presencial nº. 12/2020 e contrato, firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Romelândia e a empresa FENIX PORTO COMERCIO DE VEÍCULOS E REPRESENTAÇÃO EIRELI.

CONSIDERANDO a decisão anexa, parte integrante do presente,

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco nº 42, inscrito no CNPJ nº 11.456.420/0001-01, neste ato representado por LORENA F. DE ASSIS BIONDO, Gestora Municipal de Saúde, RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA: rescindir unilateralmente o contrato administrativo n. 36/2020 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA e a empresa FENIX PORTO COMERCIO DE VEÍCULOS E REPRESENTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.484.829/0001-99, estabelecida Rua Ricardo Pedro Romanini, 600, Bairro Santos Dummont, Município de Chapecó SC, CEP: 89815-349, neste ato representado por PEDRO FRANCISCO DIDOMENICO, inscrito no CPF nº 484.923.610-34, RG nº 8039516425, residente e domiciliado no Município de CHAPECO/SC.

CLAUSULA SEGUNDA: a rescisão contratual tem base legal nos artigos 77, 78, incisos I c/c 79 inc. I da Lei Federal no. 8.666/93 e cláusulas contratuais IV e VIII.

CLÁUSULA TERCEIRA: nos termos da rescisão anexa, da sanção aplicada será facultada defesa no prazo de cinco dias úteis, a teor do disposto no § 3º, do art. 87.

O Presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato no Diário Oficial dos Municípios.

Romelândia/SC, 07 de agosto de 2020.

LORENA FÁTIMA DE ASSIS BIONDO

Gestora Municipal de Saúde

Testemunhas:

VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº 4.277/2020

Publicação Nº 2609409

DECRETO Nº 4.277/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei.

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.391,80 (Sessenta e três mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

07.01– Departamento de Agricultura	
20.606.0016.2.043000 – Manutenção das Atividades de Assistência aos Agricultores	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte: 176 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019);	

07.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0017.2.044000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 176 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019);	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação da fonte de Recursos 176 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019), especificamente da Emenda Especial nº. 202025690009 – Ministério da Economia, depositados na conta corrente 7.716-X, Banco do Brasil – Agência Romelândia.

08.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0017.1.008000 – Aquisição de Maquinas e Equipamentos para Patrulha Mecanizada	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.391,80
Fonte: 150 – Recursos Cessão Onerosa – Lei 13.885/2019	

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação da fonte de Recursos 150 – Recursos Cessão Onerosa Lei 13.885/2019.

Art. 4º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.374/2019 de 27 de novembro de 2019.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 18 de agosto de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra

Milton Aimi
Secretário de Adm. e Fazenda

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

Publicação Nº 2608296

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2020, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTETICA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 28/08/2020 até as 09h00min.

Abertura: 28/08/2020, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 13 de agosto de 2020.

Ana Rosa Zanela

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

Publicação Nº 2608298

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2020, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 28/08/2020 até as 10h00min.

Abertura: 28/08/2020, às 10h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 13 de agosto de 2020.

Ana Rosa Zanela

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

Publicação Nº 2608292

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 07/2020, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 02/09/2020 até as 09h00min.

Abertura: 02/09/2020, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 10 de agosto de 2020.

Ana Rosa Zanela

Prefeita municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 008/2020

Publicação Nº 2609131

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº045/2020
PREGAO PRESENCIAL Nº 008/2020

O município de Santa Cecília –SC, por intermédio da Prefeita Municipal, torna público para conhecimento de todos os interessados a Anulação do Processo Licitatório nº 045/2020, Pregão Eletrônico nº 008/2020, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de lixeiras tipo container para utilização em diversos pontos do município, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Motivo: Por interesse da Administração Municipal em refazer o edital e problemas no cadastro do sistema BII bolsa de licitações do Brasil.
Santa Cecília-SC, 17 de Agosto de 2020

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2020

Publicação Nº 2608683

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.345.650/0001-34, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 305, Sala 02, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. ASSIS ALI MOHAMAD, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 8/R-1.754.822 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 538.404.379-20, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 037/2020, para até a data de 30/09/2020, conforme disposto na Cláusula Terceira do referido Contrato e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista requerimento e justificativas apresentadas pela CONTRATADA, que fazem parte integrante do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 037/2020, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 14 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA	ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2020

Publicação Nº 2608686

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.345.650/0001-34, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 305, Sala 02, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. ASSIS ALI MOHAMAD, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 8/R-1.754.822 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 538.404.379-20, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 038/2020, para até a data de 30/09/2020, conforme disposto na Cláusula Terceira do referido Contrato e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista requerimento e justificativas apresentadas pela CONTRATADA, que fazem parte integrante do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 038/2020, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 14 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA
Contratante

ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 33/2020

Publicação Nº 2609305

06CONTRATO DE RATEIO	Contrato Administrativo nº 33/2020 Município de Santa Rosa de Lima
----------------------	---

AS PARTES:

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 82.926.593/0001-86, com sede administrativa na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima, (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Salésio Wiemes, CPF nº. 767.649.829-53, o neste ato denominado de MUNICÍPIO e, de outro lado, o CIMAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIOS DOS MUNICIPIOS DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 28.692.509/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de São Ludgero, o Sr. Ibaneis Lembeck, neste ato denominado de CONSÓRCIO, considerando o disposto no Protocolo de Intenções ratificado neste Município pela Lei nº. 2172/2017, bem como na Lei Federal nº. 11.107/05, Decreto 6.017/07 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO, nos termos a seguir dispostos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato tem por objeto a definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas para custear as atividades do Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DAS DESPESAS

2. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

- 2.1 - Despesas de Pessoal e Encargos: referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;
- 2.2 - Despesas com manutenção das atividades do Consórcio: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades do CONSÓRCIO.
- 2.3 - Despesas com Investimento: para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RATEIO E INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA

3. 1 Rateio

3.1.1 Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consorcio a importância de R\$ 13.051,55 (treze mil cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.087,63 (um mil oitenta e sete reais sessenta e três centavos) cada uma a ser debitada no dia 10 de cada mês.

3.2 Registro no ente Consorciado:

3.1.1 Rateio pela Participação em Consórcio Público – CUSTEIO.

3.3 Registro no CONSÓRCIO:

3.2.1 O orçamento do Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e modalidade de aplicação.

3.2.2 As receitas de transferências recebidas pelo CONSÓRCIO em virtude do presente Contrato de Rateio serão classificadas por fonte/destinação de recursos que reflitam as finalidades da transferência, obedecendo no mínimo a seguinte classificação:

3.3.2.1 Pelo registro da receita das Transferências Correntes:

1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1.7.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

1.7.3.8.02.1.1 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

3.3.2.2 Pelo registro da receita das Transferências de Capital:

2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

2.4.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

2.4.3.8.01.1.0 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DOS CONSORCIADOS

4.1 Fica o CIMAMUREL autorizado através do Banco do Brasil, a Debitar no dia 10 de cada mês da conta do Município nº 502871-x, o valor da Clausula Terceira.

4.2 As transferências serão realizadas mensalmente, mediante RECIBOS DE TRANSFERÊNCIAS, individualizados, com a respectiva classificação da despesa, encaminhados previamente pelo Consórcio, observando o seguinte:

4.2.1 RECIBO DE TRANSFERÊNCIA : PELA PARTICIPAÇÃO DO RATEIO – para cobrir despesas com a manutenção das atividades do Consórcio.

4.2.1.1 Os valores a serem transferidos relativo a participação do rateio (para despesas de manutenção do Consórcio) serão divididos em parcelas mensais de acordo com as necessidades do Consórcio, não excedendo ao orçado, salvo quando previamente acordado e após celebração dos termos legais e devem ser repassados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

(23) 07.01.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.680 – Valor Previsto: R\$

(25) 07.01.2.032.3.3.90.30.00.00.00.00.00.96 – Valor Previsto: R\$

(27) 07.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.674 – Valor Previsto: R\$

5.1. A despesa decorrente do presente contrato de rateio esta prevista na Lei Orçamentária Anual do Município, respectivos anexos e suplementações, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 - Pessoal e Encargos	5.923,35	493,61
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	6.942,63	578,55
4.4.71.00 - Investimentos	185,57	15,46
Valor Total por ente consorciado	13.051,55	1.087,63

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO

6.1 O consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

6.2 O consórcio encaminhará até trinta dias do mês subsequente a execução das despesas, como relatório de Prestação de Contas, planilha demonstrando as transferências dos recursos recebidos e o rateio das despesas pertencentes aos entes consorciados.

6.3. Os recursos recebidos mediante contratos de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme estabelece o § único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6.3.1 Caso a não utilização dos recursos transferidos por meio de Contrato de Rateio no exercício em que forem recebidos implique o não atendimento dos limites mínimos anuais previstos no § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal, a diferença será acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente, sem prejuízo da base anual de impostos e transferências previstas constitucionalmente para os entes consorciados.

6.4 O Consórcio encaminhará ao Município Consorciado as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos fiscais pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O consórcio público deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

7.2 A fiscalização é atribuída ao próprio Consórcio, aos órgãos de controle interno e externo dos entes consorciados e da sociedade civil organizada.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

8. O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, dos documentos relativos ao orçamento, contrato de rateio, demonstrações contábeis, demonstrativos fiscais e relatório resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria 72/2012 da STN.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

I – elaborar a seu critério a planilha bimestral o orçamento financeiro autorizado por Lei Municipal;

II - repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos;

III - informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências;

IV - denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/paciente ou do próprio MUNICÍPIO;

V - incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO;

VI - apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;

VII - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Terceira;

VIII – Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

9.2. São obrigações do CONSÓRCIO:

I - gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembléia Geral;

II - aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas

as normas da contabilidade pública;

III - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;

IV - apresentar em assembléia geral ordinária aos MUNICÍPIOS, relatório contábil bimestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores;

V - prestar informações pertinentes quando solicitado;

VI - controlar a utilização dos serviços do Município em função do repasse de valores efetivado;

VII – encaminhar no prazo estipulado neste contrato a planilha de prestação de contas;

VIII – cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Este contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

10.2 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 65, §2º da Lei de Licitações.

10.3 Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 11.107/2005 e demais regulamentações, objetivando a cumprir as obrigações do contrato de programa e garantir a manutenção do consórcio e a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES

11.1 A inadimplência do MUNICÍPIO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

11.2. No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DESLIGAMENTO DO MUNICÍPIO

12.1 Havendo o desligamento do MUNICÍPIO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

12.2 A retirada ou exclusão do MUNICÍPIO, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo MUNICÍPIO, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

12.3 O Município inadimplente será inscrito em Dívida Ativa no Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

13.2 A legitimação da atuação do Consórcio decorre da transferência de prerrogativas para a gestão associado de serviço público.

13.3 O CIMAMUREL é um instrumento de execução das políticas públicas dos consorciados, integrando-se a Administração indireta de cada um dos entes consorciados.

13.4 A relação jurídica entre consórcio e consorciado é disciplinada pela lei federal nº 11.107, de 2005, e pelo Protocolo de Intenções.

13.5 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 65, §2º da Lei de Licitações.

13.6 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas

13.7 Fica eleito o foro da Comarca de Tubarão (SC) para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Santa Rosa de Lima (SC), 06 de julho de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATANTE	
SALESIO WIEMES	
Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima	

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIOS DOS MUNICIPIOS DA AMUREL CIMAMUREL

IBANIES LEMBECK

Presidente do Consórcio

Prefeito Municipal de São Ludgero

TESTEMUNHAS

Nome: Ramon Correa Mendes

CPF: 055.473.999-22

Nome: Celso Heidemann

CPF: 714.907.449-91

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 01/2020

Publicação N° 2609298

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: VANDRESEN & HERMESMEYER LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato n° 01/2020, datado de 28 de janeiro de 2020, passando o preço do óleo diesel comum de 3,374 (três reais e trinta e sete centavos), para R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) o preço do óleo diesel S 10 R\$ 3,579 (três reais e cinquenta e sete centavos), para R\$ 3,480 (três reais e quarenta e oito centavos), a partir desta data.

Todas as demais cláusulas do Contrato n° 01/2020, datado 28 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 11 de agosto de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DECIMO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020 FMS

Publicação N° 2609304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO DECIMO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: R. L. VANDRESEN & CIA LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato n° 02/2020, datado de 23 de janeiro de 2020, passando o preço da Gasolina comum de R\$ 4,033 (quatro reais e três centavos) para R\$ 4,042 (quatro reais e quatro centavos) passando o preço do óleo diesel comum de R\$ 3,443 (três reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 3,551 (três reais e cinquenta e cinco centavos) passando o preço do óleo diesel S10 de R\$ 3,510 (três reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 3,580 (três reais e cinquenta e oito centavos), a partir desta data.

Todas as demais cláusulas do Contrato n° 02/2020, datado 23 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 06 de agosto de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 15/2020 FMS

Publicação N° 2609299

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 18/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA O PROJETO QUERER BEM DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

EMPRESAS VENCEDORAS: METROMED COM. DE MATÉRIAS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 11.250,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13 de agosto de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 13 de agosto de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 34/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA O PROJETO QUERER BEM DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: METROMED COM. DE MATÉRIAS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ/MF: 83.157.032/0001-22

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.250,00..

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020. Com possível prorrogação, Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 13 de agosto de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA ANALISE AMOSTRAS DA LICITAÇÃO Nº 055/2020 - PR - QUARTA CHAMADA

Publicação Nº 2609013

ATA DE PARECERES DIVERSOS

Processo de Licitação nº 055/2020 – Pregão Presencial Nº 055/2020
Fase de Amostras 4

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Rosa do Sul realizou análise em amostras de produtos entregues pelos licitantes classificados em segundo lugar nos itens 21 e 23, do edital de licitação nº 055/2020 – Pregão Presencial, conforme item 05 do edital e ata da sessão, que tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo hospitalar, equipamentos e medicamentos a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2020. Conforme análise final dos produtos (anexo1) os itens abaixo foram reprovados ou não foi apresentado amostra, as análises serão realizadas na ordem de classificação.

Santa Rosa do Sul, 14 de Agosto de 2020.

Luana de Souza Pereira
Pregoeira

ANEXO I PARECER TÉCNICO DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS CONFORME EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2020 E LICITAÇÃO Nº 55/2020-PR. 4ª COLOCAÇÃO

Itens que foram solicitados apresentação de amostras no edital: 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 68, 69, 77, 78, 79, 86 e 178.

Itens que foram solicitados durante o pregão presencial: 87, 88, 100, 100, 102 e 103.

Itens REPROVADOS em terceira análise por não apresentarem amostras: 21 e 23.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM OS RESPECTIVOS ITENS EM QUARTA COLOCAÇÃO DOS ITENS REPROVADOS EM TERCEIRA ANÁLISE

Empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L: Itens:
Itens 21 e 23.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE ENTREGARAM AS AMOSTRAS DE QUARTA CHAMADA

Empresas: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L.

ANÁLISE DOS MATERIAIS

A análise de materiais ocorreu por ordem alfabética do nome da empresa e não por ordem de entrega das amostras.

Empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L Itens:
21 e 23.

ITEM / DESCRIÇÃO	ANÁLISE
Item 21 ATADURA DE CREPOM MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 18G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	Material analisado: 01 Atadura de crepom medindo 06 cm. A amostra apresentada EM CONFORMIDADES a todos os critérios exigidos no edital. Marca Avaliada: Bio Textil. .

<p>Item 23</p> <p>ATADURA DE CREPOM MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 30G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>Material analisado: 01 Atadura de crepom medindo 10 cm.</p> <p>A amostra apresentada EM CONFORMIDADES a todos os critérios exigidos no edital.</p> <p>Marca Avaliada: Bio Textil.</p>
---	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise final dos produtos e de acordo com o descritivo acima da análise de amostras, é feita as seguintes considerações.

ITENS APROVADOS	EMPRESA
21	TRADE MEDICAL
23	TRADE MEDICAL

Diante das situações acima apresentadas solicitamos andamento no processo conforme edital.

ATA ANALISE AMOSTRAS DA LICITAÇÃO Nº 055/2020 - PR - TERCEIRA CHAMADA

Publicação Nº 2608950

ATA DE PARECERES DIVERSOS

Processo de Licitação nº 055/2020 – Pregão Presencial Nº 055/2020
Fase de Amostras 3

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Rosa do Sul realizou análise em amostras de produtos entregues pelos licitantes classificados em segundo lugar nos itens 13, 21, 23, 68 e 178, do edital de licitação nº 055/2020 – Pregão Presencial, conforme item 05 do edital e ata da sessão, que tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo hospitalar, equipamentos e medicamentos a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2020. Conforme análise final dos produtos (anexo1) os itens abaixo foram reprovados ou não foi apresentada amostra, fica CONVOCADO as empresas classificadas em 4º colocação para apresentação das amostras e as demais classificados querendo, as análises serão realizadas na ordem de classificação.

Santa Rosa do Sul, 13 de Agosto de 2020.

Luana de Souza Pereira
Pregoeira

ITEM REPROVADOS – CONVOCAÇÃO SUBSEQUENTES	
ITEM	EMPRESAS
	4º Colocado
13	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
21	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
23	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
68	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
178	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

ANEXO I

PARECER TÉCNICO DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS CONFORME EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2020 E LICITAÇÃO Nº 55/2020-PR.
3ª COLOCAÇÃO

Itens que foram solicitados apresentação de amostras no edital: 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 68, 69, 77, 78, 79, 86 e 178.

Itens que foram solicitados durante o pregão presencial: 87, 88, 100, 100, 102 e 103.

Itens REPROVADOS em segunda análise por não apresentarem amostras: 13, 21, 23, 68 e 178.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM OS RESPECTIVOS ITENS EM TERCEIRA COLOCAÇÃO DOS ITENS REPROVADOS EM SEGUNDA ANÁLISE

Empresa ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA: Itens 21 e 23.

Empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L: Itens: 13, 68 e 178.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE ENTREGARAM AS AMOSTRAS DE SEGUNDA CHAMADA

Empresas: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE NÃO ENTREGARAM AS AMOSTRAS DE SEGUNDA CHAMADA

Empresas: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;

ANÁLISE DOS MATERIAIS

A análise de materiais ocorreu por ordem alfabética do nome da empresa e não por ordem de entrega das amostras.

Empresa ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Itens: 21 e 23.

ITEM / DESCRIÇÃO	ANÁLISE
<p>Item 21</p> <p>ATADURA DE CREPOM MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 18G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>Amostra não apresentada.</p>
<p>Item 23</p> <p>ATADURA DE CREPOM MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 30G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>Amostra não apresentada.</p>

Empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Itens: 13, 68 e 178.

<p>Item 13</p> <p>ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR - CONSTITUÍDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500 GRAMAS, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 24CM DE LARGURA.</p>	<p>Material analisado: 01 Algodão hidrófilo 500gr.</p> <p>A amostra apresentada EM CONFORMIDADES a todos os critérios exigidos no edital.</p> <p>Marca Avaliada: FAROL.</p>
---	---

<p>Item 68</p> <p>COMPRESSA DE GAZE EM ROLO (TIPO QUEIJO), MEDINDO 91CMX91M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL HÁ 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, ATENDENDO NA INTEGRA AS NORMAS ABNT 14108, APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.</p>	<p>Material analisado: 01</p> <p>Compressa de gaze em rolo (tipo queijo).</p> <p>A amostra apresentada EM CONFORMIDADES a todos os critérios exigidos no edital.</p> <p>Marca Avaliada:</p> <p>BIOTEXTIL.</p>
<p>Item 178</p> <p>SERINGA DE 100UI COM AGULHA 8X0,30 SERINGA ESTERILIZADA COM AGULHA FIXA; DOSAGEM NÍTIDA EM UNIDADE INSULÍNICA E EXTREMAMENTE PRECISA UMA A UMA DE FÁCIL LEITURA E PRECISÃO NAS DOSAGENS; ÊMBOLO COM BORRACHA DE AJUSTE E VEDAÇÃO PRECISA E EXTREMAMENTE LEVE; AGULHA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA; BISEL PERFEITO,</p>	<p>Material analisado: 01 Seringa de 100ui com agulha 8x0,30.</p> <p>A amostra apresentada EM CONFORMIDADES a todos os critérios exigidos no edital.</p>
<p>SILICONIZADO, TRIFACETADO E AGUÇADO, PERMITINDO PUNÇÃO ATRAUMÁTICA; PAREDE FINÍSSIMA, PERMITINDO MELHOR FLUXO; GRADUAÇÃO EXCLUSIVAMENTE EM UNIDADES INSULINICAS PARA NÃO CONFUNDIR O USUÁRIO; INFORMAÇÕES SOBRE PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR REGISTRO MS, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. ATENDER AS NORMAS REGULAMENTADORAS EXISTENTES.</p>	<p>Marca Avaliada: TKL.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise final dos produtos e de acordo com o descritivo acima da análise de amostras, é feita as seguintes considerações.

ITENS APROVADOS	EMPRESA
13	TRADE MEDICAL
68	TRADE MEDICAL
178	TRADE MEDICAL
DESCCLASSIFICADOS POR NÃO APRESENTAREM AS AMOSTRAS	EMPRESA
21	ALTERMED
23	ALTERMED

Diante das situações acima apresentadas solicitamos andamento no processo conforme edital.

RELATÓRIO FINAL Nº 055/2020

Publicação Nº 2609114

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR
CNPJ: 80.989.965/0001-98 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC	Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 26/06/2020
	Folha: 1/17

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2020.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 55/2020 (Sequência: 3)

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 005, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2020, Licitação nº 55/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Participante: 7385 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ACETATO DE RETINOL 1000UI + ASSOCIAÇÕES POMADA OFTÁLMICA ESTÉRIL TUBO C/ 3,5G	TUB	3,00	Latnofarma-Cr	0,0000	12,05	36,15
3	ÁGUA OXIGENADA (SOLUÇÃO DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 3%) VOLUME 10 (1000 ML)	LT	30,00	Farmax-Amara	0,0000	4,02	120,60
4	AGULHA 13X4,5 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL. DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CXS	200,00	SR	0,0000	7,09	1.418,00
5	AGULHA 20X5,5 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL. DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	70,00	SR	0,0000	7,09	496,30
6	AGULHA 25X6 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL. DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	20,00	SR	0,0000	6,99	139,80
7	AGULHA 25X7 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL. DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	30,00	SR	0,0000	6,99	209,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 2/17

Participante: 7385 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	AGULHA 25X8 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	10,00	SR	0,0000	6,99	69,90
9	AGULHA 30X8 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	10,00	SR	0,0000	6,99	69,90
11	ÁLCOOL 70% (DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS) 1000L	LT	500,00	Vic Pharma	0,0000	5,36	2.680,00
15	ALMOTOLIA ESCURA 500ML BICO RETO.	FR	20,00	J Prolab	0,0000	2,81	56,20
18	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 10% SPRAY	FR	5,00	Hipolabor	0,0000	57,57	287,85
19	APARELHO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL ADULTO, DIGITAL, COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE NYLON. FECHO EM VELCRO. VISOR GRANDE PARA FACILITAR VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS; INDICADOR DE BATERIA FRACA, INDICADOR DE RISCOS WHO, MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 RESULTADOS, INDICADOR DE ARRITMIA CARDÍACA, DATA E HORA, PRESSÃO SISTÓLICA, PRESSÃO DIASTÓLICA E FREQUÊNCIA CARDÍACA; ACOMPANHAR O MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E EXIBIR NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE, GARANTIA MÍNIMA DE 4 ANOS. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	5,00	Glicomed-Accu	0,0000	139,00	695,00
20	ASPIRADOR PARA REDE DE VÁCUO FRASCO DE VIDRO 500ML (VACUÔMETRO)	VID	3,00	Jg Moriya	0,0000	127,00	381,00
25	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 15 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 45G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	250,00	Medi House	0,0000	14,42	3.605,00
32	BANDEJA EM AÇO INOX 45X32X4,5 CM.	UN.	5,00	Fava	0,0000	156,87	784,35
33	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO, ESTÉRIL, 2000ML	UN.	160,00	Glomed	0,0000	3,08	492,80
35	CABO PARA BISTURI Nº3. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485.	UN.	5,00	Cassiflex	0,0000	7,64	38,20
38	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 0	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60
39	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 1	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60
40	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 2	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60
41	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 3	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60
42	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 4	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60
43	CÂNULA DE GUEDEL OROFARÍNGEA DE SILICONE Nº 5	UN.	2,00	MD	0,0000	2,80	5,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 3/17

Participante: 7385 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
45	CATETER INTRAVENOSO Nº14 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO, FILTRO HIDRÓFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	50,00	Injex	0,0000	1,61	80,50
46	CATETER INTRAVENOSO Nº16 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO, FILTRO HIDRÓFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	100,00	Injex	0,0000	1,61	161,00
47	CATETER INTRAVENOSO Nº18 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO, FILTRO HIDRÓFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	200,00	Injex	0,0000	1,61	322,00
55	CLOREXEDINA 2,0% (DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA) DEGERMANTE 1000ML	LT	15,00	Vic Pharma	0,0000	16,23	243,45
56	CLOREXIDINA 0,2% (DICLUCONATO DE CLOROXIDINA) SOLUÇÃO AQUOSA 1.000ML	LT	20,00	Vic Pharma	0,0000	6,69	133,80
57	CLOREXIDINA 0,5% (DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA) SOLUÇÃO ALCOÓLICA 1.000ML.	LT	20,00	Vic Pharma	0,0000	10,55	211,00
70	CUBA RIM EM AÇO INOX 26X12CM	UN.	3,00	Açonox	0,0000	32,80	98,40
71	CURATIVO ESTÉRIL 2,5X2,5CM COM 500 UNIDADES	CX	20,00	Cral	0,0000	15,38	307,60
75	ELETRODOS AUTO ADESIVO PARA FISIOTERAPIA 5X5 PCT COM 4 UNIDADES	UN.	100,00	Phbr	0,0000	20,08	2.008,00
77	EQUIPO DUAS VIAS. CONEXÃO DUAS VIAS PARA INFUSÃO PARENTERAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, PINÇA CORTA FLUXO EM CORES DIFERENTES NAS 2 (DUAS) VIAS DE VEDAÇÃO PRECISA, CONECTORES FÊMEA COM TAMPA PROTETORA ROSQUEÁVEL, CONECTOR PROXIMAL LUER ROTATIVO SLIP E LOCK NA MESMA PEÇA, COM ACABAMENTO LATERAL SEM SALIÊNCIAS QUE PERMITA APOIO SEGURO NA PELE. COMPRIMENTO DE 18CM. TODO SISTEMA DEVE SER RESISTENTE E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, E DE FÁCIL MANUSEIO. TAMPA PROXIMA EXTRA. EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E PLÁSTICO FILME, QUE PROPORCIONE ABERTURA EM PÉTALA, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MS.	UN.	500,00	Infusão	0,0000	0,60	300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 4/17

Participante: 7385 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
80	EQUIPO PARA INFUSÃO ENTERAL 2 (DUAS) VIAS EM Y SENDO UMA VIA COM CÂMARA GOTEJADORA TRANSPARENTE CRISTAL FLEXÍVEL E GOTEJADOR PARA 20 GOTAS = 1 ML, COM ENTRADA DE AR E FILTRO BACTERIOLÓGICO, PONTA PERFURANTE, COM MÍNIMO TRÊS ORIFÍCIOS PARA ENTRADA DE ALIMENTO, PARA ADAPTAÇÃO SEGURA EM BOLSAS/FRASCOS DE DIETAS ENTERAIS, EM ABS BRANCO E TAMPA PROTETORA. TUBO EXTENSOR AZUL EM PVC FLEXÍVEL, COM DIÂMETRO UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, SEM EFEITO MEMÓRIA, PINÇA ROLETE PARA CONTROLE DO FLUXO MINISTRADO. SEGUNDA VIA DE CONEXÃO FÊMEA COM TAMPA PROTETORA ROSQUEÁVEL, PINÇA CLAMP, PARA ADMINISTRAÇÃO DE ÁGUA. PONTA DISTAL COM CONECTOR ESCALONADO EM ABS BRANCO COM O MÍNIMO DE SETE ESCALAS PARA MELHOR CONEXÃO A DIVERSOS TAMANHOS DE SONDAS, COM TAMPA PROTETORA. APRESENTAR REGISTRO NO MS	UN.	500,00	Descarpack	0,0000	1,08	540,00
85	ESCOVINHA CERVICAL PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10,00	Kolplast	0,0000	14,30	143,00
89	ESPÁTULA DE AYRES CONTENDO 100 UNIDADES	PCT	10,00	Theoto	0,0000	4,82	48,20
97	FITA TESTE PARA AUTOCLAVE, COM DORSO DE PAPEL CREPADO, COM EXCELENTE ADESÃO E RESISTÊNCIA A ALTAS TEMPERATURAS, REPRESENTANDO DIFERENCIAÇÃO E SEGURANÇA NO CONTROLE DE MATERIAIS QUE DEVEM PASSAR PELO PROCESSO ESTERILIZAÇÃO, POSSUI LISTRAS QUE APÓS O CICLO SE TORNAM MARRONS, ISENTA DE CHUMBO COMPROVADO NA PROPOSTA ATRAVÉS DE LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO EM ACORDO COM ISO 17025:2005 ORIGINAL OU EM CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO, EM ROLOS MEDINDO 19CM DE LARGURA POR 30M DE CUMPRIMENTO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE, LOTE DE FABRICAÇÃO.	RL	60,00	Poli Tape	0,0000	2,65	159,00
99	FOCO CLÍNICO GINECOLÓGICO LED, C/ RODA E COM ESPELHO	UN.	3,00	Vagalumi	0,0000	284,37	853,11
111	KIT DE PARTO DE EMERGÊNCIA, MALETA COM NO MÍNIMO: - 01 ABSORVENTE HOSPITALAR; - 01 BISTURI DESCARTÁVEL N.º 21; - 01 CAMPO CIRÚRGICO, TAM. APROX. 45X50CM; - 01 COMPRESSA TIPO ZOOBEC, TAM. APROX. 10X15CM; - 01 COMPRESSA TIPO ZOOBEC, TAM. APROX. 30X15CM; - 01 LUVA CIRÚRGICA N.º 7,5; - 01 LUVA CIRÚRGICA N.º 8,5; - 02 PRENDEDORES UMBILICAIS; - 02 PULSEIRAS IDENTIFICADORAS; - 01 SACO DE EXPURGO HOSPITALAR; - 02 COMPRESSAS ESTÉRIL 7,5X7,5CM, PCTE C/ 05 UNID.; - 01 AVENTAL DESCARTÁVEL DE TNT; - 01 FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, TAM. P; - 01 ALCOOL GEL, FR. C/ 100 ML; - 01 MÁSCARA CIRÚRGICA.	UN.	5,00	Resgate SP	0,0000	56,23	281,15
120	LANTERNA CLÍNICA LED (- LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 2,2V; - CONFECCIONADA EM AÇO INOX OU BRONZE; - ILUMINAÇÃO BRILHANTE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO; - MEDIDAS: 14CM DE COMPRIMENTO E 1,2 CM DE DIÂMETRO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO PARA ANÁLISE.	UN.	5,00	MD	0,0000	71,30	356,50
135	MÁSCARA MULTIVENTILAÇÃO PARA OXIGÊNIO	UN.	5,00	MD	0,0000	14,80	74,00
137	MICROPORE HIPOALÉRGICA MEDINDO 5,0CMX4,5M	UN.	250,00	Cral	0,0000	2,80	700,00
138	NEBULIZADOR ULTRASSÔNICO. O SISTEMA ULTRASSÔNICO GERA UMA NÉVOA FINÍSSIMA COM PARTÍCULAS QUE PENETRAM MAIS PROFUNDAMENTE NOS PULMÕES, AUMENTANDO A EFICÁCIA DO TRATAMENTO. COM BAIXÍSSIMO NÍVEL DE RUÍDO (PRATICAMENTE ZERO) E O CONTROLE DE INTENSIDADE DE NÉVOA, TORNAM O TRATAMENTO MAIS AGRAVÁVEL E ADAPTÁVEL A DIFERENTES IDADES. 03 ANOS DE GARANTIA. ACOMPANHA MÁSCARA ADULTO E INFANTIL. PERMITE NEBULIZAÇÃO COM O PESSOA EM QUALQUER POSIÇÃO. 03 NÍVEIS DE AJUSTE INTENSIDADE DE NÉVOA. BIVOLT AUTOMÁTICO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATÁLOGO.	UN.	5,00	G Tech	0,0000	150,00	750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 5/17

Participante: 7385 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
141	OXÍMETRO ADULTO, PROJETADO PARA MEDIR A SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE ARTERIAL (SPO2) E A PULSAÇÃO EM ADULTOS DE FORMA NÃO INVASIVA. PARA DEDOS ENTRE 0.8CM E 2.3CM E PARA PACIENTES SEM MOVIMENTAÇÃO. MEDE MESMO COM O DEDO GELADO. FUNCIONA COM AS UNHAS PINTADAS. RESISTÊNCIA A QUEDAS DE ATÉ 1.5M. SUPER LEVE. UTILIZA APENAS UMA PILHA. TELA COLORIDA OLED COM AJUSTE DE BRILHO. VISOR AJUSTÁVEL (ROTACIONAL). APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	10,00	Glicomed-Accu	0,0000	272,00	2.720,00
143	PÁ PARA APARELHO DEA (STAT PADZ ZOLL) ADULTO	UN.	1,00	Zoll	0,0000	1.645,84	1.645,84
147	PAPEL INTERFOLHA BRANCO (LUXO) FARDOS COM 1.000 FOLHAS	FDS	700,00	Qualilux	0,0000	6,43	4.501,00
158	PINÇA PARA BIÓPSIA DE COLO UTERINO 24CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	Abc	0,0000	58,96	176,88
163	PORTA ALGODÃO/COTONETES EM INOX	UN.	3,00	Açonox	0,0000	37,49	112,47
172	REGULADOR COM FLUXOMETRO	UN.	10,00	JG Moriya	0,0000	264,01	2.640,10
179	SERINGA DE 50UI COM AGULHA 6X0,25 SERINGA ESTERILIZADA COM AGULHA FIXA; DOSAGEM NÍTIDA EM UNIDADE INSULÍNICA E EXTREMAMENTE PRECISA UMA A UMA DE FÁCIL LEITURA E PRECISÃO NAS DOSAGENS; ÊMBOLO COM BORRACHA DE AJUSTE E VEDAÇÃO PRECISA E EXTREMAMENTE LEVE; AGULHA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA; BISEL PERFEITO, SILICONIZADO, TRIFACETADO E AGUÇADO. PERMITINDO PUNÇÃO ATRAUMÁTICA; PAREDE FINÍSSIMA, PERMITINDO MELHOR FLUXO; GRADUAÇÃO EXCLUSIVAMENTE EM UNIDADES INSULÍNICAS PARA NÃO CONFUNDIR O USUÁRIO; INFORMAÇÕES SOBRE PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR REGISTRO MS, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. ATENDER AS NORMAS REGULAMENTADORAS EXISTENTES.	UN.	1.800,00	SR	0,0000	0,36	648,00
185	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UN.	300,00	Biosani	0,0000	0,53	159,00
195	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 06	UN.	10,00	Biosani	0,0000	0,46	4,60
196	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UN.	10,00	Biosani	0,0000	0,50	5,00
197	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	UN.	10,00	Biosani	0,0000	0,54	5,40
198	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 18	UN.	10,00	Biosani	0,0000	0,62	6,20
199	SONDA PARA GASTROSTOMIA 24 FR 15 CM	UN.	2,00	Mic key	0,0000	2.000,00	4.000,00
209	SORO FISIOLÓGICO 250ML (SISTEMA FECHADO-FRASCO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA)	UN.	3.000,00	Sanobiol	0,0000	2,38	7.140,00
212	SORO GLICOFISIOLÓGICO SISTEMA FECHADO (SOLUÇÃO INJETÁVEL) USO INTRAVENOSO 500ML	UN.	12,00	Fresenius	0,0000	3,21	38,52
213	SORO GLICOSADO 5% 250ML (SISTEMA FECHADO-FRASCO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA)	UN.	48,00	Fresenius	0,0000	2,54	121,92
214	SORO GLICOSADO 5% 500ML (SISTEMA FECHADO-FRASCO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA)	UN.	30,00	Fresenius	0,0000	3,21	96,30
215	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	UN.	50,00	Fresenius	0,0000	3,21	160,50
216	SORO RINGER COM LACTATO INJETÁVEL ENDOVENOSA 1000ML SISTEMA FECHADO	UN.	30,00	Fresenius	0,0000	5,22	156,60
219	TAMPÃO OCULAR ADULTO (COR DA PELE) CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES	CX	10,00	Cral	0,0000	8,50	85,00
220	TAMPÃO OCULAR INFANTIL (COR DA PELE) CAIXA CONTENDO 20 UNIDADES	CX	10,00	Cral	0,0000	6,58	65,80
221	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL COM PONTA FLEXÍVEL, 100% RESISTENTE A ÁGUA, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN.	10,00	Bioland	0,0000	13,19	131,90
222	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL PARA USO FRONTAL E AURICULAR, SINAL SONORO AO TÉRMINO DA MEDIÇÃO, INDICAÇÃO DE TEMPERATURA NORMAL E TEMPERATURA ALTA ATRAVÉS DE ILUMINAÇÃO VERDE/VERMELHO NO VISOR, MEMÓRIA PARA NO MÍNIMO 12 MEDIÇÕES. GARANTIA 24 MESES. APRESENTAR CATÁLOGO.	UN.	3,00	Bioland	0,0000	314,63	943,89
224	TESOURA EM AÇO INOX PARA CORTAR BANDAGEM 19 CM. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	Resgate SP	0,0000	18,07	54,21

Total do Participante ----->

45.004,19



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 6/17

Participante: 9662 - ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	AGULHA 40X12 HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, DESENVOLVIDAS PARA APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES EM DIFERENTES VIAS INJETÁVEIS DE ADMINISTRAÇÃO: E.V, LM, S.O E I.D; BISEL TRIFACETADO; SILICONADA; LUMEN COM PAREDE FINA; CANHÃO QUE PERMITE ACOPLAMENTO NAS SERINGAS LUER SLIP E LUER LOCK, OBEDECENDO AO CÓDIGO UNIVERSAL DE CORES; TRANSLÚCIDA; PROTETOR DE AGULHA COM FORMATO HEXAGONAL; USO ÚNICO; APIROGENICA. CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO MS E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	CX	250,00	SR	0,0000	7,59	1.897,50
22	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 08 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 24G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	300,00	BRISTOL	0,0000	6,47	1.941,00
24	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 12 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 36G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	300,00	BRISTOL	0,0000	11,54	3.462,00
27	ATADURA GESSADA 12 CM X 3MT CAIXA COM 20 UNIDADES.	CX	1,00	POLARFIX	0,0000	31,46	31,46
34	BRAÇADEIRA (SUPORTE PARA BRAÇO) (TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL APOIO DE BRAÇO ESTOFADO. ALTURA REGULÁVEL CONSTRUÍDA EM TUBOS DE AÇO CARBONO ASTM A36 DE 7/8" COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPÓXI BASE EM TUBOS QUADRADOS, HASTE COM ALTURA REGULÁVEL DE 0,70 A 1,20MM ATRAVÉS DE MANIPLO APOIO DE BRAÇO "CONCHA" EM CHAPA AÇO COM REVESTIMENTO ESTOFADO EM COURVIN.)	UN.	5,00	RENASCER	0,0000	97,50	487,50
36	CAIXA PLÁSTICA PORTA 25 LÂMINAS	UN.	3,00	CRALPLAST	0,0000	6,16	18,48
44	CARRO DE EMERGENCIA C/4 GAVETAS, POSSUI SISTEMA DE TRAVAS NAS GAVETAS; 02 RODÍZIO GIRATÓRIOS COM FREIOS; 1º GAVETA COM 20 DIVISÓRIAS PARA MEDICAMENTOS ; FACILIDADE PARA O TRANSPORTE E ACOMODAÇÃO DE ARTIGOS MÉDICO-HOSPITALARES; ACOMPANHA SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO; SUPORTE PARA SORO; SUPORTE PARA CARDIOVERSOR OU DESFIBRILADOR; TÁBUA PARA MASSAGEM CARDÍACA E TOMADA ELÉTRICA.	UN.	2,00	RENASCER	0,0000	1.807,83	3.615,66
52	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO INFANTIL	UNI	150,00	BIOSANI	0,0000	0,84	126,00
58	COBERTOR METALIZADO ADULTO(MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA 2,10 X 1,40 CM)	UN.	150,00	MARIMAR	0,0000	3,92	588,00
59	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO NEONATAL	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
60	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO BABY	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
61	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO PP	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
62	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO P	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
63	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO M	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
64	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO G	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92
65	COLAR CERVICAL BRANCO TAMANHO GG	UN.	2,00	RESGATE SP	0,0000	11,96	23,92

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 7/17

Participante: 9662 - ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
76	EQUIPO 4 VIAS (TIPO POLIFIX) COM CORTA FLUXO (DISPOSITIVO PARA INFUSÃO SIMULTÂNEA DE SOLUÇÕES PARENTERAIS.	UN.	50,00	VITALGOLD	0,0000	1,17	58,50
81	ESCALPE INTRAVENOSO (DISPOSITIVO PARA INFUSÃO) Nº 21.	UN.	800,00	CIRUTI	0,0000	0,19	152,00
82	ESCALPE INTRAVENOSO (DISPOSITIVO PARA INFUSÃO) Nº 23	UNI	2.000,00	CIRUTI	0,0000	0,19	380,00
83	ESCALPE INTRAVENOSO (DISPOSITIVO PARA INFUSÃO) Nº 25	UN.	1.000,00	CIRUTI	0,0000	0,19	190,00
84	ESCALPE INTRAVENOSO (DISPOSITIVO PARA INFUSÃO) Nº 27	UN.	1.000,00	CIRUTI	0,0000	0,19	190,00
93	FIO DE SUTURA DE MONONYLON PRETO Nº2-0 COM AGULHA 2,0CM 3/8, CX COM 24 UNIDADES	CX	1,00	TECHNOFIO	0,0000	28,60	28,60
94	FIO DE SUTURA DE MONONYLON PRETO Nº3-0 COM AGULHA 2,0CM 3/8, CX COM 24 UNIDADES	CX	3,00	TECHNOFIO	0,0000	28,60	85,80
95	FIO DE SUTURA DE MONONYLON PRETO Nº4-0 COM AGULHA 2,0CM 3/8, CX COM 24 UNIDADES	CX	3,00	TECHNOFIO	0,0000	28,60	85,80
96	FIO DE SUTURA DE MONONYLON PRETO Nº5-0 COM AGULHA 2,0CM 3/8, CX COM 24 UNIDADES	CX	3,00	TECHNOFIO	0,0000	28,60	85,80
106	GARROTE ADULTO. FECHO EM PVC, QUE PERMITE UM AJUSTE FÁCIL E CONFORTÁVEL.	UN.	10,00	GTECH	0,0000	6,03	60,30
107	GARROTE EM METRO N 200	MT	10,00	LATEX BR	0,0000	1,11	11,10
108	HASTES FLEXÍVEIS DE ALGODÃO CAIXA COM 75 UNIDADES	CX	20,00	COTTON LINE	0,0000	0,98	19,60
109	IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA IMPERMEÁVEL (COXIM) COMPLETO	UN.	3,00	RESGATE SP	0,0000	91,00	273,00
114	KIT TALA DE IMOBILIZAÇÃO EM E.V.A 4 PEÇAS	UN.	5,00	RESGATE SP	0,0000	36,40	182,00
127	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS DE LÁTEX COM PÓ G CONTENDO 100 UNIDADES AMBIDESTRAS. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	CX	200,00	UNIGLOVE	0,0000	43,99	8.798,00
132	MÁSCARA COM TRIPLA PROTEÇÃO, COM EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA DE 99,9% COM CAMADA INTERMEDIÁRIA DE FILTRO BACTERIOLÓGICO, COM ELÁSTICO, CONTENDO 50 UNIDADES.	CX	130,00	ELLUCCI	0,0000	48,99	6.368,70
136	MICROPORE HIPOALÉRGICA MEDINDO 2,5CMX4,5M	UN.	250,00	COPERTINA	0,0000	1,78	445,00
139	OCULOS DE PROTEÇÃO	UN.	15,00	DYSTRAY	0,0000	2,83	42,45
142	PÁ APARELHO DEA (PEDI PADZ II ZOLL) INFANTIL	UN.	1,00	ZOLL	0,0000	2.054,00	2.054,00
146	PAPEL FILME PARA ULTRASSOM TIPO 1 NORMAL UPP-110S 110MMX20M	RLO	2,00	USTAR	0,0000	45,50	91,00
148	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA 14CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	COOPERFLEX	0,0000	24,70	74,10
150	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY RETA 14CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	COOPERFLEX	0,0000	24,70	74,10
151	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY RETA 16CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	COOPERFLEX	0,0000	28,60	85,80
152	PINÇA KOCHER CURVA 14CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	STARK	0,0000	30,72	92,16
153	PINÇA KOCHER CURVA 16CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	STARK	0,0000	33,62	100,86
154	PINÇA KOCHER RETA 14CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	STARK	0,0000	29,54	88,62
155	PINÇA KOCHER RETA 16CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	COOPERFLEX	0,0000	26,00	78,00
156	PINÇA MOSQUITO 10CM HALSTEAD CURVA EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	STARK	0,0000	22,09	66,27
157	PINÇA MOSQUITO 10CM HALSTEAD RETA EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	STARK	0,0000	22,09	66,27
161	PORTA AGULHA 14CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	COOPERFLEX	0,0000	23,40	70,20
164	POTE COLETOR DE EXAME (ESCARRO) 70ML	UN.	400,00	CRALPLAST	0,0000	0,25	100,00
171	RECIPIENTE PARA UMIDIFICADOR DE OXIGENIO FRASCO DE 250ML DE PLÁSTICO	UN.	5,00	PROTEC	0,0000	6,29	31,45
173	RENOVADOR DE INSTRUMENTOS DESOXIDANTE. 1000ML.	LT	5,00	DESOXID	0,0000	41,60	208,00
188	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 12	UN.	10,00	CIRUTI	0,0000	3,77	37,70
189	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 14	UN.	10,00	CIRUTI	0,0000	3,77	37,70
190	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 16	UN.	50,00	CIRUTI	0,0000	3,77	188,50
191	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 18	UN.	50,00	CIRUTI	0,0000	3,77	188,50
192	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 20	UN.	10,00	CIRUTI	0,0000	3,77	37,70
193	SONDA NASOENTERAL COM GUIA Nº10	UN.	15,00	SOLUMED	0,0000	8,84	132,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 8/17

Participante: 9662 - ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
194	SONDA NASOENTERAL COM GUIA Nº12	UN.	20,00	SOLUME	0,0000	8,84	176,80
230	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ HCG URINÁRIO CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	3,00	EBRAM	0,0000	75,40	226,20

Total do Participante -----> 34.098,22
Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	40,00	Theoto	0,0000	2,76	110,40
13	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR - CONSTITUÍDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500 GRAMAS, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 24CM DE LARGURA. APRESENTAR AMOSTRA.	RL	120,00	Farol	0,0000	12,31	1.477,20
14	ALMOTOLIA ESCURA 250ML BICO RETO.	FR	20,00	J. Prolab	0,0000	2,28	45,60
16	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML BICO RETO.	FR	20,00	J. Prolab	0,0000	2,28	45,60
21	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 18G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	200,00	Biotêxtil	0,0000	11,30	2.260,00
23	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 30G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	300,00	Biotêxtil	0,0000	18,84	5.652,00
48	CATETER INTRAVENOSO Nº20 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO. FILTRO HIDRÓFBO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO, ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	300,00	RealCath	0,0000	2,00	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
Processo de Licitação: 55/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 9/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
49	CATETER INTRAVENOSO Nº22 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO. FILTRO HIDRÓFBO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	350,00	RealCath	0,0000	2,00	700,00
50	CATETER INTRAVENOSO Nº24 EM POLIURETANO OU TEFLON, CÂNULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADA, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIÃO DO TUBO DE AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CÂMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NECESSIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE COM AGULHA APÓS A PUNÇÃO. FILTRO HIDRÓFBO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ÚNICO ESTÉRIL, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS APARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN.	250,00	RealCath	0,0000	2,00	500,00
66	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTE PAPELÃO 3 LITROS, APRESENTAR LAUDO DE ATENDIMENTO A NBR 13853	UN.	200,00	Descarbox	0,0000	1,60	320,00
67	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTE PAPELÃO 7 LITROS, APRESENTAR LAUDO DE ATENDIMENTO A NBR 13853	UN.	300,00	Descarbox	0,0000	2,21	663,00
68	COMPRESSA DE GAZE EM ROLO (TIPO QUEIJO), MEDINDO 91CMX91M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL HÁ 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPAÇO, ATENDENDO NA INTEGRA AS NORMAS ABNT 14108, APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	RL	35,00	Biotêxtil	0,0000	77,14	2.699,90
69	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5 COM 13 FIOS. CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA OU CROCHÊ, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 7,5X7,5CM QUANDO FECHADAS E 15X30CM QUANDO ABERTAS. COR BRANCA, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS, EMBALADAS EM PACOTE PLÁSTICO COM 500 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 500G, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, SEM FIOS RADIOPAÇOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONFORME ABNT 13841. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA ALVARÁ SANITÁRIO DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PCT	1.300,00	Biotêxtil	0,0000	19,87	25.831,00
73	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA DE LÁTEX ESTÉRIL, TAMANHO 05 COM FITA DUPLA FACE HIPOALERGICA, COM EXTENÇÃO, ACONDICIONADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NA ANVISA.	UN.	20,00	Biosani	0,0000	4,12	82,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
Processo de Licitação: 55/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 10/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
79	EQUIPO TIPO MICROGOTAS PARA SOLUÇÃO PARENTERAL. CARACTERÍSTICAS: CÂMARA FLEXÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML, GOTEJADORAS MICROGOTAS (60 GOTAS /ML) TRANSPARENTE, FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15µ QUE RETÉM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO, REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO QUE PERMITE RIGOROSO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, SEM CAUSAR DANO OU DETERIORAÇÃO ENTRE O REGULAR DO FLUXO E O TUBO, ENTRADA DE AR COM FILTRO DE PARTÍCULAS, HIDRÓFobo E BACTERIOLÓGICOS DE 0,22µ, LANCETA PERFORANTE TRIFACETADA, PADRÃO ISO, PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO COM TAMPA PROTETORA, TUBO FLEXÍVEL EM PVC AERADO, SEM EFEITO MEMÓRIA, TRANSPARENTE DE 1,5M, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. PINÇA CLAMP QUE PROPORCIONE UMA OCLUSÃO RÁPIDA DO FLUXO SEM ROMPIMENTO DO TUBO OU EFEITO MEMÓRIA INJETOR LATERAL EM Y COM SUPORTE PARA OS DEDOS. ITEM DE SEGURANÇA CONFORME NR 32. CONEXÃO DISTAL LUER SLIP E LOCK ROTATIVO NA MESMA PEÇA, DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, QUE ATENDA A INTEGRA A PORTARIA N°502, DE 29/12/2011 - INMETRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER NA ROTULAGEM DADOS COMO, EQUIPO DE USO ÚNICO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, NÃO PERMITINDO COLAR APÓS ABERTURA. APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA CÓPIA IMPRESSA DO REGISTRO NA ANVISA, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 502/11 INMETRO E RDC 02 ANVISA.	UN.	100,00	TKL	0,0000	4,90	490,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 11/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
86	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE MECÂNICO DE PRESSÃO ARTERIAL, COM SISTEMA DE MONTAGEM INTERNA LIVRE DE ENGRELAGENS COM INDICADOR DE VALORES DA PRESSÃO CONSTITUÍDO POR PONTEIRO QUE SE DESLOCA SOBRE UMA ESCALA CIRCULAR, FORNECENDO A INDICAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL, ATENDENDO APROXIMADAMENTE A SEGUINTE FAIXA DE ESCALA: FAIXA DE MEDIÇÃO: 6 A 300 MMHG, VALOR DE UMA DIVISÃO: 2 MMHG, GRADUAÇÃO MÁXIMA: 304 MMHG, GRADUAÇÃO MÍNIMA: 6 MMHG COM RESISTÊNCIA A IMPACTO CUMPRINDO OS PADRÕES DA NORMA ANSI/AAMI SP-9, RESISTINDO A QUEDAS OU IMPACTOS DE ATÉ 76CM DE ALTURA, COMPROVADO ATRAVÉS DE DOCUMENTO DA FÁBRICA, NÃO DEVERÁ DEPENDER DA UTILIZAÇÃO DE PILHAS OU BATERIAS OU QUALQUER FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA PARA SEU PLENO E SEGURO FUNCIONAMENTO. MANÔMETRO TOTALMENTE ANEROIDE COM GIRO DE 360° PARA FÁCIL LEITURA E PARA EVITAR ERROS DE PARALAX. PRECISÃO CERTIFICADA PELO INMETRO DE ± 3 MMHG. SISTEMA DE TROCA RÁPIDA DE BRAÇADEIRAS; MANGUITO E PÊRA LIVRE DE LÁTEX; BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM NYLON, COM FECHAMENTO POR VELCRO DE ALTA DURAÇÃO E LAVÁVEL. BRAÇADEIRA DEVE TER O SINALIZADOR DA POSIÇÃO SOBRE ARTÉRIA PARA A AFERIÇÃO E COM MARCADOR DE LIMITES DE TAMANHOS IMPRESSOS COM MARCA DE CONTROLE DE CIRCUNFERÊNCIA DO BRAÇO. ACOMPANHAM O APARELHO BRAÇADEIRAS NEONATAL (7-10CM), INFANTIL (12-16CM), ADULTO PEQUENO (20-26CM), ADULTO (25-34CM), OBESO (32-43CM); BRAÇADEIRAS DE CORES VARIADAS CONFORME DIFERENÇAS DE TAMANHO. BRAÇADEIRAS HOMOLOGADAS PELO INMETRO, DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO APARELHO. GARANTIA DE CALIBRAÇÃO DE NO MÍNIMO 5 ANOS. APRESENTAR REGISTRO NO MS. EM CONJUNTO COM ESTETOSCÓPIO DUPLO PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO, COM AUSCULTADOR FABRICADO EM AÇO INOX PARA MEDIÇÃO DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA, COM EXCELENTE PERFORMANCE, DESIGN AVANÇADO PARA AUSCULTAÇÃO MAIS PRECISA, DURABILIDADE, FÁCIL DESINFECÇÃO E DIAFRAGMAS EM AMBOS OS LADOS, SENDO ADULTO E PEDIÁTRICO, COM HASTES BINAURAIS EM ALUMÍNIO NA COR PRETA E OLIVAS EM SILICONE MACIAS E ANATÔMICAS QUE PROPORCIONA MELHOR VEDAÇÃO ACÚSTICA E CONFORTO, ANEL COM BORDAS ANTI-FRIO, TUBO NA COR PRETA EM FORMA DE "Y" FABRICADO EM PVC E MOLA EMBUTIDA PARA MELHOR CONFORTO E SEGURANÇA. ACOMPANHA O EQUIPAMENTO UM PAR DE OLIVAS, DUAS MEMBRANAS SOBRESSALENTE E UM IDENTIFICADOR DE PROPRIEDADES PRESO AO TUBO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, MANUAL EM PORTUGUÊS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. APRESENTAR REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UN.	5,00	WelchAllyn BIC	0,0000	1.346,67	6.733,35
87	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL HIPOALERGICO 10CMX4,5M COM ADESIVO ACRILICO HIPOALERGENICO IMPERMEABILIZANTE EXTRA FLEXIVEL (BRANCA). APRESENTAR REGISTRO NO MS.	RL	100,00	Missner	0,0000	8,54	854,00
88	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL HIPOALERGICO 5CMX4,5M COM ADESIVO ACRILICO HIPOALERGENICO IMPERMEABILIZANTE EXTRA FLEXIVEL (BRANCA). APRESENTAR REGISTRO NO MS.	RL	100,00	Misser	0,0000	4,36	436,00
90	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO P, LARGURA DISTAL 22MM, LARGURA PROXIMAL 22MM, EIXO 80MM. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	2.500,00	Cralplast	0,0000	1,14	2.850,00
91	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO M, LARGURA DISTAL 28MM, LARGURA PROXIMAL 25MM, EIXO 90MM. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	1.000,00	Cralplast	0,0000	1,27	1.270,00
92	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL LUBRIFICADO G, LARGURA DISTAL 32MM, LARGURA PROXIMAL 29MM, EIXO 100MM. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	200,00	Cralplast	0,0000	1,45	290,00
98	FIXADOR CITOPATOLÓGICO 100ML SPRAY	FR	8,00	Cral	0,0000	5,49	43,92

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL CNPJ: 80.989.965/0001-98 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC				PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 26/06/2020			
							Folha: 12/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
119	LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL CONFORME NR32. AGULHA EM AÇO INOX PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, RETRÁTIL, ESTÉRIL, COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRIFACETADA, COM DIÂMETRO DE 28G, DISPARADA ATRAVÉS DE CONTATO (SEM BOTÃO DE ACIONAMENTO), COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, QUE IMPEÇA O REUSO E PROVIDA DE LACRE, COM PROFUNDIDADE DE PENETRAÇÃO DE ATÉ 1.6MM. CAIXA COM 100 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DE LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO/ VALIDADE E REGISTRO NO MS/ANVISA. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO PARA ANÁLISE.	CX	100,00	Medlevoensohn	0,0000	40,00	4.000,00
123	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 6.5. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	PAR	30,00	NewHand	0,0000	1,00	30,00
124	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.0. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	PAR	30,00	NewHand	0,0000	1,00	30,00
125	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.5. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	PAR	30,00	NewHand	0,0000	1,00	30,00
126	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8.0. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	PAR	30,00	NewHand	0,0000	1,00	30,00
128	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS DE LÁTEX COM PÔ M CONTENDO 100 UNIDADES AMBIDESTRAS. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	CX	300,00	Unigloves	0,0000	43,60	13.080,00
129	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS DE LÁTEX COM PÔ P CONTENDO 100 UNIDADES AMBIDESTRAS. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	CX	500,00	Unigloves	0,0000	42,00	21.000,00
130	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS DE LÁTEX COM PÔ PP CONTENDO 100 UNIDADES AMBIDESTRAS. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CA.	CX	500,00	Unigloves	0,0000	42,00	21.000,00
140	OTOSCÓPIO COM LÂMPADA DE HALOGÊNIO 2.5V, DEVERÁ POSSUIR LENTE GIRATÓRIA COM AUMENTO MÍNIMO DE 3 VEZES. POSSUIR CABEÇA ALTAMENTE RESISTENTE À IMPACTOS COM CONEXÃO PARA OTOSCOPIA PNEUMÁTICA COM 5 ESPÉCULOS DESCARTÁVEIS DE DIFERENTES MEDIDAS E 5 ESPÉCULOS DE OUVIDO AUTOCLAVÁVEIS. POSSUIR CLIP DE BOLSO, E ACIONAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO LIGA/DESLIGA. TRANSMISSÃO DE LUZ POR FIBRA ÓPTICA. CABO PARA 2 PILHAS ALCALINAS "AA". ACOMPANHA 1 ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO E 1 LÂMPADA SOBRESSALENTE. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA PROSPECTO.	UN.	15,00	MD Omni3000	0,0000	381,43	5.721,45
144	PAPEL CREPADO 30X30CM COM 500 UNIDADES. APRESENTAR LAUDO DO IPT DE PLENO ATENDIMENTO A NBR 14990.	CX	35,00	Polarfix	0,0000	105,00	3.675,00
145	PAPEL CREPADO 40X40CM PACOTE COM 500 UNIDADES. APRESENTAR LAUDO DE IPT DE PLENO ATENDIMENTO A NBR 14990.	CX	20,00	Polarfix	0,0000	180,00	3.600,00
167	REANIMADOR MANUAL ADULTO EM SILICONE COM MÁSCARA	UN.	1,00	Farmatex	0,0000	185,71	185,71
168	REANIMADOR MANUAL NEONATAL EM SILICONE COM MÁSCARA	UN.	1,00	Farmatex	0,0000	185,71	185,71
169	REANIMADOR MANUAL PEDIÁTRICO EM SILICONE COM MÁSCARA	UN.	1,00	Farmatex	0,0000	185,71	185,71
174	SERINGA COM CAPACIDADE DE 03ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. APRESENTAR AFE DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA NA PROPOSTA. ÊMBOLIO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN.	4.000,00	Rynco	0,0000	0,40	1.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 55/2020 - PR**

Processo Administrativo: 55/2020
Processo de Licitação: 55/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 13/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
175	SERINGA COM CAPACIDADE DE 05ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. APRESENTAR AFE DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA NA PROPOSTA. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN.	4.000,00	Rynco	0,0000	0,40	1.600,00
176	SERINGA COM CAPACIDADE DE 20ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. APRESENTAR AFE DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA NA PROPOSTA. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN.	2.800,00	Rynco	0,0000	0,63	1.764,00
177	SERINGA COM CAPACIDADE DE 10ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS QUE ATENDA A NR 32. APRESENTAR AFE DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA NA PROPOSTA. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE.	UN.	2.800,00	Rynco	0,0000	0,48	1.344,00
178	SERINGA DE 100UI COM AGULHA 8X0,30 SERINGA ESTERILIZADA COM AGULHA FIXA; DOSAGEM NÍTIDA EM UNIDADE INSULÍNICA E EXTREMAMENTE PRECISA UMA A UMA DE FÁCIL LEITURA E PRECISÃO NAS DOSAGENS; ÊMBOLO COM BORRACHA DE AJUSTE E VEDAÇÃO PRECISA E EXTREMAMENTE LEVE; AGULHA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA TECNOLOGIA; BISEL PERFEITO, SILICONIZADO, TRIFACETADO E AGUÇADO, PERMITINDO PUNÇÃO ATRAUMÁTICA; PAREDE FINÍSSIMA, PERMITINDO MELHOR FLUXO; GRADUAÇÃO EXCLUSIVAMENTE EM UNIDADES INSULINICAS PARA NÃO CONFUNDIR O USUÁRIO; INFORMAÇÕES SOBRE PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR REGISTRO MS, CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. ATENDER AS NORMAS REGULAMENTADORAS EXISTENTES.	UN.	5.500,00	TKL I	0,0000	0,90	4.950,00
180	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 4	UN.	100,00	Biosani	0,0000	0,44	44,00
181	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 6	UN.	200,00	Biosani	0,0000	0,46	92,00
182	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 8	UN.	500,00	Biosani	0,0000	0,45	225,00
187	SONDA DE FOLEY DE LÁTEX SILICONIZADO ESTÉRIL Nº 10	UN.	10,00	Cirufoley	0,0000	4,25	42,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 14/17

Participante: 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
231	TIRA TESTE/FITA REAGENTE, PARA DOSAGEM DE GLICEMIA EM SANGUE CAPILAR FRESCO POR METODOLOGIA DE ASPIRAÇÃO CAPILAR. USO DE QUALQUER ENZIMA EXCETO GDH PPQ OU MULTI GDH (CONFORME ALERTA ANVISA 992/2009 E 1596/2015). FAIXA DE LEITURA ENTRE 20 A 600 MG/DL. DEVE PERMITIR VERIFICAÇÃO DA GLICEMIA EM NEONATOS, CRIANÇAS E ADULTOS E GESTANTES. PARA USO EM GLICOSÍMETRO FOTOMÉTRICO OU AMPEROMÉTRICO, QUE NÃO PERMITA CONTATO DE AGENTES BIOLÓGICOS. RESULTADO DE EXAME EM ATÉ 10 SEGUNDOS. VOLUME MÁXIMO DE AMOSTRA DE SANGUE DE 1 MICROLITRO. CAPACIDADE DE TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DADOS GLICÊMICOS. CAIXA COM 50 UNIDADES. DEVENDO A EMPRESA FORNECER EM COMODATO, UM MONITOR/GLICOSÍMETRO POR PACIENTE/ANO, INDEPENDENTEMENTE DA AQUISIÇÃO DE QUALQUER QUANTIDADE, OBSERVANDO A QUANTIDADE MÁXIMA DE 150 MONITORES. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA, PROSPECTO (TIRAS E GLICOSÍMETRO), REGISTRO NA ANVISA (TIRAS E GLICOSÍMETRO) E CERTIFICAÇÃO EXCLUSIVO PARA ESTE CERTAME, EMITIDA PELO DETENTOR DO REGISTRO NA ANVISA, PARA ENFERMEIRO(A) AUTORIZADO A FORNECER O TREINAMENTO PARA A EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO.	CX	1.750,00	OnCallPlus II	0,0000	30,00	52.500,00

Total do Participante -----> 190.869,45

Participante: 10471 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	ÁLCOOL GEL 70% ANTICÉPTICO PARA MÃOS - GALÃO 5 LITROS	GAL	35,00	CINORD	0,0000	43,04	1.506,40
26	ATADURA DE CREPOM MEDINDO 20 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², TIPO II COM PESO DE 60G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	PCT	250,00	BRISTOL/MED HOUSE	0,0000	19,23	4.807,50
30	BANDEJA EM AÇO INOX 30X20X4 CM 1700ML.	UN.	5,00	FAMITA	0,0000	51,69	258,45
31	BANDEJA EM AÇO INOX 42X30X4,5 CM.	UN.	5,00	FAMITA	0,0000	105,22	526,10
37	CAMPO OPERATÓRIO 45X50 C/50 - PARA USO CIRÚRGICO TIPO CAMPO OPERATÓRIO, 4 CAMADAS, EM TECIDO 100% ALGODÃO, ALTAMENTE ABSORVENTE ISENTA DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, REUSÁVEL, CONFECCIONADA COM FIO RADIOPACO COM NO MÍNIMO 35GR CADA PEÇA, ISENTA DE IMPUREZAS E ALVEJANTES, RASGOS E QUALQUER TIPO DE DEFEITO QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO EM USO. APRESENTAR AFE DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA NA PROPOSTA. APRESENTAR EMBALAGEM EM PACOTES COM 50 PECAS, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE E ATENDER NORMAS NBR 14.767. VALIDADE MÍNIMA 20 MESES APOS EMISSÃO DA N.F. DE ENTREGA.	PCT	6,00	MEDI HOUSE	0,0000	74,71	448,26
51	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO ADULTO	UNI	1.500,00	BIOSANI	0,0000	0,75	1.125,00
72	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO 5L	GL	20,00	CINORD	0,0000	30,72	614,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2020 - PR

Processo Administrativo: 55/2020
 Processo de Licitação: 55/2020
 Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 15/17

Participante: 10471 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
74	DOPPLER FETAL DE MESA. EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA DETECÇÃO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA FETAL. O DETECTOR FETAL DEVERÁ SER ULTRASSÔNICO DE BAIXA ENERGIA. DEVERÁ POSSUIR TROCA FÁCIL DO TRANSDUTOR ATRAVÉS DA CONEXÃO DE ENGATE RÁPIDO. DEVERÁ POSSUIR TRANSDUTORES DE 2MHZ OU 3MHZ. CARACTERÍSTICAS DO VISOR DE LCD DIGITAL, ALTO-FALANTE, MODOS DE VISUALIZAÇÃO, AJUSTES DE VOLUME, INDICADOR DE CARGA DA BATERIA, VISOR DA FHR. FUNCIONAMENTO BATERIA RECARREGÁVEL. DEVERÁ POSSUIR SINAL DO SOM FETAL PODENDO SER TRANSFERIDO PARA O COMPUTADOR E GRAVADO POR UM GRAVADOR DE SOM. O ARQUIVO DO SOM PODE SER REPRODUZIDO, TRANSFERIDO PARA CD OU ENVIADO POR E-MAIL. POSSUIR SENSIBILIDADE: A PARTIR DE 09-12 SEMANAS. LEVE, PESANDO NO MÁXIMO 600G. DEVERÁ POSSUIR PORTA USB PARA TRANSMISSÃO DE DADOS. ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO, FAIXA DE MEDIÇÃO DE 50-240BPM. EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA ELÉTRICA E EMISSÕES ELETROMAGNÉTICAS. APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA CATÁLOGO, CERTIFICADO DO INMETRO E REGISTRO NA ANVISA.	UN.	2,00	MD/FD300D	0,0000	787,00	1.574,00
78	EQUIPO MACROGOTAS ESTÉRIL, USO ÚNICO, BIOCMPATÍVEL, PONTA PERFURANTE, MULTIAJUSTÁVEL COM PROTETOR, CÂMARA DE GOTEJAMENTO MACROGOTAS FLEXÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML, LIBERANDO 20 GTS/MIN, FILTRO DE 15 MICRAS PARA SOLUÇÃO, FILTRO BACTERIANO PARA AR, TUBO EXTENSOR EM PVC AERADO, ATÓXICO E APIROGÊNICO, FLEXÍVEL COM PINÇA ROLETE (REGULADOR DE FLUXO DESTINADO AO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, REGULA O FLUXO DE SOLUÇÃO ENTRE ZERO E O MÁXIMO E COM TRAVA QUE PERMITA ENCURTAR O COMPRIMENTO DO TUBO CASO NECESSÁRIO) E PINÇA CLAMP (QUE ASSEGURE A INTERRUPÇÃO DO FLUXO EM ZERO QUANDO NECESSÁRIO SEM ALTERAR A REGULAGEM DA PINÇA ROLETE). PONTO DE INFUSÃO LATERAL (EM Y) AUTOCICATRIZANTE COM PROTETOR DE DEDOS ATENDENDO A NR32, CONECTOR ROTATIVO SLIP E LOCK NA MESMA PEÇA E TAMPA PROTETORA COM FILTRO QUE PERMITA A RETIRADA DO AR SEM DESCONECTÁ-LA. MEDINDO O SISTEMA INTEIRO O MÍNIMO DE 150CM. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, PERMITINDO ABERTURA EM PÉTALA, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA REGISTRO NO MS, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 502/11 INMETRO.	UN.	800,00	INJEX/1J 227	0,0000	4,66	3.728,00
104	FRASCO DE ALIMENTAÇÃO 300ML.	FR	300,00	BIOSANI	0,0000	0,79	237,00
131	LUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS EVA ESTÉRIL (EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PACOTES COM 100 UNIDADES). APRESENTAR PROSPECTO PARA ANÁLISE.	PCT	50,00	LUPLAST	0,0000	9,73	486,50
149	PINÇA HEMOSTÁTICA KELLY CURVA 16CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	ABC	0,0000	29,80	89,40
162	PORTA AGULHA 16CM EM INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	ABC	0,0000	30,89	92,67
165	POVIDINE (10% IODOPOLIVIDONA QUE EQUIVALE 1% IODO ATIVO) SOLUÇÃO AQUOSA USO TÓPICO 1000ML	UN.	20,00	FARMAX	0,0000	18,69	373,80
166	POVIDINE (10% IODOPOLIVIDONA QUE EQUIVALE 1% IODO ATIVO) SOLUÇÃO DEGERMANTE USO TÓPICO 1000ML	UN.	15,00	FARMAX	0,0000	19,98	299,70
183	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UN.	1.000,00	BIOSANI	0,0000	0,45	450,00
184	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UN.	300,00	BIOSANI	0,0000	0,51	153,00
186	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UN.	100,00	BIOSANI	0,0000	0,56	56,00
200	SONDA URETRAL Nº 4	UN.	500,00	BIOSANI	0,0000	0,41	205,00
201	SONDA URETRAL Nº 6	UN.	500,00	BIOSANI	0,0000	0,43	215,00
202	SONDA URETRAL Nº 8	UN.	1.000,00	BIOSANI	0,0000	0,44	440,00
203	SONDA URETRAL Nº 10	UN.	5.000,00	BIOSANI	0,0000	0,44	2.200,00
204	SONDA URETRAL Nº 8	UN.	8.000,00	BIOSANI	0,0000	0,45	3.600,00
205	SONDA URETRAL Nº 14	UN.	1.000,00	BIOSANI	0,0000	0,47	470,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 55/2020 - PR**

Processo Administrativo: 55/2020
Processo de Licitação: 55/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 16/17

Participante: 10471 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
206	SONDA URETRAL Nº 16	UN.	200,00	BIOSANI	0,0000	0,50	100,00
207	SORO FISIOLÓGICO 100/125ML (SISTEMA FECHADO-FRASCO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA)	UN.	3.000,00	EQUIPLEX	0,0000	1,97	5.910,00
208	SORO FISIOLÓGICO 1000ML (SISTEMA FECHADO-FRASCO PARA ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA)	UN.	500,00	EQUIPLEX	0,0000	4,80	2.400,00
211	SORO GLICOFISIOLÓGICO SISTEMA FECHADO (SOLUÇÃO INJETÁVEL) USO INTRAVENOSO 250ML	UN.	12,00	EQUIPLEX	0,0000	2,77	33,24
225	TESOURA METZEMBAUM CURVA 12CM EM AÇO INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	RICHARDS	0,0000	25,00	75,00
226	TESOURA METZEMBAUM CURVA 18CM EM AÇO INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	RICHARDS	0,0000	20,47	61,41
227	TESOURA METZEMBAUM RETA 12CM EM AÇO INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	RICHARDS	0,0000	16,06	48,18
228	TESOURA METZEMBAUM RETA 18CM EM AÇO INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	RICHARDS	0,0000	22,52	67,56
229	TESOURA PARA RETIRADA DE PONTO 12CM SPENCER EM AÇO INOX. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420.	UN.	3,00	ABC	0,0000	32,14	96,42

Total do Participante -----> 32.747,99

Participante: 10754 - JARDIM COSMETICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
100	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM SUPER GEL ABSORVENTE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA INTENSA PACOTES COM 12 UNIDADES TAMANHO P	PCT	500,00	JARDIM PREMIUM	0,0000	10,20	5.100,00
101	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM SUPER GEL ABSORVENTE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA INTENSA PACOTES COM 7 UNIDADES TAMANHO XG	PCT	1.200,00	JARDIM PREMIUM	0,0000	7,56	9.072,00
102	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM SUPER GEL ABSORVENTE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA INTENSA PACOTES COM 8 UNIDADES TAMANHO G	PCT	1.200,00	JARDIM PREMIUM	0,0000	7,68	9.216,00
103	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM SUPER GEL ABSORVENTE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA INTENSA PACOTES COM 9 UNIDADES TAMANHO M	PCT	500,00	JARDIM PREMIUM	0,0000	8,01	4.005,00

Total do Participante -----> 27.393,00

Participante: 11377 - K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
28	BALANÇA COM PLATAFORMA. COM CAPACIDADE DE ATÉ 200KG. GARANTIA DE FÁBRICA DE 12 MESES	UN.	2,00	LIDER/P200C	0,0000	970,00	1.940,00

Total do Participante -----> 1.940,00

Total Geral -----> 332.052,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**CNPJ:** 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 55/2020 - PR****Processo Administrativo:** 55/2020
Processo de Licitação: 55/2020
Data do Processo: 26/06/2020

Folha: 17/17

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

LUANA DE SOUZA PEREIRA - - Pregoeiro(a)
MÁRCIA JOSANE SILVEIRA VELHOS - - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
FABIO DE SOUZA MACHADO - - CONTADOR

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA PL Nº 0008/2020**

Publicação Nº 2609297

Portaria PL nº 0008/2020

NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais, e ainda conforme Lei nº 883, de 20/12/2011, Considerando a necessidade de assessoramento jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Nomear Tamiris de Oliveira Talau, casada, residente e domiciliada em Sombrio, SC, Advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 53287, portadora da Cédula de Identidade nº 4277225, e CPF nº 010.450.429-35, para ocupar o cargo comissionado de Assessor Jurídico, grupo C-1, criado pela Lei nº 883, de 20 de dezembro de 2011, a partir do dia 17 de agosto de 2020, com carga horária de 10hs/semanais, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 17 de agosto de 2020.

Ver. Adilio Pereira da Silva
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

Ver. Tiago da Rosa Bitencourt
1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 01/2020

Publicação N° 2609399

RESULTADO PARCIAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N° 003/2020

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO faz saber a quem possa interessar a publicação do Resultado Parcial do Processo de Chamada Pública N° 003/2020, conforme segue:

Operador de Retroescavadeira

Posição	Candidato	Curso	Tempo de Experiência	Total
1	Fernanda Rodrigues França	3		3
2	Junior Paulino			

Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 17 de agosto de 2020.

MARCOS DETOFOL EMERSON CARLOS WESCHENFELDER Presidente Membro
JUSIE BENINI
Membro

PL 84/2020 PP 57/2020

Publicação N° 2609389

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 84/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP N°. 57/2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08h00min horas do dia 28 de agosto de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÃO DAS DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE, BEM COMO NOVAS LUMINÁRIAS ORNAMENTAIS NA PRAÇA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570046, e-mail:licitacao@staterezhapgresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhapgresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 18 de agosto de 2020.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PL 88/2020 PP 60-2020

Publicação N° 2609404

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 88/2020
PREGÃO PRESENCIAL - N°. 60/2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13h30min horas do dia 28 de agosto de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET FIBRA ÓPTICA, PARA INSTALAÇÃO NA PRAÇA MUNICIPAL E TAMBÉM PARA O FUNCIONAMENTO DAS CÂMERAS DE MONITORAMENTO, VISANDO ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:licitacao@staterezhapgresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhapgresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 18 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL 160/2020

Publicação Nº 2607792

PORTARIA Nº 160/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor ARNO ADELIR ARNT, Matrícula 7978/02, conforme o Atestado Médico no período de 10 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N. 176/2020

Publicação Nº 2608763

PORTARIA Nº 176/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora MARIA LENI LIMA DOS SANTOS, Matrícula 5169/01, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 161/2020

Publicação Nº 2607794

PORTARIA Nº 161/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor CARLOS ALEXANDRE MAYER, Matrícula 12270/03, conforme o Atestado Médico no período de 11 de agosto de 2020 á 24 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 162/2020

Publicação Nº 2607795

PORTARIA Nº 162/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora JUCENEIA NATALIA VIEGAS, Matrícula 5312/03, conforme o Atestado Médico no período de 12 de agosto de 2020 á 24 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 12 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 163/2020

Publicação Nº 2607797

PORTARIA Nº 163/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora RUTIANE BINOTTO, Matrícula 3875/01, conforme o Atestado Médico no período de 13 de agosto de 2020 á 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 164/2020

Publicação Nº 2607798

PORTARIA Nº 164/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal ELISEU ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA ESCOLAR, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal ELISEU ALVES DA SILVA, matrícula 8001/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA ESCOLAR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 165/2020

Publicação Nº 2607801

PORTARIA Nº 165/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal LEVI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal LEVI DOS SANTOS, matrícula 10545/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 166/2020

Publicação Nº 2607803

PORTARIA Nº 166/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal ELIEZIO TAILON LUNEBURGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal ELIEZIO TAILON LUNEBURGER, matrícula 13045/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 167/2020

Publicação Nº 2607804

PORTARIA Nº 167/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal SILVERIO AFONSO LAND, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal SILVERIO AFONSO LAND, matrícula 7200/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 168/2020

Publicação Nº 2607808

PORTARIA Nº 168/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal ARNO ADELIR ARNT, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal ARNO ADELIR ARNT, matrícula 7978/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 169/2020

Publicação Nº 2607805

PORTARIA Nº 169/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora CLEUSA DE SOUZA CAMPOS, Matrícula 8320/06, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 170/2020

Publicação Nº 2607810

PORTARIA Nº 170/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor WILLIAN JORGE DELALIBERA, Matrícula 13077/02, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 171/2020

Publicação Nº 2607811

PORTARIA Nº 171/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor EMERSON CARLOS WESCHENFELDER, Matrícula 3719/03, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 172/2020

Publicação Nº 2607812

PORTARIA Nº 172/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Decreto 081/2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID19);

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias a servidora pública municipal senhora LUCIMARA MANTEUFEL, matrícula 11185/03, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS. Período aquisitivo de 12/08/2019 á 11/08/2020, período de gozo de férias de 17/08/2020 á 31/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 173/2020

Publicação Nº 2607815

PORTARIA Nº 173/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e o art. 79 da Lei Complementar 010/2009 em combinação com a Lei Complementar federal 064/1990; Considerando o requerimento formulado pelo servidor público municipal VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, acompanhado da certidão de filiação partidária; Considerando o que consta no Parecer Jurídico 048/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor público municipal VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, matrícula 10839/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, com os vencimentos integrais durante o afastamento.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 174/2020

Publicação Nº 2608761

PORTARIA Nº 174/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS PINNO, Matrícula 11762/02, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 175/2020

Publicação Nº 2608762

PORTARIA Nº 175/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora REGINA JOANA MARAN, Matrícula 11762/02, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 177/2020

Publicação Nº 2608765

PORTARIA Nº 177/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora ALCIONI CLAUDIA STAUDT DA CRUZ, Matrícula 5495/02, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 178/2020

Publicação Nº 2608769

PORTARIA Nº 178/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE E SEM ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal TACIANE CAZIZA LUNEBURGER, matrícula 11290/02, ocupante do cargo de Gerente de Programas de Saúde Pública, para responder cumulativamente e sem acréscimo de remuneração pela Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14 de agosto de 2020 á 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 179/2020

Publicação Nº 2608768

PORTARIA Nº 179/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora TAIZE HOLLAS, Matrícula 13126/01, conforme o Atestado Médico no período de 14 de agosto de 2020 á 20 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

Publicação Nº 2608076

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que se encontram abertas inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, visando a contratação de pessoal por prazo determinado, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 677/2013, de 16 de maio de 2013, demais legislações pertinentes e nas condições do presente edital.

1. DAS FUNÇÕES E VAGAS

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação por prazo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercer a função pública constante do Anexo I – Especificações das Funções.

1.2. A seleção dos candidatos à função constante no presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á através de análise de títulos.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2 Todos os candidatos são isentos da taxa de inscrição.

2.3 As inscrições para este Processo Seletivo Simplificado serão realizadas no período de 18 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, na sede da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, sita à Rua Angelo Toazza, 600, nesta cidade de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina.

2.4 O interessado em inscrever-se no presente Processo Seletivo deverá proceder da seguinte forma:

I - retirar Ficha de Inscrição (Anexo II) no local de inscrição ou no site do Município e preencher corretamente;

II - efetuar a inscrição, mediante a entrega da Ficha de Inscrição preenchida, apresentando, no ato, os seguintes documentos:

- a) cópia da carteira de identidade;
- b) cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) cópia do título de eleitor e do respectivo comprovante de votação ou Certidão de Regularidade emitida pela Justiça Eleitoral;
- d) cópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;
- e) comprovante de escolaridade exigida para a função pretendida e Registro no órgão de classe;
- f) comprovante de tempo de serviço na área específica de atuação;
- g) certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica, para efeito de contagem de títulos, de acordo com o item 4 do presente edital.

2.5 O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, sendo que neste último caso, deverão ser apresentados o termo de procuração e a carteira de identidade do procurador, ficando a procuração anexada à ficha de inscrição.

2.6 A divulgação das inscrições deferidas será feita no dia 02 de setembro de 2020 e publicada no site do Município na Internet (www.santiagodosul.sc.gov.br).

2.6.1 O candidato que tiver sua inscrição indeferida não constará da lista publicada, podendo entrar com recurso até o horário das 16h00min do dia 03 de setembro de 2020, endereçado ao Coordenador da Comissão de acompanhamento deste Processo Seletivo.

2.6.2 A partir das 16h30min do dia 03 de setembro de 2020 será publicada a lista definitiva dos candidatos habilitados para este processo Seletivo.

3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

3.1 A Comissão de Avaliação será composta de no mínimo três pessoas com conhecimento na área.

3.2 Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão de Avaliação não serão remunerados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os critérios descritos a seguir, com a atribuição de pontos para os TÍTULOS apresentados, nos termos seguintes:

- a) Comprovante de escolaridade: - Doutorado completo: 20 pontos
- Mestrado completo: 15 pontos
- Pós-Graduação completo: 10 pontos;

b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica: 01 ponto para cada 40 horas de curso, realizado nos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, limitada a pontuação máxima deste item a 05 pontos;

c) Comprovante de tempo de serviço na área específica: 01 ponto para cada ano de serviço prestado, limitada a pontuação máxima deste item a 05 pontos.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1 Ocorrendo empate na classificação entre dois ou mais candidatos, observar-se-á os seguintes critérios:

- a) maior escolaridade;
- b) o mais idoso;
- c) sorteio.

5.2 A classificação do candidato não gera direito à contratação, sendo o mesmo chamado conforme a necessidade do Município.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 A listagem da classificação provisória será publicada a partir do dia 04 de setembro de 2020 no site do Município na Internet (www.santiagodosul.sc.gov.br).

6.2 A listagem da classificação definitiva será publicada a partir do dia 09 de setembro de 2020, no site do Município na Internet (www.santiagodosul.sc.gov.br).

6.3 Os candidatos serão chamados pela ordem de classificação, de acordo com as necessidades do Município.

7. DOS RECURSOS

7.1 É admitido recurso nos seguintes casos:

- a) no caso de indeferimento da inscrição (item 2.6.1);
- b) quanto à Classificação Provisória do Processo Seletivo.

7.2 Os recursos da Classificação Provisória do Processo Seletivo deverão ser endereçados ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo em até 01 (um) dia após a publicação da Classificação Provisória.

7.3 Somente serão apreciados os recursos fundamentados, bem como que tiverem indicado o nome do candidato, número de sua inscrição e o endereço para correspondência.

7.4 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo para tanto observada a data e hora do protocolo.

8. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. O candidato deverá apresentar no ato da contratação os seguintes documentos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, completos até a data da admissão;
- c) estar em dia com o serviço militar (se do sexo masculino);
- d) ter sanidade mental e capacidade física;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) ter habilitação específica para atuar no cargo e Registro no órgão de classe.
- g) certidão de casamento;
- h) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- i) declaração de Inexistência de Incompatibilidade com outro cargo ou função pública;
- j) declaração de bens;
- k) número da agência e conta bancária;
- l) uma fotografia 3x4 atual.
- m) Alvará de folha corrida Judicial (antecedentes criminais para fim civil), fornecida pelo Fórum da Comarca de Domicílio do candidato.
- n comprovante de residência com endereço completo (água/energia);
- o) telefone e/ou e-mail para contato.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado ao qual se refere este Edital será de um ano, prorrogável por igual período a critério da administração municipal.

10. DO CRONOGRAMA GERAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 O Cronograma Geral das fases do Processo Seletivo Simplificado obedecerá a tabela abaixo:

ITEM	CRONOGRAMA	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Publicação do Edital	17/08/2020	
02	Período de Inscrições	18/08/2020	01/09/2020
03	Publicação das inscrições deferidas		02/09/2020
04	Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições	02/09/2020	03/09/2020 (até 16h00min)
05	Homologação das Inscrições		03/09/2020 (após 16h30min)
06	Publicação da Classificação Provisória		04/09/2020
07	Interposição de recurso quanto a Classificação Provisória	04/09/2020	08/09/2020
08	Homologação do Resultado de Classificação Final com os candidatos aprovados por cargo/função		09/09/2020

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 A inscrição do candidato implica no conhecimento de todas as condições do presente edital, bem como na sua plena aceitação, sendo que os candidatos aprovados permanecem na simples expectativa de direito à Contratação por Prazo Determinado, os quais serão chamados de acordo com as necessidades do Município.

11.2 O candidato que não comparecer na data, horário e local estabelecidos para a escolha da vaga passará o direito à contratação temporária ao candidato com colocação imediatamente posterior e, assim, sucessivamente, até o preenchimento das vagas necessárias.

11.3 O candidato que não comparecer na data fixada ou não aceitar a vaga que lhe é oferecida, passará para o final da lista dos classificados no Processo Seletivo.

11.4 O candidato que desistir da contratação no período que mediar a escolha de vagas e a contratação, bem como aquele que der causa à rescisão do contrato após a referida contratação, perderá o direito à contratação.

11.5 Ocorrendo necessidade de contratação, em decorrência de afastamentos, licenças e/ou férias concedidas ao servidor ocupante do cargo efetivo, desenvolvimento, implantação e execução de programas ou atividades de interesse público ou necessidade de combate de epidemias, serão convocados para admissão temporária, respeitada a ordem de classificação.

11.6 Compete a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, respeitada a legislação vigente, as seguintes atribuições:

- acompanhar o recebimento das inscrições e decidir sobre o deferimento ou indeferimento das mesmas;
- receber, processar e decidir sobre os recursos interpostos pelos candidatos;
- elaborar ata das ocorrências, listagem dos inscritos e da classificação final, encaminhando tudo ao Prefeito Municipal para os fins de publicação e eventual contratação dos candidatos classificados.

11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a legislação vigente.

11.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santiago do Sul - SC, 17 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal de Santiago do Sul.
ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES

Descrição das Funções	Escolaridade/Habilitação	Carga Horária	Vencimento	Vagas
ENFERMEIRO*	Portador de Diploma de Enfermeiro, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40 h	R\$ 4.421,44	01 CR**

* Para substituir servidor em razão de licença (Art. 2º, VIII, Lei Municipal nº 677/2013), Combate de surtos endêmicos (art. 2º II, Lei Municipal nº 677/2013) para execução de atividade de interesse público (Art. 2º, IV, Lei Municipal nº 677/2013).

** Cadastro de Reserva.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ENFERMEIRO

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;

- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição;
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Facilitar a relação entre os profissionais da Unidade Básica de Saúde e ACS, contribuindo para a organização da demanda referenciada;
- Realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade;
- Solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos ACS; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.
- Desempenhar outras atividades afins;

Redação dada pela LEI MUNICIPAL Nº 793/2015 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº	
Nome do Candidato:	
Função:	

Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, nº e bairro CEP, cidade e Estado	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
E-mail:	

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras e aceito as condições do presente Edital de Processo Seletivo.

Santiago do Sul (SC) ____ de ____ de 2020.

Assinatura

----- destacar aqui -----

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Função:	
Carteira de Identidade:	

ANEXO III COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE TÍTULOS

Candidato: _____ Inscrição nº: _____
Função: _____

LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Santiago do Sul, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do candidato Assinatura do servidor

ANEXO III COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE TÍTULOS

Candidato: _____ Inscrição nº: _____
Função: _____

LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Santiago do Sul, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do candidato Assinatura do servidor

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.896/2020

Publicação Nº 2609047

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.896, de 14 de Agosto de 2020.
EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, SILVIA DOS SANTOS, do Cargo em Comissão de Gerente do PETI, código CC-2, a partir de 14/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.008/2020

Publicação Nº 2609053

PORTARIA Nº 16.008, de 14 de Agosto de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto 123, da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder Licença, para concorrer a cargo eletivo, aos servidores CATERINE NOGUEIRA MENDES e LEOPOLDO ANSELMO BRUGGEMANN a partir de 15/08/2020 à 16/11/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.009/2020

Publicação Nº 2609054

PORTARIA Nº 16.009, de 14 de Agosto de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto 150, da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença, para concorrer a cargo eletivo, aos servidores DANIEL VENTURA DA SILVA, JOÃO CARLOS SARAIVA, JOÃO VALDECI FRANÇA, MARIA GORETE RACHADEL SILVA, MARION BERENICE SEIFERT, MINÉIA PAWLICK, SANDRA MARIA COSTA DA ROSA e WILSON ALEXANDRE MELLO a partir de 15/08/2020 à 16/11/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.010/2020

Publicação Nº 2609048

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.010, de 14 de Agosto de 2020.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde a servidora ANGÉLICA MARIA VIEIRA, matrícula nº 2335, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 04/08/2020 à 02/09/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.011/2020

Publicação Nº 2609050

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.011, de 14 de Agosto de 2020.
**CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 20 (vinte) dias para tratamento de saúde a servidora LOURDES MARIA TURNES DE SÁ, matrícula nº 1488, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 07/08/2020 à 26/08/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1886/2020

Publicação Nº 2608548

DECRETO Nº 1886, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$16.000,00 (Dezesseis mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390400000 - Serviços de Tec da Inform e Com (TIC) - PJ (01360158) R\$ 8.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390400000 - Serviços de Tec da Inform e Com (TIC) - PJ (01360158) R\$ 8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2022 - Coordenação, manutenção e ampliação da educação infantil

3390360000 - Outros serviços terceiros - pessoa física (01360158) R\$ 8.000,00

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01360158) R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1887/2020

Publicação Nº 2608819

DECRETO Nº 1887, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01000100) R\$ 19.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Unidade: 001 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 19.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1888/2020

Publicação Nº 2609358

DECRETO Nº 1888, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 17, 18 e 19 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de hoje nesta cidade, do Sr. MARCELO HÜBEL, cidadão ilustre desse município e atual Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2020

Publicação Nº 2608211

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético personalizado com logotipo exclusivo São Bento Solidária, através de sistemas com funções de créditos, adequado à comunicação institucional da prefeitura de São Bento do Sul para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais para auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da quarentena provocada pela pandemia do coronavírus, devidamente credenciadas na Secretaria de Assistência Social. Este tem por finalidade realizar a ajuda emergencial, através de valores arrecadados pela Campanha "São Bento Solidária", a aquelas pessoas que estão em vulnerabilidade social devido a pandemia do COVID-19, conforme justificativa em anexo..

CONTRATADO: ROM CARD – Administradora de Cartões Eireli EPP.

VALOR TOTAL: R\$ 54.900,00.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

LEI N° 4293/2020

Publicação N° 2608533

LEI N° 4293, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 185.100,00 (Cento e oitenta e cinco mil e cem reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2051 - Gestão dos Serviços Públicos

3390080000 - Outros benefícios assistenciais (01000100) R\$ 800,00

Unidade: 002 - Encargos Especiais

Atividade: 0086 - Pagamento Pensionistas

3190030000 - Pensões (01000100) R\$ 17.000,00

3190010000 - Aposentadorias e reformas (01000100) R\$ 7.300,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001 - Assistência Social

Atividade: 2037 - Gestão Administrativa da SEMAS

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 160.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 25.100,00

Atividade: 2051 - Gestão dos Serviços Públicos

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 160.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

LEI N° 4294/2020

Publicação N° 2608543

LEI N° 4294, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 1.000,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas (01000100) R\$ 5.000,00

3390460000 - Auxílio-alimentação (01000100) R\$ 10.000,00

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01000100) R\$ 2.000,00

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 20.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01000100) R\$ 3.000,00

3190130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 20.000,00

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 40.000,00

3391970000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS (01000100) R\$ 4.000,00

3390400000 - Serviços de Tec. da Inf. e Comunic. (TIC) - PJ (01000100) R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3350410000 - Contribuições (01000100) R\$ 50.000,00

3390310000 - Premiações cult., art., cient., esportivas e outras (01000100) R\$ 50.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIAS N° 11307/2020 A 11321/2020

Publicação N° 2608553

PORTARIA N° 11307, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 14 de agosto de 2020, CLAUDINE ALVES DO ROSARIO LIMA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 009/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor, Grupo Ocupacional – Educação Infantil, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11308, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga Portaria nº 11307/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 14 de agosto de 2020, a Portaria nº 11307/2020 que nomeou CLAUDINE ALVES DO ROSARIO LIMA, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 14 de agosto de 2020.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11309, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

Considerando o teor do Memorando nº117/2020/SECAD emitido pela Secretária Municipal de Administração,

RESOLVE:

Promover, a partir de 29 de janeiro de 2020, ELLA MARINEZ KNOP, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11310, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

Considerando o teor do Memorando nº117/2020/SECAD emitido pela Secretária Municipal de Administração,

RESOLVE:

Promover, a partir de 3 de fevereiro de 2020, LIDIANE TASCHECK, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11311, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

Considerando o teor do Memorando nº117/2020/SECAD emitido pela Secretária Municipal de Administração,

RESOLVE:

Promover, a partir de 8 de fevereiro de 2020, JOCELI BARBOSA MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível I, com carga horária de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11312, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de agosto de 2020, ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11313, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 12 de agosto de 2020, LETICIA ECKSTEIN, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11314, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 14 de agosto de 2020, JANETE MARIA GROSSKOPF MEISTER, do cargo de Professor Educação Especial, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11315, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

demite empregado público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 7 de agosto de 2020, ANA KEILA PINTO, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11316, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 10 de agosto de 2020, DEBORA REGINA CORDEIRO MONTEIRO, do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11317, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 17 de agosto de 2020, DANIELA ALICE RANK WEIHERMANN, do cargo de Diretora do Departamento de Proteção Social Especial, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11318, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VII, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de agosto de 2020, o cargo de Fiscal da Fazenda, ocupado pelo servidor LEANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11319, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de agosto de 2020, o cargo de Médico Pediatra, ocupado pela servidora SETSUYO HIKOSAKA SCHULZE.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11320, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de agosto de 2020, o cargo de Operador de Máquina I, ocupado pelo servidor ANTONIO PAULO BAUM.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11321, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4203/2019,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 17 de agosto de 2020, SILVANA MARIA BIANCO BAUER, no cargo de Diretora do Departamento de Proteção à Saúde e Vigilância, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 11322/2020 A 11337/2020

Publicação Nº 2608774

PORTARIA Nº 11322, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 01/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o São Bento Handebol Clube, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4276, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11323, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 02/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação São Bentense de Basquete, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4277, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11324, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 03/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o São Bento Associação de Tênis de Mesa, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4278, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11325, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 04/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Prefeito Henrique Schwarz, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4279, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11326, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 05/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Vereador Silvio Ivens Grossl, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4280, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11327, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 06/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o São Bento Clube de Natação, conforme Edital de Chamamento Público nº

01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4281, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11328, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 07/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação São Bento de Taekwondo, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4282, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11329, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 08/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Pingo de Gente, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4283, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11330, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 09/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o São Bento Associação de Tênis de Mesa, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4284, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11331, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 10/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação São Bento de Futsal, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4285, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11332, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 11/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a Associação São Bento de Futsal, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4286, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11333, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 12/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4287, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11334, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestores

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07 e JOSÉ TADEU DE SANTA-NA JÚNIOR, portador do RG nº 95.029.029.526 e CPF nº 744.865.603-10, como gestores do Termo de Colaboração Nº 13/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e o Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4288, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11335, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a servidora ALANA MÉRCIA ENGEL, portadora do RG nº 5.686.204 e CPF nº 073.193.699-07, como gestora do Termo de Colaboração Nº 14/2020, entabulado entre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA e a JCI São Bento do Sul, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2020 – FIA/CMDCA e Lei Municipal nº 4289, de 6 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11336, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 17 de agosto de 2020, FRANCIELLY KELM, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 1 de julho de 2016, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11337, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 02/2020,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, a partir de 17 de agosto de 2020, JUCIANA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Assistente Social, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 17 de agosto 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2020

Publicação Nº 2608213

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 156/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13567/2020

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados

ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético personalizado com logotipo exclusivo São Bento Solidária, através de sistemas com funções de créditos, adequado à comunicação institucional da prefeitura de São Bento do Sul para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais para auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da quarentena provocada pela pandemia do coronavírus, devidamente credenciadas na Secretaria de Assistência Social. Este tem por finalidade realizar a ajuda emergencial, através de valores arrecadados pela Campanha "São Bento Solidária", a aquelas pessoas que estão em vulnerabilidade social devido a pandemia do COVID-19, conforme justificativa em anexo. Serão adquiridas conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CARTÃO PERSONALIZADO COM LOGOTIPO SÃO BENTO SOLIDÁRIA - R\$ 150,00	366	R\$ 150,00	R\$ 54.900,00

3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ 20.895.286/0001-28, situada na Rua Expedicionário Holz, nº 550 - Sala 1003 - 10º andar – Atiradores, na cidade de Joinville/SC, CEP 89201-740.

4. DO VALOR

A presente aquisição se dará conforme a tabela descrita no item 2 (DO OBJETO), totalizando R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado somente dos créditos que forem efetivamente utilizados pelos beneficiários mediante relatório emitido pela Contratada após a entrega da Nota Fiscal.

6. DA JUSTIFICATIVA

Considerando o lema inscrito na bandeira brasileira que resume bem as responsabilidades básicas de um Estado moderno. ORDEM E PROGRESSO. Manter a ordem interna e a segurança externa para proporcionar as condições essenciais ao progresso. Por seu turno, não há progresso sem ordem, sem estabilidade institucional e econômica e capacidade para tomar as medidas necessárias para impulsionar a economia e prover os serviços essenciais à população. No exercício dessas responsabilidades é fundamental que o Estado combine três atributos essenciais para a eficácia de sua atuação.

Considerando ainda que as alavancas do crescimento foram desmontadas e com elas diminuem as esperanças de que a saída da crise será rápida.

Considerando que em mais uma ação do governo municipal de enfrentamento a pandemia do novo coronavírus, a Secretaria de Assistência Social em parceria com demais órgãos está entregando o cartão Auxílio-Alimentação para famílias consideradas em situação de vulnerabilidade no município. O benefício, no valor de R\$ 150,00, é garantido pela Lei Municipal Nº 1745/2020. Esse é um trabalho social muito importante que tem como objetivo amparar uma parcela da população atingida com a pandemia. Todos nós estamos sendo atingidos por essa pandemia em maior ou menor grau. Mas temos uma parcela da população que precisa da nossa atenção prioritária por que é a que mais sofre. Todos estamos empenhados em reduzir ao máximo o sofrimento desse público e não estamos medindo esforços para atingir esse objetivo.

Em conformidade com o Art. 2 da Lei Municipal nº 1745/2020, o programa será mantido inteiramente por meio de doações recebidas da sociedade civil e o auxílio de que trata o inciso I do art. 1º poderá ser feito de duas formas:

I - Por meio de recebimento de produtos alimentícios não perecíveis, de higiene pessoal e de limpeza;

II - Por meio de doações em dinheiro para habilitar a compra de alimentos nos comércios da cidade.

Tendo em vista que a campanha São Bento Solidária superou a expectativa sendo e que em 31/07/2020 o saldo na conta corrente da campanha somou o montante de R\$ 74.883,45, sendo que a campanha vai até setembro de 2020 e evitando o prejuízo do usuário, o qual não pode responder pela demora do sistema, nesse caso a justificativa se respalda no interesse público, afinal existe extrema necessidade da continuidade dos serviços sendo que o valor que será pago corresponde ao de mercado, haja vista que o preço foi obtido recentemente via pregão após a devida concorrência. Caso ocorra mudanças, serão demandados muitos dias até a execução do serviço, e infelizmente, a "fome não tem prazo ou data".

Além dos procedimentos que já estamos realizando nas dispensas realizadas com amparo na Lei 13.979/20 e art. 24, inc. IV da Lei 8.666/93

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

São Bento do Sul, 13/08/2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2020

Publicação Nº 2608215

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13567/2020

RATIFICAÇÃO

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético personalizado com logotipo exclusivo São Bento Solidária, através de sistemas

com funções de créditos, adequado à comunicação institucional da prefeitura de São Bento do Sul para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais para auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da quarentena provocada pela pandemia do coronavírus, devidamente credenciadas na Secretaria de Assistência Social.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES EIRELI EPP, no valor unitário de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada cartão, sendo 366 (trezentos e sessenta e seis) unidades, perfazendo o valor global de R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais), onde pagamento será efetuado somente dos créditos que forem efetivamente utilizados pelos beneficiários mediante relatório emitido pela Contratada após a entrega da Nota Fiscal.

A CONTRATADA obrigatoriamente deverá emitir mensalmente a Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e), e encaminhar ao Setor de Compras da Secretaria Municipal de Assistência Social via e-mail ou fisicamente. Posteriormente a nota será encaminhada para a contabilidade da Prefeitura, a qual efetuará o pagamento em ordem cronológica.

São Bento do Sul, 13/08/2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino
Secretária Municipal de Assistência Social

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 48/2020

Publicação Nº 2608460

Pregão Presencial nº 48/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 48/2020
MAIOR LANCE OU OFERTA POR ITEM.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 01 de setembro de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de cartão magnético para pagamento de vale-alimentação.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO 197/2020

Publicação Nº 2608907

DECRETO Nº 197/2020 DE 14/08/2020

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal Sra. DENISE MARIA JANTSCH ALBERT, matrícula 345/11, ocupante do cargo de Professor com licenciatura Pedagogia, de cargo oriundo do edital de chamamento temporário 001/2019, e em virtude da participar do pleito eleitoral 2020, conforme solicitação e portaria 334/2020 de 14/08/2020 em nossos registros.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 196/2020

Publicação Nº 2608077

DECRETO Nº 196/2020 DE 13/08/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 10.000,03 (Dez mil e três centavos), do Orçamento Financeiro de 2020 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser

27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário

27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 0,03

PARA:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
 27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser
 27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário
 27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
 27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
 4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
 4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 0,03

DE:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
 26.000.0000.0.000.000 – Transporte
 26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
 26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
 26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

PARA:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da InfraEstrutura
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
 26.000.0000.0.000.000 – Transporte
 26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
 26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
 26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infra-Estrutura
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 13 de Agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
 Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA 344/2020

Publicação Nº 2608911

PORTARIA Nº 344/2020 DE 17/08/2020

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 185 da Lei nº 04/1997, baixa a seguinte PORTARIA INTERNA:	

Art. 1º - Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020 em face das servidoras públicas municipais Sra. Rozilei Terezinha Fritzen e Sra. Rosangela Lucia Fritzen Luzzi, em vista da representação do Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de apurar suposta violação aos artigos 156, I, II e IV e 160, I, IX e XV da Lei 004/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e artigos 9º, IV e 11, I da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Art. 2º - Ficam designados os servidores ROSELI BERNADETE WOLFART, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Professor Normal, sob a matrícula nº 274/01, CPF nº 981.494.909-49; LUIZ CARLOS NEGRI, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico em Atividade Econômica, sob a matrícula nº 285/02, CPF nº 028.319.209-73; NEUSA APARECIDA BATISTI BORGES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Professor Normal, sob a matrícula nº 193/01 e 270/01, CPF nº 749.366.209-63, para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020 instituída no artigo anterior, que deverá apresentar

suas conclusões no prazo de 60 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Municipal da Administração e Fazenda

CONTRATO Nº 118/2020

Publicação Nº 2607886

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO****CNPJ N. 01.612.812/0001-50****MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC****CNPJ: 01.612.812/0001-50****CONTRATO Nº 118/2020**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA PARA DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CULTURA RELATIVOS A LEI FEDERAL DE EMERGENCIA CULTURAL – LEI 14.017/2020– LEI ALDIR BLANC PARA O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

CONTRATADA: VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA, com sede na Av. Nereu Ramos, 75-D, Sala 1205-A. Edif. CPC, Centro, 89801-020 – Chapecó – SC. Inscrita no CNPJ nº: 30.080.901/0001-00. A assessoria será prestada nas pessoas de **ROSELAINE BARBOZA VINHAS**, inscrita no CPF nº: 513.483.810-00 e de **DJONATAN VICTOR FRONZA**, inscrito no CPF nº: 07706141918.

“AS PARTES ACIMA IDENTIFICADAS TÊM, ENTRE SI, JUSTO E ACERTADO O PRESENTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA PARA DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CULTURA RELATIVOS A LEI FEDERAL DE EMERGENCIA CULTURAL – LEI ALDIR BLANC, QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE E PELAS CONDIÇÕES DECRITAS NO PRESENTE”

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO DO CONTRATO

Realização de assessoria para desenvolvimento dos trabalhos da gestão pública municipal em cultura relativos a Lei Federal de Emergência Cultural – Lei Aldir Blanc para o Município de São Bernardino-SC. Os trabalhos serão prestados exclusivamente por Roselaine Barboza Vinhas e Djonatan Victor

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/36540137 e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CNPJ N. 01.612.812/0001-50

Fronza que por seus conhecimentos, experiências e notórios saberes originaram esta contratação.

CLÁUSULA 2ª – DO PRAZO DO CONTRATO

Prazo de 90 dias a contar da data de assinatura deste contrato, com prorrogação automática por mais 30(trinta) dias em havendo necessidade para finalização dos trabalhos.

CLÁUSULA 3ª – DOS VALORES

- A Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados o valor de R\$ 1.550,00 (Hum mil quinhentos e cinquenta reais) por município em 2 parcelas, as quais serão pagas da seguinte forma:

1ª parcela: R\$ 550,00(Quinhentos e cinquenta reais) na assinatura do contrato e após emissão de autorização de fornecimento e respectiva nota fiscal;

2ª parcela: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na finalização dos trabalhos em 90 dias da assinatura do contrato e emissão de autorização de fornecimento e respectiva nota fiscal.

Dados bancários para pagamento

BANCO: 085 – (Ailos) CECRED – Cooperativa Central de Crédito Urbano

Agência: 0106

Conta Corrente: 27.510-7

Vinhas Consultoria e Assessoria Cultural Ltda

CNPJ: 30.080.901/0001/00

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Compor equipe técnica com servidores municipais para desenvolvimento dos trabalhos relativos a Lei Federal de Emergência Cultural – Lei Aldir Blanc;
- Colaborar no fornecimento de dados relativos a legislação municipal e interfaces direta e indiretamente ligadas as questões culturais que possam influenciar no desenvolvimento dos trabalhos da Lei Aldir Blanc;
- Participar das reuniões virtuais disponibilizadas pela contratada para instruções dos trabalhos;
- Proceder leitura dos materiais digitais relativos a Lei Aldir Blanc enviados pela contratada;
- Participar de grupo virtual para esclarecimento de dúvidas;
- Realizar os pagamentos de acordo com o cronograma previsto na Cláusula 3ª.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Prestar assessoria sobre a implementação da Lei Aldir Blanc aos municípios em forma de material instrutivo contendo o passo a passo da atuação do ente federado e atendimento virtual;

Rua Verônica Scheid, Nº 1012,Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.

Fone/Fax (4936540054/36540137) e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CNPJ N. 01.612.812/0001-50

- Executar na íntegra o que determina a Cláusula 1ª do presente Contrato e de acordo com as etapas descritas abaixo:

Etapas 1: Instrução sobre acolhida do recurso e sobre cadastro dos beneficiários
Instrução virtual coletiva.

Material digital com instruções do passo a passo.

Grupo virtual de Whatsapp para esclarecimento de dúvidas pontuais

Etapas 2: Revisão dos passos e dúvidas sobre acolhida do recurso e sobre cadastro dos beneficiários, apresentação e estudo sobre a regulamentação da Lei.

Instrução virtual coletiva

Material digital com instruções do passo a passo

Grupo virtual de Whatsapp para esclarecimento de dúvidas pontuais

Etapas 3: Instrução sobre formas de repasse do recurso aos beneficiários

Instrução virtual coletiva

Material digital com instruções do passo a passo

Grupo virtual de Whatsapp para esclarecimento de dúvidas pontuais

Períodos:

Primeiros 15 dias - Instrução de formas de acolhimento do recurso

Do 16º ao 35º - Instrução de cadastramento dos beneficiários

Do 36º ao 60º - Instrução e acompanhamento sobre formas de repasse e prestações de contas

Do 61º ao 90º - Acompanhamento, revisão e finalização dos trabalhos

Tempo de duração das reuniões virtuais:

Total de 6 horas de reunião virtual instrutiva 1 hora de reunião virtual coletiva para Instrução sobre acolhida do recurso 2 horas de instrução virtual sobre cadastro dos beneficiários 2 horas de instrução virtual sobre formas de repasse do recurso aos beneficiários 1 de instrução virtual hora para finalização dos trabalhos.

OBS: Todos os materiais utilizados nesta proposta, estarão disponíveis para download, tabelas, exemplos, documentos norteadores, apostilas didáticas e muito mais, para ajudar no seu processo de construção.

- Finalizar todas as etapas de trabalho no prazo de 90 dias.

CLÁUSULA 6ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

- O Pagamento será feito mediante apresentação de Nota Fiscal da prestação de Serviço pela Contratada ao Município, conforme o calendário prefixado na Cláusula 2ª.

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137) e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CNPJ N. 01.612.812/0001-50

CLÁUSULA 7ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- O Contrato será automaticamente rescindido na conclusão dos trabalhos.

CLÁUSULA 8ª - DO FORO

- Fica eleito o Foro da Cidade de Campo - Erê – SC, com privilégio sobre qualquer outro, para dirimir as eventuais pendências que decorram do seu não exato cumprimento.

- E por estarem justos e acertados, firmam este contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença de duas testemunhas, abaixo identificadas.

São Bernardino, SC em 12 de Agosto de 2020

Contratante:

Adeli José Riffel
Prefeito Municipal
Município de São Bernardino - SC

Contratada:

Vinhas Consultoria e Assessoria Cultural Ltda
CNPJ: 30.080.901/0001-00
Roselaine Barboza Vinhas
Sócia proprietária

Rudimar Borcioni
OAB/SC 15411
Assessor Jurídico

Rua Verônica Scheid, Nº 1012, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/36540137) e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 37/2020

Publicação N° 2609139

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 37/2020 TOMADA DE PREÇOS N° 5/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 5/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Obra de término de construção de Centro de Eventos, conforme plantas, memoriais e planilhas em anexo.

Vencimento: 04/09/2020 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. FLÁVIO GOETTEN - Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1175, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608639

DECRETO Nº 1175, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre desmembramento de lote urbano, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010 e:

- Considerando o requerimento protocolado sob nº 14243/2020;
- Considerando aprovação pelo Setor de Engenharia;
- Considerando parecer favorável emitido pelo Setor de Tributação e Fiscalização, bem como, pela Assessoria Jurídica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica desmembrado parte do Lote Urbano nº 10, da quadra n. 59, com área total de 6.093,56 m², da Matrícula nº 7.970, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Maria Adriana de Deus, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I – Parte do Lote n. 10, quadra n. 59, com superfície de 5.365,61 m², de propriedade de Maria Adriana de Deus;

II – Área de expansão da Rua Darci Francisco Baldissera, quadra n. 59, com superfície de 727,95 m².

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1176, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608643

DECRETO Nº 1176, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre utilização de área pública recebida em doação e da outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal atualizada e:

- Considerando a Lei Nº 1893 de 29 de julho de 2020 que autorizou o Município De São Domingos a receber em doação uma área de terras com 727,95 m² de superfície, de propriedade de Maria Adriana de Deus;
- Considerando o Decreto n. 1175/2020, que autoriza o desmembramento do Lote Urbano nº 10, da quadra n. 59, com área total de 6.093,56 m², da Matrícula nº 7.970, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Maria Adriana de Deus
- Considerando a necessidade de dar os encaminhamentos necessários aos processos administrativos de averbação;
- Considerando a Supremacia do Interesse Público.

DECRETA:

Art. 1º A área de de terras com superfície 727,95 m², de propriedade de Maria Adriana de Deus, recebida em doação por meio da Lei Municipal n. 1893/2020, será utilizada para expansão da Rua Darci Francisco Baldissera, e a posterior pavimentação do local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 032/2020

Publicação Nº 2608005

No dia 17 de agosto de 2020, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 032/2020, Modalidade Tomada de Preços 006/2020 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA REFERENTE A REALIZAÇÃO DE EXAME COVID-19 ANTICORPOS IGM E IGG, METODOLOGIA QUIMIOLUMINESCÊNCIA (SOROLOGIA ELISA). Participaram do certame, apresentando documentos de credenciamento e envelopes n. 01 e 02 as empresas: B&B LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME., CNPJ N. 72.237.068/0001-08, a qual não credenciou participante e EXAMES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI., CNPJ N. 14.437.447/0001-37, a qual não credenciou participante. As proponentes comprovaram sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão, sendo constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que as participantes cumpriram com todas as exigências. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços das proponentes habilitadas, sendo que restou vencedora do certame a empresa B&B LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME., com o valor unitário de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos editalícios. Ainda, considerando: a) que trata-se de serviço de acesso à saúde; b) a supremacia do Interesse Público; c) que os casos de Covid -19 seguem aumentando no município e; d) o decreto municipal n. 1069 de 24 de março de 2020, que declara situação de emergência no município e dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19), o presente processo será remetido imediatamente ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 122/2020

Publicação Nº 2607878

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 122/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 043/2020

A Pregoeira Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 28 de agosto de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS CAMINHÃO BASCULANTE A SEREM EXECUTADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do Município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 14 de agosto de 2020.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 17.08.2020

Publicação Nº 2608962

DECRETO Nº 365/2020, DE 17.08.2020.

FIXA HORÁRIOS DIFERENCIADOS DE TRABALHO NA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências e

- Considerando o relevante interesse público;
- Considerando que não terá prejuízos ao erário público.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a realização de horários diferenciados nos seguintes termos, em razão das necessidades de trabalho da Secretaria da Municipal da Câmara de Vereadores de São Domingos/SC:

I – O servidor MARCOS ANDRÉ MORSCHHEISER, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, exercerá suas atividades no período das 7h00min às 13h00min.

II – A servidora BEATRIZ HENNERICH, ocupante do cargo de Assessora Legislativa, exercerá suas atividades no período das 13h00 às 19h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 17 de agosto de 2020

GLEICON TIARAJU CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA
1º Secretário

São Francisco do Sul

PREFEITURA

LAUDA ITAU

Publicação Nº 2608467

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Convênio nº SAGP 002/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: Banco Itaú Unibanco S.A.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/SMGP/2014

OBJETO: a realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referente a empréstimos concedidos pelo Banco aos servidores da Prefeitura Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses de 05/08/2020 a 05/08/2021

São Francisco do Sul, 31 de Julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

LAUDA SANTINVEST

Publicação Nº 2608471

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Convênio nº SAGP 0001/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: SANTINVEST S.A. – CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/SMGP/2014

OBJETO: .a realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referente a empréstimos concedidos pelo Banco aos servidores da Prefeitura Municipal..

VIGÊNCIA: 12 meses ou 16/08/2020 a 15/08/2021

São Francisco do Sul, 31 de Julho de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 SECRETARIA DE GOVERNO

Publicação Nº 2608238

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Disciplina a publicidade em ano eleitoral dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal e dá outras orientações.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, no uso das competências que lhe conferem a Lei Municipal nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Disciplinar a publicidade em ano eleitoral dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Nos termos do §1º do art. 37 da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 2º São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Período eleitoral: aquele cujo início se dá três meses antes do primeiro turno das eleições, podendo estender-se até o segundo turno, quando houver;

II - Publicidade institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior;

III - Publicidade de utilidade pública: a que se destina a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de

comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos;

IV - Publicidade mercadológica: a que se destina a alavancar vendas ou promover produtos e serviços no mercado;

V - Publicidade legal: a que se destina à divulgação de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de atender a prescrições legais;

VI - Peças e materiais de publicidade: os elementos isolados de uma ação publicitária ou integrantes de uma campanha;

VII - Patrocínio: a ação de comunicação que busca agregar valor à marca, consolidar posicionamento, gerar identificação e reconhecimento, estreitar relacionamento com públicos de interesse, ampliar venda de produtos e serviços, divulgar programas e políticas de atuação, por meio da aquisição do direito de associação da imagem do órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, enquanto patrocinador de projetos de iniciativa de terceiros;

VIII - Promoção: a ação de comunicação que emprega, predominantemente, técnicas de incentivo e de envolvimento de públicos de interesse dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de estabelecer e estreitar relacionamentos, fidelizar segmentos de clientes, estimular conhecimento, experimentação, interação, engajamento, incremento de vendas ou propiciar a vivência de situações positivas com marcas, conceitos ou políticas públicas;

IX - Relações com a imprensa: a ação que reúne estratégias organizacionais para promover e reforçar a comunicação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal com seus públicos de interesse, por meio da interação com profissionais da imprensa, numa atuação democrática, diversificada e transparente;

X - Propriedades digitais: os portais e sítios dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal na internet, seus perfis em redes sociais, bem como aplicativos móveis e dispositivos digitais disponibilizados a seus públicos de relacionamento;

XI - Placas de obras ou de projetos de obras: os painéis, outdoors, adesivos, tapumes e quaisquer outras formas de sinalização que cumpram função de identificar ou divulgar obras e projetos de obras de que participe o Município, direta ou indiretamente;

XII - Órgãos e entidades: as secretarias municipais, as autarquias, as fundações integrantes do Poder Executivo Municipal;

XIII - Marca: a representação simbólica, sinal, signo, símbolo ou ícone, desenho/ logotipo ou qualquer representação gráfica por meio da qual um órgão ou entidade comunica sua missão, seu posicionamento, uma meta ou um diferencial oferecido à sociedade e aos públicos de relacionamento;

XIV - marca do Governo Municipal: a representação gráfica constituída de elementos impessoais expressivos da identidade do Governo Municipal cuja aplicação está disciplinada no Manual de Uso da Marca do Governo Municipal, disponível no site institucional; e

XV - Assinatura do Governo Municipal: a chancela nas ações de comunicação para indicar a autoria nas mensagens transmitidas, promover a transparência da comunicação de governo e o controle social quanto ao uso de recursos públicos.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DA GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 4º Compete à Gerência de Comunicação disciplinar, em ano eleitoral, a gestão das despesas com a publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, em observância ao limite disposto Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020 que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.

Art. 5º. Os órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal serão responsáveis pela exatidão das informações das despesas com publicidade realizadas, prestadas à Gerência de Comunicação, razão pela qual deverão ser mantidos os registros relativos aos levantamentos realizados, com vistas a subsidiar eventual prestação de contas aos órgãos de controle externo e interno, bem como à Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. As informações das despesas com publicidade deverão ser formalizadas por meio de Comunicação Interna via correio eletrônico, e-mail imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br.

CAPÍTULO III

DA COMUNICAÇÃO EM ANO ELEITORAL

Seção I

Da suspensão da publicidade

Art. 6º. Ficam suspensas, durante o período eleitoral, veiculação, exibição, exposição ou distribuição de peças e/ou materiais de publicidade, sujeitos ao controle da legislação eleitoral, independente se os pagamentos relacionados ocorreram em exercício anterior ao período eleitoral.

Art. 7º. Para os fins desta Instrução Normativa, a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral compreende as espécies abaixo descritas:

I - A publicidade institucional;

II - A publicidade de utilidade pública; e

III - A publicidade mercadológica de produtos e serviços que não tenham concorrência no mercado.

Art. 8º. Não se incluem no âmbito da publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral as ações publicitárias referentes à:

I - Publicidade legal;

II - Publicidade de utilidade pública reconhecida como de grave e urgente necessidade pública pela Justiça Eleitoral;

III - Publicidade mercadológica de produtos ou serviços que tenham concorrência no mercado; e

IV- Publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020).

Parágrafo único. A publicação de atos oficiais ou meramente administrativos, como é o caso da publicidade legal, não caracterizará publicidade institucional, por não apresentar conotação eleitoral.

Art. 9º. Os órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal deverão suspender a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral que esteja sendo veiculada nos meios de comunicação e divulgação, em decorrência de termos de contrato, fomentos, colaboração, cooperação, parcerias ou ajustes similares com ele firmados e obter a comprovação inequívoca de que solicitou tal providência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal manter registros claros de que a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral foi veiculada, exibida, exposta ou distribuída antes do período eleitoral para, caso necessário, apresente prova junto à Justiça Eleitoral.

Seção II

Da suspensão da publicidade em propriedades digitais

Art. 10. Os órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal deverão retirar de suas propriedades digitais toda e qualquer publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral, nos termos dos arts. 6º e 7º desta Instrução Normativa, tais como filmes, vinhetas, vídeos, anúncios, painéis, banners, posts, marcas, slogans e qualquer conteúdo de natureza similar.

§ 1º A orientação acima disposta também vale para a publicidade dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal em propriedades digitais de terceiros, em decorrência de termos de contrato, convênios, fomentos, colaboração, cooperação, parcerias ou ajustes similares, com ele, firmados.

§ 2º Caberá aos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal guardar a comprovação inequívoca de que solicitou tal providência e manter registros claros de que a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral foi veiculada, exibida ou exposta antes do período eleitoral para, caso necessário, apresente prova junto à Justiça Eleitoral.

Art. 11. Cabe aos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal zelar pelos conteúdos divulgados em suas propriedades digitais, ainda que tenham suspenso a veiculação da publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral e tomar todas as providências cabíveis para que não haja descumprimento da proibição legal.

Parágrafo único. Os cuidados acima mencionados deverão abranger os links disponibilizados nas propriedades digitais dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal, que poderão direcionar, indevidamente, o cidadão para sítios de terceiros que promovam candidatos, configurando violação ao art. 57-C, §1º, inciso II, da Lei nº 9.504, de 1997, mesmo que não haja a veiculação, exibição ou exposição de peça publicitária em si.

Seção III

Das relações com a imprensa

Art. 12. No âmbito das ações de relacionamento com a imprensa, os órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal poderão disponibilizar releases a jornalistas por meio da Gerência de Comunicação do Poder Executivo, observadas as vedações de conteúdo dispostas para a publicidade em período eleitoral nesta Instrução Normativa.

§ 1º Os órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal deverão evitar em seus releases conteúdo ou análises que envolvam emissão de juízo de valor referente a ações, políticas públicas e programas sociais, bem como comparações entre diferentes gestões de governo.

§ 2º Os releases à imprensa deverão, preferencialmente, focar nas informações de interesse direto do cidadão vinculadas à prestação de serviços públicos, observando-se o disposto nos arts. 6º e 7º desta Instrução Normativa.

Seção IV

Da suspensão de conteúdos noticiosos

Art. 13. No período eleitoral, fica vedada a veiculação ou exibição de conteúdos noticiosos dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, em suas propriedades digitais.

Parágrafo único. Os conteúdos noticiosos veiculados ou exibidos antes do período eleitoral poderão ser mantidos nas propriedades digitais dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, desde que em área sem destaque e devidamente datados, para que se possa comprovar junto à Justiça Eleitoral o período de sua produção e veiculação.

Seção V

Da suspensão de pronunciamentos de autoridades

Art. 14. Fica vedada no período eleitoral a veiculação ou exibição nas propriedades digitais dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal de discursos, entrevistas ou qualquer tipo de pronunciamento de autoridade que seja candidata a cargo político nas eleições.

Parágrafo único. Os pronunciamentos veiculados ou exibidos antes do período eleitoral poderão ser mantidos nas propriedades digitais dos integrantes do Poder Executivo Municipal, desde que em área sem destaque e devidamente datados, para que se possa comprovar o período de sua gravação e veiculação.

Art. 15. Não configurará propaganda institucional irregular a entrevista de autoridade do Poder Executivo Municipal que observar os limites da informação jornalística, com vistas a dar conhecimento ao público de determinada atividade de governo, sem promoção pessoal, nem menção a circunstâncias eleitorais.

Parágrafo único – A autoridade deverá comunicar os convites à Gerência de Comunicação para análise quanto a viabilidade.

Art. 16. Fica vedado no período eleitoral fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea 'c', da Lei nº 9.504, de 1997.

Seção VI

Da suspensão em redes sociais

Art. 17. Fica vedada no período eleitoral a inclusão de posts nos perfis dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal em redes sociais, observados os arts. 6º e 7º desta Instrução Normativa, salvo o previsto na Emenda Constitucional 107 de 02 de julho de 2020.

Art. 18. Os posts anteriores ao período eleitoral, de conteúdos sujeitos à legislação eleitoral, poderão ser mantidos no perfil do integrante dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, desde que devidamente datados, para que se possa comprovar o período de sua inclusão.

§ 1º Esses posts não poderão ser reeditados nem promovidos pelos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, de forma a obter novo destaque na linha do tempo do seu perfil em redes sociais.

§ 2º Nos casos em que o post for destacado na linha do tempo do perfil dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, em decorrência de eventual comentário externo realizado no período das eleições, o referido post deverá ser imediatamente ocultado ou excluído.

Art. 19. Nos casos de perfis de programas de governo em redes sociais, os conteúdos das postagens deverão restringir-se à prestação de serviços ao cidadão, com caráter educativo, informativo ou de orientação social, observados os arts. 6º e 7º desta Instrução Normativa.

Seção VII

Da suspensão de interatividade

Art. 20. Por medida de cautela, as áreas para comentários e interatividade com o público nas propriedades digitais dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal deverão ser desabilitados durante o período eleitoral.

§ 1º Os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal deverão divulgar nota explicativa em suas propriedades digitais, conforme modelo disposto no item I do Anexo I desta Instrução Normativa, com vistas a justificar a desabilitação para a sociedade.

§ 2º A desabilitação prevista neste artigo não se aplica nos casos de grave e urgente necessidade pública, que deverá intensificar os trabalhos de moderação e intervenção nos comentários, com vistas a inibir aqueles que firmam a legislação eleitoral e, consequentemente, causem

responsabilização imputada pela Justiça Eleitoral.

Art. 21. Nos perfis em redes sociais em que não seja possível a desabilitação da área de comentários e interatividade, órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal deverão vedar a inclusão de postagens que contenham termos que possam caracterizar propaganda eleitoral, tais como a divulgação de nomes e números de candidatos, siglas e nomes de partidos políticos, slogans de campanhas partidárias, bem como de palavras-chave, tais como eleições, segundo turno ou outras nomenclaturas da espécie.

§ 1º Nessas redes sociais, todos os comentários deverão ser cuidadosamente moderados, sendo excluídos aqueles de cunho eleitoral, eventualmente não filtrados pelos mecanismos automáticos de vedação.

§ 2º As diretrizes de moderação em período eleitoral deverão ser divulgadas órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal nos "termos de uso" da rede social e por meio de nota explicativa, conforme modelo disposto no item II do Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 3º Além dos mecanismos automáticos de vedação, dispostos neste artigo, órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal deverão intensificar os trabalhos de moderação e intervenção nos comentários incluídos nos seus perfis em redes sociais, com vistas a inibir postagens que firam a legislação eleitoral e, consequentemente, causem responsabilização imputada pela Justiça Eleitoral.

Seção VIII

Dos bancos de imagens e acervos

Art. 22. Poderão ser mantidos nas propriedades digitais dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, os bancos de imagens relativos a fotos, arquivos de vídeo e infográficos, desde que devidamente datados e mantidos em áreas sem destaque.

Art. 23. Também poderão ser mantidos nas propriedades digitais dos integrantes do Poder Executivo Municipal e nos ambientes digitais de terceiros, os acervos de ações de publicidade desenvolvidas em anos anteriores, desde que conste de forma inequívoca os respectivos períodos de veiculação, exibição, exposição ou distribuição.

Seção IX

Da suspensão do uso da marca do Governo Municipal

Art. 24. Fica suspensa, durante o período eleitoral, toda e qualquer forma de divulgação da marca do Governo Municipal, na publicidade ou em qualquer ação de comunicação.

Parágrafo único - Considera-se para fins da presente suspensão, a marca do Governo Municipal, vigente ou anterior, aprovada e publicada em manual na internet, bem como as marcas de programas, campanhas, ações e eventos, ou mesmo, os slogans ou qualquer elemento que possa constituir sinal distintivo da publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral.

Seção X

Da suspensão da marca do Governo Municipal em placas de obras

Art. 25. As placas de obras ou de projetos de obras de que participe a Município, direta ou indiretamente, deverão ser alteradas para exposição durante o período eleitoral.

Parágrafo único. A alteração prevista neste artigo consistirá na retirada ou na cobertura da marca do Governo Municipal.

Art. 26. Faculta-se a retirada da placa de obra ou de projeto de obra, como alternativa ao disposto no artigo anterior, se for mais conveniente para os órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal responsável pela mesma.

Parágrafo único. A alternativa de retirada da placa de obra ou de projeto de obra, prevista neste artigo, não se aplica nos casos de divulgação obrigatória.

Art. 27. A cobertura tempestiva da marca do Governo Municipal, ou a retirada da placa de obra ou de projeto de obra, conforme mais conveniente, compete aos:

I - Respetivos órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, nos casos em que a placa tenha sido instalada por agentes da administração direta ou indireta; e

II - Respetivos entes públicos ou privados, em decorrência de termos de contrato, convênios, parcerias ou de ajustes similares firmados com os órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, a partir de demanda formal do órgão ou entidade responsável.

Parágrafo único. Nos casos descritos no inciso II deste artigo, os órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal deverão certificar-se de que sua solicitação foi devidamente atendida e guardar a comprovação inequívoca de que demandou tais providências para, caso necessário, apresente prova junto à Justiça Eleitoral.

Art. 28. Configurar a propaganda institucional vedada, a manutenção de placas de obras ou de projetos de obras instaladas anteriormente ao período eleitoral, quando delas constar expressões que possam identificar autoridade, servidores ou administrações cujos cargos estejam em disputa eleitoral.

Seção XI

Da suspensão da marca do Governo Municipal em propriedades digitais

Art. 29. Durante o período eleitoral, a marca do Governo Municipal deverá ser retirada pelos órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal de suas propriedades digitais, tais como portais e sítios na internet, perfis em redes sociais, aplicativos móveis, dentre outros dispositivos digitais.

Art. 30. Caso a marca do Governo Municipal esteja presente em propriedades digitais de outros entes públicos ou privados, em decorrência de termos de contrato, convênios, fomentos, colaboração, cooperação, parcerias ou de ajustes similares firmados com órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, cumpre ao órgão ou entidade demandar formal e tempestivamente a sua retirada.

Parágrafo único. Nesses casos, o órgão ou entidade deverá certificar-se de que sua solicitação foi devidamente atendida e guardar a comprovação inequívoca de que demandou tais providências para, caso necessário, apresente prova junto à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO IV

DOS PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO À JUSTIÇA ELEITORAL

Art. 31. A publicidade submetida ao controle da legislação eleitoral que, a juízo dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, possa ser reconhecida como de grave e urgente necessidade pública, para fins de veiculação, exibição, exposição ou distribuição durante o período eleitoral, deverá ser apresentada à Gerência de Comunicação, com pedido de encaminhamento à Justiça Eleitoral para autorização de sua realização.

Art. 32. Os pedidos de encaminhamento à Justiça Eleitoral, enviados à Gerência de Comunicação, deverão estar acompanhados:

I - De informações que demonstrem, de forma clara e objetiva, a grave e urgente necessidade pública da ação de publicidade a ser realizada; e

II - Das respectivas peças e/ou materiais publicitários, em duas vias.

Art. 33. As peças e/ou materiais publicitários só poderão ser veiculados, exibidos, expostos ou distribuídos na forma aprovada pela Justiça

Eleitoral, observadas as eventuais modificações por ela determinadas.

Art. 34. Também estão sujeitos à regra deste artigo os textos para pronunciamentos em cadeias de rádio e televisão, observado o art. 16 desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. A prática de condutas vedadas a agentes públicos, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais, será imputada ao agente que lhe der causa, sujeito às penas previstas no § 4º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997.

Art. 36. Gerência de Comunicação poderá editar orientações complementares destinadas ao cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 37. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Cláudio Pereira dos Santos
Secretário Municipal de Governo

ANEXO I

MODELOS DE NOTAS EXPLICATIVAS

I - Suspensão de interatividade nas propriedades digitais:

Caro leitor / internauta,

O espaço para comentários deste canal está temporariamente desabilitado, por medida de cautela, em observância à legislação eleitoral.

A suspensão permanecerá até o final do primeiro turno das eleições gerais.

Nesse período, os pedidos de informações poderão ser encaminhados para o canal imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br ou para o canal ouvidoria@saofranciscodosul.sc.gov.br

<Órgão/entidade>

II - Diretrizes de moderação em período eleitoral:

Caro leitor / internauta,

O espaço para comentários deste canal foi adaptado, por cautela, em observância à legislação eleitoral.

Serão moderados e passíveis de não publicação e/ou exclusão os comentários de cunho eleitoral, que contenham termos que possam caracterizar propaganda eleitoral, tais como a divulgação de nomes e números de candidatos, siglas e nomes de partidos políticos, slogans de campanhas partidárias, bem como palavras-chave, tais como eleições, segundo turno ou outras nomenclaturas dessa espécie.

Essa restrição permanecerá até o final do primeiro turno das eleições gerais.

<Órgão/entidade>

PREGÃO ELETRÔNICO 027-2020 FMS

Publicação Nº 2608287

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 027/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante a Pregoeira designada pela Portaria Nº 16.528 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO ITEM conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de tiras reagentes para medição de glicose sanguínea para uso em pacientes diabéticos e consumo das Unidades de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço total do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 18 de agosto de 2020 às 08hrs.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 31 de agosto de 2020 às 08:30 horas.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 31 de agosto de 2020 às 09 horas

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR ITEM nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE Fundo Municipal de Saúde	1901
CÓDIGO DO PROGRAMA	0010
Projeto/Atividade Manutenção da Saude da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Material Hospitalar	3339030-36
VÍNCULO DE RECURSO Transf. Do Sistema Único de Saude – SUS -/ Estado ESF	36703

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no Item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir

de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/item(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao

licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais

quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

c. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

d. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

e.) Apresentação das notas explicativas, em consonância com o disposto nos arts. 31, I, da Lei n. 8.666/93 e 176, §4º, da Lei n.6.404/76 e no item 3.17, "f", da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (item 2.2.2 do Relatório DLC/CAJU/Div.6 n. 139/2020), conforme Processo 200006710 do TCE-SC

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.11.2. Alvara Sanitário;

13.11.3. Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto). Aos itens que são isentos de certificação deverá ser apresentada a documentação inerente a sua isenção

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico,

em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega dos materiais é 10 (dez) dias após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;

- 24.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
- 24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 17 de agosto de 2020.

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 OBJETIVO

Aquisição de tiras reagentes para medição de glicose sanguínea para uso de pacientes diabéticos e consumo das Unidades de Saúde.

2.0 JUSTIFICATIVA

O pedido se faz necessário para garantir a continuação do tratamento dos pacientes diabéticos cadastrados, bem como para o consumo diário nas Unidades de Saúde do município.

3.0 ESPECIFICAÇÃO



LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	<p>TIRA REAGENTE PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE SANGUÍNEA COM FAIXA DE LEITURA ENTRE 10 MG/ DL A 600 MD, REAÇÃO ENZIMÁTICA DE GLICOSE DESIDROGENASE, QUE MEÇA POR APARELHO COM TECNOLOGIA POR AMPEROMETRIA, PERMITINDO A VERIFICAÇÃO DA GLICEMIA EM CRIANÇAS E ADULTOS, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM MÁXIMO 50 TESTES. NÃO SERÁ ACEITO TIRAS DE GLICOSE QUE CONTENHAM AS ENZIMAS REFERENTE AO ALERTA 1596 ANVISA.</p> <p>Deverá a empresa vencedora fazer cessão em comodato, sem ônus para SMS, de 1000 (hum mil) equipamentos para leitura das tiras de teste de determinação de glicose no sangue, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da emissão da ordem de fornecimento. Os equipamentos para leitura das tiras de teste de determinação de glicose no sangue deverão ser novos, em perfeito funcionamento; deverão vir acompanhados de pilhas e/ou baterias e manual de instrução de funcionamento em português. Deverá ser apresentada a Nota Fiscal referente à aquisição dos mesmos. Os equipamentos para leitura das tiras de teste de determinação de glicose no sangue deverão ser retirados das Unidades de SMS, pela empresa detentora, após o término do contrato, não sendo indenizáveis os eventuais desgastes decorrentes do uso normal do equipamento. A vencedora deverá aplicar treinamento para os profissionais envolvidos na entrega dos equipamentos para leitura das tiras de teste de determinação de glicose no sangue, por profissional habilitado. Deverão ser disponibilizados ainda, 15 cabos com software em português, para leitura da memória e relatório do equipamento, com treinamento e manutenção do mesmo.</p>	UND	700.000	R\$	R\$

3.1 JUNTO COM A PROPOSTA AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE CERTIFICADOS:

3.1.1 – Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto).

3.1.2 – As propostas deverão estar em conformidade prevista neste edital, com páginas numeradas, fixadas com espirais ou presilhas para fácil manuseio seguindo a sequência abaixo:

· Proposta com: marca, valor unitário, valor total e número de certificação da ANVISA.

· Certificação da ANVISA, conforme número impresso na proposta.

3.2 – PRAZO DE ENTREGA

3.2.1 - A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com os pedidos solicitados pelo setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sendo que a entrega deverá ser feita na totalidade do pedido dentro prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data de solicitação.

3.2.2 - A entrega fora do prazo estabelecido acima acarretará automaticamente em advertência a empresa, ficando intimada a efetuar a entrega no prazo estendido de 05 (cinco) dias corridos, sendo que novo descumprimento de prazo acarretará sanções, conforme preconiza este edital.

3.2.3 - Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

3.2.4 - O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o Art. 57, §1, da Lei nº 8.666/93.

4. - FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul - SC, por meio do servidor designado conforme segue:

Coordenadoria do Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde

A fiscalização reserva-se ao direito de recusar o produto e que não atenda a marca constante da proposta ofertada, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

5.0 - DO REAJUSTE

5.1 Os preços contratuais resultantes do objeto da presente licitação serão fixos e Irreajustáveis.

6.0 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE MANUTENÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA	2115
ELEMENTO DE DESPESA MATERIAL HOSPITALAR	339030 - 36
VÍNCULO DE RECURSO Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/ESTADO - ESF	36703

7.0 - ACEITAÇÃO DO OBJETO

a) Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto desta licitação será recebido:

I - Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II - Definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis.

b) Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

c) Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade de cada unidade do produto/material fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo produtor ou fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido.

8.1 - PROBLEMAS NA ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a Fiscalização Notificará por escrito a empresa, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.

8.1.1 – MATERIAL ENTREGUE EM DESCONFORMIDADE OU COM DEFEITO

Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a empresa substitua o mesmo, que terá início a partir da data do Termo de Recusa de Material. O Fornecedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

8.1.2 – MATERIAL INCOMPLETO

a) O Fornecedor deverá entregar todo o material solicitado através de pedido, em caso de entrega parcial será enviada Notificação, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

b) Se a nota fiscal não estiver de acordo com os materiais entregues, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para a substituição da mesma por outra contendo apenas os itens recebidos.

8.1.3 – NOTA FISCAL EM DESCONFORMIDADE COM O EMPENHO

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho. Em caso de divergência, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para o fornecedor fazer a substituição, sendo que deverá ser justificada formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério e responsabilidade do Fiscal.

09. - FORMA DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

A execução será de 5 (cinco) meses com vigência de 6 (seis) meses.

10. – LOCAL PARA ENTREGA

Setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde
Rua: Aldo Possamai (lateral da subida para o Hospital de Caridade)
Bairro: Centro Cidade: São Francisco do Sul - SC
Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08h00min às 13h00min

11. – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul - SC / Setor Compras
Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)
Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC
Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 07h30min às 13h00min

12.- PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Fornecedor no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos materiais pelo Fundo Municipal de Saúde.

b) A nota fiscal deverá ser entregue no Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde, no período entre o 1º dia útil até no máximo o 24º dia útil do mês corrente.

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 16.345/2020

ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.**

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal de Saúde Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º 011/2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de tiras reagentes para medição de glicose sanguínea para uso em pacientes diabéticos e consumo das Unidades de Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 06 (seis) meses contados da sua assinatura, a execução é 05 (cinco) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

UNIDADE Fundo Municipal de Saúde	1901
CÓDIGO DO PROGRAMA	0010
Projeto/Atividade Manutenção da Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Material Hospitalar	3339030-36
VÍNCULO DE RECURSO Transf. Do Sistema Único de Saúde – SUS -/ Estado ESF	36703

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida

no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os produtos disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREGÃO ELETRÔNICO 029-2020 FMS

Publicação Nº 2608429

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO Nº 029/2020

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.339 de 12 de março de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO LOTE conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para lavagem completa dos carros que compõem a frota da Secretaria Municipal

de Saúde, para um período de 06 (seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço total do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 18 de agosto de 2020 às 08hrs.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 02 de setembro de 2020 às 08:30 horas.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 02 de setembro de 2020 às 09:00 horas

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR LOTE nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	2114
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Rec. de Impostos e Trans. Imp-Saúde	33801

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Vigilância Sanitária	2125

ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Recurso Ordinário Saúde	20601
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Centro de Assistência Psicossocial - CAPS	2123
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transf. SUS/CAPS	13816
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - ESF	16703
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	13814
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	2118
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp. Mac	13810

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;
Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de

24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no Item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Públicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/item(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do lote

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste lote, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666,

de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais

quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

c. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

d. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

e.) Apresentação das notas explicativas, em consonância com o disposto nos arts. 31, I, da Lei n. 8.666/93 e 176, §4º, da Lei n.6.404/76 e no item 3.17, "f", da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (item 2.2.2 do Relatório DLC/CAJU/Div.6 n. 139/2020), conforme Processo 200006710 do TCE-SC

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega dos materiais é 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

- 24.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.6. Não manter a proposta;
- 24.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
- 24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 18 de agosto de 2020.

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

Autorização para abertura de processo licitatório modalidade tipo pregão, para lavagem completa dos carros que compõem a frota da

Secretaria Municipal de Saúde, para um período de 06 (seis) meses.

1.0 JUSTIFICATIVA

Os serviços são necessários e imprescindíveis para garantir a higienização dos veículos, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como o bem estar aos pacientes que o utilizam; Justifica-se, também, a necessidade da contratação de empresa especializada por não possuímos em nosso quadro funcional servidores e local adequado para realização de tais serviços.

3.0 LOTE ÚNICO:

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Lavação completa Carros pequenos PAB	UNID	220		
2	Lavação completa Carros pequenos Vigilância Sanitária	UNID	32		
3	Lavação completa Carros pequenos CAPS, QJM8167	UNID	20		
4	Lavação completa Carros pequenos ESF QJS0149, QJS3289, QJS 3359	UNID	40		
5	Lavação completa Carros pequenos NASF, BDQ2177	Unid	20		
6	Lavação completa Carro grande, BDL2777	Unid	20		

Valor Total do Lote:

3.1. Os serviços compreenderão: higienização completa do veículo, limpeza externa e interna, aspiração e pulverização e eventualmente lavagem do motor;

3.2. Os serviços serão realizados nos veículos pertencentes à frota da Secretaria da Saúde quinzenalmente em cada veículo, mediante autorização da Secretaria da Saúde;

3.3 A prestação do serviço de lavagem de veículos da frota da Secretaria da Saúde ocorrerá permanentemente nas dependências da Contratada.

4.0- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

4.1 Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma a garantir a qualidade dos serviços a serem executados;

4.2 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Secretaria da Saúde, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a secretaria reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;

4.3 Fornecer o material necessário à execução dos serviços e dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado;

4.4 Garantir a qualidade dos serviços executados pelos seus empregados de modo que estes estejam de acordo com o exigido neste Termo quando do cumprimento das obrigações;

4.5 Responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens da secretaria, quanto resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados;

4.6 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e a execução de serviços, através de um servidor designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência;

5.2 Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados;

5.3 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência;

6.0 – FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

Coordenadoria do Setor de Transportes

A fiscalização reserva-se ao direito de recusar o serviço que não atenda as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

7.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	2114
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Rec. de Impostos e Trans. Imp-Saúde	33801

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Vigilância Sanitária	2125
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Recurso Ordinário Saúde	20601

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Centro de Assistência Psicossocial - CAPS	2123
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transf. SUS/CAPS	13816

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - ESF	16703

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	13814

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	2118

ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp. Mac	13810

08. – FORMA DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

8.1 Os serviços serão executados de forma contínua pelo período de 06 (seis) meses, sendo que a vigência será de 7 meses.

09. NOTA FISCAL

9.1 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as Ordens de Compra Global, obedecendo a ordem de uma nota fiscal para cada Ordem de Compra para facilidade de empenhamento das mesmas em duas dotações específicas.

9.2 A Nota deverá ser entregue no seguinte endereço:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras
Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)
Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC
Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08h30min às 13h30min
E-mail: comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br

10.- PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Fornecedor no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos materiais pelo Fundo Municipal de Saúde

José Carlos da Silva
Coordenação de Transporte

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.**

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal de Saúde Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º 011/2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa para lavagem completa dos carros que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, para um período de 06 (seis) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) dias contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 (seis) meses

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	2114
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Rec. de Impostos e Trans. Imp-Saúde	33801

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Vigilância Sanitária	2125
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Recurso Ordinário Saúde	20601

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Centro de Assistência Psicossocial - CAPS	2123
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transf. SUS/CAPS	13816

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - ESF	16703

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Saúde da Família	2115
ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	13814

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	19-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0009
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	2118

ELEMENTO DE DESPESA Limpeza de veículos	339039-15
VÍNCULO DE RECURSO Média e Alta Compl. Ambul. e Hosp. Mac	13810

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- h) Outras obrigações previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREGÃO PRESENCIAL 028/2020 FMS

Publicação Nº 2608424

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 028/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº. 16.339 de 12/03/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09hrs do dia 02 de setembro de 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de links de IP de acesso à rede mundial de computadores as Unidades e Setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde para um período de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações constantes

do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2 O prazo estimado para a execução dos serviços constantes nesta licitação, será de 15 (quinze) dias contados a partir da data Ordem de Compra.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Licitações, Rua Hercílio Luz, 09 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro impreterivelmente até às 08:30 do dia 02 de setembro de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às 09:00 do dia 02 de setembro de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote.

3.3. LOCAL DA ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	1901
PROJETO ATIVIDADE	
Manut. Do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2114
Manut. Vigilância Epid. E Ambiental em Saúde	2124
Manut. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	2123
Manut. Vigilância Sanitária	2125
Manut. Serviço Móvel de Emergência – SAMU	2121
Manut. Das Atividades Administrativas do FMS	2113
ELEMENTO DE DESPESA	
Serviços técnicos profissionais	339039-05
VÍNCULO DO RECURSO	
Piso de Atenção Básica PAB	13801
Vig.em Saúde dst/aids e hepatite virais	33808
Transf. SUS/CAPS	33816
Recursos Ordinários Saúde	20601
Serviço de atendimento móvel urg-samu	13809
Rec.de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	10200

3.5. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega da NF devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procura para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital;

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h00min às 14h00min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço <https://diariomunicipal.sc.gov.br> www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no canto superior da janela clique em serviços > fornecedores e então > PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de

24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

- a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br ou licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 02 (dois) dias úteis a realização do certame;
- b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 (dois) dias úteis a realização do certame; Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br no canto superior da janela clique em serviços > fornecedores e então > PREGÕES E LICITAÇÕES. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de idoneidade e que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 028/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 028/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de execução, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da

licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas utilizadoras do SPED somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;

b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

14.1.3 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo

14.1.4 Cumprir com o disposto nos arts 31, I da Lei, 8.666/93 e 176, §4º, da Lei nº 6404/76 e no item 3.17, "f" da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (conforme recomendação do TCE/SC nos autos do processo @REP20/00067110).

14.1.3. RELATIVOS à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b) Certidões Negativas emitida pela ANATEL;

c) Comprovação de possuir licença SCM perante a ANATEL, ou dispensa de Outorga;

d) Comprovação de, no mínimo, possuir disponível uma equipe técnica qualificada e equipamentos para instalação de aptidão técnica emitido por fabricante de fibras ópticas.

e) Alvará de localização/funcionamento, devidamente autenticados e validos;

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 14.1.1, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 18 de agosto de 2020.

JEFFERSON PACHECO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de links IP de acesso à rede mundial de computadores as Unidades e Setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde para um período de 12 (doze) meses.

2.0 JUSTIFICATIVA

Esta contratação visa garantir o acesso à internet à todas as Unidades e Setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, o que de extrema necessidade considerando que todos os processos de atendimento aos usuários, bem como muitas atividades de rotina desses setores são realizados através de sistema informatizado

3.0 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETIVO

LOTE ÚNICO

ITEM	DISCRIÇÃO	Unid	QTD.	VALOR INDIVIDUAL / MÊS DA ASSINATURA	VALOR/ANO (12 MESES)
01	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para as Unidades Básicas de Saúde, Estratégias Saúde da Família e CEPAS vinculados a Secretaria de Saúde de São Francisco do Sul com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas, num total de 11 unidades	MENSALIDADE	132		
02	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para o CAEPS – DST/AIDS com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas,	MENSALIDADE	12		
03	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para o SAMU com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas,.	MENSALIDADE	12		
04	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para a Vigilância Sanitária (VISA) com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas,	MENSALIDADE	12		
05	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para o Almoxarifado, com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas,	MENSALIDADE	12		
06	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para o CAPS, com fácil acesso a redes de conexão, para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas,	MENSALIDADE	12		
07	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para locais de difícil acesso a redes de conexão (Capri, Miranda, Laranjeiras, Ervino)para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas.	MENSALIDADE	48		
08	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para a Unidade de Estratégia Saúde da Família Vila da Glória , para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 30 Mb/s Down e 20Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas.	MENSALIDADE	12		
09	Fornecimento de link de acesso à rede mundial de computadores (internet) para a Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul para um período de 12 (doze) meses tendo como velocidade mínima 100 Mb/s Down e 100Mb/s Upload de conexão e demais especificações técnicas.	MENSALIDADE	12		
10	Ativação de links de conexão com fornecimento de dispositivo de acesso à rede sem fio em locais de fácil acesso à redes de conexão	PONTO DE CONEXÃO	17		
11	Ativação de links de conexão com fornecimento de dispositivo de acesso à rede sem fio em locais de difícil acesso à redes de conexão (Capri, Miranda, Laranjeiras, Ervino)	PONTO DE CONEXÃO	04		
12	Ativação dos links de conexão com fornecimento de dispositivo de acesso à rede sem fio no ESF Vila da Glória	PONTO DE CONEXÃO	01		

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$

3.1 DESCRITIVO TÉCNICO E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

O presente contrato deverá obedecer a critérios técnicos de nível de serviço conforme as seguintes especificações:

a) Conectividade IP dedicado a rede de internet mundial, suportando aplicações TCP/IP.;

b) Tipo de conexão: Conexão DSL/ADSL, Rádio ou Fibra Óptica para as UNIDADES E PROGRAMAS VINCULADOS À SECRETARIA DE SAÚDE e de Fibra Óptica para a SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE:

b.1) Devido a particularidade do território de São Francisco do Sul, consistindo de uma parte continental e outra em uma ilha, considerando também as localidades das unidades de saúde espalhadas pelo território da cidade, as características dos fornecedores locais. Estruturas de rede e telecomunicações, tendo como meta uma maior competitividade, foi decidido não determinar um único tipo de conexão para as unidades vinculadas à Secretaria de Saúde, contanto que a empresa contratada atenda os critérios técnicos e acordos de níveis de serviço, descritos no ITEM 3.1 deste termo de referência.

c) Velocidade de conexão: Velocidade mínima exigida disponível de 30 Mbytes/s de download e de 20 Mbytes/s de upload para unidades e programas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

100 Mbytes/s de Download e 100 Mbytes/s de Upload para a Sede Administrativa da Secretaria de Saúde;

d) Percentual mínimo de entrega de velocidade de conexão: de 95% para download e 75% para upload para as unidades e programas vinculados à Secretaria de Saúde e de 100% para download e 90% para upload para a Sede Administrativa da Secretaria de Saúde.

e) Tempo de disponibilidade de uso: Garantia total dentro do horário comercial das 07:00 até às 18 horas e dias úteis, no entanto permitindo uma disponibilidade percentual de 97,5% do período anual do contrato.

f) Tempo de resposta e resolução em caso de queda/falha de serviço: De 0 à 1 horas em caso de queda de serviço: De 0 à 2 horas em caso de lentidão na rede ou falhas consideradas de baixa gravidade; caso a contratada tenha ciência que os reparos para reestabelecer a conectividade possam ultrapassar 24 horas e for tecnicamente possível a contratada devesse fornecer de forma emergencial conectividade com a internet através de telefonia móvel seja 3g ou 4g quando for possível, sem ônus a secretaria.

g) Quando for constatado não haver internet nos locais descritos neste termo de referência a Secretaria municipal de Saúde poderá solicitar a contratada o envio de um técnico para averiguação in-loco do problema, este tempo de deslocamento do técnico entre a solicitação do reparo e a chegada no local solicitante do reparo não poderá superior a 1:30 hrs (Uma hora e trinta minutos).

h) Contato livre para comunicação em caso de queda/falha de serviço: Contato gratuito para que seja possível efetuar a abertura do chamado. (Através de e-mail, chats, telefones 0800 inclusive chamada a cobrar);

i) Fornecimento de dispositivo de rede em regime de comodato: que permita o acesso sem fio com velocidade de transmissão mínima de 300mbs, nos locais selecionados, com a utilização de mecanismos/software de segurança de acesso através de senhas e cadastros de dispositivos; (Equipamento Compatível ou superior ao UBIQUITI UNIFI AP_LR, podendo ser configurado e acessado através do software UNIFI CONTROLLER VERSAO 5.7.00 ou superior, visando a padronização dos equipamentos com os já existentes na secretaria de saúde)

j) O padrão da Interface: a ser entregue em todos os pontos deverá ser do tipo UTP RJ45 CAT 5/6, com suporte à criação de VLAN entre os dois pontos;

k) Os equipamentos: deverão ter velocidade mínima de 300 Mbytes;

l) O modo de transmissão: deverá ser em Full Duplex;

m) Os equipamentos: deverão ser bivolt 110/200;

n) Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e configurados nos locais descritos nesse edital.

o) A contratada: não poderá filtrar, de nenhuma forma, os pacotes oriundos ou destinados à Internet;

p) Possibilidade de remanejamento e ativação/desativação de pontos, conforme disponibilidade e acordo de ambas as partes (contratante e contratada) sem ônus a contratante.

q) Ajustes de velocidade na grandeza de 20% a maior poderão ser solicitados, se acordados entre as partes, se houver disponibilidade técnica sem ônus a contratante.

r) Os serviços deverão ser iniciados em até 15 dias após a emissão da ordem de compra global.

4.1 VIGENCIA E REAJUSTE

A vigência do contrato perfaz em um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei nº 8.666/93, por determinação e conveniência da gestão pública municipal. O reajuste dos preços dos serviços prestados poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de vigência do contrato e será medido pelo IPCA.

5.0 LOCAIS DA EXECUÇÃO

A execução dos serviços, irá contemplar todas as unidades e programas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde relacionadas em lista-gem abaixo:

SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE:

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387, bairro Rocio Grande

UNIDADES BÁSICAS , ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E DEMAIS PROGRAMAS E SETORES VINCULADOS :

ESF ERVINO : Avenida Babitonga, s/nº

ESF PAULAS: Rua Francisco Mascarenhas, s/nº

ESF ROCIO GRANDE: Avenida das Rosas s/nº

ESF MAJORCA: Rua Porto União, s/nº

ESF MIRANDA: Estrada Geral do Miranda , s/nº

ESF VILA DA GLÓRIA: Loteamento Residencial Vila da Glória, s/nº

ESF ENSEADA: Rua Pará, 01

ESF ACARAÍ: Rua Dom Fernando Trejo s/nº (ao lado da Secretaria de Obras)

ESF FORTE: Estrada Geral do Forte s/nº

ESF SANDRA REGINA: Rua Papa João Paulo II

ESF IPEROBA: Lateral da Rodovia Duque de Caxias (Posto Polícia Rodoviária)

ESF ROCIO PEQUENO : Rua: Arnaldo Pereira s/nº (atrás da Capela Santa Catarina)

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TAPERA: Rua Binot Palmier de Goneville, s/nº

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LARANJEIRAS: Rua Walter Rinow , s/ nº

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CAPRI : Rua Oscar Beckhauser nº 1168

VISA – Rua Barão do Rio Branco – Centro – Multiuso da Prefeitura

CAEPS - DST/AIDS - Rua Almirante Barroso , nº 653

SAMU - Rua Almirante Barroso , nº 653

CEPAS: Rua Almirante Barroso , nº 653

CAPS: Rua Almirante Barroso nº 490

ALMOXARIFADO : Travessa Aldo Possamai - Centro, s/nº

6.0 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução será acompanhada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, lotados no setor de informática, e servidores das respectivas unidades, que realizarão o monitoramento e fiscalização da execução do contrato.

7.0 . OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.2 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.3 O contratado deverá estar de acordo com as normas regulamentadoras de fornecedores de serviços de telecomunicações vigentes, através de documentação que deverá ser comprovada na FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, conforme documentados à seguir:

a) Certidões Negativas emitida pela ANATEL;

b) Comprovação de possuir licença SCM perante a ANATEL, ou dispensa de Outorga;

c) Comprovação de, no mínimo, possuir disponível uma equipe técnica qualificada e equipamentos para instalação de aptidão técnica emitido por fabricante de fibras ópticas.

8.4 O contratado deverá apresentar mensalmente à Secretaria de Saúde relatório com os pontos ativos, juntamente com a Nota Fiscal.

9.0 PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á ao Prestador de Serviços no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos serviços

10.0 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL

10.1 A emissão das notas fiscais deve respeitar as Ordens de Compra globais emitidas, devendo ser emitidas obrigatoriamente uma nota fiscal individual para cada uma, uma vez que tratam-se de dotações diversas e distintas.

10.1 As notas devem discriminar os serviços prestados em conformidade com as especificações descritas nesse Termo de Referência.

11.0 LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras

Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)

Bairro: Rocio Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC

E-mail: comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br

Leonardo Calmon de Passos
Setor de Informática

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020 com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 20__

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 028/2020

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subseq-entes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 20__

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 028/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 028/2020 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de 20__

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 028/2020

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020, cujo objeto é a Aquisição de, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de 20__.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 028/2020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _ _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 028/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____.

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de 2020, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), inscrita no CPF sob nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na Rua _____ – bairro _____ na cidade de _____ - CEP _____, neste ato representada por _____, brasileiro, estado civil _____, inscrito no CPF. sob nº. _____, residente e domiciliado na _____, bairro _____ – na cidade de _____ – CEP _____, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Nº XXX/XXXX – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de

1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de links de IP de acesso à rede mundial de computadores as Unidades e Setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde para um período de 12(doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

XXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12(doze) meses contados a partir da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 57, inc.II da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autorizada competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ _____, sendo que o pagamento dar-se-á à CONTRATADA, mensalmente.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	1901
PROJETO ATIVIDADE	2114
Manut. Do Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2124
Manut. Vigilância Epid. E Ambiental em Saúde	2123
Manut. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	2125
Manut. Vigilância Sanitária	2121
Manut. Serviço Móvel de Emergência – SAMU	2113
Manut. Das Atividades Administrativas do FMS	
ELEMENTO DE DESPESA Serviços técnicos profissionais	339039-05
VÍNCULO DO RECURSO	13801
Piso de Atenção Básica PAB	33808
Vig.em Saúde dst/aids e hepatite virais	13816
Transf. SUS/CAPS	20601
Recursos Ordinários Saúde	13809
Serviço de atendimento móvel urg-samu	10200
Rec.de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do equipamento em desacordo com as especificações técnicas exigidas

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros,

deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
h) Demais obrigações previstas no Termo de Referência que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 00 de _____ de 20__.

(NOME)
(CARGO)
CONTRATANTE

(NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

CPF: _____ CPF: _____

São João Batista

PREFEITURA

PORTARIA N° 456/2020

Publicação N° 2608052

PORTARIA N° 456/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 16/08/2020 a 15/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) JICIARA SILVA DOS SANTOS, admitido (a) para a função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 14 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA N° 483/2020

Publicação N° 2608054

PORTARIA N° 483/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 18/08/2020 a 15/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) VANESSA STEIL, admitido (a) para a função de PROFESSORA DE CRECHE, junto a Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Mariane Duarte Hoffmann Leal, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA N° 484/2020

Publicação N° 2608886

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 484/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 478/2020, nos seguintes termos:

Resilição de contrato

Art. 1º Fica resiliado o contrato do Servidor WELLINTOM WALLICE SOUZA GEREMIAS ocupante da função de Zelador Vigilante, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 485/2020

Publicação Nº 2608890

PORTARIA Nº 485/2020
Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3014/2020 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora MARILANE SETREM, a contar de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 486/2020

Publicação Nº 2608893

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 486/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 457/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor MARCELO XAVIER ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 487/2020

Publicação Nº 2608899

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 487/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 458/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor RENATO MATIAS ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, lotado junto ao Sisam, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 488/2020

Publicação N° 2608900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 488/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 459/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor ANDERSON DUARTE ocupante do cargo efetivo de Leiturista, lotado junto ao Sisam, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 489/2020

Publicação N° 2608901

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 489/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 460/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor GILSON CALIXTO PEREIRA ocupante do cargo efetivo de Condutor de Ambulância, lotado junto a Secretaria de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 490/2020

Publicação N° 2608903

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 490/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 461/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora LUCINEIDE FILGUEIRA ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental I 1º/5º, lotado junto a Secretaria de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 491/2020

Publicação N° 2608904

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 491/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 462/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora RUTE PEREIRA DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 492/2020

Publicação N° 2608905

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 492/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 463/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor ALTAIR ZUNINO ocupante do cargo efetivo de Condutor de Ambulância, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 493/2020

Publicação N° 2608908

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 493/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 464/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor ANTONIO DA SILVA ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento Hospitalar, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 494/2020

Publicação N° 2608910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 494/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 466/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora JULIANA DA SILVA ocupante do cargo efetivo de Odontólogo Comunitário, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 495/2020

Publicação N° 2608913

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 495/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 467/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora RUBIA ALICE TAMANINI DUARTE ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 496/2020

Publicação N° 2608915

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 496/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 468/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora TATIANI APARECIDA PEIXER ocupante do cargo efetivo de Professor de Creche, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 497/2020

Publicação Nº 2608916

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 497/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 469/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor LUIZ HENRIQUE VOYTENA ocupante do cargo efetivo de Condutor de Ambulância, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 498/2020

Publicação Nº 2608917

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 498/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 470/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor LUIZ RODINEI RODRIGUES ocupante do cargo efetivo de Zelador Vigilante, lotado junto a Fundação Batistense de Esportes, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 499/2020

Publicação N° 2608920

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 499/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 471/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora GILNEA CRISTINA MORAES ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 500/2020

Publicação N° 2608921

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 500/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 472/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor SOCRATES VILMAR MARQUES ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 501/2020

Publicação N° 2608927

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 501/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 481/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora JANAINA TAIS BARAUNA ocupante do cargo efetivo de Professor Ensino Fundamental I 1º/5º, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 502/2020

Publicação N° 2608929

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 502/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 473/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor JOEL LIKOSKI ocupante do cargo efetivo de Professor Ensino Fundamental II 6º/9º, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 503/2020

Publicação Nº 2608931

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 503/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 474/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora ESTER DIAS AMARAL DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 504/2020

Publicação Nº 2608932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 504/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 476/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor JULIANO JEFERSON DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado junto ao Sisam, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 505/2020

Publicação Nº 2608933

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195

rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 505/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 477/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor PAULO SERGIO VENERA ocupante do cargo efetivo de Condutor de Ambulância, lotado junto a Secretaria de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 506/2020

Publicação N° 2608935

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 506/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 479/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora ANDREA SIMONE SILVA DA ROSA ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 507/2020

Publicação N° 2608939

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.N.P.J 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA N° 507/2020

Portaria Retificadora

O Secretário de Administração, no uso das suas atribuições legais,

Art. 1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º da Portaria nº 480/2020, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica concedido 03 meses de LICENÇA REMUNERADA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora MAINARA PECH ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a contar de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 508/2020

Publicação N° 2608940

PORTARIA N° 508/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 22/07/2020 a 31/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) IGOR MARTINS MENEZES, admitido (a) para a função de MÉDICO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 22 de julho de 2020.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 509/2020

Publicação N° 2608945

PORTARIA N° 509/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 03/08/2020 a 31/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) VICTOR HUGO DE CASTRO E SILVA, admitido (a) para a função de MÉDICO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 03 de agosto de 2020.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA N° 510/2020

Publicação N° 2608946

PORTARIA N° 510/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 03/08/2020 a 31/12/2020, o contrato do (a) servidor (a) LOREVANDA VITALINA DE CARVALHO, admitido (a) para a função de MÉDICO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 03 de agosto de 2020.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 066/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2607969

Processo Licitatório nº 080/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 066/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 080/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 066/PMSJB/2020, do tipo menor preço global, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de empresa especializada em prestação de serviços de desmontagem, conserto, montagem, balanceamento, geometria e vulcanização de pneus, destinados a frota mecanizada da administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 31/08/2020; Início da sessão: dia 31/08/2020, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 067/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2608132

Processo Licitatório nº 081/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 067/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 081/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 067/PMSJB/2020, do tipo menor preço por lote, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição e instalação futura de tela alambrado, tela soldada e gradil destinada a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 08/09/2020; Início da sessão: dia 08/09/2020, às 08h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 17 de agosto de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/PMSJB/2020

Publicação Nº 2609408

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 77/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2020

No dia 18 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 63/2020, Processo Licitatório nº. 77/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO BATISTENSE DE TRÂNSITO E DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17227	A TOP SINALIZAÇÃO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS L	1, 4, 6, 7
12235	ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUÍMICOS EM GERAL L	3, 5
17228	VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A TOP SINALIZAÇÃO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS L	02.845.538/0001-22		
ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUÍMICOS EM GERAL L	124.531.333/0001-05		
VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI	34.216.708/0001-04		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, SOLVENTE E MICROESFERA DE VIDRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO BATISTENSE DE TRÂNSITO E DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12235 - ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUÍMICOS EM GERAL L						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE COR AMARELA CONFORME NORMAS ABNT NBR 11862:2012 - TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE DEMARCAÇÃO EM RODOVIAS E VIAS URBANAS. APRESENTANDO BOA HOMOGENEIZAÇÃO, FÁCIL APLICAÇÃO, SECAGEM RÁPIDA, BOA ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA A BRASÃO E A INTEMPÉRIES, BOA DURABILIDADE. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE SOLVENTES ORGÂNICOS, RESINA ACRÍLICA TERMOPLÁSTICA E CARGAS MINERAIS. DILUIÇÃO: ADICIONAR DE 10 A 15% DE SOLVENTE APROPRIADO. APLICAÇÃO: COM ROLO, PINCEL OU EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS. SECAGEM: LIBERAÇÃO DO TRÂNSITO EM 20 MINUTOS. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	ROSALEN	180,000	130,0000	23.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 77/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

Fornecedor: 12235 - ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE COR BRANCA CONFORME NORMAS ABNT NBR 11862:2012 - TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE DEMARCAÇÃO EM RODOVIAS E VIAS URBANAS. APRESENTANDO BOA HOMOGENEIZAÇÃO, FÁCIL APLICAÇÃO, SECAGEM RÁPIDA, BOA ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA A BRASÃO E A INTEMPÉRIES, BOA DURABILIDADE. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE SOLVENTES ORGÂNICOS, RESINA ACRÍLICA TERMOPLÁSTICA E CARGAS MINERAIS. DILUIÇÃO: ADICIONAR DE 10 A 15% DE SOLVENTE APROPRIADO. APLICAÇÃO: COM ROLO, PINCEL OU EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS. SECAGEM: LIBERAÇÃO DO TRANSITO EM 20 MINUTOS. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	ROSALEN	265,000	130,0000	34.450,00

Fornecedor: 17227 - A TOP SINALIZAÇÃO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MICROESFERA DE VIDRO RETRO REFLETIVA CONFORME NORMAS ABNT NBR 16184:2013. SACO DE 25KG.	SC	DROPON	150,000	118,5000	17.775,00
4	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE COR AZUL CONFORME NORMAS ABNT NBR 11862:2012 - TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE DEMARCAÇÃO EM RODOVIAS E VIAS URBANAS. APRESENTANDO BOA HOMOGENEIZAÇÃO, FÁCIL APLICAÇÃO, SECAGEM RÁPIDA, BOA ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA A BRASÃO E A INTEMPÉRIES, BOA DURABILIDADE. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE SOLVENTES ORGÂNICOS, RESINA ACRÍLICA TERMOPLÁSTICA E CARGAS MINERAIS. DILUIÇÃO: ADICIONAR DE 10 A 15% DE SOLVENTE APROPRIADO. APLICAÇÃO: COM ROLO, PINCEL OU EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS. SECAGEM: LIBERAÇÃO DO TRANSITO EM 20 MINUTOS. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	TOP SINALIZ/	10,000	158,0000	1.580,00
6	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE COR PRETA CONFORME NORMAS ABNT NBR 11862:2012 - TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE DEMARCAÇÃO EM RODOVIAS E VIAS URBANAS. APRESENTANDO BOA HOMOGENEIZAÇÃO, FÁCIL APLICAÇÃO, SECAGEM RÁPIDA, BOA ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA A BRASÃO E A INTEMPÉRIES, BOA DURABILIDADE. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE SOLVENTES ORGÂNICOS, RESINA ACRÍLICA TERMOPLÁSTICA E CARGAS MINERAIS. DILUIÇÃO: ADICIONAR DE 10 A 15% DE SOLVENTE APROPRIADO. APLICAÇÃO: COM ROLO, PINCEL OU EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS. SECAGEM: LIBERAÇÃO DO TRANSITO EM 20 MINUTOS. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	TOP SINALIZ/	10,000	149,0000	1.490,00
7	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE COR VERMELHA CONFORME NORMAS ABNT NBR 11862:2012 - TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE DEMARCAÇÃO EM RODOVIAS E VIAS URBANAS. APRESENTANDO BOA HOMOGENEIZAÇÃO, FÁCIL APLICAÇÃO, SECAGEM RÁPIDA, BOA ADERÊNCIA E FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA A BRASÃO E A INTEMPÉRIES, BOA DURABILIDADE. COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE SOLVENTES ORGÂNICOS, RESINA ACRÍLICA TERMOPLÁSTICA E CARGAS MINERAIS. DILUIÇÃO: ADICIONAR DE 10 A 15% DE SOLVENTE APROPRIADO. APLICAÇÃO: COM ROLO, PINCEL OU EQUIPAMENTOS MECÂNICOS APROPRIADOS. SECAGEM: LIBERAÇÃO DO TRANSITO EM 20 MINUTOS. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	TOP SINALIZ/	50,000	149,0000	7.450,00

Fornecedor: 17228 - VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	SOLVENTE (TOLUENO). SOLVENTE PARA DISSOLUÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, INCOLOR. GALÃO DE 18 LITROS.	GL	MANORT	100,000	99,0000	9.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 7/7
Processo N°.: 77/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 63/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 18 de Agosto de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

A TOP SINALIZAÇÃO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS L CNPJ: 02.845.538/0001-22 _____

ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUÍMICOS EM GERAL L CNPJ: 24.531.333/0001-05 _____

VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI CNPJ: 34.216.708/0001-04 _____

São João do Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2608922

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de São João do Oeste/SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 596 de 21 de maio de 2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e conforme Decreto Municipal nº 55, de 20 de maio de 2020 (que institui e regulamenta a realização de audiências públicas eletrônicas), faz saber a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de São João do Oeste realizará Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei das DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO para o Exercício de 2021, no seguinte local, data e horário:

- Local: Auditório do paço Municipal, situado à Rua Encantado, 66, Centro, cidade de São João do Oeste/SC, sem participação de público, sendo a participação possibilitada por videoconferência.
- Data: 31 de agosto de 2020 (segunda-feira)
- Horário: 14h00min.

* Será disponibilizado link para acesso à videoconferência, 10 minutos antes do início da mesma, na página inicial do município: www.saojoao.sc.gov.br

** A ferramenta adotada será o Jitsi Meet (gratuita) que pode ser acessada diretamente pelo browser ou por APP disponível para Android e iOS, permitindo, além do acompanhamento da apresentação da audiência, também a interação do cidadão com os agentes públicos.

*** Como forma de incentivo à participação popular, também será possível efetuar manifestações através dos seguintes meios eletrônicos, até 24 horas antes do início da audiência:

- I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no sítio eletrônico do município;
- II - Via Lei de Acesso à Informação - LAI - disponível no sítio eletrônico do município;
- III - Por e-mail oficial do Município (prefeitura@saojoao.sc.gov.br).

Diante do exposto, fica convocada a população em geral para participar dessa sessão virtual da Audiência Pública.

São João do Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2608919

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de São João do Oeste/SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 596 de 21 de maio de 2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e conforme Decreto Municipal nº 55, de 20 de maio de 2020 (que institui e regulamenta a realização de audiências públicas eletrônicas), faz saber a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de São João do Oeste realizará Audiência Pública visando acolher sugestões para a elaboração do Projeto de Lei do ORÇAMENTO ANUAL – LOA para o Exercício de 2021, no seguinte local, data e horário:

- Local: Auditório do paço Municipal, situado à Rua Encantado, 66, Centro, cidade de São João do Oeste/SC, sem participação de público, sendo a participação possibilitada por videoconferência.
- Data: 31 de agosto de 2020 (segunda-feira)
- Horário: 14h30min.

* Será disponibilizado link para acesso à videoconferência, 10 minutos antes do início da mesma, na página inicial do município: www.saojoao.sc.gov.br

** A ferramenta adotada será o Jitsi Meet (gratuita) que pode ser acessada diretamente pelo browser ou por APP disponível para Android e iOS, permitindo, além do acompanhamento da apresentação da audiência, também a interação do cidadão com os agentes públicos.

*** Como forma de incentivo à participação popular, também será possível efetuar manifestações através dos seguintes meios eletrônicos, até 24 horas antes do início da audiência:

- I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no sítio eletrônico do município;
- II - Via Lei de Acesso à Informação - LAI - disponível no sítio eletrônico do município;
- III - Por e-mail oficial do Município (prefeitura@saojoao.sc.gov.br).

Diante do exposto, fica convocada a população em geral para participar dessa sessão virtual da Audiência Pública.

São João do Oeste/SC, 10 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 108/2020

Publicação N° 2608972

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 108/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Inova Agrimensura, engenharia e Projetos Ambientais Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 69/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço técnico de topografia e geodesia para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 33.500,00

PRAZO: 18.08.2020 até 18.08.2021

São João do Oeste – 17 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 25/2020 E CONTRATO 18/2020

Publicação N° 2608511

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 25/2020 e CONTRATO 18/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 18/2020

OBJETO: "Contratação de serviços médicos e hospitalares (incluindo as instalações) para tratamento de pacientes suspeitos e ativos da doença viral Covid 19 a fim de atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 100.000,00

PRAZO: 13.08.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 17 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 7-2020_1º ADIT. ARP 14-2020_PREF

Publicação N° 2608268

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020/PREF

Objeto: Fica com base no pedido, o qual foi aprovado pelo setor responsável da secretaria municipal de educação, substituído as marcas dos itens 02 e 05 passando a vigorar a marca ALANO para o ITEM 10 e SANTO DIA para o ITEM 49.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: SUPERMERCADO CATARINENSE EIRELI.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

Processo Licitatório nº 09/2020 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 17 de agosto de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO 09-2020 - PP_SRP

Publicação N° 2608010

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020/SRP - Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e aquisição de medicamentos a serem utilizados no combate ao SARS-COV-2, conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, bem como, as demais condições, constantes do Edital e demais Anexos. Entrega Parcelada. Tipo de julgamento: menor preço por item. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 003, de 05 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990, Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e, demais legislações correlatas. Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h45 min do dia 26 de agosto de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 26 de agosto de 2020. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00min as 12h00min de segunda a sexta-feira ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou telefone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 17 de agosto de 2020 - Rejane Elíbio Borba - Secretária Municipal de Saúde.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 290/2020

Publicação Nº 2608745

DECRETO Nº 290/2020

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A
SENHORA CRISTIANI OLIVEIRA BORGES ARTISMO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora CRISTIANI OLIVEIRA BORGES ARTISMO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular do Desenvolvimento Agropecuário – CC-1, para o qual havia sido nomeada através do Decreto Nº 108/2018, de 21/03/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 443/2020

Publicação Nº 2608746

PORTARIANº 443/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com as normas Estaduais e Municipais e as recomendações do Ministério da Saúde que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao combate a pandemia; fica AFASTADA de suas atividades laborativas presenciais com manutenção de seus vencimentos, durante o período gestacional, conforme apresentação de Atestado médico, a servidora RENATA SOUZA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, matrícula nº 341, a contar do dia 05/08/2020, incluída no chamado GRUPO DE RISCO.

Parágrafo Único – A referida servidora poderá ser convocada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 444/2020

Publicação Nº 2608747

PORTARIANº 444/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com as normas Estaduais e Municipais e as recomendações do Ministério da Saúde que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao combate a pandemia; fica AFASTADA de suas atividades laborativas presenciais com manutenção de seus vencimentos, por tempo indeterminado, conforme apresentação de Atestado médico, a servidora MARIA BENTA CUSTODIO VELHO, ocupante do cargo de

Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 2819, a contar do dia 30/07/2020, incluída no chamado GRUPO DE RISCO.

Parágrafo Único – A referida servidora poderá ser convocada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de julho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 445/2020

Publicação N° 2608754

PORTARIANº 445/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com as normas Estaduais e Municipais e as recomendações do Ministério da Saúde que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao combate a pandemia; fica AFASTADA de suas atividades laborativas presenciais, devendo ficar em home office, com manutenção de seus vencimentos, por tempo indeterminado, conforme apresentação de Atestado médico, a servidora RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, matrícula nº 2833, a contar do dia 07/08/2020, incluída no chamado GRUPO DE RISCO.

Parágrafo Único – A referida servidora poderá ser convocada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 07 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 446/2020

Publicação N° 2608755

PORTARIANº 446/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora IARA APARECIDA DE SOUZA HUGEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 15/08/2020 à 13/09/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 447/2020

Publicação N° 2608758

PORTARIANº 447/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora ANA CLAUDIA DE LIMA, ocupante da função de Técnica em Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Central, com 40 horas semanais, para a qual havia sido Designada através da Portaria N° 440/2020, de 14/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°219/2020

Publicação N° 2609056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 219/2020 – PE 058/2020 – Processo 233/2020 – Proc. Adm. 3447/2020 – Fornecedor: GOEDERT LTDA. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19". Valor da ATA: R\$ 13.843,00 (treze mil e oitocentos e quarenta e três reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°220/2020

Publicação N° 2609065

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 220/2020 – PE 058/2020 – Processo 233/2020 – Proc. Adm. 3447/2020 – Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19". Valor da ATA: R\$ 79.816,50 (setenta e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°221/2020

Publicação N° 2609069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 221/2020 – PE 058/2020 – Processo 233/2020 – Proc. Adm. 3447/2020 – Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19". Valor da ATA: R\$ 14.203,07 (quatorze mil, duzentos e três reais e sete centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°222/2020

Publicação N° 2609074

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 222/2020 – PE 058/2020 – Processo 233/2020 – Proc. Adm. 3447/2020 – Fornecedor: R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19". Valor da ATA: R\$ 603.450,00 (seiscentos e três mil e quatrocentos e cinquenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020

DECRETO Nº 13624/2020

Publicação Nº 2609278

DECRETO Nº 13624/2020
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Juliana Arruda Chaves	Professor-H	03/08/2020

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/08/2020.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 13633/2020

Publicação Nº 2608654

DECRETO Nº 13633/2020
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Editais nº 003/2020/FUNDESJ/USJ – Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º - Fica admitido o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação (Semanal)	Data Admissão
I	MARCELO EYNG	Professor de Ensino Superior Substituto – Disciplina: Segurança da Informação – Graduação na área de Tecnologia da Informação, com pós-graduação em Segurança da Informação ou área correlata – 1º colocado.	05h	06/08/2020

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de agosto de 2020.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA SA 0283/2020

Publicação Nº 2608281

PORTARIA ADM Nº 283/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4907/2020;
Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.
Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) RODRIGO GANEM FORTUNATO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4907/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0284/2020

Publicação Nº 2608284

PORTARIA ADM Nº 284/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4952/2020;

Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.

Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) TULIO MARCIO MACIEL do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4952/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0285/2020

Publicação Nº 2608286

PORTARIA ADM Nº 285/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4893/2020;
Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.
Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4893/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0286/2020

Publicação Nº 2608288

PORTARIA ADM Nº 286/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4958/2020;

Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.

Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) ROSANA MACHADO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4958/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0287/2020

Publicação Nº 2608632

PORTARIA ADM Nº 287/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4808/2020;
Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.
Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) FABRICIA MARTINS SILVA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4808/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0288/2020

Publicação Nº 2608633

PORTARIA ADM Nº 288/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4972/2020;

Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.

Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) RAQUEL RONISE ALVES do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4972/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0289/2020

Publicação Nº 2608634

PORTARIA ADM Nº 289/2020

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992. NOVOS PRAZOS ELEITORAIS. EC nº 107/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,

Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 4999/2020;
Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2020 de acordo com a EC nº 107/2020.
Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o (a) servidor (a) JUCILDA SANTOS do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 15 de Agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, em conformidade com a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e PEC nº 18/2020 (mudanças prazos eleitorais) e de 16 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, consoante §2º, do artigo 124, da Lei Municipal nº 2248/1991 alterada pela Lei nº 5218/2012.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 4999/2020, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Agosto de 2020.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 14 de Agosto 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SMS/PMSJ Nº 24/2020

Publicação Nº 2608964

PORTARIA SMS/PMSJ nº 024, de 14 de JULHO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidora, Geovana Stedile matrícula nº 21515, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n.º 219 a 222/2020 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 058/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora Sr.ª Mariliz B. Diener nº 260053, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 190/2019

Publicação Nº 2607877

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 190/2019 – Processo nº 681/2019 – Proc. Adm. 12199/2019 Fornecedor: NEO TAGUS INDUSTRIAL LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO TIPO REP (REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO), CONFORME PORTARIA Nº 373/11 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, COM LEITOR BIOMÉTRICO, INCLUINDO MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO, PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 282.499,92 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Vera Suely de Andrade – Secretária de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL**PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2020**

Publicação Nº 2608756

PEDIDO DE ORÇAMENTO – Processo Administrativo nº 130/2020

A Câmara Municipal de São José, inscrita no CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede na Praça Arnaldo de Souza, 38, Centro, São José – SC, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de adquirir serviços de chaveiro e confecção de carimbos, estará recebendo orçamentos até o dia 28/08/2020. A especificação dos serviços a serem contratados segue abaixo:

CARIMBOS

CARIMBO COMPLETO			
ITEM	MODELO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	Máx. 25x10mm	10	
2	Máx. 38x14mm	10	
3	Máx. 59x23mm	10	
4	Máx. 60x40mm	10	
5	Máx. 70x37mm	10	
6	Máx. 30x30mm	10	

BORRACHA			
ITEM	MODELO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	Máx. 25x10mm	10	
2	Máx. 38x14mm	10	
3	Máx. 59x23mm	10	
4	Máx. 60x40mm	10	
5	Máx. 70x37mm	10	
6	Máx. 30x30mm	10	

TINTA PARA CARIMBO		QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	COR PRETA	10	

REFIL DO CARIMBO			
ITEM	MODELO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	Máx. 25x10mm	10	1
2	Máx. 38x14mm	10	2
3	Máx. 59x23mm	10	3
4	Máx. 60x40mm	10	4
5	Máx. 70x37mm	10	5
6	Máx. 30x30mm	10	6

CHAVES	

CÓPIA DE CHAVE			
ITEM	MODELO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	Yale	100	
2	Gorje	20	
3	Yale a partir do tambor	20	
4	Gorje a partir do tambor	10	

CADEADO DE LATÃO			
ITEM	MODELO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	20mm	3	
2	30mm	3	
3	40mm	3	
4	50mm	3	

SERVIÇO DE CHAVEIRO			
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE PREVISTA	VALOR UNITÁRIO
1	Quebra de chave	10	
2	Abertura de fechadura comum (Yale e Gorje)	10	
3	Conserto de fechadura comum (Yale e Gorje)	20	
4	Troca de miolo / cilindro em fechadura comum (Yale e Gorje)	20	
5	Troca de segredo em fechadura comum (Yale e Gorje)	20	
6	Troca de fechadura (sem fornecimento da fechadura)	10	

Os orçamentos poderão ser encaminhados através do endereço eletrônico compras@cmsj.sc.gov.br. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail citado ou através do telefone (48) 3029-1301.

PORTARIA Nº 140/2020

Publicação Nº 2609015

PORTARIA Nº 140/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Jurani Acélio Miranda, matrícula 1475, do cargo em comissão de Assessor da Presidência – DAS-3, a contar de 17 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 141/2020

Publicação Nº 2609023

PORTARIA Nº 141/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Jurani Acélio Miranda para o cargo em comissão de Assessor de Cerimonial – DAS-3, a contar de 17 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 142/2020

Publicação Nº 2609024

PORTARIA Nº 142/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a servidora Renata Emília Cardoso, matrícula nº 1355, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar CCV-2, vinculado ao gabinete do Vereador Nardi Francisco de Sousa Arruda, a contar de 17 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 143/2020

Publicação Nº 2609025

PORTARIA Nº 143/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Leandro Agostinho Vidal, matrícula nº 1327, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Nardi Francisco de Sousa Arruda, a contar de 17 de agosto de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 144/2020

Publicação Nº 2609031

PORTARIA Nº 144/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a senhora Renata Emília Cardoso para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Nardi Francisco de Sousa Arruda.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 145/2020

Publicação Nº 2609032

PORTARIA Nº 145/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Leandro Agostinho Vidal para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Nardi Francisco de Sousa Arruda.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 146/2020

Publicação Nº 2609033

PORTARIA Nº 146/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor João José dos Santos para o cargo em comissão de Assessor da Presidência - DAS-3.

Câmara Municipal de São José, SC, 17 de agosto de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6797/2020

Publicação Nº 2608930

DECRETO Nº 6.797, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e as Leis Municipais nº. 1750/1991, de 10 de julho de 1991 e nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010, ficando assim constituído:

I – Como representantes de entidades dos usuários do Sistema Único de Saúde, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Associação Beneficente Educacional, Social e Cultura Betânia

Titular: Elaine Rodrigues Moretti Vogt

Suplente: Fabio Machado Sant`Anna

b) Pastoral da Criança

Titular: Ivone Gräf

Suplente: Zelinda Pecin

c) LIONS Clube Renascer

Titular: Ivandra Simone Dellavechia Cazzoli

Suplente: Mayara Buratti

d) ACISC/CDL

Titular: Emanuelli Linck Ferrari

Suplente: Susana Maria Boldrin

e) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro e Região – SINDI SJCR

Titular: Jacinta Sehn Hanzen

Suplente: Luciani Kipper

f) Grupos da Terceira Idade

Titular: Alice Schein

Suplente: Dileta Ubert dos Santos

II – Como representantes dos Trabalhadores de Saúde Municipal, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Trabalhadores da Atenção Primária

Titular: Jociele Cristina Delazere

Suplente: Jucilene Gonçalves da Silva

b) Vigilâncias em Saúde

Titular: Fabiane Maria da Rocha Smaniotto

Suplente: Valmir Ziglioli

III – Como representantes dos prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde – SUS, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Associação Beneficente Hospitalar de Cedro e Laboratórios Terceirizados

Titular: Mônica Canton de Toledo

Suplente: Renato Mocelini

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Roseli Angelina Picininn

Suplente: Cristiane Luvizon Hendges

IV – Como representantes do Poder Executivo Municipal, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Idene Pauli

Suplente: Juceli Soldá Franco

b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Mauro Weber

Suplente: Marisete Balbinot

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.720, de 01 de abril de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.15/2020

Publicação Nº 2608715

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC

SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2020 – Registro de Preço

O Serviço Municipal de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº15/2020, Edital de Pregão Nº15/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES QUÍMICOS PARA USO NO LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA. Recebimento, abertura e julgamento às 9:00 horas do dia 31/08/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2020 - SRP - PR N° 022/2020 - FMS

Publicação N° 2609124

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/08/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE RADIOLOGIA (RADIOGRAFIAS) PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA 24H) DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 17 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA N° 894 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2607963

PORTARIA N° 894 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal n° 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 01/2020, homologado pelo Decreto n° 6.589, de 30 de janeiro de 2020, CONSIDERANDO, que a professora efetiva Sonia Pires Seither está em licença para concorrer a cargo eletivo;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 18 de agosto a 15 de novembro de 2020, a Senhora MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na disciplina de Português nos Anos Finais do Ensino Fundamental, carga horária de 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei n° 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 895, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608503

PORTARIA Nº 895, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007;
CONSIDERANDO, o Memorando nº 4.462/2020 do Sistema 1Doc;
CONSIDERANDO, a licença para concorrer a cargo eletivo da professora Sonia Pires Seither;

RESOLVE:

Art.1º Alterar temporariamente, a partir de 18 de agosto a 15 de novembro de 2020, a carga horária do servidor público municipal LUIS HERNAN GONZALES MORALES, matrícula 3111/07 ocupante do cargo de Professor Habilitado - ACT, de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino, para atuar na EBM Irmã Neusa.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 170/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2607992

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 170/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: ALEX ANDERSON GOULART
Valor : R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)
Vigência : Início: 14/08/2020 Término: 14/08/2021
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA UTILIZAÇÃO DE DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO JULHO 2020

Publicação Nº 2608474

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Julho
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	323.470,41
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	323.470,41
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301.352,58
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.117,83
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	459.333,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	459.333,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	70.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	737.239,56	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	682.178,46
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.220,22	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.220,22
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	69.134,78	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	48.610,99
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	325.902,41	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	338.795,20
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.186,95	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.186,95
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	338.795,20	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	291.365,10
SALDOS ANTERIORES	122.609,59	SALDOS ATUAIS	243.533,61
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	122.609,59	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	243.533,61
TOTAL	1.319.182,48	TOTAL	1.319.182,48

SAO MIGUEL DO OESTE, 12/08/2020

Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Eliane Alice Kuhn
Contadora CRC/SC 043040/O-1



São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 105/2020

Publicação Nº 2608015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 105/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1.964,01 (Hum mil, novecentos e sessenta e quatro reais e um centavo) por conta do Excesso de Arrecadação recursos - Royalties na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.058 – Func. e Manutenção da
Farmácia Básica R\$ 1.964,01
3.3.90.00.00.00.00.01.0793.0041 – Aplicações Diretas R\$ 1.964,01

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0102/2020

Publicação Nº 2608093

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO nº 0102/2020

DESVINCULA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 45, inciso IV, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desvinculados ao decreto 0102/2020 os seguintes integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

§ 1º - Representantes do Poder Público:

I - Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Maricélia Lohn da Silva
Suplente: Ariane Hames

II - Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Suplente: Rainildes Pitz Junckes

III- Secretaria Municipal de Saúde

Suplente- Tatiana Cordeiro da Silva

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 342/2020

Publicação Nº 2608021

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 342/2020

Nomeia ROSEMARI REITZ FRANCENER para o cargo em Comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear ROSEMARI REITZ FRANCENER para o cargo em Comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 343/2020

Publicação Nº 2608839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 343/2020

Concede férias a servidora MARCIA JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARCIA JUNCKES, ocupante do cargo de Telefonista, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/08/2020 a

16/09/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 344/2020

Publicação N° 2608840

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 344/2020

Concede licença para tratamento de saúde a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES, ocupante do cargo de Assessora Adjunta de Gabinete.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES, pelo período de 14 (quatorze) dias a contar da data de 14/08/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14/08/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

TERMO DE POSSE DA SRA. ROSEMARI REITZ FRANCENER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Publicação N° 2608019

TERMO DE POSSE DA SRA. ROSEMARI REITZ FRANCENER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. ROSEMARI REITZ FRANCENER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de São Pedro de Alcântara/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ROSEMARI REITZ FRANCENER
Prefeito Municipal Empossada

Saudades

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N. 2.353, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608177

LEI ORDINÁRIA N. 2.353, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CORRIGE DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.348 DE 30 DE JUNHO DE 2020, POR FORÇA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 173/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º O art. 1º e os §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 2.348 de 30 de junho de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de Saudades, é fixado nos mesmos valores praticados no período de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020 com suas revisões.

§ 1º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal do Prefeito.

§ 2º Até o dia 20 de dezembro de cada ano, os Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal, conforme vigente.

§ 3º As férias do Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I – poderão ser gozadas em até dois períodos, que somados cheguem a 30 dias, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II - serão remuneradas com adicional de um terço apenas aos Secretários Municipais, conforme vigente, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III - as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, se não forem gozadas serão indenizadas.

Art. 2º Fica revogado o Parágrafo único do art. 2º da Lei nº 2.348 de 30 de junho de 2020.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições da Lei nº 2.348 de 30 de junho de 2020.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Saudades, SC, em 11 de Agosto de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM
Secretário de Administração e Fazenda

LEI ORDINÁRIA N. 2.354, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608175

LEI ORDINÁRIA N. 2.354, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CORRIGE DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.349 DE 30 DE JUNHO DE 2020, POR FORÇA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 173/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. O caput do art. 1º da Lei nº 2.349 de 30 de junho de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Saudades/SC, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado nos mesmos valores praticados no período de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020 com suas revisões.

...

§ 2º Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência terá seu subsídio mensal fixado nos mesmos valores praticados no período de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020 com suas revisões.

Art. 2º. Fica revogado o § 1º do art. 2º da Lei nº 2.349 de 30 de junho de 2020.

Art. 3º. Ficam inalteradas as demais disposições da Lei nº 2.349 de 30 de junho de 2020.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Saudades/SC, em 11 de Agosto de 2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM
Secretário de Administração e Fazenda

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020-FMS

Publicação Nº 2608591

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020-FMS

PROCESSO Nº. 54/2020-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atender a demanda da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de setembro de 2020 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 04 de setembro de 2020 às 09h

Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretaria de Saúde sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 7.338/2018, de 30 de janeiro de 2018.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FMS

Publicação Nº 2608407

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 55/2020-FMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para construção da Unidade Básica de Saúde Tomaselli, com área total de 211,19m², localizada na Gustavo Streit, Bairro Tomaselli neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de setembro de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 02 de setembro de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 17 de agosto de 2020.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020 – PMS

Publicação Nº 2608528

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 147/2020-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Itoupava, Trecho 01, Est. OPP à Est. 11 + 7,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 227,00m e área total

de 2330,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, através do Convênio 2020TR0001065 Processo SGPE nº. SCC 2314/2020 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.482/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de setembro de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 03 de setembro de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 18 de agosto de 2020.

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.406/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609373

PORTARIA Nº 8.406/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da Rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2019-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.816/2019, de 31/07/2019, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Beatriz Eduarda Lindner Lange para exercer o cargo de Professora B, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 17 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 14_2020-FMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2607935

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 38/2020 Data do Processo: 07/07/2020

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 24/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas F CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E- "A etapa de lances e habilitação será marcada após parecer técnico da Secretaria de Saúde, conforme Portaria nº. 7.338/2018, de 30 de janeiro de 2018", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.9, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.9 - Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos: 6.1.9.1 - Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício. 6.1.9.2 - Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere. 6.1.9.3 - Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere. 6.1.9.4 - Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, válida conforme legislação vigente. Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 07/07/2020 Data do Processo:
		Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 24/2020 (Sequência: 1)

Schroeder, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

- | | |
|------------------------------------|---------------------------|
| Daniela Samulescki | - - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - - Equipe de Apoio |
| Natascha Luize Kopper Strelow | - - Equipe de Apoio |
| Rafaela Susan Kienen | - - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| EDMAR DE ARAUJO MEDEIROS | - - Representante |
| MARINA LUCCA BORELA | - - Representante |
| ANTONI SINHORIN DE SOUZA | - - Representante |
| FABIO EMANUEL REBONATTO | - - Representante |

DECRETO Nº 5.237/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609374

DECRETO Nº 5.237/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.238/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609376

DECRETO Nº 5.238/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 377.410,00 (trezentos e setenta e sete mil quatrocentos e dez reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.302.0013.2.053 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0153 - Subvencoes Sociais R\$ 377.410,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

QUADRO COMPARATIVO PR 14/2020-FMS

Publicação Nº 2607936

Página: 177

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 38/2020 **Processo Administrativo:** **Total dos Itens Vencedores:** 0,00
Licitação.....: 14/2020 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 20148 - DIOVAN HCT 160/25MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 026.14. - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		350,000	0,0000	2,2900	801,50	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NOVARTIS	350,000	0,0000	2,6440	925,40	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NOVARTIS	350,000	0,0000	3,2500	1.137,50	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	NOVARTIS	350,000	0,0000	3,6800	1.288,00	Indefinido	0
Item.....: 2 - 20149 - CELEBRA 200MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 026.13.001215 - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	PFIZER	360,000	0,0000	4,5900	1.652,40	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	EUROFARMA	360,000	0,0000	4,8400	1.742,40	Indefinido	0
Item.....: 3 - 20150 - ROSUVASTATINA 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44. - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	E.M.S	360,000	0,0000	0,4100	147,60	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	EMS	360,000	0,0000	0,5100	183,60	Indefinido	0
Item.....: 4 - 18707 - ROSUVASTATINA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0301638-15 - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	E.M.S	360,000	0,0000	0,4500	162,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	GERMED	360,000	0,0000	0,6500	234,00	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 38/2020 Processo Administrativo: 0,00
 Licitação.....: 14/2020 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 20151 - ROSUVASTATINA 20MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 5000330-24 - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		720,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		720,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	GERMED	720,000	0,0000	0,7900	568,80	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	GERMED	720,000	0,0000	0,8900	640,80	Indefinido	0
Item.....: 6 - 20077 - XARELTO 15MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 0000284-28.2016. - Unidade: COMP								
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		500,000	0,0000	5,9400	2.970,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	BAYER	500,000	0,0000	7,6400	3.820,00	Indefinido	0
Item.....: 7 - 20152 - XARELTO 20MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 5000330-24.2019. - Unidade: COMP								
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		500,000	0,0000	5,9400	2.970,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	BAYER	500,000	0,0000	7,6400	3.820,00	Indefinido	0
Item.....: 8 - 20153 - ARISTAB 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674- - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	ACHE	510,000	0,0000	4,5900	2.340,90	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/7

Processo / Ano: 38/2020
 Licitação.....: 14/2020 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 9	- 20154 - ARISTAB 15MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674-29.2015. - Unidade: COMP							
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	ACHE	510,000	0,0000	7,2200	3.682,20	Indefinido	0
Item.....: 10	- 18802 - INVOKANA 300MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900333-44.201 - Unidade: COMP							
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		360,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	JANSSEN	360,000	0,0000	5,7700	2.077,20	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	JJ	360,000	0,0000	6,3900	2.300,40	Indefinido	0
Item.....: 11	- 20155 - RITALINA LA 40MG CAIXA COM 30 CAPSULA (ACIP 5000500-50.2011. - Unidade: CAPS							
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		480,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		480,000	0,0000	6,0600	2.908,80	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NOVARTIS	480,000	0,0000	6,0700	2.913,60	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	NOVARTIS	480,000	0,0000	8,4500	4.056,00	Indefinido	0
Item.....: 12	- 20156 - IMUNOGLOBULINA HUMANA 5MG - 100ML.... (ACIP) - Unidade: FR							
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 38/2020 Processo Administrativo: 0,00
 Licitação.....: 14/2020 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 20078 - CLORIDRATO DE TRAZODONA - DONAREN 150MG COMPRIMIDOS (ACIP 02 - Unidade: COMP

6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	APSEN	500,000	0,0000	3,8500	1,925,00	Indefinido	0

Item.....: 14 - 20157 - JANUVIA 100MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44.2019 - Unidade: COMP

6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	MERCK	1,000,000	0,0000	7,2800	7,280,00	Indefinido	0

Item.....: 15 - 20158 - OSTEONUTRI 600MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44.2 - Unidade: COMP

6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		510,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0

Item.....: 16 - 20159 - NESINA PIO 25+30MG CAIXA COM (ACIP) - Unidade: COMP

6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	TAKEDA	500,000	0,0000	4,0600	2,030,00	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 38/2020 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 14/2020 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 20160 - KEPRA 250MG CAIXA COM(ACIP) - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		210,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		210,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		210,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	UCB	210,000	0,0000	1,8600	390,60	Indefinido	0
Item.....: 18 - 20161 - PAZOPANIBE 400MG CAIXA COM(ACIP) - Unidade: COMP								
12839	A G KIENEN & CIA LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		500,000	0,0000	140,3900	70.195,00	Indefinido	0
Item.....: 19 - 20162 - LIRAGLUTIDA 6MG CAIXA COM(ACIP) - Unidade: CX								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		36,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		36,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	NOVO NORDISK	36,000	0,0000	226,5000	8.154,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NOVO NORDISK	36,000	0,0000	231,0000	8.316,00	Indefinido	0
Item.....: 20 - 20164 - INVEGA 6mg (PALIPERIDONA) - Unidade: COMP								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		336,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		336,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		336,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	JANSSEN	336,000	0,0000	23,0500	7.744,80	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/7

Processo / Ano: 38/2020 Processo Administrativo: 0,00
 Licitação.....: 14/2020 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21 - 20165 - MABTHERA 100mg (RITUXIMABE) - Unidade: FR								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	1.128,7440	11.287,44	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	1.646,3500	16.463,50	Indefinido	0
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	3.890,0000	38.900,00	Indefinido	0
Item.....: 22 - 20166 - MABTHERA 500mg (RITUXIMABE) - Unidade: FR								
6426	GENESIO A MENDES & CIA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Indefinido	0
14464	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	5.635,1970	56.351,97	Indefinido	0
14179	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	8.222,0000	82.220,00	Indefinido	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 38/2020

Licitação.....: 14/2020 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Processo Administrativo: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22	- 20166 - MABTHERA 500mg (RITUXIMABE) - Unidade: FR							
12839	A G KIENEN & CIA LTDA	ROCHE	10,000	0,0000	9.740,0000	97.400,00	Indefinido	0

Schroeder, Em	
Daniela Samulescki -	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza -	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna -	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo -	- Equipe de Apoio
Natascha Luíze Kopper Strelow -	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen -	- Equipe de Apoio

Seara**PREFEITURA****2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020**

Publicação Nº 2608139

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 270/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2019

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 002/2020

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ nº. 04.406.660/0001-28, estabelecida na av. Nereu Ramos, nº 3023 E, bairro Líder, Chapecó, SC, neste ato representada pela sua sócia, Sra. Jusara Maria Maragno, brasileira, divorciada, advogada, RG nº 2.032.034-SESPDC/SC, CPF nº 732.641.309-63, residente e domiciliada na rua Amazonas, nº 310-E, bairro Esplanada, Chapecó, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria da Cidade, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada dos seguintes itens:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	R\$ Unitário	Preço Total Aditivado
3	433409663	CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA ASFALTO) APLICADO COM VIBROACABADORA OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE QUE POSSA ATENDER AS NECESSIDADES DA OBRA E ROLO COMPACTADOR TANDEM. VALOR COM FRETE E APLICAÇÃO.	Ton	1.000,00	250,00	452,90	113.225,00
4	433405649	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR2-C COM APLICAÇÃO	m²	9.000,00	2.250,00	4,20	9.450,00
TOTAL R\$							122.675,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 122.675,00.

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 13/08/2020.

Edemilson Canale Jusara Maria Maragno
Município de Seara Terramax Construções e Obras Ltda
Contratante Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 068/2020-- PL 130/2020 – FILTROSUL

Publicação Nº 2608130

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 046/2020

Pregão Presencial nº 068/2020

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Filtrosul Comércio de Filtros e Peças Ltda, CNPJ nº 01.031.105/0001-70, estabelecida na av. Dom Pedro II, nº. 613,

bairro Coral, Lages, SC, neste ato representada pelo Sr. Gilson Decoreggio Jeremias, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 3.917.770, CPF nº. 707.754.789-20, residente e domiciliado na rua Fagundes Varela, nº. 81, bairro Caravágio, Lages, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 068/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de filtros de ar, combustível, hidráulico, lubrificante e de transmissão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 34.014,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 17/08/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 16/08/2021.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 068/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 17/08/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Gilson Decoreggio Jeremias
Filtrosul Comércio de Filtros e Peças Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 068/2020-- PL 130/2020 – MGS

Publicação Nº 2608133

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 046/2020
Pregão Presencial nº 068/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa MGS Comércio de Peças Ltda - Me, CNPJ n.º 27.720.223/0001-80, estabelecida na rua Alameda Aristiliano Ramos, n.º. 1755, Jardim América, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Marcos Aurélio Eger, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.741.346 SSP/SC, CPF nº. 031.386.729-14, residente e domiciliado na rua Hugo Haveroth, nº 361, Boa Vista, Ituporanga, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 068/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de filtros de ar, combustível, hidráulico, lubrificante e de transmissão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 15.510,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 17/08/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 16/08/2021.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 068/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 17/08/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Marcos Aurélio Eger
MGS Comércio de Peças Ltda - Me
Contratada

DECRETO N° 1975

Publicação N° 2609152

DECRETO N° 1975, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2017.00003092-7 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00003092-7.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Claisnei André Vani (matrícula 214603), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1975, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II
DOS INTERESSADOS

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1976

Publicação N° 2609155

DECRETO N° 1976, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2017.00003095-0 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00003095-0.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Claisnei André Vani (matrícula 214603), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1976, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II**DOS INTERESSADOS**

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1977

Publicação Nº 2609158

DECRETO Nº 1977, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2017.00003093-8 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00003093-8.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Claisnei André Vani (matrícula 214603), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 1977, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II
DOS INTERESSADOS

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1978

Publicação N° 2609160

DECRETO N° 1978, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2017.00003097-1 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00003097-1.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Claisnei André Vani (matrícula 214603), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1978, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II**DOS INTERESSADOS**

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1979

Publicação N° 2609163

DECRETO N° 1979, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2018.00001613-0 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001613-0.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Luciane Carine Theobald (matrícula 259701), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1979, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II**DOS INTERESSADOS**

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1980

Publicação N° 2609166

DECRETO N° 1980, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2018.00001615-1 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001615-1.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Luciane Carine Theobald (matrícula 259701), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1980, de 17 de Agosto de 2020.

CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II
DOS INTERESSADOS

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1981

Publicação N° 2609169

DECRETO N° 1981, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2018.00001612-9 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001612-9.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Luciane Carine Theobald (matrícula 259701), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1981, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II**DOS INTERESSADOS**

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo. Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1982

Publicação N° 2609172

DECRETO N° 1982, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2018.00001616-2 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001616-2.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Luciane Carine Theobald (matrícula 259701), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1982, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- II - identificação do interessado ou de quem o represente;
- III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II
DOS INTERESSADOS

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;
- II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1983

Publicação N° 2609175

DECRETO N° 1983, de 17 de agosto de 2020.

Determina instauração de processo administrativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a tramitação do Inquérito Civil nº 06.2018.00001611-8 na Promotoria de Justiça da comarca de Seara, para apurar possível descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal;

CONSIDERANDO a determinação do Ministério Público Estadual para que o Município de Seara quantifique eventual dano ao erário em razão do descumprimento da jornada de trabalho por servidor público municipal, através da apresentação de cálculo detalhado em forma de planilha, com indicação minuciosa dos dados a serem considerados;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de processo administrativo para dar cumprimento à solicitação do Ministério Público Estadual da Comarca de Seara/SC no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001611-8.

Art. 2º Define a autoridade competente como o(a) Secretário(a) Municipal da Saúde e a autoridade superior como o Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Para condução do Processo Administrativo, ficam nomeados os servidores públicos municipais Luciane Carine Theobald (matrícula 259701), Taís Cristina Dreon (matrícula 252001) e Jaqueline Ribeiros (matrícula 268501), quais ficam legitimados a exercer os atos necessários ao desenvolvimento do processo.

Art. 4º O procedimento a ser observado é aquele constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração
ANEXO ÚNICO
DECRETO N° 1983, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO I**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 1º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 2º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 3º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

CAPÍTULO II**DOS INTERESSADOS**

Art. 4º São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

CAPÍTULO III**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 5º Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável ou secretário designado.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 6º Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 7º Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de

realização.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Art. 8º Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação válida, nos termos do art. 11, §2º, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o início ou vencimento caírem em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

Art. 9º Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 10 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 11 O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por correio eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 3º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação de edital.

§ 4º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 12 O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa e contraditório ao interessado.

Art. 13 Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções, sujeições, cumprimento de obrigações ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 14 O Processo Administrativo respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos princípios constitucionais e se desenvolverá nas seguintes fases: fase inicial, fase instrutória, fase de julgamento e fase recursal.

Seção I

Fase inicial

Art. 15 Ao interessado será dada ciência da instauração do Processo Administrativo, bem como será intimado para, no prazo de 10(dez) dias, contados da ciência da intimação, apresentar manifestação por escrito, podendo juntar documentação que entender pertinente e, querendo, desde já indicar a pretensão na produção de outras provas.

§1º O interessado tem direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§2º Em caso de requerimento de cópia ou digitalização dos autos, as mesmas correrão às expensas do interessado, mediante acompanhamento do ato por servidor público, ou por pessoa por ele autorizado.

Art. 16 A não apresentação de manifestação no prazo assinalado não importa em reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo interessado.

Art. 17 O processo tramitará regularmente, com ou sem a manifestação do interessado, sendo-lhe garantido o direito a ampla defesa a qualquer tempo, podendo ingressar no processo no estado em que se encontra.

Seção II

Fase instrutória

Art. 18 As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 19 Se ainda não o tiver feito, o interessado será intimado para, no prazo de 10(dez) dias indicar as provas que pretende produzir, destinadas a averiguar e comprovar o que fora alegado, justificando os fatos que se pretende provar e o meio probatório almejado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para realizar as diligências que entender adequada e conveniente.

§1º Em caso de prova testemunhal, que não se trate de servidor, cabe ao acusado informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada ou trazê-la independentemente da intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§2º Os depoimentos poderão ser registrados por gravação audiovisual, destinada única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada sua utilização ou divulgação por qualquer meio, punida na forma da lei.

§3º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 20 Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá a comissão, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se

eximindo de proferir a decisão.

Art. 21 Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de 10(dez) dias, acerca do apurado no Processo Administrativo, qual tramitará regularmente, após o término do prazo, com ou sem a manifestação.

Seção III

Fase de julgamento

Art. 23 No prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da conclusão dos autos, a autoridade competente emitirá decisão de julgamento de forma motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 24 O interessado será intimado da decisão e cientificado do prazo para interposição de recurso.

Seção IV

Fase recursal

Art. 25 Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Art. 26 Salvo disposição legal específica, é de 10(dez) dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

Art. 27 O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não sendo mais permitida a juntada de documentos, salvo em caso de fatos novos, ocasião em que se dará vistas aos demais interessados em caso de pluralidade.

Art. 28 Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 29 Interposto o recurso, a autoridade competente, para dele conhecer, deverá intimar os demais interessados, havendo pluralidade, para que, no prazo de 10(dez) dias, apresentem contrarrazões.

Art. 30 O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após esaurida a esfera administrativa.

Art. 31 A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo recursal.

§1º Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

§2º Não havendo modificação do julgado, o recurso será remetido à autoridade superior para apreciação e julgamento final.

Art. 32 A autoridade superior proferirá a decisão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Art. 33 O interessado será intimado da decisão final, a qual será definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA DECISÃO

Art. 34 Havendo necessidade de apuração de valores, após o julgamento da decisão final, instaurar-se-á processo administrativo de liquidação de decisão, qual tramitará apenso ao originário.

Art. 35 A autoridade competente determinará a realização de perícia técnica, nomeando para tanto, profissional competente para o ato.

Art. 36 Nomeado o perito, as partes serão intimadas da realização da perícia técnica e da apresentação do laudo.

Art. 37 O interessado será intimado para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias manifestar-se acerca do parecer técnico, podendo oferecer contraprova.

Art. 38 Apresentada a manifestação, esta será remetida ao perito oficial para análise e manifestação, no prazo de 15(quinze) dias.

Art. 39 Feitas as considerações, a autoridade competente decidirá, no prazo de 15(quinze) dias, pela homologação do parecer técnico ou determinará diligências, da qual será o interessado intimado.

Art. 40 Da decisão que homologa o parecer técnico não cabe recurso.

Art. 41 Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a decisão que a julgou.

CAPÍTULO VIII

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 42 A administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 44 Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Seara/SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 068/2020-- PL 130/2020 – FILTROSUL

Publicação N° 2608134

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 130/2020 Licitação: 68/2020 - PR Fornecedor: 11143 - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA Data de Homologação: 17/08/2020									
1	433405948	FILTRO COMBUSTÍVEL FCD 2661	TECFIL	UN	10,000	0,0000	49,0000	490,00	Venceu
2	433405930	FILTRO DE AR CONDICIONADO ACP 603	TECFIL	UN	10,000	0,0000	12,9000	129,00	Venceu
3	433412178	FILTRO DE AR CONDICIONADO PA 3829	TECFIL	UN	10,000	0,0000	98,0000	980,00	Venceu
4	433412179	FILTRO DE AR EXTERNO ARS 8889	TECFIL	UN	10,000	0,0000	53,0000	530,00	Venceu
5	433412180	FILTRO DE AR EXTERNO UA 1575P	TECFIL	UN	10,000	0,0000	330,0000	3.300,00	Venceu
6	433406199	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 385	TECFIL	UN	10,000	0,0000	69,0000	690,00	Venceu
7	333400575	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 739	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	298,0000	2.980,00	Venceu
8	433412181	FILTRO DE TRANSMISSÃO HF 6317	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	298,0000	2.980,00	Venceu
9	433405967	FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 9402	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Venceu
10	433412182	FILTRO DE TRANSMISSÃO P550486	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Venceu
11	433412183	FILTRO DE TRANSMISSÃO HF 3546	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Venceu
12	333400567	FILTRO HIDRÁULICO HF 35005	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	129,0000	1.290,00	Venceu
14	433405973	FILTRO TANQUE 32/920300	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	198,0000	1.980,00	Venceu
15	433410636	FILTRO DE AR A 1407	TECFIL	UN	10,000	0,0000	36,0000	360,00	Venceu
16	433411405	FILTRO LUBRIFICANTE WO - 331	TECFIL	UN	10,000	0,0000	38,5000	385,00	Venceu
17	433412186	FILTRO DE AR CONDICIONADO KO 23B 8099310	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	198,0000	1.980,00	Venceu
18	433412194	FILTRO HIDRÁULICO TH 467	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	95,0000	950,00	Venceu
19	433405957	FILTRO COMBUSTÍVEL WK 513	TECFIL	UN	10,000	0,0000	9,0000	90,00	Venceu
21	85382	FILTRO DE AR AF 9333-RS	TECFIL	UN	10,000	0,0000	36,0000	360,00	Venceu
22	85362	FILTRO DE AR CA 9746SY	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	79,0000	790,00	Venceu
23	333400621	FILTRO DE AR CA-3300	TECFIL	UN	10,000	0,0000	13,0000	130,00	Venceu
24	433412195	FILTRO DE AR CONDICIONADO CA 65041	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	110,0000	1.100,00	Venceu
27	333402044	FILTRO DE AR EXTERNO TR 521575	TECFIL	UN	10,000	0,0000	330,0000	3.300,00	Venceu
29	333402057	FILTRO DE AR EXTERNO TR 521576	TECFIL	UN	10,000	0,0000	79,0000	790,00	Venceu
30	433412198	FILTRO DE TRANSMISSÃO HF 35467	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	75,0000	750,00	Venceu
32	433405959	FILTRO HIDRÁULICO TH 225/1	TECFIL	UN	10,000	0,0000	41,0000	410,00	Venceu
35	433405994	FILTRO DE AR CONDICIONADO CA 56041	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	110,0000	1.100,00	Venceu
40	433412202	FILTRO DE AR CONDICIONADO KO 22B 9791730	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	259,0000	2.590,00	Venceu
41	433412204	FILTRO HIDRÁULICO BT 230	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	59,0000	590,00	Venceu
42	433412225	FILTRO COMBUSTÍVEL FCD 2092	TECFIL	UN	10,000	0,0000	55,0000	550,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 130/2020			Licitação: 68/2020 - PR		Data da Homologação: 17/08/2020				
Fornecedor: 11143 - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA									
43	433412226	FILTRO LUBRIFICANTE UH 945/2 XS	TECFIL	UN	10,000	0,0000	19,0000	190,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					310,000			34.014,00	

Seara, 17 de Agosto de 2020.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 068/2020-- PL 130/2020 – MGS

Publicação N° 2608136

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 130/2020 Licitação: 68/2020 - PR Fornecedor: 13056 - MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA- ME Data da Homologação: 17/08/2020									
20	333402047	FILTRO DE AR AF 2473RS	VOX	UN	10,000	0,0000	195,0000	1.950,00	Venceu
25	433405929	FILTRO DE AR CONDICIONADO CT 2314487/S	FLEETGUARD	UN	10,000	0,0000	145,0000	1.450,00	Venceu
26	433405987	FILTRO DE AR EXTERNO PA 6388	VOX	UN	10,000	0,0000	80,0000	800,00	Venceu
28	333400631	FILTRO DE AR HS 4203	VOX	UN	10,000	0,0000	98,0000	980,00	Venceu
31	433412199	FILTRO HIDRÁULICO TH 467 TURBO	VOX	UN	10,000	0,0000	95,0000	950,00	Venceu
33	433405958	FILTRO HIDRÁULICO WEO 512	VOX	UN	10,000	0,0000	14,0000	140,00	Venceu
36	433410645	FILTRO COMBUSTÍVEL 320/07382 JCB	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	178,0000	1.780,00	Venceu
37	433411403	FILTRO RESPIRADOR MOTOR 320/07853 JCB	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	217,0000	2.170,00	Venceu
38	433405988	FILTRO DE AR INTERNO PA 6389	VOX	UN	10,000	0,0000	49,0000	490,00	Venceu
44	433412227	FILTRO HIDRÁULICO 332/F9517 JCB	DONALDSON	UN	10,000	0,0000	480,0000	4.800,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
						100,000		15.510,00	

Seara, 17 de Agosto de 2020.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 175/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607862

DECRETO Nº 175/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 628.600,00 (Seiscentos e vinte e oito mil e seiscentos reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.607 – Vigilância em Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas.

Fonte: 00.01.1664 – Transferências do SUS

Dotação: 14 R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 2.608 – Atenção Básica em Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas.

Fonte: 00.01.1664 – Transferências do SUS – COVID-19 Port. 1.666

Dotação: 11 R\$ 378.600,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas.

Fonte: 00.01.1664 – Transferências do SUS

Dotação: 12 R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior são provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 628.600,00 (Seiscentos e vinte e oito mil e seiscentos reais), proveniente de Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO – Emenda Parlamentar de Bancada e COVID 19 Portaria 1.666/2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 177/2020 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607816

DECRETO Nº 177/2020 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 355.482,12 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e doze centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei

Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas.

Fonte: 00.01.1053 – COVID-19 - (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b) Recursos transferidos União sem destinação específica

Dotação: 130 R\$351.459,42

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas.

Fonte: 00.01.1053 – COVID-19 - (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b) Recursos transferidos União sem destinação específica

Dotação: 131 R\$ 4.022,70

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 355.482,12

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior são provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 355.482,12 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e doze centavos), proveniente de Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO – COVID-19 - (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b) Recursos transferidos União sem destinação específica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 178/2020 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608039

DECRETO Nº 178/2020 DE 12 AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Dotação: 77 R\$ 360.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 360.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0000 – Recurso Ordinário

Dotação: 76 R\$ 360.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 360.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EDITAL DE HABITAÇÃO Nº 001/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608741

EDITAL Nº 001/2020

DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DE MUNÍCIPIOS PARA PROGRAMA HABITACIONAL

O Município de Serra Alta e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social comunicam aos interessados em adquirir terrenos do município para habitação de interesse social com construção de unidade habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida, regidos pelas Leis Municipais nº 868/2010 e nº 1.027/2015, e pelas Leis Federais nº 11.977/2009 e nº 13.097/2015, e normatizações específicas do Ministério das Cidades, bem como os parâmetros de priorização expostos neste edital, que estarão abertas inscrições e/ou atualização cadastral e habilitação de possíveis beneficiários.

1 – OBJETIVO

1.1 – O presente edital torna público os critérios para inscrição/atualização cadastral e habilitação de candidatos ao sorteio público de até 18 (dezoito) terrenos no Loteamento Vinhedos para o fim exclusivo de construção das unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Para tanto, é necessário satisfazer as condições e os critérios estabelecidos neste edital para que seja inscrito como possível candidato a beneficiário do programa;

1.2 – Estabelecer os prazos e cronograma das atividades afins a serem desenvolvidas até a fase final de registro dos imóveis aos contemplados pelo presente edital.

2 – NÚMERO DE TERRENOS E UNIDADES HABITACIONAIS

2.1- Serão disponibilizados até 18 (dezoito) terrenos do município de Serra Alta para a construção de 18 (dezoito) unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida neste município.

2.1.1 – O projeto de engenharia da unidade habitacional, com área máxima de 52,21 m², bem como ART, e demais documentação necessária condizente ao programa, será de responsabilidade única e exclusiva do beneficiário, sendo elaborada por profissional competente, e obedecerá os requisitos mínimos e as condições exigidas pelo Programa Minha casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, mantendo-se o interesse social do Programa Habitacional do Município, em consonância com o disposto na legislação municipal.

2.1.2 - É de exclusiva responsabilidade do responsável técnico pelo projeto, o acompanhamento de sua execução, devendo a construção seguir as normas vigentes, atendendo preceitos de segurança, funcionalidade e estética, conforme projeto devidamente aprovado pelo município.

3 – DOS CRITÉRIOS

São critérios de habilitação familiar para os terrenos, conforme legislação federal e municipal vigente para a construção da unidade habitacional pelo programa Minha Casa Minha Vida, os parâmetros de priorização e as condições estabelecidas aos proponentes beneficiários ao programa, definidos nacionalmente, como:

- a) Possuir renda familiar bruta compatível com o Programa Minha Casa Minha Vida;
- b) Não possuir imóvel residencial ou ser proponente comprador;
- c) Comprovar residência no município há, no mínimo, um ano;
- d) Não ter sido beneficiário de nenhum programa habitacional;
- e) Preencher e/ou atualizar cadastro específico do programa junto a Secretaria de Assistência Social;
- f) Não possuir restrição junto aos cadastros de inadimplência e débitos não regularizados junto à união, estados e município.

4 – DAS FAMÍLIAS QUE TERÃO PRIORIDADE PARA PARTICIPAR DO PROGRAMA

4.1 - Que possuam, até a data da entrada em vigor da Lei Municipal 1.027/15, medida judicial ou recomendações do Ministério Público a seu favor;

4.2 – Famílias que tenham entre seus membros pessoas com deficiência, comprovada mediante laudo médico, ou idosos, de acordo com os

preceitos das Leis 10.741/03 e 13.146/15;

4.3 – Famílias com o maior número de filhos;

4.4 – Famílias uniparentais providas pela mãe ou pelo pai.

5 – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E HABILITAÇÃO DA FAMÍLIA

5.1 – Cópia legível dos documentos de identificação (RG e CPF) do grupo familiar;

5.2 – Comprovante de estado civil atualizado;

5.3 – Comprovante de endereço para correspondência;

5.4 – Documentação hábil a comprovar que a família está residindo no município a mais de um ano;

5.5 – Comprovantes de renda bruta familiar (carteira de trabalho com as três últimas folhas de pagamento, extrato benefício INSS, pró-labore, guia de recolhimento do INSS) de todos os integrantes do grupo familiar;

5.6 – Certidão negativa de bens imóveis, em nome de todos os integrantes do grupo familiar;

5.7 - Certidão Negativa do SERASA e SPC e certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais;

5.8- Documento emitido pela Caixa Econômica Federal, podendo ser a simulação do financiamento ou documento que comprove a capacidade da família em contrair o empréstimo via Caixa Econômica Federal pelo Programa Minha Casa Minha Vida, atestando que a mesma irá efetuar o empréstimo para compra de terreno e construção de benfeitoria.

6 – DO LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INSCRIÇÃO

A atualização cadastral e inscrições estarão abertas a partir de 18 de agosto de 2020, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, junto a Secretaria de Assistência Social, desta cidade até o dia 18 de setembro de 2020, para uma primeira etapa.

6.1 – Encerrada a primeira etapa de inscrição e havendo ainda lotes urbanos disponíveis, poderá ser aberto novo período de inscrição até que os 18 (dezoito) lotes urbanos do Loteamento Vinhedos sejam adquiridos.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – A Comissão constituída pelos membros do Conselho Municipal de Habitação e técnicos do Departamento farão a conferência e análise dos documentos da inscrição/habilitação, DECLARANDO, em ata, os habilitados e não habilitados ao programa, segundo a legislação municipal e normas do programa Minha Casa Minha Vida e o presente edital;

7.2 – A publicação dos cadastros habilitados será feita ao término dos 30 (trinta) dias, de acordo com a aprovação dos inscritos. A mesma será feita por meio de publicação no DOM e no sítio do município (www.serraalta.sc.gov.br), e os inscritos não habilitados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para solicitar revisão do resultado.

8 – DAS DENÚNCIAS

8.1 – Caso haja munícipes habilitados na listagem geral divulgada, cuja realidade dos fatos não confira com a documentação apresentada, os interessados em realizar denúncias devem comparecer na Secretaria de Assistência Social do município de Serra Alta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de formalizar a denúncia, vedadas representações sem apresentação de provas ou de caráter anônimo.

8.2 – As famílias denunciadas serão comunicadas e terão, prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apresentar defesa. Caberá ao Conselho Municipal de Habitação a apuração da denúncia e a decisão de manutenção ou não da família no programa, podendo para tal fim, inclusive, solicitar laudo social (parecer social) ou outras diligências que julgar pertinentes.

9 – DO SORTEIO

9.1 – No dia 05 de outubro 2020 o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social fará o primeiro sorteio dos lotes urbanos com a divulgação da listagem definitiva dos munícipes habilitados, constando, desde já, o horário e local do sorteio público, que ocorrerá no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, a partir das 14h00min.

9.2 – O sorteio público será realizado por grupos, de acordo com os critérios estabelecidos no item 04, motivo pelo qual, no momento da habilitação, serão formados os seguintes grupos:

a) Famílias que possuam, até a data da entrada em vigor da Lei Municipal 1.027/15, medida judicial ou recomendações do Ministério Público a seu favor;

b) Famílias que tenham entre seus membros pessoas com deficiência, comprovada mediante laudo médico, ou idosos, de acordo com os preceitos das Leis 10.741/03 e 13.146/15;

c) As famílias que não se enquadrem em nenhum dos dois requisitos anteriores formarão o terceiro grupo a ser atendido, ficando estabelecidos

os seguintes critérios de prioridade de atendimento dentro do grupo:

- 1 - maior número de filhos (crianças e adolescentes) que compõem o grupo familiar;
- 2 - famílias uniparentais;
- 3 - não sendo possível diferenciar as famílias pelos critérios apresentados, será realizado sorteio na presença dos interessados, sendo resolvida definitivamente a questão.

9.3 – Todos os munícipes habilitados estarão na lista final em ordem de prioridade sendo chamados até o total de 18 (dezoito) classificados para viabilizar sua participação no programa junto à Caixa Econômica Federal;

9.3.1 – Se até o término das inscrições não houver 18 (dezoito) habilitados, far-se-á a classificação do mesmo modo previsto, independente da quantia de inscritos, obedecendo a sequência de lotes que já foram vendidos para a Habitação de Interesse Social, ou seja, Quadra 89, lotes nº 01 até 11 e 25 até 28, Quadra 93, lotes 02 até 04, todos de propriedade do Município de Serra Alta (SC).

9.3.2 – Após o sorteio dos respectivos lotes é facultado as famílias contempladas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, realizar a troca dos lotes entre si, devendo esse ato ser formalizado por meio de requerimento por escrito, devendo o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social decidir sobre a solicitação em prazo razoável.

9.4 – Os habilitados após o 18º (décimo oitavo), formarão o cadastro de reserva e serão chamados, pela ordem classificatória, sempre que houver a desistência ou exclusão de alguma família anteriormente habilitada por descumprimento das condições legais ou editalícias;

9.5 – Os classificados que não forem atendidos por excesso de demanda terão prioridade no próximo loteamento de interesse social a ser implantado no Município;

10 – DA CONTRATAÇÃO

10.1 – As famílias contempladas no sorteio público deverão comparecer junto à Caixa Econômica Federal munidas da documentação necessária a fim de viabilizar financiamento habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida e, posteriormente, para assinar os contratos dos terrenos com o município. Importante destacar que, a família contemplada não poderá ter restrições cadastrais (SPC e SERASA), sob pena de perder o benefício;

10.2 – Caso, no momento da assinatura do contrato, a família tenha restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito, será excluída do programa, abrindo vaga para que seja convidada outra família selecionada no cadastro reserva e que atenda as regras previstas neste edital, devendo seguir a ordem classificatória;

10.3 – Ao assinar o contrato com o Município o Departamento de Habitação auxiliará as famílias no encaminhamento do registro do contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal, Município e Mutuários. Contudo, para que isso seja possível, as famílias deverão realizar a entrega dos documentos necessários para registro em cartório, bem como, recolher todas as taxas necessárias, sendo que as despesas oriundas do registro do contrato e da averbação da benfeitoria, ficarão a cargo de cada família;

10.4 – O prazo limite para o registro dos imóveis será acordado com a Caixa Econômica Federal e divulgado na data do sorteio, sob pena de exclusão do programa;

10.5 – Após o registro dos contratos, toda a documentação será enviada a Caixa Econômica Federal para análise e contratação.

10.6 – A liberação de recursos para a execução da obra se dará mediante a comprovação do cumprimento das etapas de construção, seguindo as especificações do contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – A ordem de comparecimento para inscrição dentro do prazo fixado, não influenciará na classificação do candidato;

11.2 – Este edital tem como objetivo a habilitação de munícipes beneficiários dos terrenos do Loteamento Vinhedos e a construção de unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida, desde que atendam aos critérios estabelecidos através deste edital, bem como do Programa Federal.

11.3 – São de inteira responsabilidade dos munícipes candidatos as informações e documentações fornecidas, portanto, qualquer informação inverídica ou omissão, resultará em perda do direito de participar deste processo de habilitação; sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

11.4 – Serão desclassificados os candidatos que não preencherem qualquer dos itens previstos neste edital;

11.5 – Após o sorteio, caberá a Caixa Econômica Federal a aprovação final dos cadastros dos beneficiários habilitados a usufruírem;

11.6 – Os casos omissos neste edital serão resolvidos e analisados pelo Conselho Municipal de Habitação;

11.7 – A família adquirente fica impossibilitada de vender o imóvel pelo prazo mínimo de 08 (oito) anos, contados a partir de sua efetiva entrada no mesmo;

11.8- As condições previstas neste Edital irão vigorar enquanto estiver disponível algum dos 18 (dezoito) imóveis do Loteamento Vinhedos citados no item 9.3.1 deste edital, tratando-se de lotes urbanos que ainda estão disponíveis para habitação de interesse social.

Serra Alta (SC), 18 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2020-SUPRESSÃO

Publicação Nº 2609083

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2020

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR, pessoa jurídica de direito público, com sede na(o) Av. São Paulo, 1615, 1º Andar, centro do Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.117.243/0001-20, neste ato representada por seu representante legal (Presidente) Senhor Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito Municipal de Cunha Porã/SC, portador do RG 1.878.282 e CPF nº 949.929.169-53.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº024/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, fundamentada no art. 24, Inciso XXVI, homologado em 18/06/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1 Alterar a "Cláusula Terceira – Do Preço e Condições de Pagamento item 3.1" relativo ao contrato nº042/2020, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1- O presente termo tem por objeto SUPRIMIR o contrato que objetivou a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, SENDO: RUA JOSÉ CERIZOLLI, RUA DOM JOÃO VI, RUA MANOEL DA NÓBREGA, RUA ALMIRANTE BARROSO, RUA PEDRO DAMO E RUA CONDE D'EU, LOCALIZADAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 4.666,88M². Considerando que a Empresa CONTRATADA não teve a necessidade de executar toda a quantidade de alguns itens do projeto de engenharia, tendo em vista a necessidade de adequações quando da vistoria in loco de acordo com a Justificativa com Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Engenharia da Contratante que se encontra em anexo, sendo parte integrante do presente instrumento. Dessa forma, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, c/c § 1º da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 5.927,72 (Cinco mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos), em relação ao contrato inicialmente celebrado que totalizava R\$ 180.904,97 (Cento e oitenta mil, novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos). Nesse sentido, o presente instrumento terá uma supressão do percentual de aproximadamente 3,27% em relação ao contrato inicial. Diante disso, o valor global da obra passará a ser R\$ 174.977,25 (Cento e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos.).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 17 de Agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

JAIRO RIVELINO EBELING
PRESIDENTE
REPRESENTANTE LEGAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 009.277.159-96
Sec. de Administração	Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020- SUPRESSÃO

Publicação Nº 2609089

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR, pessoa jurídica de direito público, com sede na(o) Av. São Paulo, 1615, 1º Andar, centro do Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.117.243/0001-20, neste ato representada por seu representante legal (Presidente) Senhor Jairo Rivelino Ebeling, Prefeito Municipal de Cunha Porã/SC, portador do RG 1.878.282 e CPF nº 949.929.169-53.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº028/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, fundamentada no art. 24, Inciso XXVI, homologado em 15/07/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1 Alterar a "Cláusula Terceira – Do Preço e Condições de Pagamento item 3.1" relativo ao contrato nº044/2020, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1- O presente termo tem por objeto SUPRIMIR o contrato que objetivou a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA ANCHIETA, LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.355,20M². Considerando que a Empresa CONTRATADA não teve a necessidade de executar toda a quantidade de alguns itens do projeto de engenharia, tendo em vista a necessidade de adequações quando da vistoria in loco de acordo com a Justificativa com Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Engenharia da Contratante que se encontra em anexo, sendo parte integrante do presente instrumento. Dessa forma, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, c/c § 1º da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 2.205,38 (Dois mil, duzentos e cinco reais e trinta e oito centavos), em relação ao contrato inicialmente celebrado que totalizava

R\$ 49.809,80 (Quarenta e nove mil, oitocentos e nove reais e oitenta centavos). Nesse sentido, o presente instrumento terá uma supressão do percentual de aproximadamente 4,42% em relação ao contrato inicial. Diante disso, o valor global da obra passará a ser R\$ 47.604,42 (Quarenta e sete mil, seiscentos e quatro reais e quarenta e dois centavos.).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 17 de Agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

JAIRO RIVELINO EBELING
PRESIDENTE
REPRESENTANTE LEGAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 009.277.159-96
Sec. de Administração	Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças

Siderópolis

PREFEITURA

06/2020 FMAS ONIBUS

Publicação Nº 2608297

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS 06/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº. 03/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Aquisição de 01 (um) ônibus para a Assistência Social do Município de Siderópolis/SC.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 31/08/2020 às 09h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 17 de agosto de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

07/2020 FMAS PISCINA

Publicação Nº 2608185

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS 07/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS FMAS Nº. 01/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Construção de Piscina Térmica para uso Fisioterápico (2ª etapa), no Município de Siderópolis/SC.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 02/09/2020 às 09h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 17 de agosto de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

08/2020 FMAS EPI

Publicação Nº 2608294

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS 08/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº. 04/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, destinados às ações de combate à pandemia COVID-19 no Município de Siderópolis/SC.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 31/08/2020 às 14h00 min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 17 de agosto de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

70/2020 TP PRAÇA

Publicação Nº 2608874

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 70/2020
TOMADA DE PREÇOS PMS nº. 12/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção de uma praça na esquina das Avenidas General Osvaldo Pinto da Veiga e a Rua Septimo Venturini, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, com recursos provenientes do FINISA.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 02/09/2020 às 16h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis/SC).
5. Obtenção do Edital: O edital, projeto básico, cronograma e demais disposições referente à Tomada de Preços acima epigrafada encontram-se disponíveis, na íntegra, no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
6. Informações: e-mail: telefone: (48) 3435-8900. Departamento de Licitações. Presidente da Comissão: Fabíola Cardoso Comin. Siderópolis, 17 de agosto de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

72/2020 TP DELVINO COMIN

Publicação Nº 2608797

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 72/2020
TOMADA DE PREÇOS PMS nº. 13/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da rua Devino Comin no bairro São Martinho Alto no município de Siderópolis/SC, de acordo com as especificações constante no Projeto Básico/Executivo, referente a Emenda Impositiva Estadual/2020 nº 444 com contrapartida do Município de Siderópolis.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 02/09/2020 às 14h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis/SC).
5. Obtenção do Edital: O edital, projeto básico, cronograma e demais disposições referente à Tomada de Preços acima epigrafada encontram-se disponíveis, na íntegra, no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Departamento de Licitações. Presidente da Comissão: Fabíola Cardoso Comin. Siderópolis, 17 de agosto de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

73/2020 PREGÃO MOBÍLIAS

Publicação Nº 2608766

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 73/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 16/20120

1. Objeto: Aquisição de mobílias para a Rede Municipal de Ensino.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 01/09/2020 às 09h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 17 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2020

Publicação N° 2607908

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2020

OBJETO: A presente ata tem por objeto registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(ais) contratação de empresa para fornecimento de base de bica corrida para manutenção da rede viária municipal, conforme Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 051/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: COMERCIALEINDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 1.043.100,00

Processo Licitatório nº 051/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 11 de agosto de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

DECRETO N°. 133/2020

Publicação N° 2608277

DECRETO N° 133 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), na seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – SEC MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

1.012 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0091 – Aplicações Diretas R\$ 530.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação da fonte 91.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 14 de agosto de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PUBLICAÇÃO P.P 61-2020

Publicação Nº 2608170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços continuados de manutenção em máquinas pesadas, caminhões, carretas e implementos agrícolas e afins, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares da frota municipal, conforme Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do Edital.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 017, de 28 de janeiro de 2020, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 28 de agosto de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 31 de agosto de 2020.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta, pelo telefone (48) 3533-5225 ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com. Sombrio/SC, 17 de agosto de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 278/2020

Publicação Nº 2609306

DECRETO Nº.278 DE 13 DE AGOSTO DE 2020

EDITA O MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SUL BRASIL, PARA O ANO ELEITORAL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VI e VII, da Lei Orgânica Municipal, e ainda,

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais de 2020 serão realizadas em 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores (Lei das Eleições);

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional nº.107, de 02 de julho de 2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº.64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº.8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE nº.23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral,

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme dispõe o caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de se prevenir eventuais responsabilidades dando ampla divulgação aos servidores públicos municipais, e demais agentes públicos ligados ao Poder Executivo Municipal, das vedações estabelecidas pela legislação eleitoral,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, para o Ano Eleitoral de 2020, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Ao Manual de que trata este Decreto será dada ampla divulgação, podendo ser disponibilizado seu inteiro teor na página eletrônica oficial do Município.

Art. 3º. Aplica-se aos representantes do Município nos conselhos municipais o Manual instituído neste Decreto, cujas orientações deverão ser observadas no decorrer do período eleitoral.

Art. 4º. Caberá a cada titular de Órgão da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sob pena de responsabilização, exercer permanentemente a fiscalização e o cumprimento das disposições previstas no Manual, bem como das demais normas legais aplicáveis no âmbito de suas respectivas áreas, que fixam as condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral.

Parágrafo único. Cabe aos ocupantes de cargos de direção e chefias orientarem e advertirem os servidores e agentes públicos vinculados às suas respectivas áreas quanto às proibições, condutas e cuidados a serem adotados no desempenho de suas funções, devendo ainda, comunicar aos seus superiores hierárquicos a ocorrência de quaisquer condutas vedadas, sob pena de caracterização de corresponsabilidade.

Art.5º. Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação eleitoral pertinente à matéria e o contido na Lei Municipal nº.384, de 01 de junho de 2001.

Parágrafo único. O agente público municipal que tomar conhecimento de que outro agente público, de qualquer nível hierárquico, órgão ou entidade, praticou ato contrário ao disposto no Manual ou à Legislação Eleitoral, deverá comunicar de imediato, a autoridade superior, a fim de que tome as providências cabíveis.

Art. 6º. Fica determinado a todos os agentes públicos municipais, servidores ou não da administração direta ou indireta, que se abstenham de realizar os atos vedados na legislação eleitoral.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 13 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Diretor de Administração

ANEXO ÚNICO

MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SUL BRASIL, PARA O ANO ELEITORAL DE 2020

1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 reserva no campo do direito eleitoral o sufrágio para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, exigindo assim, de todos os agentes públicos especial conduta prevista na Lei Federal nº.9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações posteriores, especialmente a Emenda Constitucional nº.107, de 02 de julho de 2020.

Também, é obrigatório, a todos os agentes públicos do Município de Sul Brasil/SC, o conhecimento do contido na Lei Complementar nº.64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidades), na Lei Federal nº.8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que regem o pleito de 2020:

Resolução TSE nº.23.606, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o calendário eleitoral das eleições municipais de 2020 e Resolução TSE nº.23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral.

Diante deste cenário e comprometido com a lisura que o pleito merece, o Poder Executivo Municipal de Sul Brasil a exemplo de outros municípios catarinenses edita e apresenta este Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Sul Brasil, para o Ano Eleitoral de 2020, visando disciplinar e reger a forma de atuação dos agentes públicos municipais, bem como estabelecer critérios na disponibilização dos recursos públicos.

2. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO

Para fins de aplicação da legislação eleitoral, o conceito de agente público é em sentido amplo e abrange, inclusive, aquele que não são servidores públicos, nas diferentes esferas estatais (federal, estadual ou municipal). Para enquadramento nesta definição, adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997:

Art. 73 [...]

§ 1º Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Portanto, será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

- a) mandato: eleito (Presidente da República, Governador, Senador, Deputado, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador) ou escolhido, a exemplo dos juízes temporários da Justiça Eleitoral;
- b) cargo: nomeado por concurso público ou em comissão;
- c) emprego: contratado pelo regime celetista, por concurso público, processo seletivo ou temporariamente; e
- d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o juiz leigo e o conciliador no Juizado Especial Cível ou Criminal, o componente de comissão de concurso público, os terceirizados e entre outros.

3. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº.9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é impedir que seus atos venham "a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais" e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo e abster-se da prática do ato.

4. CONDUTAS VEDADAS

A Lei Federal nº.9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral que serão analisadas neste Manual, sem prejuízo das demais proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral e Administrativo.

4.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Art. 73 [...]

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária; (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária.

Em síntese, são vedados a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política.

Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE - REspe 24865 e EDAI 5135).

É igualmente vedada à propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) veiculada nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

O Tribunal Superior Eleitoral entendeu, através do R-Rp nº 425109-DF, que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada.

4.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Art. 73 [...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos dois Poderes.

Além disso, é proibido o uso dos equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, aparelhos de fax e conta de e-mail institucional.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político.

4.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

Art. 73. [...]

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei Federal nº 9.504/97).

O servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar de campanha eleitoral.

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

4.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73. [...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº 9.504/97).

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Essa restrição deve ser observada, em conjunto com o § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97.

4.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

Art. 73. [...]

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: (Lei Federal nº 9.504/97).

Segundo a lei, a limitação ocorre apenas na circunscrição do pleito, ou seja, na esfera municipal.

A regra destina-se a evitar contratações de cunho eleitoreiro e perseguições por motivos eleitorais.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

O Tribunal Superior Eleitoral entendeu, através do REspEI nº.27.563, que nem a área da educação enquadra-se em exceção, sendo vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

4.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei Federal nº 9.504/97).

Conforme a Resolução-TSE nº.23.606/2019, de 17 de dezembro de 2019, para estas eleições, nos três meses que antecedem o pleito, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

a) Convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que preveem o repasse de verbas, somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;

b) Convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciada e com cronograma pré-fixado; e

c) Convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais.

Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

4.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

Art. 73. [...]

VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...]

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei Federal nº 9.504/97).

O sítio oficial do município (www.sulbrasil.sc.gov.br) não poderá divulgar qualquer propaganda de ações.

Ficam mantidas a disponibilização, no sítio oficial do Município, as leis, dos atos de procedimento licitatórios e outros em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011.

As redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube), além de grupos de WhatsApp, que vincularem a administração serão desativadas no dia 14 de agosto de 2020, a partir da 18:00horas. Salvo os grupos criados para atender as necessidades em virtude da pandemia – COVID-19. Evita-se, com as vedações, o uso indevido da máquina pública por meio de abuso de poder, proibido pela legislação.

4.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

Art. 73. [...]

VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

A norma veda a Administração investir em publicidade, entre janeiro e junho do ano do pleito, o valor correspondente à média do que empregou licitamente no primeiro semestre dos três anos anteriores ao ano da eleição. Para o ano de 2020, por exemplo, considera-se a média de gastos dos primeiros semestres (janeiro à junho) dos anos de 2019, 2018 e 2017, levando-se em conta as despesas destes períodos oficialmente aprovadas.

4.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 73. [...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Portanto, 180 dias antes da eleição, até a posse dos eleitos é vedado revisão geral da remuneração dos servidores públicos na forma do inciso e artigo anterior (Resolução do TSE nº 22.252/2006).

4.10. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

Art. 73. [...]

§ 10 No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

Esta norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos, sendo vedada a disponibilização gratuita, por meio de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação.

De acordo com esse parágrafo, a vedação se estende pelo "ano em que se realizar eleição", inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

- a) distribuição gratuita de bens;
- b) distribuição gratuita de valores; e
- c) concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

- a) estado de calamidade pública;
- b) estado de emergência; e
- c) programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações:

- a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;
- b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 4.4, "Uso promocional de programas sociais".

O Tribunal Superior Eleitoral entende que a doação de bens perecíveis está abrangida pela vedação (TSE, Petição nº 100080-DF).

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), entende que "para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoral ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito".

4.11. ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS

Art. 73. [...]

§ 11 Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97).

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções.

Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria.

A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

4.12. INAUGURAÇÕES: CONTRATAÇÃO DE SHOWS

Art. 75. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97).

É proibida, nos três meses que antecederem as eleições, a contratação de shows artísticos para inauguração de obras. A inobservância desta vedação caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

4.13. INAUGURAÇÕES: COMPARECIMENTO NAS SOLENIDADES

Art. 77. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009) (Lei Federal nº 9.504/97).

Nos três meses que precedem o pleito é vedada a qualquer candidato a participação de inaugurações de obras públicas.

É importante salientar que o dispositivo veda a participação de candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade (lembrando o que dispõe o item 4.12 acima), mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas.

Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, alerta-se para o disposto no o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº.9.504/97, que define que a violação das condutas enumeradas no art. 73 caracterizam atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº.8.429, de 02 de junho de 1992.

6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos.

Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a Internet e a Intranet.

Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

- a) a utilização de computador, notebook/netbook ou tablet profissional para atos voltados à eleição;
- b) o uso do e-mail funcional para questões de campanha ou propaganda eleitoral;
- c) a divulgação ou aproveitamento de catálogo de e-mails formados ou obtidos na atividade pública; e
- d) a alimentação de páginas eletrônicas, Twitter ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual.

As redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube) serão desativadas também amanhã.

7. PROIBIÇÃO DE VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA POLÍTICA EM BENS PÚBLICOS OU QUE DEPENDAM DA CESSÃO OU PERMISSÃO DO PODER PÚBLICO

Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no caput deste artigo sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006) (Lei Federal nº 9.504/97).

Importante que os agentes públicos e principalmente as autoridades municipais atenham-se às regras de vedação, eis que, quando autorizadas e coniventes à veiculação irregular, tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, vale observar, o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei nº 9.504/97.

8. PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO EM PROPAGANDA ELEITORAL DE SÍMBOLOS, FRASES OU IMAGENS ASSOCIADAS OU SEMELHANTES ÀS UTILIZADAS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS.

Art. 40. O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR. (Lei Federal nº 9.504/97).

Veda-se a tentativa de demonstrar vinculação do partido, coligação ou candidato à Administração Municipal, captando benefícios com a utilização de símbolos, frases ou imagens associadas ou assemelhadas com as utilizadas oficialmente pelo Governo.

9. VEDAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Não obstante isso, ainda que para além do disposto na Lei Eleitoral, há que se mencionar que, de acordo com o estatuído no artigo 42 da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000, "é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

Desta forma, faz-se necessário observar que as despesas que decorrerão das avenças/contratos efetivados deverão ser integralmente cumpridas no presente exercício financeiro ou, na hipótese de parcelas a serem pagas a posteriori, como ocorre com os projetos incluídos no Plano Plurianual, deverá ser garantida disponibilidade de caixa suficiente, caso não seja possível cumpri-las até tal prazo.

Note-se, conclusivamente, que o que se pretende impedir é a contratação referente às despesas que não possuam cobertura em orçamento. O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal não impede, contudo, a realização de contratações nos últimos oito meses do mandato eletivo, de objetos atrelados a projetos incluídos no Plano Plurianual, mesmo porque a liquidação da dívida proveniente de tais projetos não se realizará mediante disponibilidade de caixa, e sim com verba prevista no orçamento correspondente.

Da mesma forma, deve-se observar o parágrafo único do artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que "é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei".

Enquanto que alínea "b" do inciso IV, do artigo 38, da lei em comento, "proíbe no último ano de mandato, as operações de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício".

10. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS. OBSERVAÇÕES FINAIS

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos e não desobriga ao atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual.

Nas demais situações não previstas expressamente pela legislação ou neste Manual, em que o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral, recomendam-se, sem prejuízo da elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância às normas cabíveis, que as condutas sejam pautadas por princípios dos Direitos Administrativo e Eleitoral, especialmente:

- a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepor aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;
- b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;
- c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e
- d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

DECRETO 291/2020

Publicação Nº 2609307

DECRETO Nº. 291 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS RELATIVOS À ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº.11.788, de 25/09/08, que dispõe sobre estágio de estudantes no âmbito da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Os estágios curriculares supervisionados na Rede Municipal de Ensino do município ficam regulados por este Decreto.

Art. 2º O termo de cooperação deverá ser estabelecido entre a Intuição de Ensino Superior e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação informará às unidades escolares os estagiários aptos a desempenhar, as diversas etapas do estágio.

Art. 4º A Carta de Apresentação dos Estagiários deverá ser assinada pela Intuição de Ensino Superior e entregue a direção da unidade escolar num prazo mínimo de 08 (oito) dias, antes do início da realização do estágio curricular obrigatório.

Art. 5º O professor orientador da Intuição de Ensino Superior do estagiário fica obrigado a fazer contato com unidade escolar para tomar ciência dos critérios estabelecidos para a realização dos estágios e do acompanhamento e avaliação das atividades desempenhadas pelo acadêmico in loco;

Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para realização de Estágios Curriculares Obrigatórios:

- a) no máximo 02 (dois) estagiários por turma;
- b) o planejamento das atividades do estagiário deverá ser encaminhado previamente para análise e avaliação da coordenação pedagógica da escola, juntamente com o professor regente de turma que supervisionará o estágio;
- c) o material pedagógico a ser utilizado durante o estágio curricular deverá ser providenciado pelo acadêmico antecipadamente;
- d) o rodízio de escolas deverá ser determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- e) o rodízio de turmas deverá ser determinado pela Direção e/ou coordenação pedagógica da unidade escolar;
- f) não poderá desempenhar estágio da mesma turma que exerce estágio remunerado;
- g) o plano de atividade do estagiário deverá estar em consonância com o planejamento curricular do professor regente da turma, o qual possibilite a continuidade ao mesmo;
- h) o plano de atividade deverá ser entregue previamente para avaliação e aprovação do professor regente e coordenação pedagógica da escola;

i) no decorrer da execução do plano de atividade do estágio curricular supervisionado o acadêmico poderá propor sugestões a partir de seus estudos e/ou pesquisas;

j) o estagiário deverá adequar-se às normas e procedimentos definidos no regimento escolar;

l) o cômputo das horas de estágios curricular não incluirá os componentes curriculares de áreas (educação física, arte, língua inglesa...), limitando-se apenas as do professor regente de turma.

Parágrafo único. As horas do estágio remunerado não poderão ser computadas como estágios curriculares obrigatórios.

Art. 7º O professor regente da turma deverá:

a) supervisionar o estágio durante todo processo;

b) orientar e avaliar o desempenho do acadêmico durante o exercício do estágio curricular;

c) preencher e assinar junto com diretor e/ou coordenador pedagógico os relatórios de estágios de acordo com a execução;

d) impedir que o estagiário assuma a regência de turma na ausência do professor titular;

§ 1º Em caso de alguma divergência na unidade escolar, tanto com alunos e/ou professores o acadêmico estagiário deverá recorrer ao diretor da unidade escolar evitando má interpretação.

§ 2º Caso o professor orientador de estágio da instituição de ensino (IES) não comparecer na unidade escolar para acompanhamento do acadêmico, o mesmo não receberá o relatório final.

Art. 8º Os casos omissos e excepcionais serão submetidos ao Conselho Municipal de Educação e/ou Conselho Escolar.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 17 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT Diretor de Administração

DECRETO Nº 0287 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607845

DECRETO Nº 0287, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LISETE DRUMM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Lisete Drumm, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais pelo período de 180 dias, a contar do dia 12.08.2020 até 07.02.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 14 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor do Departamento de Administração

DECRETO Nº 0288 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608486

DECRETO Nº 0288, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA SIGNOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Daniela Signor, ocupante do cargo de Professora de Atividades Desportivas, com lotação Secretaria Municipal de Saúde, até a data de 27.08.2020 conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 17 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0289 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608556

DECRETO Nº 0289, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE LEMES DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ALINE LEMES DE SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeira, com lotação Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de a partir de 17.08.2020 a 26.08.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 17 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0290 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608992

DECRETO Nº. 0290 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAIARA PETZEN PARA OCUPAR O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 13º, inciso II, da Lei Municipal nº 885/2013 de 31/01/2013 e Lei nº 868/2012.

Considerando o pedido de afastamento da titular Camila Tasca em virtude de Licença Atividade Política em consonância a Lei Complementar nº 64 de 18.05.1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, Maiara Petzen portadora do CPF nº 104.407.589-98 e RG 6.095.841, Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, para ocupar o cargo de Membro do Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 17 de agosto de 2020.EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração**PORTARIA Nº 082 DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609029

PORTARIA Nº 082, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO CESAR HUBNER, ocupante do cargo de Contador Geral, com lotação na Secretaria de Administração e Fazenda, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2018 a 13.10.2019, a serem gozadas no período de 18.08.2020 a 27.08.2020.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
17 de agosto de 2020.EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

PREGAO 029/2020

Publicação N° 2609253

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 058/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2020

Tipo: REGISTRO DE PREÇO/MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E PEÇAS PARA OS EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E PATRULHA AGRÍCOLA

Entrega dos envelopes: 9:00 horas do dia 31 de agosto de 2020

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 31 de agosto de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 18 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 122, DE 17 DE AGOSTO DE 2020. "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA – TORNADO – COBRADE 1.3.2.1.1., CONFORME IN/MI 01/2012."

Publicação Nº 2608987

DECRETO Nº 122, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA – TORNADO – COBRADE 1.3.2.1.1., CONFORME IN/MI 01/2012."

O Senhor NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do município de Tangará, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

Considerando que o município de Tangará foi atingido por uma Tempestade Local / Convectiva – Tornado – COBRADE 1.3.2.1.1., no dia 14 de agosto de 2020, às 16h30min, com duração de 10 minutos, na maior parte do município;

Considerando que em decorrência dos enormes danos materiais causados, como destruição total e parcial de empresas, indústrias, residências e estradas rurais e urbanas;

Considerando que o parecer do CONPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local / Convectiva – Tornado – COBRADE 1.3.2.1.1., conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do CONPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do CONPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV, do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 121, de 14 de agosto de 2018.

Art. 8º Este Decreto deverá vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 17 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

181/2020

Publicação Nº 2609346

DECRETO Nº. 181/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL PELA UTILIZAÇÃO DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento conforme segue:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 01 – DEPTO EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.022– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MODALIDADE: 4.4.90.05311– Aplicações Diretas (XX) R\$ 38.000,00

FONTE DE RECURSO: 5311– Emendas Parlamentares Impositivas - Transferencia do Estado Educação

PROJ./ATIV.: 2.023– MANUTENÇÃO DO LABORATORIO DE INFORMATICA

MODALIDADE: 4.4.90.05311– Aplicações Diretas (XX) R\$ 100.000,00

FONTE DE RECURSO: 5311– Emendas Parlamentares Impositivas - Transferencia do Estado Educação

TOTAL R\$ 138.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação através de repasse da fonte de recursos 5311- Emendas Parlamentares Impositivas - Transferencia do Estado Educação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 179/2020

Publicação Nº 2608546

DECRETO Nº. 179/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PELA UTILIZAÇÃO DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 956, de 04 de Novembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 336.061,00 (Trezentos e trinta e seis mil sessenta e um reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO DE SAUDE

PROJ./ATIV.: 2.060– ATENÇÃO BASICA

MODALIDADE: 3.3.90.05314– Aplicações Diretas (XX) R\$ 100.000,00

FONTE DE RECURSO: 5314– Transferencia COVID Portaria 1666/2020

PROJ./ATIV.: 2.062– PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - ESF

MODALIDADE: 3.1.90.05314– Aplicações Diretas (XX) R\$ 236.061,00

FONTE DE RECURSO: 5314- Transferencia COVID Portaria 1666/2020

TOTAL R\$ 336.061,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 336.061,00 (Trezentos e trinta e seis mil sessenta e um reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação através de repasse da fonte de recursos 5314- Transferencia COVID Portaria 1666/2020.

Art 3º Fica revogado o decreto 170/2020 na sua integralidade.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 180 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608834

DECRETO Nº. 180, DE 18 DE AGOSTO DE 2020. HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 006/2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 006, de 06 de agosto de 2020, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 18 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 260/2020

Publicação Nº 2608028

PORTARIA Nº. 260/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 e Edital CMDCA nº 006/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a decisão proferida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA através da Ata Nº. 02/2020;

Considerando o pedido de Exoneração da Conselheira Tutelar, Sra. GÉSSICA FERNANDA NEU BASTO DE ARAUJO;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. CLEITON JOSE MONTEIRO, inscrito sob o CPF nº 042.544.179-26, como membro TITULAR do CONSELHO TUTELAR, 20 horas semanais, no Município de Tigrinhos, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 261/2020

Publicação Nº 2608621

PORTARIA Nº. 261/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 062/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. GISLAINE MARTENS KOBBS, portadora do CPF nº. 088.199.539-86, Temporária no cargo de Professora Educação Infantil, 20 horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº 703/01, lotada na secretária Municipal de Educação, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 17 de Agosto de 2020 a 23 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 24 de Agosto de 2020, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 062/2019 (Plano de cargos e carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 062/2019.

Art. 82 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 262/2020

Publicação Nº 2608624

PORTARIA Nº. 262/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 062/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. ANDRESSA LUCATELI, portadora do CPF nº. 078.845.829-96, Temporária no cargo de Professora Educação Infantil, 20 horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº 704/01, lotada na secretária Municipal de Educação, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 17 de Agosto de 2020 a 23 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 24 de Agosto de 2020, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 062/2019 (Plano de cargos e carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 062/2019.

Art. 82 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 263/2020

Publicação N° 2608625

PORTARIA N°. 263/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n°. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. IVANDRO STIELER, portador do CPF n°. 075.047.359-22, comissionado no cargo de Diretor - Responsável pelo Departamento de Esportes, cadastrado sob a matrícula n° 655/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 17 de Agosto de 2020 a 23 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 24 de Agosto de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar n°. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar n° 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE DESERTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/PMT/2020 CC Nº 003/PMT/2020

Publicação Nº 2608111

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/PMT/2020
CONCORRÊNCIA Nº 003/PMT/2020

Ata de Reunião Visando Decisão

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às oito horas, reuniram-se a Presidente e a Comissão Permanente de Licitação em função dos Autos do Processo Licitatório nº 122/PMT/2020 da Concorrência n. 003/PMT/20, sendo o objeto: Concessão de uso remunerado para exploração comercial do espaço localizado no Terminal Rodoviário Miguel de Brito, localizada no centro de Tijucas/SC, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Ponderaram que:

- a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 122/PMT/2020 da Concorrência n. 003/PMT/20, denota-se que não acudiram interessados na licitação;
- b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site www.tijucas.sc.gov.br, conforme acostado nos autos;

Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Presidente e a Comissão Permanente de Licitação ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se. Tijucas, SC 17 de agosto de 2020.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/SAMAE/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/SAMAE/2020

Publicação Nº 2608206

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/SAMAE/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/SAMAE/2020

Objeto: Aquisição de Produto Antiespumante para Uso na ETE – Estação de Tratamento de Esgoto do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 01 de setembro de 2020, às 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 064/PMT/2020

Publicação Nº 2607830

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
ERRATA

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 041/FMS/2020

Dispensa de Licitação nº 016/FMS/2020

Onde se Lê: Objeto: Aquisição emergencial de testes PCR para diagnóstico da COVID-19, visando atender as necessidades de pacientes atendidos na Sala Vermelha anexa ao Pronto Atendimento 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.

Leia –se: Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de testagem teste (PCR) para diagnóstico COVID 19, visando atender as necessidades de pacientes atendidos na Sala Vermelha anexa ao Pronto Atendimento 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.

Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

Valor: R\$ 102.975,00 (Cento e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais).

Amparo Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93, C/C Art. 4º da Lei 13.979/2020 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 235/2020/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 010/PMT/2020

Publicação Nº 2608203

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMT/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 010/PMT/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Presidente, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 133/PMT/20 – Tomada de Preço nº 010/PMT/2020, para readequação do referido edital.

ERRATA DO EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 024/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/FMS/2020 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/FMS/2020

Publicação Nº 2607851

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 024/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/FMS/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/FMS/2020

ERRATA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

Onde se Lê: OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TESTES PCR PARA DIAGNÓSTICO DA COVID-19, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE PACIENTES ATENDIDOS NA SALA VERMELHA ANEXA AO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Leia –se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TESTAGEM TESTE (PCR) PARA DIAGNÓSTICO COVID 19, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE PACIENTES ATENDIDOS NA SALA VERMELHA ANEXA AO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 102.975,00 (CENTO E DOIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

TIJUCAS/SC, 17 DE AGOSTO DE 2020.

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/FMS/2020 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/FMS/2020

Publicação Nº 2607817

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

ERRATA

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 041/FMS/2020

Dispensa de Licitação nº 016/FMS/2020

Onde se Lê: Objeto: Aquisição emergencial de testes PCR para diagnóstico da COVID-19, visando atender as necessidades de pacientes atendidos na Sala Vermelha anexa ao Pronto Atendimento 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.

Leia –se: : Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de testagem teste (PCR) para diagnóstico COVID 19, visando atender as necessidades de pacientes atendidos na Sala Vermelha anexa ao Pronto Atendimento 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.

Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

Valor: R\$ 102.975,00 (Cento e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais).

Amparo Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93, C/C Art. 4º da Lei 13.979/2020 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 235/2020/PGM.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 1033/2020

Publicação Nº 2608271

PORTARIA Nº 1033, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea “c”, do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolado no dia 13/08/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) DOUGLAS NICOLAU KOCH, matrícula nº 9597, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Departamento Técnico Administrativo, nomeado(a) pela portaria nº 054 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1034/2020

Publicação Nº 2608295

PORTARIA Nº 1034, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea “e”, do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo temporário que ocupa na Administração Municipal, protocolado dia 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) JANETE PEDRINI, matrícula nº 11712, ocupante do cargo de Professor Nível I (Pré-Escola), contratado(a) pela portaria nº 199 de 10/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1035/2020

Publicação Nº 2608274

PORTARIA Nº 1035, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea “c”, do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3341 de 12 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) RENATO SARTORI, matrícula nº 9611, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, nomeado(a) pela portaria nº 055 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1036/2020

Publicação Nº 2608276

PORTARIA Nº 1035, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3341 de 12 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) RENATO SARTORI, matrícula nº 9611, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, nomeado(a) pela portaria nº 055 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1037/2020

Publicação Nº 2608282

PORTARIA Nº 1037, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3358 de 12 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) PAULO CESAR PEREIRA, matrícula nº 10142, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Agrícola, nomeado(a) pela portaria nº 1577 de 05 de junho de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1038/2020

Publicação Nº 2608285

PORTARIA Nº 1038, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3372 de 13 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO BRASIL, matrícula nº 9607, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Departamento de Serviços Públicos, nomeado(a) pela portaria nº 059 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1039/2020

Publicação Nº 2608299

PORTARIA Nº 1039, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo servidor público, solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3387 de 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sr.(a) CLAUDIA RAITZ BÜCHELLE, matrícula nº 9648, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Atenção Básica de Saúde, nomeado(a) pela portaria nº 115 de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1040/2020

Publicação Nº 2608290

PORTARIA Nº 1040, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal, protocolo nº 3389 de 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) NADIR OLINDINA AMORIM DE LIMAS, matrícula nº 11.595, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Vigilância em Saúde, nomeado(a) pela portaria nº 1587 de 01 de julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1047/2020

Publicação Nº 2608291

PORTARIA Nº 1047, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "c", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando exoneração do cargo em provimento em comissão que ocupa na Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido o(a) Sr.(a) FERNANDA ESTELA ROCHA, matrícula nº 11693, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Departamento Técnico Administrativo, nomeado(a) pela portaria nº 136 de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 46/2020

Publicação Nº 2607906

PORTARIA Nº 046, 13 DE JANEIRO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora KARINA DA SILVA, CPF nº 028822759-00, para ocupar o cargo Comissionado de Assessor Financeiro (SFI), para prestar serviços na Secretária Municipal de Finanças, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO N° 28/2020 DISPENSA CVT N° 17/2020**

Publicação N° 2607970

EXTRATO DE CONTRATO N° 28/2020
DISPENSA CVT N° 17/2020

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas
CNPJ: 80.669.864/0001-30
Contratado: Alinor Furtado Corretora de Seguros Ltda.

CNPJ: 10.706.405/0001-01

Objeto: O presente Processo tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PREDIAL, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência da Dispensa nº 17/2020.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 24, inciso II; Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.
Vigência: 14/08/2020 à 31/12/2020

Valor Global: R\$ 1.115,18
(um mil cento e quinze reais e dezoito centavos)..

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118.2017 PMT

Publicação Nº 2608988

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64.2019 PMT - SANDROVILMAR PURES -ME

Publicação Nº 2608990

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SANDRO VILMAR PIRES - ME, CNPJ Nº 09.253.952/0001-91 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 64/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 2608994

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2018 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa COPPINI & CIA LTDA - EPP (INFOPREV), CNPJ nº 08.729.009/0001-40, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de agosto de 2020.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 108.2019 PMT

Publicação Nº 2608996

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 108/2019
CONCORRÊNCIA Nº 26/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº. 12.535.370/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 25/08/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 17 de agosto de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 31 2020 PMT - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Publicação Nº 2609005

DECISÃO ABERTURA
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020 PMT

O Município de Timbó/SC, informa aos interessados que, considerando a suspensão da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 31/2020 PMT, que objetiva a AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOBREAKS E DEMAIS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DESTINADOS À CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIMPLIFICA TIMBÓ, e diante da atual necessidade de continuidade dos serviços públicos, com a retomada gradativa das atividades, resolve designar nova data para abertura do processo licitatório.

Desta forma, determina a designação da Sessão Pública, conforme segue: ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 01 de setembro de 2020. ABERTURA: dia 01 de setembro de 2020 às 09h05min.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000.

Timbó, 17/08/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - NOBELA - PP 02 2020 FMS

Publicação Nº 2609028

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos tipo van 15 (quinze) lugares (mais motorista), zero quilometro, ano/modelo mínimo 2020, para transporte de pacientes para tratamento fora de domicílio, conforme convênio 2019tr001707

RECORRENTE: Nobela Comércio e Serviços LTDA.

I. Do relatório:

Trata-se de recurso administrativo interposto contra decisão que aplicou penalidade de devolução e substituição do bem, sob pena de rescisão contratual, multa, suspensão e declaração de idoneidade.

O procedimento administrativo foi instaurado para apurar supostas irregularidades apontadas pela licitante Blu-Star Com. de Veículos Ltda., concessionário Mercedes Benz de Indaial, a qual, em suma, relatou que algumas das características dos veículos entregues diferenciavam-se das constantes do edital de Pregão Presencial nº 02/2020 FMS e Termo de Referência, sendo as seguintes:

- Acabamentos internos;
- Bancos;
- Ausência de porta objetos;
- Ar condicionado do furgão foi adaptado com difusores de ar para os passageiros da parte traseira. O ar-condicionado da Sprinter tipo

micro-ônibus vem colocando na parte superior externa com distribuição de difusores por toda a parte traseira, sendo que original custa R\$ 15.000,00 e o adaptado R\$4.000,00 e ainda que a concessionária, dentro de um raio de 35km de Timbó não dá garantia para esse tipo de modelo de ar-condicionado adaptado;

- e) Adaptação de um botão para a velocidade do ar na parte traseira do painel;
- f) Retirada da divisória do motorista e inserção de alguns que não são originais.

Além disto, a Contratada também foi notificada de que foram encontradas divergências quanto à descrição do objeto na nota fiscal encaminhada, já que a nota de compra da Contratada diretamente com a montadora indica o veículo ☐Furgão 416 Sprinter F42A UP1☐, já a nota fiscal encaminhada ao Município indica o veículo ☐Sprinter 416 micro-ônibus 16 lugares☐, caracterizando divergência ao objeto licitado. Assim, fora concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para que a Contratada apresentasse justificativas acerca dos fatos relatados na notificação, tendo ela apresentado manifestação, a qual foi analisada, tendo-se concluído pela desconformidade dos veículos fornecidos em relação aos requisitos exigidos pelo Edital n. 02/2020 FMS, determinando-se a devolução dos dois veículos e a substituição dos mesmos, pela Contratada, no prazo máximo de 15 dias, veículos que atendessem as características exigidas no Edital, sob pena de serem aplicadas as seguintes penalidades:

"I – Rescisão Contrato Administrativo nº 067/2020 - FMS firmado com a empresa NOBELA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com fundamento nos itens 14.1.1 e 14.4 do Edital de Pregão Presencial nº 02/2020FMS, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas perante o Município de Timbó;

II – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da ordem de compra/serviço, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

III – Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois)anos, observadas as disposições legais;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição☐

Notificada através de e-mail e correspondência enviadas na data de 06/08/2020, em 11/08/2020 a Contratada apresentou recurso acompanhado de justificativas e pedido de reconsideração da decisão, ensejando assim nova manifestação/decisão da municipalidade.

Em rasas linhas, alega a Contratada que: a) quanto às irregularidades apontadas em relação ao ar condicionado, a responsável pela instalação apresentou declaração no sentido de que o equipamento instalado teria uma capacidade de 30 mil BTU☐s, já o equipamento original de fábrica teria 38 mil BTU☐s, e que para solucionar a diferença de potência promoveria a instalação de um novo compressor e condensador, de modo que o sistema de ar condicionado passaria a ter uma potência de até 45 mil BTU☐s, o que o tornaria com qualidade/desempenho superior ao original de fábrica; b) em relação à suposta inexistência de assistência técnica em um raio de 35 km do Município de Timbó, a Contratada indica a existência de atendimento via SAC para direcionamento à Assistência no Município de Blumenau, que dista 30 km da sede da municipalidade; c) em relação à menção de que o ar-condicionado original de fábrica teria valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), enquanto o aparelho adaptado teria valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), alega que conforme orçamentos realizados, o custo dos aparelhos de ar-condicionado seriam de R\$ 7.450,00 para cada um dos veículos; d) em relação à afirmação de que as transformações e adaptações realizadas pela Contratada estariam em dissonância com o Edital, bem como que as mesmas acarretaram desvalorização e prejuízo ao erário, a Contratada alega que as adaptações valorizaram o veículo em aproximadamente R\$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais), fato que estaria comprovado por meio de notas de serviços apresentadas; e) as modificações realizadas nos veículos possuem total e absoluta lisura e conformidade com os padrões técnicos exigidos, tanto no Edital quanto pelos órgãos de fiscalização de trânsito; f) em relação ao apontamento realizado quanto às divergências das notas fiscais, os veículos foram documentados como passageiros/micro-ônibus, conforme demonstrado pelo Certificado de Registro e Licenciamento.

Pleiteia a reconsideração da decisão, comprometendo-se a: - executar imediatamente e "in loco" a implementação do sistema de ar-condicionado, com a instalação de um segundo compressor e condensador para atendimento do salão traseiro, elevando a capacidade até 45 mil btus (tornando-o superior ao original de fábrica); - indicar o SAC para assistência técnica a ser realizada no município em um raio de a 30 km; - estender a garantia do ar-condicionado por mais 06 meses, após o término da garantia de 01 ano; - ofertar um pacote de serviços que garantam mais duas revisões básicas em cada veículo; - por mais 6 meses, após término da garantia, mais um pacote de duas revisões básicas em cada veículo; - oferecer um desconto em cada veículo de R\$ 3.500,00, fechando um valor global de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Sendo a síntese do necessário, passa-se à fundamentação.

II. Da admissibilidade do presente recurso:

Tendo em vista a tempestividade e correto direcionamento, recebo o presente recurso e passo à análise do mérito.

III. Do mérito:

A Recorrente participou do Pregão Presencial nº. 02/2020 – FMS, cujo objetivo é a ☐aquisição de 02 (dois) veículos tipo van 15 (quinze) lugares (mais motorista), zero quilômetro, ano/ modelo mínimo 2020, para transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio conforme convênio 2019TR001707☐, tendo, diante da classificação obtida, sido convocada para fornecer a os veículos, correspondente ao Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2020 - PMT, tudo de conformidade com o Contrato Administrativo nº 67/2020.

Verifica-se que, em razão do que preleciona a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 67/2020 (itens 1 e 1.2 do Edital nº 02/2020) e as descrições contidas no Termo de Referência, em relação às características do objeto, esta Autoridade havia negado deferimento às justificativas apresentadas pela Contratada.

No entanto, ao contrário da manifestação anteriormente apresentada, na presente a Contratada trouxe novos fatos e documentos que comprovam que os veículos entregues não destoam e nem infringem o Edital n. 02/2020, permitindo que esta Autoridade proceda à devida reconsideração.

Em análise detida do Edital n. 02/2020, vislumbra-se que a proibição de adaptação está expressa somente no que se refere ao sistema de ar-condicionado, o que, conforme se demonstrará, não enseja a obrigatória exclusão da Contratada no certame, eis que o núcleo do objeto, qual seja, veículo "tipo van 15 (quinze) lugares (mais motorista), zero quilômetro, ano/ modelo mínimo 2020", foi devidamente cumprido. Vejamos o que preleciona o item 1.1 do Edital n. 02/2020 FMS, ao dispor sobre as especificações do objeto:

□1 - OBJETO - 1.1 - O presente edital tem por objetivo receber propostas destinadas à aquisição de 02 (dois) veículos tipo van 15 (quinze) lugares (mais motorista), zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2020, para transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio conforme convênio 2019TR001707, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, que acompanha o Edital.

Assim, conclui-se que o Edital não proíbe adaptações ao veículo, apenas que o objeto a ser entregue deve ser veículo zero quilômetro e ano 2020.

Neste sentido, forçoso concluir que a Contratada infringiu o Edital no que diz respeito à entrega do veículo, não podendo, assim, ser excluída do certame.

Por meio do recurso apresentado, a Contratada juntou evidências de que as adaptações promovidas são condizentes com as características exigidas no Edital 02/2020 FMS, tratando-se ainda de adaptações lícitas aprovadas pelo DETRAN, não havendo prejuízo de sua aceitação por parte da municipalidade.

Tal fato restou comprovado por meio da declaração de homologação juntada pela Contratada, a qual atesta que a empresa que promoveu a adaptação do veículo participou do processo de homologação que consiste na aprovação pelo DETRAN para a transformação do veículo I/M. BENZ 416 GUERRA MO, bem como a aprovação da realização de todos os ensaios previstos na legislação realizada pela OBAC - Organismo Brasileiro de Avaliação e Certificação LTDA. A declaração atesta ainda que a empresa Guerra Transformações (promovedora das adaptações) apresenta um sistema de gestão de qualidade conforme previsto na Portaria 190 do DETRAN (estabelece o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL).

Ainda de acordo com a declaração, a transformação do veículo consiste na instalação de bancos com cintos subabdominais e cortes em locais pré-denominados para a instalação de janelas. Atestou ainda que todas as intervenções seguem rigorosamente o manual da implementadora Mercedes-Benz do Brasil para o veículo I/M.BENZ 416CDISPRINTERF.

Além da declaração, a Contratada juntou "Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito nº 0140/2020/COSEV-DENATRAN/DENATRAN/SNTT", concedido pelo DETRAN à empresa transformadora do veículo em relação ao veículo alienado.

Portanto, por meio da documentação apresentada, a Contratada comprovou que as adaptações realizadas são lícitas e permitidas pelos órgãos de trânsito, circunstância que aliada à ausência de proibição expressa de adaptação no veículo, permite concluir pela não infringência às disposições do Edital.

Deste modo, restou evidenciado que as alterações realizadas foram feitas por empresa com autorização para tal, e respeitadas todas as regras da legislação vigente e exigências dos departamentos de trânsito, tanto que o veículo foi registrado como micro-ônibus no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo expedido pelo DETRAN.

Em relação ao sistema de ar-condicionado a Contratada demonstrou, através de laudos técnicos, que após a implantação de compressor e condensador, o ar-condicionado se mostrará de potência superior ao produto sem a adaptação, podendo chegar a até 45 mil BTU'S.

A doutrina e a jurisprudência afirmam que quando o produto ofereça vantagens superiores aos determinados no ato convocatório, e não alterarem o gênero do produto, não há óbice a que seja aceito pela administração.

Acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

"Obviamente, a oferta de vantagens ou benefícios não previstos ou superiores aos determinados no ato convocatório não prejudica o licitante. Se o benefício não for de ordem a alterar o gênero do produto ou do serviço, nenhum efeito dele se extrairá. Porém, se a vantagem configurar, na verdade, outra espécie de bem ou serviço, deverá ocorrer a desclassificação da proposta – não pela 'vantagem' oferecida, mas por desconformidade com o objeto lícito". (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010.) (grifou-se).

No mesmo sentido, traz-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA. 1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço. 2. Recurso ordinário não-provido. (STJ MS 15817 RS 2003/0001511-4, 2ª T., rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 03.10.2005 p. 156). (grifou-se).

Também assim já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

É ADMISSÍVEL A FLEXIBILIZAÇÃO DE CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA, NA HIPÓTESE EM QUE O PRODUTO OFERTADO APRESENTAR QUALIDADE SUPERIOR À ESPECIFICADA NO EDITAL, NÃO TIVER HAVIDO PREJUÍZO PARA A COMPETITIVIDADE DO OBJETO REVELAR-SE VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO. - Representação formulada por empresa noticiosa supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro – COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro.

A unidade técnica propôs a anulação do certame fundamentalmente em razão de a proposta vencedora ter cotado uniformes com gramatura superior à da faixa de variação especificada no edital (edital: 175 a 190 g/m²; tecido ofertado na proposta vencedora: 203 g/m²), o que deveria ter ensejado sua desclassificação. O relator, contudo, observou que o tecido ofertado "é mais 'grosso' ou mais resistente que o previsto no edital" e que o COMRJ havia reconhecido que o produto ofertado é de qualidade superior à prevista no edital. A esse respeito, anotou que a Marinha do Brasil está habilitada a "emitir opinião técnica sobre a qualidade do tecido". Levou em conta, ainda, a manifestação do Departamento Técnico da Diretoria de Abastecimento da Marinha, no sentido de que o produto atenderia "à finalidade a qual se destina, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade". Noticiou ainda que a norma técnica que trata desse quesito foi posteriormente alterada para admitir a gramatura 203 g/m² para os tecidos desses uniformes. Concluiu, então, não ter havido afronta ao interesse público nem aos princípios licitatórios, visto que o procedimento adotado pela administração ensejará a aquisição de produto de qualidade superior ao desejado pela administração contratante, por preço significativamente inferior ao contido na proposta da segunda classificada. Ressaltou também a satisfatória competitividade do certame, do qual participaram 17 empresas. E arrematou: "considero improvável que a repetição do certame com a ínfima modificação do edital (...) possa trazer mais concorrentes e gerar um resultado mais vantajoso ...". O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu julgar parcialmente procedente a representação, "em face da verificação de apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação". Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013.

Assim, a adaptação do ar condicionado não enseja, por si só, a exclusão da Contratada do certame, já que tal fato não altera o gênero do produto fornecido, além de ter ela cumprido com o objeto do Edital, qual seja, a entrega de veículo tipo van 15 (quinze) lugares (mais motorista), zero quilômetro, ano/ modelo mínimo 2020.

A adaptação promovida no ar condicionado, por si só, não se traduz em descumprimento do Edital, sendo que o objeto principal, a entrega do veículo zero quilômetro, modelo 2020, foi cumprido pela Contratada.

Além disso, conforme demonstrado, após instalação de compressor e condensador, a potência do sistema de ar-condicionado se mostrará superior à originalmente exigida, fato este permitido pela jurisprudência pátria.

IV. Da decisão:

Ante ao exposto, DEFERE-SE o presente recurso, devendo a Contratada, em até 15 dias úteis contados da ciência da presente, promover e comprovar (inclusive documentalmente): - as alterações no sistema de ar-condicionado nos moldes e condições ora propostos e acatados, de forma que a potência do ar condicionado se revele igual ou superior à do veículo original - a indicação de SAC e a garantia da assistência técnica a ser realizada no município em um raio de a 30 km; - a extensão da garantia do ar-condicionado por mais 06 meses após o término daquela de 01 ano; - a oferta e disponibilização do pacote de serviços de mais duas revisões básicas gratuitas em cada veículo; - por mais 6 meses, após término da garantia, mais um pacote de duas revisões básicas gratuitas em cada veículo; - desconto, sobre o valor da proposta, em cada veículo, de R\$ 3.500,00.

O descumprimento de quaisquer destas condições enseja a imediata aplicação das seguintes penalidades:

– Rescisão Contrato Administrativo nº 067/2020 – FMS firmado com a empresa NOBELA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com fundamento nos itens 14.1.1 e 14.4 do Edital de Pregão Presencial nº 02/2020FMS, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas perante o Município de Timbó;

II – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da ordem de compra/serviço, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

III – Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição

a) Que seja informada à Central de Licitações para que, confirmada a rescisão do contrato pelo descumprimento das determinações supra, realize os trâmites necessários para convocação da empresa próxima colocada no item 1 do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 02/2020 – FMS ao preço proposto pela empresa desclassificada atualizado, como disciplina a Lei 8.666/93 em seu art. 24, inc. XI, o qual dispõe que é dispensada a licitação “na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido”.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 17 de agosto de 2020.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

DECISÃO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL 10.2019 FMS - JEFFERSON DUWE - ME

Publicação Nº 2609018

DECISÃO

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 10/2019

Ata de Registro de Preço Nº 10-06/2019 PMT

JEFFERSON DUWE - ME

A CONTRATADA (JEFFERSON DUWE - ME) apresentou, em 29/07/2020, pedido de reequilíbrio financeiro em relação à Ata de Registro de Preço nº 10-06/2019 PMT, decorrente do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 10/2019 FMS, justificando para tanto que os itens de número 2 e 3 da referida Ata de Registro de Preço, como consequência da pandemia, sofreram uma alta repentina da cotação do Dólar, conforme demonstra a contratada através de demais documentos que acompanham o seu requerimento.

Recebido o pedido, este foi encaminhado ao economista da municipalidade, junto com a documentação apresentada, para avaliação e posterior emissão do Parecer Econômico-Financeiro.

Assim, através do Parecer Econômico-financeiro nº 037/2020, o economista da municipalidade fez consignar que, em relação ao item 2, não foi apresentada pela Contratada nota fiscal relativa à época do Pregão, e por isso a análise da variação de custos restou impossibilitada, tendo sido a CONTRATADA cientificada, através de e-mail encaminhado em 04/08/2020, para que em 03 (três) dias, querendo, apresentasse novos documentos para análise em relação ao item.

O prazo transcorreu sem que a CONTRATADA se manifestasse a respeito. Assim, ante a ausência de elementos aptos a prosseguir com a análise econômico financeira em relação ao item 2, o pedido deverá ser improcedente.

Já em relação ao item 3, realizados os cálculos e considerando toda a documentação apresentada, concluiu-se que houve um aumento de preços em relação ao produto, devendo ser reajustado para manter-se o equilíbrio contratual, porém não no valor pleiteado pela Contratada. Deste modo, poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, unicamente para o item em que foi possível avaliar a variação de preço de acordo com as notas fiscais apresentadas, e dentro dos parâmetros e índices indicados no parecer.

Diante do exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido, sendo devido o reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato em favor do requerente, para o item de nº 3, a contar do pedido, porém não no patamar solicitado, e INDEFERINDO o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro para o item nº 02, conforme as justificativas alhures e o apontado no parecer econômico-financeiro de nº 037/2020;

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 07 de agosto de 2020.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência social

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 52 2020 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA TERESINA

Publicação Nº 2609040

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: V.P.A Pavimentação Eireli ME

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação por paralelepípedos de 534,00 m² (quinhentos e trinta e quatro metros quadrados) da Rua Teresina, de acordo com a respectiva Lei Municipal n.º 3144 de 30 de abril de 2020 e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (em regime de colaboração público privada) n.º 45/2020, considerando 100% de aderentes..

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 29.637,00 (vinte e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais).

VALOR A SER PAGO PELO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE ÁREA DE LOTES DO MUNICÍPIO, VIRADOURO E ENTRONCAMENTO: R\$ 10.256,40 (dez mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 19.380,60 (dezenove mil, trezentos e oitenta reais e sessenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 17 de agosto de 2020

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 133.2019 TIMBOPREV

Publicação Nº 2609045

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 133/2019

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV.

CONTRATADO: DATAMAIS SISTEMAS LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo até 29/08/2021.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativo-Financeira do TIMBOPREV

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2020 PMT

Publicação Nº 2582904

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de gêneros alimentícios (frutas, verduras e pães) destinados ao fundo municipal de saúde (para utilização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS), à Fundação Municipal de Esportes (para utilização dos atletas que compõe a ☐ casa do atleta ☐), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria Da Polícia Militar - FUNREPOM (para complemento da alimentação dos policiais militares da 2ª companhia de Polícia Militar de Timbó) e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do corpo de bombeiros militar)

EMPRESAS: JOSÉ NEI KOCH ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 34.246,43 (trinta e quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/02/2021

Timbó, 18/02/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

Três Barras

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 08/2020

Publicação N° 2608070

CONVOCAÇÃO 08/2020

Edital 002/2019 Processo seletivo simplificado

Através do presente instrumento particular, o Município de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar n° 119/2008.

CONVOCA as pessoas abaixo relacionadas e citadas para, no prazo de até trinta dias, manifestarem o interesse e tomarem posse no Cargo abaixo especificado, ante a aprovação em regular concurso público.

Condutor

- DIEGO DA SILVEIRA

- RUBENS GLUCZKOVISKI

Operador de Máquina

- CESAR RIBEIRO

Os convocados deverão comparecer, no prazo legal, no Setor de RH do Município de Três Barras, localizado no Paço Municipal, para as providências legais.

Três Barras, 13 de Agosto de 2020.

LUZIELE CAROLINE DOS SANTOS FERREIRA

SECRETARIO ADJUNTO

Treviso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 437/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608138

PORTARIA Nº 437/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 912, de 12 de junho de 2019, e de acordo com o Art.11, parágrafo 4º do Decreto Municipal nº 547/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, da seguinte forma, a periodicidade das inspeções do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM, nos estabelecimentos registrados sob fiscalização periódica:

I – CARNE E DERIVADOS

- a) Unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos: mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis: trimestral

II – LEITE E DERIVADOS

- a) Granja leiteira: mensalmente
- b) Posto de refrigeração: mensalmente
- c) Usina de beneficiamento: mensalmente
- d) Fábrica de laticínios: mensalmente
- e) Queijaria: mensalmente

III – PESCADO E DERIVADOS

- a) Estação depuradora de moluscos bivalves: mensalmente
- b) Barco fábrica: trimestral
- c) Unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado: mensalmente
- d) Abatedouro frigorífico de pescado: mensalmente

IV – OVOS E DERIVADOS

- a) Granja Avícola: mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de ovos e derivados: mensalmente

V – PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

- a) Unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas: trimestral
- b) Entrepósito de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados: trimestral

VI - ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM:

- a) Entrepósito de produtos de origem animal: trimestral
- b) Casa atacadista: trimestral
- c) Unidade de beneficiamento de produtos de origem animal em supermercados e similares: mensalmente

Art. 2º Fica estabelecido o uso do Relatório de Ação Fiscalizatória (RAF) e Controle de Vistoria como check-list a ser aplicado nas inspeções e documento de registro das ações fiscais realizadas nos estabelecimentos regulados pelo Decreto municipal N.º 547/2019.

Parágrafo único. Os documento serão preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o servidor responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e a outra via fica no bloco.

Art. 3º Fica estabelecido o uso do Relatório de Não Conformidades (RNC) como documento de notificação escrita para descrever falhas em atender às exigências regulamentares, que será utilizado como procedimento padrão para registro das não conformidades encontradas durante as inspeções do SIM nos estabelecimentos regulados pelo Decreto municipal N.º 547/2019.

§ 1.º O RNC será preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o servidor responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e outra via fica no bloco.

§ 2.º O estabelecimento terá prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento do RNC, para executar as ações corretivas e apresentar ao SIM relatório das ações realizadas ou um Plano de Ações Corretivas incluindo solicitação de prazos para execução de cada item inconforme.

§ 3.º Os prazos serão revisados, deferidos ou indeferidos pelo SIM, utilizando-se de caráter técnico para definição. Para os prazos indeferidos, o SIM estipulará novos prazos, os quais deverão ser acatados pelo estabelecimento.

§ 4.º O responsável legal pelo estabelecimento poderá solicitar ao SIM, por escrito, a prorrogação dos prazos, por no máximo 2 (duas) vezes, antes do vencimento dos mesmos, caso não os consiga cumprir.

§ 5.º O SIM poderá solicitar justificativa técnica, a ser elaborada pelo Responsável Técnico do estabelecimento ou profissional de competência específica comprovada, para conceder as prorrogações.

§ 6.º A verificação do cumprimento dos prazos do RNC e respectivo Plano de Ação Corretiva, será efetuada pelo Médico Veterinário responsável do SIM. O não cumprimento de 100% (cem por cento) dos itens apontados no RNC poderá acarretar em adicional ação administrativa e legal.

§ 7.º Acarretará em auto de infração quando a idêntica não conformidade for apontada por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, no período de 12 (doze) meses desde que a não conformidade incorra em risco sanitário.

Art. 4º A fiscalização do SIM poderá adotar, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares descritas no Art. 481 do Decreto N.º 547/2019.

Art. 5º Será aplicado pelo médico veterinário responsável pelo SIM 1 (uma) vez ao ano o Laudo de Inspeção Sanitária.

§ 1.º O Laudo de Inspeção Sanitária classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a seguinte graduação:

I – GRUPO 1: de 85 a 100% de atendimento dos itens;

II – GRUPO 2: de 61 a 84,99 % de atendimento dos itens;

III – GRUPO 3: de 0 a 60,99 % de atendimento dos itens.

§ 2.º As não conformidades assinaladas no Laudo de Inspeção Sanitária necessitam ser respondidas pelos estabelecimentos nas mesmas condições do RNC.

Art. 6º Fica estabelecida a periodicidade anual para realização da Supervisão das Inspeções do SIM pelo CIM-AMREC em todos os estabelecimentos registrados no SISBI-SUASA, podendo ser realizada Supervisão pelo CIM-AMREC em outros estabelecimentos registrados no SIM.

§ 1.º O Serviço de inspeção municipal dos municípios consorciados que não possuem estabelecimentos consorciados no SISBI-SUASA passarão por supervisão realizada pelo CIM-AMREC.

§ 2.º Será adotado o documento Laudo de Supervisão como check-list dos itens a serem avaliados na supervisão previstos no caput.

§ 3.º A supervisão será realizada pelo médico veterinário do CIM-AMREC, podendo ser acompanhada por Médicos Veterinários de outros municípios consorciados.

§ 4.º O Laudo de Supervisão também classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a mesma graduação descrita no Art. 5º, parágrafo 1.º desta portaria.

Art. 7º As periodicidades descritas nos artigos 1º, 5º e 6º são consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM e CIM-AMREC a necessidade de realizar inspeções e/ou supervisões com frequências maiores do que as estabelecidas.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Treviso/SC, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 438/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608142

PORTARIA Nº 438/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS ANÁLISES FISCAIS DE ÁGUA E PRODUTOS NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 912, de 12 de junho de 2019, e de acordo com o Título VIII do Decreto Municipal nº 547/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a periodicidade das análises fiscais, físico-químicas e microbiológicas de água de abastecimento interno e de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, da seguinte forma:

I – Análises Físico-químicas de Água de Abastecimento Interno - anualmente

II – Análises Microbiológicas de Água de Abastecimento Interno - a cada 4 (quatro) meses

III – Análises Físico-químicas de Produtos de Origem Animal - a cada 6 (seis) meses

IV – Análises Microbiológicas de Produtos de Origem Animal - a cada 3 (três) meses

§ 1º Para os estabelecimentos que possuem um único produto registrado no S.I.M., a análise físico-química de produto terá periodicidade anual. O mesmo se aplica aos estabelecimentos com mais de um produto registrado, mas com único produto aplicável ao ensaio físico-químico.

Art. 2º Para efeito desta Portaria entende-se por “análise fiscal” a amostra ou item de ensaio encaminhados para laboratório oficial

acompanhados de requisição de análise do SIM, coletados e lacrados por servidor do serviço oficial de inspeção ou na presença deste.

Art. 3º A periodicidade poderá ser alterada a qualquer momento, a critério do SIM, sendo as periodicidades descritas no Art. 1º desta Portaria consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM a necessidade de realizar análises fiscais com frequências maiores do que as estabelecidas.

Parágrafo único. O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar análises de qualquer produto produzido pelo estabelecimento, assim como matérias-primas ou ingredientes utilizados pelo mesmo, fora da periodicidade estabelecida no Art.1º desta portaria.

Art. 4º Os parâmetros analisados e os padrões legais aceitáveis deverão obedecer à legislação vigente, conforme artigo 463 do Decreto municipal nº 547/2019.

§ 1º Nos casos de ensaios laboratoriais de produtos de origem animal que não possuam Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ), Norma Interna Regulamentadora (NIR) ou legislação específica, poderá ser permitido o seu enquadramento nos critérios estabelecidos para um produto similar.

§ 2º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar a análise de parâmetros microbiológicos e físico químicos complementares, não dispostos na determinação do Art 463 do Decreto municipal nº 547/2019, incluindo ainda características organolépticas e fatores de qualidade.

Art. 5º Os produtos a serem coletados serão determinados pelo SIM, sendo de forma alternada, afim de que todos os produtos elaborados pelo estabelecimento sejam analisados, obedecendo ao disposto no Art. 6º desta portaria. As coletas fiscais e o lacre das amostras devem ser realizados pelo servidor do SIM, com preenchimento do termo de coleta.

§ 1º É responsabilidade do estabelecimento garantir a preservação da integridade física da amostra e conferir a sua adequada conservação durante o seu acondicionamento e transporte até o laboratório credenciado.

§ 2º Poderá o SIM realizar o transporte de amostras fiscais até o laboratório oficial de escolha do estabelecimento.

§ 3º Os estabelecimentos registrados deverão informar por escrito ao SIM o laboratório credenciado de sua escolha.

Art. 6º As amostras fiscais devem ser coletadas proporcionalmente ao número de categorias que o estabelecimento industrializa, conforme segue:

I – 1 (um) a 4 (quatro) categorias - análise de 01 (um) produto

II – 5 (cinco) ou mais categorias - análise de 02 (dois) produtos diferentes

Art. 7º Para os estabelecimentos que apresentarem análises físico-químicas e/ou microbiológicas da água de abastecimento interno ou análises físico-químicas e/ou microbiológicas de produto em desacordo com os padrões legais vigentes, serão adotados os procedimentos abaixo descritos:

I – O SIM irá notificar o estabelecimento através de RNC.

II – Levando-se em consideração o risco sanitário e a fraude econômica, o SIM determinará ao estabelecimento a realização do recolhimento do lote do produto e sua inutilização.

III – O SIM solicitará a detecção e correção com brevidade a causa da inconformidade;

IV - Em resposta ao RNC, o SIM solicitará a apresentação de plano de ações corretivas e medidas preventivas para evitar a reincidência da não conformidade.

V - Realizar novo ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, com exceção de produtos de origem animal cujo tempo de fabricação seja maior que esse período.

§ 1º É facultado ao interessado requerer ao MVO a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que houver, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data de ciência do resultado, devidamente comprovado por documento auditável.

§ 2º Em casos de reincidência de relatórios de ensaios laboratoriais inconformes, para o mesmo parâmetro, em ensaios consecutivos, o estabelecimento será submetido ao Regime Especial de Fiscalização (REF), sujeito às sanções previstas no Decreto municipal nº 547/2019, ou outro que venha a substituí-lo, e demais legislações pertinentes.

§ 3º A critério do SIM, além do ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes, poderá ser solicitada a análise dos demais parâmetros.

Art. 8º Fica estabelecida a obrigatoriedade do envio das análises para laboratórios credenciados oficialmente.

Art. 9º As despesas decorrentes das análises fiscais são de responsabilidade dos estabelecimentos fiscalizados, conforme Art. 471 do Decreto municipal nº 547/2019.

Parágrafo único. A não emissão do laudo de análise por parte do laboratório oficial em função de débitos existentes por parte da empresa acarretará em auto de infração ao estabelecimento por não cumprimento ao cronograma fiscal de análises.

Art. 10 Fica estabelecido o Status da Qualidade da Água – SQA, onde a periodicidade para análise microbiológica da água de abastecimento interno descrita no Art. 1º, inciso II, desta Portaria passa a ser semestral.

§ 1º Para o estabelecimento registrado atingir o SQA são necessários os seguintes requisitos:

I – possuir 2 (duas) análises microbiológicas fiscais de água consecutivas dentro dos padrões legais vigentes;

II – possuir 3 (três) meses de documentos auditáveis dos procedimentos relativos à qualidade da água de abastecimento interno com o monitoramento da cloração e do PH da água e da limpeza e desinfecção do reservatório.

§ 2º O estabelecimento perderá o SQA se houver qualquer não conformidade que por ventura venha gerar RNC ou auto de infração, seja

por análise fiscal fora dos padrões de potabilidade de água, conforme legislação vigente ou falhas no PAC de águas de abastecimento que possam ocasionar risco ao processo produtivo da empresa e inocuidade dos produtos finais.

Art. 11 Fica estabelecido o Regime Especial de Fiscalização (REF), que se inicia a partir do recebimento do segundo resultado insatisfatório consecutivo do mesmo produto para o mesmo parâmetro analítico, em análises laboratoriais fiscais ou de monitoramento.

§ 1º O REF será estabelecido através da emissão de RNC emitido pelo médico veterinário do SIM após a verificação do segundo resultado consecutivo insatisfatório para um mesmo produto.

§ 2º O RNC emitido deverá suspender a produção do produto temporariamente, sequestrar os produtos a critério do médico veterinário do SIM e solicitar plano de ações corretivas.

§ 3º O médico veterinário do SIM poderá aplicar sanções previstas no Título XI, do decreto municipal nº 547/2019.

§ 4º Em casos de fraudes, adulterações e falsificações ou outras situações que julgar necessário, o Serviço de Inspeção Municipal poderá instituir o REF.

Art. 12 O REF será encerrado com a apresentação de 3 (três) relatórios de ensaios laboratoriais consecutivos com resultado satisfatório de lotes diferentes para o parâmetro analisado.

§ 1º Os lotes com resultado insatisfatório serão descartados, sendo o estabelecimento responsável pelo destino correto dos produtos.

Art. 13 Em relação às categorias para análise de produtos, observado o que dispõe o art. 6º desta portaria, estipula-se:

GRUPO 1: CARNES E DERIVADOS

Categoria 1.1 PRODUTOS PROCESSADOS TERMICAMENTE - ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

Categoria 1.2 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 1.3 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 1.4 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 1.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A HIDRÓLISE

Categoria 1.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-DEFUMAÇÃO

Categoria 1.7 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO

Categoria 1.8 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

GRUPO 2: MEL E DERIVADOS

Categoria 2.1 CERA DE ABELHA

Categoria 2.2 MEL

Categoria 2.3 GELÉIA REAL

GRUPO 3: OVOS E DERIVADOS

Categoria 3.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 3.2 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 3.3 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO - COCÇÃO

Categoria 3.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- DESIDRATAÇÃO

Categoria 3.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- PASTEURIZAÇÃO

Categoria 3.6 PRODUTOS IMERSO EM SALMOURA E OUTROS LIQUIDOS

GRUPO 4: PESCADO

Categoria 4.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 4.2 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 4.3 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 4.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 4.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO

Categoria 4.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO -ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

GRUPO 5: LEITE E DERIVADOS

Categoria 5.1 CASEÍNA

Categoria 5.2 CASEÍNATO

Categoria 5.3 GORDURA ANIDRA DE LEITE

Categoria 5.4 MANTEIGA

Categoria 5.5 MARGARINA

Categoria 5.6 PRODUTO LÁCTEO EM PÓ

Categoria 5.7 PRODUTO LÁCTEO ESTERILIZADO

Categoria 5.8 PRODUTO LÁCTEO FERMENTADO

Categoria 5.9 PRODUTO LÁCTEO FUNDIDO

Categoria 5.10 PRODUTO LÁCTEO PARCIALMENTE DESIDRATADO

Categoria 5.11 PRODUTO LÁCTEO PASTEURIZADO

Categoria 5.12 PRODUTO LÁCTEO UHT

Categoria 5.13 QUEIJO MATURADO

Categoria 5.14QUEIJO MOFADO
Categoria 5.15QUEIJO NÃO MATURADO
Categoria 5.16QUEIJO RALADO
Categoria 5.17RICOTA
Categoria 5.18QUEIJO ULTRAFILTRADO
Categoria 5.19SOBREMESA LÁCTEA
Categoria 5.20 FARINHA LÁCTEA
Categoria 5.21 PRODUTO LÁCTEO EM CRU

Art. 14º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Treviso/SC, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 439/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608147

PORTARIA Nº 439/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM PARA FINS DE OBTENÇÃO DE INDICAÇÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SISBI-POA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 912, de 12 de junho de 2019, e de acordo com o Art.11, parágrafo 4º do Decreto Municipal nº 547/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os requisitos mínimos necessários a serem preenchidos pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM para fins de obtenção de indicação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, os quais são os seguintes:

I – ser classificado como Grupo 1 no Laudo de Inspeção Sanitária e no Laudo de Supervisão;

II – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programas de Autocontrole;

III – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programas de Autocontrole;

IV – ter no mínimo 3 (três) meses de registros auditáveis após ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programas de Autocontrole.

Parágrafo único. A primeira Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programas de Autocontrole deverá ser conduzida pelo médico Veterinário responsável pelo SIM após 30 (trinta) dias da comunicação por escrito, por parte do estabelecimento, da implantação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programas de Autocontrole.

Art. 2º Para uma auto avaliação, os estabelecimentos poderão utilizar como modelo os documentos do SIM mencionados no artigo anterior, os quais estarão disponíveis no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 3º O pedido de indicação ao SISBI-POA deve ser protocolado na Secretaria Municipal de Agricultura pelo estabelecimento solicitante, através de requerimento assinado pelo responsável legal do estabelecimento.

Art. 4º Os estabelecimentos cujas categorias o SIM possui prerrogativa de indicação, ou seja, aquelas categorias já avaliadas na auditoria de reconhecimento da equivalência do SIM ao SISBI-POA, preenchidos os requisitos, o SIM deverá reconhecer a equivalência do estabelecimento através de Portaria a ser expedida pelo Prefeito Municipal após a expedição de Portarias de reconhecimento de Equivalência publicadas pelo MAPA e pelo CIM-AMREC.

Art. 5º Os estabelecimentos cujas categorias o SIM não possui prerrogativa de indicação, ou seja, aquelas categorias não avaliadas na auditoria de reconhecimento da equivalência do SIM ao SISBI-POA, ainda deverão passar por auditoria documental e operacional realizada pelo ministério da agricultura.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Treviso/SC, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 440/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608149

PORTARIA Nº 440/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE OS PROGRAMAS DE AUTO CONTROLE - PAC'S A SEREM IMPLANTADOS EM CARÁTER OBRIGATÓRIO NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 912, de 12 de junho de 2019, e de acordo com o Art.72, do Decreto Municipal nº 547/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a obrigatoriedade de implantação dos Programas de Autocontrole – PAC's, especificados abaixo, nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM.

I – PAC 1	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – incluindo aferição e calibração de instrumentos
II – PAC 2	ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO E GELO
III – PAC 3	CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS
IV – PAC 4	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS – incluindo águas residuais
V – PAC 5	PROCEDIMENTO PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL – PPHO
VI – PAC 6	PROCEDIMENTO SANITÁRIO DAS OPERAÇÕES – PSO
VII – PAC 7	MANIPULADORES – incluindo treinamento, higiene, hábitos higiênicos e saúde dos manipuladores
VIII – PAC 8	CONTROLE DE MATÉRIAS-PRIMAS, INGREDIENTES E MATERIAL DE EMBALAGENS
IX – PAC 9	CONTROLE DE TEMPERATURAS
X – PAC 10	ANÁLISES LABORATORIAIS
XI – PAC 11	RASTREABILIDADE E RECOLHIMENTO
XII – PAC 12	BEM-ESTAR ANIMAL
XIII – PAC 13	APPC

§ 1.º Conforme pertinência e o disposto no Art.72 do Decreto N.º 547/2019, os estabelecimentos deverão instituir outros PAC's a critério do SIM.

§ 2º Os PACs não necessariamente deverão estar em ordem e em número dos listados nos incisos I ao XI deste artigo, desde que todos os tópicos estejam contemplados.

§ 3.º Os PAC's deverão conter como anexos os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) e planilhas de controle. Quando necessário, também poderão ser anexados fluxogramas de atividades e Instruções de Trabalho, entre outros elementos.

§ 4.º A critério do SIM, os estabelecimentos poderão ser dispensados da apresentação de elemento de controle específico dentro do PAC, caso este controle não seja aplicável.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Treviso/SC, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 441/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608150

PORTARIA Nº 441/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS – POP'S, QUE DEVERÃO SER UTILIZADOS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 912, de 12 de junho de 2019, e de acordo com o Art. 527, do Decreto Municipal nº 547/2019,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP's obrigatórios a serem utilizados para registro e fiscalização dos

estabelecimentos de produtos de origem animal registrados ou que pretendam registro no Serviço de Inspeção – SIM, conforme segue:

I – POP 1	REGISTRO E HABILITAÇÃO
II – POP 2	ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES TEMPORÁRIAS OU DEFINITIVAS
III – POP 3	REFORMA E MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS
IV – POP 4	FISCALIZAÇÃO E VISTORIA
V – POP 5	REGISTRO DE PRODUTOS
VI – POP 6	ANÁLISE DE ROTULOS
VII – POP 7	COLETA DE PRODUTOS PARA ANÁLISE OFICIAL
VIII – POP 8	COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE OFICIAL
IX – POP 9	COMBATE A CLANDESTINIDADE E EDUCAÇÃO SANITÁRIA
X – POP 10	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE SERVIDORES E EMPRESAS
XI – POP 11	LANÇAMENTO DE PRODUÇÃO MENSAL
XII – POP 12	PROCESSO ADMINISTRATIVO
XIII – POP 13	EMISSION DE TAXAS E MULTAS
XIV – POP 14	AUDITORIA DOS ESTABELECIMENTOS

Parágrafo Único. Os POP'S acima listados deverão constar no Manual do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Treviso/SC, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP Nº 25/2020

Publicação Nº 2607951

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 45/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, operadora de plano de saúde, para a prestação continuada dos serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares, inclusive os de alta complexidade e serviços auxiliares de diagnóstico, terapias e internações, atendimento de urgência e emergência, na modalidade pré-pagamento, de acordo como rol de serviços e limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas atualizações.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 28/08/2020, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PP 25/2020

Publicação Nº 2609019

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de forma parcelada de placas, e pinturas para sinalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O Município torna público que decide SUSPENDER o referido certame, pois será necessário incluir novos itens na licitação. A nova data, assim que definida, de abertura será divulgada na forma da Lei.

Treze Tílias 14/08/2020

Mauro Dresch
Prefeito

DECRETO 2606

Publicação Nº 2608088

DECRETO Nº 2.606 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado LUTO OFICIAL, por três dias, em todo o Território municipal, em virtude do falecimento do Ex-Vereador Senhor GENUINO C. PARISOTTO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
17 de agosto de 2020

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças Designado

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 083/20

Publicação Nº 2608416

DECRETO 083/20 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

RETIFICA O DECRETO 023/20 DE 22 DE MARÇO DE 2020, QUE INSTITUI O COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA CRISE PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 07 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República em 18 de março de 2020, através da Mensagem nº 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de coronavírus (COVID-19) declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 020/20 de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Trombudo Central, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19 e, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO a situação epidemiológica atual e a expansão da presença do coronavírus (COVID-19), e determinações/recomendações por meio de Atos Oficiais a nível Nacional, Estadual e Municipal

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto 023/20, que institui o Comitê de gerenciamento da crise para enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O Comitê de gerenciamento de crise é órgão deliberativo e de articulação das ações da Administração Pública Municipal, bem como de assessoramento a Prefeita sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia da covid-19.

Art. 3º O Comitê de gerenciamento da crise será composto pelos seguintes membros:

– Secretária Municipal da Saúde;

Alésio Jung - COORDENADOR

– Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Geziel Balcker

– Secretaria Municipal da Educação e do Esporte;

Marcia Gisele Salvador

– Secretaria da Assistência Social e Habitação Interina;

Clarice Schlickmann Petri

– Membro do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Trombudo Central;

Vanderlei Nunes Ferreira

– Membro do Grupamento da Polícia Militar do Município de Trombudo Central;

Sergio da Silva Júnior

– Coordenador da Defesa Civil do Município de Trombudo Central;

Roberto Carlos Petri

– Responsável pela Vigilância Epidemiológica no Município de Trombudo Central;

Gabriela Franz Correa

– Direção do Hospital Trombudo Central e,

Ronald Klug

– Coordenador da emergência do Hospital Trombudo Central.

Doriano Venturini

Parágrafo Único. O coordenador poderá convidar para participar das reuniões do comitê, a depender do tema a ser discutido, membros

do Poder Judiciário, membros do Poder Legislativo, membros do Ministério Público, os Comandantes da Polícia Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, além de outras autoridades públicas e especialistas.

Art. 4º O Comitê se reunirá sempre que convocado por seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador terá o voto de qualidade no caso de empate.

§ 3º O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários com o objetivo de auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público, relevante, não remunerada.

Art. 6º O Comitê atuará de forma coordenada com todas as Secretarias Municipais e com o Gabinete do Prefeito.

Art. 7º Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Trombudo Central.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de agosto de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário da Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5433/2020

Publicação Nº 2607996

PORTARIA Nº. 5.433/2020
Em 17 de Agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 1436 de 09 de Julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os Conselheiros, para representar o Conselho Municipal de Saúde, órgão de caráter permanente, com funções deliberativa, normativa e fiscalizadora, relativamente ao Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal conforme determina a Lei Municipal nº. 1436/2020 nos termos da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e da Resolução Federal n.º 453 de 10 de maio de 2012:

1 - GOVERNAMENTAL

1.1 – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Titular: Carlos Adolfo Baumgratz Suplente: Patricia Carina Schoenberger

1.2 - Representante do Serviço de Assistência Social

Titular: Juliana Scheren Suplente: Elza Queli Valduga

2 – PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1 - Representante da Associação de pais e Amigos dos Excepcionais/ Associação Hospitalar de Tunápolis/ Laboratório contratualizado com o município.

Titular: Néli Célia Petry Suplente: Karoline Bertol

3 – PROFISSIONAIS DA SAÚDE

3.1 – Representantes dos Profissionais da Saúde

Titular: Lourdes Ana Bieger Suplente: Katiane Walker Schmitt

3.2 – Representante da Equipe de Saúde Bucal

Titular: Eduardo Machado Suplente: Daiana Paula Ely

3.3 – Representante da Equipe de Atenção Básica

Titular: Marciane Morás Immig Suplente: Nairse Strehl Specht

4 – DOS USUÁRIOS DO SISTEMA

4.1 – Representantes da Associação de Pais e Professores (APP):

Titular: Joséli Teresinha Becker Hofmann Suplente: Tatiane Ines Petzold

4.2 – Representante da Pastoral de Saúde:

Titular: Maria Bettio Suplente: Maria Teresa Kipper

4.3 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Paulo Jose Griebeler Suplente: Janete Heck Toillier

4.4 – Representante da Associação Empresarial de Tunápolis:

Titular: Rogério Recktenvald Suplente: Cleide Terezinha Wirth

4.5 – Representante do Grupo de Idosos Flor de Tunas:

Titular: Edgar Staudt Suplente: Décio Aloisio Weber

4.6 – Representante do Movimento de Mulheres Camponesas:

Titular: Maria Helena Kirchner Suplente: Madalena Kautzmann

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº. 5.393 de 04 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 17 de Agosto de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

BRUNO LENGERT

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PROCESSO DE COMPRA N°.: 211/2020 PREGÃO PRESENCIAL N°: 92/2020

Publicação N° 2609079

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N° 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra N°.: 211/2020
Pregão Presencial n°: 92/2020
Data Emissão: 08/07/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h do dia 28 de Agosto de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a aquisição de Sulfato de Alumínio Isento de Ferro Líquido, destinados para o setor do SAMAE, em conformidade com as especificações dos anexos.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, e-mail:compras@tunapolis.sc.gov.br, telefones (0xx49) 3632-1122, ou 49 991 121145, com Sheila Inês Bieger /Pregoeira.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 214/2020

Publicação N° 2609308

PORTARIA N° 214/20, de 14 de Agosto de 2020.
NOMEIA ASSISTENTE SOCIAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020 - PMT, as servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição à servidora Joziane Machado por ter desistido.

NOME CPF

Ana Claudia Broca 063.520.319-78

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 14 de Agosto de 2020 e encerrará em 06 de Agosto de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de agosto de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 215/2020

Publicação N° 2609309

PORTARIA N° 215/20, de 14 de Agosto de 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 14.08.2020 a 12.09.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1020 Ronaldo dos Santos 14.02.2018 a 13.02.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de agosto de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 15/2020 - PREGÃO Nº 08/2020

Publicação Nº 2607981

Estado de Santa Catarina

MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 15/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 08/2020

Tipo: Menor Preço/preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE FÓRMULA INFANTIL (LEITE) DESTINADO A PACIENTE DO SUS COM NECESSIDADE ESPECIAL, ATENDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 04 de setembro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br, ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 17 de agosto de 2020.

LEODACIR PIANESOLA

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Urubici

PREFEITURA

EDITAL 021/2020

Publicação Nº 2608289

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
CHAMADA PUBLICA 002/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 020/2020
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2020

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público objeto deste edital para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural conforme §1 do art. 14 da Lei 11.947/2009 resolução FNDE nº 4 de 02 de abril de 2015, para creches e escolas municipais. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 09/09/2020 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017

Publicação Nº 2608789

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2017.

Objeto: Outorga de permissão de uso para exploração comercial de serviços de lanchonete e bar em área delimitada junto ao Ginásio Poliesportivo Noé da Costa Ribeiro, na cidade de Urubici SC, mediante contrato administrativo, conforme anexo I do edital, que passa a fazer parte integrante deste Edital. Contratado: Julio Cezar de Oliveira (MEI). CNPJ: 28.151.615/0001-38. Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais. Prazo de Execução: Fica prorrogado por 12 (doze) meses. Data Assinatura: 07/08/2020. Cumpridas as formalidades, publique-se. Antônio Zilli. Prefeito Municipal.

EXTRATO 4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2017

Publicação Nº 2608599

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017
Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2017.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos de impressão com o fornecimento de copiadoras (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas, conforme anexo I do edital. Contratado: SSA Comércio e Assistência Técnica Ltda. CNPJ: 05.621.126/0001-05. Prorrogação de prazo: 12 (doze) meses. Data da assinatura: 14/08/2020. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2020, 19/2020, 20/2020, 21/2020, 22/2020

Publicação Nº 2608124

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 94/2019 Pregão Presencial 63/2019 - Ata de Registro de Preços nº 18/2020, 19/2020, 20/2020, 21/2020, 22/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de material elétrico, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3046 de 05/02/2020, Pág. nº 2064, 2065, 2066, 2067, 2068 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 04/02/2021
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2020

Publicação Nº 2608335

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 17/2020 Pregão Presencial 13/2020 - Ata de Registro de Preços nº 23/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição de café torrado, moído, de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3046 de 05/02/2020, Pág. nº 2068, 2069, 2070, 2071 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 04/02/2021
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2020, 25/2020, 26/2020

Publicação Nº 2608363

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 08/2020 Pregão Presencial 07/2020 - Ata de Registro de Preços nº 24/2020, 25/2020, 26/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de material de construção, louças para banheiro, material de revestimento, equipamentos de trabalhos na construção, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3052 de 11/02/2020, Pág. nº 1888, 1889, 1890, 1891 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 10/02/2021
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2020, 28/2020, 29/2020

Publicação Nº 2608398

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 12/2020 Pregão Presencial 09/2020 - Ata de Registro de Preços nº 27/2020, 28/2020, 29/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de peças e serviços, novos e de boa qualidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital e demais anexos que o compõem, para manutenção de veículos da frota da Polícia Civil do município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3052 de 11/02/2020, Pág. nº 1892, 1893, 1894, 1895, 1896 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 10/02/2021
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2020

Publicação Nº 2608405

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 13/2020 Pregão Presencial 10/2020 - Ata de Registro de Preços nº 30/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de materiais destinados à execução de base para colocação de massa asfáltica quente, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3052 de 11/02/2020, Pág. nº 1896, 1897, 1898, 1899 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 10/02/2021
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2020

Publicação Nº 2608140

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 33/2020 Pregão Presencial 25/2020 - Ata de Registro de Preços nº 50/2020, visando registrar preço para serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil - SINAPI - em edificações do município de Urussanga administradas pela Prefeitura, Fundo Social e Fundo Municipal de Saúde de Urussanga, distribuídos em toda a extensão do município de Urussanga, de acordo com o edital e seus anexos, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos da minuta desta Ata de Registro de Preços, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3133 de 07/05/2020, Pág. 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 06/05/2021
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2020

Publicação Nº 2608162

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 34/2020 Pregão Presencial 26/2020 - Ata de Registro de Preços nº 51/2020, visando registrar preço para serviços de sinalização horizontal de trânsito, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações mínimas constante do edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3138 de 12/05/2020, Pág. 1690, 1691, 1692, 1693 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 11/05/2021

2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2020

Publicação Nº 2608173

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 39/2020 Pregão Presencial 29/2020 - Ata de Registro de Preços nº 52/2020, visando registrar preço para aquisição parcelada de concreto usinado FCK 30MPA, conforme especificações mínimas constante do edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3144 de 18/05/2020, Pág. 1252, 1253, 1254, 1255 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 15/05/2021

2ª Publicação

Vargeão

PREFEITURA

DECRETO 077-2020 - INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE TURISMO

Publicação Nº 2607818

DECRETO Nº 077/2020.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE TURISMO PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO PARA O DECÊNIO 2020/2030 NO MUNICÍPIO DE VARGEÃO/ SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico;

CONSIDERANDO a LEI Nº 17.449/2018 DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA;

CONSIDERANDO a LEI COMPLEMENTAR Nº. 059/2013 que cria a Secretaria de Cultura e Turismo;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos que facilitem a participação do Trade no planejamento Turístico Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de instalar o Fórum Municipal de Turismo – FMT de VARGEÃO/ SC, e a necessidade da continuidade de mecanismos de Planejamento Turístico participativo que garantam a Gestão Democrática e assegurem o cumprimento das Políticas de Turismo existentes;

CONSIDERANDO, ainda, a competência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo na coordenação da política municipal de Turismo, articulando com os diferentes atores do Turismo e ainda dos setores responsáveis pela formação e capacitação de gestores;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Turismo – FMT, órgão máximo de deliberação das políticas públicas para o Turismo, de caráter permanente, com a finalidade de:

- I - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Turismo, no seu âmbito de ação;
- II – coordenar as Conferências e Audiências Públicas Municipais de Turismo;
- III – promover a articulação para elaboração e avaliação da Política de Turismo local.

Art. 2º O Fórum Municipal de Turismo tem as seguintes atribuições:

- I - elaborar o regimento interno do fórum e propor às Conferências Municipais de Turismo e os seus regimentos;
- II - colaborar na elaboração do Plano Municipal de Turismo e acompanhar a sua implementação;
- III - convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Turismo, mobilizando o município;
- IV - dar suporte técnico para a realização das Conferências;
- V - acompanhar indicadores turísticos municipais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;
- VI - planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas nacional, estadual e municipal de Turismo, tendo como referência as leis nacionais e estaduais em vigor;
- VII - coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes ao Turismo por ocasião de reuniões de fórum, sessões especiais e outros eventos;
- VIII - acompanhar e avaliar a implantação das deliberações das conferências municipais de Turismo;
- IX - realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º O Fórum Municipal de Turismo será composto por representantes titulares e seus respectivos suplentes, de órgãos, instituições, entidades e Trade municipal, conforme segue:

I – 06 (seis) representantes da Esfera Governamental:

- a) um representante da Secretaria de Cultura e Turismo;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos;
- d) um representante da Secretaria de Administração;
- e) um representante da Epagri;
- f) um representante da Câmara de Vereadores.

II - 06 (seis) representantes de Entidades e Empresas ligadas ao Turismo:

- a) um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Vargeão – ACIVA;
- b) um representante do Setor de hospedagem;
- c) um representante de Bares e Restaurantes;
- d) um representante do Setor de Artes e Artesanato;
- e) dois representantes de clubes e associações.

Art. 3º Os representantes titulares e suplentes, de que trata o artigo 3º deste decreto, indicados para compor o FMT, serão nomeados por

ato específico do chefe do poder executivo.

Art. 4º O presidente do Fórum Municipal de Turismo é indicado pela Secretaria de Cultura e Turismo.

Art. 5º O Fórum terá funcionamento permanente e reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses ou extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

Art. 6º O FMT e as Conferências Municipais estarão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 7º A estrutura e os procedimentos operacionais do FMT serão definidos em Regimento Interno, que será aprovado pela maioria simples de seus membros em reunião convocada para esse fim.

Parágrafo Único: Até a aprovação do seu Regimento Interno, o Fórum Municipal de Turismo será coordenado pela Secretaria de Cultura e Turismo.

Art. 8º Aos integrantes do Fórum Municipal de Turismo não será atribuída remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 9º Os membros titulares e suplentes do FMT terão mandato até a aprovação do Plano Municipal de Turismo - PMT pela Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único: Após aprovação do plano um novo decreto com a comissão de monitoramento do Plano será instituída e nomeada por ato específico do chefe do poder executivo.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, SC, 13 de agosto de 2020.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

DECRETO 078-2020 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Publicação Nº 2607819

DECRETO Nº 078/2020.

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DE TURISMO – FMT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 077/2020, de 13 de agosto 2020, que instituiu o Fórum Municipal de Turismo – FMT.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para delegados e suplentes do Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento do Plano Municipal de Turismo de Vargeão-SC:

I – 05 titulares e 05 suplentes representantes Governamentais;

- a) Mariana Gubert - (Titular) e, Lenice Matos Lando - (suplente) da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- b) Gabriela Bernardi - (Titular) e, Elin Reolão - (suplente) da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Rodrigo Felipe - (Titular) e, Altair Montag - (suplente) da Secretaria Municipal de Obras e DMR;
- d) Giovani Luiz Wilmsen - (Titular) e, Jucenilse Strapazon - (suplente) da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- e) Maritânia vidi - (Titular) e, Murilo Renan Mota - (suplente) da Epagri.

II – 04 titulares e 04 suplentes representantes de entidades e empresas ligadas ao Turismo:

- a) Debora Mascarelo - (Titular) e, Douglas Danieli - (suplente) da Associação Comercial e Industrial a Agropecuária de Vargeão - ACIVA;
- b) Vanderlei Pavan - (Titular) e, Carmen Raymundi - (suplente) dos Meios de hospedagem;
- c) Stela Mari Baggio - (Titular) e, Maria de Lourdes Gugel - (suplente) dos Bares e Restaurantes;
- d) Dione Bonatto Bizzon - (Titular) e, Guiomar Maria Cristófoli - (suplente) de Arte e artesanato;

III – 01 titular e 01 suplente representante da Câmara de Vereadores:

- a) Elielson Presotto - (Titular) e, Marlei Cadini - (suplente) do Poder Legislativo;

IV – 02 titulares e 02 suplentes representantes de clubes e associações:

- a) Geferson Berté - (Titular) e, Alex Brandalise - (suplente) do Clube da Bezerra;
- b) Aldo Pedro Isoton - (Titular) e, Maria Marlene de Ramos Cristófoli - (suplente) da Cooperativa Agroindustrial Folha Verde.

Art. 2º Aos integrantes do FMT, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, SC, 13 de agosto de 2020.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 1068/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608239

DECRETO MUNICIPAL N° 1068/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0038.76 R\$ 200.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0038.76 R\$ 200.000,00

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 06 de agosto de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL N° 1069/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608234

DECRETO MUNICIPAL N° 1069/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade: 2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 R\$ 115.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0089 – Alienação de Bens conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 10 de agosto de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020 - PMV

Publicação Nº 2608586

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "NOVA VIA TECNOLOGIAE MOBILE" PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE FISCALIZAÇÃO E APOIO AO TRÂNSITO, CONTEMPLANDO SISTEMAS (TALONÁRIO ELETRÔNICO DE MULTAS E FERRAMENTAS COMPLEMENTARES), SUPORTE E TREINAMENTO, PARA UTILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATADA : NOVA VIA TECNOLOGIAE MOBILE

VALOR: R\$ 2.414,54 (Dois mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 14 de agosto de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0158/2020

Publicação Nº 2609058

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 158/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificados no Processo Seletivo nº 002/2020:

CONVOCADOS	CARGO
1. DIRLENE ANDRIONI SASSO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0159/2020

Publicação Nº 2609060

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 159/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. EDUARDO RAFAEL DA SILVA SANTOS	MÉDICO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0160/2020

Publicação Nº 2609061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 160/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificados no Processo Seletivo nº 002/2020:

CONVOCADOS	CARGO
1. KELIANE DE ALMEIDA ZANKOSKI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;

- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0161/2020

Publicação N° 2609062

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 161/2020

PROCESSO SELETIVO N° 002/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificados no Processo Seletivo nº 002/2020:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUCIANO DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2. ELIANE RIO BRANCO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3. LORECI APARECIDA MUNARI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 14 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0162/2020

Publicação N° 2609064

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 162/2020

PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUIS FILIPE FANTINATI LAZANHA	MÉDICO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes

documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 13 de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

LEI Nº 3.833/20

Publicação Nº 2608195

LEI Nº 3.833/20, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a Reformulação, Reestruturação e Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde do Município, é órgão de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre Governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e da Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde possui funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e de formulação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

- I. fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
- II. elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III. discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;
- IV. atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- V. participar da elaboração do Plano Municipal de Saúde, conforme Regimento Interno;
- VI. deliberar sobre o Plano Municipal de Saúde, em tempo hábil, conforme legislação vigente;
- VII. deliberar anualmente sobre a aprovação do relatório de gestão;
- VIII. estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança, adolescente e outros;
- IX. proceder à revisão do Plano Municipal de Saúde, quando necessário;
- X. deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;
- XI. a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor municipal, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012;

- XII. avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do SUS;
- XIII. avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Saúde;
- XIV. acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;
- XV. aprovar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
- XVI. propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;
- XVII. fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, com base no que a lei disciplina;
- XVIII. fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;
- XIX. examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde;
- XX. participar da organização das Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;
- XXI. estimular articulação e intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da saúde;
- XXII. estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do SUS;
- XXIII. acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;
- XXIV. estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho Municipal de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;
- XXV. deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;
- XXVI. incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário, Legislativo e Executivo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados no Conselho;
- XXVII. deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;
- XXVIII. acompanhar a implementação das propostas constantes da ata das plenárias do Conselho Municipal de Saúde; e
- XXIX. atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde - SIACS.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde será integrado por representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), dos profissionais da área da saúde, dos prestadores de serviços de saúde e do governo, a partir da indicação em plenária do Conselho Municipal de Saúde, de maneira ampla e democrática dos respectivos órgãos e entidades, na seguinte proporção:

- I. 50% (cinquenta por cento) de vagas para representantes de entidades e movimentos representativos de usuários;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) de vagas para representantes de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
- III. 25% (vinte e cinco por cento) de vagas para representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será constituído por 24 (vinte e quatro) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, contando com as seguintes representações:

- I. Associações de pessoas com patologias;
- II. Associações de pessoas com deficiências;
- III. Movimentos sociais e populares organizados (movimento negro, LGBT, jovens);
- IV. Movimentos organizados de mulheres;
- V. Entidades de aposentados e pensionistas;
- VI. Entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, trabalhadores urbanos e rurais;
- VII. Entidades de defesa do consumidor;
- VIII. Organizações de moradores;
- IX. Entidades ambientalistas;
- X. Organizações religiosas;
- XI. Trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, e sindicatos, obedecendo as instâncias federativas
- XII. Comunidade científica;
- XIII. Entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- XIV. Entidades patronais;
- XV. Entidades dos prestadores de serviço de saúde; e
- XVI. Governo.

§ 1º A representação dos usuários dar-se-á sempre de forma paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

§ 2º A ampliação, redução ou qualquer alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde deverá ser previamente deliberada pelo plenário, por maioria simples.

§ 3º Para fins de participação no Conselho Municipal de Saúde, a entidade deverá estar legalmente constituída, com atuação comprovada

no Município de Videira.

Art. 6º Os Conselheiros titulares e suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, a partir da indicação dos respectivos órgãos e entidades que representarem.

§1º Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão propor a substituição de seus respectivos representantes;

§2º O exercício da função do conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 7º Os servidores públicos ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança ficam impedidos de participar como conselheiros, salvo quando representarem o Governo.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Governo Municipal garantirá autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, com dotação orçamentária e organização da secretaria executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico.

Art. 9º As reuniões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 dias e extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 10 O plenário constitui-se em instância máxima de deliberação do Conselho Municipal de Saúde.

Art.11 Os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais 2 (duas) vezes consecutivas, e serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representam.

§1º O Presidente, Vice-Presidente, serão eleitos dentre os membros do Conselho, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§2º A votação de que se trata neste artigo será realizada na primeira reunião ordinária.

§3º Cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde terá direito a um único voto na sessão plenária, podendo o suplente votar no caso de falta do titular.

§4º O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate em decisões plenárias, exceto eleição.

§5º O Presidente do Conselho Municipal de Saúde tem a prerrogativa de deliberar "Ad Referendum" do Plenário em casos extraordinários, devendo esta deliberação constar na pauta da reunião seguinte, exceto quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno, Fundo e Orçamento, quando o quórum mínimo será necessariamente da maioria simples.

§6º As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resoluções, bem como, os temas tratados em plenários e comissões, deverão ser divulgados e registrados em ata.

§7º A Secretaria do Conselho Municipal deverá encaminhar as resoluções ao Chefe do Poder Executivo, para homologação e publicação no Diário Oficial do Município de Santa Catarina – DOM/SC.

Art. 12 O Gestor Municipal da Secretaria Municipal de Saúde não poderá exercer a função de Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 13 Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso falem, sem justificativa, em 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, sejam ordinárias ou extraordinárias, dentro do ano em exercício.

Art.14 As deliberações do Conselho Municipal de Saúde ocorrerão mediante quórum mínimo da maioria simples, ou seja, metade mais um dos membros presentes.

Art.15 Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá criar Comissões internas constituídas por membros do Conselho Municipal de Saúde e por outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 16 Aos Conselheiros, quando representarem o Conselho Municipal de Saúde, serão assegurados o direito ao pagamento de despesas com transporte, hospedagem, alimentação, bem como, ao pagamento da inscrição de cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do Conselho, cujas despesas serão custeadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

§1º Os Conselheiros representantes do Governo farão jus ao recebimento de diárias para custeio das despesas especificadas no caput.

§2º As despesas referentes aos conselheiros representantes dos demais segmentos serão reembolsadas, mediante a apresentação de comprovantes dos gastos.

§3º A participação dos conselheiros nas capacitações previstas no caput ficam condicionadas a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 17 O Plenário do Conselho Municipal de Saúde terá o prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta Lei, para elaborar seu Regimento Interno.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 343/1997 e alterações.

Videira, 13 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0516/2020

Publicação Nº 2608776

PORTARIA nº 0516/2020

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15329/2020,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 3 a 11 de agosto e dia 22 de agosto de 2020, o gozo de férias do servidor GABRIEL GREGOLON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2019 até 18 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 3 de agosto de 2020.

Videira, 6 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira – VISAN aos 6 dias do mês de agosto de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO
Diretor Geral VISAN Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0523/2020

Publicação Nº 2608190

PORTARIA nº 0523/2020

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar LOISE RACHEL MELOTTO JACOBY, Psicopedagoga Clínica Institucional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0524/2020

Publicação Nº 2608186

PORTARIA nº 0524/20

Prorroga Prazo para conclusão da Sindicância referente ao Processo Administrativo nº 12.091/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 25, da Lei nº 3734/19;

Tendo em vista a solicitação da Presidente da Comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 0424/20,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 14 de agosto de 2020, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 12.091/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0533/2020

Publicação Nº 2608184

PORTARIA nº 0533/2020

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar WILSON RIBEIRO DE CAMPOS, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível V, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de agosto de 2020.

Videira, 14 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0534/2020

Publicação Nº 2608183

PORTARIA nº 0534/2020

Dispõe sobre as normas para utilização dos recursos de Tecnologia da Informação (T.I) no ambiente de trabalho

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de normatizar as condições de acesso, utilização, responsabilidade, uso apropriado, armazenamento e segurança dos recursos computacionais e bancos de dados da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando a necessidade de proteção dos ativos de informação, baseada nos três pilares: integridade, confidencialidade e disponibilidade, de acordo com as Normas Brasileiras Sobre Segurança da Informação;

Considerando as práticas obrigatórias para cumprimento das normas contidas na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que tem previsão para entrar em vigor a partir de agosto de 2021;

RESOLVE

Art. 1º Dispõe sobre as normas para utilização dos recursos de informática (T.I), no ambiente de trabalho, junto à Prefeitura Municipal de Videira, a serem observadas por todos os servidores e demais colaboradores.

Art. 2º São direitos dos usuários:

- I. Fazer uso dos recursos computacionais para a realização de atividades profissionais relacionadas aos serviços de interesse do poder público municipal;
- II. Ter acesso à rede de computadores e aplicativos mediante as liberações necessárias;
- III. Utilizar correio eletrônico (e-mail);
- IV. Acessar a Intranet e a Internet de acordo com a necessidade de suas atribuições;
- V. Obter privacidade das informações na sua área de armazenamento (servidores);
- VI. Ter dados pessoais preservados em ambiente seguro;
- VII. Obter a anonimização de seus dados pessoais cadastrados nos sistemas de gestão pública;
- VIII. Em caso de desligamento, poder solicitar a eliminação de seus Dados Pessoais que não sejam mais utilizados, ou relevantes aos registros dos sistemas automatizados;
- IX. Obter equipamentos e softwares que possibilitem um resultado produtivo e agilizem os processos de trabalho;
- X. Obter suporte do Setor de T.I.

Art. 3º Ficam definidas as regras a serem obrigatoriamente observadas por todos os usuários dos recursos de informática, sendo:

- I. Computadores e demais equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Videira devem ser utilizados exclusivamente por pessoas autorizadas e para fins profissionais, sendo vedado o uso dos mesmos para fins particulares;
- II. O uso de impressoras é restrito sendo permitido somente impressões e cópias para fins de trabalho, sendo que as cópias só poderão ser emitidas mediante ao login do usuário;
- III. Deve ser evitado a utilização de cópias e impressões coloridas, sendo permitidas somente no caso de extrema necessidade;
- IV. As folhas de papel devem estar devidamente aptas para utilização, livres de umidade ou amassadas;
- V. Em caso de obstrução de papel ou qualquer outro problema técnico apresentado pela impressora, deverá ser acionado o pessoal técnico para solução do problema;
- VI. Proibido ao usuário mexer na parte elétrica das impressoras;
- VII. Qualquer ação que danifique a impressora será custeada pelo respectivo usuário;
- VIII. Todo e qualquer acesso à internet será monitorado, sendo proibido o acesso às páginas de chat, mensagens instantâneas ou de

relacionamento que não estejam dentro do aspecto profissional, ou ainda à páginas pornográficas, jogos e outras indevidas;

IX. O acesso a páginas indevidas poderão resultar em penalidades;

X. No caso específico de computadores, mesmo internamente, é proibido o uso indevido de e-mails para tratar de assuntos pessoais, encaminhamento de piadas, mensagens contendo arquivos pesados, entre outros que não configurem acesso profissional;

XI. Proibida a alteração ou instalação de softwares ou equipamentos sem a prévia autorização dos responsáveis do departamento de Tecnologia da Informação, em caso de alteração do sistema, instalação de novas aplicações e afins, o usuário deverá assinar um termo de responsabilidade pelos possíveis danos ou fraudes de software;

XII. Ao perceber irregularidades no funcionamento do sistema, ou alterações nos equipamentos, o usuário deve comunicar o fato imediatamente ao responsável pelo Departamento de Informática;

XIII. É proibido o uso de computadores pessoais para o acesso aos sistemas e dados da Prefeitura Municipal de Videira, devendo todos os computadores estarem dentro do domínio desta instituição (PMVIDEIRA);

XIV. Todas as solicitações ao Departamento de TI, exemplo: troca de toner, instalação de softwares, problemas com o computador, entre outras, deverão ser feitas através da ferramenta GLPI, sendo as ocorrências atendidas conforme a prioridade definida pelo Departamento;

XV. Somente em caso de extrema urgência serão aceitas aberturas de chamado através do telefone, sendo as mesmas inseridas posteriormente no sistema;

XVI. A senha do usuário é individual e intransferível não podendo ser utilizada por terceiros, ficando para todos os efeitos registrado o login do usuário;

XVII. É de responsabilidade exclusiva do usuário manter, obrigatoriamente, seus dados críticos no servidor, não se responsabilizando o Departamento de Informática pelos dados gravados localmente no computador ou em área pública do servidor de dados;

XVIII. Arquivos de música, vídeo, jogos, fotos e outros que não estão de acordo com os serviços realizados pelos usuários, ao serem encontrados na rede, serão excluídos sem aviso prévio;

XIX. Na medida do possível, dispositivos portáteis, como: pendrive, mp3/mp4, deverão passar pelo Departamento de T.I para escaneamento do antivírus antes de aberto;

XX. O Departamento de Informática deverá ser informado quando houver contratação, afastamento e desligamento de servidores, para que sejam tomadas as medidas necessárias nos serviços de domínio, e-mails e outros softwares a quais o usuário possui acesso;

XXI. Sempre que possível será obrigatória a utilização do comunicador instantâneo PIDGIN, por facilitar a transferência de dados e a comunicação em tempo real, dispondo de inúmeros recursos de interação entre os usuários, reduzindo o custo e disponibilidade de telefones;

XXII. Dados confidenciais, sensíveis ou restritos não podem ser publicados ou repassados a terceiros, sem prévia autorização e conhecimento dos responsáveis;

XXIII. Dados pessoais não poderão ser tratados por funcionários que não possuam conhecimento prévio sobre a Lei Geral de Proteção de Dados;

XXIV. Em caso de vazamento de dados, deve se instaurar um inquérito investigativo e auditorias para apontamento das causas e pessoas envolvidas;

XXV. Os usuários devem zelar pela integridade e segurança dos equipamentos e pelas informações processadas e armazenadas nos recursos computacionais sob sua responsabilidade e uso, bem como, manter o computador sempre limpo, periodicamente fazendo a limpeza do teclado, mouse e monitor;

XXVI. A utilização de celulares pessoais deve ser reduzida ao máximo, evitando a dispersão e a diminuição de produtividade.

Art. 4º Configura-se como crime de informática destruir/apagar ou estragar/depredar intencionalmente equipamentos, software ou dados pertencentes ao poder público.

Art. 5º O não cumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria implicará em penalidades a serem aplicadas ao responsável de acordo com o tipo de infração ou crime cometido.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua alidade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

RESCISÃO CONTRATUAL TR 02/2020-PMV

Publicação N° 2609310

TERMO DE RESCISÃO N° 02/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n° 59/2020.

Pegão Presencial n° 12/2020.

Contratado: EMUVI ESCOLA DE MUSICA DE VIDERIA LTDA- ME.

Objeto: Rescisão do Contrato de Prestação de Serviço n° 59/2020, com amparo no que dispõe os artigos 78, XII e XVII e 79, inciso I, ambos da Lei n° 8.666/93.

Data: 17/08/2020.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 10/2020 – PMV

Publicação N° 2608631

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 10/2020 – PMV – SESSÃO DESERTA

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei n° 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO PAISAGISMO DO PAÇO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA AVENIDA MANOEL ROQUE, N° 188, BAIRRO ALVORADA, COM ÁREA DE REFORMA DE 2.812,44M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame..

Videira/SC, 17 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Vitor Meireles**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 010/2020**

Publicação N° 2609104

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Nº 10/2020****Pregão Nº 10/2020****Validade: 31/12/2020**

Aos 17 de agosto de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020, RESOLVE registrar o 1º Termo Aditivo aos valores oferecidos para **AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. O presente Termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos itens, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

Fornecedor: 30449 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
02	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 - 1KG	Pacote	TIO MINDO	4000	4,35
04	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO SEM TEMPERO	KG	SEGALAS	4000	6,99

CLÁUSULA II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram supervenientes, conforme justificativa explanando os fatos e motivos que levam a promover a o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens da tabela acima, da presente ata de registro de preços na forma da Lei.

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 17 de agosto de 2020.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

30449 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP
Empresa

DECRETO Nº 076/2020

Publicação Nº 2608846

DECRETO N. 76, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA O DECRETO N. 80/2019 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I, do art. 1º do Decreto n. 80/2019, referente à entidade (Clube dos Idosos) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I – Representantes de Entidades de Usuários (50%):

Titular: Maria Boing (Clube dos Idosos)

Suplente: Mafalda Heidemann Schotten" [...]

Art. 2º. O inciso II, do art. 1º do Decreto n. 80/2019, referente à entidade (Trabalhadores de Saúde) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

II – Representantes de Entidades de trabalhadores de saúde (25%):

[...]

[...]

Titular: Ana Paula Mason Berkenbrock (Trabalhadores de Saúde)

Suplente: Kátia Regina da Cruz Almeida".

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 17 de agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº 03/2020

Publicação Nº 2608618

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020

O Prefeito e Secretário de Saúde de Vitor Meireles - SC, no uso de suas atribuições legais, tornam público, pelo presente Edital, as normas da CHAMADA PÚBLICA 03/2020 para a contratação temporária de Médico da ESF e Técnico em Enfermagem, para recompor as equipes de Saúde da Família e implantação do Centro de Enfrentamento ao COVID19.

CONSIDERANDO o amparo legal dado pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.445/2020 do Ministério da Saúde que institui os referidos centros de atendimento temporário;

CONSIDERANDO:

- A Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional-ESPII, feita pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 30 de Janeiro de 2020, devido ao alto grau de transmissibilidade do novo Coronavírus - COVID 2019;

- A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, por meio da Portaria GAB/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Lei federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em Saúde pública de importância internacional decorrente do COVID19 e sua regulamentação através da Portaria do Ministério da Saúde nº 356 de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade emergencial para atender a população sintomática e ou diagnosticada com covid19 e atender a adesão municipal ao Programa Excepcional e temporário estabelecido na Portaria 1.445/2020;

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo um direito social constitucionalmente previsto;

CONSIDERANDO a inviabilidade de efetuar processo seletivo ou concurso público pelas restrições impostas pelos decretos de emergência sanitária;

CONSIDERANDO o dever de atendimento dos interesses primários da população, visando assegurar um bem maior, a vida, por meio da preservação da saúde;

RESOLVE,

Tornar público os procedimentos para CHAMADA PÚBLICA para o provimento de duas (02) vagas para o cargo de Médico ESF e duas vagas para técnico de enfermagem, ou a mais para compor o mínimo de quarenta (40) horas semanais na ESF e Centro de Enfrentamento da COVID19;

1. DA DATA, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E HABILITAÇÃO

1.1 Os candidatos interessados deverão encaminhar a documentação por mensagem eletrônica para o e-mail: saude@vitormeireles.sc.gov.br, entre os dias 17/08/2020 até 20/08/2020. Prorrogável por igual período em caso de não preenchimento das vagas.

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação
Médico ESF	01 + Cadastro Reserva	40 horas	R\$ 16.800,00	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no CRM/SC.
Médico ESF	02 + Cadastro Reserva	20 horas	R\$ 8.400,00	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no CRM/SC.
Médico ESF	01	10 horas	R\$ 4.200,00	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível superior e registro no CRM/SC.

Técnico de Enfermagem	02 + Cadastro Reserva	40 horas	R\$ 2.007,90	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível médio e registro no COREN/SC.
Técnico de Enfermagem	01	10 horas	R\$ 501,97	Portador de Certificado/Diploma de Conclusão do curso de nível médio e registro no COREN/SC.

1.2 Para realizar a inscrição, os candidatos interessados deverão encaminhar por e-mail os seguintes documentos escaneados em PDF:

- 1.2.1 Ficha de inscrição e entrega de documentação preenchida (Anexo I);
- 1.2.2 Fotocópia de Credencial do Conselho Regional de Medicina/Enfermagem;
- 1.2.3 Comprovante de tempo de serviço de atuação profissional se houver;
- 1.2.4 Comprovante de participação em cursos de especialização, aperfeiçoamento se houver.

OBS.: os documentos encaminhados por e-mail deverão também ser entregues fisicamente no momento da contratação, devendo ser os originais ou fotocópia autenticada em cartório ou por servidor público.

1.3 Poderão se inscrever para o Chamamento Público os (as) candidatos (as) que cumpram as seguintes exigências:

- Ser brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a);
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- Ter 18 anos completos na data da inscrição;
- Possuir, na data de inscrição, a qualificação exigida para o cargo pretendido;
- Atender as exigências contidas neste Edital.

2. DO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1 O processo de seleção se dará em fase única, de caráter classificatório e eliminatório, que consistirá da análise da documentação, cursos, e do tempo de serviço na área de atuação quando houver.

2.2 Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço e cursos:

- a) Documentação que especifique a função e as datas inicial e final do serviço emitidas por Prefeituras, Secretarias, Hospitais, Clínicas, Fundações e outras na função pretendida;
- b) Cópias de certificados, diplomas de participação em cursos, pós graduação, especialização, curso técnico, seminários, ...

2.3 Havendo mais de dois candidatos interessados nas vagas, serão considerados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:

- a) Habilitação Profissional com maior tempo de atuação no serviço público;
- b) Maior Habilitação profissional, considerando: título de especialização, cursos de aperfeiçoamento na área da saúde (mínimo de 10h cada curso), participação em seminários na área da saúde (mínimo de 6h cada participação);
- c) Maior tempo de atuação profissional, mediante comprovação nos termos do item anterior levando-se em conta dias, meses e anos;
- d) Maior idade, levando-se em conta dias, meses e anos.

2.4 Diplomas e certificados expedidos no exterior somente serão considerados quando revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

2.5 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

3. DO RESULTADO

3.1 O resultado provisório será divulgado em um dia útil após o término do prazo para as inscrições.

3.2 Do resultado provisório caberá recurso em um dia útil após a divulgação.

3.3 A lista com o resultado final será publicada no site da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, www.vitormeireles.sc.gov.br e exposta no mural oficial da Prefeitura Municipal.

3.4 A Secretaria Municipal de Saúde designará Comissão composta por servidores do quadro desta para acompanhamento e efetivação deste Edital de Chamamento Público, que terá a responsabilidade de acompanhar a sua realização e julgar casos omissos ou duvidosos.

3.5 A aprovação e classificação no Chamamento Público não garante a convocação do interessado para a prestação dos serviços, o que

ocorrerá de acordo com a necessidade da Administração Pública.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Esta Chamada Pública terá vigência enquanto permanecer a decretação de situação de emergência pela Pandemia do Coronavírus e a realização de processo seletivo/concurso público, exceto para o Centro de Enfrentamento ao COVID19 que encerra em 30/09/2020 com possibilidade de prorrogação, pelo Ministério da Saúde, de acordo com a passagem da pandemia.

4.2 O candidato aprovado deverá manter, durante o prazo de validade do Chamamento Público, seu endereço atualizado junto à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo contatos telefônicos e e-mail, visando eventuais convocações, não cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à instituição convocá-lo por falta da citada atualização.

4.3 A publicação das informações referentes ao Chamamento Público, bem como as convocações dos candidatos aprovados, dar-se-á através de publicação no site www.vitormeiros.sc.gov.br,

4.4 Os candidatos aprovados no Chamamento Público integrarão o quadro de pessoal de servidores da Secretaria Municipal de Saúde para contratação emergencial, e terão seus contratos regidos pela Lei Municipal Complementar Municipal nº 049/2009 e 022/2006 e suas alterações;

4.5 O candidato aprovado, quando convocado, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Original e fotocópia da Carteira de Identidade ou de documento único equivalente, de valor legal, com fotografia;
- Original e fotocópia do CPF próprio;
- 01 (uma) fotografia 3x4 recente;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de votação na última eleição, dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
- Original e fotocópia do Certificado de Reservista ou equivalente, se do sexo masculino;
- Original e fotocópia de Certidão de Casamento, se for o caso;
- Original e fotocópia do PIS/PASEP, caso seja cadastrado;
- Original e fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Declaração que não possui nenhum fato impeditivo de exercer a função, de segunda a sexta feira nos horários entre 08h00min às 18h00min
- Carteira SUS
- Tipagem Sanguínea
- Certidão nascimento filhos até 14 anos.
- Atestado vacinação filhos menores de 6 anos.
- Atestado de frequência escolar acima de 6 anos até 14anos.
- Comprovante de residência
- Idoneidade moral a ser comprovada no ato da admissão, mediante apresentação de atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Fórum ou site TJSC.
- Carteira de trabalho (frente e verso), último registro de contrato de trabalho e página em branco referente ao próximo registro.

4.6 As fotocópias deverão estar acompanhadas dos respectivos originais.

4.7 O candidato convocado que, por qualquer motivo, não apresentar, em tempo hábil, a documentação completa citada no item 4.5 deste Edital, ficará automaticamente desclassificado e perderá sumariamente o direito à contratação.

4.7 A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a seu critério, em qualquer tempo, suspender, revogar ou invalidar o Chamamento Público Simplificado, desde que devidamente fundamentado, não assistindo aos candidatos direito à reclamação de qualquer natureza;

Vitor Meireles, 14 de agosto de 2020.

Teilor Petersen Bento Francisco Silvy
Secretário Municipal da Saúde Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES	N.º DE INSCRIÇÃO SERÁ O CPF	
FICHA DE INSCRIÇÃO A CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020		
Nome do Candidato (a):		
Cargo Pretendido: () Médico da ESF () Técnico em Enfermagem		

DADOS CADASTRAIS			
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Data do Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:			N.º:
Cidade/Estado:		Fone:	
CPF:	Nº Inscrição Órgão de Classe:		
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
Portador de Deficiência: Sim () Não ()		Tipo:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de chamamento público nº 03/2020 e todas as disposições nele contidas.
(enviar este formulário preenchido e assinado, scaneado, para: rh@vitormeiros@sc.gov.br

Vitor Meireles/SC, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)	
---------------------------------	--

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

INSTITUIÇÃO (Nome, endereço, CNPJ): _____

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital de Chamada Pública Nº 01/2020 para Admissão de _____, que o Senhor (a) _____, nascido (a) em ____/____/____ portador (a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____ exerceu ou ainda exerce atividades profissionais nessa instituição, no cargo de _____, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

TOTAL: ____ ANOS ____ MESES ____ DIAS.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

PORTARIA Nº 204/2020

Publicação Nº 2607952

PORTARIANº 204/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: DENY ELEN DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Alfabetização, Letramento e Letramento Literário no Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, passando de Professor Nível II para Professor Nível III, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 205/2020

Publicação Nº 2608000

PORTARIANº 205/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: LEONIRCE RINALDI FAUSTO
Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-Graduação nível de Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Universidade Regional de Blumenau – FURB, passando de Professor Nível II para Professor Nível III, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 206/2020

Publicação Nº 2608008

PORTARIANº 206/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: LUCIARA KUHLE DAROLT
Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Libras – Língua Brasileira de Sinais no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, passando de Professor Nível II para Professor Nível III, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 207/2020

Publicação Nº 2608036

PORTARIANº 207/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Progressão por desempenho, aos servidores abaixo:

Servidor	Nível Anterior	Nível Atual
Aurélia Soethe	MAG III-2	MAG III-3
Edenir Branger França	MAG III-7	MAG III-8
Edilene Sadlovski Francisco	MAG III-5	MAG III-6
Ilma Watras	MAG III-6	MAG III-7
Janete Schmidt Mafra	MAG III-7	MAG III-8
Josiane Berkenbrock Masote	MAG III-7	MAG III-8
Maria Bielecki	MAG III-5	MAG III-6
Marileusa Schmitt	MAG III-5	MAG III-6
Deny Elen dos Santos	MAG III-1	MAG III-2
Leonirce Rinaldi Fausto	MAG III-1	MAG III-2
Luciara Kuhl Darolt	MAG III-1	MAG III-2

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 208/2020

Publicação Nº 2608055

PORTARIANº 208/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com os Artigos 18 e 19, da Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Progressão por desempenho, aos servidores abaixo:

Servidor	Nível Anterior	Nível Atual
Denilson Meneghelli	IV-1	IV-2
Isabel Merten Iuncek	II-1	II-2
Júlio César Tomaz	IV-2	IV-3
Marcos José Mayer	VI-2	VI-3

Vania Schmoeler Patricio

VI-1

VI-2

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 209/2020

Publicação Nº 2608653

PORTARIANº 209/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TEREZINHA LANZMASTER

Cargo: ENFERMEIRO - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter emergencial, a partir do dia 18 de agosto de 2020 até a vigência do Decreto nº 021/2020, que declara situação de emergência decorrente da COVID-19 ou até que o servidor, que por ventura esteja substituindo ou venha a substituir, retorne às atividades normais inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 005/2020 FMS PE

Publicação Nº 2608137



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES

Pág 1 / 4

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 416 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 5 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 4 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 5 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 416

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.4/2020

Pregão Nº 5/2020

Validade: 18/08/2021

17 de agosto de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2766, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.347.201/0001-86, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES**, em um prazo que se estende 18/08/2021 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 55930 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	DIAZEPAM INJETÁVEL 10MG (5MG/ML) 02MI	AMPOLA	Teuto TEUTO (GENÉRICO)	648	0,65	421,20
4	IVERMECTINA 6MG	CPR	Vitapan-Vitamedic VITAMEDIC (GENÉRICO)	18.000	2,30	41.400,00
5	DEXAMETASONA 4MG	CPR	Teuto TEUTO (GENÉRICO)	6.000	0,245	1.470,00
6	LOSARTANA 50 MG	CPR	Prati Donaduzzi PRATI (GENÉRICO)	180.000	0,089	16.020,00
Total do Fornecedor:						59.311,20
Fornecedor: 852589 - A. G. KIENEN & CIA. LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	CARBONATO DE LITIO 300MG	CPR	HIPOLABOR	18.000	0,3999	7.198,20
8	CARVEDILOL 25MG	CPR	E M S	18.000	0,16	2.880,00
Total do Fornecedor:						10.078,20
Fornecedor: 863130 - FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RISPERIDONA 1MG	CPR	PRATI DONADUZZI PRATI DONADUZZI	600	0,309	185,40
9	PARACETAMOL 500 MG	CPR	PRATI DONADUZZI PRATI DONADUZZI	36.000	0,1257	4.525,20
Total do Fornecedor:						4.710,60

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais)**.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 18/08/2021, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v.2015.04

Identificador: WCO1171201-006-GJOVMQELWKFI-1 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

17/08/2020 11:00:59 -03:00





FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 416 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 5 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 4 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 5 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 416

Pág 2 / 4

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 5/2020**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 5/2020** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2020	
224	Referência
08	Fundo Municipal de Saude
001	Fundo Municipal de Saude
2011	Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD
3339032020000000000	Medicamentos
01780000	Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 416 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 5 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 4 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 5 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 416

Pág 3 / 4

Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 416 Ano Minuta: 2020 Número Minuta: 5 Sequência Ata: 1 Ata Unica: 0 Sequência -
Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Ata Registro de Preço: 4 Ano -
Minuta - Ata Registro de Preço: 2020 Número - Minuta - Ata Registro de Preço: 5 Entidade -
Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 416

Pág 4 / 4

solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES Nº. 5/2020, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 17 de agosto de 2020.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI
WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

ALTERMED MATERIAL MEDICO
HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA

A. G. KIENEN & CIA. LTDA
CONTRATADA

FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CONTRATADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 05-2020 FMS

Publicação Nº 2608135

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 416 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número - Minuta - Licitação: 5 código Cliente: 416 ano Minuta: 2020 cota Credenciamento: 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão
Para Aquisição de Bens
5/2020
Processo Administrativo: 5/2020

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 5/2020, o(s) participante(s):

55930 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	DIAZEPAM INJETÁVEL 10MG (5MG/ML) 02MI	AMPOLA	Teuto TEUTO (GENÉRICO)	648	R\$0,65	R\$421,20
4	IVERMECTINA 6MG	COMPRIM	Vitapan-Vitamedic VITAMEDIC (GENÉRICO)	18.000	R\$2,30	R\$41.400,00
5	DEXAMETASONA 4MG	COMPRIM	Teuto TEUTO (GENÉRICO)	6.000	R\$0,245	R\$1.470,00
6	LOSARTANA 50 MG	COMPRIM	Prati Donaduzzi PRATI (GENÉRICO)	180.000	R\$0,089	R\$16.020,00
					Total do Fornecedor:	R\$59.311,20
852589 - A. G. KIENEN & CIA. LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	CARBONATO DE LITIO 300MG	COMPRIM	HIPOLABOR	18.000	R\$0,3999	R\$7.198,20
8	CARVEDILOL 25MG	COMPRIM	E M S	18.000	R\$0,16	R\$2.880,00
					Total do Fornecedor:	R\$10.078,20
863130 - FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	RISPERIDONA 1MG	COMPRIM	PRATI DONADUZZI PRATI DONADUZZI	600	R\$0,309	R\$185,40
9	PARACETAMOL 500 MG	COMPRIM	PRATI DONADUZZI PRATI DONADUZZI	36.000	R\$0,1257	R\$4.525,20
					Total do Fornecedor:	R\$4.710,60
					Valor Total:	74.100,00

Vitor Meireles, 14 de agosto de 2020

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/2020

Publicação Nº 2608240

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0156/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/20

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0065/2020, Menor Preço por Item, tendo como objeto a Aquisição de 01 (um) Veículo zero quilômetro tipo furgão (item 01) e a contratação de empresa para a Transformação do Veículo em Ambulância Semi-UTI (item 02), para a Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê-SC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 01 de setembro de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 17 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0064/2020

Publicação Nº 2608310

AVISO DE LICITAÇÃO.

EXCLUSIVO ME/MEI/EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0155/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0064/20

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0064/2020, tendo como objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios (carnes e frios) destinados a suprir as necessidades do efetivo de Bombeiros Militares e Comunitários que atuam na 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14ª BBM, sede em Xanxerê-SC, conforme Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 28 de agosto de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 17 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 873

Publicação Nº 2609396

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 837

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: ANA LUIZA BABO SEDLACEK CARVALHO, brasileiro (a), casado (a), médico inscrito no CRM 26319/SC portador (a) da identidade nº 13.285.994-3, e CPF nº 113.537.357.45, residente a Rua Independencia, 1010 apto 202 - Xanxerê - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de MEDICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 18.148,79 (dezoito mil cento e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Ana Luiza B. S. Carvalho
CPF: 113.537.357.45

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

DECRETO Nº 189/2020

Publicação Nº 2608720

DECRETO Nº 189/2020

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Consultor Jurídico do Contencioso Judicial, Sr. ADRIANO FRANCISCO CONTI, nomeado pelo Decreto nº 238/2019, de 12 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 238/2019, de 12 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 17 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 190/2020

Publicação Nº 2608721

DECRETO Nº 190/2020

SUSPENDE OS PRAZOS DE VALIDADE DOS CONCURSOS PÚBLICOS E DOS PROCESSOS SELETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do Estado de Calamidade Pública em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus;

Considerando a Lei complementar nº 173/2020, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), altera a Lei complementar nº 101, e que em seu artigo 10 suspende os prazos de validade dos concursos públicos já

homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos e dos processos seletivos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pelo União.

Parágrafo Único. Os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 17 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 191/2020

Publicação Nº 2608722

DECRETO Nº 191/2020

ALTERA REPRESENTATES DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº AM 3936/2017, de 12.07.2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a representatividade governamental e não governamental, do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, constante das alíneas "a", "b" e "g", inciso I, do art. 1º e alíneas "e", "g", "i", e "j", inciso II, art. 1º do decreto nº 387/2019, de 29.10.2019, que passam a ter a seguinte representação:

"Art.1º

I – ...

a) dois representantes da Diretoria de Ações Culturais
AGUINETES BARFKNECHT Titular
LEANDRO BICIGO Suplente
DIEGO GONÇALVES Titular
ANA BEZ Suplente

b) um representante da Diretoria de Esportes e Eventos
DOUGLAS RICHARD BIN Titular
PERICLES CORREIA Suplente

g) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
ARLETE TEREZINHA HERTTAL Titular
ROSANGELA COELHO DA CRUZ Suplente

...

II – ...

e) um representante da Área de Artesanato ou Artes Visuais ou Artes Plásticas ou Artes Gráficas
GRETHI APARECIDA DA SILVA Titular
ALEXANDRE POYER Suplente

g)um representante da Área de Comunicação em Cultura ou Cultura Digital e Fotografia
JOÃO ALBERTO LEMOS AFONSO Titular
HANNA DOHL Suplente

i) um representante da Área de Patrimônio Histórico e Cultural material e imaterial
ADRIANO VITTORAZZI Titular
BEATRIZ MARIA TOMBINI Suplente

j) um representante da Área de Culturas Populares e Étnicas
ILDA BAVARESCO CIPRIANI Titular
JEFERSON LUIZ NUNES DE LIMA Suplente"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 17 de agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0118/2020

Publicação Nº 2607853

Extrato de Contrato nº 0118/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: LISIANE MARILEI SCHWANTES E CIA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para a Execução do letreiro EU AMO XANXERÊ, com letras em caixa ALTA, galvanizada, em ACM, com base de concreto, a ser construído no passo da entrada para a escultura do Milho, com frente para a BR 282, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, com fornecimento de material e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, layout do croqui e Projetos anexos ao presente.

Valor Total: R\$ 42.920,00

Prazo de vigência: 06 meses

Xanxerê-SC, 18 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0119/2020

Publicação Nº 2608309

Extrato de Contrato nº 0119/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO POLICENTER LTDA - FILIAL.

Objeto: Contratação de Prestadores Serviços de Saúde, para coleta, realização e distribuição de Exames Laboratoriais, constantes na tabela SIGTAP, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, com a Dra. Liria Damschi Arnt, CRF nº 2063, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Procedimentos/Especificações	Quant.	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total Estimado Mensal R\$
Exames laboratoriais - Todos os procedimentos constantes do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos – SIGTAP / SUS	Demanda da Rede	Tabela Sigtap - SUS	R\$ 0,00	R\$ 85.000,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 18 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA 679-2020

Publicação Nº 2609338

PORTARIA Nº 679/2020

REVOGA A PORTARIA 381/2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC. em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, e Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 artigo 33.

RESOLVE

REVOGA a portaria nº 381/2020 que ampliava a carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, da Servidora Pública Municipal, Sra. ANA LUCIA LAGO, brasileira, divorciada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.439.928 e inscrita no CPF nº 000.508.689-26, nomeada conforme Decreto nº 408/2019 no cargo de MEDICA ESPECIALISTA EM PEDIATRIA com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Revoga-se a portaria nº 381/2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 14 de agosto 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 680-2020

Publicação Nº 2609386

PORTARIA Nº 680/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 17.08.2020 a 16.09.2020, 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. OLIVIA TEREZINHA ELIAS CANDIOTTO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.864.447 e CPF nº 334.947.549-34, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 034/2007, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 19.03.2019 a 18.03.2020.

Esta portaria entra vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 14 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 688-2020

Publicação Nº 2609362

PORTARIA Nº 688/2020
AUTORIZA EXCEPCIONALMENTE O TRABALHO REMOTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente trabalho remoto a servidora pública municipal:

- MICHELE BIGOLIN, ocupante do cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 165/2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 14 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 690-2020

Publicação Nº 2607872

PORTARIA Nº 690/2020
RETIFICAR A PORTARIA Nº 673/2020 QUE TRATA DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei Complementar nº 64/1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 64/90 artigo 1º, inc. II, "1", dispõe que são inelegíveis para o cargo de Presidente da República, de Governador e Vice-Governador (III, "a"), para o Senado (V, "a") e para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (VI): 1) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantindo o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

RESOLVE

Onde se lê:

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurando o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê-SC, portador do RG nº 6.785.880 e CPF nº 029.355.849-37, nomeado pelo Decreto Municipal nº AJG 230/2016 no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Leia-se:

CONCEDER, a pedido, licença para atividade política, assegurada o recebimento de seus vencimentos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 6.785.880 e CPF nº 029.355.849-37, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 037/08 (matrícula 3676) no cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e posterior Decreto Municipal nº AJG 075/2013 no cargo de PROFESSOR NÍVEL ESPECIAL 1 (matrícula 4731), com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 14 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 692-2020

Publicação Nº 2609405

PORTARIA Nº 692/2020
AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e art. 5º do Decreto Municipal nº 079 de 01/04/2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 079/2020 que estabelece medidas preventivas diante da infecção humana pelo COVID-19;

CONSIDERANDO o enquadramento dos servidores públicos municipais no grupo de risco do novo coronavírus;

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente o afastamento da servidora pública municipal:

- ELI APARECIDA DA SILVA PAZ ocupante do cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 017/07 (matrícula 3314), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e ocupante do cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 163/2012 (matrícula 4688), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Fica determinado que as horas de afastamento deverão ser computadas para posterior compensação, conforme programação da Secretaria de Origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 17 de Agosto de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 693-2020

Publicação Nº 2609410

PORTARIA Nº 693/2020
RETIFICAR A PORTARIA Nº 608/2020 QUE AUTORIZA TRABALHO REMOTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

Onde se lê:

AUTORIZAR, excepcionalmente trabalho remoto ao servidor público municipal:

- FERNANDO JOSÉ DE MARCO, ocupante do cargo de SUBPROCURADOR-GERAL, nomeado pelo Decreto Municipal nº 237/2019, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 27 de Julho de 2020

Leia-se:

AUTORIZAR, excepcionalmente trabalho remoto ao servidor público municipal:

- FERNANDO JOSÉ DE MARCO, ocupante do cargo de SUBPROCURADOR-GERAL, nomeado pelo Decreto Municipal nº 237/2019, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 27 de Julho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2020

Publicação Nº 2609224

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2020

APROVA, COM RESSALVAS, AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, CONFORME PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, SC

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal votou e aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam aprovadas, com ressalvas, as contas da Prefeitura Municipal de Xanxerê, relativas ao exercício financeiro do ano de 2018, conforme o parecer exarado pela Comissão de Finanças, Orçamentos, Tributação e Fiscalização da Câmara Municipal de Xanxerê, anexo constante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ

12 DE AGOSTO DE 2020

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Presidente da Câmara

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

Tendo recebido da presidência da Câmara de Vereadores, através de seu presidente Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel, o processo nº @ PCP-19/00170407, que trata da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Xanxerê, referentes ao exercício financeiro do ano de 2018, tendo como responsável o prefeito municipal, Sr. Avelino Menegolla e atendendo aos preceitos estabelecidos pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, através do seu Artigo 226, § 1º, esta relatoria exara o seguinte parecer:

Na qualidade de relator desta Comissão de Finanças, Orçamentos, Tributação e Fiscalização da Câmara Municipal de Xanxerê, proponho aos demais membros desta Comissão e ao plenário da Câmara Municipal a APROVAÇÃO, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal de Xanxerê relativas ao exercício de 2018, conforme relatório do Tribunal de Contas do Estado, páginas 22 e 23.

Finalmente, conforme prevê o § 2º do Artigo 226 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, esta Comissão elaborou Projeto de Decreto Legislativo pela APROVAÇÃO das contas já mencionadas, que será apreciado pela Câmara Municipal de Xanxerê, na sessão específica a ser realizada no dia 12 de agosto de 2020, às 19 h conforme convocação feita pelo presidente desta Casa Legislativa em sessão ordinária do dia 10 de agosto de 2020.

Este é o parecer.

Xanxerê, 11 de agosto de 2020

Nathan Busnello Moreira

Relator Comissão de Finanças, Orçamentos, Tributação e Fiscalização

Acompanham o voto do relator:

Lenoir Tiecher

Presidente da Comissão

Ricardo Lira da Costa

Membro

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 040/2020 PMXV

Publicação Nº 2608615

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 040/2020 – Pregão Presencial nº 033/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios, para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município de Xavantina, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/168153>

Xavantina, 17 de agosto de 2020.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: JOSELINO LUIZ NAISSINGER
CATIA MARA COSMANN BOFF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2020

Publicação Nº 2608587

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2020

O MUNICIPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.009.878/0001-15, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, n. 163, Centro, Município de Xavantina/SC - CEP 89780-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo,

CONVOCA

o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2020, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo, para apresentar a documentação exigida para a nomeação, em até 10 (dez) dias, com fundamento nos termos do Edital ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
004	MÔNICA CARPI DA SILVEIRA	Auxiliar de Odontólogo(a)	3º

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-a pela honrosa colocação obtida.

Xavantina/SC, em 17 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

EXTRATO CONVÊNIO 2020TR001068

Publicação Nº 2608084

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. A Associação Comunitária Hospital São Lucas, com sede no Município de Xavantina - SC, inscrita no CNPJ nº 82.832.361/0001-69, torna pública o que segue: EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR001068. CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, Gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com interveniência da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE. CONVENIENTE: Associação Comunitária Hospital São Lucas, com sede no Município de Xavantina – SC. OBJETO: Auxiliar na reforma parcial da ala 01, que compõe o prédio que abriga o Hospital São Lucas, no Município de Xavantina. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 113.525,00 (cento e treze mil e quinhentos e vinte e cinco reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 13.525,00 (treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais) como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE, em parcela única. PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2020. Xavantina – SC, 13 de agosto de 2020. INAIR TREVISAN PELIZZA. Presidente.

INEXIGIBILIDADE 001/2020 FMSXV

Publicação Nº 2609145

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 FMS. Objeto: Complementação no serviço de sessões de Hemodiálise à unidade de Terapia Renal de Xanxerê/SC. Xavantina - SC, em 17 de agosto de 2020. JÉSSICA PAULA PINSETTA, Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA N. 159/2020

Publicação Nº 2608699

PORTARIA N. 159, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Concede licença maternidade à Servidora Pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo constante no artigo 23, § 2º, X do mesmo diploma legal e artigos 103, inciso II e 111 da Lei Complementar Municipal n. 02/2000 e, considerando atestado médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença maternidade, sem prejuízo da remuneração, à Servidora Pública Municipal VANIA SALETE MIRANDOLLI, ocupante do cargo comissionado de Diretor(a), do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a contar de 14.08.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 160/2020

Publicação Nº 2608700

PORTARIA N. 160, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, considerando a necessidade da profissional para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Servidora Pública Municipal CATIA MARA COSMANN BOFF, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro(a), do Quadro de

Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 17 de agosto de 2020, sendo que os 15 (quinze) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, em conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 17 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

PORTARIA Nº 158/2020

Publicação Nº 2608589

PORTARIA N. 158, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Rescinde contrato temporário de Servidora admitida em Caráter Temporário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e considerando o termo de rescisão do contrato temporário n. 014/2020 PMXV,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a contar de 14/08/2020, o contrato temporário da Servidora Pública Municipal THUANE GANDOLFI, admitida em caráter temporário para desempenhar as funções inerentes ao cargo de Professor(a) Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) - Habilitado | Ensino Superior, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 001/2020 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Publicação Nº 2608876

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 001/2020 PMXV – SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Termo de rescisão contratual que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e THUANE GANDOLFI, nesses termos:

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, neste ato, representado pelo Chefe do Poder Executivo, CLAUDI BABINSKI (Prefeito Municipal em exercício), de nacionalidade brasileira, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.147.012, inscrito no CPF sob o n. 518.220.759-04, doravante denominado CONTRATANTE, e THUANE GANDOLFI, inscrita no RGº 5.237.005 e CPF nº 085.454.539-57, residente no Interior do Município de Xavantina, doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo de Rescisão do Contrato Temporário n. 014/2020 PMXV, em conformidade com a cláusula quinta do retro mencionado instrumento, pelas seguintes condições:

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal n. 64, de 18 de maio de 1991, que estabelece, entre outras disposições, os prazos para desincompatibilização aos servidores(as) e empregados(as) da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios que desejarem concorrer a cargo eletivo;

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 107, de 02 de julho de 2020, que adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais previstas para outubro de 2020 e os prazos eleitorais;

CONSIDERANDO que o primeiro turno das eleições municipais realizar-se-á no dia 15 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO requerimento protocolado pela contratada, manifestando seu interesse em concorrer ao pleito eleitoral municipal do ano de 2020 e a necessidade da desincompatibilização nos termos da legislação eleitoral vigente;

CONSIDERANDO que os tribunais brasileiros compartilham da posição de que a contratação por meio da necessidade temporária excepcional não permitiria a concessão de afastamento ou licença para concorrer a cargo eletivo, de tal forma que o principal motivo elencado pela jurisprudência é que o afastamento do servidor temporário demandaria uma segunda contratação temporária por parte da Administração Pública, pois se pressupõe a inexistência de outras pessoas aptas para realizar os serviços;

CONSIDERANDO a Nota Técnica n. 22/2020, editada e publicada pela FECAM – Federação Catarinense dos Municípios, cuja concluiu que o servidor público temporário não tem direito a licença ou afastamento do cargo, uma vez que se trata de contratação em regime excepcional, bem como que o agente público que conceder licença ou afastamento remunerado a servidor temporário pode incorrer em ilícitos como danos ao erário e enriquecimento ilícito de terceiro,

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem rescindir de forma amigável o Contrato Temporário n. 014/2020 PMXV, a partir de 14 de agosto de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A rescisão do contrato será realizada garantido o pagamento de todas as possíveis as verbas rescisórias, contratuais ou trabalhistas decorrentes do Contrato firmando entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Seara-SC, renunciando as partes a qualquer outro.

3.2 E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina, SC, em 14 de agosto de 2020.

THUANE GANDOLFI
Contratada

CLAUDI BABINSKI
Prefeito Municipal em exercício
Contratante

Testemunhas:

01. _____
Nome: JOSELINO LUIZ NAISSINGER

02. _____
Nome: MATHEUS ALVES VIDAL

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0107/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2608549

DECRETO Nº 0107/2020 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 151.483,26 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais com vinte e seis centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.1052.000000 (48) – Aplicações Diretas R\$ 12.055,26

Transf. da União - Destinados a Ações de Saúde e Assisten.- 00.01.1052.000000 – R\$ 12.055,26

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0038.000095 (49) – Aplicações Diretas R\$ 11.852,00

Transferência Fundo a Fundo – SUS/União - 00.01.0038.000095 – R\$ 11.852,00

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0038.000096 (50) – Aplicações Diretas R\$ 127.576,00

Transferência Fundo a Fundo – SUS/União - 00.01.0038.000096 – R\$ 127.576,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Rec. Transf. da União - Destinados a Ações de Saúde e Assisten.- 00.01.1052.000000 – R\$ 12.055,26

Transferência Fundo a Fundo – SUS/União - 00.01.0038.000096 – R\$ 139.428,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 151.483,26

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 03 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS em Exercício
Registrado e publicado o presente Decreto em 03 de agosto de 2020.

Consórcios

AGIR

RESOLUÇÃO Nº 161/2020 - ALTERA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O TRABALHO REMOTO - AGIR

Publicação Nº 2608770

RESOLUÇÃO Nº 161/2020

Altera a Resolução nº 158/2020, que dispõe sobre a realização de trabalho remoto - "home office" no âmbito da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí - AGIR, de forma excepcional e transitória, em razão da declaração de emergência em saúde pública ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 067/2020, observadas as disposições do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, em especial o art. 4º do Decreto nº 072/2020 da AGIR, e:

CONSIDERANDO que a Resolução nº 158/2020, disciplinou a realização de trabalho remoto - "home office" no âmbito da AGIR, a fim de minimizar a possibilidade de transmissão do Novo Coronavírus no ambiente de trabalho e, ao mesmo tempo, manter a continuidade das atividades desta Agência de Regulação;

CONSIDERANDO os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização de serviço mediante trabalho remoto - "home office";

CONSIDERANDO que devido a adoção destas medidas, as demandas via telefone junto a Ouvidoria da AGIR aumentaram significativamente, motivando assim o redirecionamento das chamadas recebidas no número convencional desta, adotando-se o "siga-me", para o telefone celular da Ouvidoria da AGIR, a fim de que seja implantado o atendimento remoto.

CONSIDERANDO que o item 1.1 e 1.1.1 do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014 e alterações, firmado com Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, estabelece que os serviços administrativos incluem entre outras a atividade de comunicação, os quais serão mantidos pela Associação e disponibilizados aos consórcios que das mesmas instalações em caráter permanente, eventual ou provisório.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Resolução nº 158, de 25 de junho de 2020, para incluir a programação do redirecionamento das chamadas recebidas da Ouvidoria (siga-me) para o telefone da Ouvidoria da AGIR, Sta. LUIZA SENS WEISE, ocupante do cargo efetivo de Ouvidora, nomeada através do Decreto nº 063, de 17 de dezembro de 2019, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar, excepcionalmente, a adoção de procedimento simplificado para a concessão de trabalho remoto - "home office" - aos servidores da AGIR, durante o período declarado como de emergência em saúde pública em ato do Ministério da Saúde.

§ 1º - O telefone da AMMVI, utilizado pela Ouvidoria da AGIR, será programado com redirecionamento das chamadas recebidas "siga-me" para o telefone celular da Ouvidoria, a fim de que seja implantado o atendimento remoto.

§ 2º - Fica estipulado que o atendimento às chamadas redirecionadas se darão no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas;

§ 3º - O atendimento de quaisquer ligações fora do horário estabelecido no parágrafo anterior, não configurará como carga horária excedente, devendo para tanto ser cumpridas as exigências constantes na Resolução 058/2017, que estabelece as normas relativas ao ponto.

§ 4º - As despesas oriundas do redirecionamento das chamadas, correrão por conta do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014 e alterações, firmado com Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sendo apurada a média de consumo do ano de 2019 com despesas telefônicas, estando esta despesa superior no corrente ano, será a diferença implantada no Aditivo/2021 a ser firmado.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da Resolução nº 158, de 25 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 12 de agosto de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

ARIS**RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA N. 003/2020**

Publicação Nº 2609059

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA N. 003/2020

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no desempenho de suas atribuições legais previstas no artigo 23 da Lei federal 11.445/2007, deu início ao procedimento de Consulta Pública referente à 1ª Revisão Tarifária Ordinária do Contrato de Concessão do Município de Penha quanto aos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Os documentos referentes à revisão tarifária constam no Processo Administrativo n. 143/2019 da ARIS.

A Consulta Pública n. 003/2020 ocorreu entre 20 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020. Foram utilizados como meio de comunicação e divulgação do edital de Consulta Pública n. 003/2020 o site da ARIS (www.aris.sc.gov.br) e o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Ainda, foram encaminhados E-mails comunicando a abertura da Consulta Pública às instituições de controle, quais sejam, o Ministério Público de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Câmara de Vereadores. Além disso, foram encaminhados E-mails ao Poder Concedente (Município de Penha), às instituições comerciais e empresariais locais e às associações de bairros.

A Consulta Pública foi amplamente divulgada e noticiada na mídia local, conforme consta nos Despachos 49; 50; 51; 52; 53; 59 do Processo Administrativo n. 143/2019. Cabe esclarecer quanto à Consulta Pública da 1ª Revisão Tarifária Ordinária da Concessionária Águas de Penha:

- i. que reajuste tarifário não se confunde com a revisão tarifária ordinária. O reajuste tarifário anual é a atualização monetária em função da perda de valor da moeda causada pela inflação e não representa aumento real de tarifa. O reajuste tarifário pode ter como referência um índice oficial de inflação ou uma cesta de índices oficiais de inflação, de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Concessão;
- ii. que a revisão tarifária ordinária ocorre a cada 4 anos e avalia o equilíbrio econômico-financeiro entre receitas, despesas e custos, investimentos e remuneração da Concessionária, de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Concessão;

Neste contexto, o Regulamento da Consulta Pública n. 003/2020 define:

Não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as contribuições que possuírem tal conteúdo. Todas as sugestões e contribuições devem ser identificadas com o nome completo, CPF, endereço e profissão do interessado. Caso o interessado seja pessoa jurídica, deve ser fornecido o respectivo CNPJ e o endereço da sua sede. Não há limite de sugestões ou contribuições. Ao final todas as sugestões e contribuições serão publicadas no sítio eletrônico da ARIS, sendo devidamente identificadas. Além disso, todas as contribuições serão objeto de análise da ARIS, publicado em relatório no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a realização da Consulta Pública.

A Consulta Pública n. 003/2020 recebeu 154 contribuições. Ressalta-se que apesar da expressiva participação dos interessados, as contribuições deixaram de atender os critérios estabelecidos no Regulamento da Consulta Pública, que são: nome completo, CPF, endereço e profissão do interessado.

Considerando a importância da participação dos interessados, prorroga-se a Consulta Pública n. 003/2020, a qual estará aberta para novas contribuições de 24 de agosto de 2020 a 22 de setembro de 2020.

Salienta-se que a prorrogação é motivada pela grande quantidade de contribuições e comentários os quais não atenderam os critérios definidos no Regulamento da Consulta Pública n. 003/2020.

Florianópolis, 17 de agosto de 2020.

Adir Faccio
Diretor-geral da ARIS

CIDEMA**01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 08/2019**

Publicação Nº 2608853

01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 08/2019

01º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E LEONIR BENINCÁ.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, LEONIR BENINCÁ., brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 486.541.169-00, RG nº 1.498.474, residente e domiciliado na Rua Messias Souza Machado, 536 Centro, Abelardo Luz - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 08/2019, Pregão Presencial nº 01/2019, homologado em 22/04/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. 4.1 Fica alterada a vigência do Contrato nº 08/2019, pelo período de 04/05/2020 á 04/05/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 08/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de abril de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema NÉVIO ANTONIO MORTARI PRESIDENTE	LEONIR BENINCÁ Contratada
--	------------------------------

01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 09/2019

Publicação Nº 2608878

01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 09/2019

01º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 09/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 492.475.659-87, RG nº 1.270.899-2, residente e domiciliado na Rua Soterio Cacciatori, 19 centro, Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 09/2019, Pregão Presencial nº 04/2019, homologado em 02/05/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. 4.1 Fica alterada a vigência do Contrato nº 09/2019, pelo período de 04/05/2020 á 04/05/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 09/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de abril de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema
NÉVIO ANTONIO MORTARI
PRESIDENTE

FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO
Contratada

01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 10/2019

Publicação Nº 2608877

01 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 10/2019

01º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 10/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E FELIPE JÚNIOR MARTIM.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, FELIPE JÚNIOR MARTIM, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 080.116.409-50, RG nº 6.183.772, residente e domiciliado na Servidão Bauru CA 12 LD E, Bairro Passo dos Fortes, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 10/2019, Dispensa de Licitação nº 06/2019, homologado em 22/05/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. 4.1 Fica alterada a vigência do Contrato nº 10/2019, pelo período de 04/05/2020 á 04/05/2021

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária, prevista da Resolução Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 10/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de abril de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema
NÉVIO ANTONIO MORTARI
PRESIDENTE

FELIPE JÚNIOR MARTIM
Contratada

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 08/2019

Publicação Nº 2608873

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 08/2019

02º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E LEONIR BENINCÁ.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor LUCIANO JOSÉ BULIGON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o 589.602.600-53, Prefeito do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, LEONIR BENINCÁ, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 486.541.169-00, RG nº 1.498.474, residente e domiciliado na Rua Messias Souza Machado, 536 Centro, Abelardo Luz - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 08/2019, Pregão Presencial nº 01/2019, homologado em 22/04/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de

acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

Considerando a Cláusula quarta – do Prazo de Vigência/ Do Reajuste do Valor.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

1.1 O presente termo tem por objeto reajuste de valores conforme prevê 4.2, Cláusula Quarta - Do Prazo De Vigência / Do Reajuste Do Valor, contrato 08/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 A partir de 30 de Junho de 2020, os valores contratuais serão reajustados e conforme IGPM acumulado, o Contratante pagará ao Contratado, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 2.917,76 (Dois mil novecentos e dezessete e setenta e seis centavos).

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 08/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de junho de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema LUCIANO JOSÉ BULIGON PRESIDENTE	LEONIR BENINCÁ Contratado
---	------------------------------

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 09/2019

Publicação Nº 2608882

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 09/2019

02º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 09/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor LUCIANO JOSÉ BULIGON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o 589.602.600-53, Prefeito do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 492.475.659-87, RG nº 1.270.899-2, residente e domiciliado na Rua Soterio Cacciatori, 19 centro, Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 09/2019, Pregão Presencial nº 04/2019, homologado em 02/05/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

1.1 O presente termo tem por objeto reajuste de valores conforme prevê 4.2, Cláusula Quarta - Do Prazo De Vigência / Do Reajuste Do Valor, contrato 09/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 A partir de 30 de Junho de 2020, os valores contratuais serão reajustados e conforme IGPM acumulado, o Contratante pagará ao Contratado, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 3.058,34 (Três mil e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), acrescido de 1,45 por metro linear perfurado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 09/2019 e suas alterações. E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de Junho de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema LUCIANO JOSÉ BULIGON PRESIDENTE	FRANCISCO ANTONIO PIZZATTO Contratado
---	--

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 10/2019

Publicação Nº 2608881

02 ° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 10/2019

02º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 10/2019, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E FELIPE JÚNIOR MARTIM.

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor LUCIANO JOSÉ BULIGON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o 589.602.600-53, Prefeito do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, FELIPE JÚNIOR MARTIM, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 080.116.409-50, RG nº 6.183.772, residente e domiciliado na Servidão Bauru CA 12 LD E, Bairro Passo dos Fortes, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 10/2019, Dispensa de Licitação nº 06/2019, homologado em 22/05/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais e condições que anunciam a seguir:

Considerando o presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que o compõem e ainda no respectivo contrato, e também no Prejudicado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a empresa contratada está exercendo com eficiência o serviço objeto da contratação;

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

1.1 O presente termo tem por objeto reajuste de valores conforme prevê 4.2, Cláusula Quarta - Do Prazo De Vigência / Do Reajuste Do Valor, contrato 09/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 A partir de 30 de Junho de 2020, os valores contratuais serão reajustados e conforme IGPM acumulado, o Contratante pagará ao Contratado, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 1.931,58 (Um mil e novecentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos), acrescidos de 0,75 (setenta e cinco centavos) por metro linear perfurado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 10/2019 e suas alterações.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Chapecó, 30 de Junho de 2020.

Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico E Social e Meio Ambiente – Cidema LUCIANO JOSÉ BULIGON PRESIDENTE	FELIPE JÚNIOR MARTIM Contratado
---	------------------------------------

CIGA**AVISO DE LICITAÇÃO N.º 04/2020**

Publicação Nº 2608627

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 04/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1494/2020

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2020

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página www.bll.org.br (proposta de preço e documentação de habilitação): 18/08/2020.
2. Último dia para o recebimento das propostas (proposta de preço e documentação de habilitação): 28/08/2020, às 13:50 horas.
3. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 26/08/2020.
4. Data da sessão pública do Pregão Eletrônico: 28/08/2020, às 14:00 horas.

OBJETO: Contratação de serviços de enlaces de acesso IP (dedicado simétrico e assimétrico), entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – Internet; serviços de telefonia fixa comutada destinados ao acesso público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3; e prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) com ligações locais e de longa distância, agregando serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, retrocompatível com as tecnologias 2G (Edge) e 3G (HSDPA/HSUPA), com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.
Florianópolis, 17 de agosto de 2020.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
Pregoeiro do CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2020/CIGA

Publicação Nº 2608623

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1494/2020/CIGA****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2020/CIGA****1. PREÂMBULO**

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal–CIGA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, na forma indireta e sob regime empreitada por preço unitário cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR LOTE EM 60 MESES**, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- 1.2.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 1.2.2 Anexo II - Estimativa de Valor da Contratação;
- 1.2.3 Anexo III - Formulário de Proposta de Preços;
- 1.2.4 Anexo IV - Termo de Credenciamento Para Participação - Nomeação de Representante;
- 1.2.5 Anexo V - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 1.2.6 Anexo VI - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 1.2.7 Anexo VII - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 1.2.8 Anexo VIII - Declaração de conhecimento do objeto;
- 1.2.9 Anexo IX - Minuta e Anexos do Contrato.

2. CRONOGRAMA

2.1 Data de início do recebimento das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página www.bll.org.br (proposta de preço e documentação de habilitação): **18/08/2020**.

2.2 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: **26/08/2020**.



2.3 Último dia para o recebimento das propostas **28/08/2020, às 13:50 horas**.

2.4. Data da sessão do Pregão Eletrônico: **28/08/2020, às 14:00 horas**

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço licitacao@ciga.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/>

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/licitacoes/>– para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Consórcio Público o envio de informações por outro meio.

3.4 O início do acolhimento das propostas que trata o subitem 2.1 dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página www.bll.org.br, opção “Acesso ao Sistema”, “Pregão Eletrônico”, no item “Proposta”, prosseguindo o certame de acordo com os procedimentos estabelecidos neste edital.

3.5 A entrega de documentos originais, cópias autenticadas e/ou cópias simples, que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais, deverá ser realizada, alternativamente: por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA (Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC); ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço. O oferecimento de impugnação administrativa do Edital poderá ser realizado também por meio eletrônico, para o endereço licitacao@ciga.sc.gov.br.

3.6 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, sendo dessa forma registradas no sistema eletrônico.

3.7 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante, que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao desembolso pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5.º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

4. DO OBJETO

4.1 Contratação de serviços de enlaces de acesso IP (dedicado simétrico e assimétrico), entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – *Internet*; serviços de telefonia fixa comutada destinados ao acesso público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3; e prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) com ligações locais e de



longa distância, agregando serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, retrocompatível com as tecnologias 2G (Edge) e 3G (HSDPA/HSUPA), com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

5. DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 É vedada a participação de:

6.2.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.2.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.2.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link:

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

6.2.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.2.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam empregados públicos (empregos permanentes ou em comissão) do CIGA.

7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam



até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.o e 2.o do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da LC 123/2006).

7.6 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta mais bem classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.7 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.9 A documentação fiscal e trabalhista regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.9.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.8.

7.10 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.



7.11 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 13.2.5.1 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321-5300.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil para a formulação de proposta no sistema e participação da sessão pública.

9.2 O credenciamento dar-se-á pela nomeação por meio do instrumento de mandato (Anexo IV – Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante), com firma reconhecida, de operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou à própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: www.bll.org.br

9.3 A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente dar-se-á mediante prévia definição de senha privativa;



9.5 A chave de identificação e a senha dos operadores (pessoal e intransferível) poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

9.6 O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das penalidades previstas em item próprio deste edital.

9.7 O uso da senha de acesso, pelo licitante, para efetuar qualquer transação diretamente ou por intermédio do seu representante, será de sua exclusiva responsabilidade, pelo que assumirá como firme e verdadeira sua proposta, assim como seus lances, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao CIGA qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha do licitante, ainda que por terceiros.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

10.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha pessoal e intransferível concedida ao licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) no Sistema de Licitação Eletrônica da BLL e envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário-limite estabelecidos no CRONOGRAMA.

10.2 O envio da proposta pelo licitante, por meio do sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às condições estabelecidas neste edital, em especial no tocante à documentação de habilitação e às especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

10.4 O preço ofertado pelo licitante deverá ser cotado em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, incluindo todas as despesas concernentes ao fornecimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto deste certame, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Formulário de Proposta de Preços, deste edital.

10.5 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6.º da Lei n.º 10.520/2002), tendo por termo inicial a data da sessão.

10.6 Qualquer esclarecimento em relação ao acesso ao sistema operacional pode ser feito pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou por meio de uma corretora de mercadorias associada.

10.7 Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o licitante registre expressamente, sem se identificar, a descrição detalhada, de forma clara e completa, do objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, sob pena de desclassificação de sua proposta.



10.8 Serão desclassificadas as propostas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante.

10.9 Os licitantes **deverão informar no campo “VALOR TOTAL DO LOTE EM 60 MESES” o PREÇO POR LOTE EM 60 MESES**, para com este participar da disputa de lances.

10.10 O licitante que se utilizar da base de cálculo do ICMS reduzida, se for o caso, deverá informar na sua Proposta de Preço a incidência do benefício fiscal, sob pena de não poder usufruí-lo.

11. DO ANEXO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

11.1 Imediatamente após a inserção das informações da proposta eletrônica, deverá, obrigatoriamente, ser inserido o Anexo III – Formulário da Proposta de Preço, por meio de transferência eletrônica de arquivo (*upload*) ao sistema, **sem qualquer dado que possibilite a sua identificação, pois qualquer informação que identifique o proponente (como telefone, endereço, logo da empresa etc.) implicará DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**

11.1.1 Qualquer documento anexado será analisado após a fase de lances, e havendo divergência entre as informações constantes é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração em relação à solução informada para fornecimento.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Recebidas as propostas apresentadas no endereço www.bll.org.br, e encerrado o prazo para sua apresentação, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, observados a data e o horário estabelecidos no CRONOGRAMA, ocasião em que serão divulgadas as propostas recebidas em perfeito atendimento às especificações e condições previstas neste edital.

12.2 Serão desclassificadas as propostas:

12.2.1 que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

12.2.2 inexecutáveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 48, inc. II, da Lei n.º 8.666/93); e

12.2.3 que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado na Estimativa de Valor da Contratação – Anexo II deste Edital.

12.3 A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

12.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

12.5 O critério de julgamento e de aceitabilidade dos preços da presente licitação será o de **MENOR PREÇO POR LOTE EM 60 MESES.**



12.6 A etapa competitiva ocorrerá no dia e hora marcados no CRONOGRAMA e terá o tempo de duração definido a critério do Pregoeiro, durante o qual os licitantes poderão encaminhar seus lances pelo sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e valor, com o respectivo horário de registro no sistema.

12.6.1 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço por lote em 60 meses, ofertado na etapa de propostas.

12.7 Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

12.7.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

12.8 Esgotado o tempo inicial da fase de lances, o Pregoeiro anunciará o encerramento desta fase, momento no qual o sistema eletrônico da BLL encaminhará aviso de tempo randômico (período de 30 minutos aleatoriamente determinado) para fechamento da etapa de lances.

12.9 Ao final do tempo randômico de que trata o subitem anterior, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.10 Caso não haja oferta de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço lançada no sistema e o preço máximo do item da licitação, observando-se sempre o atendimento das especificações técnicas do objeto.

12.11 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico da BLL, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, com vistas a obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e mantidas as condições estipuladas neste edital.

12.12 A negociação prevista no subitem anterior será utilizada também nos casos em que não houver formulação de lances.

12.13 Depois de encerrada a etapa de lances e negociada a redução de preço, se for o caso, e, ainda, após ter constatado a compatibilidade da proposta classificada em primeiro lugar com as condições e preços estabelecidos para a contratação, o Pregoeiro anunciará, em decisão motivada, a razão de sua aceitabilidade.

12.14 Constatado o atendimento das exigências edilícias pelo licitante que ofertou a melhor proposta, será este declarado vencedor da etapa competitiva.

12.14.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário e total por itens, conforme descrição apresentada no Termo de referência e na Estimativa de valor da contratação (Anexos I e II), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens, bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário da Proposta de Preços);

12.14.2 A proposta de preços atualizada com o último lance deverá ser enviada no prazo máximo de 90 (noventa) minutos, digitalizada para o e-mail: licitacao@ciga.sc.gov.br.



12.14.3 A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance e assinada pelo representante da empresa deverá ser encaminhada ou entregue para o Pregoeiro do Pregão Eletrônico n.º 03/2020 do CIGA, no endereço constante no subitem 3.5 do edital.

12.15 Se a melhor proposta não for aceita ou, ainda, se o licitante não atender às exigências habilitatórias, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará, segundo a ordem de classificação na etapa competitiva, os lances subsequentes, verificando a sua exequibilidade, até apurar uma oferta que atenda a todos os requisitos expressos no Edital, sendo este declarado vencedor da etapa competitiva.

12.16 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, o Pregoeiro poderá convocar todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

12.17 Na hipótese de haver desconexão apenas com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico da BLL permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já realizados.

12.18 Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no mesmo endereço eletrônico utilizado para a divulgação da licitação, ocasião em que serão anunciadas a data e a hora da reabertura da sessão.

12.19 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo o único responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.

13. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

13.1 O licitante declarado vencedor da etapa competitiva terá o prazo máximo de **90 (noventa) minutos** para enviar digitalizado, para o e-mail licitacao@ciga.sc.gov.br, os documentos necessários para habilitação discriminados no subitem 13.2, remeter essa documentação para o Pregoeiro do Pregão Eletrônico n.º 03/2020 do CIGA, no endereço constante no subitem 3.5 do edital.

13.1.1 No caso de remessa postal da documentação de habilitação original ou cópia autenticada, esta deverá ser comprovada mediante o envio do Recibo de Postagem ou Código de Rastreamento Postal, da E.C.T, por e-mail, em até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, aos cuidados do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

13.1.2 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação no prazo fixado e em situação regular.

13.1.3 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances,



ocasião em que o Pregoeiro procederá à análise da proposta de preços e, posteriormente, examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o item em disputa.

13.1.4 Os documentos de habilitação dos licitantes, recebidos na sede do CIGA, ficarão de posse do Pregoeiro até o adimplemento das obrigações contratuais, quando serão inutilizados.

13.1.5 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada.

13.2 A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

13.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.2.1.1 Ato constitutivo do licitante:

13.2.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS (Junta Comercial) do local de sua sede.

13.2.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADES CIVIS OU SIMPLES deverá ser apresentada inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

13.2.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS (Junta Comercial) do local de sua sede, e, no caso de SOCIEDADES POR AÇÕES, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

13.2.1.3 As EMPRESAS OU SOCIEDADES ESTRANGEIRAS em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

13.2.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.2.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

13.2.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;



13.2.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

13.2.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

13.2.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 13.2.2.5.1, deverão apresentar documento(s) emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

13.2.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

13.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal n.º 12.440, de 7 de julho de 2011;

13.2.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

13.2.2.9 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

13.2.2.10 O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

13.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.2.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresso.

13.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.2.4.1 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste que a licitante já forneceu serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

13.2.4.1.1 O atestado de capacidade técnico-operacional, referido no item anterior, deverá conter os seguintes elementos:

13.2.4.1.1.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução do objeto e o número do contrato;

13.2.4.1.1.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram prestados satisfatoriamente e que não



consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

13.2.4.1.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

13.2.4.2 **Deverá** ser apresentada Declaração de conhecimento dos termos do objeto – modelo sugerido no Anexo VIII do Edital.

13.2.5 OUTROS DOCUMENTOS:

13.2.5.1 Deverão ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação 'Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte' e 'Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação' – modelos sugeridos nos Anexos V e VII do Edital, sob pena de desclassificação.

13.3 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E REGRAS DE ACEITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

13.3.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou, ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro e/ou pela Equipe de Apoio no ato da apresentação da documentação de habilitação, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

13.3.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quanto obtidos via *Internet*, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no *site* da entidade que os emitiu:

13.3.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no *site* da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

13.3.3 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

13.3.4 Os documentos de habilitação que não possuem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão, exceto para os documentos de qualificação jurídica, qualificação técnica, CPF e CNPJ.

13.3.5 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

13.3.6 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

13.3.7 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer



alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

13.3.8 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

14. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

14.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Declarado o vencedor do presente Edital qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, em até 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema de licitações da BLL, a intenção de recorrer, a partir de quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, e que será disponibilizada a todos os participantes, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos no endereço constante no subitem 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

15.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do item objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.3 Sempre que for interposto recurso, deverão ser juntados aos autos os documentos, porventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

15.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis:

15.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

15.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA, autoridade competente para o respectivo julgamento.

15.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pela procedência ou não do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

15.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 Caso a licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.



16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Declarado o vencedor da licitação e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão.

16.2 No caso de interposição de recurso, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

16.3 A homologação será realizada pela autoridade competente.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1 Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a partir da comunicação por escrito para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

17.2 Ocorrendo a decadência de que trata o item anterior, serão convocados os demais licitantes para contratar o objeto desta licitação pelo preço registrado na sessão, observada a ordem de classificação para o lote único e em conformidade com o disposto no subitem 12.15 deste Edital.

17.3 As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual anexa, que independentemente de transcrição fazem parte deste Edital.

17.4 Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela licitante por meio de sua proposta, fazem parte do Contrato independentemente de transcrição.

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de referência (Anexo I) e na Minuta e anexos do Contrato (Anexo IX).

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 As condições de pagamento e de recebimento do objeto processar-se-ão conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1 A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a Nota Fiscal/Fatura, no mínimo, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

20.2 Demais condições de pagamento estão previstas na minuta do Contrato (Anexo X deste Edital).



21. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

21.1 Eventuais reajustes dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral do CIGA, de acordo com a Atividade nº 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de despesa 3.3.90.40.4 (Comunicação de dados) e Elemento de despesa 3.3.90.40.5 (Serviços de telefonia Fixa e Móvel)

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

23.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo de multa de até 10% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

23.2 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

23.3 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades nela previstas.

23.4 No caso de operações de reorganização empresarial, tais como: fusão, cisão e incorporação, a CONTRATADA deverá comunicar ao CIGA, a fim de que este delibere, motivadamente, acerca da possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial a comprovação do atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou a contratação. A eventual impossibilidade do cumprimento das condições de habilitação e das obrigações contratuais motivará a rescisão do Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas anteriormente.

23.5 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta do Contrato – Anexo IX deste Edital.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente edital.

24.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

24.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);



24.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

24.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

24.2.3 Adiar a data da sessão; e

24.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

24.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

24.4 O não atendimento às exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

24.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

24.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

24.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

24.9 Detalhes não citados referente à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

24.10 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24.11 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.



24.12 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC.

24.13 O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio foram nomeados por meio da Portaria n.º 10, de 31 de janeiro de 2019, do CIGA, do ÓRGÃO GERENCIADOR e PARTICIPANTE.

24.14 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 17 de agosto de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação é contratação de serviços de enlaces de acesso IP (dedicado simétrico e assimétrico); serviços de telefonia fixa comutada destinados ao acesso público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3; e prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) com ligações locais e de longa distância, agregando serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, retrocompatível com as tecnologias 2G (Edge) e 3G (HSDPA/HSUPA), com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA, sendo:

LOTE 01: Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – *Internet*, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de *link* de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, com as seguintes características:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	01	<ul style="list-style-type: none"> Link simétrico com velocidades idênticas de <i>download</i> e <i>upload</i>, com garantia de entrega de 99%; A Taxa de Transmissão (velocidade do link) será de no mínimo 100 Mbps (100 Megabits por segundo) simétricos; Tipo de conexão: Link PPP em Fibra Ótica Ativa, ou <i>Fiber to the Home / Fiber to the Building</i>, com tecnologias de fibra passiva (xPON) e entrega final (após conversão) em <i>Ethernet</i> com cabo <i>UTP</i>; Nenhuma restrição de uso e nenhuma quota de utilização de banda (tráfego ilimitado); Sistema de abertura de chamados via e-mail e/ou sistema especialista e telefone, em regime 24x7, que forneça número do chamado/ticket, respeitando SLA pré acordado. Bloco IPv4 de endereços com pelo menos 8 IPs (/29) versão 4 (IPv4) válidos (reais) estáticos; Fornecimento de faixa delegada IP versão 6 (IPv6) /48 estáticos. Nenhum tipo de filtragem IP, com todo tráfego liberado, em especial nas portas 22, 25, 53, 80 e 443 TCP/IP e UDP/IP; Parâmetros mínimos de qualidade: 	01	01



		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Latência (ping) até o primeiro salto no provedor de acesso: < 10ms; ✓ Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego PTT-SP: < 50ms; ✓ Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego em Miami (EUA): < 200ms; ✓ Taxa de perda de pacotes inferior a 0.1% por minuto (até o primeiro salto). 		
--	--	--	--	--

LOTE 02: Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – *Internet*, 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de *link* de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento os equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, com as seguintes características:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
02	01	<ul style="list-style-type: none"> • Link do tipo assimétrico; • Velocidade de download de mínima de 150 Mbps (<i>megabits</i> por segundo) e de upload mínimo de 40% do valor de download; • Tipo de conexão: Fibra óptica (ativa ou passiva), cabo (DOCSIS), Ethernet ou xDSL. Não serão aceitos links de rádio em nenhum trecho, de qualquer modalidade (exemplos: LTE, IEEE 802.11, TDMA, WiMax, etc.), devido à inadequação deles para o fim objetivado; • Fornecimento de Endereço IP versão 4 (IPv4) exclusivo, estático e válido (não será aceito endereçamento compartilhado ou através de CGNAT). • Fornecimento de faixa delegada IP versão 6 (IPv6) estático. • Nenhuma restrição de uso e nenhuma quota máxima de utilização de banda (tráfego ilimitado); • Sistema de abertura de chamados via e-mail e/ou sistema especialista e telefone, em regime 24x7, que forneça número do chamado/ticket, respeitando SLA pré acordado. • Parâmetros mínimos de qualidade: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Latência (ping) até o primeiro salto no provedor de acesso: < 10ms; ✓ Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego PTT-SP: < 50ms; ✓ Latência (ping) até o ponto de troca de tráfego em Miami (EUA): < 200ms; 	01	01



		✓ Taxa de perda de pacotes inferior a 0.5% por minuto (até o primeiro salto).		
--	--	---	--	--

LOTE 03: Contratação de serviços de telefonia fixa comutada destinados ao uso do público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3, com o CSP da operadora contratada.

LOTE	ITEM	STFC MODALIDADE LOCAL em Florianópolis/SC (sede do CIGA): Instalação de um feixe E1, DDR mínimo de 50 (cinquenta) ramais e de 1 (um) entroncamento E1 com sinalização R2D, dividido no mínimo em 10 (dez) canais de 64 (sessenta e quatro) Kbps (kbits por segundo), com plano de numeração mínimo para 50 (cinquenta) ramais (MCDU), com a portabilidade da numeração atual do CIGA.	UNID	QUANT
03	01	Chamadas Feixe-E1 (Fixo-Fixo – Ilimitado)	Min.	Ilim.
		Chamadas Longa Distância utilizando o Feixe-E1 a partir de Florianópolis para áreas de DDD em Santa Catarina com CSP da Operadora (Ilimitado)	Min.	Ilim.
		Chamadas Longa Distância utilizando o Feixe-E1 a partir de Florianópolis para áreas de DDD fora do Estado de Santa Catarina com CSP da Operadora (Ilimitado)	Min.	Ilim.
		Chamadas Feixe-E1 (Fixo-Móvel VC1 - Ilimitado)	Min.	Ilim.
		Chamadas Feixe-E1 com CSP da Operadora (Fixo-Móvel VC2 - Ilimitado)	Min.	Ilim.
		Chamadas Feixe-E1 com CSP da Operadora (Fixo-Móvel VC3 - Ilimitado)	Min.	Ilim.



LOTE 04: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e encaminhamento de ligações locais e de longa distância, e serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA:

LOTE	ITEM	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	UNID.	QUANT
04	01	Assinatura Mensal com pelo menos 500 minutos em ligações para Fixos Locais, DDD (com CSP da própria operadora), VC1, VC2 e VC3 e isenção de tarifa de deslocamento e roaming.	Unid	Até 10
		Tarifa zero entre as linhas do grupo		
		Acesso à Internet com franquia mensal mínima de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em 3G)		
		Serviço de mensagem SMS (mensagem) (mínimo de 200 SMS x 12 meses)		
		VC1 - móvel para móvel da própria operadora (ilimitados x 12 meses)		
	02	Assinatura mensal para acesso à Internet (sim card) com franquia mensal de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em 3G)	Unid	Até 10

Obs: A quantidade mínima a ser adquirida pela Administração, dos itens do lote 04, será de 2 (duas) unidades por item, sendo a quantidade máxima de até 10 (dez) unidades para cada item.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 MOTIVAÇÃO

LOTES 01 e 02:

Atualmente, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal dispõe de 2 enlaces (links) de dados que são utilizados para acesso à Internet e divulgação de seus serviços ao público externo. Na arquitetura atual, o link primário é responsável por disponibilizar o acesso aos servidores internos e telefonia IP aos consorciados e aos empregados quando em *home office*. O link secundário é responsável por o acesso à Internet dentro do Consórcio.



Ambos funcionam em regime de contingência para acesso à Internet e manutenção de alguns serviços críticos caso algum dos mesmos esteja inoperante.

O contrato desses enlaces encerra-se no segundo semestre de 2020 e esse fato cria a necessidade, mais do que prioritária, de que se realize novo processo licitatório para manutenção deste serviço. Caso não contratados, todo o acesso à Internet será interrompido e grande parte dos sistemas mantidos pelo Consórcio ficará indisponível.

O link principal concentrará a maior parte dos serviços fornecidos externamente aos consorciados, além de telefonia e do acesso à Internet e possuirá velocidade mínima de 100 Mbps, com alto grau de disponibilidade e baixa latência.

O segundo link, com a atribuição de manter a continuidade das atividades do Consórcio, possuirá a velocidade de pelo menos 150 Mbps de download e 60 Mbps (40% de download) de upload e contingenciará a maior parte dos serviços essenciais que o CIGA provê, além de integração com os serviços em nuvem (e-mail e servidor de arquivos) mantendo alto grau de disponibilidade e baixa latência.

Esse cenário contempla o fato de que a *Internet* exerce papel preponderante para que o Consórcio consiga satisfazer, com efetividade, sua missão institucional fornecendo diversos serviços para a gestão pública municipal, dentre eles: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; Gestão do Simples Nacional, Gestão do Cadastro Integrado Municipal; Gestão das Câmaras, Gestão de Obras, entre outros.

Entende-se, portanto, que a utilização desses dois links criará não só um ambiente com alta disponibilidade para publicação de serviços externos, mas também para serviços internos, característica que se tornou uma premissa, principalmente considerando o fato de que o CIGA disponibiliza serviços e mantém o acesso dos municípios a importantes sistemas.

Ressalta-se, no entanto, que a contratação de dois *links* para acesso à *Internet* operando em contingência ativa nos modelos expostos, visando alta disponibilidade dos serviços providos pelo CIGA e o acesso contínuo à *Internet*, **só terá efetividade caso fornecidos por duas empresas com infraestrutura distintas para que não haja ponto de falha em comum**, sendo essa uma característica mandatária a ser observada.

LOTES/GRUPOS 03 e 04:

Considerando a finalização do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa e móvel no segundo semestre de 2020.

Considerando a necessidade de comunicação entre os empregados, diretoria e presidência deste Consórcio, que se deslocam para as diversas regiões, inclusive para outros Estados, em atividades de representação do CIGA e de prestação de serviços e atendimento aos municípios consorciados, faz-se necessária a contratação de serviços de telefonia fixa e móvel.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

LOTES/GRUPOS 01 e 02:

A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, inclusive os roteadores especificados, assumindo todos os custos dessa instalação.

Após a implantação do circuito, solicitações de instalação, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão por meio de solicitações



formais por parte do Contratante, sendo estas solicitações executadas pela Contratada em, no máximo, 30 (trinta) dias.

Após o início oficial de operação do circuito contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados, não decorrentes de solicitações da Contratante, deverão ser realizadas pela Contratada em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;

A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas etc).

Os *links* de comunicação de dados contratados deverão funcionar em conjunto entre si.

Cada *link* funcionará como contingência ativa do outro, devendo cada um estar conectado em uma rede de provedor com infraestrutura de comunicação independente da outra contratada, inclusive com ASNs (*Autonomous System Number*) distintos, a fim de possibilitar total redundância na conexão à *Internet*.

3.1. PARÂMETROS DE QUALIDADE

O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

- 3.1.1 Disponibilidade do *link* de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;
- 3.1.2 Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos;
- 3.1.3 Disponibilidade da Central de Atendimento conforme períodos e horários exigidos e características exigidas;
- 3.1.4 Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico, com criação de chamado numerado passível de acesso pelo contratante;
- 3.1.5 Eficiência das soluções definitivas apresentadas;
- 3.1.6 Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;
- 3.1.7 Atendimento às demais exigências contratuais.

3.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.2.1 Fornecer serviço de comunicação de dados com IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do CIGA e a Rede Mundial de Computadores – Internet, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- 3.2.2 Disponibilizar Central de Atendimento, que deverá permitir a abertura e fechamento de chamados de suporte técnico com ligação gratuita (0800) ou local (DDD 48 da região de Florianópolis), e-mail e portal, disponibilização de número de ticket e histórico conforme períodos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- 3.2.3 Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do serviço e o atendimento às especificações contidas no Contrato, Edital e seus Anexos;
- 3.2.4 Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;
- 3.2.5 Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato ou equipe por ele indicada, todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do serviço contratado;



3.2.6 Entregar mensalmente, para fins de controle e pagamento, relatório de prestação de serviço de suporte técnico realizados no período. Deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

3.2.6.1 Relação de todos os chamados ocorridos no período, incluindo data e hora do início e término do atendimento; identificação do problema; providências adotadas para o diagnóstico e solução definitiva; data e hora do início e término da solução definitiva; identificação do técnico do CIGA que solicitou e validou o serviço; identificação do técnico responsável pela execução do serviço, bem como outras informações pertinentes;

3.2.7 Entregar mensalmente, para fins de controle e pagamento, relatório descritivo, contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, conforme critérios e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. Deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

3.2.7.1 Disponibilidade do link; utilização do link; latência média; taxa de erros média, tempo médio de resposta; pacotes perdidos (percentual);

3.2.8 A Contratada deverá fornecer acesso à plataforma de monitoramento e gerência de disponibilidade.

3.2.9 A Contratada deverá realizar automaticamente a abertura de chamados, caso detecte alguma anomalia no serviço prestado. Esse chamado deverá ser comunicado à equipe técnica designada pelo Gestor do Contrato por meio de e-mail e telefone.

3.2.10 Prestar suporte a todas as funcionalidades presentes e necessárias para que o serviço seja efetivamente prestado;

3.2.11 Fornecer um serviço com suporte a aplicações TCP/IP, obedecendo às recomendações do IETF (*Internet Engineering Task Force*);

3.2.12 Fornecer dispositivos roteadores, de sua propriedade, para provimento da conexão do link de comunicação de dados;

3.2.12.1 Os roteadores a serem fornecidos deverão atender às exigências técnicas constantes deste Anexo;

3.2.12.2 Os roteadores permanecerão dedicados ao serviço durante o transcorrer da prestação de serviço, podendo somente ser desativados ao término do Contrato ou por solicitação do CIGA;

3.2.12.3 Eventuais substituições dos roteadores estarão sujeitas à autorização do CIGA, após comprovada a conformidade do novo dispositivo com as especificações definidas no Edital e seus Anexos;

3.2.12.4 O CIGA também poderá realizar o monitoramento dos roteadores assim como do link de comunicação, devendo a Contratada prestar suporte técnico quando solicitado;

3.2.12.5 A administração dos roteadores será de responsabilidade da Contratada que deverá também fornecer acesso (usuário e senha) com permissão de administrador à equipe técnica designada pelo Gestor do Contrato;

3.2.12.6 A contratada deverá permitir configurações SNMP nos ativos instalados de forma que possibilite a gerência dos equipamentos e serviços disponibilizados por meio de ferramentas usadas pelo CIGA.

3.2.12.7 A contratada deverá efetuar backup semanal das configurações dos ativos instalados no CIGA durante toda a vigência do contrato e a retenção desses dados deverão ficar armazenados durante no mínimo 1 ano.

**LOTES/GRUPOS 03 e 04:**

A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço objeto deste CONTRATO consoante os padrões de qualidade e normas expedidas pelo Poder Concedente, na sua área de prestação de serviços e dentro de sua área de cobertura ou ainda conforme acordos de *roaming*.

A CONTRATADA determinará a tecnologia móvel a ser utilizada nas diferentes regiões da sua área de prestação, ficando a seu critério qualquer alteração na tecnologia adotada, desde que possíveis alterações não onerem, de forma arbitrária e unilateral, a obtenção dos serviços ora contratados, porventura afetados por essa mudança.

A CONTRATADA apresentará TERMO DE AUTORIZAÇÃO ou DECLARAÇÃO de que detém a CONCESSÃO dada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP.

O serviço de roaming deverá ocorrer de forma automática, sem a necessidade de habilitação de outro equipamento e sem interferência do usuário, em todo território nacional.

A Licitante Vencedora deverá disponibilizar os serviços de chamada em espera, “siga-me” (desvio de chamada), consulta, conferência, identificação de assinante chamador, SMS (short Message Service) bidirecional.

3.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Durante a vigência contratual, deverão ser repassados para a Contratante quaisquer descontos, promoções ou reduções de valores ofertados pela Contratada para outros usuários do mesmo Plano de Serviços que foi originariamente contratado pela Administração.

Obedecer aos prazos estabelecidos em regulamentações específicas da ANATEL, no que toca a instalação e ativação dos serviços.

Fornecer ao CIGA, na assinatura do contrato, descritivo nacional de sua área de cobertura.

Possibilitar ao CIGA, na condição de assinante viajante, receber a prestação do serviço SMP, em redes de outras operadoras de serviço, sujeitando-se, nesta hipótese às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a legislação vigente, responsabilizando-se por todas as despesas pelo uso do sistema pessoal roaming, que poderão ser incluídas na conta de serviços, emitida pela concessionária.

Possuir concessão ou autorização para prestar o respectivo serviço outorgado pelo poder concedente nos termos da legislação.

Disponibilizar a facilidade para que as ligações de longa distância sejam realizadas somente por intermédio do Código de Seleção da Prestadora - CSP, definido pelo órgão gestor do contrato. Esta facilidade poderá ser implementada utilizando facilidade da rede de telecomunicações ou do aparelho móvel.

Informar ao CIGA, sempre que solicitado, os países que possuem acordo de roaming internacional automático, seja direta ou indiretamente. A fatura deverá ser em moeda nacional (R\$), assim como deverão ser emitidas vinculadas ao respectivo número da linha.

Arcar, caso ocorra algum caso de clonagem das linhas móveis contratadas, com os prejuízos decorrentes, inclusive quando em roaming nacional ou internacional.

Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

Manter em funcionamento contínuo todas as linhas móveis celulares. O bloqueio dos terminais somente poderá ser executado por solicitação do CIGA.

Fornecer, mensalmente, ao CIGA, faturas de forma detalhada por cada linha móvel (celular) e totalizado.



Comunicar ao CIGA, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas por meio do serviço da contratação, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O CIGA reserva-se o direito de efetuar conexões dos equipamentos ou componentes a outros, bem como adicionar peças ou componentes, compatíveis tecnicamente aos equipamentos, sem que isso constitua motivo para a Contratada se desobrigar do serviço de suporte técnico, desde que tal fato não implique danos materiais ou técnicos aos equipamentos;

4.2 A Contratada deverá fornecer a configuração dos equipamentos de acordo com a solução de rede a ser adotada pelo CIGA. A equipe técnica do CIGA detém competência e terá total autonomia para executar ações de administração, gerenciamento e configuração dos equipamentos, podendo promover alterações e reconfigurações sempre que julgar necessário, sem que isso constitua motivo para a Contratada se desobrigar do serviço de suporte técnico.

4.3 A CONTRATADA trará amostras de equipamentos na sede do CIGA para comprovar que nesse local há sinal nas linhas móveis, que o serviço de internet 3G ou 4G possua o padrão LTE e HSPA+(Evolved HSPA) -, e que atende a velocidade mínima de funcionamento exigida no Termo de Referência – Anexo I do presente Edital;

4.4 Comprovar que opera em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do território do Estado de Santa Catarina e capitais brasileiras, incluindo Brasília-DF, sem que haja cobrança distinta do acordado na proposta fornecida, no caso de acesso de dados ou chamadas telefônicas quando fora da área de registro.

4.5 O CIGA poderá, em função de suas necessidades e a seu juízo, demandar a execução de ações coordenadas entre os provedores dos links de comunicação de dados visando à adequada prestação do serviço e o seu aperfeiçoamento;

4.6 A Contratada, sempre que solicitada, deverá fornecer os endereços IP de seus POPs ao CIGA para a aferição do serviço;

4.7 A fim de possibilitar a alta disponibilidade de seus serviços e publicações, o CIGA poderá, a seu critério, solicitar a Contratada e/ou realizar por meio de sua equipe a implementação de parâmetros e configurações mediante ação conjunta entre operadoras que possibilite o balanceamento dos serviços de acesso e publicações.

**ANEXO II****ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO****1. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA**

A Planilha de Preços informa o preço máximo para o objeto desta licitação.

Para fins de cálculo da estimativa do valor de contratação, foram utilizados orçamentos recebidos de fornecedores, pesquisa em site especializado no fornecimento do objeto e contratação similar de outro ente público.

A quantidade mínima a ser adquirida pela Administração, dos itens do lote 04, será de 2 (duas) unidades por item, sendo a quantidade máxima de até 10 (dez) unidades para cada item.

Contratação de serviços de enlaces de acesso IP (dedicado simétrico e assimétrico), entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – *Internet*; serviços de telefonia fixa comutada destinados ao acesso público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3; e prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) com ligações locais e de longa distância, agregando serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, retrocompatível com as tecnologias 2G (Edge) e 3G (HSDPA/HSUPA), com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

LOTE 01						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
01	1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – <i>Internet</i> , 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento dos equipamentos necessários à	Unidade	1	R\$ 1.849,67	R\$ 110.980,20



		execução do serviço e suporte técnico				
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						R\$ 110.980,20

MÉDIA LOTE 02						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL(R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
02	1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – <i>Internet</i> , 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento os equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico	Unidade	1	R\$ 230,16	R\$ 13.809,60
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						R\$ 13.809,60



LOTE 03						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
03	1	Contratação de serviços de telefonia fixa comutada destinados ao uso do público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3, com o CSP da operadora contratada.	Unidade	1	R\$ 716,30	R\$ 42.978,00
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						R\$ 42.978,00

LOTE 04							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MÁXIMA ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
04	1	Assinatura Mensal com pelo menos 500 minutos em ligações para Fixos Locais, DDD (com CSP da própria operadora), VC1, VC2 e VC3 e isenção de tarifa de deslocamento e roaming.	Unid.	10	R\$ 61,32	613,20	R\$ 36.792,00
		Tarifa zero entre as linhas do grupo					
		Acesso à Internet com franquia mensal mínima de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em					



	3G)					
	Serviço de mensagem SMS (mensagem) (mínimo de 200 SMS).					
	VC1 - móvel para móvel da própria operadora (ilimitados).					
2	Assinatura mensal para acesso à Internet (sim card) com franquia mensal de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em 3G)	Unid.	10	R\$ 59,09	590,90	R\$ 35.454,00
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						R\$ 72.246,00



ANEXO III

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com as quais concordamos e aceitamos, sem qualquer ressalva.

OBJETO:

Contratação de serviços de enlaces de acesso IP (dedicado simétrico e assimétrico), entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – *Internet*; serviços de telefonia fixa comutada destinados ao acesso público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3; e prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) com ligações locais e de longa distância, agregando serviço de internet móvel com tecnologia 4G (LTE) ou superior, retrocompatível com as tecnologias 2G (Edge) e 3G (HSDPA/HSUPA), com portabilidade dos números atualmente utilizados no CIGA, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

LOTES:

LOTE 01						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
01	1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e a Rede Mundial de Computadores – <i>Internet</i> , 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica, Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento dos equipamentos necessários à	Unidade	1		



		execução do serviço e suporte técnico				
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						

MÉDIA LOTE 02						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL(R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
02	1	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na gestão Pública Municipal – CIGA e a rede mundial de computadores – <i>Internet</i> , 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, mediante implantação de <i>link</i> de comunicação de dados a ser instalado na Sede Administrativa do CIGA usando infraestrutura de fibra óptica Ethernet, cabo ou par metálico, com fornecimento os equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico	Unidade	1		
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						



LOTE 03						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
03	1	Contratação de serviços de telefonia fixa comutada destinados ao uso do público em geral (STFC) na modalidade com franquia ilimitada em ligações Locais, DDD, VC1, VC2 e VC3, com o CSP da operadora contratada.	Unidade	1		
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						

LOTE 04							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MÁXIMA ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO 60 MESES (R\$)
04	1	Assinatura Mensal com pelo menos 500 minutos em ligações para Fixos Locais, DDD (com CSP da própria operadora), VC1, VC2 e VC3 e isenção de tarifa de deslocamento e roaming.	Unid.	10			
		Tarifa zero entre as linhas do grupo					
		Acesso à Internet com franquia mensal mínima de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em					



	3G)					
	Serviço de mensagem SMS (mensagem) (mínimo de 200 SMS).					
	VC1 - móvel para móvel da própria operadora (ilimitados).					
2	Assinatura mensal para acesso à Internet (sim card) com franquia mensal de 4GB, por meio de aparelho móvel tipo Smartphone com velocidade nominal mínima de download de 1Mbps (em 3G) e com velocidade nominal mínima após franquia de 100 kbps de download de 100 kbps de upload (em 3G)	Unid.	10			
VALOR TOTAL DO LOTE 60 MESES						

Declarações que devem constar na proposta:

1. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.
2. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos a todas as condições do Edital.

_____, ____ de _____ de 20__.

**ANEXO IV****TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome (Razão Social):
Endereço:
Complemento:
Cidade:
CEP:
Inscrição estadual:
Telefone comercial:
Celular:
Representante legal:
Cargo:
Ramo de Atividade:

1 Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 São responsabilidades do Licitante:

- I. tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;



III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo Único deste Termo, e pagar a taxa pela sua utilização;

3 O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

4 O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões;

5 (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. declarar que conhece e atende às condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço;
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	



6 O presente Termo de Adesão é válido até ____/____/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo Único do Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (Licitante direto)

Indicação de Usuário do Sistema:

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
2	Nome:
	CPF:
	Telefone:



	Fax:
	RESPONSÁVEL FINANCEIRO
3	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:

O Licitante reconhece que:

- I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrito no CNPJ
n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, DECLARA que detém a
condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar
n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de ____.

(Nome e assinatura do representante legal)

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ n.º....., por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade n.º..... e do CPF n.º, **DECLARA**, para fins do disposto no
inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º
9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7.º, inciso XXXIII,
da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... de de 20__.

Diretor ou representante legal

CPF n.º:

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002 e para os fins do Pregão Eletrônico n.º 03/2020/CIGA, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 03/2020/CIGA, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada pelo(a) Sr(a). _____, tem pleno conhecimento das instalações, locais, equipamentos, condições, circunstâncias e informações necessárias à elaboração de sua proposta de preços, não podendo alegar desconhecimento das condições que envolvem a execução do Contrato.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante da Licitante

Nome: _____
Cédula de Identidade:

**ANEXO IX****MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ____/20__ /CIGA**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E A PESSOA JURÍDICA _____, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____.

O **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, com sede à Rua _____, CNPJ n. _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n. 8.666/93, resolvem celebrar **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

Cláusula Primeira. O objeto do presente contrato é a _____ (descrever o objeto e seus elementos característicos).

REGIME DE EXECUÇÃO

Cláusula Segunda. Cláusula Segunda. O objeto será executado de forma indireta e sob regime empreitada por preço unitário, tendo como limites a vigência e o valor do Contrato, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, e o art. 10, inciso II, alínea “b”, ambos da Lei n. 8.666/93

VALOR DO CONTRATO

Cláusula Terceira. Dá-se a este Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários o valor total estimado de R\$ _____ (escrever o valor por extenso) para o objeto constante da Cláusula Primeira e o período de vigência determinado na Cláusula Nona. (delimitar o preço do objeto)

LOTE XX: _____;

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

LOTE XX: _____



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Quarta. O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil, Agência _____, Florianópolis, SC.

§1.º. A CONTRATADA que **não possuir conta corrente no Banco do Brasil** poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, **responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.**

§2.º. A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser **obrigatoriamente** referente ao seu CNPJ.

§3.º. A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento dos serviços prestados e entregar a Nota Fiscal/Fatura, no mínimo, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

§4.º. As notas fiscais deverão ser apresentadas, se for o caso, em conjunto com a proposta que originou a referida cobrança, na qual deverá constar, no mínimo, a descrição da atividade, valor total do serviço, data limite para entrega do serviço e prazo de validade da proposta.

§5.º. A CONTRATADA entregará a Nota Fiscal/Fatura ao CONTRATANTE, acompanhada, ainda, da seguinte documentação, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93:

- a) comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovante de regularidade para com o FGTS; e
- f) comprovante de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

§6.º. As certidões previstas no inciso anterior só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

§7.º. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da CONTRATADA, conforme definido na lei tributária. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

§8.º. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os fornecimentos e/ou serviços.



§9.º. Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§10. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade exigida no **§5.º** e não havendo a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida, será realizado o pagamento e iniciado o processo de rescisão contratual, com aplicação da multa rescisória prevista neste Contrato.

SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

Cláusula Quinta. O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

Parágrafo único. A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n. 8.666/93).

REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Cláusula Sexta. O reajuste do valor pactuado no presente Contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita da CONTRATADA, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.

§1.º. Havendo prorrogação do presente Contrato, o valor do objeto, constante na Cláusula Terceira, será reajustado anualmente, após cada período de doze meses a contar da data de início de sua vigência.

§2.º. Cumprido o requisito do parágrafo anterior, o reajuste será efetuado de acordo com a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicado a partir da data limite de apresentação da proposta, conforme determinação contida no art. 3º, §1.º, da Lei n. 10.192/01 e inciso XI do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

§3.º. Em face do disposto no §1.º do art. 2º da Lei n. 10.192/01, não é admitido reajuste, sobre o valor a que se refere o parágrafo primeiro, no prazo inferior a 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do Contrato.

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Cláusula Sétima. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Vigésima deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual e no artigo 40, inciso XIV, "c", da Lei n. 8.666/1993.



REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Oitava. Este Contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1.º. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br.

§2.º. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Nona. O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste Contrato.

Parágrafo único. Este Contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei n. 8.666/93, até o limite de 60 meses, e desde que atendidos a todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do Contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

RECEBIMENTO DO OBJETO

Cláusula Décima. Os serviços iniciais serão recebidos:

- a) provisoriamente, pelos técnicos do CONTRATANTE responsáveis por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, emitido em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto fornecido;
- b) definitivamente, pelos técnicos do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, emitido em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório e que ateste a adequação do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir,



remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§1.º. O recebimento dos serviços contínuos estará sujeito à emissão mensal do Termo de Recebimento dos Serviços Contínuos, a ser emitido pelo representante do CONTRATANTE, atestando a conformidade do objeto.

§2.º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

§3.º. Será rejeitado, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Pregão Eletrônico 03/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Décima Primeira. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade n.º 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa n. _____, para o exercício de 20__, e para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

GARANTIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima Segunda. Não serão exigidas garantias para assegurar a plena execução do Contrato, no entanto, o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para garantir o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Décima Terceira. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Cláusula Décima Quarta. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:

- a) dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;
- b) apresentar-se à equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- d) cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;



- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- f) manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- g) corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade;
- h) assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- i) a CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega/cronograma definido nos termos do Edital e anexos;
- j) adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- k) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n. 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;
- l) disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
- m) a CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos;
- n) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação;
- o) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;
- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- q) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- r) participar de reuniões de planejamento ou avaliação da prestação dos serviços nas



instalações do CONTRATANTE, conforme Plano de Trabalho ou sempre que solicitado, sem quaisquer ônus financeiros adicionais ao CONTRATANTE;

s) o não cumprimento do disposto nas alíneas anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

§1.º. Impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

1) protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data-limite para entrega, junto à Gerência Administrativa, ou, ainda, pelo [e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br), devendo, no mínimo, constar:

1.1) identificação do objeto, número do Processo Administrativo e do Contrato;

1.2) justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

1.3) documentação comprobatória; e

1.4) indicação do novo prazo a ser cumprido.

2) o(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CONTRATANTE o seu deferimento;

3) caso o CONTRATANTE conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

4) caso o CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes; e

5) serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega.

§2.º. A CONTRATADA declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem do CONTRATANTE e de seus entes consorciados.

§3.º. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

a) a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

b) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de emprego em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste Contrato; e



c) não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

Cláusula Décima Quinta. O CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, deve:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- b) efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;
- c) exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- d) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato; e
- e) publicar o extrato do Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do CONTRATANTE, veiculado no endereço <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

Cláusula Décima Sexta. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

REPRESENTANTES DAS PARTES

Cláusula Décima Sétima. As partes credenciarão por escrito responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do Contrato, conforme Anexos I e II deste Contrato.

Parágrafo único. O representante do CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

- I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses do CONTRATANTE;
- II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;



III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e

V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do Contrato.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Oitava. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante do CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

§1.º. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

§2.º. Durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA deve manter preposto aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

PRIVACIDADE

Cláusula Décima Nona. Para os fins deste Contrato, considera-se:

I - Datacenter: estrutura física e lógica do CONTRATADO localizado na sua sede administrativa;

II - Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

III - titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

IV - Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

V - Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VI - Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

§1.º. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei n. 13.709/2018), o CONTRATANTE enquadra-se na categoria de CONTROLADOR e o CONTRATADO na categoria de OPERADOR, devendo os mesmos respeitarem e seguirem as cautelas da Lei.

§2.º. É dever do OPERADOR, ao ser demandado pelo CONTROLADOR, garantir a fruição dos direitos dos TITULARES DOS DADOS PESSOAIS, nos termos do art. 18 da LGPD, a qualquer momento e mediante requisição, em prazo definido na legislação.



§3.º. Cabe ao OPERADOR tratar os dados pessoais com a finalidade exclusiva e específica inerente ao objeto deste contrato, eliminando os mesmos ao término de sua vigência.

§4.º. O OPERADOR deverá prover mecanismo de exportação dos dados portáteis para outra plataforma, ao término do contrato, mediante solicitação do CONTROLADOR.

§5.º. O OPERADOR deverá fornecer o contato (nome, telefone, e-mail) do encarregado para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

§6.º. O OPERADOR deverá manter em absoluto sigilo todos os dados e informações de caráter pessoal que tiver acesso por meio deste contrato.

§7.º. O OPERADOR deverá utilizar na camada de aplicação mecanismos de segurança e proteção contra vulnerabilidades de *software*. São consideradas as principais vulnerabilidades: *injection*, *cross-site scripting (XSS)*, erros de configuração de *software*, objetos expostos de maneira inadequada, objetos referenciados de maneira direta (*insecure direct object references*), *cross-site request forgery (CSRF)*, controles com vulnerabilidades conhecidas, quebra de sessão (*broken authentication and session management*), ausência de criptografia na transmissão dos dados (HTTPS, SSL, TLS), componentes de *software* não atualizados ou em versões reconhecidamente vulneráveis, ou outras vulnerabilidades que possam surgir, de modo que estas não comprometam a segurança e privacidade dos dados pessoais.

§8.º. O OPERADOR deverá aplicar controles de segurança da informação adequados para garantir a segurança de dados pessoais.

Cláusula Vigésima. A CONTRATADA declara que o tratamento de dados pessoais é realizado para o atendimento da finalidade pública do CIGA, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como adota mecanismos de segurança das informações e mitigação de risco.

Cláusula Vigésima Primeira. A CONTRATADA declara que o tratamento e o uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observam as disposições legais.

INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

Cláusula Vigésima Segunda. A CONTRATADA e o CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direito autoral, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

Parágrafo único. A responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado.

Cláusula Vigésima Terceira. A CONTRATADA responsabiliza-se pelo uso das informações



disponibilizadas e pela proteção de dados, bem como em definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade.

ARMAZENAMENTO DE DADOS DO CONTRATANTE

Cláusula Vigésima Quarta. A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações relativas ao CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados, que serão repassados permanentemente ao CONTRATANTE após o término da vigência contratual.

§1.º. Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização do CONTRATANTE, detentor dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

§2.º. Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia ao CONTRATANTE, comunicando-o na sequência.

§3.º. Findo o contrato, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Cláusula Vigésima Quinta. A CONTRATADA se responsabiliza pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução do objeto, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do Contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto, mesmo que após a vigência deste termo, salvo quanto àquelas de domínio público.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Vigésima Sexta. O atraso injustificado na execução do Contrato por culpa da CONTRATADA sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do Contrato;

II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do Contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE;

III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do Contrato.

V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.



§1.º. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no Contrato, as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

III- suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o Contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6.º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§2.º. A multa será descontada pelo CONTRATANTE dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CONTRATANTE, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

§3.º. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato ou no Edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

§4.º. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e as constantes do art. 7º da Lei n. 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na Imprensa Oficial do CONTRATANTE.

§5.º. De acordo com o artigo 88 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma normativo à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



§6.º. Da aplicação das penas definidas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

§7.º. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, caberá pedido de reconsideração à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§8.º. Na comunicação de aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o pedido de reconsideração.

§9.º. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues: por meio eletrônico para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçado à Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n. 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço, mediante recibo, na Gerência Administrativa do CONTRATANTE, nos dias úteis, das 8h30 às 12h e das 13h às 17h30 (horário de expediente).

§10. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2.º, da Lei n. 8.666/93).

RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula Vigésima Sétima. A rescisão deste Contrato dar-se-á nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/93.

§1.º. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes deste Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§2.º. No procedimento que visa à rescisão do Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

§3.º. No caso de operações de reorganização empresarial, tais como: fusão, cisão e incorporação, a CONTRATADA deverá comunicar ao CIGA, a fim de que este delibere, motivadamente, acerca da possibilidade legal da manutenção da contratação, sendo essencial a comprovação do atendimento de todas as exigências de habilitação previstas no Edital que originou a contratação. A eventual impossibilidade do cumprimento das condições de habilitação e das obrigações contratuais motivará a rescisão do Contrato, sem prejuízo à aplicação das sanções indicadas anteriormente.

VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula Vigésima Oitava. Este Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n. 1494/2020/CIGA, Pregão Eletrônico 03/2020 e à proposta da



CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação:

- a) Lei n. 10.520/02;
- b) Lei n. 8.666/93;
- c) Lei Federal n. 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador);
- d) Lei Federal n. 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais);
- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código de Processo Civil;
- i) Código de Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária; e
- k) demais normas aplicáveis.

§1.º. No que toca à proteção de dados pessoais e *compliance*, é dever da CONTRATADA estar em conformidade com as legislações cogentes.

§2.º. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n. 8.666/93.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Cláusula Vigésima Nona. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Trigésima. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PUBLICAÇÃO

Cláusula Trigésima Primeira. O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se houver, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 51 do Contrato de Consórcio



Público e do artigo 37 do Estatuto, ambos do CIGA, e conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

FORO

Cláusula Trigesima Segunda. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

NOME COMPLETO
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME COMPLETO
Cargo e/ou função

NOME COMPLETO
Cargo e/ou função

**ANEXO I****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONTRATANTE**

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui _____ como representante do CONTRATANTE para fiscalizar a execução do Contrato n.º ____/20__/CIGA.

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATANTE

**ANEXO II****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

(Pessoa Jurídica) constitui o(a) Senhor(a) _____ como seu representante no Contrato n. ____/20__/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

NOME COMPLETO
Representante Legal
CONTRATADA

CIMVI**PROCESSO ADMINISTRATIVO - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA Nº 005/2020 - DECISÃO**

Publicação Nº 2608007

PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONTRATADO(A) AVALIADO(A): Jessica Lara Nunes de Souza, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, inscrita no CPF sob nº 383.571.658-18, residente e domiciliada na rua Curt Hering, nº 161, apartamento nº 23, Bairro das Nações, em Indaial/SC, CEP 89082-000

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO do(a) contratado(a) avaliado(a) acima identificado(a). O processo segue os trâmites do Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, disciplinado pela Resolução CIMVI nº 098/2014 e suas alterações (versão consolidada disponível em www.cimvi.sc.gov.br).

A Avaliação de Desempenho efetuada pelo Diretor Executivo do Consórcio, subscrita por profissionais que atuam junto ao Departamento Ambiental do CIMVI confirmando as informações que constam do documento, veio instruída de:

- 1) Cópia do Contrato de Experiência nº 005/2020;
- 2) Cópia do Termo de Posse e Compromisso nº 2020/09
- 3) Cópia da Resolução CIMVI nº 367, de 06 de maio de 2020;
- 4) Cópia do cartão ponto do(a) avaliado(a);
- 5) Cópia dos atos emitidos para que o(a) avaliado(a) realizasse serviços em regime do home office conforme Resolução CIMVI nº 361/2020.

A avaliação concluiu:

Diante da análise detalhada do desempenho do(a) avaliado(a) atribuo no conceito geral da avaliação, a pontuação de 82% (oitenta e dois por cento), recomendando a manutenção do vínculo laboral.

Parecer jurídico encartado aos autos opinando pelo acolhimento da recomendação vertida na avaliação de desempenho.

Ante o exposto CONVALIDO as razões entabuladas na AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO e no PARECER JURÍDICO encartados aos autos e, com base em tais motivos, ACOELHO A RECOMENDAÇÃO vertida na Avaliação de Desempenho, e consequentemente DETERMINO A MANUTENÇÃO DO VÍNCULO LABORAL.

Timbó, 13 de Agosto de 2020.

Jean Michel Grundmann
Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

PROCESSO ADMINISTRATIVO - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA Nº 005/2020 - PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2608006

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ASSESSORIA JURÍDICA
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONTRATADO(A) AVALIADO(A): Jessica Lara Nunes de Souza, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, inscrita no CPF sob nº 383.571.658-18, residente e domiciliada na rua Curt Hering, nº 161, apartamento nº 23, Bairro das Nações, em Indaial/SC, CEP 89082-000

PARECER

Trata-se de processo administrativo de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO do(a) contratado(a) avaliado(a) acima identificado(a). O processo segue os trâmites do Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, disciplinado pela Resolução CIMVI nº 098/2014 e suas alterações (versão consolidada disponível em www.cimvi.sc.gov.br).

A Avaliação de Desempenho efetuada pelo Diretor Executivo do Consórcio, subscrita por profissionais que atuam junto ao Departamento Ambiental do CIMVI confirmando as informações que constam do documento, veio instruída de:

- 1) Cópia do Contrato de Experiência nº 005/2020;
- 2) Cópia do Termo de Posse e Compromisso nº 2020/09
- 3) Cópia da Resolução CIMVI nº 367, de 06 de maio de 2020;
- 4) Cópia do cartão ponto do(a) avaliado(a);
- 5) Cópia dos atos emitidos para que o(a) avaliado(a) realizasse serviços em regime do home office conforme Resolução CIMVI nº 361/2020.

A avaliação concluiu:

Diante da análise detalhada do desempenho do(a) avaliado(a) atribuo no conceito geral da avaliação, a pontuação de 82% (oitenta e dois por cento), recomendando a manutenção do vínculo laboral.

O processo seguiu seus trâmites legais, de acordo com o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, disciplinado pela Resolução CIMVI nº 098/2014 e suas alterações.

Ante o exposto é o PARECER pelo acolhimento da recomendação vertida na Avaliação de Desempenho, com a consequente manutenção do vínculo laboral.

Ao Sr. Presidente do Consórcio Público, para decisão.

Timbó, 13 de Agosto de 2020.

Patrícia Barbaresco

Assessora Jurídica – OAB/SC nº 48.380

Departamento de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

PROCESSO ADMINISTRATIVO - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA Nº 005/2020 - RELATÓRIO TÉCNICO

Publicação Nº 2608004

DIRETORIA EXECUTIVA

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONTRATADO(A) AVALIADO(A): Jessica Lara Nunes de Souza, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, inscrita no CPF sob nº 383.571.658-18, residente e domiciliada na rua Curt Hering, nº 161, apartamento nº 23, Bairro das Nações, em Indaial/SC, CEP 89082-000

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, disciplinado pela Resolução CIMVI nº 098/2014 e suas alterações (versão consolidada disponível em www.cimvi.sc.gov.br), reza que:

“Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

Art. 38 - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 39 - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Diretor Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência."

O (A) agente público(a) mencionado(a) em epígrafe teve contrato de estágio celebrado por tempo determinado, pelo período de 90 (noventa) dias, em razão de sua aprovação no concurso público nº 001/2019.

Cópia do contrato de estágio segue em anexo.

Passo à análise pormenorizada dos itens da regulamentação que serviram de amparo para a realização da presente avaliação de desempenho.

Informo que, por se tratar de VII itens avaliados, foi atribuído mesmo peso a cada um dos fatores, utilizando-se escala de até 100%, ou seja 14,285% para cada um dos itens.

I – Da assiduidade;

A assiduidade diz respeito ao comparecimento contínuo do colaborador em seu trabalho, enquanto a pontualidade refere-se ao cumprimento regular da carga horária de trabalho, nos horários previstos para início e término da jornada.

Informa-se, desde já, que a crise gerada pela pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) em nada repercute na análise dos

requisitos de avaliação de desempenho, até mesmo porque, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí não teve suas atividades paralisadas, conforme se pode constatar da Resolução CIMVI nº 361, de 17 de março de 2020 (disponível em www.cimvi.sc.gov.br), a qual possibilitou aos colaboradores a realização de atividades de forma não presencial, ficando a critério destes a utilização da opção ou não por esta modalidade de trabalho (home office).

Neste compasso, registro que o(a) avaliado(a) efetuou pedido para aderir ao regime de trabalho em sistema de home office, na forma estabelecida pelo regulamento anteriormente citado e teve seu pedido deferido pela Chefia Imediata.

Cópia do pedido, da decisão e de comunicado em anexo.

Assiduidade é um substantivo feminino que revela a qualidade do que é assíduo, ou tem uma duração persistente. Significa frequência, constância ou visita habitual.

Com origem no termo em latim assiduus ou assiduitate, esta palavra remete para algo ou alguém que é ocupado, constante ou contínuo. Um indivíduo assíduo é alguém que não falta, ou que aparece frequentemente. É uma pessoa diligente, incessante, frequente.

Os registros de frequência do(a) avaliado(a) (cópia anexa), demonstram sua assiduidade, não havendo quaisquer motivos desabonadores, no pertinente ao ponto sob análise.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito ASSIDUIDADE do(a) avaliado(a), a pontuação de 14,285%.

II – Da pontualidade;

Como mencionado anteriormente, os conceitos de assiduidade e pontualidade não se confundem.

Enquanto a assiduidade consiste em estar presente de forma regular em algum compromisso; a pontualidade significa estar presente em um compromisso na hora estipulada.

Os horários de trabalho regularmente estabelecidos [e de conhecimento do(a) avaliado(a)] são de segunda à sexta-feira das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Não há exercício de atividade laboral aos sábados, domingos e feriados.

As fichas ponto do(a) avaliado(a) revelam que durante o período que medeia do início da contratualidade até o dia 12/08/2020, houve chegadas tardias nos dias 17/06, 18/06, 19/06, 23/06, 06/07, 07/07, 08/07, 09/07 e 10/07 contudo, com pequeno lapso de atraso. Todavia, as fichas ponto do(a) avaliado(a) comprovam também que a mesma imediatamente compensou tais momento, inclusive permanecendo em atividade por períodos maiores do que a carga semanal mínima.

Contudo, a permanência em períodos superiores não exime da obrigação de pontualidade, até mesmo em razão dos compromissos estabelecidos por toda a equipe técnica dentro do horários de expediente.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito PONTUALIDADE do(a) avaliado(a), a pontuação de 7,00%.

III – Da disciplina;

A disciplina do(a) avaliado(a) guarda vinculação com a observação pelo(a) mesmo(a) dos deveres e proibições, bem como da observação da hierarquia de acordo com as regras capituladas regime jurídico disciplinar estabelecido no CIMVI.

Neste sentido, o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, disciplinado pela Resolução CIMVI nº 098/2014 e suas alterações (versão consolidada disponível em www.cimvi.sc.gov.br), reza que:

“DOS DEVERES

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV – manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV – cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

O(A) avaliado(a) exerce suas atividades junto ao Departamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, sendo que as informações pertinentes a observação criteriosa do rol de deveres e proibições, assim como das ordens emanadas da Chefia Imediata, foram colhidos diretamente com a Gestora Ambiental do CIMVI, Senhora, Sandra Regina Batista, que subscreve a presente, atestando a veracidade das informações prestadas.

Também foram colhidas informações da equipe técnica (inclusive de profissionais cedidos e que estão à serviço do CIMVI no Departamento Ambiental) e que tem acompanhado, capacitado e revisado as tarefas cotidianas do(a) avaliado(a) e, nesta condição, subscrevem a

presente, atestando a veracidade das informações prestadas.

Segundo tais informações, o(a) avaliado(a) não violou quaisquer dos deveres e proibições (com exceção das chegadas tardias anteriormente citadas).

Outrossim, o(a) avaliado(a) foi devidamente capacitado tanto pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, como também através de cursos de aperfeiçoamento disponibilizados por este.

Tais capacitações outorgaram condições do(a) avaliado(a) realizar adequadamente suas funções junto ao Departamento Ambiental.

Registre-se ainda que o Consórcio disponibiliza equipamentos adequados para a prestação dos serviços.

No mais, o(a) avaliado(a) tem acatado com presteza e boa vontade as ordens que lhe são determinadas pela Chefia Imediata, inclusive no sentido de uniformização dos entendimentos.

Tem participado das reuniões de grupo e contribuído para o debate construtivo agindo com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

Também registra-se que o empenho do (a) avaliado(a) quanto à análise de processos ligados à área ambiental, no âmbito dos serviços de assessoria técnica prestada pelo CIMVI, tem se mostrado coerentes e adequados, demonstrando que o(a) mesmo(a) tem a capacidade de interpretar coerentemente as normativas do serviço, o que lhe possibilitou, inclusive, a participação em reuniões com técnicos e consultores para debater assuntos sob sua análise.

Outrossim, os processos ambientais tramitam por, pelo menos, dois técnicos, funcionando o segundo como revisor, sendo que a excelência dos serviços prestados tem sido reconhecida pela equipe técnica, comportando-se o(a) avaliado(a) com ordem, disciplina e urbanidade.

Devido ao grau de conhecimento demonstrado e na perfeita coerência entre suas ações e interpretações, bem como no alinhamento de suas medidas com as ações do grupo técnico, objetivando garantir segurança interpretativa para os empreendedores, técnicos e toda a comunidade que utiliza dos serviços do CIMVI, o (a) avaliado(a) também foi aferido durante a realização de trabalhos de campo, como por exemplo em vistorias, tendo demonstrado respeito aos serviços dos demais colegas de trabalho, efetuando o estudo do caso concreto anteriormente e criando sequências lógicas e congruentes para a realização das atividades.

Aqui também não se pode perder de vista a obrigação estatuída de comprometimento com os horários de trabalho previamente estabelecidos.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito DISCIPLINA do(a) avaliado(a), a pontuação de 10,00%.

IV – Da capacidade de iniciativa;

De todo agente público não se espera uma conduta passiva, concernente a realizar pura e simplesmente seu trabalho.

O serviço público exige do profissional uma postura diversa, visto que, o conjunto de ações aqui praticadas se destinam a uma finalidade maior, qual seja, o bem comum.

Neste sentido, avulta-se a necessidade de integração do corpo técnico com obreiros(as) úteis e dedicados, capazes de enriquecer as colunas do CIMVI e de toda a comunidade abrangida pelos serviços consorciados que aqui são prestados.

Não se pode deixar de mencionar que o Departamento Ambiental do Consórcio, trata de assuntos vinculados a regularização ambiental dos mais diversos empreendimentos, sendo conduzido pelo princípio do desenvolvimento econômico sustentável, que se solidifica em um tripé formado pela garantia de manutenção e equilíbrio de valores de significativa grandeza que são: a economia, o meio ambiente, o social.

Tudo isso reafirma a necessidade de que tenhamos colaboradores capazes de agir proativamente e que não fiquem apenas aguardando as ordens de seu superior.

O(a) avaliado(a) demonstrou capacidade de iniciativa, inclusive verificada através de sua pronta disposição para o exercício das tarefas cotidianas, o bom entrosamento com o grupo, o apoio e suporte dedicado a outros profissionais que atuam no setor, a realização de tarefas além das demandadas ordinariamente encaminhadas pela Chefia Imediata, entre outras.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito CAPACIDADE DE INICIATIVA do(a) avaliado(a), a pontuação de 14,285%.

V – Da produtividade e qualidade de trabalho;

No que tange à produtividade deve ser ressaltado que tal indicador está ligado umbilicalmente à qualidade do trabalho realizado pelo(a) avaliado(a).

O que se espera o(a) avaliado(a) é que consiga alimentar as demandas mínimas que lhe são encaminhadas e que sua devolutiva apresente um grau de qualidade, conseguindo unificar os conhecimentos acadêmicos com a realidade apresentada em cada um dos processos sob sua análise e contribuindo para que todos os atos tenham seguimento dentro de um prazo razoável, primando-se pela celeridade.

Ademais, os serviços realizados pelo (a) avaliado(a) são ligados à análise de processos de licenciamento ambiental e outros procedimentos que objetivam a regularização ambiental de empreendimentos, havendo prazo legal estatuído para que tais tenham sua conclusão, sob pena de sujeitar o consórcio e/ou os municípios consorciados (órgão licenciadores) a ações judiciais e extrajudiciais.

O período de estágio do(a) avaliado(a) é inferior aos períodos máximos fixados em lei e regulamento para análise dos pedidos, contudo, os trabalhos desenvolvidos durante o período, principalmente em função da existência da figura de um revisor, permitem aferir não só a produtividade, mas também a qualidade dos serviços realizados.

Neste mister, temos que o(a) avaliado(a), como dito anteriormente, tem realizado serviços inclusive em montante superior a quantia que lhe é distribuída, sendo que não existem registros de que seu trabalho tenha sido desidioso ou de má qualidade, muito pelo contrário, os serviços tem sido executados com alto grau de produtividade e qualidade, garantindo a satisfação dos compromissos do Consórcio para com os entes consorciados e para com a comunidade.

Outrossim é digno de registro que as demandas são distribuídas igualmente para os técnicos, de forma que não haja uma destinação de volume ou encargos incompatíveis com a jornada de trabalho dos mesmos.

Os serviços prestados pelo(a) avaliado(a), neste período de avaliação demonstram além da produtividade e da qualidade do trabalho o compromisso do(a) avaliado(a) para com a instituição empregadora bem como para com seus demais colegas de trabalho, visto que, a realização de trabalhos à destempo e/ou sem qualidade acabam gerando um acúmulo de serviço sobre outros profissionais e colaborando para que não sejam alcançadas as metas de eficiência do setor, em especial as que dizem respeito a fiel observância dos prazos máximos de tramitação.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE TRABALHO do (a) avaliado(a), a pontuação de 14,285%.

VI – Da responsabilidade;

A avaliação de responsabilidade funcional leva em consideração o compromisso do(a) avaliado com a instituição, com os usuários dos serviços prestados pelo CIMVI (aqui em especial os sob o encargo do Departamento Ambiental), seu zelo pelo patrimônio público e privado. Sob esta premissa verifica-se que o(a) avaliado(a) mantém conduta compatível com as exigências de responsabilidade, zelando pelo patrimônio público, não efetuando desperdícios de material, utilizando-se os bens do Consórcio estritamente para suas finalidades laborais e respondendo adequadamente e dentro da legalidade pelos serviços técnicos que lhe são cometidos.

O grau de responsabilidade do (a) avaliado(a) leva em consideração também, como não poderia deixar de ser, o seu comportamento frente as demandas e o espírito de coletividade, primando por uma atuação que não venha a sobrecarregar o grupo de trabalho nem que seja capaz de causar quaisquer prejuízos ao CIMVI, aos municípios consorciados e aos usuários dos serviços.

Ofícios, relatórios, pareceres, análises técnicas mais diversificadas tem sido realizadas à contento pelo(a) avaliado(a) que tem pautado suas ações na legalidade e buscando interpretações fundadas em doutrina e jurisprudência.

Aliás, o(a) avaliado(a) mantém uma rotina de estudos que tem colaborado para a prestação de serviços técnicos impecáveis.

Todavia, como não poderia deixar de ser anotado, os registros tardios de chegada ao trabalho, mesmo que por mínimos períodos em apenas no início da contratualidade, também devem ser sopesados, pois refletem diretamente no quesito responsabilidade do(a) avaliado(a). Por tais motivos, atribui-se ao conceito RESPONSABILIDADE do (a) avaliado(a), a pontuação de 10,00%.

VII – Da eficiência.

Eficiência é princípio expresso da administração, encontrando previsão constitucional no artigo 37, caput.

Por ser princípio da administração, gera reflexos diretos sob o que se espera da conduta do agente público, inclusive dos que cumprem estágio.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O fato é que o princípio da eficiência não parece ser mais do que uma faceta de um princípio mais amplo já superiormente tratado, de há muito, no Direito italiano: o princípio da “boa administração”. Este último significa, como resulta das lições de Guido Falzone, em desenvolver a atividade administrativa “do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto”. Tal dever, como assinala Falzone, “não se põe simplesmente como um dever ético ou como mera aspiração deontológica, senão como um dever atual e estritamente jurídico”.

(Curso de Direito Administrativo. 30ª edição, ano 2013, p.125)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona:

“Hely Lopes Meirelles (2003:102) fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-o como “o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”. Acrescenta ele que: “esse dever de eficiência bem lembrado por Carvalho Simas, corresponde ao ‘dever de boa administração’ da doutrina italiana, o que já se acha consagrado, entre nós, pela Reforma Administrativa Federal do Dec.-lei 200/67, quando submete toda atividade do Executivo ao controle de resultado (arts. 13 e 25, V), fortalece o sistema de mérito (art. 25, VII), sujeita a Administração indireta a supervisão ministerial quanto à eficiência administrativa (art. 26, III) e recomenda a demissão ou dispensa do servidor comprovadamente ineficiente ou desidioso (art. 100)”.

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

(Direito Administrativo. 32ª edição, ano 2019, p.243/244)

Tenho que a análise dos conceitos efetuados anteriormente repercutem diretamente na avaliação da eficiência, de modo que o conceito aqui atribuído somente poderia ser o equivalente a média ponderada dos demais.

Por tais motivos, atribui-se ao conceito PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE TRABALHO do (a) avaliado(a), a pontuação de 11,65%.

AValiação de desempenho

Diante da análise detalhada do desempenho do(a) avaliado(a) atribuo no conceito geral da avaliação, a pontuação de 82% (oitenta e dois por cento), recomendando a manutenção do vínculo laboral.

Ao órgão de pessoal para lavratura de parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do(a) avaliado(a) contratado(a) em experiência. Após, sendo o parecer pela confirmação do levantamento efetuado no presente ato administrativo, ao Sr. Presidente do Consórcio Público, para decisão acerca da exoneração ou manutenção do(a) avaliado(a).

Timbó, 13 de Agosto de 2020.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Sandra Regina Batista

Gestora Ambiental do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Eduarda de Castro

Engenheira Ambiental do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
OAB/SC 17.721

CINCATARINA

EDITAL DE VAGAS ESTAGIÁRIO 004_2020

Publicação Nº 2608752

DIVULGAÇÃO DE VAGAS PARA SELEÇÃO Nº 004/2020
EDITAL DO PROGRAMA DE ESTÁGIO "GESTÃO INOVADORA" Nº 001/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029/2020-e

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, torna público as vagas para Estágio do Programa "Gestão Inovadora" nos termos da Resolução 032/2017, conforme descrito abaixo:

CURSOS NÍVEL SUPERIOR	ÁREA DE ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BOLSA	LOTAÇÃO
Engenharia Sanitária e Ambiental ou Ciências Biológicas Cursando/Matriculado: 3ª a 9ª fase	Diagnóstico Socio-ambiental, Plano de Municipal de Saneamento Básico; Estudos Ambientais	6 horas diárias, 30 (trinta) horas semanais	01	R\$ 873,20 + VT	Município de Fraiburgo/SC

As inscrições no programa de estágios "Gestão Inovadora" devem ser feitas pelo site www.cincatarina.sc.gov.br, até o dia 01 de setembro de 2020. A seleção irá ocorrer a partir do dia 04 de setembro de 2020.

Florianópolis (SC), 17 de agosto de 2020.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DO PROGRAMA ESTÁGIO

Publicação Nº 2608444

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 008/2019 DO PROGRAMA ESTÁGIO "GESTÃO INOVADORA", COM ESTAGIÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 0032/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017. ESTAGIÁRIO (A) LETÍCIA GENIQUELI REICHARDT CPF: 109.386.639-09, INÍCIO 01 DE OUTUBRO DE 2018, RESCINDIDO A PEDIDO EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

TERMO DE CONVOCAÇÃO 1º COLOCADO - FLAVIA KARINE DE BORBA

Publicação Nº 2608226

TERMO DE CONVOCAÇÃO
Concurso Público – Edital nº 001/2019

A
FLAVIA KARINE DE BORBA
Rua Irmão Calixto 80 AP 103,
Bairro: Carvoeira
Florianópolis/SC

Emprego Público: Analista Técnico IV
Função: Advogado
Lotação: Fraiburgo/SC
Carga Horária: 40 horas semanais
Inscrição: 2904
Classificação: 1º (Primeiro) Lugar

O Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, de acordo com Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCATARINA, em cumprimento às disposições editalícias, Concurso Público Edital n. 001/2019, destinado ao provimento de vaga e formar cadastro de reservas de Empregos Públicos para o quadro de pessoal do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA conforme descrito em epígrafe, levando em consideração o resultado final do concurso público homologado pela Resolução n. 0018/2020, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCA-LHE à comparecer no prazo de 30 (trinta) dias ao Departamento de Gestão de Pessoal da Central Executiva do CINCATARINA,

localizada na Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º andar, sala 01, bairro Centro, Fraiburgo/SC, munido(a) dos documentos relacionados em anexo.

Florianópolis (SC), 17 de agosto de 2020.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Relação de documentos para Contratação

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Cópia do documento de identidade que comprove ser brasileiro nato ou naturalizado ou, ainda português na forma do disposto no art.13 do Decreto nº 70.436;
- c) Cópia Cadastro Pessoa Física;
- d) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- e) Cópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa do Serviço Militar, no caso dos candidatos do sexo masculino;
- f) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional Médico do Trabalho;
- h) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- i) Cópia do Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- j) Cópia da Carteira de Vacina;
- k) Cópia do Título de eleitor;
- l) Certidão de quitação eleitoral, expedida no máximo há 30 (trinta) dias, disponível no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- m) Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos com até 16 anos;
- n) Cópia da Carteira de vacina dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
- o) Cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso/escolaridade exigido pelo emprego público, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
- p) Cópia do comprovante de registro profissional no Conselho/Órgão de Classe, quando for requisito para o emprego público;
- q) Declaração do conselho/órgão fiscalizador de que está quite com as obrigações legais, quando for requisito para o emprego público;
- r) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação;
- s) Declaração de Bens (modelo fornecido pelo CINCATARINA) ou Declaração atualizada de Imposto de Renda Pessoa Física;
- t) Declaração de Não Acúmulo de Cargo ou Emprego Público, conforme art. 37 CF de 88;
- u) Declaração de Existência ou Ausência de Penalidades Disciplinares, no exercício de cargo, emprego público ou função pública;
- v) Certidões Negativas de Antecedentes Criminais emitidas pela Polícia Federal, disponível no site: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>;
- w) Certidão dos Distribuidores Criminais da Justiça Federal, disponível no site: <https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>;
- x) Certidão dos Distribuidores Criminais da Justiça Eleitoral, disponível no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes>;
- y) Certidão Negativa Criminal emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado onde reside, e dos locais em que haja residido no últimos 5 (cinco) anos, expedidas no máximo há 30 dias;
- z) Cópia do Ofício Judicial em que determine alimentos provisionais, no caso de separação/divórcio; (quando houver)
- aa) Certidão Negativa do INSS de que não percebe benefício (obtida junto ao INSS ou disponível no site: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/declaracao-de-beneficio-consta-nada-consta/>), expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- bb) Dados bancários.

CIS/AMFRI

SEGUNDO TERMO ADITIVO CREDENCIAMENTO Nº 18/2019

Publicação Nº 2608629

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2019, QUE ENTRE SI FAZEM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI E CLÍNICA BOM JESUS ITAJAÍ LTDA.

Pelo presente instrumento, comparecem as partes, justas e contratadas, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Célio José Bernardino, brasileiro, contador, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI e a empresa CLÍNICA BOM JESUS ITAJAÍ LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 15.437.380/0001-01, com sede na Rua Indaial, nº 1389, bairro São Judas, na cidade de Itajaí/SC, CEP. 88303-301, neste ato, representada por seu sócio, Senhor Sérgio Clemente Camargo Dias, brasileira, casado, técnico em RX, portador da carteira de identidade nº 6.043.158 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 148.870.868-14, residente e domiciliado na Rua Stringari, nº 428, bairro São João, na cidade de Itajaí/SC, CEP. 88305-110, neste ato denominada simplesmente de CREDENCIADO, e firmam o presente Termo Aditivo, conforme abaixo segue:

As partes resolvem firmar de comum acordo o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2019, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração da Cláusula Décima Quinta do originário Contrato de Credenciamento nº 18/2019, que passa a ter a seguinte redação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência que trata a Cláusula Décima Quinta do originário Contrato de Credenciamento, fica prorrogado por 12 (doze) meses, iniciando-se seus efeitos em 20/08/2020 e encerrando-se em 19/08/2021.

Parágrafo único: De acordo com a vontade das partes, a vigência poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Itajaí/SC, 10 de agosto de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI Célio José Bernardino DIRETOR ADMINISTRATIVO		CLÍNICA BOM JESUS ITAJAÍ LTDA Sérgio Clemente Camargo Dias CRENCIADO
--	--	--

Testemunhas:

Ariane Simionatto Schizzi
CPF: 066.272.829-76

Jacqueline Mirtes Alves Zatera
CPF: 850.490.009-63

CIS/AMURES

EXTRATO DE COMPRA Nº 114 / 2020 CIS/AMURES

Publicação Nº 2608327

EXTRATO DE COMPRA Nº 114/2020.

Extrato de Compra nº 114/2020. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ: 25.267.561/0001-82. Objeto: Aquisição de material de higienização a fim de prevenção da Covid-19, para os colaboradores e população em geral, na sede do CISAMURES, adquirido através de Pregão Eletrônico 03/2020, Ata de Registro de Preço nº 34/2020, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde no enfrentamento à Covid-19. Data: 30/07/2020. Valor: R\$ 317,60 (Trezentos e dezessete reais e sessenta centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

Lages, SC 17 de Agosto de 2020.

BEATRIZ MONTEMEZZO
Diretora Executiva CIS/AMURES

CIS/AMVI**AUTORIZAÇÃO DISPENSA 058.2020**

Publicação N° 2609108

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2020

Objeto: Aquisição de 3 toners para impressora Brother HL 1212 para utilização de impressões administrativas do CISAMVI.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação n° 058/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal n° 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com Work Reciclos Ltda. – CNPJ 03.731.084/0001-21, pelo valor de R\$ 114,00 (cento e quatorze reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 17 de agosto de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

EXTRATO DISPENSA 058.2020

Publicação N° 2609110

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 069/2020

Dispensa: 058/2020

Objeto: Aquisição de 3 toners para impressora Brother HL 1212 para utilização de impressões administrativas do CISAMVI.

Contratado: Work Reciclos Ltda. – CNPJ 03.731.084/0001-21

Valor total: R\$ 114,00 (cento e quatorze reais)

Data de vigência: Entrega imediato após a publicação deste Extrato.

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal n° 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal n° 11.107/2005.

Blumenau/SC, 17 de agosto de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DISPENSA 058.2020

Publicação N° 2609111

T E R M O D E R A T I F I C A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2020

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal n° 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de contratação direta com Work Reciclos Ltda. – CNPJ 03.731.084/0001-21, para a aquisição de 3 toners para impressora Brother HL 1212 para utilização de impressões administrativas do CISAMVI.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 17 de agosto de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

CISAM**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL CISAM MO N° 04/2020**

Publicação N° 2608331

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-MEIO OESTE, com sede no Município de Capinzal/SC, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação compartilhada na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, (atendendo as recomendações da Organização Mundial da Saúde em prevenção ao Novo Coronavírus (COVID-19), a licitação será realizada no auditório do CISAM respeitando assim a distância mínima recomendada entre as pessoas, e o uso de máscara por parte dos envolvidos será obrigatório;) no dia 28/08/2020, com credenciamento das 13:30 às 13:45 horas e abertura da sessão às 14:00 horas, na sede do CISAM-MO, situado no Acesso à Cidade Alta, 3815, Bairro São Cristovão, Capinzal – SC, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação, de empresa especializada para calibração e manutenção preventiva de equipamentos analíticos do CISAM Meio Oeste e dos municípios consorciados, sendo as quantidades, locais e cronogramas estabelecidos no presente edital e em seus anexos, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-MO www.cisam.sc.gov.br.

Outros esclarecimentos, pelo telefone (49) 3555-6972 ou contabilidade@cisam.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 17 de agosto de 2020.

LEOMAR EGGERS

Presidente da Comissão de Licitação

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA AGOSTO/2020

Publicação Nº 2608849

Santa Catarina**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Julho
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	66.666,89	ORÇAMENTÁRIAS	51.969,06
Receita Patrimonial	255,45	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	51.969,06
Receita de Serviços	36.904,45	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.860,17
Transferências Correntes	27.662,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.028,89
Transferências de Capital	1.844,53	INVESTIMENTOS	80,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	126.769,49	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	152.025,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	48,62	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	48,62
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.006,65	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.698,08
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	53.475,76	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	67.110,12
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	67.238,46	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	77.104,81
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	2.063,97
SALDOS ANTERIORES	242.185,19	SALDOS ATUAIS	231.626,91
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	154.258,15	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	148.513,60
BANCO C/ MOVIMENTO	87.927,04	BANCO C/ MOVIMENTO	83.113,31
TOTAL	435.621,57	TOTAL	435.621,57

Capinzal, 13/08/2020

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030937/O-8ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTESIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA AGOSTO/2020

Publicação Nº 2608862

Betha Sistemas
Julho/2020
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta, Indireta e Fundacional

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
				Despesa Empenhada			Despesa Liquidada		
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
Entidade: CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE									
		01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
		01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
		0101.04 Administração	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
		0101.04.122 Administração Geral	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
		0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
		04.122.0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	48.000,00	80,00	35.732,83	12.267,17	600,00	35.732,83	0,00
1	4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
10	4.4.90.00.00.00.00.0003	Aplicações Diretas	35.000,00	80,00	22.732,83	12.267,17	600,00	22.732,83	0,00
1	4.4.90.51.92.00.00.00.0000	Instalações Incorporáveis ou In	0,00	0,00	11.737,40	0,00	0,00	11.737,40	0,00
10	4.4.90.51.92.00.00.00.0003	Instalações Incorporáveis ou In	0,00	0,00	22.132,83	0,00	0,00	22.132,83	0,00
1	4.4.90.52.06.00.00.00.0000	Aparelhos e Equipamentos de C	0,00	0,00	389,90	0,00	0,00	389,90	0,00
1	4.4.90.52.12.00.00.00.0000	Aparelhos e Utensílios Domésti	0,00	0,00	872,70	0,00	0,00	872,70	0,00
10	4.4.90.52.35.00.00.00.0003	Equipamentos de Processamen	80,00	80,00	80,00	0,00	80,00	80,00	0,00
10	4.4.90.52.42.00.00.00.0003	Mobiliário em Geral	0,00	0,00	520,00	0,00	520,00	520,00	0,00
		04.122.0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	37.800,00	0,00	25.045,00	12.755,00	0,00	25.045,00	0,00
7	4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	37.800,00	0,00	25.045,00	12.755,00	0,00	25.045,00	0,00
7	4.4.90.52.35.00.00.00.0000	Equipamentos de Processamen	0,00	0,00	3.210,00	0,00	0,00	3.210,00	0,00
7	4.4.90.52.42.00.00.00.0000	Mobiliário em Geral	0,00	0,00	21.835,00	0,00	0,00	21.835,00	0,00
		04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	688.555,67	31.625,87	317.712,83	370.842,84	42.601,88	282.430,09	35.282,74
2	3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	337.320,45	27.746,98	172.993,01	164.327,44	27.746,98	172.993,01	0,00
9	3.1.90.00.00.00.00.00.0003	Aplicações Diretas	15.000,00	0,00	10.839,76	4.160,24	0,00	10.839,76	0,00
2	3.1.90.11.01.00.00.00.0000	vergonhos e salários	19.694,80	0,00	127.965,48	0,00	19.694,80	127.965,48	0,00
2	3.1.90.11.44.00.00.00.0000	ferias - abono pecuniário	2.340,69	0,00	4.546,08	0,00	2.340,69	4.546,08	0,00
9	3.1.90.11.44.00.00.00.0003	ferias - abono pecuniário	0,00	0,00	10.839,76	0,00	0,00	10.839,76	0,00
2	3.1.90.13.01.00.00.00.0000	FGTS	1.575,59	1.575,59	11.277,66	0,00	1.575,59	11.277,66	0,00
2	3.1.90.13.02.00.00.00.0000	Contribuições Previdenciárias -	4.135,90	4.135,90	29.603,79	0,00	4.135,90	29.603,79	0,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	311.384,57	3.878,89	133.880,06	177.504,51	14.854,90	98.597,32	35.282,74
8	3.3.90.00.00.00.00.00.0003	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3	3.3.90.14.14.00.00.00.0000	Diárias no País - Civil	0,00	0,00	1.141,65	0,00	0,00	1.141,65	0,00
3	3.3.90.30.01.00.00.00.0000	Combustíveis e Lubrificantes Al	0,00	0,00	4.533,65	114,26	114,26	1.928,91	2.604,74
3	3.3.90.30.04.00.00.00.0000	Gás Engarrafado	0,00	0,00	580,00	0,00	0,00	580,00	0,00
3	3.3.90.30.07.00.00.00.0000	Gêneros de Alimentação	0,00	0,00	497,90	0,00	0,00	497,90	0,00
3	3.3.90.30.11.00.00.00.0000	Material Químico	0,00	0,00	5.718,84	453,55	0,00	5.718,84	0,00
3	3.3.90.30.21.00.00.00.0000	Material de Copa e Cozinha	0,00	0,00	29,52	0,00	0,00	29,52	0,00
3	3.3.90.30.22.00.00.00.0000	Material de Limpeza e Produção	0,00	0,00	4.031,80	0,00	0,00	4.031,80	0,00
3	3.3.90.30.25.00.00.00.0000	Material para Manutenção de B	1.370,00	1.370,00	1.370,00	0,00	1.370,00	1.370,00	0,00
3	3.3.90.30.28.00.00.00.0000	Material de Proteção e Seguran	0,00	0,00	4.929,50	0,00	4.765,00	4.929,50	0,00
3	3.3.90.30.35.00.00.00.0000	Material Laboratorial	348,00	0,00	6.739,77	0,00	1.385,40	6.391,77	348,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.0000	Material para Manutenção de Vi	0,00	0,00	1.231,60	0,00	0,00	1.231,60	0,00
3	3.3.90.30.96.00.00.00.0000	Materials de Consumo - Pagam	246,65	246,65	2.304,98	246,65	246,65	2.304,98	0,00

Demonstrativo da Execução da Despesa Administração Direta, Indireta e Fundacional

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas
Julho/2020
Página: 3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
Entidade: CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE								
01	CONSORCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
0101.04	Administração	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
0101.04.122	Administração Geral	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.127.434,90	51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	353.079,23	20.263,19	150.178,87	202.900,36	22.401,54	140.048,52	10.130,35
6	3.3.90.39.40.00.00.0000 Programa de Alimentação do Tr		0,00	17.648,00		1.491,70	9.966,27	7.681,73
6	3.3.90.39.48.00.00.0000 Serviços de Seleção e Treinam		0,00	275,00		0,00	275,00	0,00
6	3.3.90.39.99.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - F		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
6	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	2.467,47		159,12	1.269,46	1.198,01
Total da Entidade:			51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
Total Geral:			51.969,06	528.669,53	598.765,37	65.603,42	483.256,44	45.413,09
Capinzal, 17/08/2020								
LEOMAR EGGERS		ELISABET M. Z. SARTORI		SIDNEI PENZO				
CONTADOR SC 030937/O-8		SUPERINTENDENTE		DIRETOR ADMINISTRATIVO				

DESPESAS PAGAS AGOSTO/2020

Publicação N° 2608858

Betla Sistemas
Exercício de 2020
Página: 1/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/07/2020 até 31/07/2020
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ato	Data Emis.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulatio	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recuso	Conta	Cheque/Doc	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Av	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
201			01/07/20	01/07/2020	800,00	553,35	246,65	01/07/20	0,00	246,65		0000 44638	21700,2862,48453	252	126	04.122.0001	2001	3 3.3.90.30.95.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS	
202			01/07/20	01/07/2020	600,00	200,00	400,00	01/07/20	0,00	400,00		0000 44638			127	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.95.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS	
203			Total do Dia: 02/07/20	07/07/2020	1.400,00	753,35	646,65	02/07/20	0,00	646,65		0000 44638	06.2020		119	04.122.0001	2001	2 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
					16.387,34	0,00	16.387,34			5.180,91		0000 44638				04.122.0001	2001	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							3.041,29			3.987,19		0000 44638				04.122.0001	2001	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							2.892,91			1.285,04		0000 44638				04.122.0001	2001	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
204			02/07/20	07/07/2020	9.063,48	0,00	9.063,48	02/07/20	0,00	4.496,87		0000 46088	06.2020		120	04.122.0001	2002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							1.375,95			2.434,21		0000 46088				04.122.0001	2002	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							756,45					0000 46088				04.122.0001	2002	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
205			Total do Dia: 03/07/20	03/07/2020	25.450,82	0,00	25.450,82	03/07/20	0,00	25.450,82		0000	07.2020		129	04.122.0001	2002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	195 - ANDRESSA JULY MANTOVANI	
206			03/07/20	03/07/2020	2.416,78	0,00	2.416,78	03/07/20	0,00	2.416,78		0000 46088	07.2020		129	04.122.0001	2002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	195 - ANDRESSA JULY MANTOVANI	
207 106/2018			03/07/20	12/07/2020	1.578,17	0,00	1.578,17	03/07/20	0,00	1.578,17		0000 46088	10414		6	04.122.0001	2002	6 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Servicos e Alimentação Ltda ME	
208 50/2020			03/07/20	25/07/2020	184,73	0,00	184,73	03/07/20	0,00	184,73		0000 46088	103761		113	04.122.0001	2002	6 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.	
209 002/2020			03/07/20	03/07/2020	3,30	0,00	3,30	03/07/20	0,00	3,30		0000 44638	07.2020		12	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.81.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
210 106/2018			03/07/20	12/07/2020	1.772,74	0,00	1.772,74	03/07/20	0,00	1.772,74		0000 44638	10415		5	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Servicos e Alimentação Ltda ME	
211 13/2020			27/2020	03/07/20	1.010,15	0,00	1.010,15	03/07/20	0,00	1.010,15		0003 44638	26		59	04.122.0001	1001	10 4.4.90.51.92.00.00.00	249 - PAULO ROBERTO CALLUANS CONSTRUÇÕES	
212 11/2019			7/2020	03/07/20	225,00	0,00	225,00	03/07/20	0,00	225,00		0000 44638	1404		20	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.99.00.00.00	240 - GRUPO LIMA TECNOLOGIA E SEGURANCA E TELECOMUNICAÇ	
213 11/2019			8/2020	03/07/20	230,00	0,00	230,00	03/07/20	0,00	230,00		0000 44638	1404		21	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.77.00.00.00	240 - GRUPO LIMA TECNOLOGIA E SEGURANCA E TELECOMUNICAÇ	
214 003/2020			03/07/20	09/07/2020	177,76	0,00	177,76	03/07/20	0,00	177,76		0000 44638	2007013722		11	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.64.00.00.00	63 - OI S.A.	
215 006/2020			03/07/20	15/07/2020	60,00	0,00	60,00	03/07/20	0,00	60,00		0000 44638	1951		15	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.05.00.00.00	208 - VITA SAUDE SEGURANCA DO TRABALHO	
216 02/2020			03/07/20	13/07/2020	91,22	0,00	91,22	03/07/20	0,00	91,22		0000 44638	06.2020		39	04.122.0001	2001	3 3.3.90.39.44.00.00.00	1 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	
217 106/2018			Total do Dia: 06/07/20	13/07/2020	7.877,27	0,00	7.877,27	06/07/20	0,00	7.749,85		0000 46088	10464		6	04.122.0001	2002	6 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Servicos e Alimentação Ltda ME	
218			06/07/20	07/07/2020	1.573,91	0,00	1.573,91	06/07/20	0,00	1.573,91		0000 44638	06.2020		123	04.122.0001	2001	2 3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/07/2020 até 31/07/2020

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 2/3

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Orden	Anulada	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/DocId	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Proj/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
219			06/07/20	07/07/2020	1.205,12	0,00	1.205,12	06/07/20	0,00	1.205,12		0000 46088		06.2020	124	04.122.0001	2.002	5	3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Total do Dia:																				
220	43/2020	48/2020	08/07/20	22/07/2020	2.843,89	0,00	2.843,89	08/07/20	0,00	2.843,89		0000 44937		20.07/20	100	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.39.69.00.00.00	288 - SEGUROS SURA S.A.
221	004/2020		08/07/20	24/07/2020	2.680,91	0,00	2.680,91	08/07/20	0,00	2.680,91		0000 44938		07.2020	13	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
222	001/2020		08/07/20	24/07/2020	171,09	0,00	171,09	08/07/20	0,00	171,09		0000 46088		07.2020	14	04.122.0001	2.002	6	3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
223	59/2020	61/2020	08/07/20	31/07/2020	203,18	0,00	203,18	08/07/20	0,00	203,18		0000 44938		07.2020	130	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.39.69.00.00.00	99 - SEGURADORA LARAS
Total do Dia:																				
224	60/2020	62/2020	08/07/20	31/07/2020	5,21	0,00	5,21	08/07/20	0,00	5,21		0000 44938		07.2020	131	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.47.10.00.00.00	94 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
225			08/07/20	20/07/2020	123,53	0,00	123,53	08/07/20	0,00	123,53		0000 44938		06.2020	121	04.122.0001	2.001	2	3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
226			08/07/20	20/07/2020	4.131,50	0,00	4.131,50	08/07/20	0,00	4.131,50		0000 46088		06.2020	122	04.122.0001	2.002	5	3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Total do Dia:																				
227	46/2020	47/2020	10/07/20	10/07/2020	8.000,00	0,00	8.000,00	10/07/20	0,00	8.000,00		0000 44938		93	99	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.39.17.00.00.00	186 - LEO PLATHYN 01465344632
228	50/2020	52/2020	10/07/20	30/07/2020	132,74	0,00	132,74	10/07/20	0,00	132,74		0000 46088		104897	113	04.122.0001	2.002	6	3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMESTIVEIS E TRANSPORTES LTDA
Total do Dia:																				
229	46/2020	47/2020	17/07/20	30/07/2020	8.132,74	0,00	8.132,74	17/07/20	0,00	8.132,74		0000 44937		93	99	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.39.17.00.00.00	186 - LEO PLATHYN 01465344632
230	51/2020	50/2020	17/07/20	30/07/2020	3.375,00	0,00	3.375,00	17/07/20	0,00	3.375,00		0000 44938		104875	111	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMESTIVEIS E TRANSPORTES LTDA
231	63/2020	64/2020	17/07/20	30/07/2020	114,26	0,00	114,26	17/07/20	0,00	114,26		0000 44938		07.2020	133	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.47.10.00.00.00	10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
232	59/2020	60/2020	17/07/20	07/08/2020	135,50	0,00	135,50	17/07/20	0,00	135,50		0000 46088		7563	128	04.122.0001	2.002	6	3.3.90.30.17.00.00.00	196 - Maxi Móveis Papelaria Ltda. ME
233	62/2020	63/2020	17/07/20	30/07/2020	150,00	0,00	150,00	17/07/20	0,00	150,00		0003 44938		1321	132	04.122.0001	1.001	10	4.4.90.52.35.00.00.00	35 - MULTITEC INFORMATICA LTDA - ME
Total do Dia:																				
234	110/2019	58/2020	27/07/20	27/07/2020	3.854,76	0,00	3.854,76	27/07/20	0,00	3.854,76		0000 44938		111304	118	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.28.00.00.00	289 - I.R. NEUTZLING & CIA LTDA
Total do Dia:																				
235	44/2019	29/07/20	29/07/2020	29/07/2020	4.450,00	0,00	4.450,00	29/07/20	0,00	4.450,00		0000 44938		98678	2	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMESTIVEIS E TRANSPORTES LTDA
Total do Dia:																				
236			30/07/20	30/07/2020	128,34	0,00	128,34	30/07/20	0,00	128,34		0000		07.2020	135	04.122.0001	2.001	2	3.1.90.11.44.00.00.00	153 - ERNESTO JORGE VOGT
237			30/07/20	30/07/2020	220,07	0,00	220,07	30/07/20	0,00	220,07		0000 44938		07.2020	135	04.122.0001	2.001	2	3.1.90.11.44.00.00.00	153 - ERNESTO JORGE VOGT
238	56/2020	54/2020	30/07/20	03/08/2020	2.120,62	0,00	2.120,62	30/07/20	0,00	2.120,62		0000 44938		4116	115	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.11.00.00.00	245 - JULIANO CESAR DAS CHAGAS - ME
239	56/2020	55/2020	30/07/20	03/08/2020	453,55	0,00	453,55	30/07/20	0,00	453,55		0000 44938		4117	116	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.28.00.00.00	245 - JULIANO CESAR DAS CHAGAS - ME
240	56/2020	56/2020	30/07/20	03/08/2020	315,00	0,00	315,00	30/07/20	0,00	315,00		0000 44938		4115	117	04.122.0001	2.001	3	3.3.90.30.35.00.00.00	245 - JULIANO CESAR DAS CHAGAS - ME

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Página: 3/3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/07/2020 até 31/07/2020
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss	Data Vencit	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recuso	Conta	Cheque/Dcto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato	Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																					
241	5/2020	59/2020	30/07/20	30/07/2020	1.370,00	0,00	1.370,00	30/07/20	0,00	1.370,00		0000 44638	21470		125	04-122.0001	2.001	3 3.3.90.30.25.00.00.00	270 - ANALYSE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-EPP		
242	50/2020	52/2020	30/07/20	05/08/2020	170,06	0,00	170,06	30/07/20	0,00	170,06		0000 46088	105944		113	04-122.0001	2.002	6 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA		
243	12/2016				6.034,70	0,00	6.034,70		220,07	5.814,63		0000 44638	6748		7	04-122.0001	2.001	3 3.3.90.40.03.00.00.00	110 - M.A.C. COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA		
244			31/07/20	31/07/2020	3.331,07	0,00	3.331,07	31/07/20	3.331,07	0,00		0000		07/2020	137	04-122.0001	2.001	2 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO		
245			31/07/20	31/07/2020	2.328,09	0,00	2.328,09	31/07/20	2.328,09	0,00		0000		07/2020	139	04-122.0001	2.002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO		
			Total do Dia:				5.700,06		5.659,16	40,90											
			Total da Entidade:				76.351,46		6.006,65	69.591,46											
			Total do Período:				76.351,46		6.006,65	69.591,46											

Capitula, 13/08/2020

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030637/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2608864

[illegible]

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
 Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
 Exercício de 2020
 Período: Julho
 Página 2

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.00		12.271,20	2.045,18	6.135,66	0,00	6.135,54
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.01	0000	6.380,91	1.063,48	3.190,47	0,00	3.190,44
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.02	0000	5.890,29	981,70	2.945,19	0,00	2.945,10
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.00		10.878,85	480,95	5.920,44	0,00	4.958,41
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.01	0000	5.656,90	45,79	2.874,29	0,00	2.782,61
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.02	0000	5.221,95	435,16	3.046,15	0,00	2.175,80
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.00		11.319,60	2.829,87	7.546,44	0,00	3.773,16
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.01	0000	5.886,08	1.471,50	3.924,08	0,00	1.962,00
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.02	0000	5.433,52	1.358,37	3.622,36	0,00	1.811,16
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.00		11.435,35	0,00	6.660,54	0,00	4.774,81
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.01	0000	5.946,27	0,00	3.408,54	0,00	2.537,73
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.02	0000	5.489,08	0,00	3.252,00	0,00	2.237,08
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.00		16.710,88	1.392,56	9.748,08	0,00	6.962,80
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.01	0000	8.689,50	724,12	5.068,90	0,00	3.620,60
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.02	0000	8.021,38	668,44	4.679,18	0,00	3.342,20
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.00		33.603,70	2.800,30	19.602,20	0,00	14.001,50
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.01	0000	17.473,61	1.456,13	10.192,96	0,00	7.280,65
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.02	0000	16.130,09	1.344,17	9.409,24	0,00	6.720,85
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.00		14.895,60	1.241,29	8.689,15	0,00	6.206,45
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.01	0000	7.745,57	645,46	4.518,27	0,00	3.227,30
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.02	0000	7.150,03	595,83	4.170,88	0,00	2.979,15
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.00		0,00	5.635,58	39.449,22	39.449,22	0,00
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.01	0000	0,00	2.930,45	20.513,20	20.513,20	0,00
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.02	0000	0,00	2.705,13	18.936,02	18.936,02	0,00
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.0.0.0.0.0.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.3.0.0.0.0.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.3.8.01.0.0.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.3.8.01.1.0.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.3.8.01.1.1.00.00		13.000,00	1.844,53	9.687,50	2.189,64	5.502,14
4.2.4.3.8.01.1.1.01.00.00		1.706,78	142,23	995,63	0,00	711,15
4.2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	0000	2.109,87	175,82	1.230,77	0,00	879,10
4.2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	0000	2.453,02	204,41	1.430,97	0,00	1.022,05
4.2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	0000	542,33	45,19	316,38	0,00	225,95
4.2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	0000	574,61	0,00	0,00	0,00	574,61
4.2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	0000	619,92	103,32	309,96	0,00	309,96
4.2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	0000	549,59	471,40	746,25	196,66	0,00
4.2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	0000	571,84	142,95	381,24	0,00	190,60
4.2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	0000	577,70	0,00	361,53	0,00	216,17
4.2.4.3.8.01.1.1.12.00.00	0000	844,21	70,35	492,46	0,00	351,75

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Exercício de 2020

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Julho

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Página 3

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.2.4.3.8.01.1.1.13.00.00	Município de Herval D Oeste 4471	1.897,62	141,46	990,32	0,00	707,30
4.2.4.3.8.01.1.1.14.00.00	Município de Luzerna 4471	752,51	62,70	439,01	0,00	313,50
4.2.4.3.8.01.1.1.15.00.00	Município de Videira 4471	0,00	284,70	1.992,98	1.992,98	0,00
Totais Gerais :		1.045.434,90	66.666,89	413.539,01	40.906,68	672.802,57

Capinzal, 17/08/2020

LEOMAR EGGERS

CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI

SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CISAMREC**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 002.CISAMREC.2020 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 2608818

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 002/CISAMREC/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/CISAMREC/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 058/CISAMREC/2020

REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMEC, torna público, a quem interessar possa, que realizará o Pregão Eletrônico supra, para registro de preços, nos termos da lei federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93, conforme abaixo:

Objeto: Registro de preços, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais de medicamentos em geral, medicamentos judiciais e insumos de saúde, para atendimento à Rede Municipal de Saúde dos entes consorciados no Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC.

Data de Abertura da Sessão: dia 26 de agosto de 2020, às 09h00min.

O Edital completo, a minuta da Ata de Registro de Preços-ARP e demais documentos, estão disponibilizados nos seguintes acessos:

I. no Portal de Licitações Compras BR, disponível no link em:

<https://comprasbr.com.br/>;

II. no site do CISAMREC, disponível no link em:

<https://cisamrec.sc.gov.br/licitacoes>

III. no Portal da Fecam em:

<https://lai.fecam.org.br/cisamrec/cms/diretorio/index/codMapaItem/145504>

Os esclarecimentos e dúvidas técnicas quanto aos produtos, objetos desta licitação, poderão ser solicitados nos e-mails compras@cisamrec.sc.gov.br e cisamrec@cisamrec.sc.gov.br ou via telefone nº. (48) 3192-3045, bem como na sede administrativa do CISAMREC, digo, Avenida Santos Dumont nº. 1.980, salas 03 e 04, Bairro São Luiz, CEP: 88.803-200, Criciúma (SC).

Criciúma (SC), 17 de agosto de 2020

ROQUE SALVAN

Diretor Executivo do CISAMREC

Autoridade Competente

CISNORDESTE**RESOLUÇÃO Nº 18/2020**

Publicação Nº 2609087

**Resolução nº 18/2020.**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
www.cisnordeste.sc.gov.br

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito suplementar através da abertura de superávit dos rendimentos de exercícios anteriores, conforme autorização na Resolução nº 28/2019 em seu artigo primeiro.

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC**, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 509.682,96 (quinhentos e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º - A receita efetivou-se através dos rendimentos de aplicação financeira da conta corrente nº 99000-0 decorrentes dos exercícios financeiros, conforme segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Janeiro		R\$ 1.811,57	R\$ 6.136,86	R\$ 10.713,65	R\$ 11.488,17	R\$ 4.277,84	R\$ 3.359,58
Fevereiro		R\$ 2.819,97	R\$ 4.683,41	R\$ 8.829,43	R\$ 10.578,84	R\$ 3.836,30	R\$ 3.419,03
Março		R\$ 3.117,07	R\$ 5.832,26	R\$ 11.624,37	R\$ 15.798,58	R\$ 4.971,88	R\$ 3.792,42
Abril		R\$ 4.085,46	R\$ 5.386,41	R\$ 12.883,84	R\$ 11.623,24	R\$ 4.310,69	R\$ 4.287,31
Mai		R\$ 4.338,92	R\$ 5.652,66	R\$ 13.699,92	R\$ 13.515,21	R\$ 4.463,12	R\$ 4.580,83
Junho		R\$ 4.608,40	R\$ 6.193,05	R\$ 15.444,66	R\$ 11.367,29	R\$ 4.469,66	R\$ 4.073,16
Julho		R\$ 5.869,91	R\$ 6.916,81	R\$ 14.692,33	R\$ 11.227,64	R\$ 4.446,17	R\$ 4.963,96
Agosto		R\$ 5.776,85	R\$ 6.598,73	R\$ 15.415,92	R\$ 9.907,78	R\$ 4.763,73	R\$ 3.543,07
Setembro		R\$ 5.049,10	R\$ 6.669,77	R\$ 14.101,84	R\$ 6.717,72	R\$ 3.898,67	R\$ 3.333,93
Outubro	R\$ 1.684,69	R\$ 4.608,67	R\$ 7.539,06	R\$ 12.678,00	R\$ 6.418,03	R\$ 4.302,43	R\$ 4.513,76
Novembro	R\$ 1.509,30	R\$ 4.130,97	R\$ 10.763,90	R\$ 11.111,32	R\$ 5.519,29	R\$ 3.755,12	R\$ 2.926,38
Dezembro	R\$ 1.667,98	R\$ 5.814,61	R\$ 12.336,84	R\$ 11.882,33	R\$ 4.590,07	R\$ 3.542,17	R\$ 2.419,05
Total	R\$ 4.861,97	R\$ 52.031,50	R\$ 84.709,76	R\$ 153.077,61	R\$ 118.751,86	R\$ 51.037,78	R\$ 45.212,48

Art. 3º - As despesas serão realizadas conforme as classificações funcionais programáticas, categorias econômicas e fontes de recursos abaixo discriminadas:

Órgão 01 – CISNORDESTE**Unidade 01 – CISNORDESTE****Função: 04 ADMINISTRAÇÃO****SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL****Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Atividade:	CD	FONTE	FIXADO R\$
2.001 CISNORDESTE/SC, Manutenção das Atividades do Consórcio	3.3.3.9.0	03000102	R\$ 509.682,96



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC**
Rua: Max Colin, 1843 – América – 89204-635 – Joinville/SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
www.cisnordeste.sc.gov.br

Total			
--------------	--	--	--

Art. 4º - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a partir de 07/08/2020.

Joinville/SC, 13 de agosto de 2020.

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC

CIM-AMFRI

CIM-AMFRI ATA DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2608725

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI se ITAJAÍ-SC

ATA DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020
Processo Administrativo Nº 003/2020 Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI
Data de Publicação: 13/07/2020 16:32:55

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 03/08/2020 15:22:19
Lote: 1 Serviços de Supervisão e Fiscalização de Obras Rodoviárias

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item:1 Unidade:SRV
Marca: Diversos
Modelo: Diversos

Descrição: Serviços de Supervisão e Fiscalização de Obras Rodoviárias Quantidade:3 Valor Unit.:37.996,6667

Valor Total: 113.990,0001

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE	072	83.256.172/0001-58	115.961,04	113.990,00	Não
2 CONSULTRAN ENGENHARIA LTOA	032	12.232.767/0001-25	119.998,47	119.998,47	Sim
3 NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI	071	27.841.750/0001-42	180.000,00	180.000,00	Sim
4 A1MC PROJETOS LTOA	069	18.968.880/0001-50	362.316,42	362.316,42	Sim

DECLASSIFICADOS

RazãoSocial Num Documento OfertaInicial OfertaFinal ME INABILITADOS
RazãoSocial Num Documento OfertaInicial OfertaFinal ME

AUTORIDADE: JOÃO LUIZ DEMANTOVA

Gerado em:03/08/202015:22:19 1 de1

CIM-AMFRI ATA DE SESSÃO - DISPUTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2608717

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020

Processo Administrativo Nº 003/2020 Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

Data de Publicação: 13/07/2020 16:32:55

MOVIMENTOS DO PROCESSO

29/07/202016:22:33	CADASTRO DE PROPOSTA	A1MC PROJETOS LTDA
29/07/202016:41:05	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	A1MC PROJETOS LTDA
29/07/202017:51:03	CADASTRO DE PROPOSTA	NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI
29/07/2020 20:00:26	CADASTRO DE PROPOSTA	CONSULTRAN ENGENHARIA LTOA
30/07/2020 10:29:03	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	CONSULTRAN ENGENHARIA LTOA
30/07/2020 12:07:57	CADASTRO DE PROPOSTA	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
30/07/2020 13:38:37	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTOA
30/07/202013:44:47	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI

LOTE 1 - HABILITAÇÃO

Lote: 1 Serviços de Supervisão e Fiscalização de Obras Rodoviárias

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item:1 Unidade:SRV Marca: Diversos Descrição: Serviços de Supervisão e Fiscalização de Obras Rodoviárias Quantidade:3 Valor Unit.:37.996,6667
Modelo: Diversos

Valor Total: 113 .990,0001

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE	072	83.256.172/0001-58	115.961,04	113.990,00	Não
2 CONSULTRAN ENGENHARIA LTOA	032	12.232.767/0001-25	119.998,47	119.998,47	Sim
3 NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI	071	27.841.750/0001-42	180.000,00	180.000,00	Sim
4 A1MC PROJETOS LTOA	069	18.968.880/0001-50	362.316,42	362.316,42	Sim

DESCLASSIFICADOS

RazãoSocial Num Documento OfertaInicial OfertaFinal ME INABILITADOS

RazãoSocial Num Documento OfertaInicial OfertaFinal ME

MOVIMENTOS DO LOTE

13/07/202016:32:54 PUBLICADO

13/07/2020 16:45:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS	
30/07/2020 14:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS	
30/07/2020 14:05:36	DISPUTA	
30/07/2020 14:05:36	LANCE A1MC PROJETOSLTOA	362.316,42
30/07/2020 14:05:36	LANCE NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRASEIRELI	180.000,00
30/07/2020 14:05:36	LANCE CONSULTRAN ENGENHARIALTOA	119.998,47
30/07/2020 14:05:36	LANCE IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIALTOA	115.961,04
30/07/2020 14:15:36	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA	

30/07/202014:16:42 LANCE IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIALTDA

30/07/2020 14:18:42 HABILITAÇÃO
30/07/2020 14:18:42 NOTIFICAÇÃO SISTEMA
113.990,00

O detentor da melhor oferta é IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

CIM-AMFRI ATA DE SESSÃO - DISPUTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

Publicação Nº 2608730

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI SC ITAJAÍ-SC
ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020
Processo Administrativo Nº 02/2020 Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI
Data de Publicação: 24/07/2020
MOVIMENTOS DO PROCESSO

	LOTE 1 - DESERTO Pavimentação e Materiais Asfálticos CFE Anexo XIII MOVIMENTOS DO LOTE
24/07/2020 17:46:59	PUBLICADO
24/07/2020 18:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS
14/08/2020 14:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS
14/08/2020 14:08:50	DESERTO
	LOTE 2 - DESERTO Limpeza de Plataforma CFE Anexo XIII MOVIMENTOS DO LOTE
24/07/2020 17:46:59	PUBLICADO
24/07/2020 18:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS
14/08/2020 14:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS
14/08/2020 14:08:50	DESERTO

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZ

Gerado em: 14/08/2020 14:08:51 1 de 1

CIM-AMFRI VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2608727

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI se
ITAJAÍ-SC

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020
Processo Administrativo Nº 003/2020 Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI
Data de Publicação: 13/07/2020 16:32:55

TOTAL DO PROCESSO: 113.990,0001

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	83.256.172/0001-58	113.990,0001
LOTE1 Quant.:1 Num:072	113.990,00	Total: 113.990,0001
Item: 1 Unidade:SRV Marca:Diversos	Modelo: Diversos	

Descrição: Serviços de Supervisão e Fiscalização de Obras Rodoviárias
Quantidade:3 ValorUnit.:37.996,6667 Total Item:113.990,0001

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

Gerado em:03/08/202015:18:17 1 de1

CIM-AMFRI VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

Publicação Nº 2608733

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI SC ITAJAÍ-SC

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020

Processo Administrativo Nº 02/2020

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

Data de Publicação: 24/07/2020 17:46:59

TOTAL DO PROCESSO:

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

Gerado em: 14/08/2020 14:08:50 1 de 1

CIM-AMUREL

LICITAÇÃO PREGÃO 07-2020 - RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS

Publicação Nº 2608986

CIM-AMUREL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO ROTINEIRA DAS RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS - PREVISTAS NO DECRETO ESTADUAL 759/2011 – TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS (NA REGIÃO DA AMUREL) NO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES,

Data, Horário e Local de Abertura: 02 de setembro de 2020, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CIM-AMUREL. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas no Prédio Sede da Amurel. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3626-5711.

e-mail licitacao@cimamurel.sc.gov.br

Tubarão/SC, 17 de agosto de 2020.

Ibaneis Lembeck
Presidente